

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

JOSÉ ARNALDO DOS SANTOS RIBEIRO JUNIOR

**Descolonização, subdesenvolvimento e terceiro mundo: etapas de formação do
pensamento geográfico de Yves Lacoste (1959-1985)**

Versão corrigida

São Paulo

2023

JOSÉ ARNALDO DOS SANTOS RIBEIRO JUNIOR

**Descolonização, subdesenvolvimento e terceiro mundo: etapas de formação do
pensamento geográfico de Yves Lacoste (1959-1985)**

Orientador: Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Geografia Humana da
Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Doutor.

Versão corrigida

São Paulo

2023

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**Termo de Anuência do (a) orientador (a)****Nome do (a) aluno (a): JOSÉ ARNALDO DOS SANTOS RIBEIRO JUNIOR****Data da defesa: 19/09/2023****Nome do Prof. (a) orientador (a): MANOEL FERNANDES DE SOUSA NETO**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 21/11/2023



(Assinatura do (a) orientador (a))

JOSÉ ARNALDO DOS SANTOS RIBEIRO JUNIOR

Descolonização, subdesenvolvimento e terceiro mundo: etapas de formação do pensamento geográfico de Yves Lacoste (1959-1985)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor.

Aprovada em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. _____ **Instituição:** _____

Julgamento: _____ **Assinatura:** _____

Prof. Dr. _____ **Instituição:** _____

Julgamento: _____ **Assinatura:** _____

Prof. Dr. _____ **Instituição:** _____

Julgamento: _____ **Assinatura:** _____

Prof. Dr. _____ **Instituição:** _____

Julgamento: _____ **Assinatura:** _____

À Yves Lacoste

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares. Sobretudo, minha mãe – Teresinha Ribeiro – pelo cuidado, atenção e carinho despendido durante toda minha existência. O teu “fiin” te ama.

Minha tia querida, Rosário de Fátima Cordeiro, pela grandeza afetiva representada na dedicação, alegria e amor.

Também para Ozana Dutra, a “dindinha”; e Richard Dutra, o primo-irmão, por estar vivo!

Às minhas saudosas professoras de Geografia e História da Escola São José quando do ensino fundamental (5ª à 8ª série), Rita e Marinalva.

Edivaldo Marques, por todo cuidado com a nossa família.

A querida Karla Jordânia Oliveira, por ter compartilhado comigo, com minha família e meus amigos o teu tempo, gestos, risos e gargalhadas. Insubstituível!

Aos meus amigos de *Liceu* – o divisor de águas, o Rubicão da minha existência. Tal qual ensinou Montaigne, *O ponto máximo da perfeição da vida em sociedade é a amizade*.

Para Tiago Silva Moreira, Danniell Madson e Saulo Costa. Pelo apoio e por compartilharmos os mesmos valores humanos. *Idem velle et idem nolle*, decifrou Tomás de Aquino.

Igualmente, Luiz Eduardo Lopes Silva, Samarone Carvalho Marinho e Vinícius Pereira Bezerra. Intelectualidade, generosidade e camaradagem.

Aos membros do GEDMMA, principalmente Maria Ecy Lopes de Castro, Bartolomeu Mendonça e Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior, pelas conversas, dicas e incentivos.

Para os colegas do Núcleo de Estudos do Pensamento Socialista. Especialmente: Campos Junior, Marcelo, Ruan, Thiers e Willian.

De maneira especial, Irlene Silva. Sua companhia torna a vida desse pretense intelectual mais frugal. Ergueram-se contra ti obstáculos que ignoravam a fonte inesgotável de força e coragem que és. Por superar cada uma das tribulações, te amo!

Minha sogra, Marlene Silva, pela força de vida.

Aos meus colegas professores do Instituto Federal do Maranhão – Campus Avançado Porto Franco, acima de tudo Ronie Carlos Magalhães Chagas, sempre disposto a me ajudar quando lhe peço; e Pedro Ramon Manhone, simplesmente por ser meu amigo.

À minha saudosa Jenny, companheira notívaga de minha jornada.

Um agradecimento especial ao professor Manoel Fernandes – orientador e mestre. Pela confiança, conversas e humanismo. Iluminações, críticas e reconhecimento.

À Rosângela, da Coordenação do PPGH, pela atenção e paciência em sempre dirimir minhas dúvidas e me ajudar em tudo que precisei.

Aos colegas do GECA, especialmente Fernando Molnar.

Da mesma forma, sou grato às minhas professoras, professores e colegas da English For You e Aliança Francesa pelo auxílio na árdua tarefa de dominar essas duas línguas.

Aos professores Alexandre Freitas Barbosa e Wanderley Messias da Costa pelas instigações e polêmicas.

Do mesmo modo, Larissa Lira e Martinho Milani pelas decisivas observações quando do exame de qualificação.

Jean-Philippe Lacoste e, mormente, Olivier Lacoste foram fundamentais para que eu contatasse o *mestre*. Jean-Philippe me forneceu o endereço e telefone de Yves. Olivier prontamente me ajudou naquilo que precisei e confiou em mim para que eu visitasse o mestre. Obrigado por todas as mediações.

À Yves Lacoste, meu mais sincero e autêntico muito obrigado pela paciência, predisposição em ajudar, receptividade, tempo, conversas, risadas, generosidade, honestidade e humildade. Na esperança que essa tese tenha ficado à altura da sua história e grandeza intelectual.

À Béatrice Giblin agradeço pela colaboração em me atender e sinceridade intelectual.

À Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) por ter patrocinado esta pesquisa.

Eu acreditei que ele faria a geografia como os outros, como seus colegas da mesma geração
(Pierre George)

RESUMO

O objetivo da presente tese é investigar as etapas de formação do pensamento geográfico de Yves Lacoste (1959-1985). A delimitação cronológica adotada teve o intuito, além de estabelecer limites temporais e espaciais em relação à extensão da obra lacosteana, capturar determinados momentos do seu movimento intelectual – com destaque para a querela geografia ativa *versus* geografia aplicada, bem como o entendimento de que seu pensamento e ação conformam uma *posição* frente às disputas institucionais, mas também perante os eventos, conjunturas e à longa duração do que ousamos chamar de *Grande Espacialização*. Para dar conta das posições que o geógrafo em tela adota frente ao que nomeamos de complexo temático Geografia-subdesenvolvimento-terceiro mundo, mobilizamos – por um lado – a dialética marxiana e – por outro – um conjunto de autores que adotam uma perspectiva sistêmica, além daqueles vinculados à história intelectual. Isso permite enxergar a parcela da obra de Yves Lacoste aqui em foco como tributária tanto das discussões atreladas à descolonização, quanto àquelas eminentemente internas à ciência geográfica. Enquanto um *conjunto* de posições, que conformam uma *totalidade* de *níveis de complexidade crescentes*, Lacoste contribui para o desenvolvimento das discussões sobre subdesenvolvimento e terceiro mundo no seio da própria Geografia. Igualmente, diante das conjunturas que lhe atravessam, geopolítica transforma-se numa *categoria* em seu pensamento. Ambos movimentos estão particularmente cravados na vida do geógrafo franco-marroquino. *Pontos de chegada* e de *partida* são apontados com o fito de captar rupturas e continuidades. As *afinidades eletivas* são decisivas em suas escolhas políticas e epistemológicas. Elas são pontes que ampliam as redes de relações intelectuais e os interesses de investigação. Entende-se que a *centralidade* do terceiro mundo em suas reflexões permite *desafiar* a Escola Francesa no intuito de *renovar* a abordagem geográfica. Tal abordagem se institucionaliza com a revista *Hérodote*, expressão de uma legitimidade intelectual que a geopolítica conquista em solo francês. Atentamos para o que chamamos de um Yves Lacoste *consolidado* e, no mesmo espírito, a importância da *revue de géographie et géopolitique* na efetivação de um *inventário da geopolítica universal* e ampliação da *geograficidade*. À medida em que Lacoste transforma-se num mandarim, observamos a adoção de uma perspectiva política centrista, especialmente a partir de 1985.

Palavras-chave: descolonização; subdesenvolvimento; terceiro mundo; geografia ativa; Yves Lacoste.

ABSTRACT

The objective of the present thesis is to investigate the formation stages of the geographical thought of Yves Lacoste (1959-1985). The chronological delimitation adopted had the intention, besides establishing temporal and spatial limits in relation to the extension of Lacoste's work, to capture certain moments of his intellectual movement – with emphasis on the dispute between active geography versus applied geography, as well as the understanding that his thought and action conform a *position* in the face of institutional disputes, but also towards events, conjunctures and the long duration of what we dare to call the *Great Spatialization*. In order to account for the positions that the geographer adopts vis-à-vis what we call the thematic complex Geography-underdevelopment-third world, we mobilize – on the one hand – the Marxian dialectics and – on the other – a set of authors who adopt a systemic perspective, in addition to those linked to intellectual history. This allows us to see the part of Yves Lacoste's work in focus here as a tributary both to discussions related to decolonization and to those eminently internal to geographical science. As a *set* of positions which form a *totality of increasing levels of complexity*, Lacoste contributes to the development of discussions on underdevelopment and the third world within Geography itself. Likewise, in the face of the conjunctures that run through him, geopolitics becomes a *category* in his thought. Both movements are particularly embedded in the life of the French-Moroccan geographer. *Points of arrival* and *departure* are pointed out in order to capture ruptures and continuities. The *elective affinities* are decisive in his political and epistemological choices. They are bridges that broaden the networks of intellectual relations and research interests. It is understood that the *centrality* of the third world in his reflections allows him to *challenge* the French School in order to *renew* the geographical approach. Such approach is institutionalized with the *Hérodote* journal, expression of an intellectual legitimacy that geopolitics conquers on French soil. We pay attention to what we call a *consolidated* Yves Lacoste and, in the same spirit, the importance of the *revue de géographie et géopolitique* in carrying out an *inventory of universal geopolitics* and the broadening of *geographicity*. As Lacoste becomes a mandarin, we observe the adoption of a centrist political perspective, especially from 1985 onwards.

Keywords: decolonization; underdevelopment; third world; active geography; Yves Lacoste.

RÉSUMÉ

Le but de cette thèse est d'étudier les étapes de formation de la pensée géographique d'Yves Lacoste (1959-1985). La délimitation chronologique adoptée avait l'intention, en plus d'établir des limites temporelles et spatiales par rapport à l'étendue de l'œuvre lacostéenne, de capturer certains moments de son mouvement intellectuel – en particulier la querelle géographique active *contre* la géographie appliquée, ainsi que la compréhension que sa pensée et son action forment une *position* face aux conflits institutionnels, mais aussi face aux événements, aux conjonctures et à la longue durée de ce que on ose appeler la *Grande Spatialisation*. Pour rendre compte des positions que le géographe en question adopte face à ce que nous appelons le complexe thématique Géographie-sous-développement-tiers monde, nous mobilisons – d'une part – la dialectique marxienne et – d'autre part – un ensemble d'auteurs qui adoptent une perspective systémique, au-delà de ceux liés à l'histoire intellectuelle. Cela permet de voir la partie de l'œuvre d'Yves Lacoste ici en discussion comme tributaire tant des discussions liées à la décolonisation que de celles qui sont éminemment internes à la science géographique. En tant qu'*ensemble* de positions, qui forment une totalité de *niveaux de complexité croissants*, Lacoste contribue au développement des discussions sur le sous-développement et le tiers monde au sein même de la géographie. De même, face aux conjonctures qui lui traversent, la géopolitique devient une *catégorie* dans sa pensée. Ces deux mouvements sont particulièrement ancrés dans la vie du géographe franco-marocain. Les *points d'arrivée* et de *départ* sont indiqués dans le but de capturer les ruptures et les continuités. Les *affinités électives* sont décisives dans leurs choix politiques et épistémologiques. Ce sont des ponts qui élargissent les réseaux de relations intellectuelles et les intérêts de la recherche. Il est entendu que la *centralité* du tiers monde dans ses réflexions lui permet de *défier* l'École française dans le but de *renouveler* l'approche géographique. Cette approche s'institutionnalise avec la revue Hérodote, expression d'une légitimité intellectuelle que la géopolitique conquiert sur le sol français. Nous sommes attentifs à ce que nous appelons un Yves Lacoste *consolidé* et, dans le même esprit, l'importance de la *revue de géographie et géopolitique* dans la réalisation d'un *inventaire de la géopolitique universelle* et l'élargissement de la *géographicité*. Au fur et à mesure que Lacoste se transforme en mandarin, nous observons l'adoption d'une perspective politique centriste, en particulier à partir de 1985.

Mots-clés : décolonisation ; sous-développement ; tiers-monde ; géographie active ; Yves Lacoste.



Yves Lacoste, aos 93 anos de idade, em seu apartamento em *Bourg-la-Reine*. Fotografia de José Arnaldo dos Santos Ribeiro Junior. Data: 19/04/2022.

SUMÁRIO

	P
CONSIDERAÇÕES INICIAIS: percurso da pesquisa, delineamentos do objeto.....	17
CAPÍTULO 1. A GRANDE ESPACIALIZAÇÃO.....	44
I – Domínio estatal dos oceanos, controle cidadão dos mares.....	45
II – África: acumular especiarias, acumular escravos, acumular espaços.....	47
III – Sujeição socioespacial em Ásia.....	50
IV – “Deuses” coléricos conquistam o paraíso.....	51
V – Sentidos da colonização nas Américas.....	55
VI – Descolonização nas Américas.....	57
VII – Da <i>tendência</i> à centralização <i>espacial</i> do capital.....	64
VIII – Uma Geografia Literária.....	67
IX – Tentáculos Financeiros.....	71
X – A repartição da China.....	75
XI – O novo imperialismo em África.....	78
XII – O império onde o sol nunca se põe.....	83
XIII – Império e imperialismo francês.....	89
XIV – O império estadunidense.....	92
XV – Japão imperial.....	95
XVI – O tardo-império alemão.....	98
XVII – O império colonial belga.....	99
XVIII – O imperialismo italiano.....	100
XIX – Os restolhos dos imperialismos holandês e ibéricos.....	101
XX – A Rússia Czarista.....	102
XXI – Inaudita crueldade e valsa territorial.....	105
XXII – Aula de geografia do mundo e descolonização.....	114
XXIII – Reconstrução: Imperialismo estadunidense, URSS e Terceiro Mundo.....	121

CAPÍTULO 2. ANTICOLONIALISMO, GEOGRAFIA ATIVA E AS SITUAÇÕES DE SUBDESENVOLVIMENTO (1929-1966)	132
I – Infância colonial, juventude metropolitana e traços escolares. Influência paterna, viagens e “soldados de chumbo”. A Segunda Guerra Mundial e o curioso encontro com Pierre George. O aconselhamento com Jean Dresch e a opção pela Geografia.....	134
II – Estudos superiores. Um caldeirão de confluências: o Instituto de Geografia da Universidade de Paris. Os encontros com Camille Dujardin, Bernard Kayser e a adesão ao Partido Comunista Francês.....	149
III – Regresso ao Marrocos: o garoto da natureza retorna às origens da infância. O <i>début</i> das pesquisas para o DES, vocação magrebina e Lyautey redivivo.....	157
IV – A <i>agrégation</i> de geografia: fracasso e sucesso no saber canônico. A nomeação ao <i>lycée Marcelin-Berthelot</i>, o primeiro esboço da <i>démarche</i> lacosteana e a independência do Marrocos.....	160
V – Vocação magrebina, segunda parte: trajetória na Argélia. Dresch, Hadjeres e Ibn Khaldun: o caminho da inflexão. A revolução argelina.....	164
VI – Retorno ao <i>Institut de géographie</i>: entre Dresch e George. Novas pistas de pesquisa: as indústrias do cimento e da construção. A constatação de uma ciência desprezada e a saída do PCF. Um “colonial” nem tanto anticolonialista assim?	177
VII – A origem do livro <i>Os países subdesenvolvidos</i>: contexto, pretexto e texto. Apologia da industrialização, mascaramento do imperialismo e concepção hegeliana do Estado.....	192
VIII – Apropriações bibliográficas sobre subdesenvolvimento, os três últimos anos da Revolução Argelina e as situações pós-independência.....	211
IX – Geografia: aplicada ou ativa? Qual o papel do geógrafo? A realidade geográfica do terceiro mundo, um primeiro embate com Vidal e a construção de uma tipologia das regiões subdesenvolvidas	224
X – Obsessão demográfica, generalizações sucessivas das situações e anuviamento do imperialismo em <i>Géographie du sous-développement</i>	250
XI – Nascimento da História e Passado do Terceiro Mundo: um anacronismo deliberado	291
XII – Defendendo Khaldun do Colonialismo	295

CAPÍTULO 3. TRANSIÇÃO À GEOPOLÍTICA: CAMPO, GUERRA E EPISTEMOLOGIA (1966-1975)	306
I – Alto Volta: a trajetória do engajamento do homem de síntese. A escolha geopolítica da capital, a luta contra a oncocercose e os problemas de desenvolvimento agrícola	309
II – Desenvolvimento regional desigual, círculo vicioso do subdesenvolvimento e diferentes níveis de análise	332
III – Cabul, Afeganistão: situação de subdesenvolvimento e situação tradicional? Um <i>Great Game</i> renascido	339
IV – Seria o conceito de situação de subdesenvolvimento uma noção geográfica? Análise regional ou diversos níveis de análise? Uma crítica à Paul Vidal de La Blache e um primeiro passo de reconhecimento do imperialismo	350
V – O engajamento em Cuba, primeiro tempo: Juan Perez de La Riva, Régis Debray e o Congresso Cultural de Havana	359
VI – Maio de 68 em Paris: o afastamento de Pierre George, o encontro com Béatrice Giblin e a parceria com François Châtelet. Vincennes: a geografia é reacionária	362
VII – Manuais de geografia e a descoberta de Élisée Reclus. Por que a ciência geográfica detém um lugar tão discreto no ensino secundário nos mais diversos países? O papel de Emmanuel de Martonne e o contato com Braudel	376
VIII – Verão de 1972, a guinada: os bombardeamentos dos diques do rio Vermelho, a articulação de três níveis de análise geográfica e a conquista de uma relevância intelectual internacional	381
IX – O engajamento em Cuba, segundo tempo: a pesquisa sobre a estratégia do foco em <i>Sierra Maestra</i>, Lacoste crítico de Debray e o aparecimento do conceito de geografismo	400
X – O início das reflexões epistemológicas. Dupla indiferença e incômodo. Corte epistemológico, poder e espetáculo na crítica da geografia dos professores e dos <i>mass media</i>. Silêncio de Marx? O programa de <i>Hérodote</i> em germe.....	411
XI – 1974, A segunda ida ao Vietnã: os desafios da grande agricultura socialista.....	430

CAPÍTULO 4. A CONSOLIDAÇÃO DA RUPTURA, A INAUGURAÇÃO DE UMA GUERRILHA EPISTEMOLÓGICA NO CAMPO DA GEOGRAFIA E O CAMINHO PARA A <i>THÈSE D'ÉTAT</i> (1976-1979)	434
I – Uma revista para grafar os dramas do mundo: <i>Hérodote</i> e sua dupla direção antípoda.....	436
II – A geografia e o geógrafo: a guerra e o espião/agente de informações.....	447
III – A investigação sobre o bombardeamento dos diques revisitada: representações geográficas e comportamentos ideológicos. A dupla função da geografia. Distinção entre análise em diferentes escalas e articulação dos diferentes níveis de análise.....	465
IV – Dois engajamentos fracassados. Lacoste, leitor de Clausewitz. <i>Da guerra</i>, um livro de geografia ativa.....	479
V – A gênese (e o conteúdo) do escandaloso pequeno livro azul. Novo embate com Vidal, geografismos e razões de ser da geografia. <i>A démarche lacosteana</i>, a dialética ampliação-redução da geograficidade e uma geografia fundamental.....	485
VI – Crítica e autocrítica: <i>Géographie du sous-développement</i> revisada.....	501
VII – Liquidar a geografia... liquidar a ideia nacional? Yves Lacoste, o anti-Vidal? <i>Hérodote</i>, uma geografia cidadã? As críticas de Numa Broc e Jacques Lévy.....	510
VIII – Retorno ao Vietnã, a Terceira Guerra da Indochina e novas edições de <i>Hérodote</i>.....	518
IX – O <i>mea culpa</i> de Lacoste: a propósito de <i>La France de l'Est</i> de Paul Vidal de La Blache.....	523
CAPÍTULO 5. A REAPARIÇÃO DA PALAVRA GEOPOLÍTICA, A TESE E A MUDANÇA DO SUBTÍTULO DE <i>HÉRODOTE</i>: RUMO À UMA PERSPECTIVA POLÍTICA CENTRISTA (1979-1985)	529
I – Das representações planetárias às estratégias no campo. Quem é o pai putativo da expressão <i>tiers monde</i>? De fórmula à categoria, as diferenças entre subdesenvolvimento e terceiro mundo	534
II – Os diferentes níveis de análise da diversidade do terceiro mundo. O método das interseções dos conjuntos espaciais: uma inspiração tricartiana. O problema das escalas.....	546
III – Relações planície-montanha na Grande Cabília: retomando argumentos de Ibn Khaldun. A insurreição cabila, a questão das terras e a emigração	556

IV – Novos números de <i>Hérodote</i> e a quarta ida de Yves Lacoste ao Vietnã.....	570
V – Reclus, uma nova crítica de Numa Broc e a unidade da Geografia.....	577
VI – A mudança do subtítulo e a consolidação do objeto de estudo da revista: rumo à uma Geografia democrática e cidadã.....	584
VII – Periferias e centros do Islã: geopolítica, guerra e fato nacional.....	600
VIII – Geopolíticas das ilhas francófonas e um primeiro balanço de 10 anos de <i>Hérodote</i>	612
IX – Uma década de <i>Hérodote</i> : a geografia geopolítica atingiu a idade da razão?.....	618
X – Rumo à uma perspectiva política de centro? A ajuda é um freio de emergência!....	622
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	632
REFERÊNCIAS.....	641
APÊNDICE: Traduções.....	682
O SUBDESENVOLVIMENTO: ALGUMAS OBRAS SIGNIFICATIVAS PUBLICADAS HÁ DEZ ANOS.....	683
Observações para o estabelecimento de uma tipologia geral do desenvolvimento desigual.....	749
O conceito de subdesenvolvimento e a Geografia.....	761
A noção de subdesenvolvimento: busca de uma definição objetiva.....	791
REFLEXÕES AUTOCRÍTICAS E CRÍTICA DE “GEOGRAFIA DO SUBDESENVOLVIMENTO”	807
Os geógrafos e o Terceiro Mundo.....	822

CONSIDERAÇÕES INICIAIS: percurso da pesquisa, delineamentos do objeto

A história dessa pesquisa se inicia no segundo semestre de 2014 quando o sociólogo e professor de Ciências Sociais Dr. Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior¹ me fez um convite para que eu assistisse, na qualidade de aluno ouvinte, as suas aulas da disciplina Tópicos Especiais em Sociologia I: Sociologia do Desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (PPGC Soc/UFMA). A disciplina se iniciou no dia 09/09/2014 e encerrou em 16/12/2014. Não pude acompanhar as primeiras 05 sessões², em virtude da defesa da dissertação de mestrado³ e do fim de minhas atividades de professor substituto na Coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas, do Centro de Ciências Humanas, Naturais, Saúde e Tecnologia – CCHNST, do Campus da Universidade Federal do Maranhão-UFMA de Pinheiro⁴. Ainda assim, me informei com o professor Horácio sobre o que havia perdido durante esse ínterim. Ele me informou quais textos haviam sido discutidos nas 04 sessões iniciais e apontou que os discentes, independentemente de serem alunos regulares ou ouvintes, tinham até 45 dias após o fim da disciplina para enviar o artigo final. Além disso, havia um incentivo a mais: os artigos finais se transformariam em um livro⁵.

Nessa disciplina tive contato com uma riquíssima bibliografia sobre a Sociologia do Desenvolvimento no Brasil. Essa bibliografia estruturava a disciplina em seis partes: (1)

¹ Horácio foi meu orientador de monografia e minha principal influência acadêmica nas Ciências Sociais

² 1ª sessão (09/09): Apresentação e discussão do Programa da disciplina.

²ª sessão (15/09): Desenvolvimento, Teoria da Dependência e Nacional Desenvolvimentismo. Referências: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. **Desenvolvimento, subdesenvolvimento: breves registros sobre a teoria da dependência e considerações sobre “precursores”**. Disponível em: www.race.nuca.ie.ufrj.br/nuca-wp/papers/sep/mesa05/guido.doc, acessado em 31/08/2011.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Polis/Rio de Janeiro: Vozes, 1984. Introdução; Cap. 1: O nacional-desenvolvimentismo. p. 11-76.

³ª sessão (16/09): Substituição de Importações e Economia Marxista no Brasil Referência:

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Polis/Rio de Janeiro: Vozes, 1984. Cap. 2: O modelo de substituição de importações; Cap. 3: Raízes do pensamento econômico marxista brasileiro. p. 77-157.

⁴ª sessão (23/09): Modelos democrático burguês e de subdesenvolvimento capitalista Referência:

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Polis/Rio de Janeiro: Vozes, 1984. Cap. 4: O modelo democrático-burguês; Cap. 5 O modelo de subdesenvolvimento capitalista. p. 158-288. ⁵ª sessão (30/09): Teoria da dependência (1) Referência: CARDOSO, F. H. e FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. Cap. I: Introdução; Cap. II: Análise integrada; Cap. III: As situações fundamentais no período de “expansão para fora”; Cap. VI: Desenvolvimento e mudança social no momento de transição (item 1. O momento de transição nas sociedades com produção controlada). p. 15-99.

³ Cuja defesa ocorreu no dia 16/09.

⁴ Meu relatório final de estágio supervisionado, que marca minha última atividade enquanto professor substituto, foi entregue no dia 24/09/2014.

⁵ A saber: SANTA’ANA JÚNIOR, Horácio Antunes; AQUINO, Maria José da Silva; BRUSTOLIN, Cíndia (organizadores). **Desenvolvimento em questão**: projetos desenvolvimentistas, resistências e conflitos socioambientais. São Luís: EDUFMA, 2018. Nessa obra, assinei um capítulo intitulado: *A crítica ao planejamento em Milton Santos e Arturo Escobar*.

Economia política brasileira; (2) Teoria da dependência⁶; (3) Desenvolvimento e subdesenvolvimento⁷, especialmente no Brasil⁸; (4) a crítica ao desenvolvimento⁹, em especial na Antropologia¹⁰; (5) crítica ao desenvolvimento sustentável¹¹; e (6) a relação existente entre desenvolvimento e conflitos ambientais¹².

Não obstante, foi a primeira parte da disciplina a que mais me incutiu curiosidade. Essa primeira parte trazia textos de José Márcio Rego e do ex-ministro da fazenda Guido Mantega¹³. E foi ao ler a obra de Mantega¹⁴ que me veio o estímulo de realizar algo semelhante na Geografia. Minha ideia era justamente fazer na Geografia Humana aquilo que Mantega fez para a Economia Política. Sem embargo, a análise do economista, pelas próprias limitações temporais do autor¹⁵, não dava conta das críticas que as Ciências Sociais realizavam ao desenvolvimento, especialmente após o fim da URSS¹⁶.

Como equacionar isso? Em minha mente, decorrente das minhas leituras e do trabalho acumulado na dissertação de mestrado¹⁷, no campo da Geografia Humana – até onde eu havia conseguido alcançar no momento (outubro de 2014), havia quatro interpretações sobre o desenvolvimento: (1) aqueles que defendem a industrialização como estratégia de

⁶ CARDOSO, F. H. e FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004

⁷ FURTADO, Celso. **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

⁸ FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1976

⁹ RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós- desenvolvimento; a crítica da modernidade e a emergência de “modernidades” alternativas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 25 nº 75, fevereiro de 2011. p. 149-193; SACHS, Wolfgang (editor). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Trad. Vera Lúcia M JOSCELYNE, Susana de GYALOKAY e Jaime A. CLASEN. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

¹⁰ ESCOBAR, Arturo. **La invención del tercer Mundo**: construcción y desconstrucción del desarrollo. Trad. de Diana Ochoa. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007

¹¹ FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Trad. Marise Manoel. Campinas, SP: Editora da Unicamp, São Paulo: Imprensa Oficial, 2001

¹² ZHOURI, ANDRÉA; OLIVEIRA, Raquel. Development and environmental conflicts in Brazil: challenges for anthropology and anthropologists. **Vibrant**. v. 9, n.1, junho de 2012. p. 181-208

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros. **A insustentável leveza da política ambiental** – desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005

¹³ MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. Desenvolvimento, subdesenvolvimento: breves registros sobre a teoria da dependência e considerações sobre “precursores”. Disponível em: www.race.nuca.ie.ufrj.br/nuca-wp/papers/sep/mesa05/guido.doc.

¹⁴ MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Polis/Rio de Janeiro: Vozes, 1984

¹⁵ A tese foi defendida em 1982.

¹⁶ 1992 é o ano da primeira edição da obra **Dicionário do Desenvolvimento**, organizada por Wolfgang Sachs. A obra é composta de verbetes (planejamento, recursos naturais, produção etc.) que conformam o dito Dicionário. O livro, para além de se remeter apenas a uma crítica ao desenvolvimento, é um ataque frontal à ciência igualdade, progresso, socialismo, tecnologia e, em última instância, à razão, ao iluminismo, à modernidade e à dialética. Os autores, claramente inspirados na epistemologia pós-moderna e que têm como influências inegáveis Michel Foucault, Martin Heidegger e Friedrich Nietzsche – buscamos desconstruir o desenvolvimento.

¹⁷ **O desenvolvimento geográfico desigual da Suzano Papel e Celulose no Maranhão**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia Humana. São Paulo, 2014. 221 f.

desenvolvimento¹⁸ (Yves Lacoste; Milton Santos); (2) os intelectuais que ressaltam o desenvolvimento desigual (Neil Smith; David Harvey) e (3) a dependência (Horieste Gomes; German Wettstein); e, finalmente, (4) a crítica pós-estruturalista (Carlos Walter Porto-Gonçalves e Jorge Ramón Montenegro Gómez).

Eu já tinha, portanto, o esqueleto de autores que cobriam um esplêndido arco-temporal: desde os anos 1950, com Yves Lacoste, até Carlos Walter Porto-Gonçalves, em 2006. Esse arco-temporal me permitia o aprofundamento na Economia Política (Clássicos, Keynesianismo, Nacional-Desenvolvimentismo, Teoria da Dependência, Substituição de Importações, Subdesenvolvimento Capitalista), além de me situar na fronteira dos debates epistemológicos realizados pelas Ciências Sociais – o que me impelia ao estudo da ontologia¹⁹, em especial aquela realizada pelo mestre húngaro György Lukács (1885-1971). Essa conjunção de determinações é fonte, até hoje, para mim, de um *inesgotável* prazer intelectual.

Paralelo a essa primeira ideia de tese – que viria se mostrar futuramente vencedora eu almejava também retomar os estudos sobre conflitos socioambientais. Nesse caso, a minha ideia era estudar as ações e a atuação da Rede Justiça nos Trilhos (RJNT) frente ao modelo de desenvolvimento capitaneado pelo Estado brasileiro e a Vale na Amazônia maranhense. Esse objeto de pesquisa também se mostrava instigante vez que eu era membro da RJNT e do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA²⁰). Ademais, eu já detinha material acumulado decorrente tanto da monografia²¹, quanto de artigos publicados em periódicos²². Afinal, o que é a Rede Justiça nos Trilhos? Um movimento social? Uma organização? O que levou a transformação de Campanha em Rede? Eram alguns questionamentos que eu desejava responder.

Em 2015 *Pari passu* aos estudos para o concurso público prossegui com minha

¹⁸ A partir do segundo semestre de 2016 passei a incluir nesse grupo Josué de Castro.

¹⁹ Em novembro de 2014, junto com os professores e amigos Luiz Eduardo Lopes Silva (UFMA), Samarone Carvalho Marinho (UFMA) e Vinícius Pereira Bezerra (IFMA), iniciamos um pequeno círculo de leituras dedicados ao estudo da ontologia. Nossa primeira obra foi o *Sobre a Natureza* de Parmênides (530 a.C. – 460 a.C)

²⁰ Liderado pelo professor Horácio, foi fundado em no segundo semestre de 2005. Sou membro do GEDMMA desde outubro de 2008. É sem dúvida a este grupo, especialmente ao professor Horácio, que devo minha paixão ao tema desenvolvimento.

²¹ RIBEIRO JUNIOR, J. A. S. **O discurso de responsabilidade socioambiental empregado pela Vale no período pós-privatização (1997-2010) em São Luís - MA.** Monografia (graduação) - Universidade Federal do Maranhão, Curso de Geografia, 2011.132p.

²² RIBEIRO JUNIOR, José Arnaldo dos Santos; MARINHO, Samarone Carvalho. O Estado Brasileiro, a economia da Vale na Amazônia Maranhense e a Rede Justiça Nos Trilhos. **Geografia. Ensino & Pesquisa** (UFMS), v.17, p.34 • 53, 2014.

RIBEIRO JUNIOR, José Arnaldo dos Santos; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes. A Política de Desenvolvimento Sustentável da Vale. **Geografia. Ensino & Pesquisa** (UFMS), v.15, p.7 • 26, 2012.

RIBEIRO JUNIOR, José Arnaldo dos Santos; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes. A Geografia Política dos conflitos ambientais no Maranhão: Território, Desenvolvimento e Poder no Relatório de Sustentabilidade da Vale 2009. **Revista Percursos** (Online), v.3, p.107 • 123, 2011

participação no GEDMMA, NEPS²³ e Rede Justiça nos Trilhos. No NEPS, além das discussões das obras de Marx e Engels, nos dedicávamos à preparação do livro intitulado *Afinidades Marxistas*. No âmbito do GEDMMA, iniciamos os preparativos para o IV Seminário: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (SEDMMA) e continuei acompanhando os conflitos socioambientais que se desenrolavam na Zona Rural de São Luís. Em julho, participei do seminário interno de pesquisa do grupo. Nesse seminário apresentei o que, até então, achei que seria o meu futuro projeto de doutorado: “O Estado Brasileiro, a Economia da Vale na Amazônia Maranhense e a Rede Justiça Nos Trilhos”. O objetivo era discutir a relação existente entre o Estado Brasileiro e a Economia da Vale tendo como universo empírico a Amazônia Maranhense, principal área de atuação da Rede Justiça nos Trilhos.

Em 11 de abril fui palestrante de um evento preparatório para o Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social – ERESS. Nessa palestra abordei o seguinte tema: *O Planejamento Burocrático-Burguês em questão: Análise das Estratégias de Desenvolvimento do Maranhão*. Essa palestra era, originalmente, o resultado de um artigo²⁴ homônimo que havia submetido para a disciplina de Sociologia do Desenvolvimento no segundo semestre de 2014. Ou seja: quando da feitura da referida disciplina, enviei via e-mail para o professor Horácio não um, mas dois artigos. Em minha avaliação, isso era uma prova de que eu ainda estava, àquela época, dividido sobre qual projeto de pesquisa abordar num futuro doutorado: um tema mais teórico, como exemplificara o artigo comparativo entre Milton Santos e Arturo Escobar? ou um tema mais empírico, a exemplo das estratégias de desenvolvimento do Maranhão? Seja o que for, o fio condutor de minhas análises repousava no binômio planejamento- desenvolvimento. E o artigo que deu origem à palestra seria futuramente publicado numa obra²⁵ coletiva organizada pelos professores doutores Sávio José Dias Rodrigues (UFMA), Luiz Eduardo Neves dos Santos (UFMA) e Carlos Rerisson Rocha da Costa (UESPI).

Ainda em 2015, com vistas à construção do projeto de doutorado para uma futura seleção do PPGH, tive a oportunidade de cursar duas disciplinas de pós-graduação na modalidade ouvinte: (1) Tópicos Especiais em Sociologia I: Sociologia do Desenvolvimento;

²³ Grupo de estudos do qual sou membro desde 2008. A importância do grupo repousa no fato de o mesmo ter sua razão de ser no estudo das obras de Marx e Engels. É do NEPS que deriva minha relativa familiaridade com os revolucionários comunistas. Em 2015, o grupo publicou a coletânea de artigos intitulada **Afinidades Marxistas**. Nessa obra eu assinei o artigo *Neil Smith e David Harvey: contribuições para uma teoria do desenvolvimento geográfico desigual*, um dos resultados de minha pesquisa de mestrado

²⁴ No qual eu objetivei investigar o papel do planejamento burocrático-burguês a partir da análise do documento estratégias de desenvolvimento do Maranhão produzido pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (SEDINC). Parto da hipótese de que o planejamento estatal (1) não representa o interesse geral da sociedade, e (2) atende aos interesses particulares da burguesia.

²⁵ **Temas da Geografia do Maranhão: territórios e desenvolvimento regional. lugar, educação e cultura.** São Luís: Café & Lápis; Edufma, 2017.

e (2) História, Totalidade em Movimento: (des)caminhos do Materialismo Histórico – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS-UFMA).

A disciplina de Sociologia do Desenvolvimento dessa vez foi ministrada pelos professores Horácio e Olena Volodymyrivna Kovtun, contando ainda com a colaboração de Cíndia Brustolin e Tayanná Santos Conceição de Jesus (estágio docência). Em termos de conteúdo, foi incorporada uma sessão intitulada “A crítica decolonial ao desenvolvimento”²⁶. Mesmo na condição de ouvinte encarreguei-me de apresentar os textos de duas sessões: (1) Substituição de Importações e Economia Marxista no Brasil²⁷; e (2) A crítica ao desenvolvimento²⁸. Fazer a disciplina pela segunda vez reforçou a minha opção em realizar um trabalho teórico sobre como a questão do desenvolvimento econômico foi abordada pelos mais diversos geógrafos. A disciplina também foi um palco muito proveitoso de discussões intelectuais, haja vista eu era o único marxista-geógrafo- desenvolvimentista no seio de cientistas sociais-decoloniais-pós-desenvolvimentistas.

Por seu turno, a disciplina sobre os (des)caminhos do Materialismo Histórico. Foi levado a esta disciplina pelo convite da minha colega de GEDMMA e historiadora Tayanná Santos Conceição de Jesus. Ela me contou que um professor recém-chegado iria ministrar uma “disciplina sobre Marx”. Tratava-se do Prof. Dr. Marcus Vinicius de Abreu Baccega. Marxista que sou, não me furtei à oportunidade de aprender com o historiador em questão.

A disciplina afigurou-se para mim de uma riqueza inefável – ainda que em minhamui

²⁶ Foram discutidos dois textos: (I) CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. Prologo: Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. p. 9-22; e (II) ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar con la tierra**. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014. Cap: El desarrollo (de nuevo) en cuestión: algunas tendencias en los debates críticos sobre capitalismo, desarrollo y modernidad en América Latina. p. 25-65.

²⁷ MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Polis/Rio de Janeiro: Vozes, 1984. Cap. 2: O modelo de substituição de importações; Cap. 3: Raízes do pensamento econômico marxista brasileiro. p. 77-157

²⁸ RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento; a crítica da modernidade e a emergência de “modernidades” alternativas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 25 nº 75, fevereiro de 2011. p. 149-193. Disponível em http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=161:rbcsc-75&catid=69:rbcsc&Itemid=399. Acessado em 08/09/2014.

SACHS, Wolfgang. Introdução. In: SACHS, Wolfgang (editor). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Trad. Vera Lúcia M JOSCELYNE, Susana de GYALOKAY e Jaime A. CLASEN. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 11-17.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (editor). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Trad. Vera Lúcia M JOSCELYNE, Susana de GYALOKAY e Jaime A. CLASEN. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 59-83.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. In: ZHOURI, Andréa (Org.). **Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e Conflitos territoriais**. Brasília-DF: ABA, 2012. p. 196-233

humilde avaliação tivesse um caráter introdutório²⁹. Em larga medida porque o professor Baccaga era crítico das discursividades pós-modernas, o que pra mim caía como uma luva no embate intelectual contra os pós-modernos/pós-estruturalistas que influenciavam Carlos Walter Porto-Gonçalves e Jorge Ramón Montenegro Gómez. Ademais, o professor primava pela categoria de totalidade, na melhor tradição lukacsiana, o que fazia frente às famigeradas narrativas fragmentadas típicas da antropologia. Além das importantes leituras que realizei³⁰, destaco ainda a apresentação que o prof. Dr. Samarone Carvalho Marinho e eu realizamos acerca da *perspectiva marxista de Gyögy Lukács*, em 27/10.

Além de Guido Mantega, a tese³¹ da professora doutora Bianca Aires Imbiriba Di Maio Bonente era mais um trabalho que me inspirava. Em 22 de agosto de 2016, eu enviei um e-mail para ela. O motivo era acessar a tese de doutorado da mesma. Acreditava que o trabalho da professora Bonente poderia me ajudar na compreensão da formação da crítica geográfica do (sub)desenvolvimento capitalista. Dois dias depois (24/08) a professora Bianca me respondeu enviando sua preciosa tese de doutorado. Um trabalho primoroso e, *em certa medida*, guardava semelhanças com o trabalho aquele de Mantega. Me influenciou profundamente com o que eu ambicionava fazer na Geografia Humana. Bonente defendia com lucidez uma teoria ontológica do desenvolvimento; expunha com elegância as leis gerais de desenvolvimento da sociedade; enfocava brilhantemente as particularidades (históricas) do desenvolvimento capitalista; distintamente apresentava as teorias clássicas do desenvolvimento, tanto no plano mais geral, quanto para o caso da América Latina; findava, com erudição, as tendências do debate sobre desenvolvimento após a década de 1970.

Academicamente, no segundo semestre de 2016, me dediquei a reler três níveis de

²⁹ Tal qual denunciavam alguns textos obrigatórios: LESSA, Sérgio. TONET, Ivo. **Introdução à Filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011, pp 13-49.

MARX, Karl. “Prefácio”. In: **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. “A Mercadoria”. In: **O Capital**. Crítica da Economia Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. (Disponível na Biblioteca).

MARX, Karl. “Conspecto da Fenomenologia do Espírito de Georg Wilhelm Friedrich Hegel, capítulo ‘Osaber absoluto’”. Apud **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

³⁰ As quais destaco: BACCEGA, Marcus. “O Conceito de História para Hegel”. In: Caminhos da História: Montes Claros, 2009, V.14 – nº1.

KANT, Immanuel. “Ideia de uma História Universal com um propósito cosmopolita”. Trad. Artur Morão. In: www.lusosofia.net.

BACCEGA, Marcus. “O fetiche do Capital e a clausura do imaginário”. In: **Escritas**. Goiânia: Editora Kelps, 2008, Vol. 01 – nº 01.

DUSSEL, Enrique. **A Produção Teórica de Marx**. Um comentário aos Grundrisse. São Paulo: Expressão Popular, 2012, pp. 319-349.

VVAA. “A Teologia da Libertação e a opção preferencial pelos pobres na América Latina”. In: História e Perspectivas. Uberlândia: EDUFU, 2011, Vol. 44

³¹ **Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica**: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal Fluminense, 2011. 148f.

bibliografia: (1) algumas obras de geografia que tratavam sobre desenvolvimento³²; (2) as consequentes influências teóricas e históricas; e (3) obras sobre o estruturalismo³³. À época, o projeto que tinha em mente centrava-se na relação entre geografia e desenvolvimento, analisando especificamente a origem teórica, fontes de inspiração, hipóteses básicas e proposições fundamentais dos geógrafos que se debruçaram sobre essa questão. Contudo, eu terminava particularizando nas leituras do Harvey e Smith, que, pensara eu, acabavam sendo mais contribuições de método, ou seja, de como compreender o desenvolvimento desigual a partir do espaço geográfico e como o espaço geográfico pode ser compreendido pela teoria do desenvolvimento desigual. Minha dúvida era, portanto, saber se no projeto eu deveria ou não historicizar o desenvolvimento socioeconômico capitalista, ou seja, (1) apresentar antecedentes teóricos (Adam Smith, David Ricardo, Marx, etc.), (2) as teorias do desenvolvimento no período "áureo" do capitalismo (de 1940-1970) e, finalmente, (3) as teorias do desenvolvimento na crise desse modo de produção (1970-dias atuais).

Academicamente, o ano de 2017 começou para mim com uma constatação: à medida em que realizava um *amplo* levantamento bibliográfico sobre textos de geografia do desenvolvimento³⁴, percebia que teria que ler diversos textos escritos em francês. E aí repousava um problema vez que meu conhecimento do referido idioma era precário. A saída que pensei realizar foi de me enveredar nas traduções dos textos geográficos. A meu ver, eu “mataria dois coelhos com uma cajadada só”: além de ler os textos eu os traduzia, o que diminuía minha precariedade.

O primeiro texto que traduzi foi o *Le sous- développement: quelques ouvrages significatifs parus depuis dix ans*, de Yves Lacoste, publicado nos *Annales de Géographie* em 1962. Iniciei essa tradução no dia 08/02 e a encerrei em 29/03. Em 04/08 iniciei a tradução de

³² SANTOS, Milton. Planejando o subdesenvolvimento e a pobreza [1978]. In: SANTOS, Milton. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas**. Tradução Maria Irene Q. F. Szmerecsányi. 2ªed. 2ªreimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011, p.13-40.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Desenvolvimento em (des)construção**. Narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. 2006. 438 f. Tese (Doutorado em Geografia) — Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e a Produção do Espaço**. Tradução de Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988 [1984]

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. 4ªed. Loyola: São Paulo, 2011 [2000].

HARVEY, David. **Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development**. New York, Verso, 2006

³³ Com destaque para a monumental **História do estruturalismo**, de François Dosse.

³⁴ Naquele momento, totalizando 31 obras (entre livros, capítulos e artigos).

*Le concept de sous-développement et la Géographie*³⁵, também de Lacoste, finalizada em 08/09; entre 08 e 11/09 traduzi *L'approche géographique du sous-développement*³⁶, de Pierre George; entre 19/09 e 16/10: *Les divisions de l'espace géographique dans les pays sous-développés*³⁷, de Bernard Kayser; entre 02 e 05/11: *Le développement : virtualités et obstacles*³⁸, de Josué de Castro; por fim, entre 12 e 20/11: *Rôle des facteurs géographiques comme freins des processus et entreprises de développement*³⁹, de Pierre George.

Em termos de leitura, para o primeiro semestre de 2017 me dediquei a ler as obras de Yves Lacoste e suas influências teóricas-históricas. Do geógrafo eu li *Os países subdesenvolvidos*; *Le sous-développement: quelques ouvrages significatifs parus depuis dix ans*; *Perspectivas da Geografia ativa em país subdesenvolvido*; *Geografia do Subdesenvolvimento e Ibn Khaldun*. Em termos de influências teóricas pude me debruçar sobre os seguintes textos: *O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra e A teoria do desenvolvimento econômico*, ambos de Arthur Lewis; *Ensaio Sobre a População*, de Thomas Robert Malthus; *Perspectivas de uma economia internacional* bem como *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*, de Gunnar Myrdal; *Problemas de formación de capital en los países insuficientemente desarrollados*, assim como *Alguns aspectos internacionais do desenvolvimento econômico*, os dois de Ragnar Nurkse; *Problemas de industrialização da Europa do Leste e do Sudeste*, de Paul Narcyz Rosenstein-Rodan; *Etapas do desenvolvimento econômico*, de Walt Rostow; *El problema de la población en el mundo* e *Teoria General de la Poblacion*, ambos de Alfred Sauvy; e, finalmente, *A teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*, de Joseph Alois Schumpeter.

Essas leituras me municiaram no sentido de uma correta apreensão “internalista” das obras do geógrafo franco-marroquino. Todavia, pouco me ajudavam no entendimento das querelas no seio da geografia francesa do pós-Segunda Guerra Mundial, ou mesmo do papel desempenhado por Pierre George, Jean Dresch e toda rede de relações intelectuais representada pelo que podemos chamar, na trilha de Claude Bataillon (2006; 2009), de “geógrafos da geração de 1920”: Raymond Guglielmo, Bernard Kayser, André Prenant, Michel Rochefort e Raymond Dugrand. Numa palavra: faltava história e epistemologia da geografia nas reflexões.

Não deixa de ser interessante perceber como, nos idos de 2017, Yves Lacoste aparecia

³⁵ *Annales de Géographie*, t. 76, n°418, 1967. pp. 644-670;

³⁶ *Tiers-Monde*, tome 6, n°21, 1965. pp. 81-91;

³⁷ *Annales de Géographie*, t. 75, n°412, 1966. pp. 686-697;

³⁸ *Tiers-Monde*, tome 5, n°20, 1964, pp. 649-660;

³⁹ *Tiers-Monde*, tome 8, n°29, 1967, pp.3-13;

para mim como o geógrafo central nas discussões sobre desenvolvimento. *Exempli gratia*, para o ENANPEGE daquele ano submeti o artigo “O conceito de Subdesenvolvimento na Geografia de Yves Lacoste”. Neste texto busquei analisar dialeticamente o primeiro escrito de Lacoste que trata da questão desenvolvimento: Os países subdesenvolvidos. Destaquei ainda sua origem teórica, suas principais fontes de inspiração e proposições fundamentais. Minha hipótese básica era que o conceito de subdesenvolvimento no geógrafo em tela era produto de diversas influências teóricas (Malthus, Nurkse, Myrdal) e experiências históricas (Rússia, Japão, China) que consubstanciam uma crítica ao subdesenvolvimento, mas termina por conservar o desenvolvimento capitalista enquanto resposta aos problemas dos países subdesenvolvidos.

Por seu turno, na XII Semana de Geografia da UFMA ministrei um minicurso intitulado “As teorias do Desenvolvimento e sua relação com a Geografia”. O objetivo principal era analisar – à luz da teoria social marxiana – a relação existente entre a Geografia Humana e a Economia do Desenvolvimento, evidenciando tendências, controvérsias e questões. Particularmente, além de apresentar determinados textos geográficos que abordam a relação entre Geografia Humana e Economia do Desenvolvimento, busquei reconstituir historicamente e dialeticamente a trajetória teórica de alguns dos principais escritos geográficos acerca da questão do (sub)desenvolvimento com o fito de apreender a singularidade dos escritos e a particularidade dos autores – ao mesmo tempo em que os situava (escritos e autores) em correntes teóricas afins (Economia Política Clássica, Keynesianismo, Nacional-Desenvolvimentismo, Teoria da Dependência). Dediquei particular atenção à teoria do desenvolvimento geográfico desigual por acreditar que acentua o caráter espacial do desenvolvimento desigual do capitalismo. Tratei ainda de desvelar em cada um dos autores estudados (Yves Lacoste⁴⁰, Milton Santos⁴¹, Neil Smith⁴² e David Harvey⁴³), uma faceta de seu pensamento – a questão do desenvolvimento – por vezes negligenciado nos estudos de trajetória epistemológica intelectual.

De qualquer forma, em 2018, a partir do momento em que ia lendo os geógrafos e suas influências teórico-históricas, comecei a pensar se não era melhor começar a limitar o material

⁴⁰ **Os países subdesenvolvidos**. Tradução de Diva Benevides Pinho. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961 [1959].

⁴¹ Planejando o subdesenvolvimento e a pobreza [1978]. In: SANTOS, Milton. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas**. Tradução Maria Irene Q. F. Szmerecsányi. 2ªed. 2ªreimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011, p.13-40.

⁴² **Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e a Produção do Espaço**. Tradução de Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988 [1984].

⁴³ **Espaços de esperança**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. 4ªed. Loyola: São Paulo, 2011 [2000]. **Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development**. New York, Verso, 2006

analisado. Naquela altura, havia compilado – entre livros, capítulos e artigos – 66 obras geográficas sobre desenvolvimento e havia lido 33 obras do total. Excogitei três possibilidades, todas com vantagens e desvantagens. A saber:

(1) Centrar por temporalidade: nessa dimensão os textos abarcariam de 1950 até 1990 – começando com Josué de Castro e encerrando com German Wettstein. Uma desvantagem era a eliminação de determinados textos de Marcelo Lopes de Souza, Richard Peet, David Harvey, Carlos Walter Porto-Gonçalves e Jorge Montenegro Gómez.

(2) Centrar por “escolas nacionais”: destacam-se a “escola francesa” de geografia do desenvolvimento – Lacoste, George, etc. – e a “escola brasileira” – Josué de Castro, Manuel Correia de Andrade, etc. Uma desvantagem era a “desobrigação” de análise de uma das escolas supracitadas e ainda de determinados textos anglófonos, como os de Neil Smith, David Harvey e Richard Peet.

(3) Centrar por autor: dimensão mais difícil porque surge a pergunta: qual autor? Manuel Correia de Andrade? Yves Lacoste? Esses geógrafos são, até onde eu tinha alcançado, os mais importantes porque foram os que deram contribuições de maior fôlego para o debate sobre desenvolvimento interno à Geografia.

Isso tudo sem mencionar uma ampla bibliografia que eu busquei dar conta, a exemplo de *a Era dos Extremos*, de Eric Hobsbawm; *O livro negro do capitalismo*, de Gilles Perrault; *O capitalismo no século XX*, de Maurício Tragtenberg; *O marco histórico do processo de desenvolvimento-subdesenvolvimento*, de Osvaldo Sunkel; *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, de Joan Robinson; *O que é subdesenvolvimento*, de Horácio González e *A formação do 3º mundo*, de Ladislau Dowbor.

Eu tinha uma ideia central clara: analisar a formação da crítica geográfica do (sub)desenvolvimento capitalista”. E minha inquietação tinha a forma de questão condutora da pesquisa: “como os geógrafos incorporaram em suas formulações científicas as teorias do desenvolvimento capitalista?”. Além disso, não deixava de ser curioso para mim como a geografia [do desenvolvimento] transitava de um cariz mais marxista ou marxisante até inspiração pós-estruturalista, tal como expressa nos professores Carlos Walter Porto-Gonçalves e, sobretudo, Jorge Montenegro Gómez. O que explicava esse movimento? Mais uma questão.

Então, por ocasião de estar na capital paulista nas duas últimas semanas de setembro de 2018, enviei um e-mail para o Professor Doutor Manoel Fernandes de Sousa Neto. Perguntava ser era possível me reunir com ele para discutir um projeto de doutorado. O professor Manoel respondeu positivamente e nos reunimos no dia 21/09. No dia eu mostrei o que havia de material (artigos, capítulos e uma matriz de autores e textos geográficos sobre desenvolvimento).

Interroguei se era possível abordar a formação da crítica geográfica do desenvolvimento capitalista pelo prisma da História da Geografia. O professor disse que sim. E me deu uma dica: centrar nos geógrafos anglófonos – Harvey, Smith, Stuart Corbridge e Richard Peet. Agradeço ao professor por ele ter me recebido.

Tendo um possível orientador em vista era chegado o momento de prestar a seleção do PPGH em 2019. Com Manoel, eu julgava ser capaz de sanar minhas deficiências em história e epistemologia da geografia – fundamentais para uma apreensão correta da questão desenvolvimento inerente à disciplina geográfica. Concorri com um projeto centrado nos geógrafos anglófonos, a saber: *Geografia e desenvolvimento: Neil Smith, David Harvey e a teoria do desenvolvimento geográfico desigual*. Mas, admito, que àquela época os geógrafos que mais me despertavam prazer intelectual eram Yves Lacoste e Josué de Castro. Inobstante isso, com a aprovação no doutorado em 12 de junho de 2019 e com a emissão da portaria nº 7.793, de 31 de dezembro de 2019 – autorizando meu afastamento – era chegado o momento de cursar o tão sonhado doutorado.

O caminho para chegar à presente tese de doutorado não foi fácil. Talvez mais difícil ainda foi delimitar o objeto de reflexão. Para tanto, duas dimensões foram decisivas: (I) a feitura das disciplinas de pós-graduação; e (II) as orientações que recebi do professor Manoel Fernandes. Naquele momento, primeiro semestre de 2020, eu ainda estava no *dédalo* do objeto de investigação. Pretendia estudar os três livros que Manoel Correia de Andrade dedicou ao tema, a saber: *Espaço, polarização e desenvolvimento; Geografia, região e desenvolvimento; e Aceleração e freios ao desenvolvimento brasileiro*. Pensava que esse autor, do ponto de vista da geografia, poderia ilustrar o debate sobre desenvolvimento no Brasil e suas contradições.

Nesse meio tempo, a pandemia de *Coronavirus Disease 2019* (COVID-19) suspende as atividades presenciais e lança-nos nas aulas a distância. Para minha surpresa, as aulas funcionam muito bem. E o momento de reclusão potencializa as leituras e otimiza o tempo, na mesma medida em que as preocupações sanitárias públicas e particulares recrescem.

Escrevi acima que a feitura das disciplinas foi importante para os recortes do objeto. Foi o caso da disciplina *Tópicos Especiais de História Econômica do Brasil*, ministrada pelo Professor Doutor Alexandre de Freitas Barbosa. Lá eu tive contato com uma gama de autores envoltos numa perspectiva sistêmica: Fernand Braudel (1902-1985), Immanuel Wallerstein (1930-2019), Robert Brenner, Dale Tomich, Giovanni Arrighi (1937-2009), David Harvey e Robert Boyer. Para os efeitos de delimitação de objeto, eu tinha encontrado nos autores sobreditos um suporte intelectual extremamente proveitoso para pensar, por exemplo, Yves Lacoste ou Harvey. Ademais, a bibliografia do curso me ajudou bastante a pensar os capítulos

da tese ora apresentada – em especial o inaugural. Curiosamente, será especialmente Deepak Nayyar quem vai me inspirar na escrita.

Se por um lado, a disciplina do professor Alexandre me apresentou uma possível entrada no debate sobre desenvolvimento, foram as reuniões com o professor Manoel Fernandes que efetivamente recortaram o objeto. Essa era a minha dificuldade fundamental. Num processo de erros e acertos, com a iluminação do orientador, pude diminuir o escopo do projeto bem como alterar sua estrutura. Reconheci minhas limitações e duvidava se poderia realizar mesmo uma história das ideias – no caso, desenvolvimento na geografia. Numa relação de angústia e serenidade, havia ainda o problema do recorte dos autores e aquele das escolas.

Explico: Neil Smith publicou *Desenvolvimento desigual*; Milton Santos, *O espaço dividido*. Mas Yves Lacoste publicou: *Os países subdesenvolvidos*; *Geografia do subdesenvolvimento*; *Ibn Khaldun*; *Unité et diversité du tiers monde*; e *Contra os anti-terceiro mundistas e contra certos terceiro mundistas*. Estava discrepante. Sem falar que as obras do geógrafo franco-marroquino abarcam o auge e o declínio do debate sobre desenvolvimento e terceiro mundo no século XX. Considerando isso, passei a pensar se não seria o caso de focar exclusivamente na obra lacosteana.

Outra possibilidade era capturar o que o professor Manoel chamou de “críticas ao desenvolvimento na geografia no Brasil” e a reorientação do debate sobre desenvolvimento interno à Geografia. Nesse sentido, o eixo de análise era: Manoel Correia de Andrade/Milton Santos/Carlos Walter Porto-Gonçalves/Jorge Montenegro Gómez. Em todas alternativas tínhamos prós e contras. Centralizando em Lacoste deixamos de lado o debate no Brasil e também a obra de Smith, mas ganhamos ao focar no geógrafo que mais escreveu sobre o tema – entre livros e artigos. Por outro lado, focando no debate no Brasil, ganhamos em riqueza de autores e na possibilidade de mostrar as reorientações do debate na geografia.

Foi quando o professor Manoel me falou do trabalho da professora doutora Larissa Lira sobre Pierre Monbeig. Essa foi outra dica importante. Eu poderia escolher um autor. E ponderando os argumentos do meu orientador, concluí que a alternativa mais sensata era buscar entender – e criticar – a concepção de (sub)desenvolvimento em Yves Lacoste. Pela primeira vez apenas um autor era considerado para a pesquisa. E era com ele que eu possuía mais familiaridade: (1) na dissertação eu tive a oportunidade de estudar o pensamento de Lacoste sobre essa questão tomando como base *Geografia do Subdesenvolvimento*; (2) a partir de 2016 retornei ao Lacoste, não só à obra supracitada, mas também considerando *Os países subdesenvolvidos*; (3) os artigos traduzidos de Lacoste, para minimamente entender o francês, bem como a leitura e tradução do primeiro volume de sua tese *Unité et diversité du tiers monde*;

e (4) o contato com dois trabalhos de Elisa Favaro Verdi: o artigo (I) *Yves Lacoste, a geografia do subdesenvolvimento e a reconstrução da geopolítica*; e a dissertação de mestrado intitulada *Produção geográfica e ruptura crítica: a geografia uspiana entre 1964 e 1985*.

Portanto, foi somente na segunda quinzena de maio que o objeto foi definitivamente recortado. O professor me sugeriu a leitura do trabalho da professora Lira sobre Monbeig – o que prontamente fiz – e me deu outra pista preciosa: eu deveria conhecer bem o Yves Lacoste e começar pelas biografias que foram escritas sobre ele. Eu já conhecia o livro de entrevistas organizado pelo professor doutor Claudio Luiz Zanotelli (2005). Necessário, mas não suficiente. Pesquisei no *Google Scholar* e no site *Persée* o máximo de publicações (artigos, resenhas, etc.) sobre Yves Lacoste. Nesses dois domínios eu tinha quase 200 publicações não apenas sobre o geógrafo em foco, mas também acerca das suas “afinidades eletivas” (SOUSA NETO, 2021): George, Dresch, Kayser, Prenant, Guglielmo. Somados a isso, utilizei amplamente as entrevistas que ele concedeu para Pascal Lorot, bem como as memórias do geógrafo franco-marroquino (LACOSTE, 2010; 2018).

Assim, quando cursei as disciplinas *História da Geografia na Geografia Histórica do Capitalismo* – ministrada pelo meu orientador – e *Geografia Política: teorias sobre o território e o poder e sua aplicação à realidade contemporânea* – ministrada pelo professor doutor Wanderley Messias da Costa – eu já tinha o objeto de pesquisa efetivamente delimitado: *As categorias desenvolvimento e terceiro mundo na obra de Yves Lacoste (1959-1985)*.

Entretanto, se engana quem acha que as disciplinas não serviram para lapidar o objeto. Por exemplo, na disciplina do professor Manoel Fernandes, determinados textos discutidos permitiram-me clarificar a íntima relação entre os processos territoriais de constituição do mundo moderno e a próprias categorias enquanto formas de ser. *Exempli gratia*: a categoria terceiro mundo, enquanto determinação da existência, e sua famélica territorialidade colonial, tão bem evidenciada na obra de Mike Davis (2002).

No mesmo diapasão, na disciplina do professor Wanderley tive a oportunidade de compreender a importância dos clássicos da Geopolítica e da Geografia Política: responsáveis por darem contorno ao objeto e produzir uma geografia universal. Apresentei um seminário intitulado “A renovação crítica da Geografia Política: de Yves Lacoste a Claude Raffestin”. Foi importante. Lendo Raffestin, percebi como esse membro da assim chamada “escola suíça⁴⁴” concebia a reconstrução da Geografia por uma via muito mais epistemológica que geopolítica – portanto, de uma maneira distinta de Lacoste. Isso sem falar das polêmicas que emergiram: a

⁴⁴ Junto com Jean-Bernard Racine e Antoine Bailly.

“longa guerra fria” estadunidense contra o socialismo (agora chinês); o suposto imperialismo da China; a democracia imperial dos EUA. Todas essas polêmicas funcionavam como motores de argumentações, raciocínios e posições concretas diante do objeto ora apresentado.

Finalmente, destaco que um último e importante momento na escrita dessa tese foram as observações dos professores Martinho Milani e Larissa Lira. Foi a partir das observações deles, especialmente da professora Lira, que efetivei um último movimento de refinamento do objeto pesquisado. Em vez de uma investigação categorial – indubitavelmente presente nessa tese – passei a pensar mais nas etapas, nos momentos do movimento maior do pensamento e ação de Yves Lacoste. Por essa via se tornou muito mais nítido observar a *centralidade* do terceiro mundo na obra de Lacoste. Não é verdade que suas principais pesquisas de campo são feitas em Argélia, Burkina Faso, Cuba e Vietnã? E não é também verdadeiro que são tais experiências que reorientam a geografia lacosteana? Não é exagero grafar que o geógrafo em tela fez avançar – sendo um importante agente – o campo da geografia do subdesenvolvimento. E isso se deve seja por aspectos particulares, seja por estar situado num cruzamento de tradições. No primeiro caso, ao clarificar conceitos (subdesenvolvimento, terceiro mundo) e propor um método de abordagem. No segundo caso, porque foi atravessado pelas geografias regional e tropical francesa – destaque para Vidal, George, Dresch e Gourou – bem como pelo marxismo estruturalista – Althusser – e até mesmo o que vai se chamar de pós-estruturalismo, com Foucault. Seguramente, Yves Lacoste está em campos científicos, intelectuais e políticos amplos. Isso passa desde sua articulação no PCF, a querela da geografia ativa *versus* geografia aplicada, até a perspectiva de renovação da Geografia que se choca com outros agentes nessa empreitada – a exemplo de Roger Brunet.

Inicialmente, a ideia central da presente tese de doutorado era investigar as categorias desenvolvimento e terceiro mundo na obra do geógrafo Yves Lacoste (1959-1985). Algumas perguntas serviam de norte: *Qual o percurso histórico do autor em tela que o conduziu a refletir sobre essas questões? Que influências teóricas e acontecimentos geopolíticos conferem substância à sua análise do subdesenvolvimento e aos problemas socioespaciais do Terceiro Mundo?* Nessa primeira aproximação, buscávamos as respostas para tais questões *norteadoras* a partir da análise das seguintes obras do autor: (1) *Les pays sous-développés*, de 1959; (2) *Géographie du sous-développement*, de 1965; (3) *Ibn Khaldoun - Naissance de l'Histoire/Passé*

du Tiers Monde, de 1966; (4) *Unité et diversité du tiers monde*, de 1980; e (5) *Contre les anti-tiers-mondistes et contre certains tiers-mondistes*, de 1985.

A delimitação cronológica por nós adotada (1959-1985) objetivava, além de estabelecer limites temporais em relação à extensão da obra⁴⁵, situá-la em relação ao auge e declínio dos debates sobre desenvolvimento e terceiro mundo no seio do ciclo sistêmico de acumulação estadunidense, o *Longo Século XX* (ARRIGHI, 2016 [1994]). Ademais, tal delimitação temporal implicava uma demarcação espacial, ou seja, em quais espaços geográficos Yves Lacoste experienciou⁴⁶ acontecimentos geopolíticos que materializaram e proporcionaram suas reflexões geográficas nesse intervalo preciso de tempo.

Nossa hipótese de trabalho, portanto, era essa: as experiências intelectuais subjetivas e os acontecimentos sócio-históricos objetivos vão conformar no pensamento e na prática *lacosteana* o nascimento de uma geografia do subdesenvolvimento e uma análise geopolítica sob o prisma do terceiro mundo. Em nossa visão, se essas experiências e acontecimentos fossem claramente explicitados, à luz da teoria social marxiana, as etapas do pensamento geográfico de Yves Lacoste poderiam ser claramente identificadas a partir das posições por ele adotadas frente à essas questões (subdesenvolvimento e terceiro mundo). Tais questões, a princípio “externas” à geografia, são internalizadas pelo geógrafo em foco a partir de um raciocínio “vidaliano-marxista” – tributário de Pierre George – em que, contraditoriamente, ele começa a questionar Escola Francesa de Geografia ao mesmo tempo em que busca ampliar sua geograficidade. Da mesma forma, se o raciocínio “marxista” de Lacoste serve como um meio de criticar a assim chamada geografia tradicional, ele será frequentemente combinado com argumentos demográficos que paulatinamente estarão num primeiro plano de argumentação – desde suas “obras de juventude” até o que podemos chamar de seu “ponto de maturação”.

Quando grafamos acima o advérbio inicialmente não queremos dizer que a ideia central tenha sido revogada, mas sim – para utilizar uma palavra cara à Marx – *superada*. Ou seja, o próprio desenvolvimento da pesquisa e de sua consequente exposição implicou uma primeira *negação* da ideia central sobredita para subordiná-la num movimento de totalização mais amplo. Daí, a ideia central transmuta-se na forma que segue: perscrutar o processo de nascimento e consolidação do pensamento geográfico de Yves Lacoste. Por esse prisma enxergamos a possibilidade de realizar a suprassunção das questões sobre desenvolvimento e terceiro mundo no seio das discussões mais amplas do *objeto* de reflexão de Lacoste, sua *démarche* e o que ousamos chamar de caráter *ontológico* de sua obra.

⁴⁵ Totalizando cerca de 27 obras (livros) autorais.

⁴⁶ Práticas docentes no ensino secundário e superior; trabalhos de campo, etc.

O professor e geógrafo brasileiro Antonio Christofolletti (1936-1999) escreveu que havia duas perspectivas de abordar um objeto de estudo: encarando-o como exemplo de uma série genérica ou como acontecimento único (CHRISTOFOLETTI, 1982). Enquanto “acontecimento único”, a principal preocupação repousaria na origem, desenvolvimento e características próprias de Yves Lacoste. Já na qualidade de “exemplo”, o geógrafo franco-marroquino é considerado como partícipe de um grupo e são acentuados os contextos e características de sua época. Entendemos nessa tese, nos termos de uma lição de método, que essas duas abordagens podem e devem estar estreitamente concatenadas. Agindo assim, abrimos caminho para capturar a *singularidade* de Lacoste – cuja preponderância no pensamento geográfico e geopolítico permanece notória.

Indubitavelmente, é preciso dizer que essa *singularidade* do geógrafo em tela não é absoluta, mas sim *relativa* e *relacional*. A obra em tela de Yves Lacoste não é um milagre do pensamento fruto da excepcionalidade de sua mente. De fato, sua obra é relativa à um dado momento espaço-temporal, à objetos determinados. Pensemos na descolonização, especialmente da África do Norte, assim como nas temáticas relativas ao subdesenvolvimento e terceiro mundo. Da mesma forma, é relacional porque os vínculos intelectuais que unem e separam Lacoste fazem-no ter uma *posição concreta* diante das questões por ele enfrentadas, bem como dos adversários que surgem. A querela entre *geografia aplicada* e *geografia ativa*, as disputas institucionais e as divergências que aparecem acerca da natureza, método e objeto da geografia são ilustrativas. São nessas últimas três dimensões que deve ser buscada a originalidade do geógrafo franco-marroquino.

Nosso escrito não deixa de estar vinculado à *história intelectual*. Nos termos de François Dosse (2006 [2003]), trata-se de um projeto de elucidação das obras dos pensadores na sua historicidade. No espírito lacosteano, adicionamos: de sua *geograficidade*. Sim, pois como veremos, as obras do geógrafo em tela estão grávidas de determinações geográficas que são plasmadas em sua escrita. Os traços, as características espaciais que dão forma e conteúdo aos “países subdesenvolvidos”, ao “terceiro mundo”, são elevadas ao nível de reflexão geográfica no pensamento lacosteano.

Dosse (2006 [2003]) também nos elucida que a *história intelectual* tem como ambição fazer com que as obras, autores e contextos sejam expressados simultaneamente. Essa observação foi primorosa para a nossa tese. Por um lado, tornou-se peremptório evitar uma análise meramente internalista. Certamente, ela existe e um tratamento quase exegético mostrou-se decisivo na captura de filigranas intelectuais. Por outro, uma aproximação externa – priorizando as redes de sociabilidade – ilumina os percursos e itinerários de erudição que

Yves Lacoste contraiu. Logo, observaremos nas páginas que se seguem a reprodução intelectual que engendra as obras lacosteanas, sua pena e o contexto que o serve de situação. Sem embargo, esses elementos acham-se coagulados em seus livros, capítulos, artigos, bem como – e isso é decisivo – na própria forma como o geógrafo relata as questões que lhe são objeto de reflexão. O *método*, é preciso deixar bem claro, já é uma *posição*.

O desejo de tratar da obra de Yves Lacoste, com o auxílio da teoria social marxiana, nos estimulou a contribuir com um debate que julgamos ser multifário e passível de ser entendido de forma escalonada à medida em que o nível de concretude se eleva. Essa tese contribui em primeiro lugar para um esclarecimento e um debate sobre as etapas do pensamento geográfico lacosteano – nos marcos temporais por nós estabelecidos. Num segundo nível de análise, ilustra as posições e querelas intelectuais-institucionais da geografia francesa no pós-Segunda Guerra Mundial. Um terceiro nível pode ser identificado: a inserção do geógrafo franco-marroquino nas discussões sobre subdesenvolvimento e terceiro mundo. Esses níveis estão articulados e o seu movimento emana das contradições que o forjam.

Para tanto, nossa argumentação debruçou-se fundamentalmente nos textos autorais. As etapas do pensamento geográfico de Yves Lacoste até atingir sua maturidade intelectual só poderiam ser respondidas adequadamente caso o nosso ponto de partida fossem as *posições concretas* do geógrafo face as questões que o atravessam. Tais posições, como observaremos em detalhe, são produtos de momentos de um movimento intelectual de maior envergadura. Cada uma delas são camadas de sedimentos de erudição que vão se solidificando, se metamorfoseando até se fundirem numa inovação intelectual – a revista *Hérodote*, *exempli gratia*.

Aqui é ocasião de fazer uma observação importante. Em nenhum momento foi feito *tabula rasa* do conhecimento sobre Lacoste. De fato, os livros, capítulos, teses, dissertações, artigos, resenhas, foram extremamente relevantes em nossa interlocução. Além disso, é preciso deixar claro – para não dar autonomia à epistemologia – que nosso interesse não repousa em “como conhecer” parte da obra lacosteana. Decerto, isso é importante e podemos dizer – dado as nossas menções à Dosse – que isso está presente em nossa tese. Sem embargo, nosso desejo é conhecer efetivamente um objeto concreto e delineado, as etapas do pensamento geográfico de Yves Lacoste dentro de uma temporalidade específica (1959-1985).

No Brasil, até onde a pesquisa alcançou, a análise de uma parcela da obra lacosteana foi levada a cabo por Wanderley Messias da Costa (1992), Elisa Favaro Verdi (2016) e Victor Daltoé dos Anjos (2022). Sem embargo, Lacoste é mais estudado na França, onde existem fartas referências sobre seu trabalho – como veremos. Em todo caso, o que nos parece curioso é que

é justamente no Brasil – até onde nossa pesquisa conseguiu alcançar – que foram realizados os estudos de maior fôlego sobre o pensamento e a ação de Yves Lacoste e *Hérodote*. Todos esses autores supracitados e seus respectivos trabalhos tratam do geógrafo franco-marroquino com bastante cuidado. Costa (1992) nos oferta uma análise valiosíssima sobre o ressurgimento da geografia política na França – e como a agência de Lacoste concorreu para isso. Verdi (2016) efetiva um trabalho precioso ao mostrar como o geógrafo em tela foi uma importante referência para a geografia uspiana no período da ditadura empresarial-militar no Brasil. E Anjos (2022) oferta uma rica análise sobre a *thèse d'État* lacosteana.

É nosso intuito mostrar que as reflexões lacosteanas não estão hipotecadas somente às suas influências teóricas diversas, mas também à maneira como ele se apodera do real em movimento. Destarte, tal qual escrevemos acima, partimos das posições do autor em tela também no intuito de capturarmos a *especificidade* que seu pensamento e ação se articulam para consolidar-se numa *posição* diante das questões em disputa (a exemplo da querela geografia ativa *versus* geografia aplicada).

Essa tese tem a pretensão de oferecer uma contribuição acerca das posições de Yves Lacoste diante das “questões candentes” de sua época – a exemplo do subdesenvolvimento e terceiro mundo. Essas questões, junto àquela do “que a Geografia deveria ser” operam como formas de identificar a relação particular que ele tem com uma parte do século XX – prenhe de guerras e revoluções. Se ele é considerado hoje um “clássico” geográfico isso é resultado de suas *intervenções* seja no campo interno da Geografia, seja naquele de maior amplitude simbolizado pelo debate acerca do subdesenvolvimento e terceiro mundo.

Nessa tese, as posições e intervenções do geógrafo em foco são constantemente relacionadas à sua época e às discussões engendradas no seio da Geografia pós-Segunda Guerra Mundial. E diversos autores nos ajudaram nessa empreitada: desde Samir Amin (2008) até Olivier Orain (2009). Dessa forma, julgamos colaborar para suprir uma lacuna no que tange à obra lacosteana – especialmente no período por nós analisado (1959-1985). Não é nossa vontade meramente situar o geógrafo no referido contexto. Tampouco discutir sua atualidade ou caducidade. Ansiamos captar as etapas do seu pensamento enquanto posições, intervenções diante de questões concretas. Se as posições são frutos de um encadeamento entre pensamento e ação, é necessário visualizar os elementos que lhe conferem coesão interna, ao mesmo tempo que Lacoste se individualiza – diante do seu contexto e adversários – e se singulariza (nos seus escritos).

Outra observação se faz necessária. No intuito de aclarar os momentos do seu movimento intelectual, bem como as posições que ele assume diante da questão do

subdesenvolvimento e do terceiro mundo, nos debruçamos sobre obras-chaves desse percurso – *Les pays sous-développés* (1959) e *Géographie du sous-développement* (1965) sendo as mais centrais para a questão do subdesenvolvimento, ao passo que *Unité et diversité du tiers monde* (1980) e *Contre les anti-tiers-mondistes et contre certains tiers-mondistes* (1985) representativas do seu pensamento sobre o terceiro mundo. Isso tudo, somado com as memórias e entrevistas compõem um quadro que nos autorizaria – tal qual era nosso objetivo primevo – a fazer uma análise categorial sobre subdesenvolvimento e terceiro mundo no seu percurso intelectual.

Entretanto, em nossa tese, entendemos que tal caminho é – mais ou menos – insuficiente. Ele nos levaria muito mais à uma análise das categorias – que teria por consequência um relativo “distanciamento” das mesmas do solo sócio-histórico que as forjou, bem como uma secessão da obra lacosteana – vista por nós como uma *totalidade* (categoria incontornável na perspectiva marxiana aqui adotada). A título de ilustração, a *magnum opus* de Yves Lacoste seria posposta haja vista a não-centralidade do complexo temático subdesenvolvimento-terceiro mundo.

Logo, nos é imposto uma análise que visualize tais obras – *Ibn Khaldun* inclusa – como um complexo que goza de uma autonomia que é relativa. Um conjunto complexo cujos graus de complexidade (interações, determinações) recrescem na medida em que o contexto, os agentes, instituições, mudam, se dilatam. Isso explica porque nossas referências não se esgotam somente no período por nós considerado. Por razões óbvias, era impossível evitar o percurso de Yves Lacoste antes de 1959. Mas como explicar, por exemplo, a presença de obras como *A geopolítica do mediterrâneo* (2006) e *La question postcoloniale* (2010) em nosso estudo dado que elas ultrapassam em muito o tempo por nós delimitado? Porque, primando pela categoria da *totalidade*, tentamos considerar ao máximo a *unidade* da obra de Yves Lacoste.

Isso nos conduz à questão da amplitude da nossa tese. Sua extensão deve-se à própria complexidade do objeto em discussão. Essa é uma lição de método para nós primordial: é o objeto que estipula a abordagem. As determinações das etapas do pensamento geográfico de Yves Lacoste implicaram na abrangência da exposição – marxianamente falando. Não obstante, o sujeito não está anulado nessa perspectiva: ele pode mobilizar referências, estabelecer recortes, frisar temas do geógrafo em tela. E isso tudo, é necessário dizer, foi feito. Portanto, adotando tal caminho, pudemos ver como vai aflorando gradativamente as posições de Lacoste acerca das “questões candentes” nas quais ele se vê envolto.

No *Grundrisse*, Marx (2011 [1857-1858], p.59) nos ensina que “as categorias expressam formas de ser, determinações de existência”. Nesse sentido, quando Yves Lacoste versa sobre geografismo, guerra geográfica, ou ainda situação de subdesenvolvimento, torna-se infactível o correto entendimento caso não remetamos tais termos à realidade que os engendrou. Por exemplo, guerra geográfica é fortemente tributário da revolução vietnamita. Quando o geógrafo em tela traduz situação de subdesenvolvimento como um desarranjo interno entre crescimento demográfico e econômico, evitando assim o imperialismo, tal categorização implica uma forma específica – operando em sua consciência – de contar a história do subdesenvolvimento. E aqui é decisivo apontar que tal definição da situação de subdesenvolvimento nos interessa justamente por revelar o modo como vai sendo traçado por Lacoste sua teoria do subdesenvolvimento e, em vista disso, como ele próprio se posiciona na realidade concreta.

Na escrita da tese, bem como de qualquer trabalho acadêmico, a metodologia ocupa um lugar de destaque uma vez que o método, de certa forma, é quem vai mediar a relação entre o que se quer conhecer e aquilo já se conhece. Aqui, portanto, devemos observar outra lição de método marxiana. Em *O capital*, Marx (2010 [1867], p.28) distingue, do ponto de vista formal, o método de exposição do método de pesquisa. Em matéria de investigação, buscamos nos apoderar do objeto em discussão nas suas mais íntimas determinações, analisar as formas de desenvolvimento e esmiuçar a conexão intrínseca existente. Para tanto, buscamos considerar – pois não foi possível ler na totalidade – a obra lacosteano. Fazendo isso, pode-se perceber – *verbi gratia* – a *continuidade* do critério demográfico em sua argumentação sobre o subdesenvolvimento.

Destarte, o método vai do abstrato ao concreto – ainda que este último seja o ponto de partida (no caso, os textos autorais). A medida em que fomos capturando a matéria, seu desenvolvimento e conexões, o objeto de investigação aparecia dotado de maior concretude – portanto, saturado de *determinações*. Estas são entendidas como os “traços pertinentes aos elementos constitutivos da realidade” (NETTO, 2011, p.45). Dessa maneira, a pesquisa parte dos textos de Yves Lacoste e na exposição o objeto encontra-se – a princípio – num elevado grau de abstração. Conforme vamos avançando na exposição, o pensamento e a ação do geógrafo em tela – diante das questões acerca da Geografia, subdesenvolvimento e terceiro mundo – vai ganhando em concretude. As características que o compõe – categorias, método, objeto – revelam uma *unidade em movimento*.

No que concerne às fontes desse trabalho, é importante dizer que construímos o que chamamos de “matrizes”. Essas matrizes cruzavam dados das principais obras de Yves Lacoste, história, afinidades intelectuais, influências teóricas, metodologia, hipóteses básicas, conceitos,

originalidade, proposições fundamentais, literatura crítica-histórica e resenhas. Isso nos oferecia um quadro a princípio abundante de fontes e, ao mesmo tempo, servia para não-isolar e ter material para confrontar as intervenções de Lacoste com outros geógrafos – franceses, brasileiros e anglófonos.

Certamente, a riqueza das fontes complexificou nosso trabalho *pari passu* ao enriquecimento do mesmo. Escolhê-las, saber como integrar na tese, tudo isso considerando o complexo temático Geografia-subdesenvolvimento-terceiro mundo foi árduo e simultaneamente, é preciso dizer, uma atividade assaz prazerosa. Os livros de Yves Lacoste foram fundamentais e cada um deles apresenta uma particularidade importante para essa pesquisa. A título de ilustração, *Unité et diversité du tiers monde* foi para nós simultaneamente uma fonte de investigação e um objeto de reflexão. Falamos dos livros, mas cabe também ressaltar que não diminuimos o papel – por vezes de *mediação* – desempenhado pelos artigos e capítulos lacosteanos. Ademais, identificar as resenhas assim como a literatura histórico-crítica, iluminava também as disputas em torno das questões discutidas. Em nossa argumentação, todos esses fatores foram considerados de forma concatenada. É prudente observar que a apuração da extensa bibliografia por nós coligida é feita sob o prisma da teoria social marxiana – com destaque para o imperialismo enquanto fenômeno histórico-geográfico fulcral e categoria ontológica organizadora, em larga medida, de nossa reflexão.

Cabe também destacar os lugares onde efetuamos pesquisas. Entre os dias 04 e 29 de abril de 2022 realizei trabalho de campo em diversas instituições, a saber: (1) *Université Paris 8*, (2) *Bibliothèque de Géographie do Institut de Géographie*; (3) *Bibliothèque de la Sorbonne*; (4) *Parti Communiste Français*; (4) *journal Le Monde*; (5) *Bibliothèque Nationale de France* (BNF); (6) *Bibliothèque publique d'information do Centre national d'art et de culture Georges-Pompidou*; (7) *Archives départementales de la Seine-Saint-Denis*. De todas essas fontes de arquivos, as mais proveitosas foram a *Bibliothèque Universitaire Paris 8*, BNF e *Centre Pompidou*.

Tanto no *Centre Pompidou*, quanto na BNF, consegui acessar diversas edições do *Le Monde* que abarcam o período da pesquisa e, nalguns casos, extrapolam-no. Nas edições encontramos resenhas de livros de Yves Lacoste, debates sobre a obra lacosteano, crônicas, além das próprias edições do jornal na qual Lacoste foi o autor de intervenções.

Na BNF e também na *Bibliothèque Universitaire Paris 8* alcancei diversas obras em língua francesa sobre temas que me auxiliaram a compreender o contexto acadêmico, político e institucional que atravessa a obra de Yves Lacoste: Geografia aplicada, Geografia colonial,

Geografia humana, Geopolítica, História da geografia francesa, História da geopolítica, História do pensamento geográfico, crescimento econômico e desenvolvimento.

Na *Bibliothèque Universitaire Paris 8*, consegui acessar os chamados *Fonds spécialisés*. Os fundos especializados provêm maioritariamente de bibliotecas ou arquivos provenientes de professores-investigadores ou de centros de estudos. Eles são compostos de materiais impressos (livros, revistas, teses, etc.) e/ ou documentos de arquivo (cartazes, manuscritos, cadernos). Acessei dois fundos: (I) *Fonds Vincennes* e (II) *Fonds Jean Dresch*.

O Fundo Vincennes constitui um amplo arquivo sobre o nascimento da Universidade de Paris 8 – na qual Yves Lacoste lecionou e pesquisou desde a origem até a aposentadoria. Já o Fundo Jean Dresch foi constituído pelo Serviço Comum de Documentação da Universidade Paris 8 em 2000, a partir da biblioteca pessoal e dos arquivos do referido geógrafo. O fundo centra-se no Magrebe, nos desertos, na África Subsaariana, no Oriente Próximo e Oriente Médio. Corresponde a certos eixos fortes da investigação na Universidade de Paris 8 (Polo Mediterrâneo, Instituto de Geopolítica, Departamento de Geografia).

Outra etapa do trabalho de campo consistiu no estabelecimento de contato e na realização de entrevistas com a geógrafa especialista em geopolítica Béatrice Giblin, bem como com o geógrafo Yves Lacoste. Com Giblin, diretora da revista *Hérodote*, a entrevista aconteceu no dia 23 de abril, às 11 horas, no seu escritório profissional. A entrevista durou 1 hora e 16 minutos.

Por seu turno, com Yves Lacoste foi possível realizar três entrevistas. A primeira no dia 19 de abril, a segunda no dia 27 de abril e a terceira no dia 21 de julho de 2022. Todas as entrevistas se realizaram no apartamento do geógrafo em Bourg-la-Reine, ao sul de Paris, e foram precedidas de conversas com o fundador da *Hérodote*. A entrevista do dia 19 durou 03 horas e 03 minutos; a entrevista feita no dia 27 se estendeu por 03 horas e 28 minutos; e a entrevista do dia 21 de julho teve uma duração de 01 hora e 45 minutos. Não posso negar, pedindo licença ao formalismo acadêmico-universitário, o quão emocionante foi encontrar com Yves Lacoste. Antes da entrevista do dia 19/04/2022 nós conversamos por mais de duas horas ininterruptas. Mostrei-lhe que uma parte da tese seriam de traduções de seus textos sobre desenvolvimento e terceiro mundo. Também não esqueço seu sorriso e a felicidade em ver que uma parte da minha biblioteca é composta somente de livros dele. Inolvidável: “Você tem tudo!”, ele me disse. Ao qual respondi: “quase tudo”. Com uma memória afiada, embora seus 92 anos de existência à época, ele me mostrou sua biblioteca, local de trabalho e os diversos livros (espalhados inclusive pelo chão). Lembrou com carinho de sua esposa Camille – antropóloga especialista na cultura cabila. Me mostrou uma foto sua às margens do *Fleuve*

Rouge no Vietnã, onde presenciou os bombardeamentos da U.S. AIR FORCE em 1972. Com orgulho exibiu uma foto do pai, Jean Lacoste, e do seu amigo Châtelet. Desenvolvimento, terceiro mundo e a Geografia estavam entre nossos temas, mas também dialogamos sobre Burkina Faso, Afeganistão e Cuba. Versamos também sobre Ibn Khaldun, Fernand Braudel e Lucien Febvre, além da querela entre geografia ativa *versus* geografia aplicada. George e Dresch foram mais que mestres: eram “tios”. Em cada diálogo que travamos, ou mesmo vendo um busto do imperador Júlio César, um poster de *Hérodote* e uma foto daqueles que a fazem, foi possível entender suas posições, sua perspectiva de renovação da Geografia, como sua obra circulou – primeiro em França, depois ultramar – e a construção de sua autoridade intelectual interna e externa. Devo confessar que quando liguei para ele na manhã do dia 19/04/2022 não esperava ser atendido, bem como que me recebesse prontamente e tão bem. Ainda tive meus livros autografados e fui presenteado com duas obras sobre Churchill. A porta ficou aberta para outros encontros, o que certamente aproveitei e – assim espero – hei de aproveitar.

Dito isso, insistimos que para a correta compreensão da realidade na qual Yves Lacoste está inserido, bem como antes de entrarmos efetivamente na nossa exposição, se faz necessário uma nótula biográfica.

Yves Lacoste nasceu em 07 de setembro de 1929 em Fez, Marrocos – então protetorado da França – onde passará parte de sua infância. Filho de Georgette Petit e Jean Lacoste, seu pai é fundamental por lhe transmitir o gosto pela geologia, bem como a admiração por Lyautey. Em 1939, muda-se para Paris com os pais, onde observa o fim da guerra civil espanhola, começa os estudos no *lycée Lakanal* e assiste o início da Segunda Guerra Mundial. No *lycée Lakanal* encontra-se com Pierre George, um dos seus grandes mestres. Outro é Jean Dresch, que o conhecia desde que Lacoste era pequeno no Marrocos. Dresch será decisivo para a opção de Yves Lacoste pela Geografia – em 1946. No curso de Geografia ele torna-se aluno de Max Sorre, André Cholley e Jean Tricart. Ali também vai construir relações com Bernard Kayser e Camille Dujardin – futura antropóloga e esposa. Em 1948 ele adentra à célula do PCF existente no Instituto de Geografia. No final de 1949, Lacoste e Dujardin partem para o Marrocos para se prepararem para o *Diplôme d'études supérieures* (DES). Sob a supervisão de Jean Dresch, ele logra o DES. Consegue a *agrégation* em 1952. No mesmo ano, rumo para Argel ensinar no *lycée Bugeaud*. Ali vivencia o clima de hostilidade pré-Revolução Argelina e descobre a obra de Ibn Khaldun. Com o agravamento da situação na capital da Argélia, ele retorna para a França

em 1955. Vai ser assistente de George no *Institut de Géographie*. Descontente com o apoio do PCF à “Argélia Francesa”, ele abandona o partido. Em 1957 inicia as primeiras publicações escolares sobre a África do Norte e, em 1959, publica *Les pays sous-développés*. Em 1964, participa da obra coletiva *La géographie active* – sua primeira intervenção acerca da querela da Geografia. 1965 marca o ano de *Géographie du sous-développement* e de sua primeira pesquisa em Burkina Faso (na época, Alto Volta). Em 1966 vem a lume seu *Ibn Khaldun* e pesquisa no Afeganistão. Realiza sua primeira intervenção sobre a Revolução Vietnamita em 1967. Em janeiro de 1968, participa do Congresso Cultural de Havana e dos eventos de maio em Paris – levando à ruptura com Pierre George. No mesmo ano, Dresch o indica para um posto de professor na então Universidade de Vincennes. Em Vincennes, conhece Béatrice Giblin e ministra uma disciplina intitulada Epistemologia da Geografia com François Châtelet. Conhece a obra de Élisée Reclus e trava contato com Fernand Braudel. Em junho de 1972, torna a tomar posição sobre a assim chamada Guerra do Vietnã com um artigo publicado no *Le Monde* na edição de 07-08 de junho. Parte então em missão para a pátria de Ho Chi Minh para analisar os bombardeamentos dos diques. Publica um importante artigo no jornal *Le Monde* em 16 de agosto de 1972. A relevância da pesquisa no Vietnã o leva à uma segunda estadia em Cuba para investigar a estratégia em torno de *Sierra Maestra*, em 1973. No mesmo ano, Châtelet o convida para escrever um capítulo sobre a *Geografia* na sua monumental *Histoire de la Philosophie*. Em 1976, começa a publicar a revista *Hérodote*, lança seu livro *La Géographie, ça sert, d’abord, à faire la guerre* e faz uma autocrítica de seu *Géographie du sous-développement*. Descobre *La France de l’Est* de Vidal e defende sua *thèse d’État* em 1979, mas é rebaixado às funções de professor assistente. Em 1982, *Hérodote* muda de subtítulo: de *stratégies-géographies-idéologies* para *revue de géographie et géopolitique*. Nomeado professor em Vincennes em 1983, publica *Contre les anti-tiers-mondistes et contre certains tiers-mondistes* em 1985.

Essa concisa apresentação de aspectos medulares da vida e obra de Yves Lacoste evidencia que ele foi partícipe, por vezes *in loco*, de eventos políticos cruciais de uma parcela do século XX. Na exposição dos capítulos, a seguir, veremos isso mais de perto. Note-se que Lacoste esteve em países extremamente relevantes, seja quando pensamos o socialismo, seja quando pensamos no próprio século XX: Argélia, Cuba, França e Vietnã. Sua formação geográfica, com intelectuais do porte de um Jean Dresch e Pierre George – sem esquecer Tricart, Cholley e Sorre – faz com que a França seja o país por excelência onde vai desenvolver obras. Isso significa que o geógrafo em tela deve sempre ser visualizado considerando – ainda que

minimamente – o panorama desse Estado-Nação central do capitalismo pós-Segunda Guerra Mundial.

Sem embargo, e esta é a beleza da contradição, é rigorosamente quando centraliza sua análise nos dramas dos países do terceiro mundo que o geógrafo em tela avança nas elucidações, seja do que é o subdesenvolvimento (uma situação) e o terceiro mundo (*inter alia*, uma representação geopolítica), seja porque os acontecimentos históricos (e geográficos) são tomados enquanto matéria-prima para uma renovação da Geografia. Mais uma vez, pensamento e ação estão completamente interligados com o mundo pós-Segunda Guerra Mundial e os rumos do pensamento e história da Geografia, particularmente a francesa, no século anterior ao nosso.

A parte da obra de Yves Lacoste que nos propomos analisar é marcada por duas revoluções capitais do século XX: a argelina e a vietnamita. É possível mesmo dizer que esta última representa um momento de viragem na sua carreira intelectual. Assim, o geógrafo em foco está no âmago das contradições do imperialismo, particularmente aquele francês e estadunidense. Podemos mesmo considerar a geografia lacostea – no sentido de produzida por esse intelectual – como uma posição concreta frente ao imperialismo.

No que tange aos limites do objeto da presente tese eles estão claros. Tem-se como alvo as etapas do pensamento geográfico de Yves Lacoste a partir de *Les pays sous-développés* (1959) até a publicação de *Contre les anti-tiers-mondistes et contre certains tiers-mondistes* (1985). O complexo temático que relaciona Geografia-subdesenvolvimento-terceiro mundo tem seus pontos culminantes em obras particulares: *Géographie du sous-développement* (1965), *La Géographie* (1976) e *Unité et diversité du tiers-monde* (1980). Não avançamos para além de 1985, embora isso não queira dizer que não nos esforçamos minimamente em considerar a totalidade da obra de Lacoste. Não tratamos, por exemplo, da controvérsia sobre a coremática de Roger Brunet, a ascensão da China, ou ainda os conflitos geopolíticos internos e externos das grandes potências – especialmente da nação francesa.

Sendo assim, no capítulo 1 partimos de um elevado nível de abstração ao visualizarmos a formação do mundo moderno sob o prisma das configurações geográficas. É relevante notar que para além de “preparação de caminho” ou de “apropriação temática”, foi o próprio estudo da obra de Yves Lacoste que nos estimulou a essa escrita. Além disso, como entendemos que o *método* é uma *posição*, a forma como o geógrafo em tela narra os acontecimentos do mundo moderno-colonial impulsionou uma espécie de “contra-história” na qual assumimos a

centralidade do assim chamado terceiro mundo na *grande espacialização*. Esse capítulo nos dá armas para explicitar, futuramente, os alicerces da concepção lacosteana de subdesenvolvimento e terceiro mundo. Depois de feita a análise da *grande espacialização* podemos aumentar a concretude de nosso estudo.

No capítulo 2 vemos emergir um primeiro momento do percurso de Yves Lacoste. Veremos as diversas determinações que implicam na opção de Lacoste pela Geografia – nalguma medida por oposição às vicissitudes da geologia. A rede de relações intelectuais e a comunidade de pensamento na qual ele está inserido também é vista. Trazemos à baila igualmente a importância de suas experiências profissionais – especialmente na Argélia e no *Institut de géographie*. É nesse capítulo que as discussões sobre subdesenvolvimento aparecem em primeiro plano, da mesma forma que apontamos a decisiva influência de Ibn Khaldun na sua inflexão em direção à geografia humana e aos problemas políticos do terceiro mundo. Destacamos ainda a querela geografia ativa *versus* geografia aplicada pois implicava uma disputa acerca da modernização metodológica da Geografia.

O capítulo 3 captura um momento de transição no pensamento lacosteano em direção à geopolítica. Pretendemos mostrar que, no espírito da geografia ativa, as pesquisas de campo e a observação *in situ* dos bombardeamentos dos diques no *Fleuve Rouge* no Vietnã conferem substância para as discussões epistemológicas realizadas pelo geógrafo em foco acerca da Geografia. O desafio anglo-saxão, a ameaça de ruptura entre geografia física e humana, bem como as críticas à Paul Vidal de La Blache e Régis Debray são consideradas. Busca-se mostrar que essas críticas se orientam seja no sentido de defender uma superação, no sentido marxiano, da “região-obstáculo”, seja em direção ao papel das condições geográficas num movimento revolucionário. Intenta-se aclarar que a o *sismo* do maio de 68 gera um *cisma* com o mestre Pierre George – denotando uma tensão político-epistemológica entre aqueles considerados “revolucionários” e os “conservadores”. Tal disputa, no fundo sobre “o que a geografia deveria ser”, impulsiona Yves Lacoste na busca de uma nova referência intelectual que representasse no passado os objetivos almejados no presente. É assim que ele descobre e interpreta Élisée Reclus – visto em maior ou menor medida como um *antípoda* de Vidal (alcunha que caberá também, em certo sentido, ao próprio Lacoste). Munido de uma nova leitura sobre a história da Geografia, sob a ótica reclusiana, ele encontra respaldo para enfrentar não só o modelo vidaliano, mas também novas linhas de orientação metodológica que escapem do horizonte prescrito pelo novo “pai fundador”.

No capítulo 4 esclarecemos como todos esses momentos consolidam-se numa ruptura e consequente inauguração de uma guerrilha epistemológica na forma da publicação de sua

magnum opus e da revista *Hérodote*. Vemos todos os sedimentos – direções epistemológicas, escolhas teóricas e metodológicas – se metamorfosearem perante os acontecimentos históricos e as contendas intelectuais terminando por se solidificarem numa nova camada de interpretação dos fenômenos. A revista fundada por Yves Lacoste em 1976, mais do que *La Géographie*, explicita uma determinada visão sobre a utilidade da Geografia. Concomitantemente, essa nova forma de compreender a Geografia é prontamente questionada por adversários que, embora estejam na mesma seara de renovação, diferem pelos caminhos a serem adotados. A formação de autênticos blocos epistemológicos de poder produz críticas e querelas atuantes na efetivação de uma autocrítica bem como imprimindo novas descobertas sobre antigos pais fundadores – a exemplo de Vidal.

Finalmente, no capítulo 5, explicita-se como Yves Lacoste passa a utilizar gradativamente *geopolítica* enquanto uma categoria. Veremos como essa transmutação deve-se à eventos políticos e, de certa forma, à Josué de Castro. Em todo caso, sejam intelectuais ou acontecimentos históricos, é a centralidade do terceiro mundo um dos fatores que possibilita as mudanças de posição do geógrafo em tela. Este capítulo é importante também porque apresentamos as razões que nos permitem alegar que Lacoste é um intelectual consolidado após *Unité et diversité du tiers monde*, ao passo que tal processo em *Hérodote* é menos lento: pensamos que a mudança do subtítulo da revista é indicadora dessa perspectiva. Observar-se-á que as implicações de tais processos de consolidação confluem para uma perspectiva política centrada – tanto no intelectual, quanto na revista – diante das realidades concretas da época por nós analisada.

CAPÍTULO 1. A GRANDE ESPACIALIZAÇÃO

O objetivo deste capítulo é argumentar acerca do processo sócio-histórico que converteu territórios para além da Europa Ocidental em amplos *espaços coloniais primário-produtivos*. A importância dessa contextualização que articula *tempos de longa duração* com *espaços de distintas ordens de grandeza* deve-se ao próprio autor tela. Para Yves Lacoste, subdesenvolvimento e Terceiro Mundo são impensáveis fora do quadro constitutivo do *colonialismo moderno*. Essa contextualização de *pequena escala* busca fornecer informações (espaciais, sociais, políticas, econômicas) com as quais o texto e o contexto lacosteano, portanto de *grande escala*, encontram arcabouço e espeque. É o que permitirá, por exemplo, entender porque para o geógrafo em tela a China não foi colonizada, ou a Índia não fez uma revolução industrial. Ademais, a própria *longa duração* do processo colonial, manifestada por exemplo na espacialidade do Terceiro Mundo, impele uma *démarche* de análise capaz de *articular diferentes conjuntos espaciais de distintas ordens de grandeza* (LACOSTE, 1979a). Assim, *verbi gratia*, os países subdesenvolvidos podem ser desde aqueles de dimensões continentais, tal qual o Brasil, até o insular Haiti; o Terceiro Mundo abrigava a Argélia muçulmana e a Índia hindu. Logo, para dar conta dessa empreitada, lanço mão de diversos autores que refletiram sobre a constituição político-econômica do moderno mundo colonial acentuando o aspecto territorial (FORBES, 1989 [1984]; ANDRADE, 1999 [1988]; COSTA, 1992; SURET-CANALE, 2000 [1995]). Nossa hipótese é que a grande espacialização é produto da *grande especialização* (NAYYAR, 2014) levada a cabo sob a égide do *imperialismo de livre-comércio* (ARRIGHI, 2016). Como resultado, a configuração espacial tripartite que, no século XX, convencionou-se qualificar de Primeiro, Segundo e Terceiro Mundo, finca raízes na expansão colonial iniciada nos estertores do século XV.

I – Domínio estatal dos oceanos, controle cidadão dos mares

Supondo-se que hajam entidades, zonas econômicas em limites relativamente fixos, um método geográfico de observação não seria eficaz? Mais que as etapas sociais do capitalismo, por exemplo, para parafrasear o belo título de uma luminosa comunicação de Henri Pirenne, não haveria interesse em descrever as etapas geográficas do capitalismo, ou, mais amplamente ainda, em promover sistematicamente em nossos estudos de história, pesquisas de geografia econômica – uma palavra, em ver como se registram nos espaços econômicos dados, as ondas e as peripécias da história? (BRAUDEL, 2007 [1950], p.121).

No senso comum, costuma-se entender o capitalismo a partir das etapas que esse modo de produção atravessou ao longo da sua história: capitalismo comercial, industrial, financeiro. Tais etapas, tal qual o próprio nome expõe, centram-se nas atividades econômicas que as qualificam: comércio, indústria, finanças. Essa leitura econômica tanto pode iluminar quanto *anuviar* a dimensão territorial do modo capitalista de acumulação/produção. Ademais, sem querer rifar de imediato a divisão em etapas do capitalismo – já que ela revela/esconde suas características – não seria mais sábio atentar para lição braudeliiana das etapas *geográficas* do capitalismo? Em que consistiria isso?

De que modo pensar o comércio [capitalista] enquanto etapa *geográfica* do capitalismo? Uma possibilidade é pensar que a expansão ultramarina das potências europeias é resultado da constituição de *Estados organizados territorialmente*, não apenas internamente, mas também para o exterior – o *ultramar*.

Nesse sentido, o ultramar seria a extensão territorialmente organizada de Portugal, Espanha, Países Baixos, Inglaterra e França. Tais Estados só puderam alcançar as Índias e as Américas porque corroeram a hegemonia da *economia-mundo* (BRAUDEL, 1996) de Veneza e Gênova no *primeiro ciclo sistêmico de acumulação* (ARRIGHI, 2016).

Ora: alcançar as Índias não era mais do que alcançar novas rotas comerciais? O controle do Mediterrâneo não era mais do que comercial? Nesses dois casos, controlar um *mar* ou uma *região* era converter esses espaços em *extensões territoriais* dos Estados conquistadores – não importando se as áreas eram contínuas ou não, mas sim que estivessem subjugadas à uma soberania metropolitana.

As relações entre espaço e comércio tem nas assim chamadas *Grandes Navegações* um dos seus marcos. Pergunta-se: por que tais navegações ganharam o qualificativo de *Grandes*? Pelo volume de capital? Pela dimensão inaudita da escravização e do genocídio perpetrado pelos europeus? Em concordância com o que refletiu Dale Tomich, “a economia mundial desenvolve-se por meio da incorporação de zonas geográficas e ambientes naturais específicos” (TOMICHI, 2011, p.76). Tomich nos convida a pensar, *pelo prisma da escravidão*, a dimensão

geográfica da economia mundial. Talvez, mais do que uma incorporação – trazer para o próprio corpo do Estado conquistador – se trata de uma *acumulação de espaços mundializáveis e em processo de mundialização através do comércio e escravidão*.

Andrade (1999 [1988], p.12) nos conta que a expansão colonial se processou com a revolução comercial vez que os “povos europeus, dispondo da pólvora, ampliaram consideravelmente o seu poder nas guerras e, conhecendo o astrolábio e a bússola, puderam fazer as grandes navegações oceânicas”. O oceano, em especial o Atlântico, que dantes separava o “velho” e o “novo” mundo terminou por uni-los contraditoriamente em uma nova configuração espacial. Os oceanos transformaram-se numa *base de ação* sob a qual se erigirão *novas talassocracias* (CLOZIER, s.d. [1942]). A prática e o espírito comercial saídos do paroxismo da Idade Média reativaram circuitos de trocas que outrora encontravam-se desestabilizados. Não mais era o Império Romano, seja de leste ou oeste, mas sim Gênova e Veneza, ainda cidades do que se chamará tardiamente de Itália, que controlavam a circulação no mar Mediterrâneo ao mesmo tempo em que as cidades hanseáticas dominavam o comércio nos mares Báltico e do Norte. Observamos que o *domínio estatal dos oceanos* foi antecipado pelo *controle cidadão dos mares*.

As cidades italianas conseguiam atingir sua influência comercial até as Índias, famosa por suas especiarias, por meio de relações com os povos árabes que “dominavam o Oceano Índico e que as entregavam em Alexandria” (ANDRADE, 1999, p.13). Os árabes, via terra, carregavam as mercadorias até Constantinopla onde eram vendidas aos mercadores de Gênova e Veneza. Já era um comércio que unificava Europa, Ásia e África. O mar mediterrâneo se incumbia. Contudo, a política reorganizou a geografia: o Império Otomano conquista Constantinopla em 1453.

As a result, o controle muçulmano do Mar Negro suspendeu o comércio entre a Europa e a Ásia (notadamente Índia e China). A “marcha para o oriente” estava suspensa. Seria preciso *se orientar na direção oposta*, o Oeste, caso se quisesse re-alcançar a Índia. É assim que Portugal e Espanha, às margens do Atlântico, vão se lançar na expansão de ultramar. E Portugal dará o primeiro passo ainda antes da queda de Constantinopla com a ocupação de Cabo Verde (1445) e Guiné Bissau (1446). Ambos exportavam tecidos para a Europa, vez que a “África Ocidental controlava técnicas de tecelagem e de tinturaria relativamente avançadas” (DOWBOR, 1984 [1982], p.29). Em Guiné-Bissau, por exemplo, “a tecelagem tornou-se atividade punida de morte, e a Coroa Portuguesa exercia severo controle” (DOWBOR, 1984 [1982], p.30). Portugal forçava, portanto, uma especialização nessas nações na qual tecidos europeus eram trocados por escravos.

II – África: acumular especiarias, acumular escravos, acumular espaços

“A conquista da África seria iniciada pelos portugueses, que a conheciam melhor que qualquer outro povo europeu e que mantinham contatos diretos com os mouros do Marrocos” (ANDRADE, 1988, p.13). A Revolução de Avis que “colocou D. João I no trono português representou uma grande vitória da burguesia – sequiosa da conquista de novos mercados –, sobre os nobres que viviam mais preocupados com a conservação e exploração agrícola de suas terras” (ANDRADE, 1988, p.13). Esse conflito entre burgueses e nobres, que também pode ser lido enquanto conflito entre riqueza *móvel* (dinheiro) *versus* riqueza *imóvel* (terra), é o dínamo político-econômico para que Portugal converta navegações de *pequena duração* em navegações de *longa duração* – tanto em termos de tempo quanto de espaço.

Uma mediação ineliminável da conversão supracitada foi a fundação da Escola de Sagres (1417). Levada a cabo por D. Henrique, filho de D. João I, esta escola reunia “navegadores, astrônomos, matemáticos e comerciantes, com o fim de planejarem as viagens e de torna-las economicamente auto-sustentáveis” (ANDRADE, 1988, p.14). Outra instituição fundamental foi a Ordem de Cristo. Combinavam-se dessa forma ciência e religião numa *estratégia territorialista*: “o controle do território e da população é o objetivo da gestão e da guerra, enquanto o controle do capital circulante é o meio” (ARRIGHI, 2016 [1994], p.34).

Essa estratégia territorialista não tardou a “dar frutos”. Após a fundação da Escola de Sagres, em África, Portugal não só ocupa Cabo Verde, mas também atinge porções territoriais em Angola, Benim, Etiópia, Gana, Gabão, Gâmbia, Guiné-Bissau, Madagascar, Maurítânia, Namíbia, Nigéria, Saara Ocidental e Senegal. No espaço de um século, Portugal contornou o imenso continente africano, ainda que de maneira lenta, “vez que só em 1488 foi alcançado o Cabo da Boa Esperança, indicando que os oceanos Índico e Atlântico se intercomunicavam e que, conseqüentemente, se poderia chegar à Índia por via marítima” (ANDRADE, 1988, p.14). Estava assim pavimentando-se o caminho para a superação do interdito muçulmano que bloqueara a Índia ao acesso europeu. Portugal estabelecia feitorias cujo objetivo era explorar desde produtos primários até a mão-de-obra escravizada.

Estamos diante, portanto, do primeiro império europeu moderno-colonial. O objetivo era *acumular espaços, acumular escravos*, ao mesmo tempo em que Portugal *escravizava espaços* no que poderíamos chamar de *sangria territorial*. “Acumulai, acumulai! Este é o mandamento principal” (MARX, 2011 [1867], p.693).

Portugal, todavia, teve que encarar no continente africano impérios concorrentes. O império britânico ocupou Gâmbia, os franceses áreas situadas na África Ocidental e os holandeses, “após a conquista e perda de Angola, estabeleceram uma colônia no Cabo da Boa Esperança, que daria origem, posteriormente, às repúblicas do Transvaal e de Orange” (ANDRADE, 1988, p.14).

Essa forma de colonização, tendo os entrepostos comerciais à frente (FORBES, 1989 [1984]), vai ser responsável por um processo de desenvolvimento colonial que, pelo menos a princípio, é *extravertido*, pois é o comércio – de especiarias e de escravos – o motor da acumulação. A economia espacial volta-se para fora, torna-se heterônoma, descentra-se. Os estados litorâneos africanos “especializam-se no papel de intermediários, fornecendo-lhes a mercadoria humana e defendendo o seu próspero monopólio simultaneamente contra os europeus e contra as populações africanas do interior” (SURET-CANALE, 2000, p.34). Ao mesmo tempo em que a Europa era inundada de especiarias, o preço das matérias-primas coloniais despencava em consequência do funcionamento das leis capitalistas no espaço simultaneamente nacional e internacional. Os negros escravizados⁴⁷ serão, após os nativos, a força de trabalho que erigirá os monumentos de barbárie moderno-colonial conhecidos como *plantations*⁴⁸ nas Américas. “Em números redondos”, escreve Philippe Paraire (2000 [1995], p.50-51):

dez milhões de deportados africanos atingiram o Novo Mundo entre 1510 e 1860. Mais de dois milhões pereceram durante a travessia. Oito milhões desapareceram entre o local da sua captura na África e os entrepostos costeiros, onde os sobreviventes destes ataques foram embarcados.

As cifras dessa sangria demográfica recolhidas por Carmen Bernand (2005b [2003], p.165-213) Marc Ferro (2005b [2003], p.125-145), Pap Ndiaye (2005b [2003], p.147-160) e Philippe Paraire (2000 [1995], p.51-58) são impressionantes: entre 1551 e 1870 chegaram às Américas 1.600.000 de escravos aos países dominados pelos espanhóis, 4.000.000 ao Brasil,

⁴⁷ “Um negro é um negro. Só em determinadas condições é que se torna escravo” (MARX, 2010 [1849], p.45)

⁴⁸ Antônio Carlos Robert Moraes (2011, p.29) considera as *plantations* uma via colonial de desenvolvimento do capitalismo. Em suas palavras: “A vinculação diretamente mercantil dessa colonização, que construía integralmente um novo aparelho produtivo, também aparece como um qualificativo deste caminho, ao qual correspondia assim um movimento povoador nos lugares onde se instalou. As ilhas do Caribe, as zonas costeiras em geral (tanto na fachada atlântica quanto no litoral pacífico) algumas regiões interiores da América hispânica, o Brasil, e a porção meridional dos Estados Unidos, constituem o universo espacial de manifestação dessa via, característica de áreas carentes de população em face da magnitude das iniciativas coloniais buscadas, seja em função do efetivo demográfico autóctone defrontado, ou como resultado de ciclos coloniais anteriores fortemente des-povoadores (como no caso do Caribe). Em uma obra anterior, o mesmo autor considera a *plantation* como “uma forma produtiva criada pela expansão da economia-mundo capitalista, que retoma o escravismo como relação básica de produção” (MORAES, 2005a, p.65)

3.700.000 no Caribe e mais de 500.000 na América do Norte. De 1500 a 1650 o ritmo de deportação variava entre 15.000 a 40.000 pessoas por ano; de 1650 a 1850 a deportação atingiu 100.000 africanos por ano; o auge da deportação coincide com a expansão da cotonicultura nos Estados Unidos da América entre 1800-1850: 120.000 pessoas deslocadas por ano. No sul dos EUA, entre 1680 e 1770 a proporção de negros no seio da população total passa de 6% a 40%; até 1808, data que marca a proibição do tráfico de escravizados transatlânticos, as treze colônias importaram aproximadamente 600.000 africanos, ou seja, 6% do total de escravos deportados para o assim chamado “Novo Mundo”; no Brasil, foram introduzidos, entre 1600 e 1650, pelo menos 20.000 escravos; no século XVII o número de negros escravizados no Brasil constituíam em torno da metade da população colonial. O resultado dessa acumulação de escravos, dessa sangria demográfica, para África é assombroso: se em 1600 ela representava 30% da população mundial, dois séculos depois totalizavam 20% e, em 1900, apenas 10% da humanidade vivia ali. A título de ilustração, entre a Mauritânia e o Senegal, 20% da população total masculina foi deportada em três séculos. O *Old Deep South* estadunidense importou mais de 150.000 escravos por ano entre 1810 e 1830 para o cinturão do algodão. Em Cuba, entre 1790 e 1820 foram introduzidos 369.000 negros escravizados; Cuba, entre 1800 e 1850, importa 700.000 escravos suplementares para a cultura da cana. Mesmo após a abolição por parte da Inglaterra e da Espanha, o tráfico de escravos conheceu novo auge entre 1851 e 1860 com a chegada em Cuba de 131.000 escravos desviados do Brasil, para trabalhar na cultura da cana.

Essa cultura, aliás, apresenta desde o princípio uma dupla determinação: (1) articula agricultura e indústria; e (2) é um empreendimento capitalista. O geógrafo Jean Suret-Canale (1921-2007) explana que todas as etapas do processo de produção⁴⁹ não admitem uma produção artesanal: necessita de considerável força de trabalho, uma disciplina laboral que só a compulsoriedade do trabalho escravo supre e vultosos investimentos no tratamento do terreno, máquinas industriais e, obviamente, aquisição de pessoas escravizadas. Em três séculos doze milhões de africanos foram mortos nos albores do capitalismo. A África foi convertida “num vasto campo de caçada lucrativa” (MARX, 2011 [1867], p.864)

⁴⁹ Plantação e corte da cana, moagem nos engenhos de açúcar, concentração do açúcar em caldeiras, cristalização, depois refino, deixando como subproduto melaços, consumidos assim mesmo ou destilados para a produção de álcool (SURET-CANALE, 2000 [1995], p.32)

III – Sujeição socioespacial em Ásia

Tal sangria territorial, iniciada em África, direcionou-se também para a Ásia. A Índia foi alcançada em 1498 sob a égide de Vasco da Gama. Lá os portugueses implantaram, além de feitorias, o Estado da Índia Portuguesa (1505) cuja finalidade não era só impor a dominação lusitana, “como de enfrentar a concorrência dos franceses e ingleses que passaram a disputar o controle da rica região” (ANDRADE, 1988, p.14). Os portugueses chegaram também no Sri Lanka (1506), Malásia (1509), Tailândia (1511), Mianmar (1511), Indonésia (1511), Timor (1512), China (1513), Vietnã (1516) e Japão (1543). Em Ásia, os portugueses terão em seu rastro holandeses, ingleses e franceses – a princípio. Nesse continente, os conquistadores vão buscar produtos de luxo. São as especiarias e produtos do artesanato oriental⁵⁰.

Os europeus compram os artigos manufaturados asiáticos com a prata oriunda das Américas. “Do século XVI ao século XVIII, um terço, ou talvez mesmo metade, da prata fornecida pela América foi absorvido pela China” (SURET-CANALE, 2000 [1995], p.38). Os portugueses estabelecem uma feitoria em Macau e os holandeses tem acesso ao porto de Nagasaki, no Japão. Os holandeses tomam o controle das Molucas e de Java, onde estabelecem a capital do seu império comercial (Jacarta).

Por sua vez com a vitória dos ingleses sobre os nativos na Batalha de Plassey (1757), a Companhia Inglesa das Índias Orientais passa a controlar o território de Bengala. A Índia será convertida de produtora de mercadorias manufaturadas e de luxo em provedor de matérias-primas para a industrialização da Grã-Bretanha, ao mesmo tempo em que adquiria desta última os produtos industrializados. Já em 1700, numa exemplar lição de “livre-comércio”, a Inglaterra proíbe as importações de chita indiana para proteger a indústria local (FORBES, 1989 [1984]). A desindustrialização indiana caminha *pari passu* à industrialização da Grã-Bretanha. O fato de a Índia exportar em grande quantidade produtos da cottonicultura fez com que a Grã-Bretanha impusesse tarifas alfandegárias para proteger a indústria nacional frente à competição indiana. Sem embargo, em meados do século XIX, a Índia já absorvia um quarto de todas as exportações britânicas de tecidos de algodão e perdera seus próprios mercados de exportação (FORBES, 1988 [1984]).

Suret-Canale (2000 [1995]) recorda que na China também não foi tão diferente. O meio de pagamento das compras de produtos chineses passou da prata para o ópio. O narcótico era

⁵⁰ Especiarias: pimenta, canela, noz-moscada; produtos do artesanato: têxteis de luxo, musselinas, caxemiras, “indianas” – tecidos de algodão pintados –, sedas, lacas e porcelanas da China” (SURET-CANALE, 2000 [1995], p.38)

importado pela “Honorável” Companhia das Índias Orientais. A derrota na primeira Guerra do Ópio (1839-1842) impõe à China a abertura de cinco portos, a entrega de Hong Kong, além da referida importação de ópio.

Na Indonésia a colonização foi mediada pela *Vereenigde Oost-Indische Compagnie* – VOC (BEAUFILS, 2005 [2003]). A Companhia Holandesa das Índias Orientais ali instaurou o sistema de culturas forçadas e trabalhos forçados. Suret-Canale (2000 [1995], p.40) nos observa a beleza do “trabalho livre”: os camponeses devem fornecer 1/5 das suas melhores terras e do seu tempo de trabalho para fornecer gratuitamente produtos de exportação. Chegou-se “a exigir um terço, ou mesmo metade das terras, e, em tempo de trabalho, de 66 a 240 dias por ano”. O que visualizamos, acompanhando o raciocínio de Deepak Nayyar, é que o livre-comércio foi uma imposição que o Reino Unido e a Holanda, por exemplo, sujeitaram à Índia/China e Indonésia, respectivamente.

IV – “Deuses” coléricos conquistam o paraíso

Pela graça de Deus e de Sua Magnífica Majestade... um novo continente agora foi achado e reivindicado... em nome da Coroa Espanhola, no ano de 1492. Como sua majestade sabe bem... a Universidade de Salamanca sempre defendeu a teoria... da existência de territórios desconhecidos no Ocidente. A rota mais curta para o novo continente... está agora bem estabelecida... Oeste por Sudoeste por 750 léguas para Santo Domingo. De lá, Oeste Noroeste, partindo de San Juan para o Norte... alcançando a Ilha de Hispaniola no Cabo Norte de San Raphael. Depois, em direção ao continente principal, ao Cabo Graças a Deus. A Espanha, por graça de Sua Majestade... confirmou para toda a humanidade... a existência de um novo mundo... “*Tierra Incognita*”. O continente descoberto por um marujo... comissionado por Sua Majestade... Seu nome... Américo Vespúcio (1492: *A Conquista do paraíso*).

Terra e oceano incógnitos. Até o último decênio do século XV os europeus desconheciam a existência daquilo que vai se chamar de América e do *tempestuoso* oceano Pacífico. Acreditava-se que a China, o Japão e a Índia estavam mais próximos da Europa, daí a tese de que se navegando para o Oeste se chegaria às Índias, admitindo que a terra não fosse plana (ANDRADE, 1999 [1988]).

Coube ao navegador genovês Cristóvão Colombo (1451-1506) defender a tese e angariar fundos para empreender a viagem. Sua empreitada foi atendida pelos reis católicos Fernando de Aragão e Isabel de Castela. Em 03 de agosto de 1492 ele partiu de Palos de la Frontera com uma esquadra de três navios – Santa Maria, Pinta e Nina – e atingiu a Ilha de *San Salvador* nas Bahamas em 12 de outubro. Colombo nomeou os autóctones de índios, pois acreditava que chegara às Índias. Estava lançada a “pedra fundamental” da geoeconomia tripartida. Com essa conquista a Espanha estendia seu território além-mar.

A “descoberta” do continente americano colocou em choque os interesses estatais de Portugal e Espanha. O papa Alexandre VI, na bula *Inter Coetera*, dividiu esse mundo a ser descoberto entre os dois países por meio do meridiano que passasse 100 léguas a oeste de Cabo Verde. Andrade (1999 [1988], p.16) escreve que Portugal “contestou a bula e conseguiu um tratado com a Espanha, o de Tordesilhas, que estabelecia como limite o meridiano que passava a 370 léguas ao Oeste de Cabo Verde”.

Tordesilhas é um marco dessa nova geografia que surge a partir da descoberta. Fica claro também o enfraquecimento do papado, vez que Portugal e Espanha assinaram um tratado por conta própria. De qualquer forma, a partir do Tratado de Tordesilhas, Espanha e Portugal passaram à colonização do território americano. Surge assim uma América portuguesa (Brasil) e uma América Espanhola (do México até a Patagônia). Essa nomenclatura não é à toa: significa que esses territórios aimarás, guaranis, quéchuas, tupis, entre outros, agora são *extensões territoriais ultramarinas ibéricas*. Subordinação territorial e social caminham lado a lado.

Por seu turno, a largada na frente de Portugal e Espanha na *corrida colonial* não inibiu outros povos europeus de usurparem territórios autóctones ou ibéricos do atual continente americano. A anexação de Portugal pela Espanha (1580) será o incentivo imediato para a expansão além-mar da Holanda. Isso porque a anexação espanhola ameaçava a importação de especiarias já que as especiarias indianas entravam na Europa pelo porto de Lisboa (FORBES, 1989 [1984]). Na América do Norte os holandeses fundaram os Novos Países Baixos e Nova Amsterdã; na América Central colonizaram também as Antilhas (Aruba, Bonaire, Curaçao, Saba, Santo Eustáquio e São Martinho) e as Ilhas Virgens (Anegada, Santa Cruz, São Tomás e Virgen Gorda); na América do Sul colonizaram parte da atual região nordeste do Brasil e o atual Suriname.

Contudo, a Primeira Guerra Anglo-Holandesa (1652-1654) implicou uma série de perdas territoriais dos holandeses em relação aos ingleses – como é o caso de Nova Amsterdã (atual Nova York) e a porção ocidental da Guiana. O Reino Unido funda as famosas Treze Colônias (parte do atual EUA); tomam da Espanha: Jamaica, Granada, Belize e Barbados; e, com a vitória sobre a França e seus aliados na Guerra dos Sete Anos (1756-1763), anexaram o Quebec – esse acontecimento marca o início da supremacia britânica⁵¹ (ARRIGHI 2016 [1994]).

⁵¹ Fiori (2014, p.29) detém um raciocínio distinto. Para ele, “só se poderia falar de liderança mundial hegemônica da Inglaterra na segunda metade do século XIX e durante curto período: após vitória sobre a China, na Primeira Guerra do Ópio, e o Tratado de Nanquim, de 1842; após a vitória sobre o Grande Motim e a criação do Vice-Reino da Índia, em 1858; e após o enquadramento do Japão, dentro de sua estratégia geopolítica asiática, entre a Restauração Meiji, de 1866, e o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1919”.

Na porção Norte da América, os franceses colonizam as regiões do Grandes Lagos e do rio São Lourenço; Nova França (atual Canadá), Nova Escócia e Terra Nova são suas primeiras colônias, sucedidas por Quebec, Montreal e Nova Orleans; no Caribe os franceses colonizam República Dominicana, Haiti – que formam a ilha de Hispaniola – Guadalupe, Martinica, Santa Lúcia e Tobago; no Sul da América fundam a Guiana francesa⁵² e fincam raízes no Brasil, notadamente no Rio de Janeiro e Maranhão. A Dinamarca controlou a Groelândia e as Índias Ocidentais Dinamarquesas (atual Ilhas Virgens Americanas); finalmente, a Rússia prolonga seu território ao estabelecer-se no atual Alasca, via o estreito de Bering (ANDRADE, 1999 [1988]).

Conquistar-colonizar. Esse binômio vai ditar as regras do jogo na América a partir de então. Dominar os povos autóctones para controlar o território e os recursos sicionaturais existentes era o fito da empreitada colonial. Andrade (1999 [1988]) registra que as condições coloniais foram diferentes conforme o colonizador e o espaço geográfico a ser colonizado. Vejamos.

Nas áreas de clima temperado da América do Norte, os colonos franceses e ingleses migraram objetivando edificar um novo lar, livre das restrições sociais (religiosas, por exemplo), e estabelecendo-se enquanto proprietários e comerciantes. Por isso esse tipo de colonização configurou-se de povoamento, vez que o objetivo era “substituir a população autóctone, indígena, pelos migrantes, e onde pensavam fundar nações brancas, europeizadas, naquele lado (o ocidental) do Atlântico” (ANDRADE, 1999 [1988], p.19). Essa “substituição” é um eufemismo para a selvageria que os colonizadores empregaram. A título de ilustração, “os puritanos da Nova Inglaterra aprovaram em 1703, por decreto, um prêmio de 40 libras esterlinas por cada escalpo de índio ou por cada pele-vermelha feito prisioneiro; em 1720, o prêmio foi elevado para 100 libras” (SURET-CANALE, 2000 [1995], p.31).

Na América espanhola, onde os colonizadores encontraram civilizações indígenas bastante avançadas, eles procuraram aproveitar as estruturas existentes, substituir as autoridades e explorar metais preciosos – ouro e prata – a partir da mão de obra escrava autóctone distribuída aos caudilhos espanhóis. Um *eixo mina-porto* se estabeleceu com os espanhóis em cidades mineradoras (Quito, Cuzco, Potosí) e portuárias (Vera Cruz, Cartagena das Índias, Lima). Para dar conta dessa dialética produção-circulação, que reconfiguravam o território americano, os espanhóis criaram Vice-Reinados (Nova Espanha, Nova Granada, Peru e Rio da Prata) e capitânicas gerais (Cuba, Chile, Guatemala, Venezuela e Yucatán). Cabe destacar que esse processo foi extremamente bárbaro e aterrorizante. O geógrafo Jean Suret-

⁵² Inicialmente uma colônia penal (CORNUEL, 2005 [2003]).

Canale (2000 [1995]) aponta que a população de Hispaniola (atuais Haiti e República Dominicana) era estimada em meio milhão de habitantes quando da chegada dos colonizadores e foi reduzida a 30.000 em 1514⁵³; na Nova Espanha (México) a população estimada em 25 milhões em 1520 é reduzida a 7 milhões em 1548 e a menos de 1 milhão e meio entre 1595-1605, totalizando uma redução de 95% em 85 anos. No total os povos da América espanhola – 50 milhões no fim do século XV – reduzem drasticamente com o avanço da colonização e da *sangria territorial*: são entre 9-10 milhões em 1570 e 4 ou 5 milhões em meados do século XVII.

Por fim, nos territórios em que os indígenas detinham um nível de complexidade civilizacional menor, os europeus impuseram a exploração florestal – pau-brasil, madeiras de lei – e a agricultura de produtos tropicais – açúcar, algodão, especiarias, arroz – escravizando primeiramente os autóctones e depois os africanos. É necessário clarificar que não somente os sujeitos sociais (índios e africanos) eram escravizados, mas também todo seu território e cultura. Assim, a América – e o mesmo raciocínio pode se aplicar à África e à Ásia – não servia apenas matérias-primas que seriam trabalhadas e serviriam ao desenvolvimento das metrópoles. Os espaços coloniais americano, africano e asiático eram as matérias-primas que trabalhadas e exploradas violentamente consubstanciavam um amplo processo de industrialização nos Estados colonizadores ao mesmo tempo em que *a grande espacialização primário-produtiva* tinha lugar.

Se é possível falar que formou-se na sociedade americana (*lato sensu*) diferenças de classe, étnicas e raciais que tornavam “difícil aos descendentes de negros e aos indígenas ascenderem às classes dominantes” (ANDRADE, 1999 [1988], p.19), não é também possível pensar a existência de um *espacismo* no qual determinados espaços são passíveis de serem escravizados, violentados, profanados, devassados?

Em todo caso, a estruturação socioespacial instituída pela moderna colonização, significou a submissão de territórios e civilizações ao processo capitalista de produção e lança as bases das *grandes especialização e divergência* estudadas por Deepak Nayyar. Este salienta que “entre 1500 e 1820, a participação da Ásia, da África e da América Latina na população mundial permaneceu em 3/4, inalterada, mas sua participação na renda mundial declinou de 73% para 63%” (NAYYAR, 2014, p.36). Não obstante, não devemos esquecer que essa parcela

⁵³ Bénot (2005b [2003], p.55) apresenta outras estimativas não menos assustadoras: “La estimación más habitual de la población de la isla a la llegada de Colón, y que recuerda el informe de los dominicos de 1519, la eleva a 1.100.000 personas. En 1507 el tesorero Juan de Pasamonte cuenta tan sólo 60.000. En 1520 no subsistirían más de 1.000 indios en La Española, y ninguno en Puerto Rico”.

inalterada da população mundial deve ser lida em termos relativos. Em termos absolutos, os ameríndios experimentaram um extermínio de 20 milhões num espaço-tempo de três séculos, e os povos costeiros da África Ocidental tiveram mais de 10 milhões de mortos e 10 milhões de deportados entre 1510 e 1850, aproximadamente (PARAIRE, 2000 [1995]).

V – Sentidos da colonização nas Américas

O geógrafo Antonio Carlos Robert Moraes (2011, p.73) escreveu certa vez que a colonização era essencialmente um processo de expansão territorial, um modo particular das relações entre espaço e sociedade, cujas determinações situavam-se na “conquista, domínio e exploração econômica de novas terras”. Nas Américas, que observou uma singularidade da relação colonial, não foi diferente. Iniciada nos estertores do século XV, a colonização se prolongará até a segunda metade do século XX.

As temporalidades da descolonização têm relação direta com o tipo de colonização empregado nas regiões americanas. O Reino Unido, quando coloniza parte do atual território dos EUA, empreende uma colônia de povoamento. Por sua própria natureza, e o exemplo estadunidense é cristalino, a colonização de povoamento apresenta “laços mais tênues com os circuitos comerciais, logo são mais autocentradas e autárquicas, e atraem dissidentes religiosos e minorias culturais europeias” (MORAES, 2005a, p.67). Ao Norte das treze colônias, Eduardo Galeano (2009 [1976]) refletiu que os peregrinos do *Mayflower* vieram da Europa para reproduzir, com suas famílias, a vida e o trabalho que levavam no “Velho Mundo”. Vieram não para abater as civilizações indígenas⁵⁴ e sim colonizar. Na qualidade de pioneiros erigiram colônias de povoamento. Por isso mesmo pode-se observar certo desenvolvimento autóctone relativo (tanto no nível pessoal, quanto no território).

Sem embargo, no Sul das treze colônias, os ingleses imprimiram uma colonização baseada na *plantation*, produzindo especialmente fumo e o algodão. Nessa porção territorial o dinamismo econômico é devedor das “possibilidades de acumulação que propiciam, sendo os lugares do capital mercantil por excelência, os quais constituem na época os principais espaços capitalistas do mundo colonial” (MORAES, 2005a, p.67). O *sentido da colonização*⁵⁵ britânica

⁵⁴ Que Galeano considera inexistentes nessa região. Provavelmente essa afirmação foi feita para contrastar com as civilizações inca, maia e asteca.

⁵⁵ Tomada aqui na acepção de Caio Prado Júnior (2000, p.19-20): “No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu.

no atual território dos EUA é relativamente distinto daquele que observou a América Hispânica. Eduardo Galeano (2009 [1976]) bem pontuou este fato. Certamente houve escravidão e *plantations* ao sul da baía de Delaware, mas o centro de gravidade estava no núcleo fundador do Estado norte-americano, a Nova Inglaterra. Os camponeses e artesãos que chegam às treze colônias do Norte geram uma nova sociedade no atlântico norte amparada no trabalho livre.

Constata-se que mesmo dentro de uma mesma região geográfica (o território original das colônias) o sentido da colonização relaciona as particularidades sociais e espaciais encaixadas no território conquistado. Nas colônias situadas na Antilhas os britânicos adotaram a via das *plantations* para produzir cana de açúcar. Se ao Norte a mão-de-obra era predominantemente familiar, na porção meridional das Treze Colônias e nas Antilhas os britânicos fizeram uso em ampla escala da força de trabalho escravizada africana.

Como vimos, os franceses também tiveram colônias em todas as regiões do continente americano e, após a derrota na Guerra dos Sete anos, sofrem amputações territoriais significativas. Durante a Revolução Francesa (1789-1799) chegaram a perder o controle do Haiti, país que aboliu a escravidão em 1793. Da mesma forma que os britânicos, nas Antilhas os franceses mobilizaram escravos africanos para o cultivo de cana-de-açúcar e banana. Cinco séculos depois do início da colonização americana, a França ainda detém territórios que são qualificados de Departamentos de Ultramar. O mais conhecido é a Guiana francesa, mas também existem Guadalupe, Martinica, e Saint-Pierre e Miquelon.

A América Hispânica era superior territorialmente e detinha ampla diversidade natural e social. Também aí o sentido da colonização espanhola vai variar conforme as particularidades sociais e naturais. No México, Guatemala e Peru, onde os conquistadores travaram contato com Astecas, Maias e Incas – dedicados à mineração e agricultura – a colonização manteve as estruturas de dominação estatais, mas “substituindo a classe dirigente por autoridades e militares espanhóis” (ANDRADE, 1999 [1988], p.21).

Na região dos desertos da Califórnia e Novo México, assim como nos pampas e Chaco do Rio da Prata, os colonizadores desenvolveram a pecuária, objetivando produzir couro, terminando por ocupar enormes extensões territoriais de baixa densidade demográfica. Nas Antilhas, Chile e Costa Rica, a agricultura permitiu fixar população expressiva. A extensão territorial da América Hispânica forçou a Monarquia Católica à uma administração territorial em vice-reinados e capitânias gerais.

A colonização portuguesa no Brasil foi diversificada tanto no tempo, quanto no espaço. Andrade (1999 [1988]) aponta que no século XVI o litoral adquiriu maior importância em função da produção do açúcar e do fumo, tendo Olinda e Salvador enquanto principais centros

urbanos. No século XVII ganhou importância o Sudeste, com a descoberta das minas de ouro e diamante em Minas Gerais e impulsionando o crescimento da cidade do Rio de Janeiro. No século XVIII o governo do Marquês de Pombal conferiu maior destaque à colonização do Maranhão e à consolidação do poder luso na região amazônica. Conseqüentemente, uma reorganização político-geográfica se faz: a divisão do território colonial em Estado do Brasil e Estado do Maranhão (1621-1772).

VI – Descolonização nas Américas

O primeiro país a se tornar independente nas Américas foram os Estados Unidos. Teve início quando os colonos da Nova Inglaterra reivindicaram direitos iguais aos britânicos da metrópole. Entre 1775 e 1783 os EUA lutaram e conseguiram sua independência do Reino Unido. O Canadá permaneceu sob domínio britânico até 1867 quando diversas províncias formaram o “Domínio do Canadá e o país foi unificado com a construção de duas ferrovias transcontinentais” (ANDRADE, 1999 [1988], p.22). Apesar da descolonização, o Canadá faz parte da *Commonwealth* e dos Reinos das Comunidades de Nações, cuja soberana é Elizabeth II.

Em 1812 iniciou um novo confronto bélico entre os EUA e o Reino Unido. A “Segunda Guerra da Independência” durou até 1815. As causas da guerra variam desde a recusa britânica em aceitar a independência dos EUA até as conexões comerciais que os ingleses detinham com a porção sul das antigas Treze Colônias. Ademais, à essa época, não era interesse do Reino Unido a industrialização dos EUA, o que manteria a ex-colônia com *status* de independência política, mas com dependência econômica. Os ingleses atacavam as frotas comerciais dos EUA – o que interferia em seu comércio exterior – e incentivavam os nativos a atacar os estadunidenses que se deslocavam para o Oeste. Em razão disso os EUA declararam guerra ao Reino Unido vez que a conquista de mercados internacionais era fundamental para as exportações estadunidenses e uma via decisiva para a consolidação político-econômica da jovem nação. Os EUA invadem o Canadá (até então, como vimos, colônia britânica) e os britânicos respondem capturando territórios dos lagos Maine, Michigan e Superior, bem como ocupando Washington. A ocupação material (e simbólica) da capital apontava para o risco do recuo à condição colonial. O Tratado de Gent, datado de 24 de dezembro de 1814, pôs fim à Guerra, e os ingleses devolveram os territórios conquistados, embarcações, libertou prisioneiros e pagou 250.000 libras aos EUA. Contudo, a notícia da assinatura do tratado só chegou depois da vitória estadunidense na batalha de Nova Orleans em 08 de janeiro de 1815.

Indubitavelmente os estadunidenses – tal qual os portugueses, espanhóis, britânicos e franceses – eram sabedores da necessidade espacial para o desenvolvimento nacional. O espaço a conquistar era cada vez mais convertido em território para o desenvolvimento. O confronto dos EUA com o Reino Unido, sua dupla luta pela independência, não anuvia o extermínio indígena em sua própria terra⁵⁶.

Na América Hispânica as diversas lutas pela independência política se iniciaram em 1811 (Paraguai) e perduraram até 1903 (Panamá⁵⁷). Os agentes internos da mudança foram os *criollos* que viam na independência política da metrópole a possibilidade de granjear maior poder político-econômico e, assim, livremente comercializar com as diversas nações. Os agentes externos da mudança foram o exemplo da independência dos EUA, difusão dos ideais liberais europeus, o enfraquecimento da Coroa Espanhola, as revoluções em Europa e o apoio do Reino Unido aos processos de independência em nome do “livre-comércio”. Magdoff (1979 [1978]) percebeu o papel decisivo do Reino Unido: não interferiu em favor dos impérios ibéricos posto que seu comércio com a América do Sul floresceu durante as Guerras Napoleônicas; os mercados coloniais espanhóis se abriam ao capital britânico. Este era mais um incentivo para ser favorável à independência, vez que esse processo suprimiria as restrições mercantilistas do império espanhol. Magdoff menciona mesmo que comerciantes e financistas emprestavam e concediam suprimentos necessários aos governos independentistas; a *Royal Navy* garantia as condições materiais dos transportes. “América Latina para os latino-americanos!” quase assim bradaram os georgianos e a rainha Vitória. Os EUA viam sua Doutrina Monroe (1823) ganhar substância, quem diria, pelas mãos de seu antigo algoz.

No México a Guerra de Independência se estendeu de 1810 a 1821. Na avaliação de Barbosa (2010, p.25), “a independência foi proclamada com um pacto de unidade política que permitiu avançar para a autonomia em relação à Espanha e para um novo sistema político”. Iniciou-se com revoltas de indígenas e pobres sob a liderança de José Maria Morelos e Miguel Hidalgo – ambos padres. Sob o comando de Hidalgo, os independentistas conquistaram Guanajuato, San Luís Potosí, Valladolid e Zacatecas, mas não conseguiram conquistar a Cidade do México. Em 1811, na cidade de Monclova, as forças independentistas foram derrotadas pelos realistas – que sustentavam os elementos da conservação (aristocratas, espanhóis, latifundiários), espanhóis abastados, os fazendeiros e os aristocratas. Hidalgo é morto depois de ser julgado pela Santa Inquisição. A liderança que se seguiu foi de Morelos que objetivava

⁵⁶ Sobre o extermínio dos índios na América do Norte, ver Ndiaye (2005a [2003]).

⁵⁷ Surgido “de uma revolta patrocinada pelo governo americano, desmembrando-o da Colômbia, a fim de conseguir melhores condições par ao controle do canal que se encontrava em construção” (ANDRADE, 1999 [1988], p.78).

tomar a Cidade do México. Morelos capturou Oaxaca e Acapulco (1812), mas foi derrotado em Valladolid (1813) e Puruarán (1814). Capturado pelos espanhóis foi fuzilado em San Cristóbal Ecatepec (atual Ecatepec de Morelos) em 1815. Com a morte de Morelos, coube a Guadalupe Victoria e Vicente Guerrero liderar a independência. Guadalupe Victoria foi guerrilheiro em Puebla e Veracruz; Vicente Guerrero se destacou como guerrilheiro em Oaxaca. O vice-rei da Nova Espanha então envia Agustín de Iturbide para liquidar as forças independentistas, especialmente em Oaxaca – consequência da Revolução liberal de Cádiz (1820). Tem lugar então os últimos combates entre realistas e independentistas em *Tlataya*, *Chipancilgo* e *Espinazo del Diablo*. Iturbide, após unir forças com Guerrero, e “liquidar o perigo de um domínio popular” (ANDRADE, 1999 [1988], p.25) assina o Tratado de Córdoba em 1821 adotando a monarquia como forma de Governo. Contudo, a monarquia caiu em 1822 e “sucederam-se governos liberais e conservadores, quase sempre sob a égide de caudilhos” (ANDRADE, 1999 [1988], p.25). Um desses caudilhos foi Antonio López de Santa Anna, presidente intermitente do México entre 1833 e 1855 (BARBOSA, 2010). O México sofreu nas mãos dos EUA e, em seguida, afundou numa guerra civil que durou de 1857 até 1861, opondo o governo conservador da Cidade do México ao governo liberal de Veracruz. A vitória dos liberais foi capitaneada por Benito Juárez. Este foi presidente do México entre 1858 e 1872 e teve que enfrentar uma intervenção colonial francesa, apoiada pelos conservadores mexicanos, que invadiu o país em 1862 e colocaram no poder Maximiliano de Habsburgo como imperador (1864-1867). Benito Juárez e suas forças resistiram e “quando foi concluída a Guerra de Secessão nos Estados Unidos e iniciada a guerra franco-prussiana, ele conseguiu vencer as forças imperiais e fuzilar o imperador e seus principais aliados” (ANDRADE, 1999 [1988], p.25). Barbosa (2010, p.26) registra que Juárez “passou por Querétaro em seu caminho para a capital especialmente para ver o cadáver de Maximiliano”. Com o fim do “Império Mexicano”, a República foi recuperada em 1867 enfraquecendo os poderes da Igreja e separando-a do Estado nacional. A reação veio com o general do exército Porfírio Díaz presidente do país entre 1884 e 1911, uma ditadura subserviente às vontades estadunidenses. A modernização do território e a estabilidade política conseguida a base da repressão não conseguiu sufocar as demandas dos camponeses e indígenas, o que culminou na Revolução Mexicana (1910-1920) e uma série de conquistas estendendo-se da consolidação da cisão entre Igreja e Estado, regulamentação da jornada de trabalho em 08 horas diárias, salário mínimo e “realização de uma reforma agrária, a primeira na América” (ANDRADE, 1999 [1988], p.25).

Os territórios hispanófonos na América do Sul, após a independência deram origem a dois grandes Estados: (1) Grã-Colômbia e a (2) Confederação Peru-Boliviana. A Grã-Colômbia

reunia a Capitania Geral da Venezuela, a Província de Quito, a Província Livre de Guayaquil e o Vice-Reino de Nova Granada – atuais estados da Venezuela, Equador, Colômbia e Panamá. Por sua vez, a Confederação Peru-Boliviana originou os estados da Bolívia e Peru.

O Vice-Reino do Rio da Prata fragmentou-se em três países: Argentina, Paraguai e Uruguai. O Chile perdeu parte da Patagônia para a Argentina. Em contrapartida, conquistou porções territoriais ao norte junto à Bolívia e ao Peru – na Guerra do Pacífico (1879-1883). Nesse último caso, o Chile se apropriou dos territórios das províncias de *Tarapacá*, *Arica* e *Tacna*. A Venezuela perdeu para a Inglaterra a assim chamada Guiana Essequiba, que faz parte da Guiana Britânica. E o Equador perdeu territórios para a Colômbia e o Peru. A Bolívia teve seu território amputado diversas vezes: (1) perdeu para o Chile a saída marítima (1883); (2) o Acre para o Brasil⁵⁸ (1904); e (3) “o Chaco Boreal para o Paraguai” (ANDRADE, 1999 [1988], p.27).

A Guerra do Chaco (1932-1935) foi a primeira e mais visível consequência da crise política e econômica provocada pela crise de 1929 sobre a burguesia boliviana (ANDRADE, 2007). Para Paco Peña (2000 [1995]) ela expressava as rivalidades imperialistas. Na visão deste autor, a razão do conflito foi a disputa pelos supostos campos de petróleo do Chaco entre a *Standard Oil* e a *Royal Dutch*. A primeira pensou ter descoberto petróleo no território boliviano, ao passo que a segunda pensava o semelhante no Chaco paraguaio.

Everaldo Andrade (2007) discorda dessa interpretação posto que descontextualiza a crise econômica que abalava a economia boliviana. Se em 1927 a tonelada de estanho custava US\$ 917, em 1929 baixaria para US\$ 794. No ano do *crack* da Bolsa de Valores de Nova York, 37% do orçamento era destinado ao pagamento da dívida pública. A produção de estanho reduziu de 46 mil toneladas em 1929 para 14.700 em 1930. Na visão de Andrade (2007), portanto, foi a crise econômica mundial, os conflitos internos nacionais e as questões fronteiriças com o Paraguai que desencadearam a Guerra. Com a derrota, a Bolívia perdeu 240 mil quilômetros para o Paraguai, 65 mil soldados foram mortos e teve sua economia destruída.

Manuel Correia de Andrade (1999 [1988]) listou os seguintes problemas comuns que afligem os países hispanófonos após a independência: (1) A questão indígena; (2) a questão regional; e (3) condições de saúde e educação.

⁵⁸ Sobre a conquista do Acre, observou Carmem Bernand (2005 [2003], p.169): “El territorio de Acre, que pertenecía a la Bolivia independiente y republicana en 1899, fue colonizado por los caucheros brasileños, se declaró independiente y fue anexionado al Brasil en 1903 a cambio de una indemnización de 15.000 libras esterlinas. El ejemplo muestra claramente que la conquista del Brasil no finalizó hasta el siglo XX y que supera ampliamente los límites cronológicos de la «Conquista» española...”

No México, Guatemala, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia e Paraguai, os indígenas conservaram sua língua, cultura e estrutura comunal. Isso se refletiu, por exemplo, em posições indo-americanas, como é o caso de Victor Haya de la Torre e o partido Aliança Popular Revolucionária Americana, como bem lembra Andrade, mas também na perspectiva *socialista* indo-americana de José Carlos Mariátegui. No Brasil, por seu turno, a população indígena foi quase totalmente dizimada, enquanto que o nome oficial do estado boliviano expressa a riqueza de nações de seu solo: Estado Plurinacional da Bolívia.

A questão regional foi discutida desde a independência no que tange à qual modelo de Estado adotar: unitário ou federativo. No primeiro caso, explica Andrade (1999 [1988], p.27) há uma “tendência à homogeneização e com uma forte supremacia da capital sobre todo o território nacional”. Os federalistas se inspiravam na Constituição estadunidense e optavam por províncias federadas. O sistema federativo foi adotado na Argentina, Brasil, México e Venezuela.

Finalmente, as condições de saúde e educação decorrem da forma de realização da independência. Foi feita sob a liderança das classes dominantes, especialmente os proprietários de terra que sustentaram o quanto puderam a escravidão. Isso ocasionou não só problemas de alfabetização, mas também extrema pobreza e fome especialmente no campo. A raiz política é a economia colonial extravertida implicando uma simultânea *especialização* e *espacialização* primário-produtiva: o café brasileiro, Cuba com a cana-de-açúcar, o petróleo venezuelano, o cobre do Chile, o estanho da Bolívia, são alguns exemplos.

No caso do Brasil, o processo de independência se estendeu de 1821 a 1825. A principal razão foi a invasão da França em Portugal devido ao apetite territorial francês e por conta do Bloqueio Continental instaurado por Napoleão Bonaparte. Consequência da invasão, a corte portuguesa se transfere para o Brasil em 1808. Em 1815, o Brasil foi elevado à categoria de Reino dentro do Estado-Nação de Portugal. Cinco anos depois, a Revolução do Porto (1820) força a família real tornar à Lisboa. “Quando, após a revolução liberal, os portugueses tentaram reverter à situação colonial e governar diretamente as várias capitanias, os brasileiros reagiram contra a recolonização e José Bonifácio conseguiu cooptar o próprio príncipe para a causa nacional” (ANDRADE, 1999 [1988], p.24). Em 1822 Dom Pedro I proclamou a independência. Contudo, batalhas se sucederam entre as forças independentistas e colonizadoras ao longo de três anos, com destaque para a Batalha de Pirajá (1822), Itaparica, Jenipapo (1823), Confederação do Equador (1824) até a assinatura do Tratado do Rio de Janeiro com Portugal reconhecendo a independência. Diferente dos países hispanófonos que aboliram a escravatura

entre 1823 e 1855, o Brasil manteve a escravidão até 1888 *pari passu* à monarquia – extinta em 1889.

Finalmente, nas Guianas e nas Antilhas, a libertação dos negros escravizados se iniciou com o Haiti (1793) e findou com Cuba (1886). Losurdo (2006) nota um aspecto particularmente curioso em torno de 1830. A escravidão vai desaparecendo na América Latina ao mesmo tempo em que ainda vigora nas colônias europeias e sobretudo nos EUA. Aqui um antagonismo muito bem observado pelo filósofo italiano: de um lado, colocando no poder os ex-escravizados responsáveis por uma revolução muito particular na história, o Haiti; do outro, os EUA, um país cujos primeiros 32 anos dos 36 de vida o cargo de presidente é ocupado por proprietários de escravos virginianos, a exemplo de George Washington, James Madison e Thomas Jefferson. Em todo caso, com o fim da escravidão, a força de trabalho que vivificava o capitalismo e suas *plantations* foi substituída “por imigrantes hindus, chineses, indonésios, trazidos por ingleses e holandeses, em sistema de trabalho sob coação” (ANDRADE, 1999 [1988], p.31).

A independência *política*, contudo, não significou efetivamente o rompimento com a economia política colonial. O que mudou foi em torno de qual nação os satélites recém independentes iriam orbitar. O Brasil é ilustrativo dessa mudança de órbita. Saída do jugo colonial português, engolfou-se na maior potência colonial em franca e larga consolidação: o Reino Unido. Manuel Correia de Andrade (1999 [1988], p.33) registra que a influência dos britânicos era tão grande que eles comandavam até a propagação do povoamento na região amazônica. Faz isso de diversas maneiras: (I) construindo portos como o de Manaus; (II) estradas de ferro como a Madeira-Mamoré; (III) explorando minas de ouro em Minas Gerais; (V) forçando “a manutenção de favores cambiais”; (VI) desorganizando o tráfico de pessoas escravizadas para minar as condições de concorrência do açúcar brasileiro frente aos de suas colônias antilhanas; e (VII) intervindo em conflitos políticos.

Dois foram os exemplos dessa interferência britânica: a Guerra da Cisplatina e a Guerra *contra* o Paraguai. A Guerra da Cisplatina (1825-1828) opôs o Império brasileiro e a até então Províncias Unidas do Rio da Prata (atual Argentina). A razão do conflito era o controle territorial do estuário do Rio da Prata, atual Uruguai (conhecido à época como Província Oriental). O Reino Unido mediou um acordo bilateral (Tratado do Rio de Janeiro) cujas partes envolvidas (Brasil e Argentina) reconheciam a independência do Uruguai. Conseguiram, assim, impedir “o controle da foz do Rio da Prata pelos argentinos, ao mesmo tempo em que anulavam as pretensões geopolíticas do Brasil de estender sua influência até o Prata” (ANDRADE, 1999 [1988], p.33). Na Guerra *contra* o Paraguai (1864-1870), Andrade (1999 [1988], p.33) defende que os ingleses estimularam a Tríplice Aliança a “destruir um pequeno estado mediterrâneo que

procurava um caminho diferente de desenvolvimento, dando prioridade ao mercado interno, menos rendoso para o capital inglês”. Brasil, Argentina e Uruguai ficaram sujeitos à uma espécie de colonialismo sem colonização⁵⁹ – dado que já eram independentes. Territorialmente, o Brasil abocanhou territórios ao norte do Rio Apa (cuja nascente se encontra em Ponta Porã, atual Mato Grosso do Sul); comercialmente, assegurou a navegabilidade ao longo do importante rio Paraguai e sua consequente integração territorial entre o Mato Grosso e as províncias imperiais. A Argentina apoderou-se da atual Província de *Misiones* e parte da região do *Chaco*. Por sua vez, o Paraguai sofreu perdas territoriais e humanas significativas que derivaram num comprometimento econômico nacional decisivo para sua representação cultural enquanto país da “muamba”.

A independência política dos países latinos não significou sua independência econômica (especialmente no que tange à industrialização e tecnologia). A órbita deixou de ser ibérica e passou a ser anglo-saxã, num primeiro momento marcadamente britânica, ao que sucedeu uma hegemonia estadunidense à medida em que a industrialização avançava⁶⁰.

Em todo caso, a *acumulação de espaços* e de *escravos* permitiu uma concentração de capitais nos principais Estados europeus (Portugal, Espanha, Países Baixos, Reino Unido e França). Ou seja, o mundo viu cada vez mais um punhado de nações concentrarem sob seu poder político o comando *burguês* do trabalho e dos meios de produção. Constatamos uma *tendência à concentração espacial do capital*.

Não obstante, em conformidade com que Marx ensinou em *O capital* (1867), se há uma *tendência à concentração de capital*, também existe uma *tendência à centralização do capital*. Apoiando-nos em Marx, fazendo um *détournement* da sua lição, percebemos a existência de uma centralização *espacial* do capital, especialmente no Reino Unido com a *Revolução Industrial*.

⁵⁹ Escrevo “sujeitos à uma espécie...” posto que não havia um domínio territorial efetivo da parte britânica. E o colonialismo é o “modo pelo qual as grandes potências articulam o crescimento e a modernização capitalistas internos (especialmente a industrialização) com a expansão e o domínio territoriais externo” (COSTA, 1992, p.61).

⁶⁰ É o mesmo raciocínio de Marc Ferro (2005a [2003]), p.21: “En la América española, menos de doscientos años después de las «independencias-colono» —independencias que no surgen de los indígenas, sino de los colonos españoles— debidas a los Bolívar, Iturbide, etc., estos países fueron los primeros que experimentaron, en los últimos años del siglo XIX, una transferencia de dominación, primero los ingleses y luego los estadounidenses, que toman el relevo de los españoles, eliminados mucho tiempo atrás. Estos países fueron los primeros en conocer una especie de prefiguración de este neocolonialismo sin bandera ni ocupación”.

VII – Da *tendência à centralização espacial do capital*

A Revolução Industrial, “o crescimento dentro da economia mundial capitalista do setor industrial de produção” (WALLERSTEIN, 1983, p.1), generaliza o “mecanismo de mercado” (BRAUDEL, 1996, p.193). Celso Furtado (1974, p.77) a define da seguinte forma: “a aceleração no processo de acumulação de capital e de aumento na produtividade do trabalho ocorrida entre os anos 70 do século XVIII e os anos 70 do século XIX”. Seguindo a linha de raciocínio aqui aplicada, a centralização *espacial* do capital na Inglaterra acarretou não apenas a aceleração da acumulação, segundo nos ensinou Furtado (1980), ou ainda a reorganização laboral no campo e cidade. Esse fenômeno permitiu uma apropriação ainda maior da natureza e do espaço – esse último sendo assim definido por Marx: “elemento necessário a toda produção e a toda atividade humana” (2008 [1894], p.1026). O espaço geográfico europeu tornou-se mais integrado territorialmente, com a invenção da locomotiva a vapor e a expansão das ferrovias. Mas também se tornou mais integrado além-mar. E para tanto dois fatores foram fundamentais: (1) “A substituição das embarcações a vela pelo vapor e dos cascos de madeira por cascos de ferro nos navios”; e, como resultado, a ocorrência de (2) “uma enorme redução no tempo necessário e nos gastos incorridos para atravessar distâncias geográficas” (NAYYAR, 2014, p.74). Nayyar (2014) bem percebeu como essa revolução nos transportes – navios a vapor, estradas de ferro – ao dismantelar as barreiras geográficas forjou o encolhimento do mundo ao mesmo tempo em que decompôs a proteção natural do artesanato e das manufaturas dos gigantes asiáticos China e Índia.

O advento dos navios a vapor reduziu em 2/3 o frete marítimo entre 1870 e 1900. A abertura do Canal de Suez reduziu à metade a distância entre Londres e Bombaim, acarretando uma diminuição acentuada no custo do frete, a qual foi igualmente drástica nas rotas marítimas que passavam pelo Mar Negro e pelos portos egípcios (NAYYAR, 2014, p.76)

Hoje se fala em integração multimodal. Ora, mas não já está em curso uma integração entre os navios a vapor e as ferrovias? E esta integração econômico-comercial não é também produto e premissa da *integração espacial*? Integrar é também englobar a hinterlândia dos países da economia mundial dos centros de produção aos de consumo. E certamente, as barreiras geográficas foram dismanteladas. Mas para terem sido dismanteladas foi necessária a *produção de espaços* que permitissem (e ainda permitem) atingir esse objetivo. O que são as ferrovias e os portos senão espaços produzidos com o intuito de superar “barreiras geográficas da distância e do tempo”? Para dismantelar as “barreiras geográficas” é preciso produzir

espaços geográficos. E, sem dúvida, a “Rainha dos Mares” e *L’Héxagon* – para citar as duas maiores potências coloniais do longo século XIX – desmantelaram “barreiras geográficas” com seus barcos movidos a vapor e conseguiram subordinar importantes nações: da Índia à China; da Argélia à Indochina (BROCHEUX, 2005 [2003]). Escreveu Deepak Nayyar (2014, p.54):

Na década de 1840, o livre-comércio foi imposto à Índia pela Grã-Bretanha e à Indonésia pela Holanda. Em 1858, o Japão assinou os tratados Harris, em Shimoda, convencido pelas canhoneiras norte-americanas do comodoro Perry a passar da autarquia para o livre-comércio. A Coreia seguiu o mesmo caminho, por meio de sua integração ao mercado com o Japão.

O *imperialismo de livre-comércio* (ARRIGHI, 2016), implicou simultaneamente a industrialização da Europa e a desindustrialização da Ásia. Por isso mesmo ele força as aberturas dos mercados por meio das canhoneiras e, claro, da dominação colonial. “Em 1842, a China assinou com a Grã-Bretanha um tratado que abriu seus mercados ao comércio e instituiu um teto tarifário de 5%” (NAYYAR, 2014, p.54). Em 1858, os EUA com as canhoneiras do comodoro Perry converteu a autonomia nipônica em servidão do livre-comércio. O corolário desse processo de “divisão internacional do trabalho implícita nesse padrão de comércio” foi qualificado de *Grande Especialização* (NAYYAR, 2014, p.55).

Verificamos que os processos de industrialização foram, *ab ovo*, processos de colonização e escravidão (os Impérios Britânico e Francês não nos deixam mentir). Sem embargo, a industrialização pioneira do Reino Unido e da França rapidamente se expande para os Estados Unidos da América, Alemanha, Itália e Japão. “O país mais desenvolvido não faz mais do que representar a imagem futura do menos desenvolvido” (MARX, 2010 [1867], p.16) Os países menos desenvolvidos (França, Alemanha, Itália, EUA), aqueles que largaram mais tardiamente na “corrida do desenvolvimento”, representavam cada vez mais a imagem do país mais desenvolvido (Reino Unido): máquinas a vapor ocupavam seus territórios; o carvão mineral fornecia-lhe a energia; desenvolvia-se as indústrias naval, têxtil e siderúrgica; e ampliava-se o trabalho assalariado.

Todas essas mudanças no setor de transportes, energia e indústria consubstanciavam um aumento da *produtividade capitalista do trabalho*. Segundo Bonente (2011), Marx identificou uma tendência ao aumento da composição do capital. Em *O capital* Marx (2011 [1867], p.715) explica que:

A composição do capital tem de ser apreciada sob dois aspectos. Do ponto de vista do valor, é determinada pela proporção em que o capital se divide em constante, o valor

dos meios de produção, e variável, o valor da força de trabalho, a soma global dos salários. Do ponto de vista da matéria que funciona no processo de produção, todo capital se decompõe em meios de produção e força de trabalho viva; essa composição é determinada pela relação entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho necessária para eles serem empregados. Chamo a primeira composição de composição segundo o valor, e a segunda, de composição técnica. Há estreita correlação entre ambas. Para expressá-la, chamo a composição do capital segundo o valor, na medida em que é determinada pela composição técnica e reflete as modificações desta, de composição orgânica do capital. Ao falar simplesmente de composição do capital, estaremos sempre nos referindo à sua composição orgânica.

Sendo assim, a tendência ao aumento da composição orgânica do capital é o que explica a introdução de novas máquinas no processo capitalista de produção, o aumento da eficiência com novas fontes de energia (eletricidade, petróleo)⁶¹, além de explicar o trabalhador especializado e a fabricação em larga escala. Bonente (2011, p.26) explica que a tendência ao aumento da composição do capital é a forma de expressão do aumento das forças produtivas sob o capitalismo. Mas,

na medida em que produz uma queda no valor unitário das mercadorias e contribui para o aumento da mais-valia relativa, pode-se afirmar a existência de uma *motivação exclusivamente capitalista* para aumentar a produtividade do trabalho.

Destarte, foi a expansão comercial que viabilizou a repartição geográfica do mundo pelas potências europeias, ao mesmo tempo em que os territórios conquistados asseguravam uma verdadeira revolução no comércio transatlântico. Forbes (1989 [1984], p.28) grava que “por volta de 1750, 207 milhões de quilômetros quadrados de oceanos eram conhecidos e diariamente sulcados por 180 a 200 embarcações”. A medida em que a acumulação de espaços e de capital avançavam, sucederam-se inovações fabris que simultaneamente reorganizavam os espaços nacionais (contínuos e de além-mar) e destruíam, paulatinamente, relações de produção feudais na Europa⁶². Teve lugar uma tremenda *destruição criativa* (SCHUMPETER, 2017 [1943]). Surgia um proletariado europeu, mas o trabalho compulsório permanecia

⁶¹ “Graças a Bessemer (1813-1898) e aos irmãos Siemens (Friedrich, 1826-1904 e Wilhelm, 1823-1883), o aço passa a ser produzido em grande escala e substitui o ferro como material básico; a aplicação da química permite obter papel a partir da polpa de madeira (1855) e alumínio a partir da bauxita (1886) e revoluciona a produção de álcalis e de tintas e colorantes e dá nascimento à indústria de fármacos; a energia mais utilizada recebe um novo impulso, com a turbinagem do vapor (Parsons, 1884); os motores de combustão interna são produzidos a partir de 1876 (Otto) e, com a abertura dos campos de Bornéu (1898), o petróleo generaliza-se como combustível; enfim, a eletricidade faz sua entrada em cena: 1881, em Godalming (Inglaterra), inaugura-se a primeira central elétrica pública da Europa” (NETTO; BRAZ, 2012 [2006], p.189).

⁶² Conforme José Paulo Netto e Marcelo Braz (2012 [2006], p.86), “Apenas a título de ilustração, anatem-se as seguintes invenções e inovações (todas posteriores à impressão com tipos móveis [Gutenberg] e à utilização bélica da pólvora) – entre 1500 e 1650: relógio de corda, trilhos nas minas, relógio de pêndulo; ao longo do século XVIII: máquina de Newcomen, fundição a carvão, lançadeira, máquina de cardar, cronômetro, fuso de tear, máquina rotativa de Watt, balão, torno de Maudslay; neste século XVIII, o da *Revolução Industrial*, as inovações referidas à tecelagem foram decisivas: a *jenny* (Hargreaves, 1764), a *throstle* (Arkwright, 1771) e a *mule* (Crompton, 1779)”

tricontinental. Os três grandes continentes continuaram drenando, sangrando suas riquezas para as metrópoles. A Inglaterra pode ter largado na frente – conjuntamente ao declínio das potências ibéricas – mas, como veremos, não tardaria a ser alcançada pelas potências industriais do “velho mundo”, seu ilustre filho no “novo mundo”, e “um convidado de última hora”: o Japão. Nos avizinhamos de uma nova etapa do movimento espacial do capital, engendrada pelos aprimoramentos dos meios de transporte e comunicação. Etapa essa reproduzida intelectualmente com brilhantismo sob a pena de cientistas, filósofos e literatos.

VIII – Uma Geografia Literária⁶³

Quanto mais a produção se baseia no valor de troca e, em consequência, na troca, tanto mais importantes se tornam para ela as condições físicas da troca – meios de comunicação e transporte. É da natureza do capital mover-se para além de todas as barreiras espaciais. A criação das condições físicas da troca – de meios de comunicação e transporte – devém uma necessidade para o capital em uma dimensão totalmente diferente – a anulação do espaço pelo tempo (MARX, 2011 [1857-1858], p.432).

Entre 1857-1858, na Inglaterra, Marx redigia os famosos *Grundrisse*, que ficaram conhecidos como os esboços para sua *magnum opus*: *O capital*. A passagem aludida chama atenção pelo fato de Marx conseguir reproduzir teoricamente-cientificamente o movimento real que o capital realiza em sua busca por valorização. Não obstante, a mencionada citação, também se refere à uma dimensão particular do movimento do capital: a anulação espacial pelo tempo. Em outro momento o velho barbudo escreveu:

Assim, enquanto o capital, por um lado, tem de se empenhar para derrubar toda barreira local do intercâmbio, *i.e.*, da troca, para conquistar toda a Terra como seu mercado, por outro, empenha-se para destruir o espaço por meio do tempo; *i.e.*, para reduzir a um mínimo o tempo que custa o movimento de um local a outro. Quanto

⁶³ A primeira vez que esbocei uma aproximação entre os *Grundrisse*, de Marx, e *Le Tour du monde en quatre-vingts jours*, de Jules Verne, data de 15/04/2017. Num pequeno texto de 03 páginas também aproximava as duas obras com *The Condition of Postmodernity*, de David Harvey, em função do fascinante tema da *compressão espaço-temporal*. Havia lido os *Grundrisse*, parcialmente, durante a feitura da disciplina “Capitalismo Financeiro” da profa. Leda Paulani nos idos de 2012 – quando ainda era discente de mestrado do PPGH (2011-2014); não recordo a primeira vez que li *The Condition of Postmodernity*: provavelmente foi também nos idos de 2012 quando cursei a disciplina *Globalização e Cultura* da profa. Zilda Márcia Grícoli Iokoi; cheguei à leitura de *Le Tour du monde en quatre-vingts jours* através da docência no IFMA-CAPF, quando ministrei o conteúdo “Planeta Terra: coordenadas, movimentos e fusos-horários” para os alunos do 1º ano do Ensino Médio. No livro didático que utilizo – **Geografia Geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização** – de João Carlos Moreira e Eustáquio de Sene, os autores sugerem a leitura da referida obra de Verne. Contudo, os prezados autores sugerem a leitura diretamente atrelada ao tema das coordenadas, movimentos e fusos-horários. A meu ver, era preciso enfatizar a anulação do espaço pelo tempo e a compressão espaço-temporal que Marx e Harvey capturaram teórica e cientificamente, e que Verne captou pela literatura. Depois de ler a bela dissertação de mestrado de Martinho Milani recebi mais um incentivo para apresentar uma pequena contribuição a esse tema, vez que Milani atrela a obra verniana – corretamente – ao imperialismo.

mais desenvolvidos o capital, quanto mais distendido, portanto, o mercado em que circula, tanto mais ele se empenha simultaneamente para uma maior expansão espacial do mercado e para uma maior destruição do espaço pelo tempo (MARX, 2011 [1857-1858], p.445).

Ao contrário do que uma leitura apressada poderia sugerir, a *anulação do espaço pelo tempo* não implica no *cancelamento* do espaço enquanto premissa do desenvolvimento desigual do capitalismo, mas sim quer mostrar que a *anulação* – ou, poderíamos dizer melhor, o *recuo* – é uma *tendência* do próprio capital em seu movimento de valorização. Ou seja, o capital precisa fazer recuar as barreiras espaciais para reduzir o tempo de sua valorização. O meio pelo qual o capital faz isso Marx deixou bem claro: meios de comunicação e transporte. Esses meios de comunicação e transporte que fazem recuar as barreiras espaciais para a valorização do capital tornam, de fato, o mundo mais “curto”, o planeta Terra “menor” do que era antes, tal como percebeu o escritor francês Júlio Verne⁶⁴ (1828-1905) em sua célebre *A volta ao mundo em 80 dias*⁶⁵:

Nem imagino – respondeu Andrew Stuart – mas, definitivamente, a terra é grande demais.

- Ela era antigamente... – disse baixinho Phileas Fogg. [...].

A discussão foi suspensa durante duas partidas seguidas. Mas logo Andrew Stuart voltou ao assunto dizendo: - Como assim antigamente? A terra diminuiu por acaso?

- Sem dúvida – respondeu Gauthier Ralph. – Sou da opinião do Sr. Fogg. A terra diminuiu, porque podemos percorrê-la atualmente dez vezes mais depressa que há cem anos. [...]

Contudo, Stuart estava incrédulo e não estava convencido, e a partida terminou: - É preciso confessar, Sr. Ralph – ele voltou a dizer – que o senhor encontrou uma forma engraçada de dizer que a terra diminuiu, porque agora é possível dar a volta ao mundo em três meses.

- Em 80 dias somente – disse Phileas Fogg (VERNE, 2012, p.32).

⁶⁴ “[...] nascido em Nantes é conhecido por ser um dos maiores escritores de ficção científica da história, além de muitos o considerarem o fundador do gênero. O francês teria previsto a existência do submarino, do foguete, da televisão e uma série de outros inventos do século XX. Para agradar o pai, cursou Direito, mas nunca exerceu a profissão. Tornou-se corretor da Bolsa. Insatisfeito com a profissão escreve em 1863 um misto de relato de viagens com história de aventuras: *Cinco Semanas num Balão*. O sucesso de público é imediato. J.P Hetzel, seu editor, firma um contrato de 20 mil francos anuais para que Verne produzisse dois livros ao ano” (MILANI, 2011, p.29).

⁶⁵ “Publicada mensalmente, *Volta ao mundo em 80 dias*, foi acompanhada pelo público leitor da época talvez com a mesma avidez que os personagens londrinenses do romance seguiram os passos de Phileas Fogg. O protagonista é um burguês milionário que vive de rendas na Londres da ‘City’. Mundo conhecido de Verne, um ex-corretor da Bolsa. Ele frequenta um clube exclusivo da burguesia (Reform Club) para ler os jornais *Times*, *Standard* e *Morning Chronicle*. Ao escutar colegas de clube comentarem sobre o assalto, ocorrido dias antes no banco Bahrings, de 55 mil libras (cerca de 700 mil euros hoje em dia), Fogg afirma que o assaltante já estaria longe, pois com os novos sistemas de transporte da época, o mundo seria facilmente cruzado em 80 dias. Diante da incredulidade dos associados (dois banqueiros, um industrial de cerveja, o administrador do Banco da Inglaterra e um engenheiro), o lorde inglês faz uma aposta de 20 mil libras de que conseguiria a façanha da travessia ao mundo e mais, iniciaria a viagem na mesma noite. Com seu serviçal, um francês de nome Passepartout ruma em direção a Suez. Viajando de balão, trens, navios, elefantes e grandes embarcações, Fogg segue na direção leste” (MILANI, 2011, p.30-31)

A volta ao mundo em 80 dias foi publicada por Júlio Verne em 1873, mas a história se passa em 1872, ou seja, na segunda metade do século XIX, portanto, no mesmo quadro temporal em que Marx escrevia os *Grundrisse*. Na visão de Milani (2011, p.30), “é um relato histórico-geográfico da era do imperialismo”. Se, por um lado, “as proximidades entre literatura e história sempre foram notadas” creio que as proximidades entre literatura e geografia merecem estar no mesmo diapasão⁶⁶. A título de ilustração, a *Hachette Livre* editava romances de Jules Verne assim como a *Nouvelle Géographie universelle* de Élisée Reclus (BATAILLON, 1999). De acordo com Yves Lacoste (2005a), Reclus e Verne tiveram, por um tempo, o mesmo editor: Pierre-Jules Hetzel (1814-1886).

A passagem transcrita da obra de Verne chama atenção porque remete diretamente à objetividade capturada pela pena de Marx sob o signo categorial da *anulação do espaço pelo tempo*. Em Marx a *anulação do espaço pelo tempo* detém um *alcance espacial-mundial* da tendência de desenvolvimento do capital. Verne chega a mesma conclusão, digamos assim, mas utiliza a literatura como instrumento de captura das mudanças espaço-temporais que a sociedade burguesa atravessa no século XIX. Tem-se a ciência e a literatura capturando a mesma objetividade pelas lentes de Marx e Verne.

Em Verne, ao longo de toda obra, lá estão “as condições físicas da troca” que Marx faz referência. Phileas Fogg, personagem principal da trama verniana, utiliza os “meios de comunicação e transporte” possíveis para dar *a volta ao mundo em 80 dias*: ferrovia e navio para sair de Londres à Suez; vai de navio para Bombaim; de ferrovia para Calcutá; de navio para Hong Kong, Yokohama e São Francisco; ferrovia pra Nova York; e navio e ferrovia para retornar a Londres em 79 dias⁶⁷.

Todos estes meios de comunicação e transporte que o capital engendra para fazer anular as barreiras espaciais em seu movimento de valorização, tal como Marx entendeu, são simultaneamente os meios de comunicação e transporte que Verne utiliza para romancear a aventura de Phileas Fogg. É isso que permite Verne afirmar, pela vocalização de Fogg, que grande a Terra “era antigamente”. A diminuição da Terra, ou melhor, a compressão espaço-temporal realizada pelo movimento do capital em busca de valorização faz com que experimentemos o tempo e o espaço de maneira distinta do que era antes. E é justamente aí que o geógrafo marxista David Harvey (2010 [1989], p.7) nos oferta uma contribuição fundamental.

⁶⁶ Entre 1865 e 1898, Verne foi membro da *Société de Géographie* de Paris (SINGARAVÉLOU, 2008) e publicou ainda *Géographie illustrée de la France et de ses colonies*.

⁶⁷ Em 1956, o romance foi vertido para o cinema em uma película homônima. Nessa versão, ganhadora do Oscar de melhor filme em 1957, Fogg e Passepartout utilizam outro meio de transporte para atravessar os Alpes até à Espanha: o balão.

Vem ocorrendo uma mudança abissal nas práticas culturais, bem como político-econômicas, desde mais ou menos 1972.

Essa mudança abissal está vinculada à emergência de novas maneiras dominantes pelas quais experimentamos o tempo e o espaço.

Embora a simultaneidade nas dimensões mutantes do tempo e do espaço não seja prova de conexão necessária ou causal, podem-se aduzir bases *a priori* em favor da proposição de que há algum tipo de relação necessária entre a ascensão de formas culturais pós-modernas, a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital e um novo ciclo de “compressão do tempo-espaço” na organização do capitalismo.

131 anos depois que Marx compreendia *anulação do espaço pelo tempo*, 116 anos depois que Verne romanceava a aventura de Phileas Fogg salientando que grande a Terra “era antigamente”, Harvey re-observa o quanto o nosso planeta “diminuiu” graças ao movimento do capital. Os navios e as ferrovias que encurtavam o mundo à época de Marx e Verne parecem hoje lentos e atrasados perto dos aviões do tempo-espaço de Harvey que fazem a volta ao mundo em pouco mais de 40 horas. Mas a lógica é a mesma que a dos tempos do alemão e francês: a geografia histórica do capitalismo mostra que o capital acelera sua velocidade de rotação e reduz as barreiras espaciais. Harvey *conserva* Marx e Verne ao mostrar que o espaço *não* pode ser uma barreira ao tempo do capital (ou ao tempo de Phileas Fogg); não obstante, os *supera* (sempre conservando, é bom deixar claro) mostrando que o próprio capital *não* tolera que o tempo seja uma barreira ao seu movimento *espacial* (a aventura de Fogg é também uma prova de que o tempo não pode ser um obstáculo ao espaço).

Harvey, como se sabe, é um leitor assíduo de Marx e, criativamente, a partir da leitura do livro II de *O capital*, conseguiu capturar cientificamente o movimento contemporâneo do capital, o que só atesta a imensa atualidade do velho barbudo. Contudo, não é possível dizer que Harvey tenha lido Júlio Verne. Harvey apreende pela lógica científica, de uma disciplina particular – a Geografia – aquilo que Verne havia apreendido pela literatura. A geografia literária de Verne não é mesma literatura geográfica de Harvey, claro está; todavia, ambos, cada um à sua maneira, seja pela literatura ou pela ciência, enriqueceram a forma pela qual a Humanidade se mostra e consubstanciam a forma pela qual a mesma humanidade captura sua objetividade. A contradição? Nenhuma das capturas – sejam teóricas, estéticas e/ou científicas – seriam possíveis sem a Revolução Industrial e o estágio superior das determinações do modo capitalista de produção que ela engendra: o *imperialismo*.

IX – Tentáculos Financeiros

Entre 1876 e 1915, cerca de um quarto da superfície continental do globo foi distribuído ou redistribuído, como colônia, entre meia dúzia de Estados. A Grã-Bretanha aumentou seus territórios em cerca de dez milhões de quilômetros quadrados, a França em cerca de nove, a Alemanha conquistou mais de dois milhões e meio, a Bélgica e a Itália pouco menos que essa extensão cada uma. Os EUA conquistaram cerca de 250 mil, principalmente da Espanha, o Japão algo em torno da mesma quantidade às custas da China, da Rússia e da Coreia (HOBSBAWM, 2002 [1987], p.91)

Fabricação em larga escala, especialização do trabalhador, novas fontes de energia e a introdução de máquinas no processo capitalista de produção, quando combinados com as tendências do capitalismo a concentrar e centralizar o capital, acabaram por gerar grandes empresas monopolistas dos principais estados imperialistas do final do século XIX e primeira década do século XX: as inglesas *Rio Tinto* (1873), *Rolls-Royce* (1906), *British Petroleum* (1909); as francesas *Michelin* (1888), *Peugeot* (1896), *Renault* (1899); as estadunidenses *Standard Oil Company* (1870), *Chevron* (1879), *Dow Chemical Company* (1897), *Goodyear* (1898); as alemãs *Siemens* (1847), *Bayer* (1863), *Mercedes-Benz* (1871), *Bosch* (1886); as italianas *Pirelli* (1872), *Fiat* (1899); e as japonesas *Mitsubishi* (1870), *Mitsui* (1876), *Yasuda* (1880), *Yamaha* (1887) e *Nintendo* (1889) são alguns exemplos. Observe-se que já “em 1870, a parcela da renda mundial do ‘Ocidente’ havia subido para 57%, enquanto a do ‘Resto’ caíra para 43%” (NAYYAR, 2014, p.38)

A existência dessas grandes empresas monopolistas ilustra os novos ramos industriais que se desenvolviam: siderurgia, petroquímica, automobilístico; o carvão mineral dividia espaço agora com a eletricidade e o petróleo. Todas essas inovações e o conseqüente aumento da industrialização implicavam numa concorrência entre os Estados imperialistas. Era fundamental garantir as condições fundamentais de reprodução industrial: força de trabalho, matérias-primas, mercados consumidores, fontes de energia. A solução encontrada foi uma nova onda de expansão colonial-imperial.

Manuel Correia de Andrade (1999 [1988]) conta que a palavra imperialismo já era utilizada desde o início do século XIX. Detém uma concepção profundamente geográfica pois expressava a área de influência de um império. Ilustra-nos o autor com dois exemplos: Brasil e Inglaterra. No Brasil ela era empregada para definir a “política de poder pessoal” de Dom Pedro II. Este “utilizava o próprio texto constitucional de 1824 para exercer uma grande influência política, promovendo rotação de ministérios e pressões sobre o legislativo” (p.36). No Reino

Unido, denotava a política de expansão do império, conotando uma “política externa expansionista, de ocupação e controle de territórios ocupados por outros povos” (p.36).

A dominação social e territorial dos espaços extra-europeus, fazendo com que os vencidos/colonizados fossem violentamente forçados a modificar seu modo de vida e sua economia espacial – agora extravertida – é a raiz do subdesenvolvimento (o que analisaremos mais detidamente quando nos debruçarmos sobre a obra lacosteana).

Ao lado dos estados nacionais estavam as Companhias de Comércio. A título de ilustração, Portugal teve a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1649-1720); a Espanha detinha a *Real Compañía de La Habana* (1740-1757); as poderosas companhias holandesas das Índias Ocidentais (1621-1792) e das Índias Orientais (1602-1799); a britânica Companhia das Índias Orientais (1600-1874); e a França com a sua homônima *Compagnie des Indes orientales* (1664-1794).

Andrade (1999 [1988], p.37) atesta que “muitas vezes essas companhias comerciais penetravam no território a ser conquistado, antes dos militares e administradores, conseguindo dos governos locais direitos sobre a exploração econômica de algumas áreas ou de certos setores da economia”. Ao controle econômico sobrevinha a dominação política, cuja reação dos povos autóctones era dulcificada pelos missionários cristãos, sobretudo católicos – ainda que houvessem protestantes. A “desculpa” cristã foi primordial para absolver os conquistadores dos morticínios perpetrados contra os povos desapossados em sua própria terra natal. Isso concatenava perfeitamente com os interesses da burguesia mercantil, sequiosa em auferir lucros a partir da exploração dos elementos da natureza e sob o signo do trabalho compulsório.

Forbes (1989 [1984]) destaca a existência de três processos que vão modelar o mundo que se avizinha no século XX: (1) a expansão da colonização, especialmente a África; (2) a transição da hegemonia do capital concorrencial para o capital monopolista; e (3) o aumento significativo das exportações de capital.

A expansão colonial, ou em outras palavras, o controle político-militar heterônimo da metrópole sobre territórios no exterior, foi decisiva para mobilidade geográfica do capital em busca de investimento.

Arelado ao colonialismo, o monopólio era necessário para assegurar matérias-primas e garantia de pagamento para exportações. Forbes (1989 [1984]) aponta, com base nos dados levantados por Ernst Mandel, o aumento do número de cartéis: eram 40 em 1897, 100 em 1910 e 320 em 1931.

Finalmente, o aumento do número de investimentos estrangeiros. Apoiando-se nos cálculos de Michael Barrat Brown, Forbes (1989 [1984]) anota o aumento dos investimentos

externos entre 1874 e 1913: no Reino Unido um crescimento de 266%; na Europa um aumento de 577%. Esses investimentos externos majoritariamente se concentraram nos setores primários o que consolidava a divisão internacional do trabalho, mesmo com as independências dos países americanos. Nas colônias, a produção intensificou-se na agricultura e matérias-primas voltadas quase totalmente para o mercado externo. As classes dominantes nativas gastavam o excesso de produção autóctone em artigos de luxo, o que obstaculizava relativamente industrialização – assegurando o primário da agricultura enquanto principal atividade econômica. A divisão do trabalho estava devidamente cimentada com as potências imperialistas monopolizando a produção de fabricos industriais; a Europa Oriental, Canadá, Austrália e Argentina se especializando na produção de alimentos; e o resto do mundo produzindo matérias primas (FORBES, 1989 [1984])

Magdoff (1979 [1978]) chama de *novo imperialismo* ao período que vai de 1875 até o início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Há um recrudescimento das rivalidades coloniais praticamente sepultando os “cem anos de paz” de Polanyi (2000 [1944]) – e que Magdoff aceita. O expansionismo europeu atingiu níveis assustadores. Em 1800 a Europa e suas possessões – incluso antigas colônias – pleiteava direitos a 55% da superfície terrestre do globo. Contudo, factualmente havia domínio sobre cerca de 35%. Sem embargo, em 1878, mais de 16.800.000 km² foram demandados. Nesse *intermezzo* o controle territorial europeu passou de 35% (1800) para 67% da superfície terrestre mundial em 1878, e 84,4% em 1914. Outrossim, as conquistas territoriais do [*novo*] imperialismo, ou seja, de 1875 até 1914, foi quase o triplo do período anterior. De 1800 a 1874 os territórios vindicados foram em média 210.000 km² por ano. Do último quartel do século XIX e à Primeira Guerra Mundial, as potências coloniais adicionaram uma média de 620.000 km² anuais.

As novas anexações territoriais caminham ao lado das novas potências coloniais. Se antes, no “velho” imperialismo, mereciam o título de potências coloniais Portugal, Espanha, Países Baixos, Inglaterra e França, no novo imperialismo entraram para o “clube”: os EUA, Itália, Alemanha, Bélgica e Japão. Inaugura-se uma nova corrida por *espaços colonizáveis*. A multiplicação de concorrentes, de potências imperiais, pressionava os velhos e novos impérios à anexação territorial ou, no mínimo, uma ocupação preventiva (MAGDOFF, 1979 [1978]). O fato é: a corrida espacial externa, enquanto fulcro da corrida desenvolvimentista interna, engendrou o *escasseamento do espaço exterior* ao mesmo tempo em que requeria uma *nova divisão internacional das colônias*.

Percebe-se que as novas potências *imperiais* eram também as novas potências *industriais*. Curiosa essa moderna associação entre indústria e império. Em boa parte do século

XIX, o Reino Unido – com o perdão da palavra – literalmente reinava soberano enquanto potência imperial-industrial. Porém, após a Grande Depressão (1873-1896), não recuperou mais a posição de primeira potência industrial face ao crescimento dos EUA e da Alemanha. À medida em que a Revolução Industrial se disseminava para a Europa Ocidental, EUA e Japão, mais competição internacional o Reino Unido observava.

Por consequência, as indústrias exigiam massas crescentes de capital constante em escala ampliada (mundial). Estimulou-se o desenvolvimento de mercados financeiros, bancos, cartéis, monopólios, capazes de financiar empreendimentos em escala geográfica mundial. Mais empréstimo e capitais em busca de investimentos lucrativos no exterior eram mobilizados. Certeiramente Magdoff (1979 [1978], p.37) observou: “sob a pressão e as oportunidades das últimas décadas do século XIX, uma parte cada vez maior do mundo foi explorada como produtora primária para as nações industrializadas”. A “velha” divisão internacional do trabalho renovada: o centro se *maquinofatura*; a periferia é *primarizada*. Ademais, a multiplicação das potências imperiais açudou o ritmo do crescimento colonial. As necessidades *infinitas* da reprodução capitalista entravam em choque com a *finitude* do espaço colonizável. Elevou-se a potência da corrida colonial gerando motivos para ocupações territoriais preventivas e a uma busca por controlar territórios estratégicos para a defesa militar (MAGDOFF, 1979 [1978]).

Por razões explícitas, essa disputa espacial – ampliada pelos complexos industriais nacionais – teve como consequência a exacerbação do militarismo. Nos EUA, Moniz Bandeira (2005) nos traz dados interessantes. Antes da guerra contra a Espanha o exército estadunidense contava 30.000 efetivos. Esse número foi elevando-se para 65.000, 80.000 e reduziu-se para 58.000 ao fim da guerra nas Filipinas. Quanto aos créditos militares, em 1898 orbitava entre US\$ 20 milhões a US\$ 24 milhões; elevou-se para US\$ 80,4 milhões em 1900; e, finalmente, em 1902 ultrapassava US\$ 115 milhões.

A Revolução Industrial ensejou o aperfeiçoamento do aparato bélico, a exemplo dos navios de guerra agora movidos a vapor, “encouraçados potemkins” de diversas nacionalidades. Era mais um indício de que os cem anos de paz chegaram ao fim. De fato, após 1875, assistiu-se a uma ampliação de conflitos bélicos: as inúmeras guerras em África⁶⁸ – sequela da partilha

⁶⁸ Mormente em África, Milani (2011, p.158) listou os seguintes conflitos: a conquista militar de Touba Kouta (1887), de Koundian (1889), a de Segou (1990), a de Youri (1891), da Costa do Marfim e de Guiné (1893), a de Daome (1894), a do Gabão (1899) e a de Madagascar (1897), todas elas frutos do imperialismo francês; a Alemanha enfrentou as lutas no Togo (1897-98) e a mais longa e violenta de todas na África Oriental (1888-1907); Portugal no início do século XX entrou em guerra com Angola, Moçambique e Guiné; a Inglaterra enfrentou guerras nas regiões dos Ashanti (1901), da Nigéria (1893), de Itsekiri (1894), de Brass e Benin (1899), do Sudão (1896), de Zanzibar (1890), de Uganda (1894), do Quênia (1899), da Zâmbia (1901) e a mais famosa de todas, a dos Bôeres (1899-1902), a única guerra de brancos se enfrentando; por último tivemos a Itália com a luta pela

continental (1885); a Primeira (1880-1881) e Segunda (1899-1902) Guerra dos Bôeres; a Guerra Sino-Japonesa (1894-1895); a Guerra Hispano-Americana (1898) e a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905).

X – A repartição da China

A repartição imperialista da China foi consequência direta do antagonismo colonial. Recordemos que os portugueses já haviam se estabelecido na China no século XVI: a ocupação de Macau data de 1557. É interessante perceber que a China não vai ser *totalmente* ocupada. Na verdade, as ocupações e as concessões eram relativas, e tinham a ver com o grau e a esfera geopolítica de influência. Daí também os diversos tratados desiguais que a China foi forçada a assinar. De fato, era uma independência meramente formal haja vista a notória dominação das inúmeras potências imperialistas: EUA, França, Japão, Reino Unido e Rússia. Não obstante, essa mesma dominação/ocupação é o que impede a China de ser totalmente subjugada – forma que ocorreu na Índia (MAGDOFF, 1979 [1978]).

Um dos primeiros passos para inserir a China forçadamente na civilização ocidental foi dado durante as Guerras do Ópio. Até então, a China tinha conseguido se manter relativamente isolada do ocidente. Contudo, os ingleses lançariam sobre ela a semente do que viria ser conhecido na literatura de *século das humilhações*. Para tanto, o comércio opiáceo foi fundamental para saldar as importações do chá chinês. O Reino Unido conseguiu montar uma tremenda articulação econômica triangular ao controlar o comércio exterior indiano: o chá comprado da China era pago com as exportações de opiáceo e algodão da Índia. E quanto mais chá era consumido no Reino Unido, mais os comerciantes britânicos cevavam as exportações de algodão e ópio oriundas da Índia (MAGDOFF, 1979 [1978]).

Esse singular comércio triangular, por conseguinte, lançou os chineses numa drogadição sem precedentes. Essa civilização milenar começou a presenciar a degradação físico-mental de seus nativos. Mas não só isso. Comercialmente, o Reino Unido conseguiu reverter a balança comercial em relação aos chineses. A Dinastia Qing (1644-1912) proibiu essa atividade comercial, que foi contornada pelo contrabando britânico. À medida em que a proibição se tornava mais rigorosa (fechamento de armazéns e confisco), o descontentamento dos belos cristãos-liberais britânicos aumentava. O estopim foi “a apreensão de uma carga de ópio pelo vice-rei de Cantão” que “serviu de pretexto à primeira Guerra do Ópio, encerrada em 1842 pelo

Eritréia (1883), pela Somália (1886), pela região de Adowa (1896), na Etiópia, palco da única grande derrota européia e da Líbia (1911).

Tratado de Nanquim” (GRENET, 2000 [1995], p.396). O Tratado de Nanquim deliberava: (1) “pagamento de uma indenização de 6 milhões” (KISSINGER, 2012, p.43); (2) a cessão de Hong Kong; (3) a abertura de cinco portos nos quais os britânicos gozariam do direito de comércio e residência; (4) cidadãos do Reino Unido acusados de atos criminosos na China seria julgados por tribunais britânicos; e (5) “a limitação a uma alíquota modesta dos direitos alfandegários sobre importações e exportações” (MAGDOFF, 1979 [1978], p.46).

A resistência chinesa dizia respeito mais à tentativa de não deixar o Reino Unido e, posteriormente, as potências imperiais atingirem o interior do país. Se por um lado isso demonstrava a força do imperialismo, por outro exibia a fraqueza da cadavérica Dinastia Qing. Ainda assim, a Dinastia insepulta conseguir manter suas instituições e, ao contrário do que ocorreu na vizinha Índia, suas comunidades não foram completamente destroçadas. De qualquer forma, a Primeira Guerra do Ópio era o indício de que as potências imperiais iriam “passar a boiada”. Afinal era uma população que contava no mínimo 400 milhões de habitantes e o “livre-comércio” requeria muito mais do que apenas cinco portos para se expandir e se autorregular.

Sob os trabalhadores e camponeses chineses recaía uma dupla opressão: a das potências imperialistas e da Dinastia Qing. As respostas foram a Rebelião Taiping (1851-1864), Rebelião dos Nien (1851-1868), a Revolta muçulmana Dungan (1862–1877) e a Rebelião dos Boxers (1899-1901). Para debelar as revoltas, a Dinastia Qing solicitou o auxílio das potências imperialistas em troca de novas concessões político-econômicas. Isso só agravava ainda mais as convulsões sociopolíticas chinesas (POMAR, 2003).

As potências imperiais aproveitaram a Revolução Taiping (1850-1864) e empreenderam uma nova guerra contra a China. A Segunda Guerra do Ópio (1856-1860) conseguiu reunir inimigos de longa data: Inglaterra e França. E também os EUA ajudaram. No plano externo, a China foi forçada a assinar o Tratado de Tianjin; em contrapartida, no plano interno, a Dinastia Qing foi socorrida pelas potências imperiais no enfrentamento à Revolução Taiping. O Tratado de Tientsin, além de ampliar a atividade e a liberdade cristã, dispunha “sobre o direito dos estrangeiros viajarem pelo interior, de navios de comerciarem e patrulharem o rio Iansiquião, da abertura de mais portos e de jurisdição legal exclusiva das potências estrangeiras sobre seus nacionais que residissem na China” (MAGDOFF, 1979 [1978], p.47).

O fato é que a partir da Segunda Guerra do Ópio uma série de guerras teve lugar no solo chinês e, curiosamente, todas as potências imperiais (com exceção dos decadentes impérios ibéricos e holandês) estiveram envolvidas. A guerra russo-chinesa (1858); a guerra franco-chinesa (1884-1885), a guerra sino-japonesa (1894-1895) e a guerra sino-alemã (1898). Como

resultado, no início do século XX, “cerca de noventa portos chineses eram administrados por estrangeiros” (MAGDOFF, 1979 [1978], p.47). Qingdao passou ao domínio alemão; a Taiwan e a Manchúria converteram-se em domínios do império do sol nascente; Fuzhou, Guangzhou, Ningbo, Xangai e Xiamen tornaram-se “portos livres”, tão livres que tinham suas alfândegas regidas pelas potências imperialistas (POMAR, 2003).

Os portos eram de fato verdadeiros enclaves estrangeiros no território chinês, no qual a soberania nacional era limitadíssima – para dizer o mínimo. Os estrangeiros, nessas concessões/ocupações, eram legislados pelos seus respectivos consulados. A China sequer tinha o poder de aplicar impostos e forças policiais nessas áreas. Além disso, o comércio de opiáceos foi tornado legal. Fazendo um balanço econômico estendido da Primeira Guerra do Ópio até o extermínio da Rebelião dos Boxers, Mamigonian (2008, p.165) mostrou o depauperamento financeiro imposto à China:

A renda imperial chinesa no final do século XIX alcançava US\$ 75 milhões por ano, somada às rendas de US\$ 175 milhões para propósitos locais, ambas necessárias ao gasto público normal, enquanto a vitória militar do Japão (1895) custou à China US\$ 150 milhões e a perda de Taiwan, assim como o consórcio de aliados imperialistas cobrou US\$ 300 milhões, após o esmagamento da Rebelião Boxer em 1901.

A China fracassou em sua tentativa de frear a ocidentalização interna do país. Também a Revolução burguesa de 1911 não conseguiu retirar a China do jugo imperial (QIAOMU, 2018 [1951]). Qingdao, antiga concessão alemã, foi apropriada pelos japoneses em 1914 e durou até 1922; Xangai foi ocupada pelos japoneses em 1941, vigorando até 1943; e a concessão francesa (1849) só deixou de existir em 1946; Port Arthur permaneceu concessão japonesa entre 1905 e 1945. Sem falar das mais famosas: Hong Kong e Macau.

O fato é que, contraditoriamente, quanto mais concessões haviam no território chinês menor era a chance de um monopólio territorial. A síntese dessa contradição foi a Política de Porta Aberta (MAGDOFF, 1979 [1978]). Advogada pelos EUA, visava limitar ou restringir os privilégios exclusivos de qualquer potência imperial. Magdoff (1989 [1978], p.48) explica que essa política foi aceita a partir da Rebelião dos Boxers (1899-1900), “um movimento contra a presença estrangeira”. Nada menos que oito Impérios (Alemanha, Áustria-Hungria, EUA, França, Japão, Reino Unido e Rússia) massacraram brutalmente esse movimento popular. O desenlace: “o acordo sobre a Política de Porta Aberta contribuiu para conservar no poder um Governo nativo submisso e para conceder iguais oportunidades de comércio, finanças e investimentos às nações mais avançadas” (MAGDOFF, 1979 [1978], p.48).

XI – O novo imperialismo em África

A partilha do continente africano pode ser entendida como o paroxismo do imperialismo antes da Primeira Guerra Mundial. Ela adiou por 29 anos, se contarmos a partir do término da Conferência de Berlim (1884-1885), o primeiro conflito bélico interimperialista em escala global. “Entre 1876 e 1910 o continente africano passou de 1/10 para 9/10 de áreas coloniais” (MILANI, 2011, p.69). Apenas a Libéria, Marrocos, Líbia e Etiópia não estavam controladas. A Libéria tornou-se independente dos EUA em 1947, ainda que com um estatuto particular de semicolônia ou de neocolônia, na visão de Leila Leite Hernandez (2008 [2005]). A Etiópia, por seu turno, derrotou a Itália quando da Primeira Guerra Ítalo-Etíope (1895-1896). O Marrocos seria um protetorado francês a partir de 1912 e, no mesmo ano, a Líbia teria parte de seu território colonizado.

A conferência de Berlim foi o desfecho que as potências imperiais encontraram para acomodar o novo jogo de forças que envolvia principalmente Reino Unido França e Alemanha. O Reino Unido havia ocupado o Egito a partir de 1882. Isso modificou a conjuntura geopolítica do lado da França sepultando o bloco anglo-francês enquanto contrapartida à formação da Liga dos Três Imperadores – reunindo os Impérios Alemão, Austro-Húngaro e Russo. O geógrafo Delgado de Carvalho (1963, p.42) apreendeu essa conjuntura. Em sua perspectiva, tratava-se de um novo aspecto do colonialismo com a atitude alemã favorável à França – até então sua rival histórica (a Guerra Franco-Prussiana não nos deixa mentir). O chanceler da Alemanha, Otto von Bismarck (1815-1898) cogitava o que Carvalho chamou de “Sistema Continental”. Esse sistema continental implicava o envolvimento da França numa nova acomodação geopolítica com vistas a um equilíbrio sobre o mar, e não mais meramente um equilíbrio sobre o continente.

Com a Conferência de Berlim assistiu-se a uma verdadeira corrida territorial. O próprio lugar onde a Conferência foi realizada sinalizava um novo e poderoso agente imperial entrando em cena e que requeria, obstinadamente, colônias em África. Certamente, a mobilização de qualquer potência imperial em um continente implica a mobilização *de mais* potências no *mesmo* continente. Todas então se moveram: da França ao Reino Unido, passando pela Bélgica e Itália, até os decrepitos impérios português e espanhol. O “livre-comércio” – que nunca foi “livre” e tampouco se restringiu apenas ao comércio – convertia-se gradativamente em *oligopólios territoriais*, se nos for permitido usar essa expressão. E o aumento do militarismo engendrava meios que poderiam garantir o aquinhoamento de África, entre os quais fuzis de repetição e metralhadoras. O déficit humano dos exércitos imperiais era contrabalanceado pelos

armamentos tecnológicos. De nada adiantava a superioridade numérica dos povos africanos, portanto. De resto, a *integração espacial* engendrada pelas ferrovias e a navegação à vapor solidificou militarmente a ocupação da hinterlândia continental. Se na época da navegação à vela era dispendioso e lento o traslado de materiais e homens, com a navegação à vapor tornou-se muito mais viável, rápido e lucrativo (MAGDOFF, 1979 [1978]).

Magdoff também explica que foi mais difícil penetrar no Norte da África islâmica por causa dos conflitos europeus pelo controle do Mar Mediterrâneo e pela suserania que o Império Otomano exercia na região. O Império Otomano já havia sido derrotado pela Rússia Czarista durante a Guerra Russo-Turca (1877-1878). Os russos almejavam atingir o mar Mediterrâneo e se apropriar dos territórios otomanos. No juízo de Magdoff (1979 [1978], p.51-52), dois aspectos foram fundamentais para o crepúsculo otomano. O primeiro foi a inclinação do equilíbrio militar para as nações europeias, ao passo que a Turquia se tornava cada vez mais dependente de empréstimos – “em fins da década de 1870 a Turquia utilizava metade da receita pública apenas para custear o serviço de sua dívida externa”. O segundo aspecto foi a importância do domínio do Mar Mediterrâneo a partir da abertura do canal de Suez em 1869.

Consequência da Guerra Russo-Turca, Bulgária, Montenegro, Roménia e Sérvia tornaram-se independentes. O Tratado de Berlim (1878) assegurou à França a ocupação da Tunísia e à Itália a parte da Líbia nomeada Tripolitânia. A França, não podemos olvidar, já tinha se estabelecido no Norte da África ao conquistar a Argélia entre 1830 e 1847⁶⁹. Ainda no Norte da África, durante a conquista da Argélia, a França empreendeu uma guerra contra o Marrocos em 1844. No início do século XX desenrolou-se o que Delgado de Carvalho (1963) chamou de Questão de Marrocos. Magdoff (1979 [1978], p.53) explica que a França, objetivando apossar-se do Marrocos, empenhou-se em lograr a anuência de outras duas potências com interesses no Mediterrâneo: Itália, Espanha e Reino Unido. Para a Itália, liberdade de ação na Líbia; para a Espanha, uma esfera de influência no Saara Ocidental e no norte do Marrocos; e ao Reino Unido o reconhecimento de sua supremacia no Egito. Contudo, daí a dramaticidade do evento, a França “esqueceu” as ambições alemãs. A solução diplomática para resolver tal episódio tão inquietador foi a Conferência de Algeciras (1906) “que culminou num acordo de curta duração, incluindo o reconhecimento dos interesses supremos da França, a participação da Espanha no policiamento do Marrocos e uma porta aberta para a penetração econômica no país por outras nações” (MAGDOFF, 1979 [1978], p.53). Cinco anos depois, em 1911, aconteceu um episódio que poderia ter irrompido a Primeira Guerra Mundial. Era muito provável que a França

⁶⁹ Para uma breve síntese da conquista da Argélia ver Ferro (2005c [2003]).

objetivava conquistar Marrocos. Daí que a França esmagou uma revolta popular contra ao sultão marroquino Abdal Hafide (1875-1937). A Alemanha então enviou um cruzador não para ir em socorro ao Marrocos, mas para impedir que este país caísse sob domínio total da França. Na resolução diplomática que se seguiu, a França açambarcou a maior parte do Marrocos; a Alemanha, em contrapartida aquinhoou parte do Congo francês; a Itália foi autorizada a guerrear contra a Turquia para controlar Trípoli e anexar a Líbia; e a Espanha ampliou o protetorado de Rio de Oro até a fronteira sul do Marrocos (MAGDOFF, 1979 [1978]).

O Reino Unido a princípio se concentrou no Egito. Ali, a rivalidade interimperialista com a França intensificou-se com a construção do canal de Suez. A França financiou e construiu o canal garantindo posição preeminente junto ao Egito. O Reino Unido via no canal uma saída estratégica para o Oriente, atravessando o mar Mediterrâneo, o mar Vermelho até o Oceano Índico. Com a Revolta nacionalista de Urabi (1879-1882) contra as influências franco-britânicas no Egito, o Reino Unido conseguiu sua “razão propagandística” para intervir e esmagar a revolta. Enquanto a França guerreava com a Tunísia (1881), o Reino Unido bombardeou Alexandria e depois desencadeou a Guerra (1882) que lhe assegurou o controle do Egito até 1956.

Na África subsaariana, antes da corrida colonial, apenas Portugal, França e Reino Unido detinham possessões. A França dominava boa parte da chamada África Ocidental Francesa⁷⁰; Portugal detinha enclaves em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique; e o Reino Unido possuía um protetorado em Zanzibar⁷¹ (1856-1964), Gâmbia, Gana e Serra Leoa.

Na África Ocidental, além das possessões francesas e britânicas, a Alemanha ocupou o Togo e Camarões. O Reino Unido se concentrou na região do Níger enquanto a França buscava conectar seus territórios no lago Chade num império contíguo da Argélia até o Congo. A delimitação das fronteiras foi fruto das guerras coloniais. O Reino Unido venceu os achantes, a Confederação Fantí, o reino Opobo, e os fulas; a França derrotou o Reino Fon, os tuaregues, os mandingos e outras tribos que ainda resistiam. O império francês alongou suas possessões litorâneas, granjeou a África Ocidental e a África Equatorial. E o Reino Unido incumbiu-se da colônia nigeriana (MAGDOFF, 1979 [1978]).

Na África central, as disputas envolviam alemães, britânicos, portugueses, a Colônia do Cabo e a República Sul-Africana. A Colônia do Cabo era um território localizado na

⁷⁰ Alto Volta (atual Burkina Faso), Costa do Marfim, Daomé (atual Benim), Guiné, Mali, Mauritânia, Níger e Senegal.

⁷¹ Anteriormente, entreposto comercial-escravista, experimentou uma colonização árabe (COQUERY-VIDROVITCH, 2005b [2003])

extremidade sul da África do Sul. Foi dominada tanto por holandeses quanto por britânicos. A República Sul-Africana (República do Transvaal) existiu de forma intermitente entre 1857 e 1902. Portugal controlava Angola e Moçambique graças a preocupação germânico-francesa em relação à ampliação do domínio britânico. Porém, a rivalidade maior nessa região era entre alemães e britânicos. Magdoff (1979 [1978]) ilustra que a conquista da África Central foi bastante estimulada a partir do momento em que se descobriu diamantes Gricualândia Ocidental e ouro em Matabelelândia⁷². Com esses “achados”, Cecil Rhodes e demais empresários almejavam descobrir também cobre, diamantes e ouro nas regiões do Transvaal⁷³ de Bechuanalândia⁷⁴, Matabelelândia⁷⁵, Maxonalândia⁷⁶ e a Trans-Zambézia⁷⁷. Por meio de guerras contra os povos Nbele e Shona, o Reino Unido passou a comandar a Bechuanalândia; e através da *British South Africa Company* dominar as áreas da Rodésia⁷⁸ e Niassalândia⁷⁹.

Em Zanzibar os britânicos detinham um protetorado, ao passo que em Tanganica desenvolvia-se a colonização alemã. O Acordo Anglo-Germânico de 1886 estabeleceu as esferas de influência das duas potências. Sem embargo, o controle alemão se aproximava do lago Victoria, a fonte do Rio Nilo, e isso alarmou os britânicos que enxergavam uma ameaça potencial na foz do rio no Egito. Estava subentendido que controlar as águas fluviais era a chave para controlar o território. A *Imperial British East Africa Company* enviou o capitão Frederick Lugard e as tropas africanas para assumir o controle do Reino de Buganda (atual República de Uganda, onde fica o lago Victoria). O Tratado de Heligolândia–Zanzibar (1890) acordou o seguinte: o Reino Unido teve reconhecido seus interesses em Pemba e Zanzibar⁸⁰; obteve o Reino de Buganda⁸¹ e criaram o Protetorado Oriental⁸² onde iniciaram a construção de uma ferrovia. Já a Alemanha recebeu a ilha de Heligolândia e uma “salvaguarda” na conquista das nações “*Karagwe e Haya* da Tanganica, Ruanda e Urundi” (MAGDOFF, 1979 [1978], p.56).

No Nordeste da África, a Itália se estabeleceu na Etiópia, na atual Eritréia e na assim chamada Somália italiana. Essa ocupação territorial gerou um conflito bélico com a Etiópia. Isso porque os italianos almejavam ampliar a colônia de Eritréia sobre porções territoriais da Etiópia. Contudo, na batalha de Adua (1896), a Etiópia venceu o Reino da Itália. Nas palavras

⁷² Ambas fazendo parte hoje da África do Sul.

⁷³ Parte da atual África do Sul

⁷⁴ Atual Botsuana

⁷⁵ Parte do atual Zimbábue.

⁷⁶ Parte do atual Zimbábue.

⁷⁷ Magdoff possivelmente alude à ferrovia que opera, desde 1904, entre Malawi, Moçambique e Zâmbia.

⁷⁸ Atual Zimbábue

⁷⁹ Parte do atual Malawi.

⁸⁰ Parte da atual Tanzânia.

⁸¹ Atual Uganda

⁸² Atual Quênia.

de Delgado de Carvalho (1963, p.46): “foi o primeiro golpe que recebeu o prestígio do homem branco entre as populações de cor da África”. A Etiópia havia recorrido a conselheiros franceses pois estava cercada pelos exércitos italiano e britânico.

Com a vitória etíope, a França aumentou sua influência e passou a organizar expedições militares a partir da Etiópia e do Congo com o objetivo de atingir o Alto Nilo. Isso levou a um choque com os britânicos em 1898 chamado de Incidente de Fachoda. Recebeu esse nome por causa da cidade homônima hoje localizada no Sudão do Sul. O incidente não degingolou numa guerra porque os britânicos detinham uma marinha mais poderosa, embora o exército francês fosse maior. A diplomacia interviu e um acordo cimentou a partilha da região: “o Sudão Anglo-Egípcio, governado pelos países homônimos, e à França coube o resto do Sudão, do Congo e do lago Chade até Darfur” (MAGDOFF, 1979 [1978], p.56)

Finalmente, quando os alemães ocupam e conquistam a África do Sudoeste, entrando na África do Sul portanto, os britânicos separaram a Bassutolândia (1884-1966) da Colônia do Cabo (1806-1910) e anexaram a Zululândia (1883-1897). Bassutolândia, atual Lesoto, passou a ser uma colônia da coroa. “O espinho nailharga dos britânicos”, escreveu Magdoff (1979 [1978], p.56), era a República do Transvaal, uma região aurífera ocupada por bôeres (descendentes de holandeses, franceses e alemães) fugidos da Colônia do Cabo quando da abolição da escravatura no Império Britânico (1835). Na Primeira Guerra Bôer (1880-1881), os britânicos foram derrotados. O Reino Unido provocou a Segunda Guerra Bôer (1899-1902) contra a República do Transvaal e o Estado Livre de Orange (1854 – 1902). Com a vitória, os britânicos criaram a União Sul-Africana (1910-1961) que absorvia, além do Transvaal e o Estado Livre de Orange, a Colônia do Cabo e a Colônia de Natal (1843 – 1910).

Vejamos mais de perto agora o processo de formação de algumas dessas entidades geopolíticas, começando pelo *império onde o sol nunca se põe*.

XII – O império onde o sol nunca se põe

Só depois de tomar a frente aos demais países industriais foi que a Inglaterra passou a defender a liberdade de comércio (LEWIS, 1960 [1955], p.448)

Para que as nações europeias pudessem se industrializar foi determinante a *primarização* das economias coloniais. Se Reino Unido, França e Alemanha puderam dispor de um Estado forte que protegia a indústria nacional, o mesmo não ocorreu nos países colonizados. A indústria nacional da China e da Índia foram arrasadas pelo imperialismo inglês. E se o país mais desenvolvido representa a imagem futura do menos desenvolvido, restava à França, Alemanha, Itália, EUA e Japão, colonizar os mais diversos espaços geográficos, submetê-los à sua própria geografia nacional. A violência desse processo praticamente converteu África, Ásia e América Central em extensões territoriais da Europa Ocidental, Japão e EUA.

A Inglaterra necessitou aplicar um *colonialismo interno* junto aos povos que habitavam as Ilhas Britânicas (escoceses, galeses e irlandeses). Com o Tratado de União (1707) origina-se o Reino da Grã-Bretanha, que unifica os parlamentos da Inglaterra e Escócia. Esse Reino vai durar até 1800. Em 1798, uma rebelião irlandesa é esmagada pela Grã-Bretanha abrindo caminho para que os ingleses suprimissem o Parlamento irlandês e, três anos depois, em 1801, nascesse o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda⁸³. Foi sob a égide deste Reino, cuja temporalidade se estenderá até 1922, que o império britânico conseguirá a alcunha pela qual passou pra história. No seu auge, início da década de 1920, dominava um território intercontinental de mais de 35 milhões de km², cobrindo sozinho 1/5 da superfície terrestre (23%).

Aliado ao colonialismo interno desenvolveu-se um *colonialismo externo*. O corsário Francis Drake atingiu a atual Califórnia em 1579, mas sem a devida ocupação. Em 1583, outro *Sir*, Humphrey Gilbert, chegou a *Newfoundland* – o nome é inequívoco – atual ilha da Terra Nova (Canadá). Outro corsário assenhoreado, Walter Raleigh, alcançou a *Roanoke Island* em 1583 – atual *North Carolina* nos EUA. Em 1588, já em solo africano, estabeleceu feitoria em Gâmbia (ANDRADE, 1999 [1988]).

No século XVII ocupam as Treze Colônias (1607), Montserrat (1632), Bahamas (1647), Anguilla (1650), Jamaica (1655), Santa Helena (1659), Ilhas Cayman (1670), Ilhas de

⁸³ “Sob o domínio inglês” – destacou Magdoff (1979 [1978], p.33) – “os irlandeses foram proibidos de se desenvolverem industrialmente sendo orientados para uma economia baseada na exportação de cereais plantados em pequenas propriedades. Uma praga nas plantações de batatas, seguida de fome e expulsão de arrendatários agrícolas pelos senhores de terras, deu a grande número de irlandeses a alternativa de emigrar ou morrer de fome”.

Sotavento Britânicas (1671), Ilhas Virgens Britânicas (1672), Mosquíia (1683), Bermudas (1684) e Ilhas Malvinas (1690), todos no continente americano.

No século XVIII ocupam Gibraltar (1713), Minorca (1713), Kuwait (1752), territórios da Flórida (1763), Ilhas Pitcairn (1767), Ilhas Geórgia e Sandwich do Sul (1775), Nova Zelândia (1787), Austrália (1788), Canadá (1791) e Ilhas Turcas e Caicos (1799). Na Austrália, migrantes atraídos pelo ouro levaram à formação de uma federação em 1901. Em 1788, Davidson (2005 [2003], p.88) expõe que nesse momento, a população aborígine havia sido estimada entre 300.000 e 750.00 pessoas. Quando da federação, esse número caíra para 94.564 pessoas. Andrade (1999 [1988]) relata que na Nova Zelândia a civilização dos maoris foi atacada e expropriada das terras férteis e aptas para ovinocultura. Consequentemente foram afastados para as áreas montanhosas. A reação levou a uma guerra (1845-1848) anglo-maori. O Reino Unido acabou consolidando o poder e organizaram a Nova Zelândia na qualidade de um domínio no seio do Império.

Para a expansão colonial decisiva no século XIX, foram fundamentais para o Reino Unido a vitória na Guerra dos Sete Anos, contra a França, e a própria Revolução Industrial. Esses dois fatores combinados alteraram a posição geopolítica do Reino Unido na *ordem mundial*⁸⁴. Uma misto de protecionismo, livre-comércio, indústrias têxteis, inovações tecnológicas e um amplo monopólio industrial ancorado na Marinha Real determinaram a expansão britânica seguinte, vez que as satisfações nacionais dependiam cada vez mais do intercâmbio internacional. Na visão de Magdoff (1979 [1978]), a erupção das atividades marítimas tinha como objetivo inicial a instalação de postos comerciais e bases marítimas para alargar o comércio exterior e controlar rotas oceânicas. Só que contraditoriamente transformaram-se em pontas de lança das conquistas territoriais. Ainda que inicialmente

⁸⁴ “Ordem mundial descreve o conceito sustentado por uma região ou civilização a respeito da natureza dos arranjos considerados justos e da distribuição de poder considerada aplicável ao mundo inteiro. Uma ordem internacional é a aplicação prática desses conceitos a uma parte substancial do globo — grande o bastante para afetar a balança global de poder. Ordens regionais envolvem os mesmos princípios aplicados a uma área geográfica definida” (KISSINGER, 2015, p.17). Hedley Bull (2002, p.26) entende por ordem mundial “os padrões ou disposições da atividade humana que sustentam os objetivos elementares ou primários da vida social na humanidade considerada em seu conjunto”. Ela é “mais ampla do que a ordem internacional porque para descrevê-la precisamos tratar não só da ordem entre os estados mas também da ordem em escala interna ou local, existente dentro de cada estado, assim como da ordem dentro do sistema político mundial mais amplo, em que o sistema de estados é apenas um componente. A ordem mundial é mais fundamental e primordial do que a ordem internacional porque as unidades primárias da grande sociedade formada pelo conjunto da humanidade não são os estados (como não são as nações, tribos, impérios, classes ou partidos), mas os seres humanos individuais - elemento permanente e indestrutível, diferentemente dos agrupamentos de qualquer tipo. Hoje são as relações internacionais que estão em foco, mas a questão da ordem mundial surge qualquer que seja a estrutura política ou social do mundo. Por fim, a ordem mundial precede moralmente a ordem internacional.” (BULL, 2002, p.29)

restritas aos enclaves costeiros, foi necessária penetrar na hinterlândia para proteger as bases de ataques das populações autóctones.

Após a Guerra dos Sete Anos, a Inglaterra se viu mobilizada a acumular novos espaços, abrir novas rotas comerciais e lidar com as dívidas oriundas da guerra. Isso fez com que os ingleses estabelecessem novas políticas imperiais: arrecadação de receitas nas colônias; enrijecimento das restrições comerciais; medidas contra contrabando e criação de obstáculos e o comércio da Nova Inglaterra com as Índias Orientais (MAGDOFF, 1979 [1978]).

Eis uma das origens, pois, da Guerra de Independência dos EUA. O obstáculo colonial imposto ao comércio americano gerou tensões com as camadas da elite colonial americana. Contribuíram para a independência a redução de apoio militar da Inglaterra – vez que os franceses haviam sido praticamente expulsos da América do Norte, e o apoio tanto da Espanha quanto da França ao referido processo. O rebatimento do primeiro país soberano das Américas impulsiona o olhar britânico para outras partes do globo.

Duas mudanças políticas foram fundamentais para essa guinada. (1) As empresas industriais passam a ser o carro-chefe da riqueza nacional em relação às empresas mercantis e (2) a abolição da escravidão (MAGDOFF, 1979 [1978]). No primeiro caso, (I) derivado da Revolução Industrial e da (II) gradativa ampliação do “livre-comércio”. Forbes (1989 [1984]) conta que durante as décadas de 1830 e 1840 a Inglaterra enfrentava uma crise da industrialização têxtil o que direcionava o interesse burguês para a indústria de bens de produção. Tanto outras nações europeias quanto os EUA já se industrializavam, o que significava uma menor necessidade de importar têxteis; ademais, o acúmulo de capital na Inglaterra estava ficando ocioso e houve, portanto, uma aplicação nos setores de ferro e aço, com destaque para as ferrovias. Finalmente, a gradativa ampliação do “livre-comércio” se fez sentir com a extinção do monopólio do comércio indiano (1813) e chinês (1833).

A segunda mudança política foi a abolição da escravidão com o *Slave Trade Act* (1807) e o *Slavery Abolition Act* (1833). Os britânicos controlavam cerca de 50% do tráfico de escravos em fins do século XVIII (MAGDOFF, 1979 [1978]). A abolição foi resultado de diversas determinações: a abolição da escravidão no Haiti (1793) durante a Revolução (1791-1804); a luta de organizações religiosas e humanitárias, a exemplo da *Society for Effecting the Abolition of Slavery*; saturação dos mercados de açúcar; a indenização paga pelo Reino Unido salvando plantadores da falência.

O corolário dessa combinação entre Revolução industrial e abolição da escravidão foi a revogação das *Corn Laws* (1846). Tais leis protegiam os cereais britânicos da concorrência estrangeira, terminando por ter de elevar o salário dos operários. Daí o interesse da burguesia

industrial em abolir as referidas leis – permitindo diminuir o salário do operário e aumentar seus lucros.

A ampliação do comércio e das inovações técnicas oriundas da Revolução Industrial ampliou o império britânico (como veremos). O Reino Unido desenvolveu uma rede mundial de comércio, expandiu serviços bancários e exportou capitais para regiões menos desenvolvidas. Para ele, parte do século XIX será de “paz” – é a época do Concerto da Europa (POLANYI, 2000 [1944]). Houve um declínio da rivalidade colonial entre o fim das Guerras Napoleônicas (1815) e o último quartel do século XIX (1875). Isso não significa dizer que as guerras desapareceram, mas sim se atenuaram durante a escala de tempo referida, explica Magdoff (1979 [1978]). De fato, as guerras processaram-se majoritariamente contra os povos colonizados com o fito de ampliar possessões territoriais. A título de ilustração: Primeira Guerra Anglo-Afegã e Primeira Guerra do Ópio (1839-1842); Segunda Guerra do Ópio (1856-1860); e Segunda Guerra Anglo-Afegã (1878-1880). Também contribuiu para o declínio das rivalidades imperiais a supremacia da *Royal Navy*, consequência do aumento do emprego de navios a vapor. Uma combinação de imensa produção interna de carvão e bases marítimas fez com que o Reino Unido pudesse criar ao redor do mundo estações de abastecimento do carvão. A “*Pax Britannica*” foi em larga medida resultado da Marinha Britânica, soberana nos mares. Isso reduziu – mas não findou – a premência do assenhoreamento preventivo dos territórios forâneos (MAGDOFF, 1979 [1978])

Assim, do início do século XIX até 1875, o Reino Unido conquista diversos territórios: *Helgoland* (arquipélago alemão – 1807), Serra Leoa (1808), Maurícia Britânica (1810), o Território Britânico do Oceano Índico (1814), Malta (1814), Guiana (1814), Sri Lanka e Maldivas (1815), Ilhas Jônicas (1815), Emirados Árabes Unidos (1820), Gana (1821), Malásia (1826), Ilhas de Barlavento Britânicas (1833), Brunei (1841), Hong Kong (1842), Myanmar (1858), Índia (1859), Belize (1862), Fiji (1874), Acrotíri e Deceleia (1878), Chipre (1878), Singapura (1883), Papua (1883), Lesoto (1884), Nigéria (1884), Somália (1884), Botswana (1885), Áden (1886), Ilhas Gilbert e Ellice (1892), Ilhas Salomão (1893), Uganda (1894), Weihai (1898), Sudão e Egito (1899), Zanzibar (1890) e Tonga (1900). Ao final do século XIX o Império Britânico possuía territórios em todos os continentes (excetuando a Antártida).

Com base nos dados levantados por Bukharin (1988 [1915]), em 1876, a superfície das colônias inglesas era de 22,5 milhões de km² com uma população de 251,9 milhões de habitantes. Em 1914, a superfície colonial aumentou para 33,5 milhões de km² com uma população de 393,5 milhões de habitantes. Nesse período, a superfície colonial aumentou 48,8% e a população colonial aumentou 56,2%. Em 1914, a superfície territorial da Inglaterra era de

0,3 milhões de km² com uma população de 46,5 milhões de habitantes. Somando as superfícies colonial e metropolitana inglesas tem-se 33,8 milhões de km². Desses, 99% da superfície inglesa eram colônias. O somatório populacional totalizava 440 milhões de habitantes em 1914. Desse total, 89% era população colonizada pela Inglaterra. Ou seja, o território colonial inglês era 111 vezes maior que a superfície metropolitana.

A menina dos olhos da Coroa Britânica era a Índia. Após o controle territorial de Bengala, obtido com a vitória na Batalha de Plassey (1757), os ingleses vão travar guerras sucessivas contra os indianos. Os maratas, principal núcleo de resistência à invasão estrangeira, foram massacrados em 1803. O financiamento e os efetivos militares para a guerra contra os indianos eram oriundos da mesma Índia. Arrecadavam receitas que financiavam sua colonização, futuras apropriações territoriais e desintegravam aldeais autossuficientes (MAGDOFF, 1979 [1978]).

Na avaliação de Andrade (1999 [1988]), a grande obra do Império Britânico foi a unificação da Índia, extenso país com divisões étnico-religiosas que conformavam numerosos Estados independentes. Poderíamos também dizer que outra grande obra dos britânicos foi a fome: “18 surtos de fome, de 1875 a 1900, fizeram 26 milhões de mortos” (SURET-CANALE, 2000 [1995], p.40). Fourcade (2005 [2003], p.370) anota: entre 1876 e 1878 a grande fome causou quase 4.000.000 mortes no Sul da Índia; de 1896 a 1900, 5.000.000 pessoas pereceram na presidência de Bombaim e nas províncias centrais⁸⁵. E conclui: Durante cinquenta anos, a taxa de crescimento populacional - que é conhecida regularmente desde 1871 graças aos censos decenais - não excedeu 0,4% para a Índia como um todo⁸⁶. Os ingleses agiam através do *divide ut regnes*, intervindo a favor do Estado cuja vitória representaria favores ao Reino.

Administrativamente, centralizaram o controle primeiro em Calcutá, depois em Délhi, “que controlava Estados que passaram a ter categorias de colônias, ao lado de Estados com a categoria de protetorados que eram mantidos autônomos sob o reinado dos próprios príncipes indianos” (ANDRADE, 1999 [1988], p.39). Também edificaram um exército colonial que, como relatou Magdoff, era utilizado também para reprimir as próprias rebeliões indianas. Mas o exército colonial, comandado por britânicos, não serve apenas para o plano *interno*:

O exército da companhia reúne, às vésperas da Grande Rebelião de 1857, mais de 310.000 sipaios, quer dizer, 90 por cento do total dos efetivos. Essa porção diminui a 60 por cento em 1881, para aumentar na primeira metade do século XX. As tropas

⁸⁵ “entre 1876 y 1878 la gran hambruna causa casi 4.000.000 de muertos en la India del sur; de 1896 a 1900, 5.000.000 de habitantes perecen en la presidencia de Bombay y en las provincias centrales”.

⁸⁶ “Durante cincuenta años la tasa de crecimiento de la población —que se conoce regularmente desde 1871 gracias a los censos decenales— no supera el 0,4 por ciento para el conjunto de la India”

indianas participam na expansão britânica na Birmânia [hoje Mianmar] (em várias ocasiões entre 1824 e 1885), na Pérsia (1856-1857), várias vezes na China (1839-1842, 1857-1860), durante a revolta dos *boxers* em 1900, no Afeganistão (1878-1880), no Egito (1882-1885), na África Oriental e Central (1897-1898 e 1902-1904) e na África Ocidental em finais do século XIX⁸⁷.

Os britânicos também edificaram um sistema ferroviário, meio de transporte fundamental para assegurar a dominação continental, deslocar tropas velozmente, bem como facilitar o escoamento das matérias-primas nativas. Contraditoriamente, essas ditas “salvaguardas institucionais contra a fome” (DAVIS, 2002, p.38), não foram capazes de impedir o verdadeiro genocídio britânico em solo indiano. Ademais, sintetizou Mike Davis (2002, p.321): “Se a história do governo britânico precisasse ser condensada em um único fato, este é o seguinte: não houve nenhum aumento de renda per capita na Índia de 1757 até 1947”.

Mesmo com a abolição da escravidão em 1833, os ingleses empregaram força de trabalho semiescrava indiana em Fiji⁸⁸, Granada, Guiana e Jamaica. Houve uma completa reconversão econômica do território indiano aos interesses britânicos – a exemplo da cotonicultura e da juta em áreas que anteriormente produziam alimentos.

A conquista da Índia lançou bases para a captura de territórios que se estendiam da Oceania ao Mar Mediterrâneo, passando pelo Mar Vermelho. Ao entrar no século XX, auge imperial, os ingleses também ocupavam Vanuatu (1906), Suazilândia (1906), Malawi (1907), África do Sul (1910), Catar (1916), Tanzânia (1916), Camarões Britânicos (1919), Nauru⁸⁹ (1919), Nova Guiné (1919), Iraque (1920), Palestina (1920), Quênia (1920), Samoa⁹⁰ (1920), Jordânia (1921), Zimbábue (1923) e Zâmbia (1924). No início do século XX, o império britânico controlava a vida de uma população de mais de 500 milhões de habitantes (ANDRADE, 1999 [1988]).

O efetivo controle do território imperial, e sua conseqüente administração, dependia do tipo de colonização que os britânicos efetuaram e do grau de autonomia que conferiam. Haviam os domínios, os protetorados e o que Andrade qualificou, acompanhando Georges Hardy

⁸⁷ “El ejército de la compañía reúne, en vísperas de la Gran Rebelión de 1857, a más de 310.000 cipayos, es decir, a un 90 por ciento del total de los efectivos. Esta porción disminuye al 60 por ciento en 1881, para aumentar en la primera mitad del siglo XX. Las tropas indias participan en la expansión británica en Birmania [hoy Myanmar] (en varias ocasiones entre 1824 y 1885), en Persia (1856-1857), varias veces en China (1839-1842, 1857-1860), durante la revuelta de los *boxers* en 1900, en Afganistán (1878-1880), en Egipto (1882-1885), en África oriental y central (1897-1898 y 1902-1904), y en África occidental a fines del siglo XIX” (FOURCADE, 2005 [2003], p.367).

⁸⁸ A introdução dos *coolies* hindus (mais de 50% da população) teve como objetivo desenvolver as culturas tropicais (ANDRADE, 1999 [1988]).

⁸⁹ Pequena ilha rica em fosfato que foi domínio alemão a partir de 1888. A partir de 1918 tornou-se Mandato da ONU sob administração australiana. A independência veio em 1968 (ANDRADE, 1999 [1988]).

⁹⁰ Nesse mesmo ano foi colocada sob administração da Nova Zelândia até 1962 quando consegue a independência. Na porção oriental, os EUA controlam a assim chamada *American Samoa* (ANDRADE, 1999 [1988]).

(1933), de *colônias de posição*⁹¹. Nos domínios ocorria “um governo local, sob a fiscalização do governador-geral, inglês, administrava o país, atendendo às aspirações nacionais que não contrariassem os interesses da metrópole” (ANDRADE, 199 [1988], p.40). Exemplo de domínios eram os territórios da Austrália, Canadá, Nova Zelândia. Nos protetorados mantinham-se “a estrutura administrativa e legal, promovendo a exploração econômica e o controle da política internacional e da segurança interna” (ANDRADE, 199 [1988], p.40). Exemplos de protetorados: Chipre, Gana, Quênia, Serra Leoa. As colônias de posição foram formadas “por pequenos territórios situados em pontos estratégicos que garantiam o controle dos mares e, conseqüentemente, das comunicações entre as várias áreas do império com a metrópole” (ANDRADE, 1999 [1988], p.40). Exemplo de colônias de posição: Áden, Gibraltar, Malta, Singapura e Tristão da Cunha – esta última utilizada pela aviação britânica para combater a Argentina durante a Guerra das Malvinas⁹².

XIII – Império e imperialismo francês

Se a França pudesse tirar qualquer vantagem disso, não seria um lucro de negociante; mas antes a parte legítima da glória que, nos lentos e sinuosos caminhos da História, cabe àquelas pátrias que escolhera ensinar a liberdade (PERROUX, 1964, p.161)

A unificação da França foi resultado da Guerra dos Cem Anos (1337-1453). Após o fim da Idade Média, a centralização estatal francesa permite lançar-se à aventura colonial. Seus primeiros territórios são os atuais Canadá (1603), Guadalupe (1635), Haiti, Martinica (1635) e a Guiana (1667). Ocuparam também o Brasil, estabelecendo a França Antártica (1555-1570) e a França Equinocial (1612-1615), nos atuais estados brasileiros do Rio de Janeiro e Maranhão – respectivamente. Estabelecem colônias em Saint Louis do Senegal (1659) e na Ilha de Goréia (1677). Na atual Índia, os franceses colonizaram Chandernagore (1673), Pondichéry (1674), Yanam (1723), Mahé (1725) e Karikal (1739). No Oceano Índico colonizaram Reunião (1664), Ilhas Maurício (1718) e Seychelles (1756).

⁹¹ Ou de *ligação*. São as instalações procuradas por outros motivos que não a implantação de um povoamento europeu ou a exploração dos recursos naturais, justificando-se por interesses puramente comerciais ou políticos. Hardy reconhece três tipos: (1) o deserto; (2) a escala; e (3) a terra polar. Exemplo de deserto é o Saara; de escala são Dakar, Djibouti e o Taiti; de terras polares são Ilhas Kerguelen e Terra Adélia (ambas fazendo parte das Terras Austrais e Antárticas Francesas).

⁹² Os EUA apoiaram “abertamente a Grã-Bretanha, fornecendo-lhe todo o respaldo logístico nas operações militares para a recuperação das Malvinas/Falklands. Seus compromissos com a OTAN eram mais fortes e importantes do que o Tratado Inter-Americano de Assistência Recíproca (TIAR), conhecido como Tratado do Rio de Janeiro” (MONIZ-BANDEIRA, 2005, p.451-452)

Com o Tratado de Paris (1814), a cidade de Saint-Louis do Senegal volta para domínio francês após o fim das Guerras Napoleônicas. A derrota na Guerra dos Sete Anos faz os franceses perderem a província do Québec (1763). Por seu turno, a Revolução Francesa vai influir na venda da Luisiana (1803) para os EUA e na independência do Haiti (1804). Ocupam a Argélia em 1830 sob o pretexto de “reprimir a pirataria muçulmana no Mediterrâneo” (ANDRADE, 1999 [1988], p.41). Na verdade, o que fizeram foi desapropriar os árabes e transferir terras para colonos franceses que se dedicaram à vinicultura. Sob o comando de Napoleão III⁹³ colonizaram a Nova Caledônia (1853), Vietnã⁹⁴ e um protetorado no Camboja (1863).

No caso do Vietnã, Yves Lacoste (1980b, p.131) observa que a conquista durou cerca de 50 anos: de 1847, data do primeiro ataque sobre Danang, até 1897. As campanhas de “pacificação⁹⁵” foram lideradas por Joseph Simon Gallieni⁹⁶ (1849-1916) e Hubert Gonzalve Lyautey (1854-1934). Vários fatores explicam esse longo período de conquista: (1) a derrota da França para a Prússia na guerra de 1871; (2) o desconhecimento das grandes configurações geográficas; e (3) o objetivo dos colonizadores era o interior da China. Nesse último caso, os franceses conquistam a assim chamada Cochinchina entre 1862 e 1867 e estabelecem o supracitado protetorado no Camboja.

Um exemplo do desconhecimento das configurações geográficas é que os franceses pensavam poder atingir o interior da China pelo vale do rio Mekong. Será a missão de exploração do Mekong capitaneada pelos marinheiros Ernest Marie Louis de Gonzague Doudart de Lagrée (1823-1868) e Marie Joseph François Garnier (1839-1873) que mostrarão que o rio não era uma rota de acesso conveniente ao “Império do Meio”. Garnier morrerá quando do primeiro ataque à Hanói e essa cidade só será capturada em 1882 – embora a resistência vietnamita não tenha cessado. Daí o deslocamento que os colonizadores fazem em direção ao Tonkin e o vale do rio Vermelho. É através desse rio que o traficante Jean Dupuis chega a Yunnan em 1871 (LACOSTE, 1980b).

A industrialização francesa ocorreu “graças à disponibilidade de reservas de carvão e de minério de ferro em sua porção oriental em áreas como a Alsácia e a Lorena, disputadas pela

⁹³ Trata-se de Charles-Louis Napoléon Bonaparte (1808-1873).

⁹⁴ Alain Ruscio (2005 [2003]) analisou como futura descolonização do Vietnã, resultado de duas guerras (contra a França e os EUA), foi resultado de três resistências nacionais: o tradicionalismo monárquico; o modernismo nacionalista; e o radicalismo comunista. Teremos a chance de olhar mais proximamente a guerra de resistência aos EUA quando analisarmos parte da obra de Lacoste dedicada ao tema.

⁹⁵ [...] pacification.

⁹⁶ Gallieni foi enviado para Tonkin para aniquilar os “piratas”. Ficou famoso pela sua “política de raças”, que reconhecia a personalidade de cada etnia, principalmente para evitar a dominação de um grupo sobre os outros. Tornou-se general em 1896 e, postumamente, marechal, em 1921 (BRÉELLE, 2003, p.162, nota 8).

Alemanha” (ANDRADE, 1999 [1988], p.44). A indústria demandou uma nova onda de anexações territoriais a partir de 1875, e os franceses estabelecem um protetorado na Tunísia⁹⁷ (1881), fundam a África Ocidental Francesa (1895), colonizam Madagascar (1895), fundam a África Equatorial Francesa⁹⁸ (1910) e estabelecem um protetorado no Marrocos (1912). Com o fim da Primeira Guerra Mundial, os franceses ocupam o Togo (1922) e Camarões (1922). “No fim do século XIX, a superfície das colônias francesas era 19 vezes superior à da própria França (BUKHARIN, 1988 [1915], p.77)”. Em 1876, a superfície das colônias francesas era de 0,9 milhões de km² com uma população de 6 milhões de habitantes. Em 1914, a superfície colonial era de 10,6 milhões de km² com uma população de 55,5 milhões de habitantes. Nesse período, a superfície colonial aumentou 1.077% e a população colonial recresceu 825%. Em 1914, a superfície territorial da França era de 0,5 milhões de km² com uma população de 39,6 milhões de habitantes. Somando as superfícies colonial e metropolitana francesas tem-se 11,1 milhões de km². Desses, 95,5% da superfície francesa eram colônias. O somatório populacional totalizava 95,1 milhões de habitantes em 1914. Desse total, 58,36% era população colonizada pela França.

Para os objetivos dessa tese, tal qual a conquista do Vietnã, destaque especial merece ao caso de Alto Volta. Lacoste (1980b, p.19) julga que ela foi conduzida de forma rude, tanto por que os franceses tinham pressa, quanto pelos métodos “enérgicos” levados a cabo pelos capitães Paul Gustave Lucien Voulet (1866-1899) e Charles Paul Jules “Julien” Chanoine (1870-1899). Juntos eles formarão a temível missão Voulet-Chanoine, responsável por “extraordinárias tragédias coloniais⁹⁹” chegando inclusive a matar o coronel francês Jean-François Arsène Klobb (1857-1899) que tinha sido encarregado de impedir o avanço da missão dado as atrocidades cometidas (assassinatos de mulheres, crianças, decapitações, massacres). Três anos antes das suas mortes, eles incendiam Ouagadougou em 1896. Em 1898, o líder da resistência militar contra os franceses e ingleses na África Ocidental, Samori Touré (1830-1900), foi vencido e a conquista de Alto Volta está praticamente completada. A partir dali o território de Alto Volta será praticamente uma fonte de força de trabalho.

⁹⁷ A França executou, de fato, uma ocupação preventiva da Tunísia, especialmente em relação à Itália e ao Reino Unido. Magdoff (1979 [1978], p.52) elucidou que ambos os países (França, Itália e Reino Unido) haviam emprestado grandes somas aos governantes (*beis*) da Tunísia. A armadilha da dívida externa desembocou na nomeação de comissários da dívida pelos credores. Assim, receitas tunisianas foram empenhadas para pagar os juros dos títulos das dívidas. A priorização do pagamento da dívida na receita pública fez aumentar a pressão para que os tunisianos pagassem mais impostos. O resultado foi uma insatisfação popular que enfraqueceu o governo tunisiano “vendido” aos interesses alienígenas. O perigo de uma revolta popular engendrou ainda mais a ocupação formal da França.

⁹⁸ Chade, Congo, Gabão e República Centro-Africana.

⁹⁹ [...] extraordinaires tragédies coloniales.

Os franceses estabelecem, então, protetorados sobre os reinos mossi de Yatenga, Ouagadougou e de Tengkodogo. Yves Lacoste (1980b, p.19) explica que o Alto Volta fez parte de um território mais amplo que englobava também Senegal e Níger. Esse território foi criado em 1904 e depois constituído em colônia de Alto Volta em 1919. Tal colônia “fazia fronteira a leste com o rio Níger, mas, em 1926, esta saída foi-lhe retirada e a região de Say ligada à colônia do Níger¹⁰⁰”. Em 1932, o atual território de Burkina Faso foi desmembrado entre o Sudão, o Níger e a Costa do Marfim no intuito de remediar a penúria de força de trabalho nesses citados territórios, devido à construção das estradas, das vias férreas e das obras de irrigação do “Escritório do Níger¹⁰¹” – criado em 1932 – e do desenvolvimento das plantações coloniais na Costa do Marfim; esta divisão da colônia de Alto Volta deveria facilitar o recrutamento forçado ou voluntário da força de trabalho mossi.

XIV – O império estadunidense

O apetite territorial estadunidense impulsionou-os à “busca de terras mais férteis, a exploração do comércio de peles e o desejo de portos para servir ao comércio nos oceanos Atlântico e Pacífico” (MAGDOFF, 1979 [1978], p.34). À vista disso já em 1803 os EUA “aparam as arestas” com a França com a aquisição (US\$ 15 milhões) do gigantesco território da Luisiana – que se estendia do golfo do México até as fronteiras canadenses de Alberta, Colúmbia Britânica e Saskatchewan (totalizando 2.144.476 km²); Após a Segunda Guerra de Independência, a Espanha cedeu a Flórida (1819); e a desistência da Rússia (em 1824) e da Grã-Bretanha (em 1846) de reivindicar o território do Oregon permitiu que os EUA tivesse uma janela para o Oceano Pacífico.

A guerra contra o México (1846-1848) e o massacre dos povos originários foram fundamentais para garantir a atual extensão territorial ou, nas palavras de Paco Peña (2000 [1995]), o *anschluss*. Do México, os EUA tomaram – parcial ou totalmente – Califórnia, Texas, Novo México, Utah, Wyoming, Arizona, Colorado. Costa (1992, p.66) anotou: “Pelo ‘tratado de paz’ entre os dois países, em 1848, passou ao domínio dos EUA um território de 2,4 milhões de km² (equivalente, por exemplo, a todo o território alemão)” e, cumpre lembrar, territórios ricos em gás natural, petróleo e ouro. Fiori (2014, p.72) adverte que “antes da Guerra Civil” – aquela entre 1861-1865 – “foram 37 guerras indígenas”, além das Guerra do Texas (1835-1836)

¹⁰⁰ [...] elle bordait à l'est le fleuve Niger mais, en 1926, ce débouché lui fut enlevé et la région de Say rattachée à la colonie du Niger.

¹⁰¹ L'Office du Niger.

e a Guerra do México, “responsáveis pela duplicação do território estado-unidense”. De 1844 até 1848 o território estadunidense havia se expandido de 4,66 milhões de km² para 7,7 milhões de km² (KIERNAN, 2009 [2005]).

Last but not least: da Guerra contra a Espanha (1898) conquistam Porto Rico, Filipinas e Guam; em 1898, anexaram o território do Havaí. Neste território, formado majoritariamente de agricultores, o Rei Kalakaua permitiu que os estadunidenses construíssem aquela que seria a famosa base de Pearl Harbor. Era resultado das conexões político-econômicas que o Rei tinha com os EUA. Sem embargo, com o falecimento do Rei (1891) assume o trono Liliuokalani – que era sua irmã. Esta, assim como a população havaiana, era descontente com a presença comercial, política, dos estadunidenses. Mas, como explicou Moniz Bandeira (2005), já era tarde. Em 16 de janeiro de 1893 o navio *USS Boston* atracou no Havaí onde as tropas estadunidenses desembarcaram com o pretexto de garantir a segurança da vida e da propriedade americana¹⁰². Só que as ruas estavam tranquilas e não havia qualquer ameaça à vida ou à propriedade de cidadãos estadunidenses. As tropas acamparam em frente ao palácio Iolani onde residia a rainha. Então os *haole*¹⁰³, “plantadores de ananás e de cana-de-açúcar, constituíram então um Comitê de Salvação Pública e a república foi proclamada, sob a presidência de Sanford B. Dole, rico plantador de ananás, de família oriunda de New England” (MONIZ BANDEIRA, 2005, p.45). Em 1898, o Congresso dos EUA aprovou a resolução que anexava formalmente o Havaí.

Percebe-se o interesse decisivo dos EUA em se apropriar de territórios no Oceano Pacífico, especialmente aqueles do moribundo império espanhol – nas Antilhas (Cuba) e no Pacífico (Filipinas). O desejo de independência cubana da Espanha atizou ainda mais o apetite territorial estadunidense, ainda mais se for considerado – tal como fazem os estadunidenses – Cuba enquanto fronteira natural (MONIZ BANDEIRA, 2012), projeção geopolítica e participe do que poderíamos qualificar de *mediterrâneo estadunidense*. É Moniz Bandeira (2005) quem elucida a *razão propagandística* que levou os EUA a imiscuir-se na luta anticolonial cubana. Em 1898, William McKinley – presidente republicano dos EUA entre 1897 e 1901 – enviou à Cuba o *USS Maine* aparentemente numa *courtesy call*¹⁰⁴ cujo intuito era mostrar o poderio estadunidense e constranger a Espanha retirar-se de Cuba. Misteriosamente, o *Maine explodiu* em 15 de fevereiro de 1898 quando de sua saída do porto da capital cubana.

¹⁰² “*secure the safety of American life and property*”

¹⁰³ “brancos estrangeiros, no caso, americanos” (MONIZ-BANDEIRA, 2005, p.45)

¹⁰⁴ “visita amigável”

Moniz Bandeira pensa que a “provocação” (a explosão do *Maine*) ou foi executada pelos estadunidenses ou pelos rebeldes cubanos. *Cui prodest scelus, is fecit*¹⁰⁵: a morte de dois oficiais e 266 membros da tripulação era o que faltava para os EUA guerrear contra a Espanha. A imprensa estadunidense acusou a Espanha sem qualquer evidência. Por que a Espanha atacaria os EUA se a ela importava vencer a independência cubana? Mais uma vez, era tarde. E o slogan *Remember the Maine*¹⁰⁶ tornou-se o grito de batalha dos militaristas estadunidenses. Em 11 de abril de 1898, o presidente McKinley enviou mensagem ao Congresso solicitando autorização para uma intervenção militar em Cuba. Isso “dois dias depois de o governo da Espanha já haver atendido a quase todas as suas exigências e ter ordenado a cessação das hostilidades, concedendo armistício aos insurretos cubanos” (MONIZ-BANDEIRA, 2005, p.47).

Derrotada nas Batalhas de *El Caney*, *San Juan Hill* e *Santiago de Cuba*, a Espanha teve que assinar o tratado de Paris (10/12/1898) no qual: (1) renunciava à soberania cubana; (2) cedia as ilhas de Porto Rico e Guam; e (3) os EUA pagou US\$ 20 milhões para a Espanha pela posse das Filipinas (SISON, 2018, p.53). Nas Filipinas, em 4 de fevereiro de 1899, tropas estadunidenses atacaram as forças revolucionárias nos arredores de Manila. Durante as batalhas, Sison (2018, p.54) calcula em cerca de 3 mil filipinos massacrados e 250 tropas estadunidenses mortas.

Com a dupla derrota espanhola – para Cuba (selando a independência *formal*¹⁰⁷) e para os EUA – o império estadunidense pode se transformar em senhor do “mediterrâneo americano” (DEFFONTAINES, 1955) abrindo caminho para exercer sua influência geopolítica em todo o Atlântico. Do lado do Pacífico, foi o interesse de ampliar o comércio com os países banhados por esse Oceano, notadamente a China, a razão fundante dos EUA ocuparem as Filipinas, e anexarem o Havaí e a Samoa (MONIZ-BANDEIRA, 2005). Não fez isso sem violência, é claro. Sison (2018, p.54) sopesa que antes da Guerra Filipino-Americana ter sido vencida decisivamente pelo império estadunidense em 1902, 126 mil tropas foram enviadas para combater o povo filipino de 7 milhões de pessoas. Quase 200 mil filipinos, combatentes e não combatentes, foram massacrados. Para cada soldado estadunidense morto, 50 vidas filipinas eram ceifadas. Mais de 250 mil filipinos morreram como resultado direto ou indireto das hostilidades.

¹⁰⁵ “quem se beneficia do crime o comete”

¹⁰⁶ Lembre-se do Maine

¹⁰⁷ Escrevo “formal” porque o que se seguiu à independência cubana da Espanha foi um efetivo protetorado estadunidense sobre a ilha, especialmente com a Emenda Platt (1901). Criada pelo senador republicano Orville Hitchcock Platt (1827-1905), tratava das relações entre a Ilha e o império, inclusive possibilitando a ocupação de Cuba pelos EUA, e prevendo o estabelecimento de estações navais – notadamente a base de Guantánamo. Uma avaliação das relações daquele momento entre a Cuba e os EUA podem ser encontradas em Castro (2007).

Do ponto de vista geográfico, nota-se uma gigante *acumulação espacial* estadunidense enquanto precondição interna do movimento expansionista e do desenvolvimento da nação. O duplo apetite territorial-comercial consubstanciou a quase total erradicação dos povos autóctones num indiscutível gesto de colonização interna. Os nativos, desterrados em sua própria terra, foram confinados em reservas, “verdadeiros campos de concentração” (PAC, 2000 [1995], p.388). Ao mesmo tempo, lançaram-se, ainda que tardiamente, numa corrida colonial voltando os olhos em especial para a América Latina e o Pacífico. Bukharin (1988, [1915]) apontou que em 1914 a superfície das colônias estadunidenses era de 0,3 milhões de km² com 9,7 milhões de habitantes.

XV – Japão imperial

Na segunda metade do século XIX, especialmente, no seu último quartel, o Japão diferenciou-se dos demais países asiáticos por não ter sido colonizado. Civilizações milenares tais quais a China e a Índia foram dominadas, fatiadas, numa escala de sujeição socioespacial apenas comparável, talvez, ao que se verificou em África e nas Américas. Não só o Japão escapa: ele consegue seguir o caminho das demais potências imperiais no rumo da industrialização.

Os primeiros contatos entre portugueses e japoneses datam de 1543. Entre 1580 e 1586, Nagasaki ficou sob domínio português. Mas são os holandeses, através da *Vereenigde Oost-Indische Compagnie*, que instalam uma feitoria em Hirado, posteriormente transferida para a Nagasaki em 1649. É isso que permite Magdoff (1979 [1978], p.48) escrever que “durante muitos anos, só os holandeses tiveram permissão para manter um posto de comércio no país, restringido a uma ilha (Deshima) nas proximidades do porto de Nagasake”.

O Japão se unificou depois da batalha de Sekigahara em 1600. Com a fundação do Xogunato Tokugawa (1603-1868), o Japão atravessou uma unificação que, diferentemente dos europeus, era voltada para dentro e não com o intuito de colonização. Daí o consequente isolacionismo econômico-político cuja primeira fissura será as canhoneiras do Comodoro Matthew Calbraith Perry (1794-1858) com suas duas expedições (1853 e 1854) que começavam a exportar a “liberdade” comercial ao Japão. O resultado foram dois tratados. O Tratado de Kanagawa (1854) e o Tratado Harris (1858) – esse último conhecido como Tratado de Amizade e Comércio. Uma amizade forjada no pavor das canhoneiras, óbvio.

Com o tratado de Kanagawa, assinado junto aos estadunidenses, os japoneses, “cientes das implicações da penetração estrangeira à vista do que acontecia na China” (MAGDOFF,

1979 [1978], p.49), tentaram restringir as atividades comerciais aos portos de Shimoda e Hakodate. No entanto, da mesma forma que vimos para o caso chinês, dois portos eram uma prova muito insuficiente – tanto de comércio quanto de amizade. Daí que o Tratado Harris ensejou a abertura dos portos de Edo (atual Tóquio), Kobe, Nagasaki, Niigata e Yokohama ao comércio estadunidense; garantia liberdade religiosa aos cidadãos estadunidenses dentro dos assentamentos; outorgava aos residentes estrangeiros o status de extraterritorialidade, tal qual ocorria na China; determinava de modo antecipado as tarifas incidentes sobre exportações e importações – o que eliminava o controle do Japão sobre seu próprio comércio (MAGDOFF, 1979 [1978]).

A “amizade” demonstrada pelos EUA, certamente qualidade única em sua história imperial-divina, também foi copiada por outras nações amigas (ainda que não excepcionais ou divinas tal qual os EUA): as católicas Rússia e França se juntaram com as protestantes Grã-Bretanha e Holanda na assinatura dos Tratados Ansei (1858). Essa série de tratados desiguais entre o Japão e as potências imperiais contraditoriamente permitiu que o Japão escapasse de uma colonização mais profunda em que a extraterritorialidade fosse mais a regra do que a exceção. Esse último caso foi parcialmente visível na China e sobretudo na Índia. De resto, o Japão não era tão rico em recursos naturais e populacionais quanto a Índia e a China. Some-se a isso as diversas potências imperiais que assinaram os tratados Ansei estarem envolvidas em conflitos bélicos. Entre 1857 e 1858 o Reino Unido estava às voltas com a Revolta dos Cipaios na Índia; a Rebelião Taiping (1850-1864) na China envolveu o Reino Unido e a França; a Rússia enfrentava a Guerra da Crimeia (1853-1856); a França também interviu no México entre (1861-1867); e os EUA tinham que lidar internamente com sua *Civil War* (1861-1865). Também, da mesma forma que ocorreu na China, cada potência que se instalava servia de freio às pretensões geopolíticas das outras.

Em todo caso, a abertura comercial às potências imperiais – que não chegou ao fim com o Tratado de Harris – e os bombardeios das referidas potências (exceção da Rússia) em Shimonoseki (1864) eram vislumbres que o Xogunato Tokugawa estava agonizando depois de mais de 200 anos. Desenrolou-se uma cruenta guerra civil – Guerra Boshin (1868-1869) – cujo resultado foi a restauração do Japão Imperial sob a égide do Imperador Meiji. Esse período é o que se conhece na história como Restauração Meiji. O motor da restauração foi a destruição da formação social pré-capitalista com vistas à industrialização nos moldes das potências ocidentais.

Em outras palavras: a Era Meiji (1867-1912) foi o período da *revolução burguesa* nesse país. Essa revolução burguesa se particularizou da seguinte forma: reforma agrária, construção

de infraestrutura ferroviária (1872), criação do Banco do Japão, de universidades, do iene, estabelecimento de uma monarquia constitucional. Tratava-se, de uma modernização que submeteria inclusive os territórios a serem conquistados. Magdoff (1979 [1978]) entende que a industrialização da economia permitiu ao Japão os meios de fazer uma guerra moderna e resistir à concorrência estrangeira. Souyri (2005 [2003], p.480) entende que a Restauração Meiji foi uma resposta às ameaças imperialistas ocidentais:

Após a assinatura dos tratados desiguais com os países ocidentais nos anos 1856-1863, os dirigentes japoneses vivem com medo de uma dominação ocidental sobre o país. A expansão se inscreve em um projeto deliberado, formulado por ocasião da restauração Meiji de 1868 e que se resume no célebre lema “Um país rico, um exército forte”¹⁰⁸.

O Japão entendeu que se não quisesse ser colonizado deveria se industrializar, se desenvolver. Diferente dos Estados Unidos, no qual o processo de industrialização implicou primeiramente numa *acumulação territorial interna*, o Japão pouco tinha dessa alternativa. Era preciso buscar matérias-primas, força de trabalho, fontes de energia e ampliar o mercado num movimento *exterior*. Não que os EUA não tenham feito isso, mas esse será um processo muito mais acentuado no Japão. Territorialmente, o primeiro movimento é a anexação das Ilhas Curilas, Ilhas Ogasawara, Ilha Hokkaido (antiga República de Ezo) e a anexação do Reino de Ryukyu em 1879. O destino desses territórios é, se quisermos, a *valorização capitalista do espaço* (MORAES, 2011; MORAES; COSTA, 1999 [1984]). Souyri (2005 [2003]) entende ser essa a primeira fase correspondente à formação do Estado japonês pré-moderno e que desencadeia conflitos e traumatismo entre as populações submetidas nos confins setentrionais (Ezo) e meridionais (Ryukyu).

Em seguida ocuparam Taiwan, Ilhas Pescadores e a parte sul do território chinês da Manchúria, após a Guerra Sino-Japonesa (1894-1895); da vitória contra a Rússia Czarista na guerra, selada com o Tratado de Portsmouth (1905), o Japão devolve a soberania da Manchúria aos chineses, mas obtém a península de Liautum e a parte sul da Ilha Sacalina; impõem ainda um protetorado na Coreia em 1905 (GRENET, 2000). Neste último caso, Souyri (2005 [2003], p.490) repara que o Japão também teve sua razão propagandística para anexar a Coreia: foi o assassinato de Itô Hirobumi (residente geral estabelecido em Seul) em 1909. Em 1910, o Japão finalmente anexa a Coreia. Esta é governada por um exército de mais de 200.00 funcionários

¹⁰⁸ “Tras la firma de los tratados desiguales con los países occidentales en los años 1856-1863, los dirigentes japoneses viven con el temor de una dominación occidental sobre el país. La expansión se inscribe en un proyecto deliberado, el formulado con ocasión de la restauración Meiji de 1868 y que se resume en el célebre lema “Un país rico, un ejército fuerte”.”

japoneses. De 1911 a 1930 a Coreia cresce 3,5% ao ano. Isso é resultado da realização de obras de infraestrutura, transportes, instalações portuárias, planos de urbanização, exploração de terras novas, em especial na Manchúria para onde emigram mais de 1.200.000 japoneses (SOUYRI, 2005 [2003])

Bukharin (1988, [1915]) apontou que, em 1914, a superfície das colônias japonesas era a mesma que as colônias estadunidenses: 0,3 milhões de km². Contudo, enquanto nas colônias estadunidenses habitavam 9,7 milhões de pessoas, nas colônias nipônicas habitavam 19,2 milhões de pessoas – 50% a mais, portanto. Observe-se ainda que a superfície metropolitana japonesa era de 0,4 km² em 1914, enquanto a superfície colonial sobre seu domínio era de 0,3 km². Ou seja: do total da superfície territorial japonesa (0,7 km² em 1914) as colônias respondiam por 42%.

XVI – O tardo-império alemão

O qualificativo tardio remete ao fato do atrasado processo de unificação e industrialização da Alemanha. De 1815 a 1871, a atual Alemanha era uma confederação com 39 unidades político-administrativas. Os passos para a unificação foram dados em dois sentidos: (1) o *Zollverein*; e (2) sucessivas guerras: contra a Dinamarca na Primeira (1848-1852) e Segunda Guerras do Eslésvico (1864); a Guerra Austro-Prussiana (1866) e, finalmente, a famosa Guerra Franco-Prussiana (1870-1871).

O *deutscher zollverein* foi uma “união aduaneira” (ANDRADE, 1999 [1988]) entre 39 Estados alemães iniciado em 1834. Era o comércio agindo como vetor de unificação das fronteiras e estruturando o futuro processo industrial, ao mesmo tempo em que se retroalimentava destes. A partir de 1848 abarcava o Império Austríaco. Teve fim com a unificação alemã, consequência da Guerra Franco-Prussiana. Com o fim da guerra, o *império territorial* alemão anexou a Alsácia e a Lorena – territórios ricos em carvão e ferro. Conforme Costa (1992), desde a unificação, o Império Alemão tornara-se a maior potência industrial da Europa, com sua influência indo dos Bálcãs até o Oriente Médio.

Bukharin (1988 [1915]) lembra que a política colonial da Alemanha data de 1884. Na Oceania, estabelecem o protetorado de Nova Guiné Alemã (1884); na África, um protetorado na Namíbia (1884) e a África Oriental Alemã¹⁰⁹ (1885); colonizam a Baía de Kiauchau (1897), na China; aquisição, junto à Espanha, das Ilhas Carolinas e Ilhas Marianas (1899); e, finalmente,

¹⁰⁹ Além de Tanganica (parte da atual Tanzânia), incluía Burundi e Ruanda.

Samoa Alemã (1900) no Oceano Pacífico. Com base nos dados de 1914, a superfície territorial das colônias alemãs era de 2,9 milhões de km² com uma população de 12,3 milhões de habitantes. A superfície metropolitana alemã era de 0,5 milhões de km² com uma população de 64,9 milhões de habitantes. Somando as superfícies colonial e metropolitana alemãs tem-se 3,4 milhões de km². Desses, cerca de 85% da superfície alemã eram colônias. O somatório populacional totalizava 77,2 milhões de habitantes em 1914. Desse total, cerca de 16% correspondia à população colonial.

XVII – O império colonial belga

A Bélgica é um país criado em 1831 com o intuito de ser um “Estado tampão” entre França e Alemanha. Resultado de um conflito com o Reino Unido dos Países Baixos, a Bélgica é um país trilingue (neerlandês, francês e alemão) – expressão sociocultural do seu povo. Foi sob o comando do Rei Leopoldo (1790-1865) que se organizou “uma companhia de comércio que atuava no vale do rio Zaire, então chamado de Congo, controlando uma grande área da África tropical” (ANDRADE, 1999 [1988], p.48). Andrade refere-se à companhia do Catanga¹¹⁰.

Com a Conferência de Berlim (1884-1885), a Bélgica adicionou quase 1,6 milhões de km² aos seus exíguos 30 mil km² (MILANI, 2011). Milani também aponta que após a o processo de anexação (descoberta, delimitação, reconhecimento), “Leopoldo II passaria a contar com uma colônia privada que correspondia a mais de 77 vezes o território de sua terra natal” (MILANI, 2011, p.120). Era o Estado “Livre” do Congo, talvez o símbolo máximo da *acumulação de espaços*, posto que era literalmente privado, propriedade do Rei Leopoldo II durante 21 anos (1877-1908).

“Quando Leopoldo II iniciou sua obra colonial o Congo possuía em torno de 20 milhões de habitantes. O censo de 1910 indicava pouco mais de 10 milhões. Um dos maiores genocídios da história.” (MILANI, 2011, p.172). Após o fim do Estado “Livre”, o Congo passou a ser uma colônia da Bélgica, particularmente rica em cobre e cobalto, permitindo “a construção de estradas de ferro que iam de áreas distantes do interior – província de Catanga – até o litoral angolano” (ANDRADE, 1999 [1988], p.48). As vias fluviais também eram navegáveis, com destaque para o rio Zaire – segundo rio do mundo em volume d’água – que contribuiu para a exportação de madeira e minérios.

¹¹⁰ Catanga também era uma província da República Democrática do Congo (antigo Zaire). Nessa província, extinta em 2005, destaca-se a exploração de cobre.

A Bélgica foi invadida durante a Primeira Guerra Mundial pela Alemanha, na Batalha de Liége (1914). Os belgas resistiram, apesar da derrota. A vitória da Tríplice Entente (França, Reino Unido, Rússia) credenciou os belgas a receberem da Sociedade das Nações, “o mandato sobre os territórios de Ruanda e Burundi, anteriormente ocupados pelos alemães e contíguos ao Congo” (ANDRADE, 1999 [1988], p.48).

XVIII – O imperialismo italiano

O processo de unificação nacional italiano, entre 1815 e 1870, recebeu o qualificativo de *Risorgimento*. A unidade nacional era uma pré-condição para a industrialização em escala ampliada e para a expansão colonial. Coube ao Rei Vittorio Emanuele II e ao Conde de Cavour, Camillo Paolo Filippo Giulio Benso, a liderança do processo. A casa de Savóia combateu a Igreja católica e conquistou os Estados papais. Esse conflito entre o Papa e o Império italiano só foi resolvido em 1929, com o Tratado de Latrão, no qual “Mussolini reconheceu a soberania do Papa sobre alguns palácios em Roma e sobre o Castel Gandolfo, residência de verão do pontífice” (ANDRADE, 1999 [1988], p.48).

O colonialismo italiano data do último quartel do século XIX. Anexa o porto de Maçuá (Eritréia – 1886); cria um protetorado chamado Eritreia italiana (1890); durante a Guerra da Abissínia (1895-1896) invadiu a Etiópia e foi derrotada; em 1901, os italianos conseguiram uma concessão na cidade chinesa de Tianjin. Em 1912, o desmoronamento do Império Turco e o consequente controle da África Mediterrânea por ingleses (Egito), franceses (Argélia, Marrocos, Tunísia) e espanhóis (Saara Ocidental), fez com que os italianos fossem à guerra. A vitória na Guerra Ítalo-Turca (1911-1912) converteu a Tripolitânia (parte da atual Líbia) em colônia. Esse território é “uma grande extensão de deserto onde posteriormente seriam descobertas imensas jazidas petrolíferas” (ANDRADE 1999 [1988], p.49).

Na Primeira Guerra, os italianos começaram a ocupar territórios da Albânia a partir de 1914. Os territórios só voltariam ao controle albanês em 1920 durante a Guerra de Vlora. Ocuparam também, a partir de 1918, a região da Dalmácia (na atual Croácia), graças ao *London Pact* (1915); controlaram as ilhas do Dodecaneso (parte da Grécia) e, já sob o comando fascista de Mussolini, conquistaram a Etiópia a partir da Segunda Guerra Ítalo-Etíope (1935-1936). De acordo com Andrade (1999 [1988]), essa conquista foi possível por diversos fatores: (1) as armas modernas das forças italianas; (2) a desorganização das forças etíopes do imperado Hailé Selassié; (3) as divergências entre os nobres locais; e (4) a fraqueza da Grã-Bretanha. Eis a “fraqueza” da Grã-Bretanha:

Esta, que na Liga das Nações defendia o direito dos povos à independência, não fechou o canal de Suez à passagem das tropas italianas que se dirigiam para a Eritreia e a Somália para daí invadirem a Etiópia. E assim, caiu sob o domínio italiano um dos mais antigos reinos independentes do mundo (ANDRADE, 1999 [1988], p.49).

Mas o que impede, em vez da qualificação de “fraqueza”, enquadrarmos como *colaboracionismo* britânico para com o fascismo italiano? Não era Churchill que considerava Mussolini um bom governante para a Itália e um grande legislador?¹¹¹

No decurso da Segunda Guerra Mundial o apetite territorial permaneceu crescente. Criaram o Reino da Albânia (1939), um protetorado fascista; invadiram Grécia e Iugoslávia em 1941 dando origem ao Estado “Independente” da Croácia (1941) cuja coroa foi entregue para Aimone de Saboia-Aosta, primo do rei italiano, o Duque de Espoleto (ANDRADE, 1999 [1988]).

XIX – Os restos dos imperialismos holandês e ibéricos

Como já notado, os holandeses colonizaram importantes territórios nas Américas, ao passo que fracassaram no que tange ao Brasil e Angola. Colonizaram o atual território do Suriname e as Índias Orientais Neerlandesas (1800-1949) – demonstração do poderio da Companhia Holandesa das Índias Orientais (1602-1799). Lançaram mão de força de trabalho asiática para explorar os recursos naturais dessas colônias. No atual Suriname, formou-se uma multinacionalidade, onde vivem povos holandeses, indígenas americanos, negros africanos e indonésios (ANDRADE, 1999 [1988])

Na Indonésia existia uma grande produção de cana-de-açúcar e petróleo. Com a ocupação alemã, a Holanda perdeu a colônia para os japoneses. À derrota japonesa na Segunda Guerra, sucedeu-se a Guerra de Independência da Indonésia (1945-1949). Os holandeses tentaram reaver seu território colonial. Todavia, a vitória da Indonésia forçou o reconhecimento holandês da independência.

Com a independência do Brasil em 1822, Portugal perdeu sua colônia mais significativa, ainda que mantivesse territórios em África e Ásia. Angola e Moçambique eram ricas em diamante e copra, respectivamente. Ainda detinha possessões em Guiné, Açores, Cabo Verde, Madeira, Porto Santo e São Tomé e Príncipe. Isso em África. Em Ásia controlava importantes

¹¹¹ Cf. SEYMOU, Richard. O verdadeiro Winston Churchill. Disponível em: <<https://vermelho.org.br/2018/01/14/o-verdadeiro-winston-churchill/>>

idades na China (Macau), Índia (Damão, Diu e Goa) e na Insulíndia controlava o atual Timor-Leste. No século XX, António de Oliveira Salazar (1889-1970) governou Portugal sob a forma de uma ditadura (1932-1968) e considerava a manutenção do estatuto colonial fato fundamental para a sustentação da metrópole. Fez isso transformando as colônias em províncias ultramarinas. Para manter o estado-sistema colonial, portanto a unidade imperial, Portugal também idealizou uma comunidade de povos lusofalantes. Andrade (1999 [1988]) diz que a ideia não se concretizou. Porém, efetivou-se a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A CPLP em questão foi criada em 17 de julho de 1996.

Finalmente, o império espanhol entrou em colapso com as independências na América Latina. Não conseguiram expandir domínios para o solo africano, com exceção do território colonial do chamado Saara Espanhol (1884-1975). Este era a reunião dos territórios de Rio do Ouro e *Saguia el Hamra*. Ocuparam ainda a Guiné espanhola (1900-1968), atual Guiné Equatorial.

XX – A Rússia Czarista

Quando observamos todos os imperialismos anteriores notamos que sua configuração geográfica repousa numa articulação interna e o além-mar. A Rússia Czarista (1721-1917) não obedece a essa lógica. Resultado da vitória na Grande Guerra do Norte (1700-1721), seus domínios territoriais se estenderam do Oceano Ártico ao Mar Negro, do Báltico ao Pacífico – chegando inclusive ao Alasca por volta de 1732 através do estreito de Bering. Existem, pelo menos, duas particularidades que distinguem o Império Russo das potências europeias: a primeira geográfica e a segunda sociopolítica. A particularidade geográfica, aclara Mouradian (2005 [2003]), é a inexistência de posses territoriais no exterior. Por isso um dos objetivos da expansão era conseguir uma saída para o mar. Tal expansão processou-se numa continuidade territorial do Estado-Nação russo, implicando uma não-diferenciação clara entre metrópole e colônia num império contínuo. Diferentemente da Europa Ocidental:

[...] a formação do império não é posterior à formação do Estado, senão a acompanha, o que criou confusão quanto a seus limites formais. Ideia nacional e a ambição imperial se confundem a partir do momento em que Moscou, o primeiro centro do Estado moderno, começa a predominar sobre os principados rivais russos, e logo sobre seus soberanos mongóis, já debilitados¹¹² (MOURADIAN, 2005 [2003], p.462)

¹¹² “[...] la formación del imperio no es posterior a la formación del Estado, sino que la acompaña, lo que ha creado confusión en cuanto a sus límites formales. Idea nacional y ambición imperial se confunden desde el momento en que Moscú, el primer centro del Estado moderno, comienza a predominar sobre los principados rivales rusos, y luego sobre sus soberanos mongoles, ya debilitados”.

A particularidade sociopolítica diz respeito à comparação do nível de desenvolvimento político-cultural e da condição econômica e social dos “indígenas” não é sempre favorável ao colonizador (a Rússia) cujos camponeses estão submetidos à servidão e cuja nobreza se encontra domesticada pelo Estado. Isso é visível na parte europeia do Império (Polônia, Báltico), no Cáucaso e na Ásia Central, territórios de antigas civilizações e de circuitos comerciais entre o Oriente e o Ocidente, a exemplo da Rota da Seda. Nesses territórios a imagem da Rússia é de ser grosseira e pobre, ainda que detenha superioridade numérica e militar (MOURADIAN, 2005 [2003]).

A Rússia Czarista, devido à sua configuração geográfica, é forçada a conquistas territoriais. Isso a assemelha não aos europeus, mas aos EUA. O avanço das fronteiras continentais é visível nas duas potências mas com uma diferença que Mouradian não nota: enquanto nos EUA a população autóctone foi quase totalmente exterminada e sobrevivem hodiernamente em reservas, na Rússia Czarista as populações – bastante diversificadas etnicamente e religiosamente – foram incorporadas enquanto “colônias virtuais do Império Russo, ao mesmo tempo em que abria espaço para absorção de colonos seus” (MAGDOFF, 1979 [1978], p.42-43).

Essa territorialidade do Império russo, encravado numa posição continental, é o que os faz buscar os mares – fracassando no acesso ao Mediterrâneo. Depois da conquista da Sibéria (1580-1689) e da marcha para o Oceano Pacífico, merecem destaque o apetite territorial russo sobre os desertos, estepes e montanhas da Ásia Central. Um dos desafios no século XIX era a integração econômica das terras conquistadas. Há, ainda, uma singularidade nos territórios conquistados pelo Império Russo: são em geral regiões fronteiriças de outros impérios, zonas invadidas e divididas com frequência, com entidades políticas mais ou menos estruturadas e autônomas, e com um mosaico étnico-religioso (MOURADIAN, 2005 [2003]).

Entre 1808 e 1809 o Império Russo travou a Guerra Finlandesa contra a Suécia. Com a vitória russa, processou-se a separação da Finlândia do território sueco originando, assim, o Grão-Ducado da Finlândia (1809-1917). Seguiu-se a conquista de parte da Polônia (1815-1915) e a Guerra do Cáucaso (1817-1864), na qual o Império Russo incorporou porções territoriais ao norte. Esse conflito bélico mobilizou de 170.000 a 200.000 homens durante mais de trinta anos; “quase 1 milhão de mortos em combate ou devido enfermidades como malária, desnutrição ou falta de cuidado dos feridos¹¹³” MOURADIAN, 2005 [2003], p.473).

¹¹³ “casi 1 .000.000 de muertos en combate o debido a enfermedades tales como la malaria, la malnutrición o la falta de cuidados a los heridos”.

Sua expansão político territorial foi freada na derrota da Guerra da Crimeia (1853-1856), frente aos Império francês e otomano, bem como ao Reino Unido e o Reino da Sardenha. Magdoff (1999 [1988], p.43) enumerou três importantes mudanças na sociedade russa após a Guerra da Criméia. A primeira foi a frustração das aspirações nos Bálcãs e no Oriente Próximo; isso fez com que canalizasse suas ambições dinásticas e militares para as fronteiras asiáticas. A segunda mudança foi a emancipação dos servos em 1861, o que aliviou as restrições feudais sobre os camponeses sem terra e deu origem a grandes migrações de russos e ucranianos para a Sibéria e a Ásia Central. Finalmente, a terceira mudança foi o surto de industrialização, comércio exterior e construção de ferrovias nas décadas após à Guerra da Criméia. Isso abriu caminho para a integração territorial da Ásia russa e para a subjugação dessas áreas, especialmente na Ásia central, para satisfazer as necessidades econômico-políticas da Rússia czarista.

A marcha para o extremo oriente também se fez com a ocupação ao norte da Ilha Sacalina, iniciada em 1850; assinam dois tratados com a China: em 1858 (Aigun) e 1860 (Pequim), conseguindo territórios na margem esquerda e ao sul do rio Amur, respectivamente. Nesse último caso, abriu caminho para a fundação de Vladivostok em 1860. Importante perceber que a fragmentação territorial chinesa tornou viável a penetração russa. Em 1860, a Rússia tomou a Província de Amur e conquistou privilégios especiais na Manchúria e ao sul do rio homônimo à Província citada (MAGDOFF, 1979 [1978]).

Anexaram o Quirguistão entre 1864 e 1866. Em 1867, o império vendeu o Alasca para os EUA e em 1875 passou a controlar a parte sul da Ilha Sacalina – abarcando, portanto, todo o território insular. Desde 1876 o império russo havia conquistado o atual território do Uzbequistão e em 1881 anexaram o Turcomenistão. Ao final do século XIX, o império russo controlava 15% da superfície terrestre do planeta com uma área de 22.740.00 km² (ANDRADE, 1999 [1988]).

Esse avanço territorial czarista em quatro direções (Ásia Central, Cáucaso, Extremo Oriente e Sibéria) alertou o Reino Unido na Ásia Central – devido à proximidade da Rússia Czarista para com a Índia Britânica. Para resolver o conflito, Magdoff (1979 [1978]) expõe que foram necessários dois movimentos: (1) a delimitação da fronteira setentrional do Afeganistão; e (2) ratificação do tratado anglo-russo de 1907, no qual a Pérsia foi dividida numa dupla esfera de influência – notadamente russa e britânica

A Rússia Czarista já havia conquistado a Sibéria, partes da Ásia Central, do Cáucaso e até do Extremo Oriente. Contudo, no Extremo Oriente, na cidade de Vladivostok, o porto fica congelado durante quatro meses, o que obriga a administração do Czar a observar áreas de

latitudes mais baixas, como é o caso daquelas da costa da península coreana. A Rússia passa a tentar ocupar a referida península, mas também a Manchúria – “onde havia grande penetração de capitais russos” (ANDRADE, 1999 [1988], p.52). Desencadeou-se a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905). Com a vitória do Japão Imperial, a Rússia Czarista suspendeu “penetrações ulteriores na China, do outro lado do Amur, e nas províncias marítimas” (MAGDOFF, 1979 [1978], p.44). Era o prenúncio do fim da Rússia Czarista que seria mortalmente ferida com a Revolução Russa (1917).

XXI – Inaudita crueldade e valsa territorial

O imperialismo, portanto, não significou o último estágio do capitalismo tal como Lênin (1917) previra. Tanto a primeira guerra mundial, quanto a segunda, “em lugar de destruírem o capitalismo, fortaleceram-no, porque provocaram a dominação de umas potências capitalistas pelas outras, dando unidade de comando ao imperialismo” (ANDRADE, 1999 [1988], p.38). Ecoa o ensinamento de Kautsky datado de 11 de setembro de 1914 que vislumbrava o ultra-imperialismo:

Assim, do ponto de vista puramente econômico, não é impossível que o capitalismo ainda possa existir através de outra fase, a versão de uma cartelização na política externa: a fase de ultra-imperialismo, que, naturalmente, devemos lutar contra com a mesma energia, como fazemos contra o imperialismo, mas cujos perigos estarão em outra direção, não no da corrida armamentista e da ameaça à paz mundial (KAUTSKY, 1914)

Guardadas as devidas proporções, o raciocínio de Andrade é também compartilhado por Moniz Bandeira (2005) quando investiga a formação do império americano. Para este autor, a emergência dos EUA enquanto potência hegemônica na Primeira Guerra Mundial vai ser consolidada após a derrota da Alemanha na Segunda Guerra Mundial gerando, conseqüentemente, uma modelação do sistema econômico internacional e institucional à sua imagem e semelhança – o *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT¹¹⁴) e os *Bretton Woods Agreement*¹¹⁵ que originam o *The World Bank* (Banco Mundial) e o *International Monetary Fund* (Fundo Monetário Internacional, FMI). Essas três instituições, essa modalidade financeira de “cartel” – se pudermos utilizar a linguagem kautskyana – é o que Richard Peet

¹¹⁴ Estabelecido em 1947, é antecessor da atual Organização Mundial do Comércio (OMC) que passou a funcionar em 1995.

¹¹⁵ Acordos de Bretton Woods, datados de 1944. O Banco Mundial e o FMI “com orçamentos de 7 a 8 bilhões de dólares” (STONE; KUZNICK, 2015, p.148)

(2009 [2003], p.246) qualificou de *trindade profana* da religião fracassada chamada neoliberalismo.

Isso sem falar da Organização das Nações Unidas, que sucedeu a Liga das Nações, e se tornou a “*Aufhebung* das contradições entre os Estados Unidos e a União Soviética” (MONIZ BANDEIRA, 2005, p.555). E, finalmente, a temível *North Atlantic Treaty Organization* (Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN) um verdadeiro cartel militar comandado pelo legítimo herdeiro das potências colonialistas/imperialistas, os EUA. Os EUA, durante a Guerra Fria, e a OTAN, após ela, participariam de um sem-número de intervenções militares na periferia do sistema capitalista, mas também do antigo bloco soviético. Maiores informações, consultar a Guerra da Coreia e Vietnã para o caso estadunidense, e as Guerras da Bósnia, Afeganistão e Líbia, para o caso da OTAN. Onde o apelo de Domenico Losurdo (2020 [2015], p.69-73) quanto à urgência de lutar contra a OTAN e redescobrir o sentido da ação política.

Andrade (1999 [1988]) ressalva que o ultra-imperialismo não significa uma “unidade de ação” das potências imperiais, vez que elas admitem interesses divergentes e detêm contradições. Não obstante, o poder da potência ultra-imperial – e aqui Andrade deve estar pensando nos EUA – é bastante expressivo e suas empresas monopolistas abrangem interesses de diversos grupos econômicos de distintos países, resultando não só numa superação (no sentido dialético) das divergências (em nome das convergências), mas também uma “unidade imperial” em que o poder dos Estados coabita com o das grandes empresas com o fito de racionalizar e unificar ambas ações.

No início do século XX estava consolidada a divisão internacional do trabalho na qual as colônias serviam de matéria-prima ao desenvolvimento dos impérios. Assim, entende-se que as colônias não serviam apenas matérias-primas: elas eram as matérias-primas que, trabalhadas e exploradas violentamente, consubstanciavam a nova fase industrial do Reino Unido, França, Estados Unidos, Alemanha e Japão. Deepak Nayyar (2014) notou a ocorrência de uma Grande Especialização. Aqui, atentamos para a *Grande Espacialização*: os territórios coloniais foram forçadamente convertidos pelo imperialismo de livre-comércio principalmente em zonas agrominerais. A Grande Espacialização mostrou-se, em larga medida, uma *tricontinental primarização produtiva*.

A competição entre os estados imperiais pelas condições de sustentação de seu processo industrial (fontes de energia, mercados consumidores, matérias-primas e força de trabalho), e o próprio desenvolvimento industrial levado a cabo pelo Reino Unido, França, Estados Unidos, Alemanha e Japão não poderia resultar em algo que não fosse, pela primeira vez na história, uma Guerra Mundial:

A completa revolução em toda a arte da guerra, levada a cabo pela incorporação de toda a população capaz de pegar em armas em exércitos cujos efetivos só por milhões se podiam contar e, bem assim, as armas de fogo, os projéteis e os explosivos de uma potência até então inaudita puseram, por um lado, bruscamente, termo às guerras do período bonapartista e asseguraram um desenvolvimento industrial pacífico ao tornar impossível qualquer outra guerra que não fosse uma guerra mundial de inaudita crueldade e de desfecho absolutamente imprevisível (ENGELS, 2008 [1895], p.49).

Ressaltemos que Engels escreve isso 19 anos antes da eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Essa inaudita crueldade, esse corolário das disputas imperialistas – “que envolveu todas as grandes potências, e na verdade, todos os Estados europeus, com exceção da Espanha, os Países Baixos, os três países da Escandinávia e a Suíça” (HOBSBAWM, 1995 [1994], p.31) – mostrou em escala nunca vista o quanto o capitalismo dominado pelos monopólios e pelas grandes potências poderia transformar as forças produtivas (trabalho, máquinas, ferramentas, elementos naturais, infraestrutura, técnicas, tecnologias) em forças destrutivas¹¹⁶. Mas não é de se estranhar: Bukharin (1988 [1915]) também ensinou que a guerra era a fase decisiva da política imperialista; que ela aparecia enquanto solução dos antagonismos; ou ainda que a internacionalização da vida econômica nacional conduz inexoravelmente a resolução dos conflitos através do fio da espada. A guerra terminou em 11 de novembro de 1918. 116 mil soldados estadunidenses foram mortos e 204 mil ficaram feridos; as baixas europeias foram estimadas em 8 milhões de militares e entre 6 a 10 milhões de civis; o povo russo teve 1,7 milhão de mortos e quase 5 milhões de feridos (STONE; KUZNICK, 2015)

Com o fim da Primeira Guerra Mundial processou-se uma reorganização territorial. Na valsa dos territórios, quem mais dançou foi o Império Alemão. As perdas territoriais foram significativas, “aproximadamente 36.000 km² e 6.500.000 habs” (COSTA, 1992, p.99). O Tratado de Versalhes (1919) impôs a devolução à França da Alsácia-Lorena (14.000 km² e 1.900.000 habs.), “ricos em ferro, carvão, potássio e petróleo” (COSTA, 1992, p.101); devolução da Jutlândia do Sul para a Dinamarca; Klaipèda, devolvida para a Lituânia; Eupen, Malmédy e Moresnet cedidos à Bélgica; Danzig (atual Gdansk), Posen, partes da Prússia Oriental (Masúria, Soldau, Várnia) e da Prússia Ocidental, para a Polônia; Hlučínsko cedida para a atual República Tcheca; a baía de Kiauchau caiu sob domínio japonês em 1914; o Japão também se apropriou das Ilhas Carolinas e Ilhas Marianas a partir de 1920; Togo foi dividido entre França e Reino Unido; finalmente, o Reino Unido acumulou os territórios da Namíbia

¹¹⁶ “No desenvolvimento das forças produtivas chega-se a uma etapa em que são originadas forças produtivas e formas de trocas as quais, no quadro das relações existentes, produzem apenas estragos e não são mais forças produtivas, e sim forças destrutivas (maquinaria e dinheiro); e junto disso, surge uma classe que tem de suportar todos os ônus da sociedade sem usufruir de suas vantagens” (MARX; ENGELS, 2007, p.105).

(1915), Nova Guiné Alemã e Samoa. “Em suma, com a guerra, a Alemanha perdera mais de 2.000.000 de homens e, com os territórios subtraídos, 13% de sua superfície e 12% da população” (COSTA, 1992, p.102).

A França havia mobilizado 7,8 milhões de pessoas (30% da população francesa ativa) e deixou o campo de batalha com 1,4 milhão de mortos e 1 milhão de inválidos. Se apropriou das minas de carvão da região do Sarre (que ficou sob o comando da Liga das Nações durante 15 anos). E recebeu três garantias contra a Alemanha: (1) redução do exército alemão para 100.000 homens; (2) A ocupação provisória da margem esquerda do Reno pelas forças aliadas durante um prazo de cinco a quinze anos; e (3) uma promessa de auxílio anglo-americano em caso de agressão – promessa anulada em consequência da oposição do Senado americano (FLÉCHARD, 2000).

Com o Tratado de Lausanne (1923) o Império Otomano foi destruído e criou-se a República da Turquia. O Chipre passou ao domínio britânico¹¹⁷; o Dodecaneso foi apropriado pelos italianos. Sem dúvida o colonialismo havia sofrido um infortúnio relativo, mas isso não significou o seu fim tampouco o do imperialismo. A forma-colonial assumiu a feição de mandato, de acordo com a *Société des Nations* (1919-1946). Magdoff (1979 [1978], p.57) aponta que foram criadas três classes de mandatos: (I) mandatos Classe A; (II) mandatos Classe B; e (III) mandatos Classe C. Os mandatos classe A foram para que pertenciam ao Império Otomano: Síria e Líbano foram entregues para a França e o Reino Unido abocanhou o Iraque, Palestina e Transjordânia. Os mandatos Classe B “estabelecidos como colônias típicas, mas mantidos administrativamente separados das colônias existentes”, incluíam os territórios africanos – com exceção da África do Sudoeste Camarões e Togolândia que foram divididos entre França e Reino Unido; nesse arranjo o Reino Unido obteve a Tanganica, e Ruanda-Urundi foi facultado à Bélgica; por fim, os mandatos Classe C foram impostos à África do Sudoeste – entregue à União Sul-Africana – e as ilhas do Pacífico (repartidas entre Austrália, Nova Zelândia, Japão e Reino Unido)

Observe-se que nos mandatos Classe A, a Grande Síria¹¹⁸ (BUTTIN, 2000) foi totalmente fragmentada entre britânicos e franceses. O relativo enfraquecimento das potências imperiais, gestado pela guerra, predisps diversos movimentos nacionalistas-independentistas. A contradição do colonialismo foi engendrar, tal qual havia ocorrido nas Américas nos séculos

¹¹⁷ O Chipre é apenas uma pequena parcela do ainda gigantesco Império Britânico. Mesmo com o fim da Guerra ele conservou “incontestemente o seu poder marítimo em parte considerável do mundo, mantendo sob seu domínio direto, em 1919, territórios e populações da ordem de 35.467.656 km² e 475.000.000 habitantes respectivamente” (COSTA, 1992, p.99)

¹¹⁸ Atuais Jordânia, Líbano e Síria.

XVIII e XIX, processos de descolonização. Os assim chamados Aliados estavam ávidos pelas terras dos Impérios Centrais, principalmente no Império Otomano. Além disso, a Declaração Balfour (1917) – prometendo um ao movimento sionista um “lar nacional” (MORAES, 2008, p.208) – e o Mandato da Palestina (1922), concedido pela Liga das Nações, acabaram por inflamar o nacionalismo árabe ao mesmo tempo em que esperançava os judeus porque anunciavam a intenção – tornada concreta futuramente com o Estado de Israel – da criação lar judeu na Palestina (MAGDOFF, 1979 [1978]). Assim como a Europa oriental era o *Far West* do Terceiro Reich, a Palestina tornou-se o *Far West* do sionismo. E na origem de ambos um “enfático norte-americanismo”¹¹⁹ (LOSURDO, 2020 [2001], p.35). Sem embargo, outros resultados dos movimentos nacionalistas no Oriente Médio foram a independência do Egito (1922) e do Iraque (1932).

Mas nenhum acontecimento do século XX foi mais decisivo para o nacionalismo e a luta anticolonial que a Revolução Russa (1917-1923). Stalin (2019 [1918]), compreendeu com perícia o significado *mundial* da Revolução em, pelo menos, três dimensões: (I) ao ampliar os limites do problema nacional convertendo-o no problema de libertar do imperialismo os povos oprimidos, colônias e semicolônias; (II) abrindo caminho para essa libertação ao trazer os povos oprimidos do Ocidente e do Oriente para a frente comum da luta anti-imperialista; e (III) estendendo uma ponte entre o Ocidente socialista e o Oriente escravizado.

Na mesma linha de raciocínio aparece Ho Chi Minh (1890-1969), futuro revolucionário e líder da libertação nacional do Vietnã. Para ele, a “Revolução de Outubro foi a primeira vitória do marxismo e das teorias leninistas em um grande país, a URSS, cujo território cobre a sexta parte do globo” (2019, p.175). Foi a maior vitória alcançada pela classe operária e povos oprimidos baixo a direção do Partido Bolchevique. A Revolução de Outubro instaura o poder dos trabalhadores e abre a via da libertação nacional dos povos.

De fato, a Revolução Russa sinalizou para a superação das tragédias que ocorriam há muito tempo nas colônias e àquele momento (da Primeira Guerra) também na Europa (LOSURDO, 2018). Por isso mesmo, a Rússia Soviética foi atacada por três fontes: (1) o *capo di tutti capi*, o Exército Branco; (2) as sequazes Repúblicas da Armênia, Azerbaijão, Estônia, Geórgia, Letônia, Lituânia, Polônia e Ucrânia; e (3) os seviciosos Estados da Alemanha, Austrália, Canadá, EUA, Finlândia, França, Grécia, Império Otomano, Itália, Japão, Reino Unido, Romênia e Tchecoslováquia.

¹¹⁹ Losurdo (2003; 2006; 2019) já tinha analisado com maestria as raízes estadunidenses do nazismo tanto em seus aspectos políticos quanto culturais.

A guerra civil e a intervenção estrangeira causaram mais um milhão e meio de vítimas. Nove milhões de pessoas foram mortas, feridas ou desapareceram devido à fome e a epidemias. A produção industrial equivalia, em 1921, a 15% da de 1913. Produzia-se menos de metade do trigo do que na véspera da guerra (DURAND, 2000 [1995], p.93)

Ainda em 1919, no meio das intervenções estrangeiras imperialistas, os bolcheviques realizam uma declaração política em relação à República da China. A declaração política soviética ficou conhecida como Manifesto Karakhan, vez que foi emitida por Lev Mikhailovich Karakhan, georgiano então Vice-Comissário do Povo para os Negócios Estrangeiros. No Manifesto, os bolcheviques renunciaram aos direitos que a Rússia havia adquirido da China durante os Tratados Desiguais. Os direitos incluíam extraterritorialidade, concessões econômicas e a indenização da Guerra dos Boxers. (1899-1901).

Com o fim da Guerra Civil a Rússia Soviética sofreu importantes perdas territoriais. No Báltico, com a constituição da República da Finlândia, Estônia, Lituânia e Letônia; porções da Rússia Branca, Ucrânia e Bessarábia em virtude da criação da Polônia e da Romênia; e, por fim a ratificação do Tratado de Riga (1923) que pôs fim à Guerra entre Polônia e Rússia Soviética. Por isso, no que tange aos aspectos estritamente territoriais, concluiu Costa (1992, p.107): “a Rússia Soviética sofreria consequências equivalentes às da Alemanha, apesar da sua condição singular de potência que lutara na guerra ao lado dos aliados e retirara-se dela em 1917”.

Além da Revolução Russa, também exerceu influência nos movimentos nacionalistas “foi o exemplo dado pela obtenção da independência pela Irlanda do Sul e a criação da República Irlandesa Livre (1923)” (MAGDOFF, 1979 [1978], p.58).

Essas determinações externas deram um novo ímpeto aos povos colonizados que desejavam se libertar do colonialismo. O nacionalismo teve diversas facetas. No Marrocos, a revolta comandada por Abd el-Krim que se estendeu da I Guerra Mundial até a Guerra do Rife¹²⁰ (1920-1927); a rejeição do colonialismo na África tropical a exemplo do Congo Belga (1908 – 1960), Sudão Francês (1880 – 1960), Protetorado do Sul da Nigéria (1900-1914), Libéria e Alto Volta francês; a Revolução Chinesa (1911-1912); e o Congresso Nacional Indiano fundado em 1885 (MAGDOFF, 1979 [1978]).

Com o fim da I Guerra Mundial os EUA se tornaram a economia dominante e aumentaram sua influência geopolítica junto ao Canadá e à Austrália. O enfraquecimento relativo do Reino Unido no pós-guerra fez os EUA: (1) se transformar no principal mercado de capitais, (2) expandir sua rede bancária e investimentos; (3) passar a disputar as reservas mundiais de petróleo; e (4) estender sua influência geopolítica na América Latina,

¹²⁰ Em geografia, trata-se da região montanhosa no norte de Marrocos.

“principalmente na América Central, onde através de intervenção militar e ocupação, Cuba, a República Dominicana, o Panamá, a Nicarágua e o Haiti transformaram-se em protetorados americanos” (MAGDOFF, 1979 [1978], p.59). No Haiti, os EUA “controlava 67 por cento das importações [...] em 1907-1908, e o tráfego comercial duplicou entre 1900 e 1910¹²¹ (MANIGAT, 2005 [2003], p.266). Os investimentos financeiros – de ferrovias a bondes e instalações elétricas – passaram de 50 milhões de dólares em 1898 para 200 milhões em 1911 e 500 milhões em 1920 (MANIGAT, 2005 [2003]).

Moniz Bandeira (2005) nos ensina que essa ilha sempre foi estrategicamente importante para os EUA em virtude da sua localização geográfica. Também porque no início do século XX, como mostram os dados recolhidos por Manigat anteriormente mostrados, o Haiti passou a receber investimentos estadunidenses. Para proteger tais investimentos, o presidente Woodrow Wilson (1856-1924) determinou a invasão da ilha fabricando duas ameaças inexistentes: a primeira de que a Alemanha pretendia construir uma base de submarinos e a segunda de que a França interviria. Resultado: a ocupação da ilha durou de 1915 a 1934.

A Primeira Guerra Mundial também favoreceu o expansionismo japonês. Em 1915 o Japão apresentou à China as Vinte e Uma Exigências. As exigências abarcavam do controle japonês das propriedades e concessões alemãs em Shandong (POMAR, 2003) até compra de material bélico. O Movimento Quatro de Maio, junto às pressões britânicas e estadunidenses, fez o Japão Imperial recuar nas exigências. No entanto, a China teve que assinar tratados que asseguravam vantagens ao Japão. Em seguida o Japão invadiu a Manchúria (1931-1932) instalando um Estado títere. O passo seguinte para criar a “Esfera de Co-Prosperidade da Grande Ásia Oriental” (MAGDOFF, 1979 [1978], p.59), era conquistar a China. O Japão desencadeou a assim chamada Segunda Guerra Sino-Japonesa, iniciada em 1937. Em dezembro desse ano, com as forças de Chiang Kai-shek em fuga, os japoneses mataram entre 200 a 300 mil civis em Nanquim, além de violentar dezenas de milhares de mulheres (STONE; KUZNICK, 2015). Ele só foi derrotado em 1945. Nesse intervalo, o Exército Popular de Libertação da China “travou mais de 115 mil grandes e pequenos combates contra o inimigo, matou ou feriu 960 mil japoneses e tropas títeres, capturou 280 mil homens e forçou 100 mil japoneses e tropas títeres a se render” (QIAOMU, 2018 [1951], p.89)

O expansionismo dos entreguerras também foi estimulado pela Grande Depressão (1929-1939). É sem dúvida um dos momentos decisivos do século XX. Atingiu frontalmente os EUA e daí se espalhou para a América Latina, Europa Ocidental. Em 1933, nos EUA, o

¹²¹ “controlaba el 67 por ciento de las importaciones [...] en 1907-1908, y el tráfico comercial se duplicó entre 1900 y 1910”

desemprego mantinha-se em 25%; o produto nacional bruto baixou 50%; os agricultores tiveram 60% da renda dissipada; a produção das indústrias caiu em mais de 50%; 20% dos bancos estadunidenses colapsaram (STONE; KUZNICK, 2015). Os dados trazidos por Hobsbawm são reveladores:

Entre 1927 e 1933, os empréstimos internacionais caíram mais de 90% (HOBSBAWM, 1995 [1994], p.93)

No pior período da Depressão (1932-3), 22% a 23% da força de trabalho britânica e belga, 24% da sueca, 27% da americana, 29% da austríaca, 31% da norueguesa, 32% da dinamarquesa e nada menos que 44% da alemã não tinha emprego. E, o que é igualmente relevante, mesmo a recuperação após 1933 não reduziu o desemprego médio da década de 1930 abaixo de 16% a 17% na Grã-Bretanha e Suécia ou 20% no resto da Escandinávia (HOBSBAWM, 1995 [1994], p.97)

De qualquer forma, se no modo capitalista de produção os agentes de desenvolvimento são o Estado e o Mercado, o fim – momentâneo – do liberalismo apontou para uma maior intervenção estatal na economia. É bom clarificar que a intervenção estatal na economia é *ineliminável* no modo capitalista de produção. O que é importante salientar é que os Estados nacionais passarão a planejar, coordenar as estratégias de desenvolvimento.

Esse fim momentâneo do liberalismo pode ser lido como o comprometimento irreversível do “conceito de automaticidade do mercado” que nos fala Paul Baran (1909-1964). Foi necessária, portanto, a ação estatal para atenuar o desemprego, gerar bem-estar, etc. “Por meio de obras públicas, auxílio aos desempregados, subsídios aos fazendeiros, pensões aos veteranos da guerra” (BARAN, 1986 [1957], p.104), intervenções foram feitas para impedir a autodestruição do sistema capitalista. Nos EUA, o *New Deal* cumpriu o papel de “escoadouro compatível com a preservação do sistema capitalista para a energia das forças sociais que eram tradicionalmente a favor da intervenção governamental” (BARAN, 1986 [1957], p.104). Foi dessa forma que o presidente Roosevelt impediu transformações sociopolíticas intestinas na sociedade estadunidense: reconhecimento e proteção governamental dos sindicatos, amparo aos fazendeiros, leis sobre previdência social e supervisão moderada dos mercados financeiros (BARAN, 1986 [1957]).

Rompeu-se o padrão de comércio que até então regulava a economia internacional (supostamente liberal). Os Estados nacionais se tornam cada vez mais ativos no plano interno (mas também externo). Não só os EUA experimentaram uma intervenção. O período varguista no Brasil e a Alemanha Nazista (1933-1945) também (BASTOS; BRITTO, 2010, p.10).

O “Estado ativo” e as “experiências de intervenção” terão no planejamento econômico uma das técnicas de mediação do desenvolvimento econômico. A União das Repúblicas

Socialistas Soviéticas (1922-1991) será um importante ponto de inflexão nesse sentido vez que atravessou um processo de industrialização intensa e veloz, com pouca utilização de recursos externos e atingindo situação de pleno emprego com expressivos ganhos sanitários e educacionais (BASTOS; BRITTO, 2010)

De 1929 a 1940, a produção industrial soviética triplicou, no mínimo dos mínimos. Subiu de 5% dos produtos manufaturados do mundo em 1929 para 18% em 1938, enquanto no mesmo período a fatia conjunta dos EUA, Grã-Bretanha e França caía de 59% para 52% do total do mundo. E mais, não havia desemprego (HOBSBAWM, 1995 [1994], p.100).

Scarmeloto (2021, p.29-33) mostra a evolução da produção em larga escala na URSS: em 1936 totalizou 80,9 bilhões de rublos, o que ultrapassou o nível de 1929 em 3,8 vezes e em 7,3 vezes o nível de 1913. “A produção industrial total de 1938 era 665% da de 1913” (GREGORY; SHAVE, 1952, p.504). Ludo Martens (2003 [1994], p.66) ilustra o esforço industrial com a usina de Putílov, em Leningrado: produziu 1.115 unidades em 1927 e 3.050 em 1928. O gigantesco esforço de industrialização é também exemplificado por Luis Fernandes (2017, p.116-117) com os dados referentes à (I) formação técnica e científica de quadros e (II) média de crescimento anual. No primeiro caso, o número de quadros “saltou de 543 mil em 1928 (lançamento do Primeiro Plano Quinquenal) para 2,5 milhões em 1941 (invasão nazista)”; já a média anual de crescimento econômico saiu de 13,2% no Primeiro Plano Quinquenal (de 1928 a 1932) para 16,1% no Segundo Plano Quinquenal (de 1933 a 1937). Por seu turno, Pierre George¹²² (1970 [1963]) elenca alguns dados significativos do desenvolvimento econômico da URSS entre 1913 e 1940: a produção de carvão e linhito saltou de 29 para 166 milhões de toneladas; petróleo: de 09 para 31 milhões de toneladas; aço: de 04 para 18,3 milhões de toneladas; e cimento: de 2 para 5,5 milhões de toneladas.

Às vésperas da Segunda Guerra Mundial, a Itália Fascista – em 1935 – invadiu a Etiópia, que era membro da Liga das Nações, e anexou-a em 1936. Mas foram os nazistas que melhor expressaram o apetite territorial. Mutilada de suas “Índias” em África e Ásia, os nazistas direcionaram a sua *bússola colonial* para a Europa Central e Oriental. Em 1938 invadiram e anexaram a Áustria. Com o Acordo de Munique (1938) o Terceiro Reich aquinhoou a *Sudetenland* da Tchecoslováquia. Lembrou Domenico Losurdo (2013, p.24): “Pode-se dizer que o Terceiro Reich procurou no Leste o seu Velho Oeste e identificou nos *Untermenschen* da Europa Oriental e da União Soviética os índios que privaria de terras, dizimaria e expulsaria,

¹²² Que também analisou a economia da URSS num livro homônimo (GEORGE, 1970 [1945]), destacando também as condições naturais, a relação entre produção e distribuição, assim como a importância da Revolução de 1917 e a industrialização que lhe permitiu enfrentar o Terceiro Reich.

em nome da marcha da civilização, sempre mais atrás, para além dos montes Urais”. Seguiu-se a ocupação da Albânia pela Itália e a invasão da Polônia pela Alemanha. Assim, com a retomada do crescimento econômico e das disputas territoriais, as economias imperialistas se conflagraram uma vez mais em escala mundial.

XXII – Aula de geografia do mundo e descolonização

“A Segunda Guerra Mundial foi uma aula de geografia do mundo” (HOBBSAWM, 1995 [1994], p.32). Ela erodiu ainda mais o poder político, econômico e militar das potências europeias. Essa decadência fez com que a potências neocoloniais ocidentais perdessem seus domínios territoriais. Tal perda foi marcada por um longo e violento processo de descolonização em África e Ásia que culminou na independência política das ex-colônias. De acordo com Andrade (1999 [1988]), as causas da descolonização foram as mais variadas: a redistribuição das colônias italianas; o declínio do Reino Unido e da França – no que poderíamos chamar de vitória tática na guerra, mas derrota estratégica para os planos de manutenção dos seus impérios; a pressão dos EUA para erigir um mundo à sua imagem e semelhança; as lutas nacionalistas em prol da independência e autodeterminação; os movimentos revolucionários na Indonésia, Indochina e Argélia – também acrescentaríamos a Coreia; a propagação do socialismo com a vitória decisiva da URSS na guerra e o triunfo da revolução comunista na China.

A Segunda Guerra Mundial reorganizou, pois, o planeta tanto do aspecto econômico quanto do aspecto geopolítico. No que tange à reorganização econômica, merece destaque o Plano Marshall (1947-1951) que iniciava “a reconstrução da Europa Ocidental à imagem norte-americana e, direta e indiretamente, deu uma contribuição decisiva à ‘decolagem’ da expansão do comércio e da produção mundiais das décadas de 1950 e 1960” (ARRIGHI, 2016 [1994], p.306).

Um dos pré-requisitos do referido Plano era ser uma economia aberta ao capital externo e as empresas multinacionais desempenharam um importante papel nas transações financeiras desse período (FORBES, 1989 [1984]) Essas empresas multinacionais (talvez melhor seria chamá-las empresas *monopolistas*) serão responsáveis por concentrar a produção econômica e exportar capitais na busca de matérias primas e mercados. Essas empresas multinacionais – que vão se ligar às burguesias periféricas – serão a *forma institucional* responsável por sustentar a dependência da periferia capitalista para com o centro do sistema. Em todo caso, pode-se dizer que, a partir do Plano Marshall, assistiu-se “milagres econômicos” tanto na Alemanha quanto na Itália (duas das principais economias devastadas pela Guerra). Conforme Fiori (2014, p.83),

“entre 1950 e 1973, o produto nacional da República Federal Alemã cresceu a uma taxa média anual de 5,05%; no mesmo período, a Itália cresceu 5,68%”.

Retomemos agora a reorganização geopolítica. Magdoff (1979 [1978]) observa uma mudança qualitativa digna de nota. Se no II Congresso Pan-Africano, realizado em 1919 em Paris¹²³, *apelava-se* para os Aliados por maior representação nos Governos coloniais, bem como pela abolição do trabalho compulsório (escravo ou forçado)¹²⁴, o V Congresso Pan-Africano, realizado em 1945 em Manchester, exigia o fim de todas as formas imperialistas e até mesmo o emprego da força para obter a independência. Contribuiu para isso a emersão de movimentos políticos de massa e a experiência de soldados africanos experimentados na II Guerra Mundial.

No Oriente Médio, ainda durante a II Guerra Mundial, o Líbano declarou (1941) a independência da França (reconhecida apenas em 1943); também da França, a Síria declarou (1944) a independência reconhecida pela metrópole apenas em 1946; a Transjordânia (atual Reino da Jordânia) se tornou independente do Mandato Britânico em 1946; a Palestina obteve “independência” – também do Mandato Britânico – em 1948, que originou também o Estado de Israel¹²⁵. É o momento de nascimento da Organização das Nações Unidas (1945).

Porém, quando da redação da Carta das Nações Unidas, Magdoff (1979 [1978]) relata que se esperava que os mandatos antigos da Liga das Nações fossem tutelados pela ONU. Mas houve resistência. A República da África do Sul, por exemplo, recusou-se a renunciar o controle da Namíbia. Em 1968, a ONU declarou que a Namíbia estava sob seu controle direto, embora continuasse colônia da República Sul-Africana em 1973. Em todo caso, em 1973 só haviam dois territórios sob fideicomisso da ONU a Nova Guiné, administrada pela Austrália, e o Território sob Tutela das Ilhas do Pacífico, sob controle dos Estados Unidos.

Em seguida as possessões do Reino Unido na Ásia começaram a desmoronar. Grenet (2000 [1995]) observa que o Reino Unido, sob comando do *Labour Party*, já havia reconhecido

¹²³ Magdoff provavelmente cometeu um pequeno equívoco. Consoante Leila Leite Hernandez (2008 [2005]), o Congresso Pan-Africano que se realizou em 1919 foi o Primeiro. O II Congresso foi realizado em três sessões nas cidades de Bruxelas, Londres e Paris. Este foi realizado em 1921, e não em 1919 como informa Magdoff.

¹²⁴ Foram reivindicações do I Congresso: “a adoção de um ‘código de proteção internacional dos indígenas da África’; o direito à terra, à educação e ao trabalho livre; e a abolição dos castigos corporais nas colônias” (HERNANDEZ, 2008 [2005], p.153). Já o II Congresso teve uma reivindicação de ordem geral: “o desenvolvimento da África em benefício dos africanos” e reivindicações específicas: “a representação na Comissão de Mandatos da Sociedade das Nações; a criação de um Instituto de Estudos do Problema Negro; e o reconhecimento dos direitos dos negros” (HERNANDEZ, 2008 [2005], p.153). Finalmente, no V Congresso, na Resolução Final, assumiu-se “a condenação global do capitalismo europeu nos territórios africanos” (HERNANDEZ, 2008 [2005], p.154).

¹²⁵ A ausência de soberania, poderíamos dizer mesmo de independência de fato da Palestina levou Maurice Buttin (2000 [1995], p.133) a escrever (e lamentar): “Na história contemporânea, o destino do povo palestino representa um verdadeiro anacronismo numa época em que quase todos os povos conquistaram a independência”. Ademais, a própria existência de Israel, sem a correspondente existência da Palestina, contribui para o permanente estado de tensão entre o Estado judeu e a outrora Grande Síria.

o princípio da independência do subcontinente indiano – o que desagradava o colonialista Winston Churchill. A tática britânica foi semear a divisão entre o *Indian National Congress* e a *Muslim League*. Em 1947, os conflitos entre muçulmanos e hindus no subcontinente indiano deram origem a dois estados clivados religiosamente: o Paquistão (muçulmano) e a Índia (hindu), tumultuando o sonho de Gandhi, como bem mostrou a película homônima¹²⁶. “Londres” – conclui Grenet (2000 [1995], p.405) – “conseguiu fazer deles dois domínios no seio da Comunidade Britânica, mas houve pelo menos 300 mil mortos em massacres e execuções, 500 mil pela fome e 7 milhões de refugiados que perderam tudo nas estradas”. Ainda no subcontinente indiano, tornaram-se independentes do Reino Unido a Birmânia (atual Myanmar) e o Sri Lanka (antigo Ceilão), ambos em 1948.

Já em 1947 a “balcanização” britânica do subcontinente indiano daria frutos com a Primeira Guerra Indo-Paquistanesa cujo objetivo era controlar a Caxemira. A Caxemira será o território disputado pela Índia e o Paquistão em outras três guerras: Em 1965, 1971 e 1999. O Paquistão sofreu fragmentação em 1971 decorrente da Guerra de Bangladesh (antigo Paquistão oriental).

Na Ásia Oriental, a China se torna *realmente* independente, depois do século de humilhações, com a Revolução Comunista (1949) liderada por Mao Tsé-Tung, que gerou um Estado Revolucionário com crescente unidade política – especialmente após as reabsorções de Hong Kong e Macau – e com grande capacidade de escolhas geopolíticas autônomas (JABBOUR, 2019). Ho Chi Minh julga que “é uma nova grande vitória do marxismo-leninismo em um país semicolonial e semifeudal de 700 milhões de habitantes, alcançada sob a direção do Partido Comunista Chinês” (2019, p.177). Foi graças à Revolução Chinesa que o país agrícola atrasado, oprimido e explorado, ergue-se para reconquistar e solidificar a independência nacional ao mesmo tempo em que constrói o socialismo.

A Coreia foi libertada do jugo japonês em 1945¹²⁷. O Exército Vermelho, que entrou em guerra contra o Japão Imperial, confrontou o Exército de Guangdong nas áreas ao norte do paralelo 38 da Coreia e na Manchúria. Entre 1945 e 1949, a Coreia foi dividida com o imperialismo estadunidense elevando o paralelo 38 à linha de fronteira. Nasceram a República

¹²⁶ **Gandhi**. Direção: Richard Attenborough. Produção de Richard Attenborough. Estados Unidos/Índia/Reino Unido. Estados Unidos: Columbia Pictures, 1982, 1 DVD (191 min)

¹²⁷ Aqui cabe uma ponderação. É curioso verificar em determinadas bibliografias sobre colonizações e independências como a revolução coreana é colocada em segundo plano, para dizer o mínimo. Dois exemplos. Tanto no já citado *El libro negro del colonialismo*, organizado pelo historiador Marc Ferro (1924-2021), quanto em sua obra autoral *História das colonizações* (FERRO, 1996 [1994]), a luta do povo coreano por autodeterminação é situada enquanto *um aspecto da colonização japonesa*. Tratamento diferente, por exemplo, é dado à Argélia, Índia e Vietnã, por exemplo, que aparecem com forte grau de protagonismo nas citadas obras.

Popular Democrática da Coreia (RPDC) e a República da Coreia – Coreias do Norte e do Sul, respectivamente. Os EUA, através da Secretaria do Governo Militar, expropriaram 85% de toda a indústria sul-coreana, ou 2707 fábricas e empresas¹²⁸. Além disso, renomearam em fevereiro de 1946 a Empresa Oriental de Desenvolvimento – antiga agência japonesa – para Empresa Nova Coreia. “Nova” Coreia de velhas práticas: os imperialistas estadunidenses expropriaram completamente as terras aráveis da Coreia do Sul. Eis os dados que estampam a expropriação: em 1946, o total de propriedades da Empresa Nova Coreia somava US\$ 1,25 bilhão; dos 2.670.000 hectares de terras aráveis, possuía 286.767 hectares cultivados; 554.000 lares rurais (27% do total). Foi dessa forma que os EUA se tornaram os maiores latifundiários da Coreia do Sul (HO; HUI; HO, 2020)

“Os primeiros combates fronteiriços significativos ocorreram em 4 de maio de 1949, quando o sul iniciou uma forte escaramuça em Kaesong” (VISENTINI; PEREIRA; MELCHIONNA, 2015, p.65). Desde esse ano, o exército da República da Coreia realizou 2617 invasões armadas ao norte do paralelo 38, território da RPDC. Atacaram o monte Kosan em fevereiro e julho de 1949. Também dispararam mais de 20 mil tiros de morteiros, metralhadoras e rifles de 21 a 26 de maio de 1949. Na noite de 27 de maio, cerca de 350 soldados da Primeira Divisão do exército da República da Coreia invadiram o subdistrito de Kachon, sendo derrotadas por uma unidade das Forças de Segurança da RPDC (HO; HUI; HO, 2020). São os eventos que preparam a Guerra da Coreia (1950-1953) iniciada pelos EUA, através da OTAN e do Japão – que era uma importante base militar e possuía uma relevante posição geopolítica em relação à península coreana, além do longo histórico imperialista.

Durante a guerra, os EUA cometeram um festival de atrocidades (HO; HUI; HO, 2020, p.299-314; NOVACULTURA.INFO, 2019a, p.54-64), com destaque para os bombardeamentos e a guerra bacteriológica: (1) Entre 11 de julho de 1951 e 20 de agosto mais de 10 mil aviões militares derrubaram sobre Pyongyang mais de 4 mil bombas incendiárias e outras em mais de 250 ocasiões: o resultado foram 4 mil habitantes mortos e 2,5 mil feridos seriamente; com o plano de ataque do general Mark Wayne Clark, em 1952, a Força Aérea dos EUA despejaram 52.380 *napalm*, minas e outras bombas sobre Pyongyang e arredores; Pyongyang foi bombardeada 428 mil vezes durante a guerra, numa época em que a população girava em torno de 420 mil pessoas; com uma área urbana de 52 quilômetros quadrados, os imperialistas estadunidenses lançaram mil bombas por quilômetro quadrado; na província de

¹²⁸ Mais especificamente: “Fábricas e minas – 2690; propriedades móveis – 3924; embarcações – 225; armazéns – 2818; lojas – 9606; terras agricultáveis – 324404 hectares; lotes urbanos – 150827; casas – 48456; florestas – 70039; pomares – 2386” (HO; HUI; HO, 2020, p.54).

Hwanghae, perpetraram um genocídio de 120 mil pessoas: só no distrito de Sinchon foram 35 mil mortos. (2) Realizaram a guerra bacteriológica derrubando bombas mensalmente, dez vezes, a partir de 10 de janeiro de 1952. As bombas continham moscas, pulgas, aranhas, percevejos, mosquitos, piolhos, besouros, gafanhotos, infectados com doenças tais quais cólera, peste e tifo; contra Sinanju, levaram a cabo um ataque bacteriológico por cinco dias sucessivos a contar de 10 de janeiro de 1953 mobilizando cerca de 480 aviões todos os dias.

Mas também sofreram inúmeras perdas materiais e humanas: 1.567.128 soldados, incluso 405.498 soldados estadunidenses, 1.130.395 tropas sul-coreanas, e 30.665 soldados de seus países satélites foram mortos, feridos ou capturados; 12.224 aviões foram derrubados, danificados ou capturados; 7.695 armas, 3.255 tanques e carros blindados foram perdidos; e 564 navios de guerra e embarcações foram afundados ou danificados. As perdas sofridas foram 2,3 vezes maiores do que aquelas experimentadas durante os quatro anos da Guerra do Pacífico durante a Segunda Guerra Mundial (HO; HUI; HO, 2020).

O resultado foi a assinatura de um armistício em 27 de julho de 1953 que deliberava o cessar-fogo, o restabelecimento das fronteiras territoriais anteriores à guerra e o estabelecimento de uma zona desmilitarizada. 37 mil estadunidenses, mais de 1 milhão de chineses e de 3 a 4 milhões de coreanos perderam a vida – numa população coreana de 30 milhões de habitantes (STONE; KUZNICK, 2015). É importante destacar que a Coreia do Sul ainda sofre com o imperialismo estadunidense. Desde a assinatura do armistício os EUA mantem “entre 37.000 e 38.000 soldados, em 96 bases que se estendem por 65.000 acres do seu território” (MONIZ-BANDEIRA, 2005, p.532).

A Indonésia declarou independência da Holanda em 1945. Contudo, os holandeses – que haviam perdido a colônia para os japoneses – não tinham interesse em aceitar a descolonização de um país rico em recursos naturais fósseis (gás natural e petróleo) além de minerais (bauxita, cobre, estanho, ouro). A guerra contra a metrópole se estendeu até 1949, quando a Holanda reconheceu a independência. Após a independência ascendeu um governo nacionalista encabeçado por Sukarno. Em 1963, a Indonésia anexou a antiga *Nederlands Nieuw-Guinea* (1949-1962). De acordo com Andrade (1999 [1988]), o governo de Sukarno procurou se associar aos países não-alinhados na Guerra Fria. Em contrapartida, as potências imperialistas – com os EUA à frente – sequiosas manter o controle dos recursos naturais, apoiaram e estimularam um golpe de Estado. O Partido Comunista da Indonésia, próximo da China de Mao Tsé-Tung, buscou fortalecer o governo de Sukarno. O movimento 30 de setembro assassinou generais do exército em um golpe de estado inconcluso. Coube ao general Hadji

Mohamed Suharto, apoiado pelos EUA¹²⁹, a derrubada do governo de Sukarno. Não tardou a ocorrer um verdadeiro genocídio anticomunista na Indonésia. As estimativas variam de 500 mil a 1 milhão de mortos. Após o genocídio, o governo de Suharto invadiu e anexou o Timor-Leste recém independente de Portugal (1975). Os dados do massacre ofertados por Jurquet (2000b [1995]) são assustadores. Os bons muçulmanos indonésios massacraram mulheres, crianças e até idosos. Sob o pretexto de anticomunismo abateriam chineses e estupraram suas mulheres e filhas. Os serviços indonésios estipularam entre 170 mil e 212 mil mortos entre 1975 e 1981. A Igreja Católica contabilizou entre 308 a 345 mil mortos numa população estimada em 600 mil habitantes. E esse massacre não foi feito sem a aquiescência dos bons cristãos dos EUA. Calcula-se entre 350 mil a 400 mil as vítimas exterminadas no Timor-Leste desde 1975. Sua independência da Indonésia foi conseguida somente em 2002.

Magdoff (1979 [1978]) aponta que na África tropical teve lugar as últimas independências. Somente Libéria, Etiópia e o Sudão eram independentes em 1956. A maré montante da independência era praticamente inevitável (ainda que isso não significasse o fim do imperialismo). Pulularam guerras e levantes em Gana, Quênia, Rodésia do Norte (atual Zâmbia) e nas Áfricas Ocidental e Equatorial francesas. Foram decisivas a União Soviética, a Revolução Chinesa e a iniciativa política Conferência Anticolonial Asiático-Africana, conhecida vulgarmente como Conferência de Bandung (18 a 24 de abril de 1955), que reuniu 29 países da África e da Ásia¹³⁰ (DOWBOR, 1984 [1982]).

Delgado de Carvalho (1971, p.257) conta que “depois de uma reunião em Bogor (antiga Buitenzog dos holandeses), os cinco associados asiáticos de Colombo convidaram vinte e quatro países a uma conferência em *Bandung* (Bandoeng), no centro de Java”. Nessa Conferência compareceram verdadeiras sumidades: o primeiro ministro da China, Chu En-Lai; o presidente do Egito, Gamal Abdel Nasser; o primeiro-ministro da Índia, Jawaharlal Nehru; e o primeiro presidente da Indonésia, Sukarno. A máxima de Sukarno era *unidade na*

¹²⁹ Jacques Jurquet (2000a [1995], p.179) lembra que o “Estado indonésio entregou a monopólios anglo-americanos a exploração dos poços de petróleo indonésios. As companhias Shell, Standard Oil e Caltex geriram, para as economias imperialistas ocidentais, essencialmente americanas e inglesas, as ricas jazidas da antiga colônia holandesa”.

¹³⁰ A bibliografia sobre a Conferência de Bandung é multifária. Um relato da Conferência, que toca em pontos como raça e religião, pode ser encontrado na obra de Richard Wright (1956) curiosamente intitulada, em tempos de Cortina de Ferro, de *The Colour Curtain* (A Cortina Colorida). Coletâneas sobre os mais diversos temas podem ser acessadas nas obras de organizadas e/ou editadas por Lee (2010); Miškovic; Fischer-Tiné; Boškowska (2014), para a ênfase entre o movimento não alinhado e a guerra fria; Pham; Shilliam (2016), no que trata questões pós-coloniais e decoloniais; e a monumental obra de Eslava; Fakhri; Nesiah (2017) que entrelaça discussões sobre direito internacional.

*diversidade*¹³¹. Entre os problemas discutidos, Carvalho (1971, p.257) relata que se destacou “as sugestões de Nehru, as queixas de Nasser no caso palestino, os receios da Tailândia em relação aos invasores chineses, as denúncias do Ceilão sobre colonialismo”. Todos estavam inclinados a aceitar a ajuda econômica e militar da URSS, ainda que fossem socialistas a seu modo (HOBSBAWM, 1995 [1994]). Significava, pois, a *não-imitação da via soviética ao comunismo* – se nos for permitido utilizar essa locução. Na avaliação de Josué de Castro (2003 [1968]), Bandung portou um amplo significado político pois acelerou o processo de libertação nacional das antigas colônias. Arrighi (2016 [1994], p.332) pondera também a reafirmação do “direito à autodeterminação codificado na Carta das Nações Unidas”.

Raciocínio similar é aquele de Samir Amin (2008). *A Era de Bandung* (1955-1980) é o espaço-tempo das grandes transformações decorrentes das vitórias dos povos do Sul. Ademais, Bandung é um marco por dois motivos: (1) o apoio da URSS e a China às lutas dos povos do Sul possibilitou saírem do isolamento; e (2) pavimentou o caminho para a construção de um sistema multipolar que abria espaço para os povos do sul. Em Bandung foi proclamado o desejo de reconstruir o sistema global alicerçado no reconhecimento dos direitos das nações até então dominadas. Era uma espécie de “direito ao desenvolvimento” – base da globalização à época – cujo sistema multipolar impunha ao imperialismo. Um dos sucessos de Bandung foi o salto gigantesco que os povos do Sul experimentaram em termos de educação, saúde, construção de um aparelho estatal moderno – em que pese o déficit democrático –, redução das desigualdades sociais, numa palavra: a entrada na era da industrialização. Uma industrialização imposta pelos povos do Sul, que fez os centros do sistema mundial se ajustarem às periferias. Por isso tudo a Era de Bandung foi aquela dos projetos nacionais populares, não necessariamente burgueses, ainda que sem se afastar da acumulação capitalista. Um autêntico despertar do Sul.

¹³¹ Muito próximo do título da tese de doutorado de Yves Lacoste: *Unité et Diversité du Tiers Monde* (1980). Na tese, os países do Terceiro Mundo estudados são: Argélia, Burkina Faso, Cuba e Vietnã.

XXIII– Reconstrução: Imperialismo estadunidense, URSS e Terceiro Mundo

No espaço-tempo da Guerra Fria (1945-1991) o processo de reconstrução do continente europeu se põe, mais uma vez, na ordem do dia. A URSS lança o Conselho para Assistência Econômica Mútua¹³² (COMECON, fundado em 1949) para fazer frente aos estadunidenses, ao passo que o Plano Marshall iniciava “a reconstrução da Europa Ocidental à imagem norte-americana e, direta e indiretamente, deu uma contribuição decisiva à ‘decolagem’ da expansão do comércio e da produção mundiais das décadas de 1950 e 1960” (ARRIGHI, 2016 [1994], p.306).

No entanto, os EUA acabaram se descuidando da América Latina e de seus problemas de desenvolvimento econômico, especialmente no que toca a industrialização. A própria Ásia, nos conta Edgar Dosman (2011), havia substituído a América Latina enquanto região prioritária¹³³. Não foi o mesmo caso com a ONU, ainda que este organismo internacional tenha sido inspirado pelos estadunidenses. Entre as prioridades da ONU estava a de definir uma política de enfrentamento ao subdesenvolvimento (MORAES, 1995). Assim, em 1947, o Conselho Econômico e Social nomeou um comitê para averiguar a conveniência de criação de uma comissão que contribuísse para o desenvolvimento econômico da América Latina, coordenasse ações para este fim e reforçasse as relações econômicas entre os países membros e outros Estados do mundo.

O desgaste das economias latino-americanas, a tendência à deterioração dos termos de intercâmbio e um crescimento excessivamente lento foram as conclusões que o referido comitê alcançou (MORAES, 1995). Dessa forma, nascia a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) estabelecida pela resolução 106 do Conselho Econômico e Social, em 25 de fevereiro de 1948¹³⁴. Foi pensada para existir experimentalmente durante três anos. Isso porque os EUA – governados à época por Harry S. Truman (1884-1972) – não via com bons olhos uma instituição concorrente ao “Ministério das Colônias ianques”, forma com a qual Fidel Castro chamava a Organização dos Estados Americanos, fundada dois meses depois em 30 de abril de 1948.

¹³² Foram membros fundadores a Albânia, Bulgária, Hungria, Polônia, Romênia, URSS e Tchecoslováquia. Posteriormente fariam parte Cuba, Mongólia, República Democrática Alemã e Vietnã

¹³³ “A Universidade de Columbia, por exemplo, mudara os planos de estabelecer um centro de pesquisas sobre a América Latina, preferindo criar o Instituto de Estudos Asiáticos, o que refletia a mudança na política externa dos Estados Unidos conforme a Guerra Fria se espalhava da Europa para a região Ásia-Pacífico” (DOSMAN, 2011, p.271).

¹³⁴ Para Nery (2011), a criação da CEPAL data de novembro de 1947, quando da Assembleia Geral da ONU. O pensamento cepalino pode ser acessado em Rodríguez (1981).

Para o bem e/ou para o mal, os EUA passam a estimular o desenvolvimento dos países a partir da Doutrina Truman. Inerente à essa doutrina estava a proposição de um programa de apoio ao desenvolvimento dos países atrasados (BASTOS; BRITTO, 2010). Trata-se do ponto IV do discurso inaugural de Truman em 20 de janeiro de 1949¹³⁵. Lê-se: “Quarto, devemos embarcar em um novo programa ousado para tornar os benefícios de nossos avanços científicos e progresso industrial disponíveis para o aprimoramento e crescimento de áreas subdesenvolvidas¹³⁶”.

Por esse prisma, desenvolvimento pode ser pensando na qualidade de *estratégia anticomunista*, na medida em que para conter o comunismo é preciso expandir o desenvolvimento econômico capitalista. Ademais, a pobreza, baixa expectativa de vida, analfabetismo, subnutrição, altas taxas de natalidade e mortalidade e, acima de tudo, a desigualdade entre os países, são evidências factuais do processo global de desenvolvimento capitalista.

No mesmo ano do discurso de posse de Truman, o economista argentino Raúl Prebisch (1901-1986) escreve *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais*. Esse texto era uma introdução ao *Estudio económico de la América Latina* publicado pela CEPAL (2000 [1949]), publicado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, criada em 1947 pela ONU (NERY, 2011). Em ambos os textos, mas principalmente no autógrafo de Prebisch, encontra-se uma crítica frontal à teoria das vantagens comparativas de David Ricardo (1988 [1817]). Prebisch (2000a [1949], p.71) admitia “incontestável validade teórica” aos benefícios econômicos da divisão internacional do trabalho. Contudo, alertava que era comum se esquecer que esse raciocínio se baseava uma premissa que os fatos desmentiam. A premissa: “o fruto do progresso técnico tende a se distribuir de maneira equitativa por toda a coletividade, seja pela queda dos preços, seja pelo aumento correspondente da renda”. Em tese, pelo intercâmbio entre as nações, os países de produção primária capturariam a sua parte correspondente no progresso técnico. Como resultado, não precisariam se industrializar. “Ao contrário, sua menor eficiência os faria perderem irremediavelmente os benefícios clássicos do intercâmbio”.

Mas a deterioração dos termos de intercâmbio era implacável. Arghiri Emmanuel (1973 [1972], p.38) indicou que, com base em séries publicadas pela ONU, evidenciava-se “uma deterioração da ordem dos 40 por cento dos termos de troca dos países produtores de produtos

¹³⁵ O discurso pode ser acessado em: <https://www.bartleby.com/124/pres53.html>

¹³⁶ “Fourth, we must embark on a bold new program for making the benefits of our scientific advances and industrial progress available for the improvement and growth of underdeveloped areas”.

primários” do final do século XIX até as vésperas da segunda guerra mundial. Outro exemplo é dado por Octavio Rodríguez (2009 [2006]). Entre janeiro de 1929 e janeiro de 1933, os preços das matérias-primas apresentam quedas assustadoras: trigo, 58%; café, 59%; algodão, 66%; lã, 78%; cobre, 71%; borracha, 87%. Isso, conclui Rodríguez (2009 [2006], p.65) com o exemplo da terra de Prebisch, “obriga a Argentina, em 1933, a realizar um esforço exportador 73% superior ao de antes da eclosão da crise para ter acesso à mesma quantidade de manufaturas importadas”.

Por consequência, a teoria das vantagens comparativas só pode levar à deterioração dos termos de troca, ou seja, os países do Sul são obrigados a transferir mais produtos para os países do Norte – para compensar a deterioração. O “preço dos produtos primários” – escreve Fernando Henrique Cardoso (1980 [1977], p.24) – “tende a *declinar* como proporção do preço dos produtos industrializados”. O subdesenvolvimento se explicaria nos termos da relação centro-periferia do sistema econômico mundial. Enquanto a estrutura produtiva da periferia é *heterogênea e especializada*, nos centros ela é *homogênea e diversificada* (RODRIGUEZ, 1981). Assim sendo, os ganhos de produtividade da periferia são drenados para o centro. Nesse modelo, longe de efetivar-se um crescimento equilibrado, desenvolve-se, ao contrário, desigualdades elevadas. Destarte, a conclusão de Prebisch pela necessidade da industrialização enquanto meio para capturar o fruto do progresso técnico e majorar gradualmente o bem-estar da população.

Se Prebisch e a CEPAL chamavam a atenção para a deterioração dos termos da troca, criticando a teoria das vantagens comparativas, Deepak Nayyar compenetra-se no distanciamento nas respectivas rendas dos países e regiões mundiais. A essa constatação, Nayyar (2014, p.39-45) qualificou de *Grande Divergência*. O arco temporal é mais amplo que aquela da tese Prebisch-CEPAL. Nesta última, o foco era principalmente o eixo Grande Depressão-Pós-Segunda Guerra. Por sua vez, Nayyar agrupa dados de 1820 até 1950¹³⁷. Relacionando população e participação na renda, observa que a participação da Ásia na população mundial diminuiu de 65% para 52%, enquanto a participação na renda mundial caiu de 57% para 16%. O PIB *per capita* da América Latina caiu de 3/5 para 2/5; o da África desceu de 1/3 para 1/7; e o da Ásia diminuiu de 1/2 para 1/10. Especificamente na Ásia, a queda assustadora deve-se ao declínio das economias continentais: na China, a porcentagem do PIB *per capita* reduziu de 50% para 7%, ao passo que na Índia encolheu de 45% para 10%.

¹³⁷ Esse agrupamento que Nayyar realiza não é fortuito, especificamente o acento a partir de 1820. Ricardo publicou sua *Magnum opus* em 1817. À época, a divisão internacional do trabalho – radicada na revolução industrial – está já relativamente consolidada.

A *Grande Divergência* foi o resultado da desigualdade da produtividade capitalista do trabalho. Essa desigualdade fundou-se com a imposição europeia do livre-comércio à América Latina, Ásia e África. Enquanto esses continentes experimentavam uma *Grande Especialização* primário-produtiva, as potências imperialistas ocidentais se industrializavam. Não obstante, essa grande especialização regional-mundial evidenciou a tremenda disparidade existente no nível de vida entre as potências imperiais (Reino Unido, França, EUA, Alemanha, Itália, Japão); as antigas colônias (América Latina, Ásia e África); e um mundo novo que havia surgido a partir da Revoluções Russa¹³⁸ (1917), configurando, logo, uma nova estrutura geográfica de relações espaciais.

Os EUA saíram fortemente estabelecidos enquanto herdeiro imperial do mundo em que o colonialismo ruía. Para eles, o “perigo comunista” era o combustível que impulsionava o enfrentamento à URSS. Certamente, é conhecido pelos estudiosos a assistência econômica que eles “ofertaram” aos falidos impérios europeus e ao Japão. Todavia, não se pode olvidar as sucessivas intervenções que essa potência imperialista efetivou durante a Guerra Fria. As mais famosas delas foram a Guerra da Coreia (1950-1953); o golpe de Estado no Irã (1953); a Guerra do Vietnã (1959-1975); a Invasão da Baía dos Porcos em Cuba (1961); a Invasão da República Dominicana¹³⁹ (1965); a Campanha do Camboja¹⁴⁰ (1970); o Golpe de Estado no Chile (1973); a Invasão de Granada¹⁴¹ (1983); o bombardeamento da Líbia (1986); e a Guerra do Golfo (1990-1991). Além disso, a Segunda Guerra revitalizou o capitalismo estadunidense: os lucros dos empresários subiram de US\$ 6,4 bilhões (1940) para US\$ 10,8 bilhões (1944); os EUA possuíam 2/3 das reservas mundiais de ouro, 75% do seu capital investido e produzia 50% dos bens e serviços globais (STONE; KUZNICK, 2015)

¹³⁸ Era de fato um mundo novo que emergia. A título de ilustração, “em 1897 – no último censo czarista – menos de um terço dos russos eram considerados alfabetizados (sendo apenas 13% mulheres). Em 1917, um terço dos homens e menos de um quinto das mulheres eram alfabetizadas. [...] Em 1937, após duas décadas de Revolução, os níveis de alfabetização aumentaram para 86% entre os homens e 65% entre as mulheres. [...] Para efeitos de comparação, a taxa de alfabetização da Índia, após dois séculos de domínio colonial britânico, permaneceu em 12%” (PRASHAD, 2019, p.70).

¹³⁹ “Em 1965, Johnson enviou 23 mil militares para a República Dominicana para esmagar um levante popular que procurava restaurar a ordem constitucional após um golpe militar” (STONE; KUZNICK, 2015, p.230).

¹⁴⁰ Entre 1970 e 1973, os EUA lançaram mais de 400 mil toneladas de bombas no Camboja (CLARK; FELDMAN, 1979). Mandel (1979, p.136) observou que só na área densamente povoada ao redor de Phnom Pehn estimou-se que todo mês as forças estadunidenses lançaram “o equivalente a sete bombas atômicas do tipo usado em Hiroshima, durante seis meses, até agosto de 1973”. Conseqüentemente, com base nos dados do FMI, estimou-se uma redução de 75% das terras usadas para o cultivo de arroz e a produção de arroz dessas terras “caiu de 3,8 milhões de toneladas anuais para 439.000 toneladas” (MANDEL, 1979, p.136)

¹⁴¹ “Do ponto de vista militar, a invasão foi uma farsa, com o exército concedendo quase 275 medalhas por heroísmo para sete mil soldados, dos quais apenas 2,5 mil viram uma limitada forma de combate” (STONE; KUZNICK, 2015, p.282).

A URSS emergiu da Segunda Guerra Mundial com um déficit populacional de pelo menos 20 milhões – que tombaram contra a Alemanha Nazista e consortes – mas também com um parque industrial e território devastados pelo conflito bélico. A URSS recuperou a Ilha Sacalina bem como “expulsou os alemães dos países Bálticos, da Polônia, da Romênia, da Bulgária, da Tchecoslováquia e da Hungria” (ANDRADE, 1999 [1988], p.65). Durante sua existência épica e trágica foi decisiva no apoio à Coreia do Norte, Vietnã, assim como àqueles países que fizeram uma opção socialista: Angola, Congo, Cuba¹⁴², Etiópia, Mali e Moçambique.

Apesar disso, a hierarquia soviética no mundo socialista gerou inúmeros atritos e divergências com demais países socialistas. Foi assim com a Iugoslávia, Albânia, a Hungria (1956), Tchecoslováquia (1968) e Polônia (1981). Sem embargo, a mais notória ruptura foi a sino-soviética (PONS, 2014). Na visão de Andrade (1999 [1988]), foi causada pela China em função de dois fatores: (I) discordância em relação ao processo de desestalinização iniciado por Khrushchov; e (II) a continuidade da revolução com o fito de impedir a burocratização social. Pons destaca a coincidência emblemática entre a ruptura sino-soviética e a assinatura em 05 de agosto de 1963 de um Tratado sobre não-proliferação nuclear, o principal acordo assinado pela URSS desde a Conferência de Ialta (4 a 11 de fevereiro de 1945).

A expressão Terceiro Mundo foi cunhada pelo demógrafo francês Alfred Sauvy (1898-1990). Apareceu no jornal *L'Observateur* edição de 14 de agosto de 1952 intitulada *Trois Mondes, Une Planète*, ou seja, Três Mundos, Um Planeta. Assim, deve-se compreender a reflexão de Sauvy nos termos da rivalidade entre o capitalismo ocidental e o comunismo oriental. Trata-se de uma expressão forjada no âmbito da Guerra Fria, quer dizer, um escrito formulado no bojo do “constante confronto das duas superpotências que emergiram da Segunda Guerra Mundial” (HOBBSAWM, 1995 [1994], p.223).

É nesse contexto que a expressão terceiro mundo, aludindo diretamente à existência de um primeiro e um segundo mundo, manifesta uma divisão do espaço geográfico em escala mundial. No “Primeiro Mundo” – o capitalismo ocidental – encontravam-se os Estados Unidos e seus cúmplices; no “Segundo Mundo” – o comunismo oriental – estavam a URSS e os seus aliados.

O Terceiro Mundo abrangia dois tipos de países: os capitalistas subdesenvolvidos – por oposição aos países capitalistas desenvolvidos do Primeiro Mundo; e os países socialistas não-alinhados à URSS – Segundo Mundo. Destarte, os Estados do Terceiro Mundo localizavam-se eminentemente em África, Ásia e América Latina, e comungavam, dentre outros fatores, de

¹⁴² “Os russos também forneceram mais de US\$ 100 milhões em créditos para a construção da indústria química em Cuba, bem como treinamento técnico e científico de cubanos na URSS” (PRASHAD, 2019, p.129)

uma independência política tardia. Enquanto *conceito*, nos termos de Agnew (2003 [1998]), Terceiro Mundo passou a significar a resistência às superpotências e a possibilidade de vias distintas de desenvolvimento. Exemplifica com as teorias do desenvolvimento baseadas na *dependência*, que rejeitavam as origens do desenvolvimento desigual enquanto determinações meramente internas às sociedades do Terceiro Mundo. Por isso mesmo acentuavam as relações externas, político-comerciais, com as sociedades dos centros da economia mundial. Se por um lado o movimento não-alinhado rechaçava a predileção seja pelos EUA ou pela URSS, as classes dominantes e as elites acadêmicas de ambos os lados não tinham dúvida quanto à subordinação (no caso estadunidense) ou a imitação (no caso soviético). E o sucesso de ambos os lados dependia da capacidade de recrutar candidatos para seus respectivos modelos de economia política na vasta *zona geográfica* que era o Terceiro Mundo.

De fato, o passado colonial das nações africanas, asiáticas e latino-americanas, conferia certa unidade geopolítica frente às nações imperialistas, mas também à URSS. Essa unidade geopolítica expressou-se – como vimos – na Conferência de Bandung. Após Bandung, a primeira rachadura no edifício colonial foi a independência de Gana em 1957. “Nos cinco anos seguintes, de 1958 a 1962, vinte e três novas nações independentes surgiram na África tropical e, de 1963 a 1968, mais dez” (MAGDOFF, 1979 [1978], p.64).

Sem embargo, não foi fácil para os países do Primeiro Mundo lidarem com o direito à autodeterminação. Arrighi (2016 [1994]) deslinda que tal autodeterminação na formação do Terceiro Mundo aumentou na medida em que as paixões anticomunistas esmoreciam e o poderio soviético era domesticado. A razão fundante era que a soberania integral do Terceiro Mundo ameaçava o poderio mundial dos EUA. Estes estavam diante de um enorme desafio político-econômico. A reconstrução da Europa Ocidental e do Japão, assim como a corrida armamentista junto à URSS, pressionava as reservas mundiais de matérias-primas. Isso posto, o Terceiro Mundo – espaço colonial por excelência – cresceu em importância geopolítica na qualidade de reservatório de recursos socionaturais. O objetivo, à velha moda imperial, era atender as exigências de desenvolvimento econômico presentes e futuras do Primeiro Mundo. Com o sepultamento *relativo* do colonialismo, em especial na dimensão estritamente *territorial*, o papel das empresas monopolistas em expandir e consolidar suas ações e de seus respectivos países efetivaram laços organizacionais e um poderoso interesse na utilização dos recursos socionaturais do Terceiro Mundo em benefício dos Estados do Primeiro Mundo.

Não obstante, a existência geopolítica do Terceiro Mundo não significou que os processos de independência seriam tranquilos, ou mesmo que a relativa unidade terceiro-

mundista não fosse passível de fragmentações, partições e disputas territoriais¹⁴³. Na África portuguesa foi fundamental a organização dos africanos em partidos políticos, a formação de frentes militares, a morte do ditador António de Oliveira Salazar (1889– 1970) e a Revolução dos Cravos de 25 de abril de 1974 (ANDRADE, 1999 [1988]). Destaque-se que as lutas de libertação colonial em Guiné, Moçambique e Angola já se desenrolavam há bastante tempo. A Guerra de Independência de Moçambique durou de 1964 a 1974; a Guerra de Independência da Guiné se estendeu de 1963 a 1974; finalmente, a Guerra de Independência de Angola ocorreu entre 1961 e 1974.

A independência não significou o fim imediato do colonialismo e, muito menos, do imperialismo. Na Rodésia do Sul (atual Zimbábue), independente do Reino Unido desde 1965, os colonizadores brancos assumiram o controle do país (MAGDOFF, 1979 [1978]). Na África do Sul, talvez tenhamos o exemplo mais cristalino. Ali, uma minoria branca – cerca de 20% – controlou os recursos territoriais, instituiu o *apartheid*¹⁴⁴ (mesmo sendo uma democracia) e, frequentemente, se imiscuía “nos negócios de Angola, Zâmbia, Botsuana, Suazilândia e Moçambique, a fim de impedir o crescimento da influência negra na África Meridional” (ANDRADE, 1999 [1988], p.61). Pior: com a independência do Reino Unido, Andrade (1999 [1988]) relata que a África do Sul aplicou uma espécie de imperialismo regional em dois eixos: (1) ao criar os bantustões; e (2) ocupando a Namíbia. Neste último caso, a África do Sul ocupou a Namíbia de 1915 a 1990, integrando-a tanto economicamente quanto militarmente. A independência da Namíbia foi decorrência da Guerra Sul-Africana (1966-1990); por seu turno, os bantustões eram os lares bantus em território sul-africano. Na prática tratava-se de uma segregação espacial derivada de uma segregação racial. Em tese gozavam de autonomia relativa. Foram abolidos em 1994 e unificados junto à África do Sul.

No Norte da África (Argélia, Egito, Líbia, Marrocos, Saara Ocidental, Sudão e Tunísia) coexistem árabes e berberes. Enquanto os árabes ocupam os vales litorâneos e se estendem pelos desertos, os berberes tendem a se concentrar nas regiões montanhosas, a exemplo da Cabília. Andrade (1999 [1988]) aponta a coexistência conflituosa de árabes e negros enquanto raiz fundante de lutas políticas nos estados do Chade, Mali, Níger e Sudão.

Na parte do Terceiro Mundo chamada África Negra a divisão geográfica dos novos Estados desatendia aos critérios culturais e sociais dos povos africanos. A Guerra Civil da Nigéria (1967-1970) é translúcida: “os ibos, que compreendiam mais de doze milhões de

¹⁴³ Essa perspectiva, como veremos, é cara à Yves Lacoste.

¹⁴⁴ Cujas práticas (matanças, violações, prisões, disposições jurídicas) foram analisadas por Elikia M'Bokolo (2005 [2003]).

habitantes, resolveram fazer a secessão do país, resistindo ao domínio dos iorubás e dos huassa” (ANDRADE, 1999 [1988], p.79). A Guerra Civil do Congo (1960-1966) também ilustra a clivagem interna dentro do Terceiro Mundo africano. Ali, os conflitos tribais, o interesse de empresas transnacionais, a política nacionalista e independente de Patrice Lumumba, e a tentativa de secessão da província de Catanga foram determinações fundamentais para a eclosão da guerra (ANDRADE, 1999 [1988]). Lumumba foi assassinado¹⁴⁵; Moïse Tshombe foi utilizado como títere para tornar Catanga independente. O resultado foi a instalação da ditadura de Joseph-Desiré Mobutu que durou de 1965 a 1997.

Finalmente, em Ásia, o conflito entre a China e a Índia em 1962 pela região do Tibet é ilustrativo. Ao fim do conflito, a China controla o Tibet (com exceção da porção sul) e a região de Aksai Chin; por seu turno, a Índia açambarcou o Tibet do Sul – que parte fica no estado indiano de Arunachal Pradesh (KISSINGER, 2011). Na Indochina, dois conflitos merecem destaques: o conflito entre o Camboja e o (FIGURA 01) e o conflito entre a China e o Vietnã (de 17 fevereiro a 16 de março de 1979).

¹⁴⁵ Sobre a morte de Lumumba, vale a pena ver a crítica realizada por Frantz Fanon (2020 [1961]).

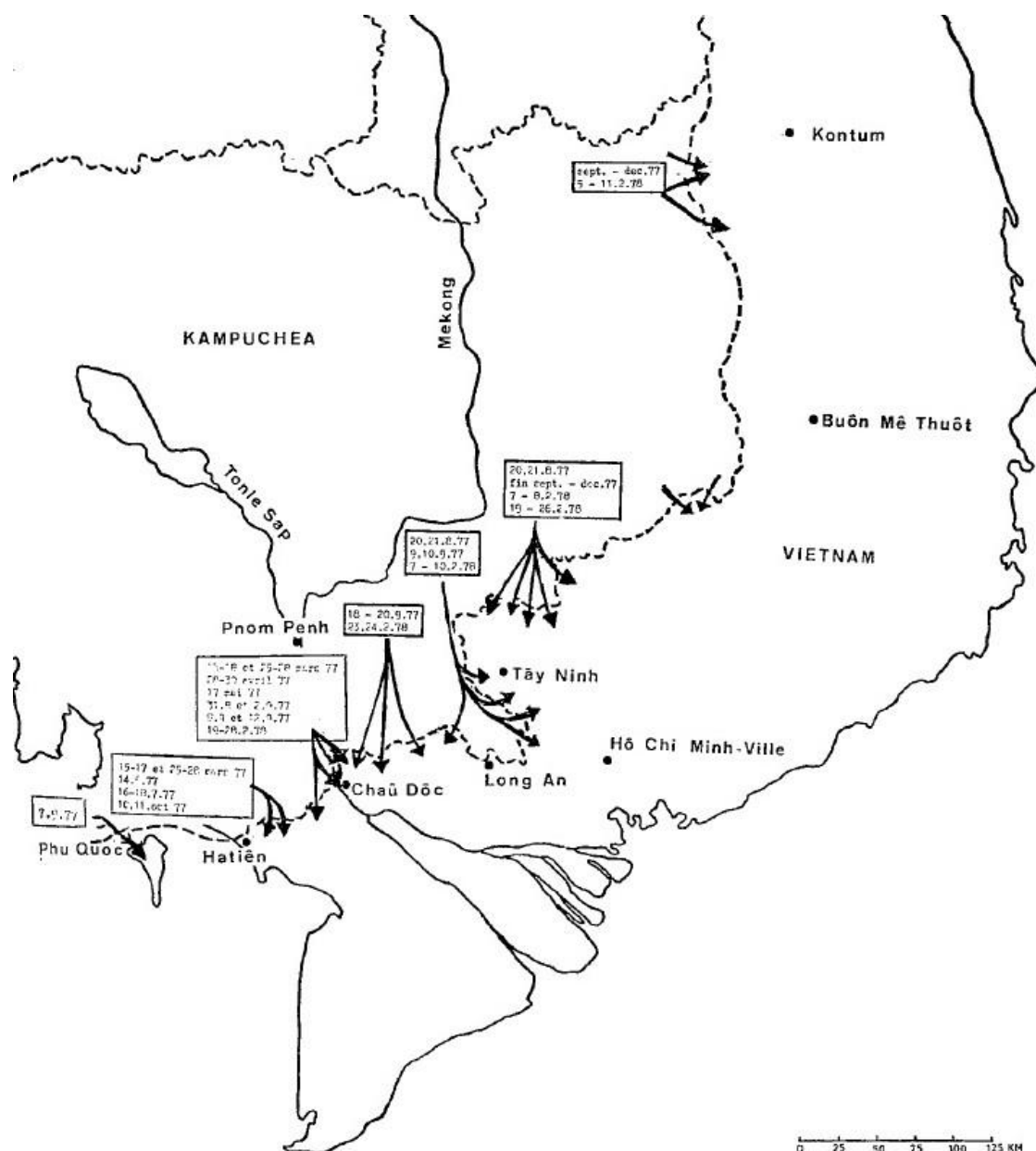


Figura 01: Ataques sobre a fronteira do Vietnã de março de 1977 a fevereiro de 1978. Fonte: Hérodote, 1978b, p.5.

Quem nos ajuda a denotar os conflitos é P. F. Visentini (2008). Entre os objetivos do Camboja estava a exigência frente ao Vietnã de regiões que haviam sido do Império Khmer mil anos antes. Após o Massacre de civis no território vietnamita de Ba Chúc, o Vietnã revidou e entrou no Camboja com 200 mil soldados. O Vietnã ocupou o Camboja e destituiu o governo de Pol Pot. Neste conflito, tanto os EUA, quanto a China apoiaram Pol Pot – vez que ambas nações eram antissoviéticas. Observe-se que, do ponto de vista cambojano, o objetivo do Vietnã não se restringia a “invadir e derrubar” o exército do Kampuchea, mas também estacionar “150 mil tropas no Camboja em uma ocupação de uma década que só acabou quando, depois do colapso da URSS, o Vietnã teve que buscar investimentos Ocidentais” (RIM, 1999 [2021],

p.252). No natal de 1978, o Vietnã lançou mão da mesma estratégia que havia utilizado para conquistar Saigon. As tropas do Vietnã flanquearam as tropas cambojanas pelo norte e sul em direção ao centro do Camboja. Em seguida desdobraram com parte das forças indo para leste tentando aniquilar o exército do Kampuchea por trás, ao passo que o resto das tropas vietnamitas se espalhavam pelo Oeste e em todas as direções do interior. Em 7 de janeiro no ano seguinte, o Vietnã capturou Phnom Penh.

O conflito sino-vietnamita foi resultado da ruptura sino-soviética; da própria guerra entre Camboja e Vietnã; e de uma reforma monetária que o Vietnã promoveu. Essa reforma (1) feria os interesses econômicos de grandes e médios comerciantes – a maioria pertencentes à etnia *hoa* (chinesa); (2) sabotava o Plano Quinquenal; assim como (3) comprometia o abastecimento. Essa última foi a “razão propagandística” que a China se serviu para cortar relações com Hanói. Em 17 de fevereiro de 1979, 600 mil soldados chineses cruzam a fronteira vietnamita sob a justificativa de que o Vietnã tentava dominar a Indochina. Por trás disso, os chineses se preocupavam com a forte autonomia da revolução vietnamita – apoiada pela URSS – numa região periférica da China. A URSS informou a China que honraria seu tratado com Vietnã se a guerra prosseguisse. Assim, com 50 mil perdas, o exército da China se retira do Vietnã em 18 de março de 1979 (VISENTINI, 2008).

Os conflitos na Indochina se conectam intimamente com a história intelectual de Yves Lacoste. No ano de 1979 a palavra geopolítica surgia no *Le Monde* em virtude das hostilidades entre Camboja, China e Vietnã – três estados comunistas. A irrupção desses combates e a utilização cada vez mais frequente da palavra geopolítica na imprensa francesa é o que vai motivar Lacoste a substituir o subtítulo de *Hérodote* em 1982. Em 1976, *Hérodote* tem como subtítulo: Estratégias-Geografias-Ideologias. Três anos após o fim das confrontações na Indochina o subtítulo passa a ser: Revista de Geografia e Geopolítica.

Na introdução deste capítulo argumentamos que a natureza do objeto de investigação em tela impunha-nos uma contextualização de *pequena escala*. Ou seja, compreender de que modo territórios externos à Europa Ocidental foram transfigurados em amplos espaços coloniais primário-produtivos, ao mesmo tempo em que se industrializavam as potências coloniais/imperiais. Como isso se conecta com a obra de Yves Lacoste? Esta é produto da descolonização (TUATHAIL, 1996). Por esse motivo, e para uma correta compreensão da obra (e mesmo da vida) lacosteano, assenta-se a relevância em articular tempos de longa duração

com espaços de distintas ordens de grandeza. Aliás, esse é mesmo um dos procedimentos metodológicos do próprio autor em tela. Quando trata do subdesenvolvimento, do Terceiro Mundo – em pequena escala – e das situações geopolíticas do Vietnã, Argélia, Cuba e Burkina Faso – em grande escala – a moderna colonização (particularmente a francesa) é trazida à baila pelo geógrafo. Ele mesmo – tal qual constataremos a partir do capítulo seguinte – imprime gradualmente uma *démarche* que se estende do estudo das *situações regionais de subdesenvolvimento* até encontrar sua forma mais acabada na articulação dos diferentes conjuntos espaciais de distintas ordens de grandeza. Esse movimento intelectual propicia a captura das *particularidades* dos problemas (geo)políticos no seio das *singularidades* nacionais pertencentes à *totalidade* do sistema-mundo. A título de exemplo, o bombardeio dos diques no Vietnã não é compreendido adequadamente sem a referência objetiva à política externa estadunidense para Ásia e ao próprio confronto com a URSS no contexto da Guerra Fria.

CAPÍTULO 2. ANTICOLONIALISMO, GEOGRAFIA ATIVA E AS SITUAÇÕES DE SUBDESENVOLVIMENTO (1929-1966)

O geógrafo especialista em geopolítica Yves Lacoste é um professor aposentado de Geografia da Universidade Paris VIII. Lacoste é principalmente conhecido por duas obras: a publicação do livro *A geografia – isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra*, em 1976; e, no mesmo ano, a fundação da revista *Hérodote*.

Não obstante, questões relativas ao subdesenvolvimento e ao terceiro mundo também foram objeto de reflexão do autor tal qual demonstram os seguintes livros: (1) *Les Pays sous-développés*, de 1959; (2) *Géographie du sous-développement*, de 1965; (3) *Ibn Khaldoun – Naissance de l’Histoire/Passé du Tiers Monde*, de 1966; (4) *Unité et diversité du tiers monde*, de 1980; e (5) *Contre les anti-tiers-mondistes et contre certains tiers-mondistes*, de 1985.

O objetivo deste capítulo é investigar o percurso sócio-histórico e intelectual de Yves Lacoste desde sua infância/juventude no Marrocos, passando pela sua formação em geografia, até a publicação de *Ibn Khaldoun*, em 1966. Nossa hipótese é que a publicação de *Ibn Khaldoun* é, simultaneamente, um *ponto de chegada* – do colonialismo ao desenvolvimento – e um *ponto de partida* – do desenvolvimento à geopolítica.

Nesse primeiro momento de seu percurso, observamos em pequena escala o geógrafo transfixado pelas repercussões da Segunda Grande Guerra, a exemplo da necessidade de reconstrução material da França e a Europa Ocidental. Essa tarefa será mediada pela ferramenta do planejamento – seja nos países capitalistas, seja nos países socialistas. Em França, uma das formas que a planificação assume é o *aménagement du territoire*, ou seja, “o conjunto das políticas de intervenção, concertadas e planejadas, aplicadas pelo poder público para realizar objetivos econômicos e sociais da coletividade¹⁴⁶” (CABANNE, 1984, p.19). Tal conjunto de políticas admitia um caráter fortemente espacial, implicando os geógrafos nela e fazendo-os contrair relações profissionais com *experts* das Ciências Sociais, sobretudo os economistas – a exemplo de François Perroux (1903-1987).

Uma das formas institucionais que o governo da Quinta República francesa encontrou para coordenar o *aménagement du territoire* foi criando em 1963 a *Délégation interministérielle à l’aménagement du territoire et à l’attractivité régionale* (DATAR). De acordo com Robic (2006 p.141), o DATAR inaugura uma década de estudos, pesquisas e debates nos quais a contribuição dos geógrafos vai na direção de dois níveis: (1) análise da urbanização do

¹⁴⁶ [...] l'ensemble des politiques d'intervention, concertées et planifiées, mises en oeuvre par la puissance publique pour réaliser des objectifs économiques et sociaux de la collectivité.

território; e (2) políticas de ação regional. No primeiro nível o fito era “identificar as principais cidades que formam a “rede urbana” ou a “estrutura urbana” da França metropolitana, e aquelas melhores equipadas são chamadas a “equilibrar” o peso e o papel de Paris¹⁴⁷”. Já no segundo nível “os geógrafos são solicitados a realizar estudos específicos para as novas instituições cuja competência geográfica é a região ou as ‘áreas metropolitanas’ das grandes aglomerações¹⁴⁸”. Étienne Juillard (1914-2006) e Michel Rochefort (1927-2015) deram contribuições intelectuais no primeiro nível, embora seja no segundo que os geógrafos vão se envolver mais.

Ora, esse contato crescente – em particular com a Economia – é um dos fatores que perturba o *savoir-faire* dos geógrafos conduzindo-os à uma reavaliação das suas teorias, métodos e da própria concepção do que a Geografia deveria ser. Ela é uma ciência histórico-social ou matemático-natural? De alguma forma, esse é o debate que no plano interno da disciplina cliva, embora não de modo absoluto, a *Géographie appliquée* e a *Géographie active*. Ainda que Yves Lacoste seja o nosso foco ele não está sozinho nessa querela. A seu lado, estão aqueles que veem a Geografia enquanto uma ciência sócio-histórica: Raymond Guglielmo (1923-2011), Bernard Kayser (1926-2001) e o mestre Pierre George (1909-2006). Doutro lado, os que enxergavam nos métodos matemáticos a forma eminentemente científica de fazer, ou melhor, aplicar a Geografia: Juillard, Jean Tricart (1920-2003), André Meynier (1901-1983) e Michel Phlipponneau (1921-2008). A inserção de Lacoste nessa seara da geografia ativa se faz pela mediação do tema subdesenvolvimento – que estará no primeiro plano das suas preocupações entre 1959 e 1968. Correndo por fora dessa controvérsia estava Michel Rochefort que considerou o infantilismo do debate nos termos aplicada *versus* ativa e preferiu a noção de “geografia aplicável” (RIVIÈRE, 2002, p.217).

Assim, os geógrafos adquiriram consciência da fadiga de sua ciência – ou, pelo menos, da forma clássica tal qual ela era praticada e pensada. As duas geografias supracitadas são expressões disso. Atualizar ou renovar são os verbos que conjugam esse momento. O alvo? Na França, a escola de Paul Vidal de La Blache (1845-1918). É certo que nesse primeiro momento Yves Lacoste parece muito mais preocupado em combinar a herança vidaliana com o marxismo. De qualquer forma, é no conflito com outras correntes da ciência geográfica que Lacoste vai se formando e por isso mesmo a controvérsia *Géographie appliquée* versus *Géographie active* é de extrema importância.

¹⁴⁷ [...] repérer les principales villes qui forment le « réseau urbain » ou l'« armature urbaine » de la France métropolitaine, et dont les mieux équipées sont appelées à « équilibrer » le poids et le rôle de Paris.

¹⁴⁸ [...] les géographes sont sollicités afin de réaliser des études spécifiques pour les nouvelles institutions dont le ressort géographique est la région ou les « aires métropolitaines » des grandes agglomérations.

A presente investigação toma como base as contribuições analíticas e históricas realizadas por Claude Bataillon (2006) e Elisa Favaro Verdi (2017); as importantes entrevistas concedidas pelo geógrafo (ZANOTELLI, 2005; LACOSTE, 2010a; 2020); e, sobretudo, suas memórias (LACOSTE, 2018a). Veremos de que forma (1) os acontecimentos histórico-geográficos na ordem mundial (KISSINGER, 2015) do pós-guerra, especialmente os conflitos no Marrocos (1953-1956) e Argélia (1954-1962); e (2) o aprendizado com os mestres geógrafos Jean Dresch (1905-1994) e Pierre George vão conferir um traço anticolonial à obra lacosteana e abrirá caminho ao autor para as discussões relativas ao subdesenvolvimento e, posteriormente, à geopolítica.

I – Infância colonial, juventude metropolitana e traços escolares. Influência paterna, viagens e “soldados de chumbo”. A Segunda Guerra Mundial e o curioso encontro com Pierre George. O aconselhamento com Jean Dresch e a opção pela Geografia¹⁴⁹

No capítulo anterior vimos que a situação geopolítica magrebina desde a década de 30 do século XIX era periclitante. A França desde 1830 havia iniciado a conquista da Argélia, onde teve que guerrear com o Império Otomano e com a resistência de Abd el-Kader (1808-1883). O exército francês capturou Constantina em 1837 e derrotou as forças de Abd el-Kader. Este partiu para o Marrocos em 1842 e acabou envolvendo as forças de Abd-Rahman (1778-1859) no conflito com a França. Entre 06 e 17 de agosto de 1844 tem lugar a Guerra Franco-Marroquina. Sultão do Marrocos entre 1822 e 1859, Abd-Rahman sofreu uma penosa derrota na Batalha de Isly (14 de agosto de 1844) em consequência do apoio à Abd el-Kader na resistência à conquista colonial (LACOSTE, 2006a). Com o Tratado de Tânger (10/09/1844) o Marrocos reconhecia a “Argélia francesa” e também foi forçado a entregar a cidade de Sidi Ifni para a Espanha.

Hernandez (2008 [2005]) conta que Abd-Rahman procurou efetivar um monopólio de exportação e importação, mas encontrou uma dupla resistência. Do ponto de vista externo, as pressões dos países europeus; do ponto de vista interno, os interesses político-econômicos da elite religiosa do governo e seus altos funcionários (alcaides, governadores de províncias)¹⁵⁰.

¹⁴⁹ Para evitar a repetição de citações cabe clarificar que as informações de cunho biográfico de Yves Lacoste foram extraídas de suas entrevistas (LACOSTE, 2010a) e, precipuamente, de suas memórias (LACOSTE, 2018a). Além disso, todas as citações nessa tese buscam – em maior ou menor medida – obedecer às 10 regras do quando e como realiza-las conforme as lições de Umberto Eco (2016 [1977], p.150-158).

¹⁵⁰ Veremos como para Lacoste tais “minorias privilegiadas” tiveram um impacto tremendo na subsunção colonial e no subdesenvolvimento.

Sem monopólio, restou o “livre-comércio”, as “portas abertas”. Haçane I (1836-1894), sultão do Marrocos entre 1873 até sua morte, com vistas a reter a invasão europeia, implementou reformas administrativas, jurídicas e orçamentárias. Tratou de modernizar o Marrocos através da adequação de receitas e aumento dos impostos. Criou inclusive um exército para combater as tribos do *bled siba*¹⁵¹. Sob seu governo, contraiu empréstimos junto aos europeus ébrios de lucros. Uma cismogênese consumava-se na sociedade marroquina: de um lado, os senhores rurais; de outro, a população. Os senhores rurais protegendo os chefes locais e os mercadores – elos com os comerciantes alóctones. A população, além de pleitear a justiça conforme a *shariah*¹⁵², estava revoltada com o aumento de impostos. É por essa razão que Lacoste (2006a) também identifica nos nobres, nas minorias privilegiadas, o veículo do estabelecimento do futuro protetorado francês antes mesmo de sua forma oficial.

O Marrocos, portanto, estava agitado por revoltas tribais contra o *maghzen*¹⁵³ em virtude da cobrança de impostos. Com o *maghzen* marroquino enfraquecido, a Alemanha vê uma oportunidade de colonização, ao mesmo tempo que a França – metrópole, à essa altura, da colônia argelina. A Inglaterra não se opõe à um protetorado francês posto que já tinha usurpado o Canal de Suez e ocupa o Egito desde 1882. A França, depois de suas glórias na Argélia, havia escolhido ensinar a liberdade desta vez ao independente Marrocos.

Um dos fatores em jogo era o controle do estratégico Estreito de Gibraltar. Então, as *placas tectônicas do equilíbrio de poder no mediterrâneo* se movimentaram: para evitar um choque, a França buscou o beneplácito da Itália, da Espanha e do Reino Unido. O *mercado de territórios* acomodou-se da forma que segue: a Líbia foi entregue à ação italiana; o esvaído império espanhol teve que se contentar com esferas de influência no norte marroquino e no Saara Ocidental; e o Reino Unido teve certificado seu predomínio no Egito.

Com tamanha sede ao pote, a França “olvidou” de uma convidada de última hora: a Alemanha – em explícita expansão militar e industrial. O *Kaiser* Guilherme II foi à Tânger, em 1905, manifestar seu apoio à independência marroquina (LACOSTE, 2006a). Quase a Primeira Grande Guerra era antecipada em 08 anos. Mas o conflito não culminou no fio da espada e foi resolvido por meios diplomáticos. Em 1906, na Espanha, ocorre a Conferência de Algeciras. Praticamente todos os impérios estiveram presentes: Alemanha, Áustria-Hungria, Bélgica, Espanha, EUA, França, Holanda, Itália, Portugal, Reino Unido, Rússia; além de Suécia e,

¹⁵¹ Território mais ou menos independente ou rebelde (LACOSTE-DUJARDIN; LACOSTE, 1991, p.552)

¹⁵² “O corpo das leis islâmicas que provêm do Corão, da *sunna* e dos *ahádith*” (BISSIO, 2012, p.319)

¹⁵³ Trata-se tanto de um poder do Estado ou que depende do poder do Estado (LACOSTE-DUJARDIN; LACOSTE, 1991, p.553)

obviamente, Marrocos. Os EUA envolveram-se na Conferência vez que tratava da segurança do Estreito de Gibraltar e a luta por posição entre a Alemanha de um lado, e França e Reino Unido de outro (SPYKMAN, 1942). Na Conferência é decidido, apesar do desacordo alemão, a política de “portas abertas” no Marrocos.

França e Espanha propõem ajudar Abdalazize (1881-1943), então sultão (1908-1912) a combater as tribos do *bled siba* sem qualquer vantagem econômica – notadamente as concessões mineiras¹⁵⁴. À França coube o papel de restabelecer a ordem. “Berlim foi forçada a recuar” – nas palavras de Hobsbawm (2002 [1988], p.443) – posto que o Reino Unido apoiou a França por duas razões: (I) uma guerra de proporções enormes por um problema “puramente colonial” era “pouco atraente” politicamente; e (II) a marinha alemã ainda não detinha condições de enfrentar a *Royal Navy*

Se as pretensões francesas se confirmam na Conferência, o resultado de Algeciras foi devastador para o Marrocos e para a Alemanha. A maioria dos participantes, apoiadores das aspirações francesas, confirmavam que a influência diplomática do *Deutsches Reich* tinha diminuído consideravelmente desde os tempos do chanceler Bismarck, ainda que tivesse acrescido seus poderes militar, naval e industrial (KENNEDY, 2004 [1987]). Com o agravamento dos problemas no Marrocos, tropas da França foram enviadas para Casablanca e Fez com o fito de proteger os europeus. Em 1911, a Alemanha enviou a canhoneira *SMS Panther* e o cruzador *Berlim* para o largo do porto de Agadir. Por pouco a Primeira Grande Guerra não estoura. Forçada a se resignar do Marrocos, a Alemanha recebe da França o acesso ao lago Chade, a partir da colônia de Camarões (LACOSTE, 2006a).

No Marrocos, membros do governo ligados às confrarias sufi¹⁵⁵ conjuntamente com as chefias tradicionais, revoltam-se contra a aceitação do sultão Abdalazize das reformas impostas pelas potências imperiais. Em 1907, as potências imperiais concordaram com o controle franco-espanhol das finanças do Marrocos, cuja institucionalização deu-se através do tratado de 1909 – segundo o qual a França asseguraria o Tânger enquanto porta aberta. Tânger era um ponto estratégico-comercial ao mesmo tempo em que havia interesse nas concessões mineiras na região. Uma série de revoltas instabilizou agora o reinado do novo sultão (1908-1912) Abdal Hafide (1875-1937). Sem condições de governabilidade e cercado em Fez, solicitou proteção

¹⁵⁴ Fosfato e manganês.

¹⁵⁵ “Essas confrarias propunham uma total submissão a Deus e o cumprimento das prescrições rituais em que enfatizavam as referências ao juízo final e condenavam o uso de riquezas materiais” (HERNANDEZ, 2008 [2005], p.275).

ao algoz francês. Foi a gota d'água na concretização do protetorado da França com a legalização da ocupação tão almejada (HERNANDEZ 2008 [2005]).

O protetorado trouxe importantes mudanças. Abdal Hafide foi substituído por Iúçufe ibne Haçane (1882-1927) na qualidade de sultão (1912-1927). Lyautey foi nomeado *résident général au Maroc* em 1912. Consoante Lacoste (1994), Dois anos depois ele vai criar a *Société marocaine de géographie* e chamar geógrafos de alto nível para essa instituição, a exemplo de Jean Célrier (1887-1962) e Georges Hardy (1884-1972). Lyautey teve um posto de comando na fronteira Argélia-Marrocos e fez parte, quando jovem oficial, do círculo de Jean-Louis de Lanessan (1843-1919). Naturalista e estadista, Lanessan foi governador geral da Indochina entre 1891 e 1894 e chegou mesmo a publicar um livro intitulado *Principes de colonisation*. Estudou ainda o modo como holandeses e britânicos conduziram a colonização apoiando-se nas classes dirigentes nativas, numa aristocracia tradicional (LACOSTE, 2006a; 2010).

Isso tudo impactou profundamente Lyautey. A avaliação de Marc Ferro (1996 [1994]) não deixa dúvidas. Homem de ação, romântico, homossexual admirador do brilho e do luxo, esse *novo conquistador* prezava a glória tanto quanto Cecil Rhodes e estava profundamente ligado à colonização. Era a verdadeira encarnação do Colonial, especialmente o Marrocos. Em 1912, privado de forças militares, preocupou-se em primeiro lugar em aumentar o prestígio real respeitando as tradições marroquinas. Para reestabelecer a ordem, a estratégia de Lyautey desde o início era reerguer e modernizar o *maghzen*. Ele então tentará se impor, sempre em nome do *maghzen*, reunindo as tribos e evitando lutas mortais que poderiam deixar um gosto de vingança (LACOSTE, 2018a).

Ferro (1996 [1994]) percebeu que a originalidade de Lyautey era amálgama entre suas ideias de católico tradicionalista e os imperativos políticos. Por isso, em vez de combater o sultão, trata-se de reforçar o *bled maghzen* contra o *bled siba*. Proteger as instituições do Marrocos, bem como o Islã, da mesma forma que as cerimônias budistas o fascinaram no Camboja. Anseia avivar o prestígio do sultão e defender os costumes dos povos berberes. Sob inspiração de Lyautey, em 1914, foi promulgado um *dahir* (decreto) que recomendava o respeito aos costumes berberes. Belo espécime de “modernização conservadora” ou, se isso existir, de “bom colonizador”. À vista disso, como veremos, explica-se a profunda admiração que Yves Lacoste – mas também Jean Dresch – terá por Lyautey.

Diferente do que ocorreu na Argélia, onde as terras agrícolas das tribos foram apropriadas e os autóctone foram expulsos, Lyautey buscou limitar, no Marrocos, o número de colonos e optou pela criação de grandes propriedades entregues a empresas (FERRO, 1996 [1994]). Lyautey foi astucioso ao criar o *Bureau de Recherches et Participations Minières*

(BRPM)¹⁵⁶. Após a Primeira Guerra Mundial, ele decidiu a nacionalização pelo Estado marroquino dos recursos minerais e a criação de um Banco de Estado, cujos capitais provinham do Banco Rothschild. A política do *Protectorat* de modernizar o aparelho de Estado do Marrocos, levada a cabo por Lyautey, logicamente conduziria às aspirações de independência do povo marroquino – o que desagradava sobejamente os colonialistas. No seio dos conselhos de administração, os nobres marroquinos e o sultão conviviam com os franceses, empresários desde os primeiros tempos do Protetorado. Os mais colonialistas no Marrocos eram, como na Argélia, detentores de pouco poder e não gostariam de perde-lo. Daí sua oposição à independência marroquina (LACOSTE, 2018a).

A estratégia de Lyautey era modernizar o Marrocos perturbando o menos possível a sociedade, preservando as tribos, honrando os marabutos¹⁵⁷, protegendo a arquitetura marroquina e separando a cidade árabe da cidade europeia (LACOSTE, 2006a). Mas ao fazer isso, estava sendo gestado também as condições intestinas para convulsões sociais cada vez maiores. Lyautey havia feito um acordo com as tribos montanhesas na zona norte do protetorado: quando do inverno, elas poderiam descer para as terras da planície para levar seus rebanhos e fazer a lavoura. Contudo, colonos argelinos que haviam ido para o Marrocos estavam de olho nessas terras localizadas no sopé das montanhas do Rife – precisamente no vale do Uergha, afluente do rio *Sebou*. Lyautey era contrário à apropriação dessas terras. Em reação, os colonos argelinos recorreram aos deputados parisienses que representavam os departamentos da Argélia. Os deputados iniciaram uma campanha contra Lyautey que acabou cedendo. Consequentemente, as tribos montanhesas rebelaram-se em virtude do descumprimento dos acordos (LACOSTE, 2006a).

Era o prelúdio da Guerra do Rife (1920-1927), iniciada como uma revolta contra o protetorado espanhol. O líder foi Abd el-Krim el-Khattabi (1882-1963), da tribo dos Ait Uriaghel. Abd el-Krim havia estudado em Granada inclusive tornando-se *cadi* (juiz) na cidade de Melilha, ambas em território espanhol. Ao voltar para o Marrocos incitou as revoltas das tribos contra a Espanha conseguindo uma decisiva vitória na Batalha de Annual (22 de julho a 9 de agosto de 1921) fazendo com que o exército do exânime Império Espanhol batesse em retirada (LACOSTE, 2006a).

¹⁵⁶ Conforme reportagem do *Le Monde diplomatique*, a criação do BRPM data de 15 de dezembro de 1928 – três anos, portanto, do fim da função de Lyautey enquanto *résident général*. O objetivo era constituir um organismo especializado dotado de meios para dar um forte impulso à investigação minerária e permitir ao Estado intervir neste campo, em paralelo ou em associação com a iniciativa privada. Cf: < <https://www.monde-diplomatique.fr/1962/06/A/24789>>. Acesso em: 11 de abril de 2021.

¹⁵⁷ Pode se referir tanto ao eremita considerado santo, quanto ao túmulo dessas pessoas.

No mesmo ano, 1921, Abd el-Krim proclama a República do Rife. Após terem feito os espanhóis recuarem até Melilha, na primavera de 1925, Abd el-Krim lançou suas tropas contra as forças francesas, aproveitando-se das revoltas das tribos do Uergha, que ameaçava até os arredores de Fez. A França passa a intervir no conflito associadamente à Espanha. A guerra começa a virar. Em 1925, Lyautey vai ser substituído pelo marechal Philippe Pétain (1856-1951). Pétain lança mão de tanques, aviões e gás contra as forças de Abd el-Krim. A Espanha recruta reservistas que dez anos depois estarão com o General Francisco Franco (1892-1975) quando da Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Abd el-Krim rende-se em 1926 às tropas francesas findando, assim, os sete anos de conflito (LACOSTE, 2006a).

Yves Lacoste nasceu no hospital militar de Fez, Marrocos, em 07 de setembro de 1929 – três anos depois do fim da Guerra do Rife. Filho de Georgette Petit e Jean Lacoste (1901-1941). Jean, que havia escapado da Primeira Grande Guerra, foi aluno de seu próprio pai (Paul Lacoste) na escola primária de Troyes. Após o bacharelado¹⁵⁸, o talentoso Jean entrou na universidade de Nancy e licenciou-se em biologia, ciências naturais e geologia. Foi escolhido pelo cientista e explorador Jean-Baptiste Charcot (1867-1936) para participar de uma missão (1926) ao longo da costa oriental da Groelândia e da ilha norueguesa de Spitsbergen, a bordo do navio *Pourquoi-Pas*. Jean foi enviado pelos geólogos de Nancy a Paris para o *Muséum national d'histoire naturelle* para iniciar uma tese de geologia. Os professores geólogos propuseram à Jean partir ao Marrocos para escrever sua tese com o objetivo de esclarecer uma questão sobre deslocamentos de camadas do solo (*nappe de charriage*). Com 27 anos Jean chega aquele país com uma missão da Residência Geral da França no Marrocos: levantar o mapa geológico das colinas pré-rife.

Jean estabeleceu-se em Fez junto com Georgette. Passa bastante tempo a cavalo sobre o campo, escoltado por uma tropa de cavaleiros do *maghzen*, ou seja, do Estado. Seu trabalho de campo e a datação microscópica de sedimentos profundos afetados pela primeira perfuração de petróleo interessam à *Société chérifienne des pétroles*¹⁵⁹ (SCP), onde vai tornar-se geólogo-chefe quando sua tese ainda está no início. Do mesmo modo, foi nomeado em 1930 geólogo-chefe do *Bureau de Recherches et Participations Minières* cuja função era atribuir ou recusar

¹⁵⁸ Trata-se de um exame que os alunos realizam no final do último ano, que lhes permite obter um diploma – caso aprovados. Marca o fim do ensino médio e da faculdade, abrindo as portas para o ensino superior e a futura vida profissional.

¹⁵⁹ Conforme reportagem do Jornal *Le Monde*, a *Société chérifienne des pétroles* (SCP), com sede em Rabat, foi constituída sob a forma de sociedade anônima marroquina em abril de 1929 na sequência de um acordo entre uma empresa privada e o Gabinete de Investigação e de participações minerárias, estabelecimento público do Estado marroquino que acabava de ser criado para promover e apoiar a investigação mineral em Marrocos. Cf: <https://www.lemonde.fr/archives/article/1962/11/30/la-societe-cherifienne-des-petroles-couvre-une-notable-partie-des-besoins-du-maroc_2360262_1819218.html>. Acesso em: 11 de abril de 2021.

todas as demandas de concessão minerária, qualquer que fosse a origem. Ele somente vai defender sua tese em 1934, em Paris, que contou com as ilustrações do capitão do Serviço de Geografia do Exército Théopile-Jean Delaye (1896-1970). A tese e o mapa geológico foram publicados na capital do Marrocos pela Imprensa oficial do Protetorado¹⁶⁰ (LACOSTE, 2018a).

Em 1934 e em 1936, respectivamente, nascem dois irmãos de Lacoste: Hervé e Alain¹⁶¹. Jean se alterna entre os escritórios da SCP e do BRPM. Lacoste tem 07 anos e desde os 05 anos mora em Rabat com a família. Uma noite, assiste junto com seu pai um movimento de cavalos, cavaleiros barbudos, mosquetões e o quepe azul claro dos *officiers des Affaires indigènes*. Jean explica que havia ocorrido uma agitação na *médina*¹⁶² e eles foram chamados para acalmar os ânimos belicosos da população. Mais dissuasão que repressão, esse episódio foi, aos seus olhos, um espetáculo extraordinário e uma revelação surpreendente das relações colonizador/colonizado instigada por Lyautey (LACOSTE, 2010a). O pai ensinaria o futuro geógrafo a olhar o Marrocos com as lentes do progresso e da modernização, bem como transmite a ideia da importância da organização militar. A figura de Lyautey será fundamental para o “colonialismo anticolonial” de Yves Lacoste:

Então, quando eu conto isso “Ah, você é absolutamente colonialista!”. Mas eu digo “Claro! [risos]. Claro! Ser colonial no início da conquista colonial, quando se trata de tomar conta de uma sociedade que ainda não experimentou uma certa evolução e ser colonialista quando uma sociedade demanda a independência – o que é totalmente legítimo – bem, não é a mesma coisa. Os anticolonialistas de hoje, que gritam anticolo..., nunca estiveram em uma colônia. Exceto para fazer turismo. Exceto para ir à praia (Entrevista com Yves Lacoste, 21/07/2022).

Como vimos, era uma estratégia de Lyautey usar da diplomacia em vez da força para obter a união dos rebeldes; modernizar o país progressivamente, sobretudo nas planícies, deixando as montanhas à autoridade dos grandes chefes de tribo, os *caïds*, em nome do sultão. Era necessário trabalhar para o restabelecimento dos poderes do *maghzen* apoiando-se nas forças marroquinas e nas empresas internacionais – especialmente as francesas. Porém, as terras das tribos não deveriam ser tocadas, mas sim vigiadas pelo oficial dos *Affaires indigènes*. Em certo sentido, a modernização progressiva do Marrocos teve efeito:

O desenvolvimento econômico do pós-guerra foi rápido: a agricultura ocupa mais de 90% do solo arável, no qual nove décimos das propriedades pertencem a marroquinos como também a quase totalidade do gado. A principal característica desse último período foi a industrialização. O porto de Casablanca, de 2 500 almas em 1905, passou

¹⁶⁰ *Etudes géologiques dans le Rif méridional*. Rabat: Imprimerie Officielle, 1934.

¹⁶¹ Yves também teve uma irmã chamada Annie. Sua morte, diz ele, permaneceu um tabu.

¹⁶² De acordo com Beatriz Bissio (2012, p.318), significa cidade, “núcleo do poder político”.

a 700 000 em 1955, e a sua tonelagem ultrapassou a do porto de Bordeaux (CARVALHO, 1963, p.131-132).

Em Rabat, Lacoste estudou no *lycée Gouraud*. Provavelmente, não era um bom aluno vez que encontrava muitos zeros nos *cahiers de correspondence* – uma espécie de boletim de notas. Ali, teve uma professora chamada Mazataud, cujo marido foi morto atravessando a Espanha. Era o início da Guerra Civil Espanhola e não era possível atravessá-la – o que obriga a família Lacoste a se deslocar para Casablanca, tomar um barco e desembarcar em Bordeaux, para passar as férias. Após Bordeaux, partem para Paris visitar a *tante* Julia, cujo marido, Charles Lacoste – irmão do avô de Yves – foi morto durante a Primeira Guerra Mundial. De lá rumam a Troyes para ver a avó (*Mémé*), o tio Bibó e os primos (Pauvert). A família costumava passar todos os verões nos *Alpes*, em *Bay* ou em *Ifrane* – no Médio Atlas marroquino. De *Bay* foram para *Passy*, que fica em frente ao *Mont-Blanc*. Jean consulta regularmente um médico, mas Lacoste ainda não sabe que o pai é tuberculoso.

Com um gosto acurado pelas viagens e aventuras, em 1938, no momento dos acordos de Munique¹⁶³, a família Lacoste encontra o tio (Bibo) e os primos em *Grenoble*. Durante essa estadia, Jean decidiu com seu cunhado subir o pico *Moucherotte*, e acabou sendo hospitalizado devido à uma hemoptise, ou seja, uma tosse com sangue originária dos pulmões. A mãe, Georgette, contraiu escarlatina e foi colocada em isolamento junto com o irmão mais novo, Alain. Durante três meses Lacoste vai viver com Bibó e a tia *Tatate* em *Sézanne*.

O final do inverno de 1938 a família Lacoste vai passar no maciço do *Jura*. A tia *Tatate* morre bruscamente em *Sézanne*. Jean não enfrenta a viagem para *Sézanne* em virtude de sua doença (tuberculose). O que explica essas longas “férias” que a família Lacoste passa nos Alpes, a partir de 1935. Segundo Yves Lacoste (2018), antigamente, apenas a cura pela altitude em uma montanha fria e ensolarada poderia desacelerar, mas não curar, a tuberculose.

O retorno à Paris processa-se na primavera de 1939. A família vai se instalar em *Bourg-la-Reine*, na *Île-de-France*, na avenida do *lycée Lakanal*. Sem qualquer explicação, os pais de

¹⁶³ Diz respeito à um tratado assinado na cidade homônima alemã em 29 de setembro de 1938. Assinaram o acordo Adolf Hitler, Benito Mussolini, Neville Chamberlain e Édouard Daladier. Pelo tratado, a Alemanha recebeu a *Sudetenland*, nome pelo qual se designa a cadeia de montanhas entre Alemanha, Polônia e República Tcheca, mas também as populações de origem alemã inerentes. “Curiosamente”, a Tchecoslováquia não foi convidada para o acordo. Na prática, ela foi entregue de bandeja para a Alemanha Nazista. Por que a França e o Reino Unido aceitaram essa entrega? “Chamberlain e Daladier, ao firmarem com Hitler o acordo de Munique (1938), esperaram, certamente, que a Alemanha atacasse a União Soviética e destruísse o regime comunista, mais temido pelas potências industriais do Ocidente do que o regime nazista. Hitler, desde que escrevera *Mein Kampf*, não ocultava que seu objetivo consistia não só em restaurar as fronteiras e a posição da Alemanha antes da guerra de 1914-1918, mas também em ocupar vastas extensões de terra, na Europa Oriental, e colonizar a União Soviética” (MONIZ-BANDEIRA, 2005, p.104).

Lacoste dizem que não retornarão mais ao Marrocos e que passarão a viver definitivamente na França. Isso agrada o geógrafo. Embora amasse o Marrocos – com suas paisagens e mesquitas – e fosse orgulhoso de ali ter vivido, ele não fala árabe. Por isso, e por falar o francês, ele já considera a França seu *pays*.

Ainda na primavera de 1939, a mãe, Georgette, permanece em *Bourg-la-Reine* com Alain, Hervé e uma empregada vinda do Marrocos – enquanto esperavam a mudança. Yves Lacoste e o pai partem para *Bay*. Ele diz se lembrar do *Mont-Blanc* e as encostas do *aiguille de Warens* – em *Passy*. Filho de viajante, bem pago e geólogo, Lacoste se interessa pela idade e as fácies das rochas que aparecem nas escarpas e sobre as formas de erosão glacial. Jean tem o prazer de transmitir sua paixão pela geologia e o que mais tarde se chamará geomorfologia. Verdade seja dita, tratava-se de uma verdadeira iniciação à geomorfologia que será de extremo valor para o percurso intelectual lacosteano.

Mas não é só a paixão pela geologia que Jean transmite ao filho. Através do rádio, percebe-se o agravamento da situação na Europa. O pai explica a situação de Gdansk, cidade do mar Báltico, que foi devolvida pela Alemanha em 1918. Eles conversam também sobre a Guerra Civil Espanhola e os refugiados que chegam ao sul da França. A Segunda Guerra Mundial se avizinha¹⁶⁴, a crise diplomática se agrava bruscamente. Pai e filho conseguem com dificuldade embarcar em um trem lotado para Paris.

Então França e Reino Unido declaram guerra à Alemanha em 03 de setembro de 1939. Na escola começam a ser distribuídas máscaras de gás e, além disso, é cavado um grande abrigo onde são reunidos para “fazer os ensaios”. Em 17 de setembro, a URSS invade a Polônia e, posteriormente, trava a Guerra contra a Finlândia (30 de novembro de 1939 a 13 de março de 1940). Pai e filho acompanham os acontecimentos cotidianos em um mapa da Europa. Os alemães invadem a Noruega em abril de 1940 ocupando todo o território norueguês, nas semanas seguintes. Mesmo com a ajuda das forças do Reino Unido e da França, a Alemanha Nazista rapidamente venceu as forças armadas da Noruega.

No centro de *Bourg-la-Reine* começam a aparecer cartazes representando o mapa-múndi com, em rosa, as colônias do Reino Unido e da França. Jean não foi convocado para a guerra em virtude de sua doença. Yves passa no exame de admissão e se prepara para integrar o *lycée Lakanal*.

Em maio de 1940, o exército alemão invade a Bélgica e bombardeia os Países Baixos. As forças francesas reagem ao socorro de ambos. Os *panzers* alemães cruzam as colinas de

¹⁶⁴ Isso se levamos em consideração um referencial eurocêntrico já consolidado. Na Ásia, a outra potência fascista – o Japão Imperial – já havia invadido a Manchúria em 1931 e a China em 1937.

Ardennes e o rio *Meuse* para atacar o exército francês na retaguarda. Reprimiram as tropas francesas e britânicas em direção ao Mar do Norte, em vez de avançar diretamente para Paris. É hora de fugir.

A família Lacoste começa a retirar-se então rumo ao Sul da França, acompanhando o “êxodo”. Atravessam *Monthéry*, se deslocam pelas pequenas rotas para evitar engarrafamentos e garantir gasolina. Passam por *Blois* e param a noite em *Issoudun* onde são recebidos pelo filho da *Tante Julia*. No dia seguinte eles chegaram em *Royat*. Um dia depois, indo para *Clermont-Ferrand* a família cruzou com quatro soldados franceses famintos e dois motociclistas alemães, exaustos e cobertos de poeiras. Finalmente, quando se reúnem com o tio Bibó na casa de um antigo primo a rádio difunde a declaração do Marechal Pétain que havia demandado um armistício com Hitler¹⁶⁵.

Alguns dias depois a família tem ciência que os refugiados e exilados devem voltar pra casa. Yves e sua família recolocam os tapetes marroquinos em cima do carro e retornam com destino a *Bourg-la-Reine*. Quando chegam em *Vierzon*, na zona ocupada, ficam sabendo que a linha de demarcação fecha às 18:00 e, portanto, terão que aguardar até o dia seguinte para chegar à *Bourg-la-Reine*. A abastada família acaba dormindo na casa de alguns camponeses. Eles chegam em *Bourg-la-Reine* onde tudo parece normal.

Desde o êxodo, Jean Lacoste manifesta sinais de cansaço. A família devia voltar para as montanhas (para tratar a tuberculose do pai), mas os Alpes estão em zona livre¹⁶⁶. Eles esperaram em vão por um *Ausweis*¹⁶⁷ alemã para cruzar a linha divisória. Sem sucesso, Jean foi enviado para *Cambo*, no *Pays basque*, na zona ocupada. O clima morno e úmido provavelmente não ajudou vez que ele retornou dois meses depois num estado bastante grave – o que fez inclusive o hospital *Cochin* e a clínica da rua *Méchain* recusarem a instalação de Jean para evitar o contágio. É internado no apartamento de *Bourg-la-Reine*. Dias depois Jean falece. O ano é 1941. Nas palavras de Lacoste: “A morte de papai soa, creio eu, o ano em que minha infância terminou”¹⁶⁸.

Em 1942, Lacoste passa a cuidar dos irmãos. Os antigos patrões de Jean encontram um emprego para a mãe – Georgette – de assistente técnica no laboratório de neurofisiologia do CNRS¹⁶⁹. Ele aprende a cozinhar, a lavar a louça, a lavar roupa e a fazer compras. Sem

¹⁶⁵ O armistício data de 22 de junho de 1940.

¹⁶⁶ Lacoste refere-se aqui à *France libre* (1940-1944). Trata-se do governo francês exilado encabeçado pelo General Charles de Gaulle (1890-1970) cujo objetivo era dar continuidade à luta contra o Eixo após a capitulação da França desde o armistício de 1940.

¹⁶⁷ Carteira de identidade

¹⁶⁸ La mort de Papa sonne, je crois, l'année où mon enfance s'est terminée (LACOSTE, 2018a, p.30)

¹⁶⁹ *Centre national de la recherche scientifique*, criado em 1939.

aquecedor, durante o inverno, traz carvão e todas as manhãs recolhe lenha para acender o fogão. Todas essas tarefas cobram um preço. O boletim escolar trimestral mostra: “pode fazer melhor”. De fato, ele não “pegava pesado” nos estudos no *lycée Lakanal*. Podemos até concordar que não era um bom aluno haja vista os zeros, à época do Marrocos, e o “*peut mieux faire*” agora. O desempenho escolar de Lacoste levará à um encontro curioso.

Certo dia, no final da primavera de 1942, a campanha de *Bourg-La-Reine* toca. Lacoste atende e na porta aparece um senhor de calções e sandálias espartanas que oferece alho-poró e se retira. Esse cavalheiro era Pierre George (1909-2006), professor de história e geografia no *lycée Lakanal*, cultivador de um pequeno jardim no beco principal que leva ao *parc de Sceaux*. A esposa de George era professora dos irmãos de Lacoste no *cours Florian*. Ao saber da morte de Jean, madame George pediu ao marido levar a verdura para os Lacoste.

A família George não mora longe dos Lacoste e a mãe de Yves diz para agradecê-los. Pierre George pergunta sobre os resultados escolares. São medíocres. George pergunta se ele gosta de escrever e sugere um ensaio sobre um tema que agradasse Lacoste. Este responde dizendo: Marrocos. Oito dias depois leva o dever de casa para Pierre George e este diz para ele voltar na próxima semana para aprender a fazer um plano. Este é o primeiro encontro entre os dois. Lacoste perdeu o pai, um geólogo, mas mal sabia que acabava de ganhar um *grande mestre geógrafo*.

Depois do episódio do alho-poró, Lacoste foi à casa de Pierre George todas as semanas durante vários meses. George o ensinou a apresentar um tópico, fazer um esboço, priorizar questões para separá-las em três partes, escrever uma transição e uma conclusão. Método que mais tarde Lacoste ensinaria aos alunos que voltaram para casa para “fazer planos”. George presenteou Lacoste com um livro que havia acabado de publicar (1942): *À la découverte du pays de France, la nature et les travaux des hommes*. A dedicatória: “À Yves Lacoste, com a esperança de que este pequeno livro lhe dê o gosto dos cursos sobre o campo e o encoraje a prosseguir a obra ligada ao nome que carrega”¹⁷⁰.

Além de “ensinar a fazer planos”, o que George e Lacoste conversavam “todas as semanas durante vários meses?”. Infelizmente, não conseguimos acessar declarações sobre esse tema do próprio Pierre George. Yves Lacoste também não revela – até onde a pesquisa alcançou – quais eram os temas das “tertúlias” ou das “lições”. Independentemente, é provável – mas só provável – que conversassem sobre quatro tópicos: (1) o desempenho escolar de Lacoste; (2) a infância no Marrocos – com suas belas paisagens e mesquitas; (3) o gosto pelas viagens e

¹⁷⁰ À Yves Lacoste, avec l'espoir que ce petit livre lui donnera le goût des courses sur le terrain et l'encouragera à poursuivre l'œuvre attachée au nom qu'il porte (LACOSTE, 2018a, p.32-33)

aventuras; e (4) a influência e a dolorosa perda do pai. Isso explicaria a esperança que George tinha nele, e que mostrar-se-ia extremamente justificada, de que ele gostasse dos “cursos sobre o campo”; igualmente explicaria o encorajamento para que prosseguisse a obra do pai. Jean – relembremos – licenciou-se em biologia, ciências naturais e geologia; participou de expedições científicas com o médico e pesquisador Jean-Baptiste Charcot; iniciou uma tese de geologia no Marrocos; tornou-se geólogo-chefe tanto da SCP quanto do BRPM. Além disso, tem o prazer em transmitir para o filho primogênito a paixão pela geologia.

A partir de 1943, a guerra parecia se aproximar de casa: *Bourg-la-Reine* está localizado entre o aeródromo de *Orly* e o aeródromo militar de *Villacoublay*. Desde os desembarques na Normandia, em 6 de junho de 1944, Lacoste não viu mais Pierre George, sem dúvida na clandestinidade. Alguns dias mais tarde os estadunidenses se encontram em *Trappes*, perto de *Bourg-la-Reine*. 19 de agosto inicia a insurreição. É o princípio da libertação de Paris que terminará no 25 de agosto de 1944. Ainda no dia 24, disparos de artilharia irrompem perto do imóvel da família de Lacoste. Rajadas de metralhadoras são ouvidas em *Bourg-la-Reine*. O sino da Catedral de *Notre-Dame* dobra. A Divisão Leclerc¹⁷¹ chega junto com os estadunidenses. Um deles era Ernest Hemingway (1899-1961) que atuou na qualidade de jornalista. A *Libération* de Paris está terminada. Após a guerra – por influência de seus camaradas de *lycée* – ele adere à *l’Union de la jeunesse républicaine de France*¹⁷² (UJRF). “Eram ideias novas. [...] a juventude republicana da França era muito influenciada pelo Partido Comunista, que tinha desempenhado um papel importante na resistência. Era uma forma de encontrar outros jovens” (Entrevista com Yves Lacoste, 27/04/2022). Como veremos, esse será o primeiro passo institucional para a aproximação com o Partido Comunista Francês¹⁷³ (PCF).

1945. A família, agora capitaneada pela mãe, parte em férias. Eles não retornam à *Bay* porque ainda se desenvolvem violentos combates. Vão para *Contrexéville* com a família Merlateau, pais do seu amigo Roland. Roland Merlateau se tornaria oficial na Indochina, em seguida na Argélia, e terminaria como tenente-coronel. Eles observam, com uma carta geológica nas mãos, como se traduz na paisagem a linha de divisão das águas entre a bacia do Reno e a bacia do Ródano em direção ao Mediterrâneo. É uma manifestação do gosto pela geologia, herdado do pai. Lacoste tem 15 anos.

O gosto pela geologia é acompanhado pelo interesse na guerra. Relembremos: nos primórdios da Segunda Grande Guerra – pelo menos em sua face europeia do conflito – ele

¹⁷¹ Recebeu esse nome porque era comandada pelo general Philippe Leclerc de Hauteclocque (1902-1947).

¹⁷² Desde 1956 atende pelo nome de *Mouvement jeunes communistes de France* (MJCF).

¹⁷³ Apesar da proximidade com o PCF, a antiga UJRF era independente deste.

acompanha com Jean os acontecimentos cotidianos da conflagração em um *mapa* da Europa. Além disso, na comuna onde ele habita, *Bourg-la-Reine*, apareciam cartazes com o *mapa-múndi* representando as colônias britânicas e francesas.

Esse interesse pela guerra tem ainda uma dimensão lúdica. Desde os 10 anos de idade, do retorno à França vindo do Marrocos (1939), Lacoste costumava brincar com soldados de chumbo – junto com seus irmãos Alain e Hervé. As brincadeiras, que simulavam guerras, poderiam durar semanas. Desenhavam *mapas* imaginários que representavam *zonas costeiras* e grandes *rios continentais*, e brincavam de conquista-los. Os dados decidiam as ações: construir uma estrada, uma cidade, traçar um trecho fronteiroço, conquistar um território. Lacoste chama essa brincadeira de *joué au pays*.

O momento histórico e o momento lúdico se combinam no interesse de Lacoste pela geografia. Porém, isso não exclui o interesse pela geologia. Ele ganha de presente da avó a obra *Géologie et Paléontologie*, de Léon Bertin. Também relê os livros que o pai havia comprado anteriormente: *Le Livre de la jungle*, do britânico Rudyard Kipling (1865-1936); e *L'Île mystérieuse*, de Jules Verne – cuja primeira página da edição que ele tem é um *mapa*. Os estudos estão em segundo plano. Roland Merlateau, seu amigo, é quem lhe passa os deveres de matemática para que possam continuar brincando com os soldados de chumbo.

Apesar da negligência com matemática, física e química, Lacoste não foi punido. Talvez por ajudar a mãe em casa com as atividades domésticas, especialmente no auxílio dos irmãos mais novos. Em contrapartida, o interesse pela filosofia cresceu e ele passou num bacharelado em filosofia¹⁷⁴, desistindo de “matemática elementar”. Com o bacharelado obtido, dirige-se à Sorbonne para se informar sobre as modalidades do curso de geologia – interesse antigo derivado diretamente do pai, das paisagens observadas no Marrocos, do gosto pelas viagens e aventuras também em França. É informado que primeiro deveria obter o bacharelado SPCN (*sciences physiques chimiques et naturelles*), cuja base é um bom nível em matemática – mas ele havia desistido do bacharelado de matemática elementar.

Dirige-se ao *Musée d'histoire naturelle* onde costumava ir coletar fósseis e amostras de rochas do laboratório de geologia. Contacta o professor Orcel¹⁷⁵, amigo de seu pai. Lacoste tem o desejo de cursar geologia. Mas Orcel explica que não se praticava mais geologia como antes da Segunda Guerra Mundial, ou seja, percorrendo o campo. A nova forma de praticar a geologia era por intermédio da geodésia, logo, com métodos matemáticos. Isso significava que Lacoste

¹⁷⁴ Na juventude, ele era leitor de Friedrich Nietzsche (1844-1900)

¹⁷⁵ Trata-se, presumivelmente, do mineralogista francês Jean François Orcel (1896-1978).

não poderia mais fazer geologia da forma que seu pai fez. E tal matematização – que não o agrada e não o atrai, claro está – terá implicações para a sua futura escolha profissional.

Vai se aconselhar então com duas pessoas. A primeira delas é Pierre George. Curiosamente, ciente do histórico de Lacoste – àquela altura com 16 anos – George aconselha-o a fazer *Sciences Po*. Lacoste declina porque não quer retornar ao *lycée* fazer aulas preparatórias e tampouco deseja se tornar “subprefeito”.

A segunda pessoa com quem se aconselha é Jean Dresch. Prieto e Verdi (2017) narram que Dresch estudou na *École Normale Supérieure* (1926-1930) e suas primeiras pesquisas versavam sobre Geologia e Geografia Física, sob a orientação do geógrafo Emmanuel de Martonne (1873-1955). Em 1928, começa a pesquisar a geomorfologia da cordilheira dos Pirineus. Foi comunicado pelo geógrafo Albert Demangeon (1872-1940) acerca da existência de uma bolsa de pesquisa no Marrocos. Dresch começa então uma pesquisa sobre a geomorfologia do “maciço de Moulay Idriss e as formas tradicionais de ocupação do solo na região” (PRIETO; VERDI, 2017, p.135). Consegue a *agrégation*¹⁷⁶ em história-geografia no ano de 1930 e, em 1931, se instala e passa a lecionar no *lycée* muçulmano de Rabat (GINSBURGUER, 2017). Passa a ter contato com as contradições da colonização francesa. Entre 1931 e 1936, militou no Partido Socialista Marroquino e, desde 1936, é um dos fundadores do Partido Comunista do Marrocos. No periódico desse partido, o *L'Espoir*, critica a colonização francesa. Em virtude do seu posicionamento político foi perseguido quando a França foi ocupada pelo Terceiro Reich. No ano de 1941, retorna à França, depois de ser convocado, e defende uma tese sobre geomorfologia intitulada *Recherches sur l'évolution du relief dans le Massif Central du Grand Atlas, le Haouz et le Sous* e “uma tese secundária denominada *Documents sur les genres de vie de montagne dans le massif central du Grand Atlas*, que teve como tema a evolução do relevo do maciço central do Alto Atlas” (PRIETO; VERDI, 2017, p.135). Encarrega-se do curso de Geografia da África do Norte e, mesmo perseguido politicamente, foi membro ativo da Resistência e crítico da colonização – inclusive sendo membro do PCF. Entre 1942 e 1945, Dresch foi professor na Universidade de Caen.

Dresch conheceu Yves Lacoste quando este era bem pequeno no Marrocos. Se Dresch viveu no Marrocos entre 1931 – quando chega no *lycée* de Rabat – e 1941, data em que retorna à França, Lacoste tinha entre 2 e 12 anos de idade quando esse encontro se processou. Jean Dresch era um estudante de geografia que tinha ido fazer pesquisas no Marrocos sobre as

¹⁷⁶ Trata-se de um concurso que possibilita o exercício da docência no ensino público secundário francês, nos *Lycées*.

cadeias pré-Rife ao sul da planície do Rharb¹⁷⁷. “Portanto, meu pai ajudou Dresch que era, à época, muito jovem, fornecendo-lhe mapas. [...] minhas relações com Dresch são relações, para mim, Dresch é como um tio!” (Entrevista com Yves Lacoste, 27/04/2022).

O “tio” Dresch vai se mostrar decisivo. Primeiro porque os primeiros passos de Dresch enquanto geomorfólogo e geólogo no Marrocos foram ajudados pelo pai de Lacoste. Dresch explica que, em geomorfologia, a geologia é considerada seja num estudo de superfície, seja em uma profundidade reduzida. Ademais, desde o governo de Vichy existe uma *agrégation* de geografia¹⁷⁸, no qual a parcela de geografia física é importante e parte significativa da história permanece. Dresch também fala da *agrégation* de história, mais popular nos círculos intelectuais, e a *agrégation* de história-geografia que “existe ainda para as meninas”¹⁷⁹.

De férias em *Contrexéville*, Lacoste toma a decisão de se inscrever em geografia, embora a imagem chata que ele tinha dela no *lycée*¹⁸⁰. Seriam as viagens de férias, as guerras que observou e a influência paterna os momentos cruciais dessa escolha? Ou a influência de George e o conselho de Dresch? ou ainda as filigranas dos jogos e das leituras que deram substância a essa decisão? De fato, são essas múltiplas determinações que o fazem decidir pela geografia. Ele sabe que é preciso começar pelo certificado de geografia geral, que é temível, especialmente pela parte dedicada à geologia. Aliás, a licença compreende quatro certificados e um deles é o de história. Estamos em 1946. Aos 17 anos começava ali a carreira do “geógrafo audacioso”.

¹⁷⁷ Em geografia, diz respeito à uma grande planície no norte do Marrocos.

¹⁷⁸ Criada em 1944, segundo Bataillon (2009). Já o historiador François Dosse (2004) aponta a criação de uma *agrégation* de geografia em 1941. Ao que parece, Dosse está correto pois o geógrafo Olivier Orain (2009) informa que, em abril de 1941, Emmanuel de Martonne e André Cholley obtiveram do governo de Vichy a criação de um curso completo de geografia, compreendendo uma licença e uma *agrégation*, ratificado por um decreto publicado em setembro de 1943.

¹⁷⁹ Existe encore pour les filles (LACOSTE, 2018a, p.39).

¹⁸⁰ Que, como veremos, desde sua prática docente, Yves Lacoste se dedicará a combater.

II – Estudos superiores. Um caldeirão de confluências: o Instituto de Geografia da Universidade de Paris. Os encontros com Camille Dujardin, Bernard Kayser e a adesão ao Partido Comunista Francês

Em outubro de 1946, Lacoste desembarca na *gare du Luxembourg* no coração do 5º *arrondissement* de Paris. O Instituto de Geografia está ao lado do de oceanografia. “Os fundadores não queriam separar continentes de oceanos”, ele brinca. O hall do Instituto tem dois anfiteatros: um chamado “*le grand amphi*” e outro “*le petit amphi*”. Todos temem o certificado de geografia geral, em virtude da geologia. Quando interrogado sobre suas origens, Yves relata a infância no Marrocos: “é mais exótico e atrai a atenção das meninas”¹⁸¹. Uma delas – segundo ele a mais bonita¹⁸² – também diz que morou no Marrocos e hoje mora em *Neuilly*. Trata-se de Camille Dujardin¹⁸³ (1929-2016). Eles não conversam muito pois é hora de ir para o *grand amphi* para a primeira aula de geografia humana.

Primeira aula. O professor é Maximilian Joseph Sorer (1880-1962), conhecido como Max Sorre. Ele tem 66 anos à época e é dono de um discurso pertinente. Ao contrário dos professores de *lycée* que enumeram as regiões, Sorre fornece uma ideia global do que é a geografia. Ele fala sobre a relação entre os homens e a natureza; emprega a palavra ecúmeno¹⁸⁴; cita o livro *Les Fondements biologiques de la géographie humaine*, sem dizer que é o autor; exemplifica a doença do sono, Tripanossomíase, transmitida pelas moscas tsé-tsé em África tropical¹⁸⁵.

Mas a primeira aula também foi um momento de agitação. Isso indigna Lacoste que se levanta. Isso faz com que Sorre pense ser ele o causador da agitação e, imediatamente, termina a aula. Entrementes, um aluno chamado Carlat se aproxima para bater em Lacoste que é defendido por outro aluno chamado Gérard Prost. As cisões da época da guerra se apresentam nesse momento: Carlat pertence a um grupo fascista¹⁸⁶ enquanto Prost é próximo dos socialistas e faz parte do movimento Albergues da juventude. Ele apresenta Lacoste a outros dois discentes: Sylvain Laboureur¹⁸⁷ (1927-2010) e à Jeanne Perrault.

¹⁸¹ C’est plus exotique et cela attire l’attention des filles (LACOSTE, 2018a, p.42)

¹⁸² La plus jolie d’entre elles (LACOSTE, 2018a, p.42).

¹⁸³ Que será a futura esposa de Yves Lacoste por mais de 66 anos.

¹⁸⁴ “Para ele, ecúmeno representa a população em seu dinamismo interno, fruto da ação e reação humanas em face da natureza” (MEGALE, 1984, p.9).

¹⁸⁵ Lacoste estudará essa doença quando de sua pesquisa em Haute-Volta (atual Burkina Faso).

¹⁸⁶ Lacoste não menciona que grupo é esse.

¹⁸⁷ Filho do eminente gravurista Jean Émile Laboureur (1877-1943).

Camille Dujardin se junta ao grupo de Lacoste, Prost, Laboureur e Perrault. Ela interessa a Lacoste e eles tornam a conversar sobre o Marrocos. Antes da guerra a família Dujardin habitava *Cherbourg*. A mãe era professora e o pai eletricitista em *Arsenal*. Ele fazia parte do movimento dos intelectuais antifascistas. Com a derrota da França em 1940, ele – por consequência a família – é enviado para *Saint-Tropez* para trabalhar na fábrica de torpedos. Em 1941, foram enviados para Casablanca (Marrocos).

Desde a primeira sessão de trabalhos práticos, o assistente Jean Tricart pede que os alunos façam um corte geológico do *Grand Colombier* em um mapa do maciço do *Jura*. Na semana seguinte Tricart retorna com os cortes geológicos dos alunos com críticas mordazes e zeros. Mas não para Lacoste que recebe um *c'est bon*. Quando questionado pelos colegas onde aprendeu a fazer cortes geológicos, ele não menciona o pai (geólogo) e as lições de campo que teve tanto no Marrocos quanto na França.

As rivalidades políticas agitavam os corredores do Instituto de Geografia. De um lado, os comunistas com sua “equipe de agregação¹⁸⁸”; do outro, os que “vão à missa”, os católicos. Os comunistas tentam seduzir Lacoste e Camille. Lacoste torna-se amigo do também geógrafo Bernard Kayser. Kayser foi membro da resistência francesa em 1944, e no verão desse mesmo ano foi convocado para o exército para a campanha alemã durante o outono. Uma pneumonia o levou para a Alsácia e um futuro retorno à Paris no final de 1945, onde foi desmobilizado. Antes de fazer geografia, Kayser desejou ser agrônomo (BATAILLON, 2006). A opção pela geografia advém dos conselhos de outro geógrafo e membro da resistência francesa: André Prenant (1926-2010).

André era filho de Marcel Prenant – zoólogo, parasitólogo e militante do Partido Comunista Francês – e Lucy Prenant, uma filósofa que dirigirá, após a guerra, a *Ecole Normale Supérieure de Jeunes Filles*. Entre 1942-1943, foi aluno do *lycée* Henri IV onde se junta aos comunistas. Na primavera de 1943, durante uma atividade ligada à resistência, foi preso, espancado e ameaçado, sendo libertado após uma semana. De julho a outubro foi *Francs-Tireurs et Partisans* (FTP) na *Haute-Saône*, sendo transferido posteriormente para Paris. As atividades de resistência dos pais o fazem ficar escondido, por precaução, no outono no quarto de empregada com Pierre Bataillon, um colega de classe. Desenha mapas para futuras operações aliadas e volta a ser *maquis*¹⁸⁹ nas matas de *Achère-la-Forêt*, perto de *Fontainebleau*. Para

¹⁸⁸ Como veremos adiante, para a *agrégation* era recomendado trabalhar em equipe. Daí o nome.

¹⁸⁹ Em biogeografia, *maquis* é uma “associação vegetal arbustiva densa que cobre os terrenos siliciosos em meio mediterrâneo, geralmente apresenta-se como uma formação secundária” (GEORGE, 1984 [1970], p.282). No contexto da Segunda Grande Guerra, *maquis* passou a significar também os membros da Resistência Francesa contra a ocupação nazista e o regime colaboracionista de Pétain.

encerrar com chave de ouro, participa na libertação de Paris e depois na campanha da Alemanha, incorporado ao exército, até junho de 1945 (BATAILLON, 2006).

Lacoste (2010a) conta que foi sob a influência de camaradas mais velhos, antigos *maquis* ou membros da Resistência, a concordância dele e Camille de se juntarem à célula¹⁹⁰ dos estudantes de geografia do PCF. Provavelmente, foi Bernard Kayser o principal incentivador¹⁹¹. As reuniões eram mais ou menos semanais na rua *Linné*, perto do *Jardin des Plantes*, numa velha casa ocupada pela seção do PC do 5º *arrondissement*. Nas reuniões são comentadas as notícias internacionais; falam da guerra fria; do bloqueio soviético das zonas ocupadas pelos estadunidenses, britânicos e franceses em Berlim. Estamos em 1948. As tensões, como narrou Moniz Bandeira (2005), estavam recrescendo na Alemanha. O Conselho de Controle Aliado havia promovido uma reforma monetária que introduziu o marco alemão nas três zonas ocidentais da Alemanha: as zonas de ocupação estadunidense, britânica e francesa. Simultaneamente, convocaram uma assembleia geral constituinte para 1º de setembro daquele ano com o objetivo de fundar a República Federal da Alemanha. A resposta da URSS foi o bloqueio total de Berlim que ficava, justamente, na Zona de Ocupação Soviética. Os Estados ocidentais haviam abandonado a ideia de unificação da Alemanha rompendo, assim os acordos de Ialta e Potsdam – ambos de 1945. A legítima ação soviética foi a “razão propagandística” para que os EUA precipitassem a formação da OTAN. Aliás, Roosevelt “faltou com a verdade” – para sermos diplomáticos – pois havia dito à Stalin em Ialta que não pretendia manter o Exército por longo tempo na Europa¹⁹².

Enquanto isso, em Paris, o presidente do Conselho – o socialista Paul Ramadier – afasta os comunistas do governo (introduzidos por De Gaulle em 1945). Nas minas de carvão do Norte uma greve dos mineiros transforma-se em insurreição e o *ministre de l’Intérieur*, o socialista Jules Moch, faz o exército intervir.

¹⁹⁰ No sentido de agrupamento de pessoas que compartilham, politicamente, ações e ideais comuns.

¹⁹¹ Não é possível afirmar categoricamente, mas nas memórias de Lacoste (2018a), depois de mencionar a amizade com Kayser, ele diz que aderiu com Camille ao PCF. Sem embargo, também foram membros da Resistência ou *maquis* na mesma geração de Kayser os geógrafos Raymond Dugrand (1925-2017), Raymond Guglielmo (1923-2011) e André Prenant (BATAILLON, 2006).

¹⁹² “Ao fim dos anos 1990, as bases dos Estados Unidos na Europa Ocidental aquartelavam mais de 110.000 soldados, dos quais 73.600 se concentravam na Alemanha, juntamente com 95.000 familiares, a maior parte nos Estados ocidentais de Rheinland-Pfalz, Baden-Württemberg e Bavária, não obstante o fim da Guerra Fria e a retirada das tropas da União Soviética. Suas 95 instalações militares na Alemanha incluíam bases de Infantaria, campos de aviação, hospitais, centros de administração e vastas áreas para exercícios militares, e os americanos gozavam de vários privilégios, inclusive o de não emplacar os automóveis na Alemanha e o de não pagar imposto nas compras que faziam” (MONIZ-BANDEIRA, 2005, p.532)

No PCF, Lacoste e a célula de geografia foram acusados por Annie Besse¹⁹³ (1926-1995) – futura anticomunista e colunista do jornal conservador *Le Figaro* sob o nome Annie Kriegel – de manobras fracionistas, o que era interdito sob a pena de exclusão. À época, Kriegel tinha concluído a *agrégation* (1948) e se tornado membro permanente do PCF; encarregada dos estudantes e intelectuais do Sena, ela escreveu artigos na revista do PCF *La Nouvelle Critique* (DUMOULIN, 2002 [1996]). Annie Kriegel havia proibido a leitura do jornal de centro-esquerda *Le Monde* e de “trocar aulas com outros alunos comunistas, os da Ciência Política”¹⁹⁴. Como veremos, Lacoste não será expulso, mas sim sairá do PCF sem muito alarde. Numa das reuniões da célula de geografia, um dos estudantes diz que no próximo ano Lacoste seria secretário da célula e Camille a tesoureira. Mas, confessa, três anos antes ele sequer sabia o que era direita e esquerda. Por outro lado, a família de Camille era tradicionalmente de esquerda.

Camille e Lacoste decidem noivar ainda estudantes. A família dele acolhe Camille com curiosidade, afeição e cordialidade. O pai dela – que também se chama Camille – recebe o futuro genro calorosamente no modesto apartamento de *Neuilly*. Comparado com o apartamento em *Bourg-la-Reine* Camille chega a pensar mesmo que existiria uma diferença de classe entre eles dois. A comparação não é absurda, afinal *Bourg-la-Reine* é um belo edifício com seis andares com vista para grandes pavilhões e jardins. Nada modesto.

Camille não detinha a mesma paixão por geografia e história se compararmos com o geógrafo. Essa é uma diferença curiosa: Camille não gostava de história, enquanto para Yves Lacoste geografia e história eram indissociáveis. Cada vez que o geógrafo formula discretamente hipóteses históricas – sobre as tribos *kabyles* – ela se recusa. Camille não gostava de geografia e nem de história (Entrevista com Yves Lacoste, 27/04/2022). por isso envereda pela etnologia. Aprendeu o berbere e traduziu centenas de contos *kabyles*. Uma vida científica dedicada aos povos berberes do *Maghreb*. Assim, ela se tornaria presidente da comissão de orientalismo do CNRS. Quando morreu, em 2016, Lacoste (2018) conta que mais de cem *kabyles*, metade mulheres, compareceu ao funeral.

Foram as experiências de vida no Marrocos que os aproximaram. Lacoste conheceu o Marrocos colonial, a *médina*; Camille só frequentou os bairros europeus de Casablanca entre

¹⁹³ Nascida Annie Becker, fora membro da resistência aos dezesseis anos. Em 1945, ingressou na *École normale supérieure* e integra as fileiras do Partido Comunista. A mudança do sobrenome se explica porque ela teve dois cônjuges: o filósofo Guy Besse (1919-2004) e o reumatologista Arthur Kriegel (1926-2011). Ambos haviam sido membros da resistência e militantes comunistas. Annie foi casada com Besse de 1947 a 1954; e com Kriegel desde 1955 até sua morte em 1995.

¹⁹⁴ [...] d'échanger des cours avec d'autres étudiants communistes, ceux de Sciences Po (LACOSTE, 2010a, p.167).

1942 e 1945. O pai de Camille atuara clandestinamente na Operação *Torch*. A Operação Tocha foi o desembarque dos aliados em Argélia e Marrocos contra a *Deutsches Afrikakorps*¹⁹⁵. Consoante Lacoste (2018), essa operação fez com que as relações de forças sofressem pesadas perdas de ambos os lados. Os estadunidenses foram confrontados com uma resistência do *Protectorat français au Maroc*, sob o comando do general Noguès, da França de Vichy. O pai de Camille também participara no desembarque em *Provence* em 15 de agosto de 1944. Após a guerra, fora nomeado em Paris para o Ministério da Marinha e se aproximou do Partido Comunista.

Além do pai, outras duas pessoas explicam a importância do Marrocos para Camille: (1) a irmã mais velha¹⁹⁶; e (2) a amiga Naïk Drogou. Naïk era filha do comandante François Drogou (1904-1940). Seu pai fora morto no naufrágio do submarino *Narval* afundado por uma mina na costa do Líbano pelas forças reunidas com o Marechal Pétain. A viúva de François, *Madame Drogou*, dirigiu um centro de acolhimento criado por jovens voluntários que conseguiram cruzar a Espanha clandestinamente para lutar nas fileiras da França livre. Já a *grand sœur* de Camille, Marie-Rose, conheceu lá em *Bir-Hakeim* seu futuro marido, Jacques Isambert de Bayonne. Este, em junho de 1940, embarcou para Londres com outros alunos de sua classe de filosofia e fazia parte da Divisão *Leclerc*. Relembremos que é a vanguarda da *Division Leclerc* que Lacoste vê chegar a *Bourg-la-Reine* em 19 de agosto de 1944.

Todo esse contexto de operações, batalhas e guerras despertaram o interesse por questões militares em Lacoste. Mas ele não prestou serviços militares porque, quando deveria, os filhos mais velhos de viúvas estavam dispensados. De fato, o geógrafo em tela tem um interesse profundo pelas questões militares – não pela vida de caserna – as relações profundas existentes entre o exército, a nação, o território, a defesa ou a conquista, e pela estratégia e tática – termos fundamentalmente geopolíticos. Ele não é um antimilitarista (LACOSTE, 2010a). As raízes de seu interesse por questões militares estão na infância no Marrocos:

Sim, na minha infância aconteceram duas coisas. De um lado, meu pai, que era geólogo e dirigia as pesquisas de petróleo no Marrocos e que faleceu em 1942, me deu o gosto pela geologia, que poderíamos chamar de ciência da Terra. Quase fui geólogo, mas a geologia tinha tomado um rumo cada vez mais matemático, com laboratórios etc., o que não me dava prazer. De outro lado, o Marrocos era, também, quando eu era pequeno, a gente o via muito bem, meu pai me contou, me apresentou, uma forma de realização do espaço onde a decisão de um pequeno número de homens,

¹⁹⁵ Trata-se de uma unidade das forças armadas da Alemanha que existiu entre 1941 e 1943. Operou no norte da África durante a campanha no Egito, Líbia e Tunísia.

¹⁹⁶ Lacoste não diz o nome. Ele escreve *grand soeur*, irmã mais velha. A frente ele escreve que Camille falava frequentemente do centro de acolhimento Bir-Hakeim onde sua irmã, Marie-Rose, preparava café (LACOSTE, 2018a, p.48). Então, provavelmente, o nome da irmã mais velha de Camille era Marie-Rose.

de militares, podia ter consequências consideráveis. Minhas primeiras lembranças de criança são lembranças militares. E penso que, se não estivéssemos no fim dos impérios [...] provavelmente eu teria sido um militar (ZANOTELLI, 2005, p.63).

Somente em 1948, três anos depois da Segunda Guerra Mundial e dois anos depois de adentrar ao *Institut de géographie*, Lacoste vai se filiar ao PCF. Kayser conta que ele e Lacoste se encontravam “em um grupo formado pela nossa filiação política. Todo nosso pequeno grupo era membro do Partido Comunista. Naquela época, quando chegávamos à Sorbonne, se éramos progressistas, pelo menos em geografia, não podíamos ser outra coisa senão comunistas” (ZANOTELLI, 2005, p.41). É importante observar que esse “tornar-se comunista” é resultado de, no mínimo, duas razões: (1) um forte sentimento patriótico e (2) a influência e autoridade científica de Jean Dresch e Pierre George na Sorbonne (SURET-CANALE, 1981).

Em 1948, Camille e Lacoste concluíram o bacharelado [*licence*] e passam a pensar nos dois temas de pesquisa para a obtenção do *diplôme d'études supérieures* (DES). Bataillon (2006; 2009) explica que o DES só pode ser apresentado por um estudante já licenciado, pois ele é um pré-requisito para a *agrégation*. É um ancestral do mestrado. Inclui um memorial [*mémoire*] principal e um secundário que obriga o candidato a provar suas habilidades em geografia física e humana. Nenhuma iniciação específica à pesquisa está prevista para o *diplôme*. O candidato organiza o trabalho sozinho, graças aos conselhos de um diretor e de colegas mais experientes.

Camille e Lacoste compartilham experiências no Marrocos e, por essa razão, estão ansiosos para ir lá. Jean Dresch é indicado para o Instituto de Geografia na qualidade de professor de geografia colonial¹⁹⁷, substituindo Charles Robequain¹⁹⁸ (1897-1963). As aulas de Dresch sobre o Marrocos entusiasma o casal: ele fala, sem anotações, em frente a um mapa na parede [*carte murale*] percorrendo o palco e cativando o auditório. Yves não esconde a admiração: “Ao longo de toda minha vida de professor, eu pensei nele, me esforçando, sem o mesmo talento, em imitá-lo¹⁹⁹” (LACOSTE, 2018a, p.49).

Dresch analisou as consequências da modernização conduzidas em nome do *maghzen* por Lyautey nas regiões do Marrocos, tendo em conta as rivalidades das tribos e a necessidade

¹⁹⁷ Milton Santos (2008 [1978], p.31) informa que “A primeira cadeira francesa de geografia, estabelecida em Paris em 1809 e vaga com a morte de A. Himly, coube a Vidal de La Blache em 1899. A segunda cátedra, criada em Paris em 1892, foi a de geografia colonial, ocupada por M. Dubois. A segunda dessa mesma matéria, criada em 1937, foi ocupada por Charles Robequain. Outras cadeiras de geografia colonial foram fundadas em Bordéus (1946), Aix-en-Provence e Estrasburgo, além das que haviam sido criadas na Escola da França de além-mar, instalada em 1889.

¹⁹⁸ Cujo objeto de tese foi a província de *Thanh Hoa*, Norte do Vietnã. Intitula-se: *Le Thanh Hoa. Étude géographique d'une province annamite*

¹⁹⁹ “Tout au long de ma vie de professeur, j’ai pensé à lui, m’efforçant, sans le même talent, de l’imiter”

de algumas tribos das montanhas [*montagnardes*] descerem no inverno para pastar seus rebanhos nas planícies, por exemplo. É por isso que a imagem positiva – se é possível nos expressarmos dessa forma – que Lacoste tem de Lyautey advém não só do pai²⁰⁰, Jean, mas também de Dresch²⁰¹. Yves Lacoste considera Lyautey um “grande colonizador” e não é absurdo pensar que Dresch julgasse da mesma forma (ZANOTELLI, 2005).

Eu acho que o personagem de Lyautey é bastante surpreendente. Porque Lyautey é que [diz que] o Marrocos deve se tornar independente novamente. Mas ele diz: “bom, o Marrocos independente deve ter líderes plenamente conscientes dos problemas das ciências modernas”. Isso é... e Dresch era muito, se você quiser, cons[iderado]... em Marrocos, ele foi considerado um, mais tarde, um, alguém muito próximo da casa real. Mas ele era comunista! [risos] Então, em Marrocos, posteriormente, ele foi, era-se, a administração, era totalmente contra os comunistas, não, mas Dresch ele era comunista. Mas, [risos] ele está completamente alinhado com Lyautey! Então, bem, não vamos dizer que Lyautey era comunista, não. Mas! Não! Lyautey era um monarquista, mas muito, um monarquista muito inteligente que dizia a si mesmo “a família real deve ser bem, bem formada” (Entrevista com Yves Lacoste, 27/04/2022).

Lyautey fora o arquiteto de uma “modernização conservadora” que simultaneamente sustentava os sistemas tradicionais de poder no *maghzen*, subordinava o Marrocos ao jugo francês e modernizava o aparato estatal. Daí porque Lacoste adjective Dresch com uma locução que ele aplica a si mesmo: “colonial” anticolonialista (ZANOTELLI, 2005). O que permite essa curiosa qualificação? Esta não caberia mais à Dresch (francês) que à Lacoste (marroquino)? Para responder a essa questão, recordemos que embora amasse o Marrocos – com suas paisagens e mesquitas – e fosse orgulhoso de ali ter vivido, Lacoste não fala árabe. Por isso, e por falar o francês, desde os 10 anos de idade quando a família se estabelece definitivamente em Paris, Lacoste já considerava a França sua pátria. Assim, ambos consideravam a colonização em seu caráter contraditório e uma *etapa* que deveria ser ultrapassada:

Sim, claro! Bem, há algum tempo a colonização era um fenômeno relativamente positivo. Para a Argélia [...] o período colonial foi muito mal preparado pelos franceses [...]. No caso do Marrocos, o período colonial, de fato, o protetorado foi um fenômeno muito positivo. E assim, o livro que nós conhecíamos, *Les techniciens de la colonisation*, o capítulo sobre Lyautey que Jean Dresch escreveu, ele não disse que a colonização tinha sido um fenômeno positivo [risos] porque isso o teria causado dificuldades com o Partido Comunista [...]

Como uma etapa, certamente! Como uma etapa. Então, em alguns casos os primeiros passos foram muito dolorosos [...] o número de oficiais franceses [...] ou de oficiais ingleses que estavam a serviço de empresas privadas, bem, eles morriam de doenças [...] eram muito perigosas à época... a colonização... as colônias... muito perigosas... eles morreram, trabalharam em condições muito, muito ruins [...] (Entrevista com Yves Lacoste, 27/04/2022).

²⁰⁰ Lacoste (2010a) conta que seu pai o levou algumas vezes ao túmulo de Lyautey, em Rabat. Permaneceu sepultado em território marroquino de 1935 até 1961, quando foi trasladado para a França.

²⁰¹ Um pouco do pensava de Lyautey pode ser consultado em Dresch (1979, p.73-93).

Quando Lacoste apresentou Camille a Dresch, este se ofereceu para contribuir com um vasto estudo que estava lançando sobre a geografia dos capitais em escala mundial. Dresch já vinha publicando artigos sobre problemas urbanos e agrários (DRESCH, 1979). Uma pesquisa sobre geografia dos capitais nas colônias francesas abria um setor absolutamente novo para a reflexão dos geógrafos e economistas (LACOSTE, 1978). O tema de pesquisa de Camille era “Casablanca, centro de negócios”. Em suas palavras:

O primeiro trabalho que fiz foi sobre Casablanca, centro financeiro, um estudo de geografia dos capitais, mas isso não teve continuidade. Eu tinha preocupação de me aproximar das pessoas, os capitais estão um pouco longe das pessoas, por isso mesmo eu me tornei etnóloga (ZANOTELLI, 2005, p.60)

No que tange ao seu objeto de pesquisa, Lacoste imaginou um estudo geomorfológico. No planalto central marroquino que se estende a oeste do *Moyen Atlas*, uma cadeia de montanhas que se estende no sentido sudoeste-nordeste por 350 quilômetros. Objetivava estudar as superfícies de erosão da Meseta²⁰². Dresch ajudou os dois a obter uma bolsa das autoridades do Protetorado em Rabat, inclusive dizendo que Lacoste e Camille eram noivos. Lacoste (2018) relata que encontrou em um dos cadernos que trocava com Camille, o rascunho de uma carta datada de outubro de 1949 e dirigida ao diretor do BRPM²⁰³. Ele agradecia à bolsa concedida a ambos para a realização de pesquisas no Marrocos para obter o *diplôme d'études supérieures*²⁰⁴ em geografia. A bolsa mostrava que o pai de Lacoste e Dresch ainda eram conhecidos no Marrocos.

²⁰² Conceito geomorfológico que abriga três dimensões: (1) Extensão de terreno alto e plano, rodeado por vales profundos; (2) Planície situada sobre outros vales com vertentes rígidas; e (3) Conjunto de terras altas, onde predominam as extensões planas: meseta tibetana (GEORGE, 2007 [1970], p.388). : (1) Extensión de terreno alto y plano, rodeado por valles profundos; (2) Llanura situada sobre otros valles con vertientes rígidas; e (3) Conjunto de tierras altas, donde predominan las extensiones llanas: meseta tibetana.

²⁰³ Cujo pai de Lacoste foi geólogo-chefe, recapitulemos.

²⁰⁴ “um retorno às origens da infância”, feliz expressão de Claude Bataillon (2006, p.10).

III – Regresso ao Marrocos: o garoto da natureza retorna às origens da infância. O *début* das pesquisas para o DES, vocação magrebina e Lyautey redivivo

Reparemos, de antemão, o reencontro duplo que Lacoste vai efetuar: com a geologia, através da interface geomorfológica; e com o Marrocos colonial. Se Lacoste não seguiu os passos do pai – tornar-se geólogo – porque essa disciplina se matematizava, ele a reencontra em uma forma superior realizando trabalho de campo – por oposição ao laboratório. O trabalho de campo geomorfológico no Marrocos é um traço da sua *vocation maghrébine* (BATAILLON, 2006).

Se o BRPM financiou as pesquisas, foi a SCP²⁰⁵ que o ajudou no trabalho de campo. Mas a SCP não tem interesse no Meseta marroquina – maciço antigo desprovido de petróleo. Eles propuseram que investigasse a planície do *Rharb* e as suas bordas – as mesmas que Jean, duas décadas antes, tinha começado a investigar. Ele se preparou lendo a tese²⁰⁶ do geógrafo Henri Baulig (1877-1962). Mas Lacoste ainda estava embaraçado porque não tinha lido nada concernente a uma grande planície sobre a qual desembocaria o rio *Sebou*, que desce das montanhas vizinhas. Externaliza seu embaraço para os colegas da célula²⁰⁷ de geografia, entre os quais Dresch e George. Estes o colocam em contato com outro membro da célula: Raymond Dugrand (1925-2017). Dugrand fora membro da Resistência durante a Segunda Guerra Mundial e era um excelente geógrafo tanto em “humana” quanto em geomorfologia. Ele leva Lacoste ao Baixo Sena para mostrar três terraços fluviais clássicos cujo o mais recente, o mais baixo, marca a *transgressão marinha*²⁰⁸ de Flandres.

No final de 1949, Camille e Lacoste partem para o Marrocos. São recebidos em Casablanca pelos *Chabas*, os amigos dos pais dele. Camille alterna o alojamento: em Rabat, no internato da Escola Normal de Professores; em Casablanca, com os *Chabas*. Na capital marroquina, o geógrafo aloja-se na escola italiana no qual também estão quatro estudantes marroquinos. Ele explica aos colegas que é um estudante de geografia e está fazendo uma pesquisa sobre a planície do *Rharb*. Diz ainda compreender a demanda pela independência e reconhecer a importância dos soldados marroquinos que batalharam pela libertação da França.

²⁰⁵ Ver nota 108.

²⁰⁶ *Le plateau central et sa bordure méditerranéenne : étude morphologique.*

²⁰⁷ Ver nota 138.

²⁰⁸ George (2007 [1970], p.583) explica que esse conceito tem dois significados. Em *geologia*, traduz um arranjo particular das camadas depositadas durante a fase da transgressão, a mais recente sobre a mais antiga. Quando ocorre o oposto temos a *regressão*: as camadas mais recentes se depositam em retrocesso em relação às mais antigas; em *oceanografia e sedimentologia*, trata-se do deslocamento positivo do nível do mar (submersão) resultando num avanço da linha de costa no continente.

Os primeiros passos em campo são na grande floresta de *Mamora*²⁰⁹ – onde o pai o levava antes. Ele é conduzido por um carro da SCP com um técnico e uma broca. A SCP designou um Jeep, um motorista – Sr. Turpin – e o abastecimento de combustível. Constata que as areias avermelhadas da *Mamora* vêm da erosão do Meseta, ao sul. Mas isso não é um grande achado – diz Lacoste. Ele escreve para Dresch para exprimir a consternação [*désarroi*]. Dresch responde dizendo para ele fazer observações e coletar amostras.

Desloca-se ao sopé das *rides*, cristas²¹⁰, pré-Rife, ao sul da planície do *Rharb*, para um antigo sítio de perfuração de petróleo, na saída do rio *Beht*, a jusante da barragem de El-Kansera. Ele passa alguns dias no lugar. Durante o dia, caminha sobre os *glacis de erosão*²¹¹, resultado da erosão laminar que pode aplanar relevos escarpados sem esperar que envelheçam. É a nova tese, em ruptura com o modelo de erosão normal que ainda alguns anos antes era ensinado.

Lacoste ficou alojado em *Petitjean*²¹², num hotel reservado aos engenheiros da SCP. Graças ao *chauffeur* Turpin, ele faz várias viagens de ida e volta ao longo de cinquenta quilômetros para observar os diferentes aspectos das *rides* pré-Rife. Ele constata que essas cristas apresentam a seus pés vários *glacis de erosão* superpostos. Essas cristas, portanto, foram se levantando à medida que a planície progressivamente diminuía. Eis uma descoberta que Lacoste passa a explicar – ver, na verdade, na paisagem. Depois de examinar as encostas de baixo, ele examina o topo das cristas calcárias: são quase retilíneos exceto o da montanha de *Outita*, o mais alto, onde se distingue a leste do vale de *oued R'dom*, uma espécie de entalhe. Esse entalhe é um corredor onde existem muito seixos. Conclui que o *Outita* foi levantado, o que forçou o rio *oued R'dom* a mudar de curso e cavar mais a oeste. Lacoste está orgulhoso do trabalho. Turpin e ele sobem para o norte, ao longo da planície do *Rharb*. No horizonte, a majestosa cadeia do Rife, cuja fachada sul Jean Lacoste havia percorrido vinte anos antes (em 1929).

Ao retornar para *Mamora*, Lacoste faz outra descoberta. Com os mapas de 1/50.000 fornecidos pela SCP, observa que os contatos ao norte com a planície mais ou menos inundada se fazem por uma série de colinas baixas paralelas, separadas por vales orientados no sentido sudoeste/nordeste, como o grande cordão litoral. Questiona aos geólogos da SCP: essas colinas arenosas que se estendem pelo *Mamora* ao norte, não são os antigos cordões litorâneos que se sucederam de leste a oeste, à medida que a planície do *Rharb* afunda sob a massa dos materiais

²⁰⁹ Cujá principal espécie botânica é o sobreiro (tipo de carvalho).

²¹⁰ Cf. DUARTE; SADKI (2021).

²¹¹ Dresch empregava esse termo quando se trata de “superfícies desenvolvidas nas camadas mais friáveis das áreas periféricas às elevações” (BIGARELLA; MOUSINHO; SILVA, 2016, p.169).

²¹² A assim chamada Sidi Kacem, durante o período colonial francês.

arrancados da cadeia do Rife pelo rio *Sebou* e seus afluentes? Os geólogos responderam que nas perfurações que faziam encontraram areias do *Mamora* sob a parte oeste da planície, ainda mais perto da superfície, obrigando o rio *Sebou* a cavar o seu vale. Enquanto o rio corre em seu nível aluvial acima do nível da planície, ainda pouco povoada, a água dos afluentes forma grandes pântanos, os *merjas*. O rio *Sebou* descreve grandes meandros e derrama-se na planície durante as cheias, abrindo [*éventrant*] suas margens côncavas, mantendo ao abrigo as ruínas da antiga cidade romana de Banasa, situada na margem convexa de um meandro (LACOSTE, 2018a).

Lacoste constata que na planície do *Rharb*, até 1949, não havia sido feito qualquer construção de diques ou canais. Isso só começará após a independência do Marrocos. Ele lembra que nas planícies da Andaluzia os árabes desde a Idade Média levaram a cabo esse tipo de realização hidráulica. Por que não no Magrebe, haja vista a possibilidade de se aproveitar as planícies inundáveis? Lacoste pensa que foram as tribos que se opuseram a esse tipo de obras. Ele não diz que tribos eram essas. Mas podemos deduzir que se tratam dos berberes do *bled siba*.

Depois da pesquisa de campo, e antes de retornar à Paris, um último episódio faz Lacoste compreender melhor o papel do pai no Marrocos. Junto com Turpin – o motorista – e Camille, fazem um tour pelo lado oriental do Marrocos. No fim do dia, eles chegam à *Midelt* – distante cerca 330 km de Rabat, assim como de *Mamora*. Como os hotéis são imundos, Lacoste vai ao posto militar e demanda falar ao comandante. Um oficial dos *Affaires indigènes* recebe Camille e ele. Explica ao oficial que são dois geógrafos ajudados pela SCP: ela pesquisa em Casablanca e ele a planície do *Rharb*. O oficial oferece imediatamente hospitalidade e explica a posição estratégica de *Midelt*: monitorar as grandes tribos que descem, quando do inverno, com seus rebanhos da cadeia de montanhas de *Ayachi*, prolongamento oriental das montanhas do *Grand Atlas*.

Para Lacoste, o oficial se mostrou bastante sensível à menção feita à SCP – daí a hospitalidade decorrente. Não só isso: o oficial, tal qual o pai, parecia fiel ao espírito de Lyautey. O que isso significa? Restabelecer os poderes do *maghzen* apoiando-se em forças marroquinas e empresas internacionais, especialmente francesas. Vigiar as margens do *maghzen* onde as tribos são reputadas pela sua característica rebelde. Mas não tocar nas terras dessas mesmas tribos. Essa prática e representação de Lyautey calaram fundo em Dresch e no próprio Lacoste. Foi lendo Dresch que ele compreendeu o papel medular de Lyautey.

Além disso, a acolhida inesperada que recebeu em *Midelt* o fez lembrar daquela que a família Lacoste desfrutara anos antes. Bem recebido pelos colonialistas no Marrocos – o que

será diferente quando da Argélia, como veremos – Lacoste pensa que os franceses do Marrocos que exerciam funções políticas e intelectuais não se atormentavam com a ideia de que seus postos logo seriam ocupados por marroquinos. Isso compactua com o espírito e a estratégia de Lyautey de modernizar o *maghzen*;

Se Camille está dando os toques finais aos seus mapas, Yves Lacoste queria ter dado uma forma cartográfica mais precisa às reflexões-observações sobre o *Rharb* e suas bordas. Mas o resultado é ruim e ele pensa ter desapontado o mestre Dresch. Eles retornam à Paris na primavera de 1950, para *Bourg-la-Reine* e *Neuilly* – onde Camille acha cada vez mais difícil viver com a mãe. Decidem então se casar. Na prefeitura [*mairie*] de *Bourg-la-Reine* contraem matrimônio em 30 de novembro de 1950. Dresch e George foram as testemunhas. Se instalam no apartamento de *Bourg-la-Reine* onde a sogra de Camille e os irmãos de Lacoste os acolhem. Para se sustentarem, começam a dar aulas. Algumas horas por semana ele é professor no *lycée Lakanal* – onde ele havia estudado. O ano é 1951. Ele consegue o *Diplôme d'études supérieures* (DES) com uma dissertação sobre a geomorfologia do *Rharb*. Agora é hora de enfrentar a *agrégation*.

IV – A *agrégation* de geografia: fracasso e sucesso no saber canônico. A nomeação ao *lycée Marcelin-Berthelot*, o primeiro esboço da *démarche* lacosteana e a independência do Marrocos

Bataillon (2009, p.47) nos oferece uma caracterização de como é a *agrégation*. Antes de tudo ela é uma prova de resistência e de tensão nervosa. São cerca de dois meses e meio do início da prova escrita até a prova oral. No início de junho, são feitas quatro dissertações onde se escreve durante sete horas. Cada prova oral preparada na biblioteca durante seis horas para produzir uma exposição de 45 minutos. Os elegíveis para a prova escrita passam por duas avaliações orais. Destes, selecionam-se aqueles que passam uma segunda avaliação oral de duas outras provas. Em agosto a lista dos laureados é publicada e o inspetor-geral membro do júri propõe a cada uma, por ordem de classificação, um posto de ensino que o candidato vai ocupar a partir de primeiro de outubro. Os candidatos podem demandar a cada membro do júri a natureza das críticas provocadas por suas dissertações ou pelas aulas orais. Os membros do júri incitam os brilhantes laureados a fazerem uma *thèse d'État*; propõem-lhes um tema e, caso haja necessidade, a possibilidade de tratar do tema no exterior. É somente por volta de 1963 que as necessidades de enquadramento do ensino superior serão tão prementes que muitos dos *agrégés* serão propostos um lugar de assistente na universidade. À época em que Lacoste faz o concurso

ainda não é assim. Destarte, será preciso esperar alguns anos no secundário para aceder a esses postos do ensino superior.

Para a *agrégation* é recomendado trabalhar em equipe e a dos geógrafos comunistas é bastante eficaz. A cada ano, aqueles que passaram no concurso passam seus *dossiers* de notas àqueles que vão formar a equipe seguinte. Lacoste entra em contato com Raymond Guglielmo que já tinha falhado duas vezes e herdado os arquivos das equipes anteriores. Além de Guglielmo, há Louis Rieucou, Gérard Prost e Sylvain Laboureur. Rieucou e Guglielmo são membros do Partido Comunista. Camille prefere seguir o curso de etnologia no *Musée de l'Homme* com a etnóloga Hélène Balfet (1922-2001).

No *Institut de géographie*, uma sala é reservada uma tarde por semana para a reunião da equipe. Os conhecimentos geológicos outorgam respeito à Lacoste. Consequentemente, a ele é dado o papel de líder para a preparação da prova oral: a explicação do mapa – a mais temida. A prova trata do seguinte: num mapa, à escala de 1:50.000, descrever, comentar a distribuição espacial dos diversos fenômenos; estabelecer correlações entre configuração geológica ou relevo e a extensão dos fenômenos humanos, bem como sua evolução na história recente. Todo fenômeno ao qual faz-se alusão deve ser demonstrado no mapa.

Será nessa prova que ele falhará na *agrégation*. O mapa era de Oran, Argélia, na escala de 1:50.000. Porquanto ele detém importantes conhecimentos geológicos, demora a maior parte do tempo nessa estrutura. Membros do júri fazem sinal para ele abreviar a explicação – em virtude do tempo dispendido – e Lacoste mal menciona a extensão das vinhas e pouco comenta o mapa da cidade. Resultado: ele perde a vantagem que tinha na prova escrita e despenca de primeiro para o sexto lugar. Guglielmo foi o primeiro colocado.

Graças ao avanço²¹³ na prova escrita, o júri nomeou Lacoste professor adjunto [*adjoint*] no *lycée Marcelin-Berthelot*, em *Saint-Maur*, no subúrbio sudeste de Paris. Ele conhece Jean-Luc Piveteau – que quer fazer parte da equipe de *agrégation*. Ocorre uma “negociação”: os comunistas recebem o católico Piveteau na equipe ao passo que Lacoste se instala no imóvel na *Rue Roli* não longe da *Cité universitaire*. Duas vezes por semana ele ministra aula no *Marcelin-Berthelot*, na qualidade de professor de história-geografia, nas classes de *cinquième*²¹⁴ e de *seconde*²¹⁵.

²¹³ Lacoste não diz qual foi sua nota.

²¹⁴ *Classe de cinquième* refere-se ao *segundo* ano dos últimos quatro anos do *Collège* – equivalente ao nosso “ensino fundamental”. O *Collège* subdivide-se em 4 anos com as respectivas idades: *sixième* (11), *cinquième* (12), *quatrième* (13) e *troisième* (14).

²¹⁵ *Classe de seconde* refere-se ao *primeiro* ano do *Lycée*. O *lycée* é o equivalente ao Ensino Médio no Brasil. Compõe-se de três anos com as respectivas idades: *Seconde* (15), *Première* (16) e *Terminale* (17).

Com emprego garantido e casado, cabe agora retomar a preparação para a *agrégation*. Pierre George fornece temas para a dissertação que escreveriam e ele devolveria com suas apreciações. Lacoste lembra de um tema: “diferentes tipos de localização da indústria química”. Como veremos, não será a indústria química objeto de reflexões de Lacoste, mas sim a indústria do cimento e da construção. Ele raciocina *à la George*: num primeiro nível de análise, distingue a localização em sistema capitalista e no sistema socialista; no segundo nível de análise, a localização nas grandes regiões carboníferas e industriais, perto das coquearias e das refinarias portuárias; finalmente, no terceiro nível de análise, localiza a periferia dos espaços habitados e das aglomerações. Para sua surpresa, George devolve a cópia por último acrescentando que estava decepcionado. Na avaliação de Lacoste, o mestre não entendeu o que ele queria fazer. Estamos diante da origem, provável, do que Lacoste chamou de *articulação dos diferentes níveis de análise* – que ele empregaria, por exemplo, na sua *tese*. Ele não polemizou com George – seu professor desde os treze anos – mas estava convencido que essa *démarche* teria uma influência no seu futuro raciocínio geográfico. Finalmente, para a *agrégation* de geografia as duas questões de história daquele ano eram: o *Commonwealth* britânico²¹⁶ e Carlos V.

O ano é 1952. Lacoste aprende com o fracasso precedente e consegue a *agrégation*. Ele é o primeiro colocado. Camille obtém o certificado de etnologia. Ambos partilham o desejo de viajar. Ele almeja, com o consentimento da esposa, de ir ensinar em *Fort Lamy*²¹⁷, capital do Chade. Dresch informa que não há posto de *agrégé* (LACOSTE, 2010a). O casal decide ir viver no Marrocos para serem professores e iniciarem as teses em geomorfologia e etnologia. Mas Dresch os dissuade porque tornou-se perigoso o trabalho de campo desde a deposição do sultão Maomé ibne Iúçufe²¹⁸ (1909-1961), em 1953, por causa de seu apoio ao movimento nacional.

O artífice da deposição, além do governo francês, foi Thami El Glaoui (1879-1956), chefe da confederação de tribos berberes *Glaoua*. Thami havia sido escolhido por Lyautey, em 1912, para ser *pasha* (governador) da província de *Marrakech*. Próximo às autoridades do Protetorado Francês, passou a se opor ao sultão Maomé V e a coligar-se com os grandes *caïdes*²¹⁹ e chefes de confrarias contrários ao partido nacionalista *Istqlal* (fundado em 1937).

Com a deposição de Maomé V, assumiu Maomé ibne Arafa (1886-1976), que era tio do Sultão. Maomé V foi exilado na Córsega e depois em Madagascar. Era mais uma vez a França

²¹⁶ Na entrevista datada de 19/04/2022, Yves Lacoste aponta que a outra questão de história para a *agrégation* tinha sido sobre o Império Britânico e não sobre o *Commonwealth*: “Há uma outra questão para ... a *agrégation* de geografia: o Império Britânico. Percebe, é uma escolha formidável para um geógrafo estudar”.

²¹⁷ Desde 1973, a cidade atende pelo nome de N'Djamena.

²¹⁸ Maomé V

²¹⁹ Espécie de governador de cidade que acumula múltiplas funções, até mesmo a de chefe tribal – muito comum nas tribos berberes.

“ensinando liberdade”. Só que o tiro saiu pela culatra. Seguiram-se motins, desordens e os países árabes protestado à ONU, assim como os próceres muçulmanos da zona espanhola, que reconheciam somente Maomé V enquanto sultão legal (CARVALHO, 1963). Impopular, ilegítimo e em meio à uma radicalização nacionalista-independentista, Maomé ibne Arafa abdicou em 1955²²⁰. Então, Maomé V retorna em novembro de 1955. Em 1956, como resultado das rebeliões nacionalistas-independentistas, negocia a dupla independência, tanto da França, quanto da Espanha. Em 2 de março e 7 de abril de 1956 chegavam ao fim os protetorados francês e espanhol. O Marrocos era, finalmente, independente.

Surpreendentemente, Dresch aconselhou o casal a ir para um lugar não menos agitado: a Argélia. Segundo o mestre, na Argélia tudo estava calmo²²¹. Lacoste ironiza: ele parecia ter esquecido a tragédia de 8 de maio de 1945²²². Era o dia em que se celebrava a derrota do Terceiro *Reich* para os Aliados. Wolf (1973 [1969]) calculou entre 8.000 e 10.000 muçulmanos que se reuniram para comemorar a vitória aliada. Mas, a França resolveu dar outra prova de sua infundável capacidade de “ensinar a liberdade”. Uma terrível repressão se abateu sobre *Sétif*. Nacionalistas argelinos aproveitaram a ocasião para pedir a igualdade entre muçulmanos e cristãos; a libertação do líder político nacionalista Messali Hadj (1898-1974); e o fim da colonização, da mesma forma que os franceses não aceitaram ser colonizados pelos nazistas. Porém, as forças armadas francesas trataram de mostrar que liberdade, igualdade e fraternidade se reservavam somente para os seus congêneres. Sequer tolerou a bandeira da Argélia nas manifestações. A polícia reprimiu fortemente os rebeldes. A conjugação de escassez de alimentos e fome crônica foi mais um combustível no ódio. Em *Sétif*, os rebeldes mataram mais de cem europeus²²³. As rebeliões se espalharam também para *Guelma* e *Kherrata*: a repressão recresceu. Fanon (1958a [2020], p.133) calcula em 45 mil o número de mortos em *Sétif*; Wolf (1973 [1969]) acha mais provável 15 mil.

A ida para Argel é um novo capítulo na formação: tal qual o Marrocos, trata-se de um país franco-colonial; é também uma nova experiência docente – mas agora num espaço geográfico colonial. Ele vai para substituir o geógrafo André Prenant, nomeado assistente no Instituto de Paris, em 1952, graças à Jean Dresch. Prenant obteve o DES em 1947 com uma pesquisa sobre geomorfologia do Saara oranês. Desde 1949, ele é professor de *lycée* em *Alger*. No mesmo ano, realiza uma viagem de campo junto com Dresch em Constantina que o faz

²²⁰ O sultanato durou de 20 de agosto de 1953 a 16 de novembro de 1955

²²¹ “[...] où tout était calme” (LACOSTE, 2018a, p.68)

²²² “Il semblait avoir oublié le drame du 8 mai 1945” (LACOSTE, 2018a, p.68)

²²³ Hernandez (2008 [2005], p.477) calcula em aproximadamente 20 franceses o número de mortos até a polícia restabelecer a ordem.

decidir ter por tema de tese as cidades do interior argelino: *Sétif*, *Sidi bel Abbes* e *Tlemecen*. Sua esposa, a filósofa Marie-Anne, converte-se à geografia. Ela estuda a cidade de *Nedroma* para o seu DES. Ambos frequentam os círculos do Partido Comunista Argelino²²⁴, do diário *Alger Républicain*²²⁵, do *Mouvement pour le triomphe des libertés démocratique*²²⁶ e da *Union démocratique du manifeste algérien*²²⁷ (BATAILLON, 2006). São e serão essas experiências coloniais e a descoberta do importante historiador Ibn Khaldoun que farão o geógrafo desviar a vocação da geomorfologia para os problemas dos países do terceiro mundo (LACOSTE, 1989).

V – Vocação magrebina, segunda parte: trajetória na Argélia. Dresch, Hadjeres e Ibn Khaldun: o caminho da inflexão. A revolução argelina.

Os laços de Lacoste com Pierre George deveriam tê-lo levado a realizar uma *thèse* em geografia humana. Todavia, a ligação com o Marrocos o fez escolher Jean Dresch para diretor da tese. Contudo, creio que deve ser adicionado a essa decisão a incompreensão de George – nas palavras de Lacoste – em relação à *articulação dos diferentes níveis de análise*, raiz do raciocínio geográfico lacosteano. Poderíamos adicionar também enquanto razões para a escolha por Dresch a influência paterna, a admiração por Lyautey, o gosto pela geomorfologia e pela geologia. E, é claro, a deferência que ele tem pelo mestre. Dresch, àquela altura (1952), era professor de Geografia na Sorbonne desde 1948 (PRIETO; VERDI, 2017) com uma cadeira de Geografia da África do Norte. Antes disso já havia lecionado na Universidade de Estrasburgo (1946-1948), na *Ecole nationale de la France d’Outre-Mer* (1947-48) e na *Ecole des Langues Orientales Vivantes*, desde 1947 até 1969 (GINSBURGUER, 2017). Ele já era um geógrafo muito famoso. Dono de uma tese monumental sobre a cordilheira do *Grand Atlas* marroquino, prestigiado junto aos franceses do Marrocos.

Quando Lacoste expressou sua vontade ir para Argel, o Inspetor-Geral²²⁸ – membro do júri encarregado de recolher os desejos dos laureados – se espantou com a escolha. Ele poderia ter reivindicado um posto da *Île-de-France* vez que tinha sido o primeiro colocado no concurso

²²⁴ Fundado em 1920.

²²⁵ Fundado em 1938, um dos seus jornalistas foi Albert Camus (1913-1960).

²²⁶ MTLD. Partido nacionalista fundado em 1946 cujo presidente fora Messali Hadj.

²²⁷ UDMA. Partido político criado por Ferhat Abbas (1899-1985) em 1946. Abbas permanecerá nesse cargo até 1956.

²²⁸ Lacoste não diz o nome, infelizmente.

da *agrégation*. Vai ser nomeado sem dificuldade para o *lycée Bugeaud*²²⁹, em Argel. Em companhia da esposa, na capital argelina perceberão a diferença entre os franceses da Argélia e os do Marrocos – nesse último, Lacoste era tratado como filho. Na Argélia, os dois serão considerados como *frankaouis*²³⁰ – “professores vindos da França imbuídos de seus conhecimentos e persuadidos de como lidar com os árabes²³¹” (LACOSTE, 2018a, p.70).

Já em Argel sentem a hostilidade latente com os *frankaouis*. Não era pra menos. Os massacres de *Sétif*, *Guelma* e *Kherrata*, sete anos antes, estão vivos. Em 1946, Ferhat Abbas cria a UDMA para concorrer às eleições e eleger representantes no parlamento francês. A Constituição da França outorgava o direito às colônias serem representadas no Parlamento através de um colégio eleitoral duplo formado por franceses e muçulmanos (YAZBEK, 2010). Para unir as forças nacionalistas e independentistas, Abbas e Messali Hadj criam o MTLD, sucessor do *Parti du peuple algérien*²³², com vistas às futuras eleições.

Em 1947, o Estatuto da Argélia foi promulgado. Este estabelecia uma administração local autônoma com representação no Parlamento francês – local das decisões. Isso fazia com que a Argélia fosse administrada por um Governador Geral e uma Assembleia cuja eleição mediava-se por um colégio composto por um número equivalente de muçulmanos e franceses, tanto na Assembleia quanto no Senado em França (YAZBEK, 2010). Nessa assembleia argelina metade são eleitos por dois colégios. O primeiro colégio é eleito por 88% de Europeus e somente 12% de muçulmanos; o segundo colégio era formado apenas de muçulmanos. Além de intrincado, esse mecanismo de representação é injusto: havia, na ocasião, 920 mil europeus para 7 milhões e 800 mil muçulmanos. Ademais, não bastasse essa sub-representação, a Assembleia argelina só tomava decisões importante com maioria de 2/3 (LACOSTE, 2006a).

Camille dava aulas de história-geografia no *Cours Michelet*, uma escola privada. No *lycée Bugeaud* atribuíram à Lacoste a *classe de première* cujo título do programa de geografia

²²⁹ Homenagem à Thomas Robert Bugeaud (1784-1849), Marechal da França e Governador-Geral da Argélia (1841-1857). Analisando a evolução demográfica da Argélia, Catherine Coquery-Vidrovitch (2005a [2003], p.662) observa que as primeiras décadas de ocupação significaram um retrocesso populacional. Em primeiro lugar devido à brutalidade das operações militares prolongadas para além da rendição de Abd el-Qáder (1847). Papel de destaque coube a Bugeaud: “A tática de terra arrasada aplicada por Bugeaud a partir de 1840 provocou verdadeiros desastres. As pessoas que não eram massacradas morriam de fome, desnutrição e doenças. Assim, a Argélia viu sua população reduzir para menos de 2.500.000 em 1856, aumentando para 2.700.000 em 1861, para diminuir novamente a 2.100.000 dez anos mais tarde”. La tática de tierra quemada aplicada por Bugeaud a partir de 1840 provocó verdaderos desastres. Las personas que no eran masacradas morían de hambre, de malnutrición y de enfermedades. Así pues, Argelia habría visto reducir su población a menos de 2.500.000 en 1856, habría aumentado a 2.700.000 en 1861, para disminuir de nuevo a 2.100.000 diez años más tarde.

²³⁰ Em entrevista com Pascal Lorot, o geógrafo diz que *frankaoui* era “un Français de France” (LACOSTE, 2010a, p.55).

²³¹ [...] professeurs qui arrivaient de France imbus de leurs connaissances et persuadés de savoir comment faire avec les Arabes.

²³² PPA. Fundado em 1937 por Messali Hadj.

era: “A França e a África do Norte francesa”. Ele percebeu que os alunos seriam bastante críticos, até hostis. As instruções ministeriais outorgavam liberdade de dedicar tempo à região onde se encontrava o *lycée*, ao Marechal Bugeaud e à conquista da Argélia. Decide, pois, começar o ano com uma comparação geográfica e histórica entre a Argélia e o Marrocos. Fornece um exemplo da distinção da conquista colonial francesa nesses dois países. No Marrocos encontra-se ainda em cada grande cidade uma *médina* e uma grande mesquita do Império Almôada do século XII – da mesma forma na Andaluzia²³³ – enquanto que na Argélia elas praticamente desapareceram – salvo em *Tlemcen*, perto da fronteira marroquina. Outro exemplo: no Marrocos o foco era principalmente nos recursos minerais e os colonos não conseguiram tomar as terras das tribos, o que tinha reforçado os poderes do sultão, reduzindo – ao mesmo tempo – as regiões de dissidência. Na Argélia, os franceses privaram quase sistematicamente as tribos de seus territórios, sob o pretexto que tinham muito e lutavam contra os franceses. Era uma forma de “solução demográfica” em relação aos camponeses franceses sem-terra e que, por consequência, foram instalados na Argélia. Houve, portanto, uma diferença interna de colonização que se expressava, por exemplo, nas táticas de Bugeaud e de Lyautey.

Não demora muito e o casal foi contatado por um professor membro do Partido Comunista argelino. O professor era o cabila Larbi Braïk. Braïk e sua esposa Françoise serão importantes para Camille e Lacoste por causa de um efeito fundamental na jornada intelectual de ambos: a apresentação da *Kabylia*. Com uma paisagem esplêndida, comovente e portadora de uma enorme densidade populacional, Camille decidiu consagrar sua tese aos cabilas, singulares – em sua visão – pela cultura berbere e tradições democráticas.

Lacoste, por outro lado, não sabia que tema escolher. Chegou a considerar por um momento os *Hautes Plaines* – região localizada nas montanhas *Atlas* – onde se descobriu depósitos de água fóssil. Optou por um tema próximo ao da esposa: o maciço antigo de *Grande Kabylie*, e sobretudo a cordilheira de *Djurjura*. Ele tem interesse nas formas cársticas e nos seus possíveis círculos glaciais. Um geomorfólogo alemão, Dr. Büdel²³⁴, que estudava as formas glaciares a sul do Mediterrâneo, o contacta. Büdel vai à Argel e Lacoste propõe acompanhá-lo no *Djurjura*. Num trabalho de campo, Lacoste quase “desaparece”. Com o avanço da primavera, a neve derreteu em quase todos os lugares e os dois dirigiram até a estrada do cume. Lacoste e Camille já conheciam a entrada do abismo de *Anou Boussouil* que, à época, era a caverna cárstica mais profunda do mundo – com 3.200 metros de comprimento e 805 metros de profundidade. Büdel e ele cometem um erro. Em vez de caminharem nas barras rochosas

²³³ “península Ibérica muçulmana” (BISSIO, 2012, p.38).

²³⁴ Trata-se, provavelmente, do geógrafo Julius Büdel (1903-1983)

erçadas de *lapiás*²³⁵ e sem neve, caminham nas extensões planas cobertas de neve. Eram abismos cársticos ainda níveos. Então a camada cedeu sob o peso de Lacoste e, três metros abaixo, se viu sobre uma saliência rochosa donde visualizou as profundezas do abismo. Büdel então lançou uma parte do seu cinto para ajudá-lo a sair daquela posição delicada.

Em Argel, além das aulas no *lycée Bugeaud*, ele participa das reuniões dos intelectuais progressistas – “o equivalente do Partido comunista argelino²³⁶” – que tinham lugar na *Librairie Nouvelle*, no piso térreo de um imóvel que também abrigava a sede do Partido Comunista Argelino (PCA). Essas reuniões – nas quais participavam argelinos, cabilas, judeus e *frankaouis* – são decisivas. Em uma delas, conhece Sadek Hadjeres. Hadjeres foi membro do *Parti du peuple algérien* entre 1944 e 1949; à época foi presidente da AEMAN (Associação de Estudantes Muçulmanos da África do Norte) de 1947 a 1951. Em 1949, estoura a crise berberista²³⁷ e o cabila Hadjeres deixa o PPA para adentrar as fileiras do PCA em 1951. Ali, foi eleito para o Comitê Central em 1952 e para o birô político em 1955. Nesse intervalo, entre 1953 e 1954, foi diretor da revista *Progrès* (HADJERES, 2010).

Numa das reuniões, Hadjeres indagara Lacoste se também havia história na *agrégation* de geografia. Com a afirmativa, perguntou se o geógrafo poderia escrever um artigo para a revista cultural argelina que ele dirigia. O artigo era sobre um historiador magrebino da Idade Média chamado Ibn Khaldun (1332-1406). O problema era que Lacoste desconhecia Khaldun e não sabia árabe. Hadjeres garante a ele que existia na *Bibliothèque nationale, rue d'Isly*, uma tradução de toda obra khalduniana, cujos *Prolégomènes* eram a parte mais interessante. Para agradá-lo, e não recusar por princípio, Lacoste vai consultar a tradução dos *Prolégomènes* – três tomos, mais de 1.500 páginas.

E li a autobiografia de Ibn Khaldoun. E talvez, ele começa seu estudo sobre a história do mundo Árabe e do que o cerca – Pérsia e Europa, tudo isso – por sua apresentação, de seu papel político. E eu leio isso como se fosse um *Western*, porque Ibn Khaldun

²³⁵ “A forma menor mais característica do Karst. Trata-se de uma fenda mais ou menos profunda que resulta da dissolução da rocha calcária na superfície e que ocorre em numerosos grupos: campos de lapiás, “rascles” no Jura, “arres” nos Pirineus e “karren” na Suíça” (GEORGE, 2007 [1970], p.349).

La forma menor más característica del Karst. Se trata de una ranura más o menos profunda que resulta de la disolución de la roca calcárea en superficie y que se presenta en agrupaciones numerosas: campos de lapias, “rascles” en el Jura, “arres” en los Pirineos y “karren” en Suiza.

O lapiás que Lacoste faz referência é do tipo perfurante. Caracterizam-se por furos cilíndricos ou ligeiramente helicoidais que perfuram os leitos calcários. São frequentes no mediterrâneo.

²³⁶ Nas entrevistas com Pascal Lorot, ele relata que não se lembra se, junto com Camille, foram efetivamente membros do Partido Comunista argelino, pois no *lycée Bugeaud* – diferentemente do *lycée Lakanal* – não havia células onde pudesse ser designado (LACOSTE, 2010a).

²³⁷ Crise interna ao MTLD causada pelo descompasso entre os militantes e a liderança do referido partido. A razão passava pela construção da identidade nacional em resposta à pergunta: o que é a Argélia? Árabe-muçulmana, berbere, ou ambos? Líderes como Messali Hadj defendiam uma Argélia árabe-muçulmana. A princípio, os berberes foram marginalizados, mas posteriormente foram admitidos no partido. Ver: Ouerdane (1987).

antes de ser um grande escritor é aquele que recruta tributos para este ou aquele soberano. Que é mais ou menos chefe de guerra. Ele é pago para isso, ele tem, paga as pessoas. Ah, eu li isso, mas, absolutamente estupefato, estupefato! Eu fiquei lendo os *Prolegômenos*, finalmente, a Biblioteca Nacional me vigia, porque está fechada e eu voltei no dia seguinte, etc. Eu estava absolutamente fascinado e eu digo: “mas como esse pensamento de Ibn Khaldoun”, porque lá eu vejo a distinção, a relação entre a história local, se você quiser, a história que acontece em apenas um ano, alguns meses, quando você perde uma batalha, há aquelas poucas horas, e depois é essa com essa história mundial. A distinção que é fundamental hoje para os historiadores entre a articulação entre a história de tempos longos e a história de tempos muito curtos, já está em Ibn Khaldoun. Ah! Então, bem, eu fiquei fascinado (Entrevista com Yves Lacoste, 19/04/2022).

Jamais se arrependerá de consultar essa autobiografia que se lê como um romance, recheada de conspirações forjadas nas capitais de Marrocos, do Magrebe Central, bem como da Andaluzia. Ele envolve-se na história desse *condottiere* que recruta cavaleiros das mais distintas tribos para serem contratados por qualquer soberano ou pretendente. Sem embargo, o que marcará principalmente Lacoste é o *modelo de explicação de Ibn Khaldun*²³⁸ acerca do suceder dialético das tribos e estados do Magrebe

Além do artigo, Hadjeres pediu uma palestra em Argel sobre Ibn Khaldun para os intelectuais progressistas. Lacoste relata que provavelmente esperava-se que referisse aos princípios do marxismo (sucessão dos modos de produção, comunidade primitiva, feudalismo, burguesia). Mas ele, de modo intencional, não situou Khaldun numa “pré-burguesia progressista” e preferiu compará-lo a uma espécie de *condottiere*, passando de soberano a outro. Essa redução servia para que ele se afastasse dos sacrossantos princípios do marxismo (LACOSTE, 2018a). O que é curioso – tal qual veremos a seguir – pois Lacoste estabelece um claro cruzamento entre o pensamento marxista e Ibn Khaldun, inclusive falando em feudalismo, burguesia e materialismo histórico.

O artigo apareceu dividido em dois números na revista *Progrès* (LACOSTE, 1953a;1953b). Vejamos alguns pontos importantes.

Os *Prolegômenos – Al-Muqaddimah* – se desenvolvem na segunda parte do século XIV, ou seja, no que se denomina período de declínio da civilização muçulmana de expressão árabe. Assim, a referida obra captura tanto o declínio quanto as características dessa civilização durante seu período de crescimento e apogeu. De acordo com Trabulise (2011), *Al-Muqaddimah* representa a primeira tentativa conhecida de criar uma ciência das sociedades independentes da

²³⁸ Voltaremos a esse tema quando investigarmos a obra lacosteana homônima.

teologia e da filosofia. Isso não quer dizer que a dimensão sobrenatural não intervenha: a intervenção da Providência opera-se na vida individual, mas não na organização social. A Providência não tem o poder de alterar o curso da história, pois esta se desenrola à margem dos desígnios de Deus. Deus não atua no curso geral dos acontecimentos. Com a história secularizada, uma interpretação adequada dos acontecimentos pretéritos pode tornar possível prever eventos futuros com base nos dados da razão humana.

Khaldun considerava que os caracteres intrínsecos da ciência histórica eram (1) o exame e verificação dos fatos; (2) a investigação atenta das causas que os produziram; e (3) o conhecimento profundo da natureza dos acontecimentos e as causas originárias. Por isso ele considera a história uma ciência e um ramo importante da filosofia. Essa ciência fornece o conhecimento das condições e costumes dos povos antigos, dos atos dos profetas e da administração dos reis. A história é propriamente a narração de fatos relativos a uma época ou a um povo. Ela se distingue pela importância de seus resultados, grande utilidade e sua finalidade nobre, grande utilidade e importância de resultados (JALDÚN, 2011 [1977]). A finalidade da história é:

[...] é fazer conhecer o estado social do homem, em sua dimensão humana, isto é, a urbanização e a civilização do mundo, e fazer compreender os fenômenos que naturalmente acompanham sua natureza, tais como a vida selvagem, a humanização, a coligação agnática (“al-asabiya”), as várias formas de supremacia que os povos alcançam uns sobre os outros, e que dão origem a impérios dinastias, distinções de categoria, as atividades que os homens assumem e às quais eles dedicam seus esforços, tais como os ofícios de subsistência, as profissões lucrativas, as ciências, as artes; enfim, todo o desenvolvimento e todas as mudanças que a natureza das coisas pode trazer no caráter da sociedade²³⁹ (JALDÚN, 2011 [1977], p.141).

Quanto ao historiador, Khaldun considerava indispensável que ele conhecesse os princípios fundamentais da política, da arte de governar, da verdadeira natureza das entidades, da natureza dos eventos, da diversidade oferecida pelas nações, países, da natureza geográfica e dos tempos em termos de costumes, usos, modalidades, condutas, opiniões, sentimentos religiosos e todas as circunstâncias que influenciam a sociedade humana e sua evolução. Em resumo, ele deve conhecer minuciosamente os motivos de cada evento, e a fonte de todos os dados; de modo a abranger todas as nações concernentes à sua atividade O historiador deve

²³⁹ Sabed que la historia tiene por verdadera finalidad hacernos conocer el estado social del hombre, en su dimensión humana, o sea la urbanización y civilización del mundo, y de darnos a entender los fenómenos concomitantes naturalmente a su índole tales como la vida salvaje, la humanización, la coligación agnaticia («al-asabiya»), las diversas formas de supremacía que los pueblos logran unos sobre otros y que originan los imperios y las dinastías, las distinciones de rangos, las actividades que adoptan los hombres y a las que dedican sus esfuerzos, tales como los oficios para subsistir, las profesiones lucrativas, las ciencias, las artes; en fin, todo el devenir y todas las mutaciones que la naturaleza de las cosas pueda operar en el carácter de la sociedad.

fornecer as notícias gerais de cada país, povo e século, caso deseje apoiar em bases sólidas os assuntos de que ocupa-se e tornar inteligíveis as notícias que propicia (JALDÚN, 2011 [1977]).

O objetivo de Yves Lacoste é mostrar a importância da obra de Khaldun, uma das mais relevantes já produzidas. Além disso, o geógrafo defende que o historiador magrebino é um dos fundadores da história e da sociologia enquanto ciências, ao mesmo tempo em que é um precursor do método científico na história.

Lacoste procura ressaltar a importância da origem norte-africana de Khaldun, especialmente para os argelinos: um dos últimos grandes pensadores árabes da Idade Média, a obra khalduniana é base essencial para qualquer estudo histórico do Norte da África. Khaldun é apontado como o gênio mais poderoso e original que exemplificou a civilização árabe, além de ser o fundador da ciência histórica em sua concepção moderna e de muitas outras ciências humanas, como a sociologia e a própria geografia humana.

Os *Prolegômenos* de Khaldun são apresentados como uma verdadeira enciclopédia que organiza, de forma lógica, uma ampla gama de temas: cosmografia, uma descrição geográfica detalhada da terra conhecida na época, uma política, um tratado de economia, uma classificação racional das ciências, uma pedagogia seguida de uma retórica e poética. Além disso, a obra compreende elementos de alquimia, magia, física, álgebra, agricultura, medicina, arquitetura, urbanismo, estética, direito, teologia e arte militar.

Lacoste investe contra a obra do geógrafo Émile-Félix Gautier (1864-1940). Gautier (1927) atribuiu o declínio do Magrebe à islamização e à conquista árabe. Contudo, Lacoste observa que essa conquista árabe da África do Norte foi importante para a tentativa de destruição do “feudalismo” dessa região. Essa tentativa decorreria da agência da burguesia mercantil das cidades da Arábia. Tal atuação levou ao estabelecimento de uma área unificada de trocas de mercadorias, pessoas e ideias. Mas a burguesia comercial e urbana não teve força suficiente para esmagar o ressurgimento do “feudalismo”. Por consequência, as cidades e portos mercantes abandonaram o comércio pela pirataria e a guerra tornou-se o meio de enriquecimento que substituiu o comércio internacional. O “feudalismo” renasce e necessita de mercenários – que serão encontrados nos povos nômades (como os beduínos). Essa seria a origem das assim chamadas “invasões” nômades que serão vistas – Gautier incluso – como a raiz do declínio da África do Norte.

Cabe destacar que essa visão de Gautier é presente no próprio historiador magrebino, por ele escreve:

Mas hoje, isto é, no final do século VIII, a situação no Magrebe sofreu uma profunda revolução, a nosso ver, e foi completamente perturbada: os povos berberes, que vivem neste país desde a antiguidade, foram substituídos pelas tribos árabes que, no século V, tinham invadido essas regiões e que, por sua grandeza e sua força, subjugaram população, se apoderou de grande parte do território e compartilhou com eles o gozo das regiões que ainda detinham. A isto se deve acrescentar o terrível flagelo que, em meados do século VIII, uma praga lançou sobre os povos do Oriente e do Ocidente; açoitando cruelmente as nações, ceifou grande parte das gerações do século, devastou e aniquilou os resultados mais esplêndidos da civilização. Tal desastre coincidiu com a era dos impérios e se aproximava do fim de sua existência; estilhaçou suas forças, drenou seu vigor, enfraqueceu seu poder, tanto que foram ameaçados de ruína iminente e completa²⁴⁰ (JALDÚN, 2011 [1977], p.135).

A devastação árabe teria sido responsável pela destruição da Síria, bem como o sofrimento da Ifriqiya²⁴¹ e do Magrebe²⁴². Ele data do século V da Hégira²⁴³ a invasão dos Bani Hilal²⁴⁴ e Bani Solim²⁴⁵ cujo resultado foi a ruína das terras. Khaldun explica que os Bani Hilal, árabes nômades, invadiram a Mauritânia em meados do século citado junto com os Bani Soleim. O califa fatímida Al Aziz os haviam confinado no alto Egito, entre o Nilo e o Mar Vermelho. Esse confinamento foi uma punição decorrente de uma devastação que essas tribos haviam perpetrado em Hidjaz – oeste da atual Arábia Saudita – por causa da insurreição dos Cármatas na Síria e Iraque entre os anos 903 e 906. Todavia, quando o vice-rei de Ifriqiya – Al Moizz Ibn Badis – derrubou o jugo fatímida, o governo egípcio permitiu que essas tribos atravessassem o Nilo e migrassem para as províncias do norte africano. O resultado, na avaliação de Khaldun, foi a devastação do Magrebe. Antes disso, ele explica que a região do Magrebe era fortemente habitada e exemplifica falando em vestígios de uma antiga civilização, restos de monumentos e edifícios, restos de cidades e aldeias (JALDÚN, 2011 [1977]).

²⁴⁰ Pero hoy día, es decir, a finales de la octava centuria, la situación del Magreb ha sufrido una profunda revolución, tal como la contemplamos, y ha sido totalmente trastornada: los pueblos bereberes, moradores de este país desde lejanas edades, han sido reemplazados por las tribus árabes que, en el siglo V, habían invadido estas comarcas, y que, por su gran número y su fuerza, subyugaron a la población, arrebataron gran parte del territorio y compartieron con ella el disfrute de las comarcas que aún conservaba en su poder. Añádase a ello el terrible azote que, hacia la mitad del siglo VIII, una peste vino a desencadenar sobre los pueblos de Oriente y Occidente; flagelando cruelmente a las naciones, segó gran parte de las generaciones del siglo, devastó y desvaneció los más esplendorosos resultados de la civilización. Tal desastre coincidió con la senectud de los imperios y ya próximos al término de su existir; destrozó sus fuerzas, extenuó su vigor, debilitó su potencia, a tal punto que se veían amenazados de una ruina inminente y total

²⁴¹ Atual Tunísia, nordeste da Argélia e Noroeste da Líbia.

²⁴² Nesse caso, Magrebe significa Argélia.

²⁴³ Como explica Bissio (2012, p.105): “O próprio Muhammad deixa sua cidade natal, em 16 de julho de 622, data do começo da *hijrah* (hégira, usualmente traduzida por emigração ou separação), que [...] por determinação do califa Umar ibn Khattab (634-644) passou a marcar o início do calendário muçulmano”.

²⁴⁴ Tribos árabes das regiões Hejaz e Najd – respectivamente oeste e centro – da Península Arábica que emigraram para o norte da África no século XI.

²⁴⁵ Tribo árabe que dominou parte da região oeste da atual Arábia Saudita. Após converterem-se ao Islã, migraram para o atual território da Líbia junto com os Bani Hilal.

Para Lacoste, esses nômades – a exemplo dos Bani Hilal e do Bani Maqil²⁴⁶ – eram convocados e comprados pelos “senhores feudais locais” a quem serviam. Assim, Lacoste inverte a tese do declínio da África do Norte: a raiz não seria as invasões nômades, mas sim a feudalização que essa região percebeu pelo menos desde o século XIV.

O processo de feudalização acentua-se quando, depois de terem pago em dinheiro ao mercenário nômade, os príncipes pagam-lhe a *iqta*, ou seja, uma parte dos bens da coroa (territórios, percepção de impostos) que o soberano concede. Lacoste nota que essa *iqta* é comparável ao feudo europeu – daí ele falar em “feudalismo” e “feudalização”. Como sequela, a economia magrebina se fecha em si mesma, compartimenta-se, desaparecendo a grande produção e o grande comércio. A incipiente burguesia urbana se enfraquece face aos nômades – personificação do “feudalismo”. Isso no plano da economia política. No plano da superestrutura, a ortodoxia religiosa renasce e reage ao livre pensamento árabe racionalista e científico. Desenvolvem-se as *madrassas*²⁴⁷, local onde os religiosos ortodoxos formam funcionários e proscurem investigações estranhas à tradição islâmica.

O pensamento de Khaldun deve ser considerado em toda sua complexidade e em suas contradições internas. Isso significa trazer para o mesmo plano os erros e superstições ao lado das verdades – ambos decorrentes do método dialético de Khaldun, que ele acaba de descobrir e é bastante progressista para a época. Um desses erros foi ter erigido um sistema metafísico que opunha o nômade e o cidadão (sedentário). São dois aspectos do estado social:

Estado social. Compreende dois aspectos: vida nômade e vida sedentária. A primeira é aquela que ocorre nas planícies, nas montanhas ou sob tendas temporárias, que passam pelos pontos de pastagem localizados nos desertos ou nas bordas das regiões arenosas. A segunda é aquela que ocorre nas cidades, vilas, aldeias e aldeias; lugares que oferecem segurança e proteção ao homem com os seus muros e fortalezas. Em todas essas circunstâncias, o estado social sofre mudanças essenciais no que diz respeito à reunificação dos indivíduos em sociedade²⁴⁸(JALDÚN, 2011 [1977], p.149).

²⁴⁶ Tribo pastoril nômade árabe que emigrou para a região do Magrebe, com as tribos Bani Hilal e Bani Solim, no século XI.

²⁴⁷ Bissio (2012, p.317) define madrassa da seguinte maneira: “colégio de educação superior muçulmana, onde os *ulemás/ulama* estudam disciplinas como a *fiqh*. Conforme a mesma autora, *ulemás* são “homens doutos, guardiães das tradições legais e religiosas do Islã” (BISSIO, 2012, p.319). E *fiqh* é a “jurisprudência islâmica; estudo e aplicação do corpo das leis sagradas islâmicas” (BISSIO, 2012, p.316).

²⁴⁸ El estado social. Comprende dos aspectos: la vida nómada y la vida sedentaria. La primera es aquella que se desenvuelve en las llanuras, sobre las montañas, o bajo las tiendas transitorias, que recorren los puntos de pasturaje ubicados en los desiertos o en los confines de las regiones arenosas. La segunda, es la que se desarrolla en las ciudades, poblaciones, aldeas y caseríos; localidades que ofrecen al hombre seguridad y protección con sus murallas y fortalezas. En todas estas circunstancias, el estado social experimenta modificaciones esenciales en cuanto se refiere a la reunión de individuos en sociedad.

Khaldun é bastante crítico dos cidadãos pois estes ocupam-se em prazeres, entregam-se aos luxos; buscam as volúpias mundanas contingentes abandonando-se nos apetites e paixões; aprofundam-se em perversões; desviam-se do bem; das virtudes; do decoro; a linguagem é obscena; o comportamento é desavergonhado; são indecentes. O fato de estarem seguros intramuros por tropas encarregadas de sua defesa corroe o espírito guerreiro anteriormente presente. Khaldun chega mesmo a comparar o comportamento dos cidadãos com as mulheres e crianças vez que os “cuidados são tomados pelo chefe de família” (JALDÚN, 2011 [1977], p.271).

Já os nômades, as pessoas do campo, aspiram somente o necessário; são regulados por hábitos simples; podem ter defeitos, mas menores quando comparados com os cidadãos. Como estão isolados dos grandes centros urbanos, acostumados à uma vida semisselvagem, eles rejeitam a ideia de se esconderem nos muros das cidades. Estão sempre vigilantes, preocupados, atentos às contingências. Seu caráter é ousado.

Os nômades exprimem a civilização rudimentar e virtuosa; por isso mesmo, correspondem à fase crescente e saudável de um império. Ao passo que os cidadãos estão corrompidos pela procura do bem-estar e pela influência da civilização urbana. O nômade é puro e selvagem; o cidadão é desfrutador e comercial. Essa oposição, como salienta Lacoste, é falsa, porquanto os nômades desempenham também um papel comercial – a exemplo daqueles que transportam caravanas. Ademais, existe uma seletividade nessa oposição metafísica entre nômades (pessoas do campo) e sedentários (cidadãos). Ela não é válida para os árabes. Ele grafa:

A inveteração dos hábitos selvagens da vida nômade tornou os árabes um povo áspero e montanhoso. A grosseria de seus costumes tornou-se uma segunda natureza neles, um estado no qual eles se entregam, porque os liberta da sujeição e lhes dá uma vida independente. Tal disposição é contrária ao progresso social. É antagônico à própria civilização. Sua maior preocupação é vagar de um lugar para outro, perambulando pelo deserto, e arrebatando suas posses dos outros. Estado que se opõe a todo progresso. Assim como a vida sedentária é propícia ao desenvolvimento da civilização, a vida nômade é adversa a ela²⁴⁹ (JALDÚN, 2011 [1977], p.312).

Khaldun demonstra um pensamento eivado de preconceitos pois, lembremos, para ele os árabes seriam os culpados pelo declínio do Magrebe. Estende a crítica inclusive ao alegar

²⁴⁹ La inveteración de los hábitos agrestes de la vida nómada ha hecho de los árabes un pueblo rudo y montaraz. La tosquedad de sus costumbres ha devenido en ellos una segunda naturaleza, un estado en el que se complacen, porque les libera de la sujeción y les depara un vivir independiente. Tal disposición se opone al progreso social. Es antinómica a la propia civilización. Su máxima preocupación es deambular de un sitio a otro, recorriendo el desierto, y arrebatarse a los demás sus bienes. Estado contrario a todo progreso. En la misma medida que la vida sedentaria es favorable al desarrollo de la civilización, la vida nómada le es adversa

que os árabes erguem edifícios que estão longe de serem sólidos. Atribui esse defeito à própria civilização nômade e o distanciamento das artes. Os árabes também dariam pouca atenção à escolha dos locais adequados para fundar uma cidade (sítio, qualidade do ar, da água, terras aráveis, pastagens).

Pelo caráter dialético do método e do pensamento de Khaldun que Lacoste o considerará precursor do materialismo histórico. O próprio modelo de explicação khalduniano para o declínio dos impérios é ancorado na dialética. O império desde o início traz consigo os germes da destruição que vão crescendo gradualmente pelas contradições que ele mesmo engendra. Em Khaldun, cada dimensão da sociedade (economia, arte, política) deve ser considerada em relação ao todo. Mas atenção: isso não torna Khaldun um marxista, seja porque ele não tem uma concepção clara de classe social, seja porque suas concepções de materialismo histórico são menos sólidas que aquelas de Engels e Marx no século XIX.

Uma das originalidades da obra khalduniana é ter associado história e sociologia. Na avaliação de Lacoste, ele constrói uma sociologia e uma história sólidas, baseadas nos mecanismos sociais. Essa articulação é marcante, e Khaldun processa uma descrição da sociedade tal como ela é e não como ela deveria ser. Diferentemente da *República* de Platão (428 a.C.-347 a.C.) e da *Política* de Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.), os *Prolegômenos* não se propõem a fazer coincidir a sociedade ideal com a sociedade real. Daí a concepção científica khalduniana porque parte de dados materiais concretos e reais, levando à descoberta das leis do desenvolvimento da sociedade. Uma outra dimensão também separa Khaldun de determinados antecessores: sua sociologia não é puramente descritiva a exemplo dos relatos de viagens de Heródoto (485 a.C.-425 a.C.), al-Idrisi (1110-1166), Marco Polo (1254-1324) e Ibne Batuta (1304-1377).

No artigo, Lacoste defende que Khaldun teve dois precursores na articulação entre sociologia e história: Tucídides (460 a.C.-400 a.C.) e o argelino Santo Agostinho (354-430). De Tucídides, em sua *História da Guerra do Peloponeso*, advém a importância de contar e explicar os acontecimentos; mas, como Tucídides basearia suas explicações no caráter dos homens, decorreria uma articulação muito embrionária. No mesmo sentido estão os comentários feitos no estudo preliminar por Elías Trabulse (2011). Este comentarista assinala que para Khaldun a história é em última análise uma ciência ou conhecimento do futuro. E é nesse aspecto que Trabulse aproxima Khaldun de Tucídides:

Sua teoria encontra aqui um contato com Tucídides para quem a história é também um conhecimento do futuro; mas enquanto para o genial ateniense o indivíduo é o sujeito do acontecer histórico e aquele que encontra nos ensinamentos do passado as

regras de conduta para o futuro; para o historiador muçulmano o indivíduo é um átomo minúsculo que não desempenha nenhum papel, exceto o de espectador, do verdadeiro sujeito da história, a sociedade. Assim, enquanto para Tucídides o homem dotado pode agir modificando o futuro, para Ibn Khaldun o homem só pode contemplar, impotente, a marcha dos acontecimentos. Em ambos, a história tem um papel pedagógico, mas com a enorme diferença que dá o poder de aplicar ou não à vida cotidiana a experiência dos eventos passados²⁵⁰ (TRABULSE, 2011, p.20).

Para Lacoste, Santo Agostinho avança – em *Cidade de Deus* – na articulação sociologia-história ao efetivar uma síntese da civilização antiga e uma visão geral da história de Roma; contudo, Agostinho não explica a história pelo estado e evolução da sociedade, mas sim trazendo um terceiro elemento: a Divina Providência. Logo, os eventos históricos não estariam ligados às causas sociais e econômicas, mas sim ao ponto de vista divino.

Por essas razões, a obra de Khaldun é partícipe do patrimônio científico da humanidade ao mesmo tempo em que coroa a civilização árabe. Sem embargo, essa “volta ao passado”, para um Magrebe distante glorioso, desempenha uma função no presente colonial daquela época (1953): as possibilidades de desenvolvimento da cultura argelina; da ressurreição da civilização muçulmana na imagem da jovem nação argelina em vias de formação, que mesclava harmoniosamente as fontes nacionais com as grandes correntes do pensamento contemporâneo – em especial o pensamento marxista.

Lacoste distribui o artigo à alguns colegas do *lycée Bugeaud*. A situação da Argélia era cada vez mais tensa. Na primavera de 1954, militantes revolucionários – insatisfeitos com a parcimônia de Messali Hadj – criam o Comitê Revolucionário de Unidade e Ação, na cidade do Cairo. Os revolucionários fundadores se dividiam em dois grupos: os externos e os internos. Os externos eram aqueles que operavam de fora da Argélia; os internos obravam no território argelino. Entre os revolucionários “externos” destacavam-se Ahmed Ben Bella, Ait Ahmed e Mohammed Kiddere; no caso dos “internos” destaque para Mustafa Ben Boulaid, Murad Didouche, Larbi Ben M’Hidi, Mohammed Boudiaf, Rabah Bitat, Belkacem Karim. Em 10 de

²⁵⁰ No original: Su teoría encuentra aquí un contacto con Tucídides para quien la historia es también un conocimiento del futuro; pero mientras para el genial ateniense el individuo es el sujeto del acontecer histórico y el que encuentra en las enseñanzas del pasado las reglas de conducta para el futuro; para el historiador musulmán el individuo es un átomo minúsculo que no juega ningún papel, más que el de espectador, del verdadero sujeto de la historia, la sociedad. Así en tanto que para Tucídides el hombre dotado puede actuar modificando el futuro, para Ibn Jaldún el hombre sólo puede contemplar, impotente, la marcha de los acontecimientos. En ambos la historia tiene un papel pedagógico pero con la enorme diferencia que da el poder aplicar o no a la vida cotidiana la experiencia de los sucesos pasados

outubro de 1954, no Cairo, anunciava-se a constituição da *Frente de Libertação Nacional* – FLN (YAZBEK, 2010). Em 01 de novembro de 1954, a FLN realizou cerca de 30 atentados (LACOSTE, 2006a). Era o início da sangrenta revolução argelina.

Nesse dia, Camille e Lacoste estavam na estrada para as cristas do topo da serra do *Djurjura*. Nas semanas seguintes, o clima no *lycée Bugeaud* e as conversas entre os docentes ficaram mais tensas. Nas aulas, Lacoste ouvia cada vez mais sussurrarem às suas costas uma palavra: *fellagha*. Tal palavra – que literalmente significa bandido – é usada para se referir aos guerrilheiros que, primeiramente, lutaram pela independência na Tunísia. No contexto considerado, também se aplicou aos guerreiros argelinos que lutaram contra o jugo colonial francês.

Estava fechada qualquer possibilidade de trabalho de campo. Em julho de 1955, o diretor do *lycée* diz a Lacoste que ele deveria deixar Argel o mais rápido possível. O diretor não explica os motivos, deixando-o furioso. Desde então, ele pensa que o diretor do *lycée Bugeaud* – alertado pelo artigo na revista marxista – o salvou de sérios problemas. Ilustrativo é o caso do franco-tunisiano Maurice Audin (1932-1957). Matemático, professor assistente na Universidade de Argel e membro do Partido Comunista Argelino, foi morto durante a Batalha de Argel (BÉNOT, 2005a [2003]).

Para ele a guerra começou verdadeiramente no mês seguinte à partida, agosto de 1955, com os massacres de 120 europeus perto de *Philippeville* (*Skikda*). O massacre fora perpetrado por Zighoud Youcef (1921-1956), chefe do Wilaya²⁵¹ II, província de Norte-Constantina (LACOSTE, 2006a). A pretexto de um desembarque das forças armadas egípcias – que supostamente iriam auxiliar a revolução – o objetivo era minar as negociações lideradas pelo primeiro-ministro Pierre Mendès-France (1907-1982) na tentativa de resolver a crise. O então Governador-Geral da Argélia, Jacques Soustelle, não era bem quisto pelos franceses de Argel vez que estes se opunham a qualquer negociação com a FLN. Com o massacre, Soustelle suspendeu os contatos com a FLN e alcançou popularidade nos bairros europeus da capital argelina. A revolução argelina cancela qualquer possibilidade de trabalho de campo para a tese de doutorado. Lacoste e Camille partem, então, para a França – via Marrocos e Espanha.

²⁵¹ Espécie de unidade administrativa e territorial do Exército de Libertação Nacional, braço armado da FLN.

VI – Retorno ao *Institut de géographie*: entre Dresch e George. Novas pistas de pesquisa: as indústrias do cimento e da construção. A constatação de uma ciência desprezada e a saída do PCF. Um “colonial” nem tanto anticolonialista assim?

1955, o casal volta para Paris. Camille faz um estágio no *Centre de formation aux recherches ethnologiques* et no *département d'Afrique blanche et Levant du Musée de l'homme* (BADUEL, 2016). Yves Lacoste volta para a França e informa seus mestres que foi excluído do *lycée Bugeaud*. O normal era ir para um *lycée*, mas graças à Dresch e George é informado de uma posição de assistente no *Institut de géographie*, não em geomorfologia, mas em geografia humana, sob direção de George. Contudo, seu interesse à época eram as formas de relevo, a geomorfologia, que havia descoberto na planície do *Rharb* e suas bordas montanhosas. E não lhe pareceu muito interessante fazer geografia humana com alunos iniciantes. Isso porque, para ele, em geografia humana os raciocínios pareciam-lhe mais simples que em geomorfologia – onde devia ser utilizado cartas geológicas muito detalhadas e um vocabulário mais preciso e científico. Embora atualmente (2022), ele não acredite mais na validade dessa afirmação:

Não me lembro por que escrevi isso... escrevi isso... primeiro, porque isso... talvez... era completamente esboçado, era completamente falso, raciocinar em geografia humana é de fato muito complicado [...] se você quer explicar uma paisagem como geógrafo... o problema da geografia humana é muito complicado. [...]
[...] um raciocínio de geografia, de geomorfologia é mais complexo do que se imaginava. Não existe só a estrutura geológica, existem todas as formas, os processos de erosão, isso traz muita complexidade. Bem, e depois na geografia, na geografia humana, é claro, as coisas são complicadas porque há heranças, ou partes de heranças de períodos muito antigos que existem em... na forma de... a disposição do habitat, são coisas que remontam a antes da Idade Média, antes da Idade Média. Mas é... a forma das aldeias é um aspecto pequeno, um aspecto pequeno..., mas há coisas muito mais complicadas que são recentes. Sim. Tudo isso, tudo isso agora... tudo isso se mistura (Entrevista com Yves Lacoste, 27/04/2022).

Podemos inferir, também, que Lacoste estava dividido – se nos é possível usar esse termo – entre Dresch e George. Dresch simbolizando, principalmente, a geomorfologia; George, por seu turno, a geografia humana. Durante uma conferência do geógrafo Raoul Blanchard (1877-1965), George apresenta Lacoste na qualidade de seu assistente. Uma *acumulação de determinações* está confluindo para que o Lacoste faça uma escolha decisiva pela “geografia humana”. Acompanhemos.

De volta à França, ele esperava que a situação se acalmasse na Argélia para fazer trabalho de campo com vistas à sua tese em geomorfologia – “os bons geógrafos”, reconheceu,

“eram aqueles que faziam primeiramente geografia física” (ZANOTELLI, 2005, p.79). Essa perspectiva é confirmada por André Meynier. Admitia-se que o verdadeiro geógrafo mostrava sua competência primeiro em geografia física para depois adaptar-se à geografia humana – considerada mais fácil (MEYNIER, 1969). O que é contraditório, vez que já se aceitava à época que o objetivo supremo da geografia consistia na explicação do homem sobre a Terra. Em todo caso, quando questionado por qual razão os bons geógrafos faziam primeiro geografia física ele conta:

Sim, Sim. Ah, porque era o meu caso! [risos] Eu comecei a fazer geografia física, mas os problemas da geografia humana vieram [...] e quando, como eu te falei, às vezes, num problema de geografia das doenças [...] eu te falei sobre a oncocercose, bem é um problema de [...] a história das moscas vetoriais é geografia humana? Não! [...], mas as consequências da oncocercose são enormes na geografia humana! Mas não é com um raciocínio de geografia humana que você compreende o raio de ação das *simulies*, dependendo se são *simulies* jovens, *simulies* adultas, *simulies* velhas. Tudo isso, se mistura (Entrevista com Yves Lacoste, 27/04/2022).

Pierre George o aconselha a começar uma tese secundária em geografia humana ou econômica. A sugestão do mestre é a indústria do cimento. Lacoste achou que ele estava brincando, mas quando começou a trabalhar descobriu que o assunto era interessante e publicou um artigo sobre a indústria do cimento nos *Annales de géographie*²⁵², que seduziu os chefes da Lafarge²⁵³. A Lafarge, à época, dispunha na França de sete filiais; controlava a produção argelina totalmente; parte da produção marroquina e tunisiana; possuía uma filial inglesa; produziam 33% do cimento em França e na União Francesa; e 45% das exportações (LACOSTE, 1957a).

Nesse meio-tempo, nasce o primeiro filho de Camille e Lacoste: Jean-Philippe. Lacoste continua a trabalhar sobre Ibn Khaldoun na sequência do artigo que ele escreveu em Argel. Ele tinha que aprender árabe, mas não conseguia se imaginar usando um conhecimento experiente para desvendar a enorme obra khalduniana. Ele se confiou, portanto, na tradução do Barão de Slane²⁵⁴ que havia sido encomendada por Napoleão III. Essa tradução, que o dispensa de aprender árabe, é decisiva para que ele compreenda a história do Magrebe.

²⁵² L'industrie du ciment. In : *Annales de Géographie*, t. 66, n°357, 1957a, p. 411-435. De acordo com Bataillon (2009, p.30), os *Annales de Géographie* é a revista científica da geografia francesa – ligada às Edições Armand Colin. Depois apoiada pela Sociedade de Geografia de Paris, ela expressa a afirmação de uma “escola” nacional. Foi mais parisiense que nacional nas mãos do establishment da profissão. É a porta-voz da Escola Francesa de Geografia.

²⁵³ Empresa fundada em 1833 por Joseph-August Pavin de Lafarge (1777-1850) em Teil (Ardèche, França). Em 1864, ganhou o contrato do século no Egito e entregou as 200.000 toneladas de cal hidráulica necessárias para construir os cais do Canal de Suez. 2015 marca a fusão da Lafarge com a Holcim, dando origem ao grupo LafargeHolcim. Cf: <<https://www.lafargeholcim.com/our-history>>. Acesso em 19/04/2021.

²⁵⁴ Trata-se de William Mac Guckin (1801-1878).

No *Institut de géographie*, Lacoste é incumbido de preparar sessões de trabalho práticos para os estudantes de sociologia. Estes, para concluir a *licence*, tinham de obter outro certificado científico diferente daqueles das ciências humanas. Chama logo atenção, portanto, a desqualificação da Geografia enquanto ciência humana e, por oposição, qualificada de ciência da natureza. Os futuros sociólogos escolhiam geografia porque era “chata, mas não muito difícil²⁵⁵” (LACOSTE, 2018a, p.86). *Das coisas sem serventia uma delas é a geografia*²⁵⁶, escreveu Manoel Fernandes de Sousa Neto. E parece que os estudantes de sociologia pensavam da mesma forma – ou pelo menos próximo disso. Mas Lacoste encontrou um modo de reverter essa imagem ao mesmo tempo em que identificava a origem dela. Lênin (1920) escreveu que a própria essência, a alma viva do marxismo era *análise concreta de uma situação concreta*. É por meio de *análises de situações concretas* que Lacoste busca reverter a imagem da geografia frente aos alunos de sociologia. Qual a origem desse desprezo? A escassez de reflexão teórica entre os geógrafos²⁵⁷.

Ainda em 1955, a revolução argelina aumenta de proporções e as eleições na metrópole tem lugar sob o tema “A paz na Argélia”. Em janeiro de 1956, as eleições foram vencidas pela *Union de la gauche*²⁵⁸, os socialistas da SFIO²⁵⁹ e os comunistas. Para enfrentar a Revolução argelina, o primeiro-ministro, Guy Mollet (1905-1975), demandou poderes especiais para aumentar a duração do serviço militar e enviar contingente para a Argélia com o fito de manter a ordem *colonial*. Essa manutenção do império custa cada vez mais caro para França. André Prenant (2000 [1995], p.265-266) calcula que “desde 1955, a contribuição do orçamento da metrópole para o da Argélia tinha crescido um terço – de 107 para 140 bilhões de francos”. A conservação da “Argélia Francesa” implicará, até 1962, a mobilização de “de meio milhão de homens, ou seja, um oitavo do efetivo dos exércitos franceses de 1916, ou perto de duas vezes o dos exércitos franceses da Libertação (PRENANT, (2000 [1995], p.266).

Camille, junto com outras 45 etnólogas, enviam uma carta aberta à Guy Mollet em 12 de março de 1956 para apoiar o direito à autodeterminação do povo argelino (BAUDEL, 2016). Por seu turno, Membro da célula *Sorbonne-Lettres* dos professores comunistas, Lacoste faz parte de uma delegação que se dirige à Assembleia Nacional que implora aos deputados

²⁵⁵ C’était chiant, mais pas bien difficile.

²⁵⁶ Título homônimo de uma crônica-crítica que se inicia com as seguintes palavras: “A Geografia é um desses negócios chatos que inventaram para ser a palmatória intelectual das crianças” (SOUSA NETO, 2008, p.63).

²⁵⁷ Como veremos, a partir dos anos 1970, Lacoste retornará a esse tema das reflexões teóricas – mormente epistemológicas.

²⁵⁸ Trata-se, de fato, da *Front Républicain*, coalizão eleitoral de esquerda que reunia, além do SFIO, o *Parti radical-socialist*, da *Union démocratique et socialiste de la Résistance* (UDSR) e os *Républicains sociaux*.

²⁵⁹ Trata-se da *Section française de l’Internationale ouvrière*, partido político socialista que existiu de 1905 a 1969.

comunistas que não votem a favor dos poderes especiais requeridos por Guy Mollet. Para sua decepção – e sob o pretexto de que a unidade de esquerda não deveria ser rompida – os referidos deputados votam a favor.

Há ainda, em novembro de 1956, a expedição franco-britânica e israelense para punir o ex-presidente do Egito Gamal Abdel Nasser, por ter nacionalizado o Canal de Suez. Prova cabal de que Reino Unido e França não estava dispostos a renunciar tão facilmente a seus impérios. Nasser desafiou o *status quo* da ordem geopolítica da Guerra Fria (AGNEW; CORBRIDGE, 2003 [1995], p.22). Esses dois eventos causam uma grande controvérsia na esquerda. Obviamente, enquanto membro da esquerda, Lacoste foi profundamente afetado. Como militar num partido extremamente egrégio pela sua resistência ao Terceiro Reich e que agora votava poderes para a conservação da “Argélia francesa”²⁶⁰? Como militar num partido que agora – em nome da unidade de esquerda – apoia uma expedição para punir Nasser?

Esses dois acontecimentos, acima de tudo o primeiro, são a origem da saída de Yves Lacoste do PCF. A votação dos poderes especiais foi um “momento de decepção em França para aqueles que acreditaram que as eleições da Frente Republicana poderiam pôr fim à revolução argelina²⁶¹” (BATAILLON, 2006, p.7). Na visão de Lacoste, o PCF acreditava ter tomado uma decisão correta, acreditando ser esta – os poderes especiais para Guy Mollet – o único meio de findar as ações dos grandes colonos franceses em Argélia. Sentenciou: “Isso foi um erro” (ZANOTELLI, 2005, p.57-58). Ele chegou a procurar Dresch – figura influente do PCF – para confessar que não entendia os conflitos na célula *Sorbonne-Lettres* e que preferia não retornar ao Partido.

Eu tinha encontrado Jean Dresch e disse: “Mas, escute, eu não concordo”. Estamos embarcando em uma guerra que os argelinos não querem. Que é desastrosa para eles e para nós! Porque há grupos na Argélia, de europeus, que se opõem por todos os meios ao que se atribui, já que, supostamente, os argelinos são cidadãos franceses, eles devem ter o mesmo direito [...]. Então, foi aí que eu disse: “Não estou mais interessado em pertencer ao Partido Comunista”. Então, Jean Dresch me disse: “Ah, mas não é preciso deixar o Partido imediatamente”. Digo-lhe: “Sim, mas quando?”. E ele me diz: “Faça como quiser” (Entrevista com Yves Lacoste, 19/04/2022).

²⁶⁰ O apoio do PCF estará ainda na memória daqueles que participarão dos eventos do maio de 68 francês: “Os estudantes ‘engajados’ dos anos 60 abalaram o superego maciço que paralisava seus ancestrais. Mesmo quando se filiavam ao PCF ou à União dos Estudantes Comunistas, eles não ignoravam que “seu” partido havia defendido a última grande aventura colonial francesa, permitindo que a revolução argelina se perpetuasse, com o risco de delegar a gestão da inútil crueldade a seus amigos socialistas ao despacharem o contingente para o outro lado do Mediterrâneo” (GLUCKSMANN; GLUCKSMANN, 2008, p.98).

²⁶¹ moment de déception en France pour ceux qui ont cru que les élections du Front républicain pouvaient mettre fin à la guerre d’Algérie.

Em todo caso, é possível dizer que esse episódio não abalou a relação entre mestre e discípulo. Lacoste reconhece que Dresch foi um dos poucos geógrafos a evocar os efeitos da colonização em uma obra²⁶² que publicou sobre o Mediterrâneo junto com o geógrafo Pierre Birot (1909-1984). Tanto Lacoste, quanto Dresch, eram “coloniais anticolonialistas” que consideravam – tal qual Lyautey – a colonização uma *etapa*. Ademais, Dresch demandou à Lacoste, ao geógrafo André Prenant e ao historiador André Nouschi (1922-2017) a produção de um livro sobre a Argélia. Este livro apareceu em 1960 com o título: *l'Algérie, passé et présent*, publicado pela *Éditions sociales* (LACOSTE, NOUSCHI, PRENANT, 1960). Lacoste foi responsável por três capítulos da segunda parte da obra, *Les Etapes Historiques de la Constitution de l'Algérie* (LACOSTE, 1960, p.61-136). Ele relata que foi o agravamento da situação no país magrebino que tornava urgente a publicação de um livro sobre o passado pré-colonial e o presente colonial. A *Éditions sociales* arrastou a publicação do livro e sabotou discretamente a distribuição do mesmo. O livro só aparecerá em 1960 – não em dois tomos – mas em uma única obra. Ao mesmo tempo, em 1957, veio a lume uma obra de Marcel Egretaud: *Réalité de la nation algérienne*. Publicada pelas *Éditions sociales*, Lacoste ironiza que o tratamento da nação argelina aparecia somente no título. Talvez por isso mesmo ela foi publicada. Sem embargo, em 1960, sem uma decisão oficial do PCF, era prematuro falar sobre a nação argelina e sua luta pela independência.

Não será essa a primeira contribuição intelectual conjunta de Yves Lacoste e André Prenant. Na edição bimestral (maio-junho) da revista *La Pensée*, os dois geógrafos já haviam assinado um artigo refletindo sobre os problemas argelinos (LACOSTE, PRENANT, 1956). E não titubearam ao salientar que a causa essencial da crise argelina era política. A crise era fruto da dependência. Uma dependência antes de tudo *política* vez que a Argélia estava conquistada *militarmente*. É essa conquista militar – que engendra a *dependência* política – a raiz fundante da subordinação e do mal-estar socioeconômico da Argélia. Portanto, a tomada de consciência do povo argelino era uma constatação de que só a *independência política*, oriunda de um movimento simultaneamente político e *nacional*, seria capaz de resolver a crise socioeconômica do país.

Os meios de produção pertenciam principalmente à uma pequena minoria de proprietários de terras e capitalistas europeus na Argélia, ou a empresas capitalistas francesas e

²⁶² Em dois tomos : (1) **La Méditerranée et le Moyen-Orient**. Tome Premier. La Méditerranée occidentale. Paris, P.U.F, 1953. E (2) **La Méditerranée et le Moyen-Orient**. Tome II, La Méditerranée orientale et le Moyen Orient. Les Balkans, l'Asie mineure, le Moyen-Orient. Paris : Presses Universitaires de France, 1956. Lacoste alude à primeira.

suas subsidiárias. Um exemplo era a empresa Lafarge, detentora do monopólio do cimento. Outro dado do problema argelino era a hipertrofia do terciário:

Em 1940, de um volume global de investimentos privados de 131 bilhões, a indústria de transformação tinha recebido então apenas um bilhão de francos, menos de 1% do total e 23 vezes menos que a agricultura. A parte investida nas minas (pouco mais de 4 bilhões) representava apenas 3% dos investimentos, a parte investida na produção de energia (principalmente pela Cie Lebon) 1 bilhão, 7, ou seja, um pouco mais de 1%. Já a construção civil absorveu 42% dos capitais. O plano de industrialização pouco transformou as proporções: em 1950, o conjunto das atividades industriais recebeu apenas 20 bilhões, ou 20% dos novos investimentos²⁶³ (LACOSTE; PRENANT, 1956, p.20).

Portanto, o setor industrial de produção estava fadado pelo regime colonial ao subequipamento – logo, a subprodução – o que era considerado desejável pelos colonos franceses e trustes industriais – que não almejavam a industrialização argelina. A destruição do artesanato, pela colonização, implicou uma *extração* de recursos para a indústria colonial. A industrialização da metrópole caminha ao lado da desindustrialização das colônias.

Assim, a economia da Argélia concentrava-se nas duas pontas: a agricultura e o terciário. Donde um desequilíbrio econômico claramente extravertido. A agricultura também se desequilibrou: a França, desde o início da colonização, empobreceu progressivamente a agricultura tradicional. Ao mesmo tempo, colocava a agricultura tradicional em posição segregada e subjugada à agricultura dos colonos. A transformação da agricultura camponesa em agricultura moderno-colonial (extravertida) implicou um desenraizamento dos camponeses que foram expulsos do campo e dirigem-se para as cidades. Todavia, a diminuta industrialização não é capaz de absorver o quantitativo do êxodo rural. Como resultado formase um setor subproletário junto com os artesões arruinados. Ambos povoam os bairros antigos de Argel, Constantina e Tlemcen, ou ainda as favelas na periferia urbana. Esse subproletariado urbano não é resultado do crescimento demográfico, mas sim da ruína do artesanato e da expropriação do campesinato.

Finalmente, o regime colonial transformou o comércio argelino – outrora adaptado às necessidades do país – num sistema de transações que, abrindo o mercado às empresas

²⁶³ En 1940, sur un volume global d'investissements privés de 131 milliards, l'industrie de transformation n'avait reçu qu'un milliard de francs d'alors, moins de 1% du total et 23 fois moins que l'agriculture. La part investie dans les mines (un peu plus de 4 milliards) ne représentait elle-même que 3% des investissements, la part investie dans la production d'énergie (principalement par la Cie Lebon) 1 milliard, 7, soit un peu plus de 1%. La seule construction d'immeubles, par contre, avait absorbé 42% des capitaux. Le plan d'industrialisation n'a que peu transformé les proportions : en 1950, l'ensemble des activités industrielles n'a reçu que 20 milliards, soit 20% des investissements nouveaux.

capitalistas de França, contribuiu para paralisar a produção industrial, aumentar o custo de vida e retirar uma parte da riqueza coletiva do país.

Em 1956, na edição de setembro-outubro da revista *La Pensée*, Lacoste apresentou um novo texto intitulado: *La grande œuvre d'Ibn Khaldoun*. A grande obra de Ibn Khaldun o leitor já tem conhecimento qual seja: *Os prolegômenos*. A questão que nós fazemos é: o que esse texto difere da primeira intervenção lacosteana, na revista *Progrès*, sobre a obra khalduniana, em 1953?

A princípio, ele esclarece as razões do silêncio sobre a obra de Khaldun. Este criou a maior parte de sua obra na África do Norte onde viria se constituir a Argélia – àquela altura, no segundo ano da guerra. Silenciar o magrebino era silenciar sobre o passado ilustre de um povo que tinha o seu caráter nacional negado, notadamente, a Argélia. A quem interessava esse silêncio? Ao *colonialismo* francês. Finalmente, a obra khalduniana destruiu o mito colonial do caráter não-original, não-criativo e puramente sincrético das civilizações árabes.

Diversos temas Lacoste repisa o artigo de 1953: a obra reflete o período do declínio do Magrebe – por contradição, resultado do grande desenvolvimento intelectual e estrutural que caracterizou o mundo árabe entre os séculos VIII e XII; o pensamento de Khaldun é fruto dessa era de grandeza magrebina; a conquista árabe impulsionada pela burguesia mercantil das cidades da Arábia que derrubaram as estruturas obsoletas, baseadas na escravidão, impostas pelo domínio romano; as famosas invasões nômades; a dialética que o conduz a estudar e inter-relacionar todos os aspectos constituintes da sociedade numa contínua evolução; o fato de Khaldun ser considerado o fundador da concepção científica da história e da sociologia; a oposição entre cidadãos e nômades; a “feudalização” do Magrebe; a crítica da obra do geógrafo Gautier, que foi professor na Universidade de Argel.

Dessa forma, a principal diferença e aprofundamento que Lacoste nos traz é a noção de *asabiya* – traduzida por De Slane por *espírito de corpo*. Serafim (1984, p.60) explica que por esse termo pode-se entender “ligações dinâmicas, ou espírito de clã, de grupo, ou de tribo, com base no parentesco de sangue”. A função da *asabiya* é cimentar, política e socialmente, todas as relações “entre contribuais e ‘clientes’, ou entre tribos”. Ela é “a força do parentesco legítimo varonil e a motora do tribocentrismo em torno de um chefe militar ou de uma família poderosa”. Logo, a *asabiya* é fundamental para fazer um Estado coeso. Fica claro porque ela era um conceito tão importante para Khaldun, pois o Magrebe à sua época observava diversas conflagrações das tribos e clãs.

É essa noção que explica a oposição fundante entre nômade e cidadão. Os nômades – ferozes, puros e virtuosos – diferem dos cidadãos – indolentes, preguiçosos, depravados –

porque detêm a *asabiya*. Essa noção está no âmago das teorias khaldunianas. A organização social nômade assenta-se na *asabiya* – nessa solidariedade de grupo – pelas duras condições de vida. A *asabiya* leva à coesão e à obediência do grupo, daí a diferença socio-organizativa do nômade em relação àquela do cidadão – covarde, individualista e personificação do mal (LACOSTE, 1956).

Nos anos de 1956-1957, graças à amizade com Paule Dumain e Henri Munier, Lacoste e Camille travam relações discretas com a *Fédération de France du Front de libération nationale* (FLN). O irmão de Lacoste, Hervé, era soldado na Argélia, mas como era casado e pai de um filho, não foi enviado para operações no *bled*²⁶⁴. Ele considera a revolução argelina relativamente legítima vez que estavam – os argelinos – lutando pela independência de sua nação. E questiona: a independência, “não foi por muito tempo considerada na França como uma razão política superior a todas as outras?”²⁶⁵ (LACOSTE, 2018a, p.89)

Mas também faz outra questão reveladora: “por que os argelinos não se tornaram franceses?”²⁶⁶ (LACOSTE, 2018a, p.89). É possível deduzir que ele considerasse legítimo a *assimilação*, o tornar-se francês, pois muitos deles lutaram valentemente pela França durante as duas guerras mundiais. E lembra que os europeus da Argélia, durante toda a primeira metade do século XX, se opuseram – em grande parte – ao direito de voto dos árabes e ao ingresso nas escolas, onde se aprendia o francês. A título de ilustração, em 1937, o “voto era permitido no país a cerca de duzentos mil franceses e a apenas vinte mil muçulmanos” (YAZBEK, 2010, p.33).

Talvez isso explique o “relativamente” que Lacoste adiciona ao substantivo feminino “legítima”. Sem dúvida a independência da Argélia era “legítima”. É como se Lacoste questionasse: mas por que os argelinos não poderiam se tornar franceses? Por que eles não poderiam votar e aprender o francês? Tornar os argelinos franceses dentro de uma comunidade nacional não seria uma solução para esse conflito?

Sim, isso teria sido uma solução, isso teria sido uma solução. Bem, infelizmente como os *pièds noirs*, os europeus são, um pouco, opostos por todos os meios à independência, tudo isso não foi possível. Bem, isso era uma coisa. E então, depois da independência, na época alguns meses depois da independência, começamos a perceber que entre os argelinos, haverá conflitos muito, muito sérios (Entrevista com Yves Lacoste, 27/04/2022).

²⁶⁴ Pode tanto se referir à uma localidade, a um campo, ou país [*localité, campagne, pays*]. (LACOSTE-DUJARDIN; LACOSTE, 1991, p.552)

²⁶⁵ N'était-ce pas en France considéré depuis longtemps comme une raison politique supérieure à toutes les autres ?

²⁶⁶ Pourquoi les Algériens n'étaient-ils pas devenus français ?

De qualquer forma, em 1957, as primeiras publicações de Lacoste versavam sobre a região da África do Norte, especialmente o Magrebe. Ele diz que se tratava de comparar o Marrocos e a Argélia, mas quando analisamos as publicações vemos que ele trata da Tunísia também. Que publicações são essas? Trata-se dos *documents* EDSCO (*Éditions Scolaires*) destinados aos professores franceses (LACOSTE, 1957b; 1957c). Esses documentos eram publicados sob a direção de André e Lucien Sève (1926-2020). Lucien foi membro do PCF de 1950 até 2010.

Ali, Lacoste já demonstra certo domínio histórico-geográfico sobre o Magrebe. No caso da história, ele aborda os povos Berberes; a África do Norte pré-islâmica; a conquista árabe; a conquista moderno-colonial na Argélia, Marrocos e Tunísia; e os movimentos nacionais pró-independência nesses países. A parte geográfica divide-se em dois cadernos: *Cahier A – L’Afrique du Nord*; e *Cahier B – Le Sahara*. No *Caderno A*, ele aborda a África do Norte em duas dimensões: condições naturais e as formas de organização econômica e social; no *Caderno B*, aborda o Saara em três critérios: (1) condições naturais, (2) o Saara tradicional e colonial e (3) os problemas atuais. Os *cadernos*, especialmente o que trata da Geografia, é um esforço em não cindir as dimensões humana e natural, tampouco a clivagem entre geografia regional e geral. Esses opúsculos circularam inclusive nas mãos dos comissários políticos da FLN, a exemplo de Amar Ouzegane (1910-1981).

1957 também é marcado pela batalha de Argel. Os atentados a bomba da FLN se multiplicaram. O general Jacques Massu (1908-2002), junto com a 10ª divisão de paraquedistas, consegue dismantelar a rede da FLN em Argel, liderada por Yacef Saadi. No entanto, fora de Argel, a FLN impõe-se. Contra os partidários do Movimento Nacional Argelino (MNA), que se mantinham fiéis ao moderado Messali Hadj e não se sujeitavam à FLN, eram mortos – tanto na França, quanto na Argélia (LACOSTE, 2006a). O Exército de Libertação Nacional (ELN), braço armado da FLN, opera inclusive na Tunísia e Marrocos. A França responde construindo barreiras eletrificadas e minadas nas fronteiras para impedir a ação da FLN pelos dois vizinhos, especialmente pela Tunísia – a assim chamada linha Morice²⁶⁷ (BENHEDDI, 1992). Bénot (2005a [2003]) alega que nos primeiros meses de 1958 a FLN forçará a barreira pelo lado da Tunísia, sofrendo muitas perdas; em contrapartida, isso obriga o comando francês a manter efetivos consideráveis nessa região. Fanon (1958b [2020]), por seu turno, relata que o Exército da FLN cruzava a linha onde queriam. Não só o ELN: jornalistas e observadores estrangeiros também cruzam a linha pretensamente intransitável. Até delegados da Cruz Vermelha visitaram

²⁶⁷ Alusão à André Morice (1900-1990) que, na ocasião, era Ministro da Defesa.

soldados franceses detidos pelo ELN. Os revolucionários argelinos deram um poderoso golpe no estado-maior de Argel.

Em 13 de maio de 1958, ocorre o *putsch* de Argel, “uma violenta reação da parte dos colonos europeus em defesa do estatuto da Argélia como colônia francesa” (HERNANDEZ, 2008 [2005], p.481). Esse *putsch* foi conduzido – na visão de Lacoste – por generais que se recusaram a submeter, à Paris, seus planos de operação fora da Argélia. Tais generais haviam bombardeado uma base da FLN na Tunísia. “O bombardeamento, num dia de mercado, fez 70 mortos, sobretudo mulheres e crianças” (LACOSTE, 2006a, p.241). O ataque desencadeia uma crise internacional. O presidente (1957-1987) Habib Bourguiba (1903-2000) apresentou queixa à ONU exigindo que o problema argelino fosse discutido. Em Paris, começam rumores sobre negociações com a FLN vez que a situação ameaçava alastrar-se por todo o Magrebe.

Os generais golpistas queriam liberdade para decidir sobre as operações fora da Argélia. Ameaçaram o governo com o envio de paraquedistas para Paris e não aceitavam negociações com os rebeldes argelinos. Exemplo dessa postura era o general Raoul Salan (1899-1984). Em 13 de maio de 1958, em Argel, uma multidão permitida pelos paraquedistas, apodera-se do edifício do governo-geral. Em seguida, constitui-se um comitê de salvação pública e o presidente da República, René Coty, apela para o General de Gaulle. De Gaulle aceita com a condição de ter plenos poderes por seis meses e a revisão da Constituição.

Esse movimento foi compreendido pela esquerda – e por Lacoste – como um golpe de força fascista. Coty, então, nomeia de Gaulle presidente do Conselho de Ministros em 01 de junho de 1958. Em 04 de junho ele visitou a Argélia e comentou à multidão: “Compreendi-vos” (LACOSTE, 2006a, p.242). Só que, como ironizou Lacoste, não disse o que compreendeu.

Em 22 de setembro de 1958 foi aprovada a Constituição da Quinta República Francesa. Constituição essa “que atribuía maiores poderes ao Executivo” (YAZBEK, 2010 [2008], p.69). A Quinta República é fundada “com tentativas públicas de negociar um acordo com a FLN, que se mantinha focada no objetivo de alcançar a independência completa” (YAZBEK, 2010 [2008], p.69). Em outubro, mostrando que não havia compreendido – e nem poderia – o autêntico desejo de libertação do povo argelino, de Gaulle lança o plano de Constantina. Trata-se de um programa de obras e industrialização com vistas a reduzir o desemprego e desenvolver a produção de petróleo no Saara (LACOSTE, 2006a). Na prática, era uma tentativa de integração das populações muçulmanas na sociedade francesa (MERLE, 2005 [2003]). Nessa mesma linha de raciocínio, André Prenant (2000 [1995], p.267) considerava esse plano uma estratégia para “amarrar a Argélia à França”. De qualquer forma, o plano estava programado para durar os cinco anos seguintes (de 1958 a 1963) e previa o desenvolvimento social e

econômico da Argélia nos seguintes aspectos: “mais terras, inclusive devolução das propriedades confiscadas; mais habitações; maior número de empregos; salários equivalentes aos da França; e mais escolas em todos os níveis” (YAZBEK, 2010 [2008], p.65).

Yves Lacoste concluiu que de Gaulle teve a coragem de correr os riscos de enfrentar os ultras da OAS²⁶⁸ e os executivos do exército; e que a França teve sorte por ele ter retornado ao poder. Seria Lacoste um gaullista? Pois o fato é que embora de Gaulle admitisse a autodeterminação, a Argélia deveria permanecer associada à França. A resposta dessa pergunta tem duas dimensões. Em primeiro lugar, no cômputo geral, o geógrafo negou que era gaullista – pois ainda era comunista e tinha muito respeito pelo general em virtude do papel desempenhado pelo mesmo na Segunda Guerra Mundial com o apoio da URSS.

E depois, sobretudo, me manifestei contra o regresso de Gaulle, com os meus camaradas: “de Gaulle não passará!” [risos]. Não íamos chamar de Gaulle de “fascista” ou “nazi”, não, sabia-se que não era verdade. Bom, sobre de Gaulle, o Partido Comunista não era claro. E depois de alguns meses, quando de Gaulle decide uma série de coisas, ele se dirige à população. Na esquerda, considera-se que a população vai dizer a de Gaulle “Vai, volta para sua casa, não queremos mais você”. E a população aprova completamente em 80%, você percebe, as decisões que De Gaulle tomou (Entrevista com Yves Lacoste, 21/07/2022).

Sem embargo, num aspecto muito específico da questão, o geógrafo foi efetivamente gaullista:

Essa volta do de Gaulle... em 67, em 59, foi em 59 que ele voltou. Então a partir daí eu o apoiei com meus votos etc. o general de Gaulle quando ele é primeiro-ministro e quando ele vai pôr fim à guerra na Argélia, apesar da oposição dos generais. Então, os generais creem que haverá uma insurreição do exército em Argel, mas os oficiais, os soldados comuns que foram forçados a ir, porque estão fazendo seu serviço [militar] não querem. E naquela época, os generais que buscavam tomar o poder fugiram para a Espanha para se refugiar. Bom, é assim, se você quiser, o de Gaulle teve a coragem de dizer uma certa quantidade de coisas. Ele não vai dizer, não diz, não disse imediatamente: “Quero a independência da Argélia”. Ele disse: “Não quero que os generais em Argel bombardeiem o Marrocos ou a Tunísia”. Isso ele disse. E a partir desse momento, ele está lá... mas lá, eu me tornei um gaullista naquele momento [risos] porque percebi que era muito importante obrigá-los, impedir que os generais

²⁶⁸ Trata-se da *Organisation Armée Secrète* que se opunha à independência da Argélia. Explica Yves Bénot (2005a [2003], p.646): “Ademais, os ultras, frustrados pelos escassos resultados de sua vitória em maio de 1958, criaram uma organização clandestina, a Organização do Exército Secreto [...] que matará, na Argélia e também na França, franceses considerados liberais e argelinos, mas muito mais argelinos do que franceses. O próprio De Gaulle será alvo da OAS e conseguirá escapar de vários ataques, dois deles em 1961 e 1962. O jogo era arriscado, como se vê. Além disso, quase até o fim, as manifestações de esquerda contra a OEA foram proibidas e livros e jornais continuaram a ser sequestrados”. Además, los ultras, frustrados por los escasos resultados de su victoria de mayo de 1958, crearon una organización clandestina, la Organisation de l’Armée Secrète [...], que matará, en Argelia y también en Francia, a franceses considerados liberales y a argelinos, pero a muchos más argelinos que franceses. El propio De Gaulle será blanco de la OAS y logrará escapar a varios atentados, dos de ellos en 1961 y 1962. El juego era arriesgado, como puede verse. Además, hasta casi el final, las manifestaciones de izquierdas contra la OAS fueron prohibidas, y libros y periódicos continuaron siendo secuestrados.

agissem na Tunísia e no Marrocos que até então tinham sido amigos leais da França. O sultão de Marrocos, que um dos tolos dos generais franceses tinha caçado, durante a guerra ele apoia de Gaulle (Entrevista com Yves Lacoste, 21/07/2022).

A partir de 1958, pesquisadora associada ao CNRS, Camille seguiu o ensino de berbere na *Ecole nationale des langues orientales vivantes* – cujo diploma de berbere ela obterá três anos depois, em 1961 (BADUEL, 2016). *Pari passu* ao desenrolar dos acontecimentos da Revolução argelina, Lacoste se debruçava sobre as indústrias da construção, área que até então não havia sido estudada – pelo menos pelos geógrafos – ainda que fosse a força de trabalho mais importante em França. Logo percebeu a dificuldade de aplicar uma *démarche* geográfica porque as empresas da construção operavam em terrenos temporários e cuja localização dependia do gestor do projeto (*maître d’oeuvre*), o proprietário do terreno que encomenda.

Uma das fontes de informações é o fundo [*caisse*] de *Chômage-Intempérie de la Sécurité sociale*²⁶⁹. Ele acessa estatísticas precisas, classificadas por departamento e por profissões [*corps d’état*], de todas as empresas de construção. Ele observa as tradições de separação ou associação entre as profissões. Os profissionais da construção ficaram muitos surpresos ao descobrir os mapas. Na região de Paris os pedreiros também são estucadores²⁷⁰; um estucador-pintor pode ser facilmente encontrado no sul da França; no centro da França não existiam pedreiro-estucador ou estucador-pintor.

No *Institut de géographie*, um dos estudantes de Lacoste, Marton Roux, começa um trabalho sobre a pré-fabricação pesada²⁷¹ implementada pela empresa Camus. O pai de Marton, Georges Roux, se interessou pelas pesquisas sobre construção. Roux era um alto funcionário do ministério da Construção. Isso permitirá Lacoste tornar-se locatário de uma casa, em 1957, num grande conjunto novo em *Chevilly-Larue*, no planalto de *Orly* – a poucos quilômetros de *Bourg-la-Reine*.

Os resultados dessa pesquisa sobre a indústria da construção foram publicados num artigo²⁷². Nele, Lacoste ressalta a importância das indústrias da construção: ela é uma indústria

²⁶⁹ A lei de 21 de outubro de 1946 estabeleceu este regime e confiou sua gestão à *Union des caisses de France CIBTP (Chômage-Intempérie Bâtiment et Travaux Publics)*. Trata-se de um sistema de solidariedade entre empresas e proteção dos trabalhadores. Permite que as empresas compartilhem os riscos e indenizem os trabalhadores da construção civil temporariamente privados do emprego devido às intempéries, principalmente quando a interrupção do trabalho é imprescindível para sua segurança ou proteção de sua saúde. Cf: <<https://www.cibtp.fr/missions-et-metiers/le-chomage-intemperies>>. Acesso em 01 de maio de 2021.

²⁷⁰ Operários que trabalham com estuque, um tipo de argamassa.

²⁷¹ É uma estrutura feita em concreto pré-moldado, onde pilares, vigas, lajes e outros elementos são moldados e adquirem alto grau de resistência bem antes de serem colocados em definitivo na estrutura. Pré-fabricados são pré-moldados de concreto. Cf: <<https://www.manturi.com.br/o-que-e-uma-estrutura-pre-fabricada/>>. Acesso em 02 de maio de 2021.

²⁷² Aspects géographiques généraux des industries de la construction. In: *Annales de Géographie*, t. 68, n°366, 1959, p.121-153

motriz capaz de multiplicar empregos; distingue indústria da construção da indústria das obras públicas; enumera três características fundamentais: (1) fixidez; (2) durabilidade/obsolescência; e (3) complexidade/diversidade; observa a particularidade das indústrias da construção e conclui que estas aparecem como fenômenos particularmente geográficos. São atividades espacialmente difusas resultantes de uma combinação de diversos fatores e, por isso mesmo, forças criadoras da paisagem geográfica (LACOSTE, 1959). Sobre esse momento, assim se expressou o mestre Pierre George:

Ele se mostrou interessado por propostas que eu lhe tinha feito de estudos sobre a indústria e a cidade, sobre a indústria da construção civil e a indústria do cimento. Materiais novos que iriam transformar consideravelmente as paisagens. O cimento encontra-se nas grandes obras, como as centrais hidroelétricas e os prédios de nossos subúrbios, que criticamos hoje. Mas ele se colocou a seguinte questão: é mais importante saber quantas toneladas de cimento fabricamos ou é mais importante buscar entender se as pessoas são capazes de se compreender entre si? (ZANOTELLI, 2005, p.43).

Lacoste reflete que não poderia ter concluído uma tese sobre as indústrias da construção porque, cedo ou tarde, teria se deparado com a questão dos leilões – muitas vezes manipulados em benefício de máfias e clientes políticos. Era perigoso “meter o nariz”, mesmo que por acaso. Mas o trabalho não foi em vão também porque Camille e ele obtiveram moradia resultante dos grandes conjuntos construídos na região de Paris.

No final dos anos 1950, Pierre George encarregou-o de um seminário no *Centre d'études et d'urbanisme* que ele havia criado. Lacoste confessa que gostaria de ter constituído um grupo de investigações concretas que seriam prévias às opções de localização dos futuros grandes conjuntos habitacionais. Mas não o fez e se limitou a intervir intelectualmente contra as difamações endereçadas aos grandes conjuntos: barulho, promiscuidade, delinquência, ausência de meios de transporte e de equipamentos. Até a altura era questionada. Essa campanha era conduzida por advogados – que viam de uma forma muito negativa o crescimento do número de habitações alugadas – e o Sindicato da construção – que geria os interesses de milhares de empresas excluídas, devido sua pequena dimensão, desses grandes contratos. Lacoste diz ter feito a defesa em vários artigos da imprensa, mas também nos *Annales de géographie*²⁷³. Defendeu por duas razões: (1) porque viveu num deles com Camille, de 1957 a 1967; e (2) por constatar que as acusações eram caluniosas.

²⁷³ Em nossa pesquisa, conseguimos acessar um dos artigos – não de imprensa, tampouco nos *Annales* – em que Lacoste reflete sobre esse tema. “Un problème complexe et débattu: les grands ensembles”. In : **Bulletin de l'Association de géographes français**, N°318-319, 40e année, Novembre-décembre 1963, p. 37-46. O *Bulletin* foi resultado direto da criação da Associação dos Geógrafos Franceses, em 1930. Bataillon (2009, p.30) esclarece

As habitações eram equipadas com aquecimento central, casa de banho, banheiro privativo, entre outros aspectos, que eram melhores do que a média das habitações até então existentes. Lacoste percebeu bem: em vez das críticas serem direcionadas aos graves problemas habitacionais, as críticas eram feitas no intuito de estigmatizar as falhas dos grandes conjuntos – a exemplo do transporte público deficiente, falta de comércio, etc. Sem dúvida havia problemas: os primeiros grandes conjuntos foram concebidos num conceito muito restrito de *habitat*, na qual escolas, comércio e serviços coletivos não eram compreendidos como indispensáveis à habitação.

Assim, em vez de as críticas serem direcionadas aos aspectos mais graves do déficit habitacional – *inter alia*, a existência de favelas – elas eram direcionadas justamente à um dos meios direcionados para aliviar a carência das categorias sociais que mais sofriam (jovens famílias, famílias muito grandes com baixos rendimentos). Os grandes conjuntos habitacionais não eram um ideal arquitetônico ou de planejamento urbano, mas um paliativo destinado a aliviar uma crise habitacional gravíssima; era uma forma de urbanismo de massa; uma massa de habitações organizadas em um todo. Logo, os grandes conjuntos surgiram como uma unidade de habitação relativamente autônoma formada por edifícios coletivos, construídos num curto espaço de tempo, em função de um plano global (LACOSTE, 1963).

que o *Bulletin* acolhia “comunicações” e não artigos. Isso porque almeja que as descobertas, em particular das gerações ascendentes – tal qual Lacoste, fossem mais difundidas que a dos *Annales* – que acolhia artigos mais tradicionais e mais longos.

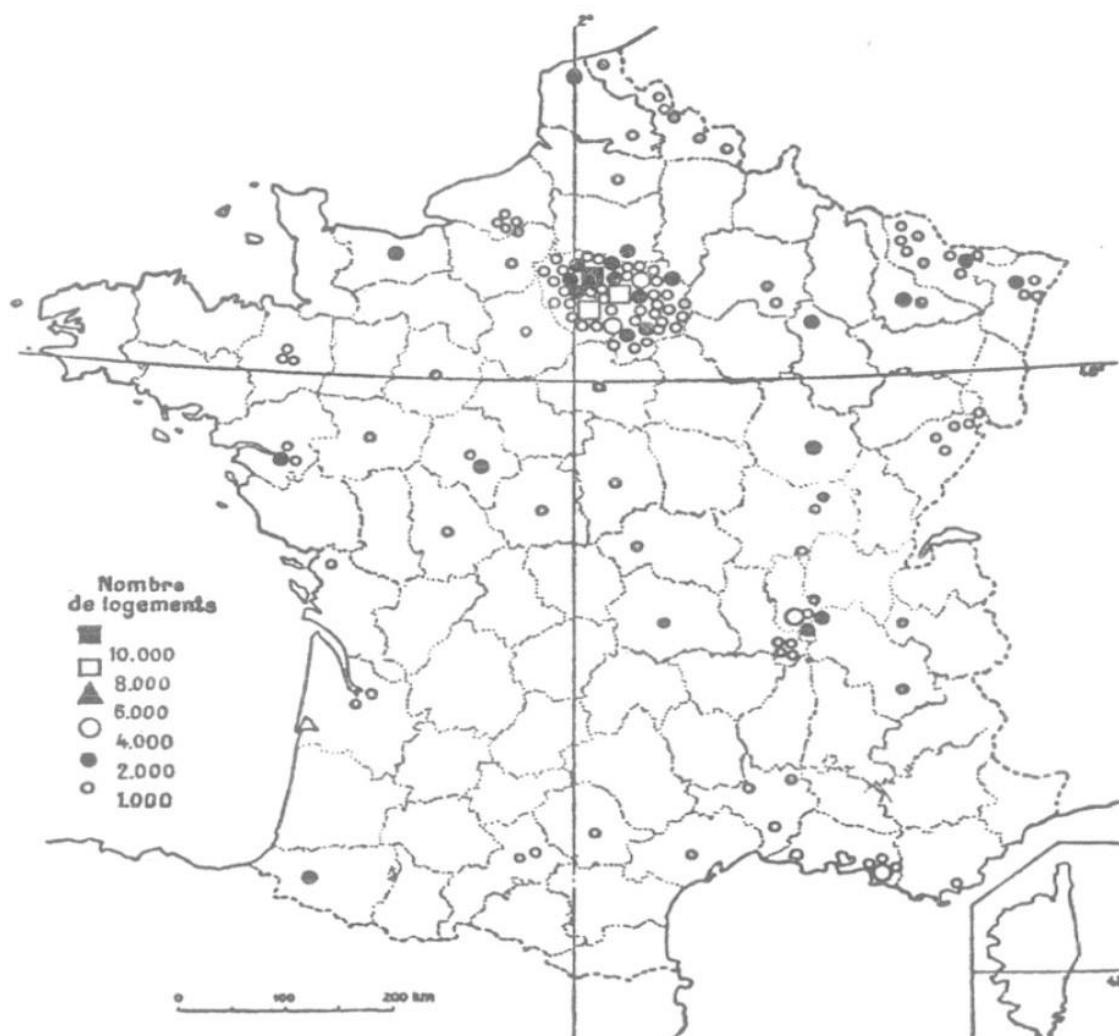


Figura 02: Grandes conjuntos concluídos em 1963. Fonte: LACOSTE, 1963, p.42.

Construir os grandes conjuntos habitacionais foi a solução encontrada para responder à crise habitacional que grassava na França após a Segunda Guerra Mundial (FIGURA 02). Essa crise habitacional era resultado da retomada demográfica, das migrações para as grandes cidades – a exemplo de Paris. Logo, para resolver essa crise, o Estado instruiu a *Caisse des Dépôts et Consignations*²⁷⁴ a comprar grandes espaços de terras disponíveis e construir as *habitações com aluguel moderado*²⁷⁵. Por isso a construção em série – de 1000 a 3000 habitações – na forma de torres e barras (LACOSTE, 2010a).

A proximidade com Pierre George e Jean Dresch, sua preocupação com as questões que poderíamos chamar de geopolíticas no Magrebe, *and last but not least* o encontro com a obra de Ibn Khaldun serão determinações fundamentais para que Lacoste dê os primeiros passos numa carreira que se estenderá da geografia à geopolítica, passando por colonialismo,

²⁷⁴ Caixa de Depósitos e Consignações. Trata-se de uma instituição financeira pública da França.

²⁷⁵ : *habitation à loyer modéré*.

subdesenvolvimento e Terceiro Mundo. E um passo decisivo desse processo é a publicação de *Les Pays Sous-développés*, em 1959²⁷⁶.

VII – A origem do livro *Os países subdesenvolvidos*: contexto, pretexto e texto. Apologia da industrialização, imperialismo e concepção hegeliana do Estado

A história que gerou o livro *Les Pays sous-développés* é curiosa. A bordo de um Citroën 2CV, em maio de 1958, num engarrafamento, Pierre George contava seus planos editoriais à Lacoste. Na mítica coleção *Que sais-je?* George já havia publicado várias obras, a saber: *Géographie économique du monde*, *Géographie industrielle du monde*, *Géographie agricole du monde*, *Géographie des États-Unis*. A coleção fora lançada em 1941 e publicada pela *Presses Universitaires de France*. O editor dessa coleção era Paul-Joseph Angoulvent (1899-1976), com quem George mantém um papel consultivo nas ciências humanas.

George diz à Lacoste que havia recusado sucessivamente três manuscritos de um *Que sais-je?* sobre *Les Pays sous-développés*. Essa expressão – países subdesenvolvidos – era comum à época não por causa da situação da Argélia, mas sim pela grande campanha de ajuda aos países subdesenvolvidos. Essa campanha foi lançada pela Casa Branca com o claro intuito de *desenvolver o capitalismo* nos países latinos e asiáticos para lutar contra os *movimentos comunistas*. A fome fazia o jogo dos comunistas, essa era a ideia dos especialistas estadunidenses (LACOSTE, 2010a).

Mas uma dificuldade permanecia: convencer os contribuintes americanos a fornecer ajuda a países com os quais os Estados Unidos até então mal haviam mantido contato. Onde Lacoste conta sobre o papel de Josué de Castro (1908-1973). Josué, que havia publicado *Geografia da Fome* (1946), foi contatado pelo embaixador estadunidense para escrever um livro sobre a fome no mundo, com o Departamento de Estado dos EUA fornecendo a documentação necessária. O livro era *Geopolítica da fome* (1951), publicado numa época em que a palavra geopolítica era um tabu. Este livro foi difundido mundialmente graças ao número de traduções obtidas pelo Departamento de Estado dos EUA (LACOSTE, 2010a).

Castro tinha plena consciência de que a ajuda estadunidense era concedida sobretudo aos governos que lutavam ativamente contra o comunismo. Por isso, ele constatou o dilema do mundo à época: ou tomar o partido dos pobres, ou posicionar-se contra as aspirações e anseios destes (CASTRO, 1955). Tomar partido dos pobres equivalia a tomar partido da revolução

²⁷⁶ Um primeiro esforço de compreensão pode ser encontrado em Ribeiro Junior (2017b).

social em marcha; posicionar-se contra eles significava correr os riscos das revoltas. Tomar partido dos pobres significava o caminho dos sacrifícios com vistas à um mundo melhor; posicionar-se contra eles representava um pacto com as forças do imperialismo (fome, miséria e bomba atômica). Tomar o partido dos pobres é o caminho da salvação; posicionar-se contra eles é o caminho da perdição.

Lacoste alude ainda ao discurso de posse (1949) do presidente (1945-1953) Harry S. Truman. Arturo Escobar (2007 [1995]) situa nesse discurso a genealogia dessa ideia – desenvolvimento. Como vimos no primeiro capítulo, foi nesse discurso que Truman empregou o termo áreas subdesenvolvidas, numa clara referência àquilo que futuramente seria conhecido como Terceiro Mundo. Isso não quer dizer que o discurso, por si só, tenha se efetivado num dos principais móveis políticos da segunda metade do século XX. Seria anuviar, a título de ilustração, o contexto de reconstrução do pós-guerra e as instituições nascidas de Bretton Woods (POTTER; CONWAY, 2011). Montenegro Gómez (2006, p.131) destacou quatro determinações desse contexto histórico: (I) a luta contra o comunismo e a frágil estabilidade internacional da Guerra Fria; (II) a necessidade de matérias-primas para a reconstrução da Europa e também para um novo ciclo de industrialização; (III) o crescimento demográfico nas áreas subdesenvolvidas depreendido enquanto perigo para o equilíbrio da ordem mundial; e (IV) “fé na racionalidade científica e no desempenho tecnológico” industrial.

De fato, Truman encarava como um dever do Ocidente – talvez melhor seríamos dizer do velho imperialismo – desenvolver as áreas subdesenvolvidas. Se, como vimos anteriormente, a fome fazia o jogo dos comunistas, também é possível dizer que a pobreza fazia esse mesmo jogo. Daí o desenvolvimento ser pensado – tal qual escrevi anteriormente – enquanto *estratégia anticomunista*, na exata medida em que se desenvolvendo o *capitalismo* caminharíamos, supostamente, para uma maior paz e prosperidade. Nesse sentido, as técnicas e as ciências modernas são elevadas ao nível de métodos por excelência de atingimento desse objetivo.

Na avaliação de Potter e Conway (2011), Truman estava estabelecendo um novo papel colonial para os EUA em relação aos países independentes que emergiam da descolonização – portanto, independentes apenas num sentido estritamente político. Onde o encorajamento do presidente estadunidense para que as nações subdesenvolvidas buscassem a “ajuda”, ou se quiserem, a assistência do governo dos EUA. Filho ilustre da Europa, simultaneamente partícipe do banquete imperialista, os EUA gestavam a continuação do *colonialismo renovado* para que as “áreas subdesenvolvidas” fossem tuteladas agora, também, por meios de transformações econômicas.

Na França, o tema do subdesenvolvimento foi retomado com o objetivo de denunciar de forma nova o colonialismo e o neoimperialismo. No início dos anos 1950, a Guerra da Coréia estava a pleno vapor. Como vimos no capítulo precedente, a origem da expressão Terceiro Mundo foi cunhada por Sauvy em 1952. O demógrafo traçava um paralelo entre o Terceiro Estado, às vésperas da Revolução Francesa, e o Terceiro Mundo.

Retomemos o relato. Pierre George diz que gostaria de ver Lacoste fazer o livro sobre os países subdesenvolvidos. Lacoste responde ao mestre que irá fazer. Mas George redargue aconselhando-o a fazer a tese. Depois de um silêncio, o mestre questiona: “Em quanto tempo tu pensas que pode escrever isso?²⁷⁷” (LACOSTE, 2018a, p.94).

E foi assim que Lacoste embarcou na redação do 853° *Que sais-je?*. Publicado em 1959, escreveu as 128 páginas regulamentares em 06 meses. Nesse livro, as causas coloniais do subdesenvolvimento – como veremos – é cristalina. Indubitavelmente, as proximidades e diferenças entre Marrocos e Argélia – já anunciadas em sua docência no Magrebe – consubstanciaram a análise. Todavia, como o livro deveria tratar de questões mais gerais, portanto em um elevado nível de abstração, ele não faz menção alguma aos dois países. A experiência no Marrocos e Argélia coloniais, os ensinamentos do pai, as lições dos mestres George e Dresch, permitem-no fazer representações, parciais, mas essenciais desses países. Esse exercício o ajudou a construir uma representação mais teórica e abstrata dos problemas comuns, de acordo com estatísticas, surgidos em diversos países subdesenvolvidos. A *démarche* que articula diferentes níveis de análise – nesse caso, diferentes níveis de países subdesenvolvidos – embrionária em 1951 à época da *agrégation*, aparece nessa obra mais desenvolvida em virtude da forma empírica de distinguir e de combinar as maneiras de ver (LACOSTE, 2018a). Cabe agora uma análise mais detida sobre a obra em questão.

A princípio, Lacoste (1961 [1959]) rejeita que apenas fome e miséria sejam critérios suficientes para se precisar o subdesenvolvimento. Se assim o fosse, o subdesenvolvimento seria tão antigo quanto a própria humanidade. Essa rejeição parcial da fome e da miséria como constitutivos fundamentais do subdesenvolvimento permite ao geógrafo evitar o anacronismo de transpor uma particularidade de um período determinado – o subdesenvolvimento – para a totalidade da história. No entanto, isto fará com que ele adote como sintomático outro critério

²⁷⁷ Dans combien de temps penses-tu pouvoir écrire ça ?

não menos problemático: “o considerável crescimento demográfico” (LACOSTE, 1961 [1959], p.8). Além do contexto histórico, esse critério do crescimento demográfico decorre – em maior ou menor dimensão – de uma dupla influência teórica: o economista Thomas Malthus (1766-1834), para quem “o poder de crescimento da população é indefinidamente maior do que o poder que tem a terra de produzir meios de subsistência” (MALTHUS, 1986, p.282) e o sociólogo Alfred Sauvy (1898-1990). É por isso que o geógrafo se preocupa tanto com a relação população-recursos (naturais, sociais), quanto com o problema demográfico (SAUVY, 1957).

Considera-se comumente que a penosa situação desses países resulta de uma população demasiado numerosa em relação aos recursos. A redução dos excedentes demográficos surge, portanto, muitas vezes, como a condição essencial da melhoria das condições econômicas dos países subdesenvolvidos (LACOSTE, 1961 [1959], p.31).

Isso denota um aspecto importante do seu pensamento e que acompanhará toda sua análise sobre o subdesenvolvimento: o neomalthusianismo – a identificação do pensamento malthusiano²⁷⁸ “voltado à leitura do crescimento populacional nos países ditos subdesenvolvidos e seu reflexo mundial” (DAMIANI, 2014 [1992], p.20). É sob esse prisma que, julgamos, Lacoste buscará precisar a noção de subdesenvolvimento e seus caracteres constitutivos. Esses caracteres constitutivos são claramente inspirados em dois autores: Alfred Sauvy e Harvey Leibenstein. Sauvy (1957, p.200) enumerou 10 caracteres comuns à maioria dos países subdesenvolvidos:

1. Gran mortalidad (en especial mortalidad infantil). Vida media baja (treinta a cuarenta años)
2. Gran fecundidad, próxima a la fecundidad fisiológica o, por lo menos, ausencia en la prevención de los nacimientos.
3. Alimentación insuficiente, inferior a 2.500 calorías y, sobre todo, débil en proteínas.
4. Gran proporción de analfabetos (a menudo próxima al 80 por 100).
5. Gran proporción de agricultores o pescadores.
6. Subempleo por insuficiencia de medios de trabajo.

²⁷⁸ Um dos erros de Malthus foi comparar a taxa de crescimento populacional dos Estados Unidos com a produção de alimentos da Grã-Bretanha: “Nos Estados Unidos da América, onde os meios de subsistência têm sido muito maiores, os costumes dos povos mais puros e conseqüentemente os obstáculos aos casamentos precoces têm sido menores do que em qualquer um dos modernos países da Europa, a população se viu duplicada em 25 anos. Nós tomamos como nosso modelo essa proporção de crescimento, embora pequena em relação ao poder máximo da população, ainda que como resultado da experiência atual, e afirmamos que a população, quando não controlada, se duplica cada 25 anos ou cresce numa progressão geométrica. Vamos agora tomar qualquer lugar da terra, esta Ilha [a Grã-Bretanha] por exemplo, e vejamos em que proporção podemos calcular o crescimento dos meios de subsistência que ela fornece. Começaremos com o seu atual estágio de cultivo. Se admito que pela melhor política possível, arroteando mais a terra e fornecendo grandes fomentos à agricultura, a produção desta ilha possa ser duplicada nos próximos 25 anos, penso que esta produção estará fornecendo tanto quanto toda pessoa possa razoavelmente exigir. Nos 25 anos seguintes, é impossível admitir que a produção possa ser quadruplicada. Isto seria contrário a todo o nosso conhecimento acerca da capacidade da terra. O máximo que podemos conceber é que o aumento da produção nos 25 anos se iguale à atual produção” (MALTHUS, 1986 [1798], 283-284).

7. Sometimiento de la mujer. No trabaja fuera del hogar.
8. Trabajo de los niños a partir de 10 años o incluso antes.
9. Ausencia de clase media o clase media muy pequeña.
10. Régimen autoritario bajo diversas formas; falta de instituciones democráticas.

Por seu turno, Leibenstein (1962 [1957], p.40-41) propôs 35 características das áreas subdesenvolvidas. Essas 35 características estão divididas em 5 categorias: (I) características econômicas gerais; (II) características básicas na agricultura; (III) características demográficas; (IV) características culturais e políticas; e (V) características tecnológicas e diversas. As características econômicas gerais são as seguintes: (1) Uma proporção muito alta da população na agricultura, geralmente cerca de 70 a 90 por cento; (2) “Superpopulação absoluta” na agricultura, ou seja, seria possível reduzir o número de trabalhadores na agricultura e ainda obter a mesma produção total; (3) Evidência de um considerável “desemprego disfarçado” e uma falta de oportunidades de emprego fora da agricultura; (4) Muito pouco capital *per capita*; (5) Baixa renda por habitante e, como consequência, existência próxima ao nível de “subsistência”; (6) Poupança praticamente zero para a grande massa da população; (7) Qualquer economia que exista é geralmente alcançada por uma classe detentora de terras cujos valores não são propícios ao investimento na indústria ou no comércio; (8) As indústrias primárias, ou seja, agricultura, silvicultura e mineração, são geralmente as categorias de emprego residual; (9) A produção na agricultura é composta principalmente de cereais e matérias-primas primárias [*primary raw materials*], com uma produção relativamente baixa de alimentos proteicos; (10) A maior proporção de gastos com alimentos e necessidades; (11) Exportação de alimentos e matérias primas; (12) Baixo volume de comércio per capita; (13) precária facilidades de crédito e de comercialização; e (14) Habitação precária.

As características básicas na agricultura totalizam sete: (1) baixa capitalização da terra simultaneamente a uma utilização não econômica de qualquer capital, devido ao pequeno tamanho das propriedades e à existência de parcelas excessivamente pequenas; (2) O nível das técnicas agrárias é extremamente baixo, e as ferramentas e equipamentos são limitados e primitivos por natureza; (3) Mesmo onde há grandes proprietários de terras como, por exemplo, em certas partes da Índia, as aberturas para a produção agrícola modernizada para venda são limitadas pelas dificuldades de transporte e pela ausência de uma demanda eficiente no mercado local. É significativo que em muitos países atrasados um tipo de agricultura modernizada esteja confinada à produção para venda nos mercados estrangeiros; (4) Há uma incapacidade dos pequenos proprietários de terras e camponeses de resistir mesmo a uma crise de curto prazo e, como consequência, são feitas tentativas para obter o maior rendimento possível do solo, o que

leva ao empobrecimento deste; (5) Há uma prevalência generalizada de alto endividamento em relação ao patrimônio e à renda; (6) Os métodos de produção para o mercado interno são geralmente antiquados e ineficientes, deixando pouco excedente para a comercialização. Isto geralmente é verdade independentemente de o cultivador ser ou não proprietário da terra, ter direitos de arrendamento ou ser um cultivador de cana; (7) Um aspecto mais difundido é um sentimento de fome na terra devido ao tamanho excessivamente pequeno das propriedades e das pequenas parcelas diversificadas. A razão para isto é que as propriedades são continuamente subdivididas conforme a população da terra aumenta.

As características demográficas são cinco: (1) Altas taxas de fertilidade, geralmente acima de 40 por mil; (2) Altas taxas de mortalidade e baixa expectativa de vida ao nascer; (3) Nutrição inadequada e deficiências dietéticas; (4) Higiene rudimentar, saúde pública e saneamento; (5) Sobrepopulação rural. Também são cinco as características culturais e políticas: (1) Educação rudimentar e geralmente um alto grau de analfabetismo entre a maioria da população; (2) Extensa prevalência de trabalho infantil; (3) Fraqueza geral ou ausência da classe média; (4) Inferioridade da condição e posição da mulher; (5) Comportamento tradicionalmente determinado para a maioria da população. E, finalmente, quatro são as características tecnológicas e diversas: (1) Baixos rendimentos por acre; (2) Sem instalações de treinamento ou instalações inadequadas para o treinamento de técnicos, engenheiros, etc.; (3) Instalações de comunicação e transporte inadequadas e cruas, especialmente nas áreas rurais; (4) Tecnologia bruta.

Inspirar não significa repetição mecânica. Alguns dos caracteres são comuns a ambos intelectuais, mas noutros Lacoste eleva a abstração num nível superior ao, por exemplo, destacar a industrialização, dependência política²⁷⁹, hipertrofia do terciário, os problemas de integração nacional. Assim, para melhor qualificar o subdesenvolvimento, o geógrafo em tela enumera os seguintes caracteres: (1) Insuficiência alimentar; (2) Deficiência da agricultura; (3) Baixa renda nacional média e baixos níveis de vida; (4) Reduzida industrialização; (5) Fraco consumo de energia mecânica; (6) Situação de subordinação econômica; (7) Setor comercial

²⁷⁹ Bettelheim (1976, p.37) observa que esse tipo de dependência (política) é menos absoluta que a (dependência) colonial. Ele exemplifica com “numerosos países da América Latina, que só saíram da dependência colonial com a antiga metrópole europeia para cair em uma dependência semicolonial com os Estados Unidos”. Poderíamos ilustrar com os casos de Brasil e México. Continua: “Essa forma de dependência política repousa, então, na estreiteza de certos vínculos de dependência econômica ou na corrupção de uma parte do pessoal político dirigente desses países dependentes. Os países submetidos a essa forma de dependência são caracterizados pela instabilidade política ou pela existência de um regime de ditadura ou pela alternância da instabilidade política e da ditadura”. Aqui, além das ditaduras em Argentina (1966-1973 e 1976-1983) e Brasil (1964-1985), adicionemos a ditadura em Chile (1973-1990). Finaliza: “Nos nossos dias, tende-se a designar esse tipo de dependência, para os países que acabam de abandonar o estatuto colonial, pelo termo de ‘neocolonialismo’”.

hipertrofiado; (8) Estruturas sociais ultrapassadas; (9) Fraco desenvolvimento das classes médias; (10) Frágil integração nacional; (11) Importância do subemprego; (12) Deficiente nível da instrução; (13) intensa natalidade; (14) Estado sanitário imperfeito – em vias de melhorar; e (15) A tomada de consciência (LACOSTE, 1961 [1959], p.9-29). Vejamos isso mais de perto.

O primeiro caractere constitutivo do subdesenvolvimento é a **Insuficiência alimentar**. A fome é o mais grave sintoma do subdesenvolvimento e o mais geral. No entanto, ser o mais grave e o mais geral não significa a correspondência matemática: fome = subdesenvolvimento. Aquela é anterior a este e, inclusive, foi observada nos países até então desenvolvidos – especialmente as categorias sociais mais afetadas pelo desenvolvimento capitalista. A insuficiência alimentar atravessa a história, mas a fome de que trata Lacoste tem a ver com a desigualdade social extremada nos países subdesenvolvidos.

Arelado à insuficiência alimentar tem-se a **deficiência da agricultura**. Nos países subdesenvolvidos a agricultura é deficiente em vários aspectos: potencial agrícola insuficientemente explorado, carência de terras, baixo aproveitamento das superfícies cultiváveis. Essas deficiências decorrem de fatores não menos numerosos: insuficiência de meios técnicos, baixa fertilidade do solo – por vezes pobres e frágeis nas regiões tropicais, falta de capitais, a existência de propriedades “feudais”, formação de grandes domínios. Consequentemente, as deficiências agrícolas contribuem para o subdesenvolvimento na medida em que o país subdesenvolvido não consegue suprir as demandas alimentares da população. Ademais, a monopolização da terra pelos grandes proprietários “feudais” desperdiça os recursos necessários ao aumento dos rendimentos, da produtividade agrícola e do poder aquisitivo dos consumidores – é um verdadeiro freio ao desenvolvimento. Portanto, a deficiência agrícola combinada com a concentração da propriedade da terra caracteriza o subdesenvolvimento. E aqui já temos uma das determinações do que é ser subdesenvolvido para o geógrafo: *os países subdesenvolvidos são países essencialmente agrícolas*.

O terceiro caractere constitutivo do subdesenvolvimento é a **baixa renda nacional média e baixos níveis de vida**. Nesse tópico, Lacoste (1961 [1959], p.14) demarca – a partir de dados da ONU para os anos 1940 – que é “aproximadamente acima do limiar de 400 dólares que se encontram os países desenvolvidos”. Logo, um fato capital tem existência nos países subdesenvolvidos: a distribuição de renda é bastante desigual, maior que a dos países desenvolvidos. Ele constata, mas não explica qual a razão fundante da desigualdade/pobreza. Em verdade, a desigualdade/pobreza é derivada da moderna sociedade civil-burguesa, que, para seu entendimento eficaz e objetivo, deve estar assentado no caráter antagônico da produção capitalista, na *lei geral da acumulação capitalista*:

Quanto maiores a riqueza social, o capital em função, a dimensão e energia de seu crescimento e, conseqüentemente, a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital. A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza, mas, quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho. E, ainda, quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, usando-se a terminologia oficial, o pauperismo. *Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista* (MARX, 2011 [1867], p.748).

O quarto caractere é a **reduzida industrialização**. À época, “Um quinto da população do globo dispõe de mais de 90% da produção industrial” (LACOSTE, 1961 [1959], p.16). Por que a industrialização é tão importante para um país? A julgarmos pela tese de Prebisch e da CEPAL, ela é o meio de captura do progresso técnico e de melhoria dos níveis de vida da população. Para Lacoste, era fundamental edificar uma vigorosa base indústria para prover as necessidades de equipamentos do país. Já havíamos salientado anteriormente que para o geógrafo em tela os países subdesenvolvidos são países essencialmente agrícolas, ou seja, que tem na agricultura a maior parcela da população empregada. Agora ele consubstancia esta informação pelo outro polo da asserção: os países subdesenvolvidos são pouco industrializados. Está posto, portanto, o fundamento do desenvolvimento: *ser desenvolvido é ser industrializado*.

Ligado à reduzida industrialização temos o **fraco consumo de energia mecânica**. Os países desenvolvidos dispunham, na ocasião de “85% da energia utilizada no mundo” (LACOSTE, 1961 [1959], p. 17). O consumo energético sofre uma dupla clivagem: social e espacial. No aspecto social, grandes camadas da população não acessam esse consumo; no aspecto espacial, o consumo de energia se concentra nas cidades, nas instalações de atividades minerárias. Ele retoma o raciocínio dos recursos desperdiçados: o desperdício de recursos não se localiza apenas na agricultura, mas também na subutilização das jazidas energéticas (carvão, petróleo, hidroeletricidade) dos países subdesenvolvidos.

A **situação de subordinação econômica** é o sexto caractere. *Dependência*²⁸⁰ é como *pode* ser lida essa situação de desvantagem econômica: os países subdesenvolvidos são dependentes economicamente dos países desenvolvidos. Em decorrência, o setor de economia moderno é implantado *de fora* e não resultado de um processo histórico intestino. É justamente essa situação que gera as formas de subordinação econômica e dominação sociopolítica, uma

²⁸⁰ A teoria da dependência é uma corrente de pensamento extremamente rica e diversificada. Talvez fosse melhor mesmo chama-la de “as teorias das dependências” dado suas amplas literaturas, procedimentos e conceitos. Do ponto de vista *marxista*, avaliações podem ser consultadas nos trabalhos de Seabra (2017) e Luce (2018).

vez que a economia moderna (desenvolvida) é *introduzida* no país subdesenvolvido (atrasado). Como diz o geógrafo: “Essa dependência, em grande número de países subdesenvolvidos, tem sido de natureza política e tem levado a formas de subordinação econômica e social” (LACOSTE, 1961 [1959], p.18). Ele apressa-se em *não* identificar subdesenvolvimento e fenômeno colonial (Turquia, Espanha e Japão jamais foram colônias). Não obstante, ainda que países subdesenvolvidos tenham conquistado a independência *política*, isso não significou a independência *econômica*. As evidências dessa dependência – em sua visão – repousam no grande número de instalações industriais, de atividades minerárias, explorações agrícolas e comerciais que pertencem a pessoas ou sociedades *estrangeiras*. As atividades econômicas – tal qual já raciocinamos antes – tornam-se extravertidas, atendendo prioritariamente os interesses políticos dos países desenvolvidos.

Tem-se assim que é via o comércio exterior que se processa a situação de subordinação econômica – dependência²⁸¹ – uma vez que os países subdesenvolvidos exportam produtos primários e importam produtos manufaturados e maquinofaturados. Estamos diante do velho comércio de “tipo colonial” que agrava a situação de dependência porque os países subdesenvolvidos se especializam em um determinado produto primário, ficando à mercê das flutuações dos preços no mercado mundial e dos períodos de recessão econômica. Estamos diante, portanto, do problema da *deterioração dos termos de troca*, explicada “pela relativa lentidão com que o desenvolvimento industrial do mundo vai absorvendo o excedente real ou potencial da população ativa dedicada às atividades primárias” (PREBISCH, 2000b [1949], p.142). Por isso, o importante economista argentino Raul Prebisch escreveu que “na América Latina, a realidade vem destruindo o antigo esquema da divisão internacional do trabalho” (PREBISCH, 2000a [1949], p.71).

O setor comercial hipertrofiado é o sétimo caractere. Trata-se de uma desproporção entre o percentual da população economicamente ativa no comércio (e serviços) e a parte que compete a essas mesmas atividades na renda nacional. “O comércio emprega apenas 22% da população ativa mexicana, mas conta com 56% da renda nacional (LACOSTE, 1961 [1959], p.20). Assim sendo, a hipertrofia do terciário é prejudicial ao desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos porque gera um desequilíbrio em relação aos outros setores, notadamente agricultura e indústria.

²⁸¹ Tal qual bem observaram Sunkel e Paz (1974, p.16): “Destacar a ‘dependência’ é preocupar-se, essencialmente, com as características das relações econômicas, tecnológicas e políticas, entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos”.

As **estruturas sociais ultrapassadas** conformam o oitavo caractere. Grande número de pessoas vivia nos quadros de uma economia de subsistência aldeã ou tribal. Essa economia de subsistência, voltada para dentro, é corroída pelo comércio e a circulação da moeda. As relações sociais que essas pessoas travam são qualificadas de “semifeudais” (LACOSTE, 1961 [1959], p.20). Por sua natureza, tais relações implicam – por vezes – em subordinação pessoal, a exemplo da vassalagem e servidão por dívida. Está claro que para o geógrafo em tela as estruturas sociais ultrapassadas são as estruturas *não-capitalistas*. Ele destaca ainda a posição economicamente forte que as categorias sociais dirigentes ou privilegiadas detêm nos países subdesenvolvidos, pois são capazes de exercer poderes e acumular funções – a exemplo dos representantes políticos. O problema é que para Lacoste isso são analogias feudais e não o próprio *modus operandi* do capitalismo nos países subdesenvolvidos.

O **fraco desenvolvimento das classes médias** é o nono caractere. Também pode ser lido como fraco desenvolvimento da *burguesia* ou fraco desenvolvimento dos *empreendedores*. Esse caractere é importante porque o geógrafo em tela atribui como causa primeira do desenvolvimento econômico do Reino Unido a existência “de um grupo de homens mentalmente produtivistas que se apossaram das invenções e criaram condições para que tais invenções pudesse produzir todo o seu efeito” (LACOSTE, 1961 [1959], p.55). Todavia, a história do Reino Unido é marcadamente imperial-colonial travestida de livre-comércio. Não à toa Arrighi qualifica de *imperialismo de livre-comércio*. Além disso, Lacoste está no quadro temporal da Guerra de Resistência Antifrancesa (1946-1954) no Vietnã; da Guerra Coreana (1950-1953); da Revolução Cubana (1953-1959); e, principalmente, da Revolução argelina (já em seu quinto ano). A principal efetividade histórica e conseqüente categoria ontológica marxista desde o final do século XIX, *imperialismo*, fica na sombra da análise lacosteana. Embora o geógrafo considere à época imperialismo uma categoria importante para compreender o subdesenvolvimento:

Bem, sim, na época, sim. Na época, tínhamos, tínhamos nos, mesmo nos Estados que se tornaram independentes, o imperialismo jogava esse papel apoiando a grande burguesia contra os movimentos comunistas revolucionários. Aqueles que foram os primeiros a falar de subdesenvolvimento é o presidente dos Estados Unidos, que diz “Ah, são países pobres etc., devemos ajudá-los”. São eles que fazem toda a campanha. “É necessário dar dinheiro a eles para se oporem aos movimentos comunistas”. Portanto, a palavra “países subdesenvolvidos” não é a primeira historicamente, a primeira é “subdesenvolvimento [*underdevelopment*]”. É um termo americano. Lançado pelo presidente dos Estados Unidos que pede impostos para financiar as burguesias que enfrentam os movimentos comunistas. E eu, quando escrevo o “*Que sais-je?*” em seguida, faço um raciocínio de tipo marxista. Mas não sou estritamente marxista. [...] E eu, creio que fui um dos primeiros a deslocar o problema que tem um raciocínio ainda marxista. (Entrevista com Yves Lacoste, 21/07/2022).

No entanto, por qual razão ele evita imperialismo enquanto categoria de análise? Podemos apontar a saída do PCF (1956), o peso do problema demográfico, o fato dele ser um “colonial” *nem tanto* anticolonialista assim e, ainda, a influência do economista Joseph Schumpeter (1883-1950). Embora *Sociologie des impérialismes* não apareça na bibliografia, Lacoste parece aceitar as determinações centrais desse conceito em Schumpeter (1984 [1919]). Diferentemente de Rosa Luxemburgo, Karl Kautsky, Rudolph Hilferding e Vladimir Lênin, Schumpeter considerava o imperialismo baseado num *atavismo*, uma herança cujas características seriam *feudais* e não decorrentes do modo capitalista de produção; uma “reliquia do passado” que desempenha um papel importante em todas as situações históricas. Assim, diferente dos marxistas, o imperialismo se explica pelas condições de vida do *passado*, expressa relações de produção pertencentes ao *passado*. Constitui um elemento atávico porque as necessidades vitais que lhe originaram desapareceram para *sempre*. Ele ainda assim considerava que o imperialismo estava em vias de *extinção* mesmo que qualquer *guerra* tendesse a reanimá-lo. Supostamente, o imperialismo desapareceria historicamente porque as estruturas atávicas que o engendraram eram substituídas por outras que não o integravam. Como que premeditando sua própria inadequação teórica com a realidade, escreveu Schumpeter (1984 [1919], p.111): “Se nossa teoria se conformar com a realidade, deveríamos ver as manifestações do imperialismo diminuir em intensidade nos tempos modernos: os exemplos mais recentes de puro imperialismo podem ser encontrados nas monarquias absolutas do século XVIII²⁸²”. Schumpeter publicou essa obra apenas um ano depois da Primeira Guerra Mundial. E não só isso: a existência da Segunda Guerra Mundial invalidava, na prática, a análise schumpeteriana. E sequer Schumpeter viveu o auge da Guerra Fria e apenas “assistiu” ao nascimento daquela organização que seria o símbolo e prática máxima do *ultra-imperialismo militarizado à enésima potência*: a OTAN. E pensar que Schumpeter considerava as monarquias absolutas do século XVIII mais civilizadas do que aquelas que as precederam.

Para Schumpeter, recordemos, o empreendedor é justamente aquele indivíduo que promove a inovação destruindo esquemas de produção antigos e criando novos (SCHUMPETER, 1985 [1911]). Nesse sentido, a existência de burgueses – na acepção de Lacoste – foi responsável por destruir as antigas estruturas feudais anciloadas e criar as novas estruturas capitalistas, que teve como palco primeiro a Inglaterra.

²⁸² : Si notre théorie est conforme à la réalité, on devrait voir les manifestations d'impérialisme diminuer en intensité à l'époque moderne : les exemples les plus récents d'impérialisme à l'état pur se rencontrent dans les monarchies absolues du XVIIIe siècle.

Ademais, esta fraqueza das classes médias se deve, em parte, ao fato de a economia nacional ser orientada externamente, via o comércio e indústria exteriores. Conseqüentemente, registra-se nos países subdesenvolvidos “a insuficiência dos quadros técnicos e sociais indispensáveis a toda política de desenvolvimento” (LACOSTE, 1961 [1959], p.22). Não obstante, se a burguesia é frágil nos países subdesenvolvidos, o processo de desenvolvimento é capitaneado pelo Estado – a exemplo do que aconteceu na Rússia e Japão. Ao Estado cabe planejar as modalidades de ação de conjunto, organizar os complexos industriais assim como os polos de desenvolvimento (PERROUX, 1960 [1958]).

Por que o Estado? Porque a organização das forças desenvolvimentistas abandonadas ao sabor do mercado geraria o que Ragnar Nurkse (1907-1959) chamou de “equilíbrio de subdesenvolvimento” ou **círculo vicioso da pobreza**²⁸³:

[...] um homem pobre pode não ter o suficiente para comer; ao estar desnutrido, sua saúde pode ficar fraca; ao estar fisicamente fraco, sua capacidade de trabalho é baixa, o que significa que ele é pobre, o que significa que ele não terá o suficiente para comer, e assim sucessivamente. Uma situação deste tipo, referindo-se a um país em seu conjunto, pode resumir-se no seguinte lugar comum: “um país é pobre porque é pobre”²⁸⁴ (NURKSE, 1955 [1953], p.13-14).

O foco, aqui, não é tanto a “explicação” de Ragnar Nurkse para a pobreza²⁸⁵, mas sim como Lacoste aceita – diríamos, hegelianamente – o Estado como representante do interesse coletivo.

Só o estado pode impor essa marcha dirigida, em função do interesse coletivo, repartir pela coletividade o custo da operação e ajustar o conjunto dos desequilíbrios particulares, no seio de um dinamismo complexo (LACOSTE, 1961 [1959], p.112). O Estado deve representar os interesses não de uma minoria de proprietários, mas do conjunto da população. Deve poder apoiar-se em sua aquiescência ativa, deter um poder político real, estar decidido a transpor os obstáculos dos planos de desenvolvimento. Entre estes últimos, os mais graves não são as barreiras naturais, mas as oposições exercidas pelas categorias sociais até então privilegiadas, e as manifestações de demagogia que possam seduzir as massas. A vontade de desenvolver deve, então, estar animada por uma elite corajosa e decidida (LACOSTE, 1961 [1959], p.112-113).

²⁸³ Uma análise dos elementos teóricos dessa noção pode ser encontrada em Cardoso (2018). Vale a pena também consultar os comentários/críticas que o economista brasileiro Celso Furtado (2010 [1954], p.329-354) direcionou à Nurkse.

²⁸⁴ : [...] un hombre pobre puede no tener suficiente para comer; al estar desnutrido, su salud puede ser débil; al ser físicamente débil, su capacidad de trabajo es baja, lo que significa que es pobre, lo que a su vez significa que no tendrá suficiente para comer, y así sucesivamente. Una situación de este tipo, refiriéndose a un país en su conjunto, puede resumirse en el siguiente lugar común: “un país es pobre porque es pobre”.

²⁸⁵ “A excentricidade desse raciocínio ímpar” – apontou a professora Bianca Bonente – “[...] aplicado à medicina, resultaria no diagnóstico de que um homem doente tem uma doença ou na constatação de que um morto não está vivo!” (BONENTE, 2011, p.87).

O Estado nos países subdesenvolvidos – ou ainda nos desenvolvidos – jamais representou o interesse do *conjunto* da população. O Estado é sempre um Estado de classe, perpassado pelas contradições representando ou expressando, em maior ou menor medida as classes em luta. Engels e Marx (2008 [1848], p.47), por exemplo, afirmaram: “O poder político do Estado moderno nada mais é do que um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa”. Em outra obra clássica, Engels (2010 [1884], p.216-217) ensinou que o Estado tem uma, digamos, *dupla origem simultânea*: origina-se da indispensabilidade de sustar o conflito de classes e do antagonismo das mesmas. Por isso, conclui o revolucionário alemão: via de regra, o Estado é da “classe mais poderosa”, “da classe economicamente dominante”. A dominação econômica, por meio do Estado, se converte em dominação política adquirindo “novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida”. Sem embargo, é compreensível que Lacoste deposite no Estado, e nas iniciativas de planificação, a possibilidade de efetivar uma ação de conjunto, capaz de um *desenvolvimento equilibrado* que integrasse os complexos industriais, mas também a agricultura, o mercado interno e a exportação. Só assim *o todo complexo* que é o subdesenvolvimento poderia ser superado.

Ademais – antes de passarmos ao próximo caractere – cabe destacar que essa concepção de Estado é um dos pontos em que aproxima Lacoste à teoria do Estado da CEPAL. Deve ser advertido que Lacoste não faz qualquer menção à essa Comissão na obra por nós analisada. Sem embargo, a CEPAL também via o Estado enquanto agente promotor, pivô do desenvolvimento através de nacionalizações, alocando recursos, protegendo a indústria nacional, planejando a estrutura econômica, num nível mais elevado de performance e eficácia (MANTEGA, 1984). Por isso a importante crítica de Guido Mantega (1984, p.43) à teoria do Estado cepalina. Nessa teoria, o Estado encontra-se acima dos interesses específicos das classes sociais em disputa; é colocado à frente delas tal qual um farol para desenvolvimento das “desnorteadas classes sociais latino-americanas”; torna-se o “sujeito da história”.

A **frágil integração nacional** é o décimo caractere. Trata-se de uma articulação insuficiente e pouca integração dos setores econômicos. Esta integração nacional fragilizada é decorrente da introdução externa da economia moderna no país subdesenvolvido. Trata-se de um traço dualista da interpretação do geógrafo uma vez que ele vai distinguir as regiões de economia moderna das regiões tradicionais dentro de um mesmo país subdesenvolvido – ainda que a oposição não elimine as interações. Não obstante, esta frágil integração nacional reverbera na “ausência de um verdadeiro mercado nacional” (LACOSTE, 1961 [1959], p.22). O mercado nacional, em sua visão, está separado pela dualidade moderno-tradicional onde ambos se

conectam para fora, ou seja, tanto as regiões modernas quanto as tradicionais estão em função do mercado internacional.

A **importância do subemprego** é o décimo-primeiro caractere. Diz respeito à existência nos países subdesenvolvidos de “multidões de homens desocupados ou improdutivos” (LACOSTE, 1961 [1959], p. 23). O subemprego decorre (1) da limitação de mão-de-obra da economia moderna; (2) importação de produtos manufaturados estrangeiros; latifúndio; e (3) pela mecanização das áreas agrícolas. O subemprego, conseqüentemente, restringe o mercado interno e prejudica o desenvolvimento industrial e agrícola porque não encontram – internamente – mercados suficientes.

O **deficiente nível de instrução** é o décimo-segundo caractere. Refere-se ao “analfabetismo e incultura das massas” (LACOSTE, 1961 [1959], p.25). Este fato se deve à insuficiência do equipamento escolar e o número diminuto de mestres. Ademais, combinado com a fraqueza das classes médias, resulta em um quadro insuficiente de técnicos indispensáveis ao desenvolvimento econômico. Nesse tópico o geógrafo aponta que a situação de instrução da mulher constitui um freio ao progresso social.

Deriva que uma mulher não-instruída tem como consequência demográfica uma **intensa natalidade**, o décimo-terceiro caractere. Não obstante, cabe ressaltar que essa intensa natalidade não provém apenas da situação da mulher nos países subdesenvolvidos (precocidade do casamento, situação social inferior) mas também da redução do emprego e da diminuição da mortalidade – causada pela melhoria das condições sanitárias e pelos progressos da Medicina.

O **Estado sanitário imperfeito – em vias de melhorar** é o penúltimo caractere. Ainda que o geógrafo reconheça que os progressos médicos geraram uma queda da taxa de mortalidade – contribuindo assim para a amplitude populacional – as doenças nos países subdesenvolvidos entravam fortemente o desenvolvimento econômico e social reduzindo a produtividade dos indivíduos. O combate à essas doenças perpassa as condições de habitação até a subalimentação dos trabalhadores.

Finalmente, **a tomada de consciência** é o último caractere do subdesenvolvimento na visão de Yves Lacoste. Ela concerne ao processo de conscientização que as populações dos países subdesenvolvidos tomaram de sua situação. Lacoste raciocina que as populações subdesenvolvidas eram relativamente passivas. O que explicaria – por consequência – a recente descoberta do caráter anômalo e colossal da miséria quando comparada ao “resto do mundo moderno”. anormal e monstruoso de sua miséria em relação com o resto do mundo moderno²⁸⁶.

²⁸⁶ Josué de Castro pensava de forma semelhante no que tange à tomada de consciência: “Como se explica então que este desequilíbrio social que sempre existiu se transforme agora na mola da revolta social dos povos

Josué de Castro (1955) pensava de maneira aproximada. Para ele, o desequilíbrio social – miséria num polo e riqueza noutra – havia se transformado em estímulo às rebeliões sociais contra os países imperialistas. Tal qual Lacoste, Castro (1955, p.164-165) enxergava que os povos subdesenvolvidos “ignoravam até certo ponto a realidade social do mundo e a situação diante do panorama mundial”.

Ora, mas isso é falso porque não faltaram “atividades”, revoltas, rebeliões e revoluções, tanto no século XIX quanto no século XX, das populações colonizadas no enfrentamento às potências imperialistas e seus asseclas. A título de ilustração, tanto Castro quanto Lacoste, viram a Revolução Chinesa, a Guerra Coreana, a Resistência Antifrancesa do heroico povo vietnamita e a Revolução argelina.

Em todo caso, Lacoste atribui o fenômeno da tomada de consciência às “consequências da guerra, da difusão das notícias, da imprensa e de suas ilustrações publicitárias, do cinema, do rádio, do deslocamento dos homens” (LACOSTE, 1961 [1959], p.28-29). Uma causa profunda da tomada de consciência seria a evolução interna dos países subdesenvolvidos. Por influência da “vida moderna” – poderíamos dizer, da vida burguesa – as estruturas tradicionais e as formas de pensamento associadas são desagregadas.

Desta maneira, com a enumeração e análise destes caracteres, o geógrafo quer salientar a complexidade de causas do subdesenvolvimento. Para ele o subdesenvolvimento é um fenômeno recente que se caracteriza por “conjuntos de desequilíbrios fundamentais”, sendo que “o mais espetacular dentre esses desequilíbrios é a grave distorção entre uma economia estagnada ou de fraco crescimento e o rápido aumento da população” (LACOSTE, 1961 [1959], p.29). Portanto, o crescimento demográfico é importante, porém não é a razão fundante do subdesenvolvimento – esta repousa numa relação com a estagnação econômica.

Quando *Les pays sous-développés* veio à luz uma série de resenhas [*comptes-rendus*] foram publicadas²⁸⁷. Foi o caso de Robert Gauthier (1962); Camille Martin (1960); dos geógrafos Roland Froment (1960), Bernard Kayser (1960) e Pierre George (1960); e do

subdesenvolvidos e miseráveis contra os países bem desenvolvidos e ricos. A explicação reside no fato de que estes povos miseráveis ignoravam até certo ponto a realidade social do mundo e a situação diante do panorama mundial. Foi a tomada de consciência desta realidade que os despertou para a luta de reivindicações pelas necessidades básicas da vida” (CASTRO, 1955, p.164-165).

²⁸⁷ Lacoste não menciona as resenhas por mim listadas, mas sim a do ex-socialista Jean-François Revel (1924-2006) em *Le Nouvel Observateur*. Esta não conseguimos acessá-la.

renomado demógrafo Alfred Sauvy (1960). Sauvy criticou o fato de Lacoste ter insuficientemente acentuado a importância fundamental da formação dos homens. Na avaliação de Lacoste, isso decorria da fraca capacidade de poupança detida pelos países subdesenvolvidos – o que os impossibilitava de realizar os investimentos demográficos que Sauvy requeria. De fato, dificultava inclusive investimentos no próprio desenvolvimento econômico. A solução estava na injeção de capitais:

Nos termos relativamente simples em que é geralmente apresentado, o problema só pode ser solucionado, ao que parece, mediante considerável injeção de capitais provenientes dos países desenvolvidos, pois os países subdesenvolvidos são demasiadamente pobres para conseguir uma poupança tão importante (LACOSTE, 1961 [1959], p.101-102).

Na avaliação de Froment, a obra constitui uma excelente popularização do estado da pesquisa econômica e geográfica à época; Martin notou a grande importância atribuída ao problema demográfico; Kayser observa que o *petit livre* é um raciocínio feito com maestria e concisão; finalmente, o mestre George não poupou elogios: livro lúcido e clarividente, notando ainda que para os geógrafos a obra era uma boa introdução ao estudo dos problemas humanos em todos os países não-industriais (espécie de sinônimo para países subdesenvolvidos). Finalmente, Gauthier destacou que o primeiro mérito do livro era a clareza e a concisão.

Lacoste contou que Pierre George ficou bastante feliz com o livro – ele fez uma crítica amável e o sucesso da obra lhe convinha junto ao diretor da *Presses Universitaires de France*. Os elogios feitos pelos colegas geógrafos eram tributários da amizade que eles tinham entre si, bem como terem militado juntos no Partido Comunista Francês. Entretanto, a maioria dos geógrafos – Yves Lacoste se refere à corporação – diziam: “Isso não é geografia”. E o PCF não gostou da obra porque ele deu

[...] importância ao fenômeno demográfico e, eu, então, escondo o papel do capitalismo. Bom, supostamente. Mas o, aquele que foi fazer a resenha para *L'Humanité*, por exemplo, passou seu tempo dizendo “a obra, assim, na moda” – quando você diz que é um trabalho da moda é porque não tem muita coisa nova. “Mas podemos deplorar”, diz ele [o autor da resenha], “que o fenômeno do capitalismo seja escamoteado”. Não estou tentando escamotear o capitalismo, evidentemente. Mas [...] é dada muita importância ao fenômeno demográfico. Lá, o Partido Comunista recusou o problema demográfico (Entrevista com Yves Lacoste, 19/04/2022).

Todavia, nenhum dos colegas geógrafos, tampouco Sauvy e Gauthier, realizou a crítica pela ausência *categórica* e *categorial* do imperialismo. Evitando o imperialismo, restou a adesão à economia ortodoxa e ao neomalthusianismo – o atraso das nações subdesenvolvidas

seria resultado do crescimento excessivo da população (BARAN, 1986 [1957]). Assim sendo, as causas que tendem a impedir a evolução econômica só poderiam ser *internas*, estruturais: os países subdesenvolvidos não tiveram um “verdadeiro feudalismo”, uma “verdadeira burguesia”. Num trecho que exemplificaria as situações da China e da Índia ele escreve:

A história comparada parece provar que as estruturas sociais características da Europa Ocidental não existiam praticamente em outros lugares do mundo. Fora da Europa, muitas regiões, que são hoje países subdesenvolvidos, apresentavam-se no século XVIII como sociedades muitas vezes brilhantes, mas estáticas, e, diferentemente da Europa Ocidental, desprovidas de grupo social capaz de impulsionar-lhes a transformação e destruir-lhes os “freios” internos. Depois de um período de prosperidade em que atingiram elevado nível, tanto do ponto de vista técnico como cultural, a evolução dessas civilizações diminuiu, parou. Após sobressaltos muitas vezes dolorosos, encontraram uma espécie de equilíbrio em estruturas mais ou menos esclerosadas e “ancilosadas” (LACOSTE, 1961 [1959], p.56).

Consequentemente, para ele, serão essas estruturas esclerosadas, ancilosadas, as viabilizadoras da expansão dos impérios ocidentais. As sequelas são a destruição da economia natural; das manufaturas nativas; um desenvolvimento econômico dependente, extravertido, heterônimo – o que reforçava os poderes político-econômicos exorbitantes das minorias privilegiadas autóctones e estrangeiras. A configuração espacial de um país subdesenvolvido é distorcida e dual: (I) um setor capitalista – burguesia, proletariado e classes médias; e (II) um setor subcapitalista, subproletariado, que não se integra no setor capitalista e suporta as sequelas das formas precedentes de organização social.

Ainda que Lacoste não elenque o *imperialismo* no seio das causas do subdesenvolvimento²⁸⁸, é importante reforçar que isso não quer dizer a abstração da influência estrangeira; ademais, ele tem o mérito de atentar para o papel do colonialismo enquanto etapa que prepara a aparição do mesmo. O geógrafo em tela talvez tenha confundido o declínio dos impérios – que levou ao *declínio* do colonialismo – com o declínio dos *imperialismos*.

Les pays sous-développés teve 35 traduções emanadas de grupos de oposição mais ou menos marxistas e clandestinos; a maioria das traduções eram piratas, vez que não tinham meios para comprar os direitos junto à *Presses Universitaires de France* e, sobretudo, estavam em conflito com o governo ou com o Partido Comunista local. Um exemplo veio do Paquistão. O embaixador dessa nação em Paris observou à Lacoste que o programa do *People's Party* de

²⁸⁸ “O subdesenvolvimento, fato atual, é o resultado de causas que se combinam ou revezam há vários séculos: ancilose econômica e social, ausência de burguesia, debilidade militar, dependência política e econômica, constituição de minoria privilegiada, desintegração das estruturas tradicionais, limitações do setor de economia moderna, evolução desfavorável dos *terms of trade* e do mercado de capitais, crescimento demográfico acelerado” (LACOSTE, 1961 [1959], p.75-76).

Zulfikar Ali Bhutto (1928-1979) tinha retomado toda uma passagem do pequeno livro (LACOSTE, 2018a).

Na visão de Lacoste, o sucesso do livro se deve porque, à época, se imputava apenas ao colonialismo o atraso dos países desenvolvidos. Era especialmente o caso dos marxistas. Contudo, os estudos que ele empreende sobre a obra de Ibn Khaldun forneceram-lhe uma explicação alternativa à dos marxistas. No modelo de explicação de Khaldun, os grandes impérios magrebins desmoronaram sobre si mesmos enquanto resultado da interrupção, a partir de dois séculos antes, da evolução econômica do mundo árabe. À vista disso, a estagnação do mundo árabe preparou o caminho para o futuro domínio europeu. São as famosas “causas internas”, estruturais. Aliado a isso, Lacoste acentuou o papel do crescimento demográfico nas sociedades “bloqueadas”. E ironizou os marxistas que se recusavam a falar da “explosão demográfica” vez que lhes parecia reviver a tese de Malthus: “Há muito eles têm o hábito de ignorar fenômenos que as sagradas escrituras marxistas não registram” (LACOSTE, 2010a, p.69).

Para responder à crítica de Lacoste o melhor a fazer observar a explicação de Marx (2011 [1867], p.601) sobre as causas do crescimento demográfico²⁸⁹. Marx considerava que o problema da análise de Malthus repousava nos “interesses conservadores” a que ele servia. Esses interesses conservadores se expressavam, por exemplo, na defesa de Malthus das Leis do Cereais – que vigoraram entre 1815 e 1846. Estas constituíam tarifas à importação de trigo estrangeiro. Com a menor concorrência do estrangeiro, a tendência é a elevação do preço do trigo – o que beneficiava os proprietários de terras (defendidos por Malthus). Marx deslinda que o desenvolvimento da maquinaria – decorrente do aumento da composição orgânica do capital – somado à exploração do trabalho feminino e infantil, convertia em supérflua parte da classe trabalhadora. Veja-se que tanto Malthus quanto Marx relacionam crescimento da pobreza e crescimento populacional. No entanto, enquanto Malthus *naturalizava* e assacava o crescimento da miséria ao crescimento populacional, Marx situa o problema nas raízes socioeconômicas do desenvolvimento do capitalismo.

O intelectual que atentou Lacoste para as consequências socioeconômicas do crescimento demográfico foi Jacques Peyrega (1917-1988), antigo decano da faculdade de

²⁸⁹ Na visão de Szmrecsányi (1979 [1982], p.14), uma contribuição específica de Malthus “foi a de ter vinculado entre si os dois processos” – crescimento da pobreza e crescimento populacional – “de uma maneira especialmente grata aos interesses das classes dominantes, ao atribuir a expansão da miséria, não a causas sociais e econômicas, mas a um fenômeno tão natural como o aumento da população”. Uma reunião de textos críticos ao pensamento de Malthus pode ser encontrada em Marx; Engels (1978), especialmente a parte *Critique du principe de la population de Malthus* (p.55-136).

direito de Alger. Na visão de Peyrega, o aparecimento do desemprego em massa era um fenômeno novo e poderoso provocado pela diminuição da mortalidade após a Segunda Guerra Mundial. Lacoste – como vimos – atribui a diminuição da mortalidade ao progresso da medicina. O próprio General De Gaulle pensava que era o crescimento do desemprego a causa principal da insurreição argelina. Por isso ele havia lançado o plano de Constantina.

A distorção entre o crescimento econômico e o crescimento das necessidades (principalmente decorrente do crescimento demográfico) era, para Lacoste, um fenômeno historicamente novo. Contudo, ele avaliou ter falhado [*omis*] em explicar por que essas sociedades – a exemplo do Império Almorávida (1040-1147) e o Império Almôada (1121-1269) – outrora terem mostrado grandes avanços técnicos e científicos em relação à Europa ocidental, não terem conhecido uma revolução industrial comparável à Inglaterra (cujo motor, para ele, foi a ação empresarial).

Ele explica, pois, que foram as reflexões sobre o historiador magrebino Ibn Khaldun que o conduzirão a duvidar da extensão mundial dos modos de produção tal como tinham sido definidos pela vulgata marxista. Fora da Europa ocidental não se encontravam provas do modo de produção feudal, nem de formações de burguesias, nem de pretensas “burguesias” que poderiam, antanho, desenvolver revoluções industriais. Sem embargo – observaremos adiante – ainda em sua obra *Ibn Khaldun* (1966) Lacoste insistirá na ausência de burguesia enquanto raiz do subdesenvolvimento. Para os marxistas, o colonialismo sufoca a revolução industrial ou, como escreveu Florestan Fernandes, a *revolução burguesa*²⁹⁰. *Exempli gratia* é a Índia, mas ele exemplifica com o império chinês: “até ao século XVI, estava bem à frente da Europa, não foi colonizada por potências ocidentais – à exceção de feitorias ou concessões –, e, no entanto, não iniciou uma revolução industrial antes da invasão japonesa, em 1937”²⁹¹ (LACOSTE, 2018a, p.96).

Mas a China era um império muito poderoso que, por razões internas, perderá cada vez mais seu poder. O engraçado [...] que eu não acreditei é que a primeira guerra entre China e Inglaterra não é para apropriar-se dos campos de petróleo [...]. É que os ingleses querem vender ópio para a China. Que a Companhia das Índias produziu na Índia. Os ingleses perceberam que o ópio era uma mercadoria que podia vender muito bem e as guerras, as guerras contra a China, são chamadas de “guerras do ópio”. Elas são chamadas de “guerras do ópio” para obrigar o governo chinês a autorizar a entrada

²⁹⁰ “Porém, se se admitir que ‘revolução burguesa’ significa um certo estado de tensão, pelo qual a economia capitalista se diferencia e se reintegra, então todo sistema econômico capitalista comporta uma ‘revolução burguesa’. Em regra, ela coincide com a transição do capitalismo comercial e financeiro para o capitalismo industrial” (FERNANDES, 1972, p.82).

²⁹¹ [...] jusqu’au XVIIe siècle, il avait bien des longueurs d’avance sur l’Europe, il ne fut pas colonisé par des puissances occidentales – à l’exception de comptoirs ou de concessions –, et pourtant il n’a pas amorcé de révolution industrielle avant l’invasion japonaise, en 1937.

na China de quantidades consideráveis de ópio produzido pela Companhia das Índias [risos]. E vendendo ópio aos chineses, a Companhia das Índias guardava, ganhava muito dinheiro sem ter explorado os recursos chineses. Não havia minas, jazidas criadas na China, de jeito nenhum! Hoje, falamos muito dos problemas das redes mafiosas da droga etc. Mas a máfia das drogas, é feita oficialmente na China desde o início do século XIX (Entrevista com Yves Lacoste, 21/07/2022).

Lacoste, portanto, não considera que a China tenha sido colonizada²⁹² (“à exceção de feitorias e concessões”) embora reconheça as “guerras do ópio”. Ao fazer isso, esquece completamente toda a política colonial de tratados desiguais, abertura de portos, numa palavra: o século de humilhações cujo povo chinês foi sujeitado e só interrompido pela Revolução Comunista de 1949.

VIII – Apropriações bibliográficas sobre subdesenvolvimento, os três últimos anos da Revolução Argelina e as situações pós-independência

Em 1960, é publicado pelas *Éditions sociales* o livro *L’Algérie, passé et présent*. Esse livro, lembremos, havia sido demandado por Dresch – nos idos de 1956 – à Lacoste, Prenant e Nouschi. O historiador Roger Le Tourneau (1907-1971) considerou justa a preocupação de Jean Dresch, que escreveu o prefácio, em alertar o leitor de que a obra não expressava a história oficial, ou seja, a história colonial que ignora o colonizado e procura justificar o colonizador. Le Tourneau (1961) apontou que existiria um meio termo entre a história oficial e a história do colonizado, embora a atmosfera passional – dado a Revolução argelina – não facilitasse o debate.

Yves Lacoste escreveu três capítulos da segunda parte da obra: *As etapas históricas da constituição da Argélia*. Na parte que lhe coube, abordou questões que aparecerão futuramente em *Ibn Khaldoun* (1966). Por exemplo, investe contra interpretações preconcebidas de Émile-Félix Gautier (1864-1940). Gautier atribui à conquista árabe, à islamização da África do Norte, o início dos séculos obscuros do Magrebe (GAUTIER, 1927). No entanto, Lacoste mostra, não só como a civilização árabe-islâmica engendrou períodos gloriosos do Magrebe, mas também como a colonização romana explorou a região. Longe de provocar um verdadeiro desenvolvimento da economia, antes provocou o seu retrocesso. De uma policultura

²⁹² Em outro momento, ele escreve: “Esta contradição existe em países que foram colonizados, que ainda o são ou que já não o são, mas também em países como a China, que não foi colonizada e que, outrora, tinha uma grande vantagem manufatureira sobre a Europa, como a Índia e o mundo árabe (LACOSTE, 2018a, p.97). “Cette contradiction existe dans des pays qui ont été colonisés, qui le sont encore ou ne le sont plus, mais aussi dans des pays comme la Chine qui n’a pas été colonisée et qui avait autrefois une grande avance manufacturière sur l’Europe, comme l’Inde et le monde arabe”.

harmoniosa, do equilíbrio entre a agricultura e a pecuária, a África regrediu para a monocultura. As técnicas não progrediram, e sim regrediram em favor do emprego de grandes massas de escravos, cujo recrutamento perturbou gravemente a sociedade. A África Romana não era caracterizada por uma economia equilibrada e próspera, mas pela exploração lucrativa em benefício de uma minoria de grandes proprietários romanos ou berberes latinizados, de traficantes, dos recursos do país exportados em grandes toneladas (trigo, metais, lã, madeira, óleo).

Gautier também efetivava uma oposição entre nômades e sedentários. Lacoste elucida que no interior de uma mesma confederação de tribos, coexistem muitas vezes grupos sedentários e elementos nômades e seminômades, comportando-se, não como adversários inexpugnáveis, mas muitas vezes como associados. Não anuvia a existência de lutas entre nômades e sedentários, mas não como grupos homogêneos. Tratava-se de conflitos políticos entre um exército composto por nômades e sedentários e outros nômades e sedentários; explica que os berberes não conformavam uma unidade étnica: são melhor qualificados por um estilo de vida, vez que dependendo das regiões e condições históricas, alguns foram nômades, outros sedentários – e entre esses dois extremos existem todas as formas de seminomadismo.

Durante o verão de 1960, Denis Huisman (1929-2021) ligou e propôs à Lacoste dar aulas de história-geografia numa escola particular que ele dirigia. Como na época o geógrafo não ganha muito dinheiro, ele termina por aceitar o emprego. Huisman era professor assistente de filosofia na Sorbonne e autor de um manual de filosofia. A escola privada era uma *boîte à bachot*, ou seja, uma instituição que preparava de forma intensiva os candidatos ao exame do bacharelado. Nesse “cursinho” também ministram aula o historiador Jean Bruhat (1905-1983) e o filósofo François Châtelet (1925-1985).

Bruhat, em outubro de 1925, aderiu ao PCF na mesma época em que entrou na *École Normale Supérieure*. Consegue a *agrégation* de história-geografia em 1929. Comunista, ele torna-se secretário da *Confédération générale du travail* (CGT) em 1937 na mesma época em que vai ser nomeado ao *lycée* Buffon. Escritor de crônicas para o jornal *L'Humanité* e publica também nos *Cahiers du bolchevisme* – onde Pierre George escrevia artigos de geografia econômica. Bruhat era membro do *Institut d'études de l'économie soviétique* dirigido por Alfred Sauvy. Em abril de 1950, ele teoriza o aporte de Maurice Thorez – então secretário PCF – à História nos *Cahiers du communisme* (órgão teórico do PCF). Bruhat será colega de Yves Lacoste na futura Universidade de Vincennes (SANTAMARIA, 2002 [1996], p.225-226).

Por seu turno, Châtelet inscreveu-se em filosofia na Sorbonne – onde conseguirá a *agrégation* em 1948. Tal qual Lacoste, exerceu docência no Magrebe: Oran (Argélia) e Túnis

(Tunísia). Na Tunísia ele se torna um militante sindical da CGT e anticolonialista bastante ativo em virtude da Revolução argelina. Durante o inverno de 1954 adere ao PCF sendo membro desse partido até 1959. Ao lado de Simone de Beauvoir, Georges Condominas, Guy Debord, Henri Lefebvre, Madeleine Rebérioux, Jean-François Revel, Jean-Paul Sartre, François Truffaut, Jean-Pierre Vernant e Pierre Vidal-Naquet, assina o *Manifeste des 121*, em 06 de setembro de 1960, contra a Guerra da Argélia. Também era contrário à Guerra do Vietnã e apoia a revolta estudantil de maio de 1968. Da mesma forma que Bruhat, Châtelet e Yves Lacoste serão colegas na Universidade de Vincennes. Nessa Universidade ele sucederá a Michel Foucault (1926-1984) na direção do Departamento de Filosofia (RIEFFEL, 2002 [1996], p.299-300).

Em 1962, Huisman inaugurou a *École française des attachées de presse* (EFAP). Nessa escola Lacoste era professor de “atualidades” e membro do comitê de sábios. A primeira conferência é no momento do agravamento da crise dos mísseis (16 a 28 de outubro de 1962). Acreditava-se numa catástrofe mundial. Mas os estadunidenses decidiram retirar os mísseis da Turquia e uma solução se encaminha para evitar a possível terceira guerra mundial. Tais mísseis estavam apontados contra as principais cidades da URSS e “poderiam ameaçar os centros urbanos russos” (Entrevista com Yves Lacoste, 27/04/2022). “E a União Soviética tinha todo o direito de tentar estabelecer um equilíbrio estratégico. Não estava a violar nenhum tratado ou lei internacional. E os Estados Unidos haviam estabelecido o precedente, ao enfeixar a União Soviética com um anel de bases militares” (MONIZ-BANDEIRA, 2005, p.232). A hipótese do geógrafo era que a retirada dos mísseis de Cuba era uma contrapartida à retirada dos mísseis na Turquia, o que acabou sendo confirmado. Foi a primeira conferência de “geopolítica quente”, tal qual batizaria Lacoste.

Desde a publicação de *Les Pays sous-développés*, Lacoste vai se apropriar de uma enorme quantidade e qualidade de obras sobre subdesenvolvimento e suas formas particulares nos distintos conjuntos geográficos. Os primeiros momentos dessa investida são dois artigos datados de 1962 publicados nos *Annales de Géographie*. Intitulam-se: *Le sous-développement: quelques ouvrages significatifs parus depuis dix ans*. Vejamos.

Nesses artigos ele examina uma literatura consagrada ao subdesenvolvimento abordando os seguintes temas: (1) A noção de subdesenvolvimento; (2) Problemas demográficos; (3) A fome, a doença, a ignorância; (4) As causas do subdesenvolvimento; (5)

Crescimento ou desenvolvimento; (6) Custo social do progresso; (7) Teorias gerais do desenvolvimento; (8) Políticas de desenvolvimento; (9) Realiza ainda um balanço de uma etapa e (10) Reflete sobre perspectivas de pesquisa.

Uma primeira constatação é a existência de uma abundância de livros e artigos que abordam os problemas fundamentais do subdesenvolvimento. Por isso, o artigo objetivava apresentar e comparar certo número de obras significativas que evocam os problemas teóricos e as características gerais do subdesenvolvimento. É um artigo apresentado na forma de panorama das obras relativas a outras disciplinas para além da geografia.

Uma segunda constatação diz respeito à geografia. Essa ciência estava participando muito fracamente do movimento de pesquisa interdisciplinar sobre o subdesenvolvimento. Sem embargo, ao lado da etnologia e da medicina, a geografia é a ciência que primeiro realizou o maior número de suas investigações fora dos países de economia desenvolvida. Contudo, era uma pesquisa que ou não abordava, ou muito excepcionalmente tratava do estudo do subdesenvolvimento enquanto problema fundamental.

Distingue duas etapas da evolução da literatura sobre o subdesenvolvimento. A primeira denunciava a miséria e a fome que reinavam nos países subdesenvolvidos. O subdesenvolvimento era compreendido como um simples atraso de natureza essencialmente econômica. Essa abordagem do problema derivava da economia clássica “uma ciência absoluta cujas conclusões pretendem ser independentes de todas as condições de tempo e espaço²⁹³” (LACOSTE, 1962a, p.250).

A segunda etapa começou há cerca de dez anos, a partir de 1950-1951, criticando as concepções simplistas de subdesenvolvimento e crescimento. Os dados sociológicos do subdesenvolvimento são trazidos à baila e considerados essenciais. As economias subdesenvolvidas aparecem como anômalas, “a quem faltam apenas os capitais e alguns bons conselhos²⁹⁴” (LACOSTE, 1962a, p.250). A diferença de grau entre os países subdesenvolvidos e desenvolvidos dá lugar à noção de natureza e especificidade dos problemas do subdesenvolvimento. As teorias do desenvolvimento apresentam a tendência a diferenciar-se das receitas (neo)clássicas para se adaptar aos verdadeiros dados do problema que se propõe a resolver.

Lacoste não faz alusão alguma à CEPAL, um belo exemplo dessa segunda etapa. Uma explicação para essa ausência de menção é que ele focou na revisão de trabalhos que tratam de problemas gerais do subdesenvolvimento das teorias do desenvolvimento. Por isso ficaram de

²⁹³ : [...] science absolue dont les conclusions se veulent indépendantes de toutes conditions de temps et de lieu.

²⁹⁴ : [...] à qui manquent seulement les capitaux et quelques bons conseils.

lado os estudos regionais específicos de um país ou de um grupo de países subdesenvolvidos. Logo, no escrito lacosteano não cabia a “versão regional da teoria do desenvolvimento” (BIELSCHOWSKY, 2000 [1998], p.24).

Papel de destaque cabe à explosão demográfica, um dos elementos constitutivos fundamentais do subdesenvolvimento. Lacoste atribui uma dimensão enorme a esse elemento que o qualifica de ponto de inflexão na história da humanidade, vez que o equilíbrio milenar entre o crescimento econômico e demográfico foi destruído. Assim, o que apareceria de novo era a incompatibilidade entre o crescimento econômico limitado e o crescimento populacional significativo. Isso é o subdesenvolvimento, situação absolutamente original para a humanidade no século XX.

Logo, subdesenvolvimento é um estado objetivo. Para sua apreensão correta e concreta, deve ser capturado internamente a cada país envolvendo os critérios supracitados. Ele é uma distorção duradoura entre o crescimento populacional e, no mínimo, uma economia estagnada ou em fraco crescimento dos recursos que as populações efetivamente dispõem. Ele é um *desequilíbrio interno*, passível de ser observado objetivamente em um determinado país. Tal definição permite captar o subdesenvolvimento em sua especificidade, dinamismo e originalidade. À vista disso, ele rejeita os pseudo-sinônimos e termos concorrentes da expressão subdesenvolvimento: nações proletárias (MOUSSA, 1966 [1959]); terceiro mundo (SAUVY, 1952) e sociedade tradicional (ROSTOW, 1974 [1961]), para citar os mais influentes.

Como os dados sociológicos são essenciais, desse ponto de vista, um país subdesenvolvido caracteriza-se pelo *dualismo*²⁹⁵ (moderno e tradicional), pela adoção de apenas uma fração dos componentes sociais e técnicos da sociedade global. Dessa forma, a adoção de modernas técnicas médicas em sociedades tradicionais ocasiona a redução da mortalidade sem a necessária redução da natalidade. Portanto, o problema do subdesenvolvimento nasce do encontro de diferentes sistemas sociais. E a origem desse encontro remonta à colonização.

Entre as obras significativas, existem aquelas que acentuam os problemas demográficos (SAUVY, 1957) e a fome (CASTRO, 1959 [1951]; 1960 [1957]). Quanto às causas do subdesenvolvimento, ele elenca Paul Baran (1986 [1957]), para quem a aparição do subdesenvolvimento é a intrusão do sistema capitalista em estruturas sociais menos evoluídas;

²⁹⁵ González (1998 [1990], p.93) listou uma série de oposições dualistas: (I) arcaico e desenvolvido; (II) rural e urbano; (III) agrário e industrial; (IV) comportamentos comunitários e comportamentos empresariais; (V) condutas patriarcais e condutas racionais.

Raúl Prebisch a partir do artigo *The role of comercial policies in underdeveloped countries*²⁹⁶. A primeira observação que devemos fazer é que o geógrafo não remete ao texto clássico de Prebisch, publicado 10 anos antes do texto a que ele faz menção²⁹⁷. Em todo caso, ele aponta que Prebisch estudou a evolução das relações comerciais na América Latina e atribuiu à deterioração dos termos de troca o elemento inibidor do desenvolvimento desses países; Gunnar Myrdal e a *causação circular acumulativa* (1972 [1957]) – na qual as mudanças sociais geram desequilíbrios crescentes, desigualdades (sociais, regionais, raciais) que se retroalimentam (CARDOSO, 2018); Nurkse e o *círculo vicioso da pobreza*; Perroux e a *economia dualista* (1960 [1958]) constituída pela justaposição de dois setores inarticulados: tradicional e economia moderna. Nesse caso, o crescimento do setor moderno depende dos *polos de desenvolvimento* dos grandes países desenvolvidos.

Lacoste também observa que existem autores que consideram crescimento e desenvolvimento enquanto iguais, e aqueles que apontam a diferença entre esses dois conceitos. No primeiro caso, consideram que os países subdesenvolvidos estão em uma situação mais ou menos semelhante à vivida, antes da revolução industrial, dos países desenvolvidos. Desse ponto de vista o subdesenvolvimento é um simples atraso econômico. Os intelectuais filiados a tal tradição podem ser qualificados de liberais.

No segundo caso, os países subdesenvolvidos se encontrariam numa situação radicalmente diferente daquela que antecedeu a revolução industrial nos países desenvolvidos. Portanto, a metodologia para resolver o problema do subdesenvolvimento deveria ser diferente daquela que ocorreu na Europa Ocidental e na América do Norte.

Estes últimos, que distinguem o crescimento do desenvolvimento, acreditam que os países subdesenvolvidos se encontram em uma situação absolutamente diferente daquela que antecedeu a revolução industrial nos países hoje desenvolvidos. Esses autores demonstram que os métodos do sistema capitalista, que garantiram o desenvolvimento econômico da Europa Ocidental e da América do Norte, não podem resolver o problema do subdesenvolvimento. Isso requer meios adaptados ao seu caráter específico.

Assim, aponta que a distinção realizada entre crescimento e desenvolvimento se baseia logicamente no reconhecimento do caráter dualista da economia subdesenvolvida. Por isso, O crescimento pode ser definido em três dimensões: (I) o aumento do produto global, sem distinção entre os dois setores (moderno e tradicional); (II) aumento do produto global da economia, sem que se tenham efetuado transformações estruturais; e (III) crescimento do único

²⁹⁶ American Economic Review, Papers and proceedings, may 1959.

²⁹⁷ O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais (1949)

setor da economia moderna. Por sua vez, desenvolvimento é essencialmente caracterizado por grandes mudanças estruturais e pelo crescimento do *conjunto* da economia transformada. É o resultado de uma transformação não espontânea, de um complexo de medidas impostas e planejadas.

O custo social do progresso também é percebido na literatura examinada pelo geógrafo, a exemplo das favelas – um efeito da industrialização. Lacoste repara que alguns sociólogos são prisioneiros do seguinte silogismo: “o desenvolvimento tem como base a industrialização; a industrialização é acompanhada de consequências detestáveis, portanto o desenvolvimento tem consequências detestáveis²⁹⁸” (LACOSTE, 1962b, p.389)

No que tange às teorias gerais do desenvolvimento, o geógrafo considera que podem ser divididas sinteticamente em duas categorias: (I) aquelas que sublinham a necessidade de transformações estruturais internas através da ação dos países desenvolvidos; e (II) aquelas que consideram o desenvolvimento um processo interno, ainda que não minimize o papel da ajuda externa.

Na primeira categoria enquadram-se pensadores tais quais o padre Louis-Joseph Lebret (1897-1966) e François Perroux. Acerca de Lebret (1961 [1958]), Lacoste considera que sua demonstração não é convincente sobre a capacidade dos povos subdesenvolvidos resolverem seus problemas; adicionalmente, critica-o por abandonar o exame objetivo dos fatos concretos – que Lebret realiza na primeira parte do seu livro citado – para considerar que a pobreza é consequência da avareza. Lacoste duvida que o problema do subdesenvolvimento possa ser resolvido pelo espírito de caridade, porque a urgência e a amplitude dos problemas são enormes.

Perroux (1960 [1958]) também considera que os países subdesenvolvidos não são aptos a promoverem seu autodesenvolvimento; tem dificuldade em criar os polos de desenvolvimento. Propõe então que as economias subdesenvolvidas e as desenvolvidas se acoplem – aquelas sendo conduzidas por estas – para que haja um desenvolvimento recíproco. Lacoste percebe uma contradição: se Perroux havia demonstrado que o setor moderno não pode conduzir o setor tradicional, vez que estão inarticulados, por qual razão as economias desenvolvidas conduziriam o desenvolvimento das economias subdesenvolvidas? O geógrafo também nota semelhanças entre Lebret e Perroux: se o padre condenava o espírito da avareza, o economista condenava o espírito nacional. Perroux investe contra a economia nacional para que haja solidariedade entre as nações desenvolvidas e os países subdesenvolvidos. Lacoste não deixa de perceber as “bases psicológicas” dessa teoria vez que se assenta no “espírito de

²⁹⁸ [...] le développement a pour base l'industrialisation; des industrialisations s'accompagnent de conséquences détestables, donc le développement a des conséquences détestables.

solidariedade” dos países em desenvolvimento e na promoção intelectual dos países subdesenvolvidos. Por essa via, as bases do subdesenvolvimento não são atacadas e Perroux – podemos estender à Le Bret – elude a questão fundamental, qual seja: o sistema econômico-social. O problema essencial que se colocava aos países subdesenvolvidos será a escolha entre o desenvolvimento em sistema capitalista ou desenvolvimento em sistema socialista. Outrossim, lutar contra a nação, contra a economia nacional, pode ter consequências terríveis, pois o nacionalismo é um elemento constitutivo fundamental da tomada de consciência das populações subdesenvolvidas; é a mola essencial da vontade de ação; o ligamento de todo esforço de desenvolvimento. Podemos ilustrar essa preciosa observação lacosteano com a Argélia. O leitor se lembrará que Prenant e ele, em 1956, constatavam que a independência do povo argelino era oriunda de um movimento concomitantemente político e *nacional*.

Na segunda categoria, aquelas teorias gerais do desenvolvimento centradas essencialmente no esforço interno e nas mudanças estruturais, enquadra-se Ragnar Nurkse (1955 [1953]). Lacoste considera que o principal elemento da obra de Nurkse (1955 [1953], p.44) é a descoberta da noção de *desemprego disfarçado* – segundo a qual “mesmo com técnicas invariáveis, grande parte da população empregada na agricultura pode abandoná-la sem reduzir a produção agrícola²⁹⁹”. Logo, essa noção se aplica às comunidades camponesas, consideradas não-produtivas e fonte de um excedente de mão de obra. O geógrafo avalia que a teoria de Nurkse está na origem da nova orientação das políticas de desenvolvimento porque ele foi o primeiro a apreender o problema do subdesenvolvimento enquanto um *fato interno* como um todo e em sua especificidade. A teoria de Nurkse adapta-se à contradição que define o subdesenvolvimento: crescimento demográfico e estagnação econômica. Conseqüentemente, a solução para o subdesenvolvimento passa pelo emprego do excedente demográfico, orquestrado pelo controle do Estado sobre a economia. Caso, contrário, o *laissez-faire* manteria o *equilíbrio de subdesenvolvimento*, também conhecido como círculo vicioso da pobreza (BONENTE, 2011).

No que concerne às políticas de desenvolvimento, Lacoste destaca diversos escritos, tanto de autores, quanto de instituições. Do ponto de vista dos autores, merecem destaque Paul Narcyz Rosenstein-Rodan³⁰⁰ (1902-1985) e Albert Otto Hirschman (1915-2012). Krugman (1998 [1995]) considera Rodan o autor do artigo que inicia a era de ouro da assim chamada

²⁹⁹ : aun con técnicas agrícolas invariables, una gran parte de la población ocupada en la agricultura puede abandonar ésta sin reducir la producción agrícola.

³⁰⁰ O texto comentado por Lacoste é o *Notes on the theory of the “big push”*, M.I.T., CIS, mars 1957.

economia do desenvolvimento: “Problemas de industrialização da Europa do Leste e do Sudeste”.

A política de desenvolvimento baseada em Rosenstein-Rodan calca-se na teoria do *big push* (grande impulso), que implica deslocamento de recursos, treinamento da força de trabalho – significando a transformação de camponeses em operários industriais – e uma ampla unidade de investimento – com vistas a assegurar um sistema de indústrias complementares (ROSENSTEIN-RODAN, 2020 [1943]). Rosenstein-Rodan (2020 [1943], p.273) escreve que o “objetivo da industrialização das áreas internacionais deprimidas é produzir o equilíbrio estrutural na economia mundial por meio da criação de emprego produtivo para a população agrária excedente”. Krugman (1998 [1995]) explica que a elasticidade da força de trabalho, ou seja, a suposição de que a força de trabalho adicional no setor manufatureiro poderia resultar do subemprego rural, é fundamental para Rodan.

Albert Otto Hirschman vai investir contra essa *teoria do crescimento equilibrado*. Para Hirschman (1958) o processo de desenvolvimento é movido pelos desequilíbrios – observável inclusive no nível regional. Propõe – de acordo com Lacoste (1962b) – um crescimento desequilibrado. Nesse caso, o estado realizaria investimentos em setores industriais estratégicos (uma aciaria, por exemplo), sucedendo investimentos complementares destinados a contrabalançar os desequilíbrios criados (em minas de carvão, coquearias, altos-fornos, fábricas de construção).

Do ponto de vista institucional, merecem destaque as publicações da ONU. Quatro são destacadas pelo geógrafo: (I) *Mesures à prendre pour le développement économique des pays insuffisamment développés*³⁰¹; (II) *Méthodes et problèmes de l'industrialisation des pays sous-développés*³⁰²; (III) *La réforme agraire; défauts de la structure agraire qui entravent le développement économique*³⁰³; e (IV) *Progrès de la réforme agraire*³⁰⁴. No primeiro texto, Lacoste salienta a concentração de poder político, a necessidade de poupança local e da ajuda externa com vistas ao desenvolvimento econômico. No segundo texto, o geógrafo realça os obstáculos à industrialização, medidas nacionais e internacionais para efetivar a industrialização, e os efeitos da industrialização sobre a estrutura econômica e a transformação social. Nos dois últimos textos são enfocados os problemas da estrutura agrária, reformas que

³⁰¹ O.N.U. *Mesures à prendre pour le développement économique des pays insuffisamment développés*, 1951, 112p.

³⁰² O.N.U., *Méthodes et problèmes de l'industrialisation des pays sous-développés*, 1955, 177p.

³⁰³ O.N.U. *La réforme agraire ; défauts de la structure agraire qui entravent le développement économique*, 1951, 109p.

³⁰⁴ O.N.U., *Progrès de la réforme agraire et le développement agricole*, 1955, 69p.

se referem à extensão das explorações e as condições da concessão, e as diversas medidas de reformas : colonização agrícola, crédito, geração de emprego, cooperativas, etc. Numa palavra: industrialização e reforma agrária enquanto caminhos para o desenvolvimento econômico.

O balanço dessa etapa que se estende de 1948 até 1962 (data da publicação do artigo), é traduzido na publicação de obras de aperfeiçoamento e por largas sínteses. Nesse sentido, Lacoste ressalta a obra de Gunnar Myrdal (1898-1987). O geógrafo considera o livro *Une économie internationale* (MYRDAL, 1967 [1966]) “o maior livro sobre os problemas do subdesenvolvimento” (LACOSTE, 1962b, p.405). Isso devido à soma dos aportes da economia, sociologia e ciência política que Myrdal combina.

No que respeita às perspectivas de pesquisa, duas observações devem ser feitas. A primeira delas é que Lacoste lamenta a quase total indiferença dos historiadores com respeito aos problemas do subdesenvolvimento. O historiador é indispensável para precisar nas diversas partes do globo as diferenças que existem entre a situação de subdesenvolvimento e a situação precedente (que pode ser tanto a situação colonial, quanto a situação tradicional). Conhecer essas situações é importante para considerar os países subdesenvolvidos do ponto de vista diferencial, inclusive para apreender a especificidade das diversas situações de subdesenvolvimento. Daí que para o geógrafo o subdesenvolvimento seja uma combinação de múltiplos fatores de natureza multivariada que intervêm conforme proporções específicas num quadro espacial determinado.

A segunda observação são as duas obras significativas que Lacoste aborda: (I) o livro do padre Lebret, *Dynamique concrète du développement*³⁰⁵; e (II) o livro de Renée Rochefort (1924-2012), *Le travail en Sicile*³⁰⁶. O livro de Lebret é importante – *inter alia* – pois o autor confere um lugar notável ao geógrafo, ainda que um pouco acantonada às fases iniciais da investigação (inventário de recursos naturais, por exemplo) e frequentemente confundida com o trabalho do cartógrafo. Mas a obra de Lebret tem duas grandes lacunas: (I) a reforma agrária e (II) os métodos de “investimento-trabalho” pela mobilização das massas subempregadas. Essas duas lacunas, conclui o geógrafo, truncam o alcance prático da obra.

Por sua vez, o livro de Rochefort demonstra a eficácia da análise e da síntese geográfica, no quadro de estudos relativos aos problemas do subdesenvolvimento. Isso devido ao fato de Rochefort não eludir os problemas políticos; as consequências econômicas; os obstáculos aos desenvolvimentos; as relações de trabalho; e a autora ainda integra a abordagem histórica nas

³⁰⁵ Paris : Les éditions ouvrières, 1961. 551 p.

³⁰⁶ Paris : P. U. F., 1961, 363p.

pesquisas das causas que criaram as condições de subdesenvolvimento à época. Não à toa, Lacoste qualificou o livro de Rochefort de notável, um trabalho de envergadura.

Pra finalizar, Lacoste nota que a pesquisa em matéria de subdesenvolvimento é suscetível de ser muito proveitosa à Geografia. Esta ciência, em sua visão, pode conhecer uma orientação para os problemas do subdesenvolvimento, alargamento de perspectivas, métodos de abordagem e um contato ampliado com outras disciplinas.

Quando escreveu *Les pays sous-développés* a revolução argelina estava a pleno vapor e assumia formas cada vez mais perigosas. O general de Gaulle era novamente o governante francês. Em 16 de setembro de 1959, De Gaulle propôs aos franceses (tanto da Argélia, quanto da França) um referendo sobre a autodeterminação da Argélia. Os europeus argelinos acusaram essa medida de traição e, em janeiro de 1960, foram erguidas barricadas no bairro europeu de *Bab el Ued*. O exército aguardou o resultado das negociações, mas, sentindo-se traído, terminou por reagir às barricadas (LACOSTE, 2006a).

Em janeiro de 1961, teve lugar na França o citado referendo. Yazbek (2010 [2008]) apontou que 75% do eleitorado era favorável. Após isso, um grupo de generais em 21 de abril tentam um golpe de Estado contra de Gaulle. André Zeller, Edmond Jouhaud, Maurice Challe e Raoul Salan, os quatro generais golpistas, objetivavam impedir os acordos entre a França e a FLN em torno da independência argelina. O *putsch* dos generais fracassa por falta de apoio da maior parte das Forças Armadas. Os quatro generais citados, apoiados por batalhões de paraquedistas da Legião Estrangeira, formam a OAS para manter o estatuto colonial da Argélia – mas fracassará. O Governo francês tentou ainda criar uma Organização Comum das Regiões Subsarianas (OCRS). Essa organização englobaria boa parte do Saara dominado pela França. Por esse motivo, entre outros, o Governo Provisório da República Argelina³⁰⁷ (GPRA) recusa a continuação com o governo francês nesses termos (LACOSTE, 2006a).

Finalmente, em 18 de março de 1962, os acordos de Evian foram assinados. Os acordos asseguram parte do petróleo à França e garante a presença dos franceses em território argelino. Com os acordos de Evian, os franceses da Argélia tinham o direito de ficar, mas 1 milhão e meio deles deixaram o país em virtude das ações terroristas da OAS. Isso não havia sido previsto pelo governo de Charles de Gaulle (LACOSTE, 2018a). E ainda havia os *harkis* – auxiliares do

³⁰⁷ Braço político da FLN, fundado em 1958 no Cairo

exército francês durante a Revolução argelina. Lacoste narra que oficiais franceses receberam ordens para abandonar os *harkis* à vingança da FLN. Vários *harkis* foram instalados em campos de acomodação militar – De Gaulle receava que pudessem ser utilizados pelo OAS. Ainda assim, vários atravessaram o Mediterrâneo, já que os acordos de Evian previam a livre circulação entre a Argélia e a França. Mas muitos morreram de fato nas mãos da FLN, inclusive militantes do MNA de Messali Hadj. A independência da Argélia é reconhecida em 05 de julho de 1962. Uma guerra que custou a vida de mais de 300 mil mortos (LACOSTE, 2006a).

Camille e Lacoste qualificarão a imigração de argelinos para a França de inesperada porque, pensaram, “depois de uma guerra tão terrível, nenhum argelino iria querer ir para a França, nem mesmo falar francês³⁰⁸” (LACOSTE, 2018a, p.102). Com um país arrasado pela guerra, certamente não era nada atrativo retornar para a Argélia e falar francês seria o mínimo dos problemas nessa situação. Lacoste considerou certas informações que levaram ele e Camille a refletir sobre a imigração imprevista. O governo francês tinha estabelecido barreiras elétricas nas fronteiras da Tunísia e do Marrocos. O objetivo era evitar que o Exército de Libertação Nacional se infiltrasse na Argélia para combater o exército francês. Essas unidades do ELN foram criadas por argelinos vindos da França, que foram a Tunísia ou Marrocos para criar um exército moderno equipado pelo Egito ou outros estados árabes. O governo francês não protestou abertamente à Tunísia e ao Marrocos. Consequentemente, depois dos Acordos de Evian, as barreiras de fronteira foram levantadas permitindo que parte desse braço exterior do ELN entrassem na Argélia enfrentando imediatamente os *maquis*³⁰⁹. Os *maquis* não almejavam deixar o poder aos oficiais da ELN, arriscando dividi-lo com os líderes da FLN. Após a independência, a FLN instituiu o regime de partido único.

Nos anos 1960, o geógrafo alega ter evitado relatar publicamente essa situação para não comprometer as novas relações entre França e Argélia. Ele diz que o general de Gaulle falava de cooperação com a Argélia independente, mas Lacoste anuvia o *crescendo* das operações bélicas sob o comando do mesmo general. Isso coaduna com a perspectiva *nem tão anticolonialista assim* de Lacoste. Em determinado momento, *exempli gratia*, o geógrafo confunde claramente a *violência do colonizador com a violência do colonizado*: “Certamente, horrores tinham sido cometidos pelos franceses, mas também pela FLN contra os franceses e

³⁰⁸ [...] qu’après une guerre aussi atroce, aucun Algérien ne voudrait venir en France, ni même parler le français.

³⁰⁹ Aqui, Lacoste emprega *maqui* num sentido bastante lato, para além do significado metonímico de membro da Resistência Francesa. Nesse caso, *maqui* é um combatente que se escondia na vegetação mediterrânea.

os argelinos³¹⁰” (LACOSTE, 2018a, p.103). Ou ainda quando rememora o papel dos médicos militares nos países africanos, a exemplo de *Haute-Volta* (Burkina Faso):

Eu estava tão interessado nestes problemas [da oncocercose] que procurei de todos os modos encontrar informações dos médicos que tinham, sobre isso, os médicos militares. No mundo colonial hoje dizemos: “ah esses militares”, mas os militares – do ponto de vista médico, do ponto de vista da análise das doenças tropicais – fizeram um trabalho maravilhoso, formidável. Lá, agora, os estados africanos não têm mais esse corpo de oficiais médicos. Então, hoje nós, nós denunciemos o colonialismo etc. Tenho muito orgulho do fenômeno colonial. Houve coisas muito desagradáveis, muito horríveis, mas o trabalho dos oficiais, você sabe, que estão no mato, que estão sozinhos... com prescrições médicas, eles fazem um ótimo trabalho. [...]
Então, se eu falar isso para os jovens [eles vão dizer:] “Lacoste é um colonialista”. Bom, sim [risos]. Em determinado período histórico, o fenômeno colonial foi um fenômeno positivo. E em particular, destruindo os reinos ou os grandes chefes de tribos que capturavam escravos para vendê-los... (Entrevista com Yves Lacoste, 27/04/2022).

É absolutamente verdadeiro que aconteceram horrores entre os argelinos – o combate entre a FLN e o MNA de Messali Hadj não nos deixa mentir. Já em setembro de 1963, eclodiu na Cabília uma revolta contra o governo da Argélia. Essa revolta foi dirigida pela *Front des forces socialistes*³¹¹ do cabila Hocine Ait Ahmed (1926-2015) que objetivava um status de igualdade entre todas as correntes que lutaram pela independência da Argélia. Buscando prevenir uma oposição democrática, a FLN reprimiu essa revolta que marcará uma “ruptura muito duradoura entre a Cabília e os dirigentes argelinos (LACOSTE, 2006a, p.245)

Em 1964, Camille e ele foram convidados pelo governo argelino, na figura de Amar Ouzegane (1910-1981). Ouzegane tinha sido nomeado ministro da agricultura e reforma agrária pelo primeiro presidente da Argélia, Ahmed Ben Bella (1916-2012). Lá, o geógrafo em tela foi realizar uma conferência sobre Ibn Khaldun, num salão que tinha acabado de receber o nome do pensador magrebino. Relembremos que Lacoste já tinha escrito dois artigos sobre Ibn Khaldun: um na revista *Progrès* e outra na revista *La Pensée*. Na conferência, o geógrafo está explicando porque – em Ibn Khaldoun – numa tribo, o que se torna rei tem dificuldade de ser obedecido pelos seus companheiros de armas, quando chega o presidente Ben Bella e vários de seus ministros. Ben Bella riu sem constrangimento (LACOSTE, 2018a). Um ano depois, Ben Bella seria derrubado do poder pelo coronel da FLN Houari Boumédiène (1932-1978).

³¹⁰ Certes, des horreurs avaient été commises par des Français, mais aussi par le FLN contre des Français et des Algériens.

³¹¹ Partido político argelino fundado em 1963.

IX – Geografia: aplicada ou ativa? Qual o papel do geógrafo? A realidade geográfica do terceiro mundo, um primeiro embate com Vidal e a construção de uma tipologia das regiões subdesenvolvidas

Pierre George ficou surpreso com o sucesso de *Les pays sous-développés*. Consequentemente, sugere à Lacoste escrever um livro menos breve sobre o subdesenvolvimento para a coleção *Magellan* lançada por ele na *Presses Universitaires de France*. George escreveu *Panorama du monde actuel* e Lacoste publica *Géographie du sous-développement*, em 1965. Essa é sua obra de fôlego sobre o tema. Nela, o subdesenvolvimento é definido como uma discrepância entre o forte crescimento demográfico e os recursos cuja população efetivamente dispõe. Isso do ponto de vista geral. Dependendo dos países do Terceiro Mundo, o subdesenvolvimento e suas razões assumiam distintas formas. Ao que parece, é justamente para estudar a relação entre causa geral do subdesenvolvimento e suas formas particulares que Lacoste cria, principalmente com alunos do *Institut de géographie*, o *Centre de recherches de géographie active sur le sous-développement* (CERGASD), que durará de 1966 a 1967. Tal qual ele relata: “Eu criei essa associação para... com os geógrafos, mas também pessoas que não eram geógrafos, para estudar casos onde faríamos um estudo de geografia ativa” (Entrevista com Yves Lacoste, 19/04/2022). Entre os “não-geógrafos” estavam os sociólogos que eram alunos de Lacoste na disciplina de trabalhos práticos.

Antes da publicação de *Géographie du sous-développement*, um debate começava a separar os geógrafos franceses. Qual o papel e o perfil profissional do geógrafo? Como lidar com a especialização dos conhecimentos científicos que detém, na qualidade de um dos efeitos, uma prática técnica que enseja nos geógrafos o desejo de *aplicar* os dados fornecidos pela geografia seja a serviço do Estado ou do mercado? A Geografia é uma ciência pura ou uma ciência aplicada?

Jean Tricart e Étienne Juillard criaram na Universidade de Estrasburgo um Centro de Geografia Aplicada. Michel Phlipponneau saudou a criação desse centro por ser a “primeira manifestação oficial do interesse que a Universidade [de Estrasburgo] dedica a esta nova orientação da geografia³¹²” (PHLIPPONNEAU, 1960, p.8). Novos centros foram criados: Jean Labasse (1918-2002) inaugura um na Universidade de Lyon (MOREIRA, 2009); André Meynier e Phlipponneau fazem o mesmo na Universidade de Rennes; Louis Papy (1903-1990) e Henri Enjalbert (1910-1983) na Universidade de Bordeaux começaram a ofertar estágios e

³¹² Première manifestation officielle de l'intérêt que l'Université porte à cette orientation nouvelle de la géographie.

realizar cursos de geografia aplicada. Além disso, “os Seminários da Universidade de Liège, dirigidos por Omer Toulippe, também ficaram famosos” (ANDRADE, 2008, p.159).

De acordo com Ruy Moreira (2009, p.29), isso acabou implicando “setores de esquerda da geografia francesa” no debate, originando uma controvérsia no seio da comunidade geográfica, em especial “pelo peso da influência da geografia soviética na própria instituição da geografia aplicada”, envolvendo particularmente Jean Tricart e Pierre George. Consoante Ruy Moreira, em 1958, Tricart escrevera um texto intitulado *Existe-t-il une géographie appliquée?* Nesse texto, define-se “a favor de uma geografia aplicada”, mas condenando sua vinculação com “setores empresariais” dado o risco da “perda de identidade” e possível deslegitimação científica “da Geografia e do geógrafo”.

Lá, por exemplo, havia um geomorfólogo muito grande que eu conhecia bem por sinal, que se chamava Jean Tricart. Jean Tricart fez, tinha acordos com empresas, em particular, nas regiões do sudeste, de *Cévennes* onde havia tempestades terríveis e com muita água de inundações etc. E, assim, Tricart era acima de tudo um geomorfólogo e formava alunos para analisar os fenômenos da propagação das inundações e o trabalho que tinha que ser feito em tal e tal lugar. Bem, foi, foi útil, se você quiser, mas George ficou chateado (Entrevista com Yves Lacoste, 27/04/2022).

Três anos depois, em 1961, Pierre George escreveu um texto homônimo condenando a geografia aplicada. Consoante Paul Claval (2014, p.262), tratava-se para ele “de evitar que a geografia se coloque a serviço de governos liberais ou reacionários, ou que forneçam meios para as empresas terem novos lucros”. Entretanto, como analisaremos, a questão é mais complexa. O texto georgeano começa com uma previsão: a partir de 1965 a demanda de força de trabalho sofreria uma pressão em razão da chegada ao mercado de trabalho daqueles nascidos no imediato pós-Segunda Guerra Mundial. A França devia assimilar os progressos técnicos e, da mesma forma, reabsorver uma força de trabalho não-qualificada oriunda de suas antigas colônias e se integrar ao que ele chama de “um novo complexo geográfico³¹³”, o Mercado Comum (GEORGE, 1961, p.337).

Esse contexto encetava uma tomada de consciência e de responsabilidades em relação aos países subdesenvolvidos, especialmente aqueles de “expressão francesa”³¹⁴. Os programas de ajuda impunham uma revisão dos requisitos de conhecimento objetivando adaptar-se às realidades e serem eficazes. Poderes públicos, sociedades de estudo do desenvolvimento, direções de grandes empresas, abriram setores de pesquisa em duas direções: perspectivas e

³¹³ Un nouveau complexe géographique.

³¹⁴ Lembremos que àquela altura (1961), diversos países africanos de “expressão francesa” haviam conseguido sua independência política: Alto Volta; Benin; Camarões; Chade; Congo; Costa do Marfim; Gabão; Guiné, Madagascar; Mali; Marrocos; Mauritânia; Níger; Senegal; Togo; Tunísia.

prospectivas. Foi necessário reconsiderar as possibilidades de contribuição das diversas ciências (sejam elas naturais ou humanas). Sendo assim, as disciplinas foram convocadas a contribuir com pesquisas prospectivas. E aí George (1961, p.338) identifica um falso dilema: “ou a investigação científica permanente se adapta totalmente à orientação das curiosidades nascidas da prospectiva, ou então, perante a sua inércia, parece necessário especializar um setor de investigação *aplicada*³¹⁵”.

Por que o dilema era falso? Pois partia do princípio que visava identificar a pesquisa pura como incompatível às necessidades da conjuntura (é nesse sentido que ele entende situação). Ora se a pesquisa pura é indiferente à situação, somente uma aplicada poderia fornecer respostas imediatas, diretas, previsíveis em curto prazo e atenta às necessidades do momento. Esse, podemos dizer, era um argumento dos defensores da secessão. Contudo, entendendo que situação comporta as relações de forças e virtualidades a respeito das escolhas e ações, não haveria motivo para essa oposição entre pesquisa pura e pesquisa aplicada.

Uma secessão entre geografia pura e geografia aplicada abria caminho para solicitações de serviço e ofertas de contrato (Yves Lacoste alude a isso na entrevista supracitada). Ademais, era uma tática e uma discriminação: tática em relação aos clientes potenciais; discriminação para com aqueles que eram taxados de inadequados para demandas práticas – o que implicava uma eliminação do mercado competitivo. Daí porque George (1961, p.339) distingue dois tipos de pretensão da geografia aplicada:

- 1º a substituição de investigações, até então inseridas na formação profissional dos geógrafos a título das ciências auxiliares da geografia, por estudos técnicos prévios a certas ações de ordenamento do meio;
- 2º a elaboração de estudos de mercado, de planos de organização regional, de equipamento urbano, etc...

Essas duas pretensões tinham claros problemas. No primeiro caso, os geógrafos transformavam qualquer estudo de especialidade em geografia aplicada. No segundo caso, postulava-se a competência e a onisciência do geógrafo no intuito de evitar a concorrência concernente ao ordenamento regional ou a planificação nacional. Mas essa “censura” a outros profissionais – formados em economia ou administração, por exemplo – não agradava a George. Pelo contrário. Ele acreditava que os geógrafos tinham mais a perder se permanecessem nessas pretensões. A contribuição do geógrafo pode ser considerável, mas não poderia ser total.

³¹⁵ [...] ou bien la recherche scientifique permanente [...] s'adapte totalement à l'orientation des curiosités nées de la prospective, ou bien, devant son inertie, il apparaît nécessaire de spécialiser un secteur de recherche *appliquée*.

Pierre George discordava que as ciências auxiliares da geografia fossem qualificadas enquanto “geografias aplicadas”. As ciências auxiliares, nesse aspecto, eram aquelas cujos métodos eram oriundos das ciências naturais. Exemplificando: a geomorfologia seria uma concepção geográfica das ciências da natureza. Concepção geográfica no sentido de uma visão ao mesmo tempo sintética, dialética e dinâmica dos fenômenos naturais. Inobstante isso, o geomorfólogo – embora introduza uma concepção geográfica dos fenômenos naturais – não é um geógrafo. Aqui vemos George se elevar contra uma visão que toma a parte pelo todo. Um geógrafo pode tornar-se geomorfólogo – baste que ele se especialize nesse ramo do conhecimento. Caso a geomorfologia fosse considerada um ramo da geografia aplicada, a formação dos geomorfólogos se faria sem lhes dar “uma cultura completa de geógrafos³¹⁶” (GEORGE, 1961, p.340).

Assim, se a geomorfologia é aplicável não há razão para uma distinção entre uma geomorfologia que dispõe dessa capacidade e outra que seria “inaplicável”. Uma disciplina pode dar sua contribuição, efetivar um alargamento metodológico introduzindo um sentido geográfico nas relações espaciais. Mas isso tudo não pode ser assimilado à Geografia. Por que? Eis o problema de fundo que perturbava Pierre George. A crescente especialização dos estudos geográficos, ao ponto de se falar em uma Geografia aplicada, punha em xeque a *unidade* da referida ciência. Depreende-se que o entendimento da Geografia enquanto ciência uma era um *postulado irrevogável* na crítica georgeana.

Ora, é certo que um geógrafo adquire e desenvolve conhecimentos, técnicas e atividades que o distinguem de outros profissionais. A desagregação dessa cultura geográfica, em se aceitando o fracionamento da Geografia, ia de encontro à especialização científica. Sem – digamos – ilusões quanto à onisciência dos geógrafos, George considera importante traçar os limites da competência dos seus colegas de profissão. Isso porque o contexto das observações das especialidades (que o geógrafo fornece) não é exaustivo. Em suas palavras:

Pode-se analisar sem hesitação um complexo de inundações e, erosão de encosta e não ser infalível no campo da mecânica dos fluidos, da resistência dos materiais, do vazamento do concreto. *A sabedoria recomenda a limitação das afirmações de competência. E o limite de competência situa-se precisamente onde começa a aplicação*³¹⁷ (GEORGE, 1961, p.341).

³¹⁶ [...] une culture complète de géographes.

³¹⁷ On peut analyser sans hésitation un complexe de crue et, d'érosion de versant et ne pas être infaillible dans le domaine de la mécanique des fluides, de la résistance des matériaux, de la coulée du béton. *La sagesse recommande la limitation des affirmations de compétence. Et la limite de compétence se situe justement là où commence l'application.*

Traçar os limites é justamente *determinar* as áreas e a atuação de cada profissional. Fica mais claro agora porque Pierre George achava que a geografia perderia muito mais que ganharia em sua pretensão e tentativa de monopólio. Não era sábio desconhecer seus limites de competência profissional. Mais ainda: não caberia ao geógrafo a aplicação – ele a atribui ao engenheiro. Sem embargo, isso não anula a necessidade de um diálogo entre os dois profissionais.

A geografia aplicada era, para George, um falso problema. Quem diz falso, diz verdadeiro. Este, o autêntico problema, era a renovação do ensino de geografia. Era preciso enfrentar a apresentação estreita e distorcida dessa ciência no ensino secundário. Renovação não só para o uso de técnicos, mas também para administradores e políticos. Note-se que esse tema, como veremos, será caro para Yves Lacoste: desde o lugar discreto – quando comparada com outras ciências sociais – até a questão da mistificação (do saber estratégico) que os professores efetivam nesse estágio da escolaridade.

Pierre George (1961, p.341) entendia a geografia como “a ciência total do espaço humanizado³¹⁸”. Ele está se inspirando na noção de sorreana de ecúmeno. O objeto dessa ciência era o conhecimento das relações que condicionam, num determinado momento, a vida e as relações dos grupos humanos. O trabalho do geógrafo era definir as *estruturas* e mostrar como elas são passíveis de evoluir, se transformar, em quais condições e em quais sentidos. Por esse prisma, a tarefa do geógrafo era mais vasta que a do sociólogo e do economista, mas também era menos técnica. Como prova, ele lista uma série de problemas que são suscitados quando se aborda a organização regional:

Poderá o geógrafo pretender manter-se em contacto com o progresso da sua própria disciplina e movimentar-se à vontade entre os cálculos do produto nacional bruto, índices do custo de vida, contabilidade pública ou contabilidade de empresas, de mecanismos de investimento, acompanhar as variações das taxas de câmbio, do mercado a prazo, das pautas aduaneiras, das incidências da fiscalidade sobre as modalidades da iniciativa privada? Ele é capaz de organizar uma pesquisa, escolher suas cotas, preparar o trabalho dos computadores eletrônicos? Será que ele não é acusado de se perder num terreno para ele cheio de armadilhas se tentar medir as reações psicológicas de uma população em relação à introdução de novas formas de produção ou de intercâmbio? Está preparado para avaliar as consequências de toda a natureza da ruptura da grande família e das longas tentativas de tentativa e erro em busca de uma estrutura social de substituição?³¹⁹ (GEORGE, 1961, p.342)

³¹⁸ [...] science totale de l'espace humanisé [...]

³¹⁹ Le géographe peut-il décemment prétendre conserver le contact avec le progrès de sa propre discipline et se mouvoir à l'aise parmi les calculs de produit national brut, d'indices du coût de la vie, de comptabilité publique ou de comptabilité d'entreprise, de mécanisme des investissements, suivre les variations des taux de change, du marché à terme, des tarifs douaniers, des incidences de la fiscalité sur les modalités de l'initiative privée ? Est-il capable d'organiser un sondage, de choisir ses quotas, de préparer le travail des ordinateurs électroniques ? Ne lui reproche-t-on pas de s'égarer sur un terrain pour lui plein d'embûches s'il tente de mesurer les réactions psychologiques d'une population à l'égard de l'introduction de formes nouvelles de production ou d'échanges ?

Se as relações dos grupos humanos colocam em jogo ações e elementos de essências múltiplas, o geógrafo não poderia substituir o economista ou o sociólogo. Efetivamente, George cria na competência do geógrafo. Não obstante, essa competência era necessária, mas insuficiente no que tange à temas como ordenamento do território, planificação e ajuda técnica. Podemos entender que George defende um *diálogo de competências* no qual deve prevalecer o espírito de cooperação. Esse é um sentido da palavra aplicação: o exercício cotidiano do que o cientista aprendeu. Por esse raciocínio, a aplicação é a pesquisa permanente.

Entretanto, George também empresta um outro sentido à palavra aplicação. O primeiro é eminentemente acadêmico, de cariz investigativo. O outro sentido ultrapassa os limites da pesquisa e se assemelha às medidas de execução de um programa. É, portanto, um sentido muito mais político. Exemplo: o geógrafo pode até mostrar o que a reforma agrária torna possível e o que uma estrutura agrária conservadora interdita. Mas a lei agrária não lhe cabe. Da mesma forma, o profissional da Geografia não poderia substituir os administradores. Junto com o poder político, são estes que fazem as escolhas, são eles que passam à aplicação (no sentido de execução). O que o geógrafo faz é estudar, propor opções – tudo isso em colaboração com seus parceiros de distintas competências. O trabalho do geógrafo é técnico, não político.

Destarte, contra a assim chamada geografia aplicada, Pierre George defende fazer-se uma geografia ativa, ou seja, estudar o movimento e as diversas hipóteses da projeção desse movimento no futuro. A geografia ativa enquanto uma perspectiva que serve àqueles que detêm a responsabilidade de enfrentar os difíceis problemas do futuro.

Parcialmente diferente de Ruy Moreira, Lacoste atribui à Michel Phlipponneau e Jean Tricart o feito da introdução da ideia de geografia aplicada. Estes dois professores envolviam e treinavam alguns dos seus alunos em determinadas observações e técnicas geográficas para cumprir contratos oferecidos por empresas comerciais, a exemplo dos primeiros estabelecimentos de supermercados. Isso despertava entusiasmo entre os alunos, que auferiam um pouco de dinheiro e faziam uma geografia totalmente diferente daquela que aprenderam no *lycée* (LACOSTE, 2010a).

Tanto Tricart, quanto Phlipponneau, enxergam no desenvolvimento da chamada geografia aplicada – explica André Meynier (1969, p.184) – “a possibilidade de colocar jovens geógrafos no circuito da vida quotidiana³²⁰”. Para que a pesquisa geográfica progredisse, era

Est-il préparé à l'évaluation des conséquences de toutes natures de la rupture de la grande famille et des longs tâtonnements à la recherche d'une structure sociale de remplacement ?

³²⁰ [...] la possibilité de placer de jeunes géographes dans le circuit de la vie courante.

preciso formar os geógrafos para além da qualidade de professores de segundo grau, para além do ensino: essa é uma das principais críticas de Phlipponneau (1960). Uma alternativa à essa formação restrita era essa nova orientação da geografia capaz de apreender o espírito utilitário daquela época. E não só isso. Os trabalhos de geografia aplicada permitiriam também resoluções ágeis e pontuais, além de conferir certa, digamos, utilidade aos geógrafos:

Os usuários precisam de respostas rápidas e precisas, permitindo-lhes escolher entre várias hipóteses. Se os geógrafos não satisfizerem estas necessidades, outros especialistas o farão por eles, outras disciplinas beneficiarão de meios importantes e tenderão mesmo a substituir-se à geografia para a formação dos jovens³²¹ (PHLIPPONNEAU, 1996, p.274).

Contudo, essa tecnificação, a aplicação de dados geográficos, reduzia a formação dos estudantes a determinados componentes da geografia (geomorfologia, climatologia, hidrologia, etc.). Essa geografia aplicada respondia a interesses efêmeros, procuras ocasionais demandadas por empresas públicas ou privadas. Lacoste sentencia que essa geografia formava geógrafos “completamente incompletos” e demasiados especializados, que encontravam o desemprego tão longo a tarefa demandada terminava.

Porque havia uma polêmica a propósito da geografia ativa. George era totalmente contra a ideia de que os alunos pudessem participar de trabalhos de pesquisa que serviriam para valorizá-los ou protegê-los etc. E havia professores de geografia, universitários, que faziam acordo com tal ou tal grupo, tal e tal companhia, e faziam seus alunos trabalharem recebendo um pouco de dinheiro. Bom, então houve... é... o fato de... o termo “geografia ativa” George o usou contra os colegas universitários que faziam trabalhar os estudantes, mas os estudantes estavam bastante contentes! [risos] bem, sim! Eles ganhavam [*épluchaient*] um pouco de dinheiro e George não estava contente, ele dizia: “sim, então eles não vão ter uma formação completa, eles vão se concentrar em tal coisa”³²² (Entrevista com Yves Lacoste, 27/04/2022).

Pierre George criticou esse método que especializava prematuramente os jovens pesquisadores em detrimento da formação global do estudante de Geografia. Em oposição à especialização, ele propõe *A geografia ativa*, uma espécie de resposta “às propostas de A

³²¹ Les utilisateurs ont besoin de réponses rapides, précises, leur permettant de choisir entre plusieurs hypothèses. Si les géographes ne répondent pas à ces besoins, d'autres spécialistes le feront à leur place, d'autres disciplines bénéficieront de moyens importants et tendront même à se substituer à la géographie pour la formation des jeunes.

³²² Parce qu'il y avait une polémique à propos de la géographie active. George était tout à fait contre l'idée que des étudiants puissent participer à des travaux de recherche qui serviraient à la mise en valeur ou à leurs protections etc. Et il y avait des professeurs de géographie, universitaires, qui eux passaient un accord avec tel ou tel groupe, telle ou telle compagnie et faisaient travailler leurs étudiants qui en recevaient un peu d'argent. Hein, bon, alors il y a eu... c'est... le fait de... le terme de géographie active, George l'a sorti contre des collègues universitaires qui faisaient travailler des étudiants, mais les étudiants étaient très contents ! [risos] Bah oui ! Ils épluchaient un peu d'argent et George était pas content, il disait : « oui, alors, ils vont pas avoir une formation complète, ils vont se concentrer sur telle chose. ».

geografia aplicada de Michel Phlipponneau³²³” (ORAIN, 2009, p.152). Phlipponneau (1960) lamentava que a escola francesa de geografia não tivesse engendrado, em tempo hábil, uma resposta às necessidades do pós-guerra. Se o espírito da época era “utilitário”, se o geógrafo se formava e pertencia à uma sociedade específica, nada mais lógico – conforme o raciocínio de Phlipponneau – de uma geografia utilitária capaz de aplicar, de colocar à disposição da sociedade a experiência e os conhecimentos adquiridos, os dados para sanar os problemas sociais. Num exercício de perspectiva, Phlipponneau (1960) estava incomodado pelo que chamou de “ciência pura”, ou seja, uma geografia voltada para o ensino. Nesse caminho a geografia francesa morreria lenta e seguramente. Esse fenecer foi interrompido pela nova orientação da geografia.

Não se poderia analisar melhor as características específicas da geografia aplicada. Esta difere da geografia considerada como uma ciência pura, simplesmente porque busca elementos que permitam ao homem de ação tomar uma decisão, pois analisa as consequências previsíveis da aplicação de várias hipóteses sobre um ambiente geográfico³²⁴ (PHLIPPONNEAU, 1960, p.77).

O diagnóstico de Phlipponneau é que a geografia aplicada favoreceria o avanço dos conhecimentos científicos ao mesmo tempo em que reforçava a prática do acadêmico – tornando, logo, a qualidade do ensino melhor. Ademais, essa nova orientação da geografia assegurava a integridade da ciência geográfica que estava ameaçada duplamente: (1) pela especialização inerente e (2) pela invasão das ciências adjacentes (economia, sociologia, etc.). Isso prova que Phlipponneau também estava preocupado com a especialização da Geografia e as consequências correlatas. É preciso reforçar esse aspecto porque tanto Yves Lacoste, quanto Pierre George, pensavam a especialização enquanto uma ameaça à integridade disciplinar. Nesse caso, os três geógrafos estavam mais próximos que afastados. E para combater a ameaça de fragmentação da geografia, Phlipponneau enxergava no planejamento regional um instrumento garantidor da unidade. Apesar das críticas à Escola Francesa, o conceito clássico de região está mantido, ao mesmo tempo em que o planejamento é uma ferramenta modernizadora da análise.

Phlipponneau (1960) constatou que a geografia aplicada correspondia às necessidades da civilização à época. Ele insiste em diversos momentos da sua obra contra a formação

³²³ [...] aux propositions de *La géographie appliquée* de Michel Phlipponneau. Observe-se que o nome correto do livro é: *Géographie et action, introduction à la géographie appliquée*.

³²⁴ On ne saurait mieux analyser les caractères spécifiques de la géographie appliquée. Celle-ci diffère de la géographie considérée comme science pure, simplement parce qu’elle recherche des éléments qui permettront à l’homme d’action de prendre une décision, parce qu’elle analyse les conséquences prévisibles de l’application de diverses hypothèses sur un milieu géographique.

tradicional de Geografia na França: voltada para o ensino, os Institutos não estavam aptos para responder as investigações de geografia aplicada – donde a necessidade de criar Centros nas Universidades para esse fim, inclusive com produção de *thèses* nessa área. Até a relação com a história era vista como um obstáculo posto que impedia, parcialmente, o estudante de geografia de obter uma boa formação e estabelecer contatos suficientes com outras disciplinas tão importantes quanto a história. As observações de Phlipponneau calaram fundo em Pierre George.

Orain (2009, p.208) nota uma distinção semântica entre as duas acepções do termo aplicado: a primeira consiste em “considerar a transformação precoce de aprendizes em técnicos especializados”; e a segunda “implica um compromisso do cientista no processo de decisão”³²⁵. Em todo caso, esses adjetivos – ação, aplicada, ativa – empregados junto ao substantivo Geografia serviam para potencializar as possibilidades de operação da disciplina (BAILLY, 1991 [1984]).

Não obstante, o temor de Pierre George é mais profundo: teme que a especialização dos trabalhos – consequência de investigações cada vez mais complexas – provoque uma cesura na unidade da geografia, ou seja, ameace a existência unitária da própria ciência geográfica. Essa, relembramos, é uma preocupação também de Phlipponneau.

Sem embargo, para George, a Geografia é uma ciência humana cujo objeto de estudo é o espaço; ela é, também, o resultado e o prolongamento da História. O geógrafo é o historiador do atual e deve aplicar seus métodos próprios para o conhecimento de situações, observadas de um ponto de vista físico e humano, numa abordagem prospectiva. O próprio espaço é uma *situação*, ou seja, resultante de um conjunto de ações que se negam, se regulam ou “se reforçam e sofrem os efeitos de acelerações, freios ou inibição por parte dos elementos duráveis do meio e das sequelas das situações anteriores” (GEORGE, 1975 [1964], p.20). De fato, uma *situação* é um todo articulado que encerra – *inter alia* – elementos econômicos, fatores políticos, arranjos sociais, legados históricos, aspectos físicos. Esta situação

é fundamentalmente caracterizada pela totalidade dos dados e fatores específicos de uma porção do espaço que é, salvo nos casos-limites de margens inocuadas pelo homem, um espaço ordenado, uma herança, isto é, um espaço natural humanizado (GEORGE, 1975 [1964], p.20).

³²⁵ La controverse nécessite un distinguo sémantique entre deux acceptions du terme « appliqué »: celle qui consiste à envisager la transformation précoce d'apprentis en techniciens spécialisés et celle qui implique un engagement du savant dans le processus de décision.

O geógrafo Georges Viers (1910-1998) raciocina que ao considerar o espaço uma situação, George apodera-se de uma noção mais dialética e fecunda, abandonando a concepção de espaço enquanto um *estado*. Enquanto situação, o espaço seria uma encruzilhada de forças antagonistas que desfazem e remodelam incessantemente a face da Terra. Uma situação não seria apenas um resultado, mas também um “devir condicionado pelo passado e pelo presente³²⁶” (VIERS, 1966, p.89). O caráter dinâmico das situações torna-se objeto dos estudos geográficos. E o geógrafo, ao colocar em evidência as tendências em presença, oferece à ação e à aplicação diretivas utilizáveis. Assim, a geografia torna-se ativa porque é prospectiva.

Essa ideia de situação será importante – como veremos – para o raciocínio geográfico de Yves Lacoste. A geografia ativa é um trabalho científico e não apenas uma aplicação de dados fornecidos pela geografia ou das ciências auxiliares da geografia. Na visão de Moreira (2009, p.40), “denomina-se geografia ativa à fórmula que os geógrafos de inspiração marxista, Pierre George à frente, dão aos problemas da fragmentação e os criados pela emergência de uma geografia aplicada”. Entre os problemas criados pela geografia aplicada aponta-se a negligência em relação à síntese e a submissão a interesses econômico-políticos conjunturais (estatais e/ou empresariais). Nesse caminho, a geografia arriscava perder sua independência científica. Era preciso responder a esse desafio. A ideia de geografia ativa pertence à Pierre George, mas ele

[...] lançou o termo e depois não sabia muito bem como colocar algo nele. Quando dissemos isso a ele: “Como vamos definir geografia ativa?” Ele havia demandado à três de seus alunos mais próximos, eu, Guglielmo e Kayser, e uma vez nós três fomos vê-lo e dissemos: “Como vamos definir geografia ativa? Você pode desenvolver um pouco o capítulo introdutório para explicar?”. E ele ficou um pouco... um pouco surpreso... um pouco envergonhado, se você quiser, depois ele nem sabia muito bem que isso... ele anunciou a ideia... ele anunciou a ideia...

Acho que é um título muito bonito! Acho que é um título muito bonito, mas fazer... não acho que possamos fazer... que possamos definir geografia ativa em teoria, porque isso, de fato, responde à questão [...] “para que serve a geografia?”, “Para que serve a geografia?”. Então, pode ser usado para ganhar muito dinheiro [risos]. Isso, ah sim! Permite-nos explorar, valorizar territórios etc. para, em nome de uma empresa etc. Bom, mas se tomarmos a geografia ativa no sentido de que vai servir ao povo isso é muito mais difícil porque, como você sabe, é o povo, são interesses diferentes, são grupos diferentes, classes diferentes³²⁷ (Entrevista com Yves Lacoste, 27/04/2022).

³²⁶ [...] mais aussi un devenir conditionné par le passé et par un présent [...].

³²⁷ [...] a lancé le terme et puis il a pas su très bien mettre quelque chose dessus. Quand on lui a dit que « Comment on va définir la géographie active ? » Il avait demandé à trois de ses élèves les plus proches, moi, Guglielmo et Kayser et une fois on a été tous les trois le voir et lui dire « Comment on va définir la géographie active ? Et est-ce que vous pouvez développer un peu le chapitre d'introduction pour expliquer ? ». Et il était un peu... un peu surpris... un peu gêné, si vous voulez, après il savait pas très bien que ça... il a annoncé l'idée... il a annoncé l'idée...

Je trouve que c'est un très beau titre ! Je trouve que c'est un très beau titre, mais faire... je pense pas qu'on puisse faire... qu'on puisse définir la géographie active en théorie, parce que ça répond en fait, la question, c'est, la question, c'est « à quoi sert la géographie ? », « À quoi sert la géographie ? » Alors, ça peut servir à gagner

George então reuniu o seu círculo: Raymond Guglielmo, Bernard Kayser e Yves Lacoste. Cada um deles, escreve uma parte do livro. O geógrafo em tela escreve a segunda parte: “perspectivas da geografia ativa em país subdesenvolvido” (LACOSTE, 1975 [1964]); a terceira parte é escrita a duas mãos: “tema de estudo de geografia ativa nos países industrializados”, assinado por Pierre George e Guglielmo (1975 [1964]); a quarta parte, “geografia ativa da região”, é obra de Kayser e George (1975 [1964]). O livro inaugura-se com o escrito do mestre: “problemas, doutrina e método” (GEORGE, 1975 [1964]).

Na avaliação de Lacoste, o texto de Pierre George marca o início de uma grande etapa no desenvolvimento do raciocínio geográfico. Contudo, George não abordou os aspectos concretos da ação do geógrafo, o que torna perceptível o nível de abstração da formulação:

Ele fala ‘do geógrafo’ (e não dos geógrafos) como se esse personagem fosse o único a decidir, a agir. Ele não fala do Estado, nem do seu papel nas decisões cujas consequências geográficas podem ser grandes. Ele não evoca as rivalidades entre os diversos poderes, embora essas rivalidades também tenham consequências na organização de um território. Pierre George critica sobretudo os inconvenientes pedagógicos da geografia aplicada na formação dos estudantes. Ele defende, com razão, uma ‘formação geográfica global’³²⁸ (LACOSTE, 2018a, p.99).

Ele escreve que em relação à parte que lhe coube, retomou vergonhosamente partes do que havia publicado em *Géographie du sous-développement*. Sem dúvida os dois textos guardam bastante semelhanças, mas o fato é que o livro é *posterior* (1965) ao artigo na *Géographie active* (1964). O que o levou à essa confusão? Pode ser que tenha se baralhado com as datas para realizar essa afirmação ou mesmo que tenha escrito simultaneamente o artigo e partes do livro. Ele explica que, provavelmente, não teve tempo (de fazer dois textos fundamentalmente distintos): “Eu provavelmente estava atrasado e os outros também, Guglielmo e Kayser também estavam atrasados”. E Pierre George pressionava-o dizendo ser “absolutamente necessário dar o texto” e que o mesmo deveria ser publicado (Entrevista com Yves Lacoste, 27/04/2022). De qualquer forma, o livro detém mais fôlego que o artigo publicado. Sem embargo, algumas observações merecem ser efetivadas.

beaucoup d'argent. [risos] Ça, ah oui ! Ça nous permet d'exploiter, de, de mettre en valeur des territoires etc. pour, pour le compte d'une compagnie etc. Bon, mais si on prend la géographie active dans, dans le sens que ça va servir au peuple, hein, ça c'est beaucoup plus difficile parce que, comme vous le savez, c'est le peuple, c'est des différents intérêts, hein, c'est des différents groupes, les différentes classes.

³²⁸ Il parle ‘du géographe’ (et non des géographes) comme si ce personnage était seul à décider, à agir. Il ne parle pas de l’État, ni du rôle de celui-ci dans des décisions dont les conséquences géographiques peuvent être grandes. Il n’évoque pas les rivalités entre les divers pouvoirs, alors que ces rivalités ont aussi des conséquences dans l’organisation d’un territoire. Pierre George critique surtout les inconvénients pédagogiques de la ‘géographie appliquée’ dans la formation des étudiants. Il prône à juste titre une ‘formation géographique globale’.

A primeira delas é constatação que o Terceiro Mundo se tornou uma realidade geográfica – diversificada, mas unida. Isso quer dizer que os dados físicos continuam importantes, porém, os fatos políticos são agora primordiais. Com o fato político do Terceiro Mundo, tornou-se insuficiente a clivagem somente entre países capitalistas desenvolvidos e países [capitalistas] subdesenvolvidos. Por quê? Pois as situações de desenvolvimento e subdesenvolvimento são distintas – ainda que sob o mesmo modo de produção. E deve ser essa distinção que a geografia ativa deve tomar como quadro fundamental de referência. Ademais, à época, o geógrafo julga que a distinção entre países capitalistas desenvolvidos e países socialistas desenvolvidos seria muito mais marcante que a distinção entre regimes [capitalista, socialista] numa situação de subdesenvolvimento (LACOSTE, 1975 [1964]).

Uma segunda constatação é a participação tímida dos geógrafos no estudo do subdesenvolvimento enquanto situação fundamental – se comparados aos economistas, sociólogos, etnólogos, demógrafos. A questão é: por qual razão, motivo, ou circunstância essa participação tímida, tardia, dos geógrafos? Lacoste (1975 [1964]) fornece duas causas: (1) o desvencilhamento da geografia de um determinismo estreito no estudo das realidades da Europa cede lugar aos estudo dos fatores naturais nos países além-mar; e (2) a escola francesa de geografia, sob o primado de Vidal de La Blache, empenhou-se na análise das combinações mais ou menos harmoniosas e equilibradas entre as estruturas socioeconômicas e o meio geográfico organizado pela ação humana – na Europa.

Ao contrário das combinações harmoniosas e equilibradas das paisagens rurais europeias, “o subdesenvolvimento é, infelizmente, uma combinação catastrófica” (LACOSTE, 1975 [1964], p.46). Fica claro então porque outros cientistas sociais estavam mais preparados que os geógrafos para o estudo do subdesenvolvimento. Os economistas tinham lidado com a catastrófica Grande Crise de 1929; os sociólogos e os etnólogos estudavam os fenômenos de aculturação; e os demógrafos, desde Malthus, sensibilizaram-se com o perigo do crescimento demográfico explosivo. O subdesenvolvimento, portanto, colocava em crise o modelo analítico vidaliano – baseado no gênero de vida³²⁹. Se a realidade – instável, desequilibrada, crítica – punha em crise o modelo de Vidal, era sinal de que essa referência necessitava ser criticada e renovada. Ou seja, era preciso traduzir essa nova efetividade num novo conceito – e, como

³²⁹ Na parte desta tese dedicada ao estudo da obra *Géographie du sous-développement*, retornaremos a esse tema.

veremos futuramente, Lacoste chegará mesmo a propor o subdesenvolvimento enquanto conceito geográfico.

Os países subdesenvolvidos apresentam uma heterogeneidade interna decorrente de diversos fatores: (1) enorme diversidade étnica; (2) introdução recente da economia moderna e o crescimento limitado da mesma; (3) disparidade de formas de valorização e exploração da natureza; (4) distintos gêneros de vida; (5) dissociação entre atividades de criação (*pastoris*) e de agricultura. Com a combinação desses fatores, os territórios dos países subdesenvolvidos são afetados de modo extremamente desigual. Tal desigualdade geográfica é fruto de dois aspectos³³⁰: (1) da desarticulação econômica entre o setor da economia moderna e o setor subcapitalista/subproletário; e (2) o bloqueio do crescimento do setor da economia moderna pelas consequências do subemprego (LACOSTE, 1975 [1964]).

Nos países desenvolvidos, a combinação de dois fatores tornou possível a efetivação de uma complexa rede de intervenções estatais que funcionam enquanto contrapeso às forças mercantis: (1) a integração da população, quase que totalmente, à economia moderna; e (2) estruturas relativamente democráticas. Por essa ótica, desenvolvimento é lido pelo geógrafo enquanto uma combinação entre democracia liberal e capitalismo com uma maior ou menor presença ativa do Estado na economia. Na outra ponta, o geógrafo não titubeia em escrever que “nos países subdesenvolvidos essas intervenções não existem” (LACOSTE, 1975 [1964], p.107). Ora, essa afirmação é, no mínimo, apressada. Exemplifiquemos com o Brasil. O governo federal, na pior das hipóteses, desde 1930 interviu na construção do setor de economia moderna: (1) criou empresas, a exemplo da Companhia Vale do Rio Doce em 1942; (2) desvalorizou a moeda nacional – fazendo com que a importação encarecesse; (3) regulamentou as relações entre capital e trabalho – a constituição de 1934 nacionalizava as riquezas geológicas, instituía a jornada de trabalho de 08 horas semanais, estabelecia férias remuneradas, entre outros; (4) criou instituições financeiras – tal qual o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952; e (5) planejou a economia – a exemplo do Plano de Metas, de 1956.

A inexistência das intervenções estatais faz com que, nos países subdesenvolvidos, o crescimento do setor moderno da economia termine por exercer, sobre o resto do país, o que o geógrafo qualifica de “*efeitos de interrupção*” (LACOSTE, 1975 [1964], p.107). O contrário se processa nos países desenvolvidos onde desdobram-se *efeitos de preparação*. Este último é resultado dos *polos de desenvolvimento nos países desenvolvidos*. É o velho dualismo

³³⁰ Tal como já haviam aparecido em *Les pays sous-développés*.

realentado. Nos *países subdesenvolvidos* os *efeitos de interrupção* são provocados pelos *polos de subdesenvolvimento*: “Estas regiões de economia moderna, que combinam o efeito de interrupção econômica e os fatores do avanço demográfico, também podem ser consideradas, não como ‘polos de desenvolvimento’, mas ao contrário como *polos de subdesenvolvimento*” (LACOSTE, 1975 [1964], p.108).

René Rochette (1965) discorda quanto à generalização abusiva e falsa a curto ou médio prazo dessa perspectiva, pois os polos são parte de um desenvolvimento integrado regional ou nacional; certamente, é possível prever o impacto; e, finalmente, medidas progressivas permitem corrigir os efeitos negativos e aumentar os efeitos positivos. Daí que para Rochette, seguir Lacoste nessa generalização resultaria numa ausência de esperança de superação do estado de subdesenvolvimento. Por seu turno, Manuel Correia de Andrade (1970 [1967], p.62) explica que um polo de subdesenvolvimento é aquele “surgido em uma determinada região – muito frequentemente subdesenvolvida” e que prospera “à custa da região sem lhe devolver em recursos as riquezas que dela retira”. O geógrafo brasileiro, como vemos, está calcado no seu colega franco-marroquino e, por extensão, com as ideias de François Perroux e Jacques Boudeville³³¹ – com quem travou contato durante o exílio quando do golpe empresarial-militar que instaurou o estado ditatorial no 01 de abril de 1964.

Como consequência da compreensão dualista acerca da configuração dos espaços econômicos dos países subdesenvolvidos, Lacoste (1975 [1964]) constrói uma *tipologia* das regiões. Porquanto o critério de clivagem são os setores da economia dual – moderna e subproletária – existem, dois grandes tipos: (1) regiões de economia moderna subdesenvolvida; e (2) as zonas subproletarizadas. No primeiro caso, subdividem-se em três subtipos: (I) as grandes cidades; (II) as regiões mineiras; e (III) as regiões de especulação agrícolas.

As *grandes cidades* explicitam o contraste entre as formas modernas de consumo e a miséria colossal; são o lugar de residência da minoria privilegiada. Boa parte delas são portuárias. Podemos ilustrar com Veracruz (México), Xangai (China) e Santos (Brasil). Apresentam um antigo centro urbano ao mesmo tempo em que os bairros das cidades se dividem entre aqueles (1) residenciais luxuosos e (2) os diferentes tipos de habitat miserável. Os tipos de habitat miserável subdividem-se em: (I) velhos bairros urbanos – onde a população subproletária se aglomera; (II) favelas – forma de crescimento habitacional precária e espontânea; e (III) aldeias suburbanas – formadas por casas rurais aglomeradas, com um jardim anexo. Nessas grandes aglomerações urbanas estão localizadas, em sua maioria, as indústrias

³³¹ Nascido em 1919 e morto em 1975, esse economista francês “foi o primeiro a propor uma base geográfica para a ideia de pólos de crescimento” (SANTOS, 1974, p.272).

de transformação, de construção, os mercados, as funções portuárias e comerciais. São geralmente envolvidas por um subúrbio agrícola. Nelas vivem pequenos imigrantes europeus, funcionários, operários, membros de profissões liberais que constituem o embrião de uma “classe média” (LACOSTE, 1975 [1964], p.110).

As *regiões mineiras* são as instalações de mineração situadas, geralmente, no interior dos países. Sua importância exportadora implicou na construção de meios de transporte que conectam os centros de extração com os portos – entrevê-se, portanto, a articulação entre as regiões mineiras e as grandes cidades. Essas regiões mineiras caracterizam-se pelas importantes infraestruturas industriais e “pela extrema desproporção existente entre um efetivo de enquadramento muito reduzido e a massa dos trabalhadores” (LACOSTE, 1975 [1964], p.110). A massa dos trabalhadores enche as cidades operárias – organizadas e controladas pelas empresas.

Finalmente, as *regiões de especulação agrícola* encontram-se, frequentemente, nas proximidades litorâneas em virtude da exportação. O geógrafo divide em duas categorias esses tipos de regiões: (1) as zonas de grande plantação (açucareira, seringueira, bananeiras, oleaginosas); e (2) pequenas plantações cultivadas pelos pequenos proprietários – a exemplo do cacau em Gana. Nas regiões de especulação agrícola as favelas são raras. E quando o excesso de trabalho ultrapassa as condições da mão de obra local, essas regiões atraem migrações temporárias – quer sejam do estrangeiro ou de áreas circunvizinhas (LACOSTE, 1975 [1964]).

No segundo caso, as *zonas subproletarizadas* compõem, por vezes, a maior parte do território dos Estados do Terceiro Mundo, na qual habita também a maior parte da população. As características dessas zonas são as seguintes: frágil infraestrutura, escassez de meios de transporte e permanência de formas de organização “tribais”, “feudais” ou “coloniais” (LACOSTE, 1975 [1964], p.112). O geógrafo classifica tais zonas em quatro subtipos: (I) as regiões de isolamento; (II) as regiões arruinadas; (III) as zonas subpovoadas; e (IV) os aglomerados demográficos.

As *regiões de isolamento* são aquelas caracterizadas pela vida tradicional e onde as manifestações da vida moderna se impõe – por isso, ensina o geógrafo, elas diminuem cada vez mais. Descrevem-se pela “vida tradicional”, mortalidade elevada e crescimento demográfico reduzido. As *regiões arruinadas* são aquelas que observaram, em tempos pretéritos, um crescimento econômico. Caracterizam-se pelos solos pobres, minas esgotadas, cidades paralisadas ou esvaídas. As *zonas subpovoadas*, na maior parte dos países subdesenvolvidos, constituem a maior parte da extensão espacial dos países subdesenvolvidos. Seu subpovoamento é decorrente de três origens: (1) condições naturais; (2) sistemas agrícolas

pouco produtivos; e (3) monopólio das terras. Por isso, no âmbito da política de desenvolvimento, o débil povoamento é um problema de difícil resolução. Por último, os *aglomerados demográficos*. Tal qual o nome expressa, tratam-se de territórios cuja superfície distingue-se por uma forte densidade demográfica. Nesses territórios há uma intensiva valorização do solo nas pequenas explorações e aquilo que o geógrafo qualifica enquanto *subemprego oculto*: os agricultores efetivam diversos trabalhos para preservar ou elevar os rendimentos agrícolas cuja produtividade é próxima a zero (LACOSTE, 1975 [1964]).

Depois dessa construção tipológica, Lacoste observa que uma das tarefas da geografia ativa era ajudar os países subdesenvolvidos a escolher e aplicar as políticas de desenvolvimento que obtiveram sucesso em países distintos. Clarifica-se, portanto, porque o geógrafo erigiu tal tipologia das regiões subdesenvolvidas. O instrumento conceitual que torna possível a apreensão eficaz – das escolhas e políticas – é o estudo diferencial do Terceiro Mundo, seja na escala do Estado-Nação quanto na escala regional. Sem embargo, as escolhas e as políticas de desenvolvimento devem estar amoldadas às realidades nacionais.

As experiências do *Mezzogiorno*, da URSS e do Japão são qualificadas por Yves Lacoste enquanto casos de políticas de desenvolvimento muito dificilmente transferíveis para os países subdesenvolvidos. De um modo geral, o desenvolvimento italiano caracterizou-se por uma (1) reforma agrária; (2) construção de benfeitorias – estradas, diques, redes de irrigação, drenagens, adução de água; (3) infraestrutura econômica edificada pelo Estado; e (4) estímulos estatais para implantação de indústrias no *Mezzogiorno*. Guardadas as devidas proporções, o *Mezzogiorno* apresentava o mesmo problema do *Old South* estadunidense. Mas o geógrafo, em nenhum momento, ousa dizer que a Itália meridional e o Velho Sul eram regiões subdesenvolvidas. Como veremos no capítulo 03, a constatação de um desenvolvimento desigual não autoriza dizer que em um país desenvolvido (Itália, EUA, França), haveria regiões subdesenvolvidas. De qualquer forma, os desequilíbrios setoriais regionais foram alvo de um “plano de coordenação de intervenções públicas no *Mezzogiorno*” (PONCET, 1968). O geógrafo Jean Poncet (1912-1980), tal qual Lacoste, considerava fundamental a reintegração territorial e setorial do desenvolvimento – do *Mezzogiorno* na Itália. Aliás, Poncet guardava outra semelhança com o geógrafo ora analisado: era um especialista em subdesenvolvimento e fez pesquisas de campo na Argélia, Bulgária, Cuba e Romênia (DRESCH, 1981).

A experiência da URSS põe a seguinte questão: essa nação – outrora subdesenvolvida – iniciou o processo de desenvolvimento nas mesmas condições em um país subdesenvolvido à época (1964)? Certamente, da forma que a questão foi colocada a negativa é pertinente, dada a singularidade/diferença de cada país. Lacoste considera que a Rússia já era uma grande

potência no final do século XIX e o que mais o impressiona é o ritmo de industrialização entre 1890 e 1914:

A Rússia já produzia 4 milhões de toneladas de aço, 30 milhões de toneladas de carvão e contava com 8 milhões de operários (contra 1 500 000 operários na China em 1950, para uma população no entanto quatro vezes maior. O crescimento demográfico era relativamente moderado (1,5% ao ano), e nunca mais intenso do que o progresso econômico (LACOSTE, 1975 [1964], p.118).

Destarte, a Rússia estava numa situação mais favorável à industrialização que os países subdesenvolvidos. Diferentemente dos países do Terceiro Mundo, o Estado nacional russo era forte; detinha um proletariado mais ou menos numeroso; e apresentava uma riqueza de recursos naturais. Nesse último caso, o geógrafo exemplifica com o solo de terra negra – uma das condições para que a Rússia, em 1914, tenha sido a primeira exportadora mundial de cereais. Tais vantagens russas impediam que a experiência soviética fosse imitável. Sem embargo, uma outra “vantagem” foi decisiva: a revolução socialista de 1917 impediu, ao destruir o poder das minorias privilegiadas, a evolução russa para uma situação de subdesenvolvimento (LACOSTE, 1975 [1964]). Mas o geógrafo não menciona um aspecto categórico: a Rússia Czarista não havia sido colônia.

No caso do Japão, a industrialização foi levada a cabo por uma minoria de privilegiados: um soberano autocrático, senhores feudais e uma aristocracia mercantil-industrial. Assim, “a terra do Sol nascente” – em oposição à Rússia – evoluiu para uma situação de subdesenvolvimento. Lacoste diz que a revolução socialista impediu a Rússia de evoluir para o subdesenvolvimento. Mas como explicar uma pretensa situação de subdesenvolvimento de um país *imperialista*? É bastante questionável qualificar o Japão de um país em situação de subdesenvolvimento porque sua industrialização foi “efetuada sob a égide de uma minoria de privilegiados” (LACOSTE, 1975 [1964], p.119).

O geógrafo não consegue equacionar a contradição *situação de subdesenvolvimento e imperialismo*. Um exemplo disso é que ele reconhece que a economia moderna expandiu no Japão em decorrência da política imperialista. Como um país em situação de subdesenvolvimento pode aplicar uma política imperialista? Ele constata uma contradição: em 1939, o Japão era dono de sólidas estruturas estatais, satisfatórios níveis de saúde e instrução, poderosa indústria, comércio tentacular e hegemonia mundial. Ao mesmo tempo ele detinha uma grande miséria, elevado crescimento demográfico e uma minoria privilegiada (LACOSTE, 1975 [1964]). Ora, mas essa sorte de contradição é típica de qualquer país no qual opere o modo capitalista de produção, e não uma singularidade/originalidade japonesa.

Além disso, aquelas bases técnicas e industriais do Japão imperialista foram um importante fator de recuperação da nação após a derrota na Segunda Guerra Mundial. Aliado a isso contaram: a reforma agrária, a “ajuda” estadunidense e o impulso econômico desencadeado pela Guerra da Coreia (1950-1953). O Japão também reduziu a taxa de natalidade de 35‰ (1947) para 17‰ (1960). Tal redução deveu-se às boas condições sanitárias, escolarização das crianças e “pela ausência de uma religião natalista” (LACOSTE, 1975 [1964], p.121). Assim, as experiências japonesa, soviética e italiana seriam intransferíveis.

A última experiência analisada por Yves Lacoste é a da China. À época, 1964, parecia mais interessante que a experiência soviética em virtude da repercussão da revolução chinesa no conjunto do Terceiro Mundo – e esse fato pode ser constatado no texto intitulado “Revolução Chinesa e a Revolução Vietnamita”, do grande líder Ho Chi Minh (2019 [1961]). A China, da mesma forma que a Rússia, liquidou os privilégios da minoria privilegiada e dois fatos foram essenciais para a repercussão do esforço chinês: (1) ela organizou um sistema de desenvolvimento que visava enfrentar os problemas essenciais do subdesenvolvimento; e (2) ela era o único país que realizou progressos consideráveis a partir de uma situação catastrófica (LACOSTE, 1975 [1964]).

A semicolonização não dotou a China de pessoal qualificado ou equipamentos. Ela foi entregue aos procedimentos anárquicos de mercadores, do banditismo e da corrupção estrutural que penetrou nas instituições. O geógrafo chama a atenção para os terríveis efeitos de “vinte anos de guerra civil e estrangeira, em que cinquenta milhões de chineses foram mortos, sem contar aqueles que morreram de fome” (LACOSTE, 1975 [1964], p.122). Mas a vitória da revolução camponesa, dirigida pelo Partido Comunista Chinês, detonou um esforço de desenvolvimento capaz de suprimir os poderes da minoria privilegiada. Isabela Nogueira (2019, p.32) calcula que nos primeiros anos (1949-1952), “a produção industrial e agrícola recuperou os níveis de pico do pré-guerra, com crescimento de quase 50% ao ano na produção de bens de capital e de 30% nos bens de consumo”. O Estado organizou o esforço desenvolvimentista ao planificar a economia num processo global que articulou a agricultura e a indústria (LACOSTE, 1975 [1964]). 600 milhões de camponeses foram mobilizados tanto para a produção agrícola, quanto para a construção de canais de drenagem e irrigação, diques, estradas, pontes, reflorestamento, represas, entre outras. Os dados coligidos pelo geógrafo dão uma dimensão:

Esses esforços tornaram possível, em primeiro lugar, o aumento das superfícies irrigadas, que passaram de 200 a 500 milhões de hectares de 1949 a 1958. A colheita de cereais passou de 110 milhões de toneladas em 1949 a aproximadamente 200 milhões de toneladas em 1957. A partir de 1958, esses trabalhos possibilitaram a redução das consequências de três anos climaticamente muito prejudiciais, que, entre

outras coisas, retardaram os grandes progressos que se esperavam. [...] Quanto aos investimentos financeiros, três quartos deles são realizados em benefício da indústria pesada de bens de produção: a quantidade de aço passou de 150 000 em 1949 a 11 000 000 de toneladas em 1959, a do carvão cresceu no mesmo período de 31 milhões a 347 milhões de toneladas. A China deve uma grande parte deste progresso industrial à ajuda técnica e financeira nada negligenciável que lhe forneceu a URSS (LACOSTE, 1975 [1964], p.123).

O geógrafo não nega os problemas do assim chamado Grande Salto Adiante³³² (1958-1961): secas maltrataram o norte do país; as tempestades de vento devastaram regiões meridionais; a fadiga do povo chinês; más colheitas; a superestimativa das potencialidades produtivas não devia ser negligenciada pelos países subdesenvolvidos. A título de ilustração, “a produção de cereais em 1962 é do mesmo nível que a de 1957, ou seja, 190 a 200 milhões de toneladas” (LACOSTE, 1975 [1964], p.129-130). A seu ver, a originalidade e o motor essencial do desenvolvimento chinês foram as políticas de investimento em trabalho. A questão é: os países subdesenvolvidos teriam condições de efetuar esse investimento em trabalho na mesma amplitude? Mais uma vez, da forma que Lacoste coloca a questão a resposta só pode ser negativa, não só porque a China havia passado por uma revolução agrária e detinha um Estado organizador do processo industrial, mas também pela amplitude da massa humana que poderia ser mobilizada para buscar liquidar o subemprego: à época, a China tinha “700 milhões de habitantes” (LACOSTE, 1975 [1964], p.124). E, relembremos, 600 milhões de camponeses foram mobilizados.

O geógrafo aponta que também contribuíram para o esforço de desenvolvimento chinês a laboriosidade do povo; a coletivização da terra, a criação de comunas³³³ e cooperativas socialistas e a experiência dos dirigentes do Partido Comunista. As comunas populares reagrupavam as cooperativas socialistas e traduziam a criação de unidades de até 50 mil habitantes, ao mesmo tempo em que instituíam uma vida comunitária. Eram organismos autônomos que açambarcavam funções agrícolas, artesanais, industriais e militares, utilizando o máximo possível de trabalhadores. As comunas viabilizavam o recrutamento de um grande efetivo de trabalhadores tanto para as obras de infraestrutura agrícola, quanto industrial.

Mas nem tudo eram flores: Lacoste lembra que colheitas foram comprometidas por sementeiras tardias, algumas estragaram; os camponeses queixavam-se da gestão burocrática, na qual não podiam controlar o produto do trabalho. Além do que o Estado recolhia as rendas

³³² “A grandiosa campanha de modernização, com forte ênfase na indústria pesada, especialmente na produção de aço, e com acelerada coletivização forçada da produção agrícola” (NOGUEIRA, 2019, p.35).

³³³ Tais instituições reagrupavam as cooperativas socialistas que correspondiam às aldeias. Traduziam também a criação de unidades sociais de até 50 000 habitantes e a instituição de uma vida comunitária (LACOSTE, 1975 [1964]).

agrícolas para aplicar no esforço de industrialização. Como as colheitas não aumentaram, os camponeses sentiam ainda mais o peso do fisco. Para contornar esse problema, o Estado chinês dividiu em brigadas as comunas. As brigadas correspondiam “às antigas cooperativas da aldeia, as quais voltam a ser a unidade de trabalho e readquirem a propriedade das terras, dos meios de cultura e das colheitas” (LACOSTE, 1975 [1964], p.131). A indústria passou também a ser orientada para a produção de tratores, adubos, bombas, etc.

Lacoste também atenta para o contato estreito que se formou entre o povo, o exército e o partido. O Partido Comunista também foi responsável por mobilizar dois grandes fatores do desenvolvimento nacional: o movimento camponês e o sentimento nacional. Contribuiu para essa mobilização a antiguidade e a solidez do fato nacional chinês – especialmente quando comparado com países do Terceiro Mundo, a exemplo da Argélia que Lacoste e Prenant haviam estudado 08 anos antes durante a Guerra. Ademais, o Estado chinês era centralizado e bastante coeso etnicamente, o que o diferenciava de alguns países africanos – donos de uma notória diversidade étnica – a exemplo da Nigéria.

Portanto, o geógrafo não vê possibilidade de mimetizar o sistema de desenvolvimento chinês nos países subdesenvolvidos. E aqui o trabalho da geografia ativa é importante para desmistificar as possíveis imitações do esforço chinês, assim como por tornar possível a correta apreensão da realidade e a conseqüente contribuição com o fito de construir sistemas de desenvolvimento ajustados às particularidades nacionais e às potencialidades correlatas. Mesmo assim, o geógrafo enumera 12 ensinamentos válidos da experiência chinesa para com o Terceiro Mundo: (1) condições políticas de organização do esforço desenvolvimentista; (2) supressão dos poderes das minorias privilegiadas; (3) experiente partido político em contato com as massas do campo; (4) participação da população; (5) a população camponesa passível de tornar-se revolucionária; (6) o aumento da população urbana pode dificultar o investimento-trabalho; (7) um modelo de desenvolvimento que toma a agricultura como base e a indústria enquanto fator dirigente, assim como a utilização de métodos modernos e técnicas tradicionais; (8) ajuda externa financeira e técnica; (9) coletivização agrícola; (10) criação progressiva de estruturas socioeconômicas aptas a serem transformadas e ampliadas; (11) mobilização das massas; e (12) eficácia da política de investimento em trabalho (LACOSTE, 1975 [1964]). Assim, ele nota que o sistema de desenvolvimento levado a cabo pela China poderia ser dissociado dessa mesma experiência, isto é, os países subdesenvolvidos poderiam extrair desses princípios gerais “*uma perspectiva de ação que se abre para várias soluções particulares concretas*” (LACOSTE, 1975 [1964], p.129).

As dificuldades que a China enfrentou punha em relevo o perigo da superestimação do subemprego e das possibilidades da população no âmbito da política de investimento em trabalho. E nesse aspecto a geografia ativa poderia oferecer uma colaboração fundamental ao capturar as potencialidades da força de trabalho assim como os aspectos do subemprego numa determinada região. Estudar o subemprego – tanto em sua dimensão quantitativa, quanto qualitativa – era essencial pois, conforme o geógrafo, Ragnar Nurkse (1955 [1953]) havia demonstrado que um dos mais eficazes motores dos sistemas de desenvolvimento era a utilização das massas subempregadas. Para ilustrar a importância de conhecer bem o subemprego, Yves Lacoste lança mão de dados extraídos de Gabriel Ardant (1906-1977), particularmente sua obra *Le monde en friche* (1959):

[...] os operários agrícolas são empregados em média 289 dias por ano na Índia Ocidental e 181 dias na Índia do Sul. Nas Filipinas, na Tailândia, no Egito, o cultivador trabalharia seis meses por ano. O subemprego foi avaliado a 50% da população agrícola total dos países do Oriente Médio; 40% da mão-de-obra estaria desempregada em Porto Rico (LACOSTE, 1975 [1964], p.134).

A tarefa da geografia ativa nesses países subdesenvolvidos seria justamente captar tais particularidades, tais diferenças, levando em consideração desde a densidade demográfica até os setores econômicos nos quais se processam o subemprego. Esse subemprego é agrícola e/ou industrial? Quanto tempo dura essa situação? Em qual país essa situação se desenrola? São exemplos de questões que os geógrafos deveriam estar em alerta. Desse modo, cada realidade implica uma política específica de investimento-trabalho, vez que o subemprego era difuso, extenso e polimorfo (LACOSTE, 1975 [1964]). Ademais, Renée Rochefort (1924-2012) havia constatado um fato importante. Na sua obra *Le travail en Sicile*, Rochefort havia demonstrado a ambiguidade e imprecisão da noção de trabalho nos países subdesenvolvidos, visto que ali trabalho, não-trabalho, subemprego e emprego podem ser confundidos de maneira fácil. Consequentemente, para o geógrafo, o correto conhecimento do subemprego estaria assentado numa pesquisa global da diversidade estrutural do trabalho e do não-trabalho (LACOSTE, 1975 [1964]).

Em termos de procedimento metodológico, percebemos Yves Lacoste devedor da Escola Francesa de Geografia. Isso porque a contribuição da geografia para o estudo do subemprego é mediada pela produção das *monografias*. O objetivo dessas monografias eram dois: (1) realizar um balanço dos aspectos globais da dimensão do trabalho e (2) preparar um inventário das possibilidades que tornarão possível a valorização das massas subempregadas. Ao lado do agrônomo, o geógrafo elaboraria um balanço dos recursos desperdiçados. Sem

embargo, este se diferencia daquele – mas também do sociólogo, do demógrafo, etnólogo – porquanto sua tarefa seja a “generalização espacial dos dados desses inquéritos que só abrangem áreas limitadas e coletividades restritas” (LACOSTE, 1975 [1964], p.135). Assim sendo, um primeiro passo do estudo era a produção de monografias seguidas de um balanço global que abarcasse não apenas as regiões, mas sim o país subdesenvolvido como um todo. Um exemplo dessa perspectiva seria a já citada obra de Renée Rochefort, considerada pelo geógrafo como “uma das melhores obras consagradas a um país subdesenvolvidos” ; “precursora da geografia ativa”, bem como demonstração concreta da “eficácia da análise e da síntese geográfica no quadro dos problemas do subdesenvolvimento” (LACOSTE, 1975 [1964], p.136-137).

Yves Lacoste nota que também no setor de economia moderna – e não somente no setor subproletário – o subemprego era importante. E aqui ele se aproxima de Marx e seu conceito de *exército industrial de reserva* ao observar que a pressão dos desempregados determina o nível salarial bem como interrompe a mecanização e os progressos da produtividade. Nas grandes cidades, as favelas e os vilarejos suburbanos são as regiões onde o subemprego é mais visível. O geógrafo enumera várias formas de subemprego nas cidades: prostituição, mendicância, pequenos roubos, empregados domésticos, etc. O subemprego também atinge as regiões mineiras e as regiões de agricultura especulativa. Nesse último caso, Lacoste investe contra a monocultura e exemplifica com a cultura da cana-de-açúcar nas Antilhas – que fornece trabalho somente 04 meses ao ano.

Nas zonas subproletarizadas o quadro é mais grave. As regiões subpovoadas sofrem com um longo período de inação intercalado com alguns momentos de trabalho – o que não é suficiente para que a população consiga dispor de recursos suficientes. Nas regiões de grandes propriedades fundiárias, o latifúndio drena o máximo de lucro não permitindo o aumento da produtividade e o engajamento de um número maior de trabalhadores. Ele exemplifica com a Espanha, na qual os operários agrícolas só conseguiam se empregar durante “60 a 80 dias” (LACOSTE, 1975 [1964], p.140). Aqui a questão central é o acesso à terra. Nas regiões densamente povoadas, o subemprego aparece na forma de múltiplos trabalhos longos – indispensável para a manutenção dos rendimentos. Como consequência, a produtividade dos agricultores é bastante baixa. O geógrafo raciocina que se as práticas agrícolas fossem aperfeiçoadas, a produtividade seria maior caso fosse efetivada numa escala de explorações maior.

Todo o artigo da geografia ativa é voltado para culminar numa reflexão acerca do papel do geógrafo na organização do desenvolvimento. Ele distingue três tarefas: (1) a organização

do investimento trabalho; (2) o estudo dos meios climáticos; e (3) a colaboração do geógrafo e do agrônomo. A primeira tarefa não guarda muito mistério: depois de considerar a diversidade de formas de subemprego e suas variações regionais e sazonais, cabe implantar políticas específicas de combate utilizando a força de trabalho com métodos simples, isto é, intensivos em trabalho e sem investimento financeiro relevante. Por esse caminho a produção é elevada, o nível de vida aumenta e a poupança feita pode ser investida em outros setores. Na cidade, Lacoste enxerga na *industrialização* uma possibilidade de reabsorção do subemprego.

Nas regiões mineiras, o risco seria aumentar substancialmente as produções exportadoras. Risco porque poderia saturar rapidamente o mercado com determinado tipo de produto. Daí a orientação adequada no caminho da diversificação das culturas comerciais e ampliar as culturas de víveres. Nas zonas subpovoadas – a exemplo dos campos – a dificuldade repousava na mobilização da força de trabalho em grupos grandes e homogêneos. O inverso se processava nas regiões bastante povoadas: separar parte da população sem que as colheitas sofram redução. Assim, a política de investimento-trabalho deve combinar a mobilização da mão-de-obra e uma reorganização das operações culturais – cujo objetivo é não gerar uma escassez de operários agrícolas.

Mais quais seriam os trabalhos cujos investimentos deveriam ser objeto de uma política? Primeiramente, um investimento em instrução e formação profissional. A instituição escolar absorveria parte do subemprego ao retirar as crianças das atividades produtivas. Em segundo lugar, aumentar a produção agrícola a partir da complementação de dois tipos de trabalhos. Os pequenos: adução d'água, caminhos, escolas, pequenos diques e canais, poços, restauração pedológica; e os grandes: canais, diques e represas – com vistas a evitar secas e inundações. Os diques e canais, em particular, viabilizam o cultivo de áreas inexploradas ou descuidadas (LACOSTE, 1975 [1964]).

Embora negue ter sido maoísta, o texto de Lacoste é bastante simpático³³⁴ (se é que podemos usar essa expressão) à experiência comunista chinesa – em especial quando pensamos que ele já havia quitado o PCF (1956) e, conseqüentemente, o assim chamado marxismo soviético. Ele tinha ficado “muito surpreso na China após a aparição do Partido Comunista chinês” que, em seguida, “começa o progresso considerável” salvo as “bobagens que Mao tinha feito impedindo os camponeses de fazer a colheita, fazer a cultura, para construir os pequenos fornos” uma invenção de Mao para fazer a “ligação entre a indústria e o campesinato”. Ele achou “muito bom,” mas “se percebeu muito rapidamente que, impedindo os camponeses de

³³⁴ Tal qual qualificou o professor doutor Breno Viotto Pedrosa (2013).

fazer os trabalhos agrícolas, isso havia provocado uma fome considerável” (Entrevista com Yves Lacoste, 21/07/2022).

É necessário dizer que da forma como Lacoste coloca o problema parece que toda culpa da fome repousava sobre a batuta de Mao Tsé-Tung. Isabela Nogueira (2019) matiza melhor essa questão ao apontar uma multiplicidade de fatores que se estendem desde os aspectos políticos – o sistema de comunas – até os naturais, a exemplo das inundações. Essa combinação de fatores é o que ocasionou a chamada Grande Fome entre 1959 e 1961 – evento que, provavelmente, Lacoste faz alusão – e ceifou a vida de 20 milhões de acordo com fontes ocidentais.

Tanto em 1959 quanto em 1960, cerca de 800 milhões de *mu*, ou metade da área cultivável da China, foi afetada por fortes inundações. E 1960 é, também, o ano da saída soviética e do consequente fim da ajuda técnica e do apoio industrial. No conjunto, a coletivização forçada da agricultura, as metas irrealistas de produção industrial (inclusive para as zonas rurais), a excessiva ênfase na indústria pesada, o medo de autoridades locais reportarem falta de alimentos, e as campanhas nacionais desastrosas, como os altos-fornos de quintal (que também tiraram os agricultores das suas funções básicas e os colocaram parte do tempo produzindo aço), deixaram o campo chinês totalmente desestruturado e tiveram radical impacto negativo para a produção agrícola. Entre 1958 e 1960, a produção de alimentos caiu de 200 milhões de toneladas para o piso de 143 milhões, só ultrapassando o nível de 1958 oito anos depois (NOGUEIRA, 2019, p.41).

Assim, acompanhando os dados fornecidos por Nogueira (2019), foi no período de Mao Tsé-Tung que 300 milhões de camponeses se beneficiaram com reforma agrária; a produção agrícola cresceu 3,6% ao ano entre 1952-1955; a área irrigada saltou de 16 milhões de hectares (1952) para 23 milhões (1957) – um crescimento de 7,5%; a produção de alimentos básicos cresceu 30% sob o regime maoísta; e até a produção de fertilizantes saltou de 0,65 milhões de toneladas (1963) para 7,23 milhões de toneladas (1972).

Para Lacoste, a centralidade do campesinato é fundamental: “uma das condições do sucesso de uma política de investimento-trabalho”, ele escreve, “é a eficácia das estruturas que devem garantir a mobilização e a organização das massas rurais subempregadas” (LACOSTE, 1975 [1964], p.143). E a adesão dos camponeses era decisiva para a “eficácia das estruturas”. Essa adesão dos camponeses seria alcançada através dos seguintes requisitos:

1º) que a reforma agrária tenha sido realizada e que a coletivização não tenha provocado descontentamento generalizado; 2º) que a unidade de trabalho onde ele está integrado seja formada de pessoas com as quais ele reconhece ter uma direta e real comunidade de interesses; 3º) que os resultados do trabalho que ele executa se inscrevam concretamente no quadro geográfico que lhe concerne diretamente e que ele reconhece; 4º) que ele se sinta diretamente beneficiário desses trabalhos a curto ou longo prazo (LACOSTE, 1975 [1964], p.143).

A unidade de base do desenvolvimento era a equipe de trabalho que combinava trabalhos agrícolas e de construção, ou seja, camponeses e construtores. Mas a constituição dessas unidades colocava problemas de três ordens: (1) econômica, (2) sociológica e (3) geográfica. O problema econômico diz respeito ao fato de que cada unidade de base deveria crescer de modo diretamente proporcional à produção, assim como ampliar os meios de trabalho; o problema sociológico era aquele relativo à possível utilidade que as instituições – a exemplo da ajuda mútua coletiva – das organizações tribais ou aldeãs podem ter; e o problema geográfico trata das relações entre a extensão espacial e conteúdo demográfico (LACOSTE, 1975 [1964]).

Além disso, os trabalhos de infraestrutura deviam considerar o calendário agrícola e sua relação com os fenômenos climáticos. Uma das tarefas do geógrafo era ajudar na escolha racional da localização de centros administrativo, político e comercial. Os centros tem um papel estruturador nos espaços organizados em dimensões pequenas. E é partir deles que o poder central poderia intervir. Isto de duas maneiras: (1) ações administrativas e políticas; e (2) ações destinadas a iniciar o desenvolvimento regional. Influenciado por Le Bret, Lacoste defende a elaboração de um *mapa de intervenção*, onde devem ser indicadas, regionalmente, a natureza das intervenções, importância, nível de urgência e os centros. Com as intervenções efetuadas, a unidade de base de desenvolvimento ativa os mecanismos de investimento em trabalho cujo objetivo era, essencialmente, “*intensificar e diversificar a produção agrícola*” (LACOSTE, 1975 [1964], p.146). E nesse caso, o agrônomo e o geógrafo desempenham tarefas importantes. A tarefa do agrônomo é tripla: (1) examinar as potencialidades naturais num território dado; (2) produzir o balanço das técnicas que as populações possuem; e (3) organizar o programa de transformações e inovações. Por sua vez, a tarefa do geógrafo nesse momento seria participar do estudo do meio climático³³⁵.

Rochette (1965) lamenta o que ele qualificou de uma omissão sintomática. Se os conhecimentos basilares são insuficientes, a tarefa do geógrafo seria trabalhar sobre o conhecimento total, incluindo o meio físico. Lacoste teria omitido, segundo Rochette, o meio físico. O estudo geomorfológico da região seria necessário com a perspectiva de mostrar a incidência sobre a atividade humana, as possibilidades e limitações no âmbito de um desenvolvimento integrado.

³³⁵ Cabe destacar uma curiosidade: a seção “o geógrafo e o estudo dos meios climáticos” não foi escrita por Yves Lacoste, mas sim por François Durand-Dastès – Professor Assistente da Universidade de Paris à época (1964).

Finalmente, caberia ao geógrafo a generalização espacial de *monografias* que dessem conta das análises agronômicas e climatológicas. A geografia ativa teria um a importância fundamental já que o esforço de desenvolvimento caminharia *pari passu* à transformação de realidades geográficas. Entende-se, portanto, qual é a perspectiva da geografia ativa em países subdesenvolvidos: no raciocínio de Lacoste (1975 [1964]), ela era a possibilidade de ultrapassar a etapa contemplativa de uma geografia cuja razão de ser calcou-se na observação e na explicação das combinações efetivadas na superfície terrestre entre a natureza, a história e a ação humana. O profissional de geografia ultrapassa essa etapa ao contribuir com a organização de combinações geográficas que tivessem como horizonte a realização do desenvolvimento nos países do Terceiro Mundo.

O geógrafo Georges Viers (1966) considerou a obra o balanço de uma espécie de exame de consciência. Exame esse amplo e aprofundado acerca dos novos problemas enfrentados pela pesquisa geográfica (VIERS, 1966). Por seu turno, o economista Maurice Flamant (1924-2011) considerou *La Géographie Active* importante por abrir as fronteiras científicas entre a geografia e a economia (FLAMANT, 1967). À definição lacosteana do subdesenvolvimento enquanto uma distorção entre crescimento demográfico e o crescimento dos recursos, René Rochette (1965) adicionaria outro fator que julga fundamental: o fator político. Em sua interpretação, acrescer tal fator conferiria uma imagem mais dinâmica e perspectiva do subdesenvolvimento. Por sua vez, Antonio Carlos Robert Moraes (2005b, p.124) atentou para o caráter metodológico da obra: ela não rompia com a análise regional, mantendo-se descritiva e empirista ao mesmo tempo em que estendia seus tentáculos para tópicos que a citada análise não abordava – a exemplo do subdesenvolvimento com Lacoste. Tratava-se, logo, de incorporar novos temas sob o mesmo método. De qualquer forma, com justiça o geógrafo brasileiro testemunha que a mera descrição da realidade injusta que *La Géographie active* realiza conferia-lhe “um componente de oposição à ordem instituída”.

Em todo caso, Yves Lacoste (2018a) relata que nenhum dos discípulos de George ficou satisfeito com o resultado. Apesar disso, o mestre não fez comentários. Lacoste ficou insatisfeito pois até aquele momento não tinha uma experiência concreta do que poderia ser o papel do geógrafo no campo. Ele diz que o único campo onde pode conceber uma operação de geografia ativa foi a Cabília – agora devastada pela Guerra da Argélia. Sem embargo, estava

dado mais um passo importante na carreira e no pensamento dele. Será pelo prisma da *geografia ativa* que as situações de (sub)desenvolvimento serão analisadas, criticadas e concebidas.

X – Obsessão demográfica, generalizações sucessivas das situações e anuviamento do imperialismo em *Géographie du sous-développement*

Quando comparamos a abordagem de *Les Pays sous-développés* com *Géographie du sous-développement* percebemos uma nítida evolução entre ambas. A primeira delas é a *perspectiva* da ação do geógrafo. Essa decorre, como vimos, da concepção de *geografia ativa*. A segunda diferença repousa propriamente na abordagem *geográfica* do subdesenvolvimento cujo conceito mediador é aquele de *situação*. É essa combinação entre uma perspectiva ativa do geógrafo e uma abordagem geográfica do subdesenvolvimento que confere originalidade à obra lacosteana.

Além da introdução, escrita por Pierre George, a obra conta com um prefácio e compõe-se de duas partes: (1) *Caracteres gerais dos países subdesenvolvidos*³³⁶; e (2) *O subdesenvolvimento, fenômeno do século XX*³³⁷. A primeira parte da obra guarda bastante semelhança com o conteúdo e as formas de exposição e abordagem presente em *Les pays sous-développés*. Seu diferencial é a ênfase que Lacoste imprime à noção de Terceiro Mundo. Cabe agora uma análise mais detida da obra em tela.

Partindo da concepção de *geografia ativa*, Lacoste vai procurar perscrutar quais são os caracteres gerais dos países subdesenvolvidos. Para isso, recorre a economistas, “que foram os primeiros a abordar o estudo do subdesenvolvimento e conservam neste domínio um lugar eminente” (LACOSTE, 1968 [1965], p.5), tendo consciência de que o “o subdesenvolvimento não pode ser considerado um problema somente econômico” (LACOSTE, 1968 [1965], p.5). Tal como nos artigos de 1962, defenderá pesquisas interdisciplinares, haja vista a revelação de fatores sociológicos importantes e essenciais na correta caracterização do subdesenvolvimento. Assim – ao lado da Economia, Sociologia, Medicina e Etnologia – está a Geografia e os geógrafos ligados à problemática do subdesenvolvimento por três razões:

³³⁶ Um primeiro esforço de compreensão pode ser encontrado em Ribeiro Junior (2017a).

³³⁷ Um primeiro esforço de compreensão pode ser encontrado em Ribeiro Junior (2014).

- De uma parte: a geografia moderna, tem como razão de ser o estudo da realidade na sua complexidade mesma e só secundariamente nos seus diferentes constituintes [...].
- De outra parte: para a geografia, as combinações que ela apreende são dinâmicas e resultam de uma sucessão de conjunturas. A geografia é o resultado e o prolongamento da história [...].
- Por fim, o geógrafo é o especialista do estudo diferencial das combinações realizadas na superfície do globo [...] (LACOSTE, 1968 [1965], p.6).

Se o subdesenvolvimento é um drama global que se particulariza em cada território, cabe à geografia descrever e explicar a combinação de fatores que o engendram; Lacoste ecoa Pierre George quando escreve: “a geografia é o resultado e o prolongamento da história” e “o geógrafo é o especialista do estudo diferencial”³³⁸. Consequentemente, cabe ao geógrafo – homem de síntese – estudar os sistemas de relações e formar uma concepção global dos fatores e conjuntos inerentes ao subdesenvolvimento e sua forma político-geográfica, o Terceiro Mundo. É sob esse prisma que o geógrafo buscará analisar as características essenciais do Terceiro Mundo; estabelecer uma definição objetiva do subdesenvolvimento; e pesquisar as causas profundas de sua aparição.

A Noção de Terceiro Mundo

Tanto a noção de Terceiro Mundo, quanto a noção de subdesenvolvimento, devem ser apreendidas no marco histórico que segue ao final da Segunda Grande Guerra (1939-1945). Os movimentos nacionalistas, independentistas, nos países colonizados e a própria Conferência de Bandung evidenciava certa unidade na diversidade frente aos assim chamados Primeiro e Segundo Mundos. É nesse contexto que acontecerá o declínio inequívoco dos impérios, bem como revelar-se-á a enorme desigualdade de renda intercontinental – a Europa e a América do Norte respondiam em 1954 por 83% da renda mundial, sendo apenas 32% da população do globo; a América Latina, com 7% da população dispunha de 4,5 % da renda; a África subsistia com 2% das rendas; finalmente a Ásia, mais da metade da humanidade (54%), dispunha de 11,5% da renda mundial.

O conceito de subdesenvolvimento aparece concomitante à duas “descobertas” nas ciências humanas e na economia: (I) o par miséria-fome, sublinhado frequentemente por Josué de Castro; e (II) o crescimento demográfico a partir do começo do século XX. Para Lacoste, o fator essencial do subdesenvolvimento é que a massa das populações pobres não consegue

³³⁸ “Historiador do atual, o geógrafo deve prosseguir os estudos do historiador, aplicando métodos que lhe são próprios” (GEORGE, 1975 [1964], p.32). “O geógrafo é o especialista deste estudo diferencial” (GEORGE, 1975 [1964], p.32).

atender suas necessidades. Tem-se que a miséria e a fome, combinadas com a desigualdade de renda, gera uma situação em que a massa de pobres contribui com “parte essencial” no crescimento demográfico – o que consubstancia seu neomalthusianismo. Isso explicaria o nascimento do conceito de Terceiro Mundo para designar, simultaneamente, (I) a unidade relativa dos países subdesenvolvidos; (II) as populações que o constituem; (III) e a miséria consequente. Lacoste atribui à Sauvy o êxito da expressão Terceiro Mundo – à imitação do Terceiro Estado quando da Revolução Francesa. Por definição, o Terceiro Estado agrupava os elementos sociais que não se enquadravam no Segundo Estado (nobreza) e o Primeiro Estado (clero). Além de Malthus – pai de uma “lei demográfica” – o demógrafo Sauvy é importante influência teórica. De Malthus, o geógrafo incorpora a centralidade do crescimento demográfico; de Sauvy o conceito de Terceiro Mundo.

Terceiro Mundo tem três dimensões importantes para Lacoste – sendo duas delas enquanto conceito e outra na qualidade de termo. Enquanto conceito, (I) não postula a existência de relações de produção precisas ao mesmo tempo que reflete uma realidade ambígua formada por exploradores e explorados; e (II) o terceiro mundo é um *terceiro*, estranho e anômalo para os países da órbita soviética e, principalmente, para aqueles das potências ocidentais. Enquanto termo, (III) é um *terceiro* conjunto de países a se constituir historicamente, após as nações imperialistas e o mundo surgido da Revolução Bolchevique.

É interessante perceber que em Yves Lacoste há oscilação da expressão Terceiro Mundo. Ele a emprega enquanto *noção*, ou seja, um elemento do discurso ideológico³³⁹, mas também faz uso da expressão como um *conceito*. Aqui é importante fazer uma distinção – ainda que o geógrafo em tela não a faça: quando ele emprega Terceiro Mundo enquanto *noção*, a expressão assume um significado político-ideológico forjado no âmbito da Guerra Fria que separou os países de Primeiro Mundo e os países de Segundo Mundo. Entretanto, o geógrafo também utiliza a expressão enquanto *conceito*. Nessa *forma*, a conceituação de Terceiro Mundo é determinada em termos científicos, a partir de determinados critérios (renda nacional por habitante e ano, número de calorias consumido na alimentação média, percentagem de analfabetos, etc.). De qualquer modo, o geógrafo adota – ainda que critique – a noção de Terceiro Mundo:

³³⁹ “E se, em toda ideologia, a humanidade e suas relações aparecem de ponta-cabeça, como ocorre em uma câmara escura, tal fenômeno resulta de seu processo histórico de vida, da mesma maneira pela qual a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico” (MARX; ENGELS, 2007 [1846], p.51). Quando Marx e Engels escrevem *câmara escura* e *inversão* isso não significa que a ideologia seja uma consciência errada – ou uma mentira, mas sim uma falsa consciência. Portanto, ideologia neste relatório é sempre entendida como *conhecimento falsificado*.

A noção de Terceiro Mundo é, pois, particularmente satisfatória e rica de sentido, apesar de não levar em conta a “explosão demográfica”. Exprime de uma forma completa e bastante sugestiva várias noções diferentes combinadas entre si. Pode pois perfeitamente ser utilizada para designar o conjunto dos países subdesenvolvidos (LACOSTE, 1968 [1965], p.16).

Ademais, há de se notar que o geógrafo em tela busca entender os países subdesenvolvidos guiando-se não apenas por um critério, mas sim por uma combinação de caracteres. E aqui um procedimento do método geográfico aparece. A especificidade do mapa aplica-se tanto à análise quanto à representação do espaço geográfico e, no caso aqui específico, os países constitutivos do Terceiro Mundo. Ao mapear tais países, Yves Lacoste (1968 [1965], p.22) aponta que “*O Terceiro Mundo cobre pois a zona intertropical e ultrapassa largamente a zona temperada*”. Todavia, isso não significa que o geógrafo *naturalize* o Terceiro Mundo: ele mapeia tais países justamente para ofertar uma imagem esquemática (FIGURA 03). Reitere-se que o objetivo do geógrafo é justamente mostrar a combinação de fenômenos – físicos e sociais – atuando conjuntamente, o que é próprio do método geográfico e de um dos seus procedimentos: cartografar.

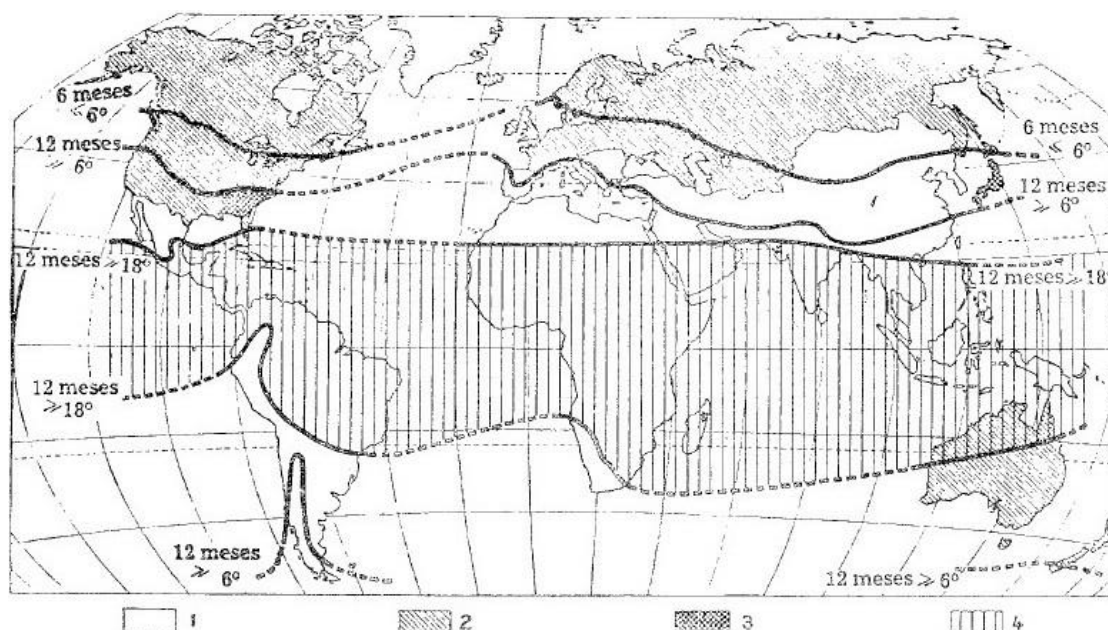


Figura 03: Mapa esquemático dos limites do Terceiro Mundo e das principais zonas térmicas do globo. Legenda: (1) País subdesenvolvido; (2) País desenvolvido; (3) Região ou país que apresenta importantes sequelas de situação próxima do subdesenvolvimento; (4) Região cuja temperatura média é superior a 18° durante 12 meses. Fonte: LACOSTE, 1968 [1965], p.21.

Como então ele identifica o conteúdo da forma subdesenvolvimento já que ele pretende fazer uma *Geografia* desse fenômeno? Ele procede ao que pode ser chamado de *generalizações progressivas das situações*: local, regional, nacional e planetária. Reaparece aqui a raiz do raciocínio geográfico de Lacoste: *articulação dos diferentes níveis de análise*. É por isso que *Géographie du sous-développement* se concentra na escala planetária e na *síntese* do problema subdesenvolvimento e suas respectivas interações. Depois dessa elucidação dos pressupostos metodológicos – próprios da geografia ativa – ele começa a analisar, tal qual havia feito em *Les pays sous-développés*, os caracteres gerais dos países subdesenvolvidos.

Subalimentação e Desperdício

No capítulo II da obra, o geógrafo começa a analisar os caracteres fundamentais do Terceiro Mundo. O primeiro deles é a **Insuficiência alimentar** (fome). Esse é o sintoma mais grave e amplo do subdesenvolvimento, o que mais choca a opinião [pública] dos países desenvolvidos, e cuja denúncia seria fundamental para que tomassem consciência dos problemas dos países subdesenvolvidos. Como vimos anteriormente, fome e subdesenvolvimento não são sinônimos. Ademais, mesmo antes da guerra, “a população do globo cresceu de 35% aproximadamente e a produção alimentar aumentou 52%” (LACOSTE, 1968 [1965], p.29). Logo, o problema não estaria no crescimento demográfico em relação à produção alimentar, mas sim no consumo insuficiente de calorias em determinadas regiões e países do globo (Índia, Libéria, etc.). Sem embargo, o agravamento de uma situação alimentar já catastrófica não deixa de ser um traço do subdesenvolvimento.

Arelado à insuficiência alimentar tem-se os **recursos negligenciados ou desperdiçados**. Os potenciais naturais são explorados de modo imperfeito e parcial; terras são monopolizadas por grandes proprietários: “1,5% dos proprietários fundiários possuem mais de 50% das terras agrícolas da América Latina” (LACOSTE, 1968 [1965], p.3); a produção industrial é restrita; o desemprego e o subemprego caminham lado a lado com o déficit de indústrias e de capitais. Logo, o desperdício de recursos se manifesta nestas três dimensões: (1) agricultura; (2) indústria; e (3) trabalho. Um país desenvolvido é aquele que consegue articular produção agrícola (para suprir as demandas alimentares da população), produção industrial (já que a ausência de capitais e de indústrias gera o subdesenvolvimento) e trabalho assalariado (formação de mercado interno, aumento da renda nacional). Por isso ele rejeita que o subdesenvolvimento seja um desequilíbrio entre os recursos naturais e o efetivo populacional. De tal modo, para rejeitar uma explicação malthusiana (população *versus* recursos naturais) ele

centra-se em um problema de distribuição (o “ganha-pão” de A. Sauvy). Por essa via, o subdesenvolvimento pode ser resolvido com uma melhor distribuição do “fator de produção” salário e uma ação coletiva através das finanças públicas, ou seja, o Estado deveria assumir maior responsabilidade no processo de formação de capital e da industrialização.

Handicaps Econômicos

As desvantagens econômicas são o resultado da combinação dos seguintes fatores: (1) *baixa produtividade agrícola*; (2) *industrialização restrita e incompleta*; (3) *Hipertrofia e parasitismo do setor terciário*; e (4) *dependência*. Começamos com o primeiro, **um grande número de agricultores com baixa produtividade**. As causas dessa baixa produtividade se estendem desde a insuficiência de meios técnicos até à falta de capitais necessários às inovações nas culturas, passando pela fraqueza física dos agricultores subalimentados e doentes. A esta baixa produtividade agrícola soma-se a divisão interna da agricultura dos países subdesenvolvidos: *tradicional*, voltada para o autoconsumo e secundariamente para a exportação; e *moderna/colonial*, essencialmente destinada à exportação. Como se depreende, Lacoste interpreta o campo dos países subdesenvolvidos de maneira *dual – à la Arthur Lewis*³⁴⁰ (1954; 1960 [1955]). O problema é que tal compreensão dual do processo socioeconômico parte do pressuposto que os dois polos da equação estão opostos e não numa *contradição dialética*.

O segundo handicap é a **industrialização restrita e incompleta**. Essa desvantagem é importante a tal ponto “que se tende a fazer do termo subdesenvolvido um sinônimo de não-industrialização e do termo desenvolvimento um equivalente de industrialização” (LACOSTE, 1968 [1965], p.43). A industrialização não é ausente, mas parcial e limitada. O geógrafo em tela anui com o entendimento de que desenvolvimento tende a significar industrialização e, portanto, precisa-se formar poupança (LEWIS, 1960 [1955]) e capital (NURKSE, 1957) para que o processo de industrialização continue em marcha. Lewis considerava inaceitável a pobreza “como desculpa da ausência de poupança nas nações que têm 40% ou mais de sua renda concentradas nas mãos dos privilegiados 10% de sua população, os quais vivem luxuosamente de seus rendimentos” (LEWIS, 1960 [1955], p.300). Por seu turno, a formação

³⁴⁰ O dualismo de Lewis pode ser ilustrado com uma metáfora espacial que ele mesmo lança mão: “Não temos uma ilha de emprego capitalista em expansão cercada de um vasto mar de trabalhadores de subsistência, e sim várias pequenas ilhas desse tipo” (LEWIS, 1954, p.420-421).

de capital é crucial para o desenvolvimento. Nurkse entende que nas áreas insuficientemente desenvolvidas deve-se destinar parte da atividade produtiva para construir bens de capital.

O terceiro handicap é a **Hipertrofia e parasitismo do setor terciário**. Trata-se da proporção ocupada pela população ativa total nas atividades de comércio e serviços. Exemplo: “14% na África, 17% na Ásia, 27% na América do Sul” (LACOSTE, 1968 [1965], p.51). Decorre da rápida urbanização, acompanhada do desemprego, que gera um crescimento lento da indústria em comparação ao terciário. Este desequilíbrio entre os setores da economia (primário/agricultura, secundário/indústria e terciário/comércio-serviços) compromete a industrialização dos países do Terceiro Mundo. Tal hipertrofia do terciário gera uma economia nacional voltada para o comércio externo, e não para a industrialização interna, ocasionando baixa formação de capital, estagnação e desarticulação econômica. Por isso o geógrafo defenderá, baseado em Walt Rostow (1974 [1961]), a imposição de tarifas aduaneiras para favorecer a industrialização:

Exceto a Inglaterra, por força de seu avanço sobre todos os outros países, pois foi durante longo tempo a única potência industrializada, todos os países hoje desenvolvidos fizeram a “decolagem” de sua indústria ao abrigo de possantes barreiras aduaneiras. A indústria nascente dos países subdesenvolvidos tem também necessidade de uma tal proteção, mas a realização de uma verdadeira política protecionista esbarra com grandes dificuldades, provocadas pela oposição dos comerciantes (LACOSTE, 1968 [1965], p.58).

A princípio – e creio que o capítulo dedicado à *grande espacialização* clarificou – a Inglaterra não se industrializou fora do protecionismo. Pelo contrário, destruiu a as manufaturas na Índia e proibia exportações coloniais concorrentes. Mesmo um britânico, economista, reconheceu que “só depois de tomar a frente aos demais países industriais foi que a Inglaterra passou a defender a liberdade de comércio” (LEWIS, 1960 [1955], p.448).

A “decolagem” que Lacoste menciona é uma das cinco etapas do desenvolvimento econômico segundo Walt Rostow, a saber: (1) *sociedade tradicional*; (2) *pré-condições para o arranco*; (3) *arranco*; (4) *marcha para a maturidade*; e (5) *era de consumo em massa*. O arranco ou “decolagem”, citado pelo geógrafo, diz respeito ao

intervalo em que as antigas obstruções e resistências ao desenvolvimento regular são afinal superadas. As forças que contribuem para o progresso econômico, e que já haviam dado lugar a surtos e ilhotas de atividade moderna, dilatam-se e conseguem dominar a sociedade. O desenvolvimento passa a ser sua situação normal (ROSTOW, 1974 [1961], p.20).

Ao tomar Rostow como referência, Lacoste acaba por incorporar suas etapas de desenvolvimento econômico, assim como termina por defender indiretamente – neste momento – a ampliação da classe empresarial (burguesa) e sua direção dos fluxos aumentados do investimento no setor privado, como ensinara Rostow.

O quarto handicap econômico é a **situação de subordinação econômica**. Tal situação também pode ser lida como uma “posição de dependência” (LACOSTE, 1968 [1965], p.59). Deriva da introdução *externa* da economia moderna nos países subdesenvolvidos. Não obstante, apesar da independência *política* que algumas ex-colônias conseguiram, subsiste a dependência *econômica* dos países desenvolvidos. Isto leva à tomada de decisões internas à Nação realizando-se no plano externo. Ademais, a economia moderna dos países subdesenvolvidos geralmente é monoprodutora – Brasil/café, Argélia/vinho, etc. – e, por conseguinte, acabam sendo majoritariamente países monoexportadores. Conseqüentemente, os países subdesenvolvidos, ao se especializarem em um determinado tipo de produto primário de exportação, terminam por aumentar sua *dependência* em relação aos países desenvolvidos/industrializados uma vez que os produtos primários tem um preço inferior às mercadorias industrializadas. Gerando, portanto, o problema da *deterioração dos termos de troca*. Este é um dos mecanismos da exploração internacional.

Estruturas Sociais Opressivas e Paralisantes

A primeira dessa estrutura opressiva e paralisante são as **violentas desigualdades sociais**. As “ilhas” de riqueza concentrada nas mãos de uma pequena minoria, de um lado, e o “mar” de pobreza da maioria da população, do outro. Para o geógrafo há uma tripla origem das violentas desigualdades sociais: (1) o domínio dos monopólios na economia moderna; (2) oligarquia de proprietários fundiários e grandes comerciantes; e (3) existência de minorias privilegiadas. Relembremos que a existência dos latifúndios, além de privar camponeses do acesso à terra, contribui para a baixa produtividade agrícola nacional. Latifundiários e grandes comerciantes provocam uma concentração de poder social e político que impede um maior desenvolvimento (industrial) da nação. Não à toa muitos países do Terceiro Mundo – a exemplo do Brasil – conheceram graves insurreições camponesas e urbanas. Conseqüentemente, o Estado dirige mais gastos para o aparato militar em detrimento de setores como indústria, saúde e educação. Esses três fatores originam, na visão de Lacoste (1968 [1965], p.77), a “fraqueza, senão ausência, das classes médias” – o que pode ser lido como fraqueza, senão ausência, de

burguesias. E nesse sentido será o Estado que vai capitanear a industrialização nos países subdesenvolvidos.

As **estruturas tradicionais deslocadas** também colaboram para opressão e paralisia social. Aqui o geógrafo em tela avalia que o deslocamento das estruturas tradicionais decorre justamente do colonialismo, “forma de expansão principal do capitalismo industrial” (LACOSTE, 1968 [1965], p.80). Nesse sentido, a opressão civilizacional, a espoliação das terras, rematam às condições necessárias para a transição rumo a uma sociedade/economia moderna. Mas o que são “estruturas tradicionais”?

Antes da expansão europeia, os países hoje subdesenvolvidos se caracterizavam, apesar de sua grande diversidade, por dois traços comuns bastante importantes: de uma parte, a maioria da população vivia praticamente numa economia fechada, as trocas só se realizando numa quantidade relativamente mínima. De outra parte, a maioria da população vivia no quadro de comunidades aldeãs ou tribais, subordinadas mais ou menos a poderes de tipo semifeudal (LACOSTE, 1968 [1965], p.81).

Logo, por *estruturas tradicionais* deve-se entender as estruturas sociais não-capitalistas, feudais, em sua visão. Assim sendo, o *deslocamento das estruturas tradicionais* diz respeito ao processo de penetração das relações capitalistas nos países do Terceiro Mundo. Lacoste, nesse tópico, redivive o conceito de *gênero de vida*, um dos pilares da geografia de Paul Vidal de La Blache:

Primeiramente houve o deslocamento dos *gêneros de vida*. Até então, para cada uma das células humanas, que viviam em economia fechada, todas as atividades, tanto as de produção como as de consumo, eram organizadas, polarizadas e continuadas pela operação produtiva que, estreitamente adaptada às condições do meio geográfico, assegurava a totalidade das necessidades do grupo. Esta unidade coerente cuja especificidade resulta da combinação dos caracteres do meio natural e do grupo humano se caracterizava por um conjunto de equilíbrio complexos (LACOSTE, 1968 [1965], p.82).

“Um gênero de vida constituído”, ensina Paul Vidal de la Blache (1911), “implica em uma ação metódica e contínua, que age fortemente sobre a natureza ou, para falar como geógrafo, sobre a fisionomia das áreas”. Vidal, portanto, via conceito de *gênero de vida*, busca iluminar essa relação entre a população – de um determinado meio – e os recursos naturais em situação de equilíbrio. É nessa perspectiva que Yves Lacoste realenta o *gênero de vida*: o equilíbrio entre população e recursos produzido historicamente pelas comunidades aldeãs, tribais, feudais, é rompido – *deslocado* – pela penetração das relações capitalistas nos países do Terceiro Mundo. O artesanato local é arruinado, as culturas de consumo reduzem-se, desaparecem as solidariedades “mecânicas” e são suprimidas as formas coletivas de produção.

O resultado final é a *proletarização* – ainda que ela não se efetive completamente. Tal proletarização do camponês e do artesão é um dos caracteres dessa nova sociedade.

A segunda característica das estruturas sociais opressivas e paralisantes são o **subemprego crônico e trabalho das crianças**. A deterioração das forças produtivas da agricultura camponesa e a incapacidade do setor moderno da economia em absorver o crescente excedente demográfico explicam o aparecimento do subemprego. É uma consequência lógica da difusão recente da economia capitalista em países caracterizados anteriormente por estruturas pré-industriais, no dizer de Lacoste. O subemprego é agravado (1) pela importação de objetos manufaturados – já que os países do Terceiro Mundo tem uma industrialização parcial e restrita – que desemprega os artesãos; (2) pelo latifúndio – que diminui a área de cultivo dos camponeses; e (3) pela mecanização das áreas agrícolas – que priva os assalariados rurais do seu ganha-pão. O trabalho das crianças aparece – na visão de Lacoste – como consequência da monetização da economia, da necessidade de auferir dinheiro. As crianças são pagas de maneira irrisórias para realizar um trabalho que, em situações normais, seria de um adulto. E o geógrafo, corretamente, aponta que isso não é uma particularidade de uma mentalidade não-ocidental dos países subdesenvolvidos: a Europa Ocidental, quando da Revolução Industrial, conheceu tal situação.

A terceira característica das estruturas sociais opressivas e paralisantes são as **graves deficiências da população: analfabetismo e doenças de massa**. Caracteriza-se pelo baixo nível de instrução das pessoas e por condições sanitárias defeituosas. O analfabetismo resulta, por um lado, da insuficiência do equipamento escolar, e do número diminuto de mestres, por outro.

Somado ao analfabetismo, outra insuficiência das populações do Terceiro Mundo diz respeito ao seu deficiente estado de saúde. O geógrafo reconhece que progressos foram realizados na Medicina dos países subdesenvolvidos, especialmente com emprego de terapêuticas essencialmente coletivas: “A grande indústria química dos países desenvolvidos produz hoje, com efeito, medicamentos, vacinas, inseticidas a preços muito módicos, que tornam possível seu emprego em grande escala” (LACOSTE, 1968 [1965], p.102). Todavia, isto resolve apenas parcialmente: é necessário solucionar o problema da desnutrição e das más condições de existência (alojamentos insalubres, falta de água potável, ausência de esgotamento sanitário) que contribuem para a proliferação de doenças de massa agravadas pelo número pequeno de médicos e hospitais por habitantes.

A quarta característica das estruturas sociais opressivas e paralisantes é **a insuficiente integração nacional**. A princípio, poderíamos pensar que Lacoste abordará a insuficiente

integração nacional do ponto de vista territorial. Contudo, ele situa do ponto de vista econômico – o “velho” dualismo estrutural lewisiano, mas também de François Perroux (1960 [1958]). Na economia *urbana* de Lacoste há uma *dualidade interna*: um setor moderno – indústria – e um arcaico – artesanato:

- 1) Um setor capitalista, constituído por uma pequena minoria de privilegiados, de classes médias mais ou menos reduzidas e de um proletariado operário relativamente pouco numeroso.
- 2) Um setor subproletário de estrutura complexa, que sofre a influência do primeiro sem poder nele se integrar e que comporta numerosos vestígios das estruturas tradicionais deslocadas (LACOSTE, 1968 [1965], p.106).

Acompanhando o economista François Perroux, Lacoste pondera que esta desarticulação – que para Milton Santos não existe – é um vício da economia subdesenvolvida. Curiosamente, depois de endossar o dualismo intra-urbano, o geógrafo em tela critica a noção de desarticulação dos dois setores por não levar “completamente em conta a realidade; é necessário levar em conta a exploração que permite ao setor rico se enriquecer às custas do setor pobre” (LACOSTE, 1968 [1965], p.107). Para ele, estes setores não estão *realmente* desarticulados, uma vez que a minoria privilegiada autóctone e colonizadora “se enriquece através das retiradas realizadas sobre a massa da população, que são na sua maior parte exportadas” (LACOSTE, 1968 [1965], p.107).

Disparidade entre o Crescimento Demográfico e o Crescimento Econômico

Finalmente, Yves Lacoste se dedica ao exame da disparidade entre o crescimento demográfico e o crescimento econômico. O primeiro caractere é **a amplidão do crescimento demográfico**, sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial. Para o geógrafo, a amplidão do crescimento demográfico decorre da queda da mortalidade (resultado do aumento da eficácia médica) combinada com a persistência de elevadas taxas de natalidade (precocidade do casamento, trabalho infantil). Por isso, considera o Terceiro Mundo como “um conjunto de países cuja amplidão do crescimento demográfico é iminente ou já efetiva há um tempo mais ou menos longo” (LACOSTE, 1968 [1965], p.114).

O segundo caractere diz respeito ao **lento crescimento dos recursos de que a população efetivamente dispõe**. Isso quer dizer que, na avaliação de Lacoste, o conjunto da produção não acompanhou o crescimento populacional. Na verdade, alguns exemplos dados pelo geógrafo mostram mesmo não um *lento crescimento*, mas sim uma *forte redução dos recursos*. Na Argélia, por exemplo, a quantidade de cereais disponível *per capita* caiu de 5

quilos em 1872 para 1,3 quilos no período 1945-1954 (pré-guerra); o rebanho de carneiros de 11 milhões de cabeças em 1889 para 4,3 milhões no período 1946-1953. Os recursos que aumentaram eram justamente aqueles voltados para a exportação. Mas aí esbarrava-se no problema da concentração: 25.000 exploradores produziam 95% das frutas cítricas, 90% do vinho, 75% dos frutos. (LACOSTE, 1968 [1965]). Finalmente, nota-se que “crescimento econômico” aparece mais determinado: o foco está nos recursos necessários para a população satisfazer suas necessidades.

Tomada de consciência e suas consequências

O cenário captado por Lacoste é bastante pessimista – para dizer o mínimo. O crescimento populacional dos países subdesenvolvidos seria superior, qualquer que fosse a renda nacional, aos necessários investimentos demográficos para manter o nível de vida das populações. A renda nacional tenderia a estagnar (no melhor dos casos) ou diminuir. E mais: ainda que ocorresse crescimento econômico, o agravamento da desigualdade – ineliminável na sociedade burguesa – provocaria a redução dos recursos que as populações efetivamente dispõem.

Percebe-se o geógrafo bastante preocupado com o critério renda. Ele tende a conceber o desenvolvimento enquanto um processo de crescimento da renda nacional e da renda *per capita*. Essa é a razão dele se preocupar com o aumento populacional mais rapidamente que os recursos reais que essa mesma população dispõe. Essa distorção, esse desajuste, é o fato primordial.

No intervalo de tempo entre a publicação de *Les pays sous-développés* e *Geographie du sous-développement* as populações do Terceiro Mundo tomaram consciência do seu estado. A marcha da descolonização no Terceiro Mundo avançava. Na África, em 1960, Somália; Gana; Benim; Burkina Faso; Costa do Marfim e República Centro-Africana se tornam independentes. É o mesmo caso do Congo, onde Patrice Lumumba é assassinado. Serra Leoa, em 1961, consegue a independência do Reino Unido. Entre 1961 e 1964 é a vez de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique iniciarem as guerras por sua independência³⁴¹. Estão *atrasados dentro do atraso colonial*: é um duplo atraso. Em 1962 são estados independentes: Argélia, Burundi e Ruanda; Malawi em 1964 e Gâmbia em 1965.

³⁴¹ Uma introdução ao estudo dos processos de independência em Angola e Moçambique pode ser encontrado em Visentini (2012).

Na Ásia, um golpe militar apoiado pelos EUA toma o poder na Indonésia (1965). O golpe anticomunista resulta em 1,5 milhão de mortos. Por sua vez, na América Latina – o primeiro conjunto terceiro-mundista a se tornar independente – restam alguns retardatários: Jamaica e Trinidad e Tobago tornam-se independente apenas em 1962. As intervenções e os golpes de estado marcam também a primeira metade da década de 1960. No Brasil, um golpe militar, no dia da mentira (01/04), instaura uma ditadura em 1964. Os Estados Unidos apoiam o golpe em terras tupiniquins e invadem a República Dominicana (1965).

O barril de pólvora no continente americano tem como raiz fundante a Revolução Cubana – país onde “os interesses empresariais norte-americanos controlavam mais de 80% dos recursos cubanos” (STONE; KUZNICK, 2015, p.196). Os Estados Unidos cortam relações diplomáticas e invadem sem sucesso a Baía dos Porcos em 1961. A expedição de 1500 homens, partindo da Guatemala – Província de Las Villas – foi rapidamente vencida pelas forças revolucionárias cubanas (AYERBE, 2004). Tem início o embargo total contra a ilha em 1962. No mesmo ano, a crise dos mísseis assinala o auge da Guerra Fria: os EUA tinham mísseis instalados na Itália e na Turquia com vistas ao holocausto nuclear contra a URSS; por seu turno, a URSS, junto com Cuba, começou a instalar na referida ilha, “a 90 milhas de Miami, bases para lançamento de mísseis de médio e intermédio alcance, com ogivas nucleares, capazes de atingir as principais cidades norte-americanas, até a fronteira do Canadá” (MONIZ BANDEIRA, 2005, p.230)”.

Em 1964, os EUA entram na Guerra do Vietnã – na qual serão derrotados finalmente dez anos depois. Uma guerra “impossível de ser vencida”, um “fracasso moral” do sistema político estadunidense: essas foram as conclusões de um “segmento significativo do establishment” dos EUA (KISSINGER, 2012, p.142). Sem dúvida era uma guerra impossível de ser vencida e um fracasso moral. Mas antes de tudo refletia a *heroica* luta do glorioso povo vietnamita, guiados e *guiando* o colossal líder revolucionário Ho Chi Minh, assim como o gênio militar Vo Nguyen Giap, sem esquecer do decisivo apoio da URSS, China e Coréia Popular. Os “paladinos da liberdade” – na bela expressão de Morgenthau (2002 [1948], p.646) – haviam se tornado defensores e restauradores da *ordem colonial*, herdando da França – quem poderia imaginar? – essa missão “civilizatória” de ensinar a liberdade agora envernizada com *stars and stripes*. Entre colonialismo e comunismo, os EUA jamais titubearam de que lado estavam.

Finalmente, no continente europeu, a cisão ideológica do mundo se expressa na construção do famoso Muro de Berlim (1961). Nesse mesmo ano, o cosmonauta soviético Iuri Alexeievitch Gagarin (1934-1968) torna-se o primeiro ser humano a viajar ao espaço, ao mesmo tempo em que a URSS conquista a bomba atômica, nomeada *Tsar*.

Lacoste confere à algumas dessas determinações a raiz fundante da tomada de consciência dos povos do terceiro mundo e suas consequências. Em sua visão, a tomada de consciência é resultado de três traços:

[...] do fenômeno relacional cuja amplitude já foi verificada em várias ocasiões. Ela resulta de um contato cada vez maior e mais estreito entre os países desenvolvidos e o resto do mundo, e pelo caráter cada vez mais espetacular das manifestações do nível de vida dos países ricos.

[...] de uma difusão do pensamento: se a massa de iletrados continua enorme, o número dos que vão à escola cresce contudo rapidamente.

[...] se deve também a causas mais profundas, à evolução interna dos países subdesenvolvidos (LACOSTE, 1968 [1965], p.141).

No primeiro caso, o geógrafo está ancorado na noção de *efeito demonstração*. Esse conceito alude ao fato de uma maior propensão ao consumo e não à poupança necessária à efetivação do desenvolvimento econômico. Como escreveu Nurkse (2010 [1958], p.285): “Quando os indivíduos entram em contato com bens ou padrões de gastos superiores, podem sentir certa tensão e inquietação – e sua propensão ao consumo aumenta”. A acumulação de riqueza num polo da sociedade – que o geógrafo em tela chama de minoria privilegiada – provoca no outro polo social “um conjunto confuso de necessidades novas, onde as aspirações mais legítimas [...] combinam-se com apetites urgentes ou se alienam em desejos nocivos” (LACOSTE, 1968 [1965], p.140).

No segundo caso, trata-se da difusão das ideias no seio das populações analfabetas. Antes veiculadas pelos escritos, propagam-se com rapidez através dos meios audiovisuais, a exemplo do cinema e do rádio. Difusão sim, porque, como mostrou Hobsbawm (1995 [1994]), o cinema foi quase desde o início um veículo de massa internacional, ao passo que o rádio – outrora monopólio dos países desenvolvidos – paulatinamente transformou-se numa ferramenta poderosa de informação de massa, inclusive estruturando a vida privada com um rigoroso horário de programação.

No terceiro caso, a desestruturação dos “gêneros de vida” acarretava também a desestruturação das formas de pensamento correlatas. “Tudo que é sólido desmancha no ar”, já haviam escrito Engels e Marx em 1848. A monetarização das relações sociais destrói relações comunitárias de antanho. A evolução do capitalismo gesta “classes médias” no Terceiro Mundo desejosas de mudança e desenvolvimento: é o “grande despertar” de Gunnar Myrdal:

A ajuda e a assistência técnica outorgadas, até agora, em doses homeopáticas, e sem um influxo apreciável de capital, enquanto difundem o conhecimento do nosso modo de viver e nossos hábitos de consumo e contribuem, generalizadamente, para acelerar

o ‘grande despertar’, provocarão esperanças e ambições que, fatalmente, se frustrarão (MYRDAL, 1967 [1966], p.238)

[...] o Grande Despertar nada mais é do que a propagação vitoriosa, nos países subdesenvolvidos, do ideal de igualdade de oportunidades, herdado das nações mais ricas (MYRDAL, 1972, p.187)

Assim, a tomada de consciência pode ser um fator essencial do esforço de desenvolvimento desde que uma elite em contato com as massas organize e oriente as aspirações. Lacoste escreve que em China e Cuba foi possível suprimir os poderes exorbitantes da minoria privilegiada. Mas o que não está dito é que esses países conseguiram operar desenvolvimentos nacionais relativamente independentes por causa da *revolução comunista*. Além disso, a Conferência de Bandung representa um ponto de viragem na história dos países do Terceiro Mundo – como vimos no capítulo da *grande espacialização*. A tônica do desenvolvimento dos países recentemente libertos encontrará no Estado o agente de sua evolução, na maioria das vezes em uma orientação capitalista. Os militares, a exemplo do Brasil, serão uma das forças de conservação social ou, se quisermos usar a linguagem lacosteana, um “freio” ao desenvolvimento num sentido muito preciso: impedindo a transformação profunda das estruturas sociopolíticas.

A segunda parte da obra intitula-se: *Subdesenvolvimento, fenômeno do século XX*. Compõe-se de dois capítulos: (1) *A procura de uma definição objetiva e universal*; e (2) *Em busca das causas profundas*. Conta ainda com uma sessão chamada *perspectivas*. Examinemos.

A procura de uma definição objetiva e universal

Vimos na parte anterior uma enumeração de caracteres de natureza variada cuja combinação resulta na *situação de subdesenvolvimento*. Essa combinação que origina o subdesenvolvimento apresenta uma dinâmica evolutiva. Alguns daqueles caracteres podem ter uma origem mais remota (a fome), outros serem mais recentes (o crescimento demográfico). Há ainda o progressivo desaparecimento do colonialismo (que não significou o fim do *imperialismo* – relembremos). Por isso a importância dos quatorze caracteres aludidos em relação aos países do Terceiro Mundo. Estes são resultado de uma abstração e nada impede que sejam encontrados outros caracteres, geradores de outras combinações. Também não impede que um ou mais caracteres sejam mais acentuados que outros. *Verbi gratia*: o Brasil apresentava maior integração nacional à época (1965) que a China – e ambos faziam parte do Terceiro Mundo. Igualmente, os “mesmos” caracteres do Terceiro Mundo apresentam dimensões diferentes no Primeiro Mundo: a fome pode assolar ao Terceiro Mundo, ao mesmo tempo em

que o Primeiro Mundo atingiu um nível alimentar satisfatório e com tendências para a abundância; no Terceiro Mundo, existe o problema dos recursos desperdiçados – que atingem principalmente os meios de produção – ao passo que o Primeiro Mundo pode satisfazer suas necessidades de matérias-primas via importação; no Primeiro Mundo as necessidades, a baixa produtividade agrícola, caminham junto à rápida redução da força de trabalho empregada na agricultura e os progressos da produtividade nesse setor; no Terceiro Mundo a industrialização é restrita, incompleta e homogênea. No Primeiro Mundo ela é acumulativa, expansiva e integradora; no Terceiro Mundo, o setor terciário é hipertrofiado e parasitário, ao passo que no Primeiro Mundo é elemento de elevação da qualidade de vida e da produtividade; isso sem falar das condições sanitárias-educacionais e da *dependência* – esta que se traduz em *autonomia* no Primeiro Mundo e *heteronomia* no Terceiro Mundo; no Primeiro Mundo, as “estruturas tradicionais” já foram incorporadas às estruturas modernas (capitalistas), ao contrário do Terceiro Mundo; os países do Primeiro Mundo observavam – na época – baixas taxas de desemprego, em contrapartida à caracterização crônica desse elemento nos países do Terceiro Mundo; e a oposição essencial: enquanto no Primeiro Mundo o crescimento demográfico e econômico acompanham-se, no Terceiro Mundo há uma disparidade entre ambos – com ônus para a economia. Tudo isso espelhando condições políticas completamente diferentes (LACOSTE, 1968 [1965], p.157-159).

Uma ressalva é importante de ser feita para sermos justos com esse *grande* geógrafo. Lacoste explica que as violentas e graves desigualdades socioeconômicas e os poderes desmedidos das minorias privilegiadas nos países subdesenvolvidos *não* são mais encontrados nos países desenvolvidos, já que nessa porção do globo desenrola-se um processo de democratização político-econômica contínuo. No entanto, o geógrafo *não* se interroga se essa democratização *interna* no Primeiro Mundo caminhou *pari passu* com uma política *externa* permeada de guerras no Terceiro Mundo. Respondemos com fatos: o democrático EUA guerreou sem piedade com o México e a Espanha; os não menos democráticos França e Reino Unido não pensaram duas vezes em tentar destruir – quem imaginaria? – a nascente Rússia Soviética; para não falar das inúmeras intervenções estadunidenses na América Latina e o próprio tratamento dispensado aos índios e aos negros na “pátria da liberdade”.

Retomemos. Os mesmos caracteres, quando combinados, dão origem a diversos tipos de situações de desenvolvimento e subdesenvolvimento. Uma tipologia possível, então, é aquela que distingue países desenvolvidos capitalistas, países desenvolvidos socialistas, países subdesenvolvidos capitalistas e países subdesenvolvidos socialistas. Dado o nível de abstração

empregado, o geógrafo não exemplifica. Realizada essas observações, ele elenca seis *diversas definições de subdesenvolvimento*. Na primeira, ressalta Lacoste (1968 [1965], p.162):

1) Para muitos autores, o subdesenvolvimento pode ser apreciado como base de referência a evolução histórica das grandes potências industriais. O subdesenvolvimento é um *atraso*, a sobrevivência na época atual de condições econômicas e sociais muito antigas, que os atuais países desenvolvidos conheceram outrora: os países subdesenvolvidos são então “países atrasados”, “países não evoluídos” (J. Marshall). W. Rostow identifica seus caracteres aos que apresentava antigamente a “Sociedade tradicional”. Para numerosos autores, subdesenvolvimento é sinônimo de “situação pré-industrial”, o que seria um fenômeno extremamente antigo: “O subdesenvolvimento existe há milênios” (A. Piatier). “O subdesenvolvimento é tão antigo como a humanidade” (Lebret).

Nessa primeira definição, subdesenvolvimento enquanto *atraso*, Lacoste se contrapõe advogando a eminência do subdesenvolvimento como um fenômeno moderno, do século XX, portanto impassível de ser transplantado para “milênios” ou de ser “tão antigo como a humanidade”. Isso torna impossível assimilar a situação de subdesenvolvimento a um passado pré-industrial dos países desenvolvidos. Contudo, o forte crescimento demográfico é apresentado como um fator fundamental na combinação que gera a situação de subdesenvolvimento.

Na segunda definição:

2) Muitos autores fornecem uma definição estrutural do subdesenvolvimento: são em geral sociólogos. É a justo título que sublinham como G. Balandier, o caráter relacional do subdesenvolvimento, que corresponderia essencialmente a uma *sociedade dualista*: uma sociedade dotada de um forte avanço tecnológico, organizada numa escala global, entra em contato com uma sociedade dotada de frágeis meios materiais e organizada numa escala restrita (LACOSTE, 1968 [1965], p.163).

Ele concorda que o contato entre sistemas sociais diferentes origina o problema do subdesenvolvimento. Mas alerta que nem todo contato histórico-geográfico resulta nisso. O dualismo, por seu turno, não fornece uma base sólida para uma definição de subdesenvolvimento, posto que o moderno e o tradicional são faces de um mesmo processo. Contudo, o leitor se recordará que seja na economia urbana (setor capitalista e setor subproletário), seja na economia rural (agricultura tradicional de autoconsumo e agricultura moderna exportadora), Lacoste aceita um dualismo *interno* caracterizado em ambos pela clivagem moderno-tradicional. Também aponta que nessa segunda definição perde-se de vista o crescimento demográfico, fato primordial.

Terceira definição:

3) Para numerosos autores, a expressão subdesenvolvimento não passa de uma maneira de designar o fenômeno da exploração colonial. Para Toynbee e P. Moussa, os países subdesenvolvidos são “Nações Proletárias”. [...] Para Ch. Bettelheim, “o termo países subdesenvolvido é um termo novo, que designa uma realidade relativamente antiga” (LACOSTE, 1968 [1965], p.164).

Rejeita, portanto, a identificação subdesenvolvimento-colonização. A centralidade repousa na exploração e dominação de que os países do Terceiro Mundo são vítimas. Essa dominação e exploração colonial deformam a economia dos países do Terceiro Mundo: as torna extravertidas – cujo reflexo político é a *heteronomia decisória*. Isso é típico do *colonialismo*. Este pode ser uma das raízes do subdesenvolvimento, todavia é o crescimento demográfico acelerado que acentua esse fenômeno *típico* do século XX. A maioria dos países, em sua avaliação, libertaram-se da dependência, mas ainda enfrentam problemas do subdesenvolvimento. E não poupa crítica à Toynbee e Moussa (1966 [1959]) e sua noção de nações proletárias: tintura pseudomarxista que atribui à *países* relações de produção que são *sociais*. É uma falsificação do marxismo pois desconsidera a cisão em *classes* inerente ao todo social. É uma bela observação de Lacoste que casa com perfeição ao papel que ele atribui às minorias privilegiadas: são exploradores poderosos no seio dos países subdesenvolvidos.

Quarta definição:

4) Para V. Dominique “o subdesenvolvimento é contemporâneo do capitalismo. “Um país subdesenvolvido se caracteriza por um atraso das forças produtivas e humanas causado pelas relações de produção atrasadas em relação às que existem nos países avançados” (LACOSTE, 1968 [1965], p.165).

Ele discorda de que o subdesenvolvimento seja contemporâneo do capitalismo. A seu ver, este é anterior aquele. Também aponta que a noção de atraso das relações de produção não é satisfatória. Atraso é sempre atraso em relação a algo ou alguém. Os próprios países subdesenvolvidos contavam com grandes trustes que não são, sob hipótese alguma, uma relação social atrasada.

Façamos uma ressalva à relação relativamente “assincrônica” entre capitalismo e subdesenvolvimento. Por que Lacoste a opera? Em primeiro lugar porque ele considera o subdesenvolvimento um fenômeno típico do século XX, portanto incompatível com um sistema cujas origens remontam – no mínimo – ao século XV; em segundo lugar, o afastamento da teorização marxiana do capitalismo, especialmente a *lei geral da acumulação capitalista*, e das teorias marxistas do imperialismo – seja de Rosa Luxemburgo, Karl Kautsky, Rudolph Hilferding e Vladimir Lênin; em terceiro lugar, podemos concluir que a filiação do geógrafo – em maior ou menor medida – às teses dualistas, impediram-no de conceber, na *totalidade*, de

que forma desenvolvimento e subdesenvolvimento decorrem do *mesmo* processo histórico-geográfico de constituição do capitalismo. Afinal, é justamente a estruturação de economias extravertidas – ainda no período colonial – uma das raízes do simultâneo desenvolvimento num polo e subdesenvolvimento noutra (como ensinou Karl Marx). Para não parecer injusto com esse notável geógrafo podemos dizer que uma das obras elucidativas dessa questão veio à luz um ano depois da publicação de *Géographie du Sous-développement*: trata-se do artigo de André Gunder Frank (1929-2005), *O desenvolvimento do subdesenvolvimento* (1966).

Quinta definição:

5) A expressão subdesenvolvimento é muitas vezes usada para designar a inferioridade de um país em relação a outros Estados. “Um país subdesenvolvido é um país que, em média, oferece a seus habitantes bens de consumo e um conforto material sensivelmente inferior àqueles fornecidos nos países desenvolvidos” (Buchanan e Ellis)³⁴². “O subdesenvolvimento se liga simplesmente a um baixo nível de realização econômica e técnica” (Bauer e Yamey)³⁴³. P. Moussa assinala, como um dos sentidos da palavra subdesenvolvimento, termo comparativo, a inferioridade em relação a outros países: “uma nação subdesenvolvida não pode se definir senão em relação a uma nação desenvolvida”³⁴⁴ (LACOSTE, 1968 [1965], p.166).

O critério da renda nacional apresenta um problema. Existem países desenvolvidos com renda inferior à de países subdesenvolvidos. Ele não exemplifica, mas poderíamos ilustrar com o caso da Venezuela e a Itália. A diferença entre subdesenvolvimento e desenvolvimento deve, pois, trazer à luz a dimensão qualitativa – especialmente as relações travadas entre esses dois conjuntos de países. Além disso, o critério *renda* remete ao crescimento econômico e não necessariamente ao *desenvolvimento*³⁴⁵.

Finalmente, a sexta definição:

6) Para um grande número de autores, são subdesenvolvidos os países que “não utilizam seus recursos naturais segundo os métodos mais econômicos da tecnologia contemporânea”³⁴⁶. “Um país se encontra em situação de subdesenvolvimento desde que os recursos naturais e humanos suscetíveis de serem valorizados não são suficientemente explorados” (Leduc). “Consideramos como insuficientemente desenvolvidos todos os países que, num momento dado, não utilizam plenamente os recursos em homens e em capital existentes sobre seu território” (A. Philip)³⁴⁷. O

³⁴² BUCHANAN e ELLIS, *Approach to Economic Development*, Nova Iorque, 1953, pág. 494

³⁴³ BAUER e YAMEY, *The Economics of Under Developed Countries*, 1957, pág. 271

³⁴⁴ P. MOUSSA, *Les nations prolétaires*.

³⁴⁵ Como explicou Celso Furtado (1986, p.79): “Podemos, portanto, admitir que o crescimento é o aumento da produção, ou seja do fluxo de renda, ao nível de um subconjunto econômico especializado, e que o desenvolvimento é o mesmo fenômeno quando observado do ponto de vista de suas repercussões no conjunto econômico de estrutura complexa que inclui o referido setor especializado”.

³⁴⁶ FURTH. *Notes sur quelques problèmes du développement économique*, Cahiers I.S.E.A., série F., junho de 1956.

³⁴⁷ A. PHILIP, *Histoire des faits économiques et sociaux*, Aubier, 1963, pág. 235.

subdesenvolvimento seria assim a inferioridade em relação ao possível (LACOSTE, 1968 [1965], p167-168).

Tal definição é qualificada como absurda. O motivo é simples: se todo país que não utilizasse a totalidade dos recursos fosse subdesenvolvido implica que literalmente todos os países seriam membros do Terceiro Mundo. E de fato, o entendimento do subdesenvolvimento como inferioridade em relação ao possível é perigoso porque repõe a questão em termos estritamente temporais, linear.

É somente depois de ter feito esse “dever de casa” – sustentado num balanço da literatura disponível, especialmente francófona³⁴⁸ – que Yves Lacoste vai encontrar sua definição objetiva e universal: *subdesenvolvimento é um desequilíbrio interno*. As definições elencadas apreendem os países subdesenvolvidos do exterior, não levando em conta as realidades internas – e quando são levadas é sempre em relação a realidades estranhas:

[...] assim, os países subdesenvolvidos estão atrasados em relação à evolução dos países desenvolvidos; quantitativamente, são *inferiores* ao que não é o Terceiro Mundo; suas relações de produção estão *atrasadas* em relação às dos países desenvolvidos; são dominados e explorados pelo *estrangeiro*; seu dualismo econômico ou sociológico é introduzido do *exterior* (LACOSTE, 1968 [1965], p.169).

Colocando a questão do ponto de vista do desequilíbrio interno, procura fugir de uma análise estritamente temporal (um atraso, uma distância) e perscruta a particularidade dos países subdesenvolvidos e sua relação com o plano internacional (dialética particular-universal). Os países subdesenvolvidos padecem de dificuldades internas cujas causas internas são preponderantes.

Isso não significa que causas externas sejam irrelevantes. Extraversão econômica, hipertrofia do terciário, dependência político-econômica, desigualdades sociais, deslocamento das estruturas tradicionais, tomada de consciência e o crescimento demográfico são fortes influências na medida em que exercem ação sobre as características internas dos países subdesenvolvidos: insuficiência alimentar, recursos negligenciados ou desperdiçados, grande número de agricultores de baixa produtividade, industrialização restrita e incompleta, subemprego e trabalho infantil, baixa integração nacional, graves deficiências populacionais e o lento crescimento dos recursos.

Subdesenvolvimento é *relacional*, mas não é um valor relativo, arbitrário. É uma situação concreta, um fato interno, cuja diferenças geográficas manifestam-se na relação com a

³⁴⁸ A exemplo de Louis-Joseph Lebret, François Perroux e Alfred Sauvy.

mundialização da economia capitalista. Sem embargo, podemos dizer que o divisor de águas entre a *situação colonial* e a *situação de subdesenvolvimento* é o crescimento demográfico.

Fundamentalmente, o estado de subdesenvolvimento de um país pode se definir como uma situação caracterizada por uma distorção durável (ou uma tendência à distorção) entre um crescimento demográfico relativamente intenso e um aumento relativamente fraco dos recursos de que dispõe efetivamente a população (LACOSTE, 1968 [1965], p.174).

Assim, assentado nessa definição, Lacoste enxerga a possibilidade de verificar a situação de subdesenvolvimento enquanto um fato – um desequilíbrio – interno, sem comparar com outros países. Isso seria possível pelo equacionamento dos problemas nos termos da relação homens e recursos. Logo, se em um país o crescimento dos recursos não acompanha o crescimento demográfico, tem-se a situação de subdesenvolvimento (FIGURA 04).

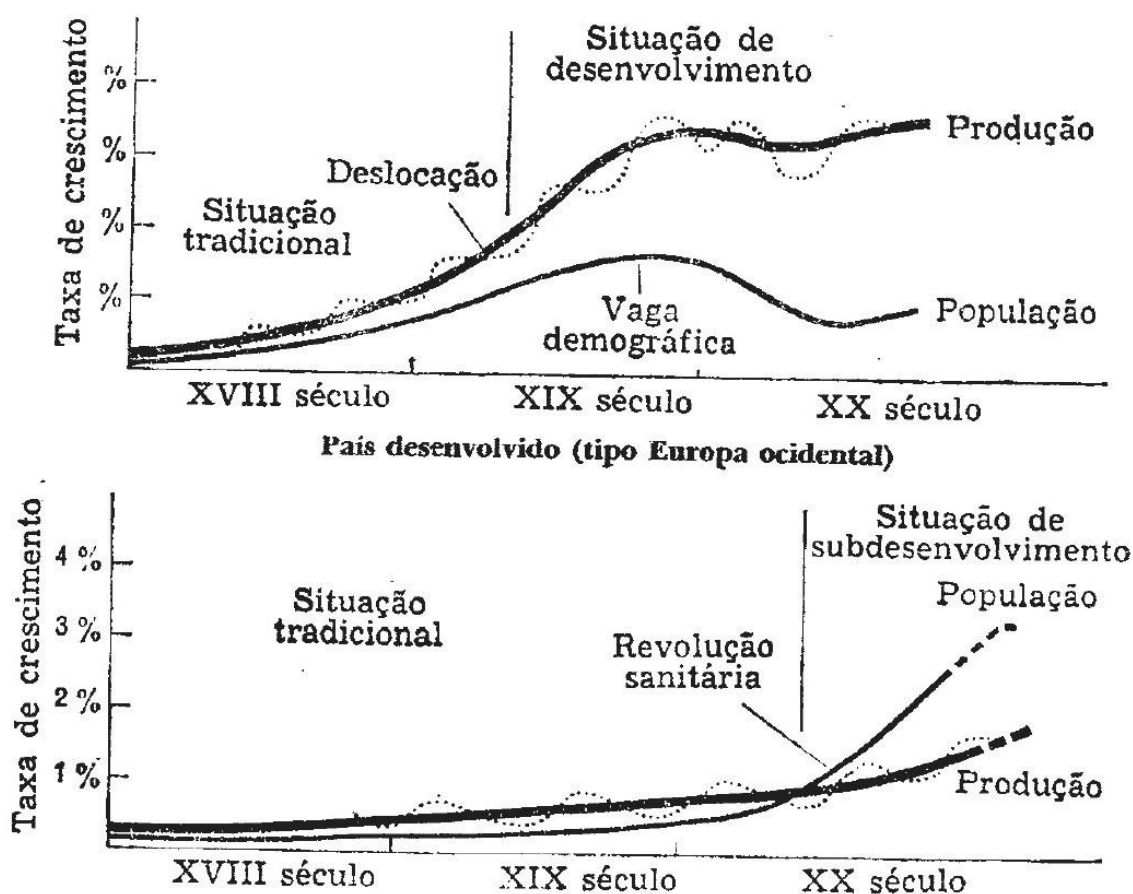


Figura 04: Esboço esquemático do crescimento da população e das produções. Fonte: LACOSTE, 1968 [1965], p.176.

Ora, mas o que está em jogo nesta análise é justamente atribuir um peso enorme ao fator demográfico. Tal análise, como estamos vendo, reveste-se de um forte cariz neomalthusiano, uma explicação do subdesenvolvimento como um desequilíbrio interno oriundo do crescimento

demográfico desproporcional em relação ao crescimento econômico, ou seja, da riqueza material necessária à reprodução social da vida humana. Com esse acento no problema populacional torna-se óbvio que o aumento da renda seria comprometido pelo crescimento demográfico. Este, não olvidemos, decorrente da relação inversamente proporcional entre natalidade e mortalidade – inerentemente ligadas às melhorias médico-sanitárias.

A situação de subdesenvolvimento é um desequilíbrio (interno) recente – do século XX. Ela revela um desajuste entre o crescimento econômico e o demográfico. A situação que expressa esse ajuste é, na visão de Lacoste, a *tradicional*. Esta foi rompida, na Europa Ocidental, a partir do rápido crescimento econômico com a revolução industrial. Lá a produção expande, “decola”, mais rápido que o crescimento demográfico. Lacoste emula Rostow e suas etapas do desenvolvimento econômico. A *situação* tradicional do geógrafo é a *sociedade* tradicional do economista, a *decolagem* é o *arranco*:

Primeiramente, temos a sociedade tradicional. Uma sociedade tradicional é aquela cuja estrutura se expande dentro de funções de produção limitadas, baseadas em uma ciência e tecnologia pré-newtonianas, assim como em atitudes pré-newtonianas diante do mundo físico (ROSTOW, 1974 [1961], p.16).

A segunda etapa do desenvolvimento abarca sociedade em pleno processo de transição; isto é, o período em que as condições para o arranco se estabelecem, posto que leva tempo para transformar uma sociedade tradicional de molde a poder ela explorar os frutos da ciência moderna, para afastar os rendimentos decrescentes e, assim, desfrutar as bênçãos e opções abertas pela acumulação dos juros compostos (ROSTOW, 1974 [1961], p.18).

Atingimos agora um grande manancial da vida das sociedades moderna: a terceira etapa desta sequência, o arranco. É ele o intervalo em que as antigas obstruções e resistências ao desenvolvimento regular são afinal superadas. As forças que contribuem para o progresso econômico, e que já haviam dado lugar a surtos e ilhotas de atividade moderna, dilatam-se e conseguem dominar a sociedade. O desenvolvimento passa a ser sua situação normal (ROSTOW, 1974 [1961], p.20).

Assim, na avaliação de Lacoste, ocorre um aumento do consumo, dos investimentos, a população diminui em relação aos recursos econômicos, o nível de vida se eleva, assim como as rendas nacionais. Crises de superprodução são constatadas. Essa situação de desenvolvimento teve lugar na Europa Ocidental, América do Norte e alguns outros países. *Imperialismo* está totalmente ausente desse esquema de explicação. Ao aceitar o esquema de Rostow, o geógrafo aceita o esquema da teoria ortodoxa do desenvolvimento, cujo ponto de partida é uma

[...] situação estática, uma abstrata ‘sociedade tradicional’, semelhante em toda parte (ou pelo menos assemelhada para os fins da teoria), que num momento dado começa a se transformar por força de fatores estranhos e exteriores à sua dinâmica própria, sejam o avanço científico e as conquistas tecnológicas, sejam ideias e esperanças de

progresso econômico, ou a intervenção de uma nova classe de indivíduos empreendedores e dinâmicos (PRADO JUNIOR, 1999, p.30)

O critério neomalthusiano é assaz arriscado. A “culpa” do subdesenvolvimento acaba sendo dupla nessa análise: tanto do crescimento demográfico, quanto da melhoria das condições sanitárias. Da mesma *forma* que para neomalthusianos o crescimento demográfico é o responsável pela pobreza, essa mesma variante (crescimento demográfico) aparece no geógrafo como o principal fator do subdesenvolvimento que leva ao desequilíbrio interno.

O subdesenvolvimento é, pois, uma situação dominada por uma grave contradição interna: de uma parte, ela provoca necessariamente o crescimento rápido das populações; de outra, entrava o crescimento econômico que lhes permitiria atender suas necessidades.

O *desajuste* que existe hoje entre o crescimento demográfico e o marasmo relativo da produção determina a extraordinária originalidade histórica do subdesenvolvimento (LACOSTE, 1968 [1965], p.181).

Daí que para ele o aparecimento do subdesenvolvimento foi desencadeado pela revolução médica e o crescimento demográfico subsequente. Em si mesmo o aumento populacional não é grave. Mas quando combinado com a revolução médica e outros caracteres pode ser catastrófico. Por isso a importância do aumento dos recursos que a população deve dispor para enfrentá-lo.

Todavia, no que tange à resolução deste imbróglio, o geógrafo em tela enxerga duas alternativas: (1) a eliminação do desequilíbrio, cujas convulsões atingirão os países desenvolvidos e suprimirá “excedentes” consideráveis; ou (2) um gigantesco esforço de desenvolvimento, calcado nos recursos naturais e nos meios de produção atuais. Nesse último caso, o egoísmo e a “cegueira” das minorias privilegiadas entravam as transformações necessárias. Fundamentalmente, aquela de ajustar crescimento econômico e demográfico, atingível pela liquidação do subemprego, utilização produtiva do conjunto da população ativa, investimentos demográficos³⁴⁹ (necessários à manutenção do nível de vida) e capitais. Nesse último caso, percebeu Pierre George (1968, p.163-164): “o crescimento demográfico faz do recurso à ajuda estrangeira – e, por conseguinte, da aceitação de uma certa forma de dependência – a condição do desenvolvimento”.

A situação de subdesenvolvimento só será liquidada quando os países subdesenvolvidos cumprirem três tarefas: (1) diminuição do ritmo de crescimento da população; (2) redução da

³⁴⁹ “[...] construção de escolas, instalação de leitos de hospitais e de maternidades, criação de moradias, ampliação de todos os serviços públicos de interesse coletivo, distribuição de alimentos nacionais ou importados para aqueles que não produzem, por exemplo, as crianças, etc. [...]” (GEORGE, 1975 [1968], p.28).

natalidade – acessível a partir de uma melhoria das condições de existência e aumento da renda *per capita*; e (3) suprimir o subemprego/aumentar a renda nacional.

Em busca das causas profundas

Temos então três situações: tradicional, desenvolvimento e subdesenvolvimento. Na situação tradicional, o crescimento demográfico e os recursos econômicos estão ajustados; na situação de desenvolvimento, o crescimento econômico é superior ao demográfico; e na situação de subdesenvolvimento, o crescimento demográfico é mais rápido que os recursos cuja população pode dispor, ocasionando o desequilíbrio interno.

Lacoste atenta para um ponto salientado por Alfred Sauvy: o custo de formação do indivíduo, ou seja, as somas necessárias que devem ser investidas até a criança tornar-se produtiva. Outrora, a criança era produtiva desde os 7, 8 anos, sendo mão-de-obra seja no campo (onde ocorre sua socialização), seja na cidade (força de trabalho industrial). Com a escolarização, a elevação do nível de instrução, a reorganização do mercado de trabalho, o trabalho infantil tende a ser suprimido. Consequentemente, a criança deixa de ser uma “fonte de renda” e passa a ser vista como um investimento (numa perspectiva alvissareira) ou um gasto. Na classe média, por exemplo, a criança tende a ser vista como um investimento. Em situações nas quais a outrora criança contrai casamento precoce, deixa os pais, fundando um novo lar. Nesse caso, a família não é “reembolsada”. A criança torna-se uma carga e as famílias tendem a se satisfazer com um número reduzido de rebentos. Em todo caso, Lacoste não vê no aumento do custo de formação do indivíduo – fator que provoca redução das taxas de natalidade – algo a se lamentar. Pelo contrário: ela reflete uma melhor saúde, uma melhor instrução que o “homem” está observando. Essas melhores instrução e saúde, inclusive, permitem um aumento da produtividade e do desenvolvimento econômico que teve lugar na Europa Ocidental e na América do Norte. O crescimento demográfico diminui, a renda aumenta junto com os investimentos econômicos, ao mesmo tempo em que as condições de vida são melhoradas progressivamente.

O aumento das condições de existência é resultado do processo de desenvolvimento e das condições sociopolíticas particulares onde tem lugar. Aqui as estruturas relativamente democráticas são importantes para socializar minimamente as riquezas. Sem embargo, isso não quer dizer que estruturas não-democráticas não possam efetuar a industrialização (o cerne do crescimento econômico). Lacoste pensa no Japão. Nesse país, o desenvolvimento industrial não decorreu de uma burguesia, tal qual ocorreu – em sua avaliação – na Europa ocidental:

A industrialização do Japão foi dirigida por um soberano autocrático e por “senhores feudais”, que, integrados no aparelho do Estado, se associaram a uma espécie de aristocracia comercial. Estes “empresários”, bem diferentes dos burgueses que realizaram a revolução industrial na Europa Ocidental, detinham uma potência social bem mais considerável devido ao duplo poder que combinavam, o de capitalistas e o de “senhores feudais”. Puderam assim monopolizar o essencial dos lucros engendrados pelo crescimento industrial. Continuando muito baixo o nível de vida das massas, não puderam se realizar os melhoramentos sociais que, no Ocidente, provocaram a redução da natalidade. As taxas de natalidade japonesas continuaram muito importantes até o final da Segunda Guerra Mundial. Como o desenvolvimento de uma economia moderna provoca inelutavelmente uma baixa rápida da mortalidade, o excedente demográfico atingiu uma grande amplitude, o que deu origem a dificuldades um pouco comparáveis, mantendo-se contudo todas as coisas iguais, àquelas que conhecem os países subdesenvolvidos (LACOSTE, 1968 [1965], p.190).

Nos países subdesenvolvidos o crescimento demográfico *per se* não pode ser a causa fundadora do subdesenvolvimento. O que o crescimento demográfico opera é aumentar a dificuldade de suplantar o desenvolvimento, ainda mais quando a revolução médico-sanitária diminui a mortalidade – sem a diminuição *pari passu* da natalidade. Então a solução seria um controle de natalidade? A menos que a redução das taxas de natalidade sejam realizadas num amplo conjunto de transformação social, econômica e política. A exemplo da escolarização obrigatória e a proibição do trabalho infantil.

A elevação do nível geral de instrução age por um duplo efeito: de uma parte a criança deixa de ser uma fonte de rendas em dinheiro e em espécie e, de outro lado, os pais tornam-se mais conscientes dos encargos que ela provoca pois eles próprios são instruídos. Mas a transferência maciça das crianças das atividades produtivas mais ou menos remuneradas para a escola precisa anteriormente de importantes mudanças econômicas e sociais: uma política escolar de grande envergadura precisa ser executada e é necessário dispor para isso de importantes meios materiais. As famílias devem estar em condições de se abster dos recursos fornecidos pelas crianças (LACOSTE, 1968 [1965], p.191).

Uma política de nascimentos é necessária à longo prazo para frear o crescimento demográfico. Daí que para o geógrafo a redução da natalidade, ou seu controle, só é viável se acompanhado progressivamente de um desenvolvimento simultaneamente social e econômico. O aumento populacional e seus efeitos só pode ser contrabalançado por um esforço equilibrado de desenvolvimento.

Causas climáticas, ambientais, raciais e religiosas, são todas rejeitadas por Lacoste. Ele observa que a superioridade da Europa Ocidental só se estabeleceu depois do século XVII e que, antes disso, Índia e China foram teatro de brilhantes civilizações. Nota também o papel conquistador do Islã e seu ferramental político-espiritual que influenciou no desenvolvimento das civilizações árabes.

O colonialismo, por sua vez, é indubitavelmente uma das causas do subdesenvolvimento. Mas não é – em sua visão – uma condição necessária e suficiente deste. Isto pelas seguintes razões: (1) o subdesenvolvimento apareceu após o início do “colonialismo moderno”; (2) a América Latina era há mais de um século independente e seu subdesenvolvimento apareceu *a posteriori* à época colonial; (3) os antigos territórios coloniais tornaram-se quase todos independentes; (4) países que não foram colonizados (Espanha, Portugal, Turquia, Irã) tornaram-se subdesenvolvidos; (5) países outrora colônias tornaram-se desenvolvidos: Canadá, Austrália, Nova Zelândia, EUA.

O que então permitiu que civilizações brilhantes de antanho fossem subjugadas? Ou ainda: o que possibilitou a Europa Ocidental, inferior técnica e cientificamente, dominar – violentamente – tais civilizações? Foi a Revolução industrial.

Esta foi um processo principalmente econômico, provocado por múltiplas iniciativas individuais dos membros de uma minoria ativa que, colocados em condições favoráveis, tinham como móvel essencial a busca de seu próprio lucro. Beneficiando-se de circunstâncias que resultavam de uma evolução secular, fruto da livre empresa, a Revolução Industrial foi um fenômeno espontâneo. Nunca foi um problema crucial, nunca apareceu como uma necessidade como o meio de impedir uma catástrofe coletiva (LACOSTE, 1968 [1965], p.224).

Esse fato garantiu aos europeus, em particular ao Reino Unido, a ultrapassagem das condições técnico-científicas frente ao Mundo Árabe, Índia e China. Estas civilizações não provocaram a Revolução Industrial. Repare-se que Lacoste não questiona se Índia e China *precisavam* realizar a Revolução Industrial. Em sua mente, essas civilizações, outrora tão cintilantes, não conseguiram provocar a Revolução Industrial por causas históricas internas. É nisso que o papel do *imperialismo* fica anuviado. A *Grande Espacialização* teve como uma de suas determinações centrais o colonialismo e o *imperialismo*. São determinações constitutivas da *longue durée* capitalista. Daí que se seguirmos o raciocínio de Lacoste precisamos questionar: como sociedades altamente evoluídas seriam sumariamente dominadas *apenas* por causas internas? A *sangria demográfico-territorial* da Índia e da China não são determinações de *complexidade superior* que configurações sociopolíticas internas? Em todo caso, o geógrafo não titubeia em escrever que:

Foi com sociedades esclerosadas, adormecidas, que os europeus; entraram em contato. As conquistas que obtiveram não resultaram tanto de suas forças materiais e sim das fraquezas internas das sociedades das quais se aproximaram. Estas, na maioria dos casos, estavam incapacitadas de se defender. A exceção de algumas entre elas (a Argélia, em particular), as conquistas coloniais foram no essencial extraordinariamente fáceis: um dos exemplos mais célebres é o da América indígena conquistada por pequenas tropas espanholas, que souberam utilizar muito habilmente

os conflitos que existiam entre os diversos grupos étnicos e formações políticas. A incapacidade de se defender, demonstrada pela maioria dos povos que foram colonizados, não se devia à indolência de temperamento ou à ausência de valor militar (as tropas “coloniais” não eram muito apreciadas pelos oficiais europeus). Os povos que se deixaram submeter sem dificuldade por um punhado de europeus, há vários séculos ou somente há alguns decênios, mostraram no século XX uma coragem e uma tenacidade extraordinárias nas lutas que travaram para readquirir sua independência (LACOSTE, 1968 [1965], p.200).

As outrora cintilantes civilizações seriam agora ancilosadas. Lacoste até escreve imperialismo³⁵⁰, mas não na qualidade de *categoria ontológica* – ou seja uma forma de ser, determinação da existência do capitalismo que independe das representações subjetivas. Se não é uma categoria ontológica, ele pode atribuir tranquilamente a impotência dos povos subjugados às características das sociedades tradicionais, incapazes de coesão suficiente para resistir à colonização.

A colonização, sendo um processo dialético, ao destruir as estruturas tradicionais abala a manutenção do poder político do *status quo*. É uma “destruição criadora”, se nos é permitido usufruir dessa analogia schumpeteriana. A colonização moderna é o caminho da modernização colonial nesses países sujeitados pelos mais diversos imperialismos.

Revogado o imperialismo, e a escravização, a causa profunda e primeira do desenvolvimento do Reino Unido e de sua Revolução Industrial é depositada na existência da burguesia. Dentro dessa burguesia existem os “empresários”, homens com mentalidade produtivista “que se apoderaram das invenções e criaram as condições para que essas inovações pudessem ter seu efeito e pudessem lhes fazer ganhar o máximo de dinheiro possível” (LACOSTE, 1968 [1965], p.206).

No Mundo Árabe, China e Índia, a atividade comercial e suas classes correlatas (comerciantes e funcionários) não se constituíram em burguesias. Originaram uma *aristocracia mercantil* (os funcionários) e uma *burguesia aristocrática* (os comerciantes). Fora da Europa não se erigiu um antagonismo fundamental entre nobreza e burguesia. Lá, na Europa, a burguesia não fazia parte da classe dirigente, enquanto que noutras partes do globo imperava o assim chamado modo de produção asiático³⁵¹:

³⁵⁰ “A impotência dos povos de além-mar diante do imperialismo europeu deve-se essencialmente às características das estruturas sociais tradicionais, incapazes de dar uma coesão suficiente às populações ameaçadas” (LACOSTE, 1968 [1965], p.200).

³⁵¹ Atentando para a forma asiática da propriedade da terra, Marx (2009 [1971], p.79) raciocina: “Na forma asiática (pelo menos na predominante) não há propriedade, mas apenas posse por parte do indivíduo; a comunidade [é] propriamente a proprietária efetiva, conseqüentemente, propriedade somente como *propriedade coletiva* da terra.” : En la forma asiática (por lo menos en la predominante) no hay propiedad, sino sólo posesión por parte del individuo; la comunidad [es] propiamente el propietario efectivo, en consecuencia, propiedad sólo como *propiedad colectiva* del suelo.

Este modo de produção, que realiza a exploração do homem pelo homem sem que exista propriedade privada do solo, aparece historicamente como uma das primeiras sociedades de classe. O papel organizador da minoria aristocrática permitiu o reagrupamento das forças de múltiplas comunidades aldeãs, o que tornou possível a realização de grandes trabalhos hidráulicos, e criou os meios para se obter um importantíssimo aumento da produção. A passagem do estado da comunidade primitiva ao do “modo de produção asiático” acompanhou-se de um grande avanço das forças produtivas, pois os homens não mais enfrentavam a natureza de forma dispersa (LACOSTE, 1968 [1965], p.208).

Na Europa Ocidental desenvolveu-se um feudalismo autêntico – reunindo formas de dependência pessoal e apropriação privada do solo – decorrente tanto do fim do escravismo quanto do eclipse das trocas comerciais e circulação monetária. A riqueza primordial, portanto, ainda era a *terra*. Isso será pouco a pouco solapado pela riqueza *monetária* a partir do momento da reativação das trocas mercantis e consequente circulação. Os comerciantes em Europa não se integraram à nobreza (como noutras partes do globo) o que contribuiu para a individualização dessa classe social cujo objetivo, pois, era destruir o sistema feudal. Lacoste sustenta, com base em historiadores, que os limites geográficos desse sistema feudal englobavam a Bélgica, França, Inglaterra, Países Baixos e grandes partes da Alemanha e Itália. Por isso, conclui:

[...] um fato histórico fundamental caracteriza o conjunto dos países que são hoje subdesenvolvidos: são *regiões sem burguesia*. Qualquer que seja o nível de civilização que tenham atingido, sua evolução econômica e social se efetuou sobre bases e em condições tais que as estruturas específicas do feudalismo europeu não ocorreram: os fatores de individualização e de desenvolvimento da burguesia não apareceram (LACOSTE, 1968 [1965], p.210-211)

Não é preciso muito esforço para contestar essa forte afirmação. Pensemos no Brasil. Nomes tais quais o estadunidense Percival Farquhar (1865-1953), o brasileiro Guilherme Guinle (1882-1960), assim como os ítalo-brasileiros Giuseppe Martinelli (1870-1946) e, principalmente, Francesco Matarazzo (1854-1937). Não seriam eles burgueses ou empresários? Uma coisa é apontar enquanto caractere do subdesenvolvimento um *fraco* desenvolvimento das classes médias, tal qual escreveu em *Les pays sous-développés*. Outra, bastante diferente é falar em *ausência* de burguesia nos países subdesenvolvidos.

A introdução da propriedade privada e da economia monetária em sociedade ancilosas acabaram por redundar no que Lacoste qualifica de *desnaturalização* do capitalismo. Esta desnaturalização é a introdução do sistema capitalista nos países colonizados. A consequência dessa desnaturalização foi aumentar o poder dos europeus combinando com o das minorias privilegiadas. Nas entrelinhas, o geógrafo entende por “capitalismo natural” aquele da livre-

empresa, do livre-câmbio, das relações tipicamente burguesas, da democracia. O que fica de fora? A facticidade de que a história do capitalismo se erige sobre uma gigantesca *sangria demográfico-territorial*; um *amontado de escravos*; sobre o primado do monopólio e do protecionismo econômico. Esse capitalismo real, efetivo, é a própria forma de ser desse modo de produção. Nos territórios coloniais as minorias privilegiadas beneficiaram-se da decadência das estruturas tradicionais: alguns acumularam terras, servos, etc. Outros transformaram-se em capitalistas. Por sua vez, os colonizadores adicionam aos poderes capitalistas os métodos de comando e de dominação servis ou escravistas.

Resultado de um acasalamento histórico monstruoso, os poderes da minoria privilegiada num país subdesenvolvido são objetivamente exorbitantes, pois ultrapassam em poder a autoridade que exerce o capitalista no verdadeiro sistema capitalista, assim como a autoridade que detinha o senhor feudal no sistema propriamente feudal. Este sistema capitalista monstro não pôde se realizar senão em países onde a massa das populações era tecnicamente atrasada e sobretudo politicamente subjugada (LACOSTE, 1968 [1965], p.212).

É por isso que o geógrafo em tela considera a *plantation* uma relação de produção arcaica. Ao contrário, existe uma modernidade intrínseca na economia escravista burguesa: a busca do lucro. Esse arcaísmo não era propriedade exclusiva da análise de Lacoste. O próprio Marx³⁵², a princípio, considerava uma anomalia os proprietários de *plantations* serem chamados de capitalistas (ainda que o fossem).

Essas minorias privilegiadas são um entrave, um “freio”, ao desenvolvimento. Elas reduzem o poder de compra das massas, por exemplo. Seus poderes exorbitantes são decorrentes da *moderna colonização*. E aqui há uma diferença: onde a colonização foi difundida numa região onde não havia “aristocracias com direitos arcaicos” o subdesenvolvimento não foi o resultado. Lacoste pensa no Canadá, EUA, Austrália. Nesses países sucedeu ao genocídio das populações autóctones *estruturas sociais tipicamente capitalistas*. Mas o genocídio *moderno* não é ele estruturante “típico” da sociedade capitalista?

Em síntese:

O subdesenvolvimento procede fundamentalmente da introdução do sistema capitalista no seio de sociedades anquilosadas em estruturas sociais menos evoluídas em proveito de uma minoria (estrangeira e autóctone), dotada de exorbitantes poderes políticos, econômicos e sociais. Essas retiradas restringem de maneira tal o

³⁵² “Que os donos de plantações na América não só os chamemos agora capitalistas, mas que o sejam, baseia-se no fato de que eles existem como uma anomalia dentro de um mercado mundial baseado no trabalho livre” (MARX, 2009 [1971], p.116). El que a los dueños de plantaciones en América no sólo los llamemos ahora capitalistas, sino que lo sean, se basa en el hecho de que ellos existen como una anomalía dentro de un mercado mundial basado en el trabajo libre.

mercado interno que as atividades econômicas modernas são limitadas e essencialmente função dos mercados externos. A pobreza geral e o subemprego maciço que daí resultam favorecem a persistência de uma forte natalidade que, combinada com os efeitos das necessárias melhorias sanitárias, provoca um forte aumento da população. O crescimento desta tende a ser mais rápido que o dos recursos de que dispõe efetivamente (LACOSTE, 1968 [1965], p.221).

Lacoste tentou focalizar nas causas internas do subdesenvolvimento. Mas ao fazer isso revogou o imperialismo enquanto categoria ontológica que possibilita a apreensão histórica das determinações da existência do modo capitalista de produção seja na periferia do sistema ou no seu centro. Ele corretamente dispara contra as minorias privilegiadas – auxiliares indispensáveis dos colonizadores – e é um crítico inclusive do conceito de “burguesia nacional” como oposta aos interesses estrangeiros. Para ele, tal expressão detêm um duplo contrassenso:

[...] contra-senso sobre as causas de sua participação no movimento nacional “anticolonialista”; para a maioria desses privilegiados, não se trata de modificar as estruturas fundamentais, mas de aumentar sua parte nos lucros que fornece a exploração do país. Contra-senso, de outra parte, sobre a verdadeira natureza desse grupo; colocado aparentemente entre os mestres colonizadores e a massa da população, sua posição média lhe valeu a designação de burguesia. Na verdade não se trata de uma verdadeira burguesia, mas de proprietários de terra, de funcionários, comerciantes, mais raramente industriais; seus poderes não são absolutamente os do capitalismo normal (LACOSTE, 1968 [1965], p.219-220).

“Verdadeira” burguesia, capitalismo “normal”. Essas expressões revelam que o geógrafo trabalha com noções mais ou menos congeladas, “típicas”, do que “foi” o capitalismo seja no centro ou na periferia. Verdadeira burguesia era aquela da Europa, dos “empresários schumpeterianos”; capitalismo “normal” é aquele onde tem lugar a livre-empresa, a democracia, a contradição entre capital e trabalho assalariado. Contudo, a evolução histórica do modo capitalista de produção desmente a assertiva lacosteana. Os empresários nacionais eram tão burgueses quanto os estrangeiros (lembramos de Guilherme Guinle no Brasil, por exemplo) – sua inserção subordinada aos capitalistas estrangeiros não revoga sua nacionalidade. A normalidade do capitalismo é justamente combinar relações tipicamente burguesas (trabalho assalariado) com relações *não-capitalistas de produção* (a exemplo do escravismo, da servidão por dívida, campesinato, etc.). São momentos constitutivos do real em movimento. Rosa Luxemburgo (1985 [1913]) capturou muito bem essa contradição: ao mesmo tempo em que se propaga, estende-se, globaliza-se, não tolerando nenhuma forma econômica ao seu lado, o capitalismo é incapaz de existir sozinho, sem alimentar-se de outras formas econômicas.

Finalmente, a causa fundamental do subdesenvolvimento são os poderes exorbitantes das minorias privilegiadas. Este é o maior freio, obstáculo, ao esforço de desenvolvimento. Os

outros freios³⁵³ podem ser resolvidos com um esforço de desenvolvimento. Mas, os poderes das minorias podem ser liquidados – em sua visão – por um processo político rápido: a Revolução. Esse processo “rápido” destrói os poderes das minorias privilegiadas autóctones e cria estruturas sociais novas. Impede também o forte crescimento demográfico paralisando a evolução no sentido do subdesenvolvimento. O geógrafo exemplifica com a Rússia. Neste país, a revolução transformou radicalmente as estruturas sociais *antes* da revolução médico-sanitária, antes que o crescimento demográfico pudesse suplantear o crescimento dos recursos econômicos e engendrasses o caminho do subdesenvolvimento russo.

Perspectivas

É nessa seção da obra que Yves Lacoste elabora uma *tipologia* das situações de subdesenvolvimento e atenta para o papel do geógrafo – no espírito da *Geografia Ativa*. Os países subdesenvolvidos detêm o desafio de melhorar as condições de existência de uma população em *crescendo*, e ainda efetuar investimentos demográficos e econômicos. Como liquidar, por exemplo, rapidamente com o subemprego na situação de subdesenvolvimento? De onde viriam os capitais necessários para os investimentos citados, haja vista a acumulação interna de capital é diminuta?

Lacoste responde que a primeira forma de resolver esse problema é o recurso à ajuda externa. Ele ressalva que o recurso aos capitais dos países desenvolvidos é viável para alguns pequenos países, mas não para o conjunto dos países subdesenvolvidos. Isso porque a soma de recursos para esse conjunto seria considerável:

Assim, para dobrar em 35 anos o nível de vida, não da totalidade das populações do Terceiro Mundo (2 400 milhões), mas somente dos 1 600 milhões de homens que vivem nos Estados onde a renda nacional per capita é inferior a 100 dólares, seriam necessários, estimava-se em 1956, 50 a 60 bilhões de dólares já no primeiro ano. Em seguida, esta despesa anual se elevaria progressivamente, para atingir no fim do período uma soma que varia de 250 bilhões a perto de 300 bilhões, conforme o crescimento demográfico seja mais ou menos rápido. Estas somas são enormes: elas representam cerca de 14% da renda nacional do conjunto dos países desenvolvidos (LACOSTE, 1968 [1965], p.227).

A ajuda externa não é suficiente se os países subdesenvolvidos não realizam seu próprio esforço de desenvolvimento, ou seja, se eles mesmos não produzirem capital *internamente*.

³⁵³ “[...] a fome, as deficiências das populações, o analfabetismo, o subemprego, a ausência de integração nacional, a dependência dos mercados externos, a desarticulação dos setores econômicos, certos handicaps naturais, a fragilidade dos equipamentos e dos capitais [...]” (LACOSTE, 1968 [1965], p.222).

Nesse plano interno, as causas do subdesenvolvimento devem ser atacadas. As políticas de desenvolvimento devem ser distintas, adaptadas a cada realidade dos países subdesenvolvidos – dada sua enorme variedade socionatural. Mesmo em termos de renda a diferença interna é gritante: “[...] a renda nacional mais elevada entre os países do Terceiro Mundo, a da Venezuela (760 \$) é quinze vezes superior às rendas do Afeganistão ou da Birmânia (52 \$)” (LACOSTE, 1968 [1965], p.229).

Existe nos países subdesenvolvidos dois tipos bastante distintos quando se cruzam as informações demográficas e de renda. No primeiro grupo estão os países pouco povoados com investimentos mínimos no setor moderno de economia: Afeganistão, Etiópia, Nepal, etc.; no segundo grupo estão países com importante setor moderno da economia, mas que o contingente demográfico dilui o valor da produção: China, Índia, Paquistão. Lacoste apresenta uma hierarquia de rendas nacionais:

Uma vintena de Estados, distribuídos tanto na Ásia como na África e na América, se caracterizam por rendas nacionais compreendidas entre 100 a 200 dólares. Formam uma massa de 350 milhões de homens, ou seja, 15% da população total do Terceiro Mundo: Indonésia, Vietnã do Sul, Iraque, Egito, Argélia, México, Chile, Peru, Gana, Rodésia etc.

As rendas nacionais compreendidas entre 200 e 300 dólares por habitante e por ano existem numa quinzena de Estados, que formam uma massa de 305 milhões de homens (ou seja 13% do efetivo do Terceiro Mundo). Este grupo reúne de um lado os países subdesenvolvidos europeus (Espanha, Grécia, Portugal, Iugoslávia etc.); de outra parte os Estados asiáticos (Japão, Malásia, Turquia, Filipinas) e, por fim, vários Estados americanos (Brasil, Salvador, Equador).

Uma quinzena de países subdesenvolvidos, caracterizados por rendas nacionais superiores a 300 dólares por habitante e por ano não agrupam mais que 90 milhões de homens (ou seja 4% da população total do Terceiro Mundo). São essencialmente os estados americanos: Venezuela, Porto Rico, Argentina, Cuba, Colômbia, e a República da África do Sul. Trata-se de países relativamente pouco povoados onde se efetuaram, por causas variadas, investimentos importantes que originaram fortes setores de economia moderna (LACOSTE, 1968 [1965], p.230).

A hierarquia das rendas nacionais não traduz graus de subdesenvolvimento, pois, como vimos, trata-se de um fenômeno interno que relaciona crescimento demográfico e crescimento dos recursos que a população efetivamente dispõe. Mas ele é um importante diferenciador no conjunto interno do Terceiro Mundo. É por essa razão que Lacoste figura outros indicadores socioeconômicos dando origem a cinco diagramações relacionadas à renda nacional: (1) nível geral de instrução; (2) importância do regime alimentar; (3) proporção de agricultores na população ativa; (4) quantidade de energia utilizada; e (5) comércio exterior.

Do cruzamento dessas informações, ele deduz três valores: US\$ 100, US\$ 200 e US\$ 300. Esses três valores conformam quatro categorias de países subdesenvolvidos no Terceiro Mundo. Nessas, o plano de separação mais característico é aquele de US\$200. Esse limite

divide o Terceiro Mundo em dois grandes grupos: (1) países cuja renda é inferior a US\$ 200; e (2) países cuja renda nacional é superior a US\$200. O primeiro grupo subdivide-se em: (I) renda nacional inferior a US\$100 e (II) renda nacional entre US\$ 100 e US\$200. O segundo grupo subdivide-se em: (III) renda nacional entre US\$ 200 e US\$ 350 e (IV) renda acima de US\$ 350.

Os países cuja renda é inferior a US\$ 100 subdividem-se em dois grupos: (A) aqueles cujo crescimento demográfico é ainda inferior à média mundial (1,8% por ano); bom número deles têm taxas de crescimento compreendidas entre 0,8 e 1%, taxas notavelmente baixas para países subdesenvolvidos: Somália, 0,8%; Camboja, 0,8%; Angola, 0,9%; Birmânia, 1%; e (B) aqueles cujo crescimento demográfico já se mostra excepcionalmente alto, em relação à fraqueza da renda nacional: China, 2,4%.

Os países cuja renda nacional compreende entre US\$ 100 e US\$ 200 crescem em geral num ritmo mais elevado que a média mundial. Alguns tem taxas demográficas entre 3 e 3,5% ao ano (Sudão, Irã, Taiwan).

Os países cuja renda é superior a US\$200 se dividem igualmente em dois grupos: (1) aqueles cujo crescimento demográfico é superior a 2,5% ao ano: Brasil, Malásia, México, Turquia; e (2) os países subdesenvolvidos europeus e o Japão, com crescimento demográfico entre 0,8% e 1,4% ao ano.

Além da inserção do Japão no seio dos países subdesenvolvidos, o leitor não deve achar estranho essa preocupação com hierarquias, subdivisões, agrupamentos, realizadas por Lacoste. É a sua *démarche* articuladora dos *diferentes níveis de análise* funcionando na prática. É por isso que as subdivisões são erigidas para depois serem sintetizadas numa escala superior. Essas são as *cinco grandes situações de subdesenvolvimento em escala planetária*. São resultado do cruzamento entre a renda nacional e o crescimento demográfico (FIGURA 05).

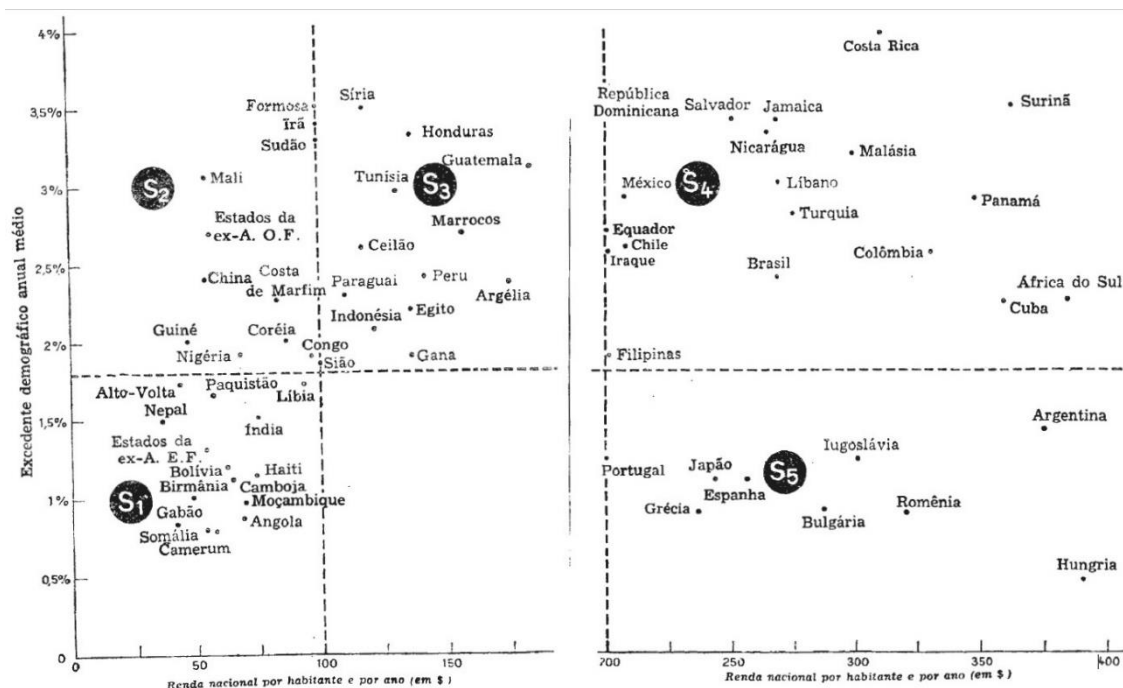


Figura 05: relações entre o valor da renda nacional e o ritmo do crescimento demográfico. Fonte: LACOSTE, 1968 [1965], p.240-241.

As quatro primeiras são inerentes ao conjunto do Terceiro Mundo. A última é a situação limite. Vejamos:

1. Uma situação caracterizada por uma baixíssima renda nacional (menos de 100 dólares) e um crescimento demográfico relativamente baixo (inferior a 1,8% por ano). Nesses países, a economia moderna é relativamente muito pouco importante, como atestam os baixos índices de utilização de energia e os valores mínimos do comércio exterior (LACOSTE, 1968 [1965], p.239).

Nesse caso o setor da economia moderna é pouco importante; o nível de mortalidade ainda é elevado; as melhorias médico-sanitárias começam a fazer efeito, o que acabará ampliando o crescimento demográfico. São os países da África Tropical e do Sudeste asiático. Totalizam em torno de 800 milhões de pessoas.

2. Uma situação de subdesenvolvimento caracterizada por uma baixa renda nacional (menos de 100 dólares) e por um alto crescimento demográfico (superior a 1,8% por ano). A originalidade dessa situação é que, apesar da grande fragilidade relativa do setor de economia moderna, o crescimento demográfico é rápido. Isto resulta de causas dificilmente discerníveis (LACOSTE, 1968 [1965], p.239).

É o caso de países tais quais Nigéria, Congo, China, Tailândia e Coréia. Nigéria e Congo, embora estejam na África Tropical, detêm certa infraestrutura e um crescimento demográfico de 1,9%. Tailândia, Coréia e China detêm produtividades agrícolas relativamente altas. O regime socialista chinês tornou possível o desenvolvimento de instituições coletivas e

progressos sanitários. O crescimento industrial entre 1953 e 1957 (primeiro plano quinquenal) registrou uma média anual de 19% (MARIE; BUCCHIONI, 1979). Lembra Elias Jabbour (2019, p.73): “Bom assinalar que, entre 1953 e 1978, a taxa média de crescimento do PIB foi de 6,6% ao ano, atrás apenas da de seus vizinhos do Sudeste Asiático”.

3. Uma situação caracterizada por uma renda nacional compreendida entre 100 e 200 dólares e por um intenso crescimento demográfico (superior a 1,8% por ano). Nesses países, o setor de economia moderna ocupa um lugar sensivelmente mais importante que nas situações precedentes (LACOSTE, 1968 [1965], p.244).

Caso de Síria, Marrocos, Guatemala, Paraguai, Gana, Indonésia, etc. As desigualdades são bastante acentuadas e um forte crescimento demográfico decorre da queda da mortalidade. Esses países agrupam cerca de 200 milhões de pessoas.

4. Uma situação caracterizada por rendas nacionais compreendidas entre 200 e 350 dólares e por alto crescimento demográfico (2 a 4%). O setor de economia moderna é relativamente importante, como mostra o valor da renda nacional; o comércio exterior é ativo na maioria dos casos (LACOSTE, 1968 [1965], p.244).

Nesse caso o setor terciário se apropria de boa parte da renda nacional. As melhorias sanitárias são relativamente antigas. As desigualdades sociais são muito fortes. É o caso da África do Sul, Malásia, Turquia, e principalmente dos países da América Latina.

5. Uma situação caracterizada por uma renda nacional compreendida entre 200 e 350 milhões de dólares e por um baixo crescimento demográfico (inferior a 1,8%). A diferença de todos os outros países subdesenvolvidos, onde as taxas de natalidade não diminuem, os Estados que estão nessa situação, países subdesenvolvidos da Europa e Japão, registram há quinze anos, por causas complexas, uma nítida diminuição das taxas de natalidade: Espanha, 30% em 1925, 20% em 1960; Romênia 38% em 1925, 17,5% em 1960; Japão, 35% em 1925, 17% em 1960. Esses países têm um nível de instrução bastante alto. Agrupam 170 milhões de homens aproximadamente (LACOSTE, 1968 [1965], p.244)

A situação cinco é uma situação particular e limite (FIGURA 06). Nela encontram-se países subdesenvolvidos com renda superior a US\$350. Essa alta renda decorre do setor moderno da economia, a exemplo do petrolífero na Venezuela. É uma situação limite também porque são países com forte crescimento econômico e retardamento do crescimento demográfico. São países em vias de estabelecerem um equilíbrio. É o caso do Japão e dos países subdesenvolvidos europeus (Portugal, Grécia, Espanha, Bélgica, Romênia, Iugoslávia, Hungria, etc.)

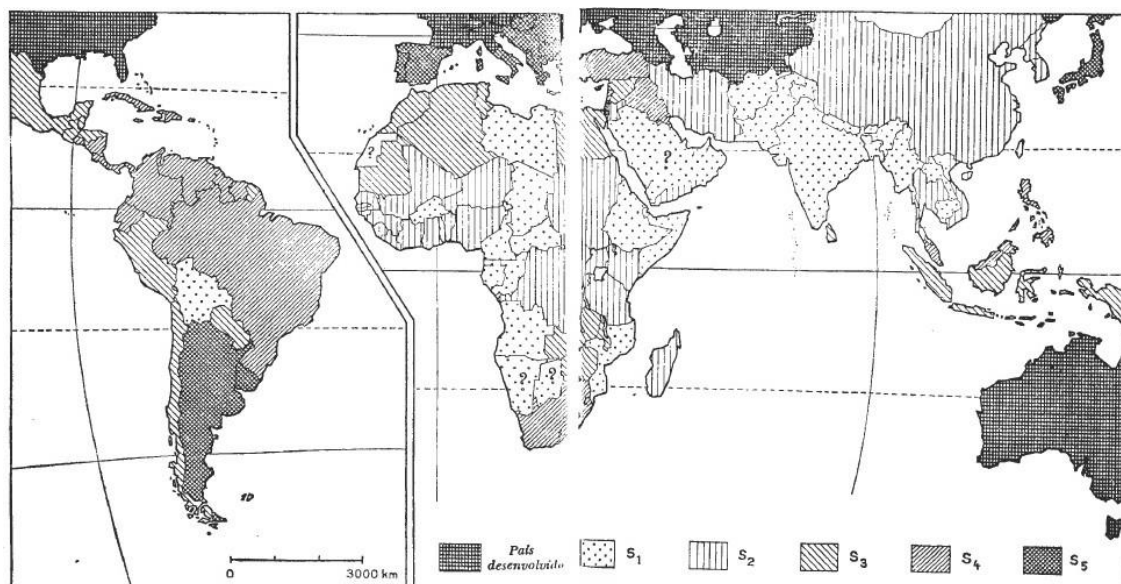


Figura 06: As situações de subdesenvolvimento. Fonte: LACOSTE, 1968 [1965], p.242-243.

Do ponto de vista das formas de organização socioeconômicas pré-coloniais existem três grandes grupos (LACOSTE, 1968 [1965], p.248):

- 1) Os países subdesenvolvidos onde o sistema capitalista foi introduzido no seio de uma "sociedade tradicional" por uma seção estrangeira. [...]
- 2) Os países subdesenvolvidos de sociedade "colonial" onde, na ausência de populações tradicionais importantes, a implantação do sistema capitalista coincidiu com os começos do povoamento atual. [...]
- 3) Os países subdesenvolvidos onde a introdução do sistema capitalista não teve origem na colonização estrangeira, mas, numa proporção maior ou menor, numa minoria de privilegiados autóctones (Espanha, Turquia, Itália do Sul, Japão etc.).

Essa dialética entre agrupamento e diferenciação serve para particularizar as situações. Assim, existem países cujo setor moderno da economia são produtos agrícolas, e outros é a mineração; o Peru observou colonização distinta que o Egito; o grau de povoamento depende de cada país: o Congo tem 19 trabalhadores agrícolas por 100 hectares cultivados, ao passo que o Japão tem 320 trabalhadores agrícolas por 100 hectares cultivados.

No espírito da geografia ativa, Lacoste defende que essas *análises diferenciais* devem ser levadas ao nível das *situações regionais*. Logo, nos EUA por exemplo, a situação de desenvolvimento do Nordeste é bastante diferente do *Old Deep South*. Todavia, essa discrepância de desenvolvimento interno-regional não atinge os mesmos níveis que nos países do Terceiro Mundo. Tal dinâmica emana do desenvolvimento desigual que as regiões apresentam. Na paisagem, essa desigualdade é traduzida na desarticulação dos setores da economia e o bloqueio do crescimento da economia moderna, oriunda do subemprego.

A economia capitalista concentra seus meios de produção e infraestrutura em três locais: “1º – nas regiões onde são colhidas ou extraídas as matérias destinadas à exportação; 2º – sobre os eixos onde se efetua o transporte dessas matérias; 3º – nas grandes cidades, onde se concentra a minoria privilegiada ou nos pontos estratégicos, que asseguram a dominação do país” (LACOSTE, 1968 [1965], p.249-250). A constatação dessa concentração – um traço típico da lei geral da acumulação capitalista – originou a ideia de *polos de crescimento*. Lacoste está aludindo à François Perroux. Mas o geógrafo não concorda com essa assimilação. Nos países subdesenvolvidos, na maioria dos casos, os polos não tem potência e nem os efeitos propulsivos como nos países desenvolvidos. Daí ele falar em *polos de subdesenvolvimento*, ou seja, “um centro dinâmico que vai crescer à custa do empobrecimento da área circunvizinha em lugar de a enriquecer, de estimular as atividades econômicas na mesma” (ANDRADE, 1977 [1967], p.47)

Dada a extrema diversidade do Terceiro Mundo, o conhecimento dos problemas do subdesenvolvimento deve ser capturado na sua *particularidade*. Aqui o papel do geógrafo *ativo*. Ele é, recordemos, o especialista do estudo diferencial. Não pode se limitar a recenseamentos e classificações: “deve conceber seu papel em função de um Terceiro Mundo complexo, em *devenir*, no limiar de uma mutação fundamental” (LACOSTE, 1968 [1965], p.251).

As políticas, então, devem ser distintas. Existem aquelas de crescimento e as de desenvolvimento. As de crescimento são destinadas à elevação das atividades do setor moderno, capaz de absorver rapidamente a força de trabalho. As de desenvolvimento objetivam suprimir o desemprego e o subemprego através da mobilização e utilização produtiva do setor subproletário. A escolha entre quais políticas adotar, explica o geógrafo, depende de opções teóricas e das relações de forças políticas. Consequentemente, a partir da geografia diferencial, é possível determinar a natureza política das camadas ou classes sociais que dirigem o Estado:

De um lado:

- os territórios colonizados: esses países de pequeno porte são os últimos restos dos grandes impérios coloniais do século XIX. Os poderes de decisão continuam nas mãos do governo da metrópole;
- os governos fantoches, a soldo de uma grande firma (numerosos exemplos podem ser facilmente encontrados na América Central);
- os países governados pelos grandes senhores feudais ou pela aristocracia (o Afeganistão ou a Arábia Saudita), mais ou menos estreitamente ligados aos grandes grupos internacionais;
- os Estados dirigidos pelos representantes dos meios do grande comércio ou da indústria, mais ou menos apoiados por uma fração relativamente grande das “classes médias” (países da América Latina);
- os Estados cujo governo é dominado pelos membros de um mesmo grupo tribal ou religioso e por sua clientela (certos países da África Negra);
- países governados por uma casta militar (Egito).

E de outro lado:

– os Estados dirigidos por um partido cujo poder se apoia sobre um movimento popular forjado na luta armada (LACOSTE, 1968 [1965], p.254).

Finalmente, o geógrafo *ativo* deve realizar o balanço comparativo das diversas consequências que essas políticas (crescimento e desenvolvimento) resultam nos países e nas regiões. Além da análise, o geógrafo pode desempenhar um papel essencial nas pesquisas que buscam conhecer e aprofundar-se nas realidades socioeconômicas. Ele deve ajudar na escolha e na aplicação das políticas de desenvolvimento.

Da mesma forma que *Les pays sous-développés, Géographie du sous-développement* recebeu diversas resenhas. Foi o caso dos geógrafos Hubert Beguin (1966), Marc Côte (1966), Paul Veyret (1966), Jean Robert (1966) e Paul Claval (1966). Veyret destacou tratar-se verdadeiramente de uma *geografia*, ou seja, da apresentação *sintética* do assunto, tanto nos aspectos humanos quanto econômicos. O livro observa as explicações históricas, a definição atual do subdesenvolvimento e o espírito de síntese guia o raciocínio do autor. Na sua avaliação, é um livro acessível, útil e que coloca ao alcance de todos os problemas do subdesenvolvimento.

Marc Côte definiu a obra com uma contribuição da geografia ao importante problema do subdesenvolvimento. Jean Robert realiza um resumo da obra em suas partes e capítulos. Na mesma linha que Paul Veyret, Hubert Béguin escreveu que o mérito do livro foi não ter especializado em uma abordagem limitada. Consequentemente, o livro encarna uma *síntese* dos pontos de vista ao mesmo tempo em que é uma verdadeira *análise* global do subdesenvolvimento. Em seu juízo, *Le sous-développement et sa géographie* seria um título mais conforme ao conteúdo. Ele considera a análise excelente e atinge seu objetivo em mostrar a originalidade do fenômeno do subdesenvolvimento. A principal crítica feita ao livro é não dar atenção suficiente às atitudes das populações frente ao desenvolvimento, inclusive no plano individual – tanto antes da colonização quanto depois. Ele reconhece que Lacoste vislumbra esse problema quando fala da ausência de uma burguesia empreendedora que, na avaliação de Béguin, Lacoste mal consegue explicar. Por consequência, a atenção insuficiente a esses problemas desequilibra toda a explicação do subdesenvolvimento, podendo incorrer no risco de orientar imperfeitamente uma política de desenvolvimento.

Finalmente, Paul Claval considerou que o livro marcaria uma etapa importante na evolução da geografia francesa. Tal qual Hubert Béguin, evidencia o interesse de Lacoste há

muito tempo pelos problemas dos países do terceiro mundo em virtude da publicação de *Les pays sous-développés*; os artigos nos *Annales de Géographie*³⁵⁴; e o seu artigo na *La géographie active*. Não poupou elogios também: leitura agradável, escrito claramente, linguagem precisa e simples. O livro detém uma preocupação de objetividade, apresenta uma divisão clássica de conteúdo e com um propósito essencial:

O interesse essencial da obra vem de seu propósito. Sr. Lacoste não tenta nos apresentar uma descrição regional do subdesenvolvimento. Ele não tenta classificar e inventariar. Ele procura explicar e ordenar logicamente os fenômenos que estuda. A primeira parte constitui de fato uma análise do subdesenvolvimento, uma descrição de seus traços essenciais, mas essa descrição é logicamente construída e já constitui em si mesma uma análise dos mecanismos do subdesenvolvimento. Os capítulos seguintes, sobretudo o último, explicitam o que ainda está velado na primeira parte e constituem um belo exemplo de geografia explicativa. Sr. Lacoste apresenta um modelo do subdesenvolvimento e o aplica à análise das situações que descreveu. Esse recurso à abstração e aos desvios do raciocínio rompe com uma das regras cujo respeito impede o desenvolvimento de certos aspectos da pesquisa. A obra de Sr. Lacoste marca, assim, um verdadeiro degelo na geografia francesa³⁵⁵ (CLAVAL, 1966, p.400).

Os elogios não impedem as críticas. Paul Claval nota que Lacoste evitaria repetições se tivesse definido mais rápido os conceitos necessários à compreensão do subdesenvolvimento. Para ele, há uma *petitio principii* (petição de princípio) vez que a descrição da primeira parte do livro é ordenada de acordo com os conceitos apresentados na segunda parte. É uma tentativa de apresentar sua teoria indutivamente – por isso a longa descrição da primeira parte. Com efeito, a *forma de apresentação* utilizada por Lacoste não dispensa o geógrafo do estudo dos trabalhos dos economistas (a exemplo de G. Myrdal, R. Nurkse, B. Higgins, Hla Myint e J. Austruy). Isso leva a outro problema: o da análise apropriadamente espacial e regional do subdesenvolvimento:

O lugar que o Sr. Lacoste teria ganho aligeirando a apresentação de seu trabalho poderia ser usado para analisar os problemas propriamente espaciais, propriamente

³⁵⁴ LACOSTE, Yves. Le sous-développement : quelques ouvrages significatifs parus depuis dix ans. In : **Annales de Géographie**, t.71, n°386, 1962a, p. 247-278.

LACOSTE, Yves. Le sous-développement : quelques ouvrages significatifs parus depuis dix ans. In : **Annales de Géographie**, t.71, n°386, 1962b, p. 387-414.

³⁵⁵ L'intérêt essentiel de l'ouvrage provient de son propos. M. Lacoste n'essaie pas de nous présenter une description régionale du sous-développement. Il n'essaie pas de classer et d'inventorier. Il cherche à expliquer et à ordonner en logique les phénomènes qu'il étudie. La première partie constitue bien une analyse du sous-développement, une description de ses traits essentiels, mais cette description est logiquement construite et constitue déjà en elle-même une analyse des mécanismes du sous-développement. Les chapitres suivants, le dernier surtout, explicitent ce qui est encore voilé dans la première partie et constituent un bel exemple de géographie explicative. M. Lacoste présente un modèle du sous-développement et l'applique à l'analyse des situations qu'il a décrites. Ce recours à l'abstraction et aux détours du raisonnement rompt avec une des règles dont le respect freine le développement de certains aspects de la recherche. L'ouvrage de M. Lacoste marque ainsi un véritable dégel de la géographie française

regionais que o subdesenvolvimento coloca. É certo que o Sr. Lacoste anuncia a publicação de uma obra relativa à tipologia dos países subdesenvolvidos. Mas podemos perguntar se a falta de reflexão sobre os problemas de localização não se deve a causas mais profundas. Na análise do subdesenvolvimento que Sr. Lacoste redigiu na “geografia ativa”, ele consagra algumas páginas para enumerar os tipos de regiões subdesenvolvidas, a classifica-las. Ao ler, percebemos que o que ele classifica são paisagens e não regiões. Que nos ouçam bem: uma paisagem é uma associação geográfica de tipo “vertical”, para usar a expressão de C. de Jong, uma imbricação de caracteres pelos quais os problemas da distância e do afastamento não desempenham um papel. As regiões, como o Sr. Lacoste as analisa, são assim caracterizadas por certas combinações sociais ou econômicas, mais do que pelas relações de restrição ou dependência que o espaço cria num determinado contexto socioeconômico. Os países subdesenvolvidos são descritos como um mosaico de paisagens e não como complexos espaciais cujas partes estão interligadas³⁵⁶ (CLAVAL, 1966, p.401).

Acompanhando o raciocínio de Paul Claval, trata-se de uma lacuna na medida em que se desiste das descrições regionais. A origem dessa lacuna é a própria tradição de Yves Lacoste: a concepção da geografia como uma ciência de complexos e combinações. Claval não diz que tradição é essa, mas podemos deduzir que ele faz alusão à tradição vidaliana. No artigo publicado em *La géographie active* (1975 [1964], p.43-153), Lacoste atribui ao impulso dado por Vidal o fato da geografia francesa dedicar-se às análises das combinações, relativamente harmoniosas e equilibradas, que tiveram lugar na Europa ocidental, entre as estruturas socioeconômicas e o meio geográfico. Onde o primado das análises das paisagens rurais europeias, elevadas ao nível de modelo de combinações progressivas efetivadas entre os homens (camponeses) e os recursos. Dessa maneira, enfatiza-se o estudo das interrelações entre fatos de ordem diferente no mesmo ponto *pari passu* o negligenciamento das interações existentes entre fatos da mesma ordem em diferentes pontos no espaço.

O autor, nas primeiras páginas procura mostrar que a noção de situação, desenvolvida na “geografia ativa” pelo Sr. Pierre George, se adapta particularmente bem ao estudo dos países subdesenvolvidos: é verdade e a tal ponto que se pode acreditar. que o tema da geografia, ciência das situações, foi especialmente forjado para dar conta dos fatos do subdesenvolvimento. Mas a análise do conteúdo da obra mostra que a nova utilização da análise de situação não modifica os dados fundamentais da concepção geográfica que prevalece na França há vinte anos: a geografia continua a ignorar o

³⁵⁶ La place que M. Lacoste aurait gagné en allégeant la présentation de son ouvrage pouvait être utilisée à analyser les problèmes proprement spatiaux, proprement régionaux que pose le sous-développement. Il est sûr que M. Lacoste annonce la publication d'un ouvrage relatif à la typologie des pays sous-développés. Mais on peut se demander si l'absence de réflexion sur les problèmes de localisation ne tient pas à des causes plus profondes. Dans l'analyse du sous-développement que M. Lacoste a rédigée dans la « géographie active », il consacre quelques pages à énumérer les types de régions sous-développées, à les classer. A la lecture, on s'aperçoit que ce qu'il classe, ce sont des paysages et non des régions. Qu'on nous entende bien : un paysage est une association géographique de type « vertical », pour reprendre l'expression de C. de Jong, une imbrication de caractères pour lesquels les problèmes de distance et d'éloignement ne jouent pas. Les régions, telles que les analyse M. Lacoste, sont ainsi caractérisées par certaines combinaisons sociales ou économiques, plutôt que par les rapports de contrainte ou de dépendance que crée l'espace dans un certain contexte socio-économique. Les pays sous-développés sont décrits comme une mosaïque de paysages et pas comme des ensembles spatiaux dont les parties sont liées

espaço e, por conseguinte, as organizações dinâmicas em regiões econômicas³⁵⁷ (CLAVAL, 1966, p.401).

Donde o duplo caráter do livro para Claval: excitante e decepcionante. Excitante porque Lacoste tenta criar uma geografia econômica explicativa; decepcionante porque permanece preso de uma concepção de geografia que negligencia o espaço e a distância. É preciso analisar os problemas gerais cujas relações são quase todas de natureza espacial na geografia humana. Paul Claval adverte que se não forem analisados estes problemas, o trabalho de Lacoste permanece inutilmente abstrato e geral – não dispensando o geógrafo, cioso de compreender as realidades espaciais, de analisar os trabalhos dos economistas que desde Malthus muitas vezes foram mais abertos a esses problemas de espaço.

Com tradução para 12 idiomas, Béatrice Giblin (1985) explica o sucesso de *Géographie du sous-développement*. Àquela altura, Yves Lacoste e outros geógrafos abriram-se para as ciências sociais e o marxismo. Então, conceitos foram importados de disciplinas que os forjavam de forma mais rigorosa. Podemos exemplificar com a própria economia e o conceito de subdesenvolvimento. Essa importação resolvia e compensava a fraqueza e imprecisão dos conceitos geográficos. Contudo, o livro lacosteano era mais uma *introdução à uma geografia do subdesenvolvimento* posto que o autor havia realizado o inventário do que os geógrafos deveriam saber antes de trabalhar em campo.

Mas Pierre George – que havia lançado a coleção *Magellan* – se opôs ao título de introdução que Lacoste desejava. Aliás, é por considerar que o texto de *Géographie du sous-développement* ficou muito econômico e pouco geográfico que Yves Lacoste se recusa a reeditar a obra. A reedição só virá, como veremos, em 1976, quando já havia se iniciado uma “verdadeira epistemologia da geografia³⁵⁸” (GIBLIN, 1985, p.288).

Kirsten Koop (2021) julga que essa obra constitui um aporte pioneiro e revolucionário da Geografia ao debate sobre subdesenvolvimento. Nela, com o subdesenvolvimento sendo explicado no seio do sistema capitalista mundial, Yves Lacoste retirara definitivamente a geografia de uma análise interna aos países do Sul e forjara uma pesquisa geográfica crítica sobre o desenvolvimento. Como resultado, contribuiu para que o campo da geografia do

³⁵⁷ L'auteur, dans les premières pages s'attache à montrer que la notion de situation, développée dans la « géographie active » par M. Pierre George, s'adapte particulièrement bien à l'étude des pays sous-développés : c'est vrai et à tel point que l'on pourrait croire que le thème de la géographie, science des situations, a été spécialement forgé pour rendre compte des faits de sous-développement. Mais l'analyse du contenu de l'ouvrage montre que l'utilisation nouvelle de l'analyse de situation ne modifie pas les données fondamentales de la conception géographique qui a été prévalente en France depuis une vingtaine d'années : la géographie continue à ignorer l'espace et, partant, les organisations dynamiques en régions économiques

³⁵⁸ [...] véritable épistémologie de la géographie.

desenvolvimento se afirmasse enquanto politicamente engajado na Europa, dedicando-se às dimensões espaciais do subdesenvolvimento.

Finalmente, na primavera de 1965, depois de 10 anos de atividades, Lacoste conclui sua obra sobre Ibn Khaldoun. O livro toma como base os dois artigos que ele dedicou à obra khalduniana. No espírito da *geografia ativa*, a situação de subdesenvolvimento é capturada pelo prisma regional, podendo mesmo falar-se de uma situação *regional* de subdesenvolvimento – no caso, o *Mahgreb*. É o ponto de chegada que o conduz, paulatinamente, às preocupações geopolíticas do Terceiro Mundo.

XI – Nascimento da História e Passado do Terceiro Mundo: um anacronismo deliberado

Qual a importância da obra de Ibn Khaldoun para Yves Lacoste? A resposta a essa pergunta tem duas dimensões: a primeira é aquela que advoga Khaldoun fundador da história enquanto ciência. A segunda – e a que nos interessa imediatamente – é que a obra khalduniana esclarece os motivos, razões e circunstâncias que explicam a situação de subdesenvolvimento do Magrebe no século XX.

No primeiro caso, Lacoste (2018a) reconhece que Khaldun foi precedido por importantes historiadores, tais quais Heródoto (485 a.C. – 425 a.C.) e Tucídides (460 a.C. – 400 a.C.). Sem embargo, em sua avaliação, é com Khaldun que surge a abordagem [*démarche*] do historiador moderno, ou seja, a dissociação entre tempos longos e tempos curtos, a articulação entre o que se passou sobre um vasto território durante um tempo longo, e o que se passou em espaços mais reduzidos e tempos mais curtos. Khaldun foi o primeiro a tratar nos *Prolegômenos* a história sobre os tempos longos, as evoluções estruturais do Magrebe, ao mesmo tempo que aborda os tempos curtos em *História dos berberes*.

A segunda dimensão é aquela concernente ao “Passado do Terceiro Mundo”. Para o geógrafo, tratava-se de um “anacronismo deliberado”. Sua intenção era fazer refletir sobre a formação social de cada um dos países reunidos sob o termo Terceiro Mundo. Ele se interroga: “quais eram as classes dirigentes autóctones desses Estados antes da conquista colonial? Qual foi a evolução política do Terceiro Mundo?³⁵⁹” (LACOSTE, 2018a, p.128). Isso era importante

³⁵⁹ [...] quelles étaient les classes dirigeantes autochtones de ces États avant la conquête coloniale ? Quelle fut l'évolution politique des pays du tiers monde ?

por dois motivos: (I) Khaldun elucida a importância das tribos nas formações sociais do Magrebe – sejam elas camponeses sedentários ou pastores seminômades; e (II) na interpretação lacosteana os colonizadores europeus recorreram às referidas classes dirigentes autóctones para assegurar o poder – e aqui o geógrafo pensa no exemplo mais célebre: os *zamindars*³⁶⁰ da Índia “antigos zeladores gerais, tornados, graças à colonização, proprietários das terras onde recebiam o imposto” (LACOSTE, 1968 [1965], p.204).

Deixemos a querela da história-ciência aos historiadores. Centremo-nos, portanto, no “passado do Terceiro Mundo”. Por quê Khaldun explicaria o passado do Terceiro Mundo? O que justificaria esse anacronismo? Na visão do geógrafo em tela, o fato do historiador tunisiano ter efetivado uma análise científica das condições econômicas, sociais e políticas da África do Norte medieval. Fez isso descrevendo estruturas sociais e políticas muito complexas cuja lenta evolução determinou um longo processo histórico. Observa-se aqui uma interação dialética – porque movida pelas contradições – entre as condições internas da região magrebina e as influências externas. O resultado desse movimento torna possível a dominação colonial, especialmente a francesa, raiz fundante da *situação de subdesenvolvimento*.

Clarifica ainda que a relação entre a obra khalduniana e o subdesenvolvimento são complexas. Não quer o geógrafo dizer que Khaldun descreveu uma região objetivamente subdesenvolvida. O mérito do historiador foi ter estudado as “estruturas medievais que retardaram (ou impediram) a evolução econômica, social e política” (LACOSTE, 1991 [1966], p.7) da citada região. Como escrevi antes, é da relação contraditória entre estruturas internas e forças externas que a colonização se faz possível, com a consequente situação de subdesenvolvimento a ela associada.

Certamente, se existe a situação de subdesenvolvimento, existe também a situação de desenvolvimento. Lacoste tipifica ainda uma terceira: a situação tradicional.

Diferentemente da *situação tradicional*, que se caracterizava outrora pelo ajustamento de um crescimento demográfico muito lento a um crescimento econômico não menos lento – ao contrário da *situação de desenvolvimento* em que o crescimento econômico, a partir do século XIX, é nitidamente mais rápido que o aumento demográfico –, a *situação subdesenvolvimento* define-se basicamente, em cada país do “Terceiro Mundo”, por um surto demográfico nitidamente mais rápido do que o crescimento dos recursos de que dispõem efetivamente as populações (LACOSTE, 1991 [1966], p.7).

³⁶⁰ O geógrafo Ariovaldo Umbelino Oliveira (2007, p.86) explica que “as propriedades *zamindari* foram criadas desde o final do século XVIII, quando a Companhia das Índias Orientais converteu os direitos dos coletores de impostos em direitos de propriedade”.

Dessa forma, o Magrebe só poderia ser considerado subdesenvolvido a partir da combinação de dois critérios: a dominação colonial, no século XIX, e o crescimento demográfico, no século XX. Para Lacoste, o crescimento demográfico é o traço distintivo da quase totalidade dos países subdesenvolvidos. Ele é resultado dos avanços sanitários realizados (que diminuem a mortalidade) junto ao aumento insuficiente dos recursos que as populações efetivamente dispõem. As populações são travadas por freios econômico-sociais que as impedem de utilizar a totalidade dos recursos socionaturais para desenvolver-se. Um desses freios é a dominação colonial. Esta é a causa externa que, combinada com forças internas³⁶¹, gera a situação de subdesenvolvimento magrebina.

Não obstante, há ainda um outro fator que consubstancia a situação de subdesenvolvimento do Magrebe, em particular, e dos países do Terceiro Mundo, em geral. Lacoste nos convida a olhar para a Europa Ocidental. Neste continente tem lugar o que foi chamado de Revolução Industrial. Este fenômeno não decorre apenas do desenvolvimento das forças produtivas, mas também da existência de uma classe social que coordena os meios de produção em seu próprio proveito: a burguesia. Esta classe engendra transformações estruturais fundamentais em inovações e investimentos, o que solapa gradativamente os poderes políticos da nobreza, *pari passu* ao deslocamento do foco da atividade econômica para indústria – e não mais agricultura. No Magrebe, em contraposição à Europa Ocidental, a burguesia não foi capaz de constituir-se enquanto classe. É também por essa razão que “os países hoje subdesenvolvidos foram, historicamente, países sem burguesia” (LACOSTE, 1991 [1966], p.9).

Khaldun estudou a decadência dos Estados no Magrebe no século XIV. Este é o seu “centro de gravidade”, baseado “em suas próprias experiências e direcionado para uma etiologia do declínio, isto é, a explicação dos sintomas que podem levar à decadência de um império” (ARAÚJO, 2007, p.43). Os dois principais exemplos são o Império Almorávida (1040-1147) e o Império Almôada (1121-1269). Pela ótica de Lacoste, a decadência dos Estados é um malogro político que marcará a África do Norte. A causa fundamental é a ausência da burguesia. É importante destacar, mais uma vez, que não significa que o historiador tunisiano esteja qualificando o Magrebe de subdesenvolvido. Isso por si só seria um anacronismo inenarrável. O fato é que paralelo à capacidade da Europa Ocidental erigir poderosos Estados centralizados, no Magrebe os impérios estavam continuamente submetidos à desagregação.

Assim, enquanto a Europa Ocidental experimenta uma evolução socioeconômica, o Magrebe observa decadência. Daí decorrerá o ideal político de Ibn Khaldun: “o estabelecimento

³⁶¹ Disputas tribais, minorias autóctones com poderes políticos exorbitantes, por exemplo.

de Estados estáveis e bem organizados” (ARAÚJO, 2007, p.133). As estruturas sociais na Europa Ocidental tornam-se mais maleáveis em decorrência das Revoluções Gloriosa (1688-1689) e Francesa (1789-1799), além da já citada Revolução Industrial. Por outro lado, no Magrebe as estruturas ancilosadas são enrijecidas, o que conduz à uma relativa estagnação econômica. Essas estruturas serão parcialmente destruídas com a colonização, que intensifica a luta de classes interna a cada nação magrebina.

Assim, a importância da obra de Khaldun para o geógrafo repousa no esclarecimento da situação magrebina no século XIV ajudando na compreensão do dramático problema do século XX: o subdesenvolvimento. Este tem como característica básica, por isso mesmo aparece em cada país do Terceiro Mundo, um desequilíbrio entre o crescimento demográfico – em larga medida decorrente da revolução sanitária – e o crescimento econômico – obstaculizado por freios econômicos e sociais. O subdesenvolvimento, fenômeno do século XX, é seqüela de causas de “longa duração” – tal qual o colonialismo – e outras mais recentes – o crescimento demográfico.

A obra khalduniana, especialmente os *Prolegômenos*, aborda esse problema que, no século XX, seria uma das causas profundas do subdesenvolvimento. As estruturas ancilosadas dos países do Magrebe impedem, bloqueiam ou freiam, uma evolução econômica superior; paralisa o progresso social. As populações urbanas no Magrebe, ao contrário da Europa Ocidental, não gozam de capacidade política e econômica para engendrar uma classe burguesa. Isto posto, o peso das causas internas no bloqueio evolutivo é o fator fundamental:

A análise realizada por Ibn Khaldun permite compreender que o progresso econômico e social do Magreb foi paralisado, não por fatores externos ou fortuitos, mas sim por causas internas; trata-se de um bloqueio estrutural que, no caso da África do Norte, tem a ver com a manutenção da preponderância das estruturas tribais e a seus dois corolários: a impossibilidade de uma apropriação privada dos meios de produção e a incapacidade dos privilegiados de constituir-se em classe nitidamente individualizada e em colocar a população num estado de dependência duradoura (LACOSTE, 1991 [1966], p.247).

Destarte, os europeus vão se apoiar nessas causas internas para impor a dominação colonial no Magrebe. Certamente, Lacoste diz que isso não ocorreu só no Magrebe, mas também em civilizações muçulmanas, indiana e chinesa. Essa estagnação interna impossibilita o desenvolvimento, que somente será retomado no século XX. É por essa razão o subtítulo do livro: *Passado do Terceiro Mundo*.

XII – Defendendo Khaldun do Colonialismo

Por qual razão Lacoste se pôs estudar a obra de Ibn Khaldun? A julgarmos pela resposta de Araújo (2007) decorre peremptoriamente dos interesses colonialistas franceses no norte da África, em especial os franceses. Mas não foi apenas isso. O geógrafo considera Khaldun um grande pensador árabe que foi utilizado pela ideologia colonialista. Historiadores franceses já consideravam Khaldun uma referência, a exemplo de Georges Alfred Marçais (1876-1962). Estes recorriam ao tunisiano para explicar, no início do século XX, a situação de dependência colonial do Magrebe através de “leis geográficas”. Isso o motiva a estudar Ibn Khaldun.

Uma segunda razão são as avaliações do historiador Charles-André Julien (1891-1991) e, principalmente, do geógrafo Émile-Félix Gautier. Lacoste (2018a) nos conta que tanto Gautier quanto Julien afirmam que o Magrebe jamais se recuperou de uma terrível invasão árabe. Designam assim os nômades (*Beni Hilal* e *Beni Solaym*) que foram enviados pelo Califado Fatímida para castigar a dinastia berbere Zirida. Gautier comparava a destruição causada pela tribo dos *Beni Hilal* àquelas de Átila (400-453) e Gengis Khan (1162-1227). Os nômades tinham devastado as planícies e expulsaram os sedentários para as montanhas. Estes, por seu turno, só teriam descido em virtude da colonização francesa. É o argumento de Gautier. Os franceses seriam camponeses sedentários assim como os berberes da África do Norte, daí o seu entendimento (franceses e berberes) contra os árabes. Lacoste (2010) conta que essa argumentação foi formulada no período entreguerras e detinha um forte cariz colonialista. Durante a revolução argelina assumiu um significado ainda mais evidente.

Repousaria aí o antagonismo dos dois “gêneros de vida” do Magrebe: os nômades árabes nas planícies e os sedentários berberes nas montanhas. Gautier, por exemplo, atribui à colonização francesa a proteção dos camponeses sedentários e a expulsão dos nômades para as estepes à beira do deserto. Esta tese pretendia-se apoiar essencialmente em Ibn Khaldun. Portanto, era preciso defendê-lo das utilizações reacionárias desse pensador progressista em seu tempo.

No Magrebe, não se tratava de lutas entre gêneros de vida – como defendiam Gautier e Julien. Na visão do geógrafo, dizia respeito às relações geopolíticas muito complexas entre o *bled siba* e o *bled Maghzen*. Os cabilas, por exemplo, não fundaram um reino duradouro no Magrebe, ao contrário dos berberes do Alto Atlas (FIGURA 07), responsáveis pela criação do grande império Almôada que se estendia até a Andaluzia (LACOSTE, 2018a).

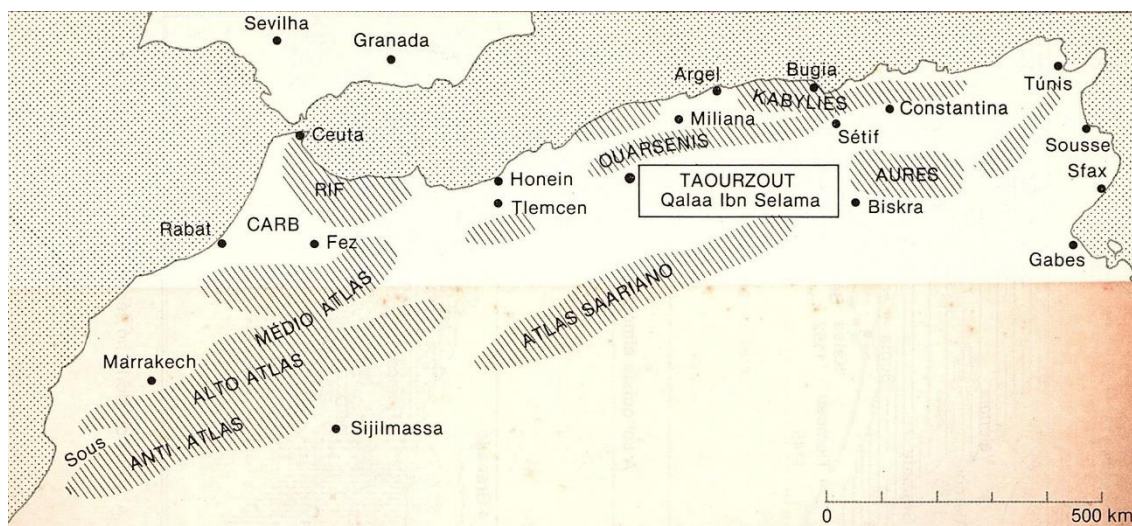


Figura 07: Relevo da África do Norte. Fonte: LACOSTE, 1991 [1966], p.256.

A história política do Magrebe, conhecida por Ibn Khaldun, é aquela dada pelas relações espaço-temporais entre o *umran badawi* e o *umran hadari*. Conforme Araújo (2007, p.70), *al-‘umran* pode ser traduzido por “vida social”, “tomando social num senso bastante amplo: tudo o que cimenta a existência material, espiritual e intelectual de um determinado agrupamento humano”. Em sua análise, Khaldun, ao definir *umran*, “frisava o fato de que os homens são naturalmente dispostos a se reunir em sociedade, mesmo que não pertencessem à mesma família” (ARAÚJO, 2007, p.83). Beatriz Bissio (2012) escreve que *umram* pode ser traduzido por civilização.

Ibn Khaldun explica, do ponto de vista lógico, que a civilização nasce no meio rural ou agropastoril (*badawi*), de modo que ela é anterior à civilização urbana (*hadari*), mas nem por isso a primeira é um estágio “primitivo” da segunda. É necessário advertir que esses conceitos, tão importantes para a correta compreensão do pensamento khalduniano, deram lugar a interpretações equivocadas por erros de tradução. Cheddadi chama a atenção para o fato que a tradução de *umran badawi* por “civilização dos nômades” – como fizeram Slane, Franz Rosenthal, Monteil, os primeiros tradutores da *Muqaddimah* para as línguas ocidentais – apresenta de maneira imperfeita o pensamento de Ibn Khaldun. O conceito de *umram badawi* não se refere somente ao deserto, mas aos espaços, fora das cidades, onde se praticam as atividades agrícolas e pastoris. Daí o uso da expressão civilização rural para traduzir *umram badawi*, em oposição à civilização urbana, *umram hadari* (BISSIO, 2012, p.128)

Na avaliação de Araújo (2007, p.70):

[...] a nômade ou *al-‘umran al-badawi* (beduína, nômade, rural), com sua sociedade primitiva que representa o início de toda a vida social, e a sedentária ou *al-‘umran al-hadari* (sedentária, cidadina), com sua civilização desenvolvida. O *‘umran* expressa toda essa imensa gama de significados imediatos, ele é a realidade natural em que aparecem e desaparecem os fenômenos gerais e singulares, o estado nômade e o civilizado, onde nascem e morrem os impérios, e onde se faz a História.

Já o geógrafo prefere falar em dois grandes tipos de cultura sociopolítica (LACOSTE, 2010a). O primeiro tipo de cultura sociopolítica é designado por Khaldun por *umran badawi* ou “cultura beduína”, que se funda sobre a importância da tribo – para aqueles que pertencem a ela. O segundo chama-se *umran hadari* ou “cultura urbana”, onde os homens não atribuem grande importância ao fato tribal. São esses dois tipos de cultura sociopolítica que são transformados por Gautier em nômades e sedentários. Para justificar essa tese, ele transforma a chegada da tribo *Hilal* numa invasão gigantesca e catastrófica – o que não foi totalmente verdadeiro. Lacoste observa que esta tese de Gautier, ao proclamar o declínio do *Maghreb* a partir do século XI, ignora o fato de – justamente nesse século – os nômades do Saara terem fundado, em 1067, o grande império marroquino dos Almorávidas e sua capital Marraquexe. Esses nômades também tinham acabado de organizar as rotas do ouro do Sudão a partir do vale do Senegal. Exclama Lacoste (2010a): é graças a esses nômades e camponeses sedentários a idade de ouro do Magrebe e da Andaluzia.

Do século VIII até meados do século IX, parece que as relações entre o Sudão e o Oriente se teriam efetuado diretamente, através do Saara Oriental. Esse itinerário direto foi sem dúvida, particularmente necessário durante o período do conflito declarado entre a África do norte e os soberanos de Bagdá, por ocasião da insurreição carejita. Porém [...] essa rota direta foi abandonada devido às tempestades de areia [...] e dos constantes ataques de que eram vítimas as caravanas. O sultão do Egito, Ahmad ibn Tulun (863-883), proibiu que se tomasse o itinerário direto entre o Egito e o reino de Gana, tornando, com isso, obrigatório o trajeto através do Saara Ocidental, menos difícil de atravessar, e o trânsito pela África do Norte (LACOSTE, 1991 [1966], p.24).

Esse é o desvio que faz florescer o Magrebe. Esse comércio de ouro vindo do Sudão faz desenvolver os primeiros Estados dessa região: o reino de Fez (atual Marrocos), Taher (atual Argélia) e Kayruam (atual Tunísia). São as vicissitudes desse comércio – florescimento e declínio – que explicam e coordenam uma gama de fatos que marcam a Idade média na África do Norte (LACOSTE, 1991 [1966]). Cada Estado esforça-se por diminuir o papel dos rivais, principalmente para controlar as rotas do ouro. Isso explica o modo de constituição dos três Estados mais poderosos da África do Norte medieval entre os séculos X e XII: o Império Fatimita, o Império Almorávida e o Império Almóada.

O Império dos Fatimitas constituiu-se no século X a partir de um grupo de tribos montanhesas da Pequena Cabília que se opunham ao soberano de Kayruam. Os Fatimitas apoderaram-se da Ifriqiya e arremeteram contra Sijilmassa (Marrocos) – cidade extremamente importante pela sua posição setentrional estratégica nas rotas comerciais. O poderio desse império era grande e terminou por dominar o Egito e fundar a cidade de Cairo (em 973). Os

soberanos Fatimitas empenharam-se em evitar que os califas de Córdoba exercessem influência sobre Sijilmassa e controlassem o tráfico de ouro. Fizeram isso avançando sobre as cidades de Fez, Tlemcen, Taher e Ceuta (FIGURA 08).

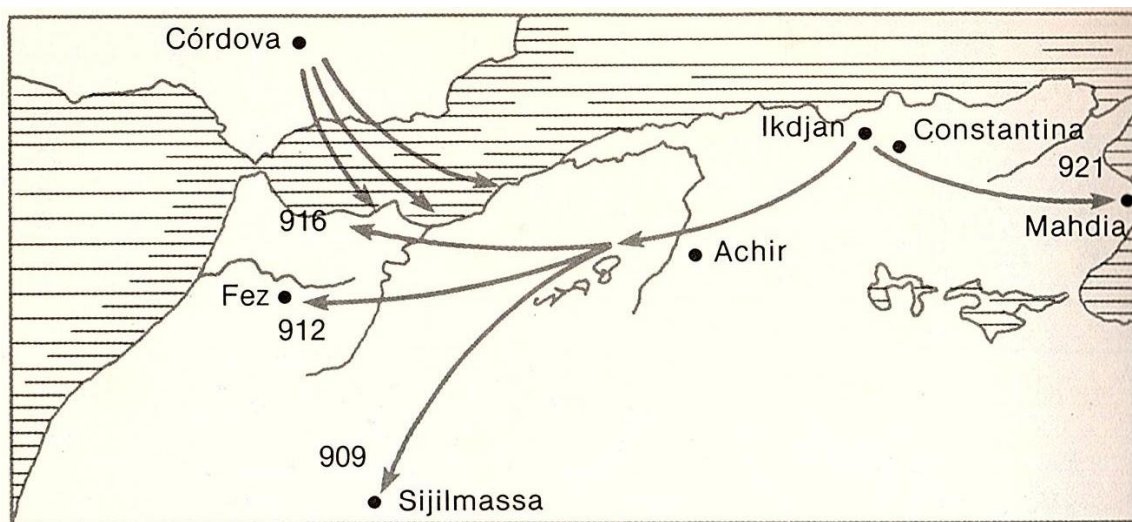


Figura 08: A conquista fatímida. Fonte: LACOSTE, 1991 [1966], p.254.

A origem do Império Almorávida são grupos nômades provenientes do Saara. No século XI, a origem do poderio desse império liga-se ao controle das caravanas do ouro, cujo destino – além da África do Norte – era a Andaluzia. Esses grupos nômades berberes saarianos apoderaram-se inicialmente das cidades sudanesas de onde partiam as caravanas tendo o Magrebe como o destino e, posteriormente, capturaram a Sijilmassa em 1056. Fundaram Marraquexe em 1062 e depois conquistaram o Marrocos, parte do Magrebe Central e os reinos muçulmanos da Espanha, em 1110. No auge, estendeu-se da Mauritânia ao sul da Península Ibérica (FIGURA 09).

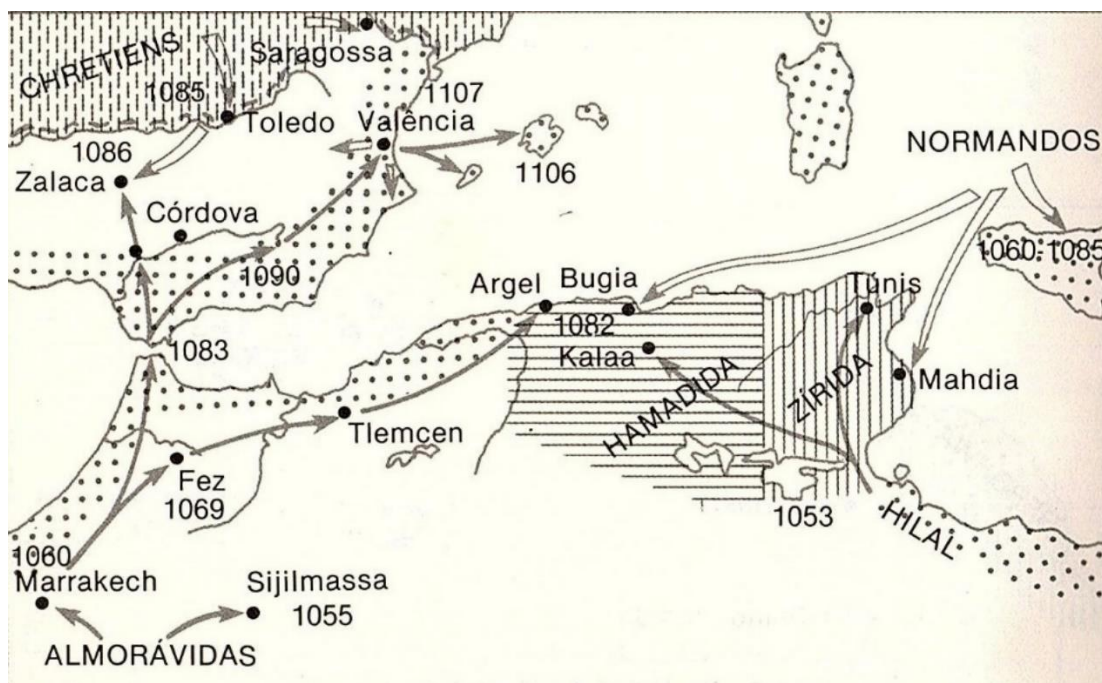


Figura 09: A África do Norte no século XI. Fonte: LACOSTE, 1991 [1966], p.254.

Finalmente, no século XII, grupos berberes do Alto Atlas fundaram o núcleo do Império Almôada (FIGURA 10). Os almôadas originaram-se no Marrocos e combateram os Almorávidas até conseguirem tomar a cidade de Sijilmassa, em 1145. A conquista de Sijilmassa abre espaço para conquistarem o Marrocos, o Magrebe Central, a Ifriqiya (1152) e a parte sul da Península Ibérica. No seu auge, estendia-se pelo Magrebe até a Península Ibérica – inclusive cidades como Valência.

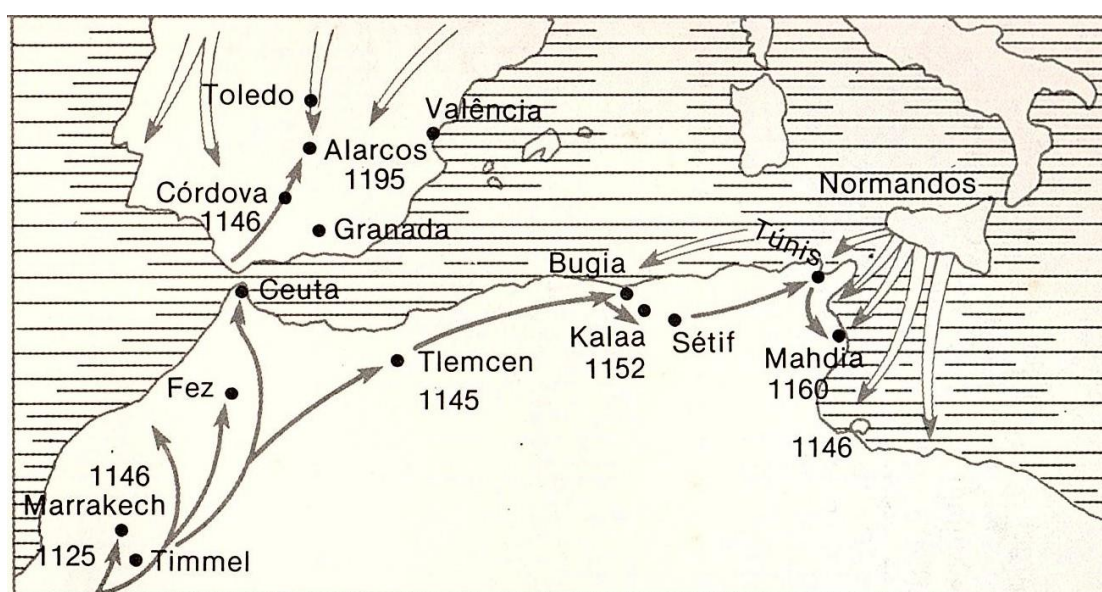


Figura 10: A conquista almôada. Fonte: LACOSTE, 1991 [1966], p.255.

Paulatinamente, no século XIII, os almôadas vão enfraquecendo, sobretudo quando perdem Sijilmassa (1255) para os Merínidas (FIGURA 11). O Império Merínida, oriundo de tribos berberes do Magrebe, tomaram Marraquexe, mas sem conseguir recuperar os territórios da Península Ibérica e, principalmente, reunificar o Magrebe. Essa ausência de unidade e centralização política concorreu para uma profusão de divisões internas e fronteiras territoriais fluidas.

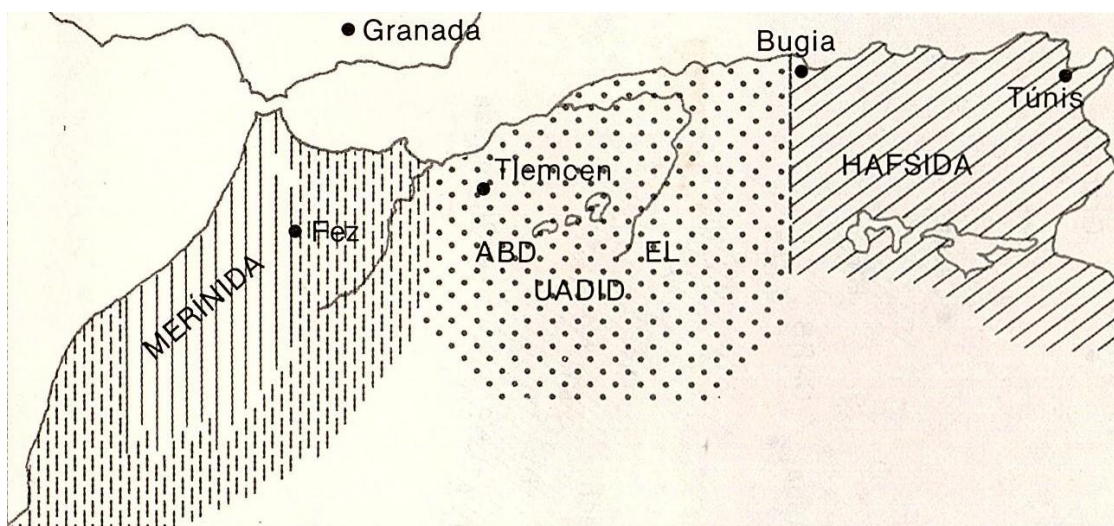


Figura 11: A África do Norte no século IX, atenção para o Império Merínida. Fonte: LACOSTE, 1991 [1966], p.255.

Uma das causas do declínio do Magrebe foi o desvio pelo vale do Nilo das rotas transaarianas do ouro do Sudão. Em vários momentos de sua obra sobre Khaldun, Lacoste (1991 [1966]) reafirma esse fato. Assim, a África do Norte não estava apartada dos grandes centros comerciais, vez que em suas cidades os mercadores orientais e cristãos encontravam-se com os negociantes magrebinos. Este tráfico de ouro oriundo do Sudão, que durante longo tempo o Magrebe controlou, era um verdadeiro motor do desenvolvimento, fator de força e importância econômica dessa região na Idade Média.

Contudo, depois do grande crescimento muçulmano até o século XIII, o Magrebe inicia sua desaceleração socioeconômica. Lacoste (2010a) exemplifica com o cerco de Bagdá pelos mongóis. Ele expõe que Khaldun não vê as causas, vez que os mongóis não invadiram o norte da África. Também não sabe que as rotas do ouro – a explicação original do geógrafo – do Sudão começam a se desviar do Magrebe para passar pelo vale do Nilo, que já está aberto ao comércio árabe.

Consoante o geógrafo, Khaldun também não entende por que um grande Estado não é mais apto a refazer a unidade político-territorial do Magrebe. Esta é sua aspiração. Isso também

é confirmado por Araújo (2007, p.133), para quem o ideal político de Khaldun era “o estabelecimento de Estados estáveis e bem organizados”, daí sua “nostalgia do período almorávida e almôada que unificaram e trouxeram ordem ao Magreb e em al-Andalus”. Assim, essa dupla incompreensão de Khaldun faz com que ele manifeste seu “*mauvaise humeur*” aos cidadãos, os do *umran hadari*, que ele acusa ter perdido as virtudes guerreiras, aquelas do *umran badawi*.

Yves Lacoste não concorda que *umran badawi* e o *umran hadari* sejam traduzidos por “sociedade beduína/nômade” e “sociedade sedentária”, respectivamente. Isso em razão de Khaldun descrever enquanto *umran badawi* tribos de pastores nômades, populações sedentárias das montanhas, camponeses arboricultores – a exemplo dos Cabilas e os *Chleuhs* do Alto Atlas. Na categoria *umran hadari* Khaldun não colocou todas as populações sedentárias, mas sim apenas populações urbanas. Por uma maior precisão conceitual, o geógrafo traduz *umran badawi* por *gens du bled*; e *umran hadari* por *gens de la ville*. Como reconheceu Beatriz Bissio (2012, p.128-129):

No seu livro *Ibn Khaldun: nascimento da história, passado do Terceiro Mundo*, lançado nos anos 1960 e hoje considerado uma obra clássica da geografia humana contemporânea, Yves Lacoste já chamava a atenção para a complexidade da tradução dos conceitos de *umram badawi* e *umram hadari*, no sentido utilizado pelo historiador. Ele afirmava que traduzir *umram badawi* por vida nômade, restringindo-lhe o significado, e *umram hadari* por vida sedentária, ampliando indevidamente esse outro conceito, contradiz as indicações explícitas de Ibn Khaldun, que basicamente contrapõe habitantes de áreas rurais e de áreas urbanas. Por outro lado, é também um erro apresentar de maneira estática os conceitos de *umram badawi* e *umram hadari*, já que o autor demonstra que são dois tipos de sociedades antagônicas, mas dentro do quadro de uma evolução geral. Nesse sentido, os nômades formam parte do *umram badawi*, enquanto que no *umram hadari* Ibn Khaldun destaca as nuances que há entre as populações dos campos suburbanos e os moradores das cidades propriamente.

A distinção entre *badawi* e *hadari*, portanto, não se baseia tanto na diferença dos “gêneros de vida”, mas sim na diferença social e política entre uma cultura do *bled* (*badawi*) e uma cultura urbana. Na cultura do *bled*, o fato tribal é de grande importância (não importando se são nômades ou camponeses sedentários); na cultura urbana coexistem as *gens* de diversas origens tribais e onde as diferenças são profissionais e sobretudo vinculadas aos diferentes níveis de poderes estatais. E Khaldun, ao estudar a história de determinadas grandes tribos do *bled*, todas as que fundaram um império conquistando a capital do império antecessor, mostra que elas gradualmente passaram do *umran badari* ao *umran hadari* (LACOSTE, 2010a).

O geógrafo explica que as relações que se tecem entre as tribos (sedentárias, nômades ou seminômades) e a grande cidade são dialéticas e de força. A grande cidade é a capital do

maghzen (Estado). Conforme Khaldun, o *maghzen* funda-se por um grupo de tribos do *bled* (nômades ou sedentários), conduzidos por um líder e os guerreiros de sua tribo. Derruba-se o Estado anterior e substitui-se sua capital. As tribos vitoriosas são, portanto, *gens du bled* que se urbanizam pouco a pouco. Ao se urbanizarem, a *gens de la ville* vai perdendo sua capacidade de combate, enfraquecem-se e cedem a capital a um novo grupo de tribos da cidade que ainda não perdeu seu valor guerreiro. Bissio (2012) explica que Khaldun mostrava, dialeticamente, que as conquistas territoriais que originam grandes impérios – pensemos no Almôada e Almorávida – geram um processo de urbanização que, por contradição, corrói a anterior vida austera dos camponeses. A cidade torna-se o espaço da corrosão da solidariedade, da coesão interna. A noção khalduniana fundamental nessa transição é a *asabiya*.

Trata-se de outro neologismo seu, que, à falta de melhor expressão, tem sido traduzido por espírito de corpo ou solidariedade agnática. A *assabiya* é responsável pela coesão que faz os contingentes beduínos tão fortes e temíveis e permite entender por que os povos menos civilizados são os que realizam as conquistas mais vastas. Para proteger os seus acampamentos, os beduínos contam com grupos de guerreiros formados pela sua juventude mais valente; mas seriam incapazes de rejeitar um ataque se não estivessem ligados pela *assabiya*, o fator que os faz superar os piores desafios. O historiador explica que nem todos os governos e todas as sociedades têm *assabiya*, constatando a sua ausência na maior parte do mundo muçulmano do seu século, exatamente onde no passado se estabeleceram os Estados que, comparativamente, eram os mais estáveis e os mais poderosos” (BISSIO, 2012, p.134)

Para Khaldun, a potência política de um grupo de tribos repousa na *asabiya*: a coesão de uma tribo dirigente em torno de uma família governante que, a partir da montanha ou da estepe, leva atrás de si outras tribos na conquista do Estado cuja *asabiya* enfraqueceu na vida citadina, ao abrigo das muralhas. Por sua vez, Lacoste (2018a; 2010a) definiu *asabiya* como “o motor do devir do Estado”. O geógrafo acrescenta que *asabiya* é um conceito geopolítico porque a tribo real que funda um novo Estado controla o *bled Maghzen*, enquanto que as tribos das quais um novo grupo líder surgirá estão no *bled siba* (montanhas e estepes). Este é o território da dissidência, onde as tribos se recusam a pagar o imposto; aquele é o controlado pelo Estado. A fraqueza de um Estado depende de sua coesão, da solidariedade, da *asabiya* da tribo real. Com efeito, a *asabiya* deriva do poder que um líder e os seus apoiantes exercem sobre o conjunto de um grupo. O declínio da *asabiya* no *bled Maghzen* é a raiz da ascensão do *bled siba*.

Araújo (2007, p.123) julga ser a *asabiya* um conceito dialético – bem próximo do que pensa o geógrafo – e enumera três momentos no qual cada um constitui uma contradição em relação aos outros:

1. O estado puro (beduíno). Essa força torna-se um poder conquistador; 2. O igualitarismo tribal que caracteriza o *al- 'umran al-badawi* que vai redundar no despotismo de um chefe; 3. A destruição, quando o soberano recruta forças mercenárias para defender seus privilégios e o bem-estar de seu *al- 'umran al-hadari*. Assim, a *'asabiyya* desse Estado decadente cede espaço a uma nova. É importante observar que cada *'asabiyya* assume um papel histórico ao menos por três gerações.

A *asabiya* existe em *quase* todas as tribos (sejam elas nômades ou camponesas) onde a solidariedade da tribo faz com que seus membros apoiem os empreendimentos bélicos de alguns deles contra as tribos vizinhas e, acima de tudo, contra o aparelho de Estado que pretende impor sua autoridade às tribos e fazê-las pagar imposto. Esse poder do Estado é o resultado de cada dinastia de uma tribo do *bled* que, através da valentia dos seus guerreiros e de sua forte ideia de *asabiya*, conseguiu suplantá-la a tribo real da dinastia precedente. A *asabiya* enfraquecida de uma tribo é a chave da vitória da outra. Ela começa a declinar a partir do momento em que, na sua capital, o novo rei busca ser obedecido pelos membros da sua própria tribo – que o conduziu à vitória. De acordo com Lacoste (2010a), no seio da tribo real que se tornou urbana, a *asabiya* se dissolve em três gerações – da mesma forma que raciocina Araújo (2007). O resultado é a queda do Estado sob os golpes que lhe sucederá e conheceu o mesmo destino.

A força da *assabiya* — ponto de partida de Ibn Khaldun para explicar por que os povos menos civilizados realizam as conquistas mais vastas — sucumbe diante do luxo e em função da abundância decorrentes da tomada do poder; ela vai desaparecendo na medida em que mudam os hábitos da tribo, antes adaptada às agruras do deserto ou das estepes e depois confortavelmente assentada nos centros urbanos. Os guerreiros de ontem, transformados em elite da cidade conquistada, abrem mão da austeridade que caracterizava a sua vida anterior; o processo se agrava com filhos e netos. A mudança dos hábitos alimentares, da frugalidade para a abundância tão perniciosa, é um dos elementos presentes na transformação sofrida por esses beduínos. Ao deixarem para trás os espaços desérticos e as tendas para residir nos centros urbanos, o excesso e a diversidade das comidas contribuem, sem dúvida, adverte Ibn Khaldun, para a decadência física e moral (BISSIO, 2012, p.229)

A *asabiya* é ela própria uma causa interna – coesão de uma tribo, solidariedade orgânica. O Magrebe é por isso um “passado do terceiro mundo”; à época em que Lacoste estuda Khaldun (1953-1966), é uma *situação regional de subdesenvolvimento*, pois no seio da situação de subdesenvolvimento do continente africano.

Lacoste não podia levar o manuscrito para a *Presses Universitaires de France* porque Charles-André Julien tinha direito de veto. Por isso ele procura François Maspero (1932-2015) e envia o manuscrito para a editora homônima. “Eu não conhecia Maspero”. O livro seria

publicado dentro de três meses. E Maspero disse à Yves Lacoste: “o que você escreve sobre Ibn Khaldun me muda... das histórias marxistas. Ibn Khaldun era marxista?” (Entrevista com Yves Lacoste, 19/04/2022). A editora de François Maspero publica a obra, que também foi traduzida na Síria, no Líbano – e na Coreia (LACOSTE, 2010a).

Embora o sucesso, Lacoste adverte: “é uma obra destinada ao grande público, eu jamais disse que era uma obra científica! E sou incapaz de fazer uma obra dita científica sobre Ibn Khaldun. Não é meu trabalho. É necessário ser arabista. Bom, eu não sei” (Entrevista com Yves Lacoste, 19/04/2022). Tal qual *Les pays sous-développés* e *Géographie du sous-développement*, *Ibn Khaldun* foi objeto de resenhas, a exemplo das dedicadas pelo historiador Roger Le Tourneau, o sociólogo Jean-Paul Charnay (1928-2013) e o geógrafo Marc Côte.

Côte (1966) pondera que o objetivo de Lacoste, ao estudar a vida e a obra de Khaldun, é duplo: (1) devolver a este grande pensador o lugar que lhe convém; e (2) mostrar a intuição que o historiador magrebino teve da situação socioeconômica dos países islâmicos do Mediterrâneo ocidental no século XIV. Na visão de Côte, essa situação do Magrebe no século XIV era um presságio do subdesenvolvimento ulterior em relação aos países ocidentais.

Charnay (1966) considera que Lacoste se empenha em apresentar uma explicação de Khaldun a partir da exposição do método histórico – seu pensamento histórico – gênese e campo de aplicação. A evolução do poder e dos Estados magrebinos é resultado de uma análise dos fatores estruturais internos das próprias sociedades. Charnay finda atentando para o caráter engenhoso e, às vezes, inovador e fecundo da obra e interpretação do geógrafo.

Le Tourneau (1968) nota que Lacoste imola E-F. Gautier no altar de Ibn Khaldun – pelos motivos já vistos. Ele concorda com o geógrafo no que tange à chegada dos árabes, exceto no *pays Ziride*. Lá tratou-se mais de uma lenta infiltração voluntária que de uma invasão. Contudo, está em desacordo com o geógrafo no que tange ao quantitativo dos hilalianos. A derrota do exército zirida pelos *Banu Hilal* seria um indicativo da considerável força deste. Os Hamadidas, também pela mesma razão, foram forçados a deixar sua capital *Qal'a* por *Bougie*. Charnay também considerou que Lacoste minimizou a invasão dos hilalianos.

O historiador julga que Lacoste foi esquemático quanto ao comércio de ouro entre o Magrebe e o Sudão. Em sua visão, o geógrafo é muito seguro de que o comércio aurífero seria a principal corrente de explicação da história medieval do Magrebe. Sabe-se que esse comércio existiu, mas não sua extensão e regularidade. Le Tourneau escreve que a tese do desvio do comércio de ouro enquanto razão principal do declínio do Magrebe seria pura afirmação. E observa que se pode perguntar por que venezianos, genoveses e outros comerciantes europeus estavam em números crescentes no Magrebe do século XIV ao XVI.

Uma última crítica: na visão de Le Tourneau, o geógrafo marxiza com demasiada generosidade um pensador magrebino do século XIV. Araújo (2007, p.41), por seu turno, também considera a abordagem de Lacoste marxista: “No século XX devemos destacar a leitura dos *Prolegômenos* sob o ponto de vista marxista”. Continua: “em 1956, Yves Lacoste publicou um artigo que viria a ser a base de sua obra mais importante sobre Ibn Khaldun. Nele, Lacoste analisa a crise do século XIV, atribuindo sua origem à ausência da burguesia urbana”³⁶². As críticas de Le Tourneau dizem mais respeito aos temas propriamente históricos. E isso não o impede de reconhecer, com justiça, os valores da obra lacosteana: ele é um admirador sincero e com discernimento que escreveu páginas muito boas sobre o pensamento de Khaldun.

Posteriormente à publicação de *Ibn Khaldoun*, uma nova etapa – já transvista – se inaugura no pensamento e na atividade lacosteana. Ele se torna, com as obras e os artigos que analisamos, um geógrafo especialista em subdesenvolvimento – praticamente sem rivais³⁶³. As discussões sobre colonialismo e desenvolvimento, que traspassa as obras do período 1959-1965, serão elevadas à um patamar superior – aquele eminentemente geopolítico, em especial do terceiro mundo. O caminho do *aufhebung* são as pesquisas no Afeganistão, Burkina Faso e Cuba; o maio de 68 em Paris e a Guerra do Vietnã. Se a geografia serve – em primeiro lugar – para fazer a guerra, veremos que com a *guerra também se faz geografia*.

³⁶² O artigo que Araújo faz alusão é: LACOSTE, Yves. La grande œuvre d'Ibn Khaldoun. **La Pensée** – revue du rationalisme moderne. Nouvelle série n°69, septembre-octobre 1956, p.10-33.

³⁶³ O que não quer dizer, por óbvio, que ele era o único geógrafo a dissertar sobre esse tema. Nesse rol, apenas para nos restringirmos ao período entre 1954 e 1966, podemos listar intervenções de Pierre George, Josué de Castro, Norton Ginsburg, Bernard Kayser e Daniel Noïn.

CAPÍTULO 3. TRANSIÇÃO À GEOPOLÍTICA: CAMPO, GUERRA E EPISTEMOLOGIA (1966-1975)

A querela entre *géographie appliquée* e *géographie active* de fato revelava uma discussão epistemológica de fundo sobre o que a Geografia era, bem como o que ela poderia e deveria ser. Cada plano da disputa estava influenciado por elementos teóricos e metodológicos que escapavam à disciplina. *Exempli gratia*: o marxismo, o estruturalismo e a teoria geral dos sistemas. Nesse primeiro momento, como veremos, será o estruturalismo que imprimirá marcas no pensamento de Yves Lacoste. Sua filiação à geografia ativa, por oposição à geografia aplicada, encontra no trabalho de campo mais um argumento a favor. Aliás, lembremos, um dos fatores que conduz Lacoste a rejeitar a geologia é a matematização dessa ciência e sua prática vinculada aos laboratórios.

Na França, a força da escola vidaliana servia de resguardo à crescente influência dos métodos quantitativos que iam, ao mesmo tempo, corroendo-a. A geografia francesa se abriu para as influências do sueco Torsten Hägerstrand (1916-2004), do estadunidense Edward Ulmann (1912-1976), bem como dos britânicos Richard Chorley (1927-2002), Brian Berry, Peter Haggett e David Harvey. Haggett, Hägerstrand e Berry farão parte do “conselho de patronagem³⁶⁴” da revista *Espace géographique*, fundada em 1972 pelo geógrafo Roger Brunet (ORAIN, 2009, p.250). Além desses grandes nomes da análise locacional, a revista contava com a presença de importantes nomes da geografia francófona: Jacqueline Beaujeu-Garnier, Paul Claval, Olivier Dollfus, Armand Frémont, Pierre George, Étienne Juillard, Jean Labasse, André Meynier, Philippe Pinchemel, Gilles Sautter, Jean Tricart. O geógrafo suíço Jean-Bernard Racine e o economista Jacques-Raoul Boudeville também integraram essa equipe.

Se, como ensina Vincent Berdoulay, a *escola francesa de geografia* respondia ao *desafio alemão*, agora o desafio era sobretudo anglo-saxão. Para uns, os métodos quantitativos eram – rigorosamente – modelos. Para outros, esses mesmos métodos eram objeto de repulsa ou, no mínimo, eram auxiliares. Diversidade, mas também unidade: ambas correntes buscam romper as limitações pátrias. Não seria correto pensar que a geografia francesa estava se internacionalizando cada vez mais? Pois é certo que o contato dos geógrafos do Hexágono com outros colegas de pátrias distintas, especialmente a Alemanha, ocorria pelo menos desde o final do século XIX:

³⁶⁴ *Conseil de patronage*.

Desde o começo dos anos 1870, Vidal de La Blache se pôs a viajar frequentemente à Alemanha, onde visitava os seminários ou os laboratórios de geógrafos célebres, como Ferdinand von Richtofen, Oskar Peschel, Theobald Fisher e Ratzel. Com a ajuda de bolsas, Emmanuel de Margerie esteve na Alemanha em 1885, Camena d’Almeida, em 1886, de Martonne, em 1896-1897. Brunhes foi ao seminário de Ratzel, em Leipzig, em 1904, e retornou à Alemanha em 1910 (BERDOULAY, 2017 [1981], p.17).

Para além do “desafio anglo-saxão”, outro problema continuará marcando essa época e, como não poderia deixar de ser, Yves Lacoste: a especialização do conhecimento punha em xeque a unidade da geografia – ameaçada pela ruptura em “física” e “humana”. Quanto mais a geografia se expandia, mais ela se especializava, novos métodos surgiam e mais a ameaça de cesura avizinhava a ciência em tela. Como resolver essa contradição entre unidade e especialização? Veremos de que forma o geógrafo em tela enxergará no conceito de subdesenvolvimento uma resposta possível.

A propósito, a atualidade desse conceito caminhava lado a lado ao envelhecimento daquele de região. E isso era um sintoma do enfraquecimento da geografia vidaliana. O obstáculo da “região-escala” será uma das primeiras críticas que Lacoste fará à Vidal de la Blache – em defesa das diversas escalas de análise, tema que o acompanhará desse momento em diante. Isso desvela, tal qual analisaremos, uma direção do pensamento do geógrafo em tela que vai desaguar numa postura que busca refundar, ou no mínimo reformar, a geografia – através de obras e revistas. Certamente, ele não está isolado nessa empreitada: Armand Frémont dá novo impulso aos estudos locais e regionais através da ênfase na experiência do espaço vivido (*espace vécu*), ao passo que “Georges Bertrand e Gabriel Rougerie tentaram construir laços mais estreitos entre a geografia natural e a humana através da análise da paisagem³⁶⁵” (CLAVAL, 2000, p.240). Roger Brunet também estará nessa seara.

Considerado um “capitão de indústria³⁶⁶” e criador de uma “vasta empresa geográfica³⁶⁷”, por Jacques Lévy (2002 [1996], p.226), Brunet já era considerado um mestre no início da década de 1970. Desde 1966, ele era professor em Reims e muito da sua maestria era proveniente tanto da sua *thèse*, *Les campagnes toulousaines* (1965), quanto da *thèse secondaire* intitulada *Les phénomènes de discontinuité en géographie* – publicada em 1968. Nesse último caso, Jacques Lévy nos aponta as razões para essa maestria: a capacidade de generalizar, teorizar e modelizar, bem como a presença dos elementos decisivos de seus trabalhos futuros:

³⁶⁵ Georges Bertrand and Gabriel Rougerie tried to build closer links between natural and human geography through the analysis of landscape.

³⁶⁶ Capitaine d’industrie,

³⁶⁷ Vaste entreprise géographique.

um pouco de marxismo e muito de estruturalismo, uma postura tanto de “engenheiro do social” como de investigador, ideias inovadoras, mas também uma aptidão muito real ao comando, propostas expressas numa linguagem clara e cortante, mas não desprovidas de ambições literárias³⁶⁸ (LÉVY, 2002 [1996], p.227).

Figura de proa da modernidade, promotor de concepções estruturalistas e apologista de uma geografia teórica, coube à Brunet desenvolver o pequeno Instituto de Geografia de Reims e já em 1969 ele fundará a revista *Travaux de l'Institut de géographie de Reims* (ORAIN, 2009). Desde 1970, Brunet desenvolve uma interpretação cartográfica da geografia humana (CLAVAL, 2000). Em 1972, ele vai criar a revista *L'Espace géographique* um órgão dos geógrafos modernistas diante dos conformistas agrupados em torno da *Annales de géographie* (LÉVY, 2002 [1996]).

Assim, é nesse contexto de transformações institucionais, de crise e desafios acadêmicos que começa uma fase na vida e no pensamento de Yves Lacoste que podemos qualificar de intenso engajamento e ação. No espírito da geografia ativa ele atravessará o período que vai de 1966 até 1975 – às vésperas das publicações mais decisivas de sua carreira: o lançamento da revista *Hérodote* e a estrondosa obra *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre* (ambas de 1976). As sendas desse tempo espacializaram-se nas pesquisas de campo que ele leva a cabo no terceiro mundo: em Alto Volta, os problemas de desenvolvimento agrícola e a luta contra a oncocercose; em Cabul, alguns problemas do Afeganistão são estudados: o crescimento demográfico, o fato urbano, as favelas; em Cuba, participa de um Congresso Cultural e reflete sobre as estratégias em torno de *Sierra Maestra*; no Vietnã, os horrores dos bombardeamentos dos diques do rio Vermelho. África, América Latina e Ásia: em cada continente uma intervenção, uma ação, um tipo de engajamento. Serão essas experiências concretas que, somadas ao maio de 1968 em Paris, fornecerão o substrato para sua primeira reflexão epistemológica sobre a Geografia. Entrementes, ele intervirá três vezes (1966, 1967 e 1968) sobre um tema caro aos seus países e à sua geografia: o subdesenvolvimento. Começamos pela experiência em Alto Volta.

³⁶⁸ [...] un peu de marxisme et beaucoup de structuralisme, une posture « d'ingénieur du social » autant que de chercheur, des idées novatrices mais aussi une très réelle aptitude au commandement, des propositions exprimées dans un langage clair et coupant, mais non dénuées d'ambitions littéraires.

I – Alto Volta: a trajetória do engajamento do homem de síntese. A escolha geopolítica da capital, a luta contra a oncocercose e os problemas de desenvolvimento agrícola

Graças à publicação de *Géographie du sous-développement*, Yves Lacoste foi convidado pelo *Secrétariat des missions d'urbanisme et d'habitat* (SMUH) para um colóquio sobre crescimento urbano. O SMUH era o organismo que analisava – para o Ministério francês da Cooperação – questões de urbanismo e ordenamento territorial nos Estados francófonos da África tropical. Em suas memórias, Lacoste (2018a) não diz onde foi o colóquio. Ele foi à uma reunião de urbanistas e

[...] este é o momento em que se começa a falar muito sobre favelas. O termo, eu escuto os urbanistas planejadores urbanos, havia arquitetos, tudo isso, e eu digo a eles: “sabe, a palavra favela não se refere a todas as regiões, todos os bairros pobres”. Porque a tendência era chamar tudo de favela. Não! Um bairro pobre com casebres [taudifié], povoado por pessoas pobres, não é um bairro construído com chapas de metal que usamos a partir de latas de petróleo, latas de petróleo grandes em que se transportava petróleo antigamente. Espalha-se a chapa e então faz um telhado. Isso é uma favela com pilares, sem madeira, árvores etc. Então eu disse: “a tendência de chamar tudo favela é uma tendência ruim. Há favelas que estão sendo construídas com muros de pedra... tijolos, algo assim, quando as pessoas têm mais dinheiro ou quando são substituídas por pessoas menos pobres”. O auditório ficou bastante surpreso (Entrevista com Yves Lacoste, 19/04/2022).

Em todo caso, durante o colóquio, ele havia criticado o emprego do termo *bidonville* (favela) e que essa palavra tinha aparecido em Casablanca, Marrocos, “onde se reutilizavam as grandes latas de petróleo que chegavam ao porto³⁶⁹” (LACOSTE, 2018a, p.137). Depois de aplainadas, “tornavam-se placas com as quais poder-se-ia fazer telhados para as cabanas dos bairros situados na periferia dos centros das cidades³⁷⁰” (LACOSTE, 2018a, p.137). Com o passar do tempo, por metonímia, a palavra favela passou a significar, no mundo inteiro, todo habitat pobre, no centro ou na periferia das cidades. Tais terrenos eram comprados de volta à medida em que aumentavam paulatinamente de valor. Os moradores menos pobres substituíam os primeiros moradores das favelas, que eram despejados. Com o SMUH, foi decidido lançar uma pesquisa internacional sobre as formas subintegradas de crescimento urbano, tal qual qualificou o geógrafo Mohamed Naciri (1980).

Naquele auditório havia um senhor que tinha saído da *École Polytechnique* e era arquiteto e urbanista: Michel Arnaud. Arnaud ligou para o geógrafo pois ficou interessado no

³⁶⁹ [...] où l'on réutilisait les gros bidons de pétrole arrivés au port.

³⁷⁰ [...] ils devenaient des tôles dont on pouvait faire des toits pour les cabanes des quartiers situés en périphérie des centres-villes.

que havia ouvido durante o colóquio e disse que queria vê-lo. Primeiramente, perguntou se Lacoste já tinha estado na África Tropical; depois se ele tinha interesse em ir para a África Tropical. Tempos depois, o geógrafo recebeu uma passagem de avião e contatos para circular. Arnaud explica que Alto Volta era independente muito recentemente e queriam mudar a capital para Ouagadougou – antiga capital do império Mossi (Entrevista com Yves Lacoste, 19/04/2022).

É dessa forma que se inicia uma das primeiras experiências de geografia ativa, de engajamento, de Yves Lacoste: é a pesquisa de campo que o geógrafo efetua na então *République de Haute-Volta* (LACOSTE, 1966b). A história e os resultados dessa pesquisa, que ora passamos a analisar, foram comunicados num artigo publicado, na edição de julho-agosto de 1966 do *Bulletin da Association de géographes français* cujo título é: *Problèmes de développement agricole dans la région de Ouagadougou (Alto Volta)*. Duas observações prévias: (1) podemos dizer que um dos objetivos do geógrafo nessa pesquisa era, de certa maneira, esboçar possíveis modalidades concretas de desenvolvimento (agrícola) em Ouagadougou (nível local); e (2) o ponto de partida da *démarche* lacosteana é exatamente aquela da geográfica clássica francesa, qual seja, a descrição das condições naturais e sociais. Senão, vejamos.

Em 05 de agosto de 1960, a *République de Haute-Volta* torna-se independente da França. Os resultados ainda se fariam sentir 23 anos depois do fim da dominação e exploração imperialistas. Os dados compilados pelo revolucionário marxista Thomas Sankara (1949-1987) não negam: Alto Volta era um país agrário com 90% da força de trabalho empregada no setor rural, responsável por 45% do PIB nacional e 95% das exportações do país. O déficit comercial era tamanho que o valor das exportações cobria somente cerca de 25% das importações; a taxa de matrícula era de apenas 16% e cerca de 92% da população era analfabeta; havia ainda um leito hospitalar para cada 1,2mil pessoas e um médico para cada 48 mil pessoas (SANKARA, 2019 [1983], p.25-26).

A originalidade da República de Alto-Volta, no seio dos Estados da até então África Ocidental francesa, era ser mais povoada que as regiões circunvizinhas sem ter condições naturais particularmente favoráveis: uma densidade média de 16 hab./km² (LACOSTE, 1966b). Do mesmo modo que havia percebido em relação à Cabul-Afeganistão, a densidade na região da capital Ouagadougou era ainda maior: “em menos de ¼ da superfície de Estado, vivem cerca de 2 milhões de pessoas, ou seja, metade da população voltaica³⁷¹” (LACOSTE, 1966b, p.4). A

³⁷¹ [...] sur moins du quart de la surface de l'Etat, vivent environ 2 millions d'hommes soit la moitié de la population voltaïque

densidade média que circunda a capital é superior à 30hab/km² e ultrapassa 60hab/km² no círculo de Koudougou; no cantão de Bazoulé (20 km à Oeste de Ouagadougou) ela atinge 87 hab/km² e em Ziniaré (30 km à Nordeste da capital) alcançam mais de 140 hab/km² (LACOSTE, 1966b).

O que explica essas densidades excepcionais? O geógrafo não crê que seja explicado pela presença da capital. Foi só em 1947 que Ouagadougou sucedeu a Bobo-Dioulasso enquanto capital de Alto Volta. Isso se deveu por duas razões: (1) a importância numérica; e (2) o papel político que o grupo Mossi³⁷² detêm no seio das populações voltaicas (LACOSTE, 1966b). Essas duas razões impediam que Bamako³⁷³, perto da Costa do Marfim, fosse escolhida enquanto capital.

De acordo com Lacoste (2018; 2010a), a hipótese – se nos for permitido utilizar essa palavra – do Ministério da Cooperação era que a escolha geopolítica de Ouagadougou enquanto capital de Alto Volta provocaria um grande crescimento da população urbana, ao passo que nas áreas circunvizinhas aumentaria as densidades da população rural. Tratou-se de uma escolha “geopolítica” interessante, na avaliação do geógrafo, porquanto Ouagadougou situa-se no centro do país e no coração do *pays Mossi* (FIGURA 12).

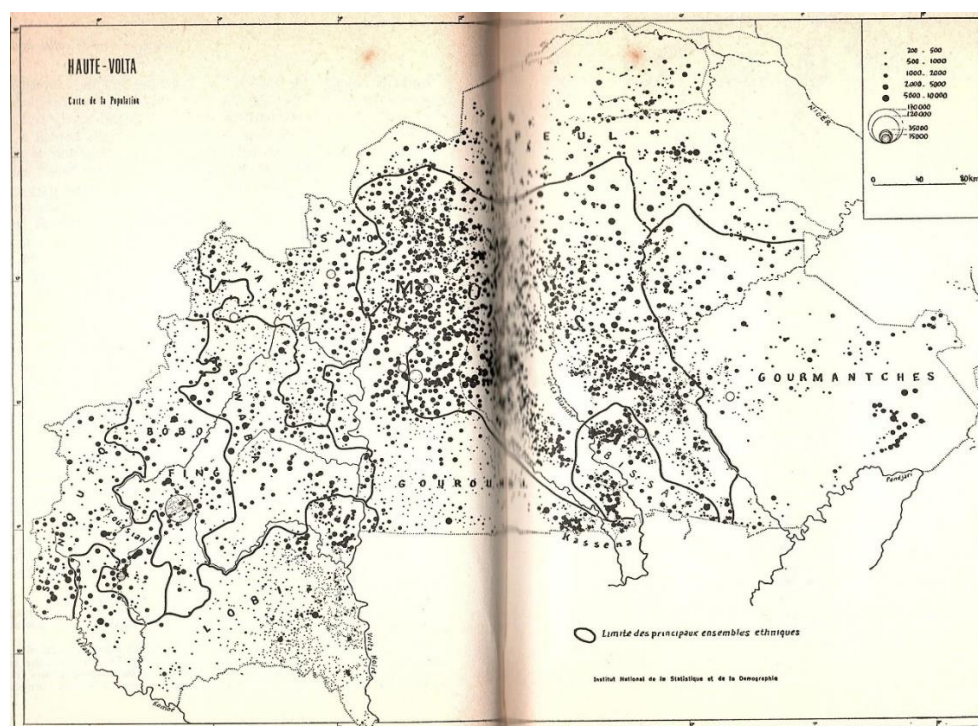


Figura 12: Mapa da população de Alto Volta, com destaque para o *pays Mossi* ao centro. Fonte: LACOSTE, 1980b, p.20-21.

³⁷² Trata-se de um povo da África Ocidental. Na até então chamada Alto Volta, é o grupo étnico majoritário da população.

³⁷³ Não confundir com a cidade homônima capital do Mali.

O *pays* Mossi encontrava-se numa situação de forte densidade populacional, com as regiões vizinhas despovoadas por ataques de mercadores de escravos que vinham sobretudo do vale do rio Níger. Isso foi possível graças à “*asabiya*” dos Mossi, ou seja, a coesão e a solidez das suas estruturas políticas altamente centralizadas. Um exemplo é que os Mossi mantiveram sua religião animista no meio de populações islamizadas (FIGURA 13). Os Mossi e seu aparelho de guerra souberam, durante séculos, formar um bloco compacto que permitiu repelir os invasores, os mercadores de escravos, mantê-los afastados e proteger sua população. Nos anos 1950, a população experimentou forte crescimento demográfico. Sabemos o que isso significa na linguagem lacostea: situação de subdesenvolvimento.

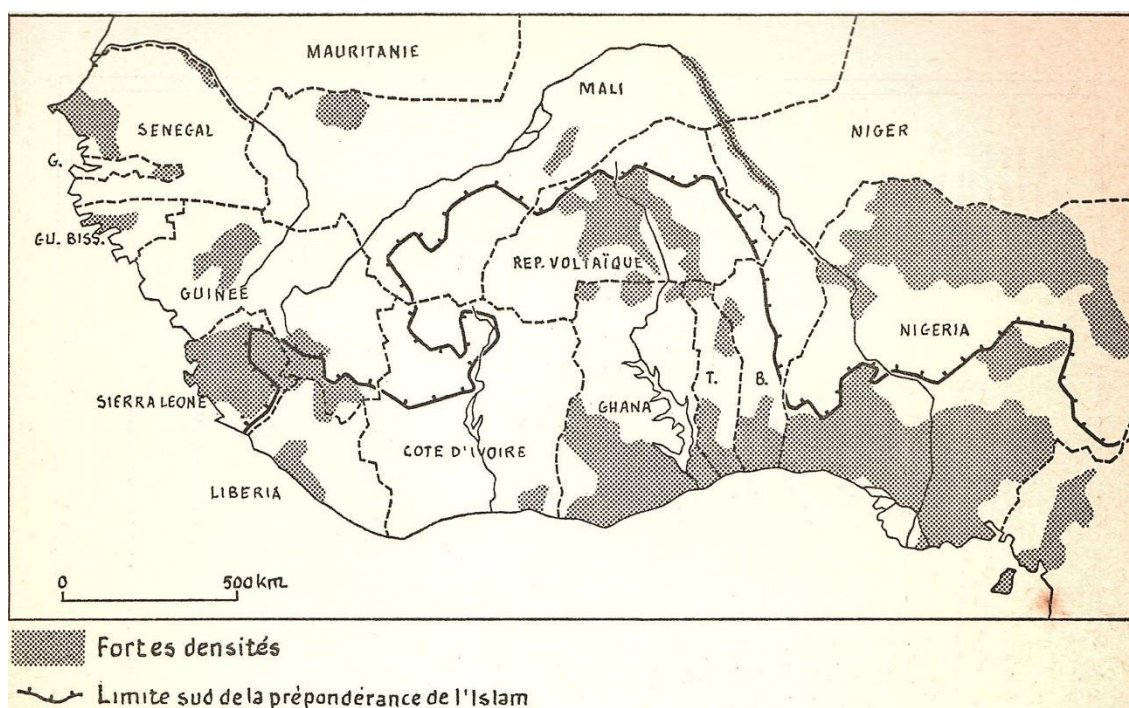


Figura 13: Interseção do conjunto de fortes densidades e do conjunto islamizado. Fonte: LACOSTE, 1980b, p.22.

Então Ouagadougou passou de 17.000 para mais de 80.000 habitantes em 1964 (LACOSTE, 1966b). Apesar disso, a capital desempenhava um papel pequeno na área circunvizinha, sendo uma das razões a baixa comercialização da economia. Desde a independência da França os excedentes comercializáveis reduziram progressivamente: 75% dos amendoins, 85 % do milho e do sorgo, ou seja, o essencial das produções agrícolas pertence ao autoconsumo. Do algodão, somente 65% é comercializado (LACOSTE, 1966b).

A principal zona de cotonicultura não era Ouagadougou, mas sim Ouahigouya, onde os solos são relativamente férteis. Em contrapartida, na região Ouagadougou as condições

pedológicas não eram favoráveis. Esse é o primeiro aspecto que explica o título do artigo. Na região da capital, os solos são pedregosos e pouco desenvolvidos, formando uma camada bastante fina de 50 a 60 cm no máximo. Essas condições pedológicas “se estendem por mais de 80% da superfície dos planaltos, que circundam a capital voltaica³⁷⁴” (LACOSTE, 1966b, p.5). Ademais, os solos hidromórficos não são cultivados, dada sua elevada umidade que diminui a fertilidade.

Os planaltos são atravessados pelos amplos vales do Volta Branco à Leste, e dos Volta Vermelho e Volta Negro à Oeste, que correm na direção do Sul ou do Sudoeste. Esses vales são, diferentemente dos planaltos, corredores de solos hidromórficos – o que explica o fato de serem incultos e quase desertos. No que tange às condições climáticas, a situação também não era muito favorável. Ainda que a pluviosidade anual “esteja compreendida entre 800 e 900 mm, a estação seca dura praticamente 7 a 8 meses por ano³⁷⁵” (LACOSTE, 1966b, p.5). Em Ouagadougou, a irregularidade das chuvas é grande: 1399 mm em 1928 e 499 mm em 1947; o número médio anual de dias chuvosos é de 68, mas pode baixar para 40 durante um ano (LACOSTE, 1966b). A combinação das condições climáticas com a destruição da cobertura vegetal gera um agressivo sistema de erosão: “1800 toneladas de terra seriam arrancadas anualmente em média por quilômetro quadrado³⁷⁶” (LACOSTE, 1966b, p.6).

Destarte, na região de Ouagadougou, os planaltos que a contornam são pobres em água e solos. As condições naturais não favorecem o desenvolvimento agrícola. Esse é um dos primeiros problemas que explicam o título da comunicação lacostean. As potencialidades naturais são limitadas, todavia são ocupados por populações bastante numerosas – tal qual os dados de densidade populacional supracitados revelam. Mas como explicar tais fortes densidades populacionais? Um dos fatores já foi salientado: a “*asabiya*” dos Mossi.

Outro fator que explica as fortes densidades populacionais diz respeito ao crescimento das aldeias [*villages*] que, no contexto de Alto Volta, é utilizado para designar uma “unidade administrativa e não um grupamento de habitat³⁷⁷” (LACOSTE, 1966b, p.6). O geógrafo explica que cada aldeia administrativa se subdivide em distritos [*quartiers*]. Em Ziniare, Boussé, Kombissiri, Sapone e em Ouagadougou (não incluída a população urbana) conta-se 4 distritos por aldeia reunindo em média 70 a 75 famílias. Em Boussé contam-se 90 famílias e em Ziniare, 51. Esses efetivos são bastante desiguais. Distritos que contam com 15 a 20 famílias

³⁷⁴ [...] s'étendent sur 80 % de la surface des plateaux, qui entourent la capitale voltaïque.

³⁷⁵ [...] est comprise entre 800 et 900 mm, la saison sèche dure pratiquement 7 à 8 mois par an.

³⁷⁶ [...] 1.800 tonnes de terre seraient arrachées chaque année en moyenne par kilomètre carré.

³⁷⁷ [...] unité administrative et non un groupement d'habitat.

reúnem em média de 100 a 200 pessoas. Em Kombissiri, totalizam 114 pessoas onde a família reúne em média 7 indivíduos; em Boussé, totalizam 258 pessoas onde a família ultrapassa 12 pessoas (FIGURAS 14 e 15).



Figura 14: Densidade de povoamento dos espaços ocupados. Fonte: LACOSTE, 1980b, p.41.

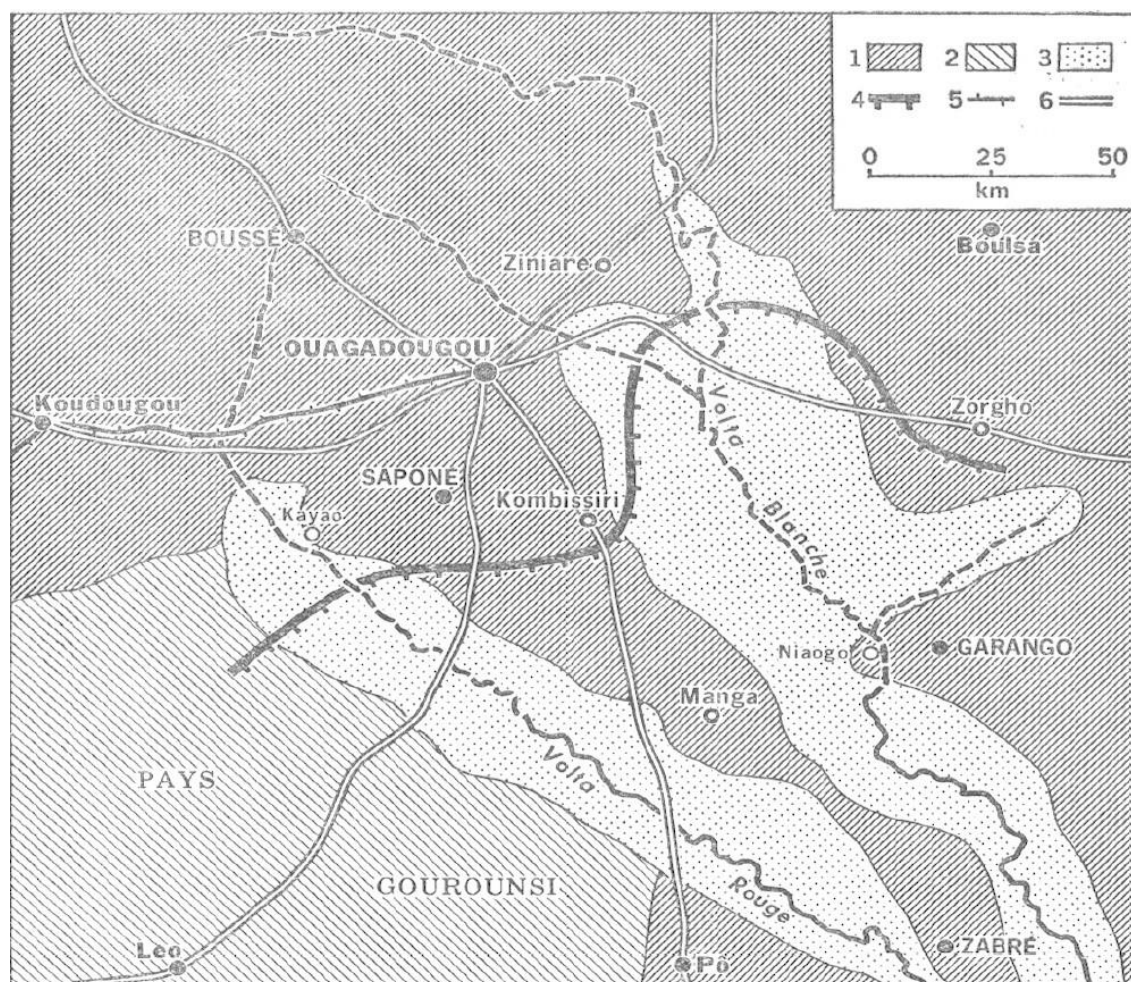


Figura 15: povoamento em Alto Volta. Legenda: (1) Extensões fortemente povoadas; (2) Extensões fracamente povoadas do *pays* Gourounsi; (3) Território praticamente inabitado; (4) Limite setentrional aproximativo da zona de oncocercose; (5) via férrea; (6) Principais rotas; Fonte: LACOSTE, 1966b, p.7.

Lacoste explica que as famílias habitam os *sakas* – células familiares – que estão separadas umas das outras por grandes distâncias. Os *saka* dos grandes chefes de famílias poligâmicas têm tantos compartimentos quanto o chefe tem mulheres. Sua estrutura espacial situa a casa do chefe no centro do círculo interligando as casas das mulheres, dos irmãos e dos filhos. O geógrafo observa que o deslocamento dessas estruturas tradicionais, e o desdobramento das grandes famílias patriarcais, tem engendrado a multiplicação de *sakas* menores. Esses *sakas* menores decorrem da preocupação dos Mossi de se aproximarem dos campos que são obrigados a desbravar no mato (Dougho), distantes dos espaços habitualmente cultivados (Kango). Os Dougho representam 27% do número total de campos (LACOSTE, 1966b). Essa transformação agrícola e social acarreta uma dispersão do habitat.

O geógrafo nota que essa população começou a crescer rapidamente. Noutros termos: avizinha-se a situação de subdesenvolvimento. As transformações sanitárias se aceleraram desde o fim da Segunda Guerra Mundial, particularmente nas cercanias de Ouagadougou donde

se concentra parte dos serviços médicos. Assim, da mesma forma que a situação Cabul-Afeganistão, o crescimento demográfico do *pays* Mossi (região de Ouagadougou) é mais veloz que no resto do país. Com base nas estimativas do *Institut national de la statistique et des études économiques* (INSEE), a taxa de natalidade do *pays* Mossi seria em torno de 50‰ enquanto que a taxa de mortalidade seria de 30‰ a 32‰. A taxa bruta de reprodução³⁷⁸ seria de 3,3. Estimava-se que nesse tempo a população Mossi dobraria em 38 anos (LACOSTE, 1966b).

Esse crescimento demográfico, ainda que moderado, implica outro problema de desenvolvimento agrícola. Não se trata de uma questão de escassez de terras, mas sim de ferramentas, condições climáticas adversas e o tempo de trabalho necessário para remover ervas daninhas. Tudo isso implica uma diminuição do tempo destinado ao cultivo dos campos. Relembremos que uma agricultura deficiente é um dos caracteres do subdesenvolvimento. Ademais, o geógrafo também repara a emigração temporária dos homens para Costa do Marfim e Gana, o que termina por privar a expansão das áreas de cultivo. Lacoste (1966b) calcula em 10% o número da população Mossi ausente há pelos menos 5 anos – àquele momento.

O crescimento demográfico gera uma redução considerável dos pousios. Os campos passam a ser cultivados por 5 a 6 anos consecutivos sem estrume [*fumure*]. Outro problema se adjunta, portanto, àqueles já salientados: a rápida deterioração do solo. A erosão ocasiona a diminuição dos rendimentos e torna necessário desbravar os Dougho, que são justamente os campos com solos mais pobres e difíceis de trabalhar. Nos locais mais densamente povoados, os esforços para alargar os campos são geralmente feitos por mulheres, mas estas não têm muito tempo disponível em virtude dos trabalhos domésticos.

A falta de estrume [*fumier*] freia a ampliação dos campos. Ainda que, à época, contasse com um rebanho de 85.000 bovinos, 48.000 ovelhas e cerca de 60.000 cabras, uma parte desse gado, que não está associada à criação, é confiada aos pastores Peuls³⁷⁹. Lacoste (1966b) relata que existem contratos de fertilização [*contrats de fumure*] entre os Peuls e os Mossis. Contudo, o rebanho é considerado como fonte de prestígio e seguro [*coffre-fort*], ao serem vendidos alguns animais para pagar os impostos ou cobrir algumas despesas.

Outro problema caro ao desenvolvimento agrícola é a estrutura agrária do *pays* Mossi. No território de cada aldeia, campos são arrendados [*prêtés*] durante alguns anos pelos seus proprietários a pessoas que, por vezes, são exteriores à aldeia. O geógrafo calculou em 40% a 50% o número de campos objetos de arrendamento e 2/3 dos camponeses mossis cultivam

³⁷⁸ O número médio de filhas nascidas de cada mulher durante o período fértil de sua vida.

³⁷⁹ Trata-se de um povo pastoril especializado na África ocidental, especialmente a Nigéria. Em Alto Volta, estão estabelecidos no Nordeste do país.

campos arrendados (LACOSTE, 1966b). A precariedade do arrendamento dissuade o agricultor de levar a cabo trabalhos destinados a amenizar [*palier*] o empobrecimento dos solos.

Em decorrência do empobrecimento dos solos surge a diminuição dos rendimentos. No caso do painço [*mil*], uma redução de 4t/hectare³⁸⁰. Lacoste (1966b) aponta que a produção média per capita de cereais é da ordem de 160kg a 180kg (metade em sorgo) e 175kg a 190 kg de leguminosas (feijão, amendoim, ervilha). Tal baixa produção explica a fraqueza da comercialização e a importância do autoconsumo: 500 gramas de painço [*mil*] e sorgo por dia e 250 gramas de leguminosas e de carité³⁸¹ [*karité*]. Quando combinados o crescimento demográfico (decisivo para o geógrafo) e a degradação dos solos, o autoconsumo arriscava se restringir ainda mais. E, como vimos no capítulo anterior, a insuficiência alimentar é um dos caracteres do subdesenvolvimento.

À descrição das condições naturais e sociais, uma das partes clássicas da *démarche* da Escola Francesa de Geografia, Yves Lacoste atenta para a tomada de consciência. No capítulo anterior vimos, tanto em *Les pays sous-développés* quanto em *Géographie du sous-développement*, que esse caractere do subdesenvolvimento está associado aos processos de conscientização das populações dos países subdesenvolvidos no que concerne à sua situação sociopolítica. Em Ouagadougou, o geógrafo constatou que a tomada de consciência, pelo menos naquele momento (1965-1966), expressou-se nos gestores e lideranças políticas. Estes, ao observarem os riscos de uma evolução sociopolítica que mesclava insuficiência alimentar, deficiências agrícolas e crescimento demográfico, conduziram – desde 1954 – a implementação de diversas políticas destinadas a aumentar a produção agrícola.

O primeiro teste foi aquele das “fazendas-pilotos” criadas pela Direção dos serviços agrícolas que pensava oferecer um modelo que os camponeses seriam suscetíveis de imitar: um estagiário recebia um material, um par de bois, edifícios e conselhos de um monitor. Lacoste (1966b) aponta que esse “efeito de imitação” não se produziu, pois implicava inicialmente que os camponeses dispunham de um capital considerável.

À falha do “efeito de imitação” e da baixa comercialização das culturas agrícolas, uma segunda tentativa foi a dos “centros de enquadramento rural”: um centro de demonstração onde os monitores deveriam conduzir os camponeses à prática das culturas comerciais (algodão, arroz, amendoim). Contudo, os camponeses *mossis* não dispunham nem de meios, tampouco

³⁸⁰ 4 qx à l'ha pour le mil.

³⁸¹ Trata-se de uma espécie vegetal, uma árvore, que ocorre na África Ocidental. Das árvores extraem-se as castanhas donde se produz gorduras vegetais.

de tempo, para realizar as operações agrícolas que seriam necessárias para aumentar as safras alimentares.

Uma terceira tentativa foi feita na região de Ouagadougou pela *Compagnie française pour le développement des fibres textiles*³⁸² (CFDT). O papel dessa empresa era assessorar tecnicamente a produção e a comercialização do algodão. A partir de 1957, foram criados “7 centros de algodão³⁸³” (LACOSTE, 1966b, p.11). A produção aumentou, mas sem ultrapassar o limite de 250 toneladas para as cidades de Boussé, Kombissiri Ouagadougou, Sapone e Ziniare (LACOSTE, 1966b).

Entre 1954 e 1957 foi lançada uma política de desenvolvimento da rizicultura, nas depressões úmidas dos planaltos. Contrataram equipamentos para construir pequenas barragens e empreender a cultura do arroz em cerca de 200 hectares (LACOSTE, 1966b). Um dos problemas era que o trabalho implicado na rizicultura concorria com as culturas alimentares – às quais a população priorizava. O geógrafo observou que somente as grandes famílias que conservaram a estrutura patriarcal encontravam a força de trabalho necessária. Contudo, um aspecto cultural embaraçava a situação: tradicionalmente, o chefe de família tem a responsabilidade de alimentar os seus familiares; ele é o beneficiário quase exclusivo dos excedentes agrícolas obtidos graças aos esforços realizados pelos homens da família. Portanto, não tinham interesse em prosseguir no cultivo do arroz. Ademais, os fundos dos pequenos vales dependiam da autoridade do chefe da terra posto que lá ele pastoreia seus rebanhos; a rizicultura ali chocava-se com sua autoridade. Finalmente, um problema hidrológico-climático: a escassez de água e a estação seca duradoura fizeram com que as populações preferissem conservar a água retida pelas barragens para satisfazer as necessidades humanas e do gado; os lagos artificiais tem uma superfície muito grande que conduz à uma enorme evaporação. A construção de barragens na região – são 44 segundo o geógrafo – continuou, mas a política de desenvolvimento da rizicultura foi praticamente abandonada (LACOSTE, 1966b).

Cinco anos depois, em 1962, a *Société d'aide technique et coopérative* (SATEC) empreendeu uma tentativa de outro tipo: um empréstimo de cerca de 13.000 francos CFA, reembolsável em torno de 4 ou 5 anos, é concedido para compra – junto à própria SATEC – dos meios de trabalho (animais, enxadas, arreios). Esse camponês, membro de uma cooperativa, recebe os conselhos de monitores. Em 1965, o geógrafo aponta que 5.692 camponeses mossis (7% dos chefes e famílias em torno de Ouagadougou) trabalhavam nas cooperativas da SATEC (LACOSTE, 1966b)

³⁸² Atual *Groupe Geocoton Advens*. A CFDT foi criada em 1949.

³⁸³ [...] 7 centres cotonniers furent créés.

A proporção de tentativas bem-sucedidas em relação ao número de pessoas que contraíram o empréstimo foi estimada, pela SATEC, em 30% (LACOSTE, 1966b). Ainda assim, a SATEC considerava expandir essa experiência integrando um número maior de camponeses. No entanto, o geógrafo via dois obstáculos que essa empreitada encontraria: (I) a extensão das safras e (II) o uso de fertilizantes. Para Lacoste, seria impossível que a maioria dos camponeses estendessem a superfície dos seus campos. Isso por duas razões: pois as superfícies exploradas já totalizavam 46% e porque boa parte das terras desocupadas nos planaltos são incultiváveis. Os locais dos planaltos onde os solos são menos medíocres já são explorados em mais de dois terços da superfície e, além disso, são locais onde a densidade demográfica é considerável. No que tange aos fertilizantes, Lacoste raciocinava que o uso de uma grande quantidade esbarraria na precariedade do direito de exploração para cerca de 60% dos camponeses que cultivam terras arrendadas [*prêtees*]. Os arrendamentos [*prêts*] de terra se limitam, em área e duração, nas partes mais povoadas e amplamente ocupadas.

Paralelamente à experiência da SATEC um programa regional de ações foi considerado necessário e seu estabelecimento foi precedido de um conjunto de investigações relativas às condições naturais e aos dados econômicos e sociais. Com a descolonização, Lacoste (2010a) elucida que a ajuda do governo francês aos novos estados africanos – entre os quais Alto Volta – se traduzia, *inter alia*, por uma cooperação para o estabelecimento de novos planos de ordenamento [*aménagement*] do território. Um dos exemplos dessa política francesa de cooperação foi o lançamento de um programa de pesquisas multidisciplinares, em torno de Ouagadougou, numa área de 111 quilômetros de latitude e longitude. O governo de Alto Volta e o Ministério da Cooperação francês confiou as investigações à várias sociedades de estudos a exemplo da *Société générale de techniques hydroagricoles* (SOGETHA) e o *Office de la recherche scientifique et technique outre-mer* (ORSTOM). Assim, demógrafos, sociólogos, economistas, pedólogos, hidrólogos, conduziram, sem grande concertação, pesquisas durante alguns anos e as diferentes sociedades de estudos, dos quais dependiam, forneciam o seu relatório ao Ministério da Cooperação.

O SMUH foi encarregado da coordenação cartográfica dos resultados obtidos pelas outras sociedades de estudos. Seu trabalho era produzir uma *síntese* para que fossem apresentadas algumas propostas de desenvolvimento agrícola após terem sido colocados na mesma escala os documentos cartográficos estabelecidos pelas diferentes sociedades de estudos. E é aqui que Yves Lacoste vai entrar em cena. O SMUH considerou necessário a produção de uma *síntese* mais *global* lançando mão, entre outros fatores, dos conselhos de um *geógrafo*. O arquiteto e diretor do SMUH, Michel Arnaud, tinha lido *Géographie du sous-*

développement. Ele propôs à Lacoste passar quinze dias na até então chamada República do Alto Volta, atual Alto Volta, com o intuito de efetuar uma *síntese* cartográfica da investigação realizada pelas sociedades de estudos em Alto Volta em torno da nova capital. Este trabalho foi continuado por um jovem arquiteto peruano, que se tornaria amigo do geógrafo: Alexandre Piqueras (LACOSTE, 2010a; 2018a). Como vimos na primeira parte desta tese, inspirado pela *geografia ativa*, Lacoste é justamente chamado a ser o *homem de síntese*, ou seja, aquele intelectual capaz de estudar os sistemas de relações dos dados naturais e sociais formando uma concepção global. Arnaud deve ter ficado impactado com o espírito de síntese grafado em *Géographie du sous-développement* e, por isso mesmo, recorreu ao geógrafo. Destarte, em 1965, o geógrafo realizou pesquisa de campo em Alto Volta. Lá, ele se encontra com Piqueras – que redigiu o relatório final do SMUH (LACOSTE, 1966b). Este arquiteto peruano, ao contrário dos membros das sociedades de estudos, não se interroga sobre a pertinência da presença de um geógrafo “que nunca tinha posto os pés na África³⁸⁴” (LACOSTE, 2018a, p.140). Curiosamente, ele não menciona que nasceu, estudou e pesquisou no Marrocos, e que já havia lecionado na Argélia.

Antes de partir de Paris para Ouagadougou, o geógrafo fez duas coisas: (1) visitou o médico especialista em doenças infecciosas e tropicais Marc Gentilini, no hospital *La Pitié-Salpêtrière*; e (2) Leu os pré-relatórios. O doutor Gentilini confessou ao geógrafo que não se sabia muito sobre a oncocercose (FIGURA 16). Recomendou que Lacoste contatasse médicos militares franceses da Organização de Cooperação e Coordenação para a luta contra as Grandes Endemias (OCCGE). Quanto aos pré-relatórios, teve a oportunidade de ler aqueles produzidos pelo SMUH e pela SOGETHA. O SMUH propunha, *inter alia*, a implantação de um determinado número de equipamentos rodoviários, econômicos, sociais, sanitários e escolares. Lacoste observa que tais equipamentos só poderiam ser financiados por meio de uma ajuda externa maciça, ao mesmo tempo em que não resolve o problema essencial: aquele do aumento robusto da produção agrícola.

³⁸⁴ [...] qui n'avait jamais mis les pieds en Afrique

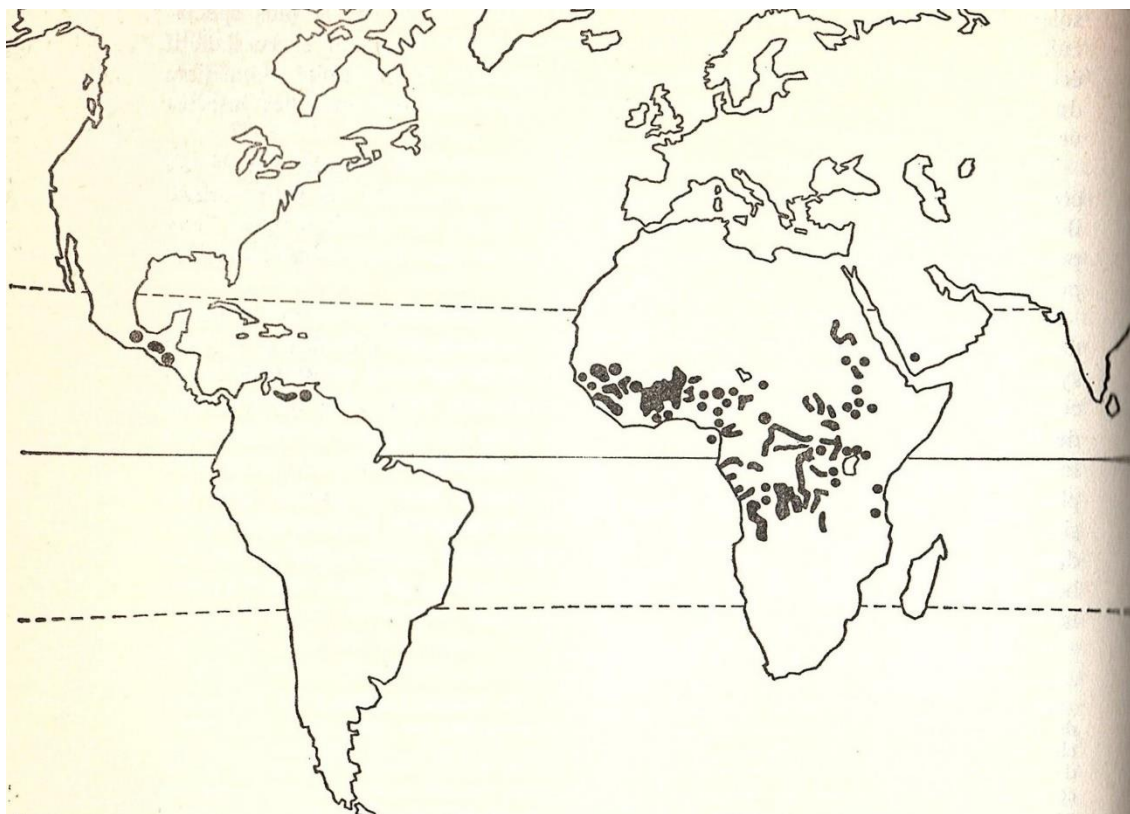


Figura 16. Distribuição geográfica da oncocercose. Fonte: LACOSTE, 1980b, p.70.

Por seu turno, o relatório da SOGETHA previa o cultivo intensivo dos solos hidromórficos das bacias e dos fundos dos pequenos vales situados nos planaltos. O estudo da SOGETHA incidiu sobre 110 pequenas planícies aluviais, ou seja, 8.500 hectares nos 11.000 km² formado pelas cidades de Boussé, Kombissiri, Ouagadougou, Sapone e Ziniare. 59 das citadas planícies, totalizando 3.050 hectares, foram considerados aptos para o desenvolvimento. Mas havia um problema: como a dimensão dos cultivos são muito pequenos, as safras não amortizariam o custo de construção das barragens e do sistema de irrigação – relembremos das irregularidades das chuvas em Ouagadougou. Isso fez com que a SOGETHA propusesse o desenvolvimento de 21 planícies, ou seja, 1.500 hectares, o que é bastante módico dada a escala das necessidades e a dimensão do esforço produtivo a ser realizado (LACOSTE, 1966b).

Lacoste então demandou ver os mapas para realizar o trabalho de coordenação cartográfica. Mas não havia mapas. Ele então voltou ao gabinete³⁸⁵ e reclamou com um funcionário. Este tirou de um armário uma grande folha de camada rígida que, baseada em fotografias aéreas, possibilitava estabelecer um mapa pontual do habitat: aldeias, vilas, grupos de casas isoladas. Os relatórios que o geógrafo havia lido, em Paris, mencionavam a distribuição desigual das moradias. Percebe um contraste impressionante entre dois conjuntos espaciais: o

³⁸⁵ Lacoste não esclarece que gabinete era esse em Ouagadougou.

planalto superlotado e o vale vazio. Entre as duas feições geomorfológicas havia uma interseção, um ponto que simboliza uma grande aldeia em todo vale deserto (LACOSTE, 2010a).

Ele reparou, na orla do Volta Branco, pontos concentrados bastante grandes, para além da área de 111 km de latitude e longitude. Lacoste arrumou o mapa e detectou círculos na margem direita. Os membros do gabinete disseram duas coisas sobre os referidos círculos: (1) que não era nada porque, devido à oncocercose, o vale só podia estar completamente desabitado ou povoado por cegos moribundos; e (2) que os pontos concentrados no mapa eram “fezes deixadas por moscas³⁸⁶” (LACOSTE, 2010a, p.79). O geógrafo então foi ver Alexandre Piqueras para saber do que se tratava. Ambos decidiram ir à campo para ter ciência à que correspondiam os pontos no mapa, nas margens do Volta branco.

Piqueras, eu disse isso, “me parece estranho”. Mas dizemos a nós mesmos, dizemos a nós mesmo, “vamos ver”. Normalmente, eles deveriam, no escritório de estudos, nos fornecer um jipe para ir. Então, mas, bom, vamos alugar um táxi, vamos alugar um táxi e havia cerca de 150 km. Pagamos o táxi, dirigimos, dirigimos, dirigimos pelo mato, em uma pista, e em um momento a gente chega chegamos e vejo que [a paisagem] começa a mudar (Entrevista com Yves Lacoste, 19/04/2022).

Depois de algumas horas na estrada, Lacoste e Piqueras notaram uma multiplicação de clareiras e pequenos campos que as mulheres regavam cuidadosamente. Nos campos havia pequenas pilhas de estrume, o que é curioso porque, de acordo com o geógrafo, o uso de esterco na África tropical era raro (pelo menos à época). Ele atribui a existência do esterco aos *Peuls*, lenhadores clandestinos que havia visto, junto com Piqueras, na floresta que atravessou. No final da trilha, chegaram à uma grande aldeia na orla do Volta Branco. Uma aldeia que não poderia existir de acordo com os relatórios elaborados pelos cientistas que questionavam a pertinência de um geógrafo (LACOSTE, 2018a).

A aldeia em questão se chamava *Nyaogho*³⁸⁷. Os cegos que haviam era apenas velhos, não os jovens. Os campos que as mulheres regavam eram de cebolas – um cultivo ancestral, de acordo com o chefe da aldeia, Compaoré. Não só produziam cebolas como também fabricavam cerveja – inclusive uma feita pelas mulheres, que se chamava *Dolo*. Piqueras e Lacoste retornaram à Ouagadougou. A presença da aldeia de *Nyaogho*, em um vale que pretensamente deveria estar desabitado ou no máximo povoado por cegos moribundos, colocava uma nova questão: a possibilidade de praticar culturas mais intensivas do que no planalto. Embarçados

³⁸⁶ [...] crottes laissées par des mouches.

³⁸⁷ Essa é a forma que Lacoste grafa o nome da aldeia em suas memórias. No artigo de 1966 ele escreve *Nyaogo*. Com “h” é a forma correta.

com as descobertas de Yves Lacoste, os membros dos gabinetes de estudo tornaram a lembrar que o papel do geógrafo se limitava à coordenação cartográfica. Como vimos, ele ignorou completamente essa limitação (LACOSTE, 2010a).

Uma das principais características do *pays Mossi* é o contraste entre os planaltos, com uma população considerável, e os vales, quase desertos, dos três rios: Volta Vermelho, Volta Branco e o Volta Negro. Lacoste observa que, com exceção do relatório pedológico da ORSTOM, as várias sociedades de estudos responsáveis não consideravam o desenvolvimento dos vales dos três rios. O geógrafo se questionou porque esses vales estavam humanamente desocupados. Ele salienta: (1) as marchas defensivas do grupo Mossi (em direção aos planaltos); (2) as difíceis condições pedológicas quanto ao trabalho agrícola nos vales, com ferramentas rudimentares; e (3) a ausência de técnicas de controle hidrológico tornando difícil o cultivo dessas áreas inundadas, frequentemente, durante a estação das chuvas – que coincide com a época dos grandes trabalhos agrícolas. Sem embargo, são as causas sanitárias as decisivas. Os vales são domínio das grandes endemias: tripanossomíase africana (doença do sono) e oncocercose.

Todavia, a tripanossomíase africana diminuiu consideravelmente graças aos esforços das equipes de combate às endemias e também porque na maior parte dos vales do Volta Vermelho e do Volta Branco as populações foram esvaziadas militarmente. O geógrafo explica que, nos anos anteriores e posteriores à Segunda Guerra Mundial, grandes extensões situadas nesses vales foram colocadas sob o regime de “Floresta Classificada³⁸⁸” (LACOSTE, 1966b, p.14). Isso significou a interdição ao habitat, às culturas, aos rebanhos e à exploração madeireira. Partes dos vales que não foram submetidas a este regime não ficaram desertas, a exemplo de *Kayao* – à montante do Volta Vermelho; *Nyaogho* – no Volta Branco; e *Zabré* – na confluência dos dois rios citados. O relatório da ORSTOM sinalizava que existiam vestígios de aldeias abandonadas pelas populações que foram instaladas junto aos planaltos.

Uma das consequências desse esvaziamento foi permitir combater a tripanossomíase africana. Lacoste contatou o coronel Durand, diretor do Serviço das grandes endemias em Ouagadougou, que relatou ao geógrafo que tal doença parecia ser um problema resolvido vez que as moscas tsé-tsé não seriam mais vetores da tripanossomíase africana. Uma estatística sustentava esse raciocínio: na região estudada (Ouagadougou), a visita de 400.000 pessoas entre 1963-1964 possibilitou descobrir somente 27 novos doentes, dos quais 19 tinham sido infectados no exterior.

³⁸⁸ [...] Forêt classée.

Se a tripanossomíase africana parecia uma doença em vias de liquidação, restava a oncocercose. Trata-se de uma filariose transmitida pela picada de uma mosca chamada *simulie*. A picada gera quistos, provocam prurido e lesões oculares, podendo gerar cegueira. Donde seu nome: “cegueira dos rios”. As *simulies* tem um raio de ação de cerca de 50km e propagam-se a partir das regiões do norte de Gana. Uma das maiores dificuldades de se combater essa doença deve-se ao fato das larvas de *simulies* vivem em águas correntes, pequenas quedas d’água e “riachos com encostas muito íngremes³⁸⁹” (LACOSTE, 1966b, p.15). Isso gerava um problema quanto ao uso dos inseticidas, pois seriam levados pela corrente.

Outra dificuldade dizia respeito ao tratamento. Este era bastante delicado. Medicamentos tais quais o Notézine, conveniente e barato, mas que destrói somente as microfilárias e não as macrofilárias – estas podem gerar aquelas. Contudo, para combater as macrofilárias, o tratamento era bastante oneroso e difícil de aplicar. Para completar o quadro, os acometidos pela oncocercose recusam-se frequentemente a serem tratados posto que um dos primeiros resultados é liberar grandes quantidades de toxinas que provocam insuportáveis pruridos e desconfortos [*malaises*].

Diante desse quadro, a luta contra a oncocercose parecia quase impossível de combater e, por conseguinte, valorizar os vales com a as culturas agrícolas. Sem embargo, Lacoste explana que somente após uma longa evolução de quase vinte anos que as lesões oftalmológicas podem agravar-se. Dos 400.000 acometidos pela oncocercose em Alto Volta, 8% a 10% ficam cegos. Ademais, o geógrafo faz lembrar que a oncocercose não é a única doença geradora de cegueira, e nem mesmo seria a mais grave. Ele sublinha o tracoma, com 700.000 doentes, as doenças decorrentes das carências de vitaminas e o as sequelas malcuidadas do sarampo. O emprego de Notézine se mostrava eficaz enquanto tratamento preventivo. Finalmente, as pesquisas entomológicas mostravam que a *simulie*, quando incorpora o *onchocerca volvulus*, diminui seu raio de ação de 50km para 2km. Isso permite a criação de barreiras sanitárias. Na visão do geógrafo, a oncocercose não era um obstáculo intransponível para a valorização dos vales.

Um dos argumentos que impediam a valorização dos vales seria que as populações se recusariam à ali se instalar. Seria um argumento psicológico (LACOSTE, 1966b). Na pesquisa de campo, em cidades como *Kombissiri* e *Sapone*, informaram ao geógrafo que os comandantes dessas cidades tinham recebido petições de camponeses que desejavam se instalar nas assim chamadas florestas classificadas. Na aldeia de *Nyaogho*, no rio Volta Branco, as populações

³⁸⁹ [...] ruisseaux à pente assez forte.

não tendiam a deixar o vale (do Volta Branco), ainda que houvesse acometidos nessa região pela oncocercose. Em todo caso, com a pressão demográfica nos planaltos, as populações terminavam por se deslocar clandestinamente para os vales, onde haviam pessoas contaminadas, nem que seja para captar água na estação seca (novembro e março).

Então, se não havia uma razão psicológica que impedisse a valorização dos vales, e se a oncocercose poderia ser combatida, a questão que se fazia era de cariz pedológico. O relatório da ORSTOM era pessimista pois mostrava que ao lado de solos medíocres ou não-cultivados, havia solos hidromórficos, vertissolos, etc. Boa parte dos vales são ocupados por solos pedregosos com qualidades muito medíocres. Mas Lacoste (1966b) adverte que são os mesmos solos que se encontram nos planaltos e que os estudos pedológicos da SOGETHA classificavam como bons ou de categoria média. A conclusão à qual o geógrafo atinge é que os solos são de qualidades pelo menos igual àqueles dos planaltos. Os vales tem uma área de 20km a 25km de largura e estendem-se por mais de 150km, ou seja, perto de $\frac{1}{4}$ da região estudada. Ademais, eles são atravessados por rios cuja vazão [*débit*] é muito superior aos cursos d'água dos planaltos (LACOSTE, 1966b). Portanto, em maior ou menor medida, havia viabilidade de valorização econômica dos vales.

Um dos exemplos que conferia viabilidade à valorização dos vales era dado por *Nyaogo*. Com cerca de 200 habitantes à época, solos pesados e técnicas tradicionais, essa aldeia era espaço de uma cultura intensiva, com destaque para um cultivo de exportação: a produção de cebolas. Tal produção era mediada com a utilização maciça de estrume e construção de terraços regados à beira do rio Volta Branco. A associação dessa cultura com a pecuária possibilitou rendimentos agrícolas três vezes superiores em comparação à média do *pays* Mossi (LACOSTE, 1966b).

Mas o geógrafo estava ciente que o exemplo de *Nyaogho* era parte de uma totalidade. A valorização dos vales só seria possível, no juízo do geógrafo, com a aplicação de técnicas modernas após a elaboração de um plano de ações concertadas. Um exemplo era adaptar a microtopografia e efetivar a construção de barragens, canais e diques para duas funções: (1) limitar a inundação no início do inverno; e (2) conservar uma quantidade de água suficiente durante a estação seca. Sem esquecer, também, da importância de ações sanitárias no combate à oncocercose.

Se nos planaltos as transformações agrícolas eram obstadas pelas estruturas fundiárias e pelos direitos dos chefes sobre determinadas partes do solo, em algumas porções dos vales dos rios Volta Vermelho e Volta Branco, que haviam sido transformadas em florestas classificadas, havia a oportunidade de uma ação planejada, pois o solo era inculto e pertencia

agora ao Estado. Mais uma vez, era fundamental combater a oncocercose porque, tal qual elucidou o geógrafo, as populações se deslocavam para os vales em busca de lenha, água e pastorear o rebanho. Nos vales, contraíam a oncocercose e terminavam por expandir o raio de ação dessa endemia. Assim, a valorização agrícola e o combate à oncocercose deveriam caminhar conjuntamente.

Em contrapartida, a pressão demográfica nos vales, decorrente da instalação clandestina das populações, conduz ao desmatamento. As florestas abertas [*claire*] são gradualmente destruídas por comerciantes de madeiras. Estes organizam um comércio de tendo destino Ouagadougou onde são vendidos enquanto combustível. Para Lacoste isso era um problema, pois a floresta era devastada, os solos eram degradados e a ocupação espontânea dificultava o ordenamento planejado. Essa situação era “benéfica” aos grandes comerciantes de madeira e os grandes chefes de família que utilizavam as florestas classificadas para pastoreio dos rebanhos: eles não tinham interesse na ordenação planejada desses espaços pois isso restringiria suas apropriações privadas.

Lacoste era totalmente favorável ao desenvolvimento agrícola dos vales, mas tinha ciência de que a viabilidade dessa ação só era possível do exterior. Tal ajuda externa deveria ser previamente municiada por estudos prévios, das mesmas formas que fizeram a ORSTOM e a SOGETHA. Sem embargo, o geógrafo insistia que era preciso estudar melhor os dados topográficos e hidrológicos. Mas engana-se quem acha que essa empreitada era meramente técnica na visão do geógrafo. Em sua visão, o povo de Alto Volta deveria reunir as condições políticas para levar à frente o desenvolvimento agrícola dos vales.

Antes de deixar Ouagadougou, Yves Lacoste contatou um médico³⁹⁰ que confessou ser o geógrafo o primeiro a ir consultá-lo, ou seja, os cientistas dos gabinetes de estudo não haviam contatado o médico para se informar sobre a oncocercose. Lacoste mencionou ao médico que os relatórios dos gabinetes de estudo excluía o vale do Volta branco em razão das doenças endêmicas – tripanossomíase africana (doença do sono) e oncocercose. O médico disse que a tripanossomíase africana não existia mais, contudo admitiu que havia a oncocercose, mas não sabia ainda ao certo como funcionava – da mesma forma que o dr. Gentilini havia dito ao geógrafo em Paris. Ele disse que as *simulies*, os insetos causadores, desapareciam na estação seca e retornavam na estação chuvosa. Lacoste quis saber como a tripanossomíase africana havia desaparecido e então o médico explicou que durante a última guerra³⁹¹ pediram o maior número possível de atiradores [*tirailleurs*] senegaleses, majoritariamente *Mossi*. Era necessário

³⁹⁰ Em suas memórias, Lacoste não diz qual o nome do médico

³⁹¹ O médico provavelmente refere-se à Segunda Guerra Mundial.

esvaziar os vales. Nos anos 1940, as populações foram levadas para o planalto pelas autoridades coloniais com o fito de evitar que as pessoas que tinham sido tratadas contra a tripanossomíase africana com arsênico fossem reinfetadas pelas moscas tsé-tsé nas florestas-galerias dos afluentes do Volta. E como os vales foram esvaziados? Os franceses queimaram as aldeias. Essas medidas, segundo o geógrafo, tiveram por efeito quase eliminar a doença do sono nessa parte do país. Lacoste então falou para o médico francês acerca de Nyaogho. Quando de sua próxima estadia à Nyaogho, o médico aconselhou o geógrafo a contatar o médico-coronel Le Berre, do OCCGE francês, que trabalhava com as *simulies* (LACOSTE, 2018a).

Quando voltou à Paris, Yves Lacoste reportou tudo isso à Michel Arnaud. Ambos concordaram que o caso de Nyaogho merecia uma investigação aprofundada³⁹², especialmente no nível histórico. Assim, enquanto esperava retornar à Paris, o geógrafo publicou o referido artigo sobre os problemas de desenvolvimento agrícola na região da capital de Alto Volta. Meses depois da publicação do artigo, Lacoste retornou à Ouagadougou e foi recebido pelos etnólogos Françoise Hérítier (1933-2017) e Michel Izard (1931-2012).

Na segunda estadia, o problema para Lacoste era compreender o porquê do vale do Volta e, principalmente, a aldeia de Nyaogho em plena zona de oncocercose, não apresentavam sintomas graves dessa doença. Os médicos e os entomologistas tinham mostrado dois aspectos: (1) que as *simulies*, transmissoras dos vermes parasitas *Onchocerca volvulus*, necessitavam encontrar pequenos cursos d'água de criadouros [*gîtes*]; e (2) que entre as *simulies* fêmeas, que saíam do seu criadouro [*gîte*] para encontrar uma nova vítima, as mais infestantes e velhas dificilmente se afastavam – isso porque, conforme Lacoste (2010a), elas também estavam doentes com a oncocercose e, conseqüentemente, seu raio de ação era reduzido.

Na biblioteca do Centro voltaico de pesquisa científica uma publicação da OCCGE atraiu atenção do geógrafo. Trata-se de um artigo do médico-coronel Le Berre acerca do ciclo ovariano da *simulie*. O médico lembrava que as fêmeas ingeriam sangue fresco de mamífero, de preferência de seres humanos que eram mais fáceis de picar porque a pele está nua. Ao picarem, as *simulies* injetavam os vermes parasitas absorvidos em picadas anteriores no sangue de seres humanos já infectados. Uma *simulie* que nunca picou não pode ser portadora de infecção. No segundo ciclo ovariano ela deveria estar (infectada). Observações microscópicas mostraram que os vermes parasitas ainda não passaram pelo *rostro* picante e que a segunda picada ainda não é infecciosa. A partir do terceiro ciclo os riscos aumentavam porque os vermes parasitas passavam para o *rostro* da *simulie* em maior proporção.

³⁹² Essa observação é confirmada pelas entrevistas que Lacoste (2010a) concedeu à Pascal Lorot.

As *simulies* provêm da zona florestal do Sul e atravessavam cada verão mais de mil quilômetros para o Norte, durante a subida da frente intertropical com as chuvas que traz em direção à zona das savanas. Lacoste (2018a) escreve que um entomologista o havia explicado que este pequeno inseto poderia fazer grandes movimentos, quando empurrados pelos ventos. Também explicou ao geógrafo que as *simulies* põem em água corrente oxigenada contendo restos de vegetação em decomposição, mas não o fazem em águas profundas e rápidas vez que os minúsculos ovos seriam carregados pela correnteza e comido por peixes. Daí a necessidade de encontrar pequenos afluentes de pântanos [*marigots*] carregados com detritos de vegetais em decomposição para nutrir suas larvas.

Lacoste (2018a) fez outra viagem em Nyaogho para procurar grandes criadouros [*gîtes*] para as *simulies*. Ele reencontrou o chefe Compaoré. O geógrafo não encontrou pedras ou troncos de árvores que poderiam ser bons criadouros [*gîtes*]. Isso explicava porque as velhas *simulies*, que se tornaram infectantes, não podiam voar para Nyaogho. Como resultado, a oncocercose pouco ou não se manifestava. Do ponto de vista do raciocínio geográfico, observa-se a prática da *articulação dos diferentes níveis de análise*: da observação de formas topográficas muito pequenas (centímetros de água corrente sobre uma rocha ou um tronco) até a migração de insetos, a cada verão, ao longo de centenas de quilômetros.

Havia um médico que tinha trabalhado com a oncocercose em... como se chama? A *simulie*, a mosca, a mosca vetora da oncocercose, é a *simulie*, é uma mosca muito pequena, uma porcaria, isso, quando pica, dói muito hein. Bom, eu vou encontrar um médico – que era um médico militar francês, todos os heróis da luta contra a doença do sono e a oncocercose, hein, são médicos militares. Os médicos africanos, eles não querem ir para o vale. Bom, então, ele me explica que é uma pequena mosca que põe em muito baixa espessura de água, espessura muito pequena de água e água mais corrente. Então, no momento das grandes chuvas, no fundo do vale, você tem dois metros de espessura de água. A *simulie* não pode [...] botar ovos. E isso é no final da cheia, onde ainda há um pouco de água, você vê, estamos fazendo geomorfologia muito local hein, é isso que é, divertido, é bastante local, bom/ [risos] tudo isso tem a ver com a climatologia [*climato*]. Bem, eu digo que é bom remover todas as pequenas quedas, no momento em que há muita chuva nos vales, é preciso nivelar os fundos dos vales. Bom, me dizem “é difícil [*vache*], é muito interessante”. Ali eu quase entrei na FAO, no Banco Mundial (Entrevista com Yves Lacoste, 19/04/2022).

Yves Lacoste considera essa experiência o início de uma reflexão geográfica importante, pois associava observações de naturezas (topográficas, hidrológicas, ecológicas, climáticas, demográficas) e tamanhos (centenas de quilômetros ou centímetros) muito distintos. A rigor, podemos considerar que não é essencialmente um início, mas sim um indício a mais na direção da efetivação dessa *démarche*. É como se acontecessem *aproximações sucessivas à démarche*, ao mesmo tempo em que ela era desenvolvida. O leitor se lembrará que, à época da

preparação para a *agrégation* ele já havia esboçado esse raciocínio. Também é perceptível em *Les pays sous-développés* e *Géographie du sous-développement*, seja na articulação dos diferentes níveis de países subdesenvolvidos, seja se movimentando nas escalas de análise – em especial a planetária.

Lacoste pediu ao chefe Compaoré que indicasse com precisão os lugares inundados durante as cheias habituais do rio Volta. Escavaram uma espécie de maquete do vale do Volta, a montante e a jusante de Nyaogho. Derramaram água para imitar a enchente e observar quais lugares eram inundados por pequenas e grandes cheias. Isso permitiu a localização dos criadouros [*gîtes*]. O geógrafo também se afastou do leito do Volta para ver, nas encostas que dominavam a planície inundável, se havia vestígios de campos outrora cultivados em terraços – o que seria a origem dos campos de cebola que as mulheres de Nyaogho cultivavam. Após esse trabalho de campo com o chefe Compaoré, Lacoste deduziu que não havia floresta de galeria no vale do Volta e que, possivelmente, já tinham até sido mesmo substituídos pelos referidos campos de cebola. Assim, sem as florestas de galeria, nem as moscas tsé-tsé (que transmitem o tripanossomo responsável pela doença do sono) nem os lugares propícios aos criadouros [*gîtes*] das *simulies* (vetor da oncocercose) poderiam proliferar. Destarte, havia pouca possibilidade da oncocercose se desenvolver

A aldeia de Nyaogho ficava longe dos grandes criadouros [*gîtes*], o que explicava a relativa fraqueza dos sintomas da oncocercose na referida aldeia. O geógrafo deduziu que era possível considerar uma estratégia ecológica contra as *simulies*. A população retiraria, na estação seca, os múltiplos pequenos obstáculos que obstruíam o leito dos pântanos [*marigots*] formando criadouros [*gîtes*] para as *simulies*. Tratava-se de combinar ações sobre os criadouros [*gîtes*] para conter a vinda, na estação das chuvas, das *simulies* que chegavam de centenas de quilômetros mais ao sul. É dessa forma que Lacoste (2010a) considerava poder combater a endemia que desencorajava a possibilidade de repovoar os vales.

Dois anos depois, no meio dos tumultos do maio de 1968, Lacoste foi contatado no *Institut de Géographie*. O bairro estava em ebulição, Lacoste assistia os confrontos com a polícia e a porteira [*concierge*] do *Institut* o chama para dizer que havia um telefonema. Ele responde: “escute, estamos fazendo uma revolução” e demanda saber qual é o conteúdo da ligação. Ela volta e diz que “é sobre o Alto Volta e uma aldeia chamada Nyaogho”. Lacoste dirige-se ao telefone. Do outro lado está um senhor chamado de Wilde³⁹³. Wilde falou ao

³⁹³ Tratava-se, possivelmente, de John C. de Wilde (1910-2000). Wilde foi de 1966 a 1968 Conselheiro de Programa do Departamento de África no Banco Mundial, e de 1968 a 1970 Economista-chefe no mesmo departamento e na mesma instituição.

geógrafo sobre Nyaogho e combinou de encontrar com o mesmo na *Avenue d'Iéna*, endereço do Banco Mundial:

“Poderíamos nos ver amanhã ou depois de amanhã?” e eu lhe disse: “escute, isso me parece bastante difícil porque não há mais transporte público, não há mais metrô, não há nada”. Eu não disse que era a revolução, mas, enfim, ele me disse: “escute, eu gostaria de vê-lo”. Bom, “escute, ok, porque se trata de Nyaogho eu vou te ver”. Ele me deu um endereço, bom, eu disse: “eu vou a pé, não há mais metrô, não há mais nada”. Saí de manhã às 3 horas da manhã [...]. Chego diante de um edifício perto do Arco do Triunfo e havia a bandeira dos Estados Unidos. [...] “que história é essa? estamos fazendo a revolução anti-imperialista e eu vou ao departamento dos Estados Unidos? Ah não”, eu disse, “eu não vou”. Mas eu disse a ele, é, ele quer falar comigo sobre Nyaogho (Entrevista com Yves Lacoste, 19/04/2022).

Wilde, que havia lido o artigo lacosteano, estava interessado sobre as ideias do geógrafo acerca da oncocercose e a aldeia de Nyaogho. “Como você conhece a existência de Nyaogho?”, perguntou Yves Lacoste. “Pelo artigo que você publicou nesse pequeno boletim de geógrafo francês”. “Verdade? Mas você lê o boletim dos geógrafos?”. “Mas é claro, como todos os boletins de geógrafos”, respondeu de Wilde. O Banco Mundial queria empreender um grande programa, envolvendo o PNUD e a Organização Mundial da Saúde, de combate à endemia associada ao desenvolvimento de culturas de subsistências [*vivrières*]. “E nós gostaríamos que você cuidasse disso” – explana de Wilde (Entrevista com Yves Lacoste, 19/04/2022).

Lacoste foi falar com Jean Dresch sobre o projeto do Banco Mundial sobre o vale do Volta Branco: “Ele me dissuadiu de embarcar nesta hábil manipulação imperialista³⁹⁴” (LACOSTE, 2018a, p.159). Todavia, Lacoste se mostrou interessado no programa e expôs o caso de Nyaogho na OMS, em Genebra. Propôs, tal qual foi escrito anteriormente, um plano de luta relativamente simples contra a oncocercose. A estratégia, simultaneamente ecológica e geográfica relembramos, era a seguinte: pagar a população local para limpar o leito do rio Volta Branco e seus pequenos afluentes, posto que os criadouros [*gîtes*] das *simulies* desenvolvem-se em águas rasas, em uma grande rocha ou galhos de árvores. À vista disso, com as *simulies* encontrando dificuldades em procriar na bacia do Volta, a oncocercose recuará.

Eu contei minha história de Nyaogho mais detalhada, bom, e eu disse: “primeiro você tem que lutar contra a mosca que traz a oncocercose”. Então, que é essa mosca, ela ainda não era conhecida muito bem. Era necessário, trabalhava-se na doença do sono há muito tempo. Então, sabia-se que a doença do sono, a “tripano”, era uma mosca grande, que ficava no sub-bosque perto do rio. Ali, era uma pequena mosca que não estava lá na estação seca, mas vinha do Sul com as chuvas (Entrevista com Yves Lacoste, 19/04/2022).

³⁹⁴ [...] Il me dissuada de m'embarquer dans cette habile manipulation impérialiste.

Wilde ofereceu-se para participar nesse projeto e cogitou-se a participação do geógrafo na direção científica do programa (LACOSTE, 2010a). Numa segunda reunião do Banco Mundial e da OMS em Genebra³⁹⁵, Lacoste foi informado que sua estratégia fora preterida por uma ação simultaneamente rápida e espetacular: o emprego de um inseticida biodegradável lançado por helicópteros sobre os inúmeros criadouros [*gîtes*] das *simulies* nos pequenos cursos d'água que se formam na estação das chuvas (FIGURA 17).

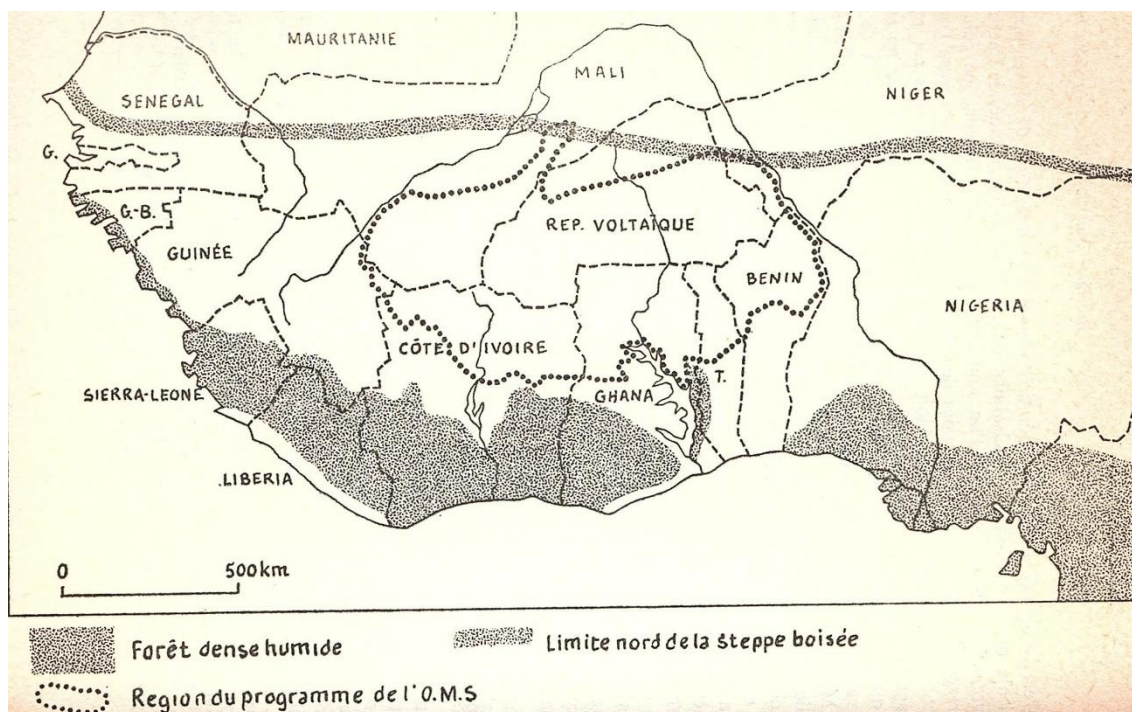


Figura 17. Região do programa da OMS. Fonte: LACOSTE, 1980b, p.86.

Ele objetou que esse método requeria dois procedimentos: (1) a identificação dos criadouros [*gîtes*] das *simulies* e (2) deveria ser renovado ao longo de vários meses, repetido a cada ano, pois evitava a reimplantação das *simulies* vindas do Sul e o escoamento da água implicava nos inseticidas e nos seus efeitos.

Eu conto isso, então, para a FAO e eles me dizem: “não, basicamente nós encontramos uma maneira mais simples: há um inseticida, inseticida que pode, que podemos” – supostamente dizendo que ele era orgânico – “biodegradável, que os helicópteros vão colocar nos criadouros [*gîtes de ponte*]”. E eu disse: “Mas vocês são loucos! Criadouros são coisas muito pequenas debaixo das árvores, como vamos fazer?”. “ah, mas não, com o inseticida biodegradável!”» tudo isso, me dizem tudo isso. Bom, eu disse a mim mesmo, de qualquer forma, eles não podem fazer isso porque não haveria pilotos de helicóptero suficientes. Bom, mas eu me recuso a participar disso (Entrevista com Yves Lacoste, 19/04/2022).

³⁹⁵ Na entrevista de 19/04/2022, Yves Lacoste também menciona que ele contou sua estratégia de combate na FAO.

Yves Lacoste também duvidava que os organizadores do programa pudessem encontrar pilotos experientes e em número razoável capaz de voar, na época das chuvas e das tempestades, entre as florestas de galerias – frequentemente atingidas por tornados. Lacoste percebeu que os responsáveis da OMS insistiam na operação via helicópteros: “era mais chique e custaria muito mais do que a limpeza progressiva do leito do Volta e dos pântanos³⁹⁶” (LACOSTE, 2018a, p.150). O geógrafo não ouviu mais falar da sua estratégia, tampouco das operações via helicópteros. Contudo, o programa começou por volta de 1973-1974, junto ao fim da Guerra do Vietnã. Isso foi possível graças aos vários pilotos estadunidenses disponíveis.

II – Desenvolvimento regional desigual, círculo vicioso do subdesenvolvimento e diferentes níveis de análise

Em maio de 1966, nos *Cahiers de Sociologie Économique*, Lacoste publicou um artigo intitulado *Observações para o estabelecimento de uma tipologia geral do desenvolvimento desigual*³⁹⁷. Como veremos, um dos pontos da argumentação do geógrafo é sinalizar que o conceito de subdesenvolvimento não recobre a totalidade das formas de disparidades econômicas que se observam na superfície do globo. Sem embargo, um dos primeiros aspectos que nos chama atenção é o geógrafo falar em *desenvolvimento desigual*. Teria ele se “reconciliado” com a abordagem marxiana, em especial com as contribuições de Lênin (1987 [1917]) e Trotsky (1978 [1930])? Em verdade, não. O desenvolvimento desigual a que se refere o geógrafo é o *regional*. Para entender isso é necessário acompanhar o raciocínio – por vezes bastante abstrato – do geógrafo em tela.

Lacoste pondera que o divisor de águas desse processo foi a Revolução Industrial. Ela difunde um conjunto de objetos e práticas, formas de consumo e técnicas que simbolizam a civilização moderna. Por um lado, uma uniformização da vida moderna – na escala planetária – que traduz a intensificação das trocas internacionais e os fenômenos relacionais (também em escala planetária); por outro, a acentuação dos contrastes e das diferenças entre os diferentes países e no seio de cada território.

A Revolução Industrial, em seu movimento, uniformiza e diferencia espaços e populações. Lacoste procede à seguinte explicação: no final do século XVIII, o mundo era formado de regiões cujas populações apresentavam uma enorme diversidade de costumes,

³⁹⁶ [...] ça faisait plus chic et ça coûterait bien plus cher que le déblaiement progressif du lit de la Volta et des marigots.

³⁹⁷ [...] Remarques pour l'établissement d'une typologie générale de l'inégal développement.

tradições e crenças, recobrando as estruturas socioeconômicas que constituíam, em quase todos os países do mundo, o grosso da população. Essa população era constituída principalmente por agricultores vivendo num quadro de consumo aldeão ou tribal. A economia era essencialmente de autossustentação. Nela, as trocas eram restritas a produtos pouco perecíveis e se efetuavam entre cidades cujo papel era relativamente modesto. As principais formas de diferenciação do ecúmeno correspondiam aos limites dos diferentes meios naturais e às áreas de extensão de alguns grandes gêneros de vida.

Contudo, a extensão progressiva ao conjunto do globo de uma economia da troca em quantidades crescentes de produtos provoca uma diversificação dos caracteres geográficos. A implementação de técnicas produtivas mais eficazes faz aparecer a *desigual repartição* e a diversidade das potencialidades naturais. A *especialização econômica*, que no limite pode levar à *monoprodução*, provoca distinções entre territórios. Em contraparte, um número crescente de atividades cada vez mais diferenciadas se aglutinam em certos lugares. Os complexos industriais que correspondem às grandes aglomerações urbanas contrastam com as extensões em que o número de homens tende a diminuir e a gama de funções a se restringir.

O geógrafo constata que a geografia se desenvolve à medida em que se manifestam os efeitos desse processo de diferenciação há dois séculos: ao lado de uma variedade das condições naturais adiciona-se uma diversificação humana e econômica cujos efeitos tendem a se tornar preponderante conforme o processo de diferenciação avança. As combinações de caracteres herdados e de fatores dinâmicos que o geógrafo pode distinguir tornam-se cada vez mais numerosas e diferentes. E aqui nós relembramos que para Lacoste a *geografia* apreende essas combinações dinâmicas e o *geógrafo* é o especialista do estudo diferencial dessas mesmas combinações. Estamos diante de uma diferenciação qualitativa.

Sem embargo, o crescimento econômico quantitativamente desigual se sobrepõe à essas diferenciações qualitativas que, quando combinados, determinam níveis de vida e condições de existência diferentes. As desigualdades, próprias do modo capitalista de produção, tendem a crescer e a se espacializar de modo distinto: em algumas regiões, novas condições de existência coincidem com um enriquecimento desigualmente distribuído; em outros países, a civilização moderna não conduz necessariamente a melhorias, mas sim à uma deterioração das condições de vida. Podemos ilustrar com os fortes choques socioculturais que as civilizações indiana e chinesa sofreram com o imperialismo britânico.

Assim, com a Revolução Industrial se processa uma diferenciação no nível de vida dos países. Em algumas regiões, os progressos econômicos são cumulativos e superam o crescimento demográfico; em outros países, o crescimento demográfico, acelerado pela

revolução sanitária, é mais veloz que o aumento de recursos que a população efetivamente dispõe. Esse é um cerne mesmo da sua noção de subdesenvolvimento – rememoremos. As diferenças de renda que existiam outrora entre uma região e outra eram mínimas. “Um camponês europeu do século XVIII não vivia muito melhor que o agricultor africano ou asiático³⁹⁸” mas hoje, 1966, “um operário da América do Norte ganha frequentemente em um dia de trabalho o equivalente de recursos de um ano de um camponês sul-americano³⁹⁹” (LACOSTE, 1966a, p.124).

Dessa forma, o desenvolvimento do capitalismo implica um recuo, quando não destruição, das economias de autossustentação. As trocas tornam-se cada vez mais internacionalizadas e convertem os territórios em extensões dos mercados, ao mesmo tempo em que o mercado internacional se estende. Funda-se uma desigualdade em escala internacional favorável à Europa Ocidental e, posteriormente, à América do Norte. Tardamente, quando da descolonização, os países que conformam o Terceiro Mundo reconheceram tal desigualdade assentada na *dependência colonial*. Logo, a primeira *desigualdade regional de desenvolvimento* é aquela situada em escala planetária. Frequentemente opõe a Europa Ocidental e América do Norte ao Terceiro Mundo.

Lacoste reconhece que essas diferenças internacionais de níveis de vida e condições de existência são primordiais, mas não são suficientes. Porque em cada Estado produz-se uma diversificação qualitativa dos espaços geográficos e uma diferenciação quantitativa. Certamente, existem contrastes de níveis de vida inter-regionais em um mesmo país, porém sem atingir o mesmo grau que aqueles existentes entre os Estados mais ricos e os mais empobrecidos. E aqui, como veremos, o geógrafo está pensando na França.

Ele também admite que os geógrafos estavam cientes há bastante tempo das diferentes transformações qualitativas que reforçam a diferenciação das diversas partes de um território. No entanto, somente em torno de duas décadas o aspecto quantitativo tornou-se sensível. Para ele, isso se deve a duas razões: (I) por um lado, a desigualdade dos níveis de vida regionais parece ter sido menos forte à época da Revolução Industrial que em meados da década de 1960. Naquela quadra histórica, várias cidades se caracterizavam por grave desemprego e condições de existência desastrosas, quando comparadas com certas regiões rurais. Contudo, o aumento da produtividade industrial e do setor terciário, gerando um aumento da renda nacional,

³⁹⁸ [...] Le paysan européen du XVIII^e siècle ne vivait pas tellement mieux que le cultivateur africain ou asiatique. L'un comme l'autre souffrait périodiquement de la disette.

³⁹⁹ [...] un ouvrier d'Amérique du Nord gagne souvent en une journée de travail l'équivalent des ressources d'une année d'un paysan sud-américain.

ocasiona uma distribuição menos injusta dos benefícios do desenvolvimento econômico nas cidades – propiciando dessa forma condições de existência menos precárias. E (II) a tomada de consciência dos geógrafos em relação às diferenças quantitativas é resultado da implementação de métodos que são próprios dos economistas, especialmente a estatística.

A constatação desse *desigual desenvolvimento regional*, seja em escala planetária ou no interior de cada país industrializado, conduziu ao aparecimento e utilização da expressão subdesenvolvimento. Essa expressão mesma indica uma desigualdade relativa, uma comparação quantitativa inferior. Na França, conta-nos Lacoste (1966), Aquitânia e a Bretanha foram qualificadas de *regiões subdesenvolvidas*; e mesmo localidades – não necessariamente regiões – que atravessaram na época uma fase de recessão e de crise receberam esse qualificativo: *Pas-de-Calais* (departamento) e *Decazeville* (comuna). Todavia, para o geógrafo era falso e mesmo escandaloso designar pelo mesmo termo (subdesenvolvido) situações tão diferentes: quando cotejado índices de alimentação; mortalidade infantil; analfabetismo; produtividade dos trabalhadores agrícolas; direitos políticos, entre outros, constata-se que essas populações (Aquitânia, Bretanha, *Pas-de-Calais* e *Decazeville*) encontravam-se em situações muito melhores que aquelas do conjunto dos países do Terceiro Mundo. Logo, o geógrafo discorda que fosse possível falar em França de *regiões subdesenvolvidas*:

[...] a problemática do subdesenvolvimento é caracterizada por um crescimento demográfico muito forte e as regiões que temos aqui elas estão em [processo de] despovoamento. Portanto, isso coloca problemas específicos, particulares, mas não se vai transpor o problema dos países subdesenvolvidos à Bretagne ou à... não. São lugares onde se vê despovoamento. [Região subdesenvolvida] não é o caso da Bretanha (Entrevista com Yves Lacoste, 27/04/2022).

Em contrapartida, na África, América Latina e Ásia as dificuldades afetavam o *conjunto* dos Estados – diferentemente da França. No Terceiro Mundo, mesmo a política de ordenamento territorial seria irrisória em relação aos graves problemas enfrentados que esbarravam nos círculos viciosos e num emaranhado de dificuldades. Em termos concretos, podemos dizer que o geógrafo faz alusão desde o problema da escassez de capital até a limitação do mercado da expansão industrial. Haveria então, entre a França e a situação global de determinados países africanos, asiáticos e latino-americanos, diferenças radicais: níveis de vida, rendas, produtividade, etc. Tais diferenças radicais impediriam a utilização do termo subdesenvolvimento enquanto sinônimo de *menos rico*, pois esvaziaria o conceito de toda substância, abrindo a porta para empregar erradamente um termo da moda (LACOSTE, 1966a).

É justamente para evitar confusões e, ao mesmo tempo, interditar a possibilidade de se pensar em situações de subdesenvolvimento e desenvolvimento em escala que não seja *nacional*, que Lacoste retoma sua definição de subdesenvolvimento. Como já vimos, este é fruto de um *dinamismo interno*; é uma distorção nova na história entre o crescimento econômico e o crescimento demográfico. Quando aquele é superior a este, tem-se a *situação de desenvolvimento*. No momento em que os dados da equação se invertem, o desfecho é a *situação de subdesenvolvimento*. Na primeira situação, o desequilíbrio interno gera progresso; na segunda, catástrofe.

Partindo dessa definição – bastante engessada e refém da “escala-obstáculo” nacional – Lacoste busca mostrar a impossibilidade de se aplicar o termo subdesenvolvimento à maior parte das regiões desprovidas dos países que se encaixam na situação de desenvolvimento. Nos países desenvolvidos, essas regiões são, geralmente, rurais. Nelas se registram uma diminuição apreciável de suas populações e alguns progressos econômicos – como o aumento da produtividade dos agricultores; é claro que tais regiões detêm um nível de vida inferior em relação àquelas que se encontram em expansão econômica, mas mesmo assim o aumento da produtividade quanto a ação do *Estado* permite melhorar as condições de existência.

Já nos países subdesenvolvidos, o nível de vida dessas regiões rurais é bastante baixo e com tendência a piorar. Nem o êxodo rural – na visão do geógrafo – seria eficaz para contrapesar essa tendência porque uma grande parte dos que se deslocam do campo para a cidade não encontram trabalho dado que as atividades industriais são restritas pelo baixo poder de compra do conjunto populacional. Note que Lacoste não concebe a ação estatal como meio de impedir o *círculo vicioso da situação de subdesenvolvimento*.

Nos países desenvolvidos, nem todas as regiões desprovidas são rurais. Podem ser regiões carboníferas, têxteis, industriais – que estão atravessando dificuldades (crise, desemprego, inadaptação ao mercado) – etc. Essas dificuldades seriam resolvíveis à longo prazo a partir da reconversão e adaptação do potencial produtivo.

Nos países subdesenvolvidos a lógica seria diferente. Ali, a mão de obra atraída para regiões minerárias e/ou agrícolas⁴⁰⁰ no momento da expansão da atividade econômica, observa uma condição catastrófica quando de uma contração da referida atividade, e as possibilidades de reconversão dessas são restritas em virtude da baixa dinâmica econômica do *país*.

Se não há *regiões subdesenvolvidas em países desenvolvidos* (tal qual a França), então existiria *regiões desenvolvidas em países subdesenvolvidos*? Mantendo a *coerência interna* de

⁴⁰⁰ Atividades típicas de um país subdesenvolvido, relembremos.

sua perspectiva, Lacoste não enxerga essa possibilidade. Em sua avaliação, a existência de bairros luxuosos, de um frenesi da construção, e a febre de especulações comerciais e financeiras, seriam ilusões de uma pretensa situação de desenvolvimento. Em verdade, testemunhariam a riqueza da minoria privilegiada – uma categoria social mais ou menos amorfa, diga-se de passagem, que agruparia desde os estrangeiros até habitantes locais. Essa minoria privilegiada habitaria os bairros luxuosos, porém a massa da população viveria nas favelas e nem encontraria emprego estável, embora a implantação de indústrias. Nesse caso, a massa populacional é superior à capacidade da indústria de absorver a mão de obra. O processo inverso ocorreria nos países desenvolvidos, onde a ampliação do mercado interno e a expansão das atividades econômicas acarretaria uma escassez de mão de obra.

Nos países desenvolvidos os polos de desenvolvimento jogam um papel essencial na expansão da economia nacional. Lacoste reconhece que os referidos polos (I) tenham a tendência a concentrar atividades; e (II) tendem a provocar nas partes economicamente menos ativas do território nacional efeitos de contenção que acentuam ainda mais as desigualdades regionais. Contudo, seriam esses polos que determinariam o desenvolvimento da economia nacional e que poderiam exercer sobre diversas regiões *efeitos multiplicadores*⁴⁰¹.

Já nos países subdesenvolvidos, as grandes aglomerações urbanas – em torno das quais se concentra importante parte da vida econômica – jogam um papel diferente: os efeitos são regressivos e bastante limitados. A baixa propensão a investir – resultado da estreiteza do mercado interno – e a extravasão da economia formam esse circuito econômico. Lacoste não traduz isso no conceito de *polo de subdesenvolvimento*, mas poderíamos utilizá-lo vez que é a situação inversa do polo de desenvolvimento – e por ele já o ter feito no artigo incorporado ao livro *La géographie active*: “Essas regiões de economia moderna, que combinam o efeito de interrupção econômica e os fatores do avanço demográfico, também podem ser consideradas, não como “polos de desenvolvimento”, mas ao contrário como *polos de subdesenvolvimento*” (LACOSTE, 1975 [1964], p.108). Se nos países desenvolvidos o Estado poderia intervir para transformar efeitos de contenção multiplicadores econômicos, nos países subdesenvolvidos o geógrafo raciocina que as intervenções estatais são raras porque as possibilidades de ação são constringidas pela minoria privilegiada.

Então, o que fazer para resolver a *situação de subdesenvolvimento* e a situação de *crise* de determinadas *regiões* nos países desenvolvidos? Lacoste não é claro, mas é possível deduzir uma distinção bifronte operada pelo autor em foco: com vistas a solucionar o problema de

⁴⁰¹ [...] *effets d'entraînement*.

regiões em crise nos países desenvolvidos, uma política de ordenamento territorial⁴⁰²; para enfrentar a *situação de subdesenvolvimento*, uma “verdadeira” política de desenvolvimento – que o geógrafo não elucida qual é. Ora, aqui Lacoste esbarra num problema: se na situação de subdesenvolvimento as rendas são baixas, se a propensão a investir é baixa e, por consequência, o crescimento econômico é baixo (ou incapaz de acompanhar o crescimento demográfico), no limite a própria possibilidade de desenvolvimento estaria relativamente interdita. Ademais, diferente do que o geógrafo nos ensinou em *Les pays sous-développés* e em *Géographie du sous-développement*, no texto ora analisado ele não enxerga a possibilidade do Estado, nos países subdesenvolvidos, levar a cabo ações contra aquilo que chamei de *círculo vicioso do subdesenvolvimento*. Note-se que, por essa perspectiva, Lacoste dá um passo atrás mesmo em relação aos intelectuais que enxergava na ação estatal seja a possibilidade de interromper a *causação circular cumulativa*, nos termos de Gunnar Myrdal, seja sustar o *círculo vicioso da pobreza*, nos termos de Ragnar Nurkse.

Uma última observação. Para o geógrafo, as situações de subdesenvolvimento e desenvolvimento só são válidas ao nível da escala nacional, dado a magnitude dos aspectos quantitativos e qualitativos. Melhor seria dizer que só são válidas ao nível da escala nacional e *continental*, pois o próprio Lacoste atribui à África, América Latina e Ásia características de subdesenvolvimento, ao passo que a Europa Ocidental e América do Norte teriam características de desenvolvimento. Mas por que seriam válidos só nessas escalas? Pois quando transitamos da *pequena escala nacional* (França) para uma *grande escala regional* – da França para a região francesa da Lorena, por exemplo – novos problemas e fatores aparecem. Essa “oscilação escalar” torna complexa a combinação de fatores que o geógrafo deve considerar correspondente à cada escala. É por isso que o primeiro passo para o estudo *geográfico* do *desenvolvimento desigual* é distinguir qualitativamente as situações de subdesenvolvimento e desenvolvimento – que o próprio Lacoste se esforça em fazer; o passo seguinte, numa escala maior, *distinguir os diferentes níveis de análise*. E aqui o geógrafo avançou ao deixar cristalino sua *démarche* – cuja forma mais acabada só apareceria 13 anos depois quando de sua *thèse d’État*, em 1979.

⁴⁰² [...] *aménagement du territoire*

III – Cabul, Afeganistão: situação de subdesenvolvimento e situação tradicional? Um *Great Game* renascido

Nos anos 1960, a abordagem lacosteana dos problemas dos países em situação de subdesenvolvimento atrai a atenção de dois geógrafos: um é Raoul Blanchard, que Lacoste tinha conhecido em 1955⁴⁰³, durante uma conferência no *Institut de géographie*; o outro é seu mestre Jean Dresch. Esses dois geógrafos, dirigentes do CNRS, concedem-no uma bolsa [*subvention*] para ir à Calcutá observar as favelas e, em seguida, ao Afeganistão⁴⁰⁴.

Em Calcutá, o cônsul da França o colocou em contato com um capitão dos jesuítas que percorria as favelas em uma motocicleta – junto com Lacoste. O geógrafo descobre uma faceta dos problemas urbanos da capital do estado de Bengala Ocidental: os bairros de pequenas casas bastante degradadas, organizadas ao longo de ruelas inundadas pelas águas residuais. Após essas observações, ele se encontra com Henri Munier e parte com destino à Cabul.

Em Cabul, Munier era chefe da UNESCO no Afeganistão e coloca Lacoste em contato com vários ministros. Com estes, eles conversam sobre Ibn Khaldun e os paralelos que podem ser estabelecidos entre o Magrebe e o Afeganistão. Um paralelo é que as tribos *pashtun*, de reputação guerreira, comportavam-se ainda em relação à tribo real como as do Magrebe – antes da conquista colonial. No entanto, enquanto o Magrebe era colonizado, “o Afeganistão foi cuidadosamente mantido afastado da colonização e modernização, em virtude de um acordo celebrado em 1879 entre o Império russo e o Império britânico das Índias⁴⁰⁵” (LACOSTE, 2018a, p.131). Para ele, os impérios britânico e russo buscavam evitar um enfretamento, preferindo unir suas forças contra o império alemão. É a época do *Grande Jogo*, no qual a Rússia Czarista e o Império Britânico disputavam o Afeganistão e, em menor dimensão, a região da antiga Pérsia (atual Irã) e a região autônoma chinesa do Tibete (KELLY, 2016). Em todo caso, o geógrafo apenas não se recorda que não faltou vontade dos britânicos em subjugar o Afeganistão por duas vezes: (I) na Primeira Guerra Anglo-Afegã (1839-1842), no mesmo período em que os liberais da Companhia Britânica das Índias Orientais forçavam a China no caminho da drogadição opiácea; e (II) na Segunda Guerra Anglo-Afegã (1878-1880), onde o Afeganistão conseguiu uma vitória *tática* – ao manter sua soberania – mas uma derrota *estratégica* – pois as relações exteriores passaram ao controle britânico. Sem embargo, outra

⁴⁰³ À época, Yves Lacoste era assistente de Pierre George

⁴⁰⁴ Lacoste não precisa quando efetivou essas observações e pesquisas na Índia e no Afeganistão. Pelo que pude alcançar, aconteceu entre 1966-1967.

⁴⁰⁵ [...] l'Afghanistan fut soigneusement tenu à l'écart de la colonisation et de la modernisation, en vertu d'un accord passé en 1879 entre l'empire russe et l'Empire britannique des Indes.

diferença o separa do Magrebe: o Afeganistão é um país de dois islãs: o sunita⁴⁰⁶, que conta a maior parte da população, e o xiita⁴⁰⁷, para os *hazaras*. Os *hazaras* é uma das etnias afegãs, ao lado dos tadjiques, pashtuns e uzbeques.

Em Cabul, o geógrafo percorreu velhos bairros da cidade e constatou sérios problemas urbano-sanitários decorrentes da superpopulação. Um deles diz respeito às obstruções das ruas causadas por uma “pilha de excrementos com mais de um metro de altura que caíram sob pias nos primeiros andares de casas de barro⁴⁰⁸” (LACOSTE, 2018a, p.132). O que gerava o acúmulo de tais “pilhas de excrementos” era que, no passado, esses excrementos eram coletados por crianças com pás compridas e um capuz nas costas. Uma vez que o saco [*hotte*] estivesse cheio, eles levavam o fertilizante para os campos em torno da cidade. Contudo, o crescimento populacional e a escolarização das crianças ocasionaram o acúmulo das “pilhas de excrementos”.

Henri Munier estava preocupado com outras dimensões dos problemas no Afeganistão: (I) a falta de escolas para as meninas e os assassinatos de professores; e (II) os *talibãs*⁴⁰⁹, que desempenharam um “papel diabólico” no desencadeamento, em 1979, da guerra civil afegã e que conduziu à intervenção do exército soviético *a pedido* do Partido Democrático do Povo do Afeganistão (PDPA) que governou a República Democrática do Afeganistão (1978-1992). Vijay Prashad (2020) rememora que através da CIA, os EUA lançaram a *Operação Ciclone* cujo objetivo era municiar os *mujahideen*⁴¹⁰ numa guerrilha contra o governo do PDPA. Isso porque, em 1978, ocorreu a chamada Revolução de Saur com o intuito de promover medidas socialistas contra situação de exploração social, através de decretos:

Por exemplo, o decreto número 6 cancelou as dívidas, empréstimos, hipotecas e aluguéis devidos pelos camponeses a usurários e grandes proprietários de terras (na maioria dos casos essas dívidas eram herdadas de geração em geração). O decreto isentava completamente “*os sem-terra que trabalham para um proprietário como*

⁴⁰⁶ Os sunitas são os seguidores da *Sunnah*. Como explica Beatriz Bissio (2012, p.46), no léxico técnico, *sunna* tem o significado de “conjunto de exemplos normativos que emanam da vida do profeta”. O sunismo não defende a sucessão baseada na linhagem de Maomé.

⁴⁰⁷ Xiita vem do árabe *shi'atu Ali*, os “partidários de Ali”. Conforme Beatriz Bissio (2012, p.147) os xiitas “entendem que Muhammad teria deixado explícita a sua opção por Ali [ibn Abi Talib].” Assim, creem que este deveria ter governado e “reverenciam muitos *imãs*, que são descendentes masculinos diretos de Ali e de sua esposa Fátima, a filha do profeta” (BISSIO, 2012, p.318)

⁴⁰⁸ [...] tas d'excréments de plus d'un mètre de hauteur tombés sous des cabinets d'aisance situés au premier étage des maisons en terre

⁴⁰⁹ Traduzindo do *pachto*, significa “estudante”. Nesse caso, seria mais correto Yves Lacoste ter escrito *mujahideen*, aquele que combate numa *jihad*. Por seu turno, Beatriz Bissio (2012, p.317) nos elucida: *jihad* significa “luta, esforço. Esse é o primeiro significado com que o termo é usado no Corão e se refere a um esforço interno para corrigir os maus hábitos, quer na comunidade islâmica, quer no interior de cada muçulmano. O termo também é usado para designar uma guerra empreendida a serviço da religião”

⁴¹⁰ Ver nota anterior.

camponeses ou diaristas” de pagar qualquer dívida ou aluguel a proprietários de terras e usurários.

O Decreto número 7 tinha a função de “*garantir a igualdade de direitos entre homens e mulheres na esfera jurídica, eliminando as relações patriarcais e feudais injustas entre marido e mulher*”. Também criminalizou: 1) o casamento de meninas em troca de dinheiro ou propriedade; 2) o casamento forçado; 3) os atos que impediam a viúva, por motivos familiares ou tribais, de voltar a casar voluntariamente ou que a forçassem a casar contra sua vontade. Ele foi além ao definir a idade de casamento aos 16 anos para mulheres e 18 anos para homens, proibindo assim o casamento infantil.

O decreto número 8 confiscou as terras dos senhores feudais e da família real deposta sem compensação e as redistribuiu entre os camponeses sem-terra e pequenos proprietários. O objetivo do decreto era, em primeiro lugar, “*eliminar as relações feudais e pré-feudais da ordem econômica e social do país*”.

Outras políticas radicais postas em prática pela Revolução de Saur foram o cancelamento dos aluguéis, a distribuição equitativa da água e o estabelecimento de cooperativas camponesas. Grandes campanhas de alfabetização foram lançadas (em 1984, 1,5 milhão de pessoas haviam concluído os cursos de alfabetização e, nesse mesmo ano, 20 mil cursos de leitura e escrita com 377 mil alunos estavam em funcionamento no país). O objetivo era erradicar o analfabetismo em 1986 nas áreas urbanas e, em 1990, em todo o Afeganistão. No período que antecedeu a revolução, apenas 5.265 pessoas haviam concluído os cursos de alfabetização⁴¹¹.

Essas medidas, além de desagradarem os fundamentalistas islâmicos, contrariavam os interesses geopolíticos dos EUA na região – que via na Revolução de Saur uma extensão do poder soviético (PRASHAD, 2020). Lacoste (2020) lembra que o PDPA estava dividido em duas tendências: *Parcham* e *Khalq*. Essa divisão, diga-se de passagem, foi fundamental para a não-consolidação da Revolução de Saur e que culminou no fim, em 1992, da República Democrática do Afeganistão (RDA).

Retomemos. Durante essa estadia no Afeganistão – anterior à Revolução de Saur – o geógrafo em tela sobrevoou no norte do país em questão a grande mesquita de *Mazar-e Charif* – onde estariam os restos mortais de Ali, genro do profeta Maomé; e a cordilheira de *Hindu Kush*, na qual a URSS havia construído o túnel Salang que conecta as planícies do Norte à Cabul (LACOSTE, 1995, p.13-18). Essa estadia em Cabul desperta o interesse de Lacoste pelo Afeganistão. Como resultado ele publica, em 1967, no *Bulletin de l’Association de géographes français*, suas reflexões sobre *Cabul e alguns problemas do Afeganistão*⁴¹². Trata-se de um texto em que transparece parte da *démarche clássica* da escola francesa de Geografia: a descrição das condições naturais (geográficas) e sociais (histórico-econômicas). Ao mesmo tempo, como veremos, ele aplicará o modelo khalduniano de explicação para compreender em que situação se encontra Cabul e o Afeganistão.

⁴¹¹ Cf. Revolução de Saur do Afeganistão: a revolução suprimida da história. Tradução de Fabiano Leite. Disponível em: <<https://www.marxismo.org.br/revolucao-de-saur-do-afeganistao-a-revolucao-suprimida-da-historia/>>. Acesso em 04 de setembro de 2021.

⁴¹² [...] Kaboul et quelques problèmes de l’Afghanistan.

O primeiro aspecto que nos atrai a atenção é: quais seriam os problemas do Afeganistão e de Cabul? A princípio, Lacoste raciocina que uma das peculiaridades do país asiático foi seu afastamento da economia moderna até o fim da Segunda Guerra Mundial. Isso o tornaria bastante particular diante de outros países da África, América Latina e Ásia, que sofreram com a introdução da economia moderna, geralmente, pela força. O geógrafo renega a possibilidade de que esse isolamento seja fruto das condições naturais, embora o país rodeado de regiões semiáridas e gigantescas cadeias de montanhas – a exemplo das cordilheiras de *Hindu Kush* e *Pamir*.

No que tange aos fatores históricos, a partir do século XVIII, quando o Afeganistão começa a tomar sua personalidade atual, Cabul tornar-se-á seu centro político. O Afeganistão é resultado da expansão das tribos pashtuns – o elemento político dominante. Cabul foi o trampolim a partir de onde invasores entravam no noroeste da Índia a partir do Rio Cabul até o Rio Indo – no Paquistão –, e a passagem através da cordilheira do *Hindu Kush* na fronteira do Afeganistão e Paquistão: o passo de *Khyber* (LACOSTE, 1967a). Assim, embora não esteja centralizada geograficamente, Cabul está no centro dos territórios ocupados pelas populações pashtun. Isso permite a expansão afegã no século XVIII rumo à Índia, tanto pelo dinamismo guerreiro dos pashtuns, quanto pelas semelhanças étnicas que aproximam os pashtuns do Afeganistão com as populações que ocupam parte do Paquistão.

O Afeganistão guarda uma semelhança com os países do Magrebe medieval: a base do Estado é tribal. Berberes, no Magrebe; Pashtuns, no Afeganistão. Lacoste medita que no Afeganistão a *asabiya* ainda não desapareceu. Esse não-desaparecimento da *asabiya* permitiu que o país asiático não caísse sob domínio britânico. Lacoste também considera que o *Grande Jogo* entre o Império Britânico e a Rússia Czarista evitou tal subordinação e transformou o Afeganistão em um Estado tampão entre a Índia e o Império Russo. Cabe lembrar que o Afeganistão foi vitorioso contra o Império Britânico quando da primeira guerra entre essas duas nações (1839-1842). Contudo, na segunda conflagração bélica (1878-1880) a vitória *estratégica* dos britânicos implicou a imposição das atuais fronteiras afegãs e evitou a fragmentação do país – o que poderia favorecer uma influência russa na região. Lacoste (1967a) evoca que após 1879, a Inglaterra forneceu subsídios e armas para o soberano Abdul Rahman (1840-1901) unificar o país e negociar a assim chamada Linha Durand⁴¹³ – a fronteira entre a Índia Britânica e o Afeganistão. Em tais condições, o papel de capital de Cabul foi reforçado,

⁴¹³ Recebeu esse nome por causa de Henry Mortimer Durand (1850-1924) diplomata britânico.

pois a proximidade com a Índia permitia que os britânicos exercessem seu apoio e controle externo com pouca dificuldade.

O reinado de Abdul Rahman (1880-1901) estabeleceu uma relativa unificação política. Foi sucedido por seu filho Abibullah Kahn (1872-1919) cujo governo (1901-1919) se caracteriza pela acentuação do esforço de modernização. Abibullah foi assassinado e, durante um curto período (20 a 28 de fevereiro de 1919), Nasrullah Khan (1874–1920) governou o Afeganistão sendo, em sequência, deposto pelo seu sobrinho Amanullah Khan (1892-1960). Com a Terceira Guerra contra o Reino Unido (06 de maio a 08 de agosto de 1919) o Afeganistão conseguiu o reconhecimento da independência frente à nação imperialista. Lacoste (1967a) aponta que a modernização do Afeganistão foi sobretudo obra do reino (1919-1926) de Amanullah: decidiu-se criar uma rede viária, indústrias e desenvolver a educação. Ele também pretendia criar uma nova capital.

Mas essa fase de modernização foi interrompida pelas contradições que ela própria engendrou. Com a Guerra Civil Afegã (1928 – 1929), Amanullah abdicou do trono e foi substituído por três dias (14 a 17 de janeiro de 1929) pelo seu irmão Inayatullah Khan (1888-1946). O artífice dessa revolta era o *Badcha Sakao*⁴¹⁴ Habibullah Kalakânî (1890-1929). Conforme Lacoste (1967a), a revolta teve causas complexas: da hostilidade contra a modernização até a oposição dos grandes comerciantes. O geógrafo explica que o Estado estabeleceu impostos a monopólios para financiar o esforço de desenvolvimento. Esse imposto deveria ser pago em moeda, o que era um problema num país com economia pouco monetarizada. Também influíram os antagonismos tribais (pashtun *versus* tadjiques, por exemplo).

Estava aberto então um período de disputas para saber quem reinaria no Afeganistão: Habibullah Kalakânî, Ali Ahmad Khan e Amanullah Khan. Amanullah havia abdicado em janeiro de 1929. Retornou para disputar o trono e foi obrigado a recuar para a Índia em maio de 1929. Ao mesmo tempo, Ali Ahmad estabeleceu um governo em Jalalabad que durou de 17 de janeiro a 09 de fevereiro de 1929. Foi morto em 11 de julho de 1929. Por seu turno, Habibullah vitorioso ao derrotar as forças dos dois oponentes, foi rei afegão de 17 de janeiro a 13 de outubro de 1929. Lacoste (1967a) conta que a ordem foi estabelecida por Mohammed Nadir Shah (1883-1933), um dos responsáveis pela vitória contra os britânicos em 1919. Nadir Shah, com apoio do Reino Unido e das tribos pashtuns esmagam a revolta dando fim à Guerra Civil em 13 de outubro de 1929.

⁴¹⁴ “O filho do portador de água”. [...] le fils du porteur d’eau.

Esse percurso histórico conturbado ocasionou o retardamento da política de modernização. Mas o processo não parou. Em 1930, o Banco Melli foi fundado por um grupo de grandes comerciantes dirigidos por Abdul Majid Zabuli (1896-1998); o comércio exterior (frutas secas, peles de astracã) pouco a pouco adquire certa extensão; a Universidade de Cabul é fundada em 1931. Além disso, o aparelho comercial é arcaico com poucas filiais das empresas monopolistas. À época, quase todas as mulheres, com exceção das estudantes, usavam o véu de forma rigorosa. Em 1947, “o Afeganistão inteiro contava somente com 20 médicos e um único hospital⁴¹⁵” (LACOSTE, 1967a, p.42). Por isso tudo, o Afeganistão ainda seria um Estado em situação tradicional, vez que a ruptura entre crescimento demográfico e crescimento econômico não fora processada.

Sem embargo, uma série de transformações econômicas passarão a ter lugar desde 1950. Cabul passou a ser servida por uma moderna malha rodoviária conectando-a às principais cidades do país e também pela companhia aérea *Ariana Afghan Airlines*⁴¹⁶, fundada em 1955. Em 16 anos (1950-1966) a produção de eletricidade aumentou de 8 milhões de quilowatts-hora (1950) para 800 milhões quilowatts-hora (1966); a produção de algodão cresceu, no mesmo período, de 21 mil toneladas para 150 mil toneladas; entre 1950 e 1966, o número de médicos saltou de 99 para 441; o número de leitos de hospital passou de 850 para 2270; o número de crianças escolarizadas que era de 3% em 1950 ultrapassa 20% em 1965; o número de escolas saiu de 378 para 2000 (LACOSTE, 1967a). O geógrafo atribui tais transformações à ajuda externa que representava, em 1966, dois terços dos investimentos efetuados.

Os EUA, desde 1946, substituíra o Reino Unido em matéria de influência política no Afeganistão. Yves Lacoste cita o exemplo da companhia estadunidense *Morrison Knudsen* que realizou grandes obras hidráulicas no vale de *Helmend*. O objetivo era emular a *Tennessee Valley Authority*. Mas não deu certo e os capitais que o Afeganistão acumulou durante a Segunda Guerra foram consumidos por esse empreendimento. A partir de 1954 numa espécie de *Great Game* renascido, a URSS passou a ajudar o Afeganistão, dado que os EUA apoiavam o Paquistão no âmbito da Organização do Tratado do Sudeste Asiático⁴¹⁷ (OTASE). Lacoste explica que em razão das relações tensas entre Afeganistão e Paquistão, porque Cabul reivindicava as populações *pashtun* que habitavam as fronteiras fora do Afeganistão, a aceitação da ajuda soviética foi vista na qualidade de contrapeso da ajuda estadunidense. Uma

⁴¹⁵ [...] l'Afghanistan tout entier ne comptait que 20 médecins et 1 seul hôpital.

⁴¹⁶ Lacoste diz que a *Aryana* era filial da *Panamerican Airways*. Mas essa informação não é verdade. Trata-se de uma empresa estatal. A *Panamerican* tornou-se acionista da empresa em 1957.

⁴¹⁷ Fundada em 1954 e extinta em 1977.

clivagem de influência no eixo Sul-Norte se processou: os EUA no Sul e a URSS influenciando o Norte do país – na fronteira com as repúblicas do Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão. A URSS construiu a estrada que liga Cabul às províncias do norte, cruzando o *Hindu Kush* pelo túnel Salang a uma altitude de 3700m. Os EUA construíram a estrada de Cabul à Kandahar e Herat. A URSS forneceu 60% dos aportes de capitais estrangeiros (LACOSTE, 1967a). Tais ajudas eram complementadas e coordenadas por especialistas de organizações internacionais tais quais a ONU e a UNESCO. À época, o Afeganistão era o país com maior número de funcionários internacionais em relação à sua população: 260 para 14 milhões de habitantes (LACOSTE, 1967a).

Donde a importância da ajuda externa que viabiliza a rapidez das transformações econômicas que vimos. O geógrafo diz que por serem financiadas por governos estrangeiros essas transformações econômicas geraram poucas convulsões sociais no Afeganistão. Lacoste (1967a) observa que esse capital externo não é investido diretamente, mas sim pela mediação do governo afegão. Conseqüentemente, o Estado aumenta sua influência interna e externa em comparação às estruturas tribais, e a importância de Cabul – enquanto sede da administração central – tende a aumentar em relação ao resto do país.

Assim, Cabul se beneficia tanto da ajuda externa quanto dos recursos financeiros internos estatais. Lacoste (1967a) também observa que a gradativa monetarização da economia, por meio do pagamento de salários por exemplo, abre caminho para a proliferação das atividades terciárias. A capital também atrai uma grande parte da minoria privilegiada: pessoas ligadas ao setor administrativo e militar, e especialmente os grandes proprietários fundiários do oeste do país. O geógrafo cita Abdul Majid Zabuli, Mukhtar Zada, Sayed Naslun e Abdul Khaliq. Zabuli começou sua fortuna em Herat; desta cidade também vem Zada e Naslun; Khaliq vem de Kandahar.

O Estado passa a construir uma série de edifícios administrativos. Lacoste (1967a) nota que os principais estabelecimentos industriais de Cabul trabalham diretamente para o exército e a administração. Os arsenais são os principais empregadores do país na estrada de Jalalabad e uma fábrica de móveis de escritório para administração. Essa via de modernização traduz-se nos dados estatísticos coletados pelo geógrafo: dos 63 mil civis empregados em Cabul, 18% trabalhavam no setor administrativo, 12% na construção, 11% na agricultura, 10% no setor e transportes, 7% nas atividades industriais, 6% na educação, 6% como empregados domésticos, e os outros 30% nos diferentes tipos de comércio. Os dados evidenciam a hipertrofia do setor terciário ao mesmo tempo em que a industrialização é bastante reduzida. Das 63 mil pessoas,

26 mil trabalhavam para o Estado. Além disso, em 1964, Cabul tinha 361 médicos dos 441 existentes, e 55% dos leitos de hospital.

A modernização também atingiu o setor de escolarização. Em 1965, 32% dos garotos de 7 a 12 anos e 6% das garotas estava na escola. Em Cabul era de 96% e 67% respectivamente. A capital afegã contava ainda com 4 cinemas, 2 teatros, 9 *lycées* e a já citada universidade. A monopolização das atividades modernas em Cabul era tão grande que Lacoste (1967a) atesta que ela consumia metade da eletricidade produzida no Afeganistão. A população urbana de Cabul saltou de 210 mil habitantes em 1955 para 450 mil em 1965. O ritmo de crescimento foi estimado, em 1965, entre 7% e 10% ao ano. As causas desse crescimento, para Lacoste, advêm tanto do crescimento natural, quanto da imigração. O geógrafo destaca a imigração dos *hazaras* que vêm das regiões centrais do Afeganistão. Os *hazaras* são de origem mongol, praticantes do rito xiita, e submetidos à dura pressão dos pashtuns – o elemento dominante politicamente no Afeganistão.

O crescimento da população em Cabul também gerou uma série de problemas concernentes à extensão espacial do fato urbano (FIGURA 18). Lacoste (1967a) calcula que a capital afegã ocupava à época (1966-1967) uma área três vezes maior que a de 1938. Trata-se de novos bairros que abrigam uma proporção mínima da população. Podemos deduzir que esses novos bairros abrigavam cerca de 25% da população porque o geógrafo escreve: “Em contrapartida, mais de três quartos da população acumulam-se na parte antiga da cidade⁴¹⁸” (LACOSTE, 1967a, p.47). É nessa parte que os problemas são mais graves. Um dos primeiros mencionados são as condições de higiene, a exemplo de canais ao ar livre que servem, simultaneamente, à adução de água e esgotos. Além disso, as casas de barro de um ou dois andares tem como uma das características de que os “banheiros⁴¹⁹” dominam as ruelas ou os pátios. Por consequência, os excrementos se acumulam aos pés das paredes. A situação deveria ser terrível porque Lacoste (1967a, p.47) faz uma comparação límpida: “Os bairros tradicionais das cidades indianas ou do norte da África aparecem como modelos de limpeza em comparação com as vielas da velha cidade de Cabul⁴²⁰”. O congestionamento de excrementos cresce à medida em que a população aumenta.

⁴¹⁸ [...] En revanche plus des trois quarts de la population s'entassent dans la vieille ville.

⁴¹⁹ No original lieux d'aisance

⁴²⁰ [...] Les quartiers traditionnels des villes indiennes ou nord-africaines apparaissent comme des modèles de propreté en comparaison des ruelles de la vieille ville de Kaboul

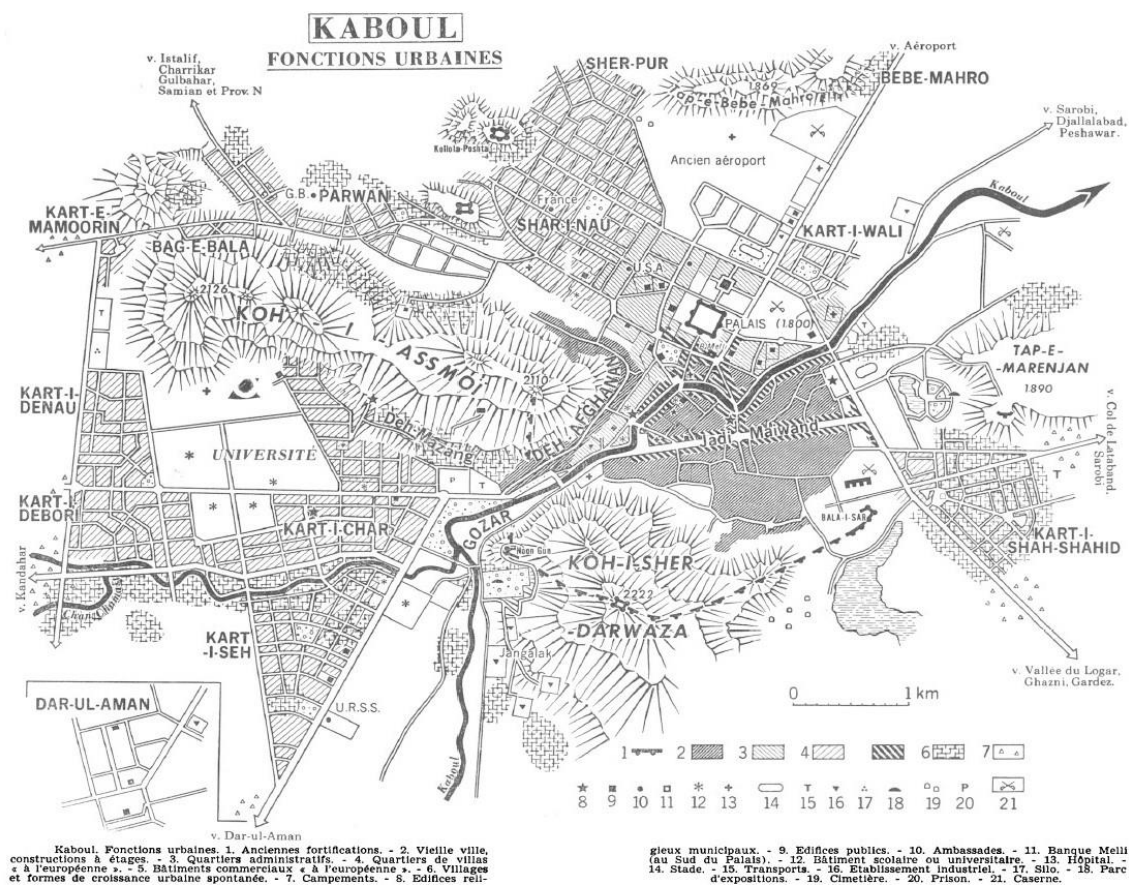


Figura 18: Funções urbanas de Cabul. Fonte: LACOSTE, 1967a, p.32.

Apesar disso, o geógrafo considera que não existem formas significativas de crescimento urbano espontâneo na periferia, em comparação com a maioria das grandes cidades do Terceiro Mundo. Para ele, não há favela em torno de Cabul no sentido preciso do termo, ou seja, “conjunto de cabanas feitas de chapas de latas antigas ou de outros materiais recuperados dos resíduos industriais⁴²¹” (LACOSTE, 1967a, p.47). O que existe, ao longo das estradas principais na periferia de Cabul, são povoados nômades com relativa importância e estabilidade. Sem embargo, no leste da cidade, encontram-se um conjunto de casas de barro miseráveis. Lacoste observa que este é o provável início das áreas de crescimento urbano espontâneo – o que geraria as favelas (*bidonvilles*). Assim, Cabul estaria no limiar da fase urbana vivida pelas cidades do Norte da África e da América Latina, aquela da superlotação da população nos bairros favelizados (*taudifiés*) do centro (FIGURA 19). Essa seria a primeira fase.

⁴²¹ [...] ensemble de cabanes faites de tôles d'anciens bidons ou d'autres matériaux récupérés sur les déchets industriels.

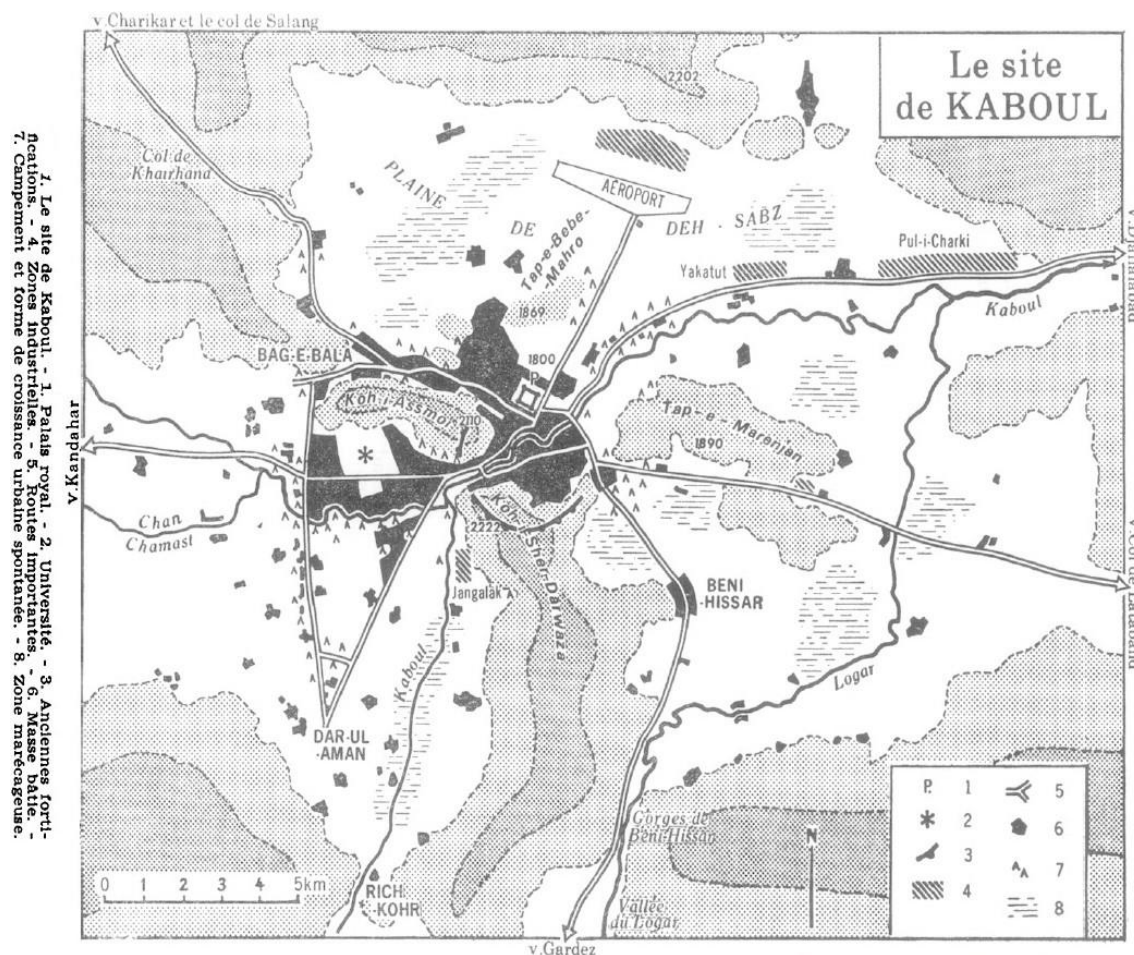


Figura 19: O sítio de Cabul. Fonte: LACOSTE, 1967a, p.39.

A segunda fase é a proliferação das favelas ou de outras formas de ocupação urbana espontânea nas periferias. Lacoste (1967a) esclarece que os antigos bairros de Cabul, privados de esgoto e abastecimento de água, detêm uma densidade de ocupação dez vezes maior que nas zonas residenciais (*quartiers de villas*) – calculada em inferior a 60 habitantes por hectare. Outro problema relativo à imigração: antigos quartos que eram alojamento familiar passaram a ser dormitórios onde aglomeram os imigrantes. O geógrafo também pondera que o Estado afegão destruiu quarteirões inteiros, sem indenização, para limpar os arredores dos bairros ricos ou dos edifícios oficiais para dar lugar a lojas.

Finalmente, Lacoste (1967a) explica que o crescimento urbano periférico é dificultado pela extensão das terras militares e por determinadas disposições do regime fundiário: o município compra terra dos agricultores e as revende em lote. Isso gera, na visão do geógrafo, outro problema: aquela da especulação imobiliária que conduz à um mercado negro de terras. Logo, as pessoas que não tem poder aquisitivo para acessar a terra terminam por construir nas encostas da montanha de *Koh-e Asamai*.

Por isso tudo, na visão do geógrafo, o Afeganistão ainda se encontrava numa situação tradicional, ou seja, aquela na qual o crescimento demográfico e os recursos econômicos estão ajustados. Se lembrarmos os quinze caracteres que Yves Lacoste enumerou em *Les pays sous-développés*, constata-se que dois são bastantes visíveis no texto lacosteano: a baixa industrialização e a hipertrofia do terciário. Sem dúvida, o fato de Lacoste não dispor dos dados sobre crescimento demográfico implicou nessa caracterização. Rememoremos que é justamente o descompasso entre o crescimento dos recursos que a população efetivamente dispõe e o crescimento demográfico o que qualifica a situação de subdesenvolvimento. Além disso, o deslocamento das estruturas tradicionais (organizações tribais), causado pela modernização capitalista, ainda é relativamente pequeno. Em todo caso, o geógrafo considerava que o aparecimento do subdesenvolvimento era provável.

Em Cabul a situação, literalmente, era diferente. A capital afegã, tal qual mostrou o geógrafo, detém um forte crescimento demográfico vez que os recursos médico-hospitalares estarem concentrados ali. “As estruturas sociais não são mais as do campo. As formas de dependência tradicional combinam-se com os relatos de monetarização em benefício de uma minoria privilegiada que reforça os seus poderes⁴²²” (LACOSTE, 1967a, p.49). Isto é: as características que a capital afegã apresenta eram compatíveis com a situação de subdesenvolvimento. O geógrafo argumenta que a propagação do comércio e a redução das taxas de mortalidade, que se propagam ao longo das estradas, destruíam ao mesmo tempo em que revelavam as estruturas da situação de subdesenvolvimento. A monetarização das relações socioeconômicas beneficiava uma minoria privilegiada (que poderíamos ler como “classes dominantes”). Logo, Cabul era uma ilha de subdesenvolvimento que também propagava os fatores dessa situação.

É possível deduzir que Yves Lacoste não enxergava no Estado afegão a possibilidade de intervir e corrigir a situação de subdesenvolvimento. Provavelmente devido ao poder da minoria privilegiada. Tal *dedução*, além de ser um recuo ao que pensavam certas influências teóricas lacosteanas⁴²³, é no mínimo questionável já que nos países em situação de subdesenvolvimento o Estado era o agente primordial da industrialização e, portanto, em larga medida, da *possível* superação do subdesenvolvimento. Isso é válido, por exemplo, para o Brasil e a Índia – para nos referirmos apenas à países do Terceiro Mundo em distintos continentes e formações socioespaciais. Não quer dizer que o subdesenvolvimento tenha sido superado, mas

⁴²² [...] Les structures sociales ne sont plus celles de la campagne. Les formes de dépendance traditionnelle se combinent aux rapports de monétarisation au profit d'une minorité privilégiée qui renforcent ses pouvoirs.

⁴²³ Tais quais Ragnar Nurkse e Gunnar Myrdal a respeito do Estado.

sim que em vez de se emaranhar numa bifurcação entre industrialização ou revolução – tal qual fizeram Rússia e China – era possível sim um desenvolvimento dependente e/ou um *desenvolvimento dependente-associado* (CARDOSO; FALETTO, 2010 [1969]).

IV – Seria o conceito de situação de subdesenvolvimento uma noção geográfica? Análise regional ou diversos níveis de análise? Uma crítica à Paul Vidal de La Blache e um primeiro passo de reconhecimento do imperialismo

Em 1967, na edição de novembro-dezembro dos *Annales de Géographie*, Yves Lacoste tornou a intervir no debate sobre desenvolvimento com um escrito intitulado *O conceito de subdesenvolvimento e a Geografia*⁴²⁴. Nosso interesse não é retomar as observações já feitas pelo geógrafo tanto em seu artigo publicado em *La géographie active*, quanto em *Géographie du sous-développement*, respectivamente: o estudo diferencial do Terceiro Mundo e o papel do geógrafo na elaboração de programas de desenvolvimento; e as definições, caracteres e causas profundas do subdesenvolvimento.

Lacoste (1967b) reconhece que a aparição do termo subdesenvolvimento, no final da década de 1940, marcou o início de uma guinada para os economistas posto que estes passaram a descobrir paulatinamente realidades que não se encaixavam nos esquemas teóricos da “econômica clássica”. Sem dúvida o geógrafo faz alusão ao esquema teórico da teoria das vantagens comparativas. Essa crítica mais incisiva aos economistas é um avanço em relação ao exposto em *Geographie du sous-développement*. Nesta obra, estava colocado que (1) os economistas detinham um lugar eminente – pois foram os primeiros a estudar o subdesenvolvimento – e (2) o subdesenvolvimento não poderia ser considerado um problema meramente econômico. Os economistas, à medida em que descobriam as realidades concretas do Terceiro Mundo (África, América Latina e Ásia), abriam novos domínios de pesquisa. Além disso, tornavam mais nítido e concreto suas concepções, o que os aproximava das ciências humanas e da geografia. Podemos ilustrar aqui, embora o geógrafo não o faça, com a teoria da dependência da CEPAL – um belo espécime de “versão regional do desenvolvimento”, na feliz expressão de Ricardo Bielschowsky.

Todavia, diferentemente dos economistas, os geógrafos não “descobriram” as realidades e os problemas concretos do Terceiro Mundo no *day after* à Segunda Guerra Mundial. Essa avaliação de Lacoste é correta e também corroborada por dois grandes geógrafos: seu mestre

⁴²⁴ [...] Le concept de sous-développement et la Géographie.

Jean Dresch (1967) e Philippe Pinchemel (1923-2008). Dresch explicou que se os geógrafos não foram os inventores da noção de desenvolvimento, há muito tempo se interessavam pelos países assim chamados subdesenvolvidos. Uma das provas desse interesse eram as próprias *monografias regionais* – orientação de investigação clássica da escola francesa de geografia. “Eles falaram sobre isso sem sentir a necessidade de nomeá-lo⁴²⁵” (DRESCH, 1967, p.643).

Pinchemel (1967) trilha o mesmo raciocínio. Antes que os experts em economias e sociologia das mais diversas organizações internacionais e governamentais “descobrissem” o Terceiro Mundo e publicassem uma vasta literatura sobre subdesenvolvimento, os geógrafos estavam presentes há bastante tempo nessas regiões subdesenvolvidas. Pinchemel exemplifica com dois eminentes geógrafos que estudaram a então chamada Indochina francesa: Charles Robequain e Pierre Gourou. Além da tese, Robequain publicou, em 1938, a obra *L'évolution économique de l'Indochine française*; Gourou, por seu turno, publicou diversas obras, a exemplo de *L'utilisation du sol en Indochine française*, publicada em 1940.

Lacoste constata uma contradição: enquanto os economistas forjaram e propagaram o conceito de subdesenvolvimento, os geógrafos o haviam recusado; enquanto os economistas detinham um conhecimento muito teórico dos países subdesenvolvidos, os geógrafos possuíam experiência de pesquisa nos países africanos, asiáticos e latino-americanos. O geógrafo acreditava – tal qual suas obras anteriores indicavam – que o conceito de subdesenvolvimento era valoroso para a geografia. Ao mesmo tempo, o conceito de gênero de vida mostrava-se cada vez mais insuficiente para dar conta das relações sociais estabelecidas em diversas escalas: regional, nacional e mundial. Por essa via, o conceito de subdesenvolvimento recobria tais relações e forçava os geógrafos a considerar, progressivamente, as reflexões e os trabalhos dos economistas.

Haveria então uma oposição. A posição defendida por Lacoste, de que o conceito de subdesenvolvimento pode desempenhar um papel benéfico e proeminente na investigação dos problemas sociopolíticos do Terceiro Mundo; e aquela dos que se oporiam à adesão do conceito de subdesenvolvimento na geografia. Se opunham por diversas razões: (1) considerarem tal conceito uma alienação que engendraria a ciência geográfica a copiar as ciências sociais e econômicas; (2) o conceito de subdesenvolvimento era muito amplo, cobrindo diversos sentidos confusos e diferentes⁴²⁶; (3) o conceito gera um desconforto pois açambarcaria problemas nacionais-regionais bastante distintos. O geógrafo não cita quais intelectuais, na geografia, se

⁴²⁵ [...] Ils en ont parlé sans éprouver le besoin de dénommer.

⁴²⁶ Relembremos que em *Géographie du sous-développement* Yves Lacoste examinou múltiplas definições diferentes do subdesenvolvimento.

opunham à utilização do conceito de subdesenvolvimento. Podemos supor que eram aqueles partidários da escola francesa de geografia e seu conceito primordial: gênero de vida. Daí porque o geógrafo vai investir, crescentemente, contra esse conceito ao mesmo tempo em que busca introduzir na reflexão geográfica o conceito de subdesenvolvimento. E aqui o geógrafo avança, pois, tais oposições desvelam concepções de geografia. Nesse texto, Lacoste (1967b) começa a desnudar o embate epistemológico que o tornará célebre em 1976 quando publica *La géographie ça sert d'abord à faire la guerre*.

Qual seria o papel do geógrafo? Conforme Lacoste (1967b), definir e delimitar a extensão do subdesenvolvimento na superfície do globo. Lançando mão da observação das realidades concretas, nos mais diferentes países, seria possível identificar os caracteres fundamentais do subdesenvolvimento e os países que os apresentam. Caberia a esse profissional generalizar progressivamente as diversas situações de subdesenvolvimento – correspondentes a cada país subdesenvolvido. Como fazer isso? Eis uma das diferenças do geógrafo em relação à *démarche* da escola francesa de geografia, de cariz vidaliano: Yves Lacoste *apreende em diversas escalas as situações de subdesenvolvimento*. Faz isso a partir de *generalizações metódicas* calcadas na *observação* das realidades concretas dos países subdesenvolvidos. Àquele momento, 1967, o geógrafo já contava com o que podemos chamar de *experiências de geografia ativa*: os estudos em Alto Volta e Afeganistão. Isso sem falar da Argélia, onde havia lecionado e refletido sobre alguns problemas.

Como fazer com que os geógrafos aceitem o conceito de subdesenvolvimento enquanto noção geográfica fundamental? O conceito deveria articular os dados naturais e os fenômenos humanos, já que a razão de ser da geografia seria descrever e explicar as interações de fatores de diversas naturezas (naturais e sociais) e a extensão espacial correspondente. Os dados naturais fariam a mediação para a abordagem dos geógrafos. No raciocínio lacosteano, eles apareciam em pelo menos dois caracteres do subdesenvolvimento: (1) a baixa produtividade dos agricultores – devido, por exemplo, às dificuldades pedológicas e climáticas; e (2) a existência de recursos naturais inexplorados ou insuficientemente utilizados. Lacoste (1967b) não renega mesmo o determinismo. Não um determinismo simplista do tipo que trataria o subdesenvolvimento enquanto produto dos dados naturais. Apoiando-se em Philippe Pinchemel⁴²⁷, Lacoste (1967b, p.655) entende por determinismo “o caráter *indiscutível* da influência dos fatos naturais sobre os grupamentos humanos⁴²⁸”

⁴²⁷ Géographie et déterminisme. *Bulletin de la Société Belge d'études géographiques*, XXVI 1957.

⁴²⁸ [...] le caractère *indiscutable* d'influence des fait naturels sur les groupements humains.

Os dados naturais devem ser articulados com os fatores humanos. Mas isso não basta. Cabe ao geógrafo combinar as diversas observações efetuadas em escalas muito diferentes para compreender melhor um mesmo fato ou um conjunto de fatos. Vemos mais uma vez aqui o método geográfico lacosteano. As observações feitas em grande e pequena escala geram descobertas distintas. Lacoste (1967b) faz um paralelo interessante com a fotografia: o olhar do geógrafo deve transitar entre a visão da lente *teleobjetiva* e da *grande angular*. A teleobjetiva é ampla, mas espacialmente restrita – em cartografia chamamos de grande escala; a grande angular é mais larga, mas bem menos detalhada – é a pequena escala cartográfica. De modo que cada escala apresenta um nível de análise, é importante *articular os diferentes níveis de análise* – por exemplo: da monografia local à descrição de um Estado, passando pelo estudo de uma região.

Em grande escala, as ligações entre os dados naturais e os fatos humanos são mais estreitos e evidentes; em pequena escala, a ligação é mais complexa pois não se faz por uma relação direta e sim através de relações históricas e múltiplos fatores. Por isso, Lacoste (1967b) associa o nível de análise em pequena escala ao *possibilismo*. Assim sendo, podemos vincular o determinismo à grande escala. Ambos não se excluem vez que estão concatenados umbilicalmente: um acentua o papel dos dados naturais na combinação de fatores (grande escala, determinismo); outro enfatiza o papel dos fatos humanos (pequena escala, possibilismo). É a combinação dos caracteres do subdesenvolvimento⁴²⁹, em especial a subutilização dos dados naturais, que conferem ao conceito de subdesenvolvimento as propriedades fundamentais de conceito geográfico.

Destarte, os dados naturais devem ser valorizados, não só no nível de análise, mas também no nível de ação e de estratégia do desenvolvimento. O geógrafo considera fundamental realizar o “balanço das potencialidades naturais e das desvantagens físicas⁴³⁰” (LACOSTE, 1967b, p.661). Tal levantamento é decisivo para as políticas de desenvolvimento que objetivam aumentar as produções agrícolas. Para que ocorra citado aumento é crucial levar em consideração a diversidade dos meios naturais onde a atividade será desenvolvida. Num mesmo conjunto de países do Terceiro Mundo, as políticas de desenvolvimento agrícola no Equador, não pode ser a mesma daquela da Argélia. Por essa via, o profissional de geografia tem um papel importante na elaboração de programas de desenvolvimento.

⁴²⁹ Aqueles enumerados pelo geógrafo tanto em *Les pays sous-développés*, quanto em *Géographie du sous-développement*.

⁴³⁰ [...] le bilan des potentialités naturelles et des handicaps physiques.

O desenlace dessas observações lacosteana é considerar, a rigor, *situação de subdesenvolvimento* um conceito geográfico *fundamental*. Já analisamos no capítulo anterior que realidades são capturadas pelo conceito de situação de subdesenvolvimento. Sem embargo, Lacoste (1967b) agora avança ao apontar que tal conceito seria *geográfico*. Pelo que se deduz, havia adversários contrários à essa perspectiva: os geógrafos filiados à escola francesa e fiéis ao conceito de gênero de vida desconsideravam o estudo do subdesenvolvimento, em pequena escala, enquanto objeto da geografia. A “preponderância da geografia regional”, tal qual ele escreve, limita os geógrafos à descrição dos distintos aspectos dos países subdesenvolvidos ao examinar as relações de causalidade entre dados naturais e fatos humanos – onde se revela com nitidez o determinismo geográfico. Como resultado, o profissional de geografia restringe-se à consideração dos fenômenos em grande escala – portanto situados nos níveis locais e regionais.

O geógrafo em tela identifica na obra de Paul Vidal de La Blache e na geografia que evolui a partir dela a raiz dessa primado do nível regional em detrimento das análises em pequena escala – o que impediria a adoção do subdesenvolvimento enquanto conceito geográfico. Assim, por um lado a geografia regional lablacheana tem o mérito de fazer progredir metodologicamente a ciência geográfica e aperfeiçoar os procedimentos de análise e síntese. Por outro lado, tal tipo de *démarche* esbarraria no exame das combinações dos dados naturais e fatores humanos em pequena escala. Podemos dizer que o geógrafo em tela enxerga no conceito de situação de subdesenvolvimento uma perspectiva capaz de superar as limitações do conceito de gênero de vida.

No entanto, Lacoste não joga fora o bebê com a água da bacia. A seu ver, a análise/abordagem regional – típica dessa geografia da escola francesa de matriz vidaliana – torna possível capturar as combinações humanas em sua totalidade, nos países desenvolvidos. Por quê? Ora, nesses países as regiões estão funcionalmente integradas na economia global – essencialmente o mercado nacional. Nos países subdesenvolvidos, em compensação, a região não está integrada ao mercado nacional e, ocasionalmente, vincula-se diretamente à “mercados distantes⁴³¹” (LACOSTE, 1967b, p.664). Isso dificultaria a análise regional na compreensão, em grande escala, de fatores complexos que se exercem do exterior, à pequena escala. Ainda que o geógrafo em tela não exemplifique, podemos enquadrar na categoria dos “fatores complexos” três caracteres do subdesenvolvimento: (1) a dependência político-econômica, (2) hipertrofia do setor terciário e a própria fragilidade da (3) integração nacional.

⁴³¹ marchés lointains.

Destarte, Lacoste condiciona a eficácia de uma abordagem *geográfica* – leia-se: *regional* – nos países do Terceiro Mundo junto à abordagem *global* (em pequena escala) dos problemas dos países subdesenvolvidos. O que o geógrafo em tela busca é *subsumir* – diríamos até dialeticamente – a *escala-obstáculo regional* junto aos outros *níveis de análise*. Para que o profissional de geografia efetivasse tal abordagem global, é necessário que ele estude elementos que, em condições normais, são fornecidos por outros especialistas, tais quais o economista, o sociólogo, o cientista político, entre outros. Esses profissionais, na análise lacosteana, investigavam numa escala que não necessariamente é aquela do geógrafo (a análise regional). Como se falasse de uma experiência própria, Lacoste (1967b, p.665) escreve: “Em país subdesenvolvido, o geógrafo é muito frequentemente entregue a si mesmo e ele deve, se quer compreender certos fatos, assegurar sozinho uma pesquisa que deveria ser interdisciplinar⁴³²”. É possível depreender que ele se refere à sua experiência em Alto Volta onde, além de não ser bem-vindo por outros investigadores, empreendeu uma pesquisa que ajudou na compreensão dos problemas de desenvolvimento agrícola em Ouagadougou.

Voltemos à questão da abordagem geográfica. Vimos que Lacoste (1967b) defende a combinação da análise regional com a análise dos problemas do subdesenvolvimento em pequena escala. Ele defende que a abordagem comparativa – uma das vantagens do método geográfico – é frutífera se os processos e os caracteres fundamentais que são comuns às situações particulares de cada país do Terceiro Mundo forem claramente percebidos. Ou seja, o geógrafo não deve se limitar à análise regional e sim estudar os problemas do subdesenvolvimento em diversas escalas, especialmente no Terceiro Mundo onde evoluem muito rapidamente os elementos que combinados geram tal situação. O principal elemento que perturba as situações tradicionais, já sabemos, é o crescimento demográfico. O crescimento demográfico, combinado com o deslocamento das estruturas tradicionais, a implantação de meios sanitários, em suma, com outros caracteres do subdesenvolvimento, gera diversas mudanças e diversificam as situações em cada país do Terceiro Mundo. Como consequência, a indispensável comparação entre esses países deve efetuar-se junto com o crescimento das monografias regionais. Ao mesmo tempo, as monografias regionais terão sua significação ampliada em função do crescimento das comparações das mais distintas situações de subdesenvolvimento. O intelectual que traduz essa relação, esse vai e vem escalar, é o geógrafo – porque ele é o especialista do estudo diferencial do Terceiro Mundo.

⁴³² [...] En pays sous-développé le géographe est bien souvent livré lui-même et il doit il veut comprendre certains faits assurer seul une recherche qui devrait être interdisciplinaire.

A extensão dos países subdesenvolvidos e sua correspondente população colocavam dificuldades para a geografia geral humana. Esta, dada a volatilidade dos fatores humanos e sua complexidade correlata, bem como a dificuldade de generalização, terminava por ter uma abordagem mais analítica que sintética e menos classificatória que a geografia geral física – cuja abordagem descreve, analisa e explica em pequena escala as combinações dos dados naturais. Isso implicava que a geografia geral física estava mais solidamente constituída que sua contraparte humana. Enquanto uma se calcava no conceito *zonal* – que é sintético e classificatório, outra se assentava no conceito de *gênero de vida* – que é analítico. Podemos dizer que o conceito de gênero de vida se tornou um “conceito-obstáculo” – da mesma forma que Lacoste caracterizaria o conceito de região na sua célebre obra *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre* (1976).

Mas o que teria ocasionado tal transformação? O geógrafo em tela reconhece que Vidal conferiu à geografia humana, através do conceito de gênero de vida, uma ferramenta capaz de tornar possível uma progressão metodológica comparável à geografia física. Tal conceito seria eminentemente geográfico vez que: (1) permitiria apreender a totalidade das características de um grupo humano; e (2) explicaria tal totalidade em função (da) e na atividade produtiva que provê as necessidades do grupo humano e as características dos dados naturais.

[...] é um conceito operativo na época em que as populações ainda vivem principalmente em economias fechadas. É quando uma população vai encontrar localmente com as técnicas que ela... as explorações dos recursos que são lhe necessários. Um gênero, um gênero de vida de pesca de baleia são pessoas que vivem da pesca de baleias, que se vestem com pele de baleia etc. Isso foi [...] uma primeira visão dos etnólogos, dos geógrafos, é Vidal de la Blache quem vai propor isso. Bom, e ele diz que há níveis. Bom, a partir do momento em que você fornece armas para as pessoas que pescam baleias para mata-las, já não é mais o conceito de gênero de vida. Isso foi o gênero de vida de tal coisa, mas o contato tinha... nenhuma população hoje do mundo vive com as ferramentas que ela fabricou. [...] não é mais gênero de vida. [...] Era o conceito de gênero de vida até meados do século XIX, ainda é operatório. Agora é um conceito histórico que deve ser lembrado para entender como as coisas evoluíram (Entrevista com Yves Lacoste, 19/04/2022).

Gênero de vida expressava a realização, em sua totalidade, da existência de um grupo humano em situação de quase autossustentabilidade ocupando um espaço relativamente restrito – portanto, em grande escala. Ele tornava factível a análise das relações diretas de causalidade entre os fatos humanos e os dados naturais com acurácia e concretude. Conforme Lacoste (1967b), as monografias locais poderiam ser consideradas um tipo concreto de combinação geográfica – representativas, pois, de uma coleção de casos passíveis de comparação. Por isso mesmo as monografias locais poderiam ser generalizadas sem incorrer em abstrações ou

imprecisões. Ademais, a extensão espacial dessas monografias abrangeria territórios justapostos de pequenos grupos com gêneros de vida não muito diferentes.

Numa palavra: gênero de vida, nos tempos de Vidal, viabilizava a apreensão sintética – num espaço relativamente restrito – dos fatores humanos e dados naturais, ao mesmo tempo em que esboçava uma classificação fidedigna – em pequena escala – assentada tanto sobre a distinção das atividades produtivas, quanto sobre as multifárias zonas naturais (conceito e base da geografia geral física). Dessa forma, finalmente, articulava-se a geografia humana à geografia física (LACOSTE, 1967b).

Contudo, o geógrafo argumenta que o conceito de gênero de vida foi gradativamente perdendo sua eficácia. A razão seria o próprio desenvolvimento do capitalismo industrial – que Lacoste (1967b, p.667) grafa com a locução “civilização moderna e suas trocas múltiplas⁴³³”. Destarte, um conceito que expressava as relações de autossustentância de grupos humanos vivendo em espaços relativamente restritos não poderia cobrir a propagação do capitalismo nas mais diversas partes do globo. Um *conceito de grande escala* esbarra numa *realidade em pequena escala*. A totalidade se amplia e a análise regional não daria mais conta de refletir as profundas transformações advindas com o modo capitalista de produção – a exemplo do crescimento demográfico. O conceito de gênero de vida é geográfico, mas também histórico. Isso quer dizer que ele é datado. Assim, o profissional de geografia deveria direcionar suas investigações para (1) o deslocamento dos gêneros de vida, resultante do desenvolvimento do capitalismo, e para as (2) repercussões territoriais das combinações dos elementos constitutivos do próprio gênero de vida com os fatores modernos oriundos do estrangeiro.

A implicação disso para a geografia humana era a defasagem em relação à geografia física. Para que o conceito de gênero de vida permanecesse a principal ferramenta nos estudos geográficos os geógrafos deveriam fazer abstração das transformações socioeconômicas sucedidas em pequena escala. Os que não fariam abstração de tais transformações, em revanche, efetivavam uma abordagem que Lacoste (1967b) julga muito analítica e uniformizante. A propagação da assim chamada economia moderna, com suas formas de organização socioeconômicas tipicamente estadunidenses e europeias, tenderia mais à diferenciação que à uniformização – o que impediria uma absolutização da abordagem uniformizante. Os elementos constitutivos do capitalismo não podem ser considerados um bloco homogêneo. As estruturas econômicas dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos não são universais, não são homogêneas, tem as características particulares de cada território.

⁴³³ [...] civilisation moderne et ses échanges multiples.

À vista disso, a abordagem centrada no gênero de vida e aquela que se debruça sobre os elementos constitutivos do capitalismo, ainda que possam ser justapostas são insuficientes. A primeira não se aplica aos países industriais; a segunda é essencialmente analítica e bastante uniformizante. A primeira apresenta uma *limitação histórica*; a segunda uma *distorção da démarche* do geógrafo – que é sintética e diferencial. A síntese que Lacoste extrai é que subdesenvolvimento seria, simultaneamente para os geógrafos, conceito e *démarche*.

Démarche pois a perspectiva por ele aberta admite a captura das diferenças territoriais e a realização de sínteses em diversos níveis de análise que não sejam somente aqueles locais e regionais; conceito porque capta as múltiplas transformações decorrentes do modo capitalista de produção em diversas escalas e em diversas partes do globo levando em consideração as distintas combinações de fatores (naturais e sociais). A *démarche* analítica é superada pela apreensão sintética das interações dos diversos elementos e fatores que forjam tanto a situação de desenvolvimento, quanto a de subdesenvolvimento. O conceito de subdesenvolvimento apresentaria as mesmas vantagens que o conceito de zona na geografia física: (1) apreensão das combinações de fatores e (2) o estudo de sua distribuição no globo (LACOSTE, 1967b).

Em conclusão, haveria outra utilidade proveniente da adoção de subdesenvolvimento enquanto conceito geográfico primordial: a consolidação da unidade da geografia. Lacoste (1967b) argumenta que essa unidade é mais importante, relativamente, aos geógrafos “humanos” que aos “físicos”, vez que aqueles devem levar em consideração necessariamente os fatores naturais. Os geógrafos físicos, por seu turno, não precisariam procurar nos fatos humanos uma causalidade tão determinante. Observação mais ou menos questionável. Lembremos que Lacoste escreve isso em 1967, ou seja, mudanças como o aquecimento global não estavam na ordem do dia. Sem embargo, já era possível considerar-se, à época, o homem como um agente decisivo de transformação do relevo através da *produção do espaço*.

Por fim, a última intervenção de Yves Lacoste acerca do tema subdesenvolvimento nos anos 1960. Sob os auspícios da *Union Rationaliste*, em 12 de dezembro de 1967, na Sorbonne, Lacoste pronuncia uma conferência que teve como título *La notion de sous-développement: recherche d'une définition objective* (LACOSTE, 1968a). Nessa conferência, o geógrafo retoma vários aspectos que ele julga definir objetivamente o subdesenvolvimento. Nesse caso, não cabe aqui repisá-los. No entanto, nessa conferência, Yves Lacoste reconhece, ainda que muito timidamente, que “o fenômeno do imperialismo é um dado primordial do subdesenvolvimento⁴³⁴”. Para ele, o imperialismo foi quem determinou a instauração da

⁴³⁴ [...] le phénomène de l'impérialisme est une donnée primordiale du sous-développement.

situação de subdesenvolvimento; é ele quem a agrava e impede-a de ser remediada. A mediação de tal dominação era realizada pela minoria privilegiada autóctone e as grandes empresas monopolistas. Como vimos no capítulo anterior, mesmo a Guerra da Argélia não foi suficiente para que o geógrafo em tela reconhecesse o imperialismo enquanto categoria *ontológica*, ou seja, uma forma de ser/determinação de existência do capitalismo monopolista. Foi a Guerra imperialista dos EUA contra o Vietnã que atentou o geógrafo para as implicações econômicas e políticas do império – no caso, estadunidense.

V – O engajamento em Cuba, primeiro tempo: Juan Pérez de La Riva, Régis Debray e o Congresso Cultural de Havana

Um ano antes do Congresso Cultural, em janeiro de 1967, o filósofo francês Régis Debray publica, nas edições François Maspero, uma obra que impacta Yves Lacoste: *Révolution dans la révolution*. A tese de Debray chama atenção do geógrafo: segundo o filósofo, o sucesso da estratégia revolucionária deveu-se à escolha inicial de formar um *foco* de guerrilha rural com seus primeiros partidários em *Sierra Maestra*⁴³⁵. À época, Lacoste ainda acreditava que Fidel tinha tido efetivamente o plano de se implantar em *Sierra Maestra*.

Na visão de Lacoste (2010a), Debray fazia a apologia da estratégia revolucionária dos guerrilheiros entrincheirados na Montanha – no caso *Sierra Maestra* – em oposição à Planície que permanecia sob o controle dos poderes locais. O livro de Debray, que fazia grande caso dos dados geográficos, teve um enorme impacto porque desde a crise dos mísseis (1962) acreditou-se no protagonismo da revolução cubana para todo o Terceiro Mundo. Será a tese desse livro que o geógrafo em tela irá investigar e criticar quando de seu retorno à Ilha em 1973⁴³⁶.

Após a pesquisa em Alto Volta, os dirigentes cubanos convidaram Yves Lacoste para participar do Congresso Cultural em Havana, ocorrido entre 04 e 11 de janeiro de 1968. Lacoste (2010a) atribui o convite, feito em dezembro de 1967, ao sucesso das traduções em espanhol dos livros *Les pays sous-développés* e *Géographie du sous-développement*. O prestígio do geógrafo era grande, pois ele fez parte de uma delegação que contava com o escritor Julio Cortázar e o poeta Aimé Fernand David Césaire. Mais ainda: compareceram também na

⁴³⁵ Lacoste (1977c) distingue dois tipos de guerrilha. As de primeiro tipo são nomeadas de “espontâneas”, ou seja, os guerrilheiros são habitantes da região e conhecem bem a montanha e a floresta – ao passo que o exército detém um conhecimento deficiente do campo. Já o segundo tipo são aquelas iniciadas por guerrilheiros que não são da região e, pelo menos a princípio, conhecem menos o terreno do que os soldados. Nesse último caso, o geógrafo enquadra os casos de *Sierra Maestra* e a guerrilha de Che na Bolívia.

⁴³⁶ Os resultados dessa investigação só serão publicados no volume 5 da futura revista *Hérodote* (LACOSTE, 1977c).

qualidade de delegados o angolano Mário Pinto de Andrade, Rodolfo Walsh, André Gunder Frank, Roberto Fernandez Retamar, Jorge Semprún, Georges Condominas, Daniel Guérin, André Gorz, Kostas Axelos, Perry Anderson, Robin Blackburn, Ralph Miliband, Goran Therborn, Emilio Valcarcel, Ciril Lionel Robert James e Mario Benedetti, apenas para citar os mais famosos⁴³⁷.

Ao chegar em Havana, ele foi recebido por aquele que seria seu intérprete: o geógrafo Juan Pérez de la Riva (1913-1976). É preciso algumas linhas para explicar por que ele foi escolhido intérprete de Lacoste. Nascido em Biarritz, França, estudou no *Institut Polytechnique de Grenoble* com Raoul Blanchard após ter se exilado⁴³⁸, nos anos 1930, em virtude de sua participação num complô contra o ditador Gerardo Machado y Morales (1871-1939). Com Blanchard, explica Philip (1994), aprende a metodologia da investigação científica e, sobretudo, o uso dos mapas topográficos e das fotografias aéreas para a interpretação das paisagens econômicas.

Nesse interim, torna-se comunista e, após a derrota francesa em 1940 para a Alemanha Nazista, volta para Cuba (1943) por causa de sua esposa – Sarah, uma polonesa judia. Assiste à queda de Batista e a ascensão de Fidel Castro – a quem considerava até então um líder de direita “disfarçado de revolucionário” (LACOSTE, 2010a, p.112). A imagem de Pérez de la Riva sobre Fidel irá mudar quando o líder da Revolução Cubana nacionaliza bancos e empresas. Então ele doa oficialmente suas terras aos camponeses colocando-se a serviço da revolução.

Em 1962, ingressou no Instituto de Geografia da Academia Cubana de Ciências. Trabalhou na qualidade de professor de geografia econômica na Universidade de Havana, liderando grupos de pesquisa e colaborando no trabalho de organizações de economia nacional. Aos seus alunos, a quem muitas vezes ele leva ao campo ou à *Sierra Maestra*, ele ensina a metodologia e molda a próxima geração de cientistas sociais (PHILIP, 1994). Na Escola de Geografia da Universidade de Havana, Juan Pérez de la Riva realiza trabalhos de campo. Junto aos estudantes, ele é responsável por questões demográficas para trabalhos de pesquisa realizados em uma porção de *Sierra Maestra*, no leste da ilha, e na *Sierra del Rosario*, na região de *Pinar Del Río*. Ele estudou a implantação francesa no início do século XIX na região de Santiago de Cuba. Philip (1994) explica que esse estudo⁴³⁹ sobre a geografia humana

⁴³⁷ A lista dos delegados dos diferentes países que participaram no Congresso Cultural de Havana pode ser consultada no seguinte sítio eletrônico: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10197.007.003>

⁴³⁸ Foi expulso na condição de “estrangeiro indesejável” quando a polícia descobriu que havia nascido na França (MOREJÓN SEIJAS, 2008).

⁴³⁹ Segundo Philip (1994), trata-se do ensaio *La implantación francesa en la cuenca superior del Cauto*, incluído na obra **El Barracón y otros ensayos**, La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 1975. Prólogo de Ramón de Armas.

lança luz sobre o funcionamento – pouco conhecido até então – da colônia francesa nesta parte da ilha e fornece informações sobre a plantação de café que foi, em tempos coloniais, uma das principais produções agrícolas cubana.

Membro do Partido Comunista de Cuba, Pérez de la Riva foi importante para Lacoste, pelos mais diversos fatores: falava francês; era geógrafo; conhecia *Sierra Maestra*; ensinou sobre Fidel Castro e Fulgêncio Batista; apresentou o oeste da Ilha a bordo de um automóvel (LACOSTE, 2010a). Em 1963, após o ciclone Flora (FIGURA 20), Fidel havia demandado aos geógrafos que haviam em Cuba – tanto estudantes, quanto professores – estudar *na e a Sierra Maestra*. Pérez de la Riva estava entre esses geógrafos e se engajou na análise geográfica (LACOSTE, 1977b).

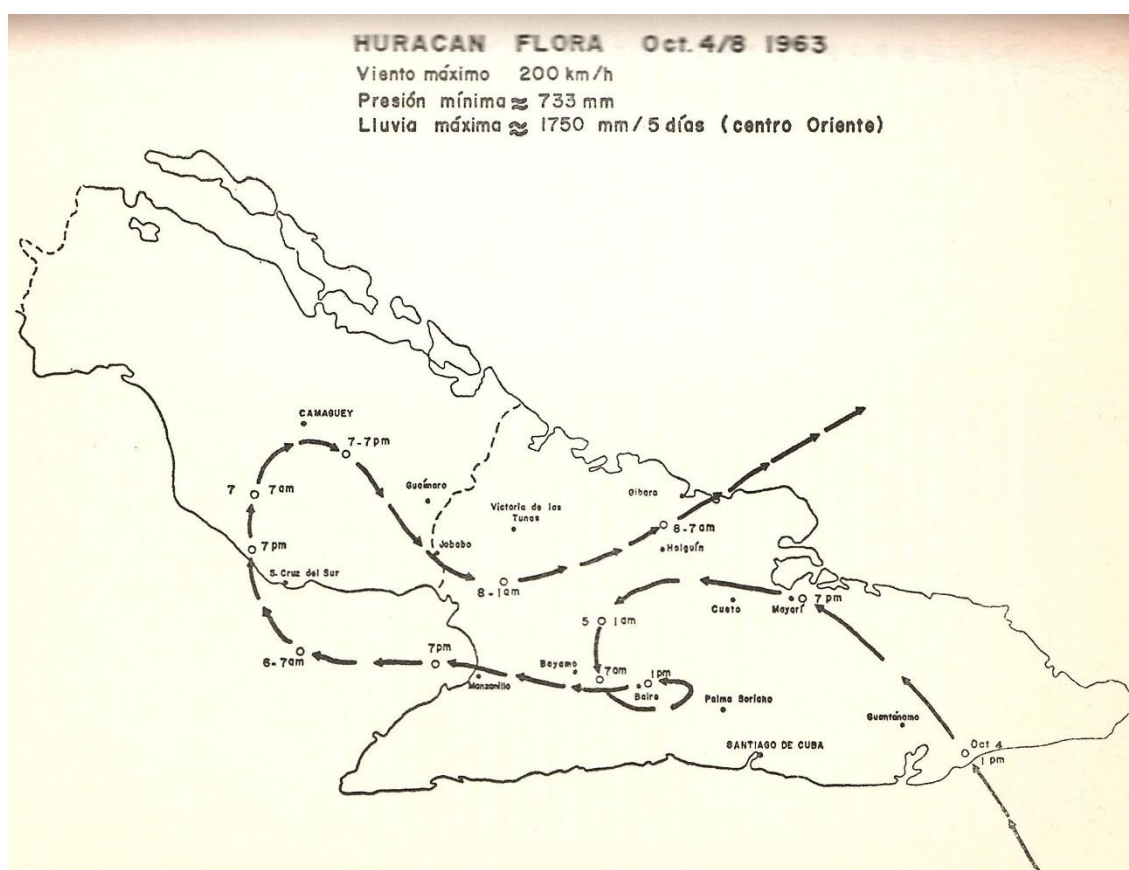


Figura 20: Itinerário do Furacão Flora. Fonte: LACOSTE, 1977c, p.73.

Lacoste (2010a) confessa que participou pouco das reuniões das comissões do Congresso, que tiveram lugar no Hotel Hilton. A atmosfera não era mais aquela do entusiasmo revolucionário tal qual sucedeu na *Primera Conferencia Tricontinental de Solidaridad Revolucionaria*, em janeiro de 1966, que reuniu líderes da África, Ásia e América Latina. O porquê? A morte de Che Guevara, em 09 de outubro de 1967, na aldeia de *La Higuera* –

departamento de Santa Cruz, Bolívia. Nas assembleias gerais do Congresso Cultural dificilmente se falava nesse tema. Em uma delas, Lacoste demandou publicamente se os presentes sabiam o que havia acontecido com Che Guevara. É possível deduzir que o geógrafo quisesse chamar a atenção para as *condições geográficas* da morte do revolucionário, mas acreditou-se que ele queria fazer um escândalo. Fidel agradeceu-o por ter colocado a questão em foco e disse não saber ainda o que verdadeiramente teria acontecido.

Em suas memórias, Lacoste (2018a) diz que sua intervenção no Congresso Cultural foi, como escrito acima, questionar se os presentes sabiam o que se passou com Che Guevara. Só que nos arquivos do Congresso Cultural⁴⁴⁰ consta que a intervenção do geógrafo teve como título *Reflexion sur l'originalité historique de la situation de sous-developpement*, apresentada no painel *Culture et Independance Nationale*⁴⁴¹. O que é mais factível é que Lacoste tenha realizado duas intervenções: uma numa assembleia geral – donde ele questiona sobre a morte de Che – e a outra sendo uma espécie de comunicação, um documento apresentado para discussão, versando sobre um tema que lhe retêm a atenção desde 1959 – publicação de *Les pays sous-développés*.

VI – Maio de 68 em Paris: o afastamento de Pierre George, o encontro com Béatrice Giblin e a parceria com François Châtelet. Vincennes: a geografia é reacionária

Após o Congresso Cultural de Havana, no início de 1968, Yves Lacoste retomou as aulas de trabalho prático no Instituto de Geografia e fez umas das primeiras conferências sobre Ibn Khaldun em Rabat, Marrocos. Lá ele ficou alojado na casa do geógrafo e amigo Mohamed Naciri. Na capital marroquina ele já tinha notícias sobre a revolta dos estudantes de “extrema esquerda⁴⁴²” (LACOSTE, 2018a, p.157). O que havia começado em Nanterre se propagou para o *quartier latin* e invadia a Sorbonne. O geógrafo em tela voltou para Paris. O foco da revolta era a guerra imperialista dos EUA contra o Vietnã. Era o princípio do movimento cultural e político que seria batizado enquanto Maio de 68. A Sorbonne foi ocupada e, embora houvesse combates com a *Compagnies Républicaines de Sécurité*, o Instituto de Geografia não foi evacuado pela polícia – o único estabelecimento de ensino superior de Paris nessa condição.

⁴⁴⁰ Disponível em: <http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_8899/p_2>. Acesso em 15 de outubro de 2021.

⁴⁴¹ Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10197.007.023>>. Acesso em 15 de outubro de 2021.

⁴⁴² [...] extrême gauche

Sucedendo François-Xavier Ortoli (1925-2007), Edgar Faure (1908-1988) assumiu enquanto Ministro da Educação nacional no governo do Presidente Charles de Gaulle. Um dos aspectos da reforma levada à cabo por Faure foi incluir os estudantes nos conselhos das universidades (MATHIEU; CARTIER, 2002). Consoante Bataillon (2009), a reforma de Faure demandava aos universitários de escolher a qual universidade eles queriam pertencer. Para os geógrafos, isso criava a oportunidade de questionarem suas relações com outras disciplinas para suas futuras colaborações. As escolhas das universidades eram feitas muito mais por grupos que individualmente. Na maioria dos casos, na província, a manutenção dentro de uma antiga faculdade de letras e humanidades foi a solução – em concordância com a tradição e com os laços privilegiados com os historiadores. A exceção foi o Instituto de Geografia de Estrasburgo, por iniciativa de Jean Tricart, que se integrou à Universidade Científica de Estrasburgo.

Na avaliação de Lacoste (2018), Faure empreendeu uma reforma do ensino superior benéfica para as ciências humanas. Isso cristalizou-se na institucionalização de uma nova universidade especialmente destinadas às ciências humanas e criada para “isolar os estudantes revolucionários” (Entrevista com Yves Lacoste, 27/04/2022). Então, “em pleno bosque de Vincennes, ao lado de um campo de tiro” – conta François Dosse (1994 [1993], p.169) – “o ministério da Defesa cede por um tempo limitado à prefeitura de Paris um terreno para aí construir às pressas uma universidade experimental, aberta desde o reinício das aulas para o ano letivo de 1968-1969”. Trata-se da Universidade de Vincennes, atualmente conhecida como Universidade de Paris 8 Vincennes-Saint-Denis.

[...] eles tinham acabado de criar uma nova universidade no bosque de Vincennes, na verdade para acomodar os alunos mais contestadores etc., para colocar um pouco em perspectiva, eles estavam lutando entre si: as classes ricas, comunistas, tudo isso. E o governo do general De Gaulle era menos estúpido do que se acredita. Eles criaram uma universidade no bosque de Vincennes [risos] e podia-se lutar entre si, a polícia tinha como instrução “você não ocuparão” [risos], mesmo que lhe chamem” [risos] (Entrevista com Yves Lacoste, 19/04/2022).

No raciocínio de Lacoste (2018b), a criação e a localização de Vincennes foram eminentemente geopolíticas. Pois decorria da rivalidade de poderes decorrentes do maio de 68 e situava-se fora de Paris – ficava a cerca de 20 quilômetros da Universidade de *Nanterre*, onde havia estourado a revolta. O general de Gaulle ansiava reformar o sistema universitário, não apenas por razões políticas, mas também para enfrentar o crescimento do número de alunos após o fim da Segunda Guerra Mundial. O ministro Faure nomeou acadêmicos para que escolhessem jovens professores progressistas, pois maio de 68 provocou em todo país um movimento reacionário entre os professores do ensino superior.

Mas a maior parte dos candidatos desejavam ser nomeados para Paris. Faure então recomendou a nomeação de intelectuais que, embora não tivessem defendido a tese, já tinham publicado obras inovadoras. Lacoste ilustra que esse foi o caso de Gilles Deleuze (1925-1995), orientado por François Châtelet, e Michel Foucault⁴⁴³. Foucault foi nomeado para a direção do departamento de Filosofia. Ele convidará Gilles Deleuze para fazer parte do departamento – cuja aceitação tornar-se-á efetiva somente dois anos depois, pois ele estava doente (DOSSE, 1994 [1993]). Junto com Alain Badiou (filosofia), Jean-Claude Passeron (sociologia) e Jean Bruhat (história), Foucault fez parte do núcleo fundador de Vincennes (FONDS VINCENNES, caixa V136 Témoignages sur Vincennes).

O ministro Faure deixava a estes professores conhecidos um prazo de dez anos para concluir e defender sua tese. Na geografia, Jean Dresch foi designado para escolher os professores que iriam para Vincennes. Dresch aconselha fortemente Yves Lacoste a ir, mas não na qualidade de diretor de departamento. Quem será designado é um amigo dele, que havia defendido sua tese no Chade e se tornado professor na Universidade de Alger, na Argélia independente (LACOSTE, 2018a). Trata-se de Jean Cabot (1923-1999).

Assim que soube da criação de uma universidade experimental, informei ao Ministério o meu desejo de participar nas atividades deste centro. Eu estava motivado pelo fato de que eu tinha vivido o período de maio-junho de 1968 em Poitiers, onde eu era titular da minha cátedra (então eu não estava motivado pelo fato de que eu estava procurando ir a Vincennes para uma promoção); mas simplesmente pelo fato de que a experiência me interessava. Porquê? Porque, apesar de uma agitação relativamente séria em Poitiers, as coisas correram bem, pelo menos no departamento de geografia a que eu estava ligado⁴⁴⁴ (FOND VINCENNES, caixa V136 Témoignages sur Vincennes, janvier 1984, testemunho de Jean Cabot).

O problema era seu outro mestre, Pierre George. Este reagiu muito negativamente à ideia de ir Lacoste ir à Vincennes porque era bastante hostil ao comportamento rebelde dos estudantes e às mudanças induzidas pelo maio de 68 – a exemplo da possibilidade de se tornar professor universitário sem ter defendido a *thèse d'État*. Pedrosa (2013, p.176) escreve que George “isolou-se completamente numa casa de campo” e desaprovou “a postura de seus alunos que participaram de atividades contestadoras”. Embora fosse de esquerda – ou completamente

⁴⁴³ Àquela época, já havia publicado: *Folie et déraison. Histoire de la folie à l'âge Classique* (1961) e, principalmente, *Les Mots et les choses. Une archéologie des sciences humaines* (1966).

⁴⁴⁴ [...] Dès que j'ai appris la création d'une université expérimentale, j'ai fait connaître au Ministère mon désir de participer aux activités de ce centre. J'étais motivé pour cela par le fait que j'avais vécu la période Mai-Juin 1968 à Poitiers, où j'étais titulaire de ma chaire (je n'étais donc pas motivé par le fait que je cherchais à aller à Vincennes pour une promotion) ; mais simplement par le fait que l'expérience m'intéressait. Pourquoi ? Parce qu'en dépit d'une agitation relativement sérieuse à Poitiers, les choses se sont bien passées, tout au moins dans le département de géographie auquel j'étais attaché.

de esquerda – George, mas também Pierre Monbeig, se sentiu afetado em sua honra ou em suas certezas (MATHIEU; CARTIER, 2002). Contestar a autoridade dos docentes transbordou os limites de uma simples crítica frontal à organização hierárquica da universidade para se revelar enquanto uma crise de identidade que se formava e impunha a primordialidade de uma avaliação da conjuntura (CLAVAL, 1984). Béatrice Giblin aponta que Pierre George era comunista e, nessa condição, era uma razão a mais para desaprovar o movimento e a ida de Yves Lacoste à Vincennes:

[...] houve uma certa divergência entre os dois. 68 foi uma fratura importante. [...] e ele que era comunista, muito de esquerda e... mas os comunistas eles não gostaram de 68, foi um assunto de esquerdistas desenfreados, bom, desordenados, tudo isso não agradou aos comunistas, nem ao sindicato, nem aos comunistas, aliás. E Lacoste estava, ele, tomando partido em maio de 68 (Entrevista com Béatrice Giblin, 23/04/2022).

Pierre George estava no Rio de Janeiro durante parte dos eventos – como provam as diversas conferências pronunciadas nos dias 13, 17, 18 e 20 de maio de 1968 reunidas pelo IBGE num livro intitulado *Conferências no Brasil* (GEORGE, 1975). “Ele estava horrorizado, ele não estava lá, porque ele era completamente contra a insurreição estudantil, não tinha entendido nada” (Entrevista com Yves Lacoste, 19/04/2022). Quando regressou do estrangeiro, ele decidiu ir à uma assembleia manifestar sua desaprovação ao movimento dos estudantes. Seus alunos – Michel Coquery, Raymond Guglielmo, Yves Lacoste e Michel Rochefort – decidiram ir à *Chatenay-Malabry*, onde o mestre se encontrava. Os alunos explicam que se o mestre fosse – à assembleia manifestar a desaprovação – todos estariam contra ele. Pierre George mantém sua hostilidade ao movimento e a única vitória que seus alunos conseguem é que não vá à assembleia (MATHIEU; CARTIER, 2002). Os eventos de maio de 68 marcam o que Lacoste chama de “proscrição”: o afastamento pessoal e intelectual de George para com seu antigo educando. Do ponto de vista pessoal, George não mais recebeu em sua residência seu antigo pupilo – algo que fazia desde a juventude de Lacoste. Do ponto de vista intelectual, Pierre George não convidou Lacoste para participar do seu *Dictionnaire de la Géographie*, publicado em 1970 (LACOSTE, 2018a; 2018b).

Yves Lacoste deixa o Instituto de Geografia de Paris depois de 13 anos enquanto professor assistente. Também se juntarão à Universidade de Vincennes os geógrafos Raymond Guglielmo e Josué de Castro (FIGURAS 21 e 22). Simultaneamente, passa a ensinar economia, história e geografia na instituição educacional privada *École des Roches*. Ele atribui à Pierre George a mediação para que conseguisse tal emprego.

UNIVERSITE DE PARIS - VINCENNES 197 - 197

-10-
LISTE ALPHABETIQUE DU PERSONNEL ENSEIGNANT, ADMINISTRATIF, DE SERVICE ET TECHNIQUE

NOM et Prénom	Date de naissance	Emploi	Etablissement d'origine pour le personnel nouvellement affecté	ADRESSE PERSONNELLE	TELEPHONE
GRUNIG Blanche	15-11-39	C.E. Allemand		5, rue Cognac Gony - PARIS 7 ^e	
GRUNWALD Axel	2-4-39	A. Allemand		Cité des Arts - 1, rue de l'Hôtel de villes - PARIS 4 ^e	272.00.57
GUEMI Raymond	27-11-40	H.A. Mathématiques		4, rue Firardon - PARIS 17 ^e	108.63.23
GUENTHER Frank	31.10.1946	Lect. Anglo-Américain		26, rue Cousin 94 - ST-LAMBERT	
GUEGAN	11.12.1941			1 ^{er} , rue Voltaire - 92 - SALAMOT	
GUERRA-BORGES Victor	13.1.1945			26, rue de la Montagne Ste-Genevieve - PARIS 9 ^e	
GUGLIELMO Raymond	26-5-23	C.E. Géographie		13, rue Chateau Gaillard 94 - LAISSONS-ALFORT	67.31.48
GUIBERT	9.10.1946	Contractuel CNRS		11 ^e , Avenue de Paris 94 - VINCENNES	
GUIBERT Rosine	29.1.1947	Auxiliaire Bureau		- 4 ^e -	
GUILHARD	14.5.1944	Auxiliaire Service		6, Allée Pi Degron 92 - NEUILLY-PLAISANCE	
GUYOMARD Patrick	1-1-45	A. Psychanalyse		4, rue Descartes - PARIS 5 ^e	325.29.27
GUYOU	16.5.1910	Auxiliaire Bureau		3 bis, rue du Progrès 94 - LE PERREUX	

Figura 21. Raymond Guglielmo, professor em Vincennes. Fonte: Fonds Vincennes, caixa V23 Listes de personnels enseignants et administratifs, 1970-1971.

UNIVERSITE DE PARIS - VINCENNES ⁷⁰⁻⁷¹ 197 - 197

-11-
LISTE ALPHABETIQUE DU PERSONNEL ENSEIGNANT, ADMINISTRATIF, DE SERVICE ET TECHNIQUE

NOM et Prénom	Date de naissance	Emploi	Etablissement d'origine pour le personnel nouvellement affecté	ADRESSE PERSONNELLE	TELEPHONE
DAULIN	27.2.1913	Auxiliaire Bureau		36, boulevard L. Courcier 92 - MONTEUIL	
DAVAL	16.5.1911	Agent de Bureau		7, Clos du Pré de l'Etang 94 - CHARENTON	
DAVANNE					
DEBRAUVAIS Michel	10-1-22	Prof. Psychologie		35, rue Parent du Rosier PARIS 16 ^e	
DEBEAUD	12.7.1945			92, Avenue Neil - PARIS 7 ^e	
DEBOUZY Marianne		I.C. Histoire		12, rue Linné - PARIS 5 ^e	402.03.77
DECASTRO José	5-9-08	Prof. Géographie		13, rue Lord Byron - PARIS 9 ^e	BAL.10.0
DEDDOUCH Annie	2.9.1944	Agent de Bureau		152, Résidence Collette FONTENAY-s BOIS	
DEPER Daniëlle	10-9-37	I.A. Sociologie		34, Boulevard de Grenelle PARIS	306.03.74
DEFOUCHER Michèle	25.1.1933	A. Eco-Politique		14, Avenue R. Schumann - BOULOGNE - 92	625.62.12
DE GAUDEMAR Feul	2-11-19	C.E. Sociologie		25, rue Gazin - PARIS 14 ^e	
DEGUY Michel	6-9-35	I.A. Français		40, rue de Vaugirard PARIS 6 ^e	ODE 57.02
DEMAIL Jean-Claude	9.2.1947	O.P.		4, rue B. Flissy PARIS 6 ^e	
DE KERCHOVE	9.9.1947	Ens. Dactylographie		203, Avenue Daumesnil - PARIS 10 ^e	
de LABERDIS	9.9.1934	Attaché		7, rue de Suix - 93 - VILLE GUYE	
DELAHAYE	12.6.1945	Auxiliaire Bureau		3, rue J. Bovel - CHENNEVIERES	
DELAFORTE Alice	17.7.1946	Secrétaire		14, Avenue Foch - FONTENAY-s BOIS	

Figura 22. Josué de Castro, professor em Vincennes. Fonte: Fonds Vincennes, caixa V23 Listes de personnels enseignants et administratifs, 1970-1971.

Sem embargo, Lacoste não se dissocia do que estava acontecendo em Vincennes. As obras estão atrasadas e por isso realiza-se no *Grand Palais* uma reunião dos novos professores de geografia. O geógrafo em tela recebe os futuros alunos, especialmente os que não tinham bacharelado. Estamos em setembro de 1968 e Lacoste recepciona uma mulher chamada Béatrice Delvallet. Vinda de Lille, onde havia se formado em história, para obter sua licença de ensino precisava do certificado de geografia. Consoante Lacoste (2018a), Delvallet obteve maus resultados em Lille e foi recusada. O raciocínio dela, portanto, era ir para Vincennes para que não tivesse que começar um novo ano apenas para fazer as aulas práticas de geografia. Lacoste explica que desde o maio de 68 fora abolido as aulas e a hierarquia entre professores e assistentes, mas isso não significava a distribuição de licenças.

Béatrice, sabe, Béatrice Giblin que ainda estava lá, hein, ela era uma estudante, ela odiava geografia, ela odiava! Ela estava furiosa porque estava refazendo um exame de geografia, ela estava convencida de que em Vincennes, onde fazíamos qualquer coisa, [...] por acaso recebi os alunos naquele dia lá, ela vem me ver. Bom, ela vem reclamar que os geógrafos de Lille, porque [...] ela não era parisiense, ela estava em Lille [...] tinham recusado o certificado de geografia que lhe faltava. Assim, ela deu a entender que em Vincennes onde... éramos revolucionários..., mas eu disse: “de jeito nenhum, de jeito nenhum, de jeito nenhum, fora de questão. Você vai ter que fazer seu certificado de geografia”. Ah, ela ficou furiosa. Pois é, furiosa. Ela disse: “Nunca mais vou vê-lo!”. Antes de tudo, ela ainda me diz hoje: “antes de tudo, você tinha uma gravata horrível!” [risos]. Então ela está voltando de Lille para fazer um curso, ela escolheu um curso onde eu não estava, e depois zás [*patatrás*]: eu que estou fazendo o curso! E então ela começa a dizer para si mesma que... bem, ela não estava feliz [risos] e veja, ela ainda está lá! (Entrevista com Yves Lacoste, 19/04/2022).

Assim, ela precisaria retomar um ano de geografia, o que não impedia o início do mestrado em história – o objetivo de Delvallet. Lacoste (2010a) percebeu nela um certo desdém pelos geógrafos e pelo que eles ensinavam. Como vemos, não foi nada agradável o primeiro encontro entre Yves Lacoste e Béatrice Giblin-Delvallet, futura diretora da revista *Hérodote* e fundadora do *Institut français de géopolitique*.

Outra figura que fará parte de Vincennes será Olivier Bernard. Esse jovem estudante de geografia, insatisfeito com o ensino ministrado pela *Sorbonne Nouvelle*, ingressa no *Centre universitaire expérimental de Vincennes* após um encontro inesperado com Yves Lacoste, “na agitação moderada que reinava em maio de 1968 no Instituto da rua Saint-Jacques⁴⁴⁵”, e uma segunda conversa depois de uma palestra esclarecedora sobre os desafios da Geografia que Lacoste ministrou em Jussieu (BERNARD, 2016, p.41). Para Bernard, havia ficado claro que Yves Lacoste queria ensinar uma forma totalmente diferente de fazer Geografia. Tão claro que,

⁴⁴⁵ [...] dans l’agitation modérée qui régnait en mai 1968 à l’Institut de la rue Saint-Jacques [...]

futuramente, Lacoste vai supervisionar a pesquisa de mestrado de Olivier Bernard e este fará parte do secretariado de redação quando *Hérodote* for lançada.

No final de 1968, quando Yves Lacoste chega a Vincennes, se depara com discussões que visavam substituir o antigo sistema de certificados de licenciatura por unidades de valor, inspirado modelo de créditos das universidades dos Estados Unidos. A unidade de valor de responsabilidade do geógrafo em tela intitulava-se Geografia Humana (FIGURA 23). Outra mudança era o fato de as reuniões, outrora reservadas aos professores, agora poderia ser assistida por um coletivo que agrupava os docentes e os discentes interessados – todos com igual direito a voto, o que gerava preocupações para os professores por serem minoritários. “Estávamos em plena democracia!⁴⁴⁶”, exclamou Lacoste (2018b).

OCTOBRE 1969

UNITÉ DE VALEUR DE LA FACULTÉ GÉOGRAPHIE 6.05 10
 susceptibles d'être assurées selon les semestres

Le milieu naturel cadre des activités humaines (Géographie du milieu : GM)

10 01 GM1 Initiation à la géographie physique
 10 02 GM2 Géographie physique
 10 03 GM3 Géomorphologie structurale
 10 04 GM4 Géomorphologie dynamique
 10 05 GM5 Climatologie
 10 06 GM6 Biogéographie

Géographie du développement (GD)

10 11 GD1 Introduction aux problèmes du sous-développement
 10 12 GD2 Problèmes démographiques du Tiers Monde
 10 13 GD3 Écologie du Tiers Monde
 10 14 GD4 Analyse des structures économiques, sociales et politiques des pays
 en voie de développement
 10 15 GD5 Problèmes ruraux en pays en voie de développement
 10 16 GD6 Problèmes urbains en pays en voie de développement
 10 17 GD7 Industrialisation en pays en voie de développement
 10 18 GD8 Rapports entre le Monde et le Tiers Monde
 10 19 GD9 Etude comparative des différents types de développement

Géographie générale humaine (GH)

10 21 GH1 Introduction à la géographie humaine
 10 22 GH2 Géographie humaine
 10 23 GH3 Géographie de la population
 10 24 GH4 Géographie du monde rural
 10 25 GH5 Géographie urbaine
 10 26 GH6 Géographie de la production des matières premières et des industries
 de base
 10 27 GH7 Géographie de l'alimentation et de la faim
 10 28 GH8 Géographie des industries de transformation

Figura 23. Unidade de valor Geografia Humana. Fonte: Fonds Vincennes, caixa V55 programmes 1968-1973, outubro 1969.

⁴⁴⁶ On était en pleine démocratie!

No início de 1969, Vincennes atraiu muitos ativistas, iniciantes, trabalhadores sem bacharelado e estudantes de outras universidades que iam para lá continuar sua atividade militante. Na primeira aula de Lacoste, havia estudantes que se preparavam para a licenciatura em Geografia. Porém, a maioria deles faziam uma licenciatura em história – posto ser necessário um certificado de geografia. Um pequeno grupo de historiadores pediu a fala e seu porta-voz declara que se recusavam a cursar geografia porque essa ciência era reacionária. O geógrafo em tela pondera que poderia ser, vez que as aulas no *lycée* dificilmente provariam que eles estivessem errados. Além disso, na Alemanha do período entreguerras, os geógrafos forjam a geopolítica de índole nazista.

No entanto, Lacoste defende que o maior geógrafo francês, Élisée Reclus, era anarquista, amigo de Kropotkin e foi condenado à morte por ter participado da Comuna de Paris. Ou seja, a geografia poderia até ser reacionária, assim como poderia ser progressista dado o exemplo de Reclus. Os alunos, que não conheciam a existência do geógrafo anarquista, ficaram estupefatos:

[...] ele foi salvo especialmente porque, em particular, um embaixador dos EUA, porque ele tinha estado um tempo nos EUA, e durante a Guerra de Secessão, e é um dos poucos geógrafos franceses a tomar posição pelo Norte, pelos nortistas, pela abolição da escravidão. Todos os outros que compravam algodão no Sul eram pelos sulistas. Então, como o embaixador dos EUA, bom, decidiu-se que Élisée Reclus não seria executado, mas seria exilado para sempre (entrevista com Yves Lacoste, 19/04/2022).

Lacoste buscou mostrar porque as descrições acadêmicas e os raciocínios da maioria dos geógrafos silenciaram sobre dados e questões políticas. Foi dessa forma que os seus alunos de história começaram a se interessar por geografia. Nesse curso, ele apresenta a Geografia como um sistema de interações entre os fenômenos naturais e as ações/situações humanas – essa última herança do mestre George, nos termos de *La Géographie Active*, enquanto procedimento de investigação. Além disso, ele faz um relato de sua missão em Alto Volta que termina por convencer Béatrice Giblin da possibilidade de a Geografia ser um saber revolucionário – tal qual ele defendia pelas lentes de Élisée Reclus. O estudo preciso das localizações do povoamento, mas também dos criadouros das *simulies* (o inseto vetor da doença) abria novas perspectivas de enfrentamento à oncocercose. “Desde então, um pequeno grupo de estudantes se apaixonou pela geografia⁴⁴⁷” (LACOSTE, 2010a, p.130). Certamente, Giblin está entre esses estudantes. A paixão foi tamanha que um ano depois de seu *début* em

⁴⁴⁷ Dès lors, un petit groupe d'étudiants se passionna pour la géographie.

Vincennes, Lacoste vai propô-la a feitura de uma *thèse* sobre Élisée Reclus, cuja aceitação permite a conciliação do gosto pela História e a vontade de prosseguir na Geografia (GIBLIN, 2018).

Sem embargo, talvez mais do que o relato em si da missão, o que terminou por convencer a futura diretora da revista *Hérodote* foi a *articulação dos diferentes níveis de análise* que Lacoste emprega:

Assim, os meus raciocínios de geógrafo sobre a oncocercose combinavam a climatologia, a entomologia, a medicina, a pedologia, a microtopografia, mas também a história demográfica, a geopolítica, etc. Foi por isso que a OMS prestou atenção às minhas primeiras abordagens que aconselhavam a limpar estes criadouros através da intervenção das populações vizinhas dos vales, a fim de cultivá-los uma vez a oncocercose em regressão. Mas a OMS não me assegurou os meios de desenvolver realmente essas proposições e é por isso que eu tinha preferido vir ensinar em Vincennes⁴⁴⁸ (LACOSTE, 2018b, p.159)

Ademais, relembremos que essa não era a primeira vez que Lacoste enfrentava acusações frente à sua ciência. Como vimos no capítulo anterior, já no *Institut de géographie* os estudantes de sociologia acusavam a geografia de ser chata, não muito difícil e medíocre. Na visão dos estudantes de história e sociologia, que manejavam bem a reflexão política, a geografia era algo que deviam “engolir” para passar na *agrégation* ou no *Certificat d’Aptitude au Professorat de l’Enseignement du Second degré*, conhecido como CAPES (LACOSTE, 2010a). O geógrafo em tela atribui isso à fraqueza de debate epistemológico na ciência geográfica. Contraditoriamente, será esse um dos combustíveis para os futuros progressos da geografia em França – da qual o próprio Lacoste será um dos expoentes.

Vincennes oferecia liberdade de ensinar e interdisciplinaridade. Béatrice Giblin observou à Yves Lacoste que não era lógico intitular a unidade de valor de “geografia humana”, pois a geografia física dispunha de grande importância. Lacoste considerou a observação de Giblin epistemologicamente legítima. As reflexões sobre a geografia conduziram o geógrafo a criar a unidade de valor “G1 iniciação à geografia (física e humana)⁴⁴⁹” (LACOSTE, 2018b, p.160). Os trabalhos de campo da “disciplina” ocorriam quinzenalmente. A forma de avaliação estava intimamente atrelada a esse aspecto e contrastava com aquela tradicional da Sorbonne:

⁴⁴⁸ Ainsi, mes raisonnements de géographe sur l’onchocercose combinaient la climatologie, l’entomologie, la médecine, la pédologie, la microtopographie, mais aussi l’histoire démographique, la géopolitique, etc. C’est pourquoi l’OMS a prêté attention à mes premières approches qui conseillaient de débayer ces gîtes de ponte par l’intervention des populations voisines des vallées, afin de les mettre en culture une fois l’onchocercose en régression. Mais l’OMS ne m’assurait pas les moyens de développer réellement ces propositions et c’est pourquoi j’avais préféré venir enseigner à Vincennes.

⁴⁴⁹ [...] G1 initiation à la géographie (physique et humaine).

a prova em sala com tempo limitado. Tratava-se de construir um mapa para mostrar a correlação ou interseção dos mais distintos fenômenos. Os estudantes reuniam a documentação reportando no mapa mundial os fenômenos físicos, humanos, políticos, e comentando as coincidências ou as interseções dos distintos conjuntos espaciais e os conflitos que podem acontecer.

Em Vincennes, depois de três ou quatro aulas no primeiro semestre (G1), Yves Lacoste levava os alunos para o trabalho de campo. Ele escolhia previamente as paisagens e conduzia os estudantes para observá-las dos pontos mais elevados, em especial as camadas geológicas. Eles eram levados ao vale de *Chevreuse*, onde escalavam as encostas e percorriam os planaltos. Béatrice Giblin, aluna dele naquela altura, recorda a importância do trabalho de campo em *Saint-Rémy-lès-Chevreuse* para a formação dos geógrafos e destaca o papel metodológico da observação:

[Lacoste] desenvolveu muito a formação dos alunos no campo. [...] ele saía com os alunos para os levar a ver coisas diferentes, interrogar-se, fazer perguntas, observar. Então, isso foi uma parte essencial de sua formação. Sempre propondo aos alunos prestarem atenção, para notar o que não se encaixa com suas hipóteses. Por exemplo, ele sempre levava os alunos ao final de uma linha ferroviária, que era a primeira linha ferroviária na região parisiense, a Saint-Rémy-lès-Chevreuse, e quando desciam do trem, era uma paisagem que se diria bucólica. Havia prados com vacas, casas, sem prédios. Bom, e os alunos observavam isso [...] e Lacoste os fez pensar: “mas esperem, esta é a primeira linha de trem, o que deveríamos ter aqui, vez que ela já foi criada desde o final do século XIX?”. “Quando vocês pegam o trem para os subúrbios, o que veem?” Os espertos diziam: “Bem, há a torre da estação, há muitos edifícios, muitas coisas assim”. “E lá, o que você vê?”. “Ah, sim, não tem nada”. “Então, por que?”. Fazê-los se questionar a partir da observação. Bom, e depois disso, ele contava por que não havia um prédio naquele lugar, como isso se explicava, claro. Mas, prestar atenção ao que não se encaixa com o que eles estão esperando, sempre foi e é uma ótima formação (Entrevista com Béatrice Giblin, 22/04/2022).

O trabalho de campo envolvia desde informações geológicas até as formas de habitat, que deveriam ser desenhadas numa carta de 1/50 000 junto com os cursos d’água, as rotas principais e as pedreiras onde haviam sido feitas as observações de cunho geológico. De certa forma, ele está inspirando-se em André Cholley (1886-1968) de quem foi aluno no *Institut de géographie* de Paris em 1947 (LACOSTE, 2018a). Cholley foi aluno de Vidal de la Blache e sucedeu Emmanuel de Martonne na cadeira de geografia física. Cholley era dono de uma visão da geografia com pretensões globais. A geomorfologia seria o ponto de partida de um verdadeiro trabalho científico. Ou seja, partir do estudo do relevo terrestre para futuras *combinações* – entendidas enquanto sistemas de uma maior complexidade que inclui todas as atividades humanas (BATAILLON, 2006).

O próprio fato geográfico é o resultado de uma combinação, de um conjunto de complexos, de convergências, em que a Geografia representa uma ordem de conhecimentos

Nas palavras de Cholley (1951 [1942], p.10): “O fato geográfico, mesmo o mais simples, exprime sempre uma combinação, uma convergência de elementos ou de fatores de ordens diversas. Essa é a sua essência. E podemos dizer que quanto mais complexa for a convergência, mais rica será a realidade geográfica⁴⁵⁰”. Ao conceber a Geografia enquanto ciência das combinações espaciais, Cholley busca evitar o esfacelamento da mesma tendo em vista a ampliação dos domínios e dos assuntos abordados pelos geógrafos (CLAVAL, 1964).

A importância das combinações seria atestada também por Armen Mamigonian (2003). O geógrafo brasileiro exemplifica com a tese de Cholley: *Les Préalpes de Savoie (Genevois, Bauges) et leur avant-pays. Étude de géographie régionale*, de 1925. De acordo com Mamigonian, nessa obra já apareceriam dois componentes fundamentais do pensamento de Cholley: (1) a aliança entre geografia sistemática e geografia regional; e (2) a ideia de que os fatos geográficos são combinações concretas. Lacoste (2018a, p.217) cita a definição de geografia que Cholley fornece em sua obra *Guide de l'étudiant en géographie* (1942): “é a ciência das combinações de diferentes fenômenos⁴⁵¹”. E depois faz uma observação parecendo incluir-se no citado entendimento: “E ele foi por muito tempo quase o único a pensar assim⁴⁵²”. Por que trazer essa informação para a argumentação? É possível que Lacoste estivesse se referindo a outros geógrafos da mesma geração de Cholley. Sem embargo, como veremos no capítulo seguinte, a *démarche* de Yves Lacoste é tributária desse ensinamento, embora não se reduza ao mesmo.

No segundo semestre, Lacoste não planejava continuar com a iniciação à geografia. Todavia, os alunos que haviam feito o G1 tinham que cursar uma unidade de valor em geografia física sob a supervisão de um geomorfólogo⁴⁵³ do Instituto de Geografia. A rivalidade entre a “tradicional” Sorbonne e a “moderna” Vincennes não ajuda na relação. O choque entre professor tradicional e alunos modernos desgastam a relação, pois os discentes exigem – da mesma forma que haviam feito o G1 com Lacoste – a criação de um G2 em que a geografia física fosse associada à geografia humana. Mas o geomorfólogo desejava apenas restringir-se à sua especialidade. Lacoste (2018b) termina por concordar em fazer o G2 com o apoio dos estudantes.

⁴⁵⁰ Le fait géographique, même le plus simple, exprime toujours une combinaison, une convergence d'éléments ou de facteurs d'ordres divers. C'est son essence même. Et l'on peut dire que plus la convergence est complexe plus riche est la réalité géographique.

⁴⁵¹ La géographie, c'est la Science des combinaisons de différents phénomènes.

⁴⁵² Et il fut longtemps presque le seul à penser ainsi.

⁴⁵³ Lacoste não cita quem é esse geomorfólogo.

Essa crise era fruto da saída do departamento de Jean Cabot. Ele tinha assumido a presidência da Universidade⁴⁵⁴. Nenhum dos professores queria assumir a direção do departamento. Para piorar, pediam a dissolução da mesma e queriam ser nomeados para outras universidades de Paris. Como desenlace, Lacoste concorda em assumir a direção e assegurar o G2 no segundo semestre. Todavia, isso não significou o fim de problemas. O boletim do sindicato autônomo dos professores do ensino superior tinha propagado o rumor de que, no departamento de Geografia de Vincennes, eram os estudantes que aplicavam (*délivraient*) as unidades de valor conforme as filiações políticas. O secretário-geral do sindicato era Jean Bastié (1919-2018), que Lacoste conhecia. Ele havia se tornado professor em Nanterre e sofreu com o maio de 68. Era hostil a Vincennes tal qual Pierre George – de quem fora aluno. Os rumores só cessam após uma conversa entre Bastié e Lacoste (2018b).

Para Lacoste, o trabalho de campo era fundamental na formação dos estudantes de Geografia. No segundo semestre (G2), ele leva os alunos à Montanha de *Reims*, a 150 km de Paris, na região de *Champagne*. O trabalho de campo dura de dois a três dias, quando do final de semana da *Ascension*⁴⁵⁵. A atividade era essencialmente geomorfológica: “Fizemos morfologia, estudando o papel do sistema de erosão periglacial em formações superficiais sobre o calcário, mas também trabalhamos nas peculiaridades da localização da vinha de Champagne nas encostas⁴⁵⁶” (LACOSTE, 2018a, p.223). E não era pra menos: ele foi aluno de Tricart e Cholley – esse último teve como orientador de tese Emmanuel de Martonne – excelentes geomorfólogos. De certa forma, o campo geomorfológico – enquanto ramo da geografia física – era uma forma não só de difundir a linhagem martonneana, mas também oferecer uma boa base formativa para os geógrafos em processo. E se os bons geógrafos eram aqueles que faziam primeiro geografia física, nada mais “natural” que investir no desenvolvimento de competências nessa área para posteriormente ajustar-se à geografia humana.

Vimos acima que no curso de “Iniciação à Geografia”, Lacoste reunia as dimensões física e humana. Essa observação é de extrema importância pois será um dos aspectos que futuramente será abordado no célebre capítulo autógrafo intitulado *A Geografia* no tomo VII da coleção *Histoire de la philosophie* coordenada por François Châtelet. Em Vincennes, aliado

⁴⁵⁴ Da forma que Lacoste escreve nos leva a pensar que Cabot foi presidente de Vincennes. Não alcancei nenhuma informação nesse sentido. Num sítio eletrônico da BNF consta que Cabot foi Reitor/Fundador da Université du Tchad, N'Djamena, inaugurada em 1971. Cf : <https://data.bnf.fr/fr/11894720/jean_cabot/>. Acesso em 13 de agosto de 2022.

⁴⁵⁵ Trata-se do feriado cristão da Ascensão de Jesus ao céu. Para nós, brasileiros, o final de semana da “Ascensão” reúne o Sábado de Aleluia e o Domingo de Páscoa.

⁴⁵⁶ Nous y avons fait de la morphologie en étudiant le rôle du système d'érosion périglaciaire dans des formations superficielles sur la craie, mais nous avons aussi travaillé sur les particularités de la localisation du vignoble de Champagne sur les versants.

ao trabalho de campo, havia uma preocupação crescente em combinar as ciências naturais e sociais. Do ponto de vista da geografa, isso se efetiva articulando os diversos conjuntos espaciais que distinguem ordens de grandeza diferentes. Essa *démarche* interessa a François Châtelet, então diretor do departamento de filosofia. Tal proximidade com Châtelet era, sem dúvida, um reflexo do maio de 68. Junto com ele, Lacoste ministrou uma unidade de valor – um curso – que se chamava Epistemologia da geografia (FIGURA 24). O curso direcionava para um pequeno número de geógrafos, filósofos, historiadores e sociólogos. Lacoste retrata que o diálogo foi excepcional:

Ah sim. Tivemos... uma excelente lembrança. Éramos... podíamos decidir como queríamos... tínhamos dois professores, Châtelet e eu. Isso foi... aqueles que participaram nesta unidade de valor depois me disseram: “O que foi extraordinário é que vocês dois estavam felizes. Que, quando Châtelet te fez críticas por, porque eu usei tal termo, que você lhe agradeceu e que, você, ele saiu com um argumento geográfico que Châtelet não conhecia”. Dissemos a nós mesmos: “no ano seguinte fazemos de novo”. [...]

Fizemos por dois anos a unidade de valor epistemologia da geografia. Isso, sabemos que deu prazer intelectual. Os estudantes que estavam lá, grande parte da equipe de Hérodote, havia a Béatrice, havia tudo isso, ela me contou depois: “Vocês dois não veem o prazer que tiveram, a gentileza que você teve e o fato de você sentir que traz para o outro algo que ele não tem”. E isso... não o está obrigando, mas que ele [Châtelet] integra no seu raciocínio e a mesma coisa para mim. Châtelet me diz: “você vê” ... ah sim, foram momentos magníficos ali (Entrevista com Yves Lacoste, 27/04/2022).

De fato, o maio de 68 anunciava cada vez mais que as próximas etapas do pensamento lacosteano estavam atreladas às reflexões epistemológicas acerca da Geografia. Estamos no prelúdio da década de 1970. O maio de 68 e as experiências docentes nas quais Lacoste foi confrontado acerca da natureza da geografia calaram fundo no pensamento do geógrafo em tela. E será contra essa tese da geografia ser reacionária, medíocre, não muito difícil, chata e desanimadora, que Yves Lacoste se esforçará em transformar.

OCTOBRE 1969 - 3

- 10 55 GR5 l'Afrique au sud du Sahara
- 10 56 GR6 l'URSS, généralités
- 10 67 GR7 l'URSS. Aspects régionaux et problèmes de développement régional
- 10 68 GR8 l'Amérique du Nord (Etats Unis, Canada)
- 10 69 GR9 l'Amérique latine
- 10 70 GR10 l'Asie des moussons et l'Océanie
- 10 71 GR11 La Communauté Economique Européenne
- 10 72 GR12 Extrême Orient
- 10 73 GR13 Les péninsules de l'Europe méridionale
- 10 74 GR14 Les pays socialistes d'Europe
- 10 75 GR15 L'Europe centrale de parlars germaniques : Autriche, Suisse.

Géographie thématique (GT)

- 10 81 GT1 Les grands espaces industrialisés
- 10 82 GT2 Tiers Monde et sous-développement (remplacé par GD1 à GD9)
- 10 83 GT3 L'Aménagement régional (démultiplié de GA1 à GA9)
- 10 84 GT4 Géographie et téléconomie sociales
- 10 86 GT6 Technique de la démographie - approche quantitative de la population
- 10 87 GT7 Photographies aériennes
- 10 88 GT8 Cartographie et photo-interprétation : méthodologie
- 10 89 GT9 Cartographie et photo-interprétation : technologie
- 10 90 GT10 Banque de données et cartographie
- 10 91 GT11 Expression graphique et croquis régional
- 10 92 GT12 Epistémologie de la géographie
- 10 93 GT13 Etude de la population active (emploi, chômage, migration des travailleurs)
- 10 94 GT14 Géographie de l'impérialisme
- 10 95 GT15 Géographie de l'inégal développement dans les pays industriels
- 10 96 GT16 La Zone chaude

Figura 24. Unidade de valor Epistemologia da Geografia. Fonte: Fonds Vincennes, caixa V55 programmes 1968-1973, octobre 1969.

VII – Manuais de geografia e a descoberta de Élisée Reclus. Por que a ciência geográfica detém um lugar tão discreto no ensino secundário nos mais diversos países? O papel de Emmanuel de Martonne e o contato com Braudel

Quando Lacoste retornou da Argélia, ele teve a sorte de entrar em contato – graças à mediação de Denis Huisman⁴⁵⁷ – com as *éditions* Nathan. Quem conduz a casa editorial é Jean-Jacques Nathan, bisneto do fundador das edições – Fernand. Jean-Jacques propôs ao geógrafo renovar a coleção existente de manuais de geografia chamada Ozouf. Ele aceitou a oferta desde que fosse o chefe. Satisfeita essa condição, contata Raymond Ghirardi – geógrafo especialista em cartografia temática. O objetivo era o seguinte: “representar, de forma sintética e sugestiva, as formas do relevo, a vegetação reveladora das condições climáticas e, por fim, as formas de habitat significativas de gêneros de vida ou de condições sociais, como as favelas⁴⁵⁸” (LACOSTE, 2018a, p.169).

Dos manuais que conseguimos alcançar, um do *Collège* (LACOSTE; OZOUF, 1963) e dois do *lycée* (GUGLIELMO; LACOSTE; OZOUF, 1964; COQUERY; GUGLIELMO; LACOSTE; OZOUF, 1965), percebe-se que ele não havia rompido totalmente com a parte clássica da *démarche* da Escola Francesa de Geografia: a descrição das condições naturais e sociais. Paul Claval (2000) acrescenta que é com essas publicações que Yves Lacoste introduz a política da geografia na sala de aula ao salientar, além da dimensão visual da disciplina, os processos que moldavam os problemas contemporâneos, a saber: áreas de conflito, desenvolvimento do terceiro mundo, industrialização e urbanização.

Os manuais tiveram grande êxito, tanto nas aulas do ensino secundário quanto para os estudantes de licenciatura. Lacoste (2010a) considerou, na produção dos manuais, que eles traduzissem a concepção de geografia ativa, militante, mas combinando o cuidado correlato de uma publicação científica. Mas outra questão o incomodava: o lugar bastante discreto que a geografia ocupava no ensino secundário, quando comparado com as ciências sociais, na maioria dos países – incluindo os mais desenvolvidos. Essa questão guarda íntima relação com a imagem que a geografia apresentava. E o geógrafo em tela realiza algumas reflexões acerca dessa ciência na Inglaterra, EUA, URSS, Alemanha e França.

⁴⁵⁷ Relembramos: no verão de 1960, Huisman propôs que Lacoste ministrasse aula de história-geografia num “cursinho” preparatório ao bacharelado. É nesse cursinho que o geógrafo conhece Châtelet. Dois anos depois – em 1962 – Huisman inaugurou a EFAP, na qual Yves Lacoste era professor de atualidades e membro do comitê de sábios.

⁴⁵⁸ [...] représenter, de façon synthétique et suggestive, les formes du relief, la végétation révélatrice des conditions climatiques, et enfin les formes d’habitat significatives de genres de vie ou de conditions sociales, telles que des bidonvilles

Como uma nação de geógrafos (marinheiros, exploradores, cartógrafos) poderia ter uma debilidade na geografia escolar e universitária? No raciocínio de Lacoste (2018), a raiz desse problema remete à Companhia Inglesa das Índias Orientais. Essa Companhia, embora tenha contribuído para a descoberta de territórios e a consequente conquista, não divulgava o conjunto dos dados geográficos, políticos e etnológicos. Por seu turno, nos EUA, ele aponta que as grandes corporações monopolistas conduziam investigações geográficas, mas os resultados mantinham-se no domínio privado. Yves Lacoste também menciona duas importantes instituições: a *National Geographic Society* e sua revista, a *National Geographic Magazine*. Nenhuma delas se preocupava com o ensino de geografia na escola.

Na URSS a vitória do socialismo não foi acompanhada pelo interesse em geografia (LACOSTE, 2018a). Foi proibida a difusão de planos de cidade e mapas sob o pretexto de impedir o imperialismo de lucrar. Na Alemanha, Yves Lacoste aponta que a geografia foi severamente reduzida após a Segunda Guerra Mundial. Vários geógrafos foram acusados de terem contribuído com o desenvolvimento das teorias geopolíticas nazistas, a exemplo de Karl Haushofer (SODRÉ, 1982 [1976]). Ele relembra o lugar singular que a Alemanha tem no desenvolvimento da geografia: no início do século XIX, após as guerras napoleônicas (1803-1815), aquela nação ainda estava dividida em diversos Estados – como vimos no capítulo *A Grande Espacialização*. Um desses Estados, a Prússia, foi fundamental para o desenvolvimento da geografia. Lá essa ciência é ensinada nas escolas primárias e secundárias. Os primeiros livros são publicados na Universidade de Berlim. Nessa cidade desenvolve-se a primeira grande escola de geografia tendo como baluarte ninguém mais ninguém menos que Alexander von Humboldt (1769-1859), autor de *Kosmos* – “uma descrição física do mundo⁴⁵⁹” (LACOSTE, 2018a, p.172). É da Alemanha também que vem Friedrich Ratzel (1844-1904), geógrafo partidário das teorias pangermanistas, considerado fundador da geografia humana e sistematizador da geografia moderna (MORAES, 1990). Depois da Primeira Guerra Mundial, Lacoste observa que nos liceus os professores de geografia distribuía cadernos de trabalhos práticos denunciando as cláusulas injustas do Tratado de Versalhes⁴⁶⁰. E, depois da Segunda Guerra Mundial, geógrafos alemães participaram do movimento nazista. Finaliza dizendo que a ainda hoje (2018) a palavra geopolítica é um tabu e permanece adormecida desde a desnazificação nos idos de 1945. Nesse caso, como veremos, a França superou com menos demora a geopolítica – e Lacoste teve um importante papel nesse processo.

⁴⁵⁹ [...] une description physique du monde.

⁴⁶⁰ Cujos termos incluíam: perdas territoriais; redução do exército a uma força de 100 mil homens; privação de sua marinha de navios de guerra modernos e abolição total da força aérea (KEEGAN, 1995).

Por último, a França. O geógrafo situa como divisor de águas a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) e a Comuna de Paris (1871). Esses acontecimentos fazem com que o ensino de geografia acompanhe o de história, nas escolas e nos liceus, da mesma maneira que a Alemanha. Em 1875, oficiais foram convocados em Paris para explicar, na Câmara dos Deputados, as causas da derrota na Guerra. *Inter alia*, os oficiais sugeriam que o ensino de geografia na Alemanha foi decisivo. Décadas estudando geografia, os oficiais do exército alemão sabiam ler um mapa de Estado-Maior, ao contrário dos franceses. O ensino de geografia à essa época tinha como principal objetivo evocar a unidade da França, e menos a reivindicação da Alsácia-Lorena (LACOSTE, 2018a).

Lacoste destaca o trabalho de Élisée Reclus (1830-1905) e lamenta sua pequena influência em seu tempo. Formou-se em Berlim junto ao grande geógrafo Karl Ritter, discípulo de Humboldt. Anarquista, Reclus participou da Comuna de Paris e foi condenado ao exílio, onde passou sobretudo na Bélgica. Ele publica sua volumosa *Nouvelle Géographie universelle* (1876-1894) sob os auspícios do editor Louis Hachette. Mas a obra reclusiana recebe um acolhimento muito restrito, inclusive entre os comunistas. Sem embargo, os geógrafos também não dispõem de um acolhimento maior. Manuel Correia de Andrade (1985) imputa à Vidal de la Blache o decréscimo da influência de Reclus no meio universitário francês ao promover o deslocamento do objeto de estudo geográfico do Estado para a região.

Yves Lacoste diz ter descoberto Reclus com a idade de 40 anos⁴⁶¹, portanto em 1969, no rescaldo dos eventos de maio de 68. A verdade é que Reclus foi silenciado pela assim chamada Escola Francesa de Geografia. Numa crítica à essa escola, o geógrafo confessa que nunca o haviam falado de Reclus, ou seja, uma lista extremamente importante que incluía professores (Sorre e Tricart) e mestres (Dresch e George) simplesmente haviam ocultado o solene geógrafo anarquista:

Foi um contato completamente... fulminante. Porque eu ignorava completamente, os comunistas falavam, no ambiente comunista não se falava de Élisée Reclus. Quando contei à George ou à Dresch que tinha descoberto um grande geógrafo, Élisée Reclus, Dresch e George não ficaram contentes. Eles me disseram: “Ah, bem, sim, ele escreveu coisas. Bem, ele escreveu coisas” (Entrevista com Yves Lacoste, 27/04/2022).

⁴⁶¹ Aqui há uma incongruência. Se em suas memórias (LACOSTE, 2018a), o geógrafo aponta ter descoberto Reclus aos 40 anos, portanto em 1969 – já que ele nasceu em 1929 –, em outro artigo ele diz ter descoberto o geógrafo anarquista no início dos anos 1960: “Ora, no início dos anos 60, vi por acaso, em uma livraria, seis grandes tomos ligados: *L’Homme et la Terre*. Nunca tinha ouvido falar. Pensando que isso poderia ter alguma relação com a questão que me preocupava quanto às origens do “subdesenvolvimento”, folheei a obra por desengano de consciência [*par acquit de conscience*], porque eu sabia vagamente que Reclus tinha sido um famoso anarquista e que ele tinha escrito uma geografia universal, mas eu pensava, como todos os geógrafos, que ele devia estar bem ultrapassado (LACOSTE, 2005b, p.32).

Dresch e George não partilharam do mesmo entusiasmo do geógrafo por duas razões: por um lado, a formação na Escola Francesa de Geografia; por outro, o marxismo. Ocultar Reclus era ocultar uma outra forma de pensar e fazer geografia. Lacoste descobre numa livraria os seis volumes de *L'Homme et la Terre* (1905) e, numa alusão à Braudel, nota na obra a história dos tempos longos, aquela das relações geopolíticas na superfície do globo. Ao que tudo indica, o geógrafo também descobriu *La Nouvelle Géographie Universelle* no mesmo dia e na mesma livraria: “[eu] me deparei... com *L'Homme et la Terre* [...] eu comecei a ler e então, a partir do momento que comecei [a ler] Élisée Reclus, uma vez, em uma livraria assim, encontrei toda a coleção da *Géographie Universelle* [...]” (Entrevista com Yves Lacoste, 27/04/2022). Essas duas obras, especialmente *L'Homme et la Terre*, serão consideradas geopolíticas por portarem uma denúncia dos aparelhos de Estado (LACOSTE, 1986).

Tanto a escola alemã, quanto a francesa, são resultado de projetos políticos, ainda que na França não seja explicitamente formulado. Antes da Primeira Guerra Mundial, a anexação da Alsácia-Lorena foi silenciada nas escolas francesas. Isso para não ter de concordar que a maioria dos alsacianos não falava francês. Claude Raffestin (2011 [1980], p.87) ensinou: “A língua é, sem nenhuma dúvida, um dos mais poderosos meios de identidade de que dispõe uma população”. A língua era um elemento fundamental da mediação territorial.

Após 1918, os manuais de história e geografia ainda silenciavam sobre os fenômenos políticos, salvo quando se tratava de rivalidades coloniais. O que é surpreendente, dado que os geógrafos desempenhavam há dois séculos um papel decisivo no traçado das fronteiras durante os estabelecimentos de tratados. O geógrafo fala mesmo em uma *omertà* sobre a questão das fronteiras europeias a quem atribui ter sido iniciativa do geógrafo Emmanuel de Martonne. Conforme Gilles Palsky (2002, p.112), de Martonne “atuou como assessor próximo do Ministro das Relações Exteriores, André Tardieu, e do Primeiro-Ministro, Georges Clemenceau (1841-1929), além de desempenhar importante papel no Comitê de estudos⁴⁶²”. Maccaglia e Morelle (2013) salientam importância do geógrafo na aplicação do direito internacional no estabelecimento das fronteiras na Europa Central e Balcânica no bojo da Conferência de Paz de Paris (1919-1920). Nesse último caso, Lacoste (2018) exemplifica com o corredor de Dantzig para a Polônia. De Martonne era especialista em geografia física, genro e sucessor de Vidal. Mas por causa disso, Lacoste conclui que de Martonne dissuadiu um projeto de investigação de alcance geopolítico.

⁴⁶² acted as close adviser to both the Minister for Foreign Affairs, André Tardieu, and the Prime Minister, Georges Clemenceau, as well as performing his important role at the Comité d'études.

Esse projeto era aquele de Fernand Braudel. Yves Lacoste leu atentamente a segunda edição, publicada em 1966, da obra braudeliana *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. O geógrafo achou meritório em Braudel aquilo que os geógrafos não faziam muito: a combinação dos fenômenos físicos e humanos em suas dimensões históricas. Ele então escreveu para o historiador com a intenção de conhecê-lo. Lacoste estava interessado nas relações que Braudel tinha com a geografia.

Mas ele me disse: “O quê?”. E eu digo “sim”, porque o trabalho sobre o Mediterrâneo, sobre o Mediterrâneo na época [de Filipe II], já é um trabalho de geografia. Então ele responde olhando, rindo [risos]. Mas ele me diz “Eu queria ser geógrafo!”. E quando... o começo... e primeiro o título: “primeiro as montanhas” é um título absolutamente magnífico! É um título de geógrafo! Os historiadores estão lá na frente do Braudel que diz “Primeiro as montanhas”, mas claro! Mas ele me disse: “Mas eu queria ser geógrafo!” [risos] (Entrevista com Yves Lacoste, 27 de abril de 2022).

Por que isso não ocorreu? Depois do exame de *agrégation* de história-geografia em 1923, o historiador procurou Emmanuel de Martonne com o fito deste ser diretor de tese sobre as fronteiras da Lorena. Braudel nasceu em *Luméville-en-Ornois* na região da *Lorraine* e evocou o fato de que as fronteiras de Estado sobrepuseram frequentemente os limites da francesidade [*francité*] e da germanidade [*germanité*]. Todavia, de Martonne recusou tal projeto de tese alegando que não se tratava de geografia. Podemos dizer que de Martonne detinha uma concepção estreita de “geograficidade”, em oposição à Élisée Reclus, para utilizarmos uma palavra cara à Lacoste. A recusa surpreendeu Braudel que lembrou o fato do geógrafo de Martonne ter sido adjunto de Clemenceau na preparação do Tratado de Versalhes. Não só isso. Virginie Mamadouh (2005, p.32) aponta que de Martonne foi membro de um “comitê que preparou para o governo francês a justificativa do retorno da Alsácia-Lorena à França após a guerra, sem um plebiscito ou um referendo⁴⁶³”. Lacoste acrescentou que Vidal, por seu turno, era um interessado em geografia política⁴⁶⁴. Exemplifica reportando ao escrito vidaliano *La France de l'Est (Lorraine-Alsace)*, publicado em 1917. Nesse texto, de acordo com Lacoste, Vidal mostrava as rivalidades durante a ocupação prussiana entre Estrasburgo-Mulhouse, Metz e Nancy. Mas de Martonne não fez nada para avaliar a importância da obra. Por que ele jogou um papel tão negativo? Lacoste fornece a seguinte explicação: após a Primeira Guerra Mundial, ele ambicionava ser presidente da União Geográfica Internacional (UGI). Os geógrafos alemães

⁴⁶³ [...] committee that prepared for the French government the justification of the return of Alsace-Lorraine to France after the war, without a plebiscite or a referendum.

⁴⁶⁴ No capítulo seguinte teremos a oportunidade de discutir um pouco mais sobre o interesse de Vidal em política e seu livro *La France de l'Est*.

eram os mais numerosos na UGI e ele queria ter esses votos. Então, de Martonne dissimulou o interesse dos geógrafos franceses pela geopolítica com o fito de não fazer sombra à Ratzel. Esse “desvio” da geografia política explicaria o seu interesse pela geografia física e o prestígio da geomorfologia nesse período.

O desvio de Emmanuel de Martonne da geografia política; o desconhecimento entre os geógrafos franceses de um Vidal “geopolítico”; o desconforto ao constatar o lugar secundário da ciência geográfica no ensino secundário; e a descoberta de Élisée Reclus são determinações que irão desaguar no “11 de setembro” geográfico seis anos depois – como veremos. Sem embargo, a experiência de geografia ativa decisiva para Lacoste já estava no horizonte: trata-se da gloriosa revolução do povo vietnamita contra os imperialistas estadunidenses, vulgarmente batizada enquanto Guerra do Vietnã.

VIII – Verão de 1972, a guinada: os bombardeamentos dos diques do rio Vermelho, a articulação de três níveis de análise geográfica e a conquista de uma relevância intelectual internacional

Em 1967, o geógrafo recebeu das mãos de Jean Dresch – um anticolonialista convicto – um documento do Vietnã do Norte denunciando os bombardeamentos estadunidenses sobre os diques do rio Vermelho, embora não precisasse os pontos de ataque. “Toma, Lacoste, olha isso, o que se pode fazer. [...] Veja o que se pode fazer com isso” (Entrevista com Yves Lacoste, 27/04/2022). Tratava-se de uma série de mapas do Delta do rio Vermelho. Lacoste escreveu um breve artigo [*papier*] sobre os crimes de guerra que Dresch transmitiu ao Tribunal Russell⁴⁶⁵. O título: *Relatório sobre a Destruição de Diques no Vietnã do Norte Provocados por Bombardeios da Aviação Americana*⁴⁶⁶ (LACOSTE, 1970 [1967]). Neste escrito, assinalou as características geográficas da planície do Tonkin. A rigor localizada no delta do Rio Vermelho, a referida planície é circundada de montanhas cuja erosão provoca significativa quantidade de detritos aluvionais e inundações na época das cheias. O mesmo se aplica ao delta do Tanh Hoa. O bombardeamento dos diques, e a consequente destruição, ocasiona a intrusão da água salgada e a arrasadura das obras de irrigação agrícola. Constata, ainda, um sistemático trabalho de aniquilação da estrutura produtiva agrícola e a possibilidade de uma catástrofe humana.

⁴⁶⁵ O Tribunal Internacional de Crimes de Guerra foi um evento ocorrido em 1966 e organizado por Bertrand Russell (presidente honorário), Jean-Paul Sartre (presidente executivo) e Vladimir Dedijer (presidente das sessões). O Evento foi realizado em duas sessões: a primeira em Estocolmo, de 2 a 10 maio de 1967; e a segunda em Copenhague, de 21 a 30 de novembro do mesmo ano (KÜHNER, 1970, p.13).

⁴⁶⁶ No livro em questão (RUSSELL; SARTRE; DEDIJER, 1970), de fato, foi publicado somente um resumo.

Segundo Yves Lacoste (2018a), os bombardeamentos irão cessar com a abertura de negociações secretas entre os estadunidenses e os norte-vietnamitas em Gif-sur-Yvette, no subúrbio sul de Paris. Contudo, ele aponta que a ofensiva dos norte-vietnamitas sobre o paralelo 18 – fronteira entre o Vietnã do Norte e o Vietnã do Sul – para tomar a base de Quang Tri, no delta do Mekong, relançou os ataques estadunidenses sobre os diques. Em junho de 1972, o Vietnã do Norte denunciou o “genocídio”⁴⁶⁷ que os EUA iriam provocar ao bombardear os diques do rio Vermelho. O temor: com a chegada das monções, conseqüentemente das cheias, poderia haver rupturas. Se isso ocorresse, haveria dezenas de milhões de mortos. O geógrafo assinala: “embora a imprensa internacional tenha levantado algumas inquietudes sobre a catástrofe próxima, a opinião [pública] não compreendeu a importância estratégica desses diques”⁴⁶⁸ (LACOSTE, 2018a, p.179-180).

Destarte, em junho, Lacoste motiva-se a escrever um artigo muito simples de “geografia geral”⁴⁶⁹ (LACOSTE, 2006b, p.4), esclarecendo que o rio Vermelho flui sobre a planície do delta superlotado – com cerca de 15 milhões de pessoas à época. De forma parecida acontece com o rio Sebou que também corre acima da planície aluvial e o geógrafo havia estudado quando do *Diplôme d'études supérieures* no Rharb marroquino, entre 1949-1950.

Ele explica: carregados de aluviões, rios desse tipo fluem tipicamente sobre elevações naturais acima do nível das planícies. Na maioria, esses rios descrevem grandes meandros, agravando os derrames no fundo quando ocorrem as cheias. Os derramamentos [*déversements*] são mais catastróficos porque costumam ocorrer na planície onde vive a população – e esse era o caso do rio Vermelho, que flui 5 ou 6 metros acima do nível da planície (LACOSTE, 1972a; 2010a). Isso poderia ser contido por diques construídos em terra compactada na parte superior das elevações, em especial nas margens côncavas mais sujeitas à pressão da corrente.

E assim os camponeses vietnamitas fizeram: desde a idade média eles construíram uma rede de diques, alguns no topo das cordilheiras aluviais, limitando o leito do rio e contendo as enchentes; outras foram construídas, mais ou menos perpendicularmente à primeira rede, atravessando a planície para conter as enchentes que poderiam ocorrer após o rompimento de um ponto da rede de defesas. Finalmente, os diques costeiros concebidos para evitar a invasão da água marinha quando empurradas pelos ventos dos tufões. Lacoste (1972a) calcula em 4 mil quilômetros de diques que devem ser constantemente consolidados para proteger as culturas e

⁴⁶⁷ As aspas são do próprio Lacoste.

⁴⁶⁸ Bien que la presse internationale émit quelques inquiétudes sur cette catastrophe prochaine, l'opinion ne comprenait pas l'enjeu stratégique de ces digues.

⁴⁶⁹ comme dans un manuel de géographie générale.

a vida de 15 milhões de pessoas que vivem na planície do delta do Tonkin. Sem embargo, o rio Sebou tinha duas diferenças em relação ao rio Vermelho: (1) não havia diques em suas margens; e (2) a planície não era superlotada. Essa combinação geomorfológica-demográfica será decisiva no argumento lacosteano, como veremos a seguir. Sendo assim, ele envia o artigo para o jornal Le Monde cuja publicação aparecerá na edição de 07-08 de junho de 1972 (FIGURA 25).



Figura 25. Artigo de Yves Lacoste na edição do Le Monde 7-8/06/1972. Fonte: Arquivos do Jornal Le Monde disponíveis no Biblioteca pública d'informação do Centre national d'art et de culture Georges-Pompidou.

Esse artigo foi fundamental para Raymond Aubrac (1914-2012), engenheiro civil, membro da resistência francesa e amigo de Ho Chi Minh. Em 15 de maio de 1972 o então Secretário-Geral das Nações Unidas, Kurt Waldheim, solicitou que Aubrac fosse vê-lo. Os bombardeios no Vietnã do Norte haviam recomeçado. Waldheim pediu a Aubrac que intervisse junto aos vietnamitas em Paris para lhes transmitir o desejo de encontrar uma solução. Os vietnamitas recusam a intervenção acusando Waldheim de sempre ter apoiado o ponto de vista estadunidense. Era preciso, portanto, evidências públicas do problema vietnamita que fornecesse uma compreensão mais equilibrada do problema (AUBRAC, 1985).

É aí que o artigo de Lacoste veio a calhar. Raymond Aubrac (1985, p.354) aponta que a ocasião apareceu à Kurt Waldheim quando “um artigo do *Le Monde* de 27 ou 28 de Junho de 1972, assinado por um geógrafo, Yves Lacoste⁴⁷⁰” mostravam que os bombardeamentos no delta do rio Vermelho “iriam destruir o duplo sistema de diques que enquadravam o rio, num momento em que o nível das águas estava sobre a planície, o que provocaria a morte de centenas de milhares de camponeses⁴⁷¹”. Então, Aubrac escreveu seis declarações para Waldheim acusando os estadunidenses. Mas Waldheim hesitou. Sem embargo, ele concorda quando Aubrac vai à Roma conversar com o cardeal francês Jean-Marie Villot (1905-1979). Em seguida, o Papa Paulo VI (1897-1978) condenou os bombardeamentos e recorda o texto dos Acordos de Genebra de 1954⁴⁷². A declaração do Papa encoraja Waldheim a realizar uma declaração alertando os EUA acerca das consequências dos bombardeamentos.

Quinze dias depois da publicação do artigo no *Le Monde*, em *Corrèze*, o geógrafo recebe um telefonema⁴⁷³. Do outro lado da linha fazem alusão ao artigo publicado no *Le Monde* e solicita que Lacoste fosse à Hanói. Ele acreditava que se trataria de alguma participação em alguma manifestação anti-imperialista – tal qual ele havia participado, em 1967, durante o Congresso Cultural de Havana. Quem fez a ligação permanece um mistério – ele suspeita do serviço secreto vietnamita. O geógrafo conta para Camille o teor da conversa e sua esposa se

⁴⁷⁰ un article du *Monde* du 27 ou 28 juin 1972, signé par un géographe, Yves Lacoste. Observe-se ainda que Aubrac confunde a data de publicação do primeiro artigo no *Le Monde* (07-08/06/1972)

⁴⁷¹ allaient détruire le double système de digues encadrant le fleuve, à un moment où le niveau des eaux était au-dessus de celui de la plaine, ce qui entraînerait la mort de centaines de milliers de paysans.

⁴⁷² Ocorrida entre e 26 de abril e 20 de julho de 1954, a Conferência de Genebra reconheceu formalmente que “a antiga Indochina Francesa seria agora formada por 4 países: A República Democrática do Vietnã (Vietnã do Norte, socialista); o Estado do Vietnã (Vietnã do Sul, aliado dos Estados Unidos da América); o Reino do Laos (aliado dos EUA); e o Reino do Camboja (neutro, inicialmente aliado dos EUA, posteriormente se aproximou da República do Vietnã). Ainda, previa a existência de uma eleição de reunificação entre os dois Vietnãs. Mas, o governo do Estado do Vietnã se recusou a participar de uma eleição reunificadora. Ho Chi Minh, na época, declarou que a luta pela reunificação do Vietnã seria prolongada, assim como a guerra de resistência havia sido” (COSENZA, 2019, p.16).

⁴⁷³ A princípio, Lacoste achou se tratar de Milton Santos que o havia anunciado uma vinda próxima.

opõe à partida para capital do Vietnã. O motivo: os novos bombardeamentos realizados pela aviação estadunidense. Embora a oposição de Camille, Lacoste volta para Paris e dirige-se para o consulado soviético para solicitar um visto de emergência, dado que para ir ao Vietnã era preciso passar por Moscou.

O geógrafo então se dirige para os escritórios da Aeroflot⁴⁷⁴. Consegue um bilhete de avião para o dia seguinte. Ele então passa em sua casa, em *Bourg-la-Reine*, e leva a tese do grande intelectual promotor da geografia tropical: *Les Paysans du delta tonkinois*, de Pierre Gourou. “Eu não conhecia nada do Vietnã” (Entrevista com Yves Lacoste, 21/07/2022). Tal qual irão reconhecer Bowd e Clayton (2013, p.635): “A exposição de Lacoste sobre a guerra geográfica dependia fortemente de Gourou e aspirava ser um modo de análise que pudesse fazer da geografia um meio de parar em vez de travar a guerra⁴⁷⁵”.

Yves Lacoste embarca então em Paris e é esperado em Moscou. Na capital da URSS dois membros da KGB o aguardam (LACOSTE, 2010a). O geógrafo é conduzido à uma sala junto com vietnamitas que também vão partir para Hanói. O avião é pequeno para poder aterrissar numa pista curta – as do aeroporto de Hanói foram bombardeadas. O voo é longo: “60 horas de avião” (Entrevista com Yves Lacoste, 21/07/2022) e várias escalas para chegar à Tachkent, no Uzbequistão, e Laung Prabang, no Laos. Em contrapartida, ele ganha tempo lendo a tese de Gourou cujo objeto o ensina bastante sobre os braços do rio Vermelho, seus meandros, suas elevações [*levées*] naturais ativas ou antigas que dominam a planície de cerca de 20 metros ao nível de Hanói. Ele também observa os mapas, na tese de Gourou, onde figuram os diques principais.

De acordo com Bowd e Clayton (2019, p.284), embora tivesse havido progresso no sistema hidráulico e proteção contra as cheias desde 1945, Lacoste terminou supondo que os contornos básicos não tinham sido alterados e que o a obra de Gourou ainda era o tratamento mais minucioso da região do delta do Tonkin. Ele também sabia que havia uma tradução inglesa pirata de *Les paysans du delta du Tonkin* encomendada pelo projeto *Human Relations Area Files* – “um consórcio interuniversitário americano baseado em Yale que facilitou a pesquisa intercultural” – e conjecturou que cópias dos mapas e figuras de aldeias e diques acabaram indo parar no Pentágono. Gourou escreveu a Jean Gottmann (1915-1994) em dezembro de 1956 que foi somente por acaso que ele descobriu a tradução pirata em um catálogo, a venda por 6 dólares.

⁴⁷⁴ Companhia de aviação estatal da Rússia fundada em 1923

⁴⁷⁵ Lacoste’s exposition of geographical warfare depended heavily on Gourou and aspired to be a mode of analysis that could make geography a means of stopping rather than waging war.

Um funcionário do Departamento de Estado dos EUA divulgou tempos depois à Lacoste que ele tinha adivinhado o destino dos mapas de Gourou.

Em 29 de julho de 1972, um sábado, Yves Lacoste chegou no Vietnã com uma comissão internacional de inquérito⁴⁷⁶. Entre os membros estavam o estadunidense Ramsay Clark, procurador-geral dos EUA; o irlandês Sean Macbride, presidente da Anistia Internacional; o francês Pierre Weil, especialista em hidrologia; o deputado social-democrata dinamarquês Frode Jakobsen; Gunnar Myrdal; Franck, secretário-geral da comissão de inquérito sobre os crimes de guerra americanos na conferência de Estocolmo; e dois soviéticos, Ina Kolesjnikova⁴⁷⁷ – cirurgiã – e Sr. Louchine. O Sr. Phan My, vice-ministro da Hidráulica, declarou que, em quatro meses, a aviação lançou 170 ataques contra os diques, lançando 1243 bombas. No sábado, as aeronaves destruíram totalmente a eclusa de Lan (província de Thai-Binh, sudeste de Hanói), que fornece irrigação de 48.000 hectares, e diques da província de Thanh-Hoa.

Após chegar na capital vietnamita, Lacoste foi conduzido ao rio Vermelho e à ponte Paul-Doumer⁴⁷⁸. No dia seguinte, visita um hospital com uma delegação de escandinavos, Ramsay Clark e Sean Macbride. As visitas aos hospitais, objetivando constatar os crimes de guerra, impacientam o geógrafo que exige ir ver os diques bombardeados e também os mapas que mostram onde eles foram atingidos. A resposta recebida por Lacoste é que os mapas são um segredo militar.

A situação deixa o geógrafo impaciente e inquieto. Quando retorna ao hotel onde estava alojado, *Le Métropole*, um oficial das forças armadas vietnamita o aguarda. Um militar demanda saber porquê Yves Lacoste quer ir ver os diques que tinham sido bombardeados, assim como os mapas que mostravam onde os diques foram atingidos. Lacoste rebate questionando por que não há fotos mostrando os diques afetados pelos bombardeios e dizendo que os estadunidenses afirmavam que a não-existência das fotografias era a prova de que os bombardeios, por consequência, também não existiriam. Ademais, o geógrafo suspeitava que a escolha dos alvos poderia revelar uma estratégia (LACOSTE, 2010a).

De qualquer modo, Lacoste (2018a, p.183) explica ao militar realizando um paralelo com o Marrocos: “Sou geógrafo, estudei em Marrocos um rio, certamente menor que o rio

⁴⁷⁶ Cf. edição do jornal *Le Monde*, de 01 de agosto de 1972, intitulada *La bataille de Quang-Tri entre dans son second mois*. A matéria é assinada apenas pelo próprio jornal. Por essa razão, não conseguimos desvendar quem era esse autor

⁴⁷⁷ Cf. edição do jornal *Le Monde*, de 27 de julho de 1972, intitulada *La commission américaine des affaires étrangères de la Chambre des représentants vote un amendement en faveur de la cessation du conflit*. Na edição do jornal citada anteriormente, o nome atribuído à cirurgiã soviética é Nina Kashkova.

⁴⁷⁸ Em homenagem à Joseph Athanase Doumer (1857-1932), antigo Governador geral da Indochina (1897-1902).

Vermelho, mas também o rio Sebou corre sobre a planície⁴⁷⁹”. Ele não menciona que leu a tese de Pierre Gourou, mas constrói uma hipótese ao dizer que a ruptura dos diques era mais provável se fossem atacados na parte côncava de um meandro, vez que é justamente nessa parte que a pressão da corrente se exerce.

O militar foi, provavelmente, consultar seus superiores. Retornou depois informando duas coisas: (1) partiriam naquela noite rumo ao rio Vermelho; e (2) Lacoste teria acesso aos mapas. O militar com quem o geógrafo travou esses diálogos era o coronel Ha Van Lau. Este havia sido adjunto do grande general vietnamita Vo Nguyen Giap⁴⁸⁰ (1911-2013), na gloriosa batalha de Diên Biên Phu. Assim, Lacoste foi acompanhado no trabalho de campo por Ha Van Lau e uma pequena escolta em dois Jeep soviéticos. O intuito era chegar antes do dia aos diques atacados. Para tanto, era necessário passar a noite por vários braços do rio Vermelho em balsas. Os diques mais próximos de Hanói não haviam sido atacados porque as aldeias posicionadas em antigos levantamentos naturais estão acima da planície inundável.

Quando o geógrafo recebe os mapas, suas observações sobre a distribuição dos bombardeamentos dos diques se mostram acertadas. A experiência de campo revelará a estratégia de bombardeamento. Lacoste, Ha Van Lau e sua escolta, testemunharam *de visu* um ataque de caça-bombardeiro enquanto estavam em um dique sensível, perto da margem côncava de um meandro. A aviação lançou dois torpedos na terra compacta do dique. As etapas de ataque eram as seguintes: (1) a aviação estadunidense realiza uma primeira passagem de elevada altitude; (2) uma segunda passagem, um pouco mais baixa, para escolher melhor o alvo; (3) finalmente, a última passagem com altitude mais baixa ainda, para lançar a bomba ou o torpedo com precisão, na elevação natural, sem tocar diretamente o dique (LACOSTE, 2010a). O geógrafo explica que essa técnica não causa grandes explosões, o que elucidaria a ausência de vestígios de impactos e fotos dos diques destruídos [*éventrées*]. O objetivo não era destruir o dique, mas enfraquecê-lo ao ponto de ceder quando o período das cheias chegasse. Assim, seriam as cheias, e não os bombardeamentos que causariam a destruição.

As outras observações feitas por Lacoste (2010) revelam um elevado nível de conhecimento geomorfológico. Os pontos de bombardeamento dos diques não se situavam nem na parte alta do delta, a montante, tampouco na parte baixa, na proximidade do mar – ainda que tenham sido atingidas represas e uma eclusa que impedia a entrada da água do mar nos arrozais.

⁴⁷⁹ Je suis géographe, j’ai étudié au Maroc un fleuve, certes bien moins gros que le fleuve Rouge, mais le Sebou coule lui aussi au-dessus de la plaine.

⁴⁸⁰ Cujas principais publicações militares em português são: *Armamento das massas revolucionárias: edificação do exército do povo* (GIAP, 2020 [1974]); e *Guerra do povo, exército do povo* (GIAP, 2020 [1961]). Essa última obra recebeu um prólogo à edição cubana escrito pelo revolucionário Ernesto “Che” Guevara (2020 [1964]).

Os bombardeamentos eram feitos, na quase totalidade, na parte média do delta. O geógrafo considerava que, na parte alta do delta, a ruptura dos diques causaria um número relativamente reduzido de vítimas, pois a maioria das aldeias não se encontra em baixo [*contrebas*], mas sobre elevações [*levées*] naturais, vestígios de antigos cursos do rio Vermelho que foram abandonados à medida que foram descarregados [*déversements*] na planície. Na parte baixa do delta, os níveis de elevação e os diques são baixos, portanto, as rupturas não teriam consequências muito graves. Contudo, na parte média do delta os braços do rio e suas elevações [*levées*] afastam-se progressivamente, numerosas aldeias encontram-se na planície, e é nessa zona que as rupturas provocariam uma verdadeira catástrofe.

Restava entender por que havia tão poucos diques destruídos [*éventrées*]. Lacoste (2010) explica que havia nos arrozais linhas de crateras de bomba na proximidade dos diques, mas elas praticamente não eram atingidas. Disseram-lhe então que eram os camponeses que faziam os reparos. Estes preparavam reservas de terra perto dos pontos onde os diques tinham sido atacados pela aviação americana nos anos 1967-1968 para tentar obrigar Hanói a cessar de apoiar os vietcongues⁴⁸¹ que combatiam no Vietnã do Sul. O geógrafo relembra que os ataques haviam sido sustados após a abertura, em Gif-sur-Yvette, de negociações entre os beligerantes. Quatro anos depois, ele observa, os diques foram atacados nos mesmos pontos, na parte côncava dos meandros, denotando uma estratégia deliberada.

Dias depois, mostraram a Lacoste que uma grande eclusa tinha sido destruída com o objetivo de impedir o escoamento para o mar das águas da chuva e do rio. Em consequência, vastas extensões de arrozais submergiram. A aviação estadunidense bombardeou inclusive um leprosário, outrora construído pelos franceses, com o intuito de provocar a fuga dos doentes e semear a lepra. Embora desaprovado por Ha Van Lau e a escolta, o geógrafo foi ver os efeitos do ataque nas terras do leprosário. Ele descobre, por baixo do dique que ainda não havia sido reparado, uma pequena cratera de um torpedo. Este torpedo, quando entrou profundamente na terra, explodiu e provocou uma série de fissuras concêntricas que o fragilizavam. Dessa forma, com a chegada das monções o dique cederia “naturalmente” sob pressão das cheias. Ademais, isso explica porque nas fotografias aéreas os diques pareciam intactos. Ha Van Lau confirmou que a maior parte dos ataques aos diques tinham sido realizados por meio de torpedos e que

⁴⁸¹ Conforme Visentini (2008, p.63), vietcongue significa, literalmente, comunistas vietnamitas. Essa foi a forma que a propaganda estadunidense e do Vietnã do Sul se referiam à Frente Nacional para a Libertação do Vietname, movimento político cujo braço armado, o Exército de Libertação do Vietnã do Sul, era formado por sul-vietnamitas que combateram junto ao exército do Vietnã do Norte.

alguns explodiam atrasados – o que tornava os trabalhos ainda mais penosos (LACOSTE, 2010a; 2018a).

Então, o coronel Ha Van Lau entregou uma cópia do mapa dos pontos de bombardeamento sobre os diques dos principais braços do delta, assim como ao longo das costas do golfo de Tonkin, onde as marés são muito fortes. Lacoste (2018) diz ter repetido que os canais que sulcam a planície não eram de irrigação, mas sim canais de drenagem, cuja função era evacuar as águas pluviais que arriscavam submergir os arrozais. Os diques, explica o geógrafo, foram construídos em terra compactada pela mobilização do povo vietnamita. Quando voltou à Hanoi, Lacoste conversou com Pham Van Dong (1906-2000). O então primeiro-ministro do Vietnã do Norte conhecia a tese de seu ex-mestre Pierre Gourou pois, entre outras coisas, Gourou havia sido “professor de geografia e história numa escola francesa em Saigon” (BURCHETT, 1967 [1966], p.197). O revolucionário agradeceu o geógrafo e, em razão da iminência da grande cheia anual, demanda o retorno o mais rápido possível para a capital francesa, para escrever no *Le Monde*, os resultados da pesquisa (LACOSTE, 2010a).

Antes de avançar, é importante destacar que Pierre Gourou foi também professor de história e geografia de outro grande revolucionário vietnamita. Yves Lacoste conta que, certa vez, Gourou o convidou para uma palestra em Bruxelas e pediu também que fosse lhe visitar. Quando Lacoste chegou à residência de Gourou, em fevereiro de 1990, este lhe entrega uma carta datada dos anos em que fora professor do *lycée* de Hanói. Mais precisamente no *lycée* Albert Sarraut⁴⁸² (KLEINEN, 2005). A carta começava com os seguintes dizeres: “Senhor professor, eu realizei, eu creio que o melhor possível, as investigações que o senhor me encarregou em tal e tal aldeia.” Além de dizer quais eram as aldeias, o autor da carta agradecia Gourou e sobretudo esperava que este encontrasse utilidade – provavelmente na pesquisa que havia realizado para o professor. Lacoste supõe que, possivelmente, Gourou pagou o autor da carta para realizar algum tipo de pesquisa em determinadas aldeias. No final da carta, lia-se: “eu permito-me formular um dos meus sonhos, é ser geógrafo”. Quem assinava a carta era ninguém mais ninguém menos que Vo Nguyen Giap, o grande general vietnamita que Lacoste havia encontrado no Vietnã. Ele era um excelente professor, contou Giap. E, segundo Lacoste, Gourou estava bem feliz de mostrar essa carta (Entrevista com Yves Lacoste, 19/04/2022).

Quem nos dá a pista de que trabalho Giap efetivou nas aldeias e esperava que Gourou encontrasse utilidade são John Kleinen (2005), assim como Gavin Bowd e Daniel Clayton

⁴⁸² Homenagem ao Governador-Geral da Indochina Francesa Albert Sarraut (1872-1962). Sarraut foi Governador-Geral entre 1912-1914 e 1917-1919 e Presidente em exercício da Assembleia da União Francesa (BOWD; CLAYTON, 2019)

(2019). Giap havia sido posto em liberdade condicional em 1931 e foi enviado para Hanói, onde vai estudar com Gourou no *lycée*. O que explica essa liberdade condicional para alguém sancionado por atividade sediciosa? Bowd e Clayton (2019) argumentam que ele foi ajudado por um dos ex-comissários de polícia de Sarraut, chamado André Louis Marty. Marty provavelmente aprovou a libertação do revolucionário com o intuito de cooptá-lo para os franceses. Por dois anos Giap vai ser aluno de geografia e história de Pierre Gourou.

Eles passaram um bom tempo juntos, e Gourou lembrou bem o fascínio de seu pupilo por suas aulas sobre a história da guerra europeia, e particularmente a estratégia de Napoleão em Austerlitz. Gourou escreveu sobre a “indiferença tropical” de seus “alunos anamitas trabalhadores” na escola, e posteriormente empregou Giap para coletar dados para ele sobre as aldeias de Annam⁴⁸³ (BOWD; CLAYTON, 2019, p.65).

Giap trabalhou com o geógrafo sobre os tipos de habitação no Vietnã e Gourou usou essa pesquisa num trabalho de pré-dissertação intitulado: *Esquisse d'Une Étude de l'Habitation Annamite dans l'Annam Septentrional et Central du Thanh Hoá au Binh Dinh*. De acordo com Kleinen, Pierre Gourou não faz menção à colaboração de Giap nesse trabalho datado de 1936, “mas talvez isto tenha menos a ver com sua tática autoral de não nomear ou reconhecer formalmente seus assistentes do que com o fato de Giap ter sido um ex-detento político⁴⁸⁴” (KLEINEN, 2005, p.348). Além disso, o futuro general vietnamita ajudou Gourou a coletar dados para sua “tese suplementar⁴⁸⁵” em 1935. O geógrafo utilizou as “notas de campo de Giap e os desenhos de casas em várias províncias ao longo da costa central⁴⁸⁶” (KLEINEN, 2005, p.349)

Antes de retornar à França, o geógrafo pediu aos seus contatos vietnamitas para não divulgarem as informações sobre os diques até que o artigo fosse publicado no *Le Monde*. Rememorando a viagem, Lacoste considera que, provavelmente, tenham sido os serviços secretos do Vietnã e da URSS que o haviam convocado antes da inundação do rio Vermelho. Ele suspeita que Nguyen Van Chi, marido de uma colega geógrafa⁴⁸⁷, sabia como contatá-lo. Segundo Lacoste (2018), Van Chi fez parte da onda de vietnamitas que foram levados para a

⁴⁸³ They spent a good deal of time together, and Gourou remembered well his pupil’s fascination with his classes on the history of European warfare, and particularly Napoleon’s strategy at Austerlitz. Gourou wrote of the “tropical nonchalance” of his “hardworking Annamite pupils” at the school, and subsequently employed Giáp to collect data for him on Annam villages.

⁴⁸⁴ but perhaps this has less to do with his authorial tactic of not naming or formally acknowledging his assistants as it does with the fact that Giap was a former political detainee.

⁴⁸⁵ “supplementary thesis”.

⁴⁸⁶ Giap’s fieldnotes and drawings of houses in several provinces along the central coast.

⁴⁸⁷ Lacoste não diz quem é essa colega geógrafa.

França entre 1939-1940 para a rizicultura em *Camargue*, região sul daquele país. Ele foi membro da Resistência e depois se engajou no PCF, enquanto mantinha contato com as redes de Charles de Gaulle. O geógrafo conta ainda que Van Chi desempenhou papel importante quando Ho Chi Minh e Pham Van Dong foram à Paris, em 1946, discutir as condições de pertencimento do Vietnã à União Francesa – uma clara tentativa de manter o carcomido Império Francês. Pierre Gourou e o almirante Georges Thierry d'Argenlieu (1889-1964) apoiavam essa iniciativa. De acordo com o geógrafo, foram d'Argenlieu, os proprietários de plantações de borracha e os comunistas pró-China que torpedearam as negociações. Para ele, esse foi o início da guerra da Indochina. Lacoste está parcialmente correto. Consoante Visentini (2008, p.41), d'Argenlieu, de fato, conseguiu convencer Charles de Gaulle e vetar negociações com o Viet Minh⁴⁸⁸ após um regimento francês: (1) ocupar Saigon e as principais cidades da Cochinchina; (2) avançarem para a porção setentrional vietnamita pelo litoral; e, por consequência, (3) o Viet Minh abandonar as cidades e se dirigindo para as florestas e regiões de pântano. Não obstante, tais fatos estão longe de serem as razões fundantes do sangrento conflito. O que fica na sombra nessa perspectiva é a clara tentativa da França em manter o estatuto, no mínimo, semicolonial do Vietnã no seio da União Francesa. Lacoste se “esquece” de três fatores: (1) foram os franceses que desrespeitaram o Acordo Preliminar, segundo o qual a República Democrática do Vietnã permitia que tropas francesas desembarcassem no Norte e no Centro do Vietnã; (2) foram os franceses que desrespeitaram o *modus vivendi*, acordo assinado em 14 de setembro de 1946 que reconhecia os interesses econômicos e culturais da França no Vietnã (CHINH, 2021 [1947], p.37-39); (3) que foram os franceses que bombardearam Haiphong em 23 de novembro de 1946 “matando 6 mil civis vietnamitas” (ROUBICEK, 1984, p.50). Anticolonial, mas nem tanto.

Quando retornou à Paris, em 13 de agosto de 1972, Lacoste visitou a sede do *Le Monde*. Em 16 de agosto o jornal organizou uma conferência de imprensa. Além do geógrafo, participou Daniel Mandelbaum – engenheiro de minas, especialista em problemas de mecânica dos solos e construtor de diques. As conclusões preliminares da Comissão foram apresentadas, tendo sido apresentadas várias precisões técnicas⁴⁸⁹. Mandelbaum desmentiu as afirmações estadunidenses segundo as quais os diques seriam sumários e mal mantidos. Pelo contrário, insistiu nos esforços

⁴⁸⁸ Abreviação de Việt Nam Độc Lập Đồng Minh Hội, ou seja, a Liga pela Independência do Vietnã. Foi fundado por Ho Chi Minh em 1941 com o intuito de conseguir a independência vietnamita da França e do Japão – quando o Vietnã foi ocupado durante a Segunda Guerra Mundial.

⁴⁸⁹ Cf. edição do jornal *Le Monde*, de 18 de agosto de 1972, intitulada *Hanoï fait des efforts considérables pour la réparation des digues*. A matéria é assinada apenas pelas iniciais do autor: P. de B. Por essa razão, não conseguimos desvendar quem era esse autor.

feitos pelos norte-vietnamitas para reparar os diques e os preparativos efetuados com vista a eventuais inundações ou bombardeamentos. Os diques resistiram a cinco maus anos e às inundações catastróficas de 1971. Para ele, as bombas que caem ao lado dos diques são mais perigosas do que as que lhes batem com força total; os danos causados (abalo das fundações, perigos de infiltração, etc.) são muitas vezes indetectáveis.

Yves Lacoste afirmou que era impossível negar a materialidade dos bombardeamentos, cujos efeitos tinham sido vistos em dez locais repartidos pelas três regiões mais afetadas: distrito de Nam-Sach, sul da província de Tai-Binh e as províncias de Nam-Dinh e de Ninh-Binh. De acordo com o geógrafo, os bombardeamentos foram efetuados em pontos críticos, muito conhecidos desde a publicação, em 1936, da obra do geógrafo francês Pierre Gourou, *Les Paysans du delta tonkinois*, traduzida em 1955 pela administração estadunidense.

Jornalistas franceses e estrangeiros questionaram a pesquisa do geógrafo haja vista ele havia sido membro do PCF – cuja saída da organização datava de 1956 – e isso o tornava suspeito aos olhos dos comunistas vietnamitas. Ele começou falando durante cinco minutos sem ser interrompido e apresentou o mapa dos pontos de bombardeamento. E continuou falando nos 45 minutos seguintes (LACOSTE, 2010a).

O jornal publica o mapa do delta do rio Vermelho representando os diques e os pontos bombardeados, assim como o texto do geógrafo (FIGURA 26). Nele, Lacoste contabiliza – entre 16 de abril e 31 de julho de 1972 – 150 ataques; em 96 lugares diferentes o conjunto das obras hidráulicas foram atingidas gravemente. A comissão internacional de pesquisa sobre os crimes de guerra concentrou suas investigações sobre a região do delta do rio Vermelho, onde se encontravam o maior número de pontos bombardeados: 58 pontos dos 96 lugares atacados. Além disso, era nessa região que a ameaça era maior de inundações mais graves, graças à potência dos rios que a atravessam.

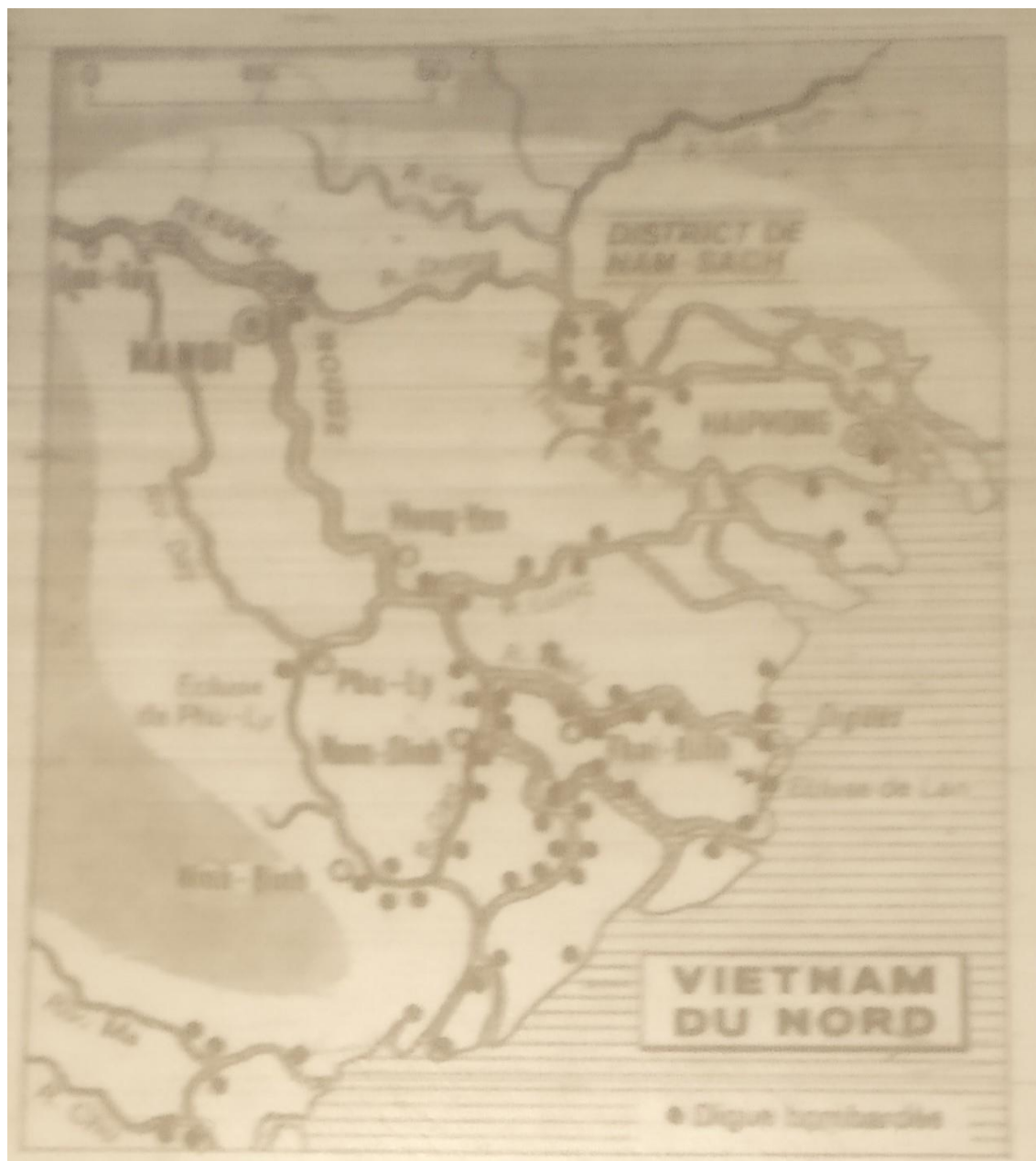


Figura 26: o mapa dos bombardeamentos. LACOSTE, 1972b.

A postura do governo dos EUA era hesitante: num primeiro momento, negou os bombardeios sobre os diques; depois passou a admitir que eles poderiam ter sido atingidos em razão da presença de objetivos militares “em sua vizinhança imediata⁴⁹⁰” (LACOSTE, 1972b); finalmente, desmentiu que os ataques tenham visado as obras hidráulicas de uma maneira deliberada. Donde a explicação do título do artigo no *Le Monde*. O raciocínio lacosteano combina argumentos geomorfológicos – principalmente –, demográficos e climáticos. Numa palavra: uma análise geográfica. Acompanhem.

⁴⁹⁰ en leur voisinage immédiat.

Lacoste (1972b) examinou o mapa dos pontos onde os diques foram atingidos. Com exceção de quatro casos, 54 dos 58 pontos bombardeados se situavam na parte oriental do delta, desde o distrito de Nam-Sach ao Norte, a província de Tai-Binh e aquelas de Nam-Dinh e de Ninh-Binh ao Sul. O governo dos EUA, embora reconhecesse esse fato, argumentou que os bombardeamentos cujo objetivo era provocar grandes inundações incidiam sobre a parte ocidental do delta. Todavia, a parte ocidental era a justamente a parte poupada. Então, o geógrafo parte para examinar as condições geográficas. Reparemos

De modo esquemático, o delta do rio Vermelho pode ser dividido em duas partes: no oeste – no alto delta – os rios que desembocam diretamente de montanhas submetidas à uma violenta erosão, construíram numerosas protuberâncias [*bourrelets*] aluviais: tanto aquelas nas quais correm atualmente os rios, quanto aquelas resultantes de numerosas mudanças de curso dos rios antes de seu represamento; já no leste – no baixo delta – os rios que depositaram a montante a maior parte de seus aluviões, correm sobre as elevações naturais mais baixas separadas por vastas extensões mais ou menos planas, cuja altitude é bastante baixa.

Lacoste (1972b) explica que os cursos d'água e os diferentes braços do rio Vermelho divergem para o mar. Por consequência, é na parte oriental do delta que se encontra a maior parte das extensões submersíveis. No alto delta, a maior parte das aldeias se encontram no topo das numerosas protuberâncias [*bourrelets*] aluviais que dominam as regiões baixas; já no baixo delta, a maior parte das aldeias se encontra abaixo [*contrebas*] dos rios, sob extensões inundáveis – desde que os diques se rompam (ou sejam rompidos). E, ao contrário do que dizia o governo estadunidense, é justamente essa parte do delta o alvo de todos os ataques. Se os bombardeamentos visassem os objetivos militares, deveriam distribuir-se por toda parte oriental do Delta (Hanói). Curiosamente, a capital vietnamita, sujeita a numerosos bombardeamentos, não tinha seus diques afetados. A conclusão a que o geógrafo chega acerca desse *primeiro nível de análise geográfica* – eminentemente *topográfico* – é considerar que o bombardeamento dos diques na parte oriental do delta era deliberado, dado que se localizavam onde os efeitos poderiam ser mais graves.

O geógrafo passa então ao “outro nível de análise geográfica⁴⁹¹” (LACOSTE, 1972b), versando sobre a organização do *sistema hidráulico*. Exemplifica com a parte sul da província de Thai-Binh, entre o curso do rio Vermelho ao sul e aquele de um dos seus braços, que forma o rio Traly – ao norte. Esses dois cursos d'água, que correm sobre uma protuberância [*bourrelet*] aluvial, delimitam uma espécie de calha [*gouttière*] se abrindo para o mar – na

⁴⁹¹ autre niveau d'analyse géographique.

direção leste. A valorização desse “armário” [*casier*], onde viviam naquele momento 600 mil pessoas, foi possível quando os diques fluviais foram construídos, assim como os diques costeiros – cuja função é impedir a invasão das águas marinhas. Sem embargo, torna-se necessário evacuar na maré baixa as águas da chuva que caem na calha. Essa é a função da importante eclusa de Lan. Os bombardeamentos visavam, também, esse ponto decisivo do complexo sistema hidráulico. Lacoste conta que entre 24 de maio e 29 de julho a eclusa de Lan foi atacada nove vezes (FIGURA 27). Ela foi destruída e, não obstante, a aviação estadunidense tornou a atacá-la por três vezes na primeira semana de agosto. O objetivo era tornar impossível a reparação da parte dos camponeses vietnamitas. Isto posto, as águas não podiam escoar para o mar e se acumulava nos arrozais – gerando perdas, obviamente.

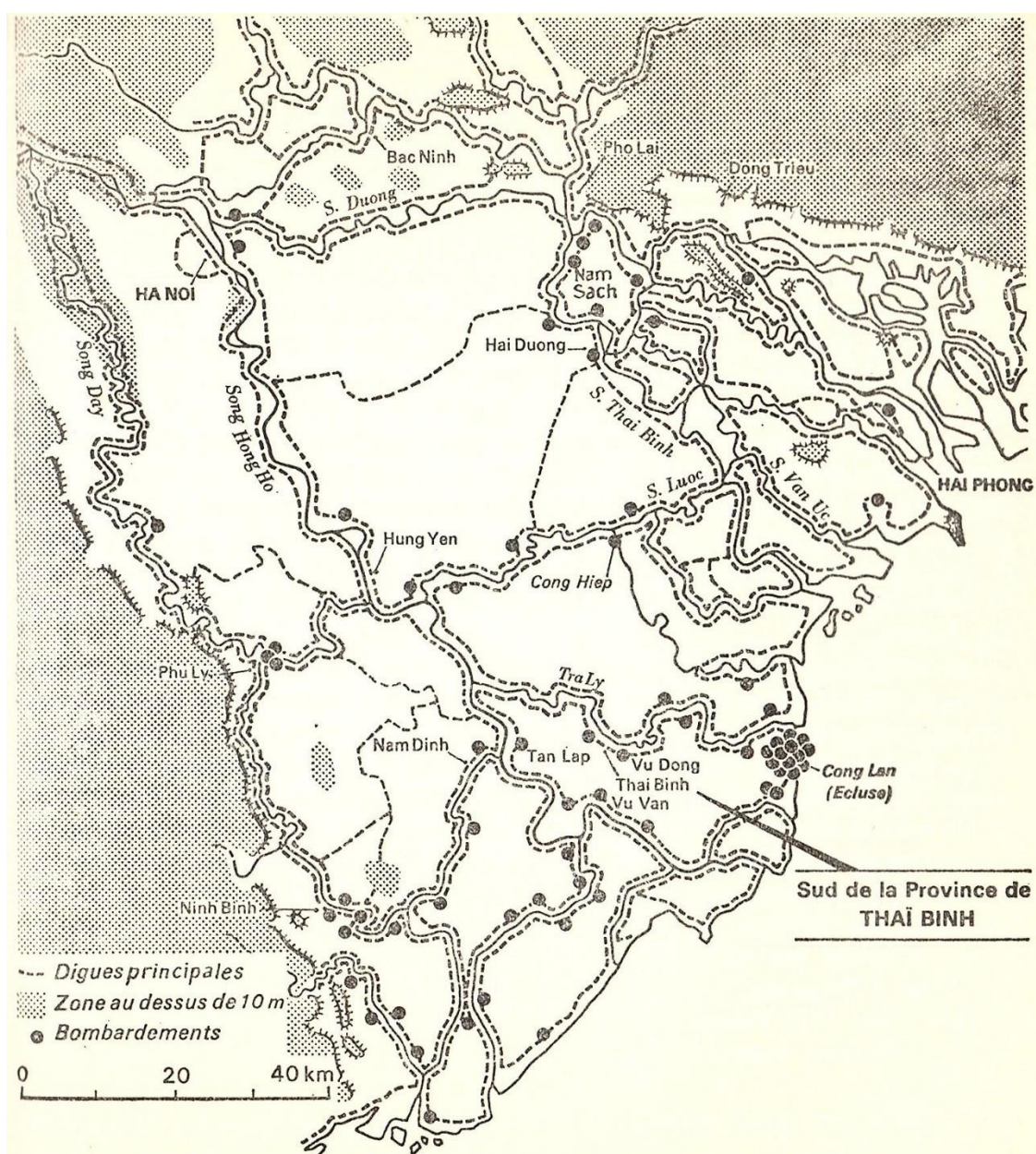


Figura 27. Mapa do bombardeamento dos diques entre maio e julho de 1972. Fonte: LACOSTE, 1980b, p.151.

O terceiro nível de análise era o *populacional*. Podemos dizer que esse nível era o resultado dos outros dois. Nesse caso, era resultado da combinação da destruição do complexo sistema hidráulico e do comprometimento da rizicultura – base da dieta vietnamita. Além disso, havia as bombas-relógio [*bombes à retardement*]. Lacoste computa quatro bombardeamentos nos diques do rio Traly, ao norte, e três no rio Vermelho, ao sul. As bombas, tal qual grafamos anteriormente, visavam os diques da parte côncava dos meandros – local de maior pressão das correntes durante as cheias. Das 14 bombas lançadas em 14 de julho no dique do rio Vermelho, na proximidade da aldeia de Tan-Lap, 13 explodiram em diversos intervalos que variavam de 6 horas até 21 dias (LACOSTE, 1972b).

Em resumo, a operação em Thai-Binh (FIGURA 28) objetivava: (1) provocar brechas nos diques. Estes, ainda que fossem reparados, poderiam se romper quando das cheias ocasionadas pelas monções. A água da chuva dificultaria a compactação adequada da terra restando os diques em estágio muito frágil; (2) bloquear a eclusa de Lan para impedir a evacuação das águas para o mar. Dessa maneira, parte dos arrozais seria inundada comprometendo a subsistência de 600 mil pessoas (LACOSTE, 1972b). Se as chuvas de monções fossem muito fortes, ocasionariam cheias diretamente proporcionais. Como resultado, as aldeias que se encontram abaixo [*contrebas*] das protuberâncias [*bourrelets*] aluviais corriam o risco de serem abruptamente submergidas, desde que os diques se rompessem – seja no local dos reparos, seja em virtude de novos bombardeamentos.

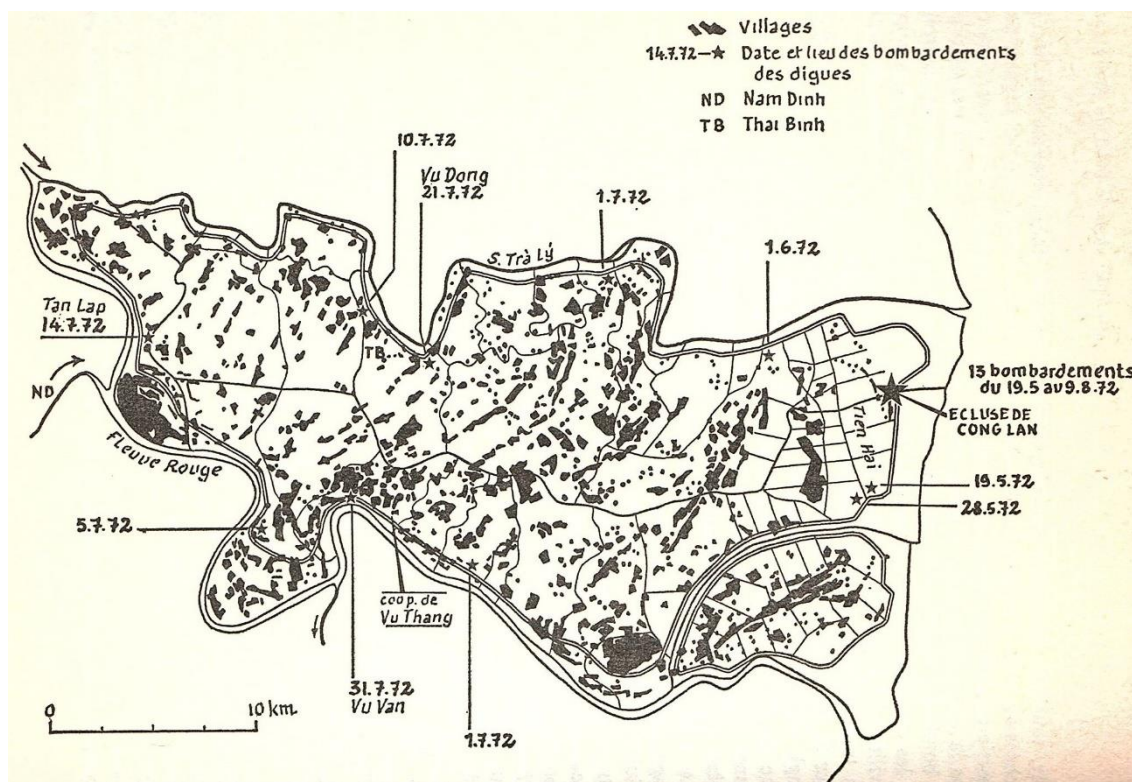


Figura 28. Mapa dos bombardeamentos em grande escala na província de Thai-Binh e Nam Dinh. Fonte: LACOSTE, 1980b, p.156.

Por fim, duas constatações. (1) Lacoste observa uma diferença entre os bombardeios na época de Lyndon Johnson e no período Richard Nixon. No primeiro caso, os bombardeios paravam antes da temporada de águas cheias; no segundo caso, não havia indícios de que cessariam. A 7ª Frota da Marinha dos EUA bombardeava constantemente os diques costeiros; e (2) a fábrica de Nha May Gho Khi, nas proximidades de Hanoi, foi arrasada em 05 de agosto por um bombardeamento intenso (bombas de 2 mil libras) e preciso. Qual a importância dessa fábrica? Ela fornecia o material necessário para a reparação das eclusas e outras obras hidráulicas. Era mais uma evidência do caráter sistemático e global da ação levada a cabo pelos EUA.

Jornais de todo mundo adquiriram a edição do *Le Monde*, inclusive nos EUA e Japão. Bowd e Clayton (2019, p.284) informam que “uma versão mais longa” – com um mapa detalhado e provas fotográficas onde as bombas tinham caído – “foi apresentada em várias conferências e no semanário marxista estadunidense *The Nation*⁴⁹²”. A obra de Gourou seria fundamental para Lacoste desmentir a Casa Branca e o Pentágono mostrando que ocorreu no Vietnã uma tentativa orquestrada de atingir os diques nos locais que causariam danos máximos

⁴⁹² was presented at various conferences and in the American Marxist weekly *The Nation*.

nas áreas circunvizinhas. Além disso, ele também lançou mão das imagens estéticas dos diques de Gourou⁴⁹³ que mantinham uma bela e vulnerável paisagem de arroz, onde as pessoas viviam numa delicada e complexa harmonia com a natureza. Se os EUA politizaram a obra de Gourou de uma maneira imperialista, Lacoste também a politizou, mas de uma maneira anti-imperialista. Japão, França e agora EUA: o Vietnã se credenciava a ser um verdadeiro cemitério de impérios.

Consoante o geógrafo, vinte anos depois – portanto em 1992 – Raymond Aubrac contou-lhe que quando de sua estadia na capital italiana, na FAO, ele tinha chamado o bispo da Igreja Católica – Agostino Casaroli (1914-1998) – para que o Papa Paulo VI telefonasse ao então presidente dos EUA, Richard Nixon. O objetivo da ligação era transmitir a inquietude causada pelos bombardeamentos dos diques. Os bombardeamentos são discretamente detidos.

No Congresso de Montreal da União Geográfica Internacional, em agosto de 1972, o então presidente Jean Dresch, apoiado por Pierre George, fez uma declaração pública contra o bombardeamento dos diques. Ademais, Yves Lacoste seria convidado para conferências por diversos movimentos contra a guerra imperialista dos EUA no Vietnã. Um exemplo foi uma conferência de imprensa em Berna, Suíça. Os jornalistas ali presentes não escondiam seu apoio às teses do presidente Nixon. Lacoste conta que a atmosfera era tensa e os jornalistas colocavam questões em todos os sentidos. O geógrafo então pediu para mostrar o mapa dos bombardeios. Começou a analisar e depois de uma hora continuava a falar, em total silêncio, pois os jornalistas estavam chocados (LACOSTE, 1976b).

Outro exemplo é o dos *quakers* americanos. Contudo, estes não conseguiram fazer o geógrafo entrar na suposta “pátria da Liberdade”. Isso porque ele foi proibido de lá se alojar [*séjour*] durante mais de vinte anos (GIBLIN, 2014). Prova da justeza de seu raciocínio, exclama Giblin. Terminou indo para Quebec onde foi acolhido por Rodolphe de Konick – geógrafo especialista em Sudeste Asiático.

Cumprindo o que Truong Chinh⁴⁹⁴, ex-secretário do Partido Comunista do Vietnã, havia profetizado nos idos de 1947 – *a resistência vencerá*⁴⁹⁵ – os imperialistas estadunidenses são expulsos em 1973. Nixon renuncia em 9 de agosto de 1974 depois do escândalo de Watergate.

⁴⁹³ Os extratos (*morceaux choisis*) Belezas do Delta (*Beautés du Delta*) de Pierre Gourou foram publicados na primeira edição de *Hérodote*.

⁴⁹⁴ Conforme Burchett (1967 [1966], p.140), Truong Chin é um dos “quatro grandes” entre os veteranos fundadores do Partido Comunista da Indochina e suas Forças Armadas, e os outros são Ho Chi Minh, Vo Nguyen Giap e Pham Van Dong.

⁴⁹⁵ Trata-se de uma série de artigos que assentavam os princípios modernos para uma “guerra longa”. Os artigos foram escritos objetivando “estimular e despertar a confiança na guerra de resistência contra os franceses” (BURCHETT, 1967 [1966], p.140).

Paulatinamente, a opinião pública internacional começa a se desinteressar pelo país. Os vietcongues, alcunha pela qual ficou conhecida a Frente Nacional de Libertação do Vietnã, com seu Exército de Libertação do Vietnã do Sul eram apoiados pelas tropas do Vietnã do Norte. Essas tropas se uniam ao Sul passando pelo Camboja, ainda objeto de bombardeios dos EUA. Brett Morris (2017) calcula que, de 1965 a 1973, a Força Aérea dos EUA bombardeou mais de 230 mil lançadores em mais de 113 mil pontos. Aliás, embora a tonelagem exata de bombas esteja em disputa, uma estimativa conservadora computa 500 mil toneladas. O terrorismo aéreo dos EUA no Camboja foi expresso também em números por Moniz-Bandeira (2005, p.290):

Mais de 250.000 toneladas de bombas foram usadas na campanha de 1973, uma quantidade maior, em meio ano, do que contra o Japão em toda a Segunda Guerra Mundial. A colheita de arroz no Camboja, da ordem de 3 milhões de toneladas métricas por ano, na década de 1960, chegando a alcançar 3,8 milhões de toneladas em 1969, caiu para 953.000 toneladas em 1972-1973, e 493.000, em 1974, como consequência dos bombardeios. Metade dos animais pertencentes aos camponeses cambojanos, inclusive os de tração, foi dizimada. Até os peixes, fonte de proteína da população, foram mortos, porque mais da metade dos rios e mananciais de água fresca situavam-se nas zonas dominadas pelos comunistas.

Em janeiro de 1975, os vietcongues lançam, desde os pântanos do delta, uma súbita ofensiva em direção a Saigon. A ofensiva foi repelida. Desde março o exército do Vietnã do Norte ataca bruscamente nos planaltos abandonados pelas forças estadunidenses. Em 11 de março, o exército de Giap toma a cidade de Ban Me Thuot. Em 15 de março o governo de Saigon anuncia a evacuação completa dos planaltos. Quang Tri, cidade na planície até então bem defendida, e a cidade de Hué, foram abandonadas. Isso provocou uma fuga de parte das populações litorâneas e uma grande parte do exército para o Saigon. Em abril, na planície norte da capital do Vietnã do Sul, o exército sul-vietnamita inicia uma última resistência na esperança que a aviação estadunidense finalmente voltasse a intervir. Os estadunidenses, em vez de bombardearem, fogem do Vietnã do Sul e evacuam a embaixada (LACOSTE, 2018a). Finalmente, Saigon será conquistada em 30 de abril de 1975 – selando o fim definitivo da guerra e a vitória completa, total e irrestrita do heroico povo vietnamita.

IX – O engajamento em Cuba, segundo tempo: a pesquisa sobre a estratégia do *foco* em *Sierra Maestra*. Lacoste crítico de Debray e o aparecimento do conceito de geografismo

Ainda no ano de 1972, depois de regressar de Hanoi, dirigentes cubanos solicitaram à Yves Lacoste retornar à Ilha. Lacoste (2010a) explica que após a tomada do poder por Fidel Castro em janeiro de 1959, a estratégia por ele aplicada em *Sierra Maestra* tornou-se um modelo para muitos movimentos revolucionários na América Latina. Sem embargo, antes dessa estratégia vitoriosa, Fidel tinha considerado outra: o *foco*. Investigar tal estratégia permitiria compreender o fracasso de Che Guevara – por exemplo, na Bolívia. Além disso, dois aspectos o inculcavam: (1) qual a estratégia Fidel tinha previsto e preparado; e (2) como e por que o revolucionário havia conseguido triunfar a partir da montanha. A hipótese: o refúgio em *Sierra Maestra* deveu-se à derrota sofrida em dezembro de 1956, no início da expedição a bordo do iate *Granma* – “barco de transporte de turistas reformado, com capacidade para 25 pessoas” (AYERBE, 2004, p.34). São aspectos que colocam problemas de prática geográfica e de escolha estratégica (LACOSTE, 1977c). Então, o geógrafo propõe esses objetos de investigação aos dirigentes cubanos, que terminam por autorizar e conceder os meios de pesquisar em campo.

Destarte, em 1973, Yves Lacoste reencontra Juan Pérez de la Riva e passam a circular em *Sierra Maestra*. Numa localidade ao sopé da montanha, Pérez de la Riva apresenta um cacique, chefe dos camponeses que resistiam – na montanha – aos capangas [*hommes de main*] dos grandes proprietários. Lacoste (2010a) diz que esse cacique, em dezembro de 1956, concordou em acolher Fidel Castro e seus companheiros que eram então fugitivos após “o ataque devastador no dia 5 de dezembro” das forças de Fulgêncio Batista na Praia dos Colorados (AYERBE, 2004, p.35). O geógrafo queixa-se desse personagem histórico, o cacique, ter permanecido discreto no “panteão do castrismo” e atribui a ele um papel decisivo no início da “epopeia castrista”. Por quê esse ostracismo do cacique? Não se sabe se foi o próprio cacique e/ou Pérez de la Riva que confluíram para a resposta de Yves Lacoste. Este atribui o ostracismo à motivos puramente morais: porque praticava o vudu, fazia girar as mesas, e tinha sem dúvida uma centena de filhos, proporcionalmente ao número das suas conquistas femininas, tudo isso não foi considerado muito apresentável para um “marxista revolucionário”⁴⁹⁶ (LACOSTE, 2010a, p.103).

⁴⁹⁶ [...] car il pratiquait le vaudou, faisait tourner les tables, et avait sans doute une centaine d'enfants, au prorata du nombre de ses conquêtes féminines, tout cela ne fut pas jugé très présentable pour un « marxiste révolutionnaire ».

O alvo intelectual do geógrafo era o defensor da estratégia do foco, Régis Debray. Consoante Lacoste, Debray entendia que o triunfo de Fidel contra a ditadura de Fulgêncio Batista – vassala do imperialismo estadunidense – repousava na escolha de combater e reagrupar as forças revolucionárias na montanha em detrimento das planícies/cidades. “Toda a experiência americana contemporânea confirma e fortalece esta lei do antagonismo entre as forças da serra e da planície” (DEBRAY, s.d. [1967], p.60). Assim, *Sierra Maestra* tornou-se o principal teatro da operação revolucionária e, conseqüentemente, símbolo do sucesso da luta, do combate. Converteu-se num modelo de ação revolucionária para os países do Terceiro Mundo até o momento em que foram liquidadas pelas forças repressoras.

O livro de Debray expunha a análise das condições econômicas, políticas e sociais no nível de toda sociedade cubana e também das táticas militares, bem como das orientações políticas decididas por Fidel. Todavia, Lacoste critica o anuviamento das condições geográficas, sobretudo as humanas, do oeste da *Sierra Maestra*. Foram condições estratégicas que tornaram possível o triunfo de Fidel. E, em vez dos fatores geográficos provocarem uma análise precisa, ocorreu o contrário: o peso dos argumentos “geografistas” funcionou como a base de um discurso ideológico (LACOSTE, 1977c).

Estamos diante de uma concepção que transfigura um conjunto geográfico (montanha, planície, etc.) num agente político-histórico: trata-se de *geografismo*. Em sua visão, incorrer no *geografismo* toldava a necessária precisão sobre quais forças políticas conduziam as ações – “deixando crer que toda população participa⁴⁹⁷” (LACOSTE, 2010a, p.104). Evoca-se indiretamente os atores ao designar-se apenas os lugares onde eles estão. A principal consequência do *geografismo* era ocultar as contradições das relações de classe existentes num determinado lugar – o que não era o caso de *Sierra Maestra* (LACOSTE, 1977c). Cabe aos geógrafos alertar contra a ilusão dos *geografismos*.

Ao conjurar a oposição montanha e planície, Debray terminava por remover as características particulares de *Sierra Maestra* – em especial a porção ocidental – substituindo por uma montanha abstrata, arquetípica. E mesmo quando a montanha é evocada, faz-se apenas sob o ângulo da geografia física: seus picos, ravinas, florestas. Tais descrições parecem aplicáveis à todas as montanhas e Lacoste (1977c) critica Debray por essa perspectiva metafísica-topográfica que oculta a, digamos, geografia humana do território. Na Bolívia, Debray tinha uma tarefa de explorar os lugares onde Guevara poderia instalar o foco

⁴⁹⁷ en laissant croire que toute la population y participe.

guerrilheiro. Podemos deduzir do texto lacosteano que, ao limitar-se à perspectiva metafísica-topográfica da montanha, Debray incorreu num erro com sérias consequências.

No seu livro, Debray não debate seriamente nenhuma das condições estratégicas, poderíamos dizer eminentemente geográficas, que possibilitaram o triunfo de Fidel. Destarte, o geógrafo considera que os problemas geográficos, longe de serem superficiais ou meramente topográficos, são estratégicos (LACOSTE, 1977c). Uma guerrilha em Cuba e Bolívia podem apresentar as mesmas vantagens *táticas*, consideradas em grande escala, ou seja: espaços restritos cujas características do combate podem ser similares, implicando determinados procedimentos mais ou menos eficazes. Todavia, a guerrilha em Cuba e Bolívia não apresentavam a mesma dimensão *estratégica*, considerada em pequena escala: ou seja: espaços amplos onde, por isso mesmo, a coordenação militar do combate é muito mais complexa em razão das operações, movimentos, preparos ofensivos e defensivos. Em Cuba, o desconhecimento dos revolucionários das condições geográficas (físicas e humanas) de *Sierra Maestra* foi contrapesado pelo apoio dos camponeses ali encontrado. O mesmo não pode ser dito da experiência de Che Guevara na Bolívia. *Revolução na revolução* esclarecia problemas histórico-políticos, mas aqueles eminentemente geográficos restaram sombreados. E essa foi uma das razões do fracasso de Che Guevara na Bolívia. Lacoste chega mesmo a questionar-se se um raciocínio geográfico não teria permitido que os revolucionários agissem por mais tempo e, quem sabe, atingido a vitória.

A pergunta agora é: como *Sierra Maestra* metamorfoseia-se forçadamente em teatro de operações? Lacoste (2010a) recua ao episódio do *Granma*. Com uma força expedicionária composta de 82 homens, a embarcação partiu de Tuxpan, México, em 25 de novembro de 1956 com destino à Cuba. O plano dos revolucionários era “promover um levantamento popular em Santiago no dia 30 de novembro” (AYERBE, 2004, p.35). Mas a força revolucionária sofreu com uma tempestade e atrasou-se por uma queda de um homem ao mar – que precisava ser resgatado, portanto. Como consequência, só desembarcam três dias depois, em 03 de dezembro de 1956. Isso, provavelmente, permitiu a localização pela aviação de Fulgêncio Batista. O que era pra ser um desembarque rápido, tornou-se longo e difícil vez que a embarcação havia encalhado em um banco de areia, no recife de coral do Cabo Cruz – extremo oeste de *Sierra Maestra*. Quando chegaram à terra firme, os soldados já estavam informados e chegando em grande número de caminhão. Impediu-se, portanto, que os guerrilheiros que esperavam Fidel se juntassem aos homens que desembarcaram do *Granma*. Sem guia, os revolucionários se dirigem para o leste, onde foram atacados pela força aérea e cercados pelo exército de Batista. Trata-se do desastre de *Alegría de Pío*: “70 homens foram feitos prisioneiros ou mortos em

vários lugares nos dias que se seguiram. 12 sobreviventes, depois de vagarem isolados por um longo tempo, não puderam se reagrupar até o dia 13 de dezembro na casa de Mongo Perez, em Los Corrales, perto de Pilon” (LACOSTE, 1977c, p.23). Os revolucionários refugiam-se na montanha, sob o abrigo de camponeses armados e do cacique que decidiu recebê-los. Serão esses, diz Lacoste, que se tornarão os primeiros combatentes do *foco*, lar da Revolução Cubana (FIGURA 29).

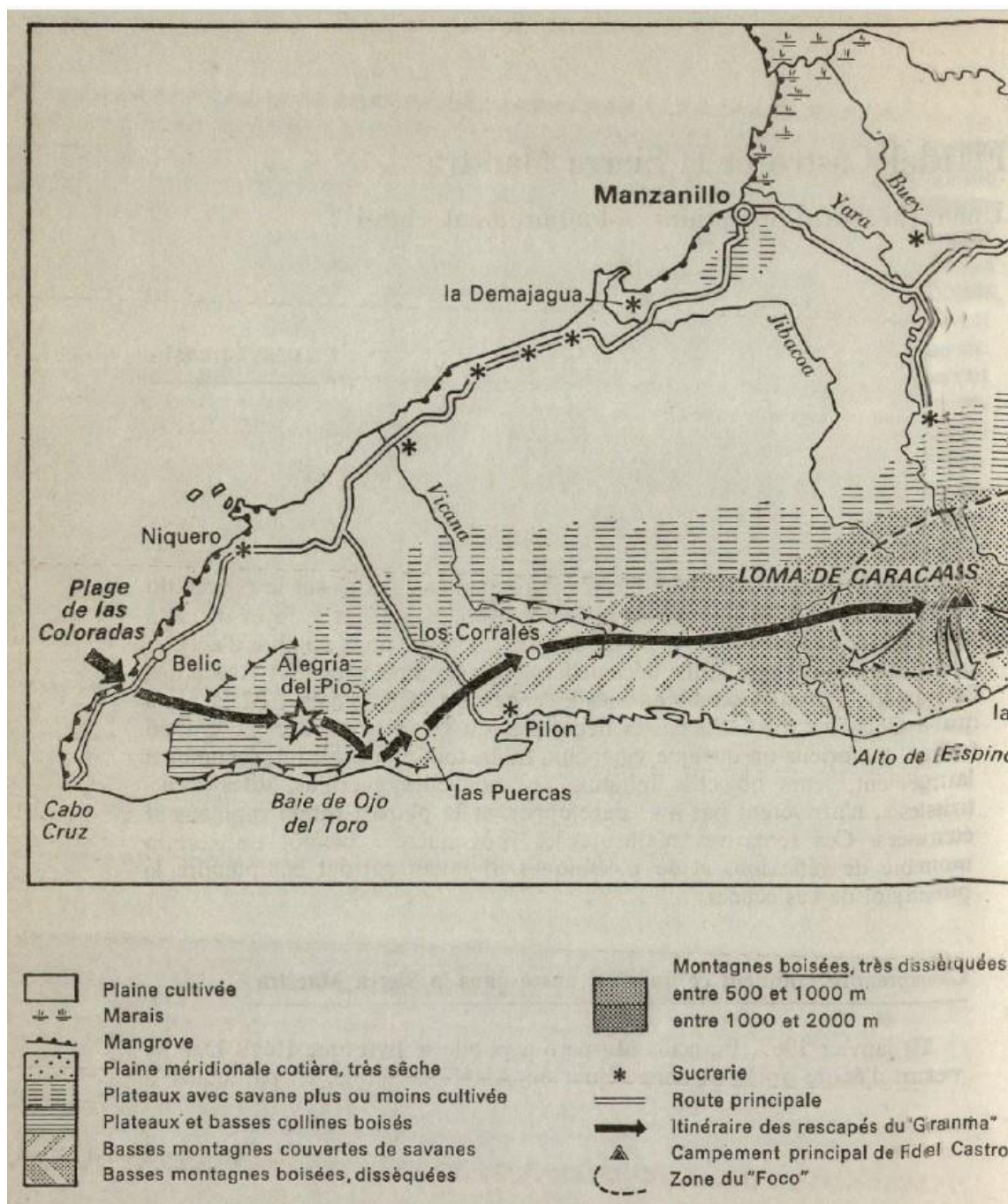


Figura 29: Itinerário de Fidel Castro e dos sobreviventes do *Granma* de dezembro de 1956 a janeiro de 1957.
 Fonte: LACOSTE, 1977c, p.8.

Assim, como já vimos, a hipótese de Lacoste é que a estratégia de *Sierra Maestra* não foi decidida de antemão, mas sim uma ausência de alternativas. Na montanha, os revolucionários recebem a ajuda preciosa do irmão de Mongo Perez, Crescencio (1895-1986). Crescencio Perez ajudou a guerrilha: direcionou-a à leste, na região mais alta e arborizada de *Sierra Maestra*. Tornou-se, portanto, um importante agente revolucionário, tal como reconheceu Che: “Um dos heróis da nossa luta, o Comandante Crescencio Pérez, entrou na Serra durante sessenta e cinco anos e era na época um dos homens mais úteis da tropa⁴⁹⁸” (GUEVARA, 2004, p.30). Sem embargo, a falta de preparação material e política nesta região fez com que Fidel e os revolucionários enfrentassem dificuldades que iam desde a falta de suprimentos e a desconfiança dos camponeses (LACOSTE, 1977c). E a mediação de Crescencio Perez foi decisiva para que os habitantes da Montanha se aliassem a Fidel.

O geógrafo deslinda que o território de *Sierra Maestra* já era defendido por Crescencio Perez e, por isso mesmo, era pouco controlado pelo governo de Batista. Os camponeses já estavam engajados em ações armadas de maior ou menor dimensão com o fito de impedir que grandes proprietários *da planície* se apropriassem *da montanha*. Aliam-se rapidamente à guerrilha. Na avaliação de Lacoste, Fidel conferiu aos camponeses objetivos maiores e implementou outra forma de organização – a guerrilheira, notadamente. Aliás, Crescencio já estava em contato com os militantes do Movimento 26 de julho⁴⁹⁹ em cidades como Niquero e Manzanillo, sendo um verdadeiro líder nesses espaços (LACOSTE, 1977c).

Em Cuba, os camponeses armados se aliam à Fidel Castro. Mas na Bolívia a situação foi diferente para Che Guevara. Este, que desejou reproduzir a estratégia do *foco*, não recebe ajuda dos camponeses bolivianos e foi mesmo denunciado. Para Lacoste (2010), esse era o exemplo de que a tese de Debray era falha, ou seja, toda a montanha não é um espaço potencialmente revolucionário. Daí a necessidade, sentida pelo geógrafo, de analisar metodicamente as condições (objetivas e subjetivas) do triunfo dos revolucionários.

O geógrafo busca então compreender a origem do povoamento de *Sierra Maestra* – que algumas décadas antes estava ainda coberta de florestas compactas. Parte das montanhas cubanas conheceram, desde o século XIX, um duplo processo de povoamento/valorização e repressão da população. A luta geográfica entre planície e montanha era expressão de uma luta de classes entre grandes proprietários (da planície) e camponeses (da montanha). Na aurora do

⁴⁹⁸ Uno de los héroes de nuestra lucha, el comandante Crescencio Pérez, entró en la Sierra con sesenta y cinco años y era en esse momento uno de los hombres más útiles de la tropa.

⁴⁹⁹ O nome designa a data do assalto ao quartel de Moncada, na província de Oriente, em 1953 (AYERBE, 2004). De acordo com Lacoste (1977c), a tomada de Moncada era para ter sido um ato espetacular destinado a abalar a opinião cubana. Como sabemos, fracassou.

século XX, a maioria das montanhas de Cuba – que não estavam abandonadas – eram controladas por grandes proprietários. Era o caso da parte oriental de *Sierra Maestra*, nas proximidades de Santiago de Cuba, no qual plantações de café estavam estabelecidas há muito tempo. Em contrapartida, na parte oeste de *Sierra Maestra*, a montanha ainda estava quase deserta, coberta de florestas, tinha sido povoada há apenas quinze anos e não era controlada (LACOSTE, 1977c).

Com a ajuda de Pérez de la Riva, Yves Lacoste busca entender o que ocorreu tanto na grande planície ao norte de *Sierra Maestra*, quanto na montanha em si. Clarifica: durante séculos se estendiam grandes campos de criação e plantações de cana-de-açúcar nas imediações das refinarias. A planície estava dividida em várias propriedades, mas apenas uma parte era efetivamente cultivada. A força de trabalho, à época, era escassa e os grandes proprietários de terra aceitavam a migração camponesa para trabalhar nas terras.

A partir dos anos 1920, a relativa escassez de força de trabalho desaparece como consequência do crescimento populacional – oriundo da migração. Duas consequências: (1) O desemprego aumenta; e (2) o mercado se amplia em virtude da comercialização de açúcar para os EUA, mas também do crescimento da população urbana cubana. Nos anos 1930, o progresso da mecanização fez com que os grandes proprietários tivessem menos necessidade de força de trabalho, enquanto a população crescia. A partir dos anos 1940, desenvolve-se uma grande rizicultura mecanizada para atender as necessidades cubanas que, devido a Segunda Guerra Mundial, não pode importar o arroz da Ásia (LACOSTE, 2010a).

A mecanização aumenta a produtividade; as extensões das fazendas também se avolumam – engolfando os terrenos baldios, pastagens e pequenas propriedades até então toleradas. Contudo, a força de trabalho necessária diminui enquanto sequela da mecanização. É a época em que as famílias camponesas que forneciam aos grandes proprietários a força de trabalho necessária – em troca do usufruto de uma parcela da terra – foram informados que esse sistema estava caduco e que os jovens deviam partir. Sem direitos, os camponeses são expulsos – as vezes militarmente. Parte dos jovens se instalam na cidade; outros se refugiam nos *realengos*, “espaços que se encontravam entre as grandes propriedades” (LACOSTE, 1977c, p.26). Tais espaços era o que restava das terras ditas reais, cuja maior parte tinha sido atribuída aos grandes proprietários desde o início da colonização espanhola.

Sem embargo, nem todos jovens se instalaram na cidade ou se refugiaram nos *realengos*. Na até então província de Oriente, onde as expulsões aconteceram mais tardiamente, os camponeses resistiram e se defenderam sendo apoiados por intelectuais das cidades – em especial por militantes de Bayamo e Manzanillo, berço do Partido Comunista Cubano. Esse

vínculo entre os camponeses – expulsos da planície – e os habitantes da cidade foi um ativo muito importante para futura guerrilha, reconhece Lacoste (1977c). Ele destaca essa ligação entre as cidades e a serra, vez que é na cidade que estão os médicos, são feitas as compras, onde estão parte das famílias, os intelectuais, etc.

Isto posto, nessa região ao pé de *Sierra Maestra*, durante a luta contra o ditador Machado – em 1934 – camponeses, operários de refinarias de açúcar e soldados constituíram o que foi chamado de “soviète de Mabay” (LACOSTE, 1977c, p.27). Também, a partir de 1940, os vales de *Sierra Maestra* começaram a ser povoados pelos camponeses expulsos das planícies. Os que se refugiam na citada montanha – ainda deserta e coberta de florestas – desbravaram clareiras, cultivaram alguns alimentos e criaram numerosas plantações de café (LACOSTE, 1977c; 2010).

As plantações de café despertaram a cobiça dos grandes proprietários, que discutiam antigos documentos históricos, recrutavam mercenários para expulsar os camponeses que valorizavam as terras. A estes foi dada uma escolha: ir embora ou manter apenas uma pequena parte da colheita. Os camponeses escolhem outra alternativa: começam a resistir, de forma armada, contra as investidas dos soldados da guarda rural ou os capangas [*hommes de main*] dos proprietários.

Lacoste (1977c) também destaca outro perigo que os camponeses enfrentavam. E aqui vemos, mais uma vez, o geógrafo lançar mão de seus conhecimentos de geografia física. O perigo era propriamente ambiental. Expliquemos: os camponeses haviam limpado áreas cada vez maiores em decorrência do crescimento demográfico na montanha. A floresta protegia uma grande espessura de rochas da erosão – ocasionada pelo clima tropical quente e úmido, notadamente. Com a floresta destruída, ravinas nas encostas íngremes [*pentès raides*] destruíam progressivamente os campos e, ocasionalmente, enormes deslizamentos de terra carregavam casas e plantações, engolfando as aldeias abaixo. Destarte, quanto mais o crescimento demográfico ocorria, mais era necessário desmatar a floresta, mais a erosão se agravava. A erosão devorou os campos à medida em que eles abriam a floresta. Os camponeses estavam diante de outro imbróglio: ir para as cidades, onde o desemprego e a corrupção aguardavam, ou retornar para a planície. Uma conclusão se lhes impõe: as emboscadas contra os capangas dos proprietários não eram suficientes, logo era a sociedade que tinha que sofrer mudanças no nível estrutural – no acesso à terra. Agora compreende-se porque os camponeses se interessam pelos projetos políticos de Fidel Castro. O líder da revolução cubana, sem se referir ao socialismo, fala de uma sociedade justa e da reforma agrária (LACOSTE, 1977c).

O programa de reforma agrária de Fidel, a ser implantado após a derrubada de Fulgêncio Batista, seduziu os camponeses. A Primeira Lei da Reforma Agrária, datada de 17 de maio de 1959, “fixou em 27 hectares a área mínima para uma família camponesa de cinco pessoas e, outorgou-lhe o direito de propriedade sobre essa terra” (OLIVEIRA, 2007, p.79). Além disso, “estabelecia em limite máximo para todas as propriedades não estatais de terra em 30 *caballerías* (400 hectares)” (NOVACULTURA.INFO, 2019b, p.51). Lacoste (2010a) imputa a esse fato o desencadeamento do conflito com as companhias estadunidenses que realizavam grande parte da produção de açúcar – donde a crise com os EUA em 1961. Tal crise englobava diversos fatores: rompimento de relações diplomáticas (03/01); bombardeamento de quartéis e aeroportos (15/04); e invasão da baía dos porcos (17/04).

Percebemos que Yves Lacoste se incomoda com a generalização da estratégia do *foco* e o *geografismo* a ela atrelado. Nem toda montanha é *Sierra Maestra*, nos diz – nas entrelinhas – Lacoste. E seguindo o raciocínio do geógrafo, Che Guevara errou ao implantar um foco na Bolívia por julgar que ali encontraria situação geográfica e política comparável àquela que Fidel e ele encontraram em Cuba. Na Bolívia, a evolução histórica das relações planície-montanha era outra e as populações não tinham motivos para apoiar estrangeiros que arriscavam os envolver em assuntos perigosos (LACOSTE, 2010a).

Se *Sierra Maestra* não era o plano inicial de Fidel, então qual era? Essa é a pergunta que Yves Lacoste faz. Após diversos testemunhos, a resposta que o geógrafo oferece é a seguinte: a escolha do desembarque no oeste de *Sierra Maestra* e dos preparativos numa fábrica de açúcar em *Niquero* – cujos padrões Fidel conhecia – indicavam que não era para ir à montanha. Por quê? Porque não havia estrada para transportar os revolucionários. Estes fogem para a montanha. O geógrafo considera que, provavelmente, a estratégia de Castro era atacar *Pilon*; depois o pequeno quartel de *Niquero*, para levar as armas; juntar-se na propriedade de *la Demajagua*⁵⁰⁰; continuar para *Manzanillo* – atacando as forças de Batista ali; e, em tendo sucesso, Fidel pretendia assumir o controle de *Bayamo* (LACOSTE, 1977c).

Ademais, o geógrafo não deixa de levar em conta o aspecto simbólico acerca da escolha da região Manzanillo-Bayamo enquanto teatro de operações revolucionárias. Essas regiões foram berço de duas lutas pela independência: a primeira sendo protagonizada por Carlos Manuel de Céspedes, em 1868, proprietário do engenho *la Demajagua*, perto de Manzanillo; e a segunda aquela de José Martí e Maximo Gomez, em 1895, cujo o primeiro foco foi mais à leste – a província de Oriente (LACOSTE, 1977c). Foi de Manzanillo e de Bayamo que

⁵⁰⁰ Onde Carlos Manuel de Céspedes libertou seus escravos, distribuiu-lhes armas, iniciou a revolta contra os espanhóis e declarou a independência (LACOSTE, 2010a; 2018)

pequenos grupos partiram levando novos guerrilheiros para Fidel, bem como armas e munições. Assim, em seguida aos camponeses de Crescencio Perez, foram os habitantes dessas duas cidades que se juntaram à guerrilha. Na sua maioria, eles eram militantes do movimento 26 de julho que foram impedidos de se juntarem à Fidel após o desastre do *Granma*. Tais cidades faziam a mediação, bastante importante, do líder revolucionário com o resto de Cuba.

Existe uma razão para Lacoste salientar esse papel da cidade, ou melhor, dos movimentos urbanos no desenvolvimento da guerrilha. Em *Revolução na revolução*, Debray (s.d. [1967], p.58) os subestima com vituperações de cunho moral: “[...] a montanha proletariza os burgueses e camponeses e a cidade pode aburguesar até os proletários”. O geógrafo adverte que esse tipo de julgamento era reflexo do clima de corrupção e depravação que reinava em Havana, e nas diferenças que opunham Fidel aos líderes de outros movimentos urbanos desejosos de fazer prevalecer soluções políticas (LACOSTE, 1977c).

Com o insucesso do “plano Demajagua”, Fidel e os revolucionários refugiam-se em *Sierra Maestra*. Permanecem dois anos, de 1957-1958, vendo todas as tentativas das tropas de Fulgêncio Batista falharem – vez que este não conseguiu que os EUA vendessem aviões de bombardeamento para poder destruir as bases rebeldes. É nessa época, precisamente em agosto de 1957, que Fidel lança a palavra de ordem: “Tudo pela *Sierra*⁵⁰¹” (LACOSTE, 1977c, p.30). Como explicar essa palavra de ordem? Consoante o geógrafo, ela refletia a preocupação do líder revolucionário em manter afastados⁵⁰² os militantes do Movimento 26 de julho e reunir o maior número de opositores à Fulgêncio Batista em torno do movimento mais radical e o único a granjear uma base camponesa. Durante esse tempo, conta Lacoste (2010), Fidel assentava sua notoriedade com o auxílio de uma estação de rádio montada num dos picos da montanha – cujo sinal poderia ser captado em Havana. O geógrafo está se referindo à “Rádio Rebelde, inaugurada em 24 de fevereiro de 1958” (MONIZ BANDEIRA, 2012, p.209).

As relações entre Fulgêncio Batista e os EUA vão tornando-se cada vez mais insuportáveis, até o momento em que Batista deixa clandestinamente Cuba, no final de 1958, levando parte de sua fortuna. Fidel faz uma entrada triunfal em Havana. Após esse evento, Lacoste refletiu ser desnecessário e inoportuno discutir os planos iniciais dos revolucionários. Afinal, a revolução havia triunfado. Como consequência, a palavra de ordem “Tudo pela *Sierra*” converteu-se na expressão de uma estratégia deliberada. Vimos que o geógrafo recusa essa interpretação. A seu ver, Fidel não decidiu com antecedência lutar na montanha: isso foi

⁵⁰¹ Tout pour la Sierra.

⁵⁰² No texto, não fica claro o que Lacoste quer dizer com “manter afastados...”. Ao que parece, trata-se de “manter afastados” da Montanha – *Sierra Maestra*.

resultado das circunstâncias – de desastre do *Granma* até o apoio recebido dos camponeses. Isso, obviamente, não diminui o “gênio político e militar de Fidel” (LACOSTE, 1977c, p.31). Por quê? Em razão da percepção que as condições objetivas da luta haviam mudado e, de agora em diante, era necessário permanecer e lutar na *Sierra* e não mais buscar chegar às cidades antes que a situação política em toda Cuba fosse transformada pela existência da guerrilha. Lacoste atribui aos guerrilheiros a simplificação de uma situação política enredada em múltiplas complicações. Simplificação no sentido de ter tornado *menos complexo* o aparecimento, e futuro enfrentamento, de duas forças distintas e opostas: a de Batista, em Havana, e a de Fidel, na *Sierra* – cuja liderança envolve o povo na revolta.

Após o triunfo da revolução, Fidel continuou se proclamando chefe do Movimento 26 de julho e pouco definiu suas opções políticas, causando desconfiança manifesta entre os comunistas cubanos. A montanha havia triunfado sobre a planície e Fidel torna-se rapidamente Primeiro Ministro. Sua primeira viagem oficial é para Washington e à Casa Branca (LACOSTE, 2010a). Para Lacoste, indubitavelmente Fidel recebeu ajuda da parte dos EUA na sua luta contra Batista. Ele se refere à “suprimentos de armas e, sobretudo, a construção do no alto da *Sierra Maestra* de transmissores de rádio” (Entrevista com Yves Lacoste, 27/04/2022). Ele também menciona o jornal *New York Times* ter enviado, clandestinamente, o repórter Herbert Lionel Matthews (1900-1977) que fazia a apologia do “jovem herói barbudo⁵⁰³” (LACOSTE, 2010a, p.107). O geógrafo poderia ter incluído a aquisição do *Granma*. Moniz Bandeira (2012) relata que além do *Granma*, armamentos também foram comprados com dinheiro proveniente da CIA. Cerca de US\$ 100.000 foram entregues por Prío Socarrás⁵⁰⁴ à Fidel na fronteira do México com o Texas, em 1956.

Lacoste diz que na França a ajuda dos EUA à Fidel foi completamente ignorada, pois não se preocupavam com o líder da Revolução Cubana, tampouco com as revoluções na América Latina. A situação muda quando Castro se declara marxista-leninista e, sobretudo, com a crise dos mísseis (1962). De fato, num discurso de 02 de dezembro de 1961, Fidel Castro (1999, p.274) não só declarou: “sou marxista-leninista e serei marxista até o último dia de minha vida”, como relacionou o marxismo-leninismo e o pensamento (assim como a prática) de José Martí. Em suas palavras:

⁵⁰³ jeune héros barbu.

⁵⁰⁴ Carlos Prío Socarrás (1903-1977) foi presidente de Cuba de 1948 até 1952, quando foi deposto por um golpe militar liderado por Fulgêncio Batista.

Porque, qual é o mérito de Martí, que nos causa admiração em Martí? Martí era marxista-leninista? Não, Martí não era marxista-leninista. Martí disse de Marx que, como ele se colocou do lado dos pobres, tinha toda a sua simpatia.

Porque a revolução de Cuba era uma revolução nacional, libertadora, perante o poder colonial espanhol; não era uma revolução que fosse uma luta social, era uma luta que perseguia primeiro a independência nacional. E mesmo naquela época, naquela época, Martí disse de Marx: “Já que ele se colocou do lado dos pobres, merece meu respeito” (CASTRO, 1999, p.271)

Fidel é ainda considerado como um líder de esquerda que teria lutado contra Batista – o espantalho dos EUA e da máfia. A imagem clássica do líder da Revolução Cubana é a do revolucionário que conseguiu “mascarar suas veleidades revolucionárias, enquanto ainda não fosse vitorioso, mas que entraria em conflito com os americanos logo que manifestasse suas intenções⁵⁰⁵” (LACOSTE, 2010a, p.109). Da forma que o geógrafo expõe sua análise e raciocínio, ficam anuviadas as várias formas de pressão política, militar e econômica que os estadunidenses impuseram à Cuba. Apenas para o ano de 1961, Ayerbe (2004) recorda: (1) o rompimento das relações diplomáticas, em 03 de janeiro; (2) bombardeamento de quartéis e aeroportos objetivando a destruição de aeronaves cubanas, em 16 de abril; e (3) invasão da Baía dos Porcos, em 17 de abril. O geógrafo não questiona, em qualquer momento, qual a implicação dessas ações para a edificação da imagem e a prática castrista.

Mas a questão é: por que o geógrafo insiste nessa aliança entre Castro e os EUA e critica a imagem clássica de Fidel? Sem dúvida, uma possibilidade é o rompimento dele com o PCF – em 1956 – e, portanto, com o marxismo-leninismo. A resposta do geógrafo é denunciar a nocividade dos raciocínios geopolíticos, simultaneamente, simplistas e obscurantistas. Simplistas, pois, se caracterizam pelo peso das representações idealistas cujo resultado é fazer com que qualquer agente histórico permaneça em conformidade com a ideologia do seu início midiático – e, no raciocínio lacosteano, esse foi o caso do líder da revolução cubana a partir de 1961-1962. Obscurantistas vez que negligenciam ou ocultam o exame preciso das relações de forças mais ou menos anteriores ao conflito que se analisa ou as reduzem ao enfrentamento do Bem contra o Mal (LACOSTE, 2010a).

O geógrafo considera justo denunciar o imperialismo estadunidense, inclusive em relação à Cuba. É verdade também que ele tem ciência dos interesses dos EUA em Cuba e do pretense direito de intervenção estadunidense na Ilha, através da Emenda Platt. Não obstante, ele se apressa em dizer que foram os EUA que ajudaram os cubanos na guerra contra o exército espanhol. Porém, oblitera o seguinte fato: os ianques ajudaram a independência cubana *somente*

⁵⁰⁵ masquer ses vellités révolutionnaires, tant qu'il n'était pas encore victorieux mais qui serait entré en conflit avec les Américains dès qu'il aurait manifesté ses intentions.

entre abril e agosto de 1898. Seja na “pequena duração” da guerra (1895-1898), seja se olharmos a independência cubana na “longa duração” (começando na Guerra dos 10 anos, 1868-1878), a “ajuda” estadunidense só se processa “num momento em que a vitória das forças independentistas está próxima de concretizar-se” (AYERBE, 2004, p.23). Àquela altura, “400 mil cubanos” já haviam morrido (AYERBE, 2004, p.23).

Em todo caso, o engajamento em Cuba – mas também no Vietnã – mostrou para Yves Lacoste que lutas intestinas poderiam, e nesse caso foram, ponto de partida para um conflito internacional: no caso de Cuba, o conflito com os EUA por pouco não enredou a URSS numa guerra que poderia ter proporções totalmente desconhecidas; no caso do Vietnã, o processo revolucionário engolfou não só a potência imperialista por excelência, mas também os antigos colonizadores franceses. Além disso, do ponto de vista metodológico, refletia para o geógrafo a crucial relevância de considerar tais eventos em *diferentes níveis de análise*, articulando-os.

X – O início das reflexões epistemológicas. Dupla indiferença e incômodo. Corte epistemológico, poder e espetáculo na crítica da geografia dos professores e dos *mass-media*. Silêncio de Marx? O programa de *Hérodote* em germe

Num intervalo de 04 anos, entre 1968-1972, a vida profissional de Yves Lacoste eleva-se à um grau superior. No caso da missão no Vietnã, podemos dizer que se trata de um primeiro momento de um reconhecimento intelectual internacional. Maio de 68 e a experiência de docência em Vincennes foram outros pontos cruciais na sua carreira. Esses dois pontos são salientados por Olivier Orain e François Dosse. De acordo com esse importante historiador, o contexto da Universidade de Vincennes possibilita ao geógrafo abandonar o “economicismo tingido de marxismo de uma geografia essencialmente descritiva” (DOSSE, 1994 [1993], p.355). Os veículos dessa mudança foram o estruturalismo e o marxismo, notadamente aquele capitaneado por Louis Althusser (1918-1990). É por isso que o geógrafo Orain (2009) elucida que maio de 68 e a influência do pensamento de Althusser vão contribuir para o surgimento de uma crítica da geografia que entrelaça epistemologia e política – embora Lacoste tenha negado qualquer contato com o filósofo marxista estruturalista (Entrevista com Yves Lacoste, 27/04/2022).

Como reflexo disso, Châtelet convida Lacoste para escrever um artigo homônimo sobre *A Geografia* no sétimo e último volume de sua monumental *História da Filosofia: A Filosofia das Ciências Sociais*. Ao fazer isso, o filósofo concedeu certo *status* de igualdade à geografia em relação à etnologia, história, linguística, psicologia e a sociologia. Nenhum livro de filosofia

tinha antes incluído um capítulo sobre geografia (LACOSTE, 2018a). E essa conquista, que indubitavelmente envaidece o geógrafo, não deve ser menosprezada em se tratando de uma disciplina um tanto prejudicada na hierarquia do conhecimento (DOSSE, 2018). Prejudicada pois, antes dos acontecimentos de 1968, a geografia prendia-se à um descritivismo; concebendo-se enquanto gênero literário: “reunia num espírito enciclopédico as informações adquiridas sobre cada país: relevo, clima, história das sociedades humanas, hábitos e costumes, etc., e apresentava-as de forma narrativa e pessoal⁵⁰⁶” (CHOLLEY, 1951 [1942], p.9). De cariz regional e periférico, encontrava-se desvitalizada e preocupada em gerenciar a herança vidaliana. Com uma França que se modernizava – podemos dizer se urbanizava – não era mais possível manter-se atrelada ao naturalismo, ao caráter monográfico e “à preponderância atribuída às permanências” (DOSSE, 1994 [1993], p.349). A modernização das áreas rurais, fruto da aceleração do progresso urbano-industrial desde 1945, fez com que a “geografia regional” ficasse “ímpotente diante de um mundo que não podia mais ser explicado por seu passado⁵⁰⁷” (CLAVAL, 1984, p.23). Era preciso trucidar para triunfar. E é contra essa geografia, outrora gloriosa, que o capítulo lacosteano é escrito. Analisemos.

A princípio, podemos dizer que Lacoste considera a carência – para não dizer ausência – de reflexões epistemológicas o principal problema da ciência geográfica. Isso refletia-se na indiferença dos filósofos em relação à geografia. Afinal, ainda que Kant tenha ministrado aulas de geografia física, por qual motivo, razão ou circunstância teriam os filósofos de ser diligentes para com uma ciência simplória e enumeradora de dados? Não eram os geógrafos envaidecidos de atuarem numa ciência de síntese e dotada de pouca preocupação com problemas de ordem teórica? Lacoste (1974 [1973], p.223) exemplifica com a caracterização do geógrafo pelo seu colega de profissão Jean Labasse: “um espírito terra-a-terra”:

A contribuição definitiva mais preciosa do geógrafo [...] não reside nem nos seus métodos de trabalho, nem nas suas formas de raciocinar, mas no que há de verdadeiramente inato na sua atitude: esse sentido de contingência que o leva a inserir cada coisa no seu contexto e a romper constantemente a unidade artificial das apresentações vastas e sedutoras. Esta é provavelmente a explicação da indiferença longínqua que lhe testemunham, bastante correntemente, os planificadores e as

⁵⁰⁶ Elle rassemblait dans un esprit encyclopédique les renseignements acquis sur chaque pays: relief, climat, histoire des sociétés humaines, mœurs et coutumes, etc., et les présentait sous une forme narrative et personnelle.

⁵⁰⁷ [...] regional geography was powerless faced with a world that could no longer be explained by its past.

políticas cujos voos líricos ele quebra. Como se ele sentisse algum prazer maligno em rebaixar os problemas com seu espírito terra-a-terra!⁵⁰⁸ (LABASSE, 1966, p.27)

Assim, a indiferença *externa* dos filósofos em relação à geografia era reflexo da indiferença *interna* dos geógrafos face aos problemas teórico-epistemológicos. Essa dupla indiferença era mais assombrosa em decorrência dos geógrafos – em sua quase totalidade – afirmarem que as interações entre os fatos físicos e humanos era uma das razões de ser da geografia. Observe-se que o próprio geógrafo em tela chegou a defender essa perspectiva no artigo de 1967: *Le concept de sous-développement et la Géographie*. Neste, Lacoste defende que o conceito de subdesenvolvimento é geográfico pois capaz de articular os dados naturais e os fatos humanos. O *corte*⁵⁰⁹ – terminologia cara à Althusser – entre Natureza e Cultura organizava, a princípio, o sistema das ciências. É certo que os filósofos, a exemplo de Serge Moscovici (1925-2014), começaram a questionar tal organização. Contudo, fazem sem aludir aos geógrafos que, por seu turno, defendiam justamente a não separação entre geografia *física* e geografia *humana*.

Sem embargo, na prática Lacoste constatava a institucionalização do corte entre as geografias física e humana. Embora ele não exemplifique, não é verdade que Emmanuel de Martonne já em 1909 publica um *Tratado de Geografia Física*? Da mesma forma, não foi Jean Brunhes quem publicou em 1910 uma *Geografia Humana*? Em todo caso, se a prática contradizia a perspectiva de uma geografia una, nem por isso os filósofos debruçaram-se sobre essa questão. Por certo, era de responsabilidade dos geógrafos refletir acerca da “mutação da problemática teórica contemporânea” na ciência geográfica.

É também certo que existia a geografia regional cujo fulcro seria assegurar a unidade entre física e humana. Na prática, funcionava da seguinte maneira: (1) tomava de empréstimo às outras ciências (físicas e humanas) elementos para constituir-se; (2) com base nesses empréstimos, os elementos tomados – da geologia e da economia, a título de ilustração – são enumerados; finalmente, (3) os elementos são justapostos: relevo, clima, vegetação,

⁵⁰⁸ [...] L'apport en définitive les plus précieux du géographe au malaxage des territoires ne réside ni dans ses méthodes de travail, ni dans ses façons de raisonner, mais dans ce qu'il y a de vraiment inné dans son attitude: ce sens de la contingence qui l'amène à insérer chaque chose dans son contexte et à rompre constamment l'unité artificielle des présentations vastes et séduisantes. Là se trouve sans doute l'explication de l'indifférence lointaine que lui témoignent, assez couramment, les planificateurs et les politiques dont il brise les envolées lyriques. Comme s'il éprouvait quelque malin plaisir à rabaisser les problèmes par son esprit terre à terre !

⁵⁰⁹ Ou *cesura*. Assim explica o filósofo: “Sem a teoria de uma história das formações teóricas não se poderia, de fato, perceber e assinalar a diferença específica que distingue duas formações teóricas diferentes. Para esse fim, tomei de Jacques Martin o conceito de *problemática* para designar a unidade específica de uma formação teórica, e, por conseguinte, o lugar assinalado dessa diferença específica, e de G. Bachelard o conceito de “*cesura epistemológica*” para assim pensar a mutação da problemática teórica contemporânea da fundação de uma disciplina científica” (ALTHUSSER, 1979 [1965], p.23)

hidrografia, população, etc. Lacoste aponta que esse procedimento era visível nos manuais de geografia, nos artigos geográficos e nas linhas de construção das teses da geografia regional da escola francesa.

Um dos efeitos do corte epistemológico era dificultar a análise das interações entre os elementos físicos e humanos que forjavam a razão de ser da geografia. A geografia regional – síntese dialética das geografias física e humana – havia se erigido para a ciência geográfica o que Gaston Bachelard (1884-1962) qualificou de *obstáculo epistemológico*. Os obstáculos epistemológicos são as causas de inércia, “de estagnação e até de regressão” do espírito científico (BACHELARD, 2001 [1928], p.17). Se o ato de conhecer processa-se *contra* um conhecimento pretérito, nos termos bachelardianos, Lacoste tinha que criticar esses conhecimentos estabelecidos.

Destarte, ao passo que outros cientistas, da natureza ou da sociedade, desenvolviam métodos e instrumentos conceituais novos, o geógrafo havia se tornado refém de noções vagas – região, *pays* – sem estabelecer um raciocínio epistemológico sobre seus próprios conceitos e métodos. Outra contradição: o geógrafo nutria-se de instrumentos e conceitos de outras ciências cujo quadro espacial não era essencial. Observe-se aqui uma importante mutação entrevista: ao passo que a Escola Francesa havia cristalizado o conceito de *região* enquanto instrumento de reflexão, Lacoste se refere à *espaço*.

Temos aqui um duplo incômodo. O *incômodo intelectual interno*, com a Escola Francesa de Geografia; e o *incômodo intelectual externo*, com os filósofos. Estes “se interessaram pelas ciências para descobrirem nela um objeto, um pretexto para filosofarem, ou um trampolim para a verdade” (LACOSTE, 1974 [1973], p.223). Porém a Geografia não foi objeto desse interesse. Um dos maiores filósofos da época e seu antigo colega de Vincennes, Michel Foucault é citado indiretamente: “As ‘arqueologias do saber’, que, no entanto, examinam com cuidado diferentes províncias do pensamento pré-científico, não dão nenhuma atenção à geografia” (LACOSTE, 1974 [1973], p.229). Note que esse tema será retomado quando Lacoste lançar a revista *Hérodote*, em 1976.

Em todo caso, Yves Lacoste não escondeu que sua relação – pelo menos a nível pessoal – com o filósofo era ruim:

Porque ele é, sabe, Foucault ah... ah... antes de tudo, ele é homossexual [risos]. Bom, e meu vínculo de afeto é com Châtelet. François Châtelet. Os dois são filósofos em Paris VIII e é Châtelet que tem... minhas relações... se você quiser, o Foucault quando fui vê-lo, bom, fui visitá-lo, tinha uma atitude muito arrogante, muito presunçosa. Então, você sabe que... eles sabem muito [bem que] eu jamais pretendi ter uma competência filosófica. Mas Châtelet sabe muito bem que eu não tenho competência

filosófica, mas como eu tenho coisas que pertencem mais ou menos à filosofia, ligo para Châtelet e digo-lhe: “Será que”, digo-lhe o parágrafo em questão, digo-lhe: “Posso dizer isto”. Ele me diz: “Sim, você pode dizer isso, mas você modifica isso etc. etc.”. E isso foi muito divertido para mim, me trouxe muitas coisas (Entrevista com Yves Lacoste, 27/04/2022).

Sem embargo, o silêncio sobre a Geografia não impediu o recurso à termos geográficos, a exemplo de país e região. É uma contradição. Os economistas, por exemplo, falam em economia espacial, mas sem considerar a validade das noções geográficas que utilizam. De onde provem o recurso aos termos geográficos? Yves Lacoste atribui aos *mass-media*. Estes seriam capazes de massificar e difundir informações e imagens de cariz geográfico. Assim, paralelo à geografia dos professores, existe a *geografia dos mass-media*. Essa seria uma forma, também geográfica, de representar o mundo – e de refletir sobre ele – através de imagens capazes de externar e engendrar poderosos raciocínios geográficos.

De acordo com Régis Debray (2018 [2008], p.76), maio de 68 foi responsável pela “expansão do feminismo; a ecologia; o reconhecimento das minorias e o desabrochar do direito à diferença; a divulgação (ou banalização) das aspirações autogestionárias e a vontade de assumir por baixo a vida quotidiana”. O tema da “ecologia” aparece no escrito lacosteano enquanto um sintoma da crise das relações homem-natureza. A poluição e deterioração ecológica aparecem em decorrência da industrialização e urbanização associadas. *Pari passu*, o crescimento demográfico “que está em vias de fazer do século XX uma fase primordial da história da humanidade, pois o número de homens ultrapassará os sete bilhões” (LACOSTE, 1974 [1973], p.232).

A estas duas crises, ecológica e demográfica, o geógrafo adita a crise urbana e a acentuação das desigualdades. A acentuação das desigualdades era expressa em termos geográficos seja na oposição entre centro e periferia, seja nas desigualdades regionais internas. Lacoste observa que essas referências geográficas tinham por função expungir a análise das relações entre as classes sociais. Para ele, esse era a origem das desigualdades. As relações entre classes eram transmutadas em relações entre espaços. Não obstante, o risco de um “fetichismo espacial” não deveria obnubilar que:

[...] o espaço não é nem neutro nem inocente; ele é um dos campos de ação por excelência das forças políticas: o Estado também é uma entidade geográfica e o aparelho de Estado organiza o espaço geográfico de modo a exercer seu poder sobre os homens. O imperialismo também é um fenômeno geográfico: ele implica, através de diferentes meios, o domínio e a organização do espaço planetário (LACOSTE, 1974 [1973], p.234).

Considerar o Estado uma entidade geográfica era considera-lo *também* um produtor de representações sobre o espaço. Na esteira de Louis Althusser (1970) – e seu famigerado *Aparelhos Ideológicos de Estado* – o aparelho estatal era lido enquanto organizador do espaço geográfico. Este aparece enquanto mediação do poder sobre os homens. O tema do poder será caro ao geógrafo, especialmente a partir do lançamento da revista *Hérodote* (1976). Dominar o espaço era também dominar os homens. A lógica do Estado estende-se também ao imperialismo, vez que um dos objetivos dos estados imperialistas era controlar os mais diversos espaços. Espaço-fim (objetivo) e espaço-meio (veículo) estão profundamente relacionados.

Ao fazer uma geografia da crise global⁵¹⁰, Lacoste constata uma crise da geografia. Não obstante, tal crise em abstrato assumia a forma concreta de crise da *geografia dos professores*⁵¹¹ – caracterizada pelo didatismo frequentemente cansativo e pela enumeração dos dados naturais e fatos humanos. A geografia dos professores sofria a concorrência da geografia dos *mass-media* no que tange à descrição e representação dos problemas políticos da época. Ele vê-se confrontado com um velho fantasma: a consideração de que a geografia era um “empreendimento reacionário de mistificação” (LACOSTE, 1974 [1973], p.236). Velho fantasma porque essa caracterização já havia sido vocalizada por historiadores quando de sua primeira aula em Vincennes. Em todo caso, o acúmulo de incômodos – políticos, epistemológicos – calaram fundo no geógrafo, pois ele escreve: “evidentemente, são sobretudo aqueles, cujas tendências ideológicas tornam particularmente sensíveis aos problemas políticos de nosso tempo, que chegam a interrogar-se sobre a validade de sua disciplina e sobre suas funções ideológicas e políticas” (LACOSTE, 1974 [1973], p.236). Sem dúvida, o geógrafo em tela tinha tendências ideológicas sensíveis aos problemas políticos: basta lembrarmos que no último quadriênio, de 1968 a 1972, Lacoste foi atravessado pelo Maio de 68 e a pesquisa de campo no Vietnã.

Anteriormente, escrevemos: “para triunfar era preciso trucidar”. O alvo da trucidação era a velha Escola Francesa de Geografia. E se a geografia havia entrado no “tempo das rachaduras”, na avaliação de André Meynier (1969), era o edifício vidaliano que estava sendo rachado. Vidal de la Blache (1982 [1913], p.47) é citado explicitamente: “A Geografia é a ciência dos lugares e não dos homens”. Lacoste dispara contra a concepção vidaliana de geografia pois esta apreende o ser humano na qualidade de habitante. O primado do lugar

⁵¹⁰ Agrupando as quatro crises citadas pelo geógrafo: ecológica (relações homem-natureza); demográfica, urbana e capitalista (acentuação das desigualdades).

⁵¹¹ Conceito que aparecerá mais rico em determinações em sua *magnum opus*: *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre* (1976).

significa a subordinação relativa do homem para com os quadros físicos – forma como eram concebidos os lugares. Donde a dependência essencial da geografia das ciências naturais. Conseqüentemente, os fatos humanos, apreendidos pelas ciências sociais e econômicas, restavam em segundo plano. Outra seqüela: num mundo que se industrializava e se urbanizava, a ciência geográfica de cariz vidaliano centrava suas análises nas habitações rurais e na agricultura.

O pós-Segunda Guerra Mundial não deixaria incólume a Geografia. Lacoste data de 20 anos, ou seja, 1953, o momento em que os assim chamados geógrafos humanos passam a manifestar um interesse cada vez maior pelos problemas urbanos, pela industrialização e pelas situações socioeconômicas contrastantes que existiam na superfície da Terra. Essa periodização de Lacoste é bastante semelhante àquela sinalizada pelos professores Antonio Carlos Robert Moraes e Wanderley Messias da Costa. Em *Geografia crítica: a valorização do espaço*, os geógrafos brasileiros apontam que nos anos 1950 intensifica-se a crise da geografia tradicional e abre-se um horizonte de renovação. Muitos dos autores citados pelos geógrafos brasileiros eram parte das *afinidades eletivas* (SOUSA NETO, 2021) eleitas subjetivamente por Yves Lacoste, a saber: Dresch, George, Kayser, Guglielmo, Prenant e Tricart. Jean Suret-Canale (1981, p.15) rememora que em 1953 – exatos 20 anos antes do texto lacosteano – constituiu-se um “Círculo dos geógrafos”, é possível deduzir, no âmbito da Federação do Sena do PCF. Em 28 e 29 de junho de 1953, ocorreu um colóquio dos geógrafos comunistas em Paris. No primeiro dia, inicialmente 4 relatórios previstos:

B. Kayser: a luta de classes, realidade geográfica; R. Guglielmo: para um estudo marxista das cidades; J. Dresch: a luta contra a noção de “gênero de vida”; P. George: a geografia aplicada (a orientação e a utilização da geografia no mundo capitalista e no mundo socialista). Uma retificação reduz estes relatórios a apenas dois, deixando espaço suficiente para discussão. O segundo dia, mais técnico, deveria ser dedicado à melhoria das técnicas e das orientações da investigação na geografia urbana. Entre os oradores – além dos relatores – registro os nomes de André Prenant, de Rochefort, de Wolkowitsch, de Bastié, de Roncayolo, de Dugrand⁵¹².

O marxismo, aliás, é apontado por Lacoste como uma influência que viabiliza a preocupação dos geógrafos com a dominação colonial e com o estudo do subdesenvolvimento

⁵¹² Initialement, 4 rapports prévus : B. Kayser : la lutte des classes, réalité géographique ; R. Guglielmo : pour une étude marxiste des villes ; J. Dresch : la lutte contre la notion de « genre de vie » ; P. George : la géographie appliquée (l'orientation et l'utilisation de la géographie dans le monde capitaliste et dans le monde socialiste). Un rectificatif réduisit ces rapports à deux seulement, pour laisser suffisamment place à la discussion. La seconde journée, plus technique, devait être consacrée à l'amélioration des techniques et des orientations de la recherche en géographie urbaine. Parmi les intervenants — outre les rapporteurs — je note les noms d'André Prenant, de Rochefort, de Wolkowitsch, de Bastié, de Roncayolo, de Dugrand.

– o que se encaixa com uma luva em à relação a ele mesmo. Ademais, reconhece a importância de Pierre George ao sublinhar a distinção entre países capitalistas e socialistas. Sem embargo, apesar desse avanço, a cesura entre geografia física e humana clivou os geógrafos em “dois partidos”: o da geografia física e aquele da geografia humana. Corolário: negação na prática da pretensa unidade da ciência em questão.

Em seguida, Lacoste efetiva uma autocrítica. Inicialmente, distingue duas abordagens dessemelhantes dos geógrafos: a primeira centrada essencialmente nos dados físicos, descreve a paisagem de forma monográfica, enfatizando as continuidades, equilíbrios, permanências, numa palavra, a harmonia entre o homem e a natureza. A segunda pende a balança para a outra ponta: centra-se nos dados socioeconômicos – estudados pelas ciências correspondentes – descreve extensos conjuntos territoriais, preocupa-se com as transformações políticas e demográficas. Ao retomar o discurso do sociólogo e do economista, sob o qual se assentam as bases dessa geografia – ocorre um esvaziamento do que seria realmente geográfico. Trata-se de uma autocrítica de sua *Geografia do subdesenvolvimento*. As duas abordagens conduzem à um dilema: se a primeira – ao partir dos dados físicos – elude as realidades sociais, a segunda – partindo das ciências sociais – dilui a geografia.

Para sair desse dilema, os geógrafos deveriam ter-se interrogado a respeito do espaço – já encarado por Lacoste enquanto objeto precípua da Geografia. Na prática o que ocorreu foi uma compreensão dos geógrafos acerca de sua própria ciência enquanto síntese. Essa definição era insatisfatória posto que não se pautava num objeto de estudo, mas sim no “afã classificatório do positivismo, sempre às voltas com uma hierarquização das ciências” (MORAES, 2005b, p.41). A crise ecológica, erichada ao primeiro plano das discussões políticas com o Clube de Roma em 1968, punha as discussões das questões sociais – progressivamente – em termos espaciais e relações homem-natureza.

A consciência da crise global reverbera nos geógrafos enquanto consciência da crise da geografia. A resposta dos profissionais da geografia foi refletir sobre seus métodos e não epistemologicamente sobre as causas dessa crise. Lacoste (1974 [1973]) cita vários geógrafos relevantes em apoio à sua tese: de Pierre George à Paul Claval, passando por André Meynier, Milton Santos, Jacqueline Beaujeu-Garnier e Olivier Dollfus. Em vez de uma “Geografia Nova” – parodiando Milton Santos – os geógrafos efetivaram uma *New Geography*, de cariz matematizante⁵¹³. Ele critica ainda a aparente cientificidade dessa matematização da Geografia pois os dados reunidos em benefício das empresas e dos aparelhos de Estado obnubilava a

⁵¹³ “A chamada Nova Geografia se manifestou sobretudo através da quantificação” (SANTOS, 2008 [1978], p.63).

fundamental tarefa para a geografia da construção de conceitos. Lembremos que essa crítica já havia sido feita contra a geografia aplicada.

Por falar em geografia aplicada, o grande representante da geografia ativa, Pierre George, não deixou de considerar legítimo o desejo dos geógrafos de utilizar os instrumentos de aprofundamento e ampliação do conhecimento que a informática então abria possibilidade de alcançar. Esse processo era característico da evolução hodierna das investigações geográficas nos países anglo-saxões, Grã-Bretanha e EUA. Entretanto, ele não deixou de criticar o que chamou de “ilusão quantitativa” e sua relação com um determinismo renovado:

Os sistemas construídos com o auxílio do computador, as incógnitas reveladas pelo cruzamento de dados complexos procedem de um certo número de postulados *a priori*, que criam somente a ilusão da descoberta com a ajuda do instrumento supremo e da aplicação de grades matemáticas, se “descobre” o que se avançou consciente ou inconscientemente no início. E é com base nisso que se pode dizer que a geografia quantitativa era uma nova forma do determinismo, determinismo do mensurável, ou, pior ainda, determinismo resultante da escolha dos dados mensuráveis e medidos⁵¹⁴ (GEORGE, 1972, p.121).

Pierre George temia que a informática substituísse o processo de pesquisa geográfica, malgrado não condene o método da geografia quantitativa. Essa é uma das críticas centrais de George e não deixa de ser um avanço em explicitar melhor sua postura em relação ao texto de 1964. A geografia quantitativa detinha a ilusão de que as mensurações não decorriam de escolhas teóricas prévias – baseadas em certezas (adquiridas ou aceitas) e deduções. Com essa ilusão, ela justificava uma posição *a priori* em que se descobre o que já está dado a princípio. E as técnicas de mensuração terminavam por desaguar na construção de modelos, donde a crítica impiedosa do geógrafo:

A “modelização” escamoteia qualquer abordagem das tendências e das abordagens dessas mutações. Ela fixa por definição o que é movimento, no sentido das ciências humanas e não no sentido das ciências físicas. Os dados mais preciosos utilizados para a qualificação e interpretação de uma situação são as virtualidades, as tensões, as limitações carregadas de múltiplas possibilidades entre as quais o “acaso” histórico decide. Condenar-se a ignorá-los é fazer uma geografia estéril sem valor previsional ou prospectivo. É voltar a uma forma de determinismo que não é senão o mito do número. Significa também dissociar, e de forma puramente abstrata, a geografia e a história, voltando a uma concepção abandonada há mais de vinte anos, segundo a qual

⁵¹⁴ [...] Les systèmes construits à l'aide de l'ordinateur, les inconnues révélées par le croisement de données complexes procèdent d'un certain nombre de postulats *a priori*, qui font qu'avec illusion de la découverte à l'aide de l'instrument suprême et de l'application de grilles mathématiques, on « découvre » ce que l'on a consciemment ou inconsciemment avancé au départ. Et c'est à ce titre que l'on a pu dire que la géographie quantitative était une nouvelle forme du déterminisme, déterminisme du mesurable, ou, pis encore, déterminisme issu du choix des données mesurables et mesurées.

a geografia dava a imagem de equilíbrios imutáveis – à escala humana – cuja história recente mostrou toda a inanidade⁵¹⁵ (GEORGE, 1972, p.128).

Acompanhando o raciocínio de Pierre George, podemos dizer que um dos erros da assim chamada geografia quantitativa foi ter elevado ao *status* de ciência o que era na verdade um instrumento, uma técnica de documentação (os métodos quantitativos). A geografia não é uma ciência da mensuração, da quantificação. Ela é uma ciência da observação. Daí que para ele uma “geografia quantitativa que não pode existir⁵¹⁶” (GEORGE, 1972, p.130). Vê-se que o que está em disputa é não só o que é geografia, mas como fazê-la. Dependendo da filiação metodológica a noção de ciência geográfica muda e o objetivo também. A Geografia é uma ciência da especialização ou da síntese? O método de investigação é quantitativo ou descritivo? Nesse sentido, ele ainda está bastante próximo à Escola Francesa:

O objetivo da pesquisa geográfica é fornecer imagens sintéticas que incluam uma descrição exaustiva, levando em consideração todos os fatores passíveis de intervir na imagem global, incluindo, é claro, a imagem cartográfica e todos os elementos de explicação que dão a esta imagem seu lugar em um todo horizontal (aspecto comparativo da geografia e base das tipologias) e num perfil evolutivo (dimensão histórica e indicação de tendências)⁵¹⁷ (GEORGE, 1972, p.129).

Outro geógrafo crítico da matematização foi Milton Santos. Santos (2008 [1978], p.65) esclarece que essa “procura de uma linguagem matemática” provinha da busca de cientificidade interna à ciência geográfica. A matemática apresentava, em tese, os métodos de maior exatidão e com maior capacidade de presciência. Combinava-se o uso de estatísticas, modelos e as análises de sistemas. Para o geógrafo brasileiro, a geografia quantitativa – corrente predominante da *New Geography* – representava a “exaltação da tendência positivista que sempre influenciou a Geografia” (SANTOS, 2008 [1978], p.99).

⁵¹⁵ La « modélisation » escamote toute approche des tendances et des approches de ces mutations. Elle fige par définition ce qui est mouvement, au sens des sciences humaines et non au sens des sciences physiques. Les plus précieuses des données servant à la qualification et à l'interprétation d'une situation sont les virtualités, les tensions, les contraintes chargées de possibilités multiples entre lesquelles le « hasard » historique tranche. Se condamner à les ignorer est faire une géographie stérile sans valeur prévisionnelle ou prospective. C'est revenir à une forme de déterminisme qui n'est autre que le mythe du nombre. C'est aussi dissocier, et de façon purement abstraite, la géographie et l'histoire en revenant à une conception abandonnée il y a plus de vingt ans, suivant laquelle la géographie donnait l'image d'équilibres immuables – à l'échelle humaine – dont l'histoire récente a montré toute l' inanité.

⁵¹⁶ [...] une géographie quantitative qui ne saurait exister.

⁵¹⁷ [...] Si l'on part de la considération qu'il y a des *faits géographiques* et une *image géographique*, qui est en même temps une présentation et une explication globale des faits, il est facile de définir cette place. L'objet de la recherche géographique est de donner des images synthétiques comportant une *description exhaustive* faisant entrer en ligne de compte tous les facteurs susceptibles d'intervenir dans la globalité de l'image, y compris naturellement l'image cartographique et tous les éléments d'explication donnant à cette image sa place dans un ensemble horizontal (aspect comparatif de la géographie et base des typologies) et sur un profil évolutif (dimension historique et indication des tendances).

Christofoletti (1982, p.71) definiu a geografia quantitativa enquanto expressão da “aplicação intensiva das técnicas estatísticas e matemáticas nas análises geográficas” sendo esse procedimento uma das características básicas da assim chamada Nova Geografia. E na visão de Horácio Capel (1988 [1981]), a geografia quantitativa era nova não apenas em termo de métodos (tal qual o uso do computador), mas também pelos novos enfoques, problemas e marco conceitual. Mais ainda: a geografia quantitativa inovava na própria maneira de conceber a geografia. Por essa via, a ciência geográfica estaria muito mais próxima das ciências matemáticas e da natureza, que do conhecimento histórico.

A quantificação foi entronizada em três dimensões: técnica de trabalho, método e explicação geográfica. Em conclusão, a *New Geography* foi uma “involução” por várias razões: (1) posto que se baseou na economia neoclássica; (2) suprimiu o homem, ao mesmo tempo em que despersonalizava o *homo sapiens* e o substituía pelo *homo economicus*; (3) desespacializava o espaço ao reduzi-lo a “uma teia de coordenadas sem relação com o real” (SANTOS, 2008 [1978], p.115); e (4) desistorializava o espaço através de um conjunto de fórmulas matemáticas na qual a história era afastada de modo sistemático. Em poucas palavras: era a sofisticação do positivismo na Geografia.

Agora, municiado por Bachelard e Althusser, o alvo de Yves Lacoste é duplo: com Bachelard, ele pensa que a reflexão é o primeiro passo para a medição – “É preciso refletir para medir, em vez de medir para refletir” (BACHELARD, 2001 [1938], p.262) – movimento contrário faziam os intelectuais da assim chamada geografia quantitativa; e apoiado em Althusser, criticava a geografia a serviço dos aparelhos de Estado. Epistemologia, ideologia e poder: três temas que aparecerão melhor delineados – e relacionados com a Geografia – a partir de sua *magnum opus* e, sobretudo, da revista *Hérodote*.

A relativa ausência de vigilância epistemológica conduziu à mistificação e redução do saber geográfico às escalas da escola e da universidade. Lacoste investe contra isso ao mostrar que a Geografia, antes dessa redução ao nível institucional, era portadora de um discurso que fornecia conhecimentos a serem utilizados tanto na esfera política, quanto na esfera militar. De certa forma, a Geografia institucionalizada nas escolas e universidades toldava a dimensão político-militar em nome de um saber estritamente científico e neutro. E, para alguém que havia visto *in loco* a guerra de resistência do heroico povo vietnamita contra os imperialistas dos EUA, estava mais do que na hora da geografia ser recolocada na qualidade de função do aparelho de estado com uma dupla atribuição: (1) para fazer a guerra; e (2) para controlar e organizar os homens no território.

A dupla atribuição colocava em foco a questão do mapa. O estado subalterno em que essa questão se encontrava denotava o espaço bastante limitado para os problemas político-epistemológicos da cartografia. Seja técnica ou ciência, a cartografia era considerada apartada e diferente da geografia. Consequentemente, o mapa não era visto da forma como deveria ser: “um conjunto de *sinais*, a certo abstrato que foi extraído do concreto” (LACOSTE, 1974 [1973], p.243). Yves Lacoste enxerga o mapa em sua dupla função: objeto de conhecimento (epistemológico) e objeto de poder (político). Destaque para os mapas de estado-maior: produzidos em grande escala pelo e para os aparelhos de Estado.

Além dos mapas, os próprios geógrafos eram elos entre a prática científica e a prática do poder. Heródoto inaugura uma prática na qual os geógrafos, conscientemente ou não, são – na maioria das vezes – agentes de informações. Eles observam a topografia, a repartição populacional e a organização político-administrativa do espaço. Lacoste rememora os casos de Emmanuel de Martonne e Isaiah Bowman (1878-1950), conselheiros de Clemenceau e Woodrow Wilson, respectivamente. Se a Geografia tinha uma função militar, as operações militares – de grande envergadura – também tinham uma função geográfica: modificar as relações entre os dados naturais e os fenômenos humanos. Se a geografia serve para a guerra, a guerra é também geográfica. A resistência vietnamita é um bom exemplo. Onde Lacoste (1974 [1973]) distingue guerra ecológica de guerra geográfica. A guerra ecológica objetiva destruir a vegetação, transformar a disposição física, a composição pedológica. A guerra geográfica inclui a dimensão ecológica mais a transformação radical da distribuição espacial do povoamento.

Pari passu a função militar, a função política da Geografia é também evidenciada. Os alemães Humboldt e Ritter articulam descrições parciais do espaço com a totalidade do globo. O poderio da incipiente moderna geografia alemã fica visível na Guerra Franco-Prussiana, na qual a combinação de raciocínios geográficos e motivações políticas se cristalizam na peremptória vitória da Prússia. Ratzel é visto como um autor cuja obra será decisiva pra a Geografia. Isso porque ele associa estritamente a geografia política com a antropogeografia. Na esteira deste, também impulsiona a ciência geográfica alemã o general Karl Haushofer.

Com a derrota do Nazismo ao fim da Segunda Guerra Mundial, inicia-se o período de gelificação – pelo menos na forma – da geopolítica, associada visceralmente ao Terceiro Reich. A geografia, em especial a escola francesa, passa a escamotear os problemas políticos. Vidal de la Blache, mestre dessa escola, coagula em suas obras⁵¹⁸ “a ideia das descrições regionais aprofundadas, consideradas como a forma mais depurada do raciocínio geográfico”

⁵¹⁸ Lacoste refere-se a duas obras: (1) *Quadro da Geografia da França*; e (2) *A Geografia Universal*.

(LACOSTE, 1974 [1973], p.248). Trata-se de uma forma teórica e metodológica que captura as relações históricas entre o homem e a natureza, especialmente aquelas mais pretéritas. Contudo, o desenvolvimento do capitalismo industrial – especialmente na França – perturbava as permanências, equilíbrios e continuidades típicas de uma paisagem rural cuja atividade primordial era a agricultura. A contribuição de Vidal é contraditória. Em primeiro lugar, o pensamento vidaliano demarca a ruptura – ou poderíamos dizer a *cesura* – entre ciências sociais e geografia. Vidal também combate a tese do “determinismo geográfico” ao realizar as mediações históricas entre os fatos humanos e os dados naturais. Em segundo lugar, confere à monografia regional a forma por excelência de captura do conteúdo geográfico – a relação entre natureza e homem. Esse tipo de relação é captado através do estudo da região, ou seja, da extração de uma porção do espaço a ser estudada cientificamente pelo geógrafo em suas dimensões físicas e humanas interrelacionadas.

Lacoste (1974 [1973], p.250) incomoda-se com a compreensão da região enquanto um *dado* – “um espaço dotado de certas particularidades, apresentando uma ‘individualidade’ que a torna diferente dos territórios que a circundam”. Ora, se a região é um dado significa que tem uma existência objetiva, independente do sujeito que reflete sobre ela. A região não seria um objeto construído epistemologicamente e sim um fato, bastando ao geógrafo analisar em profundidade as relações entre homem e natureza nessa individualidade espacial. Para o caso da França, o critério definidor de tal individualidade oscilava entre a geologia e a política. Exemplificando: As regiões Maciço Central, Alpes e Bacia Parisiense assentavam-se em critério geológico. Por sua vez, as regiões Bretanha, Normandia e Champanha fundavam-se em critério político. À delimitação, seguia a análise.

Se a região era apresentada e compreendida como um dado, o mapa era apresentado enquanto uma “questão de bom senso” (LACOSTE, 1974 [1973], p.252). De um lado, objetivismo; de outro, subjetivismo cômodo. Nesse último caso, a escolha da escala de representação padece de uma consideração devida sobre a natureza dos problemas geográficos, sejam eles físicos (climáticos, pedológicos) ou humanos (políticos). Ora, dependendo do problema em tela, o mapa deve ser correspondente. *Exempli gratia*: os conflitos políticos entre os países capitalistas e socialistas requerem uma representação cartográfica de *pequena escala* – pois as extensões territoriais são enormes.

Eis então o problema epistemológico primordial da geografia para Yves Lacoste. A realidade aparece de modo distinto conforme os níveis de análise. Ele já havia apontado para isso quando analisou o bombardeamento dos diques no Vietnã. Dependendo do nível de análise em que se situa o geógrafo, a problemática posta em evidência cambia. Em *grande escala*, os

bombardamentos dos diques situavam a problemática de uma guerra de extermínio contra o povo vietnamita. Em *pequena escala*, a guerra de resistência vietnamita arrastou as duas grandes potências mundiais no conflito. Lacoste investia contra a ausência de vigilância epistemológica acerca da técnica cartográfica chamada *generalização* – que torna possível “estabelecer um mapa em pequena escala de uma “região”, a partir dos mapas de maior escala que a representam de modo mais preciso” (LACOSTE, 1974 [1973], p.253)

Ele reconhece que determinados geógrafos franceses já haviam abordado o problema da mudança de escala, portanto de nível de análise de conceitualização. Foi o caso de Jean Tricart, Olivier Dollfus, François Durand-Dastès, Henri Enjalbert e Pierre George. Os quatro primeiros concentraram-se na representação dos fenômenos da natureza. Pierre George – citado diretamente – evocou esse problema no que concerne a representação dos fatos humanos. Todavia, para Yves Lacoste não bastava concentrar-se numa ou noutra representação: era preciso articulá-las. Ele capturou um método de ser aplicado à climatologia, geologia, demografia e sistematizou – o que os geógrafos supracitados não faziam. Lacoste não vai apenas sistematizar o método, mas também teorizar e generalizar. Além disso, ele exemplifica – com sua própria experiência em Ouagadougou – a importância de se atentar para a combinação dos fatores geográficos que aparecem conforme o nível de análise e do espaço conexo:

Um mesmo geógrafo pode dedicar-se ao estudo dos problemas de um vilarejo africano, à análise da situação da região onde se encontra este vilarejo, ao exame dos problemas em nível do Estado onde ela se inscreve, e à apreensão do “subdesenvolvimento” no nível do conjunto do “Terceiro Mundo”; tal geógrafo terá, de fato, discursos bastantes diferentes (nem que seja pelo vocabulário) que não se relacionam uns com os outros e que parecem excluir-se em muitos pontos (LACOSTE, 1974 [1973], p.254).

Isso conduz à discussão da *démarche* lacosteana na investigação geográfica. Se a Escola Francesa de Geografia detinha, enquanto nível de análise privilegiado a *região*, para Yves Lacoste era decisivo situar-se em outros níveis de análise. Isto era necessário, mas não suficiente. Uma análise regional pode ocultar ou deformar fenômenos e problemas tanto quanto uma análise em escala local ou nacional. Daí que para o geógrafo em tela articular os diferentes níveis de análise era um passo crucial na investigação de caráter geográfico. A articulação das observações são função do que ele chama de *espaços distintos de conceitualização*: “instrumentais que permitem apreender o que se passa em diversos pontos da superfície do globo” (LACOSTE, 1974 [1973], p.259). Ou seja, as observações efetuadas nos diferentes níveis de análise são função do tamanho do espaço considerado e dos critérios da seleção.

Apoiando-se na noção de “diferentes tempos” de Louis Althusser, Lacoste relê essa noção e raciocina que o geógrafo deveria também atender para uma diferenciação entre o espaço enquanto *objeto real* e o espaço enquanto *objeto de conhecimento*. Nesse último caso, trata-se das mais distintas representações espaciais – seja de cientistas (matemáticos, geógrafos), seja de artistas (pintores, por exemplo) – e sua correspondente evolução histórica.

Em mais um exemplo de relação frutífera com a influência foucaultiana, Yves Lacoste associa a cartografia ao poder. Um poder sobre o espaço está conectado com a representação do espaço. Indubitavelmente, a cartografia é conhecimento e poder ao mesmo tempo – como nos ensina Brian Harley (2009). É certo que, assim como Harley, Lacoste é ciente que essa ciência dos príncipes – a cartografia – é bastante antiga. Não obstante, ele demarca com o colonialismo o surgimento de uma necessidade de representar o espaço de modo mais fidedigno, daí o papel primordial do cartógrafo-geógrafo. Era preciso afastar as representações espaciais míticas. O desenvolvimento do capitalismo implicou uma diferenciação das representações do espaço. Tais representações dependem, em larga medida, “da diversidade das escalas em que ele é considerado” (LACOSTE, 1974 [1973], p.258). Como resultado, uma ampliação das representações espaciais se processou atingindo desde as classes dirigentes até as camadas mais amplas da população. As múltiplas representações do espaço estão entrelaçadas nas práticas sociais. A classe trabalhadora, por exemplo, vive e percebe o espaço geográfico de modo diferente da burguesia. Lacoste cunha o conceito de *espacialidade diferencial* para capturar as distintas percepções a partir das classes sociais.

Mas como expressar a articulação entre os espaços de conceptualização e suas interações correlativas? Essa tarefa seria cumprida através da construção de modelos. Estes teriam como inspiração uma sucessão de mapas produzidos em escalas decrescentes, isto é, das menores superfícies às maiores – com os detalhes sendo inversamente proporcionais. Os modelos evitariam a técnica cartográfica da generalização. Não se tratava de derivar um mapa de escala pequena a partir de um mapa de escala grande. Os modelos explicariam a crescente distinção realizadas na superfície terrestre entre as “situações geográficas” (LACOSTE, 1974 [1973], p.260).

Podemos dizer que na articulação dos diferentes níveis de análise Yves Lacoste enxerga uma resposta à crise da geografia francesa, de cariz vidaliano. Ele reconhece o mérito de Vidal de la Blache em ter mostrado as complexas relações entre os dados físicos e humanos por meio da análise regional. Através dos trabalhos de Vidal – e de seus seguidores – a região adquiriu “personalidade”, sendo reconhecível pela fisionomia paisagística e tratada como um dado histórico-natural objetivo. Sendo um dado *a priori*, bastaria ao geógrafo esmiuçar e deslindar a

paisagem. Lacoste atribui a essa operação, aparentemente natural, a responsabilidade pela eliminação dos problemas epistemológicos inerentes à Geografia. A região transformou-se no espaço de conceptualização predileto dos geógrafos, um conceito-obstáculo, sendo a monografia sua forma de apreensão.

É possível deduzir que o incômodo lacosteano é menos com a análise regional e sim com a *redução* do raciocínio geográfico a esse nível de análise, a esse espaço de conceptualização. Os níveis de análise, os espaços de conceptualização, eram *construções epistemológicas* assentadas no raciocínio geográfico. A própria cartografia foi reduzida a um nível de técnica, enevoando sua dimensão política – parte essencial do pensamento de Humboldt e Ritter (LACOSTE, 1974 [1973], p.264). Reduzida a nível regional, a análise geográfica escamoteava a referência a vários níveis de análise. Na visão de Lacoste, Vidal e seus continuadores – a exemplo de Emmanuel de Martonne – teriam transformado a abordagem da articulação dos diferentes níveis de análise numa comparação de situações geográficas existentes no mesmo nível, notadamente o regional.

Destarte, Yves Lacoste constata uma contradição: nos primórdios do século XX, a mesma geografia que busca asseverar seu caráter humano omitia a industrialização e, como seqüela, a urbanização da França. Poderia ter sido diferente? Ao que tudo indica, Lacoste pensa que sim pois o grande geógrafo francês Élisée Reclus já vinha publicando obras que conferiam lugar de destaque às cidades, indústrias, bem como aos problemas sociopolíticos e econômicos futuramente escamoteados pela Escola Francesa de Geografia. Reclus situa o Estado enquanto espaço de conceptualização predileto. Mas é Vidal quem triunfa com as sínteses descritivas regionais. A perspicácia da análise vidaliana, no nível regional, condena Reclus ao esquecimento. Provavelmente alicerçado nas reflexões de Meynier (1969), Lacoste cita outros fatores que contribuíram para o esquecimento: ele era um *communard*⁵¹⁹, anarquista e viveu grande parte da sua vida no exílio⁵²⁰.

Ora: se a Geografia havia escamoteado, principalmente, os problemas políticos era justamente essa dimensão que deveria ser recuperada. É por isso que Yves Lacoste busca recuperar a dimensão político-militar da ciência geográfica. Há um desdobramento da Geografia no final do século XIX: ao lado do que podemos chamar de geografia político-militar desenvolve-se uma *geografia dos professores* – resultado da introdução da ciência geográfica nos *lycées*, escolas primárias e colégios. Seu coroamento é o ensino superior com a função de

⁵¹⁹ Partidário da Comuna de Paris (1871)

⁵²⁰ Além dos pontos observados por Yves Lacoste, Meynier adiciona que o público francês – cartesiano – preferia textos mais estruturados e de aparência mais demonstrativa.

formar os professores. A conceituação *geografia dos professores* é nitidamente tributária das reflexões de Louis Althusser (1970; 1979 [1965]):

É este discurso pedagógico e científico, cortado da prática militar e política, que é considerado como a geografia: é a geografia dos professores. Fora da produção de ideias propriamente científicas, aquilo que ela faz apesar das dificuldades que foram evocadas, isto é, seu papel, sobretudo tal como ele se exerce na Escola, é eminentemente ideológico (LACOSTE, 1974 [1973], p.266).

Lacoste, arriscamo-nos a dizer, tipifica três geografias: (1) a geografia político-militar, (2) a geografia dos professores e (3) a geografia dos *mass media*. Coube à geografia dos professores a função ideológica de camuflar a dimensão política dos fenômenos geográficos. Assentada prioritariamente nas ciências naturais, ela ocultava a relevância das estruturas socioeconômicas e do poder político em duas direções: (I) organização do espaço; e (II) nas relações entre homem e natureza desenvolvidas no espaço. Além disso, a geografia dos professores viabilizava a enumeração dos fatores geográficos enquanto forma de raciocínio e explicação.

Com o escamoteamento dos problemas políticos, os geógrafos foram agentes e pacientes da mistificação. Contraditoriamente, foi preciso que a mistificação atingisse o paroxismo para que ela fosse objeto de crítica (conhecimento) e, logo, de transformação. Daí que, para Yves Lacoste, grande parte da chamada crise da geografia era a tomada de consciência da mistificação. Nesse caso, o geógrafo reconhece o grande papel de Pierre George ao contribuir para desobstruir a reflexão geográfica tanto de “conceitos-obstáculos” quanto ao colocar problemas fundamentais. Lacoste não dá detalhes, mas podemos inferir que um dos méritos de George foi atentar para as diversas situações geográficas e a importância das mudanças das escalas – portanto dos níveis de análise e conceptualização.

A mistificação atingiu o próprio Vidal de la Blache. Yves Lacoste reconhece a complexidade da obra vidaliana. Salienta que ela não se reduz ao *Quadro da Geografia da França* – obra de referência do pensamento geográfico francês – e rememora os *Princípios de Geografia Humana*. Ao que parece, até aquele momento (1973), Lacoste não conhecia a obra de Vidal intitulada *La France de l'Est* (1917). Albert Demangeon, um dos continuadores da obra vidaliana, é retratado como detentor de uma obra⁵²¹ que, embora preocupada com problemas político-econômicos, teve uma influência limitada. Dresch é citado como um defensor da unidade da Geografia, pioneiro de uma geografia dos capitais e um anticolonialista,

⁵²¹ Yves Lacoste cita as seguintes obras: *Le déclin de l'Europe* (1923); *L'Empire britannique* (1923); *Les Iles britanniques* (1927); *Le Rhin* (1935).

caracterização que permanecerá quando Lacoste (1978) lhe dedica um número da futura revista *Hérodote*.

Então, a mistificação foi resultado da ausência de vigilância epistemológica dos geógrafos em relação à sua própria ciência. De “conhecimento político do espaço” ela passou a ser um discurso “apolítico” do espaço (LACOSTE, 1974 [1973], p.270). Mas não só os geógrafos tinham, digamos, culpa. Ele queixa-se também do fato da reflexão sobre o espaço geográfico estar bloqueado no plano da sociedade. Baseando-se em Bachelard, trata-se de uma *clausura epistemológica* – uma recusa inconsciente e coletiva de refletir sobre o espaço. Recorda a preferência dos filósofos e de outros cientistas (sociais) pelo Tempo, em contraposição ao Espaço. E quem poderia melhor expressar essa dupla preferência, enquanto filósofo e cientista (social), que Karl Marx?

A contribuição essencial de Marx às ciências sociais e à reflexão política é, em grande medida, função do interesse que ele mostra pelos “tempos longos”, isto é, por aqueles que permitem observar a evolução dialética das relações e dos meios de produção. Ora, Marx organiza tanto seu raciocínio por referência constante à história, que por ele é reorganizada, que se mostra indiferente aos problemas do Espaço (LACOSTE, 1974 [1973], p.271).

Ora, mas não é verdade que Marx mostrou-se “indiferente aos problemas do espaço”. O mesmo erro é cometido por Paul Claval (2006, p.124) ao grafar que “na obra fundamental de Marx, *O capital*, praticamente não há referência ao espaço”. Nós mesmos já citamos aqui sua obra máxima, particularmente o livro terceiro, no qual ele considera o espaço “elemento necessário a toda produção e a toda atividade humana” (2008 [1894], p.1026). Da mesma forma, entendemos que Marx (2011 [1858]) também se preocupava, nos *Grundrisse*, com o movimento de *anulação do espaço* enquanto tendência do próprio capital em seu movimento. Oliveira (1988, p.67) chamou de *atropelamentos* ao materialismo histórico e dialético raciocínios do tipo lacosteano e faz uma crítica ao escrever que “uma leitura atenta do Livro 2 e mesmo do Livro 3 poderá, certamente, fazer com que esses geógrafos mudem totalmente de ideia”. O exemplo que Oliveira fornece, extraído do Livro 2 de *O capital*, é cristalino: “Ao desenvolverem-se os meios de transporte, aumenta a velocidade do movimento no espaço e assim reduz-se no tempo a distância geográfica” (MARX, 2000 [1885], p.286). Não é possível, logo, culpabilizar Marx sobre um pretense “silêncio” em relação ao espaço. A bem da verdade, como o próprio geógrafo reconhece a respeito da relação de Marx e o espaço geográfico:

Não, nada, porque eu não li nada. Eu não li nada. Aliás, não li nada de Marx. Porque quando eu comecei a ler O [capital], para fazê-lo corretamente porque eu era

comunista você tem que ler *O capital*, eu comecei a ler *O capital*, eu não estava interessado [risos]. Então, eu, eu nunca disse que nunca tinha lido a tese de Marx, o livro de Marx.

Porque isso, porque eu não estava interessado nisso. Porque quando eu me tornei comunista, eu tinha 18, 17 anos. Havia outras coisas que me interessavam [mais] do que ler essa coisa. Eu não iria passar vários dias, semanas lendo isso. Eu estava pensando, não disse imediatamente que eu nunca li *O capital* (Entrevista com Yves Lacoste, 21/07/2022).

Nenhum espaço de conceptualização poderia ser privilegiado. Yves Lacoste atenta para a elasticidade das noções espaciais, a exemplo de região e país. O imperialismo era explicado no modelo de Samir Amin (1977 [1970]) por meio das alegorias geométricas de centro e periferia, “cujos contornos só fazem referência a uma enumeração anexa e colocada entre parênteses de nomes de Estados e de regiões geográficas” (LACOSTE, 1974 [1973], p.272). Aliás, o imperialismo era visto como um “problema geográfico e político primordial” (LACOSTE, 1974 [1973], p.273). Notável diferença para quem anuviava o imperialismo em *Géographie du sous-développement* – obra publicada três anos depois do fim da assim chamada Guerra da Argélia. Para o geógrafo em tela, era necessário construir o instrumental conceitual para apreender o Espaço, inclusive para explicar o fenômeno imperialista.

Finalmente, se o futuro da geografia era constituir-se enquanto ciência, era fundamental debruçar-se sobre o problema epistemológico da ciência geográfica cujo cerne era o problema ideológico. O entrelaçamento das questões ideológicas, epistemológicas e políticas era uma tarefa que, simultaneamente, ultrapassava os geógrafos, mas era impossível de ter sucesso sem eles – pois o saber geográfico era pleno de significação política e ideológica. Por isso Lacoste recomenda: (1) orientar a reflexão epistemológica para todos os tipos de discurso e representações do espaço, da geografia à arte; (2) atentar para todas as manifestações das crises⁵²² e suas respostas reformistas ou revolucionárias; e (3) orientar a reflexão sobre a prática dos que “têm poder sobre o espaço”, deliberam sobre o desenvolvimento urbano e dos empreendimentos industriais, dirigem o aparelho de Estado, numa palavra, fazem a guerra (LACOSTE, 1974 [1973], p.274). Não seria exagero considerar que nessas importantes recomendações concentra-se o programa de pesquisa e reflexão da futura revista *Hérodote*, bem como no livro *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre*.

⁵²² Rememoremos as quatro crises citadas pelo geógrafo: ecológica, demográfica, urbana e a acentuação das desigualdades.

XI – 1974, a segunda ida ao Vietnã: os desafios da grande agricultura socialista

Entrementes, Yves Lacoste fará uma nova visita ao então Vietnã do Norte. O resultado dessa viagem será apresentado ao público na edição do jornal *Le Monde* de 04 de janeiro de 1975. O título: *Quebrando a “autarquia” das cooperativas*. Hanói lança-se na “grande agricultura socialista”⁵²³. Numa demonstração de prestígio e relevância, Lacoste foi recebido pelo então primeiro-ministro Pham Van Dong. As impressões vieram a calhar porque o jornal reconhecia a dificuldade de obter informações no país, a exemplo dos pedidos de visto que não obtinham sucesso.

O jornal do Partido Comunista do Vietnã (PCV) *Nhan Dan* havia publicado, ao que tudo indica em outubro de 1974, dois extensos relatórios assinados pelo então secretário-geral do PCV, Le Duan (1907-1986) e Pham Van Dong⁵²⁴. De acordo com Lacoste, os relatórios tratavam dos problemas da construção da agricultura socialista e mostravam os progressos feitos, apesar da guerra, além de ofertar provas concretas de que novos avanços eram possíveis. Além disso, os relatórios gizavam os obstáculos, assinalavam as transformações estruturais que deviam ser realizadas, bem como forneciam evidências dos novos problemas.

Uma das cooperativas estudadas pelo geógrafo foi a de Vu-Thang – na província de Thai-Binh – com 1100 habitantes por quilômetro quadrado. Era uma das aproximadamente 500 cooperativas-piloto – listadas em agosto de 1972. As cooperativas eram escolhidas para implementar as técnicas aconselhadas pelos agrônomos da então República Democrática do Vietnã. A cooperativa contava com 4 mil habitantes distribuídos em somente 400 hectares. Além desse problema, por se tratar de terras baixas, a colheita de outono frequentemente ficava comprometida porque as águas pluviais as submergiam. A evacuação se tornava difícil vez que os arrozais, localizados atrás dos diques, ficavam numa altura inferior [*en contrebas*] aos rios. Registre-se que o arroz é o elemento básico da dieta alimentar vietnamita.

Mesmo assim, os progressos foram espetaculares. Antes da reforma agrária de 1956, Vu-Thang produzia 3 toneladas de *paddy*⁵²⁵ por hectare. Em 1974 os rendimentos da cooperativa saltaram para 11-12 toneladas por hectares. O que explica esse progresso? a utilização sistemática de sementes selecionada, variedades novas de arroz, duplicação dos suprimentos de fertilizantes, intensificação dos trabalhos agrícolas, a divisão do trabalho e os

⁵²³ *Brisant l'« autarcie » des coopératives*. Hanoï se lance dans la « grande agriculture socialiste ».

⁵²⁴ No tomo III de *Unité et diversité du tiers monde*, Yves Lacoste referencia uma publicação datada de 1975 e assinada por Dong e Duan intitulada *Vers une agriculture de grande production socialiste*. Pode-se presumir que estes dois relatórios foram publicados nesse texto em Hanoi.

⁵²⁵ Espécie regional de arroz.

grupos de especialistas, reagrupamento de pequenas parcelas em arrozais de grandes tamanhos (ultrapassando 25 hectares) e, finalmente, melhorias das obras hidráulicas – que exigiram uma grande massa de terraplenagens (70 a 80 mil metros cúbicos) realizadas pela população da aldeia.

Vu-Thang também adquiriu duas baterias de bomba que tornou possível irrigar a totalidade das terras cultivadas e remediar a seca que comprometia regularmente a colheita de primavera. No caso da colheita de outono a situação era um pouco mais complicada. Porque as bombas não eram potentes o suficiente para evacuar um elevado volume de água pluvial. No verão, não era possível utilizar os tratores nos arrozais pois há muita água. Então, a cooperativa recorria aos búfalos – o que encarecia o preço em relação às máquinas. Sem embargo, metade dos trabalhos de Vu-Thang era feita com trator.

Mas nem só de arroz vivia a cooperativa. A batata era cultivada em 25% da superfície agricultável. Além de diversificar a produção, tratava-se de estender essa cultura para os próximos anos e com isso aumentar as rendas e os dias de trabalho em Vu-Thang. O número de dias de trabalho passou de 150 no biênio 1963-1964 para mais de 250 em 1974-1975.

A província de Thai-Binh detinha uma classificação das cooperativas. 240 se encaixavam na classificação de “médias”, 72 eram classificadas como “fracas” – rendimentos próximos de 3 toneladas. Vu-Thang era uma das 220 assim chamadas cooperativas de “vanguarda”. Esse qualificativo era dado aquelas que produziam por colheita mais de 5 toneladas de *paddy* por hectare. Cabe destacar que a questão da agricultura era vital para a aldeia de Vu-Thang: em 1945, perto de 20% (420 mortes) da população total morreu quando da grande fome que ceifou a vida de 2 milhões de pessoas no Vietnã.

Capitaneado pela agricultura, o nível de vida aumentava: escola primária, escola secundária, berçário, creche, um teatro-sala de reuniões, um dispensário-maternidade com mais de vinte camas e cinco médicos auxiliares em permanência. A cooperativa custeava as obras, comprava adubos, inseticidas, combustível para as suas máquinas. Existiam reservas de arroz para caso uma colheita de outono fosse destruída por um tufão e a ração de arroz era da ordem de 20 kg por mês. Um sintoma do progresso de Vu-Thang foi a criação de um curral de porcos que contava à época com 1500 suínos alimentados (em grande parte) com arroz.

A cooperativa tinha deveres para com o Estado do Vietnã. Para este, ela entregava cerca de 15% da colheita ao preço de 0,3 *dong* o quilograma. Não obstante, dependendo do ano, o volume da contribuição obrigatória era superado na margem de 5% a 7%, fazendo com que esse arroz adicional fosse pago pelo Estado no preço de 0,83 *dong* o quilograma.

Agora fica mais claro entender o título da reportagem que Yves Lacoste publicou no *Le Monde*. Vu-Thang tinha quadruplicado seus rendimentos na rizicultura desde a coletivização. A prosperidade camponesa, o curral de porcos, todos foram resultados dos progressos agrícolas no quadro da cooperativa. Mas isso, sendo uma cooperativa de vanguarda, colocava o problema da autarquia. Isso porque os progressos nas cooperativas eram bastante desiguais – tema caro ao socialismo.

O Vietnã, naquela altura, praticamente já havia vencido a guerra contra a República Imperial e, portanto, estava posto o problema da reconstrução econômica e política nacional. Ora, muitos dos dirigentes das cooperativas eram heróis, mas não quadros aptos a identificar os gargalos das estruturas produtivas. Yves Lacoste comprovou isso *in situ*. A reconstrução nacional passava pela reciclagem dos quadros dirigentes e pela difusão dos conhecimentos científicos em matéria de agronomia e gestão.

Um outro problema dizia respeito à questão da produção coletiva – outro tema decisivo para os socialistas. Algumas cooperativas classificadas como “fracas” pelos dirigentes não eram necessariamente caracterizadas por um menor nível de vida dos membros, mas por um menor desenvolvimento das atividades coletivas. Lacoste observa que sobretudo nas cooperativas situadas nos arredores das grandes cidades, os camponeses estavam menos preocupados em aumentar as produções coletivas do que o rendimento dos seus terrenos individuais, cujos legumes se vendem a preços muito elevados no mercado livre nos centros urbanos. Por exemplo, se o Estado pagava entre 0,30 e 0,83 *dong* o quilograma de arroz, no mercado livre o preço chegava a 1,2 *dong*.

Vê-se como o problema do *day after*, do *lendemain* da reconstrução nacional desafiava os socialistas vietnamitas depois da sua própria “Guerra dos Trinta Anos” perpetrada pelos imperialistas japoneses, franceses e estadunidenses. Destarte, fica mais nítido o motivo de Le Duan e Pham Van Dong insistirem sobre a necessidade de consolidação das relações de produção cooperativas. Os dirigentes revolucionários estavam cientes de que essa consolidação passava pelo aumento do nível de vida dos membros.

Para aumentar o nível de vida e consolidar as cooperativas, foram adquiridos novos meios de produção: equipamentos hidráulicos, tratores, máquinas, estações agronômicas desenvolvendo sementes selecionadas de novas variedades, agrônomos. Porém, como eram exíguos os técnicos e os equipamentos, ambos não poderiam ser dispersos por diversas cooperativas. Lacoste diz que esse tópico era enfatizado no relatório pois as cooperativas eram pequenas demais para se beneficiar dos novos meios de produção. Muitas cooperativas tinham entre 200 a 300 hectares e empregavam entre 400 a 500 trabalhadores. Nas palavras do

geógrafo: “muitas vezes, no seio da cooperativa, os trabalhos efetuam-se ainda no âmbito das brigadas de produção que não correspondem a uma divisão do trabalho técnico, mas às diferentes localidades que foram agrupadas⁵²⁶”. Daí que exista “tantas brigadas como lugarejos ou aldeias reunidas na cooperativa⁵²⁷”. Uma consequência era a divisão das colheitas de forma bastante desigual. A solução, de acordo com Le Duan, passava por enfrentar essa estrutura produtiva que operava (produzia e consumia) de forma “autárquica”. Esse enfrentamento traduzia-se na substituição da *pequena* produção dispersa pela *grande* agricultura socialista.

Como então realizar essa substituição? Podemos responder lacosteanamente: mudando a escala. Em vez de se centrar nas cooperativas em si, reagrupá-las a nível de distrito. O distrito deveria se tornar a base dessa mudança a partir da concentração de agrônomos, técnicos de gestão e um parque de material móvel que farão a intervenção nas cooperativas. Também estava em jogo diversificar as culturas: produzir, algodão, cana de açúcar e a pecuária. Dessa forma, o distrito se tornaria a estrutura essencial da grande cultura socialista.

⁵²⁶ [...] mais bien souvent, au sein de la coopérative, les travaux s’effectuent encore dans le cadre des brigades de production qui ne correspondent pas à une division du travail technique, mais aux différentes localités qui ont été regroupées.

⁵²⁷ [...] il y a encore autant de brigades que de hameaux ou de villages rassemblés dans la coopérative.

CAPÍTULO 4. A CONSOLIDAÇÃO DA RUPTURA, A INAUGURAÇÃO DE UMA GUERRILHA EPISTEMOLÓGICA NO CAMPO DA GEOGRAFIA E O CAMINHO PARA A *THÈSE D'ÉTAT* (1976-1979)

Como vimos no capítulo anterior, a Revolução Vietnamita contra o imperialismo estadunidense foi um ponto de viragem na trajetória intelectual de Yves Lacoste. Da mesma forma que a descoberta de Ibn Khaldun desvia a atenção do geógrafo das questões eminentemente geomorfológicas para aquelas do subdesenvolvimento e do terceiro mundo, a experiência de testemunhar os bombardeios dos diques no rio Vermelho e elevá-la ao nível de reflexão geográfica conduz o geógrafo a considerar a Geografia sob o prisma da guerra. Se a Geografia servia – antes de tudo – para fazer a guerra, foi a Revolução Vietnamita que forneceu concretude para uma perspectiva segundo a qual a guerra fazia – também – Geografia. A síntese ele expressou no conceito de *guerra geográfica*.

Essa nova perspectiva, enxergar no paroxismo da política – a guerra – enquanto dimensão primeira da utilidade do saber geográfico implicava um compromisso político (o posicionamento em relação à um dos lados do conflito), social (a denúncia das injustiças, dos dramas) e também acadêmico (seja na dimensão institucional, de uma universidade comprometida com as lutas sociopolíticas hodiernas, seja na dimensão das ideias, ao recuperar o exemplo de Reclus).

Ora, essa nova perspectiva geográfica faz com que Yves Lacoste veja com outros olhos uma figura tal qual o geógrafo anarquista Élisée Reclus – por oposição à Paul Vidal de la Blache. Essas figuras intelectuais não apresentam para Lacoste um interesse meramente pessoal, mas também um prisma distinto de observação e interrogação do saber geográfico. Recuperar o herético Reclus, contra o canônico Vidal, significava perturbar o *status quo* disciplinar da Geografia Francesa. Servia para vocalizar outras direções, marcar distintas concepções acerca da geografia.

É certo que o geógrafo em tela não é o único soldado desse exército, tampouco Reclus será a única referência a ser reapropriada. Na França, colegas (Kayser, Rochefort) e mestres (Dresch, George) de Yves Lacoste já haviam tido contato com a literatura marxiana. A título de ilustração, após uma temporada no seio da *New Geography*, David Harvey se marxiza com o seu *Social Justice and the City* (1973). Ou ainda o curioso caso do geógrafo William Bunge (1928-2013) cujo compromisso sociopolítico converte-o de professor universitário à taxista. Por falar em Bunge, seu exemplo é considerado por Jean-François Deneux (1947-2016) como

portador de uma lógica⁵²⁸ que serve como um dos fundamentos da renovação lacosteana da geografia política na França. Deneux (2006, p.151) avalia que o geógrafo estadunidense pratica uma geografia fundada sobre a ação e colocada à *serviço dos cidadãos*⁵²⁹. O geógrafo franco-marroquino caminhará nessa trilha sublinhando o caráter estratégico da Geografia e orientando-a para a denúncia das ideologias dominantes.

A particularidade de Lacoste nesse campo é que, em razão de todas as suas camadas de experiências sociais e intelectuais, ele logra êxito em alterar qualitativamente o estado da geografia feita em França ao resgatar Reclus, mas também em situar a política enquanto instância geográfica por excelência. Isso não quer dizer, obviamente, que o geógrafo em tela foi o primeiro ou o único a tratar de geografia política. *Exempli gratia*, além de Jean Brunhes e Camille Vallaux, podemos citar Gottmann e Jacques Ancel (1882-1943). Ancel já havia publicado em 1936 uma *Géopolitique* – obra na qual ele tenta demonstrar as “características falaciosas e perigosas⁵³⁰” da *Geopolitik* alemã (LESTERPT, 1988, p.236). E Gottmann publica, em 1952, *La politique des Etats et leur géographie*.

De qualquer forma, a renovação da Geografia na França era uma tendência na década de 1970 e os intelectuais que participaram dessa renovação precisavam de um órgão para expor suas ideias. Roger Brunet tinha a *L’Espace Géographique* desde 1972. Dois jovens geógrafos – Jacques Lévy e Christian Grataloup – fundam em 1975 a revista *EspacesTemps*. Olivier Bernard (2016, p.45) considera que essas revistas não tinham como projeto destruir os paradigmas clássicos da geografia, mas sim refunda-los. Elas tinham projetos editoriais inscritos numa perspectiva científica baseada numa abordagem teorizante e quantitativa ou na busca de um “*aggiornamento*” que permitisse confrontar-se [*se mesurer*] com as ciências sociais.

Hérodote, é possível deduzir das observações de Bernard, lançará um olhar crítico, devastador sobre a universidade e sua produção intelectual. Adota uma linha mais radicalmente política e contestatória sem romper com o princípio epistemológico da unidade da geografia e defendendo um geograficidade mobilizadora de raciocínios e conhecimentos críticos. Sem embargo, tanto *EspacesTemps*, quanto *Hérodote*, vão buscar conciliar geografia, ciências sociais e marxismo.

Como veremos, Lévy e Numa Broc vão polemizar abertamente com *Hérodote* ao ponto de a revista desferir um ataque *ad hominem* contra Broc – um “ambiente próximo do

⁵²⁸ As outras duas enumeradas são a análise do bombardeamento dos diques no Vietnã e a reflexão epistemológica.

⁵²⁹ [...] *mise au service des citoyens* [...]

⁵³⁰ [...] caractères fallacieux et dangereux.

pugilato⁵³¹”, na expressão de Olivier Orain (2009, p.283). Não é por acaso que o período que se estende de 1975 a 1982, prenhe de lutas e disputas intelectuais, é batizado de “tempos do requisitório⁵³²”, por Orain (2009, p.274). No caso de *Hérodote* e Jacques Lévy, trata-se de um confronto entre um pragmatismo epistemológico *versus* uma exigência de refundação teórica, embora o fim último fosse influenciar os professores do ensino secundário e o público estudantil.

Embora não trate de um pragmatismo epistemológico, tal qual faz Olivier Orain, Jean-Robert Pitte (2016, p.12) aponta que paulatinamente a revista de Lacoste vai se tornar a “mais pragmática que se pode imaginar, simplesmente porque apela a autores que conhecem bem o que falam e desconfiam das ideologias da moda⁵³³”. Como e por quais razões a revista evoluiu no que é possível chamar de uma “dupla direção antípoda”? Pois antípoda à tradicional *Annales de géographie*, mas também às renovações teórico-metodológicas capitaneadas por *L’Espace géographique* e *EspacesTemps*. Analisemos.

I – Uma revista para grafar os dramas do mundo: *Hérodote* e sua dupla direção antípoda

“De repente eu fiquei muito famoso”. A ressonância da pesquisa levada a cabo no Vietnã faz com que Yves Lacoste, quando retorna à França, proponha à François Maspero o lançamento de uma revista que efetivasse uma *ruptura* com a imagem da Geografia tanto na universidade, quanto na escola. “Temos que publicar uma revista que faça as pessoas entenderem a importância estratégica, política, da geografia” (Entrevista com Yves Lacoste, 19/04/2022). Maspero deu o aval. Só que entre a concordância do editor e o lançamento do primeiro número vão se passar 04 anos.

Ou talvez 05 anos, pois Olivier Bernard atesta que o projeto da revista que se chamaria *Hérodote* foi concebido por Lacoste “desde 1971⁵³⁴” (BERNARD, 1981, p.152). Bernard era membro do pequeno grupo de estudantes que orbitava em torno de Lacoste. Aliás, esse pequeno grupo, que almejava conduzir os geógrafos a se preocuparem com os problemas políticos, não queria tomar partido nem da *Nouvelle Géographie*, tampouco do marxismo – modelo teórico então dominante nas “ciências humanas” (LACOSTE, 1996, p.5).

⁵³¹ [...] *ambiance proche du pugilat.*

⁵³² *Les temps du réquisitoire.*

⁵³³ [...] *plus pragmatique qui se puisse imaginer, tout simplement parce qu’elle fait appel à des auteurs qui connaissent bien ce dont ils parlent et se méfient des idéologies à la mode.*

⁵³⁴ [...] *dès 1971 [...]*

De qualquer forma, o que explica esse intervalo entre a concepção da ideia e a materialização? Yves Lacoste tinha percebido que mais do que ser útil para as pessoas, era decisivo saber como fazer isso tecnicamente. Daí as conversas com Béatrice Giblin e seus alunos no intuito de treiná-los no raciocínio geográfico.

Sem embargo, de acordo com Béatrice Giblin, foi Maspero quem pressionou Lacoste a criar uma revista – e não o contrário. Ele

[...] gostava muito de Lacoste e quando Lacoste voltou do Vietnã, ele disse: “Bem, você tem que fazer uma revista, você tem que fazer uma revista”, porque ainda não estava tão longe de 68, porque Maspero entendeu que era importante e deu carta branca para Lacoste, mas levou mais de 3 anos para lançar o primeiro número. Não foi... foi difícil, foi audacioso, foi... Lacoste queria associar absolutamente uma equipe de jovens de uma forma muito generosa e a equipe de *Hérodote*, no início, é de pessoas muito jovens, sob seu governo, evidentemente. Então, ele foi determinante, Maspero. [...] e que o impele e que diz sempre “vai em frente, vai, vai, faz a revista”. E, sim, Lacoste teve a ideia, mas ele, ele tinha, ele estava fazendo tudo também na época e, sim, Maspero verdadeiramente, profundamente apoiou isso, é Maspero quem decide o formato da revista, Maspero vai ser de um apoio constante porque no início não se ganha dinheiro com esta revista, ele perde dinheiro, evidentemente (Entrevista com Béatrice Giblin, 23/04/2022).

O desafio era duplo. De um lado, a guerra havia mostrado que os conhecimentos geográficos eram eficazes na ação político-militar. De outro, demonstrar a utilidade dos laços da Geografia com a história. E um intelectual da Antiguidade expressava esse duplo desafio: Heródoto (485 a. C – 425 a.C). Sem dúvida, Heródoto era um historiador. Sem embargo, não foi seu próprio amigo e filósofo – François Châtelet (1962, p.120) – quem argumentou ser Heródoto alguém preocupado em situar “o acontecimento no seu enquadramento geográfico⁵³⁵”? e que havia “multiplicado as observações geográficas⁵³⁶” no propósito de instruir e “dar novo relevo à ação humana, que então assume toda a sua eficácia⁵³⁷”? Assim, para Lacoste (1976a, p.59), ele era sobretudo um geógrafo

[...] preocupado com o destino dos Estados: este grande viajante, excelente observador (seja o que for que se tenha dito), não escreveu uma “história”, mas um *inquérito* sobre os países com que os atenienses tinham de lidar. As suas abundantes e múltiplas “digressões”, que as epistemologias da história hoje lhe acusam (é menos “cotado” do que Tucídides), porque elas rompem a continuidade do discurso histórico, são, na verdade, geografia, a enumeração enciclopédica de todas as informações que podem apresentar um interesse estratégico: o relevo, o clima, os rios, a vegetação, a distribuição da população, os “gêneros de vida”, a estrutura territorial dos diferentes Estados, a sua organização militar, o equipamento das tropas, etc., em suma, tudo o que é necessário saber para fazer a guerra ou conduzir uma ação política (mesmo as

⁵³⁵ l'événement dans son cadre géographique

⁵³⁶ multiplie les remarques géographiques

⁵³⁷ donner un relief nouveau à l'action humaine qui prend alors toute son effectivité

lendas que ele relata para os diferentes países são úteis para fins de “ação psicológica”)⁵³⁸.

E Heródoto também era considerado um geógrafo por ser um agente de informações do “imperialismo ateniense⁵³⁹” (LACOSTE, 1976a, p.59). Também estava encarregado de uma função ideológica: provar que os povos que cercavam os gregos eram os bárbaros. Para tanto, era necessário fornecer informações exatas sobre a organização dos povos com os quais Atenas estava em relação de maior ou menor conflitualidade. Lacoste percebe uma contradição entre a função ideológica e o que podemos chamar de função científica: a exigência de fornecer informações (sobre os bárbaros) exatas e necessárias à prática política e militar ateniense. Essa contradição, juntamente com a preocupação permanente dos problemas estratégicos, fazia com que Heródoto simbolizasse os problemas epistemológicos básicos da geografia: a descrição do mundo, ao mesmo tempo um saber estratégico e uma representação ideológica.

É por essa razão que a revista foi batizada *Hérodote*. Paul Claval (2000, p.244) aponta que o nome “tinha sido escolhido em 1972, na sequência de uma pesquisa de mercado antes do lançamento da revista⁵⁴⁰”. Era uma forma de chamar a atenção dos geógrafos para sua antiguidade, os problemas e dificuldades da profissão, bem como a evolução paradoxal de suas responsabilidades. Aos olhos de Lacoste (2010a, p.135), o nome de batismo simbolizava “a ideia de se referir ao ponto de partida do raciocínio geográfico, para fazer compreender a importância da geografia e denunciar as razões do seu enfraquecimento⁵⁴¹”. E ele vê mesmo na obra de Heródoto uma antecipação da geopolítica. Esse, digamos, “anacronismo deliberado” decorre do fato de Lacoste compreender geopolítica enquanto rivalidades de poderes em territórios. Heródoto informa à Péricles e à assembleia dos cidadãos de Atenas suas investigações sobre o Império Persa – potência que ameaçava as então cidades-estados gregas. Além disso, foi Heródoto quem empregou a palavra delta para nomear a divisão do rio Nilo em vários braços quando desemboca no mar Mediterrâneo.

⁵³⁸ Cependant, Hérodote est aussi et surtout un géographe, préoccupé du destin des Etats: ce grand voyageur, excellent observateur (quoi qu'on en ait dit), n'a pas écrit une « histoire », mais une enquête sur les pays avec lesquels les Athéniens avaient à faire. Ses abondantes et multiples « digressions », que les épistémologues de l'histoire lui reprochent aujourd'hui (il est moins « coté » que Thucydide) parce qu'elles rompent la continuité du discours historique, sont, en vérité, de la géographie, l'énumération encyclopédique de tous les renseignements qui peuvent présenter un intérêt stratégique : le relief, le climat, les fleuves, la végétation, la répartition de la population, les « genres de vie », la structure territoriale des différents Etats, leur organisation militaire, l'équipement des troupes, etc., bref, tout ce qu'il faut savoir pour faire la guerre ou mener une action politique (même les légendes qu'il rapporte pour les différents pays sont utiles aux fins d' « action psychologique »).

⁵³⁹ [...] l'imperialisme athénien.

⁵⁴⁰ had been chosen in 1972, following market research prior to the launch of the journal. The title of the journal was derived from the ancient Greek geographer and historian, Herodotus.

⁵⁴¹ [...] l'idée de se référer au point de départ du raisonnement géographique, pour faire comprendre l'importance de la géographie et dénoncer les raisons de son affaiblissement.

Alguns historiadores não ficaram nada satisfeitos de ver o “pai da História” na capa de uma revista de Geografia. Jean-Pierre Vernant (1914-2007) e Pierre Vidal-Naquet (1930-2006) acusaram Lacoste de terem roubado Heródoto. O geógrafo redargue pontuando que a maioria dos historiadores não eram gentis com o intelectual em disputa. Acusavam-no de falsidade, preconceito e preferiam Tucídides – que só se importava com a Grécia. Em contrapartida, Heródoto considerava espaços mais vastos e tempos mais longos (LACOSTE, 1996).

A propósito, essa preocupação com espaços vastos e tempos longos lembrava Braudel. O historiador em questão, no fim da sua vida, consideraria com benevolência e alguma diversão as lutas de *Hérodote* pela Geografia. Não é possível afirmar que “diversão” nesse sentido implicaria algum sentido negativo, como aquele denotado pela palavra “brincadeira”. Mas essa não é uma possibilidade a ser eliminada porque Braudel considerava que a História havia tido sucesso em subjugar a Geografia – como veremos no capítulo seguinte. De qualquer maneira, a combatividade da revista lembrava ao historiador a empreitada levada a cabo pela escola dos *Annales*. Era um grande elogio, mas apenas parcialmente válido: se os *Annales* havia reduzido a parcela política e militar nas preocupações dos historiadores – em benefício dos fenômenos econômicos, sociais e culturais – *Hérodote* caminhava no sentido contrário: os geógrafos não poderiam se contentar com considerações socioeconômicas de um passado distante e, logo, deveriam reconsiderar o território em três sentidos: (1) espaço político conflituoso; (2) desafio das atuais rivalidades de poderes; e (3) campo de conflitos armados (LACOSTE, 1996)

Em todo caso, havia nascido uma revista que portará novidades através de conteúdos temáticos (BATAILLON, 2009). Mais ainda. Era a culminação da trajetória intelectual de Yves Lacoste que buscava responder uma questão simples, embora fundamental: para que serve a geografia? (CLAVAL, 2000). Fruto direto da crise da geografia, seu projeto era colocar os problemas da geografia em função das estratégias, práticas militares, políticas, econômicas em relação ao espaço e em função das ideologias, das representações do espaço que podem ser expressas no plano do saber, da escola, da estética ou dos *mass media*. Proclamava uma concepção fundamentalmente política da geografia (LACOSTE, 2001). Sem descuidar da apresentação de trabalhos científicos, a revista objetivava de: (1) abrir a polêmica no campo do saber geográfico; (2) romper a indiferença geral em relação à ciência geográfica; (3) quebrar a imagem de saber inútil e mistificador; (4) ser vigilante contra as afirmações de evidência; e (5) demonstrar a importância do raciocínio geográfico enquanto ferramenta estratégica (LACOSTE, 1976a).

Essas cinco tarefas – seis se considerarmos a apresentação de trabalhos científicos – ultrapassava a alçada dos geógrafos, mas não poderia ser exitosa sem eles⁵⁴². Donde a ideia de Lacoste de incorporar economistas, etnólogos, filósofos, historiadores, militantes, políticos, para mostrar o significado ideológico e o papel estratégico do saber espacial. Poderíamos chamar essa ideia lacosteana de *estratégia de convencimento* dado que importava orientar a reflexão em dois sentidos: (1) os tipos de discurso e de representação que têm relação com o espaço – e aqui se encaixam a geografia dos professores, a cartografia, as paisagens, a pintura, os filmes e cartazes; e (2) sobre a prática dos que detêm poder sobre o espaço, dos que decidem sobre o desenvolvimento urbano e as implantações industriais, da direção do Estado e dos que fazem a guerra.

Maspero apoiou o geógrafo e este começou a recrutar a equipe. Todavia, esta não seria formada por colegas de faculdade, mas sim por jovens que ele havia observado os progressos em Vincennes. Entre os membros do secretariado de redação estavam Michel Abhervé, Olivier Bernard, Jean-Michel Brabant, Béatrice Giblin e Maurice Ronai. A ideia de Yves Lacoste era propor textos aos amigos geógrafos, historiadores, etnólogos, filósofos e debatê-los. Em seguida, os comentários e críticas seriam publicadas nas margens ou na sequência do texto debatido.

Havia ainda um “grupo de discussão”. Olivier Bernard nos ajuda a entender sua importância (1981). Essa estrutura original dispõe de um status consultivo regula a questão do poder na revista. Curiosamente, o grupo é raramente consultado, embora seus participantes contribuirão bastante com textos para a revista. No grupo estão os mandarins de esquerda da geografia, sejam eles marxistas ou não. Ele funciona como âncora e torna digna de crédito a crítica de *Hérodote* à geografia dos professores. De modo figurado, ele é o estado-maior que é apresentado às forças armadas adversárias.

Além disso, é uma maneira de apresentar quem são as pessoas que apoiam o projeto, os fiadores intelectuais e aliados na disputa. Reunia amigos geógrafos⁵⁴³ dispersos por diversas universidades e países, além de mestres tal qual Jean Tricart e Jean Dresch. Châtelet, Camille Lacoste-Dujardin e Jean-Claude Giblin – marido da Béatrice – também fizeram parte do primeiro grupo de discussão da revista (LACOSTE, 2010a, p.128-129). Amigos e mestres

⁵⁴² Não é à toa que no primeiro número de *Hérodote* o grupo de discussão contava com os geógrafos Claude Bataillon, Jean Cabot, Michel Coquery, Jean Dresch, Raymond Guglielmo, Bernard Kayser, Mohamed Naciri, Michel Rochefort, Milton Santos e Jean Tricart; o arquiteto Alejandro Piqueras; o jornalista Albert-Paul Lentin, o psicanalista Alain Manier; além de Marcel Bélanger e Georges Jalabert.

⁵⁴³ Claude Bataillon, Jean Cabot, Michel Coquery, Raymond Guglielmo, Bernard Kayser, Mohamed Naciri, Michel Rochefort, Milton Santos.

funcionam como abrigo diante das possíveis retaliações assim como hipotecam seu *status* intelectual para legitimar a iniciativa.

No início, pretendia-se ser muito democrático e, então, em primeiro lugar, porque é muito longe, quando você faz um texto, então você tem que enviá-lo para todo mundo, você não tinha internet, você não tinha tudo isso, hein, então, tudo isso era feito pela *La Poste*⁵⁴⁴ hein, então, agora, você clica, lá vai, enquanto lá, bom, eles eram muitos, então era pesado, hein, é preciso, é preciso lembrar disso, que isso chegue a cada um, e que eles tenham tempo para ler o texto e depois que eles façam anotações e os comentários e então que voltasse. Ah não, teríamos afundado a revista com isso. Bom e então nós percebemos que no fundo não era muito interessante, na verdade. Bom. Nós fizemos um pouco, nós publicamos no início, aqui está nos grupos de discussão e depois as pessoas não estavam em Paris, então havia alguns em Toulouse, havia alguns em Grenoble, havia alguns em Avignon, era complicado, era muito pesado, muito, muito pesado, e então você sabe, Lacoste é um líder. Lacoste decide. Aqui está ele, gostando ou não. Mas, eu sempre gostei, talvez porque eu sou um pouco assim também e, bom, quando eu decido as coisas depois é assim que nós fazemos. E nós não passamos horas e horas falando, não, nós tínhamos que fazer a revista e não éramos muitos, e então nós tínhamos que trabalhar, nós ainda publicávamos regularmente sob o olhar de Lacoste, você sabe, nós pegamos nossos artigos mais de uma vez, “mas não vai dar certo, não é bom”. E discutimos o artigo e tivemos que retrabalhá-lo, e retomá-lo e é assim que eu aprendi a trabalhar. Mas o diretor da revista foi seu fundador, foi Lacoste, e então se você não concordasse com ele a porta estava aberta e então você poderia sair, hein, isso é o que aconteceu com um certo número de pessoas. Porque eles queriam, como se diz, “ser califa no lugar do califa”, bom, ser o chefe também, ou ser *também* chefe, infelizmente. Tinha um que era o chefe, era Lacoste e então os outros, bom, eles estavam seguindo ou não estavam, era assim, mas é assim que vamos publicar, publicamos cento e quantos [*combientième*] números, 184, 185, bom, aí está, é por causa disso. Uma revista tem que ser dirigida (Entrevista com Béatrice Giblin, 23/04/2022).

Uma das dificuldades do grupo de discussão era vencer a distância entre os processos de envio dos artigos, revisão e comentários. A periodicidade de *Hérodote* – trimestral – também dificultava os trabalhos dessa instância consultiva, já que as decisões eram tomadas pelo secretariado de redação e por Yves Lacoste. De qualquer forma, o grupo de discussão será raramente consultado:

Sim, raramente consultado. E então, uh, e então porque muita gente realmente não compartilhava, uh, realmente o que Lacoste queria, e Lacoste sabia o que ele queria fazer. Depois de um tempo, ele disse a si mesmo “bom, bem, tanto faz”, lá vamos nós, isso foi uma coisa que aconteceu. Foi muito pesado, eh, foi muito pesado, isso tomou muito tempo, e... então eu vou te dizer, não é, não é a psicologia de Yves Lacoste, depois sempre tivemos reuniões muito regulares de *Hérodote* em pequenos grupos, do comitê de redação. Aconteceram, aliás, com muita frequência aqui, neste escritório, desde 82. Alguns, Stéphane Yerasimos Michel Foucher, eu, enfim, bom. E trabalhávamos todas as sextas-feiras para refletir sobre os temas, sobre a situação, no que o outro tinha aprendido, então, foi um lugar de reais reflexões, nós trabalhamos aqui. E depois decidimos os temas propostos, você vê, e Lacoste chamava quem ele queria para inter... escrever em *Hérodote* e as pessoas sempre concordavam, sempre,

⁵⁴⁴ Empresa de serviços postais da França.

sempre, sempre, e foi assim que aconteceu (Entrevista com Béatrice Giblin, 23/04/2022).

Não obstante, Giblin deixa entrever que uma provável outra dificuldade do grupo era a direção de Yves Lacoste. A autoridade com que o geógrafo conduzia a revista não decorria somente da necessária compactuação de pensamentos, mas também da relevância intelectual que o geógrafo conquistou após a pesquisa no Vietnã. “Lacoste, quando ele lança *Hérodote*, já tinha tal nível de notoriedade que ele é intocável... ou quase” (Entrevista com Béatrice Giblin, 23/04/2022). Isso pode ser uma pista explicativa para as futuras perdas que a revista terá nos seus quadros – casos de Michel Korinmann e Michel Foucher⁵⁴⁵:

[...] quando você tem um bom chefe, que faz você crescer, que melhora você, você não vai ficar chateado com ele [...] então houve momentos em que não concordamos, bom, se discutia, bom, mas era ele quem tinha a última palavra, porque era a revista dele, então é normal afinal. Para mim, isso nunca me incomodou, então, bem, sim, a influência de Lacoste era muito grande, sim, efetivamente, bom, e então há aqueles que depois de um tempo não suportam mais. Korinmann foi embora, Foucher foi embora, porque eles não suportavam mais, não suportavam mais, eles queriam seus nomes tão grandes quanto o de Yves, sim, tudo bem, era Yves, não era eles, é isso, então eles foram embora, mas não importa, eles foram embora, podemos lamentar, então continuamos nosso caminho e é assim. Então, sim, a influência... mas, mas Lacoste é um geógrafo excepcional (Entrevista com Béatrice Giblin, 23/04/2022).

A experiência de Lacoste no Vietnã lhe deu a convicção de que o raciocínio geográfico ganhava em eficácia e em pertinência caso considerasse dimensões distintas. Trata-se, relembremos, da articulação dos diferentes níveis de análise. Assim, podemos dizer que *Hérodote* é – num sentido muito específico – produto direto da capacidade do geógrafo em ter demonstrado, à época do bombardeamento dos diques, que o plano estadunidense era provocar o maior número possível de mortes na planície do Tonkin – inclusive de modo sub-reptício pois a “culpa” da submersão seria atribuída à cheias ocasionadas pelas monções.

A julgar pelas suas memórias (LACOSTE, 2018a), a ideia do geógrafo em lançar uma revista é também consequência do maio de 68 em Paris. Isso porque Yves Lacoste avaliou ser

⁵⁴⁵ Korinmann foi apresentado por Maurice Ronai em uma reunião de *Hérodote*. Esse germanista desejava se juntar à revista. Yves Lacoste então o aconselhou a fazer uma tese sobre a geopolítica alemã. No número 22 de *Hérodote* ele faz sua estreia com um artigo intitulado *Carl Ritter (1779-1859). Un des premiers grands géographes universitaires*. Michel Korinmann foi importante para que a revista pudesse acessar uma gama de informações sobre os geógrafos alemães, como é o caso de Ratzel – fundador da geografia humana, presidente da Liga pangermanista e da Sociedade colonial alemã. Lacoste foi parte do júri da sua tese intitulada *Quand l'Allemagne pensait le monde. Grandeur et décadence d'une géopolitique* (1990). O geógrafo, todavia, não explica por qual motivo o germanista se distanciou progressivamente de *Hérodote*. Resume a dizer que era de origem judaica e, paradoxalmente, pró-Palestina. Adiciona que ele rapidamente se tornou hostil à revista e lançou na Itália a revista *Limes* (LACOSTE, 2018a). Provavelmente, a saída de Foucher e Korinmann se deve à atritos com Yves Lacoste. Porque Béatrice Giblin (2018, p.153) escreve, sem citar nomes, “das partidas daqueles que desejavam ser califa no lugar do califa”. E reforça que esses não faziam parte do grupo de Vincennes e chegaram após o lançamento da revista.

necessário treinar a equipe para pensar geograficamente, e em conjunto, vários problemas teóricos. Foi por isso que ele constituiu a unidade de valor “Epistemologia da geografia” com a colaboração de Châtelet. Depois disso, o capítulo *A Geografia* no livro *História da Filosofia: A Filosofia das Ciências Sociais*.

Quando voltou a Vincennes, em novembro de 1972, Yves Lacoste começou a debater com os jovens membros do secretariado de redação qual seria o primeiro texto a ser discutido na revista. Maspero propôs como capa do primeiro número uma fotografia aérea em bistré e preto de arrozais crivados de bombas com a sombra cortada de um B-52⁵⁴⁶. Após longas discussões, decidiram por subtítulo da revista *Stratégies-Géographies-Ideologies* (FIGURA 30). O plural ilustrava as distintas concepções de *Estratégias*, *Geografias* e *Ideologias* existentes, exprimia a preocupação em alargar o campo em que habitualmente a geografia se encontrava limitada e – de quebra – evitava ao termo geopolítica, associado aos geógrafos alemães, Hitler e o Terceiro *Reich*.

⁵⁴⁶ Conforme Lacoste (2011, p.340), tratou-se de um “pequeno erro técnico, já que não eram os grandes bombardeiros voando alto que atacavam certos pontos dos diques, mas os caças-bombardeiros”

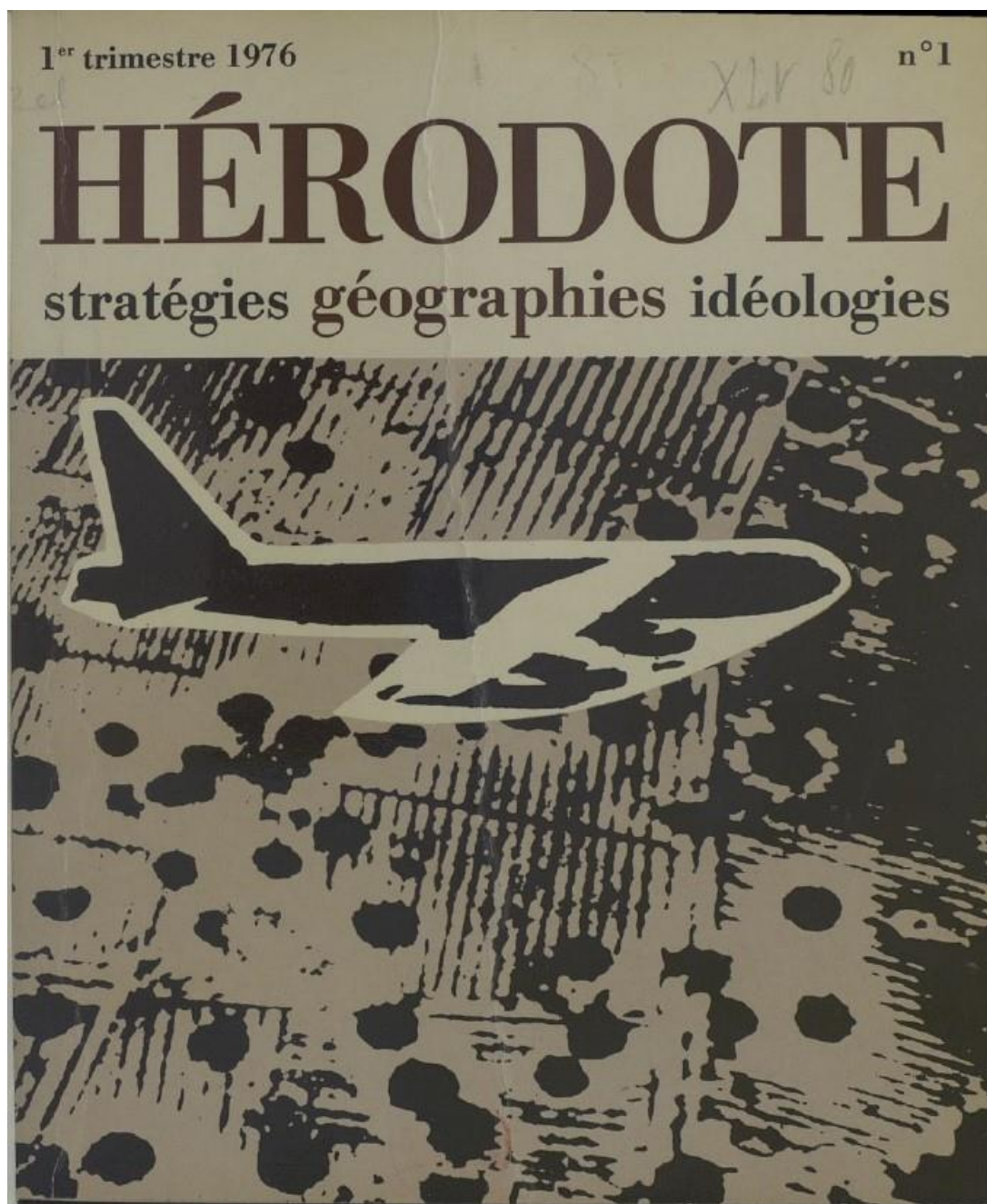


Figura 30: Capa do número inaugural da revista. Fonte: Hérodote, Paris, n.1, janvier-mars 1976.

Na primeira página, à esquerda do sumário, encontra-se a caricatura de Heródoto feita por Wiaz – nome artístico do cartunista italiano Pierre Wiazemsky. Wiaz desenhou o historiador-geógrafo de Halicarnasso com óculos no nariz e equipado com uma arma de cano longo na extremidade da qual um silenciador é estendido por um pequeno globo terrestre (FIGURA 31). Foi um pedido de Lacoste ao cartunista (GIBLIN, 2015a). Com esse anacronismo, Wiaz deu à Heródoto uma “postura de James Bond⁵⁴⁷” que acabou por ilustrar cada sumário da revista em questão (GIBLIN, 2016b, p.6). Essa imagem expressava um

⁵⁴⁷ [...] posture de James Bond [...]

alargamento do papel de Heródoto. Sem dúvida um historiador, mas também um agente de informações (GIBLIN, 2022). E sendo um agente de informações fica mais fácil compreender porque Yves Lacoste reivindica Heródoto enquanto geógrafo – como aparecerá no primeiro número da revista *Hérodote*.

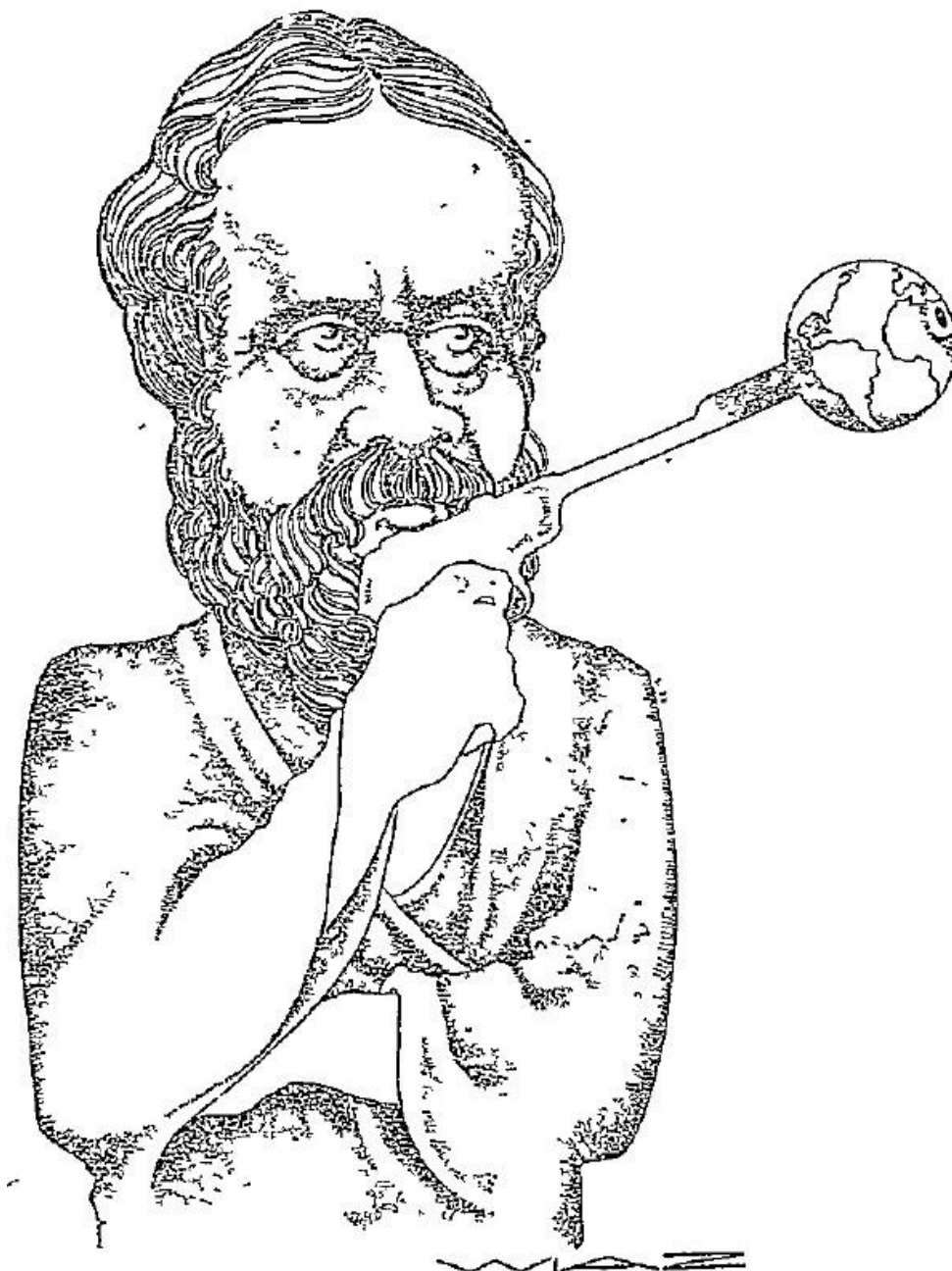


Figura 31: Heródoto na “postura de James Bond”. Fonte: *Hérodote*, Paris, n.1, janvier-mars 1976.

O primeiro número contava com um editorial/texto introdutório intitulado *Attention, géographie!* Aqui é importante fazer uma observação. Ao contrário do que se pensa, não foi Yves Lacoste quem escreveu o provocador primeiro editorial de *Hérodote*. De fato, ele não

gostou. O texto apresentava “certa arrogância⁵⁴⁸”, ao mesmo tempo que expressava a confiança dos jovens pesquisadores em suas habilidades, bem como o orgulho de fazer parte de uma redação (GIBLIN, 2015a, 46). Quem escreveu efetivamente foi o que Béatrice Giblin chamou de “equipe dos jovens” – Lacoste em 1976 ia completar 47 anos. Por dedução, a equipe dos jovens era aquela formada por Michel Abhervé, Olivier Bernard, Jean-Michel Brabant, Maurice Ronai e Béatrice Giblin – esses dois últimos completariam, em 1976, 25 e 29 anos respectivamente.

Sim, é a equipe de jovens, que Lacoste não ficou muito feliz com esse editorial, porque éramos jovens pretensiosos, pensávamos que iríamos mudar o mundo, que iríamos revolucionar a geografia... portanto, este primeiro editorial, Lacoste, ele não gostou muito, mas ele nos deixou fazer assim mesmo, foi um legado de maio de 68, sem dúvida, mas depois você pode notar, foi ele quem fez todos os editoriais. Não havia dúvida e ele estava certo, mas, bem, é assim (Entrevista com Béatrice Giblin, 23/04/2022).

Aqui é importante fazer outro esclarecimento: Yves Lacoste não estava entre aqueles que foram entrevistar Michel Foucault para o primeiro número da revista. O principal argumentador do texto *Questions à Michel Foucault sur la géographie* foi Maurice Ronai – que também assinaria um artigo intitulado *Paysages*. É provavelmente ele a quem Lacoste busca recordar o nome de um estudante muito interessado pela filosofia:

Bom, então, o, no primeiro número de *Hérodote*, você tem um artigo de Foucault. Um questionário. Acreditava-se que era eu quem tinha ido ver Foucault. Não fui. Não fui eu. Não fui eu. E dizem que *Hérodote* teve uma entrevista com Foucault. Qual era o nome dele? Ele era um dos alunos muito, muito interessado em filosofia etc. Qual era o nome dele? Bom, podemos olhar no... quem foi ver Foucault. E Foucault lhe disse uma ou duas coisas que provavelmente eram interessantes, mas muitas pessoas acreditavam que Foucault estava por trás do projeto *Hérodote*. Eu não estava feliz. E falei sobre isso com Châtelet que me contou, ele me disse: “Sabe, acho que Foucault tem medo” – fiquei muito surpreso – “teme muito tudo que tu fazes”. Eu disse: “Mas por que?”. E ele me disse: “Por que tu és realmente diferente” (Entrevista com Yves Lacoste, 27/04/2022).

A revista apresentava ainda um extrato da tese⁵⁴⁹ de Pierre Gourou com um comentário de Dominique Chapuis e Maurice Ronai. Yves Lacoste foi responsável por dois artigos: (1) *Enquête sur le bombardement des digues du fleuve Rouge (Vietnam, été 1972). Méthode d'analyse et réflexions d'ensemble*; e (2) *Pourquoi Hérodote? Crise de la géographie et géographie de la crise*. Esse primeiro número foi objeto de uma nótula do filósofo francês

⁵⁴⁸ [...] certaine arrogance [...]

⁵⁴⁹ **Les Paysans du Delta tonkinois. Etude de géographie humaine**, Les Editions d'art et d'histoire, Paris, 1936 ; réédition, Mouton, La Haye-Paris, 1966.

Roger-Pol Droit, no jornal *Le Monde* de 23 de janeiro de 1976, intitulada “*Hérodote*” et *Foucault*. No caso de Lacoste, ele repisa argumentos já expostos tanto no artigo *A Geografia*, como naqueles publicados no jornal *Le Monde* – respectivamente. De qualquer modo, e sem o intuito de repisar os argumentos, algumas observações merecem ser feitas até porque os artigos que apareceram no primeiro número de *Hérodote* contam com os comentários de outros intelectuais.

II – A geografia e o geógrafo: a guerra e o espião/agente de informações

Hérodote veio à luz graças à amizade e clarividência política de François Maspero que encampou a ideia lacostean de fundar uma revista de discussões intelectuais eminentemente políticas e ideológicas. “Sem o apoio deste editor famoso por sua atenção às lutas desse tempo, certamente não teria sido possível realizar o projeto de uma revista de geografia crítica⁵⁵⁰” (LACOSTE, 2010a, p.125). Esse adjetivo não era inocente. No âmbito eminentemente da geografia, crítica significava um posicionamento frente à Escola Francesa, mas também à renovação neopositivista na forma da *New Geography*. Para além da Geografia, o adjetivo significava uma atitude frente aos múltiplos aspectos da realidade. E Yves Lacoste expressava como poucos a perspectiva que via no saber geográfico uma arma de combate pela cidadania e democracia. Destacava também a substância política da Geografia que rompia definitivamente a casca.

Abriada das discussões ideológicas e políticas, a geografia francesa entra em crise ao mesmo tempo em que o mundo convulsionava. As convulsões do maio de 68 e da Revolução Vietnamita contra os EUA abalam a prática da geografia dos professores. O discurso pedagógico – no qual a geografia é representada somente como uma disciplina escolar cuja função era fornecer uma descrição do mundo sem grande utilidade prática – anuvia o temível instrumento de poder que é a geografia. É nesse texto que aparecerá a célebre frase lacostean que praticamente identifica e distingue sua abordagem geográfica: “*A geografia serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra e organizar os territórios para melhor controlar os homens sobre os quais o aparelho de Estado exerce a sua autoridade*⁵⁵¹” (LACOSTE, 1976a, p.10). Se a Geografia foi, originalmente, um conhecimento político-militar, era preciso reincorporar essa

⁵⁵⁰ Sans le soutien de cet éditeur célèbre pour son attention aux luttes de ce temps, il n’aurait certainement pas été possible de mener à bien le projet d’une revue de géographie critique.

⁵⁵¹ *La géographie sert d’abord à faire la guerre et à organiser les territoires pour mieux contrôler les hommes sur lesquels l’appareil d’Etat exerce son autorité.*

dimensão que foi engolfada pelo discurso pedagógico despolitizante daquela variante escolar e universitária. Ela serve à guerra pois indispensável à elaboração das táticas e estratégias político-militares.

Jean Cabot, então colega de Lacoste em Vincennes não concordou com essa observação. Para ele, se tratava de uma afirmação brutal. Uma demonstração com argumentos atuais sobre o papel dos mapas de Estado-Maior ainda era necessária. O mestre Jean Dresch apontou que era provável que a geografia tenha começado a existir para as necessidades de comércio a longa distância em vez da guerra – primeiro para comerciantes navegadores ou caravanistas. E Raymond Guglielmo questionou se a geografia entrava como componente fundamental do problema político ou apenas como um elemento da diferenciação espacial desse problema.

É importante observar que, diferentemente de outros geógrafos preocupados com a questão “o que é a geografia?”, Yves Lacoste está inquieto com a interrogação “para que serve a geografia?”. E dizer que “serve em primeiro lugar para fazer a guerra” não quer dizer que serve *somente* para fazer a guerra. Como narrou Béatrice Giblin: “no início de *Hérodote*, antes mesmo de *Hérodote* aparecer, a questão que se colocava era ‘o que é geografia?’ até o dia em que dissemos ‘mas no fundo a pergunta certa não é o que é, é para que serve’ e a partir do momento em que foi ‘para que serve’, tornou-se muito mais relevante para nós (Entrevista com Béatrice Giblin, 23/04/2022). Lacoste enxerga a geografia enquanto uma descrição metódica dos espaços nos seus aspectos físicos e humanos. Propõe, então, que a geografia deveria ser recolocada, na dupla qualidade de prática e poder, no seio das funções exercidas pelo aparelho de Estado cujo objetivo era fazer a guerra bem como controlar e organizar os homens que povoam o território.

Dresch considerou que essa observação lacosteana era particularmente verdadeira com o desenvolvimento do imperialismo. Exemplifica com Alexander Humboldt, o primeiro grande geógrafo moderno, que não estava vinculado à um aparelho estatal. Ademais o pensamento de Humboldt cerrava fileiras com a corrente universalista originada no século XVIII. Os sucessores dele é que desenvolveram a geografia na Universidade de Berlim em íntima interação com o estado da Prússia. Daí que para o mestre a geografia tenha se desenvolvido inicialmente sem nenhuma relação próxima com o aparelho de Estado. O que este faz é confiscar aquela ciência.

Para Lacoste (1976a), o mapa é a forma de representação geográfica por excelência. Trata-se de uma formalização do espaço, um meio indispensável de dominação que, a princípio, foi estabelecida por e para oficiais. Sua produção longa e dispendiosa explica porque os mapas de grande escala, bastante detalhados – por vezes chamados de mapas de Estado Maior –

continuam a ser objeto de segredo militar em diversos países. No entanto, essa geografia politizada foi subsumida pelo discurso geográfico escolar e universitário lançando a geografia dos Estados-Maiores nas sombras. Essa clivagem pareceu frutífera para essas duas correntes: por um lado, a geografia dos Estados-Maiores manteve-se como um instrumento de poder; por outro, a geografia dos professores erigiu-se ocultando a utilidade prática da geografia na condução da guerra ou na organização do Estado. Dresch observa que esse retrato é válido para o que ocorreu em França, já que na Alemanha a Geografia permaneceu explicitamente ligada ao discurso político. E demanda saber porque a geopolítica não se desenvolveu na escola francesa.

Lacoste (1976a) nota então o que pode ser chamado de *dupla função ideológica da geografia dos professores*: uma diferença entre *produção de ideias científicas* e *reprodução* de elementos de conhecimento. Os manuais escolares, o curso de geografia na Universidade, são enquadrados na dimensão de reprodução; já as produções científicas, as teses de geografia, situam-se no nível da produção. Os autores que produzem ideias científicas e novas informações não imaginam, em sua maioria, qual utilização poderá ser feita de seu trabalho. O saber, nesse caso, seria um fim em si mesmo. Contudo, as teses e produções científicas são lidas por uma minoria e seu papel social é menor que os cursos e lições aprendidos nas Universidades e nos manuais. A enunciação de nomenclaturas e a enumeração de elementos de conhecimento (clima, população, relevo, etc.) termina por conferir uma imagem da geografia enquanto atividade de *memorização* em detrimento da *compreensão* (de dados geomorfológicos, elementos populacionais, informações climatológicas, etc.). Esse é um resultado. O outro é a ocultação do desafio político relacionado ao espaço.

Logo, desde o início do século XX haveria duas geografias: a geografia dos Estados-Maiores e a geografia dos professores. A primeira é de origem antiga e diz respeito à um conjunto de representações cartográficas e de conhecimentos variados considerados na sua relação com o espaço terrestre. Aqui é importante notar um avanço em relação ao texto de 1973. Lacoste (1976a, p.15) avança ao realizar uma distinção interna. No princípio, a geografia dos Estados-Maiores aparece como “geografia dos oficiais” – que tomam decisões baseando-se nos mapas, táticas e estratégias; em seguida uma “geografia dos dirigentes do aparelho de Estado” que estruturam o espaço em províncias, departamentos, distritos, decidem as capitais; uma “geografia dos exploradores” prepara a conquista colonial e a “valorização” do espaço colonizado. Finalmente, uma “geografia dos estados-maiores das grandes empresas e dos grandes bancos” que decidem a localização de seus investimentos em várias escalas (regional,

nacional e internacional). São essas cinco determinações conceituais que Lacoste batiza como “geografia dos Estados-Maiores”

Já a segunda, a geografia dos professores, surgiu há menos de um século e tornou-se um discurso ideológico cuja uma das funções *inconscientes* é mascarar a importância estratégica dos raciocínios que incidem sobre o espaço. Desligada não apenas das práticas políticas e militares, mas também das decisões econômicas, essa geografia dissimula a eficácia do instrumento de poder que são as análises espaciais. Um monopólio do saber ergue-se: minorias que detêm o poder político, militar e econômico utilizam-se de uma disciplina cuja maioria considera inútil. Sua função ideológica é funcionar como uma cortina de fumaça para ofuscar a eficácia das estratégias multidimensionais que a geografia dos Estados-Maiores põe em exercício.

François Châtelet avaliou que análise de Lacoste desenvolve uma orientação fundamentalmente correta, mas que ulteriormente deveria corrigir obscuridades e ambiguidades na demonstração. Por exemplo, no caso da geografia dos professores, seria necessário estudos mais precisos e alicerçados historicamente que revelassem as contradições do poder e das instituições que formam os cidadãos. A seu ver as contradições do poder de que fala o geógrafo seriam factuais-institucionais e não ideológicas. Por isso mesmo considera mais simples falar em Estado e não em poder. O Estado liberal, exemplifica, é factualmente contraditório nas suas instituições e técnicas de administração⁵⁵². Por ser contraditório ele produz tanto professores de geografia quanto militares especialistas em logística [*militaires logisticiens*], mapas-múndi e mapas de Estado-Maior⁵⁵³.

Jean Cabot notou que a geografia dos Estados-Maiores é um discurso com função ideológica que aparece, à primeira vista, como o oposto de um discurso ideológico – pois não faz referência a grandes ideias e a grandes debates. Bernard Kayser limitou-se a contestar Lacoste ao escrever que não era aos geógrafos que se pediam análises espaciais, mas sim para “espaciólogos” [*spatiologues*]; economistas; profissionais do marketing [*marketeurs*]; e tecnocratas. Os geógrafos eram geralmente ignorados, estão fora do jogo e não desempenhariam o papel de ocultação porque a política espacial lhes é alheia.

⁵⁵² Lamentavelmente, Châtelet não fornece nenhum exemplo concreto de afirmação verdadeira. Mas poderíamos ilustrar a contradição factual do Estado liberal e suas instituições com a relação visceral do liberalismo com a escravidão.

⁵⁵³ Mapas-múndi são de *pequena escala*, cobrem uma área *grande* e apresentam pouco detalhamento. Já os mapas de Estado-Maior, como ensinou o geógrafo, são de *grande escala*, cobrem uma área *pequena* e apresentam riqueza de detalhes.

Claude Bataillon data a inserção da geografia dos professores durante três quartos de século – entre a [geografia] dos gerais e a [geografia] da *Délégation interministérielle à l'aménagement du territoire et à l'attractivité régionale*⁵⁵⁴ (DATAR). É a época em que o ensino modela e unifica a nação assim como é o período de entreguerras no qual uma burguesia liberal confere às universidades um papel de ornamento neutro, um presente para a pequena burguesia para uma promoção social limitada e tranquila. Cabe destacar que esse comentário de Bataillon, especialmente quando ele remete ao ensino que modela e unifica a nação é absolutamente verdadeiro. E o próprio caso de Lacoste é ilustrativo. No *lycée* Bugeaud ele foi professor na *classe de première* cujo programa era “A França e a África do Norte francesa”.

Para Lacoste (1976a) a geografia também tornou-se espetáculo. Mas não no sentido dado por Guy Debord⁵⁵⁵. A representação das paisagens tornou-se uma inesgotável fonte de inspiração para diversas pessoas. Filmes, revistas, cartazes, cartões postais, fotografias de paisagens, guias. A ideologia do turismo havia feito da geografia uma das forças do fenômeno de consumo de massa. A fotografia da paisagem eclipsou largamente o mapa – representação formalizada do espaço. Um condicionamento cultural, uma impregnação, estimula as pessoas a encontrar belas paisagens (para serem fotografadas) que não eram notadas no passado. E, meio que antecipando uma questão que aparecerá somente no número 7 de Hérodote, Lacoste questiona: por que uma paisagem é bela? Por que é considerada bela?

A geografia espetáculo e a geografia escolar contribuem para dois resultados: (1) dissimular a ideia de que o saber geográfico pode ser um poder, que certas representações do espaço podem ser meios de ação e instrumentos políticos; e (2) imposição da ideia de que o raciocínio não concerne à geografia, sobretudo um raciocínio estratégico conduzido em função de um desafio político. Fica mais claro agora porque Lacoste (1976a) inquieta-se com o tornar-se espetáculo da geografia através, por exemplo, das fotografias de paisagens: por essa via, a paisagem é contemplada, admirada; da mesma forma que as aulas de geografia são aprendidas, mas não compreendidas (pois não haveria nada para compreender em geografia, somente memorizar). A mistificação operada por essas duas geografias (espetáculo e escolar) torna

⁵⁵⁴ Criada em 1963, era encarregada de elaborar diretrizes e implementar a política nacional de planejamento e desenvolvimento. Cf: Décret n° 2009-1549 du 14 décembre 2009 créant la délégation interministérielle à l'aménagement du territoire et à l'attractivité régionale. Disponível em: <<https://www.legifrance.gouv.fr/jorf/id/JORFTEXT000021480709>>

⁵⁵⁵ Ele considerava que os “meios de comunicação de massa” eram a “manifestação superficial mais esmagadora” do espetáculo (DEBORD, 1997 [1967], p.20). Destarte, a dimensão fundamental da crítica debordiana é a que segue: a sociedade do espetáculo é aquela na qual o processo social passa *diante* das pessoas que o assistem na qualidade de *espectadores*.

possível que uma minoria que detém o poder em suas várias dimensões possa também deter o poder da geografia enquanto saber estratégico.

O fracasso ou o sucesso de uma guerrilha ilustraria a importância da análise geográfica, do saber pensar o espaço de modo estratégico. Lacoste não cita, mas ele está se referindo ao sucesso da guerrilha em Cuba e ao fracasso da guerrilha de Che Guevara na Bolívia. A mudança de grande escala para pequena escala, de espaços mais restritos para mais amplos, podem apresentar vantagens táticas – como as características dos combates – mas não estratégicas – espaços mais amplos implicam coordenações militares mais complexas em razão das movimentações. Ao que parece, o geógrafo acreditava que a mudança de escala no desenvolvimento da guerra de guerrilha deveria implicar a formação de um Estado-Maior capaz de conferir uma direção estratégica tendo como base a leitura dos mapas.

É a ausência quase total de interesse pela reflexão geográfica que permitiu o monopólio do estado-maior das grandes empresas capitalistas desdobrar estratégias espaciais cuja eficácia Lacoste atribui não tanto ao sigilo [das estratégias] mas mais à negligência de militantes e sindicalistas aos fenômenos de localização. A raiz disso, para o geógrafo seria a análise marxista, pois fundamentalmente de tipo histórico. Dresch assinalou que essa observação não era válida para Lênin – que seria um caso excepcional. Um bom exemplo é aquele no qual o revolucionário russo articula as ferrovias com o desenvolvimento desigual do capitalismo:

As estradas de ferro nos dão o balanço dos ramos-chaves da indústria capitalista, da indústria hulfífera e siderúrgica, o balanço e os índices mais significativos do desenvolvimento do comércio mundial e da civilização democrática burguesa. [...] A desigual repartição da rede ferroviária, a desigualdade do seu desenvolvimento constitui, à escala mundial, o balanço do moderno capitalismo monopolista. (LÊNIN, 1987 [1917], p.10).

Já vimos que para o geógrafo em questão foi a relativa ausência epistemológica que conduziu à mistificação e redução do saber geográfico às escalas da escola e da universidade. Ele reitera esse argumento adicionando a ausência de polêmica entre os geógrafos. Também definimos como *duplo incômodo intelectual* a desídia dos geógrafos face às discussões epistemológicas simultaneamente ao desinteresse dos filósofos pela Geografia – incômodo interno e externo nessa ordem. Na parte dedicada ao incômodo intelectual externo, aquele dos filósofos, Lacoste (1976a) justifica grafando que foi a falta de trabalhos teóricos dos geógrafos para analisar e de debates entre geógrafos para arbitrar que os filósofos se abstiveram de discutir geografia. E então, o filósofo François Châtelet realiza um comentário no mínimo curioso. Ele observa que há uma década, portanto desde 1966, pensadores do quilate de Foucault, Serres e

Deleuze lutaram contra a idolatria da filosofia da história e assim foram levados a utilizar metáforas que pertencem muito mais à geologia, geometria, arqueologia e geografia do que da história. O espaço não como representação, mas como lugar onde se exerce a estratégia dos conceitos, havia conquistado cidadania. Châtelet revela que gostaria de ter intitulado o conjunto de oito volumes dedicado aos filósofos do passado, do qual ele foi diretor, com a designação *Geografia da filosofia*. Não o fez porque teve que ceder às exigências do editor, preocupado com o “público” e teve de contentar-se com a clássica *História da Filosofia*.

Ele também reprisa o argumento segundo o qual Marx silenciou em relação aos problemas que dizem respeito à geografia. Isso porque o revolucionário alemão organizou seu raciocínio em referência constante à história. O geógrafo reconhece que Engels e ele eram atentos às relações campo-cidade e faziam com frequência referência à natureza, mas evacuando a dimensão espacial. Para Yves Lacoste, era mais difícil ainda explicar esse silêncio por três razões: (1) porque à época de Marx os problemas espaciais estão no primeiro plano das preocupações políticas dos militares prussianos e dos industriais do Ruhr; (2) a geografia, enquanto representação racional do mundo, já começava a crescer na Universidade de Berlim; e (3) a organização do sistema capitalista em escala planetária dominando formações sociais bastante diferentes a depender dos países.

Jean Dresch comentou que essa ausência de interesse de Marx pelos problemas geográficos seria explicada pelo fato do filósofo considerar essencialmente a geografia apenas sob o ângulo da geografia física. Nessa ótica a geografia humana pertenceria à economia, como era o caso na então URSS. Por seu turno, Châtelet considerou excelente Lacoste ter mostrado o desinteresse de Marx pela geografia. Entretanto, notou um problema sério que é tomar o marxismo em sua homogeneidade como se existisse o marxismo – enquanto corpo doutrinal constituído. Fazer isso era perigoso intelectualmente e estrategicamente. E isso por duas razões

A primeira delas diz respeito à pluralidade de marxismos e a heterogeneidade do corpo de textos de Marx e Engels que legitima diversas interpretações políticas e filosóficas. Logo, questiona Châtelet, quando Lacoste fala de análise marxista é salutar perguntar qual. A segunda razão é que na luta contra a “geografia, ciência inocente” haviam aliados que não eram marxistas. Era o caso de Foucault, Deleuze e Pierre Clastres. Sem embargo, eles eram materialistas e colocavam o caráter decisivo das lutas políticas e, sobretudo, do combate contra o Estado e as instituições. Fazer de *Hérodote* uma revista marxista era lamentável, de acordo com Châtelet. Ora, mas se *Hérodote* era uma “revista marxista” também não era necessário que, nesse caso, Châtelet respondesse qual era o marxismo da revista?

De qualquer forma, a análise marxista tinha outra dificuldade. Ela era agora desafiada por uma corrente neoliberal e modernista, fortemente inspirada na sociologia anglo-saxônica e nos métodos quantitativos implementados pelos geógrafos americanos LACOSTE, 1976a). Os geógrafos de inspiração marxista não estariam mais sozinhos na crítica à escola francesa de geografia, de cariz vidaliano. Trata-se da *New Geography* “percebida por muitos como uma nova forma de imperialismo⁵⁵⁶” (ORAIN, 2009, p.292) e cuja aparente cientificidade, baseada na matematização, Yves Lacoste havia criticado.

A análise marxista por vezes se limitou a sobrepor reflexões históricas, centradas nas análises das relações de produção e lutas de classe, junto a um discurso de geografia bastante clássico. Lacoste (1976a) não explica qual discurso é esse, mas podemos deduzir que se trata da geografia regional. A análise marxista dos problemas espaciais era eludida pela reprodução de um discurso que pertence à história e a economia política. Para o geógrafo tratava-se de um desvio que reproduzia um discurso com um duplo inconveniente. Em primeiro lugar, o discurso histórico não punha claramente em causa o discurso da geografia vidaliana; em vez disso, completava, coroava, permitia a geografia vidaliana funcionar como bloqueio e mistificação. Em segundo lugar, o discurso histórico contornava eludia os problemas teóricos que a análise estratégica do espaço exige.

Lacoste (1976a) constata que as pesquisas de geografia “aplicada” começaram a se desenvolver rapidamente. Uma razão para isso é que essas pesquisas são conduzidas em função de objetivos socioeconômicos e urbanísticos seja para propor soluções técnicas, planos de ordenamento ou fornecimento de informações que permitam prever ações futuras. O geógrafo relembra o debate acerca dos méritos e inconvenientes da geografia aplicada. Além desse debate, a geografia quantitativa, a *New Geography*. Estas duas geografias eram vistas por seus partidários como uma ruptura epistemológica em relação ao discurso literário e subjetivo da geografia tradicional bem como a passagem da ciência geográfica para a categoria das ciências exatas.

Ainda que se queixe de Michel Foucault, pelo silêncio em relação à arqueologia do saber geográfico, Lacoste reconhece a importância da articulação saber-poder. Podemos até mesmo dizer que a formulação lacostean “a geografia, isso serve, em primeiro lugar para fazer a guerra” deriva da reconhecimento de que o saber é uma forma de poder – cujo mérito de exposição intelectual é devido, em larga medida, ao filósofo francês. Uma demonstração da articulação saber-poder e, conseqüentemente, da formulação lacostean, foram as investigações de

⁵⁵⁶ perché par beaucoup comme une nouvelle forme d’impérialisme idéologique venu des États-Unis.

geografia quantitativa e de cartografia automática que possibilitaram o aperfeiçoamento das técnicas da chamada “guerra eletrônica” na Indochina com o computador “estabelecendo, de forma quase instantânea os mapas de todos os tipos de movimentos à medida que vão sendo detectados automaticamente⁵⁵⁷” (LACOSTE, 1976a, p.38).

Como sequela, as pesquisas de geografia aplicada – e de geografia quantitativa – conduzem à questão da responsabilidade dos geógrafos. Primeiramente, os geógrafos deveriam ser conscientes de que analisando os espaços geográficos fornecem informações que tornam possível a ação sobre homens e mulheres. Em segundo lugar, os geógrafos devem compreender a contradição em que se encontravam: a relação entre investigação, poder e as pessoas que existem no espaço cuja investigação incide. Isso é um avanço em relação à formulação do filósofo Foucault, centrada no saber-poder, pois o geógrafo – cioso do trabalho de campo – acentua o caráter tripartite entre saber-poder-pessoas que se efetivam no espaço geográfico. Além disso, Lacoste percebe uma variação na escala da relação saber-poder-pessoas: quanto mais restrito o grupo, mais evidente a responsabilidade do geógrafo – dado que a investigação se estabeleceu ao nível pessoal; quanto maior é o grupo, mais ele é considerado de maneira estatística, mais abstrata, e mais as responsabilidades do geógrafo parecem se diluir. E ter a consciência dessa responsabilidade política torna possível ao geógrafo não eludi-la.

O geógrafo é, portanto, um agente de informações (LACOSTE, 1976a). Porque ele exerce uma função científica na qual produz informações, ideias novas a respeito de determinado espaço e da população que o habita. Além de agente de informações, ele é um espião inconsciente que prefere por vezes ignorar quem utilizará as informações por ele fornecidas. Uma terceira responsabilidade ergue-se: interrogar-se sobre o contexto político no qual a investigação está inscrita ou lhe é solicitada e, até mesmo, recusar-se a efetuar determinadas investigações ou – no mínimo – recusar a enunciar os resultados.

Bernard Kayser concordou que, desde Heródoto, o geógrafo seja um agente de informações. Mas questionou que o problema estava em saber a quem o geógrafo serve. Jean Dresch vai praticamente na mesma direção pois raciocina que o geógrafo pode ser um agente de informações da classe trabalhadora ou das populações dependentes. O geógrafo Jean Cabot fez importantes questionamentos: o que fazer, pois sob qualquer poder o geógrafo seria um agente de informações; além disso, pergunta se os geógrafos deveriam cessar as atividades ou conservar para eles mesmos os resultados e as observações; finalmente, demanda se os

⁵⁵⁷ L'ordinateur établissant de façon quasi instantanée les cartes de tous les types de mouvements au fur et à mesure de leur détection automatique.

geógrafos deveriam organizar uma rede de publicações clandestinas cujos primeiros leitores seriam aqueles a quem as publicações não se destinavam.

Para Lacoste (1976a) moral, política e prática científica eram indissociáveis. Daí que se a primeira questão é para que serve a geografia, segue-se a quem ela serve e, finalmente, a quem ela pode servir. O uso social e de classe da geografia estava em questão vez que poderia existir contradições entre os interesses das pessoas que eram objetos de investigação e aqueles de uma minoria que utiliza ou pode utilizar os resultados de investigações para robustecer o próprio poder. Guglielmo comentou que a desigualdade no conhecimento dos espaços derivava do fato de o poder ter se dotado de meios crescentemente poderosos de os conhecer.

Lacoste (1976a) vê então a necessidade de encontrar um modo para que a população também possa dispor de informações que permitirão se defender de uma maneira melhor. Distingue dois níveis/escalas de pesquisa: (1) as investigações que incidem sobre um número relativamente reduzido de pessoas e sobre espaços relativamente limitados representados em mapas de grande escala; é a investigação no campo, pois implica contatos ao nível pessoal com os que ali vivem e trabalham. E (2) as investigações em pequena escala que incidem sobre espaços mais vastos, grupos mais numerosos, e que o investigador captura de modo estatístico.

Na primeira escala de pesquisa o investigador poderia ensinar àqueles que ali vivem aspectos sobre a situação, a configuração estratégica em relação às poucas forças organizadas em espaços muito vastos para que essas forças possam considerar os espaços de modo eficaz. Aqueles que são objeto de investigação devem compreender que podem retirar informações da pesquisa e os pesquisadores devem orientar a investigação em função dos interesses dos pesquisados. O geógrafo fala num nível abstrato, mas não é difícil inferir que essas orientações lacosteana são resultado de sua investigação frutífera no Vietnã.

Na segunda escala de pesquisa a responsabilidade do geógrafo situa-se no nível regional, nacional ou internacional – o que eliminaria, a depender da escala, o nível local. De modo que nesse nível as investigações incidem sobre espaços e grupos maiores a transmissão do saber científico é um processo à longo prazo efetuado sob a influência dos militantes das organizações políticas. Os militantes devem ser vigilantes em relação aos problemas espaciais e também sob a influência dos geógrafos no ensino secundário que podem tomar consciência da mistificação que reproduzem. O objetivo é também romper a indiferença em relação à geografia para desvela-la enquanto saber estratégico. Donde um duplo desafio pois os estudantes de secundário estariam fartos da geografia e os militantes que encaram a análise marxista apenas em termos históricos.

A crise da geografia dos professores poderia ser um indicativo de que a importância estratégica dos problemas espaciais não poderia ser mais dissimulada. Mas quais eram as causas dessa crise? Eram duas: a primeira sendo as notícias que jornais, o rádio e a televisão transmitiam cotidianamente; a segunda era a progressiva politização dos jovens. Esses meios de comunicação aumentavam o interesse dos estudantes nas atualidades: “uma sucessão de eventos que exigem não apenas a evocação dos países onde acabaram de ocorrer, mas também a sua substituição em uma cadeia de causalidades mais ou menos complexa que é de fato um raciocínio geopolítico⁵⁵⁸” (LACOSTE, 1976a, p.45). Rememoremos que o geógrafo em tela foi professor de “atualidades”, em 1962, na *École française des attachées de presse* (EFAP). Ora, as “atualidades”, representavam um desafio à geografia dos professores pois elas não evacuavam o valor político dos eventos. O discurso dos meios de comunicação é preñado de tensão dramática, ao passo que o discurso da geografia dos professores, ciosos da enumeração dos dados naturais e fatos humanos, suprimia toda a ideia de drama e de crise.

Nesse caso, tanto o professor reacionário quanto os professores militantes da extrema-esquerda evacuavam o aspecto político dos acontecimentos. Lacoste compara com o discurso do historiador: este é naturalmente político, ao passo que o do geógrafo esvazia a política. Isso levava a raciocínios do tipo “a geografia é uma ciência reacionária”, que o geógrafo presenciou entre os estudantes de história obrigados a fazer geografia. Uma hostilidade decorrente da elusão da política.

Tal hostilidade não se restringia aos estudantes que eram obrigados a aprender geografia. No nível institucional, as disciplinas universitárias nas quais a geografia era mantida em completa indiferença passaram a ser mais agressivas em relação à ela: a economia, quando os economistas assumiram a “economia espacial” e a “análise das regiões”; a sociologia, quando os sociólogos expandem o campo de seu discurso para o estudo dos problemas urbanos; a ecologia, tão logo os ecologistas se apropriavam da relação homem-natureza. “Nunca se escreveu tanto sobre o espaço⁵⁵⁹”, constata o geógrafo (LACOSTE, 1976a, p.48). A agressividade advinha justamente daqueles que exploravam domínios que os geógrafos consideravam ter reservado para si. Só que tão logo os geógrafos empreendessem uma análise crítica dessas disciplinas, das suas deficiências e dos problemas que a análise do espaço

⁵⁵⁸ [...] d'une succession d'événements qui imposent non seulement l'évocation de pays où ils viennent de se produire, mais aussi de les replacer dans une chaîne plus ou moins complexe de causalités qui est en fait un raisonnement géopolitique.

⁵⁵⁹ Jamais on n'a tant écrit à propos de l'espace.

colocava, a hostilidade combinava-se com um desdém e a geografia era recusada como um discurso pedagógico tolo.

Dessa forma, o discurso dessas disciplinas (ecologia, economia, sociologia) não combinava com uma geografia que se renovava, que saía da letargia epistemológica e política. De certo modo, esses intelectuais – ecologistas, economistas, sociólogos – tinham sido vítimas da própria geografia dos professores, mas também pelo marxismo (que negligenciava os aspectos espaciais). Perceber que os raciocínios geográficos não eram simplórios gerava uma inquietude pois era cada vez mais comum evocar a espacialidade dos fenômenos (econômicos, naturais, políticos, sociais) assim como recorrer a representações espaciais para dar conta das práticas espaciais. E Lacoste (1976a) elucidava com dois exemplos: (1) a relação países desenvolvidos-países subdesenvolvidos era a representação espacial do subdesenvolvimento; e (2) a alegoria centro-periferia representava espacialmente o fenômeno do imperialismo.

A crise da geografia dos professores era uma oportunidade positiva pois anunciava a liquidação de uma forma particularmente mistificadora do discurso sobre o espaço. Os *mass-media* contribuíram para que os professores de geografia tomassem consciência dessa crise ao impregnar a cultura social com imagens espaciais e elementos do saber geográfico. Com efeito, a crise da geografia dos professores era resultado da geografia da crise. Esta sendo composta pelas seguintes determinações: (1) destruição da biosfera em virtude do crescimento industrial; (2) a degradação das potencialidades alimentícias [*vivrières*] nas regiões do mundo de maior população; (3) o crescimento demográfico; (4) “a extensão e o congestionamento de enormes aglomerações urbanas onde se concentram os bens, os serviços e as populações⁵⁶⁰” (LACOSTE, 1976a, p.53); (5) acentuação das desigualdades entre os homens a nível regional-mundial onde estreitam-se as relações entre dependência e dominação; (6) o confronto direto ou indireto entre as grandes potências cujo objetivo é alargar espaços de hegemonia, além de acumularem um potencial destrutivo assombroso.

A crise global não se manifestava de modo uniforme no mundo. O geógrafo atenta aqui para o que podemos chamar de espacialização diferencial da crise. É certo que existe, por exemplo, os contrastes entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos. Esse é um primeiro nível de espacialização da diferenciação. Mas também existe dentro de um conjunto de países, como o terceiro mundo, ou ainda dentro de um Estado, a exemplo do Brasil. Daí Lacoste (1976a) constatar que, a nível de estudo, ainda era preciso considerar as interações espaciais das contradições (demográficas, políticas, etc.).

⁵⁶⁰ [...] l'extension et l'engorgement d'énormes agglomérations urbaines où se concentrent les biens, les services et les populations.

Estudar ao nível espacial a propagação das contradições era indispensável também para dar conta do que ele chama de “aceleração da história” (LACOSTE, 1976a, p.55). Isso diz respeito à velocidade do crescimento demográfico, o progresso científico-tecnológico e o crescimento econômico. A hipótese lacosteana era que a análise das diferenciações espaciais pode informar a análise histórica com vistas a ser útil nas lutas em curso e para a prática política no seio das massas. Mesmo a análise histórica, de tipo marxista, do desenvolvimento das contradições não dá conta das formas cada vez mais diferenciadas em se manifesta a crise na superfície do planeta. A utilidade do estudo espacial das contradições também poderia conferir concretude aos discursos dos militantes frente às massas, pois eles operam num nível alto de abstração e generalidade.

Com essa perspectiva em mente, Lacoste (1976a, p.56) acrescenta que “o imperialismo não é apenas um fenômeno histórico, um ‘estágio’ no desenvolvimento das contradições do capitalismo, é também um fenômeno geográfico cada vez mais diferenciado, e estas diferenças são fundamentalmente dados estratégicos⁵⁶¹”. Note-se a crítica a Lênin na formulação referida. Sem embargo, ele reconhece a distinção entre países dominantes e dominados, mas acredita ser insuficiente essa caracterização. Isso porque, nos países ditos desenvolvidos, a dependência manifestava-se de uma forma diferente: pela passagem de muitos deles à hegemonia das empresas multinacionais e o aparelho de Estado americano. Já na periferia dominada as estruturas diferenciaram-se com a aplicação pelas empresas imperialistas de estratégias de industrialização em determinados países do terceiro mundo. Em termos de industrialização do terceiro mundo, ou da periferia, o argumento lacosteano é relativamente próximo àquele de Peter Evans em sua crítica ao conceito de imperialismo de Hobson. Para o sociólogo estadunidense, os interesses burgueses dos países centrais não eram ameaçados pela industrialização da periferia:

A industrialização da periferia não se constituiu numa ameaça para os interesses do capital do país do centro, como esperava Hobson. O desenvolvimento da empresa multinacional permitiu ao capital internacional conservar maior controle das fábricas do Terceiro Mundo do que lhe teria parecido possível [...] Manchester já não fabrica tecido para os indianos ou brasileiros. Os países maiores na periferia fabricam seus próprios bens de consumo e alguns bens de capital. Alguns são exportadores substanciais de bens manufaturados (EVANS, 1980, p.30)

⁵⁶¹ [...] l'impérialisme n'est pas seulement un phénomène historique, un « stade » dans le développement des contradictions du capitalisme, c'est aussi un phénomène géographique de plus en plus différencié, et ces différenciations sont fondamentalement des données stratégiques.

A maioria dos marxistas, raciocina Lacoste, tendem a minimizar as mudanças de estratégia do imperialismo para continuar se referindo às análises ilustres. Nas entrelinhas, podemos dizer que o geógrafo está se referindo à Lênin. Ora, mas o próprio Lênin atentava para o caráter desigual do desenvolvimento do capitalismo – inclusive do ponto de vista espacial pois o revolucionário russo chega a escrever explicitamente sobre a desigual repartição da rede ferroviária. Por isso Dresch não considerou válida para Lênin a crítica lacosteana sobre a ausência de interesse pela reflexão geográfica. Em *Imperialismo*, o revolucionário russo repara a desigualdade das possessões coloniais pelos países imperialistas inclusive se baseando no geógrafo Alexander Supan (1847-1920).

Podemos dizer que para o geógrafo em tela era necessário acrescentar à teoria geral – que os militantes utilizam para desenvolver a consciência das massas – uma argumentação menos abstrata assim como realizar uma análise em termos concretos e precisos das contradições. Lacoste (1976a) está lançando mão da *articulação dos diferentes níveis de análise*. Num primeiro momento, as contradições seriam identificadas em sua manifestação a nível local. Em seguida, a relação dessas contradições locais com um nível regional. Para finalmente passar ao nível nacional e internacional – cujo nível de abstração é elevado.

Na sequência do texto lacosteano, quatro comentários foram publicados: o primeiro do geógrafo Georges Bertrand; Bernard Kayser fez o segundo; o terceiro provém de um grupo de geógrafos de Toulouse; e o quarto do geógrafo Claude Bataillon.

Georges Bertrand fez três reflexões. Na primeira delas, considerou que em *Hérodote* – da mesma forma que a revista *O espaço geográfico* – o geógrafo continuava a ser prisioneiro da geografia. Em sua visão era insuficiente abrir a revista a outros especialistas das ciências sociais. A saída era escolher um objeto que apresente um real interesse social e político. Partir do objeto e não da parcela do saber para aí sim colocar a reflexão epistemológica no nível do conjunto das ciências sociais. Uma segunda reflexão diz respeito ao objeto da geografia: o espaço. Na sua visão, o espaço que interessa à *Hérodote* é um produto social que inicialmente não tem relação direta com o espaço ecológico. O espaço produto social é analisado por meio de uma abordagem sociopolítica. Por isso mesmo, o espaço enquanto tal não poderia constituir por si só um objeto de estudo – o que não quer dizer que os problemas de localização, de domínio espacial e de fronteiras não sejam importantes. Estes problemas seriam uma manifestação dos processos de dominação e luta de classes. A análise espacial seria um

elemento de uma estratégia mais global (de análise). Daí a necessidade de situa-la na escala de todas as ciências sociais, para além da geografia. A terceira reflexão diz respeito à suposta negligência que a análise marxista histórica endereçaria ao espaço. Bertrand não concorda com essa argumentação de Lacoste-Hérodote posto que a história se desenvolve tanto no tempo quanto no espaço.

Bernard Kayser demonstrou certo desconforto porque Yves Lacoste admitia a geografia enquanto ciência ou disciplina que não poderia ser questionada como tal. Também observa a assimilação implícita que Lacoste faz entre geografia e ciência do espaço – e isso é discutível na visão de Kayser. Era preciso responder primeiro à pergunta “O que é espaço” para depois tratar de seus conceitos, métodos, etc. Ora, mas desde o artigo *A geografia* sabe-se que Lacoste não está preocupado com o ser da geografia (ou do espaço), mas sim com a utilidade, em demonstrar a importância de saber pensar estrategicamente o espaço.

Os geógrafos de Toulouse fizeram sete observações: (1) entre outras questões, perguntam se era necessário desenvolver, mais uma vez, uma análise crítica da geografia do establishment professoral; (2) Lacoste estava certo em constatar a existência de dois tipos de “geógrafos” – os professores e os estados-maiores; (3) a grande mistificação da geografia foi afirmar-se enquanto ciência humana que evacuava, com poucas exceções, a realidade política. O possível anacronismo da geografia dos professores era continuar fazer um discurso moldado sob a Terceira República (1870-1940) enquanto a manipulação ideológica da burguesia havia se atualizado há quarenta anos; (4) no que tange à ausência de uma geografia marxista, eles consideram necessário chegar à um acordo sobre o que é o marxismo: filosofia, método de análise da sociedade ou sistema econômico e social aplicado; (5) propõe que o espaço seja considerado uma variável onde se desenrolam as relações sociais de produção. Ele influencia as citadas relações e é um desafio entre as classes sociais. O espaço é considerado enquanto uma força produtiva; (6) concordam com Lacoste de que era preciso ensinar os revolucionários a ler mapas, mas que era preciso haver militantes e revolucionários. Essa reciprocidade entre revolucionários e militantes depende do modo de leitura e do conteúdo do mapa; (7) optaram por, em vez de fazer a crítica da geografia dos professores, considerar-se como investigadores e professores de ciências sociais, ao mesmo tempo em que decidem definir os objetos precisos de estudo com seu método, e trabalham para compreender melhor como melhor funcionam os mecanismos de dominação das classes dominantes. Se o espaço é um elemento determinante dessa dominação, eles tentam extrair dele elementos para ação.

Claude Bataillon comentou que uma pesquisa sempre pode ser recuperável pelo poder e isso acontece assim que ela toca a realidade sociopolítica. Sem embargo, evitar os temas

quentes seria cair na armadilha da geografia dos professores. Donde a necessidade de atacar prioritariamente os pontos estratégicos em que se manifestam as decisões das empresas e dos aparelhos de Estado. Se não se pode evitar o fornecimento de dados ao poder, também pode-se fornecer informações do poder sobre as pessoas. Sendo o saber uma forma de poder, o produtor ou difusor de conhecimento encontra-se numa situação dialética em relação aos poderes estabelecidos, mas também em relação às ferramentas que lhe são dadas para sondar e denunciar a crise.

A geógrafa Jacqueline Beaujeu-Garnier realizou três pontuações. Primeiramente, observou que se a crítica de Lacoste à geografia era justa, então todas as outras ciências estariam condenadas. Porque a matemática em si serve para cálculos mortíferos, assim como todas as ciências físicas e biológicas servem àqueles que buscam a destruição e a escravização do homem; em segundo lugar, se a geografia era tão mal *apresentada* (e não só ensinada) aos jovens, era antes por causa dos programas em vigor: enciclopédicos, enchendo a cabeça dos alunos em vez de suscitar curiosidade e reflexão, exigindo o conhecimento de uma nomenclatura esquecida tão rapidamente quanto aprendida; finalmente, se existe um “Marx e a economia” ou um “Marx e a história”, o geógrafo poderia tirar algum proveito dessa relação. Ao que parece, Beaujeu-Garnier não pensa ser impossível uma relação Marx e o espaço ou Marx e a geografia. Direta ou indiretamente, implícita ou explicitamente o pensamento marxista caminha em certos aspectos para ser integrado ou rejeitado à geografia. Para ela não haveria indiferença na relação Marx e a geografia (ou o espaço) – ainda que existisse ignorância.

O geógrafo André Meynier expressou dois desacordos. Em primeiro lugar, acusou Lacoste de raciocinar sem nuances, como se todos os alunos do ensino médio fossem igualmente entediados pela geografia. Sem dúvida isso existia, mas era necessário antes de tudo eliminar todos os casos em que o ensino de geografia era ministrado por pessoas não qualificadas para isso; e em segundo lugar, o desacordo com o fato de a geografia ser útil ao “poder”. Meynier percebeu que há cinquenta anos os geógrafos lutam para que os “poderes” percebam que a geografia pode ser-lhes útil (no plano agrícola, comercial, industrial). E no momento em que começam a ter tímidos resultados, eis a ironia, Lacoste lamenta. Ademais, Meynier era cético quanto ao fato das monografias regionais serem objeto de interesse para os serviços de informações políticas e militares. Em sua visão, haveria ignorância quanto ao trabalho dos geógrafos. E isso valia também para a geografia aplicada – frequentemente ignorada pelos líderes políticos.

O filósofo Christian Descamps se limitou a fazer algumas observações: (1) necessidade de pensar a noção de representação; (2) pensar o espaço na sua genealogia filosófica – inclusive

sugerindo que a revista deveria passear filosoficamente ao lado de Descartes, Spinoza, Kant e Newton; (3) a questão da fraqueza das relações entre marxismo e geografia passa – também – pela relação com Hegel; (4) o exemplo de Lacoste no Vietnã evidencia que o saber pode também escolher seus alvos.

Pierre Samuel, matemático e militante ecologista, notou que nas lutas ecológicas o problema do espaço era fundamental. Além disso, cita o *Tratado de Geografia Humana* de Max Sorre dizendo que essa obra era um ancestral direto dos tratados de ecologia de Eugene Odum (1913-2002), Paul Colinvaux (1930-2016) ou de François Ramade.

O geógrafo Mohamed Naciri concordava apenas parcialmente com a atribuição feita por *Hérodote* à geografia dos professores, à mistificação pedagógica dos manuais e à geografia-espetáculo. Para Naciri, o papel desempenhado pelo saber geográfico enquanto instrumento de controle e dominação correspondia muito mais à geografia dos professores nos países industrializados do que nos países do terceiro mundo. Nestes, o ensino de geografia parte de uma situação de penúria – seja em aspectos materiais, seja em bens culturais. Os professores e alunos observam uma pobreza de livros, material educativo, além de uma extensão limitada dos meios de comunicação – que também tem sua “geografia”, já o vimos.

Já nos países industriais o ensino de geografia intervém numa sociedade de abundância, onde todos habitantes participam, mesmo de forma reduzida, no consumo de bens culturais. Um exemplo é a informação fornecida de pelos *mass-media*. Uma profusão de informações bombardeia o cidadão impedindo qualquer possibilidade de ordenar informações, fatos, opiniões que atraem a atenção do indivíduo. Nos países industriais, a enumeração dos fatos geográficos participa das mesmas técnicas de sobre-informação que bloqueiam a capacidade de compreensão das realidades geográficas e contradições correlatas. Na visão de Naciri, seria essa a causa do descontentamento do jovem europeu em relação à uma educação que tende a mostrar a aparência das coisas, com menos meios que a publicidade ou o espetáculo, em vez de mostrar a inteligência dos fatos.

Milton Santos considerou o artigo de Lacoste provocante e centrou-se em discutir os três silêncios que o geógrafo marroquino fez alusão: (1) o silêncio de Marx quanto ao espaço; (2) o silêncio de filósofos quanto à geografia; e (3) o silêncio dos próprios geógrafos. No primeiro caso, Milton discorda que Marx desinteressava pelo espaço e/ou evacuou de seu discurso a problemática espacial. Seria um exagero pedir para Marx falar como geógrafo, mas a geografia moderna se inspirou fortemente nele. Ele dá o exemplo de Ratzel. Questiona ainda como recusar o caráter espacial de categorias como natureza humanizada, natureza socializada, segunda natureza. No mesmo sentido, as noções de forças produtivas, meios de produção,

seriam difíceis de entender sem se referir ao espaço. Daí que para Milton era arriscado dizer que Marx se preocupou só com história porque espaço e história seriam sinônimos. E conceitua o espaço como sendo a acumulação localizada de tempos reais.

No segundo caso, o silêncio dos filósofos, Milton aponta que uma leitura “geográfica” de algumas obras filosóficas seria rica de informações. Ele exemplifica com autores que vão desde Cassirer até Lukács. Henri Lefebvre mereceu lugar a parte por sua elaboração de uma epistemologia do espaço. De qualquer forma, não se tratava de esperar que os filósofos digam aos geógrafos o que fazer na filosofia da geografia. Era hora dessa ciência construir sua própria filosofia. Enfim, não era possível pedir ao filósofo que escreva no jargão do geógrafo.

Finalmente, no terceiro caso, os geógrafos silenciaram sobre o espaço. No comentário, aparece uma formulação que se tornará célebre no livro *Por uma geografia nova: a geografia é viúva do espaço*. Sem objeto (o espaço), restou para aos geógrafos discutirem sobre geografia. Como consequência, a dificuldade em definir o objeto transbordava para a definição da ciência (a geografia). Eis uma diferença de Milton para Lacoste, posto que o geógrafo marroquino está mais preocupado com a serventia da ciência geográfica. Por fim, Milton terminou seu comentário questionando o silêncio dos geógrafos em relação a eles mesmos.

O geógrafo Alain Reynaud destacou o mérito de Lacoste em sublinhar a dimensão política e mistificadora da geografia. E distinguiu três possíveis linhas de orientação para a geografia: (1) a geografia humanista; (2) a geografia tecnocrática; e (3) a geografia crítica. A geografia humanista oscila entre uma função de evasão (a geografia-espetáculo, as maravilhas da natureza, os «costumes estranhos» dos outros povos, o pitoresco e o superficial) e a uma função de mistificação (a harmonia entre a terra e o homem, o ruralismo, o enraizamento com a chamada à história, o patriotismo ligado ao espaço). Ela afirma sua unidade e considera a região tanto objeto de estudo como caminho para o ideal de globalidade.

A geografia tecnocrática, por sua vez, preocupa-se em contribuir para ação e se quer ao serviço dos poderes existentes – não importando se são capitalista, socialista, financeiro ou militar. A pretensão dessa geografia é ser científica, rigorosa e recorre amplamente às matemáticas (estas sendo concebidas não como uma técnica ou instrumento, mas sim como um ponto de partida autossuficiente). Os temas preferidos da geografia tecnocrática são o ordenamento, a procura das localizações ótimas das atividades económicas, organização do espaço económico e a análise espacial reduzida à sua única dimensão económica.

Por fim, a geografia crítica. Procura compreender e desmontar os mecanismos sócio-políticos. Ela confere prioridade à teorização, sendo as matemáticas constituindo um simples suporte lógico. Essa geografia tem preocupações sociais – que é a origem do seu caráter

contestatório. Os temas de reflexão preferidos da geografia crítica são as cidades, a segregação socioespacial, dominação, pobreza, as multinacionais, o terceiro mundo e os movimentos sociais.

Podemos dizer que as três geografias enumeradas por Alain Reynaud são uma forma de ler a distinção operada por Lacoste entre geografia dos estados-maiores e geografia dos professores. Reynaud distingue esse cenário na França e nos EUA. Na França, durante bastante tempo, a geografia dos professores foi exclusivamente humanista, ao passo que os estados-maiores praticam, sobretudo há duas décadas, uma geografia tecnocrática. Nos EUA a corrente humanista subsiste; a corrente tecnocrática é largamente representada entre os universitários assim como no seu ensino; e existe ainda a corrente crítica, a assim chamada geografia radical cujo porta-voz é a revista *Antipode*.

O último comentário ao texto lacosteano foi feito pelo *Forum-Histoire*. O comentário focalizou a responsabilidade do pesquisador. Alertaram sobre os perigos de uma investigação que não se articula com uma prática. Os estudos devem responder à uma prática. Para a fazer isso a investigação deve partir das interpelações dos de baixo. Fazendo isso, o investigador torna-se um ator que pensa e age com os grupos em luta. E o exemplo ofertado é o do próprio Lacoste e sua pesquisa no Vietnã.

III – A investigação sobre o bombardeamento dos diques revisitada: representações geográficas e comportamentos ideológicos. A dupla função da geografia. Distinção entre análise em diferentes escalas e articulação dos diferentes níveis de análise

No primeiro número de *Hérodote*, Yves Lacoste reencontra a pesquisa efetivada no verão de 1972 no então Vietnã do Norte. No artigo em questão, em vez de apresentar as conclusões das observações que ele havia feito em campo⁵⁶², o geógrafo relata as diferentes fases da investigação, a elaboração da problemática e as dificuldades que ela precisaria superar. Ademais, para além dos bombardeios, o geógrafo considera importante mostrar de forma mais geral como é possível discernir, partindo de uma *démarche* geográfica, a estratégia que um adversário coloca em ação. 35 anos depois ele dirá que esse artigo é “essencialmente geográfico, tático e estratégico⁵⁶³” (LACOSTE, 2011, p.341). Averiguemos.

⁵⁶² De 29 de julho até 13 de agosto de 1972, Yves Lacoste fez o trabalho de campo com a Comissão Internacional de Inquérito sobre Crimes de Guerra, no Vietnã do Norte.

⁵⁶³ [...] es esencialmente geográfico, tático y estratégico.

Ele inicia a revisita com uma questão nova que lembra suas reflexões sobre a assim chamada *geografia dos mass-media*: por que o caso dos diques provocou um tão grande mal-estar na opinião pública? O papel da imprensa escrita foi fundamental em reportar os ataques aéreos sob os diques junto à repercussão dos protestos do governo de Hanói. O geógrafo nota uma relação entre a atuação da imprensa escrita (entre 1965 e 1967) e a suspensão dos ataques. Estes foram suspensos em 1968. Com a chegada de Nixon ao poder os bombardeios foram retomados em 1972. Tal retomada assumiu uma proporção maior pois Kurt Waldheim – secretário geral das Nações Unidas – e o papa Paulo VI demonstraram preocupação. A estratégia do governo estadunidense era dizer que tais figuras tinham sido enganadas pela “propaganda comunista⁵⁶⁴” (LACOSTE, 1976b, p.87). Mas o embaixador da Suécia em Hanói, Jean-Christophe Sébastien Öberg (1935-1992), negou se tratar de propaganda comunista. Por reproduzirem a argumentação do Departamento de Estado americano, os jornais traduziam a atitude da opinião pública daquele país ao mesmo tempo em que agiam como partidários de Nixon e sua política belicista.

É possível inferir que, para o geógrafo, a Revolução Vietnamita contra os EUA era uma nova forma de guerra. Os *mass-media* batizaram de guerra ecológica vez que a ecologia estava na ordem do dia. Sem embargo, vimos no capítulo *A Geografia* que se tratava – para Lacoste – de uma guerra geográfica, pois incluía a dimensão ecológica e a transformação radical da distribuição espacial do povoamento.

A questão do bombardeamento dos diques também desvelava a *dupla função da geografia*: ideológica e estratégica. No primeiro caso, a geografia está intimamente relacionada à Natureza: tufões, terremotos, erupções vulcânicas, etc. “Na consciência das pessoas, os diques de que se falava são, evidentemente, indissociáveis dos rios, das suas cheias, do clima, das montanhas de onde descem, da planície que atravessam⁵⁶⁵” (LACOSTE, 1976b, p.89). Essa função ideológica da geografia abria caminho para se pensar a função estratégica. Os EUA objetivavam, de fato, aniquilar os vietnamitas que viviam na planície do rio Vermelho. O meio para isso era enfraquecer os diques por meio de bombardeamentos e deixar a natureza, digamos, fazer a sua parte quando das cheias. Com as monções, o acúmulo de água faria com que os diques rompessem espontaneamente, encobrendo a verdadeira causa de uma tentativa de genocídio. A responsabilidade seria das “forças da natureza”, do “destino” e, quem sabe, até mesmo de “Deus”. Essa estratégia congraçava-se perfeitamente com a “consciência das

⁵⁶⁴ [...] propagande communiste.

⁵⁶⁵ Dans l'esprit des gens, les digues dont il était question sont évidemment indissociables des fleuves, de leurs crues, du climat, des montagnes d'où ils descendent, de la plaine qu'ils traversent [...].

peças”, a opinião pública estadunidense, que representavam os diques quase como uma extensão da natureza e viam na acusação dos bombardeamentos uma manobra comunista vil que deveria ser rechaçada. Dessa forma, se os EUA tinham lançado mão de uma *análise* geográfica para bombardear os diques, caberia também efetivar uma *démarche* geográfica que pudesse descobrir as estratégias e táticas aplicadas contra os diques. E foi exatamente essa a tarefa que Yves Lacoste se impôs: reconstituir, partindo de informações eminentemente geográficas, o raciocínio elaborado para o Pentágono por outros geógrafos, sejam civis ou militares.

A partir da primavera de 1965 que o governo da então República Democrática do Vietnã começou a relatar [*faire état*] numerosos ataques aéreos sobre a rede dos diques e as obras hidráulicas. “Para o ano de 1965, o governo de Hanói listou mais de quinhentos desses ataques, perto de mil para o ano de 1966 e denunciou vigorosamente essas agressões cujas consequências poderiam ser catastróficas⁵⁶⁶” (LACOSTE, 1976b, p.91). O ministério da Hidráulica⁵⁶⁷ produziu um relatório para a Comissão de investigação dos crimes de guerra na República Democrática do Vietnã do Norte (RDVN). As autoridades estadunidenses negaram. Todavia, depoimentos de testemunhas feitos no Tribunal Russell, após retornarem do Vietnã do Norte em novembro de 1966, confirmavam a tese dos bombardeios dos diques e obras hidráulicas. O geógrafo cita o caso do relatório do médico francês Abraham Behar e do professor da Universidade de Kioto, Tsetsure Tsurushima.

No resumo do depoimento apresentado por Behar (1970, p.49) lê-se que “de março a dezembro de 1965, houve mais de 500 bombardeios” sobre obras hidráulicas e sistema de diques e, “de fevereiro a setembro de 1966, mais de mil incursões com o mesmo fim sobre as 19 províncias do Vietnã do Norte”. Os bombardeios também atingiram hospitais e casas de saúde: o leprosário de Quynh Lap sofreu “39 ataques entre 1965 e 1966” (BEHAR, 1970, p.50). 339 escolas foram bombardeadas em todo Vietnã do Norte. Os edifícios religiosos também sofreram nas mãos do imperialismo estadunidense: “entre 1965 e 1966, mais de 80 igrejas e 30 pagodes foram bombardeados e destruídos, sobretudo nas províncias de Ninh Dinh e Thanh Hoa” (BEHAR, 1970, p.50). A cidade de Than Hoa havia sofrido “70 incursões” e o vilarejo de Hai Thanh, uma colônia de pescadores, sofreu “152 incursões”.

Em 1967, Jean Dresch – então diretor do Instituto de Geografia de Paris – recebeu de Mã Van Bo (1918-2002), delegado geral da RDVN na França, uma documentação sobre os

⁵⁶⁶ Pour l'année 1965, le gouvernement de Hanoï en recensa plus de cinq cents, près d'un millier pour l'année 1966, et il dénonça vigoureusement ces agressions dont les conséquences pouvaient être catastrophiques.

⁵⁶⁷ ministère de l'Hydraulique.

bombardeamentos. Porquanto Dresch não podia se ocupar dessa tarefa, repassa a documentação para Yves Lacoste (1976b, p.92) dizendo: “Veja o que pode fazer!⁵⁶⁸”. Lacoste não era um Pierre Gourou, tampouco teve um papel notável na guerra do Vietnã – como ele próprio reconhece. O que levou Dresch a repassar a documentação foi o fato daquele ter iniciado sua carreira geográfica estudando a geomorfologia do *Rharb* no Marrocos. Lá o relevo era semelhante ao das planícies do Vietnã do Norte pois em ambos os casos os rios correm sobre elevações aluviais acima do nível da planície. Trata-se do rio *Sebou* e do rio Vermelho, respectivamente. Não obstante, a inexistência de diques na planície do *Rharb* e a escassez de povoamento diferenciava da planície do Tonquim.

Lacoste (1976b) percebeu alguns problemas nos relatórios até então publicados: (1) Não eram mencionadas as elevações aluviais – um dado geográfico que era essencialmente estratégico; (2) os problemas dos diques eram confundidos com o problema dos canais e com os diques das barragens construídas fora da planície: nesse caso, os diques serviam para represar a água utilizada na irrigação durante a estação seca. Fazer essas distinções era crucial para transparecer a estratégia da Força Aérea dos Estados Unidos.

A documentação que Dresch havia lhe entregado, embora farta, tinha alguns inconvenientes: (I) era cronologicamente numerosa indicando as incursões, mas dizia respeito a exemplos julgados particularmente excepcionais; (II) era impossível localizar com precisão em um mapa os pontos que haviam sido bombardeados. Sendo geógrafo, Lacoste não poderia deduzir muita coisa de uma documentação fragmentária e que era dedicada a fornecer dados preciso quanto à localização dos fatos no tempo e dar indicações quanto ao lugar em que ocorriam.

Contudo, de um inconveniente surgiram duas constatações. Em primeiro lugar, Lacoste percebeu que uma grande parte dos bombardeamentos era feita na primavera e no início do verão, ou seja, antes da estação das cheias [*hautes eaux*]. A estratégia estadunidense era ocultar sua responsabilidade caso os diques rompessem quando de uma forte inundação. Isso explica porque os bombardeamentos eram realizados no limiar das estações das monções, portanto das cheias: a ruptura pareceria natural e não haveria tempo dos camponeses vietnamitas repararem os diques.

Em segundo lugar, diversos ataques sobre os diques costeiros foram operados pouco antes da chegada de um tufão. Um exemplo foram as “quatorze vezes⁵⁶⁹” que a região de Haiphong foi atacada entre 27 e 31 de julho de 1966 (LACOSTE, 1976b, p.93). Era o momento

⁵⁶⁸ Voyez ce que vous pouvez en faire !

⁵⁶⁹ quatorze reprises.

em que os ventos do tufão chamado *Ora* levavam para o interior do Vietnã as águas do mar que podiam invadir os arrozais e destruir as culturas. Essa segunda constatação – a sincronização entre a chegada do tufão e o bombardeamento – negava a primeira constatação.

De 1968 a 1971, Lacoste narra que os EUA suspenderam os bombardeamentos sobre a maior parte do Vietnã do Norte – o que retirou a urgência acerca da questão dos diques. Contudo, a partir de abril de 1972, os bombardeamentos foram retomados e o assunto voltou ao primeiro plano. Os ataques entre abril e junho de 1972 eram mais graves se comparados com aqueles ocorridos entre 1965 e 1967. Como já dissemos, o geógrafo publicou um artigo no *Le Monde* em 08 de junho explicando a situação geomorfológica da planície do Tonquim e responsabilizando o presidente Nixon caso os diques se rompessem – em decorrência dos ataques. Consoante o geógrafo, Pham Van Dong disse-lhe que esse artigo “desempenharia um grande papel na campanha contra o bombardeio dos diques⁵⁷⁰” (LACOSTE, 1976b, p.94). Raymond Aubrac (1996, p.324) considerou o artigo “muito preciso”⁵⁷¹. Ele foi bastante citado na imprensa estadunidense ainda que não tivesse revelações sensacionalistas: era na verdade um artigo que sublinha o fato geográfico elementar da existência das elevações aluviais. E esse fato elementar era um dado estratégico essencial.

O reconhecimento intelectual não tardou. No meio do mês de julho de 1972, Yves Lacoste recebeu um telegrama do governo de Hanói demandando sua participação na Comissão de investigação sobre os crimes de guerra, organismo animado principalmente por suecos e presidido por Gunnar Myrdal. As autoridades soviéticas levam o geógrafo à Hanói junto com uma delegação de sete membros cujos nomes mais conhecidos eram Ramsay Clark e Sean MacBride. Os diques eram a preocupação particular de Lacoste junto com o engenheiro de diques e irrigação Daniel Mandelbaum. A situação era grave pois os EUA estavam intensificando os ataques em virtude da proximidade da estação chuvosa.

No texto de Mandelbaum (1973, p.37) que conseguimos acessar, o engenheiro faz observações importantes. Ele começa notando que três quartos de toda população daquele país vivem em apenas um sétimo de toda superfície: 12 milhões de pessoas em 9,5000 milhas quadradas (24,6049 km²). O ritmo de vida das pessoas segue o ritmo do rio Vermelho. As enchentes que fertilizam o solo podem ser perigosas se for permitida sem restrições. Donde a importância dos diques. Estes devem ser vigiados constantemente com o objetivo de detectar o

⁵⁷⁰ [...] devait jouer un grand rôle dans la campagne contre le bombardement des digues.

⁵⁷¹ Retour d’une visite au Viêt-nam, le géographe Yves Lacoste écrivit dans *Le Monde* daté des 7-8 juin 1972 un article très précis expliquant comment les bombardements des B-52 ébranlaient le système complexe qui protégeait les rizières du delta contre le fleuve Rouge et les agressions marines du golfe du Tonkin.

menor defeito que poderia resultar em catástrofes quando da estação das chuvas. Mandelbaum estabelece as seguintes conclusões: (1) o bombardeio dos diques era deliberado; (2) os danos infligidos comprometiam seriamente o represamento das águas nos tempos de cheia e a drenagem de grandes áreas; (3) a técnica de destruição tornava o reparo difícil e não muito confiável do ponto de vista técnico. Além disso, o conserto era obstaculizado pelos ataques contra os reparadores e pela utilização de bombas-relógio; (4) os bombardeios eram específicos haja vista não identificaram sinais de outros alvos.

O objetivo de Lacoste (1976b) era estabelecer provas que indicassem que os bombardeios faziam parte de um plano deliberado de provocar uma catástrofe. O bombardeio de um dique, num lugar e tempo específicos, não constituiria prova de uma estratégia intencional. Além disso, a força aérea estadunidense não tinha a possibilidade de atacar os diques em toda parte. Logo, o Estado-Maior deveria escolher os locais de ataques sob o critério da máxima destruição e das consequências mais graves para o povo vietnamita. Após a leitura da tese de Pierre Gourou – *Les paysans du delta tonkinois* – Yves Lacoste tomou ciência de que os diques conformavam uma rede bem estruturada e hierarquizada; ademais, o delta do rio Vermelho era bem diferenciado tanto no aspecto geomorfológico quanto demográfico. Se os ataques eram propositais, era necessário reconstituir o plano deliberado. Para tanto, era preciso localizar precisamente os pontos de bombardeio e produzir um mapa.

No entanto, produção do mapa tinha alguns obstáculos. Um deles era que esse mapa somente poderia ser desenhado pelo ministério da hidráulica após um acordo com as autoridades da RDVN. Outro problema eram as preocupações militares que não gostariam de ter certos documentos divulgados. O geógrafo contou com a interlocução decisiva do coronel Ha Van Lau – que aceitou a hipótese de trabalho de Lacoste (1976b). Não seria uma tarefa fácil, pois exigiria muito dos engenheiros hidráulicos. Estes estavam nos pontos bombardeados diuturnamente para coordenar os reparos após cada bombardeio.

Aqui uma advertência pertinente. Não foi Yves Lacoste quem produziu o mapa. Foram os engenheiros hidráulicos. O mérito do geógrafo foi ter articulado os diferentes níveis de análise para mostrar a estratégia deliberada dos bombardeamentos dos diques. Enquanto esperava o mapa ficar pronto, o geógrafo fez algumas observações em campo e reuniu informações indispensáveis. Enquanto membro da comissão de investigação, ele tinha acesso aos setores onde os diques eram bombardeados: o distrito de Nam-Sach, o sul da província de Thai-Binh e a província de Nam-Ha (LACOSTE, 1976b).

O mapa produzido pelos engenheiros confirmava a hipótese do geógrafo: os bombardeios obedeciam a diferenciação geográfica no interior do delta do rio Vermelho. “De

16 de abril a 31 de julho de 1972, os diques tinham sido atacados em 58 locais⁵⁷²” (LACOSTE, 1976b, p.98). Lacoste constatou que desses 58 pontos de ataque, 54 situavam-se na parte oriental do delta – desde o distrito de Nam-Sach, a norte, a província de Tai-Binh, no centro, até às regiões de Nam-Ha, Nam-Dinh e Ninh-Binh, a sul. Os outros quatro pontos estavam fora desse espaço geográfico: dois perto de Hanói e dois na eclusa de Phuly sobre o rio Day.

A tese de Pierre Gourou ajudou na explicação do porquê os bombardeios estavam concentrados nessa parte oriental do delta. De acordo com Lacoste (1976b, p.98), Gourou dividiu esquematicamente o delta em duas partes: a parte ocidental e a oriental. Na parte ocidental, no alto delta, “os rios, que vêm de desembocar dos vales montanhosos, têm muitas aluviões e eles construíram, antes da contenção, um grande número de depósitos aluviais, porque mudavam frequentemente de curso, em razão da importância do aluvionamento”. Já na parte oriental do delta, no delta inferior, “os rios transportam uma quantidade menor de aluviões [...] e correm sobre elevações naturais menos altas. Esses rios divergem em direção ao mar, como os raios de uma roda”. Devido a isso “grandes extensões planas submersíveis se estendem entre as protuberâncias aluviais⁵⁷³”.

Essa configuração topográfica se relacionava diretamente com a localização das aldeias (FIGURA 32). Na parte ocidental (alta) a maior parte das aldeias estavam edificadas acima das extensões submersíveis, sobre as numerosas e emaranhadas protuberâncias [*bourrelets*] aluviais. Mas na parte leste (baixa) a maioria das aldeias encontram-se abaixo [*en contrebas*] do nível dos rios, portanto sob vastas extensões submersíveis caso os diques se rompam. Além de constatar a concentração de bombardeamentos na parte oriental do delta, o geógrafo também detectou que nessa área os diques não foram atacados de forma uniforme: aqueles situados à montante de Haiphong não tinham sido bombardeados entre abril e julho de 1972. Sem embargo, esses diques estavam numa região em que alvos rodoviários, industriais e militares foram intensamente bombardeados (LACOSTE, 1976b).

⁵⁷² Du 16 avril au 31 juillet 1972, les digues y avaient été attaquées en cinquante-huit endroits.

⁵⁷³ P. Gourou divise schématiquement le delta en deux parties assez différentes : à l'ouest, dans le haut delta, les fleuves, qui viennent de déboucher des vallées montagnardes, ont beaucoup d'alluvions et ils ont construit avant l'endiguement un grand nombre de bourrelets alluviaux, car ils changeaient souvent de cours, en raison de l'importance de l'alluvionnement. En revanche, dans la partie est du delta, dans le bas delta, les rivières transportent une moins grande quantité d'alluvions (puisque celles-ci ont été déposées en amont) et elles coulent sur des levées naturelles moins hautes. Ces rivières divergent vers la mer, comme les rayons d'une roue. De ce fait, de grandes étendues plates submersibles s'étendent entre les bourrelets alluviaux, comme le montre P. Gourou.

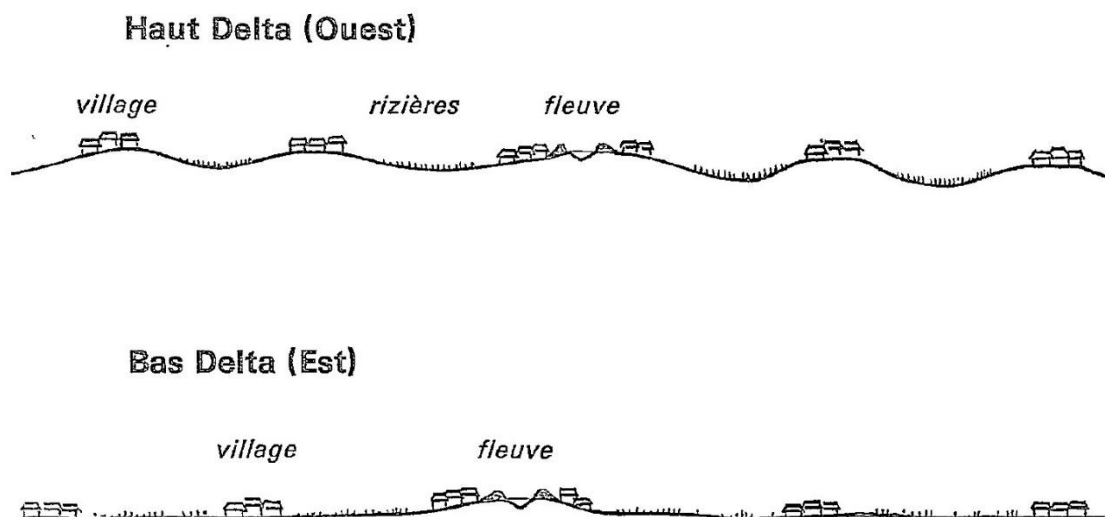


Figura 32: Configuração topográfica do delta. LACOSTE, 1976b, p.100.

O que explicava essa exceção era o fato de os diques situados à montante de Haiphong não correrem sobre as elevações [*en levées*] e começarem a se encaixar [*s'encaisser*] ligeiramente abaixo do nível médio da planície. Em caso de rompimento, os diques não ameaçam as aldeias pois elas não se encontram ali abaixo do nível dos rios. Esses diques tem uma dupla função: (1) reduzir a expansão do leito maior; e (2) conter as marés de tempestade quando os ventos de tufão empurram as águas marinhas no interior das terras. Mas esses tufões ocorrem geralmente no outono, daí eles não terem sido bombardeados no verão.

Lacoste (1976b) desmentiu a estratégia do Estado-Maior americano. Este advogava que os diques foram atingidos involuntariamente, dada a proximidade com alvos militares. Mas, caso fosse verdade, seriam as regiões de Hanói e Haiphong que apresentariam os diques mais bombardeados. É verdade que houve bombardeamento em Hanói. Contudo, era uma exceção pois os ataques se concentraram quase exclusivamente na parte leste do delta – onde havia o maior número de aldeias abaixo das elevações [*levées*] aluviais e, conseqüentemente, o maior número de mortes em caso de rompimento.

Após a análise em pequena escala dos pontos de bombardeamento no conjunto do delta, o geógrafo fez uma investigação no distrito de Nam-Sach – inteiramente composto de diques. Estes foram danificados em seis pontos distintos. (1) ao sul, em 10 e 24 de maio de 1972, próximo dos vilarejos de (1) Aïqoc e (2) Nam-Dong. Esses dois pontos situam-se próximos à grande rodovia Hanói-Haiphong e, nesse caso específico, o geógrafo crê ser razoável pensar que os diques não foram o alvo visado. Foram mais de “cento e cinquenta bombas⁵⁷⁴” (LACOSTE, 1976b, p.102). Também foram danificados próximos aos vilarejos de (3) Nocti e

⁵⁷⁴ [...] plus de cent cinquante bombes.

de (4) Minh-Tank em 09 de julho de 1972. Nocti localiza-se numa depressão côncava de um meandro, isto é, onde a pressão da corrente do rio é mais forte quando das cheias. Em Minh-Tanh, “vinte e quatro bombas destruíram o dique sobre uma seção de trezentos metros de comprimento⁵⁷⁵” (LACOSTE, 1976b, p.102). Os bombardeios ali se justificavam porque a reparação era mais lenta, vez que à sua volta existem zonas pantanosas muito baixas onde é difícil encontrar terras não encharcadas (próprias para compactação). Daí o geógrafo ter escrito que para os trabalhos de retificação foi necessário deslocar “mais de vinte e cinco mil metros cúbicos de terra⁵⁷⁶” (LACOSTE, 1976b, p.102). Finalmente, os diques próximos aos vilarejos de (5) Hiep-Cat e de (6) Nam-Hung – em 09 e 11 de julho de 1972. Esses diques foram escolhidos porque as águas dos rios que acabam de confluir chegam quase perpendicularmente sobre os diques – donde uma pressão muito forte. Caso os diques se rompessem, todo o distrito seria submergido assim como “as cem mil pessoas que nele vivem⁵⁷⁷” (LACOSTE, 1976b, p.103). Cabe destacar que o geógrafo visitou esses últimos diques em 09 de agosto de 1972. Testemunhou a explosão de uma bomba-relógio [*bombe à retardement*] às “10 horas e 15” perto da aldeia de La-Doï (situada entre Hiep-Cat e Nam-Hung). Essa bomba fez parte de um conjunto de bombas-relógio lançadas em 11 de julho: “três explodiram durante o mês de julho, uma em 09 de agosto e duas outras ainda não tinham explodido⁵⁷⁸” (LACOSTE, 1976b, p.103).

Após a investigação no distrito de Nam-Sach, seguiu-se a investigação no sul da província de Thai-Binh. Essa província se encontra limitada pelo curso do rio Vermelho (ao sul) e pelo rio Traly (ao norte). Esses cursos d’água delimitam uma espécie de calha que se abre para o leste, sobre o mar. A valorização dessa calha, onde viviam à época mais de “seiscentas mil pessoas” (LACOSTE, 1976b, p.103), foi possível quando os diques foram construídos. A função destes é evitar a intrusão das águas marinhas. Quando da maré baixa é preciso drenar a água dessa calha. Esse papel é cumprido pela eclusa de Lan. Por esse importante papel, entre 24 de maio e 06 de agosto “ela foi atacada doze vezes” (LACOSTE, 1976b, p.104). Com a eclusa destruída, as águas não poderiam escorrer para o mar e ficariam acumulada nos arrozais fazendo com que parte significativa da colheita fosse perdida (FIGURA 33).

⁵⁷⁵ [...] vingt-quatre bombes ont détruit la digue sur une section longue de trois cents mètres.

⁵⁷⁶ [...] il a fallu manipuler plus de vingt-cinq mille mètres cubes de terre pour effectuer la réparation.

⁵⁷⁷ [...] les cent mille personnes qui y vivent

⁵⁷⁸ [...] trois ont explosé pendant le mois de juillet, un le 9 août, deux autres à cette date n'avaient pas encore explosé

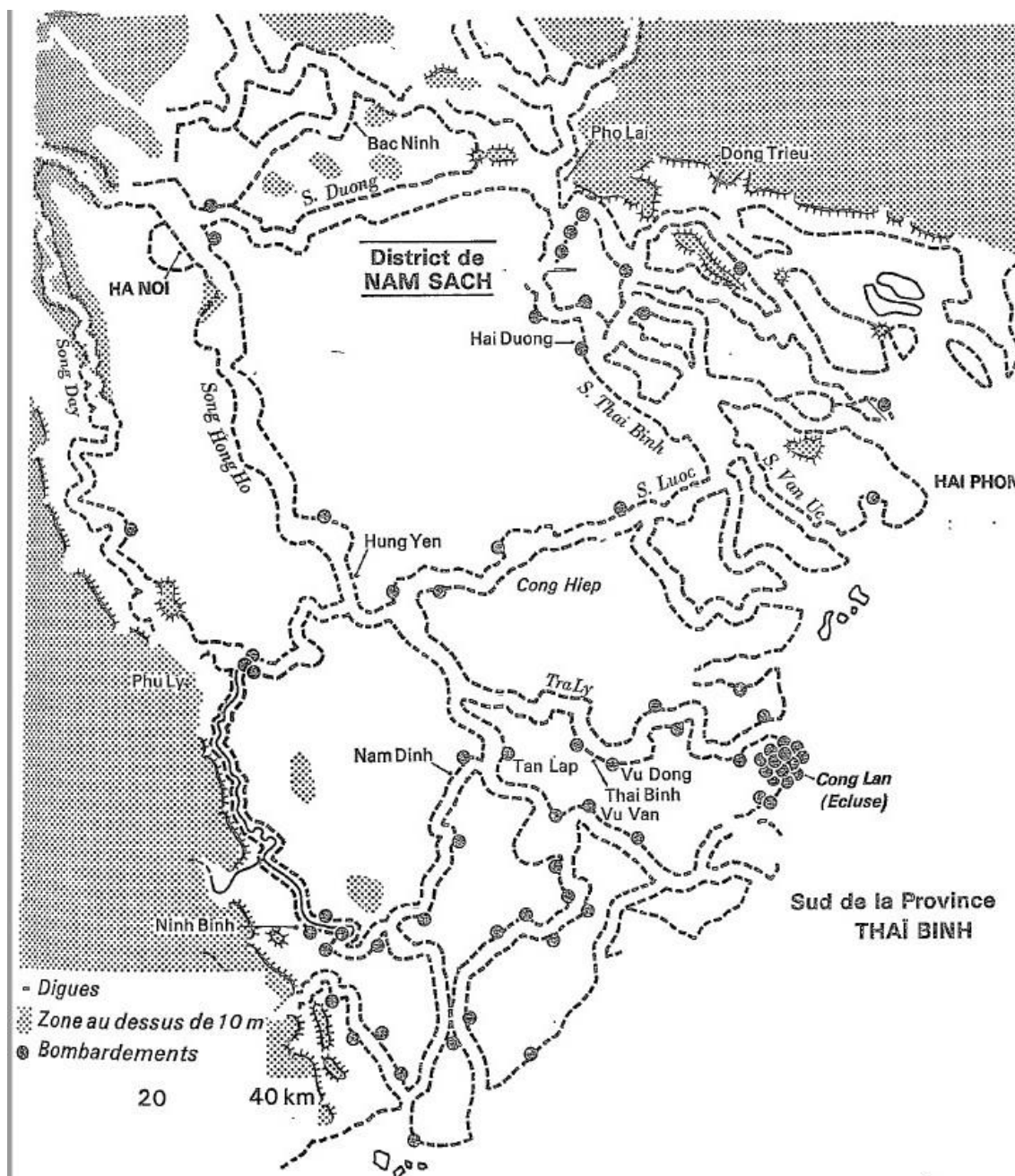


Figura 33: Mapa dos pontos de bombardeamento sobre a rede dos diques no delta do rio Vermelho entre maio e 10 de julho de 1972. Fonte: LACOSTE, 1976b, p.99.

O geógrafo visitou a eclusa de Lan em 03 de agosto. Ela já havia sido atacada em 1968. Além disso, a usina de Nha-May-Gho-Khi (próxima a Hanói) que fornecia o material necessário para o reparo das eclusas e outras obras hidráulicas foi destruída em 05 de outubro. Isso desvelava uma estratégia global e sistemática contra o sistema hidráulico vietnamita. Lacoste visitou os diques no rio TraLy em 03 de agosto. Os diques foram atacados em 21 de julho próximo ao vilarejo de Vu-Dong (distrito Kien-Xong): “onze bombas provocaram crateras

próximas aos diques (menos de cinquenta metros), que resultaram na formação de graves fissuras numa seção de duzentos metros do dique⁵⁷⁹” (LACOSTE, 1976b, p.104).

No dia seguinte, 04 de agosto, Yves Lacoste observou as avarias provocadas nos diques do rio Vermelho – próximo ao vilarejo de Vu-Van (distrito de Vu-Thu). Eles foram atacados no dia 31 de julho: “vinte bombas foram lançadas sobre dois pontos distantes de cerca de 500 metros⁵⁸⁰” (LACOSTE, 1976b, p.105). O primeiro ponto foi uma escola (na qual o diretor foi morto) e o segundo foi perto de um grande leprosário. “Mil e cem leprosos estavam abrigados durante o bombardeamento. Cinco foram mortos, outros dez feridos⁵⁸¹” (LACOSTE, 1976b, p.105). Em resumo, a operação na parte sul da província de Tai-Binh tinha duas dimensões: por um lado, provocar rupturas nos diques e nos pontos mais sensíveis – que embora reparados correriam o risco de reabrir durante as cheias; por outro lado, bloquear a eclusa de Lan para impedir a evacuação das águas para o mar – com vistas à inundar os arrozais minando a subsistência de seiscentas mil pessoas.

O trabalho de campo também permitiu ao geógrafo ter ciência que os pontos bombardeados em abril de 1972 eram praticamente os mesmos bombardeados entre 1965 e 1967. Mas havia uma diferença. Em 1972, a maior parte das bombas caíram à uma distância entre 10 a 100 metros. Consequentemente, o choque causado pela explosão provocava uma série de fraturas e fissuras concêntricas num raio superior a 50 metros que comprometiam a solidez da estrutura (FIGURA 34). Essas fraturas e fissuras nem sempre eram detectáveis e arriscavam abrir-se repentinamente sob a pressão das águas que se elevavam acima da planície durante as grandes inundações.

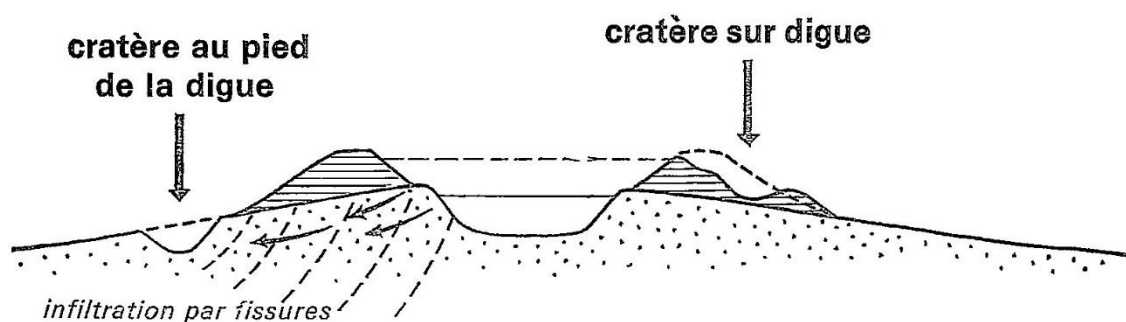


Figura 34: Crateras e infiltração por fissuras. Fonte: LACOSTE, 1976b, p.107.

⁵⁷⁹ [...] onze bombes ont provoqué des cratères à proximité de la digue (à moins de cinquante mètres), qui ont entraîné la formation de graves fissures dans une section longue de deux cents mètres.

⁵⁸⁰ [...] vingt bombes ont été lancées sur deux points distants d'environ cinq cents mètres

⁵⁸¹ Onze cents lépreux y étaient abrités lors du bombardement. Cinq d'entre eux ont été tués, dix autres blessés.

Quem ajudou Yves Lacoste a compreender isso foi o engenheiro Mandelbaum: a água cava uma espécie de túnel no local da rachadura, carregando as partículas de terra e o dique – aparentemente intacto, mas minado – pode colapsar subitamente. Logo, essa tática de bombardeamento junto aos diques era extremamente perigosa porque gerava fendas sob a obra. Por consequência, a tarefa de reparo era difícil porque era necessário terra seca para ser compactada. Quando das chuvas essa tarefa ficava bastante difícil. E mais ainda na época das cheias pois seria necessário remover o dique para recomparar o topo da elevação sobre a qual a obra foi erguida. Por essa razão os bombardeamentos de 1972 eram mais graves que aqueles realizados entre 1965 e 1967.

Lacoste lançou mão de diferentes escalas pra comprovar a sistematicidade do bombardeio da rede de diques. Em pequena escala era mostrado que os bombardeamentos foram realizados apenas nas regiões do delta onde um grande número de aldeias se encontram abaixo do nível das elevações. No mapa de média escala era apresentado que os pontos de ataque correspondiam, majoritariamente, aos setores côncavos dos meandros. Finalmente, no mapa de grande escala, indicava-se a localização das bombas ao lado dos diques – estes pareceriam intactos, mas estavam minados pelas fissuras profundas difíceis de identificar e consertar.

Aqui é importante fazer uma distinção que o escrito lacosteano nos permite identificar. Quando o geógrafo realiza uma *análise em diferentes escalas* focaliza na dimensão *cartográfica* – a relação expressa no mapa entre a realidade e a representação. Certamente, a análise em diferentes escalas permite a captura de determinadas dimensões conforme a escala aumente ou diminua. Por seu turno, quando se trata da *articulação dos diferentes níveis de análise* o geógrafo salienta a os critérios eminentemente geográficos de um determinado fenômeno. Exemplificando: o bombardeio dos diques articulava os níveis de análise *topográfico*, *hidrológico* e *populacional*. O nível topográfico dizia respeito ao era bombardeamento dos diques na parte oriental do delta; o nível hidrológico refere-se ao complexo hidráulico – rios, braços de rios, calhas, eclusas, etc.; por fim, o nível populacional corresponde à dimensão eminentemente demográfica da questão: combinava a destruição do complexo hidráulico e o comprometimento da cultura do arroz.

No capítulo anterior vimos que o fator político – desde a denúncia dos bombardeamentos no *Le Monde* até a participação do Papa Paulo VI – foram importantes para que uma catástrofe não ocorresse. Sem embargo, outros dois fatores podem ser adicionados. O primeiro deles foi o esforço gigantesco do povo vietnamita em reparar o que podia ser consertado. Lacoste (1976b) batizou esse esforço de centenas de milhares de homens e mulheres

de “batalha dos diques”. Isso ao mesmo tempo em que era necessário transplantar o arroz. O segundo fator foi que o verão de 1972 não teve cheias, ao contrário do ano de 1971. As chuvas em 1972 foram fracas ou medíocres no sudeste e no sul da Ásia. Em agosto o geógrafo constatou que o nível da água ainda não atingia o pé dos diques. Mas como ninguém poderia prever que a inundação iria ocorrer ou não, a angústia se manteve.

O geógrafo não deixa de salientar que se as chuvas não tivessem sido fracas a catástrofe poderia ter ocorrido. A força aérea estadunidense havia preparado os bombardeios cuidadosamente esperando a estação chuvosa em 1972. Essa outra diferença já que, entre 1965-1967, à medida que a monção se aproximava os diques não eram atacados. Os bombardeios continuaram até terem certeza que a enchente não aconteceria. De acordo com Lacoste (1976b), essa obstinação e o risco assumido frente à opinião estadunidense – cansada da guerra – era resultado do fracasso da política de vietnamização do conflito, ou seja, “deixar a guerra a cargo dos próprios soldados do Vietnã do Sul” (MONIZ-BANDEIRA, 2005, p.281).

Nesse contexto, “o exército sul-vietnamita passou de 70.000 homens em 1968 para 1.200.000 homens em 1972⁵⁸²” (LACOSTE, 1981c, p.32). O general Giap (2020 [1974], p.145) explica que a vietnamização revelava uma mudança de estratégia, mas não de objetivo pois “desamericanizar” a guerra de agressão e prolongá-la ainda visava assegurar a dominação neocolonialista na porção Sul do país. Pior ainda: tratava-se de jogar os vietnamitas contra si próprios, da mesma forma que haviam feito – não deixemos esquecer – na Guerra da Coreia.

A estratégia de “vietnamização da guerra” não se trata senão de uma guerra de agressão neocolonialista prosseguida sob nova forma, é a aplicação da doutrina Nixon ao sul do nosso país. Esta doutrina reacionária é a nova estratégia global do imperialismo estadunidense nos anos 70, quando sofria derrota sobre derrota no Vietnã e a relação mundial de forças mudava em seu desfavor. Visa manter o papel de polícia internacional do imperialismo estadunidense, prosseguir com novos métodos e manobras a implantação do neocolonialismo no mundo, apoiando-se no poderio dos Estados Unidos, explorando de preferência os recursos em homens e bens de países satélites (GIAP, 2020 [1974], p.145).

Yves Lacoste observa que o avanço em Quang-Tri das forças do Governo Revolucionário Provisório (GRP) e da RDVN só poderia ser travado à custa de gigantescos bombardeamentos. Mas aí a força aérea estadunidense, frequentemente obrigada a agir em outros lugares, começou a sofrer carência de pilotos e mesmo de aviões.

A opinião pública estava cansada da guerra e aturdida com a paralisia das negociações em Paris. Nixon estava ciente que uma intervenção direta dos EUA deveria ser interrompida.

⁵⁸² l'armée sud-vietnamienne passa de 70 000 hommes en 1968 à 1 200 000 hommes en 1972.

Lacoste (1976b) considera que para que os estadunidenses saíssem vitoriosos era necessário que os diques tivessem se rompido. Como os diques não se romperam restou aceitar os acordos de Paris – datados de 27 janeiro de 1973. Daí que para o geógrafo, a batalha dos diques – ou deveríamos dizer, pelos diques – foi um dos pontos mais importantes da Revolução Vietnamita.

O plano de bombardeamento dos diques, ao aproveitar as condições geográficas, era parte de uma estratégia global que Lacoste (1976b) confere o nome de “guerra geográfica”. De fato, foi isso que ocorreu não só no Vietnã, mas na Indochina: esses espaços presenciaram a efetivação de uma estratégia deliberada e minuciosa cujo intuito era suprimir as condições geográficas indispensáveis à vida de dezenas de milhões de homens. Daí porque, para o geógrafo, a guerra da Indochina inaugurava uma nova etapa não só na história da guerra, mas também na história da geografia. Os métodos de destruição – científicos, tecnológicos, informacionais, coordenados no tempo e espaço – e a modificação do meio geográfico atestavam mais do que nunca a dupla função da geografia. É como se esta ciência tivesse se reencontrado – depois de um longo sono – consigo mesma.

O número inaugural de *Hérodote* atraiu a atenção de leitores bastante diversos, entre os quais jornalistas *L'Humanité*. De acordo com Yves Lacoste (1996) é nesse diário que vão aparecer as críticas mais virulentas na forma de dois grandes artigos⁵⁸³. Eles denunciavam essa forma nova de abordar as questões políticas sem fazer referência ao marxismo. Conforme Paul Claval (2000), foi Jacques Lévy quem escreveu essas críticas. Dresch então reagiu rapidamente e explicou aos editores do jornal que *Hérodote* não era uma revista de extrema-direita. Isso fez com que os ataques cessassem. Seja dito de passagem que esse exemplo, diferentemente do que argumentou Béatrice Giblin (2015b, p.4), mostrava que ser publicada por um editor de “extrema esquerda”, não protegia a revista “de ataques excessivamente virulentos de certos colegas marxistas indignados com o fato de que os fatores econômicos estavam longe de ser o alfa e o ômega de qualquer explicação⁵⁸⁴”. Quanto à direita, era pior porque não só defendíamos uma geografia crítica, mas que também devia levar em conta a política.

⁵⁸³ Que não conseguimos acessar.

⁵⁸⁴ [...] d'attaques trop virulentes de certains collègues marxistes scandalisés par le fait que les facteurs économiques étaient loin d'être l'alpha et l'oméga de toute explication. Quant à ceux de droite, c'était pire puisque nous prônions non seulement une géographie critique mais qui aussi devait prendre en compte le politique.

Yves Lacoste chamou os críticos de “ortodoxos”, pois “o fato de não nos ser possível fazer qualquer referência à geografia nas sagradas escrituras marxistas já tornava nossos escritos suspeitos, já que corriam o risco de apontar essa miopia dos pais fundadores⁵⁸⁵”. Observe-se aqui, o desconhecimento do que significa “ortodoxia” no marxismo – questão já resolvida por Georg Lukács (2003 [1923], p.64):

O marxismo ortodoxo não significa, portanto, um reconhecimento sem crítica dos resultados da investigação de Marx, não significa uma “fé” numa ou noutra tese, nem a exegese de um livro “sagrado”. Em matéria de marxismo, a ortodoxia se refere antes e exclusivamente ao *método*. Ela implica a convicção científica de que, com o marxismo dialético, foi encontrado o método de investigação correto, que esse método só pode ser desenvolvido, aperfeiçoado e aprofundado no sentido dos seus fundadores, mas que todas as tentativas para superá-lo ou “aperfeiçoá-lo” conduziram somente à banalização, a fazer dele um ecletismo – e tinham necessariamente de conduzir a isso.

Ora, se o próprio Lacoste detinha um conhecimento bastante diminuto sobre o “marxismo”, essa observação – ainda que guardadas as devidas proporções – era válida também para a revista. Nenhum dos dois se dá o trabalho de especificar a que marxismo se refere. Dessa forma, Lacoste/*Hérodote* se “libertam” do “marxismo” e, por consequência, do ponto de vista da totalidade na explicação da história – como ensinou Lukács – e dos problemas geopolíticos – adicionamos.

IV – Dois engajamentos fracassados. Lacoste, leitor de Clausewitz. *Da guerra*, um livro de geografia ativa

Após o primeiro número de *Hérodote*, Lacoste e seu grupo pensaram que os representantes dos meios populares estariam interessados nessa nova concepção de geografia e no desejo deles de contribuir nas ações de resistência conduzidas pelo patronato ou pelo poder. Note-se, além da inspiração reclusiana, a perspectiva de efetivar uma geografia engajada. Lacoste e seu grupo entram em contato com as organizações sindicais dos serviços postais – que acabavam de realizar longas greves, sobretudo nos centros de triagem. A ideia dos geógrafos era estabelecer cartas mencionando o número de grevistas para sublinhar a importância do movimento. Mas o engajamento dos geógrafos nessa ocasião não deu certo pois as organizações sindicais os mandaram “cuidarem dos seus negócios⁵⁸⁶” (LACOSTE, 2018a, p.191).

⁵⁸⁵ [...] le fait que l'on ne puisse nous opposer une quelconque référence à la géographie dans les saintes écritures marxistes rendait déjà nos écrits suspects, puisqu'ils risquaient de signaler cette myopie des pères fondateurs.

⁵⁸⁶ [...] mêler de nos affaires.

Outra tentativa de engajamento foi junto aos sindicatos e a luta contra a terceirização. O fenômeno da terceirização transformava a geografia industrial da França – através das grandes empresas, frequentemente estrangeiras, subcontratavam com empresas francesas. O grupo propôs produzir mapas mostrando as diferentes formas de terceirização. Contudo, uma vez mais a empreitada não vingou. Isso porque os sindicalistas que foram contatados recusaram fornecer a documentação necessária. O objetivo não era só contribuir concretamente nas lutas contra o patronato, mas também permitir aos alunos e professores perceberem a eficácia e a utilidade do raciocínio geográfico (LACOSTE, 2018a).

Fracasso por um lado, sucesso por outro. Sindicalistas, membros do birô nacional da *Confédération française démocratique du travail* (CFDT) e do *Postes, Télégraphes et Téléphones* (PTT), manifestaram interesse – a partir de então – pelos problemas políticos da geografia. Não obstante, o segundo número de *Hérodote* veio a lume. Além de novos comentários ao texto “Pourquoi Hérodote”⁵⁸⁷, merecem destaque os artigos de Béatrice Giblin, *Elisée Reclus: géographie, anarchisme*; François Châtelet, *Hegel et la géographie*; e Camille Lacoste-Dujardin, *A propos de Pierre Bourdieu et de l'Esquisse d'une théorie de la pratique*. Lacoste só voltaria a escrever um artigo de *motu próprio* no terceiro número da revista: “A propos de Clausewitz et d'une géographie” (LACOSTE, 1976c). Analisemos.

Yves Lacoste começou a ler o *Da guerra* de Carl von Clausewitz (1780-1831) objetivando encontrar na referida obra ideias para melhor compreender o que se passava no Vietnã. Ele leu não por uma preocupação geográfica ou ainda para encontrar matéria de reflexão quanto à geografia. Na época que começou a ler. As interrogações geográficas estavam dirigidas especialmente a Bachelard, Althusser e aos historiadores e economistas marxistas. Depois de tomar consciência das funções ideológicas do discurso geográfico e, claro está, as experiências de pesquisa no terceiro mundo – com destaque para o Vietnã – é que o geógrafo percebeu a importância estratégica do conhecimento geográfico.

Depois de ter lido alguns escritos militares de Mao Tsé-Toung, Lacoste retomou a leitura de Clausewitz e percebeu a considerável importância que o general prussiano atribuiu à uma reflexão geográfica. Ele lamentou a forma quase sistemática com que essa característica do pensamento de Clausewitz – a reflexão geográfica – foi esvaziada pelos comentadores de sua obra. É o caso de Raymond Aron que havia publicado *Penser la guerre. Clausewitz*. De acordo com o geógrafo, Aron deixou completamente de lado a conexão entre a guerra e o terreno.

⁵⁸⁷ Cujá análise incorporamos anteriormente.

Em primeiro lugar, digamos que esta conexão é permanente, de modo que é completamente impossível conceber uma operação de guerra, efetuada por um exército organizado, que se desenrole algures que não num espaço determinado; em segundo lugar, ela tem uma importância decisiva pelo fato de modificar e chegar mesmo, por vezes, ao ponto de transformar totalmente os efeitos de todas as forças; em terceiro lugar, ela tanto diz respeito aos mínimos pormenores de uma localidade como às mais vastas extensões do país (CLAUSEWITZ, 1996 [1832], p.65-66)

Estaria o geógrafo buscando geografizar o prussiano ou apenas objetivando a relevar a dimensão espacial do seu escrito? De fato, podemos dizer que Lacoste busca revelar um geograficidade em Clausewitz, iluminar o aspecto espacial e mostrar que o raciocínio geográfico atravessa o pensamento do general prussiano de uma forma que não é periférica. Ademais, essa conexão entre a guerra e o terreno seria um tipo de sensibilidade particular, de Clausewitz, em relação aos fenômenos geográficos:

Mas na guerra o comandante tem de encontrar no espaço em que opera um parceiro da ação em que está empenhado, espaço que ele é incapaz de medir com seus olhos, que nem sempre o mais ardente zelo basta para explorar, e com o qual, dadas as mudanças contínuas que se produzem, raramente lhe é possível familiarizar-se seriamente. É verdade que o inimigo geralmente sofre do mesmo mal ; todavia, a dificuldade, ainda que seja comum às duas partes, nem por isso deixa de ser uma dificuldade, e aquele que souber vencê-la, graças ao seu talento e ao seu treino, disporá de uma vantagem considerável ; além disso, essa dificuldade só de modo geral é compartilhada, e não forçosamente nos casos particulares, em que, pelo contrário, é de regra que um dos dois adversários (o defensor) conheça os locais bem melhor do que o outro (CLAUSEWITZ, 1996 [1832], p.66).

Mas Lacoste sublinha que nem toda referência ao espaço é necessariamente geográfica: ela pode ser geométrica. E o próprio general prussiano observou que “o valor de uma base de operações [...] depende muito menos, mesmo de forma simplificada, do elemento geométrico do ângulo que formam entre si do que da natureza das estradas e do terreno pelas quais elas passam” (CLAUSEWITZ, 1996 [1832], p.181). Isso não quer dizer que bastaria centrar-se nos elementos topográficos para conduzir a guerra. O general prussiano investiu, por exemplo, contra a assim chamada “teoria do terreno” (CLAUSEWITZ, 1996 [1832], p.590) – que associava as leis da erosão à condução da guerra. Além de rejeitar “a ideia de uma linha de defesa mais ou menos regular, coincidente com uma das linhas geológicas fundamentais” (CLAUSEWITZ, 1996 [1832], p.591).

E de fato, como argumenta Lacoste, os argumentos do general prussiano seja para refutar a “teoria do terreno”, seja para rejeitar a associação linha de defesa-linha geológica são marcadamente geográficos. Se nos for possível utilizar uma terminologia lacostean, podemos dizer que um nível de análise não bastaria. Para Clausewitz era preciso ampliar o número de

níveis de análise: formas do relevo, de povoamento, de habitação, condições climáticas, agrícolas. Tudo isso em espaços de distintas dimensões ou, como prefere o geógrafo, em diferentes escalas. O território era uma força:

O território com seu espaço e a sua população é não só a fonte de toda a força militar propriamente dita, como também parte integrante dos fatores que agem sobre a guerra, quanto mais não seja porque constitui o teatro das operações ou porque exerce sobre este uma influência marcante (CLAUSEWITZ, 1996 [1832], p.14).

Para Lacoste, o general prussiano em sua obra se refere constantemente aos diferentes tipos de combinações geográficas consideradas em diferentes escalas, quer quando ele trata dos problemas de abastecimento do exército, quer quando ele discute os diferentes critérios de escolha para localização das fortalezas e posições fortificadas. Repunha, dessa maneira, a distinção entre ataque e defesa, bem como tática e estratégia. Em diversos capítulos, aponta Lacoste (1976c), Clausewitz estuda a complexidade das relações entre ofensiva e defensiva. Por seu turno, a estratégia se elabora e realiza em pequena escala, ao passo que a tática pertence à grande escala. A pequena escala é aquela dos espaços consideráveis e dos tempos longos. O contrário é válido para a grande escala.

O desafio é saber articular os diferentes níveis de análise do tempo e do espaço. O geógrafo ilustra com o exemplo da montanha. Uma montanha oferece vantagens táticas para a defesa, mas ela é muito desfavorável para uma estratégia defensiva. Para Lacoste, o raciocínio geográfico em Clausewitz era assaz importante, ainda que o general prussiano não tivesse sido um geógrafo ou professor de geografia. Isso não o impedia de ter um raciocínio impregnado de geografia – no qual esta ciência desempenha uma função estratégica por meio das condições mesológicas físicas e humanas. Por essas razões, por associar raciocínio estratégico e raciocínio geográfico, ele considerou o *Da guerra* um verdadeiro livro de “geografia ativa” (LACOSTE, 2007 [1976], p.29).

O terceiro número encerrava com uma resposta que dava bem o tom das polêmicas envolvendo as diferentes correntes de renovação da Geografia. O título: *o espectro do cientismo* (HÉRODOTE, 1976a). A revista⁵⁸⁸ definia espectro do cientismo como a ideia de que seria

⁵⁸⁸ Efetivamente, é possível deduzir que os autores desse texto eram os membros do secretariado de redação e, é claro, o diretor da revista. Ou seja: Yves Lacoste, Michel Abhervé, Olivier Bernard, Jean-Michel Brabant, Béatrice Giblin, Maurice Ronai e Thomas Varlin (pseudônimo de Michel Foucher).

suficiente fazer ciência para resolver os problemas da sociedade. O objeto da crítica era o geógrafo Jacques Lévy, principal representante da revista *EspacesTemps* e secretário da seção geográfica do *Centre d'études et de recherches marxistes* (CERM).

Jacques Lévy, nascido em Paris no ano de 1952, havia fundado com o também geógrafo Christian Grataloup a revista *EspacesTemps* em 1975. Assim como *Hérodote*, a revista surge na onda de reconstrução da Geografia. Mas as diferenças não tardaram a aparecer: *EspacesTemps* combina reflexão epistemológica em torno de uma “escola suíça” ligada aos nomes de Claude Raffestin, Jean-Bernard Racine e Antoine Bailly, além de se abrir para a geografia quantitativa anglo-saxã e sua filosofia correlata. Só que, como explica o próprio Jacques Lévy: “Através da *EspacesTemps*, nós nos destacamos. Para nós, a geografia era precisamente a ciência da dimensão espacial das sociedades⁵⁸⁹” (LÉVY, 2007, p.143). *Hérodote* não estava preocupada se a Geografia era uma ciência. Seu foco era no raciocínio geográfico, no saber sobre o espaço, na análise de situações. Isso a diferencia de *EspacesTemps*. Além disso, Lévy mal tinha concluído a agregação em 1974, enquanto Yves Lacoste já era um grande geógrafo. Isso nos ajuda a compreender a postura refratária de Béatrice Giblin:

[...] você sabe, quando Lacoste cria *Hérodote*, Lacoste já é um grande geógrafo mundialmente conhecido, *Geografia do subdesenvolvimento* foi traduzido para um número incrível de idiomas. Em 76, *EspaceTemps* não é nada, eles são dois, três jovens, há Grataloup, há Levy... quem é o terceiro? Eu esqueci seu nome, mas são novatos, eu ia dizer, são crianças ou quase, eles têm, eles têm o que, apenas 30 anos, se você quiser. Então, para Lacoste, bom, ele não despreza, não é nada disso. Mas isso não é da conta dele. Então, ele olha para eles com um pouco de diversão. *EspaceTemps* era muito teórica, teórica, teórica. Lacoste não é, não é um homem que queira multiplicar teorias que possam ser aplicadas em qualquer circunstância, não. Lacoste é um método rigoroso, isso é claro, que analisa situações precisas. Discorrer sobre o Espaço, as leis do espaço, com palavras complicadas não é da conta dele, e eu acho que ele está certo, eu fui formada assim, a gente se expressa de maneira simples, não se cria conceitos e, na verdade, não há grande coisa nele, aqui não se tenta fazer, eu ia dizer, todo um tipo de, eu ia dizer, gramática em particular, o mundo é complicado, ele muda rapidamente, então tentamos entendê-lo e não gastamos nosso tempo tentando desenvolver teorias que quando tentamos aplicar não funciona.

[...] Eu acho que ele verdadeiramente tinha uma vontade de mostrar as fraquezas de *Hérodote*, eu acho, em alguns desses jovens. Eles eram muito jovens como eu estava dizendo a você, eles ainda não tinham feito muito... eles não tinham feito muito sucesso [*fait d'armes*], bom. E então, tudo isso, eu disse, eu queria dizer, um pouco vulgarmente, mas Lacoste não se importava com o que *EspaceTemps* escrevesse sobre ele, mas então, era o menor de seus problemas, francamente, Lacoste, ele avançava em seu, no que queria fazer porque a revista era ele. E nós trabalhávamos com ele porque nós confiamos nele, percebemos que era, era ele quem funcionava bem e que era lá onde queríamos estar, onde ele nos levava, era para onde queríamos ir. E bem, honestamente, nós não líamos *EspaceTemps*, hein, *EspaceTemps* lia *Hérodote*, mas nós não líamos *EspacesTemps*, não tínhamos tempo (Entrevista com Béatrice Giblin, 23/04/2022).

⁵⁸⁹ [...] à travers *EspacesTemps*, nous nous démarquions. Pour nous, la géographie devait précisément être la science de la dimension spatiale des sociétés.

Hérodote parte do princípio, como veremos em profundidade mais à frente, que Lévy se recusava a colocar as questões que realmente importavam: para que serve o saber espacial e para que poderia servir para o conjunto dos cidadãos? O problema de fundo era a natureza da Geografia: ciência, como defendia Jacques Lévy, ou saber, tal qual argumentava Yves Lacoste? Na avaliação da revista, o foco nos problemas epistemológicos evitaria os problemas políticos – além de não mais assustar os mandarins conservadores. O que deveria ser feito, no que tange ao saber geográfico, era referir-se à prática política e vincular-se explicitamente com os que lutam. Caso isso não fosse feito, o resultado seria um contentamento com um “debate acadêmico asséptico⁵⁹⁰” (HÉRODOTE, 1976a, p.157).

Um bom exemplo dessa prática exercitada por Lévy foi sua avaliação do *Dictionnaire de la géographie* de Pierre George. O dicionário foi taxado de ser um “bricabraque generalizado⁵⁹¹” e a constatação da “indigência científica⁵⁹²” da Geografia (HÉRODOTE, 1976a, p.157). O resultado, na visão da revista, era que esse tipo de rótulo desembocava num academicismo e conduzia os geógrafos aos velhos lugares-comuns de suas reflexões epistemológicas: as fronteiras da Geografia, a unidade e o determinismo. Além disso, *Hérodote* interpretava que o dicionário em questão era expressão de uma corrente progressista – iniciada nos anos 1950 sob a batuta de George – cuja característica era o encontro da reflexão geográfica com as ciências sociais. Salientemos que essa discussão não deixa de ter um caráter mais ou menos pessoal, haja vista, além de ser um dos mestres de Lacoste, Pierre George era por ele considerado “um “tio”. Atacar George e sua Geografia era uma forma de atacar também Yves Lacoste – notadamente tributário daquele.

Enfim, essa polêmica com Jacques Lévy contribuiu para um melhor clareamento das linhas de renovação da Geografia. No confronto de posições, *Hérodote* toma partido de uma concepção cuja questão central repousa na serventia do discurso geográfico e das funções da Geografia. Esta é um saber possuidor de funções estratégicas e ideológicas. Mostrar tudo isso era o propósito da revista. Não se tratava de recusar a cientificidade, mas apontar que esta era o resultado de relações entre prática e teoria. Saber-pensar o espaço, mais que instituir a Geografia enquanto ciência, esse era o objetivo de *Hérodote*.

⁵⁹⁰ [...] débat académique aseptisé [...]

⁵⁹¹ [...] bric-à-brac généralisé [...]. Nesse sentido, bricabraque significa um conjunto de antiguidades.

⁵⁹² [...] indigence scientifique [...]

V – A gênese (e o conteúdo) do escandaloso pequeno livro azul. Novo embate com Vidal, geografismos e razões de ser da geografia. A *démarche* lacosteana, a dialética ampliação-redução da geograficidade e uma geografia fundamental

A gênese do livro remete à estadia de Yves Lacoste na Martinica. Pelo que pudemos levantar, o geógrafo esteve na Martinica no ano de 1976, provavelmente em algum momento entre o primeiro trimestre⁵⁹³ e o terceiro trimestre⁵⁹⁴. Em todo caso, ele tinha ido ajudar Alexandre Piqueras numa investigação sobre a comuna de Lorrain, ao norte da ilha. Quando chegou à Lorrain, Piqueras lhe disse que as investigações tinham sido proibidas pelos policiais porque o prefeito tinha sido assassinado. Na impossibilidade de alterar o bilhete de retorno – provavelmente para Paris – Lacoste permaneceu com Piqueras e começou a escrever o, até então, pequeno texto sobre a geografia.

Conta o geógrafo que bebia um velho rum intitulado *Place de la Savane*, esperando Piqueras, quando lhe ocorreu a ideia do título insolente e justo: *La Géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre*. Em sua visão, este era o significado dramático da geografia. E relembra que em grego antigo a palavra drama significa ação. No texto, Lacoste especifica alguns pontos que já havia apresentado no primeiro número de *Hérodote*. À diferença deste, o geógrafo adicionou um esquema que representava a sua concepção de articulação dos diferentes níveis de análise do raciocínio geográfico por ordem de grandeza. Cada nível⁵⁹⁵ portando [*portant*] as interseções de um número maior ou menor de conjuntos espaciais representados no diagrama por elipses (FIGURA 35). Esse raciocínio pode e deve estar associado à combinação dos diferentes tempos⁵⁹⁶ da história.

⁵⁹³ O primeiro número de *Hérodote* cobre os meses de janeiro-fevereiro-março do referido ano.

⁵⁹⁴ Correspondendo aos meses de julho-agosto-setembro.

⁵⁹⁵ Das dezenas de milhares de quilômetros aos metros.

⁵⁹⁶ Milênios, séculos, dias, etc.

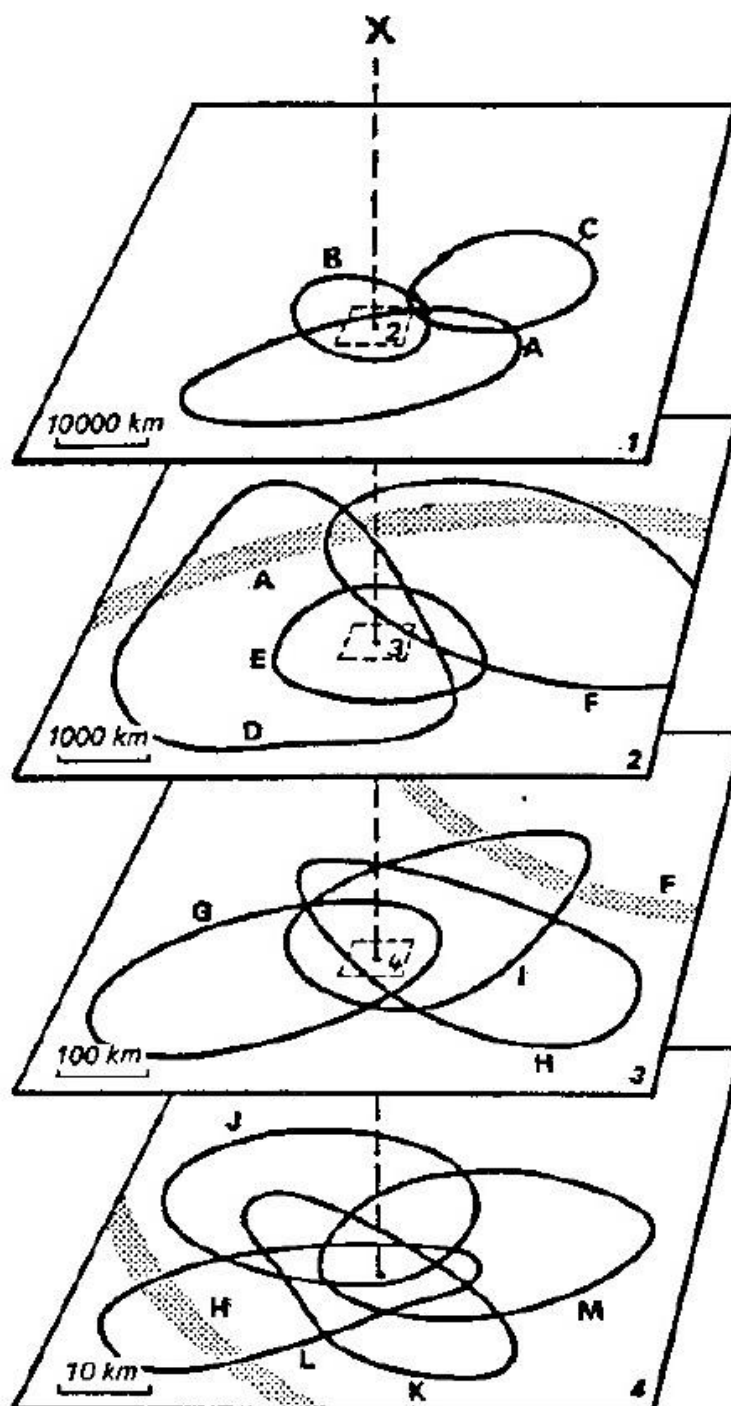


Figura 35: Esquema da análise dos fenômenos de espacialidade diferencial em diferentes níveis de escala.
 Fonte: LACOSTE, 2007 [1976], p.94.

A corporação de geógrafos franceses seria mais uma vez abalada no ano de 1976. Àquela altura, a revista *Hérodote* já contava com três números lançados. E então Maspero publicou o “pequeno livro azul”⁵⁹⁷. O título se tornaria lendário: *A geografia, isso serve, em*

⁵⁹⁷ Acerca da data de publicação de *La Géographie* temos um descompasso. Em suas memórias o geógrafo escreve: Quando iniciávamos o segundo ano de *Hérodote*, Maspero publicou sob um manto azul aquilo a que se chamou o meu “pequeno livro azul” (LACOSTE, 2018a, p.211). Isso leva a crer que o livro foi publicado em 1977 – segundo ano de vida da revista. No entanto, no quarto número de *Hérodote*, referente ao trimestre de outubro-dezembro de

primeiro lugar, para fazer a guerra. Essa obra “foi vista por muitos como um manifesto revolucionário para a geografia, comparável ao ‘pequeno livro vermelho’ de Mao” (HEPPLE, 2000, p.268). De cariz iconoclasta, ela revelava e exemplificava a onda de contestação da geografia tradicional no mundo universitário (CHAUMET, 1977). Respondia aos questionamentos sobre a utilidade e os fundamentos da geografia (VIAU, 1978). O livro fez escândalo e um sucesso retumbante. No Brasil, a publicação pirata da obra “provocou um grande ‘frisson’ no público leitor brasileiro e ‘fez a cabeça’ de toda uma geração” (SILVA, 2012, p.102).

O êxito de *La Géographie* foi tamanho que Yves Lacoste pediu que não fosse reeditado para não concorrer com a revista. A primeira edição teve mais de 20.000 impressões (LACOSTE, 2007 [1976]). De fato, ele era uma espécie de complemento ao número inaugural de *Hérodote*. Mas com uma diferença: se no primeiro número o geógrafo absteve-se de efetivar uma crítica acerba a Paul Vidal de La Blache, no livro não foi o caso. Provavelmente, o geógrafo estava “testando” sua estatura intelectual pois criticar Vidal peremptoriamente abriria um campo de disputas que beiraria o pugilato.

O livro guarda bastante semelhança não só com o primeiro artigo de Lacoste na *Hérodote*, mas também com o conteúdo do capítulo *A Geografia*, publicado na coleção editada por Châtelet – como também observou o geógrafo Antonio Gama (1978). Se *Hérodote* foi o primeiro escândalo – por associar explicitamente estratégia, geografia e ideologia – *La Géographie* foi o segundo. Estratégia e ideologia eram os dois eixos da revista, assim como do pequeno livro azul. Este – alertou Maurice Le Lannou (1976) – indignaria muitas pessoas, mas não cansaria ninguém dado o tom vivo, livre de qualquer convenção – embora ele não achasse o livro convincente. Sem embargo, mais que escandalizar a corporação, o geógrafo almejou levantar um debate sobre a razão de ser da Geografia. Vejamos.

1976, encontramos outra informação que contesta a data de publicação apontada nas memórias de Lacoste. No seu artigo *Brader la géographie... brader l'idée nationale?* (LACOSTE, 1976d, p.30), lê-se: Eu tentei mostrar em *A geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra* (e claro – é preciso dizê-lo? – não serve apenas para isso) as razões desta despolitização do discurso geográfico, que se apresenta como mais “objetivo” e mais “científico”. A situação se complica porque no prefácio da última edição da obra, ele alega ter entregado o texto para François Maspero em junho de 1976 (LACOSTE, 2014). De qualquer forma, o mais provável e correto é que o livro *La Géographie* tenha sido publicado entre março e agosto de 1976. Março porque, na edição original, lê-se que a impressão foi concluída em março de 1976 (LACOSTE, 1976e). Agosto, pois Paul Claval escreve uma resenha no dia 06 do citado mês. Essa observação é importante porque corrige a data de publicação apresentada nas entrevistas do geógrafo em tela com Pascal Lorot: setembro de 1976 (LACOSTE, 2010a).

Como já escrevemos antes, Lacoste não está preocupado em saber se a geografia era ciência ou não. Para o geógrafo, ela era uma articulação dos conhecimentos relativos ao espaço e, ecoando as lições do maio de 68 em Paris, um saber/poder. Essa forma de ver a geografia pela ótica do saber/poder faz com que Lacoste encare a geografia enquanto uma prática estratégica. Ele é um saber estratégico que informa as práticas, sejam elas políticas ou militares. Fazer a guerra? Sim, mas também organizar territórios e controlar os homens sobre os quais o aparelho estatal exerce seu poder.

Para além de procurar um conceito de geografia na obra em questão, é muito mais proveitoso ir capturando as *determinações* do que é geografia. Por essa chave de leitura é possível ir compreendendo porque, simultaneamente, a geografia é para Yves Lacoste (1) um saber estratégico, (2) uma articulação de conhecimentos relativos ao espaço e (3) uma descrição metodológica dos espaços – seja nos aspectos físicos, seja nos aspectos humanos.

O mesmo é válido para o mapa (ou carta). As determinações que constituem a carta são, a princípio, duas: ela é a forma de representação geográfica por excelência e também a formalização do espaço. Ele avança, logo, em relação à determinação apresentada no capítulo *A Geografia*: o mapa enquanto um conjunto [abstrato] de sinais extraído do concreto. Às três determinações, Lacoste adiciona uma quarta: “meio de dominação indispensável, de domínio do espaço” (LACOSTE, 2007 [1976], p.23). O fim do mapa é tornar possível a dominação política da natureza e dos seres humanos que vivem num determinado espaço.

Era de se esperar que uma ciência com esse cabedal e com esse procedimento metodológico gozasse de uma relevância nos meios escolares e universitários. Contudo, a contradição é que foi justamente sua vertente escolar e universitária que mascarou a utilidade prática da análise espacial seja para conduzir a guerra, organizar o Estado ou exercitar o poder. Foram essas instituições, a escola e a universidade, que transformaram um saber estratégico militar e político num discurso meramente pedagógico e científico. E assim a “geografia dos estados-maiores” – aquela estreitamente ligada a práticas militares, políticas e financeiras – passou a ser “quase completamente ignorada por todos aqueles que não a executam” (LACOSTE, 2007 [1976], p.26). Uma crítica direta à corporação de geógrafos universitários.

Nessa obra Lacoste também revisita o conceito de *espacialidade diferencial* que ele havia cunhado no capítulo *A Geografia*. Lá, relembremos, ele utiliza esse conceito para capturar as distintas percepções do espaço conforme as classes sociais. É como se cada classe percebesse e representasse o espaço geográfico de modo distinto a partir de suas práticas sociais – também distintas. No livro *La Géographie* ele enriquece esse conceito. Antes, ele informa que *espacialidade diferencial* foi empregado por Alain Reynaud em *La géographie entre le mythe*

et la Science. Mas com uma diferença. Reynaud (1974, p.95) qualifica de *espacialidade diferencial* “o fato de que cada tipo de fenômeno possui a sua escala espacial própria⁵⁹⁸”. Já Yves Lacoste atrela o referido conceito ao campo das representações espaciais. Para o primeiro, *espacialidade diferencial* é uma relação entre fenômeno e escala; para Lacoste é uma relação entre espaço e a multiplicidade, a diversidade de representações correspondentes à uma série de práticas e de ideias.

O geógrafo aponta que uma consequência do desenvolvimento do processo de espacialidade diferencial é a evolução de um “*saber pensar o espaço*” (LACOSTE, 1976 [2007], p.53). Isso seria a própria razão da geografia existir. Saber pensar o espaço descreve a “familiarização de cada um com um instrumento conceitual que permite articular, em função de diversas práticas, as múltiplas representações espaciais que é conveniente distinguir, quaisquer que sejam sua configuração e sua escala, de maneira a dispor de um instrumental de ação e de reflexão” (LACOSTE, 2007 [1976], p.53). Em poucas palavras, significa a capacidade de uma – digamos – alfabetização espacial, de saber ler, decifrar o espaço, tornar esse processo popular para que não fique restrito às classes dirigentes.

Diferentemente do primeiro número de *Hérodote*, no qual Yves Lacoste evitou a crítica à Paul Vidal de la Blache e à sua geografia, na obra em tela a situação foi bastante diferente. Antes de mais nada, é bom destacar que a crítica lacosteana à Vidal é inseparável do enorme prestígio intelectual internacional que Lacoste angariou, principalmente depois de sua pesquisa no Vietnã. Logo, ele vai atacar duas dimensões da obra vidaliana: método e conceito.

No primeiro caso, o método, ele critica a ideia das descrições regionais aprofundadas “que são consideradas a forma, a mais fina, do pensamento geográfico” (LACOSTE, 1976 [2007], p.60). As descrições regionais aprofundadas foram introduzidas por Vidal no *Quadro de geografia da França* e na *Geografia universal*. Ao mostrar que as paisagens de uma região são o produto da superposição histórica dos dados naturais e influências humanas, o pai da geografia francesa terminou por enfatizar as permanências, a herança duradoura da evolução histórica antiga e dos fenômenos naturais. O problema, raciocina Lacoste, é que Vidal banuiu a evolução histórica (social e econômica) recente (com menos de um século) e que expressava nas paisagens regionais os efeitos da revolução industrial – a exemplo da industrialização e da consequente urbanização.

O método de Vidal passou incólume aos discípulos – que buscaram descrever geograficamente qualquer país a partir das regiões que o compõem. Estas, por seu turno, eram

⁵⁹⁸ Appelons alors spatialité différentielle le fait que chaque type de phénomène possède son échelle spatiale propre.

também descritas em seus aspectos físicos e humanos. E essa descrição podia ser feita de duas maneiras: (1) descrever as regiões no contexto de um país⁵⁹⁹; ou (2) analisar uma região específica em seus aspectos físicos e humanos⁶⁰⁰. Esse modo de proceder de Vidal, que se espalhou e solidificou enquanto procedimento da geografia regional francesa, era um obstáculo capital pois admitia que só havia uma forma de dividir o espaço. O corolário do procedimento vidaliano foi a efetivação do conceito de região geográfica, segunda dimensão atacada por Lacoste. Note que o conceito era fruto do método. A região geográfica foi “considerada a representação espacial, senão única, ao menos fundamental, entidade resultante, pode-se dizer, da síntese harmoniosa e das heranças históricas” (LACOSTE, 2007 [1976], p.64). Porquanto a região foi assumida como a única maneira de dividir o espaço – obstando outras espacialidades diferenciais – ela se transformou num conceito-obstáculo. À vista disso, e acompanhando as lições de Armando Côrrea da Silva (1982), podemos interpretar essa crítica de Lacoste à Vidal como uma disputa entre empirismo e racionalismo. Em Vidal, a região é um dado, uma demarcação evidente – empirismo. Em Lacoste, a região é uma representação do mundo construída – racionalismo.

A região enquanto individualidade, ou melhor, a região-personalidade histórica conferia a base daquilo que o geógrafo qualificou de geografismo. Por esse conceito o geógrafo designa “as metáforas que transforma em forças políticas, em atores ou heróis da história, porções do espaço terrestre ou, mais exatamente, os nomes dados (pelos geógrafos) a territórios mais ou menos extensos” (LACOSTE, 2007 [1976], p.65). Trata-se de um processo de mistificação política. Um exemplo de geografismo seria o assim chamado conflito Leste-Oeste que opunha, naquele momento, o comunismo oriental ao capitalismo ocidental.

Os geografismos colocavam outro problema além da mistificação política. No capítulo anterior analisamos a defesa que Yves Lacoste fez do conceito de subdesenvolvimento enquanto noção geográfica fundamental. Esse conceito articulava os dados naturais e os fenômenos humanos. Tal articulação era uma das *razões de ser da geografia*. Na obra ora analisada, o geógrafo aponta *outra* razão de ser da geografia: “tomar conhecimento da complexidade das configurações do espaço terrestre” (LACOSTE, 2007 [1976], p.68). Complexidade e configurações são as palavras-chave aqui. As configurações são os diversos aspectos do espaço terrestre: sua geologia, demografia, economia, etc. Esses aspectos podem até ser isolados pelo pensamento, pelo intelecto – inclusive para serem melhores estudados.

⁵⁹⁹ Por exemplo, a região da Alsácia-Lorena na França.

⁶⁰⁰ Por exemplo, o clima e a indústria da região da Bretanha francesa.

Contudo, no mundo real, as configurações não se apresentam isoladas. Pelo contrário, são intrincadas, se superpõem. Daí a complexidade.

Então, se o espaço terrestre é complexo em suas configurações, a questão que se põe é como captar tal complexidade. O procedimento da geografia regional francesa era incapaz de dar conta desse desafio porque, antes de tudo, concebia a região como um dado resultante da geologia e da história. Contra esse procedimento e essa concepção Lacoste propõe um novo método que se fundamentava, em grande parte, “sobre a observação das *interseções* dos múltiplos *conjuntos espaciais* que se podem formar e isolar pelo raciocínio e pela observação precisa de suas configurações cartográficas” (LACOSTE, 2007 [1976], p.68). Os conjuntos espaciais são múltiplos pois podem ser climáticos, urbanos, topográficos, étnicos e assim por diante. E eles, no espaço terrestre, podem convergir, confluir, entrecruzar, coincidir, interseccionar uns com os outros. A título de ilustração, podemos dizer que Yves Lacoste lançou mão desse método quando de sua pesquisa no Vietnã ao observar *in loco* e no mapa as interseções dos conjuntos topográfico, hidrográfico e demográfico.

O triunfo da região era o triunfo da geografia dos professores. Tal triunfo terminou por consagrar a região como a única configuração espacial interessante. Ficava na sombra a extrema diversidade e complexidade do espaço terrestre. A região era uma escala, um nível (cartográfico) de análise. E aqui temos um dos problemas epistemológicos primordiais da geografia: “A mudança da escala corresponde a uma mudança do nível da conceituação” (LACOSTE, 2007 [1976], p.77). Isso significa que são os fenômenos geográficos que mudam, que aparecem diferentes, porque as escalas cartográficas de apreensão, os níveis de análise espacial são distintos. No capítulo anterior ilustramos esse problema das escalas a partir do Vietnã. Podemos exemplificar agora com a experiência do geógrafo em Burkina Faso. Em *grande escala*, ele pode estudar a aldeia de Nyaogho e a razão pela qual essa aldeia escapava da oncocercose. Em outro nível de análise, os problemas de desenvolvimento agrícola em Ouagadougou. Em *pequena escala*, o subdesenvolvimento do território até então chamado de *Haute-Volta*.

Temos acompanhado até o momento a defesa lacostiana tanto da *análise em diferentes escalas* – que situa o problema ao nível cartográfico⁶⁰¹ – quanto os *diferentes níveis de análise espacial* – no plano dos conjuntos espaciais⁶⁰². Para Yves Lacoste esse procedimento era necessário, porém insuficiente. Por quê? Por um lado, porque a mudança de escala (cartográfica) demonstra a imprescindibilidade de apreender os espaços terrestres em tamanhos

⁶⁰¹ Pequena escala, grande escala, e assim por diante.

⁶⁰² Topografia, hidrologia, demografia, economia, etc.

diferentes. Por outro, a igual indispensabilidade de classificar os conjuntos espaciais (geográficos) em função das diferenças de tamanho. Destarte, podemos dizer que o método lacosteano conta com uma terceira dimensão: além da análise em diferentes escalas e dos diferentes níveis de análise espacial, tem-se o que o geógrafo chamou de “*diferentes ordens de grandeza* dos objetos geográficos” (LACOSTE, 2007 [1976], p.88). Nesse caso, em íntima correspondência com os diferentes níveis de análise espacial, trata-se do tamanho dos conjuntos espaciais que é preciso considerar para apreender a diversidade de combinações de fenômenos na superfície do globo. Ele classifica sete ordens de grandeza: (1) os conjuntos espaciais que se medem em *dezenas de milhares de quilômetros*; (2) aqueles que se medem em *milhares de quilômetros*; (3) os que são medidos em *centenas de quilômetros*; (4) os conjuntos espaciais que se medem em *dezenas de quilômetros*; (5) aqueles que são medidos em *quilômetros*; (6) os que se medem em centenas de metros; e (7) os conjuntos cujas dimensões se medem em *metros*.

É possível dizer que essa démarche lacosteana era uma forma de ampliar a *geograficidade*, isto é, a diversidade de fenômenos que os geógrafos consideraram como parte da geografia (LACOSTE, 2018a). Não seria exagero dizer que toda obra de Yves Lacoste – pelo menos até aquele momento, 1976 – era um esforço de *ampliação-recuperação da geograficidade*. Ampliação no sentido de dilatar o campo daquilo que é geográfico: pensemos, por exemplo, nas reflexões que ele produziu acerca do subdesenvolvimento. Mas também recuperação pois tratava-se de reassumir a dimensão político-estratégica do saber geográfico obumbrada pelo sucesso da geografia dos professores e da geografia regional francesa.

Pelo prisma do conceito de *geograficidade* Vidal foi atacado por subtrair o peso do político na geografia. Só que quando Yves Lacoste escreve sua obra (1976) ainda desconhecia o livro vidaliano *La France de l'Est* (1917), publicado 60 anos antes. Donde o *mea culpa* e a autocrítica que Lacoste fará futuramente tanto nas reedições de *La Géographie* quanto no texto *A bas Vidal... Viva Vidal!* publicado no número 16 de Hérodote.

[...] fui muito duro com, em primeiro lugar, Vidal de la Blache que em sua [obra] havia excluído todo o [fenômeno] político. Achei isso muito estranho, estranho. Enquanto a França tinha acabado de sofrer a derrota de 1870, para não falar de mudança de fronteiras, para não falar de, aí eu achei que era muito ruim porque eu estimava Vidal de la Blache, mas que foi realmente uma pena escamotear todo o [fenômeno] político. Não entendo por que ele escamoteou o [fenômeno] político (Entrevista com Yves Lacoste, 27/04/2022).

Aliás, é nesse sentido que a crítica de Paul Claval (1976, p.11) encontra guarida. Primeiramente, ele acusa a redução da obra vidaliana ao *Tableau de la Géographie de la France* e observa que *La France de l'Est* era testemunha de uma reflexão moderna sobre “modalidade

e a polarização⁶⁰³ engendrada pela cidade e indústria. Na visão de Claval, o pai da geografia francesa não encerrou a análise geográfica no quadro de regiões concebidas enquanto entidades isoladas, mas sim evidenciou a conexão dos fatos espaciais e insistiu no papel desempenhado pelo Estado. Sem embargo, isso não o impediu de reconhecer a parcela de responsabilidade de Vidal na concepção da geografia humana enquanto ciência natural. A geografia francesa ficou impotente para a ação e diante dos problemas políticos do mundo atual. Consequentemente, a monografia cristalizou-se na disciplina fazendo-a perder o sentido das múltiplas escalas espaciais. De acordo com Claval, isso seria um aspecto positivo do trabalho de Lacoste ao aferir o status hodierno da disciplina.

Em todo caso, a formulação teórica da geograficidade que proscree os problemas políticos é mérito do historiador Lucien Febvre (1878-1956) em seu livro *A terra e a evolução humana: introdução geográfica à história* (1922). “O solo, não o Estado: é isso que o geógrafo deve reter⁶⁰⁴” (FEBVRE, 1955 [1922], p.59). Ainda que o historiador tenha saído em defesa dos geógrafos frente as críticas⁶⁰⁵ realizadas pelos sociólogos – Durkheim, Mauss e Simiand – Febvre prescreveu um horizonte *modesto* para a geografia. Uma geografia modesta é aquela “que não toca nas questões políticas e militares, que evoca, o menos possível, problemas econômicos e sociais, que trata das condições geológicas e climáticas dos solos e do “habitat” rural, mas muito pouco das cidades – em resumo, uma concepção das mais restritas da geograficidade, aquela do *Quadro*” (LACOSTE, 2007 [1976], p.122).

Mas por que Febvre tomou essa atitude? A julgar pelo geógrafo, a redução da geograficidade era *inversamente proporcional* à historicidade. Traduzindo: era um momento que os historiadores estavam ampliando a diversidade de fenômenos que eles consideravam como sendo campo de estudos e reflexões da história. Yves Lacoste (2007 [1976]) exemplifica com a assim chamada Escola dos Annales, responsável por ampliar as preocupações do historiador da sociedade até a economia, passando pelos estudos das civilizações.

Não fora o próprio mestre Paul Vidal de la Blache que sentenciou ser a Geografia ciência dos lugares? Então, “eis, na verdade, a âncora da salvação⁶⁰⁶” (FEBVRE, 1955 [1922], p.57). De fato, alerta Yves Lacoste, essa frase vidaliana não fora objeto de teorização do próprio Vidal. Ele estava preocupado em criticar a reprodução, por parte dos geógrafos, de considerações dos

⁶⁰³ la modalité et la polarisation.

⁶⁰⁴ El suelo, no el Estado: he ahí lo que el geógrafo debe retener.

⁶⁰⁵ De acordo com Febvre (1955 [1922], p.42-43), os sociólogos se queixavam da ambição dos geógrafos em dois sentidos: (1) estes queriam explicar as “sociedades humanas”; e (2) dessa forma, os grupos sociais seriam objeto da Geografia, o que não seria verdadeiro pois, na realidade, as “agrupações não territoriais” escapam ao domínio do geógrafo.

⁶⁰⁶ He ahí, en verdad, el âncora de salvación.

economistas e sociólogos sem a devida atenção aos aspectos espaciais. Febvre, com efeito, conhecia a obra de la Blache. Todavia, optou por insistir na “tese” lablachiana supracitada ao mesmo tempo em que silencia sobre *La France de l'Est*. E isso atingiu fortemente os geógrafos, a exemplo de André Meynier, que não cita o livro de Vidal em seu *Histoire de la pensée géographique en France*.

Em todo caso, Yves Lacoste acredita que mesmo inexistindo o livro de Lucien Febvre era provável que a escola geográfica francesa não se orientaria num sentido diferente. Ele se queixa dos geógrafos terem deixado um historiador “decidir o que devia ser a geografia humana, qual setor do conhecimento lhes era atribuído e em que finalidade deveriam trabalhar” (LACOSTE, 2007 [1976], p.124). O geógrafo fala mesmo em silêncio, timidez e carência congênita dos seus colegas. Mas não é de se questionar também que a corporação de geógrafos franceses tenha concordado com a defesa e as observações de Febvre?

Afinal não era nenhuma aberração escrever, àquela época, que “o geógrafo parte do solo e não da sociedade⁶⁰⁷” (FEBVRE, 1955 [1922], p.33). Não estava o historiador fazendo eco, em maior ou menor dimensão, ao geógrafo Camille Vallaux (1870-1945)? Ou ainda: “Mas o que o sociólogo, ao contrário do geógrafo, coloca no primeiro plano de suas preocupações, não é a *Terra*, é a *Sociedade*⁶⁰⁸” (FEBVRE, 1955 [1922], p.34). O silêncio dos geógrafos, nesse caso, não era um consentimento? Quando diferencia a Geografia Humana da Morfologia Social, Febvre grafa que embora “lhe escape o grupo, enquanto grupo” – ele se refere à Geografia – resta “o solo no que vivem os homens, e o clima, e as produções, e todas as condições de existência próprias dos lugares que estes frequentam e ocupam também como membros de grupos de outra natureza, de grupos territoriais” (FEBVRE, 1955 [1922], p.39). Mais uma vez, talvez o silêncio escondesse um consentimento.

Enfim, ainda que haja um silêncio consentido, Febvre foi responsável – baseado em maior ou menor medida nos geógrafos – por uma redução da geograficidade, notadamente o político. Uma divisão intelectual do trabalho se processa: aos sociólogos caberia o estudo das *formas*, objeto da Morfologia Social; aos geógrafos, a investigação do solo, do “meio em que se desenvolve a vida humana⁶⁰⁹” (FEBVRE, 1955 [1922], p.58); aos historiadores caberia a reflexão dos problemas políticos, socioeconômicos, civilizacionais. A ocultação de parte essencial da obra de Vidal, mas também de Reclus, despolitizava a Geografia Humana –

⁶⁰⁷ El geógrafo parte del suelo y no de la sociedad.

⁶⁰⁸ Pero lo que el sociólogo, al revés del geógrafo, coloca en el primer plano de sus preocupaciones, no es la Tierra, es la Sociedad.

⁶⁰⁹ lo que la Geografía estudia, lo que nos da a conocer, es el medio en el que se desenvuelve la vida humana.

reduzida às monografias regionais, ao estudo do solo, do meio, numa palavra, à sua vertente física (que não faz concorrência à História). De quebra, ainda havia o peso não-negligenciável dos historiadores no seio das Universidades, no ensino de história-geografia no secundário e na organização da *agrégation*.

O livro de Febvre era mais uma camada de sedimentos na despolitização da Geografia. O exclusivismo da região e a geografia dos professores completavam o quadro que confluía para o mesmo objetivo: apartar os raciocínios geopolíticos da geografia. Se Marx e Engels haviam anunciado no *Manifesto do Partido Comunista* que “um espectro ronda a Europa – o espectro do comunismo”, Yves Lacoste (2007 [1976], p.128) pode enunciar que “a geopolítica é o espectro que ronda a geografia humana há cerca de um século”. A geografia humana francesa assustava-se porque, *inter alia*, lembrava Ratzel e a escola expansionista alemã que atingiu o paroxismo com o Terceiro Reich. Isso do ponto de vista externo. No aspecto interno um intelectual *corporificava o espectro* da geopolítica: Élisée Reclus. Antimilitarista, esse geógrafo não afastou os raciocínios político-estratégicos e, por isso mesmo, bastião da ampliação da geograficidade. E aqui a importância de Lacoste e da *Hérodote* em reabilitar o espólio do geógrafo anarquista ao mesmo tempo em que alarga o campo do que é objeto de estudo da Geografia:

Sim, bem, finalmente, ela reencontrou, devolveu à geografia seu campo, porque o campo, por exemplo, da geografia de Élisée Reclus é enorme, hein, já, bom, trata de tudo, realmente encontramos elementos de antropologia, sociologia, economia, de climatologia, de regiões, solos, geomorfologia, o campo, o que Lacoste chama de geograficidade, era enorme (Entrevista com Béatrice Giblin, 23/04/2022).

A descoberta da geopolítica faz com que Lacoste realize uma crítica de Pierre George e o livro coletivo *La géographie active*. Ele reconhece que George deu sua contribuição para ampliar a geograficidade e que o livro “marca uma ruptura com relação à concepção de uma geografia desinteressada, puramente descritiva e explicativa, que havia prevalecido na universidade, desde o início do século XX” (LACOSTE, 2007 [1976], p.130). No entanto, a ampliação da geograficidade parou por aí. Não avançou para reincorporar ao campo dos geógrafos a dimensão geopolítica. George (1975 [1964], p.12) é cristalino: “A pior das caricaturas da geografia aplicada da primeira metade do século XX foi a geopolítica, justificando automaticamente qualquer reivindicação territorial, qualquer “pilhagem” por pseudo-argumentos científicos”. No julgamento de Lacoste, desterrar a geopolítica da pátria Geografia era uma espécie de crença dos geógrafos universitários enquanto *conditio sine qua non* de cientificidade daquela disciplina.

Reverberando Bachelard e Althusser, vimos no capítulo anterior que Yves Lacoste constata a existência de um *corte epistemológico* entre as geografias física e humana – expressão de uma cesura entre Natureza e Cultura que dificultava a análise das interações espaciais dos elementos naturais e humanos. Em *La Géographie* ele constata um novo corte epistemológico entre uma geografia chamada de pré-científica e a assim chamada geografia científica. A pré-científica seria aquela ligada aos soberanos, aos estados-maiores, cujo objeto de preocupação é eminentemente político-militar. Já a geografia científica é aquela de cunho universitário, redutora da geograficidade ao rejeitar as questões geopolíticas.

Aqui é importante fazer uma observação que o geógrafo em tela não realiza, mas é possível depreender de seu raciocínio. Chamar a geografia anterior àquela surgida no século XIX nas universidades de “pré-científica” não deixava de ser uma discriminação pois por essa nomenclatura revoga-se as propriedades intrínsecas daquela geografia – a exemplo do caráter político, militar – e passa a referenciá-la por aquela que lhe sucede (a geografia assim chamada científica). Podemos dizer que Yves Lacoste investe contra a nulificação dessa geografia “pré-científica”.

Por esse motivo também, arriscamo-nos a aduzir, Lacoste ambicionou resgatar Heródoto enquanto “pai da geografia”. Ou ainda, se quisermos, dedicar atenção à Élisée Reclus. Talvez por isso o geógrafo em tela intitule *geografia fundamental* aquela geografia reputada “pré-científica”, haja vista a reflexão que ela estabelece em relação aos “fenômenos que advêm do político, sobretudo aqueles que estão ligados ao exercício dos poderes de Estado” (LACOSTE, 2007 [1976], p.131). A geografia fundamental é uma geografia ativa posto que articula raciocínio geográfico e raciocínio estratégico. Com a suspensão da geografia fundamental, alguns efeitos foram sentidos na Geografia: (1) distanciamento dos geógrafos universitários de toda ideia de ação; (2) rompimento com uma das razões de ser da geografia, os fenômenos políticos; (3) a separação do geógrafo e do cartógrafo; e (4) redução da geograficidade.

Redução da geograficidade e corte epistemológico caminhavam lado a lado. O corte não só reduziu a geograficidade, mas também não engendrou um aprofundamento dos fenômenos que interessavam aos geógrafos. Em outras disciplinas, diz Yves Lacoste, o corte serviu para provocar uma mudança qualitativa e progressista, permitindo olhar as questões de uma forma nova e “mais eficaz” (LACOSTE, 2007 [1976], p.132). Na geografia, o corte operou uma mudança regressiva. As provas seriam a obliteração dos livros *La France de l'Est* – de Vidal; *La géographie de l'histoire. Géographie de la paix et de la guerre sur terre et sur mer* – de Jean Brunhes e Camille Vallaux; e a obra de Élisée Reclus.

Ora, mas essa aversão à geopolítica não se manifestou somente na França – e Yves Lacoste está ciente disso. Um exemplo foi o caso da URSS, onde a geopolítica foi identificada com o pangermanismo e, posteriormente ao hitlerismo. Como consequência, diz Lacoste, a geografia humana praticamente não existe no sistema universitário soviético. Mas isso se explicaria por uma questão de política interna: as cartas – não só na URSS, mas nos estados comunistas – eram reservadas aos quadros dos partidos, das forças armadas e da polícia. E aqui evocamos a experiência do geógrafo no Vietnã e a dificuldade que ele encontrou em acessar os mapas.

Em que pesem as diferenças, tanto Reclus, quanto Vidal, detinham uma concepção ampla de geograficidade que incluía o político. O comunista libertário denunciava “a injustiça e a opressão sob todas as suas formas e em todos os países”, ao passo que o conservador patriota defendia a Alsácia e Lorena francesas. Aliás, Lacoste recorda que *La France de l'Est* foi escrito quando seu filho Joseph Vidal de La Blache havia sido morto em 1915 durante a Primeira Grande Guerra. “A guerra foi cruel com ele”, como escreveu no necrológio Lucien Gallois (1918, p.172). Sem dúvida, uma motivação sentimental e política para batizar a Alsácia e a Lorena de *França de Leste*. Sem embargo, Vidal teria dito à Gallois (1918, p.172-173) que esse livro era fruto de “trinta anos de meditações” e não uma “obra de circunstância”⁶¹⁰.

Se pelo menos foi o último livro de Vidal que foi olvidado pelos universitários, o mesmo não pode ser dito de Reclus. E aqui, ainda que não cite nomes, o geógrafo está inegavelmente criticando seus mestres Dresch e George: “mas que a corporação dos geógrafos, onde homens de esquerda desempenharam um papel não-negligenciável a partir dos anos cinquenta, tenha continuado a ignorar Reclus, é algo completamente inacreditável” (LACOSTE, 2007 [1976], p.137). Nem tão inacreditável assim se lembrarmos que Dresch e George eram – em maior ou menor medida – influenciados pelo marxismo. Yves Lacoste vai identificar na oposição de Reclus à Marx uma razão fundante para esse esquecimento.

Marx, aliás, era visto da mesma forma que no capítulo *A Geografia*: um intelectual que havia silenciado sobre os problemas espaciais. Yves Lacoste até reconhece que Marx falou sobre dos problemas espaciais nos *Grundrisse*, aos problemas de relações cidade-campo e as referências à Natureza – em conjunto com Engels. Mas são todas preocupações diminutas, segundo Lacoste. Por que Marx silenciaria sobre essa “representação racional do mundo” ou sobre “as práticas sociais (políticas, militares, econômicas, ideológicas) em relação ao espaço terrestre”? (LACOSTE, 2007 [1976], p.140-141). Na visão do geógrafo é o fato do filósofo e

⁶¹⁰ fruit, m'a-t-il dit, de trente ans de méditations, que les événements actuels l'avaient décidé à publier, mais qui n'était pas, il a tenu à le déclarer, une œuvre de circonstance.

economista alemão ter organizado seu raciocínio em referência constante ao tempo – o que gera a indiferença ao espaço.

Ademais, dois aspectos chocavam o geógrafo: (1) a disjunção entre os textos teóricos mais elaborados, a exemplo de *O capital*, e os textos circunstanciais militares ou político-estratégicos; e (2) no âmbito dos textos mais elaborados, “a irrupção, numa problemática globalmente a-espacial, de raciocínios geográficos grosseiramente deterministas” (LACOSTE, 2007 [1976], p.141). Lastimavelmente, o geógrafo não exemplifica textualmente: ele apenas lança esses atropelos em relação à obra de Marx e, sobretudo, a *O capital*.

Em sua visão, a tradição marxista vai herdar essa dualidade: Plekhânov abusando do argumento geográfico; Lênin, Trotsky e Mao Tsé-Tung explorando as penetrações teóricas de Marx no pensamento estratégico; e “a economia política marxista retomando esquemas a-espaciais de *O capital*” (LACOSTE, 2007 [1976], p.141). À parte estariam Rosa Luxemburgo e Gramsci, cujo conjunto dos textos referenciam a problemática espacial. De qualquer modo, é de se questionar essa visão de Yves Lacoste sobre uma obra que tem capítulos como *A assim chamada acumulação primitiva*, *Capital fixo e capital circulante*, bem como toda uma discussão *renda fundiária*.

O marxismo – que Lacoste nunca especifica – demonstraria alguns sintomas em se relacionar com a Geografia. Primeiramente, em relação aos geógrafos marxistas. Trata-se da orientação de alguns para as investigações da geografia física. O geógrafo em tela está pensando no seu mestre Jean Dresch, notório anticolonialista e geomorfólogo francês. Podemos adicionar ao lado de Dresch o também geomorfólogo francês Jean Tricart. Em segundo lugar, a dificuldade da análise marxista em geografia humana. Diz respeito ao enorme espaço ocupado pela reflexão histórica, que se orienta “para a análise das relações de produção e lutas de classes” (LACOSTE, 2007 [1976], p.145). Nesse ponto o problema é a análise marxista inspirar-se num discurso histórico ou da economia política que camuflava os problemas espaciais. Como resultado um duplo inconveniente: (1) o discurso histórico não questionava a geografia vidaliana; e (2) o discurso histórico camuflava os problemas teóricos que era preciso colocar para a geografia.

Havia ainda uma incompatibilidade de raciocínios: o geográfico e o marxista. O raciocínio geográfico considera múltiplos conjuntos espaciais, oriundos tanto das categorias científicas da natureza (geologia, climatologia), quanto da sociedade (economia, sociologia). Já o raciocínio marxista privilegia os conjuntos formados em função das distintas relações de produção: proletariado e burguesia, burgueses e senhores feudais, camponeses e proprietários fundiários. Esses conjuntos são, na visão do geógrafo, “difícilmente cartografáveis”

(LACOSTE, 2007 [1976], p.147). Essa é uma clivagem decisiva para Lacoste. Cartografar era uma forma de ser do “geografar”. Raciocinar geograficamente era raciocinar de modo a mapear, delimitar, “reconhecer diferenças significativas na superfície do globo” (LACOSTE, 2007 [1976], p.133).

Tal incompatibilidade de raciocínios fazia o geógrafo se questionar se estava diante de “princípios de uma geografia marxista ou fim da geografia”. Certamente, a Geografia não parecia próxima do aniquilamento: pelo contrário, ela se desenvolvia vigorosamente (na França, nos EUA, na então URSS). Logo, estava-se mais próximo da primeira opção. Sem embargo, essa primeira opção não deixava de por problemas. Os geógrafos marxistas deram sua contribuição principalmente no estudo dos fenômenos urbanos. Mas isso não significava nem que esse estudo fosse exclusivamente de propriedade dos geógrafos, nem que fossem somente marxistas que estudassem os problemas urbanos.

Ainda, Lacoste considerava insuficiente manobrar o arsenal categorial do marxismo para o estudo dos fenômenos urbanos enquanto base de uma geografia marxista. Essa posição dos geógrafos inspirados no marxismo colocava novos problemas. Por um lado, a cidade era um espaço entre muitos outros que os geógrafos deveriam levar em consideração. Lembremos as três determinações da *démarche* lacosteana: *análise em diferentes escalas* (cartográficas), *os diferentes níveis* (geográficos) *de análise espacial* e *as diferentes ordens de grandeza* dos objetos geográficos. O geógrafo deve levar em consideração essas três camadas de reflexão, capturar a complexidade das interseções dos múltiplos conjuntos espaciais. “Eis aí a tarefa dos geógrafos!”, exclama Yves Lacoste (2007 [1976], p.138). Por outro lado, os geógrafos chegaram tardiamente ao estudo do urbano, quando comparados com os sociólogos e urbanistas – até mesmo os economistas. Efeito indubitável da centralidade da geografia vidaliana no habitat rural.

Pari passu ao desenvolvimento incipiente de uma geografia marxista, avolumava-se na França e sobretudo nos EUA as pesquisas de geografia aplicada. Essa geografia não estava preocupada com a formação de docentes, mas era aproveitável para as grandes firmas e para o aparelho de Estado. Na França os geógrafos não dispunham dos mesmos recursos que nos EUA. Ademais, ali eram os geógrafos formados nas Universidades que realizavam tais pesquisas. Pensemos no exemplo de Tricart, Juillard e Phlipponneau. Contudo, o papel dos geógrafos nessas pesquisas aplicadas era juntar “os conhecimentos necessários para a elaboração dos planos de ‘*aménagement*’ e estratégias de ação, que são decididas, em definitivo, pela política” (LACOSTE, 2007 [1976], p.155). Ou seja, a definição das ações, das modificações, era executada pelos Estados-Maiores dos aparelhos estatais ou das grandes firmas.

Nos EUA, a origem das pesquisas de geografia aplicada remete ao prolongamento dos estudos de mercado. Os economistas tiveram que apreender a dimensão espacial. Além dessa origem, foram fatores que confluíram para a expansão da geografia aplicada no outro lado do Atlântico: as zonas de influência das cidades, as operações de desenvolvimento regional – como a *Tennessee Valley Authority* – e a própria extensão planetária dos interesses estadunidenses. Curiosamente, é justamente nos EUA, “onde a geografia escolar e universitária não se desenvolveu muito” que a geografia aplicada vai resultar, em larga medida, na assim chamada *New Geography* (LACOSTE, 2007 [1976], p.157). Claval (1976) criticou essa origem anglo-saxônica da *New Geography* pois ela originariamente é alemã ou escandinava e cujas raízes estão na economia espacial do século XIX e no trabalho dos estatísticos do século XVIII.

A geografia aplicada aparecia assim como uma maneira de conferir utilidade aos geógrafos. A relação com a matemática, com a estatística, outorgava ares de cientificidade. Utilidade e cientificidade. Parecia que a Geografia tinha finalmente encontrado uma fórmula de resolução dos seus problemas. Todavia, Yves Lacoste não pensava assim. Para ele, (1) não havia autonomia do geógrafo para conduzir a pesquisa; (2) quem efetuava a pesquisa não a coordenava; e (3) os resultados das pesquisas não eram comunicados. Essa situação era bastante diferente da prática universitária. Ele fala mesmo em proletarização, pois “os assalariados [...] perdem qualquer direito sobre os frutos de seu trabalho” (LACOSTE, 2007 [1976], p.161).

Outro agravante: o desenvolvimento das pesquisas de geografia aplicada rebaixava o estatuto do geógrafo e de suas investigações. Na universidade o geógrafo detinha uma posição de intelectual independente. Trabalhado para as firmas ou determinados aparelhos estatais, o geógrafo era um mero empregado, um técnico sob contrato – frequentemente temporário – e não podia divulgar as pesquisas. Nesse último caso, a ausência de publicidade era um fator complicador para o exercício da cidadania numa sociedade democrática (a exemplo da França e dos EUA) visto que toldava os cidadãos de ter ciência das ações e modificações empreendidas no território seja pelos aparelhos estatais, seja pelas grandes firmas.

À vista disso, podemos dizer que Yves Lacoste enxergava outra tarefa para os geógrafos: contrair relações com o poder de modo que a Geografia fosse considerada um saber estratégico, e não meramente um discurso ideológico. Não se trata de servilismo, mas tais relações podem ser contraditórias e antagônicas. O que não pode escapar ao geógrafo é silenciar sobre a usurpação dos resultados das pesquisas empreendidas por uma – digamos – “minoría privilegiada”. Logo, revela-se uma defesa de Lacoste do papel de cidadania que a geografia – através dos geógrafos – poderia exercer.

VI – Crítica e autocrítica: *Géographie du sous-développement* revisada

Em 1976, Yves Lacoste também trabalhou na terceira edição⁶¹¹ de *Géographie du sous-développement* cujo subtítulo era “Geopolítica de uma crise”. A princípio, ele explica que a utilização da palavra geopolítica coincidia com violentas lutas internas em Cuba e Vietnã. E essas lutas se faziam acompanhar nos meios de comunicação de opiniões contraditórias ou mesmo antagônicas (LACOSTE, 2018a). Mas ainda não é o momento de discutirmos a reaparição da palavra geopolítica em França. Devemos chamar a atenção para o “aviso crítico e autocrítico” que o geógrafo efetua em relação à primeira edição da obra em tela.

O objetivo do livro é “tentar a *construção e explicação* de um *mapa*”⁶¹² (LACOSTE, 1976 [1965], p.7). Esse mapa representaria a extensão à superfície do globo do conjunto (ou conjuntos) formado pelos assim chamados países subdesenvolvidos. A dificuldade nessa empreitada seria uma evidência de que essa palavra expressava os países dominados pelos países imperialistas. Daí ele apresentar um esboço provisório dos limites do terceiro mundo (FIGURA 36). Por isso mesmo a preferência de utilização da alegoria espacial centro-periferia para representar os países dominados e os países imperialistas. A fonte de inspiração dessa alegoria eram os trabalhos do marxista Samir Amin (1977 [1970]; 1976 [1973]).

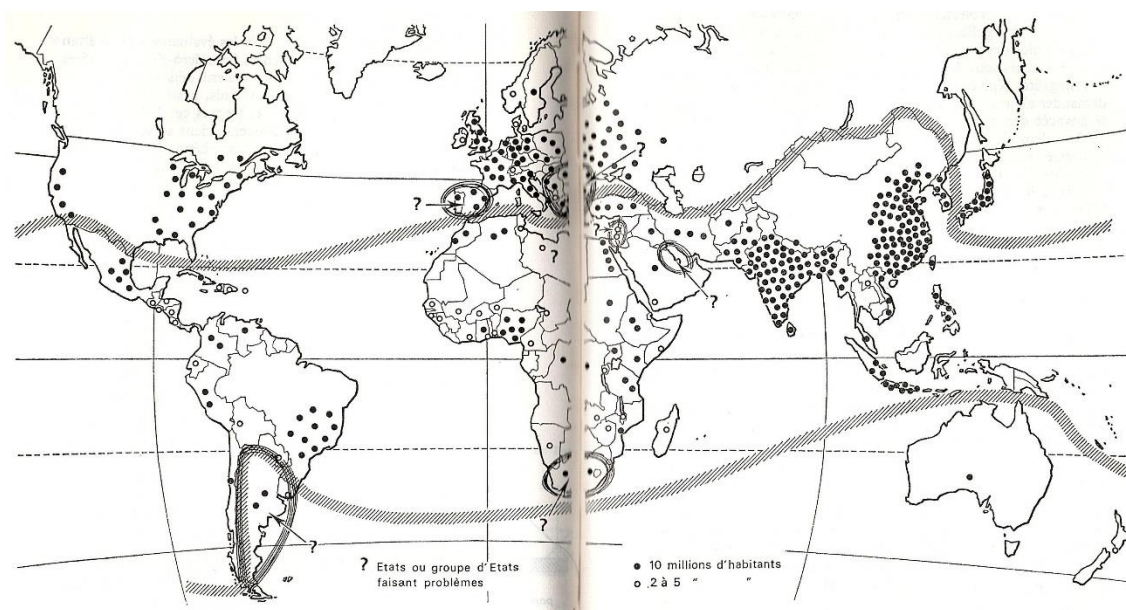


Figura 36: Esboço provisório dos limites do terceiro mundo. Fonte: LACOSTE, 1976 [1965], p.62-63.

⁶¹¹ A segunda edição, datada de 1968, foi apenas uma reimpressão.

⁶¹² tenter la *construction et l'explication* d'une *carte*.

Contudo, na avaliação de Yves Lacoste, os contornos espaciais da periferia, quando se tenta representar no mapa, permaneciam vagos, ambíguos e questionáveis – donde a permutabilidade dos termos países subdesenvolvidos e periferia. Por isso mesmo, como reconheceu Rodolphe de Konnack (1991 [1984], p.148): “A metáfora espacial centro-periferia influenciou muito geógrafos que, felizmente, como Y. Lacoste, geralmente a utilizaram com a necessária cautela⁶¹³”.

Ao que parece, essa certa rejeição à utilização da alegoria espacial centro-periferia deriva de uma suposta “aespacialidade” do marxismo – esse argumento já tinha sido levantado em *Hérodote* e em *La Géographie*. Se ele lançasse mão de um referencial marxista significaria descentralizar os problemas demográficos. Sem dúvida, Lacoste mobiliza certos intelectuais marxistas em sua análise, a exemplo de Samir Amin, Arghiri Emmanuel, Paul Alexander Baran e Charles Bettelheim. Isso confere razão à Maurice Poncelet (1918-2005) quando este raciocina que, examinando os caracteres que permitem classificar um Estado, a análise lacosteana é – em grande parte – marxista. Mas Poncelet (1977, p.634) apressadamente atribui esse exame ao fato do geógrafo “ser comunista⁶¹⁴”. Ora, isso não é só falso porque nem todo marxista é comunista (e vice-versa) mas, sobretudo, em razão de Yves Lacoste já ter deixado o PCF desde 1956 e não mais ter militado em favor da causa. Ademais, a adesão ao comunismo, simbolizado na filiação partidária, estava hipotecada muito mais ao patriotismo que à teoria marxista.

Por seu turno, a alegoria centro-periferia seria um exemplo⁶¹⁵ do que Alain Musset (2009, p.89) chamou de arquétipo espacial: “uma configuração geográfica teórica aplicada a um espaço virtual a fim de extrair uma estrutura territorial suposta universal, fundada sobre um sistema de valores políticos, econômicos, sociais ou culturais”. Por essa via, o subdesenvolvimento se desterritorializava e transformava-se numa metáfora de relações de poder.

Inobstante essas observações, Yves Lacoste não busca questionar a contribuição de Amin, mas sim interrogar *onde está a periferia*. Os que lutam contra as causas do subdesenvolvimento devem saber *onde eles estão*, se no centro ou na periferia, em qual formação social, dentro de qual jogo de poder, sua atividade ocorre. A África do Sul pertence ao centro ou à periferia? Como enquadrar Argentina, Espanha, Grécia e Portugal? (LACOSTE, 1977a). No livro, relembremos, o geógrafo os coloca numa situação intermediária. E os países

⁶¹³ La métaphore spatiale *centre-périphérie* a beaucoup influencé les géographes qui, heureusement, tel Y. Lacoste, s'en sont généralement servi avec la prudence nécessaire.

⁶¹⁴ M. Lacoste ne fait pas mystère d'être communiste.

⁶¹⁵ Norte-Sul, Local-Global, cidade-campo, também podem ser citados.

socialistas? A URSS é centro ou periferia? Todas essas questões mostram que não era simples estabelecer um mapa que possibilitasse representar a extensão espacial dos diferentes conceitos em que se baseia (FIGURA 37).

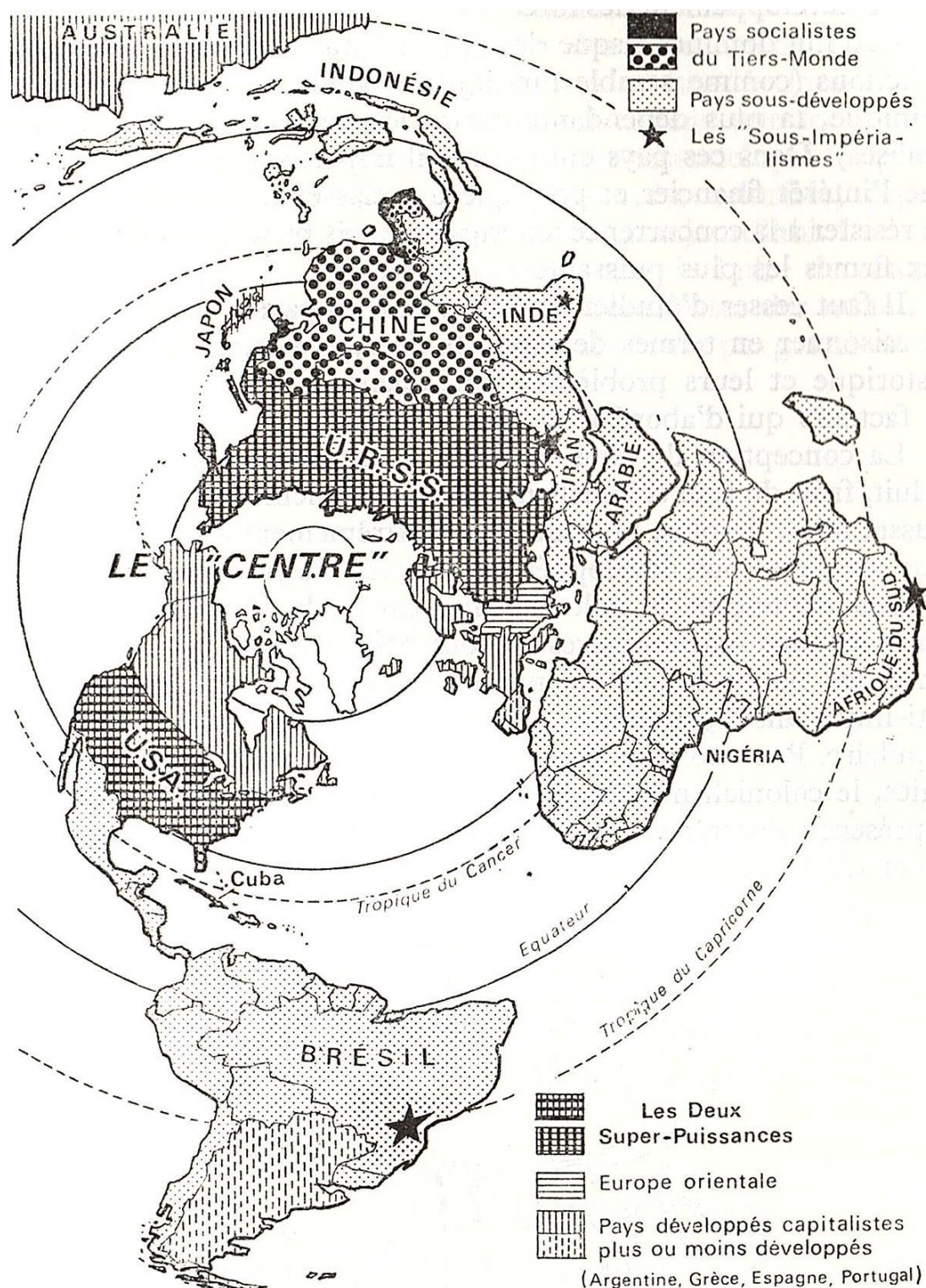


Figura 37: O centro e o terceiro mundo. Fonte: LACOSTE, 1976 [1965], p.281.

Mas o que levou Yves Lacoste a reeditar *Géographie du sous-développement*? Uma série de reflexões e questionamentos de natureza política e epistemológica. A primeira edição de *Geographie du sous-développement* refletia a incerteza em relação à razão de ser da geografia, seus status epistemológico e visão pouco clara do que um geógrafo poderia contribuir para a compreensão dos problemas sociais, econômicos e políticos em geral, e da análise do subdesenvolvimento em particular.

De fato, apesar do seu título, esta “Geografia do Subdesenvolvimento” não era realmente uma Geografia, na medida em que os problemas nela considerados mal se apresentam em termos de Espaço. Eu estava um pouco ciente disso, e minha intenção era chamá-lo de “Introdução a uma Geografia do Subdesenvolvimento”⁶¹⁶. (LACOSTE, 1977a, p.121).

Anui ainda a acentuada falta de conhecimento das questões teóricas e epistemológicas que deveria ter considerado em relação à geografia, o que tornou sua análise mais próxima das ciências sociais. O conhecimento dessas ciências é indispensável para o geógrafo, mas não é suficiente. É necessário que o geógrafo enfrente os problemas relativos à análise do espaço e as representações espaciais que se encontram em relação a toda uma série de fenômenos. Cabe ao geógrafo estabelecer as bases teóricas dessa análise e assumir a responsabilidade por uma crítica sistemática das alegorias espaciais (centro e periferia, por exemplo) que os especialistas em ciências sociais recorriam cada vez mais. Existe um problema sério na raiz do conceito de espaço a que se referem os cientistas sociais: “ou seja – para localizar um mesmo fenômeno, as referências que podem ser feitas a respeito do espaço são muitas, correspondem a configurações diversas, suportam áreas restritas ou estão espalhadas por todo o planeta”⁶¹⁷ (LACOSTE, 1977a, p.121). Isso coloca o problema da *articulação dos diferentes níveis de análise*. Um evento ou situação histórica pode ser contada de maneiras muito diferentes, conforme a *durée*. Ocorre o mesmo na análise geográfica vez que a escala da representação espacial, ou as diferentes configurações espaciais, ilumina causalidades distintas. O uso das escalas pode ocultar, distorcer aspectos, enfatizar outros dominantes. Por isso a importância da escolha cuidadosa das representações espaciais. Estas podem esclarecer ou mistificar e isso tem consequências políticas.

⁶¹⁶ In fact, in spite of its title, this “Geography of Underdevelopment” was not really a Geography, to the extent that the problems considered in it are barely presented in terms of Space. I was even a little aware of this, and my intention had been to call it “Introduction to a Geography of Underdevelopment”.

⁶¹⁷ that is - to locate the same phenomenon, the references which can be made with regard to space are many, correspond to diverse configurations, bear on restricted areas or are spread over the whole planet.

Recordemos que entre 1965 e 1976 Lacoste exercitava a docência na Universidade de Vincennes, participou do maio de 68 em Paris, bem como realizou pesquisas de campo em Burkina Faso, Afeganistão, Cuba e – sobretudo – Vietnã. Foi uma verdadeira tomada de consciência:

A tomada de consciência das minhas responsabilidades políticas no próprio âmbito do meu trabalho de investigação formou-se pouco a pouco à medida das “traduções piratas” e das entrevistas com militantes ou com algumas personalidades do “Terceiro Mundo”, sobretudo em 1972 durante a missão que fiz como geógrafo no Vietnã do Norte para demonstrar a implementação de um plano de bombardeamento sistemático da rede de diques pela aviação americana, tentativa de genocídio⁶¹⁸ (LACOSTE, 1976 [1965], p.14-15).

São esses acontecimentos que vão imprimir no geógrafo o desacordo com o que havia escrito. Ele havia percebido suas possibilidades de ação como geógrafo – bem no espírito da Geografia Ativa – e, conseqüentemente, a responsabilidade nas lutas políticas. Sua experiência de pesquisa no Vietnã foi decisiva. É por isso que Yves Lacoste realiza duas críticas principais à primeira edição de *Géographie du sous-développement*.

A primeira crítica é a subestimação do papel do imperialismo. Isso porque Yves Lacoste havia enfatizado o papel exorbitante das minorias privilegiadas. O poder dessas minorias era resultado das relações de produção capitalistas herdadas do sistema colonial. Isso é dominação no plano interno de cada Estado. No entanto, a análise não foi equilibrada no que toca os fenômenos de dominação no plano internacional. É nesse sentido que o geógrafo entende o imperialismo.

Por conseguinte, há quinze anos, numa época em que as análises marxistas do “subdesenvolvimento” ainda eram muito raras, tive de me adiantar no estudo destes antigos fenômenos de colonização, anteriores ao imperialismo tal como Lênin o definiu. Destacar o papel essencial das minorias privilegiadas autóctones, não somente como cúmplices, mas como agentes essenciais da maioria dos processos de passagem e de manutenção em dependência, levou-me a dar nesta obra proporcionalmente mais importância a esta análise relativamente nova das relações de classe internas, se se pode dizer, que caracterizam cada país “subdesenvolvido”, no quadro do sistema colonial e neocolonial e, proporcionalmente, uma parte menor à análise muito mais conhecida, clássica, de alguma forma dos mecanismos da dominação externa. Essas relações de classe “internas” e de dominação exercida do exterior pelo estrangeiro estão, de fato, muito estreitamente ligadas e não se pode compreender uma sem a outra⁶¹⁹ (LACOSTE, 1976 [1965], p.17).

⁶¹⁸ La prise de conscience de mes responsabilités politiques dans le cadre même de mon travail de recherche s’est formée peu à peu au fur et à mesure des « traductions pirates » et des entretiens avec des militants ou avec certaines personnalités du « Tiers-Monde », surtout en 1972 lors de la mission que j’ai faite en tant que géographe au Nord-Viet-Nam pour démontrer la mise en œuvre d’un plan de bombardement systématique du réseau des digues par l’aviation américaine, tentative de génocide.

⁶¹⁹ J’ai donc dû, il y a une quinzaine d’années, à une époque où les analyses marxistes du « sous-développement » étaient encore bien rares, m’avancer dans l’étude de ces phénomènes anciens de colonisation, antérieurs à

No capítulo 2, o leitor atento se recordará que das cinco resenhas sobre *Geografia do subdesenvolvimento* que conseguimos alcançar – desde as mais elogiosas às mais críticas – nenhuma delas toca em um ponto que entendemos decisivo: a categoria ontológica *imperialismo*. O reconhecimento da subestimação dessa categoria ontológica, portanto efetiva, é a primeira crítica política ao texto da primeira edição de *Geographie du sous-développement*.

No texto inicial enfatizei, como um dos principais temas da obra, que a causa primordial do bloqueio econômico dos países subdesenvolvidos são os impostos onerosos e os poderes exorbitantes da minoria privilegiada, (composta tanto por estrangeiros quanto por habitantes locais). Mostrei que essas minorias ricas emergem de relações de produção de tipo capitalista, estabelecidas no âmbito do sistema colonial⁶²⁰ (LACOSTE, 1977a, p.121).

Não deixa de ser surpreendente a revogação da categoria imperialismo em uma obra publicada [1965] apenas três anos após o fim da Guerra da Argélia e no ano em que os EUA adentram na Guerra do Vietnã. Mas também é importante reconhecer a grandeza de Lacoste em fazer essa autocrítica. Em todo caso, se o geógrafo tem o mérito de estudar os fenômenos antigos da colonização, ao enfatizar o papel das minorias privilegiadas – seus poderes exorbitantes, sua cumplicidade com os colonizadores, sua atuação na manutenção de um estado de dependência – conferiu importância menor aos mecanismos externos de dominação. O leitor se lembrará de Lacoste insistindo no subdesenvolvimento enquanto fato *interno*.

Lacoste também atribui esse equívoco à dois acontecimentos históricos: o fim da Guerra da Argélia e a Guerra dos EUA no Vietnã. O livro se encontra entre esses dois acontecimentos. Em sua avaliação, a Guerra da Argélia foi uma das últimas tentativas de manter militarmente as relações coloniais clássicas. Poderíamos adicionar as guerras de libertação em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique (que Lacoste viu começar e terminar) contra Portugal. Certamente, essas independências estavam sepultando relativamente o velho colonialismo –

l'impérialisme tel que Lénine l'a défini. Le fait de mettre en lumière le rôle essentiel des minorités privilégiées autochtones, non seulement comme complices, mais comme agents essentiels de la plupart des processus du passage et du maintien en dépendance m'a conduit à donner dans cet ouvrage proportionnellement plus d'importance à cette analyse relativement nouvelle des rapports de classe internes, si l'on peut dire, qui caractérisent chaque pays « sous-développé », dans le cadre du système colonial et néo-colonial et, proportionnellement, une part moins grande à l'analyse beaucoup mieux connue, classique, en quelque sorte des mécanismes de la domination externe. Ces rapports de classe « internes » et de domination exercée de l'extérieur par l'étranger sont en fait très étroitement liés et on ne peut comprendre l'un sans l'autre.

⁶²⁰ In the initial text I emphasized, as one of the major themes in the work, that the primordial cause of economic blockage of the underdeveloped countries is the burdensome taxes and the exorbitant powers of the privileged minority, (made up of both foreigners and local inhabitants). I have shown that these wealthy minorities emerge from capitalist-type relations of production, established within the framework of the colonial system.

especialmente em sua subjugação territorial. Todavia, o “velho imperialismo” continuava vivo numa roupagem nova, o “neocolonialismo”:

Durante o período em que a maioria dos países coloniais reivindicavam sua independência, não parecia muito estranho imaginar que, por causa das tremendas cartas de barganha das grandes potências (econômicas, tecnológicas e financeiras), o neocolonialismo passaria a funcionar doravante em benefício das grandes corporações, usando principalmente métodos econômicos e financeiros, em outras palavras, métodos “pacíficos”, enquanto as formas mais violentas de dominação política e militar agora pareciam pertencer ao passado, ao período da dominação colonial⁶²¹ (LACOSTE, 1977a, p.122).

Ele também achava que a coexistência pacífica entre a URSS e os EUA parecia limitar as intervenções armadas do imperialismo. Cita o exemplo do alinhamento de Cuba à URSS, a contragosto dos EUA, que levou à crise dos mísseis em 1962. Mas poderia ter se “lembrado” que, no período da coexistência pacífica, os estadunidenses se imiscuíram – através da *Central Intelligence Agency* (CIA) – no Congo, Laos, República Dominicana e Indonésia. Além disso, o número crescente de abordagens marxistas reforçava a tese de um novo imperialismo baseado nas trocas desiguais no comércio internacional, deterioração dos termos de troca, etc.

A Guerra do Vietnã provaria que o imperialismo, apesar de toda a descolonização, não poderia ser descrito apenas em agrupamentos de mecanismos econômicos. Ele é uma estratégia também político-militar de alcance planetário. Daí o esforço político-militar que os EUA realizaram para manter a minoria privilegiada no poder, a ajuda que forneceram ao Vietnã do Sul para evitar a vitória do povo vietnamita liderado pelos comunistas.

A estratégia global do imperialismo é manter dentro de diferentes países as relações de classe e as minorias privilegiadas cúmplices que tornam possível a exploração pelas empresas monopolistas internamente e sua estratégia externa no mercado mundial. Por esse motivo a multiplicação das intervenções estadunidenses:

Os círculos governantes da política imperialista aprenderam algo com o movimento da Revolução Cubana em direção ao socialismo entre 1959 e 1963. Desde então, as intervenções americanas se multiplicaram; massivas na Indochina: curto, discreto, mas, no entanto, terrivelmente eficaz em um grande número de países do Terceiro Mundo no esmagamento de movimentos revolucionários. No Chile, o governo esteve envolvido na recompra das grandes minas de cobre por vários anos sem que as grandes empresas americanas tivessem uma oposição terrível. Mas a possibilidade de uma transição progressiva para o socialismo por um processo democrático provocou a

⁶²¹ During the period when the majority of colonial countries were claiming their independence, it didn't seem too strange to imagine that, because of the tremendous bargaining cards of the great powers (economic, technological and financial), that neo-colonialism would proceed to function henceforth to the benefit of the big corporations, using primarily economic and financial methods, in other words “peaceful” methods, while the most violent political and military forms of domination now seemed to belong to the past, to the period of colonial domination.

participação ativa do governo dos Estados Unidos e a preparação do golpe de Estado fascista em 1973, e todas as abominações que se seguiram⁶²² (LACOSTE, 1977a, p.123).

A segunda crítica versava sobre a diferenciação que convinha fazer no seio do terceiro mundo entre os países socialistas e os países capitalistas. Ele contextualiza: “o progressivo desaparecimento do desemprego nos países subdesenvolvidos de regime socialista parecia-me uma mudança de grande importância na problemática do subdesenvolvimento⁶²³” (LACOSTE, 2018a, p.194). Lacoste raciocina que em vez de uma categoria única (terceiro mundo) que agruparia todos os países da África, América Latina e Ásia, é necessário considerar pelo menos duas categorias principais de situação – capitalistas e socialista. E mesmo nessas situações há distinções, a exemplo de Cuba e Vietnã. Como reconheceria Paul Claval (1977, p.22):

Yves Lacoste tornou-se mais sensível à diversidade de um terceiro mundo que ele conhece melhor. Ele não insistia muito nas diferenças que se acentuam rapidamente entre os países que se tornaram socialistas e os que não o são. O contato com a realidade cubana e vietnamita mostrou-lhe que muito em breve, um limiar decisivo é ultrapassado: o desemprego desaparece, o sobre-emprego aparece⁶²⁴.

Donde o questionamento de Lacoste (2018a, p.194): “a clivagem que divide a humanidade reside entre o socialismo e o capitalismo ou corresponde à demarcação que separa os países desenvolvidos dos países subdesenvolvidos?⁶²⁵”. Os países socialistas do terceiro mundo não podem ser confundidos com os países subdesenvolvidos capitalistas (FIGURA 38). Por consequência, a situação de subdesenvolvimento deve ser considerada não apenas em termos de dimensão histórica, mas em termos de um processo de crises dialéticas que multiplicam contradições e se agudizam de uma forma acelerada.

⁶²² The governing circles of imperialist politics learned something from the Cuban Revolution's move towards socialism between 1959 and 1963. Since then, American interventions have multiplied; massive in Indo-China: short, discreet, yet nevertheless dreadfully effective in a great number of Terceiro World countries in crushing revolutionary movements. In Chile, the government was involved in buying back the big copper mines for several years without the large American firms being terribly opposed. But the possibility of a progressive transition towards socialism by a democratic process provoked the active participation of the US government, and the preparation of fascist coup d'Etat in 1973, and all the abominations which ensued.

⁶²³ La progressive disparition du chômage dans les pays sous-développés de régime socialiste me semblait un changement de grande importance dans la problématique du sous-développement.

⁶²⁴ Yves Lacoste est devenu plus sensible à la diversité d'un tiers-monde qu'il connaissait mieux. Il n'insistait guère sur les différences qui se creusent rapidement entre les pays devenus socialistes et ceux qui ne le sont pas. Le contact avec la réalité cubaine et vietnamienne lui a montré que très vite, un seuil décisif est franchi : le chômage disparaît, le suremploi apparaît.

⁶²⁵ le clivage qui partage l'humanité réside-t-il entre le socialisme et le capitalisme ou correspond-il à la démarcation qui sépare les pays développés des pays sous-développés ?

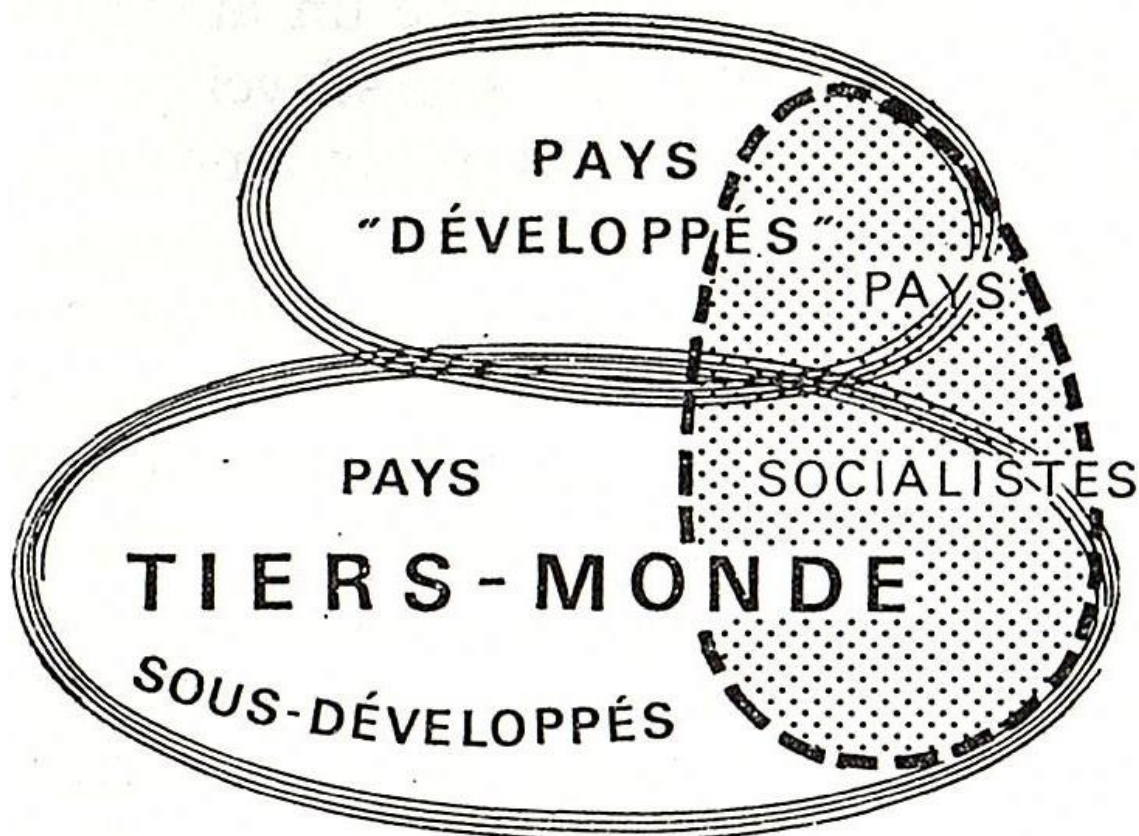


Figura 38: Três conjuntos geopolíticos. Fonte: LACOSTE, 1976 [1965], p.58.

Essas contradições eram, essencialmente, duas: (1) o desajuste entre o crescimento das necessidades e dos recursos; e (2) o descompasso entre o progresso técnico e o progresso social. É nesse sentido, ao interpretar o subdesenvolvimento como uma crise que Jean-François Dupon (1977) julga ter o geógrafo redefinido o subdesenvolvimento e, logo, apresentado ao público uma nova geografia do subdesenvolvimento cujo principal interesse estava na tentativa lacostean de sintetizar as principais correntes de uma extensa literatura sobre o problema geopolítico e econômico mais importante do planeta.

VII – Liquidar a geografia... liquidar a ideia nacional? Yves Lacoste, o anti-Vidal?

Hérodote, uma geografia cidadã? As críticas de Numa Broc e Jacques Lévy

O quarto número de *Hérodote* foi consagrado aos problemas da geografia escolar e universitária. Lacoste escreveu o artigo *Brader la géographie... brader l'idée nationale?* Pela primeira vez, a revista acentuava a importância da ideia de nação. “Em geopolítica a ideia-força é a nação⁶²⁶” escreverão anos depois Yves Lacoste e Béatrice Giblin (2006, p.4). O texto em si é uma resposta política ao projeto do governo que visava, *inter alia*, a integração da geografia no programa de ciências humanas bem como a redução da carga horária de história e geografia. Examinemos.

Joseph Fontanet (1921-1980), ministro da educação nacional de 1972 a 1974, foi o primeiro a preparar a redução da carga horária; seu sucessor foi René Haby (1919-2003), ministro de 1974 a 1978, que era geógrafo de formação. Haby desejava alargar o lugar das ciências sociais nos programas do ensino secundário. No entanto, isso reduziria o ensino de “ciências humanas”. Na classe de *sixième*, a título de ilustração, passaria de duas horas e meia para uma hora e meia por semana para história e geografia. Ademais, no *lycée*, elas se tornariam opcionais para as classes de *Première* e *Terminale*. A redução do horário teria como consequência a interdição da reflexão, da discussão, que tem no fator tempo uma dimensão crucial. Finalmente, a referência às “ciências humanas” era apenas uma desculpa “modernista” que encobria a liquidação da ciência geográfica (LACOSTE, 1976d, p.20). O estranho era o fato de a geografia ser liquidada justamente numa época de enorme renovação da disciplina – cuja *Hérodote* era um bom exemplo de evolução positiva oriunda da crise da referida ciência.

Era preciso recordar tudo isto para mostrar bem que esta liquidação da história, e sobretudo da geografia, acontecia precisamente num momento em que o ensino desta disciplina começava a mudar, no momento em que os professores começam a abordar nas suas aulas questões que são politicamente problemáticas, no momento em que os alunos começam a contestar, mais ou menos conscientemente, um certo discurso geográfico que é preciso aprender sem compreender. A geografia é liquidada, no ensino secundário, no momento em que, longe de estar moribunda, começa a ser objeto de discussões e polêmicas e onde surge a possibilidade de vários discursos geográficos antagônicos, tal como já existem há muito tempo vários discursos historiadores, cujo antagonismo é o motor dos progressos da história.

⁶²⁶ En géopolitique, l'idée-force est la nation [...].

Um outro aspecto da crítica que Lacoste faz à reforma de Haby diz respeito aos manuais escolares. O ministério exercia pressão sobre editores e professores sob o pretexto de que era essa instituição que pagava os manuais. O intuito? Se antes era o professor que escolhia o manual – implicando uma maior capacidade de escolha – seriam agora os diretores, assistidos pelas associações de pais de alunos que deliberariam para o conjunto da academia. Em última instância, seria o inspetor da academia que escolheria os manuais (LACOSTE, 1976d). Essas medidas de controle subtraíam a capacidade de autonomia dos docentes e editores no exercício de sua profissão.

Além disso, nesses manuais, em nome de um desenvolvimento das “ciências humanas” a geografia seria liquidada por duas razões: em primeiro lugar, a ofensiva dos historiadores junto aos editores que terminavam por reduzir a geografia às formas mais tradicionais de discurso. Em segundo lugar, um manual de geografia é mais caro que qualquer outro manual de “ciências humanas” vez que é preciso uma boa qualidade e tratamento dos mapas, bem como as necessárias modificações à medida que a superfície do globo cambia.

Note-se que, em larga medida, Lacoste expressa-se num nível pessoal já que ele mesmo foi autor de manuais escolares – publicados pelas edições Nathan e em companhia, por exemplo de Michel Coquery e Raymond Guglielmo. Efetiva também uma autocrítica em virtude das mistificações reproduzidas nos seus primeiros manuais: “As críticas virulentas que fiz da geografia escolar dominante são todas autocríticas⁶²⁷” (LACOSTE, 1976d, p.16).

De qualquer maneira, Lacoste teve que deixar de lado a produção de manuais. Não que ele pensasse ser os problemas postos pelo ensino de geografia no ensino secundário desimportantes ou não-relevantes. A razão fundante foi o empreendimento *Hérodote*, com a consequente tarefa de desenvolver a polêmica no campo da geografia. Se os manuais tinham um alcance mais restrito, *Hérodote* observava uma difusão maior – como prova o esgotamento dos 4.000 exemplares do primeiro número. Podemos dizer que Lacoste enxergava a revista como uma forma de influenciar o debate e as discussões geográficas, tanto no seio da comunidade acadêmica, quanto no ensino da geografia. Se os *Annales* eram o porta-voz da escola francesa de geografia, *Hérodote* era a porta-voz de um movimento de renovação da geografia pelo prisma, a princípio, paralelamente teórico e político. Essa confluência entre epistemologia, estratégia e ideologia, no seio da *Hérodote* aspirava – em última instância – capacitar os cidadãos a saberem pensar o espaço. Uma geografia cidadã em germe.

⁶²⁷ Les critiques virulentes que j'ai faites de la géographie scolaire dominante sont autant d'autocritiques.

Mas por que Yves Lacoste interroga se a liquidação da geografia era a liquidação da ideia nacional? Primeiramente, ele observa o processo de inculcação da ideia nacional em concepções burguesas de unidade e independência através do ensino. Sustentando-se em Althusser, nota o papel dos aparelhos ideológicos de estado sobretudo depois do estabelecimento do sufrágio universal, em 1875, e da instauração do ensino primário obrigatório, 1881. A escola é o veículo de unificação, por exemplo, da língua. Também a concepção burguesa de independência e unidade nacionais negava as lutas de classes intestinas *pari passu* a negação da solidariedade de classe além-fronteiras. Em seguida, ressalta o peso do discurso geográfico. E o exemplo é o mapa, “a representação geográfica do território do Estado-Nação, delimitado pelas suas fronteiras⁶²⁸” (LACOSTE, 1976d, p.27). Ele rememora que será somente no período entre guerras que o discurso da geografia escolar vai ser despolitizado. O veículo dessa despolitização originava-se a partir de outra instituição: a *Université de Paris*, donde provinha as concepções geográficas de Paul Vidal de La Blache.

Ora, se Vidal e seus herdeiros foram responsáveis pela despolitização do discurso geográfico em nome da ciência e da objetividade, não seria despropositado ver na prática intelectual de Lacoste a nênese de Vidal? Desde pelo menos 1967 ele se mostrava incomodado com a herança vidaliana na geografia. Além disso, se a escola e a universidade foram os veículos dessa despolitização, nada mais lógico que a repolitização do discurso geográfico ser concebida como um engajamento intelectual lacosteano.

Todavia, era o primeiro número da revista que ainda provocava controvérsias. Nos *Annales de Géographie*, o geógrafo Numa Broc (1934-2017) não deixou de criticar *Hérodote* – por consequência Lacoste – ao qualificar a revista como uma empresa de demolição e de tentativa de desmoralização dos geógrafos. “Inconscientemente ou não” – escreve Broc (1976, p.504) – “o geógrafo trabalharia para o exército, o governo, os banqueiros, em uma palavra para o *Poder* entidade quase mágica responsável por todos os males da infeliz humanidade⁶²⁹”. Broc considerou um exagero acusar o “Poder” de ter distorcido a geografia. A resposta veio numa nota de rodapé no Editorial do número 4 (HÉRODOTE, 1976b). Queixavam-se da quantidade de páginas dedicadas à revista – quatro; o título intempestivo num órgão sério tal qual os

⁶²⁸ [...] la représentation géographique du territoire de l'Etat-nation, délimité par ses frontières.

⁶²⁹ Inconsciemment ou non le géographe travaillerait pour armée le gouvernement les banquiers en un mot pour le *Pouvoir* entité quasi-magique responsable de tous les maux de la malheureuse humanité.

Annales; o tom sarcástico; e, por fim, atacava Numa Broc ao afirmar que o artigo dava a medida da inefável nulidade política do autor – claramente um ataque *ad hominem*.

Mais recentemente, Béatrice Giblin também se posicionou sobre o assunto tanto no que tange à *Hérodote* ser uma empresa de demolição, quanto o caráter mágico do poder. No primeiro caso, Giblin atenta que essa empresa de demolição não visava – digamos – todo o edifício geográfico, mas sim a geografia dos professores, cristalizada na Universidade – em especial na Sorbonne – e que havia colocado de lado a dimensão política da geografia em nome da efetivação de um rigoroso status científico. Mais do que saber se a Geografia era ou não uma ciência, o decisivo era atentar para o saber geográfico sobre o espaço, o raciocínio nele efetivado e as imbricações com o poder:

Sim, eu, eu, eu não acho que, de fato, *Hérodote* realmente tenha demolido as fundações da geografia. Eu vos respondo “sim” assim, mas um pouco de forma provocativa. Mas, eu acho que Lacoste mais do que até mesmo Heródoto é um excelente geógrafo que tem um verdadeiro domínio do raciocínio geográfico, de seu papel estratégico, político, incontestável, e o que Numa Broc se refere é apenas à geografia dos professores, à geografia da universidade, e esta geografia da universidade colocou a política de lado. Nós não devíamos falar de política porque a política não é científica, a política é variável, isso é mutável, e a geografia dos professores queria fazer da geografia uma ciência, com suas leis, seus... portanto, era preciso manter apenas o que podia ser considerado científico, e tudo o que podia ser um pouco contingente, contextualizado em função das circunstâncias, no fundo, não era geografia. E Lacoste teve o enorme mérito de dizer “mas, não, a geografia se interessa pela política, a geografia é ação, é... estudamos situações, tentamos fazer um diagnóstico, às vezes somos levados a propor soluções, como no ordenamento do território... e portanto, o geógrafo é um ator sobre o território e na sociedade e sobre a sociedade”. E ele também reafirmou que a geografia era um saber que associava as ciências da natureza e o que é chamado de ciências humanas, bom, e que era a componente de seus dois elementos que fazia a especificidade da geografia, caso contrário, cai-se na sociologia, cai-se na história, cai-se na antropologia, se deixamos de lado os fatores que pertencem à geografia física e, portanto, é a associação dos dois que faz a especificidade da geografia. Então, eu não diria que Lacoste fez uma demolição da geografia, ele fez uma demolição de uma geografia professoral criada na Sorbonne, da qual de Martonne não desempenhou um papel muito grande, o genro de Vidal de la Blache, é tudo! E foi isso que ele questionou. E quanto ao resto, ele, eu diria, revalorizou a geografia. Então, é tudo menos uma empresa de demolição. É Numa Broc que não entendeu nada (Entrevista com Béatrice Giblin, 23/04/2022).

No segundo caso – o caráter místico do poder – Giblin recua à Heródoto e à experiência de Lacoste no Vietnã para responder que o poder tratado na revista dizia respeito aos atores (políticos, militares, etc.) em disputa no campo. É como se, retornando ao historiador, o geógrafo o reivindicasse enquanto pai putativo de um saber geográfico – transformando àquele em geógrafo a partir desse prisma. Se o campo é um território de disputa, é preciso observar as estratégias territoriais de cada ator: seus movimentos, táticos e estratégicos no espaço e sobre o espaço.

[...] quando Lacoste escreve o seu pequeno livro azul em 77⁶³⁰, *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre*, ele quer recolocar em cena, fazer compreender que o papel da geografia não começou com a Sorbonne no final do século XIX, mas que a geografia é um saber muito, muito antigo, por isso chamou a revista *Hérodote*. E o que faz o Heródoto? Ele faz pesquisas para ensinar Péricles sobre, no fundo, o estado de força dos inimigos que são considerados os bárbaros, ou seja, os persas, Dario, bom. E Heródoto olha para o que se passa e volta dizendo: “Bem, sabe, não são realmente bárbaros, são mesmo muito fortes”. Resultado: como ele não anuncia a boa notícia, ele é exilado na Sicília, bom, ao sul da Itália, porque não queremos ouvir isso. Bom, mas a ideia de Lacoste é que o geógrafo olhe, se pergunte, conecte informações e coloque, então, isso é o que ele fez no Vietnã, quando ele foi para o Vietnã em 73⁶³¹, no momento do bombardeio de diques, por que eles foram bombardeados assim, em que a configuração da geografia física do Delta do Rio Vermelho era importante considerar para entender a estratégia americana. Bom, e foi porque ele fez isso que ele disse “um raciocínio geográfico é indispensável para conduzir a guerra” ou certos tipos de guerras, é claro. Bom, o poder que... como *Hérodote*, bem evidentemente, levar em conta o poder dos atores... eleitos, responsáveis políticos, responsáveis da associação para agir no terreno, era este o poder a que *Hérodote* se interessa e não apenas a uma geografia que é ensinada numa sala de aula, onde nunca se vai ao campo, nunca se vê como as coisas são. [...] Então, o poder com que *Hérodote* se preocupa é com todos aqueles e aquelas que podem agir no espaço, no terreno, seja na escala do município, seja na escala de um bairro, seja ele qual for. Mas se ele pode agir, quais são as consequências que isso pode ter? Portanto, as relações de poder não são somente o poder político nacional, são todas as formas de poder que devem ser consideradas. (Entrevista com Béatrice Giblin, 23/04/2022).

Por seu turno, o geógrafo Jacques Lévy (1976a) percebeu uma mutação da revista nos números 1 e 4 em relação ao marxismo e à geografia dos professores. No número inaugural, como vimos, a abordagem marxista foi criticada pois fora considerada historicizante [*historienne*]. Já no número 4 os empréstimos à análise marxista da sociedade contemporânea eram numerosos. No caso da geografia dos professores, o número inaugural chancelava-a como mistificadora. No quarto número ela era vista como um obstáculo para a política legislativa de abandono da ideia nacional. Trata-se, na visão de Lévy (1976a, p.55), de um “reconhecimento de que a geografia não é apenas um instrumento ideológico nas mãos da classe dominante e que a luta de classes atravessa a escola⁶³²”.

Sem embargo, não foi somente essa crítica que Jacques Lévy endereçou à *Hérodote*. O número 4 trazia uma resposta do geógrafo marxista ao texto *Le spectre du scientisme* – publicado no volume anterior. O título: *A geografia é um castelo assombrado* (LÉVY, 1976b). O geógrafo entende que fazer geografia era uma tarefa militante. Mais do que isso: ele se interroga sobre qual pode ser a contribuição dos cientistas sociais para o movimento

⁶³⁰ De fato, 1976.

⁶³¹ Na verdade, esteve no Vietnã no verão de 1972.

⁶³² [...] reconnaissance que la géographie n'est pas un simple instrument idéologique dans les mains de la classe dominante et que la lutte des classes traverse l'école [...]

revolucionário. Uma enorme diferença para com *Hérodote* – mais preocupada com fazer uma geografia democrática e cidadã. Vai se clareando porque Jacques Lévy defendia a Geografia enquanto ciência: necessidade de um conhecimento profundo da sociedade contemporânea para transformá-la. Se essa era a tarefa dos cientistas sociais – e os geógrafos se enquadram nessa dimensão – seu exercício não poderia ser restrito à coleta de informações.

Outra diferença era a centralidade que Lévy aportava à economia política marxista. O geógrafo marxista considera a economia política marxista uma ciência fundamental a tal ponto que “qualquer outra ciência social só pode ser ‘segunda’ a ela, sem ser secundária⁶³³” (LÉVY, 1976b, p.152). Vê-se que a economia política marxista era uma espécie de exemplo – para não utilizar a perigosa palavra modelo – De que maneira ela se tornou ciência? Superou a descrição, as estatísticas, o ponto de vista. Provavelmente, ele está utilizando o verbo superar no seu sentido dialético, ou seja, ultrapassar conservando. Essa superação se fez mediante a produção de conceitos que capturam o objeto de investigação. Exemplo: classe, forças produtivas, lucro, mais-valor, modo e relações de produção, superestrutura. A economia política marxista elaborou uma teoria abstraída do concreto para lhe reencontrar e explicá-lo. Ora, está cristalino aonde Jacques Lévy quer chegar: a tarefa dos geógrafos militantes era fazer a Geografia uma ciência, fazer a teoria do espaço social.

Yves Lacoste e *Hérodote*, por seu turno, dialogavam mais com a história e tinham a tendência a ver o marxismo como relativamente economicista. Outro ponto de distinção era a o fato de considerarem a Geografia um saber. Mas tanto a revista do geógrafo franco-marroquino quanto *EspacesTemps* constatavam a necessidade de transformar sua disciplina. Não obstante, se *Hérodote* observava certo “cientismo” (ou mesmo um “teoricismo”) em Lévy, o geógrafo marxista via naquela – em alguma medida – determinado “empirismo”. Este era manifesto, no juízo de Jacques Lévy, no *Dictionnaire de la géographie* de Pierre George. Mas também em *Hérodote* e Yves Lacoste ao reduzirem o saber-pensar o espaço à uma coleta de informações seguido de um bricabraque descritivo e classificação. Logo, na avaliação do geógrafo marxista, tratava-se de uma geografia pré-científica.

Em sua resposta à *Hérodote*, o geógrafo marxista se defendeu da acusação de cientismo: “O cientismo é a crença no poder salvador da ciência, abstraindo das relações de produção em que se desenvolve” (LÉVY, 1976b, p.153). Nessa linha de raciocínio, o conhecimento científico – objetivo à um dado momento e historicamente relativo – conforma um elemento de domínio da realidade e, logo, de sua transformação. *EspacesTemps*, por meio do seu porta-voz, verificou

⁶³³ [...] que toute autre science sociale ne peut être que « seconde » par rapport à elle, sans pour autant être secondaire.

a necessidade de modificação da Geografia. E essa mudança era mediada pela ciência. Ou melhor: pela sua transformação em ciência – a exemplo da economia política. Cabe destacar que o fundamento de uma geografia científica era o marxismo

A tréplica de *Hérodote* veio na sequência do texto de Jacques Lévy. A revista se defendia dizendo que a análise marxista e a luta contra o imperialismo lhes eram primordiais. Não se consideravam rivais de *EspacesTemps* e lamentavam a tentativa de descredibilizar a revista na opinião de esquerda. Arrazoava que o poder sobre o qual versava era aquele das classes dirigentes e alegava que colocar a questão sobre a serventia da Geografia marcava uma ruptura com o discurso ideológico. Alegava que a Geografia poderia passar de saber à ciência contanto que os problemas fossem colocados no quadro de relações entre teoria e prática. Finalmente, lamentavam que Jacques Lévy aparecesse como o principal porta-voz da Geografia no PCF.

O quinto número de *Hérodote* foi dedicado aos problemas geoestratégicos da América Latina e à memória de Ernesto Che Guevara – com destaque para o artigo de Yves Lacoste intitulado *Fidel Castro et la Sierra Maestra. Un théâtre d'opérations volontairement choisi* ⁶³⁴. Não se tratava de render homenagem, mas de colocar um certo número de problemas estratégicos analisando as causas da derrota da guerrilha na Bolívia que ceifou a vida do revolucionário argentino em 8 de outubro de 1967. O número 6 destacava as respostas dos geógrafos às questões colocadas por Michel Foucault no terceiro número da revista (juillet-septembre 1976).

Hérodote tinha um certo *modus operandi*: basicamente, um tema era selecionado, procurava-se contribuidores adequados e, na maioria das vezes, Yves Lacoste escrevia um editorial claro. O número 7 (julho-setembro 1977) foi dedicado ao tema da paisagem. “Em tempo de guerra”, escreve Lacoste (2018a, p.213), “é necessário saber ‘ler’ a paisagem para compreender onde se esconde o inimigo”. Ele assina o editorial/artigo cujo título é uma dupla pergunta: “*A quoi sert le paysage? Qu’est-ce qu’un beau paysage ?*”. A primeira pergunta lembra muito a questão que inspirou sua obra mais famosa: “para que serve a geografia?”. No texto, a *observação* da paisagem “serve, antes de tudo, para fazer a guerra” (LACOSTE, 2003 [1977], p.130). No que toca à segunda pergunta, o geógrafo aproxima uma bela paisagem aos

⁶³⁴ Cuja análise foi efetivada no capítulo anterior pois, ainda que as reflexões tenham sido publicadas somente em 1977, Yves Lacoste realizou a pesquisa em 1973.

interesses tático-militares, a exemplo de castelos fortificados, fortalezas, baluartes e fortins. Uma bela vista “é quase sempre o lugar mais interessante sob o raciocínio tático militar. (LACOSTE, 2003 [1977], p.136).

Não só isso. Lacoste introduz distinções entre carta e paisagem. Essas distinções tem três aspectos. (1) o espaço geográfico é representado na carta em uma determinada escala; já a paisagem é caracterizada por um “*deslizamento de escalas*”, ou seja, desde as menores até as maiores, do horizonte ao primeiro plano. (2) A carta é bidimensional ao passo que a paisagem é tridimensional; aquela é uma visão vertical, essa é uma visão horizontal ou oblíqua. E (3) a carta representa uma porção do espaço na sua totalidade; por sua vez, a paisagem caracteriza-se por espaços que não são visíveis a partir de um ponto de observação determinado. Numa palavra: a diferença entre paisagem e carta são esses *espaços ocultos* (LACOSTE, 2003 [1977], p.127)

Os números 8 e 9 de *Hérodote* foram consagrados à relação entre a pesquisa e o campo. No oitavo número (*octobre-décembre* 1977), em seu artigo/editorial, Lacoste (1977d) busca pensar os problemas epistemológicos e políticos envolvidos no campo da pesquisa. Os problemas epistemológicos envolvem o reconhecimento e denominação dos elementos de um dado “concreto” com a consequente extração de ideias e cifras em função de uma problemática mais ou menos explícitas e de pressupostos mais ou menos implícitos. Os problemas políticos dizem respeito à responsabilidade do pesquisador para com os homens e mulheres que ele estuda e os territórios que ele analisa. Essa temática relacional ecoava o número 1 da revista, mas também a pesquisa levada a cabo no Vietnã no verão de 1972.

Lacoste também defende que os estudantes sejam formados para a pesquisa e não apenas para concursos. Essa formação deveria contar com uma iniciação prévia ao trabalho de campo para que os estudantes não ficassem entregues a si próprios, perdidos e paralisados pela timidez “que experimenta qualquer investigador principiante” (LACOSTE, 1977d, p.13). Em que medida essas observações intelectuais são também profissionais é uma questão a se pensar, pois ele desde cedo foi treinado pelo pai, por Jean Dresch e André Cholley. Sem essa formação prévia, os estudantes tinham uma forte propensão para compilar documentação e estatísticas oficiais. Limitava-se, logo, à um exercício suplementar de reprodução de conhecimentos já elaborados. Consequentemente, tal reprodução impedia a produção de elementos de um saber novo

Como parte da responsabilidade do geógrafo, Lacoste defende uma apresentação pedagógica dos resultados da pesquisa às pessoas diretamente relacionadas. Uma exposição de mapas simples e comentados, desenhos, fotografias, blocos de diagramas – inclusive para que

as pessoas pudessem opinar e criticar as representações. Por fim, se o trabalho de campo é indispensável para a formação do geógrafo, ele não é suficiente. E aqui Lacoste insiste na importância da análise em diferentes escalas: a observação no campo situa-se no nível da grande escala. Parte dos fenômenos é apreendida nesse nível. Sem embargo, a observação não esgota a pesquisa, donde a necessidade de coaduná-la com escalas menores. Portanto, trabalho de campo e formação teórica na análise dos fenômenos caminhando articulados na missão de saber pensar o espaço.

VIII – Retorno ao Vietnã, a Terceira Guerra da Indochina e novas edições de *Hérodote*

Em 1977, Yves Lacoste propôs ao jornalista francês Claude Julien (1925-2005), então diretor do *Le Monde Diplomatique*, um artigo sobre o que estava acontecendo em Cidade Ho Chi Minh – antiga Saigon. Dada a relevância da pesquisa do geógrafo levada a cabo no verão de 1972, Julien ofereceu-lhe uma passagem aérea. Em Cidade Ho Chi Minh, Lacoste foi recebido pelo consulado francês. Ele entra em contato com os representantes de Pham Van Dong, então primeiro-ministro do Vietnã. Um carro transporta Lacoste pelo delta do Mekong. Ele ficou impressionado com o número de casas de aspecto próspero que erguiam ao longo da rota. Pequenas fazendas, quase opulentas, saíam dos bosques de árvores para em seguida passarem para extensões completamente desertas, pois os estadunidenses tinham bombardeado com *napalm* no intuito de impedir o crescimento da cobertura vegetal e, por consequência, os guerrilheiros [*maquisards*] vietcongues de se esconderem (LACOSTE, 2018a). O “Tio Sam” lançou uma verdadeira guerra química contra o heroico povo vietnamita:

Com efeito, a Força Aérea americana despejou no Vietnã 400.000 toneladas de *napalm*, destruiu 40% das plantações e pomares, e espargiu de 12 a 15 milhões de galões de agente laranja, com o objetivo, presumidamente, de clarear as *jungles*, reduzir o perigo de emboscadas e os suprimentos de alimentos em áreas controladas pelos Viet Cong. Essas operações de guerra química, que atingiram principalmente idosos, crianças e mulheres grávidas, passaram a propiciar grandes lucros ao *agrobusiness* dos Estados Unidos. Embora, no passado, tivesse capacidade de produzir bastante arroz para alimentar sua população e ainda exportar (cerca de 300.000 toneladas foram exportadas em 1963), o Vietnã do Sul, com a intensificação da guerra química, passou a importar dos Estados Unidos um montante que alcançou 1,7 milhão de toneladas em 1967. E os campos de refugiados encheram-se de pessoas malnutridas (MONIZ-BANDEIRA, 2005, p.291).

Lacoste entrou na assim chamada Cochinchina – região Sul do Vietnã. Ele questiona os geógrafos vietnamitas sobre o que houve com os distintos grupos confessionais armados pelos EUA: (1) os católicos; (2) outra religião monoteísta de origem vietnamita chamada caodaísmo;

e (3) os Hoa Hao, no delta do Mekong, uma seita budista guerreira. Esses grupos ainda existiam, mas tinham evaporado depois de 30 de abril de 1975 – data que marca a conquista de Saigon (Cidade Ho Chi Minh). Durante a viagem, evita-se falar de um assunto: os ataques do *Khmer vermelho*⁶³⁵, na fronteira com o Camboja, depois da vitória em Phnom Penh em 17 de abril de 1975. Os ataques continuam e se intensificam. Lacoste reflete que a situação arriscava se combinar com uma insurreição anticomunista em Cidade Ho Chi Minh, mas não chega a formular esse pensamento a nível de hipótese. Ele retorna à Paris, escreve o artigo para Claude Julien, mas este não o publica – sem informar ao geógrafo a sua decisão e as razões que o levaram à essa opção.

No outono de 1977, as relações entre o *Khmer vermelho* e o Vietnã vão se deteriorar ainda mais. Para completar o quadro, a China apoiou abertamente o Camboja. O Vietnã havia feito uma reforma monetária que atingia em cheio os interesses dos grandes e médios comerciantes da etnia *hoa* – de origem chinesa – sabotando o Plano Quinquenal e comprometendo o abastecimento. A China interrompe a ajuda e corta relações com Hanói sob o argumento de “opressão aos hoa” (VISENTINI, 2008, p.97).

Lacoste (2018a, p.203) explica que em 1978 os combates recresceram numa parte que o geógrafo chama de “bico de pato⁶³⁶”: trata-se de uma parte supostamente cambojana que invadia o atual território vietnamita e cujo vértice estava a menos de 40 quilômetros de Cidade Ho Chi Minh (Saigon). Da mesma forma que em várias partes de África, essa fronteira foi especificamente traçada pelos franceses. Os *Khmers* pleiteavam todo o grande delta do Mekong. Argumentavam que essa era a antiga extensão do reino de Angkor além da presença de uma população falante de Khmer na citada região. Como exclamou Visentini (2008, p.97): “Do Vietnã, exigiam a devolução das regiões que haviam pertencido ao Império um milênio antes!”. Por seu turno, os vietnamitas consideravam que a influência territorial Khmer à época de Angkor limitava-se à navegação nos braços do rio e que foram eles – vietnamitas – que desmatavam a selva que cobria o delta.

Esse argumento pró-vietnamita era invocado por Lacoste nas discussões que o opunham os partidários dos *Khmers*. Ele lembra que a Revolução Cultural chinesa era creditada enquanto um fenômeno democrático. O geógrafo foi chamado de estalinista, sem dúvida um exagero

⁶³⁵ Membros e /ou seguidores do Partido Comunista Camboja. “Defendiam a eliminação das cidades e a organização do país como uma comunidade de cooperativas em economia natural e em sociedade militarizada, que restauraria o esplendor da civilização *khmer* do Império de Angkor” (VISENTINI, 2008, p.97).

⁶³⁶ *bec de canard*

dado sua desatenção às questões ideológicas. Em verdade, é possível declarar que Yves Lacoste suspeitava de um pretexto chinês para iniciar um conflito com o Vietnã.

Ainda em 1978, Lacoste colhia os frutos da sua pesquisa no Vietnã. Um físico nuclear do CNRS, Abraham Béhar, pede que o geógrafo aceite a presidência da Associação França-Albânia. O convite surpreende. Behar deseja que ele substitua o médico Paul Milliez (1912-1994). Milliez presidiu a referida associação cujos militantes eram pró-China. Todavia, a Albânia se distancia da China sem se aproximar da URSS, gerando uma polêmica interna à Associação e causando a demissão de Milliez. Mas Lacoste nunca foi à uma reunião da Associação e tampouco pediram-no para ir. Somente dois anos depois, em 1980, que ele foi convidado oficialmente para a Albânia (LACOSTE, 2018a).

Enquanto isso, o confronto fronteiriço entre Khmers vermelhos e vietnamitas continua escalando. Lacoste (2018a, p.206) destaca o caso dos *boat people*, refugiados que abandonavam a “ditadura comunista do Vietnã em embarcações improvisadas”. Estima que entre “200 mil a 250 mil pessoas morreram de afogamento, fome e frio durante o êxodo”. Da forma como o geógrafo expõe o problema parece tratar-se de uma falha única e exclusivamente da direção vietnamita. Vê-se como rapidamente olvida-se das atrocidades perpetradas pela França e pelos EUA na crise vietnamita. Afinal foram 08 anos de confronto com *L’Hexagone*, de 1946 a 1954; e 21 anos de confronto com o “Tio Sam”, de 1954 até 1975. E, naquele momento, estava engolfado no conflito com o Camboja. Visentini (2008, p.100) explica:

Quando o governo estatiza parte do comércio, toca nos interesses de quase um milhão de pessoas, 700 mil das quais emigram, em situação reforçada pelas dificuldades internas de abastecimento e pelos boatos de uma possível intensificação da guerra. Destes, 250 mil são descendentes de chineses, a maioria dos quais sai do país em precárias embarcações, originando o problema dos *boat people*, que a imprensa ocidental apresenta emotivamente como ‘vítimas fugindo de perseguições políticas’, gerando mais justificativas para a campanha antivietnamita e maior isolamento do país no cenário mundial.

Vimos no primeiro capítulo que o Vietnã lançou uma ofensiva massiva sobre o território cambojano que culminou com a conquista de Phnom Penh e a deposição do regime de Pol Pot. O Vietnã havia sido acusado de invasão pelo jornal *Le Monde*. No entanto, o *Khmer* vermelho não ficaria incólume: a descoberta do assim chamado genocídio cambojano seria um duro golpe na imagem de governo popular, inclusive para a intelectualidade francesa. Os *boat people* e o genocídio cambojano jogaram água no sonho de uma geração de intelectuais que acreditavam num curso emancipador da história (DOSSE, 2018). Para completar, a China entrou rapidamente em conflito com o Vietnã entre 17 fevereiro a 16 de março de 1979. Como

veremos, o confronto de três nações autodeclaradas comunistas vai impactar profundamente Yves Lacoste e a revista *Hérodote*.

Aliás, não deixa de ser uma desatenção inesperada o fato de *Hérodote* não ter dedicado um número sobre o conflito entre Camboja, China e Vietnã. Isso porque nos dois primeiros anos o foco foi a polêmica teórica com a Escola Francesa de Geografia e o terceiro mundo. No número 9 (janeiro-março 1978) a revista entra no seu terceiro ano com 800 assinantes e uma tiragem contínua de 4000 exemplares por número. A polêmica estava aberta na geografia – como mostram as críticas de Broc e Lévy – e o debate ampliado para além da corporação dos professores de geografia. Podemos dizer que a autoimagem da revista estava elevada pois no editorial lê-se que *Hérodote* já não era mais “um grupúsculo universitário”, mas começava a aparecer como “uma corrente de pensamento”. Tornava-se ponto de encontro de diversas tendências contraditórias, desde os estudantes que desejavam “tirar a geografia das faculdades” até a experiência de grandes nomes da disciplina que mantiveram espírito crítico e responsabilidade cívica (HÉRODOTE, 1978, p.4). No primeiro caso, é evidente a referência aos jovens cujos progressos Lacoste tinha visto em Vincennes, com destaque para Béatrice Giblin. No segundo caso, a alusão à Jean Dresch – membro do grupo de discussão da revista ao mesmo tempo em que testemunha sua amizade e interesse pela *Hérodote* (LACOSTE, 2010a)

Aliás, essa deferência ao mestre apareceria de forma vítrea no número 11 (julho-setembro 1978). Se o décimo número (abril-junho 1978) reuniu artigos diversos cuja temática era “Territórios a tomar”⁶³⁷, o número 11 evocava a obra dreschiana de uma maneira dupla: (1) Dresch era um dos poucos geógrafos que, no pós guerra, detinham ideias de extrema-esquerda. Por isso mesmo, Dresch, Pierre George e Jean Tricart não puderam participar do Congresso geográfico internacional de Washington em 1954⁶³⁸ por causa da falta do visto estadunidense. (2) Se as pesquisas de Pierre George contribuíram sobretudo para a geografia humana e as de Tricart para a geografia física, a geografia de Dresch equilibrava-se entre as duas dimensões (LACOSTE, 1978).

Dresch dedicou a maior parte da sua atividade científica à geomorfologia, ao passo que politicamente era um anticolonialista convicto. Consagrando um número a esse grande geógrafo, *Hérodote* objetivou evidenciar como ele havia vivido o princípio da unidade, não só

⁶³⁷ *Tomar* nos vários sentidos que o polissêmico verbo francês *prendre* possui: agarrar, apropriar-se, ocupar, conquistar, apoderar, apanhar, capturar, prender, lidar, usar, etc.

⁶³⁸ Aqui provavelmente há um erro cronológico. Caso Lacoste se refira ao Congresso da União Geográfica Internacional (UGI), o ano de realização do mesmo em Washington foi 1952. Cf: <https://igu-online.org/events/international-geographical-congress/>. Acesso em 05 de agosto de 2022.

na geografia, mas também no cruzamento das ciências naturais e sociais. O número 12 da revista (outubro-dezembro de 1978), em nome desse princípio que Dresch personificava, foi dedicado à geografia física. Para além do estranhamento imediato, tratava-se de uma defesa contra a redução da geografia à dimensão humana, contra a limitação da geografia ao domínio das ciências sociais. A redução suprimira grande parte da função estratégica do conhecimento geográfico pois o espaço no qual as lutas são travadas não é somente social, mas também apresenta rugosidades topográficas, coberturas vegetais, ritmos climáticos e acidentes geográficos. Numa palavra, do ponto de vista epistemológico era inútil e ingênuo evacuar a “física” da geografia; do ponto de vista político era perigoso negligenciar as configurações concretas do campo.

Cabe ainda destacar que em 1978, *La Géographie, ça sert, d’abord, à faire la guerre* foi traduzido em italiano com o título *Crisi della geografia, geografia della crisi* – curiosamente o mesmo título do número inaugural de *Hérodote*. Aliás, no citado ano, foi lançada *Hérodote/Italia, strategie, geografia, idéologie*. Essa revista, de óbvia inspiração lacosteana, foi lançada pelo geógrafo Massimo Quaini. Quaini havia fundado antes, em 1976, um coletivo chamado “Geografia Democrática” (PEDROSA, 2013, p.236), cujo primeiro congresso foi realizado em 1979 (CORI, 1984)

Diferentemente da revista francesa, *Hérodote/Italia* era uma revista marxista. Cinco anos depois, em 1983, o título da revista mudaria para *Erodoto. Problemi di geografia* (CLAVAL, 2000). Diferentemente do que acontecerá com *Hérodote*, tal qual analisaremos no capítulo seguinte, *Erodoto* não incorporou o termo geopolítica no subtítulo. A hipótese de Atkinson (2000, p.108) é a seguinte: era um rótulo sensível demais para os marxistas e geógrafos na Itália da década de 1970. A revista se esforçou por reintroduzir as questões envolvendo geografia, poder e política, bem como “refratou algo dos esforços de Hérodote para reelaborar a análise geopolítica em França⁶³⁹”. Depois de 06 números a revista desapareceria no ano seguinte, 1984, pois não conseguiu assinaturas para prosseguir e, provavelmente, porque os italianos ainda não estavam prontos para um novo engajamento com a tradição geopolítica.

O número 13 (janeiro-março 1979) relacionava-se à cartografia. O título: “Dominar: mapas e quadrículas”. Um duplo sentido do verbo dominar unificava os textos de *Hérodote*. Primeiramente, no sentido social, político e econômico. Em segundo lugar, na acepção de ser e/ou estar mais alto. Os números 14 e 15 (abril-setembro 1979) reuniam textos que examinavam a multiplicidade de discursos à propósito da Europa. Ou mais precisamente, os discursos que

⁶³⁹ [...] and it did refract something of Hérodote’s efforts to re-work geopolitical analysis in France.

transformavam um espaço geográfico em uma pessoa, em uma entidade. Daí o título: Euro-geografismos. O número 16 (outubro-dezembro de 1979) foi consagrado à geografia escolar e universitária no que tange às suas teorias e práticas pedagógicas, com destaque para o artigo *Abas Vidal... Viva Vidal!* de Yves Lacoste (1979).

IX – O mea culpa de Lacoste: a propósito de *La France de l’Est* de Paul Vidal de La Blache

Lembremos que Yves Lacoste tinha atacado de forma incisiva o modelo de geograficidade imposto em nome de Vidal, qual seja, aquele que separa o que é e o que não é geográfico. Como resultado, os geógrafos teriam evitado durante décadas os fenômenos socioeconômicos, conectados à Revolução Industrial, e os problemas políticos. Isso gerou um “apolitismo do discurso geográfico” que passou para a história da geografia francesa como o essencial da “mensagem vidaliana” (LACOSTE, 1979, p.69).

O geógrafo em tela também criticou Vidal porque ele não teria sido o primeiro dos grandes geógrafos franceses. Esse posto caberia à Élisée Reclus, cuja obra abordava geograficamente os problemas urbano-industriais, a degradação do meio ambiente, as lutas de classes e o imperialismo. O desenvolvimento da geografia vidaliana implicou um esquecimento sistemático do geógrafo anarquista. De fato, cristalizou-se a ideia de que a evolução do pensamento geográfico em França tem como ponto de partida Vidal de La Blache. Exemplo disso são as obras de *Essai sur l’évolution de la géographie humaine* (CLAVAL, 1964), *Pour le cinquantenaire de la mort de Vidal de La Blache* (CLAVAL; NARDY, 1968) e *Histoire de la pensée géographique en France* (MEYNIER, 1969). Em que pesem o mérito desses livros terem aberto a reflexão sobre a evolução da disciplina, mudando o prisma de análise – isto é – centralizando em Reclus, a evolução do pensamento geográfico francês apareceria, pelo menos até 1950, marcada por uma grande fase de regressão. Regressão, elucidemos, em relação aos fenômenos socioeconômicos e, principalmente, políticos. Béatrice Giblin não deixou de demarcar as diferenças entre Vidal e Reclus:

[...] é uma personalidade surpreendente em comparação com Vidal de la Blache não há nada a ver. Vidal de la Blache é em primeiro lugar um historiador, é um historiador da Antiguidade e esta é a sua formação. E há geografia depois e... ele faz uma geografia em um primeiro tempo que é muito... inicialmente muito centrada sobre a França. Vidal não viajou, Reclus viajou. Reclus foi para a América Latina, muito jovem, ele foi para os Estados Unidos, ele foi para a Rússia, ele foi para a Argélia, ele foi para o Egito. Reclus, ele viajou muito, Vidal não, Vidal não. É, bom, ele escreve um livro muito bonito, é necessário ler o texto de Lacoste sobre a *La France de l’Est*

de Vidal que é publicado em *Hérodote* onde..., mas lá seu filho morreu na guerra e, portanto, seu filho não deve ter morrido por nada. Então é necessário que a Alsácia-Lorena permaneça francesa. Esse é o problema de fundo (Entrevista com Béatrice Giblin, 23/04/2022).

Lacoste escreveu o artigo para chamar atenção para a última obra de Vidal: *La France de l'Est* – cujo tema central é a anexação da Alsácia-Lorena. A partir desse artigo, e, posteriormente, da segunda edição de *La géographie*, não será mais o pai da Geografia francesa que será acusado da amputação do político, mas sim os vidalianos – Emmanuel de Martonne à frente (LOUIS, 2018). O geógrafo franco-marroquino criticará Meynier por não dar uma palavra sobre o livro do mestre. Paul Claval até conhece a obra e nota a evolução das ideias vidalianas, mas silencia sobre o caráter fundamentalmente geopolítico da derradeira obra do pai da geografia francesa. A pergunta que se faz agora é: como Yves Lacoste descobriu a última obra de Vidal?

Bem, e então, olhando, quando encontrei num livro inglês, num artigo sobre Vidal de la Blache, de um geógrafo inglês, que apresenta Vidal de la Blache como geógrafo político. Bem, eu disse: “mas ele é estúpido”. O geógrafo inglês, ele é idiota porque [Vidal] suprime tudo em relação à política. Lá, eu estava, e então continuo lendo e vejo o geógrafo inglês que fala de *La France de l'Est*. E eu nunca tinha ouvido falar de *La France de l'Est*. Jamais! (Entrevista com Yves Lacoste, 27/04/2022).

Foi ao ler o livro de Thomas Walter Freeman (1908-1988), *A Hundred Years of Geography* (1961), particularmente o capítulo intitulado *Political Geography* (p.205-225), que Yves Lacoste tomou contato com esse outro Vidal de La Blache – geopolítico, diríamos. Freeman (1961, p.216) escreve: “Alsácia e Lorena foram tratadas em detalhes no último livro de Vidal de la Blache, *La France de l'Est*, que foi principalmente um estudo regional, embora ele tenha insistido também que era essencial que a França tivesse acesso ao Reno e ao controle de Estrasburgo⁶⁴⁰”. Em termos temporais, essa descoberta processou-se em 1978 (BERNARD, 2016)

Contribuiu para tanto também a leitura de Pierre Célérier *Géopolitique et Géoe Stratégie* (1969) que sublinhava o interesse das teses vidalianas em matéria de geopolítica e atribuía-lhes o mesmo peso das de Mackinder e Ratzel. A princípio, Lacoste considerou um contrassenso a figura de Vidal entre os eminentes geopolíticos, pois a “mensagem vidaliana” que a corporação

⁶⁴⁰ Alsace and Lorraine were treated in detail in Vidal de la Blache's last book *La France de l'Est*, which was primarily a regional study though he urged also that it was essential that France should have access to the Rhine and the control of Strasbourg.

de geógrafos universitários tinha sedimentado era justamente de um mestre apolítico, estritamente científico.

Podemos adicionar ainda dois escritos que Yves Lacoste conhece e cita no seu artigo sobre Vidal: a já citada obra de Claval e Nardy (1968), bem como o capítulo *Changes in the Philosophy of Geography* (p.3-20) do geógrafo e historiador Edward Anthony Wrigley (1931-2022) publicado no livro *Frontiers in Geographical Teaching* (CHORLEY; HAGGETT, 1970 [1965]). Claval faz a seguinte avaliação: a *France de l'Est* expõe as transformações do pensamento vidaliano ao ponto de ali se encontrar a geografia moderna em germe. O que ocasionou essa transformação? A percepção de La Blache das perturbações socioeconômicas que o crescimento industrial impulsionado pelas cidades ocasionava. Paul Claval dá o exemplo das ferrovias, mas também podemos adicionar a máquina a vapor e os canais que transportam o carvão mineral. Tais metamorfoses vão corroendo gradativamente a vida local e rural. Consequentemente, a urbanização e industrialização da vida requer uma mudança de perspectiva capaz de apreender as transições sociais em curso.

Diferentemente de Lacoste, que considera *La France de l'Est* um livro de geopolítica, Anthony Wrigley (1970 [1965]) considera que o livro vidaliano expressava o reconhecimento que sua metodologia geográfica – calcada no conceito de região – não conseguia tratar com as sequelas da Revolução Industrial. É interessante observar como os dois autores enfatizam, baseando-se em perspectivas distintas, duas revoluções diferentes – ainda que entrelaçadas. Para Yves Lacoste, o acento recai sobre a Revolução Francesa – onde o momento político predomina. Já para Wrigley, a ênfase repousa na Revolução Industrial – com a predominância do econômico. Ambos são cômicos de que é a concretude histórica dos eventos sociais que conduzem às mutações metodológicas e teóricas na Geografia.

Sem embargo, é preciso fazer uma retificação. Yves Lacoste argumenta que nunca tinha ouvido falar de *La France de l'Est*. Em outro momento da entrevista (27/04/2022), ele alega: “E os geógrafos que admiram Vidal de la Blache, em suas bibliografias, não colocam *La France de l'Est*. É extraordinário!⁶⁴¹”. Todavia, Lacoste conhece a obra de Paul Claval *Essai sur l'évolution de la géographie humaine*. Nesta, lê-se que Vidal: “escreveu e publicou essa geografia de a “França do Leste” que ele tinha amado tanto e conhecia tão bem, em plena guerra,

⁶⁴¹ Et les géographes admirateurs de Vidal de la Blache, dans leurs bibliographies, ils ne mettent pas *La France de l'Est*. C'est d'un extraordinaire !

e como se quisesse mostrar que era capaz de permanecer objetivo sobre um problema candente⁶⁴² (CLAVAL, 1964, p.49).

Recordemos que o artigo lacosteano ora analisado situa-se temporalmente no último trimestre de 1979. São 15 anos de diferença para o livro de Paul Claval. Não obstante, em 06 de agosto de 1976, Claval publica uma resenha no jornal *Le Monde* intitulada *Une science qui sert à faire la guerre?* São três anos de diferença em relação às observações que Lacoste realiza em *A bas Vidal... Viva Vidal!* O que explica tal situação? Um desconhecimento legítimo pode ser apontado, combinado com o fato de Lacoste não ter o costume de ler o que se escrevia a respeito de suas obras.

Em *La France de l'Est*, o ponto de partida é que, embora a Alsácia e uma grande parte da Lorena sejam de cultura germânica, a língua não é o único fator a ser sopesado no que respeita ao problema das nacionalidades. Lembremos que se está no meio da Primeira Guerra Mundial, com nacionalismos exaltados dos dois lados. De que modo, portanto, justificar uma “reanexação” dos territórios supracitados? Critérios socioeconômicos e políticos, com suas consequentes transformações, também devem ser levados em conta. E um evento foi primordial para tal:

A Revolução tinha tocado esses povos com a fibra mais sensível: esse amor à terra, esse desejo ardente de ter acesso à propriedade, essa cobiça atizada incessantemente nos aldeões da Alsácia, como nos *bailios* e *trabalhadores* da Lorena, pela atração [*appât*] dos ricos bens da Igreja colocados diante deles como uma mesa aberta, ou das terras comunais [*communaux*] cuja posse lhes foi negada. Na Alsácia, o enterro dos privilégios que se tornaram ininteligíveis e odiosos foi saudado como uma emancipação. Nada mais se opunha ao pleno desenvolvimento de uma democracia rural⁶⁴³ (VIDAL DE LA BLACHE, 1994 [1917], p.65).

Foi dito que a Revolução soldou a união da Alsácia e Lorena ao resto da França. Pode-se acrescentar com não menos razão que, por reação, acentuou a diferença com os países estrangeiros⁶⁴⁴ (VIDAL DE LA BLACHE, 1994 [1917], p.79).

Vimos, no auge da nossa Revolução, a espontaneidade com que essas populações do Leste se associaram aos tremores da sociedade francesa⁶⁴⁵ (VIDAL DE LA BLACHE, 1994 [1917], p.191-192).

⁶⁴² Il rédigea et publia cette géographie de la "France de l'Est qu'il avait tant aimée et qu'il connaissait si bien, cela en pleine guerre, et comme s'il voulait montrer qu'il était capable de rester objectif sur un problème brûlant.

⁶⁴³ La Révolution avait touché ces peuples par la fibre la plus sensible : cet amour de la terre, ce désir ardent d'avoir accès à la propriété, cette convoitise attisée sans cesse chez les villageois d'Alsace, comme chez les *baillistes* et chez les *manouvriers* de Lorraine, par l'appât des riches biens d'Eglise étalés devant eux comme une table ouverte, ou des communaux dont on leur chicanait la possession. En Alsace, l'enterrement des privilèges devenus inintelligibles et odieux fut salué comme une émancipation. Rien désormais ne s'opposait plus au plein développement d'une démocratie rurale.

⁶⁴⁴ On a dit que la Révolution a soudé l'union de l'Alsace et de la Lorraine au reste de la France. On peut ajouter avec non moins de raison qu'elle a, par réaction, accentué la différence avec l'étranger.

⁶⁴⁵ On avait vu, au moment de notre Révolution, la spontanéité avec laquelle ces populations de l'Est s'étaient associées aux tressaillements de la société française.

Donde a tese de Paul Vidal de La Blache: a revolução de 1789 determinou as mudanças decisivas e irreversíveis das estruturas sociais naquela região. O engajamento enérgico de alsacianos e lorenos na revolução os tornam franceses. É na política, que subsome a língua, que o destino de uma comunidade se realiza. Por essa razão Vidal parte da revolução de 1789 que selou o destino político daquelas duas comunidades pertencentes à França. Uma hábil maneira de estender a nação francesa sobre territórios culturalmente germânicos.

Lacoste também percebe uma diferença na *démarche*. No *Tableau de la Géographie de la France* ele parte de um espaço dado, mas em *La France de l'Est* os espaços estão em disputa – literalmente –, são contestados, seus limites variam conforme o jogo político-militar de forças. Vidal raciocina em vários níveis: local, regional, na rivalidade dos aparelhos de Estado e no quadro da configuração geopolítica da Europa (Ocidental, Central e Oriental). Com essa tremenda diferença em relação ao *Tableau*, ele exclama: “Estamos longe da geografia vidaliana reduzida ao que é visível nas paisagens!”⁶⁴⁶ (LACOSTE, 1979, p.75). Essa exclamação não é sem razão: numa obra o solo é um dado geológico; ao passo que na outra ele é político, pátrio, chão da nação. Esse entrelaçamento entre território, conflitos e representações, tornam *La France de l'Est* um livro de geografia política – ou, se quisermos, de geopolítica.

A originalidade de *La France de l'Est* não foi apenas resultado de uma evolução progressiva das concepções do autor, mas também de um raciocínio político que visava uma audiência maior que a universitária: Vidal queria convencer os círculos dirigentes dos Estados aliados, sobretudo os estadunidenses, de que seria lógico a Alsácia e a Lorena serem anexadas à França em caso de vitória.

Tal como já havia feito em *La Géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre*, Yves Lacoste rememora o papel de Lucien Febvre e sua formulação teórica de uma concepção de geografia que evacua os problemas socioeconômicos e políticos. Se Vidal fez na prática, Febvre elevou ao nível de reflexão teórica. O vigor da análise exerceu influência abundante na corporação de geógrafos franceses. É Febvre quem lê a obra de Vidal numa chave que se chamará de “possibilismo” – para se opor ao “determinismo” de Ratzel.

Como testemunhamos anteriormente, ao mesmo tempo que Febvre defendeu a geografia humana dos ataques dos sociólogos franceses, ele terminou por restringir as ambições daquela ciência ao defender uma “geografia humana modesta”, isto é, “uma geografia que seja útil à história e que não prejudique a hegemonia que o discurso histórico exerce sobre os raciocínios

⁶⁴⁶ Que l'on est loin de la géographie vidalienne réduite à ce qui est visible dans les paysages!

que dizem respeito aos homens e aos Estados⁶⁴⁷” (LACOSTE, 1979, p.79). Febvre não é o maior “culpado” pela subtração de parte do campo geográfico, ou seja, restrição da geograficidade. Ao seu lado está o próprio Vidal, mas também os geógrafos universitários que conscientemente ou não operaram um corte epistemológico no intuito de fundar a geografia enquanto ciência desinteressada, imparcial, neutra e objetiva.

O fato de *La France de l'Est* colocar em prática uma concepção global da geografia – aquela ligada estreitamente aos problemas do poder e da ação – revelava os verdadeiros fundamentos epistemológicos do saber geográfico. É por isso que Lacoste considera esse o grande livro de Vidal. Trazer à luz esse livro significava não só fundar sobre novas bases a geografia, mas também disputar o pai da geografia francesa e sua concepção amplificada do que é geográfico. Traduzia uma possibilidade de orientação eminentemente política da geografia, mediada por La Blache, visando – digamos – uma nova alfabetização geográfica nas escolas, *lycées* e universidades. Paul Vidal de La Blache ofertava, com sua última obra, uma contribuição decisiva para a geografia política – cuja importância não poderia mais ser escamoteada sob a pena de um empobrecimento epistemológico do mestre, da própria Escola Francesa de Geografia e dos geógrafos como um todo.

Cabe destacar que Yves Lacoste escreverá e publicará quinze anos depois uma longa *présentation* à obra de Paul Vidal de La Blache – fazendo uma autocrítica do que havia escrito em seu livro mais famoso. É possível dizer que esse outro Vidal que Lacoste descobre descortinava um novo modelo de raciocínio geográfico, desbloqueava a dimensão política no seio da corporação universitária e contribuía para a realização de uma geografia cidadã. Como? Considerando-a um saber estratégico, cujos fenômenos políticos estão em seu âmago, uma população capaz de saber pensar o espaço – quebrando o duopólio da geografia dos Estados-Maiores e dos professores – torna-se apta para melhor se organizar, se defender e tomar partido dos problemas políticos hodiernos (LACOSTE, 1994).

Se Élisée Reclus – o libertário – tinha sido proscrito seja pelo esmagamento da Comuna de Paris, seja pela ignorância dos geógrafos universitários, Yves Lacoste estava convencido de que o mesmo não poderia ocorrer com *La France de l'Est*. A luta pela memória dessa esquecida faceta de Paul Vidal de La Blache finca raízes em Lacoste e é por isso mesmo que ele se incumbe na autocrítica e faz justiça ao mestre.

⁶⁴⁷ une géographie utile a l'histoire et qui ne risque pas de porter atteinte à l'hégémonie que le discours historien exerce sur les raisonnements qui ont trait aux hommes et aux Etats.

CAPÍTULO 5. A REAPARIÇÃO DA PALAVRA GEOPOLÍTICA, A TESE E A MUDANÇA DO SUBTÍTULO DE *HÉRODOTE*: RUMO À UMA PERSPECTIVA POLÍTICA CENTRISTA (1979-1985)

Como vimos no capítulo anterior, Yves Lacoste já havia utilizado na terceira edição (1976) de *Géographie du sous-développement* a palavra geopolítica. A questão é que a palavra fora utilizada na referida obra não enquanto uma *categoria* capaz de orientar efetivamente uma reflexão apta em articular os fatos e o pensamento; organizar a relação entre tempo e espaço tendo em vista um determinado objeto (a exemplo dos conflitos político-territoriais); uma lente pela qual os fenômenos concretos e combinados são interrogados. Por isso, *géopolitique* aparece ainda de modo tímido. Logo, a questão que se põe é: o que aconteceu para que o geógrafo em tela reapropriasse e, paulatinamente, lançasse mão do termo geopolítica enquanto categoria?

Duas explicações podem ser ofertadas como respostas. A primeira: com a revolução iraniana (1979), a guerra do Afeganistão (1979-1989) e, sobretudo, com a eclosão do conflito entre o Vietnã e o Camboja (25/12/1978-07/01/1979) ocorre uma difusão da palavra. O conflito entre dois estados comunistas fez o então diretor do jornal *Le Monde*, André Fontanet, publicar um editorial que terminava exclamando “Esta guerra por território, é a geopolítica⁶⁴⁸” (LACOSTE, 2018a, p. 238). O geógrafo esperava que essa palavra causasse escândalo, sobretudo na esquerda. Isso explica-se pelo fato que o termo evocava na França um acúmulo de catástrofes cometidas pela Alemanha Nazista. Contudo, o editorial não provocou crítica alguma e terminou por favorecer a utilização nos meios jornalísticos e intelectuais. Essa é, digamos, a explicação oficial para que Yves Lacoste utilize gradativamente o termo sem maiores constrangimentos éticos-morais e políticos-científicos.

Sem embargo, existe uma segunda explicação que não necessariamente anula a primeira, pois é uma camada a mais de sedimentos. Essa explicação foi levantada por Stéphane Rosière (2018). Esse professor na Universidade de Reims levanta a hipótese de que Yves Lacoste descobriu a geopolítica graças ao geógrafo brasileiro Josué de Castro. Castro publicou em 1951 um livro intitulado *Geopolítica da Fome*. Com um prefácio de Max Sorre, a edição francesa foi publicada “em 1952 pelas Éditions ouvrières em Paris” (ROSIÈRE, 2018, p.89). No prefácio do autor à edição brasileira, Josué explica por qual razão ele utiliza o título *Geopolítica da Fome*:

⁶⁴⁸ Cette guerre pour du territoire, c’est de la géopolitique !

Usamo-lo porque não encontramos outro que correspondesse ao conteúdo do livro sem a intenção do autor e o desejo dos editores, de que este livro fosse realmente uma *geopolítica da fome*. Esta a razão de figurar na capa uma denominação tão perigosa, ainda mais perigosa que a do nosso livro anterior – a *Geografia da Fome*. Perigo que não deriva apenas da palavra tabu *fome*, mas desta outra palavra tão comprometida, tão destorcida em sua significação essencial, tão contaminada e tão execrada – a *geopolítica* (CASTRO, 1959 [1951], p.27).

Geopolítica da Fome foi escrita principalmente para o público dos EUA. E embora Josué de Castro desconheça as raízes estadunidenses do nazismo, como bem demonstrou Domenico Losurdo (2004), ele não deseja melindrar aquele público cuja pátria tinha enfrentado – embora em dimensões não comparáveis à URSS – o Terceiro Reich. Castro está ciente que a *geopolitics* está degradada. No entanto, seu esforço vai justamente na direção de recuperar o “sentido real” da palavra – pois os alemães a tinham falseado. E nesse ponto ele está bem próximo dos geógrafos franceses já que, tal qual ensina o professor Wanderley Messias da Costa (1992) criticando Yves Lacoste, eles distinguem *Geografia Política* – matriz ratzeliana – de *Geopolítica* – derivada sobretudo de Haushofer.

O sentido real da palavra Geopolítica é o de uma disciplina científica, que busca estabelecer as correlações existentes entre os fatores geográficos e os fenômenos de categoria política, a fim de demonstrar que as diretrizes políticas não tem sentido fora dos quadros geográficos, isto é, destacadas da realidade e das contingências do meio natural e do meio cultural. É claro que a Geopolítica, assim compreendida, nada tem que ver com a Geopolitik germânica, pseudociência de Karl Haushofer, que não passava de uma nebulosa mistura de princípios contraditórios, concebida com a finalidade única de justificar as aspirações expansionistas do Terceiro Reich (CASTRO, 1959 [1951], p.27).

Ora, desde *Les pays sous-développés* (1959) Yves Lacoste conhece e cita *Geopolítica da Fome* – embora a atenção maior seja dada à *fome* e não à *geopolítica*. O mesmo pode ser dito de *Géographie du sous-développement* (1965). Rosière (2018, p.89) narra que Josué gozava de reputação internacional e, por isso mesmo, “quatorze países haviam lhe oferecido asilo político quando fora forçado a deixar o Brasil”. Ademais, tal qual observamos no terceiro capítulo, Lacoste foi colega de Castro na *Université de Vincennes*. É provável que o brasileiro tenha influenciado o franco-marroquino e Rosière (2018) nota uma similitude entre eles: ambos não estão presos ao paradigma “imperialista” dos fundadores da geopolítica. Finalmente, ele lamenta que “Lacoste nunca tenha reconhecido a influência de Josué de Castro em seu próprio pensamento. Ao contrário, ele não parou de o atacar repetidamente em muitas ocasiões, até mesmo chamando-o de agente da CIA” (ROSIÈRE, 2018, p.90). Entretanto, o citado professor

não fornece provas para sustentar – em Lacoste – uma acusação desse porte (“agente da CIA”). A bem da verdade, o que o geógrafo franco-marroquino diz do geógrafo brasileiro é o seguinte:

Toda a dificuldade permanecia em convencer os contribuintes americanos a prestarem ajuda a países com os quais, até então, a América tinha pouco contacto. Um geógrafo brasileiro, Josué de Castro, que tinha publicado um livro sobre a *Geografia da Fome – A Fome no Brasil*, foi encarregado pelo embaixador americano de escrever o mais rapidamente possível um livro sobre a fome no mundo, [com] o Departamento de Estado dos EUA fornecendo a documentação necessária. Esse livro, publicado numa época em que a palavra geopolítica era tabu, recebeu surpreendentemente como título *Geopolítica da fome* (1951) e foi imediatamente objeto de uma difusão mundial, graças ao grande número de traduções obtidas pelo Departamento de Estado. Conheci muito bem Josué de Castro, expulso do Brasil pelos militares, quando era, como eu, professor na “Universidade de Vincennes”. Ele estava, aliás, perfeitamente consciente de que a ajuda americana aos países subdesenvolvidos era sobretudo paga aos governos que lutavam ativamente contra o comunismo⁶⁴⁹ (LACOSTE, 2010a, p.71).

Em momento algum Yves Lacoste qualifica Josué de Castro de “agente da CIA”. Pelo que se lê, a crítica lacosteana assenta-se no auxílio que o geógrafo brasileiro deu ao Departamento de Estado ao escrever uma obra que contribuísse para justificar uma ajuda econômica aos países subdesenvolvidos. O problema é que Lacoste dá brecha para a acusação de Rosière na medida em que insinua que Josué de Castro era consciente de que a ajuda dos EUA era, de fato, uma luta contra o comunismo. O “conheci muito bem” adquire ares de autoridade e pavimenta o caminho para crença. E o fato do livro ter sido dedicado especialmente ao público norte-americano joga mais lenha na fogueira. Mas o geógrafo franco-marroquino também não dá provas de que fora um livro sob encomenda do embaixador estadunidense e do fornecimento das estatísticas por parte do Departamento de Estado (certamente, em questões geopolíticas, essas provas já teriam sido aniquiladas). Aliás, na própria obra em tela, Castro não deixou de criticar os EUA e o Reino Unido pela exploração econômica de outros países. Enfim, se Josué não era um comunista, é provável que também não fosse um “agente da CIA”.

Então como fica a questão da reapropriação do termo *géopolitique* em Yves Lacoste? Podemos argumentar que o período que se estende de 1979 até 1982 é aquele cuja palavra transforma-se numa *categoria* de reflexão. Do conflito entre dois estados comunistas até a

⁶⁴⁹ Toute la difficulté restait de convaincre les contribuables américains d'apporter une aide à des pays avec lesquels jusqu'alors l'Amérique n'avait guère été en contact. Un géographe brésilien, Josué de Castro, qui avait publié un livre sur la *Géographie de la faim – La Faim au Brésil*, fut chargé par l'ambassadeur américain d'écrire au plus vite un livre sur la faim dans le monde, le Département d'État américain fournissant la documentation nécessaire. Ce livre, publié à une époque où le mot géopolitique était tabou, reçut étonnamment comme titre *Géopolitique de la faim* (1951) et fit immédiatement l'objet d'une diffusion mondiale, grâce au très grand nombre de traductions obtenues par le Département d'État. J'ai assez bien connu Josué de Castro, chassé du Brésil par les militaires, lorsqu'il était comme moi professeur à 'l'université de Vincennes'. Il était d'ailleurs tout à fait conscient que l'aide américaine aux pays sous-développés était surtout versée aux gouvernements luttant activement contre le communisme.

culminar na mudança do subtítulo de *Hérodote* o esforço capitaneado pelo geógrafo será de dilatar o campo de análise a ser apreendido. Donde a necessidade de ampliar, para além da escala Estado-Nação, o objeto da *geopolitik*. Na compreensão de Yves Lacoste, geopolítica era uma análise das rivalidades de poderes nos territórios.

Entrementes, as atividades de docência, pesquisas, trabalhos de campo e a própria revista *Hérodote* consomem bastante o tempo do geógrafo em tela. O reitorado da *Université de Vincennes* já o havia alertado em 1978 que ele tinha de defender a *thèse*. O prazo de dez anos para a conclusão e defesa expira em 1979. A pena, caso não houvesse defesa, era ser rebaixado à função de mestre-assistente (Entrevista com Yves Lacoste, 19/04/2022). Desde o sucesso na *agrégation*, em 1952, o geógrafo pretende iniciar uma tese em geomorfologia no Marrocos – cuja situação política periclitante faz Dresch se opor. É o que faz, lembremos, Yves Lacoste ir para Argel – onde a situação não era menos tensa e foi só recrescendo até a eclosão (1954) da revolução. Ele voltou para Paris (1955) na esperança da situação na Argélia se acalmar. Nesse interim, Pierre George estimulou o pupilo a fazer uma tese secundária em geografia humana ou econômica cujo tema fosse a indústria do cimento. Ele escreve sobre o tema (LACOSTE, 1957), amplia para a indústria da construção (LACOSTE, 1959), mas rapidamente é envolto pelo próprio George na feitura de *Les pays sous-développés* (1959). A partir daqui não só a tese secundária fica em segundo plano como também a tese em geomorfologia praticamente desaparece do horizonte. O geógrafo está completamente enredado nas discussões sobre desenvolvimento no qual o ápice é alcançado com a publicação de *Géographie du sous-développement* (1965). Pesquisa de campo em *Alto Volta* (1965) e uma orientação maior para os problemas do terceiro mundo com *Ibn Khaldoun* (1966). Investigações em Cabul (1967) até ser atravessado pelo maio de 68 em Paris com a consequente proscricção de Pierre George. Participa do Congresso cultural de Havana (1968), inicia a docência em Vincennes (1969) e viaja para o Vietnã onde realiza trabalho de campo sobre o bombardeamento dos diques do rio Vermelho (1972). O retumbante sucesso o faz publicar *La géographie* e lançar no mesmo ano a revista *Hérodote* (1976). Do primeiro número da revista até a edição 13 (janeiro-março de 1979), Lacoste vai escrever 12 editoriais – vez que o primeiro não foi por ele escrito. “Os dez anos desde 1968 tinham passado demasiado depressa⁶⁵⁰” (LACOSTE, 2018a, p.229).

Se as circunstâncias o impediram de realizar uma tese em geomorfologia ou em geografia humana com destaque para a indústria do cimento, restava o tema – digamos –

⁶⁵⁰ Les dix années depuis 1968 étaient trop vite passées.

geopolítico que, curiosamente, Pierre George havia sugerido: “Unidade e diversidade do terceiro mundo”. Tema perfeito para Yves Lacoste pois ele poderia visitar o que havia escrito na terceira edição de *Géographie du sous-développement* (1976) e incorporar as pesquisas levadas a cabo em Alto Volta, Cuba e Vietnã.

Deve-se notar nesse momento uma observação feita por Claude Raffestin, Dario Lopreno e Yvan Pasteur (1995, p.295). Os autores julgam que Lacoste havia idealizado os Estados do terceiro mundo “considerando-os como entidades homogêneas do ponto de vista da solidariedade e colocando-os acima das clivagens sociais, em sentido lato, que os atravessam e dividem⁶⁵¹”. Uma evidência seria a seguinte: quando publica *Géographie du sous-développement* (1965), o geógrafo grafava terceiro mundo com maiúsculas. Ao passo que em *Unité et diversité du tiers monde* (1980), a expressão aparece em minúsculas. Os autores prosseguem a crítica escrevendo que Yves Lacoste não retira um balanço teórico do fracasso que é ter percebido o Estado ser uma máquina de dominação e que isso o conduz, nos anos 1980 e 1990, ao nacionalismo. Anote-se que essa crítica capitaneada por Raffestin é uma expressão do antagonismo epistemológico acerca da relação geografia-política: Lacoste, embora não menospreze outros níveis de análise, centra-se na escala do Estado-Nação; Raffestin, ainda que não menospreze o Estado-Nação, vincula a geopolítica ao imperialismo.

Para a *thèse*, Yves Lacoste contactou Raymond Ghirardi, geógrafo cuja especialidade é cartografia temática. Eles já haviam trabalhado juntos pois Ghirardi foi quem desenhou os mapas da coleção de manuais de geografia Ozouf das *éditions* Nathan. O cartógrafo em tela desenha os mapas e os diatopos⁶⁵² que mostram a articulação dos diferentes níveis de análise espacial nas pesquisas de campo em Alto Volta, Vietnã e Cuba. Quem datilografava a tese é a mesma pessoa que havia feito a de Camille: uma senhora chamada Lefèvre, secretária em um *lycée* de Caen. Por falar em Camille Lacoste-Dujardin, seu pai – que também se chamava Camille – morreu subitamente em 1978. A morte do pai choca terrivelmente a esposa do geógrafo que decide cancelar uma viagem ao Brasil⁶⁵³.

No que tange à *thèse*, Lacoste terminou-a três meses antes das grandes férias universitárias e do fim do prazo de dez anos que haviam sido acordados (LACOSTE, 2018a). Assim sendo, o geógrafo provavelmente finalizou a escrita da tese entre os meses de abril e

⁶⁵¹ [...] les considérant comme des entités homogènes du point de vue de la solidarité et les plaçant au-dessus des clivages sociaux, au sens large, qui les traversent et les divisent [...].

⁶⁵² *Diatopes* são os esquemas que mostram a sobreposição de mapas em perspectivas que vão da pequena escala à grande escala (LACOSTE, 2010a).

⁶⁵³ Provavelmente, mas não é possível afirmar categoricamente, Yves Lacoste tenha sido convidado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) para o III Encontro Nacional de Geógrafos (ENG) realizado em Fortaleza de 19 a 27 de julho 1978.

maio de 1979. Foram três tomos que serão publicados na forma de livro nas *éditions* Maspero em dezembro de 1980⁶⁵⁴. O tomo I, como veremos, dedica-se primeiramente à uma reflexão sobre a unidade do terceiro mundo e, em seguida, aos diferentes níveis de análise da diversidade desse conjunto espacial; o tomo II agrupa as pesquisas realizadas em Alto Volta e Vietnã; finalmente, o tomo III reúne a pesquisa em Cuba e uma novidade: um estudo de caso das relações planície-montanha na *Grande Cabília*⁶⁵⁵, Argélia. Por já termos efetivado a análise das situações em Alto Volta, Vietnã e Cuba, vamos nos concentrar no caso argelino, presente no terceiro tomo III, e no primeiro tomo – buscando sempre que possível evitar as repetições de afirmações que tanto Yves Lacoste quanto o autor dessa tese já tenham efetivado. Começemos então pelo tomo I.

I – Das representações planetárias às estratégias no campo. Quem é o pai putativo da expressão *tiers monde*? De fórmula à categoria, as diferenças entre subdesenvolvimento e terceiro mundo

No primeiro tomo, o geógrafo pondera ser a geopolítica uma consideração das representações contraditórias que se efetuam sobre os territórios. Yves Lacoste aparentemente oscila entre considerar a *géopolitique* uma *análise* ou uma *representação* sobre a rivalidade de poderes. Na primeira edição de *Géographie du sous-développement* o terceiro mundo é conceituado a partir de um prisma malthusiano: a amplitude do crescimento demográfico mais ou menos duradoura. No editorial da edição 14-15 de *Hérodote*, o terceiro mundo é um campo de manobras e afrontamentos das grandes potências (HÉRODOTE, 1979). Na obra em tela ele é tratado enquanto uma representação que reúne países pobres que tem características comuns – a exemplo do crescimento demográfico – e, por essa razão, formam um conjunto de dimensão planetária. Daí porque seja melhor pensarmos o conceito de terceiro mundo em Lacoste como sendo fruto de um complexo de determinações abarcando desde critérios neomalthusianos até políticos.

⁶⁵⁴ Tal qual o próprio Lacoste explica na nota inaugural do primeiro tomo, o livro foi resultado da sua *thèse de doctorat d'Etat en géographie* defendida em 1979. A tese totalizava 1200 páginas. Da tese ao livro, Lacoste excluiu os capítulos que tratavam das origens da noção de subdesenvolvimento, epistemologia da geografia, geografia colonial, as complexas relações da Escola geográfica francesa com as questões geopolíticas, desde Elisée Reclus e Vidal de La Blache até as tendências atuais de inspiração anglo-saxônica (LACOSTE, 1980a)

⁶⁵⁵ Por Grande Cabília deve-se compreender, esquematicamente, as montanhas situadas entre Alger e Bugia. Já a Pequena Cabília é a região dos maciços montanhosos situados entre Bugia e Annaba, bem como o maciço de Aurés ao sul de Constantina (LACOSTE, 1980c).

Àquela altura, 1979, o terceiro mundo estava sendo atravessado por uma ampla gama de conflitos, como os já citados entre Camboja, Vietnã e China; da guerra do Afeganistão e da revolução iraniana. Régis Debray apressou-se em grafar: “A invenção do Terceiro Mundo, esta projeção fantástica do Terceiro Estado da França de antes de 1789 sobre o mundo capitalista moderno, é um golpe de gênio da ideologia burguesa” (1977 [1974], p.34). Ora, a hipótese de Yves Lacoste ia de encontro àqueles, tal qual Debray, enxergavam o crepúsculo do Terceiro Mundo: para o geógrafo, os choques entre os países terceiro-mundistas punham em crise a unidade política e a solidariedade correlata (LACOSTE, 1980a). A *unidade* não podia anuviar a *diversidade*. Por isso, se o Terceiro Mundo não é um mito, e tampouco cabe o abandono das representações em escala planetária, a justa medida se encontra em saber efetivar uma distinção em pequena escala – portanto em elevado grau de abstração – que não obstaculize ou subtraia as contendas intestinas à esse próprio conjunto geográfico. “As guerras travadas pelos Estados capitalistas em 1914-18 e 1939-45 não impedem que se possa considerá-los como um outro conjunto, devido às suas características comuns⁶⁵⁶” (LACOSTE, 1980a, p.10). O mesmo é válido para o terceiro mundo. Retomando nos termos de Lênin, uma análise precisa da situação concreta não podia ser negligenciada. E muito menos reduzida às categorias da economia política – a exemplo da categoria deterioração dos termos de troca.

Ora, então como capturar essas situações concretas, as diversidades geográficas, sem restringir-se à economia política? Primeiramente, raciocinando geograficamente em função de um objetivo. Raciocinar geograficamente significa saber pensar o espaço. Mas não como nos manuais de geografia – cujo próprio autor produziu – enumerando e considerando separadamente os dados naturais e humanos. A locução chave é interação entre fatores, pois são eles que particularizam uma configuração espacial. Lacoste está ecoando Cholley.

Ou melhor: está superando-o ao elevar o método a outro nível. Se seu antigo professor acentuou o fato de a Geografia ser a ciência das combinações espaciais, Yves Lacoste avança ao nos ensinar que o saber geográfico são essas combinações *articuladas em diferentes níveis de análise*. Por isso ele vai propor *esse* método de apreensão das singularidades espaciais nos quatro estudos de caso que ele agrupa na tese: os problemas agrícolas e sanitários em Alto Volta; o bombardeamento dos diques no Vietnã; a guerrilha em Cuba; e, o caso que analisaremos, as relações planície-montanha na *Grande Cabília* argelina. É um método, arriscamo-nos a dizer, que “oscila”, “valseia” entre os níveis de análise, da grande à pequena escala. Como diante de um quadro em que nosso olhar se aproxima e se distancia do objeto

⁶⁵⁶ Les guerres que se sont livrées les Etats industriels capitalistes en 1914-18 et en 1939-45 n’empêchent pas qu’on puisse les considérer comme formant un autre ensemble, en raison de leurs caractéristiques communes.

visado: nos aproximamos do quadro e vemos a matéria do que é feito; nos afastamos e capturamos a forma. Um passo mais atrás ainda e podemos ver o todo. Próximos vemos Nyaogho, Thai Binh, Sierra Maestra e a *Grande Cabília*; Afastamos e visualizamos: Alto Volta, Vietnã, Cuba e Argélia. Um passo mais atrás desse grande quadro e enxergamos a África Ocidental, o Sudeste Asiático, o Caribe e a África do Norte.

Vimos no primeiro capítulo a origem da expressão terceiro mundo. Ela aparece sob a pena de Alfred Sauvy numa edição do jornal *L'Observateur* de 14 de agosto de 1952 cujo título era *Trois Mondes, Une Planète*. Sauvy tinha sido membro da Resistência e depois da Segunda Guerra Mundial ele começou a escrever para o referido jornal cuja liderança está a cargo de um antigo colega veterano da Resistência chamado Claude Bourdet (1909-1996). Yves Lacoste (1980a, p.14) diz que *L'Observateur* era um “jornal de esquerda⁶⁵⁷”. Realmente ele era um lugar de intelectuais anticoloniais tais quais Michel Leiris (1901-1990) e Claude Lévi-Strauss (PRASHAD, 2007).

Sauvy estava atento à existência dos dois mundos – o capitalismo ocidental e o comunismo oriental. Mas chama a atenção para a existência de um terceiro, segundo ele, “o mais importante” e “primeiro na cronologia”. Era o conjunto de países que as Nações Unidas chamavam de “países subdesenvolvidos”⁶⁵⁸. O artigo de Sauvy tomava a pobreza enquanto objeto de problematização global. Ela era resultado da expansão demográfica, da baixa produtividade e do baixo investimento – atributos que atravessam os caracteres do subdesenvolvimento em Yves Lacoste. Sem embargo, o demógrafo francês ao problematizar a pobreza conferiu-lhe uma localização geográfica e nomeou-a. Por fim, a verdadeira guerra para Alfred Sauvy não era a Guerra Fria, mas sim a guerra contra a pobreza (SAYED, 2017).

O texto de Sauvy tem muitos dos movimentos discursivos característicos das reflexões do pós-guerra sobre os desafios da governança no período entre 1945 e aproximadamente 1975. Primeiro, ele fez da pobreza o objeto de uma nova problematização. Descreveu a dinâmica que o produziu (expansão demográfica e baixo investimento). E sua descrição prenunciava as soluções que deveriam ser propostas. O Terceiro mundo é dois terços da humanidade e o que caracteriza as condições de vida para dois terços da humanidade será doravante um ciclo vicioso de expansão populacional, baixa produtividade e baixo investimento. E quando Sauvy apresentou a pobreza como o problema global, ele se baseou em mais de um século de

⁶⁵⁷ Hebdomadaire de gauche.

⁶⁵⁸ Nous parlons volontiers des deux mondes en présence, de leur guerre possible, de leur coexistence, etc., oubliant trop souvent qu'il en existe un troisième, le plus important, et en somme, le premier dans la chronologie. C'est l'ensemble de ceux que l'on appelle, en style Nations Unies, les pays sous-développés

experimentos nacionais para problematizar a pobreza e em técnicas para gerenciá-la que finalmente culminaram no estado de bem-estar social e na macroeconomia keynesiana. Além de problematizar a pobreza, ele também deu a ela uma localização geográfica e nomeou-a. Finalmente, e talvez mais importante, o texto de Sauvy realizou um deslocamento interessante no discurso sobre guerra e violência. As preocupações da Guerra Fria com armas que logo se tornariam obsoletas eram impertinentes. Não é a Guerra Fria que deveria ser a prioridade, mas a guerra contra a pobreza.

Para Yves Lacoste (1980a), terceiro mundo – no texto do demógrafo – era uma fórmula que equacionava, dialeticamente arriscamos, a existência dos mundos em confronto. A expressão apareceria somente no final do texto de Sauvy (1952): “Pois, enfim, esse Terceiro mundo ignorado, explorado, desprezado como o Terceiro Estado, também quer ser algo⁶⁵⁹”. Nesse texto encontra-se uma alusão ao escrito de Emmanuel-Joseph Sieyès (1748-1836): *Qu'est-ce que le Tiers-État?* (1789) publicado às vésperas da Revolução Francesa. Nas palavras do *abbé* Sieyès (2018 [1789], p.21):

O plano deste escrito é certamente simples. Devemos responder a três perguntas:
 O que é o Terceiro Estado? TUDO.
 O que tem sido até agora na ordem política? Nada.
 Quais são suas exigências? CHEGAR A SER ALGO⁶⁶⁰

Se o terceiro estado era uma “nação completa”, como defendia Sieyès, significa que poderia ser relativamente independente dos outros dois estados na França pré-revolucionária: a nobreza e o clero. Se o abade Sieyès vocalizava o desejo de soberania do Terceiro Estado na forma da Assembleia Nacional, o paralelo que Sauvy realiza também vocaliza o desejo de unidade do assim chamado terceiro mundo. Em todo caso, deve-se ter cuidado ao fazer uma transposição desse tipo pois as realidades histórico-sociais e político-econômicas eram bastante distintas. A noção fundamental para o abade Sieyès era *nação*, ao passo que para Sauvy era *mundo* – e para a ONU era aquela de *país*. Ademais, se terceiro estado implica um nível de análise *nacional*, terceiro mundo demanda um nível de análise *internacional/mundial*. Daí porque Yves Lacoste (1980a) prefira considerar terceiro mundo, no texto de Sauvy, uma fórmula cuja importância reside no efeito de estilo que os meios de comunicação propagaram.

⁶⁵⁹ Car enfin ce Tiers Monde ignoré, exploité, méprisé comme le Tiers Etat, veut, lui aussi, être quelque chose.

⁶⁶⁰ EL plan de este escrito es ciertamente sencillo. Debemos responder a tres preguntas:

¿Qué es el Tercer Estado? TODO.

¿Qué ha sido hasta el presente en el orden político? NADA.

¿Cuáles son sus exigencias? LLEGAR A SER ALGO.

Através de uma troca de cartas com Alfred Sauvy, Lacoste (1980a) buscou reconstituir a sucessão de associação de ideias que conduziu o demógrafo francês a criar a famigerada expressão. De acordo com o geógrafo, Sauvy partiu de slogans tal qual “mundo livre/ocidental”, “mundo comunista”, “capitalismo”, “socialismo” e combinou com slogans “estilo Nações Unidas” que evocavam a clivagem entre os Estados: países desenvolvidos e países subdesenvolvidos. O termo “mundo” implica totalidade de pertencimento – donde provêm expressões como “mundo liberal”, “mundo socialista”. A controvérsia ideológica e os antagonismos sociais se expressavam nesses termos. Não obstante, desde que o presidente estadunidense Harry S. Truman falou – literalmente – em “áreas subdesenvolvidas” uma característica comum pareceu se sobrepor ao leque de países subdesenvolvidos da África, Ásia e América Latina: a miséria. Um mundo capitalista, um mundo socialista e um terceiro mundo. Mas esse terceiro englobava, curiosamente, culturas muito mais antigas que aquelas produzidas pelo capitalismo e comunismo. Eles eram a maioria da humanidade, da mesma forma que o Terceiro Estado era a maioria da população na França pré-revolucionária. E então começaram a reclamar a abolição dos privilégios dos outros dois mundos. É a noite de 4 de agosto⁶⁶¹ no século XX. Gunnar Myrdal, lembremos, chamou essa reivindicação do terceiro mundo de “Grande Despertar”; Yves Lacoste mesmo chamava esse processo de “tomada de consciência”.

O fato de *L'Observateur* expressar posições anticolonialistas fazia com que ele fosse lido por numerosos militantes norte-africanos emigrados para a França. Em 1956, Alfred Sauvy era diretor do *Institut national d'études démographiques* (INED). Ele reúne uns artigos redigidos por colaboradores e intitula uma publicação do INED com o título que segue: *Le « tiers monde », sous-développement et développement*. Contudo, a obra coletiva acabou sendo dirigida por Georges Balandier (1920-2016). Essa é origem do mal-entendido que atribui a paternidade do conceito de Terceiro mundo à Balandier – ignorando, logo, o artigo de Sauvy. O demógrafo francês estava doente, impedido pois de coordenar a publicação. Por isso ele pede a Balandier a escrita de uma introdução e apresentação dos capítulos. O título *Tiers Monde* só apareceria perto da impressão da obra. Lacoste (1980a) explica que a palavra terceiro mundo não é utilizada na primeira edição, nem mesmo no prefácio escrito por Sauvy. Só na segunda edição de 1961 que, num capítulo novo assinado pelo demógrafo francês, de a fórmula aparecerá: “*Evolution récente du tiers monde*”. De qualquer forma, observamos gradativamente o deslizamento da fórmula jornalística para uma dimensão, a princípio, universitária. E nesse momento, François Perroux também foi importante pois, quando assumiu a direção do *Institut*

⁶⁶¹ Alusão ao evento de 1789 em que a Assembleia Nacional Constituinte extinguiu o sistema feudal.

d'étude du développement économique et social (IEDES), nomeia de *Tiers Monde* a revista editada por esse Instituto – é claro, sem fazer referência à Alfred Sauvy.

Para Yves Lacoste, é somente na segunda metade dos anos 1960 que começa o crescimento do “terceiro-mundismo” na opinião internacional. Gamal Abdel Nasser proclama a República e governa o Egito de 1952 a 1970; a Revolução Cubana havia triunfado em 1959; o conflito sino-soviético cresce de proporções. Terceiro Mundo passa a ser uma forma distinta de representação. Distinta de quê? daquela de cariz econômico: *países subdesenvolvidos*. A fórmula “ênfatisa sua unidade e a torna uma força, uma enorme entidade histórica, o campeão, o herói, a vítima também de lutas titânicas⁶⁶²” (LACOSTE, 1980a, p.19). Seja quando Cuba enfrenta os EUA, ou a China critica a URSS, são os conflitos, os choques, os antagonismos que gestam essa nova forma de representar o mundo – ao mesmo tempo em que o constrói.

Construção no enfrentamento objetivando uma terceira via de desenvolvimento político-econômico, um não-alinhamento. Marx ensinou que as categorias eram formas de ser, determinações da existência. Se terceiro mundo se transformava gradativamente numa categoria, quais eventos/acontecimentos outorgavam-lhe substância? Lacoste (1980a, p.19) elenca a “Conferência das nações asiáticas”, realizada em Nova Délhi (Índia) em 1947; a ruptura da então Iugoslávia com a URSS em 1948; a Conferência de Bandung (18 a 24 de abril de 1955); e o movimento dos “não-alinhados” em 1961 onde reuniram-se Josip Broz Tito, Jawaharlal Nehru, Gamal Abdel Nasser, Kwame Nkrumah, Sukarno e Haílé Sélassié – além de representantes de outros vinte estados nacionais. Uma observação importante: na época não houve menção da América Latina, que foi considerada como sendo formada por países “subdesenvolvidos”⁶⁶³ (LACOSTE, 1980a, p.19). Dado o uso quase sinonímico entre terceiro mundo e países subdesenvolvidos, a não inclusão da América Latina no primeiro grupo pode causar estranheza. Todavia, quando pensamos que os principais países do continente latino-americano já tinham conquistado sua independência ao longo do século XIX, ao passo que boa parte das nações afro-asiáticas eram ainda colônias no século XX, fica mais fácil compreender essa estranheza. A América Latina poderia ser subdesenvolvida, mas era formalmente (politicamente) independente. Os países afro-asiáticos, em sua ampla maioria, datam a independência política no século XX. O denominador comum era a denúncia do colonialismo.

⁶⁶² « Tiers monde » met l'accent sur leur unité et en fait une force, une immense entité historique, le champion, le héros, la victime aussi de luttes titanesques.

⁶⁶³ Il est utile de souligner qu'il n'est aucunement question de l'Amérique latine qui pourtant était considérée comme formée de pays « sous-développés ».

Em termos de eventos, foi a Conferência de Bandung a mais importante manifestação do espírito do não-alinhamento. Em termos de acontecimentos, a derrota da França para o Vietnã na Batalha de Dien Bien Phu (13/03 a 07/05/1954), a Conferência de Genebra (21/07/1954) que formaliza a divisão artificial em Vietnã do Norte e Vietnã do Sul; a criação da Organização do Tratado do Sudeste Asiática (OTASE); e a revolução argelina (1954-1962) desempenham um papel fundamental na opinião pública francesa contra a política externa da França. A revolução argelina atraiu a atenção em favor da independência. Nomes como Jean-Paul Sartre e Frantz Fanon tomaram posições em favor da libertação do povo argelino. Aliás, *Les Damnés de la terre* de Fanon é apontado por Lacoste como uma obra que vai contribuir para a difusão da expressão terceiro mundo. Não é pra menos. Em duas décadas esse livro-manifesto será traduzido em 19 línguas e a edição francesa – publicada por François Maspero – se aproximará da tiragem de 160 mil exemplares (PAQUOT, 2002 [1996]). O geógrafo em tela aponta que a *magnum opus* fanoniana chegou a ser apreendida e proibida na metrópole ao mesmo tempo em que a conversão para línguas estrangeiras (japonês, árabe, swahili, cingalês e, claro, inglês, espanhol, alemão) alcançará a expressiva marca de mais de 1 milhão de cópias. Curioso esse caminho da expressão terceiro mundo: nasce como uma fórmula jornalística nas mãos de um economista/demógrafo francês dublê de cronista; alcança os meios institucionais e universitários; finalmente, retorna aos jornais, às redações, substantivada pelos eventos/acontecimentos que difundem essa fórmula-categoria nos mais diversos idiomas.

Em todo caso, no início dos anos 1960, terceiro mundo ainda não cobria a América Latina e o terceiro-mundismo era ainda sinônimo de “não-alinhamento”. Em razão da independência política datando, principalmente, do século XIX, os países latino-americanos eram considerados como pertencentes ao bloco ocidental. Essa situação só vai mudar quando os EUA romperem relações diplomáticas com Cuba em 1961. Fidel Castro procura então se aproximar da Organização de Solidariedade dos Povos da África e da Ásia (OSPAA) cuja primeira conferência aconteceu no Cairo, Egito, entre dezembro de 1957 e janeiro de 1958. Samir Amin (2008) observa que a OSPAA foi atravessada, desde o princípio, por uma contradição que não fez a organização avançar. De um lado, “os poderes estatais derivados da radicalizada libertação nacional burguesa⁶⁶⁴” optam por uma aliança diplomática com Moscou – um ferimento no “não-alinhamento, logo – que tornaria possível fazer frente às potências ocidentais no contexto da Guerra Fria. É o caso do Egito, Índia, Indonésia e Síria. Do outro lado estão os movimentos que ainda não triunfaram e simpatizam com as teses de Pequim de que o

⁶⁶⁴ Les pouvoirs d'État issus de la libération nationale bourgeoise radicalisée.

imperialismo é o principal inimigo. Argélia, as colônias portuguesas⁶⁶⁵ e a África do Sul se enquadram nesse grupo.

Fidel Castro vai propor à OSPAA, em 1963, uma conferência de três continentes – incorporando, pois, a América Latina. Contudo, a proximidade de Cuba com a URSS se chocava com as teses do “não-alinhamento” e com os chineses – até então envolvidos num conflito com os soviéticos. Será o marroquino Mehdi Ben Barka, nascido em 1920, que triunfará onde Fidel falhou. Ele, sendo próximo dos círculos intelectuais parisienses e dos movimentos *de gauche* da França, vai amenizar as dificuldades e será o eixo da conferência Tricontinental realizada, curiosamente, em Havana em 1966. Mas, Ben Barka não verá a conferência pois – da mesma forma que Patrice Lumumba fora 1961 – ele será assassinado, em Paris, pelos serviços de inteligência da França e do Marrocos, em 29 de outubro de 1965. “Da operação, participaram policiais da contra-inteligência francesa, em cumplicidade com o ministro do Interior marroquino, o general Oufkir, e a CIA” (FURIATI, 2001, p.170).

A Conferência Tricontinental de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina reunirá 82 delegações de partidos ou movimentos “anti-imperialistas” (187 delegados asiáticos, 131 africanos e 112 latino-americanos). A partir desse momento terceiro mundo vai englobar a América Latina. A ressonância dessa conferência, os comentários que são feitos, ampliam em vários países a utilização da expressão terceiro mundo. Assim, ao lado de Fanon, é mérito de Ben Barka ter contribuído para a extensão dessa fórmula francófona (LACOSTE, 1980a).

É possível dizer que, com o fim da Guerra da Argélia, são Cuba e Vietnã que se tornam os campeões do terceiro mundo, representações telúricas do confronto bíblico entre Davi e Golias – a República Imperial estadunidense. Suas heroicas lutas contra os EUA impulsionam mais ainda a expressão. Anos depois, em 1973, a própria China se incluirá no Terceiro Mundo – em virtude do seu conflito com a URSS. Sem embargo, é face ao “Tio Sam” que a unidade do Terceiro mundo é reforçada. Yves Lacoste lembra a frase de Ernesto “Che” Guevara (2004 [1967], p.425): “Criar dois, três... muitos Vietnã, é o slogan⁶⁶⁶”. Guevara seria morto um ano depois da Conferência Tricontinental, em 09 de outubro de 1967, tentando “criar um Vietnã” na Bolívia.

Finalmente, ainda no que tange à difusão da expressão terceiro mundo, papel de relevo também coube aos *mass media* – especialmente as agências de notícias e empresas de televisão

⁶⁶⁵ Aqui, provavelmente, Samir Amin está pensando nas colônias de Portugal em África e Ásia: Guiné Bissau, Cabo Verde, a Índia portuguesa, Macau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e o Timor português.

⁶⁶⁶ Crear dos, tres... muchos Vietnam, es la consigna.

estadunidenses. Elas constroem as representações imagéticas do subdesenvolvimento: a fome, as crianças silenciosas, paisagens emaciadas, vazias, imensas; solos descascados, ravinados; árvores esqueléticas. A mensagem passa uma ideia de fome e de sede também. Além disso, os meios de comunicação de massa constroem e difundem as imagens do terceiro mundo: as massas, os movimentos das multidões, os sons da guerra, explosões, tiroteios, bombardeios, guerrilha (LACOSTE, 1980a). O geógrafo considera interessante apreciar as representações – mensagens e imagens – da ideia de países subdesenvolvidos e de terceiro mundo a partir da chave levistraussiana das oposições estruturais: países subdesenvolvidos evoca silêncio, imobilidade, força da natureza, tradição, restrições econômicas. Terceiro mundo conjura o movimento, as forças da guerra, o combate pela mudança, as lutas armadas.

Ora, isso tudo conduz Yves Lacoste a concluir que se tratam de representações bastante diferentes do mundo. Do discurso de Harry Truman (1949) até a publicação de Alfred Sauvy (1952) se passam apenas três anos de intervalo. Suficiente para que essas representações se espalhem para os *mass media* e, em seguida, sendo objeto de reflexões científicas. Subdesenvolvimento é, na gênese, proveniente dos EUA e fortemente vinculado com a economia (liberal) e mesmo com a crítica da economia política e do imperialismo de cariz marxista. *Exempli gratia* aquele de Samir Amin e sua alegoria da transferência de riquezas no modelo periferia e centro.

Em contrapartida, terceiro mundo é originalmente francês com forte conotação anticolonial. Se subdesenvolvimento é uma representação muito mais economicista do globo, terceiro mundo – grafa Lacoste (1980a) – é essencialmente uma representação geopolítica do planeta. O geógrafo não erige uma rígida oposição entre ambos – embora tenha bebido e apreciado a *Anthropologie structurale* de Claude Lévi-Strauss. Em sua avaliação, a desigualdade, a dominação e a dependência estão subsumidas numa representação não apenas política, mas também militar. *Países subdesenvolvidos* tende a ler o imperialismo enquanto processo de produção e troca desigual; *terceiro mundo* perspectiva o imperialismo relações de poder entre formações sociais estruturadas de modo dissemelhante. Atentemos também para o seguinte fato: em subdesenvolvimento uma ideia-força é justamente aquela de *país*. Já quando se invoca *terceiro mundo*, a ideia de nação assume protagonismo pois os fenômenos políticos, as relações com o imperialismo, a luta pela independência, são considerados a partir do prisma nacional – forjado justamente no conflito com outras potências ou superpotências (o caso do Vietnã é ilustrativo). *Países subdesenvolvidos* tende à um discurso miserabilista e fatalista. Miserabilista porque imputa o subdesenvolvimento ao peso das dificuldades naturais. Fatalista

porque, por vezes, o subdesenvolvimento é atribuído aos efeitos de dominação do capitalismo e sua conseqüente acentuação.

Já *terceiro mundo* perspectiva uma tendência messiânica e triunfalista. Primeiramente porque era fácil e tentador proclamar que os ventos da história estavam soprando a favor de três quartos da humanidade. Yves Lacoste (1980a) não deixa de reconhecer que isso era em parte verdadeiro, afinal a descolonização em África e Ásia avançava, o Vietnã havia vencido o imperialismo francês e Cuba triunfara frente aos EUA. Donde o “profetismo de Fanon⁶⁶⁷” (LACOSTE, 1980a, p.29) e o triunfalismo decorrente das vitórias parciais sobre o as formas clássicas do colonialismo – a exemplo da conquista territorial.

Todavia, esse messianismo, esse triunfalismo, vai começar a colapsar quando os Estados que compõem o terceiro mundo entram em choque – destaque maior ao conflito envolvendo os estados socialistas do Camboja, Vietnã e China. Além disso, o apoio de Cuba à Etiópia contra a Eritreia e, sobretudo, a descoberta dos crimes perpetrados pelo *Khmer rouge* de Pol Pot no Kampuchea Democrático “chocaram profundamente a opinião progressista⁶⁶⁸” (LACOSTE, 1980a, p.33).

A guerra entre Etiópia e Eritreia vinha ocorrendo desde 1961. No ano de 1974, o então imperador etíope Haile Selassie (1892-1975) foi derrubado pelo coronel Mengistu Haile Mariam. A Eritreia aproveitou a ocasião para tentar uma independência dos etíopes. Mariam então pediu ajuda da URSS e Cuba enviou expedições militares. Lembrando, fato que o geógrafo parece olvidar, que Fidel Castro visitou a Etiópia, a Eritreia e a Somália na intenção de mediar o conflito e propôs uma confederação dos três países formalmente socialistas. Contudo, a Somália repeliu os assessores soviéticos fazendo com que a URSS e Cuba acolhessem o pedido de assistência etíope (VISENTINI, 2012).

Por seu turno, o *Khmer rouge*, inspirado na Revolução Cultural da China, começa uma experiência ruralizante cujas características iam da recusa à modernidade ao ultranacionalismo – com o fito de restaurar os tempos gloriosos do Império Khmer. Visentini e Pereira (2012, p.228) calculam que o “socialismo nacional Khmer” foi responsável, através de maciças transferências de populações urbanas para o meio rural, pela “morte de dois milhões de pessoas, quase um terço da população do país”. Já Bruneau (1996) estima que em torno de 1 milhão de pessoas pereceram entre 1975 e 1980. Não podemos esquecer que entre 1970 e 1975, portanto antes do regime *Khmer rouge*, a guerra e os bombardeamentos já haviam ceifado a vida de cerca de 500 mil cambojanos, ou 7% da população do país. Aliás, papel de destaque cabe à

⁶⁶⁷ Prophétisme de Fanon

⁶⁶⁸ [...] ont profondément choqué l’opinion progressiste [...]

República Imperial. Com o desígnio de destruir as trilhas de comunicação entre o Vietnã do norte e os *maquis* do Vietnã do Sul, a aviação estadunidense lançou 40 mil toneladas de bombas por mês sobre o Camboja entre 1972-1973 (BRUNEAU, 1996). Quando o Vietnã derrubou o regime do *Khmer rouge*, os EUA não comemoraram. E a China de Deng Xiaoping, que desde 1973 havia se aproximado de Washington, ficou furiosa e considerou aquilo como uma agressão do Vietnã contra seu aliado Pol Pot (BEVINS, 2020). Os EUA não deixaram de conferir razão à China dizendo que o Vietnã era o país celerado ao mesmo tempo em que silenciava sobre os crimes do *Khmer rouge* (PONS, 2014).

Assim, os conflitos entres esses Estados do terceiro mundo colocavam em questão não apenas a unidade de cada entidade nacional, mas também questionavam a legitimidade e a credibilidade do socialismo e da revolução. Na visão de Yves Lacoste (1980a), palavras como imperialismo, burguesia, terceiro mundo, entre outras, quando reificadas transformavam-se em conceitos-obstáculos que obnubilavam as complexidades envolvidas e as contradições. A elevação de conceitos ao nível de personagens é o que Lacoste chamou de geografismo. Dizer que o terceiro mundo combate era um exemplo disso. Pela via do geografismo, a *unidade* prometeica do terceiro mundo anuviava seu caráter relativo: relativo à determinados objetivos que se almejam conseguir. Logo, para o geógrafo em tela, a unidade terceiro mundista era uma utopia – no sentido etimológico da palavra – em que a dimensão ética eclipsava a dimensão espacial/geopolítica. E considerar o terceiro mundo enquanto personagem prometeico, enquanto Davi, era engendrar uma representação ideológica desse grande teatro de contradições.

Para passar de uma representação ideológica para uma científica era preciso considerar o terceiro mundo como um conjunto espacial geopolítico cujo agrupamento é resultado de uma operação do pensamento a partir de determinadas características comuns. Nesse momento, Yves Lacoste está retornando às características expostas em *Géographie du sous-développement* (1965). Na terceira edição da citada obra, a situação de subdesenvolvimento era considerada uma *acentuação da distorção entre o rápido crescimento das necessidades e o crescimento dos meios e recursos que as populações dispõem* (LACOSTE, 1976 [1965]). Sem dúvida, um refinamento na medida em que busca fugir da mera contraposição entre crescimento demográfico e crescimento econômico. Entretanto, o núcleo argumentativo está mantido. Efetivamente, em *Unité et diversité du tiers monde*, todas essas lições são retomadas sem revogar o critério do aumento populacional – tal qual mostram o esquema e o esboço seguintes (FIGURAS 39 e 40).

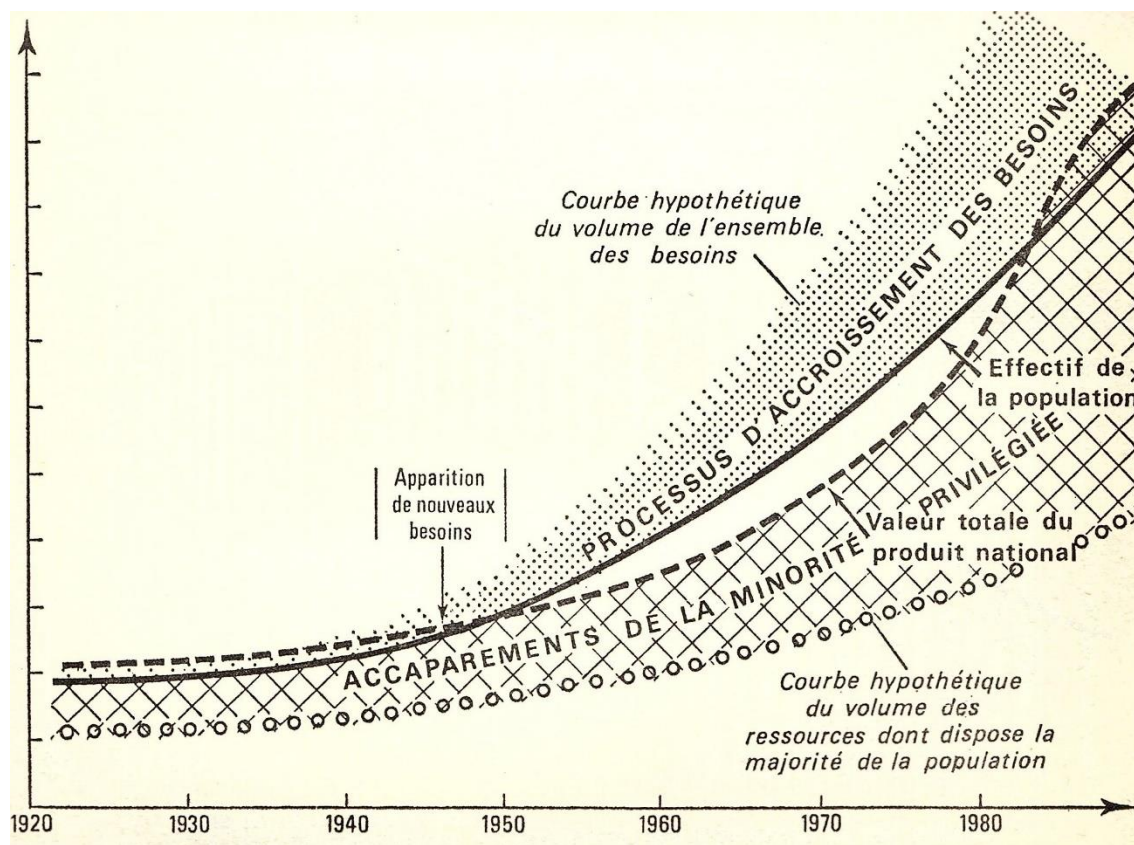


Figura 39: Diferença crescente entre os recursos e as necessidades em um país subdesenvolvido. Fonte: LACOSTE, 1980a, p.51.

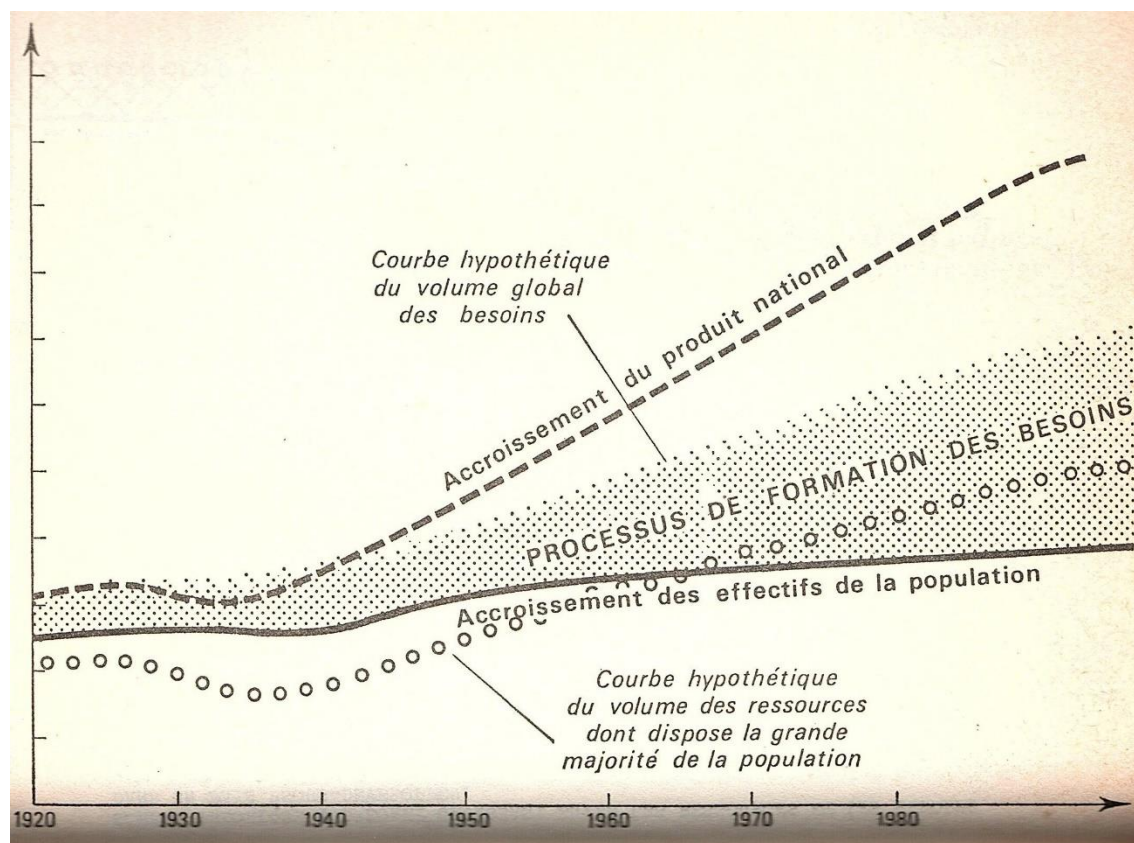


Figura 40: Evolução dos recursos e das necessidades em um país desenvolvido. Fonte: LACOSTE, 1980a, p.52.

Mesmo que haja diferenças nos Estados que compõem o terceiro mundo, sejam eles socialistas ou capitalistas, “é o forte crescimento demográfico que agora aparece como sua principal característica comum⁶⁶⁹” (LACOSTE, 1980a, p.53). E mais à frente ele grafa: “a única maneira precisa de considerá-los como um conjunto é se referir ao seu rápido crescimento demográfico, fenômeno histórico novo, que constitui agora a principal característica comum de todos esses Estados” (LACOSTE, 1980a, p.61). Deve-se reconhecer o esforço na tentativa de aprimorar a conceituação. Então, por exemplo, a situação dos países do terceiro mundo à época era expressa na equação *crescimento das necessidades versus estoque dos equipamentos produtivos*. Sem embargo, o fulcro da alegação está mantido – embora com vernizes mais sofisticados.

II – Os diferentes níveis de análise da diversidade do terceiro mundo e o método das interseções dos conjuntos espaciais. Uma inspiração tricartiana. O problema das escalas

Se a primeira parte do tomo I trazia à luz criticamente reflexões de cunho teórico, a segunda parte era eminentemente metodológica. É nela que Yves Lacoste expõe o seu método. Este era resultado de uma concepção de geografia enquanto saber articulador dos fenômenos naturais e humanos, bem como uma reflexão sobre as configurações espaciais dos citados fenômenos estudados por diversas ciências. Como mapear essas configurações? A partir de conjuntos espaciais classificados em ordens de grandeza bastante distintas cuja representação assume a forma de planos sobrepostos – que o geógrafo nomeará *diatopo*. Bernard Kayser (1981) qualificou de *princípio das escalas* esse procedimento. Vejamos mais de perto.

O critério demográfico torna possível um mapeamento do conjunto de Estados que compõem o terceiro mundo. Isso, é claro, numa situação em que a escala é pequena – portanto a abstração das concretudes é elevada. Para dar conta das concretudes é preciso ir passando para escalas maiores e atravessando os lugares. A título de ilustração, dentro de um mesmo Estado nacional, um determinando ponto do território pode ter experimentado um crescimento demográfico enquanto outro pode ter reduzido a população a partir de fenômenos migratórios. O Vietnã não foi bombardeado de forma uniforme; nem a cegueira estava disseminada por todo vale do Volta Branco. Cada uma dessas situações é particular em si e conforme a escala de apreensão do fenômeno. *Exempli gratia*: a revolução cubana, a princípio eminentemente nacionalista, adiciona mais uma camada de complexidade quando Fidel proclama o caráter

⁶⁶⁹ [...] c'est leur forte croissance démographique qui apparaît comme leur principale caractéristique commune.

socialista da mesma. O impacto nacional-continental eleva-se ao nível internacional-mundial. Da mesma forma, o bombardeamento dos diques do rio Vermelho deixou de ser uma mera questão nacional para repercutir mundialmente.

Dependendo do critério, é possível elaborar um mapa do que seria o Terceiro Mundo. O clima e o PIB por exemplo. Mas o que interessa à Yves Lacoste não é fazer coincidir os limites climáticos, ou de renda, com os limites espaciais do terceiro mundo. O foco é a *interseção dos conjuntos espaciais* – qualificado por Bernard Kayser (1981) como o *princípio dos conjuntos*. Cuba é ao mesmo tempo socialista, pertence ao conjunto dos países de clima tropical e àqueles dos Estados latino-americanos. Tal qual explica:

A adição, à palavra conjunto, do adjetivo *espacial* tem como função sublinhar que, nessa abordagem analítica, que salienta fundamentalmente um raciocínio geográfico, a maior atenção deve ser dada, sobre o mapa, ao traçado dos limites de diversos conjuntos levados em consideração, com a configuração particular de cada um deles⁶⁷⁰ (LACOSTE, 1980a, p.106)

Assim, por exemplo, um mapa climatológico, populacional ou sobre o PIB *per capita*, fornecem conhecimentos e representações parciais da realidade. Nesse caso, a climatologia, a demografia e a economia atuam como formas de enxergar o mundo. No entanto, o geógrafo não pode se contentar com essas representações, com esses conjuntos parciais para apreender a diversidade de superfícies do planeta. Logo, ele deve buscar saturar essas representações combinando-as. É dessa forma que ele se aproxima sucessivamente à captura da diversidade do terceiro mundo (FIGURAS 41, 42 e 43).

⁶⁷⁰ L'adjonction, au mot ensemble, de l'adjectif spatial a pour fonction de souligner que, dans cette démarche d'analyse qui relève fondamentalement du raisonnement géographique, la plus grande attention doit être accordée, sur la carte, au tracé des limites des divers ensembles pris en considération, à la configuration particulière de chacun d'eux.

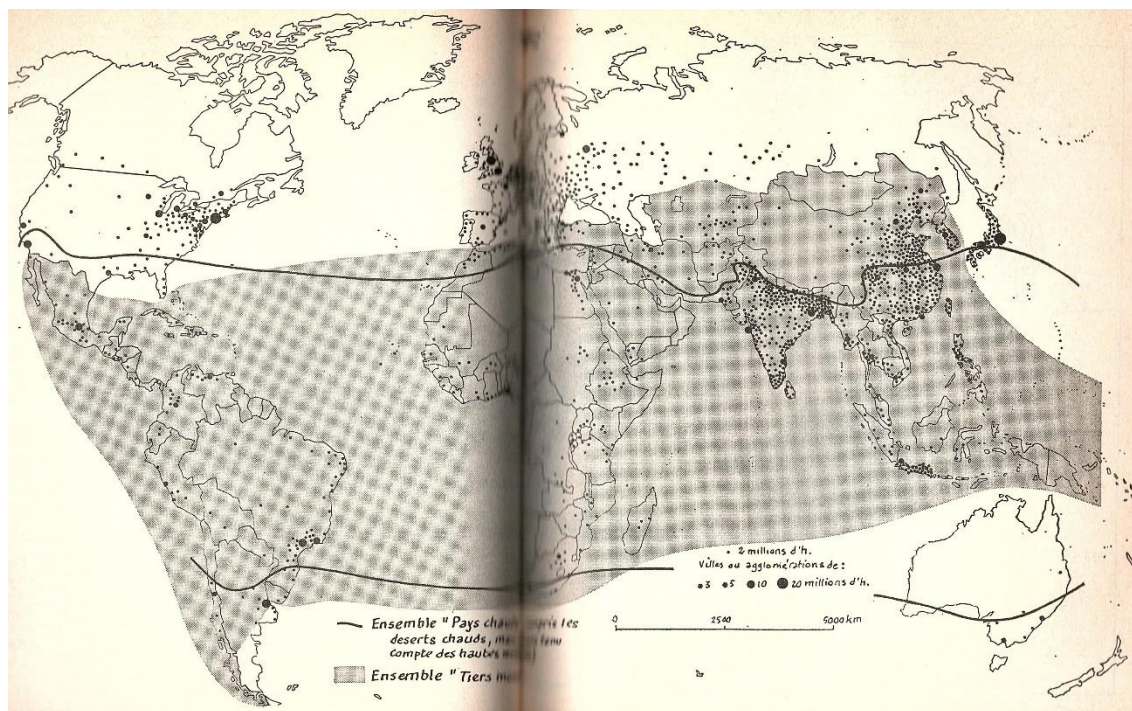


Figura 41: Interseção entre o conjunto do terceiro mundo e o conjunto dos países quentes. Fonte: LACOSTE, 1980a, p.100-101.

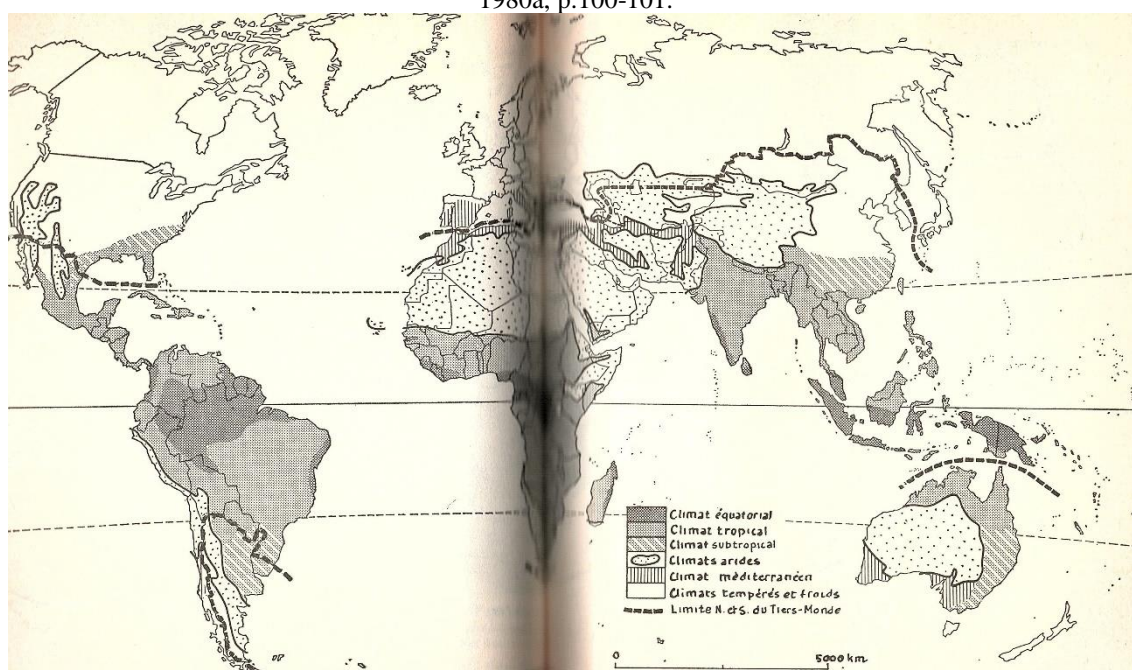


Figura 42: Divisão dos grandes conjuntos climáticos e suas interseções com o conjunto terceiro mundo. Fonte: LACOSTE, 1980a, p.102-103.

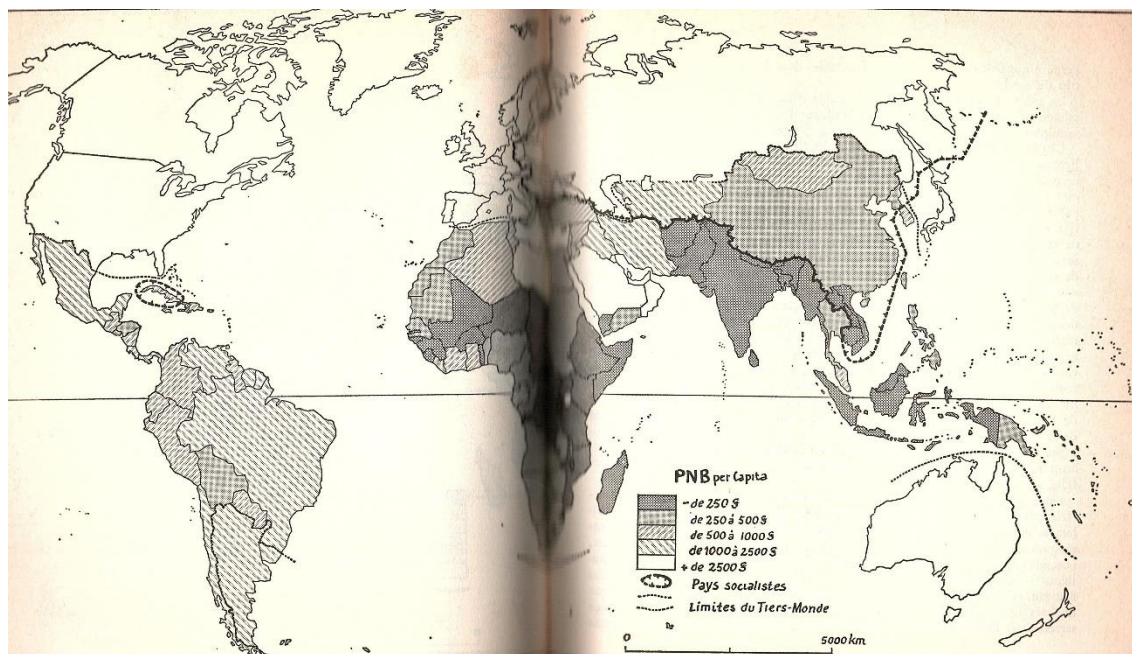


Figura 43: Conjunto dos Estados socialistas, interseção com o conjunto terceiro mundo e divisão por PNB *per capita*. Fonte: LACOSTE, 1980a, p.102-103.

A interseção dos conjuntos espaciais existe porque os contornos cartográficos dos diversos dados naturais e humanos, capturados pelas suas respectivas ciências, não são necessariamente coincidentes. *Verbi gratia*: o terceiro mundo excedia os limites dos países tropicais, da mesma forma que o conjunto de climas tropicais não coincide com os limites espaciais do terceiro mundo. Quando as coincidências aparecem é porque as interseções permitem uma visualização das mesmas. Destarte, no caso da Escola Francesa de Geografia, a região aparecia como uma coincidência de dados naturais (clima, geologia, relevo) e sociais (população, economia). Em vez de ser tratada como uma forma de apreender a diversidade e complexidade da superfície terrestre, a geografia dos professores erigiu o conceito de região enquanto tipo primordial de configuração espacial. Capturava, é verdade, uma parcela da diversidade espacial planetária. Mas, para isso, tinha que restringir o espaço de apreensão e produzir sucessivas monografias regionais para dar conta, por exemplo, da realidade nacional. Os países terminavam aparecendo como uma combinação de regiões, cada qual dotadas de sua individualidade ineliminável (climática, demográfica, econômica, geológica, histórica). Daí, para escapar da “região-obstáculo”, Yves Lacoste propõe as interseções – que podem (e devem) ser consideradas atravessando a grande escala (espaços restritos) e a pequena escala (amplos espaços). Esse movimento que transita entre o abstrato e o concreto, estende e restringe os conjuntos espaciais, é a característica epistemológica primordial do raciocínio geográfico. É dessa maneira que o inventário das diferenças espaciais pode ser capturado.

O método das interseções dos conjuntos espaciais é uma forma de captar os distintos níveis de representação das realidades naturais e sociais. O que é uma intuição – as realidades aparecem dissemelhantes conforme varia a escala – passa, na pena do geógrafo, a ser uma captação consciente. Os problemas que emergem nos grandes e pequenos espaços são apreendidos de uma maneira refletida – da mesma forma que as relações entre os problemas e as escalas são captadas conscientemente. Na esteira do que já havia escrito em *A Geografia* (1973), o assim chamado *problema das escalas* é refletido teoricamente enquanto o problema dos *diferentes espaços de conceitualização* (LACOSTE, 1980a).

O *problema das escalas* está ligado à questão das escolhas das escalas de redução para representar os mais diversos níveis das realidades: o globo, um continente, um Estado, uma cidade, e assim sucessivamente. Falar em *diferentes espaços de conceitualização* é estabelecer uma reflexão teórica sobre as escalas transformando-as em instrumentais que permitem apreender o que se passa em diversos pontos da superfície do globo. Além do mais, falar em grande e pequena escala pode resultar em mal-entendidos, pois as escalas são relativas:

De fato, em relação à um mapa de 1/10.000, um mapa em escala de 1/200 000 será considerado como um mapa de pequena escala, mas esse mesmo mapa de 1/200 000 será considerado como um mapa de grande escala comparado com um mapa de 1/10 000 000 [*dix-millionième*], e assim por diante⁶⁷¹ (LACOSTE, 1980a, p.114).

É nesse momento que o geógrafo vai lançar mão das lições do mestre Jean Tricart. Yves Lacoste havia sido aluno de Tricart quando este era assistente no *Institut de Géographie*. Em 1965 o famoso geomorfólogo francês publica *Principes et méthodes de la géomorphologie*. No livro II da obra, no capítulo intitulado *Les particularités du problème*, ele estabelece uma reflexão de cunho metodológico chamando a atenção para o problema das escalas temporo-espaciais. Reclama que o referido problema deveria ter sido objeto de análises metodológicas mais sistemáticas. Ainda, atribui essa ausência de análises ao atraso da Geografia – disciplina que opera com um empirismo demasiado e sem uma definição suficiente dos objetos e métodos.

Tricart anota, ademais, que a única tentativa feita nesse sentido foi realizada por ele mesmo e André Cailleux (1907-1986) num artigo intitulado *Le problème de la classification des faits géomorphologiques*, publicado nos *Annales de Géographie* em 1956. Ali, os autores fazem diversas observações sobre a escala e seus processos correlatos: (1) variação de importância dos mecanismos morfogenéticos; (2) a oposição dialética entre forças internas e

⁶⁷¹ En effet, par rapport à une carte au 1/10 000, une carte à l'échelle du 1/200 000 sera considérée comme carte à petite échelle, mais cette même carte au 1/200 000 sera considérée comme une carte à grande échelle en regard d'une carte au dix-millionième, et ainsi de suite.

forças externas assumindo diferentes aspectos; (3) a escala, do ponto de vista temporal, permite distinguir tendências gerais da evolução das oscilações; (4) consideram a escala enquanto um conceito metodológico importante teoricamente e com elevado significado prático; (5) torna possível interpretar corretamente as sobrevivências (no nível temporal) da mesma forma que torna capaz interpretar as distintas relações de força entre fatores antagonistas (no nível espacial); (6) queixam-se, ainda que a noção de escala ainda não tinha sido aplicada em geomorfologia e que por isso é bom repensar periodicamente os conceitos básicos (CAILLEUX; TRICART, 1956).

É só depois dessas observações que eles apresentam sua classificação taxonômica baseada em *ordens de grandeza*. Naquele momento, Cailleux e Tricart (1956) distinguem 7 ordens de grandeza: 1ª – as dimensões dessas unidades são expressas em milhares de quilômetros de comprimento e em milhões ou dezenas de milhões de quilômetros quadrados de área; É uma ordem de grandeza de 10^7 km²; 2ª – as dimensões são cerca de três a cinco vezes menores que as das unidades de primeiro tamanho para os comprimentos e cerca de dez vezes menores para as superfícies, ou seja, 10^6 km²; 3ª – unidades cuja superfície é da ordem da centena de milhares de km², ou seja, 10^5 km². 4ª – essas unidades geralmente têm algumas dezenas de milhares de quilômetros quadrados (10^4 km²); 5ª – essa grandeza corresponde à dimensões de alguns milhares de quilômetros quadrados (10^3 km²); 6ª – corresponde a superfícies da ordem da centena de km² (10^2 km²); finalmente, 7ª – grandeza com alguns quilômetros de comprimento, ou seja, com uma superfície de 10 km². Em *Principes et méthodes de la géomorphologie*, o geomorfólogo francês retoma essa classificação e adiciona uma *oitava ordem de grandeza*: aquela que agrupa diversas escalas e recebe o nome de *microscópicas* – posto que a “observação não pode ser feita diretamente com nossos sentidos e devemos recorrer a dispositivos ópticos⁶⁷²” (TRICART, 1965, p.90).

Ora, é justamente nos termos de Tricart (e Cailleux) que Yves Lacoste (1980a) estabelece sua classificação – retomada da sua *magnum opus*, agora com exemplos para melhor ilustração do argumento. Vejamos.

Primeira ordem de grandeza: os complexos espaciais cuja maior dimensão é medida *em dezenas de milhares de quilômetros*. Exemplos: os continentes, os oceanos, os Andes, as Montanhas Rochosas, a zona tropical, a URSS, o terceiro mundo. Essa ordem de grandeza é representada no planisfério com uma escala variando de 1/10.000.000 [*dix-millionième*] a 1/100.000.000 [*cent-millionième*].

⁶⁷² L'observation ne peut se faire directement avec nos sens et nous devons recourir à des appareils optiques.

Segunda ordem de grandeza: os conjuntos cujas dimensões se medem *em milhares de quilômetros*: o escudo geológico do Brasil, o mar Mediterrâneo, a bacia hidrográfica amazônica, os países muçulmanos, o Saara, países tais quais os EUA, Canada e China. A escala da representação conveniente varia de um 1/1.000.000 [*millionième*] a 1/10.000.000 [*dix-millionième*].

Terceira ordem de grandeza: os conjuntos cujas dimensões se medem *em centenas de quilômetros*: a bacia sedimentar parisiense, os Alpes, etc. A escala da representação conveniente varia de 1/500.000 a 1/1.000.000.

Quarta ordem de grandeza: os conjuntos cujas dimensões se medem *em dezenas de quilômetros*: a grande aglomeração urbana de Paris, por exemplo. As configurações desses conjuntos se estudam sobre mapas que variam de 1/50.000 a 1/200.000.

Quinta ordem de grandeza: conjuntos cujas dimensões se medem *em quilômetros*: uma cidade grande, o *terroir* de uma vila, uma floresta, um lago, um bairro no seio de uma grande aglomeração, um grande estabelecimento industrial ou portuário. As configurações desses conjuntos são examinadas sobre mapas cuja escala varia de 1/20.000 a 1/50.000.

Sexta ordem de grandeza: os conjuntos cujas dimensões se medem *em centenas de metros*: formas de modelado do terreno, fundo de vale, ravinas, barra rochosa [*barre rocheuse*], ilhotas urbanas, pequenas localidades, “distritos” de um *terroir* agrícola, etc. As escalas variam de 1/1.000 a 1/10.000.

Sétima ordem de grandeza: os conjuntos cujas dimensões se medem *em dezenas de metros*: quarteirões [*pâtés de maisons*], grandes edifícios, uma aldeia, um bosque.

Oitava ordem de grandeza: os inúmeros conjuntos cujas dimensões se medem *em metros*: ravinamentos sobre uma vertente, o plano dos edifícios de uma exploração agrícola, etc.

Embora considere esse tipo de classificação muito mais eficaz e preciso que as alusões à grande e pequena escala, o geógrafo não as revoga e elucida que pequena escala são as ordens de grandeza 1, 2 e 3, ao passo que grande escala são consideradas as ordens 4, 5 e 6. Yves Lacoste (1980a, p.116) está atento que esse tipo de categorização “pode parecer um pouco formal⁶⁷³”. Sem embargo, para ele, trata-se de uma ferramenta conceitual eficaz para pensar melhor o espaço. E não titubeou em comparar essa distinção em ordens de grandeza aos diferentes tempos da história de Braudel. Ele chegou mesmo a sugerir aos historiadores diferentes ordens de grandeza do tempo da geologia e da história.

⁶⁷³ [...] peut paraître quelque peu formelle.

Yves Lacoste também oscila. Se, em outra passagem de *Unité et diversité du tiers monde*, ele defende que as interseções dos conjuntos espaciais é o método que dá conta da diversidade do terceiro mundo, em outro momento grafa “dois métodos de análise espacial⁶⁷⁴”: (1) a distinção sistemática dos diferentes níveis de análise conforme as ordens de grandeza; e (2) nos níveis de análise, o exame sistemático das interseções entre os contornos dos diversos conjuntos espaciais na realidade (LACOSTE, 1980a, p.160). Da forma como exposto, fica parecendo que as interseções servem para capturar a diversidade do terceiro mundo e que sua combinação com os níveis de análise presta-se aos desígnios da análise espacial. A situação fica mais complexa ainda quando pensamos no caso do Vietnã quando o geógrafo em tela emprega o termo nível de análise também no sentido geográfico (dimensões topográfica, hidráulica e populacional). Pode-se sugerir que, se Lacoste tivesse recorrido à palavra *démarche* a situação se tornaria menos complexa pois ele poderia ter subsumido: (I) *análise em diferentes escalas* (cartográficas); (II) os *diferentes níveis* (geográficos) *de análise espacial* e (III) as *diferentes ordens de grandeza* dos objetos geográficos (extensão).

Na representação do diagrama o espaço aparece laminado, vez que o pensamento distingue planos de interseção e espaços de conceitualização. Quanto menor o tamanho dos conjuntos maior a diversidade dos mesmos. Logo os níveis de análise das interseções dos diversos conjuntos espaciais estão em correlação direta com as ordens de grandeza. Se cabe ao geógrafo saber-pensar o espaço, o caminho para tal tarefa é a consideração das relações entre os níveis de interseções de conjuntos de ordens de grandeza distintos. Para Yves Lacoste, se a escala muda, o fenômeno – a porção da realidade – muda também.

Essa atenção que o geógrafo em tela dispensa aos níveis e as relações entre eles não deixa de ser uma manifestação da influência da *Teoria Geral dos Sistemas* de Ludwig von Bertalanffy (1901-1972): “As análises sistêmicas também tentam explicar as relações entre sistemas de dimensões muito diferentes⁶⁷⁵” (LACOSTE, 1980a, p.164). Tais análises distinguiriam “diferentes estratos da realidade⁶⁷⁶” conforme uma certa “ordem hierárquica⁶⁷⁷”. Consoante Bertalanffy (1968, p.27), o conceito de ordem hierárquica era fundamental na teoria geral dos sistemas por várias razões: (1) “Atualmente” – escreve o biólogo austríaco – o universo era visto “como uma tremenda hierarquia, de partículas elementares a núcleos

⁶⁷⁴ [...] deux méthodes d'analyse spatiale

⁶⁷⁵ Les analyses systémiques s'efforcent, elles aussi, de rendre compte des rapports entre des systèmes de dimensions très dissemblables [...]

⁶⁷⁶ Différentes strates de la réalité

⁶⁷⁷ Ordre hiérarchique

atômicos⁶⁷⁸”, passando por átomos, moléculas, células, organismos, além de organizações supra-individuais; (2) era um esteio da teoria geral dos sistemas; (3) aplicabilidade aos sistemas socioculturais; (4) característica da organização seja de um ser vivo ou de uma sociedade; (5) traduzia uma superposição de sistemas; (6) aparecia em várias disciplinas; (7) fundamentava uma concepção moderna de realidade.

Ora, se pensarmos bem, fica claro porque Yves Lacoste se apoiou em maior ou menor medida em Ludwig von Bertalanffy. Desde o pós-Segunda Grande Guerra, o desenvolvimento da *New Geography*, da *Géographie appliquée*, apontava a tendência dos estudos geográficos para uma especialização cada vez maior. Num certo sentido, isso implicava a formação de geógrafos cada vez mais especializados numa área da própria ciência: climatólogos, geomorfólogos, demogeógrafos, entre outros. Quanto mais se reduzia a área de atuação, mais detalhados eram os conhecimentos e raciocínios correlatos sobre determinados objetos geográficos (população, relevo, clima, etc.). Contra isso, que colocava a unidade da Geografia sob o fio da espada, a teoria dos sistemas contribuía para o combate na medida em que salientava a importância da concatenação dos fatos, da relação entre as diferentes camadas do real, do sentido de ordem. Se a geografia era um saber voltado para a análise espacial, a teoria geral dos sistemas fornecia aportes que tornavam tal análise possível a partir de um método que conseguisse capturar os níveis, as ordens, os conjuntos, as interseções, as diferenças, as interconexões. Daí porque Bernard Kayser (1981) considerou que a abordagem sistêmica, ao lado das abordagens política e histórica, formavam o fio condutor da obra lacosteana em foco.

Conquanto reconheça a importância da análise sistêmica, o geógrafo não está satisfeito pois ela não considera os sistemas enquanto tais, mas as características de cada um deles e de suas múltiplas combinações. Aqui o geógrafo parece tratar sistema e conjunto praticamente como sinônimos. Se a teoria geral dos sistemas focalizava nas características dos mesmos, isso não poderia ocorrer na teoria dos conjuntos espaciais (Geografia). A análise sistêmica centra-se nos caracteres ao passo que a análise geográfica estuda os sistemas, os conjuntos, pelo prisma das manifestações e combinações espaciais (LACOSTE, 1980a). Exemplificando, não basta focalizar no crescimento demográfico ou no PIB para compreender o terceiro mundo. É preciso compreendê-lo considerando essas características e vendo como um conjunto, um todo estruturado arriscamo-nos.

⁶⁷⁸ We presently “see” the universe as a tremendous hierarchy, from elementary particles to atomic nuclei, to atoms, molecules, high-molecular compounds, to the wealth of structures (electron and light-microscopic) between molecules and cells (Weiss, 1962b), to cells, organisms and beyond to supra-individual organizations.

Uma “verdadeira análise sistêmica⁶⁷⁹”, capaz de basear o raciocínio geográfico deve atentar para o que o geógrafo chama de *sobredeterminação*. Esse conceito pode ser traduzido como a influência que as interseções de conjuntos maiores exercem em conjuntos espaciais menores em suas características, funcionamento e organização. Se existe *sobredeterminação*, existe também *diferentes níveis de sobredeterminação*. Aqui ele apressa-se em não identificar esse conceito com a noção de *sobredeterminação* althusseriana – a preponderância do econômico. Por isso ele recupera a etimologia da palavra determinar e o seu sentido espacial: “marcar os limites⁶⁸⁰” (LACOSTE, 1980a, p.169). Marcar os limites é estabelecer a área de influência de um determinado fator (seja ele natural ou social), o nível de atuação do mesmo e levar em conta as interações que ocorrem. Então, a título de ilustração, o impacto da Revolução Russa foi – a princípio – nacional. O triunfo da URSS dilata mais ainda a área de influência do movimento revolucionário para as escalas continental e internacional/mundial. Assim, a referência aos diferentes níveis de *sobredeterminação* torna possível que o raciocínio geográfico avance, pois confere maior eficiência à *abordagem comparativa* e um rigor maior na seleção dos exemplos “que ilustram o raciocínio de *geografia geral*” (LACOSTE, 1980a, p.170).

Destarte, a escolha dos casos⁶⁸¹ analisados na *thèse* referenciou-se seja pelas crises localizadas que esses territórios experimentaram, pelas operações de desenvolvimento levadas a cabo – como no caso de Alto Volta – ou ainda da dimensão pessoal implicada. Em cada território analisado, Yves Lacoste experienciou a diversidade do terceiro mundo e ele próprio reconhece que o leque de casos poderia ser maior – numa clara alusão às suas pesquisas na Índia e no Afeganistão. Lacoste poderia ter se dedicado a qualquer um dos estudos de caso. Ele argumenta que foram as circunstâncias e as condições políticas dos países que tornaram quase impossível uma pesquisa de maior fôlego e tempo num dos Estados selecionados (LACOSTE, 1980a).

Se por “circunstâncias” o geógrafo entende – como defendemos – as atividades de docência, pesquisas, trabalhos de campo e a própria revista *Hérodote*, ele está completamente correto. No que tange às condições políticas dos países é preciso matizar. Alto Volta enfrentava severa crise política na Segunda República (1966-1980); o Vietnã estava saindo de uma guerra de extermínio contra os EUA e ainda tiveram conflitos com o Camboja e a China. Talvez onde o geógrafo conseguisse maior tranquilidade fosse em Cuba e na própria Argélia.

⁶⁷⁹ Véritable analyse systémique

⁶⁸⁰ Marquer les limites

⁶⁸¹ O vale do Volta Branco em *Alto Volta*; a província de *Thaï-Binh* no Vietnã do Norte; *Sierra Maestra* e a planícies vizinhas na província de Oriente em Cuba; e a *Grande Cabília* na Argélia. Como escrevemos anteriormente, nos concentraremos no caso argelino haja vista os outros já terem sido considerados.

Logo, existe uma justa medida entre condições políticas e escolhas pessoais. Mas esta última parece ter tido um peso maior. Além disso, focar em quatro situações permitia à Yves Lacoste compará-las lançando mão, portanto, de um método primordial da Geografia. Alto Volta ilustra os *terroirs* africanos coletivos – especialmente os da zona da savana – no qual as longas culturas de pousio não se aventuram nos vales insalubres; O Vietnã exemplificava as regiões de agricultura inundada no fortemente povoado Extremo Oriente; Cuba demonstrava a disputa pela terra entre as grandes propriedades e os minifúndios.

O caso da Grande Cabília servia para analisar um tema importante para os geógrafos: relações planície/montanha no meio mediterrâneo. A originalidade mediterrânica da Argélia era uma camada a mais na comparação/diferenciação daquela situação observada em *Sierra Maestra*. Se no caso de Cuba tratava-se de interrogar porque a montanha havia se tornado o foco da revolução, no caso argelino a pergunta era porque a Grande Cabília se tornou o bastião da insurreição. Analisemos.

III – Relações planície-montanha na Grande Cabília: retomando argumentos de *Ibn Khaldun*. A insurreição cabila, a questão das terras e a emigração

Yves Lacoste começa explicando que a Grande Cabília (FIGURA 44) é uma montanha fortemente povoada – contando à época (1980) perto de um milhão de pessoas. Junto com as montanhas do Aurés, foi o berço do movimento nacional e foco da guerra de libertação contra o regime francês entre 1954 e 1962. Foi na Cabília, lembra Lacoste que ocorreu o *Congrès de la Soummam* em agosto de 1956. O referido Congresso reuniu os chefes da insurreição argelina, com destaque para Mohamed Larbi Ben M’hidi (1923-1957) e Abane Ramdane (1920-1957). Políticos e militares revolucionários assentaram as bases da luta e integraram o Conselho Nacional da Revolução Argelina (CNRA) – que dava a direção política do movimento – e o “Comitê de Coordenação e Execução (CCE)”, explica Yazbek (2010 [2008], p.43). O geógrafo observa a importância desse Congresso em aplicar à toda Argélia as estruturas territoriais – a exemplo das *wilayas*⁶⁸² e *dairas*⁶⁸³ – e a formas de organização militar que se constituíram na Cabília.

⁶⁸² Espécie de província. Em *L'état du Maghreb* é definida como região administrativa (LACOSTE-DUJARDIN; LACOSTE, 1991, p.553).

⁶⁸³ Distritos.

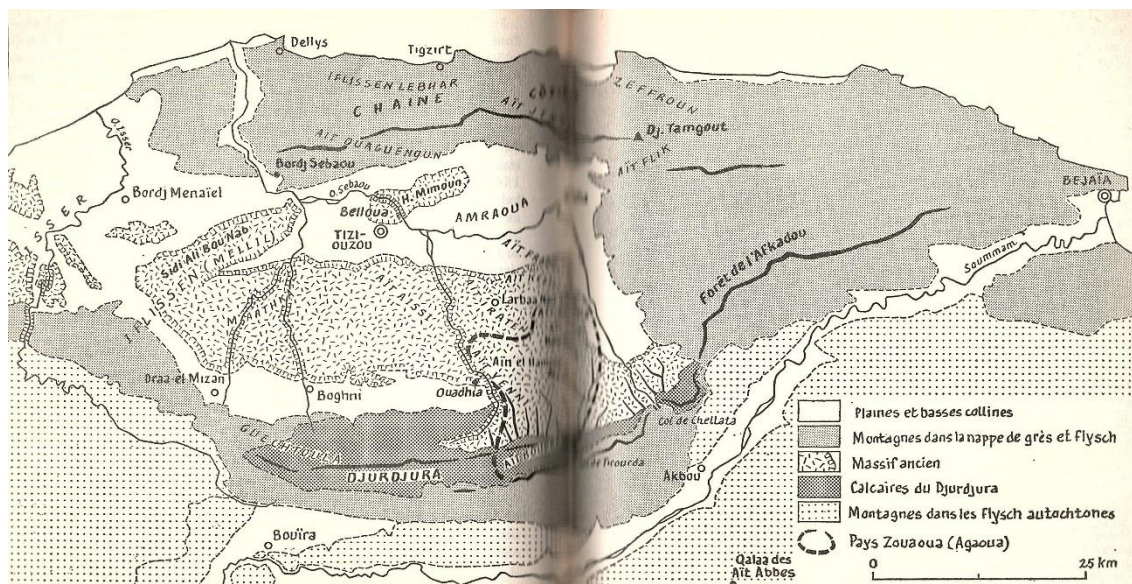


Figura 44: Aspectos geomorfológicos da Grande Cabília. Fonte: LACOSTE, 1980c, p.118-119.

O contraste entre o povoamento das planícies e montanhas aparecia na literatura geográfica ligado à evolução das populações magrebinas. Um geógrafo se destacava nessa seara: Emile-Félix Gautier e sua obra *L'Islamisation de l'Afrique du Nord. Les siècles obscurs du Maghreb*. Aqui Yves Lacoste vai retomar as observações feitas em *Ibn Khaldun*. O argumento de Gautier era o seguinte: estabeleceu um contraste geográfico entre as montanhas⁶⁸⁴ povoadas e as planícies⁶⁸⁵ vazias. Esse contraste, também evocado nalguma medida por Charles-André Julien, teria se originado na Idade Média, quando a população das planícies – os Berberes – teriam sido caçados pela invasão de árabes nômades. Como resultado, os berberes teriam sido obrigados a se refugiar nas montanhas. Lacoste observa que essa tese é falsa e, além disso, desnuda a oposição sistemática/maniqueísta que vai se efetivar entre os gêneros de vida dos nômades e dos sedentários. O nômade, visto como um destruidor, é o árabe. O sedentário – que tem casa, pátria e terra – é o cabila. Num contexto colonial, embora a Argélia não fosse formalmente uma colônia da França, os franceses apareciam como aliados naturais dos cabilas face aos árabes. Em resumo, tratava-se de operar uma oposição entre árabes e cabilas para melhor dividi-los e imperar sobre o território argelino. Gautier buscava outorgar evidências geográficas para essa empreitada e procurava assentar-se na obra de Ibn Khaldun – o que desagradava sobejamente Yves Lacoste tal qual vimos no capítulo 2.

Destarte, o contraste planície-montanha deve ser lido não como uma oposição entre gêneros de vida, mas sim traduzindo as relações contraditórias entre o *bled maghzen* e o *bled*

⁶⁸⁴ Rife, Alto Atlas ocidental, a Cabília.

⁶⁸⁵ Ao sul da cordilheira do Djurdjura, o entorno de Bouïra, a *wilaya* de Tizi Ouzou, planícies do Sebaou, de Dra-el-Mizan, Soummam.

siba. O *maghzen*, a área onde se exerce o poder do Estado, opõe-se ao *siba* – no qual as tribos são capazes de recusar o pagamento de impostos. Ora, o *bled siba* era o domínio formado principalmente pelas regiões montanhosas pois elas são mais difíceis de controlar. Cabe destacar que essas categorias estão em movimento: quando o poder do Estado se decompõe o *bled siba* avança, ao passo que o fortalecimento do *maghzen* faz enfraquecer os domínios onde as tribos abominam os tributos.

Se em pequena escala era reforçada a oposição entre planície e montanha, a relação não era a mesma em grande escala. Ou seja, na própria Grande Cabília existiam planícies que não estavam vazias, embora fossem fracamente povoadas. Vários fatores explicam esse povoamento fraco. Primeiramente, antes da conquista francesa – portanto sob o domínio do império otomano – as planícies eram campos de cultura e combate para os “montanheses⁶⁸⁶” (LACOSTE, 1980c, p.124). O geógrafo anota que a literatura oral, poemas, relatos, contos, conferem grande importância às duas atividades sociais praticadas por excelência nas planícies: “a guerra e as lavouras⁶⁸⁷” (LACOSTE, 1980c, p.130). No que tange ao aspecto metodológico, é possível dizer que Camille Lacoste-Dujardin o auxiliou na compreensão dessa relação. Ela era especialista na cultura cabila, tal qual atestou Pierre-Robert Baduel (2016) – que foi aluno de Dujardin (GIBLIN, 2016a). E Yves Lacoste cita o trabalho *Azagar-Adrar: plaine-montagne*, da referida etnóloga. “Os contos evocam essa dualidade guerreira da significação da planície para os cabila⁶⁸⁸” (LACOSTE, 1980c, p.131). E é quando chega o momento das lavouras e das colheitas que os habitantes das montanhas descem armados para as planícies. Esse momento não deixa de ser bélico pois existem rivalidades entre as tribos berberes – a exemplo dos Amraoua e dos Aït Jennad.

Em segundo lugar, embora as planícies sejam um espaço repleto de potencialidades agrícolas, a Cabília se destacava pelo comércio e pelas suas manufaturas. A título de ilustração, “as tribos *zouaoua* – centro industrial e mercantil da Cabília – dificilmente tinham terras na planície” (LACOSTE, 1980c, p.151). Podem ser listados como exemplos de manufaturas: espingardas, punhais, picaretas, arados, linhos, ourivesaria, canhões, fabrico de óleo, sabão, preparação de couros, tintura de lã, tecelagem, cobertores, telas de linho e seda, cerâmica de todos os tipos, metalurgia. Ademais, como atesta Camille Lacoste-Dujardin (1992), a Cabília era, habitualmente, o ponto de partida de comerciantes que vendiam os produtos manufaturados

⁶⁸⁶ Montagnards.

⁶⁸⁷ [...] la guerre et les labours.

⁶⁸⁸ Les contes évoquent cette dualité guerrière et agricole de la signification de la plaine pour les Kabyles [...].

e outros comercializados a retalho nas cidades. A traficância⁶⁸⁹, explica a etnóloga, era a atividade comercial cujos lucros resultavam maiores e se estendia por toda Argélia – da cordilheira do Tell até o deserto do Saara – até os países vizinhos. As viagens podiam durar meses ou anos. Essas atividades de comércio itinerantes “podiam render até quarenta ou mesmo cinquenta vezes o seu capital inicial⁶⁹⁰” (LACOSTE-DUJARDIN, 1992, p.70) Após a conquista francesa, a metrópole restringiu a fabricação de armas de fogo e pólvora. Consequentemente as manufaturas e os serviços de mascate começam a declinar no fim do século XIX.

Terceiro: a Grande Cabília era um *pays de siba* – por oposição ao *pays de maghzen*. Isso conduz os cabilas a recusarem participar na luta de Abd El-Kader na constituição de um Estado argelino. Como seqüela, a Cabília será conquistada em 1857 – ainda que após duras batalhas. “A conquista de 1857 não perturbou as condições tradicionais de utilização das planícies pelas tribos cabilas, cujos direitos e costumes foram reconhecidos e em princípio garantidos⁶⁹¹” (LACOSTE, 1980c, p.139-140). Todavia, as autoridades coloniais começaram a pesquisar e delimitar as propriedades privadas (*melk*) e coletivas (*arch*) no intuito de beneficiar os futuros colonos. Como vemos, são vários os fatores que explicam o fraco povoamento das planícies na Grande Cabília.

Após a conquista, a situação na Argélia francesa era de pobreza, fome, secas e epidemias – a exemplo da malária. Na esteira da derrota da França para a Prússia, os colonos tomam o poder em Argel. Consequentemente, em fevereiro de 1871 uma insurreição tem lugar na Cabília “reunindo cerca de 250 grupos etnoculturais, ou seja, quase um terço da população argelina” (HERNANDEZ, 2008 [2005], p. 466).

Lacoste explica que, no essencial, não foi a espoliação das terras da planície a raiz fundante da revolta, mas sim causas políticas. A insurreição cabila foi fomentada por Cheikh al-Haddad, chefe da “confraria religiosa da Rhamaniya” e, na região de Constantina, por Sheikh Mohamed El-Mokrani (LACOSTE, 2006a, p.233). De acordo com o geógrafo, Ahmed El-Mokrani – pai de Mohamed – tinha ajudado na “conquista de Constantina”⁶⁹² em 1838 (LACOSTE, 1980c, p.140). Por conseguinte, as autoridades francesas lhe cederam um território em Medjana, espoliando um grande número camponeses e pastores

Mohamed El-Mokrani serviu com zelo as autoridades coloniais e seu papel foi tão destacado que chegou a ser recebido com festas por Napoleão III no castelo de Compiègne. Em

⁶⁸⁹ Maquignonnage.

⁶⁹⁰ [...] pouvaient rapporter jusqu'à quarante ou même cinquante fois leur capital de départ.

⁶⁹¹ [...] la conquête de 1857 n'avait pas bouleversé les conditions traditionnelle d'utilisation des plaines par les tribus kabyles dont les droits et les coutumes furent reconnus et en principe garantis.

⁶⁹² La conquête du Constantinois.

1869, Patrice de Mac Mahon (1808-1893) – então governador geral da Argélia (1864-1870) – solicitou de El-Mokrani um empréstimo que tinha como fito ajudar a população de Constantina atingida pela fome. De acordo com Mohammed Brahim Salhi (2014), a fome de 1866-1868 dizimou cerca de 500 mil pessoas – cabilas e argelinos – e Mokrani pagou com fundos particulares a compra de sementes. Mac Mahon havia garantido que o Estado francês o reembolsaria. Contudo, com a guerra franco-prussiana, Mac Mahon volta para sua pátria e Mokrani temeu não poder mais recuperar a importância emprestada. “Em seguida, um conjunto de notícias e circunstâncias provocou a aceleração dos acontecimentos e a insurreição tomou uma grande amplitude nas planícies de Constantina⁶⁹³” (LACOSTE, 2010b, p.315). São esses eventos que explicam como um cúmplice do poder colonial se transforma em líder da insurreição cabila.

As tribos desceram para as planícies com o intuito de massacrar os colonos que ali se implantaram. A insurreição terminou por ser vencida pelas forças armadas da França. Marc Ferro (2005c [2003], p.586) anota que “54 mil hectares de terras” foram confiscados dos revoltosos para ali colonos se instalarem; e os revoltosos tiveram que pagar uma multa de “64.000.000 de francos-ouro”⁶⁹⁴. Essas cifras variam. Conforme André Nouschi (1960, p.379), as tribos de Constantina pagaram “mais de 29 milhões de francos-ouro em dinheiro e abandonam 568.817 hectares⁶⁹⁵”.

Embora o imposto de guerra, as tribos cabilas e os nobres conseguirão comprar gradualmente terras confiscadas. Por dois fatores. Em primeiro lugar, antes da conquista colonial, havia mais propriedades privadas (*melk*) do que propriedades coletivas (*arch*) na Cabília. Isso era uma originalidade dessa região posto que na maior parte da Argélia as terras onde se cultivam os cereais e as pastagens eram coletivas. O que estava sujeito à apropriação privada eram as árvores frutíferas e os jardins irrigados. Depois da insurreição de 1871, as terras sequestradas foram distinguidas entre aquelas que anteriormente eram *arch* e aquelas que eram *melk*. Com isso, abria-se mais ainda o flanco para a aquisição privada de terras – terminando por acentuar a tendência de privatização das terras coletivas.

Em segundo lugar, a Terceira República buscou renovar as boas relações com os cabilas, haja vista a tese do alinhamento natural com os franceses e sua oposição aos nômades árabes

⁶⁹³ Ensuite un concours de nouvelles et de circonstances provoqua l'accélération des événements et l'insurrection prit une grande ampleur dans les plaines du Constantinois.

⁶⁹⁴ Les fueron arrebatadas 54.000 hectáreas de tierras y hubieron de pagar una multa de 64.000.000 de francos-ouro.

⁶⁹⁵ Les tribos constantinoises versent ainsi plus de 29 millions de francs-or en numéraire et abandonnent 58.817 hectares dont la plus grande partie est composée de terres fertiles.

(LACOSTE, 2007). O geógrafo grafa que desde 1840 a ideia de vários militares e altos funcionários era se apoiar sobre os cabilas contra os árabes. Não é à toa que são entre os militares que a teoria e a estratégia de oposição encontram o maior número de adeptos. E aqui Lacoste realiza uma *distinção interna*, no sistema colonial, entre os colonos e os militares.

Os colonos não tem preocupações históricas e seu racismo considera que todos os nativos são selvagens. Já os militares pelo menos ouviram falar de Ibn Khaldun. São eles os artífices, pela pena de William McGuckin de Slane, das traduções de *Prolegomènes* e *Histoire des Berbères* de Khaldun. Além disso, as pesquisas etnológicas são feitas em sua maioria por militares: capitão Carette, general Daumas, tenente-coronel Lapène, general Hanoteau. Em todo caso, essa política cabila – apoiar-se nas tribos contra os árabes – freia a expansão dos colonos europeus – pelo menos de 1857 a 1871 – nas planícies da Grande Cabília. Centros de colonização agrícola foram criados somente em Dra-el-Mizan e Tizi Ouzou (FIGURA 45). Sem embargo, foram nesses territórios que a insurreição foi mais grave, os combates mais rudes e as consequências da derrota de 1871 mais limitadas (LACOSTE, 1980c).

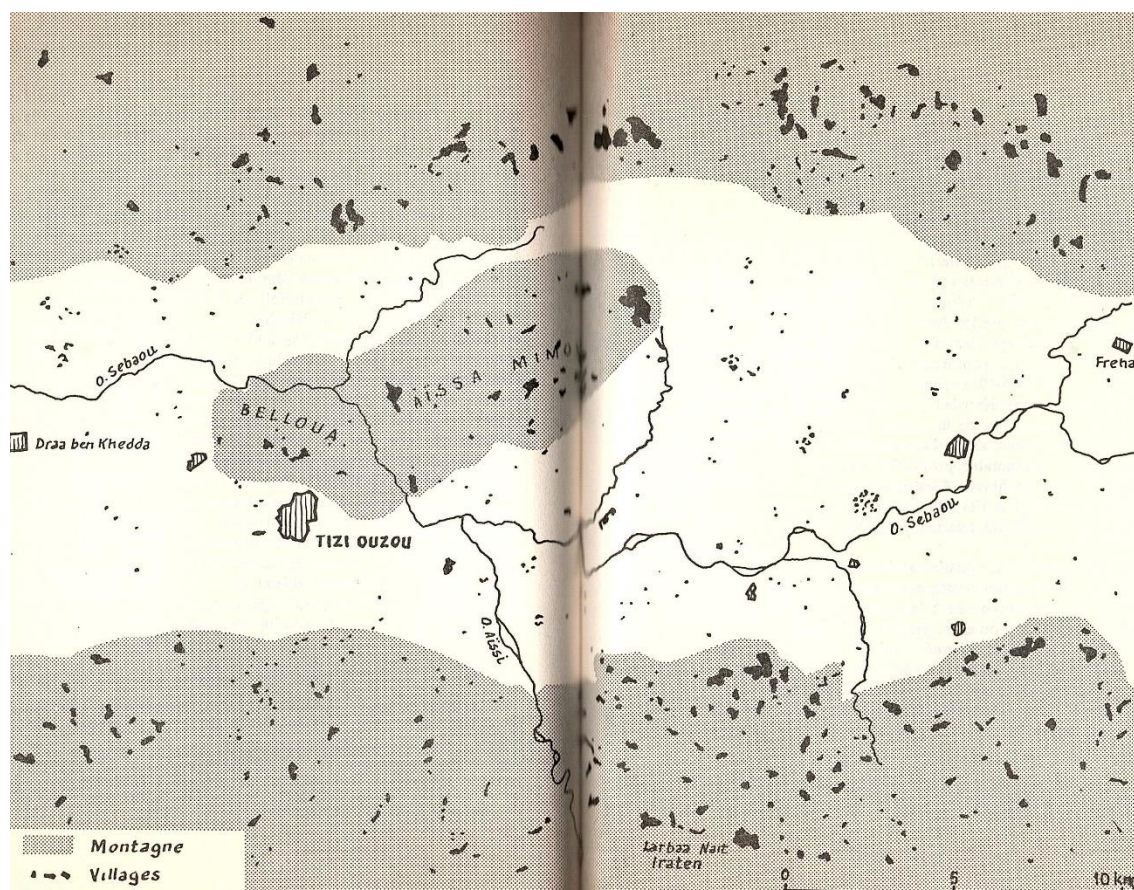


Figura 45: Tizi Ouzou no vale do rio Sebaou. É possível observar diversas aldeias nas regiões montanhosas. Fonte: LACOSTE, 1980c, p.128-129.

Tizi Ouzou situa-se no vale do oued Sebaou. Ocupa uma passagem (daí o seu nome) e está rodeada de montanhas. A cidade foi construída a uma altitude de 200 m e estende-se ao pé do monte Sidi Belloua, ao qual se apoia uma parte da cidade velha, dita a Alta Cidade. Este maciço leva o seu nome do santo epônimo Sidi Belloua e culmina em mais de 600 m. As aldeias de Redjaouna n'El Bor e Redjaouna n'Tacht, ambas ligadas à comuna de Tizi Ouzou, estão localizadas no alto do monte Sidi Belloua.

Na Baixa Cabília, próximo de Argel, e na Grande Cabília vão ser criadas várias aldeias de colonização. Contudo, diversos colonos não queriam se instalar nessas regiões. O geógrafo conta que entre 1875-1880, o total de 817 colonos se reduziu para 337 em 1901 e, após um novo aporte populacional, subiu para 542. A valorização das terras também enfrentava problemas: dos 36.473 hectares confiscados, somente 11.600 foram desenvolvidos com cereais, pastagens e viticultura – 850 hectares nesse último caso (LACOSTE, 1980c). O declínio das aldeias de colonização continuou após o período de 1901.

O que explica essa situação? Além da compra de terras pelos cabilas, o sentimento de insegurança dos colonos – cuja memória alcançava os massacres de Palestro e de Tizi-Ouzou – materializados na forma de roubos (gado, colheitas), incêndios de fazendas, destruição de árvores, ataques a mão armada, etc. A grande Cabília era a expressão territorial, para muitos colonos, do sentimento de insegurança. Dentre os bandidos, um se destacava durante o primeiro lustro de 1890: Areski el Bachir (1857-1895). Além de Lacoste, Déjeux (1991) nos ajuda a entender a brevidade da vida do assim chamado bandido. Bachir foi a consequência de um descontentamento, da violação da justiça e da proteção de pessoas desonestas pela administração colonial. Não se tratava de um bandido vulgar, ou mesmo de um bandido sem adjetivos: ele era um rebelde cujos crimes eram políticos. E também era um justiceiro implacável nas montanhas que liderava. O sentimento de insegurança personificava-se em Bachir cuja atuação implicou verdadeiras operações militares. Conforme o geógrafo, esse banditismo de grande envergadura será retomado em dois momentos: (1) em 1915-1916, um ano depois dos europeus passarem “a possuir cerca de um terço da terra cultivada” (HERNANDEZ, 2008 [2005], p.466); e (2) no início dos anos 1950 (LACOSTE, 1980c).

Após a consolidação da conquista, a França buscou afrancesar⁶⁹⁶ a Cabília ao mesmo tempo em que se desenvolvia uma emigração. Um dos artífices desse afrancesamento foi o general francês – e uma das fontes de pesquisa do geógrafo em tela – Adolphe Hanoteau (1814-1897). Esse estudioso dos cabilas propôs o afrancesamento através da criação de escolas

⁶⁹⁶ Francisation

comunais e a marginalização do ensino dos *zaouias*⁶⁹⁷. Essa empreitada também contou com apoio do bispo de Argel, cardeal Lavigerie, que abriu escolas cristãs. No entanto, os cabilas e os políticos franceses anticlericais resistiram à essa iniciativa. É importante destacar que esse afrancesamento não tinha nada a ver com a manutenção de uma política de manutenção da cultura berbere, tal qual acusavam os árabes, mas sim de assimilação cultural francesa.

O primeiro ministro da França, Jules Ferry (1832-1893), apoiou diretamente a implantação de instituições de ensino na Grande Cabília – malgrado a oposição dos colonos que buscaram sabotar a aplicação das leis que tornavam obrigatório, gratuito e laico o ensino primário (as leis Jules Ferry). Lacoste (1980c, p.155) calcula que, em 1888, das 75 escolas nativas que haviam na Argélia a metade estava na Cabília. Para facilitar a conquista de um emprego na França, deve-se aprender o francês. Dessas escolas vão sair a maior parte dos futuros professores da escola normal de Bouzarea, perto de Argel: “50% de seus professores-alunos de 1883 a 1939 vieram da Grande Cabília⁶⁹⁸”. A título de ilustração, em 1932, em Tizi-Ouzou havia uma escola para 2100 habitantes, ao passo que em Argel havia uma escola para 38.000 habitantes.

Essa emigração tinha duas direções: (I) a planície de Mitidja, nos arredores de Argel; e (II) a própria França. O caso de Mitidja é curioso porque os cabilas compravam as terras colocadas à venda justamente pelo fracasso relativo da colonização. Ali praticavam a viticultura pois a indústria vinícola francesa foi arruinada pela crise de filoxera⁶⁹⁹. É importante destacar que os cabilas também foram bastante apreciados em matéria de construção civil em Argel. Quem atesta essa informação é Camille Lacoste-Dujardin (1992). A capital da Argélia foi em larga medida erguida pelos cabilas e, por isso mesmo, é a maior cidade cabila desse país.

No caso da emigração para a França, o geógrafo atribui ao papel dos nobres e dos grupos tribais na organização dos serviços de “mascate⁷⁰⁰”. Por exemplo, Aït Mehdi, presidente da seção cabila para as delegações financeiras, solicitou medidas para favorecer a emigração. Embora os colonos temessem esse movimento, pois a redução de força de trabalho eleva os salários, a emigração se desenvolveu com auxílio também dos empregadores.

⁶⁹⁷ Sede de uma coletividade religiosa susceptível de assumir instrução, assistência, etc. Cf : lexique *zaouïa*. In : LACOSTE, Yves ; NOUSCHI, André ; PRENANT, André. **L’Algérie, passé et présent**. Préface de Jean Dresch. Paris : Éditions Sociales, 1960, p.453. Trata-se de um estabelecimento religioso, de acordo com: lexique *zaouïa*. In : LACOSTE-DUJARDIN, C ; LACOSTE, Y (orgs.). **L’État du Maghreb**. Paris : Éditions La Découverte, 1991, p.553.

⁶⁹⁸ 50% de ses élèves maîtres de 1883 à 1939 sont originaires de Grande Kabylie.

⁶⁹⁹ Espécie de inseto que danifica as raízes da vinha.

⁷⁰⁰ Colportage.

Na França o salário era duas vezes mais elevado que em Argel – pressionando a emigração. Além disso, uma parte do dinheiro recebido pelos cabilas tinha como serventia comprar propriedades coloniais. Fica claro porque os colonos abominavam esse movimento migratório. Em 1906, cabilas foram enviados para Marseille com o fito de substituir operários italianos em greve. Contava-se 10.000 cabilas na França em 1914, antes da Primeira Grande Guerra. Desses, 1700 estavam em Pas-de-Calais e 2000 em Marselha. Em 1918, os emigrados eram perto de 100.000 trabalhadores. Em 1924 totalizavam 71.000 partidas para a metrópole. O número de partidas cai em 1934 em virtude da crise de 1929 e as medidas de limitação obtidas pelos colonos. Após a Segunda Grande Guerra, são 83.000 partidas rumo à França – especialmente para trabalhar na reconstrução. Finalmente, em 1955, conta-se 240.000 argelinos no Hexágono (LACOSTE, 1980c, p.152-153). O geógrafo não deixa de atribuir esse sucesso dos emigrados cabilas à política homônima levada a cabo pela metrópole contra os árabes e apesar dos colonos.

Depois da Segunda Guerra Mundial, a Grande Cabília era a região cujas relações eram as mais estreitas com a França. A questão era: como explicar que essa mesma região se tornaria, no período de uma década, um dos principais focos da revolução argelina? O esquema explicativo tradicional era aquele em que a montanha superpovoada domina planícies vazias confiscadas pela colonização – nós já o vimos. Aliado a esse fato, considerava-se a Grande Cabília como a região onde as perturbações coloniais foram as mais graves pois desestruturaram a economia cabila tradicional – destaque para a produção de cereais.

Mas o geógrafo alerta que esse esquema deve ser retificado em diversos pontos. Primeiramente, malgrado o confisco das terras, as autoridades coloniais ao basearam-se numa estratégia de oposição aos árabes, abriam espaço para que os cabilas recuperassem as terras – ainda que por meios financeiros (LACOSTE, 1980c). De fato, como observamos, a mercadorização de terras coletivas era uma tendência que a colonização efetivamente acentuou. Em segundo lugar, a hostilidade dos colonos conduziu, relativamente, a ideia de que era melhor não relançar a colonização nas planícies e deixá-las aos nobres – “salvo no caso da Baixa Cabília que se tornou um anexo da Mitidja” (LACOSTE, 1980c, p.156). E aqui devemos lembrar que uma das imagens do território da Grande Cabília, para os colonos, era de território inseguro ameaçado constantemente por bandidos. Terceira retificação: o crescimento populacional. Se entre 1931 e 1948, o distrito de Tizi-Ouzou o crescimento foi de 16%, a Argélia cresceu 37,4% (LACOSTE, 1980c, p.157). A desaceleração do crescimento demográfico tem a ver com a emigração para a França, mas também para outras regiões da Argélia – a exemplo da capital.

Dessa forma, na iminência da década de 1950, as planícies já não estão mais confinadas pela colonização, contraditoriamente, a valorização das mesmas dificilmente mudou: a cultura cerealífera e as terras em pousio que ainda predominam. Para empregar uma nova valorização era necessário investimento hidráulicos – cuja rentabilidade não estava assegurada. Por isso os nobres cabilas vão preferir investir no comércio e na compra de terras em regiões já colonizadas (LACOSTE, 1980c). Percebe-se como criou-se uma paisagem agrária das planícies *pari passu* um desenvolvimento do comércio com a metrópole. Essa era uma característica típica da situação de subdesenvolvimento: a centralidade da agricultura combinada com uma extravessão econômica capitaneada pelo setor terciário. Este sendo exportador, justamente, de produtos agrícolas (a exemplo dos cereais).

Assim, são múltiplas as causas que elucidam a Grande Cabília ter se tornado um foco revolucionário. Outra camada é ofertada pela dimensão cultural. A política de afrancesamento encetava contradições nos argelinos que viveram e trabalharam na França. Isso porque eles se decepcionavam ao terem ciência que os franceses não queriam compartilhar sua pátria. Consequência lógica, era preciso portanto forjar uma. A dialética da colonização opera: esses emigrantes em França travam contatos com as lutas sindicais e as ações militantes que vão desaguar numa maior formação e consciência política dos cabilas e dos argelinos como um todo.

Então, *exempli gratia*, é em Paris, precisamente no ano de 1926, que vai ser criada por Messali Hadj a primeira organização nacionalista-independentista: a Estrela Norte-Africana (ENA). Em 1935 é fundada a União dos Muçulmanos Norte-Africanos (UMNA) e, dois anos depois nasce o já citado Partido do Povo Argelino. Em 1937, na capital da França, Hadj vai estar entre os fundadores da organização Amigos da Nação (YAZBEK, 2010 [2008]). Isso só para citar os exemplos de organizações criadas no coração da metrópole para orientar a luta anticolonial.

O fim da revolução argelina não significou o fim dos conflitos intestinos à Argélia. Entre 1963 e 1965 eclode a assim chamada insurreição cabila, capitaneada pela Frente de Forças Socialistas (FFS) criada por Hocine Aït Ahmed (1926-2015). Ahmed era um dos chefes históricos da FLN, agiu nos atentados que originam a revolução e foi um dos líderes interceptados no avião que partia da capital da Tunísia para Rabat em 1956. Esse cabila havia constituído a FFS no intuito de alcançar igualdade entre os que lutaram na revolução (LACOSTE, 2006a). Em 1963, quando Ben Bella prendeu Mohamed Boudiaf, um dos camaradas mais próximos da FLN, Hocine Aït Ahmed liderou um protesto na Assembleia Nacional e, em seguida, voltou para a Cabília com o fito de liderar uma insurreição contra o

Estado. A FFS de Ahmed tentou assassinar Ben Bella em 31 de maio de 1964 (PRASHAD, 2007). Mas sem sucesso.

A guerra de guerrilha – a semelhança do que ocorrera em Cuba e Vietnã – foi travada pelos cabilas contra o exército da França. Com a independência ao alcance das mãos, são esses revolucionários da *wilaya* III – da Cabília – que estão prestes a tomar o poder. Isso porque o ELN, braço armado da FLN, havia se formado no Marrocos e na Tunísia sob o comando do coronel Boumédiène. Quando a França suspende as barreiras eletrificadas na Tunísia e Marrocos, o ELN avança sobre Argel e atinge a capital em setembro de 1962. O cenário está desenhado: cabilas *versus* árabes uma vez mais. Os violentos combates terminam por suplantar as forças cabilas e afastam-nas dos processos decisórios sobre o futuro da Argélia e, certamente, da Cabília. A insurreição estoura, como vimos, em 1963. Aït Ahmed é obrigado a fugir para a Suíça em 1964 e depois para a antiga metrópole. A FLN se torna partido único e interdita o PCA em novembro de 1962 (LACOSTE, 2010b).

O sufocamento da insurreição teve como consequência não apenas uma ruptura entre cabilas e árabes, mas também o desenvolvimento da emigração para a França. Yves Lacoste (1980c) calcula que, em 1966, são 54.000 o número de emigrados oriundos da *wilaya* de Tizi-Ouzou – ou seja, 6,6% da população total e o dobro dos dados coligidos para os anos de 1952-1953. Ainda em 1966, a porcentagem dos emigrados da referida *wilaya* é o triplo da média argelina – apenas a *wilaya* de Sétif se aproxima da taxa de emigração de Tizi-Ouzou, com seus 5,7%. 46% dos homens com idade entre 20 e 44 anos emigraram da *wilaya* de Tizi-Ouzou. Como frear esse movimento?

Vimos no segundo capítulo que Houari Boumédiène tomou o poder na Argélia através de um golpe de Estado em 1965 contra o presidente Ahmed Ben Bella. Seis anos depois, em 1971, Boumédiène lança a revolução agrária para dizimar as grandes propriedades. Todavia, os resultados foram limitados: na *wilaya* de Tizi-Ouzou, “a revolução agrária incidiu apenas em 2380 ha e o número de beneficiários foi apenas de 295⁷⁰¹” (LACOSTE, 1980c, p.163). Esse número é muito pequeno pois havia 8.025 camponeses sem terra em 1973 e 81.254 camponeses com menos de 5 hectares. Recordemos que uma agricultura deficiente se relaciona com uma insuficiência alimentar e esses são dois caracteres típicos da situação de subdesenvolvimento.

Da mesma forma, a reduzida industrialização também se enquadra na situação de subdesenvolvimento. Por isso mesmo, para superar tal situação e fazer com que o Estado nacional argelino altere qualitativamente sua posição no concerto das nações, o

⁷⁰¹ [...] la révolution agraire n'a porté que sur 2380 ha et le nombre des attributaires n'a été que de 295.

desenvolvimento industrial aparecia como o veículo dessa mudança. Em 1971, o Estado argelino adquiriu “51%” das ações das companhias petrolíferas francesas (YAZBEK, 2010 [2008], p.79). No setor têxtil, em Tizi-Ouzou, foi construída a usina de Dra-ben-Khedda em 1964. Como resultado, a contribuição da agricultura no PIB caiu de 21% em 1960 para 7% em 1975; o número de trabalhadores agrícolas reduziu-se de 67% em 1960 para 61% em 1970.

Não obstante, em 1976, a *wilaya* de Tizi-Ouzou tinha 4.020 empregos industriais sendo 3.000 deles na supracitada usina. O setor que mais abarcava força de trabalho era a construção: os canteiros da referida *wilaya* contavam com 12.000 operários. No entanto, se Tizi-Ouzou representava 4,8% da população da Argélia, esses empregos eram somente 1,7% do número total argelino. A cidade de Tizi-Ouzou só crescia: 30.000 habitantes em 1967, 60.000 habitantes em 1978. Na *wilaya* homônima, os habitantes passaram de 830.000 em 1966 para 875.000 em 1978 – um crescimento de 5,2% apenas, o que mostrava uma desaceleração da emigração. A Argélia como um todo passou de 12 milhões em 1966 para 18 milhões em 1978 – 50% de crescimento populacional em pouco mais de uma década (LACOSTE, 1980c). Note-se como esse movimento de níveis de análise que o geógrafo opera consegue iluminar distintas realidades que não são capturáveis apenas em um determinado grau.

Finalmente, do ponto de vista do desenvolvimento dos problemas culturais, Yves Lacoste insiste na falsidade da oposição absoluta entre árabes e berberes: trata-se mais de uma oposição entre arabófonos e berberófonos. De qualquer forma, essa oposição remontava aos tempos de Ibn Khaldun e ao processo de islamização da África do Norte. Ganhou força com a política cabila sob o domínio francês – uma espécie de *divide et impera*. Os povos berberes sofreram uma espécie de arabização e aqueles que mais resistiram a esse processo eram as populações das montanhas. Os berberófonos, na Argélia, totalizavam àquela altura, 3 milhões de pessoas, ou seja, um sexto da população total. Importa ressaltar que embora fosse uma importante questão na Grande Cabília, o “problema berbere” é de “envergadura magrebina” (LACOSTE, 1980c, p.170). A título de ilustração, só no Marrocos havia 6 milhões de berberófonos naquela altura.

Vítimas da arabização e do afrancesamento, os berberes começaram a reivindicar que a alfabetização das crianças fosse na sua língua materna; que o berbere fosse objeto de estudos e pesquisas na universidade – em 1977 foi criada *Université Mouloud-Mammeri de Tizi Ouzou*; reclamavam maior presença na mídia, bem como a publicação de jornais e livros no seu idioma materno. Yves Lacoste (1980c) distingue duas fases do problema da unidade cultural. Na primeira, nos primórdios da escolarização, as populações aceitam (e por vezes desejam) que a alfabetização das crianças seja feita na assim chamada língua oficial. O Estado, em nome da

unidade nacional, impõe o idioma. Isso ocorreu inclusive na França para com a região da Bretanha, e nos motins de estudantes negros de Soweto – na África do Sul, em 1976. Já na segunda fase, a população escolarizada na língua oficial do Estado (francês, inglês, etc.) observa um fenômeno de valorização crescente da língua materna e teme o desaparecimento cultural que a o idioma pátrio expressa. É uma tomada de consciência que ocorre, a princípio, nos cidadãos de maior nível formativo e depois difunde-se em camadas sociais mais amplas. Tais reivindicações, no início, são culturais. Contudo, elas podem desaguar – através de uma minoria que Yves Lacoste julga extremista – num projeto político que questiona a unidade nacional. Pode-se deduzir que o geógrafo não vê com bons olhos uma possível independência da Cabília.

A tese de Yves Lacoste – *Unité et diversité du tiers monde* – pode ser considerada como um exercício reflexivo que objetiva descortinar a diversidade do terceiro mundo. Os quatro casos considerados – Grande Cabília, Sierra Maestra, delta do Rio Vermelho e vale do Volta Branco – todos pertencentes à mesma ordem de grandeza (4^a) ilustram a aplicação de uma *démarche* estratégica, ou seja, direcionada ao objetivo que se almeja atingir (combater uma doença, vencer uma guerra, entre outros). E essa *démarche* estratégica contribui também para relacionar os dados físicos e humanos e garantir a unidade da Geografia. Nesse aspecto, Lacoste mostra-se um fiel seguidor da Escola Francesa.

Ao mesmo tempo, a tese busca colocar no mesmo nível de explicação as instâncias demográfica, ideológica e política. As condições geográficas também possuem grande peso no deciframento dos eventos políticos – tal qual analisamos no caso argelino. Além disso, uma das principais contribuições é justamente a questão do método – articulação dos diferentes níveis de análise no espaço e no tempo. É o “método Lacoste”, na avaliação de Georges Viers⁷⁰² (1981). Reputado por Eugène Berg (1981) como original e sugestivo, trata-se de um avanço em relação a prioridade conferida pela Escola Francesa à região. A originalidade em articular uma geografia geral – as representações do terceiro mundo em escala planetária – com uma geografia regional cuidadosa em relação à diversidade dos territórios (MARCONIS, 1996). Numa palavra, *Unité et diversité du tiers monde* é uma geografia ativa em prática. E Béatrice Giblin (1985, p.288) vai considerá-la “uma verdadeira geografia do subdesenvolvimento⁷⁰³”.

⁷⁰² Acreditamos se tratar do geógrafo Georges Viers, o mesmo que havia assinado uma resenha de *La Géographie active*, pois o autor da nota bibliográfica registra apenas as iniciais G.V.

⁷⁰³ [...] véritable géographie du sous-développement.

Mas nem tudo era um mar de rosas para Yves Lacoste. Meses antes de defender a tese ele descobre que Pierre George não queria mais dirigi-la ou mesmo ser membro do júri. Certamente, são os eventos de maio de 68 a raiz fundante desse desentendimento. Quem intervém é Michel Rochefort. Este persuade George a continuar na banca e evitar o escândalo. Rochefort assume a direção da tese embora “na realidade ninguém tenha dirigido”⁷⁰⁴ (LACOSTE, 2018a, p.232). Mais ainda: Pierre George sabia que não dirigia a tese e nem sabia o que o geógrafo fazia (Entrevista com Yves Lacoste, 19/04/2022). A composição do júri foi então a seguinte: além de George e Rochefort, fizeram parte o antropólogo franco-vietnamita Georges Louis Condominas (1921-2011), bem como os geógrafos Gilles Sautter (1920-1998) e Jean Dresch – que foi presidente da banca

Semanas mais tarde, o geógrafo Pierre Merlin, então presidente da *Université Paris-VIII*, telefonou para Yves Lacoste com o fito de anunciar que os professores do departamento de geografia tinham votado pelo rebaixamento de sua posição como mestre assistente, em que pese ter defendido a tese. Em resposta, Lacoste deixa de ser o responsável pela gestão do Departamento de Geografia. Ele continua ensinando a unidade de valor “iniciação à geografia”. Gärdz Minassian (2010) atribui à geógrafa e, naquela ocasião, Secretária de Estado das universidades (1976-1981) – Alice Saunier-Seïté (1925-2003) o rebaixamento do diretor de *Hérodote*. Yves Boquet (2018) imputa essa decisão de Saunier-Seïté em razão da comoção causada pelo conteúdo dos escritos lacosteanos no seio da comunidade geográfica, bem como às provocações que o autor efetivou em relação ao sistema escolar e universitário.

Diante dessa situação, Jean Dresch aconselha-o a candidatar-se para uma cadeira de geografia na *École nationale supérieure d’arts et métiers*. Um dos amigos de Dresch era professor de história dos ofícios da construção civil e estava interessado nas pesquisas que Yves Lacoste tinha levado a cabo. Então, ele parte para a escola no intuito de apresentar-se e explica a concepção que ele tem de geografia. Faz isso para um público amplo de professores – químicos, físicos, eletricitistas. O geógrafo é eleito.

No entanto, o voto dos professores da referida *école* foi rejeitado em benefício de Saunier-Seïté. “Fiquei discretamente encantado com o fato de que os deuses decidiram assim, porque eu não queria deixar Vincennes”⁷⁰⁵ (LACOSTE, 2018a, p.234). Tempo depois, ela candidata-se e é eleita para a cadeira de geografia. Cabe destacar que foi durante seu mandato de secretária de Estado que o prédio da *Université Paris-VIII* foi demolido e construído um novo em Saint-Denis.

⁷⁰⁴ [...] en réalité personne n’avait dirigée.

⁷⁰⁵ J’ai été discrètement ravi que les dieux en aient décidé ainsi car je ne voulais pas quitter Vincennes.

IV – Novos números de *Hérodote* e a quarta ida de Yves Lacoste ao Vietnã

É possível dizer que somente após a *thèse d'État* nós temos um Yves Lacoste consolidado. O que entender por consolidação nesse sentido? Primeiramente, o objeto sobre o qual Lacoste vai refletir doravante: geopolítica. Em segundo lugar, a *démarche* que articula diferentes níveis de análise e as interseções dos conjuntos espaciais. Finalmente, o que podemos chamar de caráter ontológico da obra lacostea: o entendimento que a razão de ser do saber (estratégico) geográfico repousa nas seguintes determinações: (1) estudo sistemático das interações de fenômenos da natureza, ações e situações humanas; (2) uma teoria dos conjuntos espaciais e uma práxis articuladora de diferentes níveis de análise; (3) uma concatenação de conhecimentos relativos ao espaço aliada à uma descrição metodológica dos mesmos.

Ora, é certo que Yves Lacoste não é *Hérodote*. Não é possível estabelecer uma relação de identidade, de igualdade entre os dois termos da equação. A consolidação de Lacoste processa-se ao longo de 03 décadas de trabalho acadêmico. Com *Hérodote* a situação evolui mais rapidamente porque a revista conta com um secretariado de redação e um comitê de discussão que auxiliam o diretor no processo de maturação editorial e na captura das realidades a serem abordadas pela publicação. Assim, podemos afirmar que será somente a partir do número 27, no terceiro trimestre de 1982, que o objeto da revista se apresenta solidificado: geopolítica.

Isso não quer dizer que outros temas geográficos não foram objetos de *Hérodote*. O subtítulo da publicação, revista de geografia e geopolítica, deixa claro isso. Sim, geografia vem antes de geopolítica e Yves Lacoste insiste que ele mesmo é um geógrafo especialista em geopolítica. Essa observação é importante para não conferir uma autonomia absoluta à geopolítica face à geografia. Então, por exemplo, a edição 17 (janvier-mars 1980), “*villes éclatées*”, versa sobre os problemas urbanos; no número 18 (avril-juin 1980), “*points chauds*”, são tomados como objetos de estudo a revolução iraniana de 1979 bem como a guerra do Afeganistão iniciada no mesmo ano; os problemas urbanos voltariam a figurar na revista na edição 19 (septembre-octobre 1980), “*habitat sous-intégré*”. Essa edição “era, em grande parte, o relato de um colóquio sobre formas de crescimento urbano sub-integradas⁷⁰⁶” (LACOSTE, 1980e, p.4) ocorrido na Universidade de Vincennes-Paris VIII entre 29 de junho e 1º de julho de 1970.

⁷⁰⁶ Ce dix-neuvième numéro d'*Hérodote* est, pour une grande part, le compte rendu de ce colloque sur les formes de croissance urbaine sous-intégrées.

As dificuldades financeiras das *éditions Maspero* fizeram com que o ano de 1980 tivessem apenas três número, e não quatro. O número 20 (janvier-février 1981), “*le temps des géographes*”, abordava o referido tema de duas maneiras: primeiramente, atestando a antiguidade da geografia em não identificando-a com a geografia escolar e universitária nascida no século XIX; em segundo lugar, indicando que “o tempo dos geógrafos” chegou e que o “saber-pensar o espaço” afeta “um número cada vez maior de cidadãos⁷⁰⁷” (LACOSTE, 1981a, p.4). Aliás, o título fazia uma clara alusão aos historiadores. No editorial, Lacoste retoma o papel de Lucien Febvre na redução da geograficidade.

Ademais, a edição conta com um artigo de Béatrice Giblin (1981) intitulado “*La géographie, discipline asservie*” cujo subtítulo era “*ou l’histoire d’un combat perdu pour la géographie*”. Giblin, uma historiadora convertida em geógrafa depois de assistir as aulas de Yves Lacoste, lança mão da fórmula utilizada pelo historiador Fernand Braudel⁷⁰⁸ no título para evidenciar como a corporação dos historiadores objetivou subjugar a geografia – donde o *asservie* braudeliano. Ela ilustra essa “história de um combate perdido pela geografia” com o caso de Ludovic Drapeyron (1839-1901). Fundador da *Société de topographie* (1876) e da *Revue de géographie* (1877), Numa Broc (1974, p.553) considera-o como “o verdadeiro apóstolo da geografia na França no período 1875-1890⁷⁰⁹”. Historiador de formação, Drapeyron defende uma reforma da geografia a partir de projetos nacionais e de uma *agrégation* especializada, mas fracassa na sua tentativa pois as iniciativas são rejeitadas pela Sorbonne.

Entrementes, após a eleição de François Mitterrand – do Partido Socialista – em maio de 1981, uma nova comissão de especialistas elege Yves Lacoste professor na Universidade de Paris VIII. Relembremos que após a defesa da *thèse d’État* em junho de 1979, Lacoste foi rebaixado à função de *maître-assistant* (FIGURA 46).

⁷⁰⁷ [...] le savoir-penser-l’espace va concerner, peu à peu et malgré les embûches, un nombre de plus en plus grand de citoyens.

⁷⁰⁸ Giblin conta que Braudel realizou essa formulação no programa televisivo literário “Apostrophes”. Ela diz ainda que Braudel apresentava seu último trabalho, quando da formulação. Mas não diz que trabalho é esse. Uma possibilidade é que se tratava de *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, xve et xviiiè siècles 1. Les Structures du quotidien - 2. Les Jeux de l’échange - 3. Le Temps du monde*. A editora parisiense Armand Colin tinha lançado a referida obra em 1979.

⁷⁰⁹ Le véritable apôtre de la géographie en France dans la période 1875-1890 est Ludovic Drapeyron.

I - LISTE DES CANDIDATS POTENTIELS A UN POSTE DE PROFESSEUR

MAITRES-ASSISTANTS, Docteurs d'Etat

<u>Nom, Prénom</u>	<u>Département</u>	<u>Date de Soutenance</u>
Mme ANDREANI Eveline	MUSIQUE	Juin 1979
M. BALTZ Claude	SCIENCES DE L'INFORMATION ET DE LA COMMUNICATION	Juin 1975
M. BOHAS Georges	ARABE	Juin 1979
M. BOUISSY André (*)	ITALIEN	Octobre 1979
Mme COLLIN-DELAUVAUD Anne	GEOGRAPHIE	Octobre 1979
M. COMPANYYS Emmanuel (*)	ESPAGNOL	Juin 1979
M. ESCOURROU Pierre	GEOGRAPHIE	Juin 1980
M. FLANDRIN Jean-Louis	HISTOIRE	Septembre 1979
Mme GERARDIN Khyra (*)	INFORMATIQUE	Mars 1979
M. LACOSTE Yves (*)	GEOGRAPHIE	Juin 1979
M. LINHART Robert	SOCIOLOGIE	Février 1976
Mme MEMMI Germaine	ALLEMAND	Juin 1979
Mme N'GUYEN Thi	PSYCHOLOGIE	Mai 1979
M. PASSERON Jean-Claude (*)	SOCIOLOGIE	Mai 1980
M. QUERE Henri	LITTERATURE ANGLAISE	Juin 1979
Mme REBERIOUX Madeleine (*)	HISTOIRE	Novembre 1979
M. REY Pierre-Philippe	SOCIOLOGIE	Décembre 1978
M. TIBERGHEN Guy	PSYCHOLOGIE	Mars 1980

MAITRES-ASSISTANTS, dont la soutenance est prévue prochainement

M. PLESSIS Alain	HISTOIRE
M. GISSELBRECHT André	ALLEMAND
Mme FONTAINE Jacqueline	RUSSE
Mme ROPARS Marie-Claire	LITTERATURE FRANCAISE
M. COULON, Alain	Sciences de l'Education
Mlle PUJADE-RENAUD, Claude	Sciences de l'Education
M. ZIMMERMANN, Daniel	Sciences de l'Education
Mme CHABBI, Jacqueline	Arabe

.../...

(*) Anciens chargés d'enseignement qui avaient été rétrogradés en maîtres-assistants en 1979

Figura 46. Lista dos candidatos potenciais à um posto de professor. Fonte: Fonds Vincennes, caixa V23.

O número 21 (avril-juin 1981), “Asie du Sud-Est”, voltava à um tema velho conhecido de Yves Lacoste. No editorial – *Mer de Chine ou mer de l’Asie du Sud-Est?* – o geógrafo chama atenção para a questão da toponímia e como ela revela problemas temíveis. A título de ilustração, os arquipélagos *Paracelse* e *Spratleys* são denominados *Xisha* e *Nansha*, pelos chineses, bem como *Hoang Sa* e *Truong Sa*, pelos vietnamitas (LACOSTE, 1981b). A toponímia, portanto, reflete uma apropriação do território. E havia pouco mais de 02 anos que a China e o Vietnã haviam se enfrentado num conflito fronteiriço.

Por falar em Vietnã, o número 21 da revista trazia mais um artigo do geógrafo sobre o cemitério de impérios do sudeste asiático: *Ho Chi Minh-Ville et les problèmes nouveaux du Vietnam* (LACOSTE, 1981c). Este era resultado de uma pesquisa de campo que Yves Lacoste empreendeu em finais de setembro de 1980 na antiga Saigon. Em suas memórias, ele conta que foi “novamente convidado para o Vietnã, e especialmente para Langson⁷¹⁰” (LACOSTE, 2018a, p.208). Isso significa que o geógrafo não só visitou Cidade Ho Chi Minh, na porção meridional, como também Langson na porção setentrional do país.

Em todo caso, era a quarta vez na pátria de Ho Chi Minh⁷¹¹ e as visitas foram distintas. Em Langson foi-lhe mostrado a destruição perpetrada pelas forças armadas chinesas. De lá ele volta para Hanói onde é recebido por Pham Van Dong. De Hanói ele parte de avião para *Ho Chi Minh-Ville* e é lá que os problemas novos do Vietnã são considerados. Os problemas tinham origem em diversas razões: (1) já não eram imputados aos estadunidenses; (2) o conflito com os chineses Hoa; (3) o problema com os católicos anticomunistas e as diferentes seitas dos budistas Hoa-Hao e dos caodaístas. Vejamos.

O geógrafo observa do alto do avião as crateras dos bombardeamentos realizadas pelos estadunidenses no intuito de aniquilar as infiltrações dos vietcongues na antiga Saigon. No solo, ele caminha pelos bairros, observa as condições de vida dos habitantes de *Ho Chi Minh-Ville*: o salário mínimo é de 100 *dongs* ou 200 francos; compara o Sul e o Norte – o arroz, alimento fundamental na dieta vietnamita, é 50% mais barato em Cidade Ho Chi Minh que em Hanoi. Ele conhece as províncias de Can Tho e My tho, no delta do Mekong, onde observa os camponeses comercializando o arroz.

O setor terciário também não escapou das observações do geógrafo: jornada de trabalho de 08 horas, 200 mil comércios privados; a educação e a saúde eram gratuitas; à época, *Ho Chi Minh-Ville* contava com 35 hospitais, 53 maternidades, 351 postos sanitários interbairros e 350 postos sanitários comuns. Havia 44 médicos para cada 100 mil habitantes – cifra ainda

⁷¹⁰ En 1980, j’ai été de nouveau invité au Vietnam, et notamment à Langson.

⁷¹¹ As três pesquisas anteriores datam de 1972, 1974 e 1977.

considerada baixa; as grandes empresas industriais foram nacionalizadas, desde 1975, formaram-se sociedades mistas (Estado e capital privado) e multiplicaram-se cooperativas artesanais e equipes de trabalho. Ao nordeste do bairro chinês *Cholon*, Lacoste visitou a cooperativa “Primeiro de Maio” – fundada em maio de 1977, com 92 membros à época e fabricando peças de bicicleta ao nordeste do bairro chinês intitulado *Cholon*. Ali, o salário médio passou de 113 *dongs* em 1977 para 225 *dongs* em 1979. Mas o salário variava também. Um trabalhador/debutante ganhava o salário mínimo (100 *dongs*), mas o vice-presidente auferia 600 *dongs* porque ele era um técnico.

Diversos esforços foram feitos para desenvolver uma zona de agricultura intensiva no entorno de Cidade Ho Chi Minh. Antes de tudo, retirar minas de mais de 2 mil hectares, identificar e destruir 128 mil minas obus e bombas que não explodiram. Desde 1975, grandes trabalhos hidráulicos foram empreendidos: 20 milhões de metros cúbicos de terraplanagem, construção de 9 grandes estações de bombeamento, 3 barragens, 1.048 eclusas, 3.125 km de canais de drenagem e irrigação – sendo 1620 navegáveis. O investimento foi da ordem de 50 milhões de *dongs*. Tais obras tornaram possível drenar 54 mil hectares, irrigar 9.475 hectares, proteger da água do mar 10 mil hectares e melhorar da acidez outros 7 mil.

Os resultados começaram a aparecer já em 1978. A colheita de arroz passou de 86 mil toneladas no citado ano para 164 mil em 1979. O rendimento médio saltou de 11,2 quilos por hectare em 1978 para 24 quilos por hectare em 1980. O cultivo de milho saiu de 50 mil toneladas em 1978 para 144 mil em 1980. Para o mesmo período, o cultivo de mandioca transitou de 47 mil toneladas para 132 mil. A cana de açúcar foi de 65 mil toneladas para 72 mil. O rebanho de suínos saltou de 139 mil para 200 mil em 1980. Apenas a criação de frangos apresentou dados de recuo: baixou de 1,3 milhão em 1973 para 600 mil em 1979. Esse fato explica-se porque a matéria-prima era importada dos EUA.

Sem embargo, de todas as dificuldades do Sul do Vietnã, a questão dos *boat people* – refugiados da Guerra do Vietnã – era um dos sintomas mais preocupantes. Isso era reconhecido inclusive por Pham Van Dong que atribuía a situação, *inter alia*, ao conflito com a China. Buscando responder por qual razão esse fenômeno acontecia, Yves Lacoste contrapõe suas observações ao que era relatado pelos jornais ocidentais⁷¹². Estes atribuía à fome e a perseguições políticas massivas. O geógrafo não nega que a situação alimentar em Cidade Ho Chi Minh não era boa, mas observa que era melhor que em Hanoi. No caso das perseguições, longe de apresentar a situação como idílica, Lacoste se surpreende ao constatar a presença da

⁷¹² Embora o geógrafo não cite nomes, podemos citar o famigerado *Le Monde*

música estadunidense, a liberdade religiosa de confessar o cristianismo. Ele também relembra que os ataques do *Khmer rouge* de 1976 a 1978, somado com o conflito com a China, fizeram com que o governo vietnamita respondesse draconianamente e terminasse por “decepcionar (ou chocar) muitos democratas⁷¹³” (LACOSTE, 1981c, p.61).

Séverine Nickel (2002 [1996], p.191-192) nos ajuda a entender a questão no seio da intelectualidade francesa. Desde 1976 a imprensa tomou ciência do êxodo dos vietnamitas que fugiam em barcos de pesca. Em 22 de novembro de 1978 é fundado o comitê “Um barco para o Vietnã⁷¹⁴”. Esse comitê, cujo um dos fundadores era o ex-maoísta André Glucksmann, lança um apelo no *Le Monde* e organiza uma conferência de imprensa. O objetivo era duplo: reunir fundos para fretar um barco no intuito de resgatar os refugiados no mar da China e encontrar países dispostos a acolhê-los.

Entre os signatários do apelo estava boa parte da intelectualidade francesa – da direita à esquerda: Raymond Aron, Roland Barthes, Simone de Beauvoir, François Châtelet, Michel Foucault, Jean Lacouture, Emmanuel Le Roy Ladurie, Bernard-Henri Lévy, Edgar Morin, Jean-François Revel, entre outros decepcionados e chocados. O Partido Comunista e a ala esquerda do Partido Socialista cantaram a bola: tratava-se de uma operação que visava desacreditar o regime vietnamita. Paulo Visentini (2008, p.100) pensa mesmo em uma campanha anti-vietnamita:

Quando o governo estatiza parte do comércio, toca nos interesses de quase um milhão de pessoas, 700 mil das quais emigram, em situação reforçada pelas dificuldades internas de abastecimento e pelos boatos de uma possível intensificação da guerra. Destes, 250 mil são descendentes de chineses, a maioria dos quais sai do país em precárias embarcações, originando o problema dos *boat people*, que a imprensa ocidental apresenta emotivamente como ‘vítimas fugindo de perseguições políticas’, gerando mais justificativas para a campanha antivietnamita e maior isolamento do país no cenário mundial.

Yves Lacoste elucida que os *Hoa* – etnia chinesa – eram a maior parte dos fugitivos. A razão dessa fuga foi a nacionalização das empresas industriais e comerciais que eles detinham no Vietnã. Agente chineses anunciavam a proximidade de uma guerra sino-vietnamita, inclusive com a possibilidade de pogroms. Uma verdadeira campanha de pânico se instaurou e muitos chineses temiam serem denunciados como traidores da pátria caso permanecessem no Vietnã. Foi, como observa Lacoste, uma excelente operação para a China que atingiu o prestígio da pátria de Ho Chi Minh – decorrente da sua luta contra o imperialismo. Era a “razão

⁷¹³ [...] ont déçu (ou frappé) beaucoup de démocrates.

⁷¹⁴ Un bateau pour le Vietnam.

propagandística” que o governo de Deng Xiaoping precisava para atacar o Vietnã em 1979. Ainda assim, restaram cerca de 1 milhão de *hoa*, sendo 500 mil apenas em Cidade Ho Chi Minh. Quanto aos europeus e estadunidenses, era a ocasião perfeita para se emocionarem e criticarem o socialismo vietnamita esquecendo-se, como lembra o geógrafo, da responsabilidade que França e a República Imperial tinham em empreender uma guerra de 30 anos.

De qualquer forma, o estrago estava feito na intelectualidade francesa. A mobilização era sinal de uma ruptura com os combates ideológicos das décadas anteriores. Assinalava a desilusão das esperanças revolucionárias do terceiro mundo. Subitamente, *boat people* e judeus foram equalizados – que, do outro lado da moeda, significava equivaler o nazismo bem como todo e qualquer regime socialista. Apontava o deslocamento do engajamento político para a preocupação moral (e, adicionemos, os direitos humanos). Um dos momentos símbolos foi a presença de Sartre e Aron em 26 de junho de 1979 no Eliseu, local onde o então presidente (1974-1981) Valéry Giscard d’Estaing (1926-2020) acolhera uma delegação do comitê (NIKEL, 2002 [1996]). Essa data é considerada por Michel Winock, em seu *Le XXe siècle idéologique et politique* (2009), como o dia simbólico do colapso do mito marxista-leninista entre os intelectuais.

Esse sentimento, digamos, de desesperança, de desengajamento, que os *boat people* tiveram na intelectualidade francesa é também assinalado por Michel Winock em *Le siècle des intellectuels* (1997). Para ficarmos apenas no eixo da Indochina, os massacres do *Khmer Rouge* e a Revolução Cultural sinalizavam que era preciso desafiar o próprio sistema ideocrático socialista. François Dosse (2018) lista os *boat people* e o genocídio cambojano como acontecimentos que completam o desespero coletivo e terminam por desconvenecer uma geração intelectual que cria num curso da história emancipador. Dosse (2018) observa ainda que tais eventos fazem com os valores democráticos do ocidente sejam reavaliados pelos intelectuais. A oposição entre democracia ocidental e “totalitarismo oriental” ganha novas camadas que desaguam numa luta cada vez maior de defesa dos direitos humanos face a emancipação política.

V – Reclus, uma nova crítica de Numa Broc e a unidade da Geografia

1981 marcava também o aniversário de 150 anos do nascimento e 75 anos da morte de Élisée Reclus. *Hérodote* dedica o número 22 (juillet-septembre 1981) a esse geógrafo libertário. No editorial, Yves Lacoste grafa que até a década de 1960 os seus colegas dificilmente preocupavam-se com a história da Geografia. Também lamenta a exclusão dos fenômenos políticos (problema epistemológico decisivo) do campo de preocupações da geografia universitária. Ele considera Reclus o maior geógrafo francês, ao mesmo tempo em que torna a lastimar a ignorância em relação à obra de Paul Vidal de la Blache *La France de l'Est* (LACOSTE, 1981d).

Yves Lacoste assina um artigo intitulado *Géographicité et géopolitique: Elisée Reclus* no qual defende a ampla geograficidade da obra do *communard*. Ele critica André Meynier, em sua *Histoire de la pensée géographique en France*, por apresentar o geógrafo libertário como um representante da geografia descritiva – embora Meynier o considerasse extraordinário. Rotular de descritivo era uma forma de dizer que essa geografia dificilmente explicava os fenômenos, assim como transformava a obra vidaliana como verdadeira vertente moderna e científica da disciplina (LACOSTE, 1981e). É o triunfo do científico *Tableau géographique de la France* frente ao descritivo *L'Homme et la Terre*. Não obstante, não é só o *Tableau* que é criticado. O *Principes de géographie humaine*, obra póstuma publicada em 1922, era considerada como o modelo de geografia humana geral. Sob os cuidados de Emmanuel de Martonne, o *Quadro* e o *Princípios* apresentavam os mesmos silêncios (políticos). Quando escreve sobre os meios de alimentação e regimes alimentares, Vidal silencia sobre as fomes que ocorriam na Índia e na China. O mesmo silêncio observa-se sobre a colonização e as perturbações decorrentes desse sistema. Nesse sentido, Lacoste estende a crítica – na época – para Pierre Gourou e seu papel na orientação de pesquisas geográficas em que o imperialismo e o subdesenvolvimento não faziam parte da seara geográfica.

Por oposição, são por essas razões – entre outras – que a obra de Reclus goza de originalidade e amplo alcance. Ele não silencia acerca da urbanização, industrialização, colonização, formas de dominação e o papel das estruturas sociais. Preocupa-se com a unidade da geografia. Yves Lacoste (1981e, p.22) aproxima o geógrafo anarquista de Fernand Braudel ao enunciar que em *L'Homme et la Terre* há uma combinação de raciocínio histórico e geográfico, resultando naquilo que se chamaria de “geo-história”⁷¹⁵.

⁷¹⁵ C'est ce que l'on appellerait aujourd'hui de la «géo-histoire».

Reclus também é um geógrafo que se debruçou sobre problemas geopolíticos, a exemplo do que se chamará de imperialismo. Se imperialismo é também a luta de impérios rivais traduzida em expansão territorial, a obra reclusiana contribui para tal compreensão não só por mostrar como se opera a conquista, mas também por a forma de exercer o controle dos territórios. É falar de “imperialismo”, “geopolítica” em geografia sem aludir à Ratzel seria uma falta grave. Lacoste não deixa de atestar a superioridade científica e política de Reclus frente ao geógrafo alemão. O geógrafo libertário confere espaço às contradições de classe em cada formação política, ao passo que o autor de *Politische Geographie* raciocina em termos de povos. Assim, Ratzel cliva os povos, entidades quase metafísicas, em conquistadores e aqueles fadados à dominação. Os primeiros estariam aptos a ocupar grandes espaços, logo um “vasto *Lebensraum*⁷¹⁶” (LACOSTE, 1981e, p.33).

Se a geopolítica foi proscrita em França, em virtude da ascensão e queda no regime nazista, a obra de Reclus terminou por ser rejeitada e esquecida. Tal esquecimento e rejeição foram resultado da evolução da geografia que reduziu as categorias de fenômenos julgadas concernentes ao seu campo de estudos pelos geógrafos. Além disso, Reclus era partidário da Comuna de Paris e seu engajamento político-libertário comprometia os ideais morais e científicos resultando num certo interdito de sua obra nos meios universitários franceses. Isso sem falar, é claro, da influência de Vidal. É a vitória da região personalidade, individualidade geográfica. É o triunfo da geografia regional face a geografia global.

Por tudo isso, Reclus é uma via de renovação da geografia em crise desde os anos 1960. Com seu exemplo, ele abre caminho – na visão de Yves Lacoste – para incorporar os problemas geopolíticos, recuperar a geografia fundamental face ao corte epistemológico que privilegiou a geografia escolar/universitária. Ao ampliar a geograficidade, Lacoste aproxima – por esse mesmo princípio – Reclus e Pierre George. Ele rememora a obra *La géographie active*, mas para criticar uma lacuna que considera fundamental: “o papel do Estado e as estruturas políticas pelas quais exerce sua autoridade”⁷¹⁷. Essa crítica também era uma autocrítica uma vez que o geógrafo em tela reconhece que esse descuido também estava presente no seu texto “perspectivas da geografia ativa em país subdesenvolvido”. Numa espécie de “depoimento pessoal”, Yves Lacoste relata a dificuldade, o embaraço que Raymond Guglielmo e ele tiveram para escreverem suas contribuições na obra coletiva:

⁷¹⁶ [...] vaste Lebensraum [...]

⁷¹⁷ [...] le rôle de l'Etat et les structures politiques par lesquelles s'exerce son autorité.

A tarefa teria sido mais clara se estivéssemos conscientes de que o que escrevíamos se dirigia, de fato, aos políticos e que a organização do espaço não era “uma questão dos geógrafos”, mas do Estado, isto é, daqueles que o controlam. No fundo, os geógrafos estão muito apegados à ideia de uma geografia que seria uma espécie de sabedoria, uma geosofia, e que seriam os oráculos de uma organização mais harmoniosa do espaço social, no interesse geral. Todo geógrafo se considera um pouco demiurgo, e é por isso que este ofício (é muito mais do que um ofício) lhe dá tanto⁷¹⁸ (LACOSTE, 1981e, p.47, nota 22).

E essa dificuldade, esse embaraço, serviu contraditoriamente para que esse silêncio sobre os problemas políticos, sobretudo o papel do Estado, fosse o combustível para sua *magnum opus*: *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre*. Extensão da *Geografia ativa*, tal obra foi escrita no intuito de ajudar a eliminar a ambiguidade resultante do silêncio sobre os problemas políticos. Lacoste inclusive cogitou nomeá-la *Le Prince et le Géographe*, mas preferiu “colocar os pingos nos is” (LACOSTE, 1981e, p.48, nota 22).

O número 22 de *Hérodote* também trazia duas resenhas assinadas por Yves Lacoste sobre duas obras publicadas no último triênio: *Espace et pouvoir* (1978), de Paul Claval; e *Pour une géographie du pouvoir* (1980), de Claude Raffestin – que contava com um prefácio assinado por Roger Brunet, o famoso diretor da revista *L'Espace géographique*. Lacoste lamenta diversos aspectos das obras em questão: (1) a identificação feita por Brunet da *Geopolitik* com o nazismo; (2) as poucas linhas dedicadas por Claval à *géopolitique*; (3) a desqualificação da geopolítica-geografia do Estado feita por Raffestin; e (4) ambos não fazem qualquer alusão à Reclus ou à *La France de l'Est* de Vidal (LACOSTE, 1981f).

Ora, interditar a geopolítica era justamente obstruir o caminho de renovação da geografia adotado tanto por Yves Lacoste, quanto por *Hérodote*. As modernas geografias estavam em clara disputa. Para agravar, Lacoste censura em ambas as obras a ausência de mapas – elemento fundamental na geografia lacosteana. Os mapas são “objetos geográficos⁷¹⁹” e são geográficos dado serem “representações construídas das diferentes formas da diversidade do espaço terrestre⁷²⁰” (LACOSTE, 1980f, p.16). Cartografar era uma forma decisiva de fazer o

⁷¹⁸ La tâche aurait été plus claire si nous avions été conscients que ce que nous écrivions s'adressait en fait aux politiques et que l'organisation de l'espace n'était pas « l'affaire des géographes », mais celle de l'Etat, c'est-à-dire de ceux qui le contrôlent. Les géographes sont dans le fond très attachés à l'idée d'une géographie qui serait une sorte de sagesse, une géosophie, et qu'ils seraient les oracles d'une organisation plus harmonieuse de l'espace social, dans l'intérêt général. Tout géographe se croit un peu demiurge, et c'est pourquoi ce métier (c'est bien plus qu'un métier) lui apporte tant.

⁷¹⁹ [...] objets géographiques

⁷²⁰ [...] représentations construites des différentes formes de la diversité de l'espace terrestre

inventário das diferenças na superfície do globo. Os geógrafos devem ser capazes de prever e fazer compreender a combinação particular dos diversos fenômenos que devem ser considerados para conduzir uma ação em determinado lugar ou sobre uma específica parte da superfície terrestre. Por consequência, cabe à Geografia dar conta da ampla diversidade de combinações dos fenômenos de na superfície do globo em virtude da configuração espacial própria de cada um (LACOSTE, 1981e).

O número 23 (outubro-décembre 1981), “Les géographies de la France”, chamava atenção para a existência de diferentes formas de pensar a organização do espaço. Existem, portanto, diferentes formas de pensar a organização do espaço, cada uma delas dando conta de uma parte da complexa realidade. No editorial, Yves Lacoste (1981g) alertava também para a fórmula mistificadora que é o geografismo. Esse efeito de estilo acabava obnubilando as contradições existentes em cada formação social seja no nível local, regional ou nacional; os interesses divergentes eram anuviados quando o espaço, e não os homens, passava a ser considerado portador de sentimentos e projetos; escamoteava-se a exploração de seres humanos em detrimento da exploração de uma região; a luta de classes entre exploradores e explorados era transformada num luta entre regiões ricas e pobres.

Um dos primeiros balanços da revista foi feito quando ela completava 05 anos, pela pena de Olivier Bernard (1981). Bernard aponta o papel de Yves Lacoste – iniciador entusiasta, animador magistral e incontestado; assinala que o projeto de *Hérodote* seria de manutenção e de reforço da geografia. Como? Empreendendo uma memória da disciplina, reabilitando Élisée Reclus e efetivando uma leitura inovadora da obra de Vidal. Inquietava-se ainda com a dificuldade da revista em dar conta da situação da França.

É importante observar que Olivier Bernard polemiza – sem citar nomes – com Numa Broc (1976). Este, relembremos, havia qualificado a revista como uma empresa de demolição e de tentativa de desmoralização dos geógrafos. Bernard vai discordar dessa caracterização, inclusive lançando mão de um argumento *ad hominem* ao chamar Broc de “cretino”⁷²¹ (BERNARD, 1981, p.154). Para ele, a revista elaborava um discurso inovador que utilizava a terminologia clássica da disciplina.

A resposta de Numa Broc veio nos *Annales de Géographie* num texto com título provocativo: *Hérodote à l'eau de rose*. A revista enviou um exemplar para Broc e este agradeceu mencionando que havia “perfeitamente se reconhecido” entre os “cretinos” que viam

⁷²¹ [...] Hérodote n'est pas, comme certains crétins l'ont cru, un chantier de démolition de la géographie.

na empreitada da revista um canteiro de demolição da geografia⁷²² (BROC, 1983, p.708). Em seu texto, Broc considerava que em 05 anos de existência *Hérodote* havia virado “água com açúcar”⁷²³, pois havia suavizado seu conteúdo – não havia mais insultos, imprecações, condenações. Ele ironiza que a revista chamava para colaboração os mandarins. O leão havia recolhido suas garras. O ódio ao poder havia desaparecido e agora os geógrafos eram convocados a colaborar com ele. Se nos for possível resumir numa palavra a leitura que Numa Broc faz do percurso de 05 anos de existência de *Hérodote* é a seguinte: desradicalização.

Matizando um pouco essa controvérsia entre Broc e Olivier Bernard, podemos dizer que ambos estão parcialmente corretos. Broc está parcialmente certo ao atestar que a revista era um canteiro de demolição. Porém, equivoca-se ao achar que se tratava de demolir *toda* a geografia e não *certa* geografia – a exemplo da geografia dos professores. Ao mesmo tempo, Bernard peca pelo “generalismo” ao grafar que *Hérodote* buscava manter e reforçar a Geografia. Ele fala duma Geografia em abstrato. Ora, definitivamente o trabalho da revista poderia ser de reforço, mas não de manutenção. Reforço no seguinte sentido: uma nova orientação pragmática (e teórica) que enxergava na incorporação de questões militares e políticas, balizadas por uma *démarche* rigorosa, o caminho da modernização da disciplina. Decididamente, *Hérodote* não queria manter a geografia dos professores. Nesse sentido, a crítica era revolucionária e sem qualquer compromisso de conservar velhas formas de fazer Geografia.

O número 24 (janvier-avril 1982), “Terres à haut risques”, inaugurava o sexto ano da revista e Yves Lacoste assinava o editorial intitulado *Les querelles des géographes et l’unité de la géographie*. Os cinco primeiros anos de *Hérodote* não foram fáceis pois a revista nascera no seio do governo⁷²⁴ de direita de Valéry Giscard d’Estaing e tendo Alice Saunier-Seïté como Secretária de Estado das Universidades. No meio universitário, foi uma época de revanche contra aqueles que participaram do maio de 68. No plano interno da Geografia, a corporação reprimiu as ideias novas e mesmo os adeptos da geografia quantitativa foram tachados de subversivos. Michel Foucher utilizava o pseudônimo de Thomas Varlin para assinar os artigos. Lacoste mesmo foi rebaixado ao grau de mestre-assistente.

Outra querela dos geógrafos dizia respeito à unidade da geografia. Alguns geógrafos, e Yves Lacoste não diz quem são⁷²⁵, eram partidários da tese de uma necessária recusa da unidade

⁷²² Merci d'autant plus que je me suis parfaitement reconnu parmi les “crétins” qui ont vu dans l'entreprise “un chantier de démolition de la géographie”.

⁷²³ Numa tradução livre nossa para a expressão *à l'eau de rose*.

⁷²⁴ De 27 de maio de 1974 até 21 de maio de 1981.

⁷²⁵ Por dedução, seriam os adeptos da assim chamada Geografia Quantitativa. No número 26, Yves Lacoste grafa que a limitação da geografia ao quadro das ciências sociais era uma tese da *nouvelle géographie*.

da Geografia em física e humana. Essa tese – “uma das raras afirmações teóricas da escola geográfica francesa⁷²⁶” (LACOSTE, 1982a, p.6) – deveria ser suplantada caso a Geografia almejasse tornar-se ciência. Ao que tudo indica, a situação agravava-se porque a Associação francesa de geografia física publicou nesse número uma espécie de manifesto intitulado *A geografia física existe*. Ora, para Lacoste, a Geografia é uma ao mesmo tempo em que é um saber que combinava conhecimentos – de diferentes tipos e produzidos por distintas ciências – passíveis de espacialização e mapeamento.

Assim, nesse texto, Yves Lacoste adiciona mais uma determinação acerca da razão de ser da geografia: saber-pensar o espaço para poder nele agir de maneira mais eficaz. Em *Géographie du sous-développement*, a razão de ser da geografia moderna era o estudo da realidade na sua complexidade mesma e só secundariamente nos seus diferentes constituintes. Tanto no artigo *Le concept de sous-développement et la Géographie*, quanto no capítulo *A geografia*, a razão de ser apresentada era descrever e explicar as interações de fatores de diversas naturezas (naturais e sociais) e a extensão espacial correspondente; finalmente, no seu *petit livre bleu*, a razão de ser diz respeito a tomar conhecimento da complexidade das configurações do espaço terrestre. São camadas de sedimentos que desvelam a evolução intelectual de Yves Lacoste

Por essa via nós temos uma nova determinação do que é ser geógrafo. Se em *La Géographie* ele aparece como um agente de informações, Lacoste agora adiciona mais uma camada que nos permite extrair o seguinte: o geógrafo é, também, o especialista do saber espacial. Ele combina diversos métodos em função de um objetivo. Ao operar a combinação de métodos e conhecimentos ele gera novas ideias científicas. Desse modo, Lacoste defende a manutenção do princípio de uma geografia global. E a posição de *Hérodote* ia no mesmo sentido da unidade da Geografia enquanto posição epistemológica fundamental. Clarifica-se assim o tema da revista: levar a cabo uma análise geográfica concomitantemente física e humana.

O número 25 (mai-juillet 1982), “D’autres géopolitiques”, enfatizava a diversidade de geopolíticas que não estão calcadas na razão de Estado. O geógrafo exemplifica: regionalizações mais eficazes, políticas que favorecem o desenvolvimento de povos no seio de Estados federativos, ou ainda aquelas que conferem mais autonomia aos camponeses cuidarem de suas próprias vidas – todos ilustram “problemas políticos de organização do espaço⁷²⁷” (LACOSTE, 1982b, p.8)

⁷²⁶ [...] l'une des rares affirmations théoriques de l'école géographique française.

⁷²⁷ [...] problèmes politiques d'organisation de l'espace.

O número 26 (août-octobre 1982), “Écologies/Géographie”, era o primeiro dedicado às relações da Geografia com outra disciplina – a ecologia. Jean Tricart efetivou o papel de mediador com os especialistas da ecologia. Em larga medida, essa edição de *Hérodote* prolongava as discussões do número 24 e reafirmava a unidade entre as geografias física e humana enquanto fundamento epistemológico. Yves Lacoste torna a elucidar que a razão de ser da Geografia era dupla: análise das formas *espaciais* das diversas categorias de fenômenos e considerar as múltiplas formas de combinação espacial na superfície do globo em sua configuração particular.

O geógrafo também faz uma observação à tese da *produção do espaço*: “esta expressão da moda, inventada por sociólogos, é absurda, porque não se pode produzir espaço, mas apenas formas de organização do espaço⁷²⁸” (LACOSTE, 1982c, p.6). Ele realiza essa crítica por entender que partilhar a tese da produção do espaço é considerá-lo somente como um produto social – e o espaço é igualmente resultado dos dados naturais. Isso explica porque *Hérodote*, assumindo crescentemente uma orientação geopolítica, jamais tenha negligenciado as condições naturais. O número 12 (octobre-décembre 1978), “La géographie et la physique”, era outro exemplo dessa postura.

O número 24 mostrava os efeitos complexos de fenômenos naturais – sismos, tufões, secas – constituidores de ameaças às pessoas que viviam nas “terras de alto risco”. Por seu turno, o número 26 retomava a discussão num nível mais geral e teórico ao debater o estatuto da Geografia física e suas relações com a Ecologia e a Ecologia *política*. Quais são as especificidades epistemológicas delas? A Geografia preocupando-se com as relações *espaciais* ao passo que a Ecologia se debruça sobre as relações *bióticas*. Sendo mais específico ainda: a Ecologia privilegia, ao estudar os ecossistemas, a dimensão natural-biológica; a Geografia, bem como a Ecologia *política*, considera as atividades humanas (culturais, econômicas, políticas, sociais, etc.). Diferenciam-se ao tomarem como objeto, respectivamente, as configurações espaciais e as relações positivas/negativas com os ecossistemas

Ele também tocava num ponto sensível aos geógrafos ao fazer uma crítica à afirmação da geografia enquanto “ciência de síntese” por excelência. Para Yves Lacoste, tal afirmação demonstrava ingenuidade de seus colegas, ao mesmo tempo em que fazia sorrir e irritava os não-geógrafos. Ora, uma ciência de síntese por excelência seria inconcebível pois cada ciência lança mão de conhecimentos produzidos por diversas disciplinas e que engendram sua própria síntese. A pretensão de dar conta, descrever e explicar globalmente o mundo é nomeada por

⁷²⁸ [...] cette expression à la mode, inventée par des sociologues, est absurde, car on ne peut produire de l'espace, mais seulement des formes d'organisation de l'espace [...].

Lacoste de “megalomania científica⁷²⁹” (LACOSTE, 1982c, p.15). A megalomania científica havia atingido a Ecologia – ciência então na moda graças aos *mass media*.

Não só da moda como indispensável à sobrevivência da humanidade. Alguns acontecimentos político-institucionais sustentavam essa visão: a existência do Clube de Roma (1968) e o consequente relatório *Limites do crescimento* (1972), bem como a realização da Primeira Conferência Mundial do Desenvolvimento e Meio Ambiente (1972), em Estocolmo. Além disso, Yves Lacoste (1982c, p.19) reconhecia no movimento ecológico um “poderoso fator de progresso social⁷³⁰”. A incorporação do Político na Geografia – mas também na Ecologia – conferia esperança à revista de que o “saber-pensar o espaço” tornar-se-ia uma ferramenta intelectual para os cidadãos. E nesse sentido o esforço de *Hérodote* se encontrava com aquele empreendido pelos ecologistas *políticos*.

Se nos fosse possível pensar num “slogan” ou mesmo num subtítulo para *Hérodote*, arriscar-nos-íamos a grafar: “saber-pensar o espaço”. Uma maneira de fazer isso é agrupando no mapa espaços mais ou menos dissociados – a partir de uma operação mental que forma subconjuntos geográficos, distintos dos apresentados pelos *mass media* e dos livros de geografia, destacando particularidades ou observando relações numa área determinada. É um princípio. Outro é comparar conjuntos espaciais cujas configurações geográficas são da mesma ordem de grandeza – parte fundamental da *démarche* lacosteana.

VI – A mudança do subtítulo e a consolidação do objeto de estudo da revista: rumo à uma Geografia democrática e cidadã

É com base nesses princípios que a revista publica o número 27 (novembre-décembre 1982), “Méditerranée américaine”. O objetivo dos artigos era estabelecer uma reflexão, sobretudo geopolítica, focalizando “um conjunto espacial” que congrega “em torno do Golfo do México e do Mar Caribe” os Estados da América Central, Antilhas, o Sul dos Estados Unidos e grande parte da Colômbia e da Venezuela (LACOSTE, 1982d, p.4). Logo, haveria dois mediterrâneos: aquele do “Mundo Antigo” e o Americano. Diversos geógrafos não já haviam utilizado essa expressão? Humboldt era um exemplo. Mas também Pierre Deffontaines (1955) que, por eurocentrismo, fala de um mediterrâneo americano e um mediterrâneo europeu.

⁷²⁹ [...] mégalomanie scientifique.

⁷³⁰ Le mouvement écologique existe désormais dans un grand nombre de pays, il ne disparaîtra pas et il est incontestablement un puissant facteur de progrès social.

Ademais, formar esse conjunto também tinha como intuito considerar o papel dos EUA com seus vizinhos de menor dimensão demográfica e espacial. Uma observação importante já que em 1979, tanto a revolução sandinista na Nicarágua, quanto a revolução de Maurice Bishop (1944-1983) em Granada, haviam triunfado. Bishop, líder do movimento *New Jewel* e “era um marxista radical do tipo cubano que se inspirava em Castro e esperava sua ajuda⁷³¹” (GOTT, 2007 [2004], p.412). Bishop será assassinado e os EUA invadirão a ilha em 25 de outubro de 1983.

O número 27 apresentava uma modificação que perdura até hoje: a mudança do subtítulo de *Hérodote*. De *stratégies-géographies-idéologies* agora trazia na capa: *revue de géographie et géopolitique*. Certamente, Yves Lacoste julgava que a revista (e ele próprio, claro) havia contribuído decisivamente para mudar a imagem que a Geografia tinha ao enfatizarem-na como conhecimento estratégico e discurso ideológico. Este aspecto – a imagem aviltada da disciplina – era tão grave que o geógrafo julgou prematuro *Hérodote* apresentar-se como revista de geografia. Somente depois de praticamente sete anos é que Lacoste considerou oportuno tal apresentação para afirmar que “os geógrafos também têm uma palavra a dizer em matéria de geopolítica” (LACOSTE, 1983a, p.5).

Além disso, a mudança do subtítulo indicava que não era mais a função ideológica da geografia que interessava à revista, mas sim as representações contraditórias que os protagonistas de um conflito territorial detêm (GIBLIN, 2014). Na avaliação de Olivier Bernard (2016), uma *revue de géographie et géopolitique* acentuava a vontade de mostrar que a produção de ideias geopolíticas, então em voga nos *mass media*, não poderia prescindir da eficácia explicativa da Geografia e da História. É importante destacar, e creio ser decisivo insistir sobremaneira nesse aspecto, que se trata antes de uma revista de *Geografia* cuja especialidade é a geopolítica. E nesse sentido *Hérodote* ecoa o seu criador e o princípio epistemológico de jamais clivar a unidade do saber geográfico nas dimensões natural e humana.

Last, but not least, a mudança do subtítulo buscava demarcar um campo em disputa. Em 1982, Marie-France Garaud funda, o *Institut international de géopolitique*⁷³² — que publica uma revista trimestral intitulada *Géopolitique*. Na avaliação de Yves Lacoste, o *Institut* era uma forma de singularizar as posições políticas dessa advogada que um ano antes tinha sido candidata à presidência da França. Sob a direção do general Pierre Marie Galois (1911-2010),

⁷³¹ [...] era un marxista radical del tipo cubano que se inspiraba en Castro y esperaba su ayuda.

⁷³² Na lista de fundadores contava com Samuel Huntington (1927-2008). A revista, que depois se chamaria *La nouvelle revue Géopolitique*, teve seu último número em novembro de 2014. Cf: <<https://www.leconflit.com/article-geopolitique-revue-de-l-institut-international-de-geopolitique-40736517.html>>. Acesso em 08 de março de 2023.

o *Institut* era um corpo politicamente conservador (HEPPLE, 2000). Já a revista não tinha um maior cuidado teórico e os artigos não eram muito diferentes daqueles publicados em “*magazines*”⁷³³ (LACOSTE, 1996, p.14). Em reação a esse duplo lançamento que, pelo menos em França, lhes estabelecia concorrência, a equipe de *Hérodote* delibera não deixar o campo aberto à Garaud – por isso revista de geografia e geopolítica – nem a qualquer um que buscasse autonomizar a geopolítica qualificando-a de nova ciência com leis próprias. Abordar seriamente os problemas geopolíticos passava pela referência à Geografia e à História.

Com a publicação do número 27, *Hérodote* está consolidada no sentido em que empregamos nessa tese: objeto, *démarche* e caráter ontológico. O número 28 (janvier-mars 1983), “Géopolitiques allemandes”, trazia uma mudança: o nome de François Maspero substituído por “La Découverte/Maspero” – e dentro de um ano se chamará apenas *La Découverte*, casa editorial dirigida por François Gèze. Essa alteração refletia a decisão tomada pelo fundador das *éditions Maspero*, em 1959, de abrir mão das edições para se dedicar à outras atividades intelectuais – a exemplo da escrita e tradução.

Yves Lacoste assinava, no número 28, além do editorial, um artigo intitulado *L’Allemagne et le problème des euromissiles*. A questão era a seguinte: a URSS instalou desde 1977 os mísseis de médio alcance SS-20. Para equilibrar as forças na Europa, o chanceler Helmut Schmidt – em 1977 – exigiu do presidente dos EUA a instalação de novos mísseis estadunidenses, os *Pershing II*. Schmidt acreditava que a OTAN era um acoplamento [*couplage*] de forças do atlântico europeu e da ilha americana. Naquele momento, os EUA tinham “300 mil soldados estacionados no território da RFA”⁷³⁴ (LACOSTE, 1983b, p.13). Para o geógrafo, a questão do desacoplamento [*découplage*] entre os EUA e os estados europeus da OTAN era o problema fundamental e desafio essencial na Europa do início da década de 1980.

Contudo, à época, os *Pershing II* não estavam prontos e ficou acordado entre os governos membros da OTAN que eles seriam instalados no final de 1983. O temor estava instalado na Alemanha e isso acabou resultando em manifestações de movimentos pacifistas: “A maior das manifestações, ocorrida em Bonn, em 1981, reuniu aproximadamente 300 mil

⁷³³ Lacoste usa essa palavra justamente para enfatizar uma distinção entre o conteúdo de *Hérodote* e aquele da *Géopolitique*. Uma das diferenças era justamente o cuidado teórico.

⁷³⁴ [...] 300 000 soldats américains qui se trouvent stationnés sur le territoire de la R.F.A.

peças” (COSTA, 1992, p.250). Palco de duas guerras mundiais, a Europa sentia calafrios da situação posto que estava no fogo cruzado entre as duas superpotências.

Por seu turno, os soviéticos argumentaram que a instalação de novos mísseis, com alcance variando de 1700 a 2000 quilômetros, seria uma violação dos acordos *Strategic Arms Limitation Talks* (SALT) de 1972 e 1979. Os mísseis *Pershing II*, caso lançados da Europa ocidental, poderiam atingir a URSS num intervalo de 5 a 6 minutos e destruir os *Intercontinental Ballistic Missile* (ICBM) soviéticos antes de serem lançados contra os EUA. Em matéria de mísseis, a situação era uma herança da crise de Cuba em 1962.

O problema dos mísseis demonstrava também a importância da análise espacial. Os mísseis de cruzeiro voam em baixa altitude e são guiados por um computador que previamente registra as rugosidades do terreno, em trajetos de milhares de quilômetros. Os SS-20 tinham rampas de lançamento móveis, o que era um trunfo importante. O alcance e impacto espacial eram claramente estratégicos para as duas superpotências. O mapa a seguir apresenta determinados pontos de armamentos nucleares na RFA (FIGURA 47)

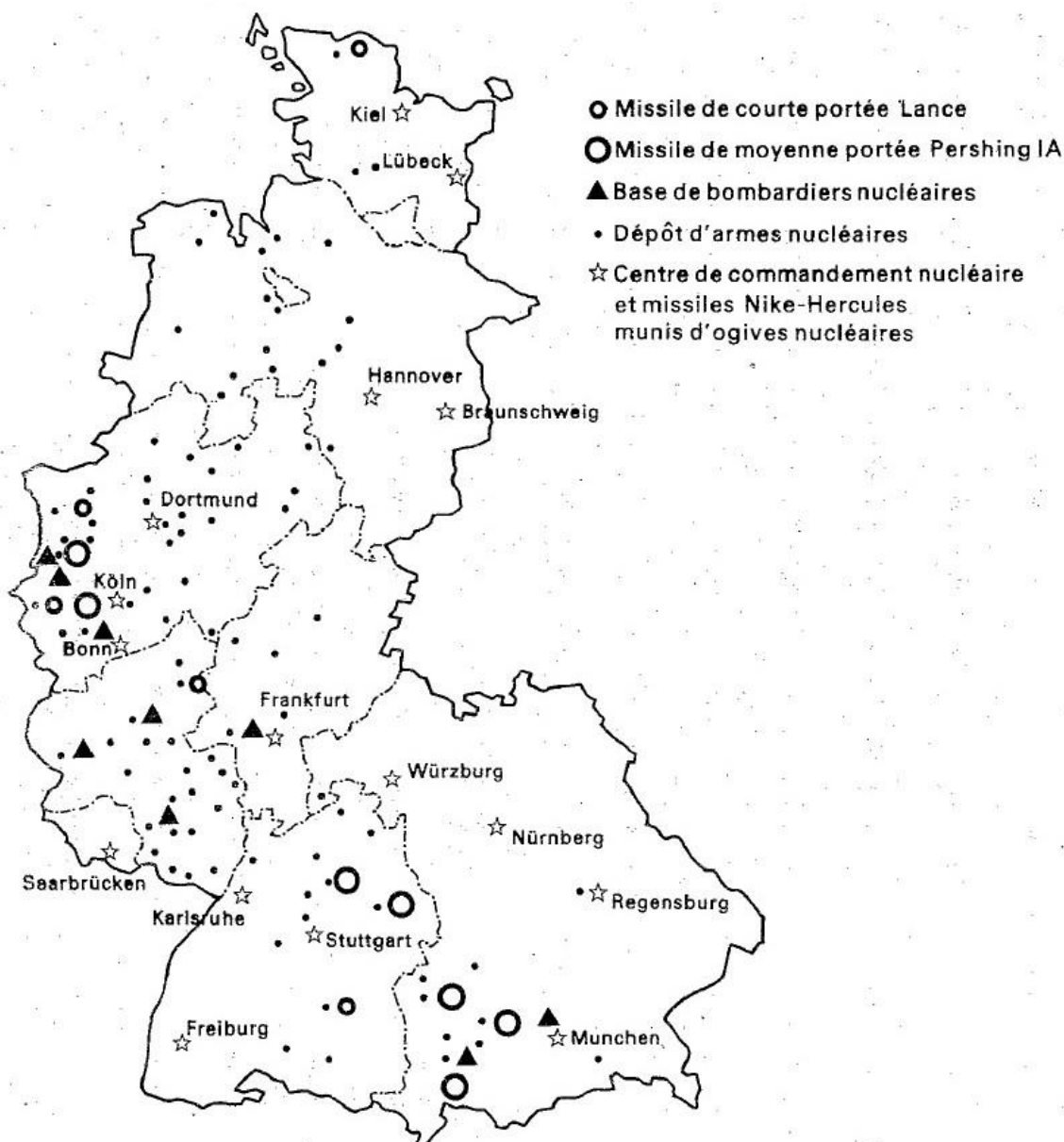


Figura 47. Mapa da distribuição espacial de mísseis, bases, depósitos de armas, centros de comando e mísseis munidos de ogivas na RFA. Fonte: LACOSTE, 1983b, p.21.

A edição seguinte era dupla. Os números 29/30 (avril-septembre 1983), dedicavam-se às “Géopolitiques au Proche-Orient”. No editorial, Yves Lacoste (1983c, p.11) enfatiza que o objetivo da revista com esse número duplo era analisar as situações geopolíticas bastante complicadas e afirmar o direito de cada povo “a viver num território que pode considerar seu”. E situações geopolíticas complicadas era o que não faltava no Oriente Próximo (FIGURA 48): o massacre de refugiados palestinos e libaneses nos campos de Sabra e Chatila, em Beirute, sob ocupação das forças armadas de Israel; a própria guerra civil no Líbano, iniciada em 1975; o episódio conhecido como “Setembro negro” (setembro de 1970 a julho de 1971), alcunha dada a emigração massiva de palestinos após as forças armadas jordanianas confrontarem a

Organização de Libertação da Palestina (OLP, criada em 1964) de Yasser Arafat (1929-2004); a Guerra Irã-Iraque, iniciada em 1980; sem falar dos próprios conflitos entre árabes e israelenses.

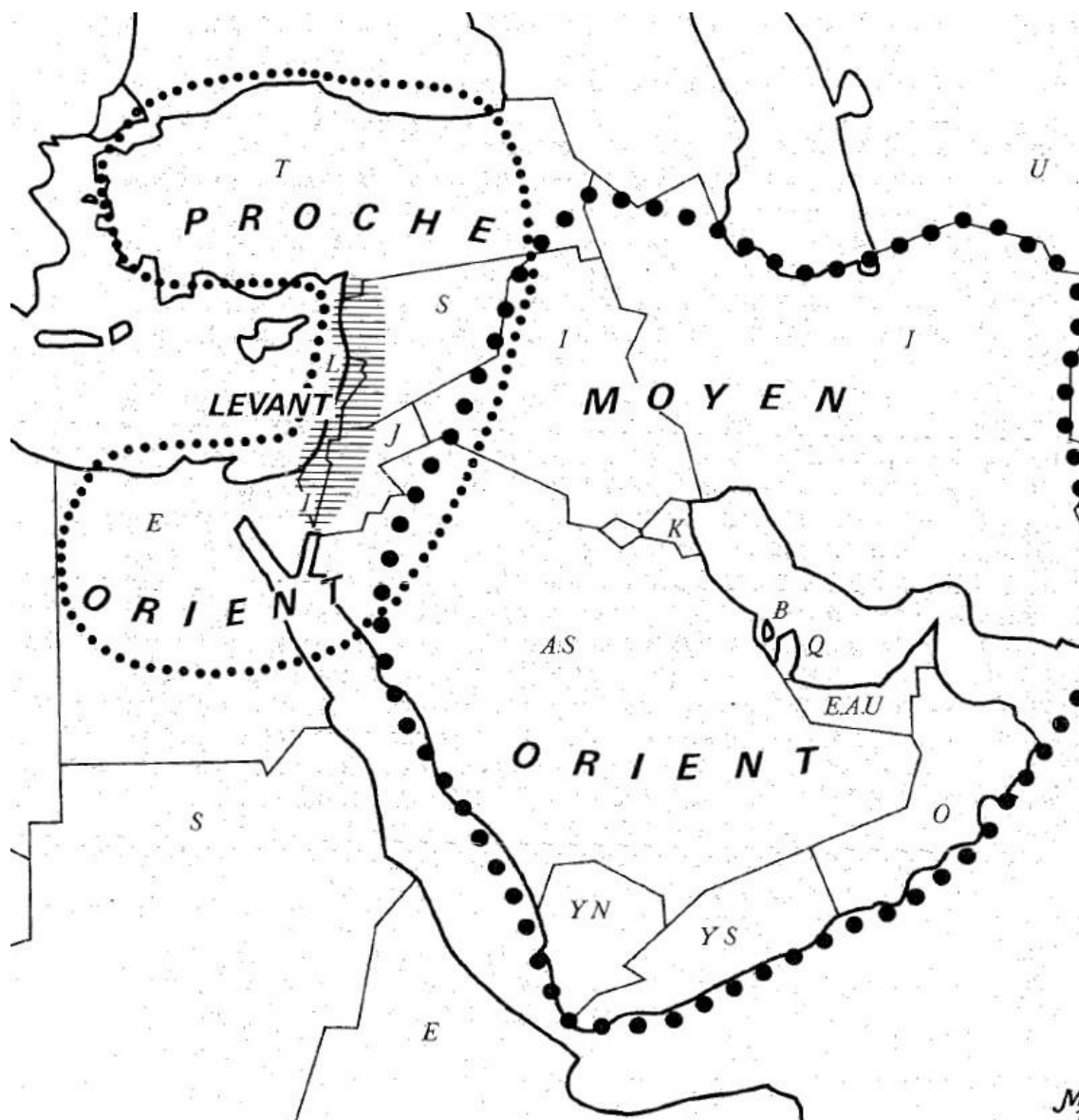


Figura 48. Mapa com a localização do Oriente Próximo, Levante e Oriente Médio. Fonte: LACOSTE, 1983c, p.8.

O número 31 (outubro-décembre 1983), “L’implosion urbaine?” voltava a se debruçar sobre os problemas urbanos. Dilatava, logo, o tratamento dado nos números 17 e 19. O título interrogativo tinha um duplo significado: indicar que se tratava de uma hipótese ainda não aferível em todas as grandes cidades do terceiro mundo ao mesmo tempo em que indicava a “possibilidade de evolução⁷³⁵” (LACOSTE, 1983d, p.5). Entre os anos 1950 e 1980, o número

⁷³⁵ [...] possibilité d’évolution.

de cidadãos no terceiro mundo multiplicou por 3,5 e isso tornou clássico falar em explosão urbana. Sem embargo, boa parte da população urbana tende a estar concentrada ou é empurrada para espaços mais limitados (não seriam as favelas um exemplo disso?).

Assim, é esse fato que leva o geógrafo a se questionar se a explosão urbana não estava se tornando implosão urbana. Para ele, tratava-se de uma tendência e fora capturada a partir das pesquisas capitaneadas pelo geógrafo Alain Duran-Lasserve intitulada “Evolução dos sistemas da produção fundiária e imobiliária nos países em desenvolvimento”. Os artigos reunidos em *Hérodote* eram parte dos resultados alcançados pelos investigadores participantes na citada pesquisa.

O ano de 1984 começa com Yves Lacoste representando a Geografia na “comissão Girault” sobre o ensino de história. A comissão recebeu esse nome porque foi capitaneada pelo historiador, e relator da mesma, René Girault (1929-1999). Nos dias 19, 20 e 21 de janeiro do referido ano, ocorreu o Colóquio nacional sobre a história e o seu ensino, no qual o geógrafo apresentou o texto *Ensinar A Geografia* (LACOSTE, 2007 [1984], p.245-256). Lacoste observa que, devido à formação essencialmente histórica, os professores de história e geografia possuem uma dificuldade muito maior em ensinar Geografia. Mas se o colóquio se preocupava para com as carências da relação história e ensino, o mesmo não poderia ser dito da Geografia. Entretanto, como em França história e geografia estão fortemente ligadas, um colóquio dedicado exclusivamente à história e, sobretudo, tendo-se a constatação das dificuldades de se ensinar Geografia (no quadro de uma formação eminentemente histórica), tocou a sensibilidade de René Girault em organizar referido o colóquio e considerar os problemas da disciplina geográfica.

De onde vem esse incômodo em relação ao ensino de Geografia? A princípio as lições de geografia geral acerca, por exemplo, do movimento de rotação da Terra e as coordenadas geográficas. Ademais, os historiadores não tinham boas lembranças das provas de geografia – na qual eram submetidos para ter a licença ou a *agrégation* – bem como das temíveis lições de geologia. Por outro lado, a Geografia aparecia como eminentemente descritiva, enumeradora e simplista. Enquanto a história era preche de drama, o discurso geográfico era mais ou menos impassível. Daí, para Lacoste, a importância da sentença de Jean Dresch: *não há geografia sem drama*.

Drama, lembra Lacoste (2007 [1984], p.253), etimologicamente “é primeiro a ação” e em seguida o relato da ação no intuito de interessar aos espectadores no teatro. Como, portanto, reincorporar o drama na Geografia? A resposta já é por nós conhecida: reintroduzir o político. Tal reintrodução combate a redução da geograficidade – já o sabemos. Reintroduzir o político

no discurso geográfico significa tomar a máxima dreschiana na qualidade de uma fórmula epistemológica com um duplo valor: científico e pedagógico.

O duplo valor da fórmula epistemológica seria extremamente benéfico à formação dos cidadãos e no desenvolvimento da democracia na sociedade da França. Além disso, O raciocínio geográfico, considerado sob esse prisma, quebraria a criptografia subjacente ao mundo. Lacoste (2007 [1984], p.255) acredita que “*a geografia deve ser para o espaço o que a história é para o tempo*”. Essas duas categorias kantianas fundamentais (espaço e tempo), não deem ser separadas, mas também não devem ser fundidas no que ele chama de “geo-história”. Se com Braudel o raciocínio histórico baseia-se, mormente, na distinção das durações, com Yves Lacoste o raciocínio geográfico – eis a lição de método – deve diferenciar e articular os diferentes níveis de análise espacial e considerar os conjuntos espaciais relativamente à sua dimensão.

Assim, vemos uma proposição metodológica ser encarada como uma via do que podemos chamar de “descriptografia do mundo”. Por esse método, a Geografia poderá ser melhor ensinada (seja por geógrafos ou historiadores) tendo como fito o desenvolvimento da democracia e a formação dos cidadãos. Isso significa também uma democratização do próprio saber geográfico. Uma alfabetização espacial e uma alfabetização cartográfica devem caminhar juntos. Então, a tarefa dos professores de história e de geografia era mediar o processo de leitura dos mapas e de como fazer uso dos mesmos.

Retomemos *Hérodote*. No número 32 (janvier-mars 1984), “géopolitiques de la mer”, Yves Lacoste assinava um editorial em que apontava as quatro grandes mudanças geopolíticas (e geoestratégicas) no ambiente marítimo nos últimos 20 anos. A primeira delas é a anexação, pelos estados, de vastas extensões marinhas; a segunda era a multiplicação de microestados insulares: Ilhas Marshall, Palau, Nauru, Ilhas Cook, Tuvalu, Tonga, Ilhas Salomão, Vanuatu, Kiribati, Fiji, entre outros. Lacoste (1984a, p.4) aponta que o anuário demográfico da ONU, em 1978, contabilizava “50 Estados tendo cada um menos de 200 mil habitantes e 40 deles sendo ilhas⁷³⁶”. O geógrafo não deixou de criticar essa balcanização e de julgar se tratar, em sua maioria, de pseudo-Estados dependentes de uma grande potência. Ele voltaria ao tema da miríade [*kyrielle*] de microestados, enquanto “inovação geopolítica”, num escrito intitulado *Géopolitique en manoeuvres* – publicado no *Le Monde* (LACOSTE, 1985d).

A terceira mudança, eminentemente geoestratégica, era a importância do papel dos submarinos nucleares no arsenal de dissuasão das grandes potências militares. Para o geógrafo,

⁷³⁶ [...] cinquante Etats comptant chacun moins de 200 000 habitants et quarante d'entre eux sont des îles.

tratava-se de uma réplica à constante vigilância feita por satélites estadunidenses e soviéticos sobre as terras emersas. O submarino nuclear tinha três importantes características: (I) poderia permanecer semanas submerso; (II) trata-se de uma arma cuja localização não é identificável; e (III) sua destruição não pode ser programada com antecedência por mísseis de potências inimigas. Com essa mudança geoestratégica, o mar havia se tornado o espaço de refúgio planetário.

Finalmente, a quarta mudança dizia respeito ao desenvolvimento da potência naval soviética, capaz de rivalizar com os EUA. É certo que em alguns dados a URSS ainda perdia para a República Imperial: 03 porta-aviões contra 14 estadunidenses. Não obstante, em número e tonelagem, os submarinos soviéticos venciam os *yankees*: 179 para 1 milhão e 100 mil toneladas *versus* 121 para 600 mil de toneladas. Esse acontecimento convidava os teóricos da geopolítica a revisar as teses que, desde Mahan e Mackinder, opunham poder marítimo [*sea power*] e poder terrestre [*continental power*]

Os números 33/34 (avril-septembre 1984) detinham o mesmo título do editorial de Yves Lacoste: “Les géographes, l’action et le politique”. Trata-se de um número voltado para o papel que os geógrafos podem desempenhar face aos problemas que demandam ações de grande envergadura e de eficiência correlata, bem como que os políticos fossem cômicos da extrema diversidade das situações geográficas. Era uma espécie de balanço dos 08 anos de Hérodote e a exposição das suas orientações foi publicada em 1984 por ocasião da realização, em Paris, do Congresso da União Geográfica Internacional (LACOSTE, 1996).

Lacoste também destaca o significado triplo, os três sentidos que a palavra geografia designa: (I) realidades extremamente diversas; (II) representações parciais dessas realidades; e (III) os próprios geógrafos. Nesse último caso, ele lamenta que desde o final do século XIX a divisão do trabalho científico tenha autonomizado o papel dos cartógrafos. Sem embargo, cabe aos geógrafos construir raciocínios geográficos ao combinarem e compararem mapas em distintas escalas. Eles encontram sua razão de ser ou sua função socio-científica no seguinte: *saber pensar o espaço terrestre*⁷³⁷ para saber nele agir eficientemente, de forma mais eficaz (LACOSTE, 1984b, p.8). Trata-se de pensar o espaço em sua complexidade, com superposições e interações diversas a partir de dimensões muito desiguais – cuja extensão poderia ir das situações mais locais e localizadas até aquelas de alcance planetário.

De fato, o texto lacosteano retoma diversos aspectos acerca da história da geografia, a querela entre geografia aplicada e ativa, o corte epistemológico entre geógrafos e cartógrafos,

⁷³⁷ [...] *savoir penser l’espace terrestre* [...]

a *démarche* própria à captura da complexidade do espaço terrestre. Mas também trazia algumas novas observações. Uma delas era a crítica da noção de *espaço banal* cunhada pelo economista francês François Perroux (1964 [1961], p.127): “O espaço *geonômico* – que nomearemos para evitar essa palavra inusitada, espaço banal – é definido por relações geonômicas entre pontos, linhas, superfícies, volumes⁷³⁸”. Perroux produzia dessa forma uma distinção rigorosa entre espaços geonômicos (banais) e espaços econômicos – esses últimos sendo domínios próprios da economia e definidos por relações econômicas entre elementos econômicos.

O geógrafo criticava o economista pois, ao fazer essa distinção, Perroux transformava o espaço econômico no único digno de atenção. Ademais a linguagem claramente inferiorizava o espaço geográfico transformando-o num objeto desprovido de importância pelos teóricos da economia e do desenvolvimento. Sem embargo, é preciso adicionar que se o espaço geográfico era banal, significava também dizer que o saber que se ocupa desse espaço era banal também.

Outra novidade era a consideração da Geografia enquanto um *saber político*. Assim, ele adicionou mais uma determinação que tornava mais concreto esse saber⁷³⁹. Essa reincorporação do político no geográfico não significava tornar o geógrafo um príncipe – ou seja, ele não exerce o poder e no máximo pode ser um conselheiro. Diga-se de passagem, tal ponderação – a geografia enquanto saber político – já havia aparecido no jornal *Le Monde* quando do escrito lacosteano intitulado *Et la géographie? A geografia fundamental*, a crítica à Paul Vidal de la Blache, a redução da geograficidade também marcam presença (LACOSTE, 1984d)

Vimos anteriormente que Olivier Bernard havia apontado que o projeto de *Hérodote* era de manutenção e reforço da Geografia. Sendo o político reincorporado ao geográfico, Yves Lacoste considera que o projeto de *Hérodote* era trazer de volta os geógrafos para o terreno do político. E a ambição dessa revista era justamente reestabelecer a Geografia no estatuto de um saber político.

Além do texto lacosteano, a edição dupla trazia duas entrevistas com dois importantes geógrafos francófonos: Jean Dresch e Pierre Gourou. Em sua entrevista intitulada “*Não existe geografia sem drama*”⁷⁴⁰ (DRESCH, 1984, p.33-49) é importante destacar o seu entendimento sobre essa ideia que marcou Yves Lacoste. Ele se inspirou na obra do geólogo francês Henri-François-Émile Termier (1897-1989) que, estudando fenômenos tectônicos, formação de cadeia

⁷³⁸ L'espace géonomique - que nous nommerons pour éviter ce mot inusité, espace banal - est défini par des relations géonomiques entre points, lignes, surfaces, volumes.

⁷³⁹ As outras são: (1) estudo sistemático das interações de fenômenos da natureza, ações e situações humanas; (2) uma teoria dos conjuntos espaciais e uma práxis articuladora de diferentes níveis de análise; (3) uma concatenação de conhecimentos relativos ao espaço aliada à uma descrição metodológica dos mesmos.

⁷⁴⁰ « Il n'y a pas de géographie sans drame »

de montanhas, mostrou a ruptura do equilíbrio após um longo período de lentas mudanças que conduzem à verdadeiros dramas. Jean Dresch achou a ideia fecunda e a introduziu na geomorfologia. O drama, depreende-se, é a fratura nas relações de causalidade caracterizadas por um maior ou menor nível de equilíbrio. Por exemplo: o agravamento da erosão dos solos na África do Norte, a desertificação, a fome.

Essa ideia, como temos acompanhado, marcou Yves Lacoste. Ele mesmo concebe o subdesenvolvimento como um drama e não deixou de criticar a eliminação dessa ideia fecunda no discurso da geografia dos professores. O terceiro mundo não sofria os seus dramas marcados pelo crescimento demográfico? E nada nos impede de afirmar que a própria *Hérodote* era uma revista para grafar os dramas do mundo. Drama também funcionava como meio de criticar a Escola Francesa de Geografia preocupada em estudar as permanências, estabilidades, harmonias e equilíbrios. Em larga medida, para Lacoste, o drama é o político e – podemos gizar – o geopolítico.

Tendo recém-publicado *Terres de Bonne esperance* (1982), Pierre Gourou foi o outro grande geógrafo entrevistado. Diferentemente da entrevista com Jean Dresch – na qual fora o único entrevistador – Yves Lacoste divide a tarefa agora com os geógrafos Jean Malaurie, Paul Pélissier (1921-2010) e Gilles Sautter (1920-1998). O título da entrevista: *A Geografia como 'entretenimento'?*⁷⁴¹. Gourou (1984, p.52) explica que utiliza essa palavra no sentido do século XVII: “uma espécie de elevação acima dos problemas do minuto e também a consideração daqueles do conjunto do mundo... Sim, é entretenimento no sentido de centrifugação...”⁷⁴². De acordo com a definição rastreável no *Dictionnaire Le Robert*⁷⁴³, no século XVIII – precisamente em 1690 – é possível ler: alegria, prazer, recreação. Podemos então deduzir esse entretenimento como um *divertimento aprazível*. Isso fica mais claro quando entendemos a representação dupla que ele faz da Geografia: ela é ao mesmo tempo uma razão de viver e uma introdução à beleza das paisagens.

O número 33/34 de também trazia um artigo de Pierre George em que ele voltava à uma velha querela: *A propos de la « géographie active », réflexions sur les responsabilités des géographes*. O que seria essa responsabilidade dos geógrafos? A princípio, George rejeita a expressão geografia aplicada pois não anseia que os geógrafos se substituam aos políticos tomadores de decisão. A seu ver, a decisão caberia sempre ao poder político que deveria levar

⁷⁴¹ La Géographie comme « divertissement » ?

⁷⁴² [...] une sorte d'élévation au-dessus des problèmes de la minute et aussi la prise en considération de ceux de l'ensemble du monde... Oui, c'est un divertissement au sens de centrifugation... [...]

⁷⁴³ Cf. <<https://dictionnaire.lerobert.com/definition/divertissement#furetiere>>

em consideração fatores circunstanciais e relações de força amiúde em contradição com a lógica da análise dinâmica. “O geógrafo”, só seria planejador quando exercesse o poder – nessa situação ele está “fora do exercício próprio da sua profissão” – e, sendo assim, “sua estratégia deve mais às oportunidades do momento do que às suas motivações científicas⁷⁴⁴” (GEORGE, 1984, p.214).

Ademais, para Pierre George os geógrafos estavam diante de um dilema embaraçoso: deveriam eles se dedicar a construção de modelos com dados da ocupação e utilização do espaço para em seguida testemunharem a desnaturação infligida pelos poderes político-administrativos; ou deveriam entrar no jogo na qualidade de *expert* sendo copartícipes das operações que a consciência profissional e racionalidade abjuram? Como resolver esse dilema? Cair na armadilha da geografia aplicada e participar como refém das operações capitaneadas por interesses que, por exemplo, transgridam as condições ambientais e sociais; ou abster-se da ação e refugiar-se na crítica?

De fato, nem um nem outro. Muito menos abster-se e refugiar-se pois isso era uma forma de renunciar. A solução desse dilema era a geografia ativa. A geografia ativa não implicava uma atitude neutra, embora se limitasse a classificar, correlacionar, registrar e rotular os dados multivariados no intuito de assumir certas responsabilidades em relação à gestão do patrimônio. É nesse sentido que a geografia ativa é uma geografia responsável.

George conhece a história da Geografia e era sabedor que esse debate sobre a utilidade da mesma não era novidade. Ele exemplifica com a oposição entre os geógrafos *praticantes* [*praticien*] – a exemplo da geografia colonial – e os geógrafos de gabinete ou da Universidade. Os primeiros concorrendo para uma ação política, os segundos preferindo construir uma imagem fria dos territórios e das suas relações. Sem embargo, Pierre George alerta que essa geografia que se afirmava objetiva – no sentido de imparcial – eminentemente científica, nem sempre era inocente, seja conscientemente ou não, pois sofria as pressões do momento ainda quando era meramente explicativa.

Assim, além de responsável, a geografia ativa precisaria ser também dinâmica, atual, comparativa e do movimento. Dinâmica porque não poderia se contentar com observações estáticas e deveria estudar as contradições, bem como suas dinâmicas. Atual pois deve considerar todos os eventos e conflitos que se projetam no espaço. Nesse sentido, a geografia ativa era uma ciência política. E ser uma *Science politique* é estar entre as disciplinas que formavam o cidadão e o homem de ação – ação essa situada tanto no tempo, quanto no espaço.

⁷⁴⁴ Le géographe n'est aménageur que lorsqu'il exerce le pouvoir— en dehors de l'exercice propre de sa profession — et, dans ces conditions, sa stratégie doit plus aux opportunités du moment qu'à ses motivations scientifiques.

Nesse tópico, George se aproxima de Lacoste e sua defesa da reincorporação do político. Mais ainda. Aponta para uma marca que se cristalizará em *Hérodote* ao longo dos anos: uma revista que, a partir do seu fundador, detém uma concepção cidadã e democrática da Geografia e da geopolítica.

A Geografia ativa deveria ser comparativa e do movimento. Comparativa pois o geógrafo deve comparar os riscos com os benefícios que poderiam ser atingidos a partir da aplicação de técnicas, de meios de intervenção que perturbam os equilíbrios e as condições de existência. Ele cunha mesmo o conceito de custo geográfico: “é o montante do investimento necessário para restabelecer uma situação (ou um equilíbrio) destruído, ou estabelecer uma situação (ou um equilíbrio) de substituição, quando há destruição irreversível de um estado de coisas⁷⁴⁵” (GEORGE, 1984, p.220).

Finalmente, uma geografia do movimento significa não uma nova geografia, mas sim uma geografia dos tempos novos. Traduzindo: trazer a matéria do tempo presente à reflexão dos geógrafos. Um mundo em movimento não pode ser capturado por uma geografia estática, baseada nos efeitos da *longue durée*. É uma defesa das pesquisas em curto prazo embora não negligencie os fatores de longo prazo. Essa tarefa de geografia ativa só poderia ser feita por geógrafos também ativos, ou seja, vivendo seu tempo e no seu tempo.

Yves Lacoste havia alcançado uma elevada reputação intelectual na comunidade externa à geografia. Um exemplo: a partir de julho de 1984, Christian Descamps e Frédéric Gausson passaram a publicar no *Le Monde* respostas à um questionário sobre o uso da razão no pensamento e na ciência contemporânea. Descamps e Gausson ofertavam vários exemplos que conduziram diversos pesquisadores a colocarem em questão o uso da razão nas pesquisas hodiernas: (I) a crítica dos grandes sistemas de explicação, (II) as crises internas atravessadas por numerosas disciplinas, (III) a aparição de novas problemáticas e novos campos do saber, (IV) as referências frequentemente explícitas à subjetividade ou à metafísica, (V) as interrogações em torno das noções de verdade, progresso, prova, experiência, metodologia, argumentação e quantificação. As questões eram as seguintes:

⁷⁴⁵ [...] est le montant de l'investissement nécessaire pour rétablir une situation (ou un équilibre) détruits, ou pour établir une situation (ou Un équilibre) de remplacement, quand il y a destruction irréversible d'un état de fait : exemple, la destruction des infrastructures naturelles par le tourisme : le bétonnage, la surcharge d'occupation, les diverses formes de pollution.

Em que sentido as formas da racionalidade tradicional lhe parecem postas em causa pelas descobertas do nosso tempo?
 Pode dar alguns exemplos?
 Como classificaria a sua disciplina e o seu próprio trabalho neste debate?
 Entre as novas abordagens da racionalidade contemporânea, quais são as que vos parecem particularmente fecundas?⁷⁴⁶

A título de ilustração, intelectuais extremamente reconhecidos tanto na sua área de conhecimento, quanto externamente, responderam o questionário: Jean-François Lyotard, Tzvetan Todorov, Alain Touraine, Fernand Braudel, Ilya Prigogine, François Châtelet, Lucien Sève, Jürgen Habermas, Abraham Moles, Roger Garaudy. A resposta de Yves Lacoste aparece na edição do *Le Monde* de 2/3 de setembro de 1984 com o curioso título *Descartes? ... des cartes*. A resposta do geógrafo vai na direção de uma espécie de síntese do seu pensamento: ele critica os modelos, o primado do econômico na análise dos marxistas, aponta o consenso em torno da interdisciplinaridade, defende a consideração dos fenômenos nas suas configurações geográficas e argumenta em prol do saber-pensar o espaço como meio de compreensão da complexidade terrestre, da realidade, bem como no deciframento das conexões das categorias de fenômenos naturais e humanos (LACOSTE, 1984e).

Uma última observação é o questionamento que Yves Lacoste se coloca diante da relação entre Geografia e política externa. Ele parte da constatação que, no campo das relações internacionais, o que se nomeia Geografia sujeita-se à duas apreciações contraditórias: aquelas que exageram o papel dos fatores geográficos e aquelas que praticamente ignoram sua influência. No primeiro caso Lacoste elenca os exemplos de Napoleão, Alfred Thayer Mahan e do geógrafo Halford Mackinder.

Para o imperador dos franceses, “a política de um estado está em sua geografia⁷⁴⁷” (LACOSTE, 1984f, p.213). Mais do que um entendimento restrito e elementar do que é a Geografia, Yves Lacoste supõe que Napoleão tinha como propósito impor seu plano geopolítico – de dominação da Europa – como estando em conformidade com a “natureza das coisas⁷⁴⁸”, naturalizando, portanto, a submissão imperial.

⁷⁴⁶ En quel sens les formes de la rationalité traditionnelle vous semblent-elles remises en cause par les découvertes de notre époque ?

Pouvez-vous en donner quelques exemples ?

Comment situeriez-vous votre discipline et vos propres travaux dans ce débat ?

Parmi les nouvelles approches de la rationalité contemporaine, quelles sont celles qui vous semblent particulièrement féconds ?

⁷⁴⁷ the policy of a state lies in its geography.

⁷⁴⁸ nature of things.

Mahan e Mackinder também lançavam mão de “evidências” geográficas para daí derivar um argumento político. Foram eles que desenvolveram as teses do antagonismo decisivo entre poder marítimo e poder terrestre – já o vimos. Primeiro, Reino Unido e França eram o exemplo dessa rivalidade. Depois, EUA e URSS. Contudo, o fato da pátria socialista ter ultrapassado em número e tonelagem a força submarina estadunidense colocava em xeque a metáfora geográfica da URSS enquanto poder terrestre. Poderíamos dizer que Yves Lacoste vê certo geografismo no conflito entre Terra e Mar? Provavelmente sim dado o “caráter metafísico” inerente.

Essas teses apoiavam-se mais em evocações históricas que em um pensamento estratégico rigoroso. Uma afirmação e tanto, diga-se de passagem, dada a magnitude do alcance das mesmas. Mais ainda se pensarmos que o geógrafo em foco não titubeia em escrever: “ausência de valor científico⁷⁴⁹” (LACOSTE, 1984f, p.214). O geógrafo que defendia seu corpo de conhecimento enquanto um saber estava exigindo do oficial da marinha estadunidense, bem como do professor e político inglês, cientificidade. Mas Yves Lacoste não se preocupou com isso quando estudou o bombardeamento dos diques no Vietnã. Foi uma experiência concreta que originou um saber. Ora, Mahan também teve sua experiência concreta na Guerra Civil dos EUA. Por que então sua tese não poderia ser considerada um saber?

O texto lacosteano caminha para ser uma defesa de seu método. Mas também uma crítica das formas geográficas de raciocínio que derivam a política externa nacional de imperativos territoriais (características naturais, distância, etc.). Daí ele entender a política externa estatal como um *sistema* – com suas interações e retroações. Ao nível do Estado, cada país pode estar em situação de maior ou menor dependência e até mesmo de conflito aberto com os megasistemas criados pela URSS e os EUA. Um bom exemplo foi a ruptura sino-soviética.

Em seguida, objetivando mostrar o caráter multivariado da análise geográfica, Yves Lacoste analisa as mudanças na política externa vietnamita entre 1975 e 1980 – principalmente quando dos conflitos com a China e o Camboja. Não nos é necessário retomar esse conflito indochinês aqui. Cabe destacar que o geógrafo faz isso para ilustrar a utilidade da análise geográfica em questões de política externa. Nesse caso, ele seleciona um vasto espaço – o Península da Indochina – num curto prazo de cinco anos. Isso não anuvia os, se é que podemos chamar assim, movimentos de longa duração – a exemplo da suserania chinesa frente ao Vietnã, Camboja, Myanmar e Tailândia.

Um método geográfico aplicado à problemas de relações internacionais deve caracterizar-se por diversos princípios. O primeiro deles é a articulação entre raciocínio

⁷⁴⁹ [...] lack scientific value.

histórico e geográfico. O papel do geógrafo não deve ser apenas de salientar os fatores geográficos ou as tendências permanentes de longo prazo. É preciso considerar também as mudanças em curto prazo, a exemplo dos fenômenos climáticos. A sorte do povo vietnamita poderia ser outra, caso – além dos bombardeamentos assassinos – as monções tivessem se efetivado.

Embora o geógrafo considere os dados naturais (topografia, clima, vegetação), seu principal interesse são os seres humanos, suas atividades e a organização das mesmas. Aqui a atenção deve ser dada à mais poderosa forma de organização mobilização dos homens, o Estado. Este é uma entidade simultaneamente geográfica e política pois é um território com distintas fronteiras dentro do qual um governo controla e contém uma população.

Finalmente, existe a representação geográfica arquetípica – o mapa. É ele quem fornece os dados básicos para o estudo das relações internacionais e das políticas externas. Yves Lacoste (1984f) observa que o mapa não é estático e que nos últimos trinta anos cresceram em número considerável os Estados. Isso significa um movimento das fronteiras nacionais que podem gerar disputas, tensões e conflitos.

Assim, o geógrafo deve estar alerta para como os diversos fenômenos mudam. Ele pode mesmo ser útil na preparação de movimentos futuros. E aqui o mapa desempenha um importante papel pois é uma ferramenta, um meio de ação e previsão. Esse papel do geógrafo em preparar movimentos é o que torna sua forma de raciocínio estratégica. Num trecho em que parece estar criticando François Perroux e sua ideia do espaço banal, Yves Lacoste (1984f, p.225) reflete: “Sua concepção de espaço não é a do espaço plano, uniforme e abstrato do matemático (e, muitas vezes, também do economista), mas de um espaço texturizado, extremamente variado e muito complexo⁷⁵⁰”.

Tal complexidade e variedade advém da própria realidade cujo pensamento distingue diversas categorias de fenômenos (sociais e naturais). Cada categorias de fenômenos – *exempli gratia*, climatológicos e demográficos – é possível mapear conjuntos e subconjuntos espaciais. Estando na mesma escala e sobrepostos, o geógrafo deve estar atento para – eis a defesa de seu método – *interseções* dos diferentes conjuntos espaciais.

⁷⁵⁰ His conception of space is not that of the flat, uniform, and abstract space of the mathematician (and, also often, of the economist) but of a textured, extremely varied, and very complex space.

VII – Periferias e centros do Islã: geopolítica, guerra e fato nacional

O número 35 (outubro-décembre 1984) detinha também o mesmo título do editorial de assinado por Yves Lacoste: “Géopolitique des islams”. De fato, tratava-se de um primeiro número dedicado aos assim chamados Islãs “periféricos”. Por Islãs “periféricos” o geógrafo entende as formações sociais que não são, no essencial, de língua árabe. Eles são a maior parte dos muçulmanos. Geograficamente, estão na Ásia Meridional, Sudeste Asiático, África Oriental e África Subsaariana (FIGURAS 49 e 50). Nesse número observa-se uma preocupação em mostrar-se a diversidade e as interações (geo)políticas no interior do conjunto muçulmano. *Hérodote* expressava as ideias de geógrafos críticos: aqueles “conscientes da ambiguidade da maior parte das representações geográficas⁷⁵¹” [...] encontradas em obras acadêmicas escritas não só por geógrafos, mas também por especialistas de outros saberes – historiadores, sociólogos, etc. – ou veiculados pelos *mass media* (LACOSTE, 1984c, p.8). É nesse sentido que Yves Lacoste faz o que podemos chamar de “crítica das coincidências”. É um equívoco identificar o conjunto muçulmano com o conjunto da cultura árabe: os árabes são somente a quarta parte dos muçulmanos. Outra assimilação errônea é aquela que igualizava o mundo muçulmano com o conjunto dos climas áridos e semiáridos. Nesse caso, o geógrafo está criticando outro colega: Xavier de Planhol que, em *Les Fondements géographiques de l’histoire de l’Islam* (1968), havia erigido essa representação – além de desenvolver o antagonismo entre os gêneros de vida entre pastores nômades e camponeses sedentários. Essa última tese já havia sido criticada por Lacoste em *Ibn Khaldun*.

⁷⁵¹ [...] conscients de l’ambiguïté de la plupart des représentations géographiques [...].

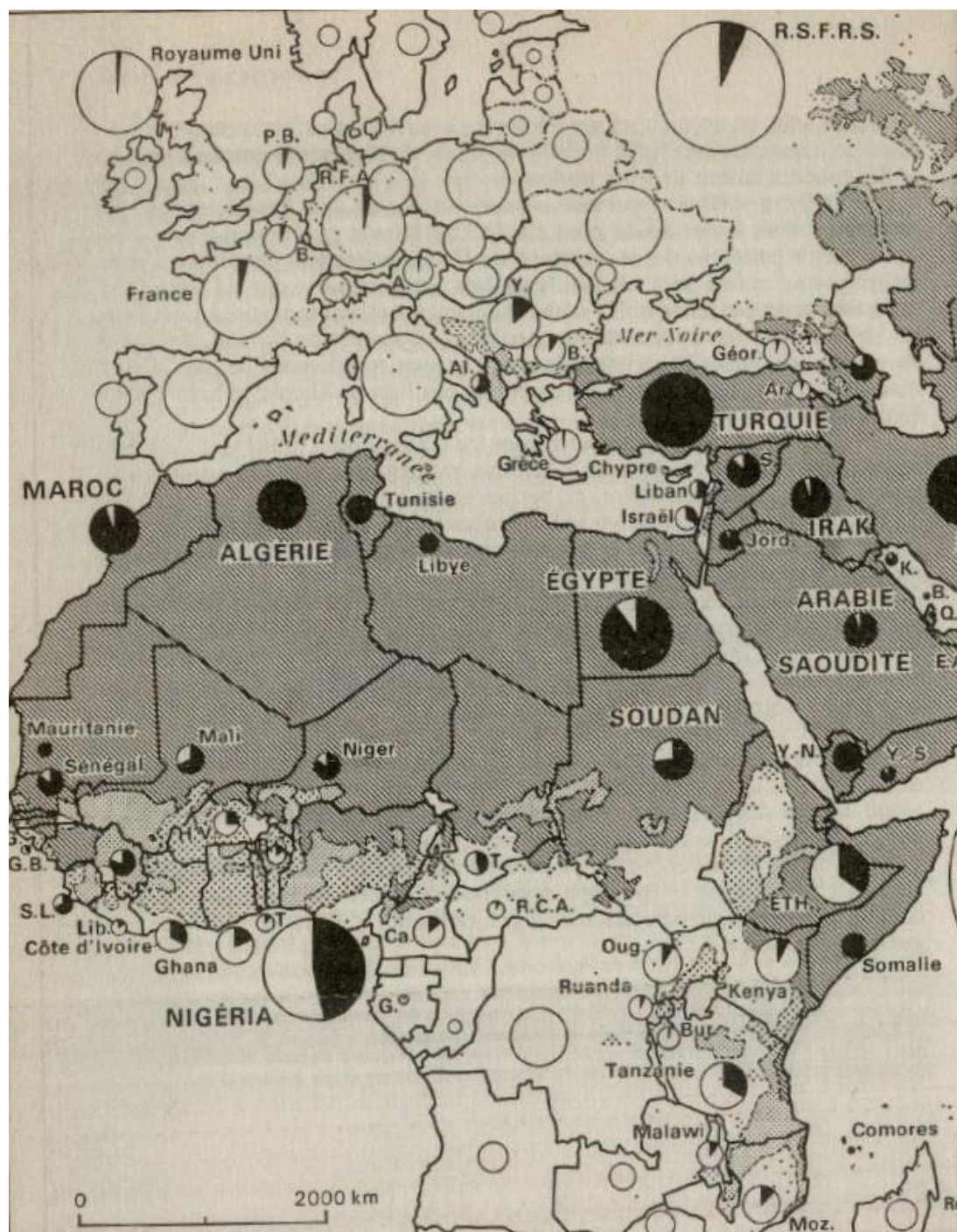


Figura 49. Mapa da distribuição populacional muçulmana por Estado (I). Fonte: LACOSTE, 1984c, p.6.

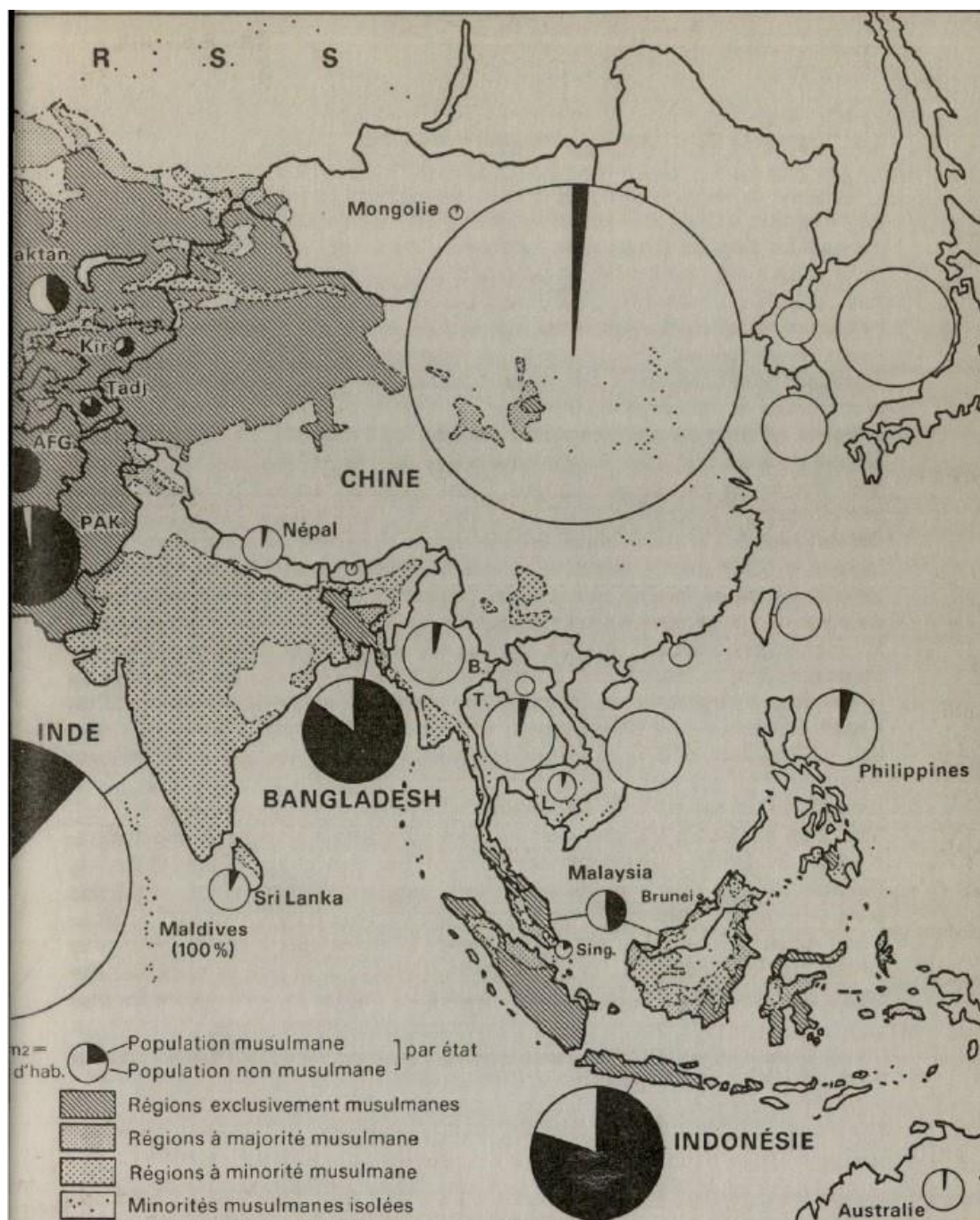


Figura 50. Mapa da distribuição populacional muçulmana por Estado (II). Fonte: LACOSTE, 1984c, p.7.

O número 36 (janvier-mars 1985), “Les centres de l’Islam”, prolongava as discussões do número anterior. Esse texto, como analisaremos, é um verdadeiro exercício de articulação de diferentes níveis de análise. Yves Lacoste assina um editorial intitulado *Les embrouillements géopolitiques des centres de l’Islam*. Por “centros do Islã” deve-se entender o conjunto de países próximos de Meca – ponto de partida da religião muçulmana e polo espiritual da mesma. São

os países que foram islamizados nos primeiros séculos da Hégira⁷⁵² e politicamente reunidos baixo a autoridade do Califado – primeiro Omíada (661-750), com capital em Damasco, depois o Abássida (750-1258), cuja principal cidade era Bagdá. Assim, por dedução, os países mais importantes desse rol são a Arábia Saudita, Iraque, Irã, Jordânia, Síria e Turquia.

No texto, vê-se uma nítida preocupação do geógrafo em distinguir, de acordo com a *démarche* geográfica dos diferentes níveis de análise, subconjuntos no todo cultural que é o mundo muçulmano. Um exemplo já foi dado que é discernir os islãs periféricos e centrais. E é nesse último subconjunto que os emaranhados [*embrouillements*] geopolíticos são mais complicados, a exemplo da Guerra dos Seis Dias (5 a 10 de junho de 1967), a Guerra do Yom Kippur (6 a 26 de outubro de 1973) e a Guerra Irã-Iraque.

Não obstante, Yves Lacoste ressalta que as divisões nos centros do Islã são mais antigas e complexas. Isso pode ser ilustrado, ainda que o geógrafo não o faça, com a oposição secular entre xiitas e sunitas. Em verdade, Lacoste dá outro exemplo de divisão no conjunto árabe-muçulmano da parte central do Islã: a distinção entre o Magrebe, velho conhecido do geógrafo, e o Maxerreque. Aquele sendo o Oeste e este o Leste, poente e levante respectivamente. Ele chega a propor um aditivo a mais nessa equação e distinguir outro subconjunto em virtude da sua importância bem como posição central: o Egito.

Magrebe e Maxerreque possuem diferenças importantes. As fronteiras do poente são bastante antigas, anteriores à colonização, ao passo que as fronteiras do levante são recentes e foram traçadas após o colapso do império Turco em 1922. O fator religioso também era fonte de distinção: o Magrebe dispendo de grande homogeneidade religiosa (muçulmano sunita) e o Maxerreque apresentando forte heterogeneidade (cristãos, sunitas, xiitas). No texto, Yves Lacoste analisa as diversas relações que os Estados têm com os “islãs”.

No caso do Magrebe um conflito chamava atenção: o caso do Saara Ocidental. Lacoste elucida que no final dos anos 1960 foi descoberto um depósito enorme de fosfato em Bou Craa. O Marrocos começa a reclamar direitos sobre o território do Saara Ocidental e estes forem reconhecidos pela Argélia num encontro entre o rei marroquino Hassan II (1929-1999) e Houari Boumédiène, no ano de 1969. Em troca, os direitos da Argélia sobre as jazidas de ferro de Garaa Djebilet – perto da atual cidade argelina de Tindouf – foram reconhecidos pelo Marrocos.

Mas os acordos de Ifrane não avançaram porque deveria ser ratificado pelos deputados das duas nações. A oposição marroquina posiciona-se contra o abandono de Tindouf. O rei

⁷⁵² Como explica Bissio (2012, p.105): “O próprio Muhammad deixa sua cidade natal, em 16 de julho de 622, data do começo da *hijrah* (hégira, usualmente traduzida por emigração ou separação), que [...] por determinação do califa Umar ibn Khattab (634-644) passou a marcar o início do calendário muçulmano”.

sequer reuniu o parlamento. Os argelinos então passaram a defender a independência do povo sahraoui. Em 1973 é criada a *Frente Popular de Liberación de Saguía el Hamra y Río de Oro*, conhecida como Frente Polisario – cujo intuito era alcançar a independência do povo sahraoui e fundar a República Árabe Saaraui Democrática (RASD).

Em 06 de novembro de 1975 ocorre a chamada “Marcha Verde”. 300 mil marroquinos participam da marcha (LACOSTE, 1993, p.1344). Embora a guerra já tivesse iniciado, tratou-se de uma marcha pacífica convocada por Hassan II no intuito de se apropriar do antigo Saara espanhol. Na iminência da morte do ditador Francisco Franco (1892-1975), a Espanha assina os acordos de Madrid (18/11/1975) com a Mauritânia e o Marrocos. Além de negar a autonomia da República do povo sahraoui, condenando-a a ser administrada pelas duas nações magrebina, os acordos previam a “constituição de uma ou várias empresas de investigação geológica sob a forma de *Joint Venture* para exploração mineralógica no território do Saara e mesmo em Marrocos⁷⁵³”. E assim aconteceu com a empresa *Phosboucraa*. Os espanhóis teriam direito a 35% por cento do capital. Os outros 65% caberiam ao antigo *Office chérifien des phosphates*, criado em 1920, e que se tornou em 1975 o grupo OCP.

Segue-se o abandono do território pela Espanha e o caminho mais que aberto para as investidas do Marrocos. Em 30 de outubro de 1975 inicia-se a Guerra do Saara Ocidental (1975-1991). De um lado, o Marrocos e a Mauritânia – esta última só permanecerá na guerra até 1979. Do outro, a Frente Polisario, a Argélia e a Líbia de Muammar al-Gaddafi (1942-2011). Embora lutando do mesmo lado, a Argélia não guardava muitas simpatias à Líbia. Ela era contra a criação de um “Estados Unidos do Saara” que reagruparia as extensões saarianas e do Sahel – tese defendida por Gaddafi por considerar o fato colonial como criador das fronteiras entre os Estados. A fronteira do Saara espanhol foi “traçada em 1934 a pedido dos Franceses” (LACOSTE, 2006a, p.279).

Cabe destacar que o Saara Ocidental estava ocupado pelos Reguibat – tribo de beduínos vindos da Arábia no século XV. Eram verdadeiros nômades e ignoravam o traçado da fronteira do Saara que, por sinal, a Espanha não vigiava. Os Reguibat, quando da Revolução Argelina, apoiaram a FLN e montaram uma rede de contrabando de armas junto com jovens nacionalistas marroquinos – que ia da costa do Oceano Atlântico até o Sul da Argélia.

A França e a Espanha respondem em 10 de fevereiro de 1958 com a operação militar *Écouvillon* lançada desde a Mauritânia e Argélia. Os Reguibat – e os revolucionários

⁷⁵³ Conforme Acta de las conversaciones entre el Reino de Marruecos y España. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20091027001635/http://es.geocities.com/rocioparasahara/DOCUMENTOS.HTM#así>. Acesso em 01/03/2023.

marroquinos – são pressionados e repelidos para o Norte do Marrocos, pois tentavam estabelecer no Sul desse país uma espécie de “zona liberta” com um “Exército de Libertação do Sara” (LACOSTE, 2006a, p.280). São esses Reguibat sobreviventes que vão rejeitar qualquer ideia de união com o Marrocos a partir de 1975. A partir de então começa-se a gestar a ideia de nação *sahraoui* pois estar vinculado aos marroquinos significaria prisão ou morte. A luta pela independência descortinava-se e receberia o apoio da Argélia, que havia aceitado a instalação das Frente Polisario na região de Tindouf.

As forças armadas do Marrocos ocupam boa parte do território, enquanto a Mauritânia se apropria das regiões sul. A violência, mas também a resistência, é enorme. Na avaliação de Yves Lacoste, tal experiência política concreta era a prova da existência de um fato nacional *sahraoui*. Até então se tratava sobretudo de tribos, com destaque – é claro – para os Reguibat. O geógrafo fala mesmo em etnogênese e faz uma observação relevante: “A guerra, mais que qualquer outro fator, faz rapidamente amadurecer a ideia de pátria⁷⁵⁴” (LACOSTE, 1985a, p.24)

Assim, havia duas representações geopolíticas em disputa: a do povo *sahraoui*, correspondente à uma experiência política concreta durante um período relativamente curto. E a dos marroquinos, fundada sobre tempos longos, multisseculares. O Saara Ocidental, nessa representação seria marroquino. Por quê? Recuando na história, para a Idade Média, o Saara Ocidental tinha um papel importante na grandeza do Marrocos. Aqui Yves Lacoste vai revisitar um determinado argumento exposto em *Ibn Khaldun*: a importância das rotas do ouro.

A rota mais importante partia da Mauritânia, atravessava o Saara Ocidental e chegava a Sijilmassa (Marrocos) antes de prosseguir rumo a Europa. Tanto o Califado Almorávida, quanto os Almôadas, são dinastias marroquinas cujo poder – em larga medida – emana do controle das rotas do ouro entre o Sahel e a bacia do Mediterrâneo. Quando no início do século XV a dinastia mameluca do Egito (1250-1517) toma o controle do vale do Nilo, desvia para esta região grande parte do comércio transaariano. Lacoste aponta que esse evento é de envergadura mundial pois é um dos fatores que vai estar na origem das “grandes descobertas”.

No Maxerreque, ao contrário do Magrebe, os conflitos não pareciam (e nem parecem hoje) atenuar. O exemplo mais cristalino era a guerra entre o Irã e o Iraque que naquela altura já contabilizava “500 mil vítimas” (LACOSTE, 1985a, p.29). Outro fator de diferenciação era o papel das superpotências. Os EUA participaram ativamente da chamada “força internacional de interposição⁷⁵⁵” cujo fito, conforme o geógrafo, era pôr fim aos imbróglios da guerra civil libanesa. Por seu turno, a URSS instalou em 1983 mísseis estratégicos de médio alcance na

⁷⁵⁴ [...] la guerre, plus que tout autre facteur, fait rapidement mûrir l'idée de patrie.

⁷⁵⁵ Ou Força Multinacional no Líbano, do inglês *Multinational Force in Lebanon* (MNF).

Síria. Sem embargo, o papel das grandes potências nos Orientes Próximo e Médio é bastante antigo, datando da Guerra da Criméia (1853-1856) quando franceses e ingleses ajudaram o império otomano a impedir o avanço do império russo na direção do Mediterrâneo Oriental.

Outra diferença para com o Magrebe era o que Yves Lacoste chama de pseudo-Estados: entidades que não dispõem de verdadeiros aparelhos de poder nem de exércitos sólidos. Ele inclui nessa categoria a Arábia Saudita, os Emirados Árabes Unidos, o Irã e o Líbano. A Arábia Saudita porque dependente das rendas de petróleo e do apoio estadunidense. O reino criado por Abd al-Aziz Al Saud em 1932 seria o primeiro a efetivar uma aliança com os EUA. Em 1933 é fundada a *Californian Arab Standard Oil Co* (CASOC) que se tornará em 1944 *Arabian-American Oil Company* (ARAMCO) – atual *Saudi Arabian Oil Group*. Trata-se de um “truste de empresas estadunidenses aliadas ao capital financeiro cristão-maronita do Líbano e à dinastia Saudita pró-ocidental da Arábia” (VISENTINI; PEREIRA, 2012, p.200).

Desde 1945 a Arábia Saudita enfrentava lutas trabalhistas. Num contexto de Guerra Fria, e com a atuação dos comunistas, isso era perigoso. Então, os sauditas vão se apoiar nos EUA. Com este país assinam um Tratado de Assistência Mútua em Defesa no ano de 1951. Dois anos depois, os trabalhadores da ARAMCO realizaram uma “greve malsucedida de duas semanas para formar um sindicato⁷⁵⁶” (PRASHAD, 2007, p.264). Em 1956, quando o rei Saud chegou em Dhahran, manifestações em massa o saudaram. O que os trabalhadores desejavam? Direitos básicos. A população, por seu turno, queria o afastamento dos EUA. A base militar de Dhahran contava com 4 mil empregados estadunidenses da ARAMCO e garantia a hegemonia da empresa na região. Contudo, na ala saudita da base, os oficiais fizeram um motim para apoiar os trabalhadores. Resultado: foram capturados e assassinados.

Cabe destacar que a própria base aérea de Dhahran está numa região petrolífera. Situação perfeita para os EUA, ávidos pelo petróleo. O preço? “os sauditas concordaram em dividir os lucros do petróleo na ARAMCO meio a meio” (PRASHAD, 2020, p.53). A empresa, além de representar os interesses petrolíferos dos EUA no Oriente Médio, “tornou-se canal de rendimentos para a família real” (MONIZ BANDEIRA, 2012, p.509). Com esse comércio, a República Imperial trocava dinheiro e armas com a Arábia Saudita em troca de petróleo e bases militares.

Por sua vez, os Emirados Árabes Unidos, como o próprio denota, diz respeito à uma série de pequenos sultanatos que estavam, até 1971, sob protetorado do Reino Unido. Na data citada, eles tornam-se independentes ao formarem uma federação. O essencial de suas forças

⁷⁵⁶ [...] unsuccessful two-week strike to form a union.

armadas é composto de contingentes contratados do Paquistão. O Irã, até 1979, era considerado a polícia do Golfo – porque armado pelos EUA. Mas, com a revolução iraniana, ele se torna um perigo seja para os ocidentais, seja para os Estado do Golfo⁷⁵⁷.

Finalmente, a particularidade do Líbano em ser pseudo-Estado repousava na ausência de poder central e exército nacional. O argumento de Yves Lacoste vai no seguinte sentido: trata-se de uma entidade verdadeiramente estilhaçada em minorias religiosas (maronitas⁷⁵⁸, drusos⁷⁵⁹, xiitas e sunitas) que agravam as divisões internas. Cada uma dessas facções religiosas forma pequenos exércitos e aparatos de poder. Isso beneficiaria Israel que vê com bons olhos a criação de microestados de base confessional. Resultado, o Líbano foi impotente em limitar as intrusões de facções da OLP depois desta ter sido expulsa de Amã (Jordânia), em 1970. Igualmente impotente em frear a guerra civil iniciada em 1975.

Se havia Estados “fracos” ou “artificiais” no Maxerreque, também existia Estados “fortes”. Lacoste elenca três nessa situação: Jordânia, Síria e Iraque. A base do exército jordaniano são as estruturas tribais e a lealdade dos beduínos do deserto à pessoa real. Sua solidez foi provada duas vezes: na guerra contra Israel e quando o rei Hussein (1935-1999) enfrentou as intrusões da OLP em 1970. O exército jordaniano remete à “Legião Árabe”, da época da Transjordânia, supervisionada por oficiais britânicos.

Embora com seus problemas internos, a Síria e o Iraque apresentavam estruturas e exércitos mais fortes no Maxerreque. Ambos com um regime relativamente laico sendo o poder transmitido pelo partido *Baath*. Esse partido apresentava as seguintes características: ideologia hostil às teses islamistas; filiação ao nacionalismo árabe; e objetivava a unidade árabe. Desses países emergiram o sírio Hafez al-Assad (1930-2000) e Saddam Hussein (1937-2006): “verdadeiros chefes de Estado cada um perseguindo um desígnio geopolítico a longo prazo⁷⁶⁰” (LACOSTE, 1985a, p.34). O geógrafo volta a associar guerra e unidade nacional ao falar do caso iraquiano pois, desde 1982, o Irã passava da contraofensiva à ofensiva.

Por falar em desígnios geopolíticos, estes são fundados sobre uma *representação* feita a partir de um conjunto de argumento de geo-história escolhidos de forma partidária entre os *mapas* estabelecidos por historiadores para épocas mais ou menos antigas. Um exemplo era o estado de Israel, cujo projeto de Theodore Herzl (1860-1904) refere-se aos espaços onde, há 3 mil anos atrás, estavam as doze tribos. Herzl publicou em 1896 *Der Judenstaat* (O Estado

⁷⁵⁷ Além do Irã, conta-se: Arábia Saudita, Barein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Iraque, Kuwait e Omã.

⁷⁵⁸ Facção síria da Igreja Católica.

⁷⁵⁹ Comunidade, grupo étnico e religioso próximo do Islã e falante de árabe. autônoma que segue uma religião próxima ao Islã e fala a língua árabe

⁷⁶⁰ Ce sont eux aussi de vrais chefs d'Etat qui poursuivent chacun un dessein géopolitique à long terme.

Judeu), panfleto no qual argumenta “que seria somente através do nascimento de seu próprio estado-nação que os judeus emergiriam no mundo da modernidade⁷⁶¹” (GREGORY, 2004, p.79). Um ano depois ele convocou o primeiro Congresso sionista⁷⁶². Yves Lacoste não deixa de reconhecer o mérito dos judeus em aproveitar as relações internacionais, perseguições e genocídios de que foram vítimas, bem como das contradições das sociedades árabes, na consecução desse objetivo. Ademais, percebe a originalidade desse empreendimento colonial: não emanava de uma metrópole.

A constituição de um Estado judeu na Palestina será um duro golpe para os árabes. Arábia Saudita, Egito, Iraque, Jordânia, Líbano, Síria e Iêmen recusaram-se a reconhecer o plano de divisão da Palestina decidido pela ONU em 1947. Israel proclama independência em 14 de maio de 1948 e, no dia seguinte, começa a Guerra árabe-israelense – que vai durar até 10 de março de 1949. A vitória de Israel movimenta os estados árabes no intuito de unificar o comando e conquistar o novo Estado. Esse é o objetivo de Gamal Abdel Nasser quando toma o poder no Egito em 1952.

Foi uma vitória de um pequeno – porém forte Estado judeu – contra grandes, embora divididos, estados árabes. Foi visto mesmo como uma vitória do colonialismo ocidental, posto que os judeus vinham sobretudo da Europa. Um acontecimento adicionava uma camada a mais nessa visão: a Guerra de Suez (29/10 a 07/11/1956). Na esteira da nacionalização do canal de Suez por Nasser, Israel junto com a “democrática” França e o “liberal” Reino Unido declararam guerra ao Egito. É contra as potências ocidentais e Israel, mas também a favor da causa Palestina, que se deve forjar a unidade árabe.

Os palestinos não foram consultados sobre a divisão do seu território. A OLP só seria fundada em 1964. E os territórios da Cisjordânia, onde estavam boa parte deles, tinham sido anexados pelo reino jordaniano. Em 1967, “cerca de 600.000 árabes vivem em Israel e mais do que o dobro nos ‘territórios ocupados’, incluindo 400.000 na faixa de Gaza⁷⁶³”. Fora da Palestina a situação não era melhor: “provavelmente perto de um milhão na Jordânia, 400.000 no Líbano antes dos eventos de 1982, 200.000 na Síria⁷⁶⁴” e “quase 40.000 somente no Kuwait⁷⁶⁵” (LACOSTE, 1985a, p.38). Um verdadeiro êxodo que se explica por duas razões:

⁷⁶¹ [...] that it was only through the birth of their own nation-state that Jews would emerge into the world of modernity.

⁷⁶² Remete à Sião, uma das colinas de Jerusalem. Sionismo é o movimento que objetivava constituir um lugar, no caso um Estado, para os judeus dispersos no mundo.

⁷⁶³ [...] environ 600 000 Arabes vivent en Israël et plus du double dans les « territoires occupés » en 1967, dont 400 000 dans la bande de Gaza.

⁷⁶⁴ [...] sans doute près d'un million en Jordanie, 400 000 au Liban avant les événements de 1982, 200 000 en Syrie.

⁷⁶⁵ [...] près de 40 000 rien qu'à Koweït.

além dos métodos utilizados conta esse povo, os estados vizinhos para onde eles emigram tem a mesma língua, bem como praticamente a mesma cultura – um fator de fixação territorial, portanto. A OLP temia uma diluição dos palestinos nos estados do Maxerreque, ao passo que para os israelenses isso seria “música aos ouvidos”, pois a longo prazo poderia levar à extinção da reivindicação. Ledo engano.

Estaríamos diante da formação de uma nação? A julgar pelo caráter bélico do conflito, não é exagero falar em fato nacional palestino. Antes de 1914, o termo Palestina se referia, mais ou menos vagamente, ao sudoeste da parte síria do Império Turco e dificilmente tinha particularidades culturais, pois a população ali era majoritariamente árabe sunita com uma dupla minoria de cristãos e judeus. Esses últimos começaram a aumentar em razão do sionismo. No seio do Mandato Britânico da Palestina (1920-1948), os limites do território em tela foram traçados em 1922. Os sionistas engendram junto com os britânicos, portanto, uma resistência árabe que vai culminar na revolta de 1936-1939. A guerra entre palestinos e sionistas (1947-1948) agrava ainda mais a situação que vai culminar na guerra árabe-israelense (1948-1949).

São as guerras que acentuam as particularidades políticas, culturais, e dão substância para o fato nacional. Uma extrema politização se configura e os palestinos galgam uma maior individualidade no conjunto árabe. Essa hiperpolitização, com sua violência de debates e rivalidades políticas, explica-se por duas razões: por um lado, numerosos chefes de Estado árabes enxergam na questão palestina o motor de sua unidade, digamos, supranacional – embora isso não anuvie as divergências internas táticas e ideológicas. Por outro, a extrema politização – decorrente do confronto com outro campo político/cultural – atua como um freio na diluição dos palestinos nos próprios Estados árabes, bem como mantém a coesão do povo.

Os palestinos buscam fazer pressão nos governos dos territórios onde eles residem e isso os tornava, dentro do Maxerreque, um incômodo e mesmo um perigo. Daí a necessidade de se encontrar uma solução. Mas qual? A criação de um Estado da Palestina era controversa para, pelo menos, dois países: Síria e Jordânia. Os palestinos eram numerosos nesses países, além do fato de uma nova entidade territorial perturbar os desígnios geopolíticos das duas nações em tela. É por essa razão que elas entraram abertamente em conflito com a OLP. “Setembro negro”; a guerra civil libanesa; o massacre no campo de refugiados palestinos de Tel al-Zaatar (12/10/1976), no Líbano, por cristãos apoiados pela Síria; os massacres de Sabra e Chatila: todos são exemplos ilustrativos da contrariedade da Jordânia e Síria na constituição de uma entidade territorial Palestina.

Nesse contexto, a derrota da OLP no Líbano fez Yasser Arafat considerar a possibilidade de uma federação com a Jordânia. Esse projeto era do rei Hussein. Agruparia os territórios sob

autoridade jordaniana e os territórios ocupados por Israel desde 1967 – a Cisjordânia, Jerusalém Oriental e a Faixa de Gaza. Os EUA seriam favoráveis à essa solução desde que a OLP e a Jordânia reconhecessem as fronteiras de Israel em 1948. Inclusive o próprio Estado de Israel não poderia se opor em princípio. Mas só em princípio, porque Yves Lacoste aponta que seu governo multiplicou as dificuldades e recusou a admitir representantes da OLP em negociações sobre o estatuto de um Estado jordano-palestino e o traçado das fronteiras.

Por outro lado, a Síria condenou o que chamou de traição da causa palestina ao acordo entre o rei Hussein da Jordânia e Arafat da OLP. Ora, se a Síria até àquela altura, não havia reconhecido a independência do Líbano, era muito mais difícil ainda aceitar uma federação da Palestina com a Jordânia. Aqui entra em cena a importância das representações e dos argumentos de geo-história. Os palestinos reivindicam como limites de seu território aqueles do Mandato Britânico. Hussein busca reconquistar a Cisjordânia. Já Hafez al-Assad recusava essas fronteiras coloniais e argumentava em nome de uma Síria muito mais ampla limitada à oeste pelo Mar Mediterrâneo, leste pelo rio Eufrates, ao norte pelos montes Tauro e ao sul pela Arábia. Numa palavra, tratava-se da Síria do Califado Omíada. Um Estado palestino, ainda mais federado à Jordânia, sepultaria o sonho de uma Grande Síria. Clarifica-se assim a oposição de Hafez al-Assad ao projeto.

Assim, provavelmente não havia uma “região” no mundo com relações de forças mais complexas que os centros do Islã. O conflito entre Israel e os Estados árabes davam uma medida. Outro exemplo foi a guerra entre o Irã e o Iraque. Em 1979, a revolução iraniana marca uma derrota para os EUA que passa a apoiar o Iraque quando do conflito com a pátria de Khomeini. De acordo com Yves Lacoste, vários fatores explicam o ataque da pátria de Saddam Hussein: (1) recuperar a fronteira do *Chatt el Arab*⁷⁶⁶ que o monarca Mohammad Reza Pahlavi (1919-1980) tinha conseguido auferir com os Acordos de Argel (06/03/1975); e (2) impedir a propagação da revolução islâmica entre os xiitas do Iraque; e (3) libertar os árabes sunitas do *Kouzistan*, principal região petrolífera do Irã, da dominação persa e xiita. O argumento de geo-história de Saddam Hussein era o seguinte: a saída do Iraque para o Golfo da Pérsia era muito estreita, bem como o fato de que os árabes haviam se estendido para além de *Chatt el Arab*, na província do *Kouzistan*. A conclusão de Saddam: anexar os árabes para o Iraque – posto que os iranianos são persas – sobretudo porque nessa província está a refinaria de *Abadan* (LACOSTE, 2009).

⁷⁶⁶ Rio do Oriente Médio formado pela confluência dos Tigre e Eufrates.

Contudo, os árabes do *Kouzistan* não recebem os iraquianos como libertadores e engendram uma poderosa resistência nacional. O exército do Iraque recua em 1982 em vidade da contraofensiva do Irã. O Iraque resiste fortemente graças ao apoio financeiro dos EUA e das armas soviéticas que entram pelo Kuwait. A situação era realmente muito complicada. A URSS que havia simpatizado com a revolução islâmica, porque anti-estadunidense, apoia o regime iraquiano. Mas o Iraque tinha se reconectado com os EUA. Israel, por se turno, fornecem armas estadunidenses ao regime do aiatolá Khomeini que, contudo, prometia “o aniquilamento do Estado de Israel!⁷⁶⁷” (LACOSTE, 1985a, p.45). A exclamação do geógrafo dá um pouco o tom das confusões geopolíticas e de como as rivalidades de poderes sobre os territórios estão permeadas de interesses políticos e econômicos que se valem de argumentos geohistóricos com o fito de apropriação territorial e expansão cultural. Obsessão por fronteiras e choques de civilizações caminhando lado a lado.

Em 1982, explica Moniz-Bandeira (2005, p.421), Ronald Reagan deu autorização para que “sete divisões da Força de Defesa israelense, com 78.000 homens e mais de 1.200 tanques” invadissem o Líbano mais uma vez e atacassem os acampamentos da OLP. O mesmo Reagan autorizou “a assistência secreta de US\$ 10 milhões à Falange, dirigida por Bashir Gemayel, um homem da CIA, eleito presidente do Líbano e assassinado em 14 de setembro de 1982”. A “Falange”, que Moniz Bandeira alude, diz respeito ao partido *Kata'ib*, fundado em 1936 pelo pai de Bachir, Pierre Gemayel (1905-1984).

A suspeita do assassinato recaiu sobre os palestinos. Dois dias depois do atentado que vitimou Gemayel, o Exército de Israel, comandado pelo general Ariel Sharon (1928-2014), isola os acampamentos de Sabra e Chatila e autoriza a entrada das milícias cristãs do *Kata'ib*. 2 mil palestinos foram assassinados. Moniz Bandeira (2005, p.421) descreve uma situação aterradora: “Os cadáveres de bebês com fraldas foram empilhados juntamente com outros, de pessoas idosas. Nem cavalos nem cães nem gatos se salvaram da carnificina.” Em seguida, Reagan “enviou para o Líbano 800 efetivos da 32rd Marine Amphibious Unit (MAU), a título de ‘*peace keeping*’, a fim de apoiar as tropas de Israel e assistir à evacuação das forças da OLP” (MONIZ BANDEIRA, 2005, p.421).

As tropas da *32rd Marine Amphibious Unit* faziam parte da assim chamada Força Multinacional do Líbano. Elas já estavam desde agosto de 1982 no território libanês – junto com tropas francesas, italianas e inglesas. A Síria apoiou diversos ataques de milícias drusas e xiitas contra a Força Multinacional. Israel, que só deixaria o Líbano caso a Síria também o

⁷⁶⁷ [...] l’anéantissement de l’Etat d’Israël.

fizesse, alimenta os conflitos entre os cristãos e os drusos. Com os atentados contra os quartéis de Beirute (23/10/1983), os soldados da França e dos EUA deixam o Líbano. Israel só vai desocupar o país em 2000. Como consequência, uma onda islâmica se espalhou nas organizações palestinas e entre os árabes da Cisjordânia.

VIII – Geopolíticas das ilhas francófonas e um primeiro balanço de 10 anos de *Hérodote*

Os números 37/38 (avril-septembre 1985) detinham o mesmo título do editorial de Yves Lacoste: “Ces îles où l’on parle français”. Era um número dedicado às situações geopolíticas das ilhas francófonas, a exemplo da Nova Caledônia, mas também da Córsega que, com sua *Front de libération nationale Corse* (FLNC), demandava independência. Os territórios além-mar são divididos pela França, desde 1946, em *Département d’Outre-Mer* (DOM) e *Territoire d’Outre Mer* (TOM). No primeiro caso, enquadra-se a Guiana Francesa e as colônias insulares mais antigas: Martinica, Guadalupe, Reunião e a ilha de *Mayotte*. No segundo caso estão: Nova Caledônia, Polinésia Francesa, Wallis e Futuna, São Pedro e Miquelão, bem como as Ilhas Kerguelen. Teoricamente, em ambos os casos, “o regime legal e político tornou-se essencialmente o mesmo⁷⁶⁸” da França metropolitana e “onde todos os habitantes adultos, homens e mulheres, são cidadãos franceses desde 1946 com, em princípio, os mesmos direitos políticos que os da metrópole⁷⁶⁹” (LACOSTE, 1985b, p.6). A diferença: enquanto os TOM são parte da divisão administrativa da França – assim como são as regiões, os *arrondissements*, etc. – os DOM tem praticamente o mesmo estatuto político que os departamentos da metrópole, especificidades constitucionais próprias, assim como representação no parlamento francês.

Do ponto de vista do desenvolvimento, os DOM e TOM apresentavam diferenças estruturais: os primeiros caracterizados pela economia de *plantation* e profundamente marcados pelas sequelas do escravismo; os segundos caracterizavam-se menos pela *plantation* do que pela “economia de tráfico bastante indolente⁷⁷⁰” e por nativos em estado de autossustentabilidade (LACOSTE, 1985b, p.7). Para melhorar as condições de vida, a exemplo do analfabetismo, a França destinou 1/3 de toda ajuda para os DOM e TOM. Um problema permanecia: o desemprego. Este era calculado oficialmente em mais de 20% da força de trabalho. Dois fatores explicavam essa situação: as classes proprietárias preferiam investir seus lucros nos EUA,

⁷⁶⁸ où le régime juridique et politique est devenu, pour l'essentiel, le même qu'en métropole.

⁷⁶⁹ où tous les habitants adultes, hommes et femmes, sont depuis 1946 des citoyens français avec en principe les mêmes droits politiques que ceux de la métropole.

⁷⁷⁰ économie de traite assez indolente.

Austrália ou América do Sul; e o rápido crescimento demográfico. No intuito de resolver essa questão, a França organizou através do *Bureau des migrations des départements d'outre-mer* (BUMIDON) uma emigração para a metrópole. Estima-se que, na época, 400 mil migrantes originários dos DOM viviam na França metropolitana. Essa situação, contraditoriamente, aumentou os anseios por autonomia e independência.

No caso da Córsega, esta se caracterizava por uma sociedade de pequenos proprietários camponeses cujos rebanhos podiam pastar em vastos espaços comunais. Economicamente, a Córsega conservou estruturas relativamente igualitárias. Ela conheceu também uma forte emigração – que data do fim do século 18 – embora os emigrantes tenham mantido estreitos laços com a comunidade originária e bem inseridos na sociedade metropolitana. Esse fenômeno migratório, bem como o crescimento econômico parecer mais benéfico aos emigrantes que aos nativos, favoreceu na Córsega o aparecimento de reivindicações independentistas.

O caso da Córsega, mas não só esse, colocava o problema das minorias privilegiadas – de origem europeia, possuidora de grandes domínios e controle dos circuitos comerciais, a exemplo de grandes plantadores ou grandes comerciantes. Na Córsega, as minorias privilegiadas buscavam manter o clientelismo político. A organização em clãs transformava essa minoria em mediadores entre o controle do Estado e o fornecimento de créditos e prebendas. Para manter essa situação, era necessário manter essas tradições e recusar a modernização. É por isso que Yves Lacoste considera que o movimento por autonomia fazia o jogo dos chefes dos clãs: a reivindicação de autonomia como uma maneira de evitar o controle e a extensão das conquistas sociais obtidas pelos sindicatos na França metropolitana. E essa minoria era atravessada também por critérios raciais: tanto na Nova Caledônia, como na Polinésia Francesa, são os brancos que conduzem os movimentos autonomistas.

Essas reivindicações por autonomia traduziam as diferentes formações sociais existentes. Essas diferenças abarcavam fatores econômicos (o tipo de atividade produtiva), políticos (relações clientelistas) e culturais (línguas e costumes). Lacoste classifica em quatro as formações sociais: (1) França continental; (2) Córsega; (3) as formações sociais *créoles*⁷⁷¹; e (4) formações sociais oceânicas⁷⁷². Com exceção da França continental⁷⁷³, o geógrafo percebia uma maior consciência das populações acerca da sua própria particularidade cultural. Isso devia-se à dois fatores: (I) a intensificação dos contatos com a França metropolitana; e (II)

⁷⁷¹ Martinica, Guadalupe e Reunião

⁷⁷² Polinésia francesa, Wallis e Futuna, Nova Caledônia.

⁷⁷³ Embora o geógrafo reconheça a existência de povos que reivindicam o direito a diferença. Yves Lacoste não exemplifica, mas podemos listar os casos da Alsácia-Lorena, Bretanha, Borgonha, Catalunha francesa e País Basco francês. Não obstante, na França continental os contrastes são menos acentuados que nas outras formações sociais.

um contragolpe à política de afrancesamento [*francisation*] que a metrópole praticava a partir dos aparelhos educacionais e dos meios de comunicação. Lembremos que essa política já havia sido posta em curso na Cabília, após a consolidação da conquista.

Em contrapartida, o geógrafo registrava algumas dificuldades da independência. Num primeiro plano, são questões que podemos chamar de administrativas: manutenção do Estado, pagamentos de salários. Mas, num segundo nível, a questão da independência aparecia realmente como um problema social. As minorias privilegiadas e os nobres eram quem mais ganhavam com as relações metropolitanas. Podemos exemplificar com o caso dos *békés* – brancos nascidos nas Antilhas Francesas. O deputado francês Aimé Césaire (1985) conta que, em 1945, eles foram contrários à transformação da Martinica em um departamento francês. A departamentalização era vista como um atalho histórico cujo fito era enfrentar o imenso atraso social secular. Era uma questão de interesse político-econômico. Os funcionários locais e os operários eram a favor da departamentalização. Os primeiros queriam os mesmos vencimentos e regalias que os funcionários metropolitanos. Os segundos esperavam melhores salários e se beneficiar das mesmas leis sociais que vigoravam na metrópole. Sem embargo, os *békés* não se opuseram ao regime departamental porque era um movimento muito amplo. Pelo contrário, em 1985 ele havia se tornado o baluarte de seus privilégios.

Essas grandes famílias *békés* monopolizavam as melhores terras e foram deixando progressivamente as *plantations* à medida em que convertiam sua atividade lucrativa para o ramo de importação-exportação e supermercados. Faustino (2018, p.20) exemplifica com o caso da Martinica: em 1925, contando 300 mil pessoas em seu território, “os békes – uma rica aristocracia branca nativa, composta por aproximadamente 1.000 pessoas – possuíam um terço das terras produtivas da ilha, bem como o comércio, as companhias de construção e as instalações portuárias”. Note-se como essas minorias privilegiadas tendem a se concentrar seja no setor primário ou no terciário, ambos setores que são beneficiados pelo poder de compra que a França continental transfere (por meio das despesas com saúde, pagamento de funcionários, etc.). Para minimamente reduzir esse poder dos *békés* somente um processo político: a independência.

Todavia, para a França, essas ilhas apresentavam sobretudo um interesse estratégico. Desde que a URSS havia se transformado uma potência naval, as possessões insulares francesas apresentavam-se como posições de defesa do Ocidente. Um exemplo foi a Nova Caledônia que cerrou fileiras com a França Livre tornando-se um importante ponto de apoio à guerra contra o império do sol nascente. Na Guiana, embora não sendo uma ilha, *Kourou* é uma base importante para o lançamento de foguetes em razão da sua proximidade com a linha do Equador. Reunião

e a ilha de *Mayotte* estão na rota de grandes petroleiros [*tankers*] que passam pelo Cabo da Boa Esperança para atingir o Oceano Atlântico. O Djibuti, independente e também não sendo insular, tem uma base militar francesa. A Córsega goza de uma posição estratégica no Mediterrâneo. Na Polinésia francesa estão os atóis de Mururoa e Fangataufa, que fazem parte do Centro de experimentação do Pacífico (CEP) e foram implantados por de Gaulle em 1964.

É possível dizer que para Yves Lacoste – diante do esgotamento da *Communauté Française* – os DOM e TOM se tornariam, num maior ou menor grau, independentes. Ele inclusive pensa assim no caso da Nova Caledônia (que até hoje não se efetivou). A seu ver, os melanésios se tornariam mais numerosos que a população europeia e, o apoio da Austrália e Nova Zelândia aos independentistas viabilizariam o caminho. Mas até hoje (2023) continua parte da França.

Os casos de Guadalupe, Martinica e Córsega eram mais complexos. Guadalupe e Martinica tinham os exemplos da pobreza das colônias britânicas para serem mais prudentes. No caso da Córsega, a proximidade com a França, a integração dos corsos à sociedade metropolitana bem como o exemplo da Sicília e Sardenha dificultavam a empreitada. A autonomia da Sicília e da Sardenha não diminuiu a influência dos nobres e da Máfia. É de se pensar por qual razão seria diferente com a Córsega e seus “clientelismo”. A FLNC julgava combater essa prática política, meio pelo qual os poderes dos chefes de clã eram exercidos. Os chefes eram vistos como auxiliares do Estado francês que, por sua vez, zelava pela manutenção das tradições políticas corsas.

Finalmente, o geógrafo aborda rapidamente os casos de outras ilhas francófonas no intuito de mostrar a persistência da língua francesa. Era o caso de Vanuatu, Ilhas Maurício, Comores, Seichelles, Madagascar, Haiti e Québec. No caso haitiano, a excepcionalidade dessa “ilha”⁷⁷⁴ é a longevidade da sua independência (1804) e sua origem de uma revolta de escravos. Contudo, as sucessivas tribulações políticas e fracassos econômicos eram uma prova de que para França, EUA e Reino Unido, uma república negra não poderia ter sucesso. No caso do Québec, este é considerado uma ilha por falar francês num território cercado de anglófonos.

Embora fazendo parte do conjunto francófono, essas ilhas apresentavam particularidades em razão das interseções dos conjuntos geopolíticos em que elas se inserem. O Haiti está no mediterrâneo americano; Austrália e Nova Zelândia viam com bons olhos uma independência da Nova Caledônia. Por falar em Nova Caledônia, junto com Polinésia Francesa, *Mayotte*, Reunião, Guiana, Martinica e Guadalupe, dirigentes de diversos movimentos

⁷⁷⁴ As aspas se justificam porque não se trata de uma ilha em si, mas sim partilha esse status com a República Dominicana. Formam, dessa maneira, a Ilha de São Domingos

independentistas dos DOM e TOM se reuniram em Guadalupe, de 5 a 7 de abril de 1985, para uma “Conferência internacional das últimas colônias francesas”. O objetivo era alcançar apoio internacional e da ONU para que os membros participantes fossem listados enquanto “países ainda colonizados”.

Embora colocados numa situação clássica de colonialismo, a questão era que as populações desses países temiam que a independência reduzisse a ajuda exterior recebida da metrópole. Um exemplo era a própria Nova Caledônia: “desde sua aparição em 1977, o movimento pela independência kanak jamais obteve mais de 35% dos votos⁷⁷⁵” (GIBLIN-DELVALLET, 1993, p.1137). No entanto, a consciência adquirida da especificidade cultural se manifestava cada vez mais abertamente e não só em relação à metrópole, mas também em relação à territórios vizinhos – como era o caso de Guadalupe e Martinica. Eram expressões do direito à diferença que, contraditoriamente, se beneficiavam das instituições e consensos democráticos alcançados pela sociedade francesa.

Esse penúltimo número duplo, por nós analisado, também trazia uma entrevista com Aimé Césaire (1985) – conduzida por Yves Lacoste. A entrevista é centrada nas questões de autonomia e de independência “dessas ilhas que falam francês”. Césaire explica as posições dos *békés* em relação à autonomia ou independência – tal como vimos anteriormente. Também retoma à gênese das suas ideias políticas: (I) o encontro com o ex-presidente (1960-1980) do Senegal, Léopold Sédar Senghor (1906- 2001), em 1935 na capital da França; (II) a descoberta da etnografia de Leo Frobenius (1873-1938); (III) a iniciação ao pensamento de Marx e de Hegel, especialmente a reflexão sobre a *alienação*; (IV) uma concepção plural de *cultura* em oposição ao ideal de *Civilização*; (V) uma concepção de *universal* como aprofundamento daquilo que é *singular*; (VI) o desejo de reconhecimento presente em sua geração. Esse é o caminho que forja o aparecimento da ideia de autonomia junto aos intelectuais progressistas.

Esse caminho sobredito, junto com o balanço da departamentalização, conduz à criação (1958) do *Parti progressiste martiniquais* (PPM) – é possível deduzir. Esse partido efetivava uma opção socialista combinada com um dado basilar: a especificidade antilhana e a personalidade martinicana. Era uma recusa à integração. Cabe destacar que essa defesa da personalidade formava uma parte daquilo que Aimé Césaire (1985) qualificou de teoria dos três estados. Cabe destacar que estado, como no sentido empregado pelo poeta-deputado, aproximasse da noção de estágio ou etapa. Então: (I) os antilhanos lutaram pela *liberdade*; (II) luta pela *igualdade de direitos*; e, finalmente, (III) luta por *personalidade, identidade e*

⁷⁷⁵ Depuis son apparition en 1977, le mouvement pour l'indépendance kanak n'a jamais obtenu plus de 35% des suffrages.

responsabilidade. Esse, digamos, complexo de lutas, é o sentido dado por Césaire à história das Antilhas.

Ao explicar para Yves Lacoste a palavra “a-dependência⁷⁷⁶” podemos notar a radicalidade de seu pensamento. De acordo com Aimé Césaire (1985), essa palavra expressava a vontade de tirar as Antilhas da prostração, que o mais importante era se libertar da dependência absoluta devido ao declínio econômico. De fato, era uma lógica implacável de um sistema e sociedade consumistas – por isso não se podia reclamar das consequências e manter o sistema que as engendra. Daí sua defesa de uma descolonização omnilateral. A sociedade capitalista, é possível entender, coloniza as estruturas, mentes e instituições – donde seu caráter ubíquo. Frente à essa omnilateralidade, a via martinicana de descolonização deveria ser original. E, por essa razão, ainda carecia ser inventada levando em consideração as aspirações dos povos, sua dignidade e seus interesses.

Finalmente, no número 39 (octobre-décembre 1985), “Climats et géopolitique”, Yves Lacoste assina um editorial cujo título era *Des famines qui ne tombent pas du ciel*. Uma fome se produz em certas situações geográficas e num momento em que causas permanentes se combinam com fatores climáticos e políticos. Ele exemplifica com as fomes de Bengala em 1943, a do Vietnã em 1945 e aquela causada pelo *Khmer Rouge* no Camboja. Mais recentemente, a fome observada na Etiópia entre 1984-1985 tinha também uma estratégia geopolítica: deslocar as populações de Tigray e Wollo para o sul do país (mais úmida e menos populosa).

Não só isso: diferencia fome de subalimentação. Esta é um fenômeno crônico, permanente e que faz parte da vida cotidiana. Já a fome “caracteriza-se por um grande e súbito aumento do número de mortes numa região mais ou menos vasta e pelo fato de essas mortes se deverem diretamente ao fato de as pessoas não terem comido nada durante dias⁷⁷⁷” (LACOSTE, 1985c, p.4). Fome também não deve se confundir com escassez alimentar. Essa é uma fase de carência acentuada, por vezes sazonal, que agrava a desnutrição, ao passo que a fome é uma hecatombe massiva.

⁷⁷⁶ A-dependance.

⁷⁷⁷ [...] se caractérise par une grande et brutale augmentation du nombre des décès dans une région plus ou moins vaste et par le fait que ces décès sont directement dus au fait que les gens n'ont effectivement rien mangé depuis des jours.

IX – Uma década de *Hérodote*: a geografia geopolítica atingiu a idade da razão?

Um dos primeiros balanços de uma década de *Hérodote* foi realizado por Béatrice Giblin (1985). Para ser exato, o texto vem a lume quando ainda resta um trimestre para completar 10 anos. Inobstante isso, ela contava com 150 autores, 4 mil leitores e havia se tornado objeto de estudos – e de críticas, como estamos acompanhando. Representa uma virada para uma “geografia geopolítica”, tal qual batizou Giblin. E essa orientação incomodava profundamente determinados geógrafos, a exemplo de Roger Brunet.

O próprio número inaugural de *Hérodote* é considerado duplamente como geográfico e geopolítico. O artigo de Yves Lacoste, *Enquête sur le bombardement des digues du fleuve Rouge*, articulava em diferentes escalas os dados naturais e sociais em questão, bem como a rivalidade dos poderes sobre os territórios. A unidade epistemológica da geografia reafirmada ao mesmo tempo em que o raciocínio estratégico era combinado com o geográfico.

A revista multiplicou as análises de situações concretas, cujos números dedicados ao Islã davam bem uma dimensão da complexidade dos conflitos. E quando fala em “análise de situações concretas”, é difícil não lembrar do marxismo de Lênin. Entretanto, a revista estava longe de ser marxista, muito menos do leninismo e do marxismo “economicista”. No pensamento de Giblin, várias situações infirmariam os modelos marxistas, a exemplo do conflito sino-vietnamita, a guerra entre o Vietnã e o Camboja, o apoio da URSS à ditadura da Argentina, a guerra entre o Afeganistão e a URSS, aliança entre Moçambique e África do Sul à época do apartheid, entre outros.

Giblin também argumenta que um grande número de situações não teria nada a ver com a natureza das relações de produção. Um exemplo seria a o recente socialismo etíope cuja fome comprovava que a apropriação pelo Estado dos meios de produção estava longe de resolver todas as dificuldades. Outro exemplo era a China cuja mediocridade do desenvolvimento econômico fez os chineses repensarem os esquemas de desenvolvimento. Certamente, ela está aludindo à política das “Quatro modernizações” levada a cabo por Deng Xiaoping. No fundo, Giblin – mas também Lacoste – considerava que a China tinha se tornado capitalista após essas reformas. Como se houvesse um sinal de igualdade entre mercado e capitalismo. Mas tudo isso era pra infirmar “o marxismo” que tinha sido reduzido (por quem?) ao econômico. Ao mesmo tempo, isso vai implicar um posicionamento centrista da revista caracterizado pela suavização do discurso revolucionário *pari passu* seu distanciamento do “marxismo”.

Em que pese o relacionamento nem sempre cordial de *Hérodote* com os economistas marxistas, a revista não era corporativista. Sem dúvida, havia uma preocupação em afirmar a autonomia da Geografia e dos geógrafos. Estes se distinguiam de outros cientistas por pelo seu interesse primordial em resultados mapeados ou mapeáveis. Entretanto, a contribuição de diversos cientistas sociais e da natureza tornava-a pluridisciplinar.

Para *Hérodote* a geopolítica era uma ferramenta para compreender o mundo. A revista mostra a utilidade e a eficácia do raciocínio geográfico inerente à análise geopolítica. Ela também tem o mérito de voltar às fontes reclusianas e de ter aberto um novo campo: a geopolítica regional – uma espécie de síntese que poderia retirar a geografia regional do torpor monográfico ao refletir sobre a rivalidade de poderes sobre os territórios. *Hérodote* havia se tornado “quase uma instituição⁷⁷⁸”, a mais importante revista francesa de geografia e a única revista no mundo que articula método geográfico e análise geopolítica (FOUCHER; GIBLIN; LACOSTE, 1986, p.3).

Esses dois textos (GIBLIN, 1985; FOUCHER; GIBLIN; LACOSTE, 1986) foram qualificados como “autocelebrações” por Jean-Claude Boyer (1986, p.297). Boyer efetivou um balanço de uma década da revista em *L'Espace Géographique* partindo da seguinte questão: teria a revista atingido a idade da razão? São três etapas para responder essa questão: (1) quais foram as contribuições da revista, (2) os mitos de *Hérodote* e o que o autor chama de (3) “no cruzamento dos caminhos [*la croisee des chemins*]”.

As contribuições de *Hérodote* vão no sentido de que ela soube se fazer indispensável. Embora com 4 mil exemplares e 1500 assinantes, Boyer considera esse número modesto. Uma característica notável da revista foi não ter negligenciado a geografia física. Sem embargo, o fundamental para ele era a credibilidade da abordagem geográfica nos *mass media* – que frequentemente recorriam à Yves Lacoste para tratar diversos temas ou apresentar o ponto de vista do geógrafo sobre as atualidades. Um exemplo é dado por Gaïdz Minassian (2010) que fala mesmo de “autoridade natural” do geógrafo ao encontrar-se no *Elysée* com François Mitterrand, bem como participar do programa *Apostrophes* de Bernard Pivot – em 05 de dezembro de 1986⁷⁷⁹. Nesse programa, Lacoste foi apresentar o livro *Géopolitiques des régions*

⁷⁷⁸ [...] presque une institution [...].

⁷⁷⁹ Um excerto pode ser consultado aqui: < <https://enseignants.lumni.fr/fiche-media/00000001156/entretien-avec-le-geographe-yves-lacoste.html>>. Acesso em 10 de março de 2023. De acordo com Emeline Vanthuyne, “neste extrato, o geógrafo desenvolve os diferentes temas que lhe são caros: a vontade de descomprimir a sua disciplina, tendo em conta as contribuições das outras ciências humanas (história, sociologia); a tomada em consideração do fato político na reflexão universitária; a valorização da geopolítica (estudo das ligações entre os atores políticos, sociais e das suas ações sobre as representações do espaço). Yves Lacoste defende sua obra contra um Bernard Pivot com perguntas propositadamente provocatórias (sobre o papel dos geógrafos, sobre o aspecto monumental dos três volumes de sua obra...). Nota-se Lacoste, muito à vontade nos estúdios de televisão, se expressa com

françaises (1986). Ainda que não trate de um ponto de vista do geógrafo sobre atualidades, outro exemplo que podemos ajuntar foi uma entrevista⁷⁸⁰ que ele concedeu à Christian Descamps⁷⁸¹ no *Le Monde*, em 25 de julho de 1983: “*Yves Lacoste penseur de l’espace*”.

Em segundo lugar, Jean-Claude Boyer concorda com a análise de Giblin de que a *Hérodote* não era uma revista corporativista. Os geógrafos não monopolizavam o tema, o que pode ser interpretado como um maior grau de abertura da Geografia para com outras especialidades: “um terço de não-geógrafos entre os autores dos cerca de 90 artigos dos números 31 a 40⁷⁸²” (BOYER, 1986, p.298). Havia historiadores, etnólogos, juristas, mas uma sub-representação da sociologia, economia e ciência política. Nesse último caso, era surpreendente para Boyer, pois a revista concedia cada vez mais importância ao aspecto político – vide a mudança do subtítulo e o triunfo da geopolítica nos títulos dos números⁷⁸³. A explicação? A desconfiança de uma especialidade concorrente e a ideia subjacente que a ciência política concede pouca atenção ao espaço. No caso da sociologia e da economia, a sub-representação era decorrente da evolução ideológica de *Hérodote* que marginalizou os fatores explicativos dessas disciplinas. Boyer não exemplifica, mas podemos ilustrar com a crítica de Yves Lacoste ao modelo explicativo Centro-Periferia e aos mecanismos da troca desigual: ambos são eminentemente econômicos-sociológicos.

Enfim, em terceiro lugar, a revista havia nascido de uma abordagem militante da sua prática. Contudo, Boyer acredita que ela não teria sobrevivido se permanecesse nesse caminho. Ainda que não tivessem desaparecido, as preocupações epistemológicas se tornaram mais rarefeitas. A orientação era para as zonas de tensão, os *hotspots* geopolíticos do globo. Havia uma preocupação comercial de estar atenta as atualidades, mas isso também significava uma mudança com a geografia clássica: são as crises, e não as continuidades, que tornam possível denodar o emaranhado de relações entre o homem e o espaço.

Três eram “os mitos de *Hérodote*”: (I) um lugar de trocas; (II) uma revista marxista; e (III) uma revista de Vincennes. No primeiro caso, em que pese Lacoste, Giblin e Foucher atribuírem o sucesso de *Hérodote* ao dinamismo de uma equipe, eram os signatários do editorial

clareza e eloquência para difundir ao grande público de fiéis de ‘*Apostrophes*’ um projeto inovador de sua disciplina”.

⁷⁸⁰ Na qual ele repisa diversos temas caros à sua carreira intelectual: o espaço como objeto da geografia, o caráter tedioso da disciplina, o controle territorial a partir dos mapas, a reivindicação de Heródoto, Ratzel, Reclus, Vidal, Lucien Febvre, o terceiro mundo.

⁷⁸¹ Trata-se, provavelmente, do filósofo que participou da monumental *Histoire de la philosophie* do também filósofo, e amigo de Yves Lacoste, François Châtelet.

⁷⁸² [...] un tiers de non-géographes parmi les auteurs des quelque 90 articles des numéros 31 à 40 [...]

⁷⁸³ Géopolitiques allemandes (n° 28); Géopolitique au Proche-Orient (n°29-30); Géopolitiques de la mer (n°32); Géopolitique des islams (n°35-36); Climats et géopolitique (n°39).

do décimo aniversário da revista que, podemos dizer, efetivamente “davam as cartas”. Embora existisse um grupo de discussão, poucos tiveram ocasião de ler um artigo de *Hérodote* antes da publicação. Essa observação faz coro com aquela de Olivier Bernard (1981) para quem o grupo de discussão era raramente consultado. Sem dúvida havia restrições – como vimos no capítulo 4. No entanto, um gestão centralizada traz duas sequelas importantes: (1) uma crescente personalização da revista em Yves Lacoste – que passa a assinar, desde 1981, editoriais cada vez maiores – verdadeiros artigos – além de ser, por vezes, o único resenhista de obras publicadas; e (2) Boyer questionava se um número pequeno e homogêneo era capaz de garantir a renovação de temas e abordagens. Se no texto de Olivier Bernard ainda havia espaço para questionar seu impacto e evolução, esse tipo de dúvida não estava mais presente nos balanços de Giblin, Foucher e Lacoste.

Essa observação de Boyer coaduna com a nossa tese de que a partir da mudança do subtítulo da revista, ou mais especificamente a partir de 1983, *Hérodote* está consolidada quanto ao objeto, *démarche* e caráter ontológico. E nesse sentido ela era um prolongamento de seu diretor e fundador, uma camada a mais na personalização da revista. Isso também era observável no que tange ao marxismo. O afastamento de Lacoste era diretamente proporcional ao de *Hérodote* em relação ao marxismo.

Era a revista “vincenniana” [*vincennoise*]? Bem, havia Lacoste, o diretor; Giblin no secretariado de redação; Guglielmo, Stéphane Yerasimos, Michel Korinman e mais alguns no comitê de redação. Mas isso era insuficiente para caracterizá-la enquanto tal. De fato, *Hérodote* era pouco presente na Universidade, nenhuma equipe de pesquisa se constituiu em torno dos temas geopolíticos e a influência da revista dificilmente ultrapassa o círculo de geógrafos e urbanistas. Apesar disso, havia uma superposição de imagens – ou se quisermos utilizar uma linguagem cara à Lacoste, representações – da revista e da Universidade: a contestação, a crítica dos métodos pedagógicos tradicionais feita por Vincennes encontrava eco na crítica da geografia dos professores.

Por fim, Yves Lacoste possuía um talento extraordinário para detectar temas promissores antes da banalização: terceiro mundo, geopolítica. Essa era a avaliação de Boyer que reconhecia não ser fácil conciliar rigor científico e satisfação dos gostos públicos. Caso o caminho fosse cruzado por um furo jornalístico, uma revista trimestral está armada para esse tipo de situação? Em todo caso, se a revista havia se tornado quase uma instituição era porque sua atividade acadêmica representava um poder e um mecanismo de troca na rede de relacionamentos intelectuais. *Hérodote* era um dos flancos de renovação da Geografia. Outro exemplo era *L’Espace géographique*. A revista de Lacoste nutria-se da história e das ciências

humanas ao mesmo tempo em que desconfiava da *New Geography*, da modelização em voga nos países anglófonos. A propósito, Béatrice Giblin (2015a) afirmou categoricamente que *Hérodote* não buscou debater com *L'Espace géographique*. A razão disso era uma divergência no que tange às preocupações científicas. Enquanto a revista criada por Roger Brunet expressava a busca por leis geográficas e via na abordagem quantitativa a âncora de salvação da Geografia, a revista de Yves Lacoste estava na antípoda dessa abordagem seja por considerar a Geografia um saber, seja porque denunciava como ilusória a procura de leis na ciência humana.

Boyer terminava seu balanço fazendo duas questões: (1) *Hérodote* era portadora de uma geografia ou um lugar de acolhimento para diferentes geografias? e (2) a principal função da revista era difundir um saber fora do círculo dos geógrafos ou fazer estes últimos refletirem sobre os modos de produção de seu saber? A primeira questão era fulcral e uma resposta aproximada vai no sentido de qualificar *Hérodote* mais como portadora de uma geografia: o repúdio à *Nouvelle Géographie* não nos deixa mentir. A segunda questão, subsidiária da anterior, era mais complexa porque a revista era também resultado da abertura da Geografia para os saberes exteriores e, indubitavelmente, se esforçava em mostrar a utilidade dos geógrafos, dos raciocínios geográficos e da sua especialidade disciplinar. Ao mesmo tempo era intuito de *Hérodote* estabelecer uma reflexão epistemológica sobre seu saber.

X – Rumo à uma perspectiva política de centro? A ajuda é um freio de emergência!

Em 1979, a vitória de Margareth Thatcher (1925-2013) na Inglaterra, bem como a eleição de Ronald Reagan (1911-2004) em 1980 nos EUA, apontava – no centro do sistema⁷⁸⁴ – que um “liberalismo renovado” se descortinava. Mas na França era um socialista, François Mitterrand (1916-1996), quem havia sido eleito. Não obstante, o caso dos *boat people*, os conflitos e contradições nos seios das nações socialistas calaram fundo no meio intelectual francês. Em 1982, Rony Brauman, então presidente da *Médecins sans frontières* (MSF) descobre na obra de Raymond Aron uma nova lente para visualizar o terceiro mundo e o terceiro-mundismo (DOSSE, 2018).

Em maio de 1983, o filósofo francês Pascal Bruckner publica um livro intitulado *Le Sanglot de l'homme blanc: tiers monde, culpabilité, haine de soi*. Neste livro, ele objetiva estudar a história da ideia de Terceiro Mundo na Europa e na América desde o início dos anos

⁷⁸⁴ Dado que, na periferia, já tinha ascendido ao poder o ditador Augusto Pinochet (1915-2006) no Chile em 1973.

60. Datam dessa época o Comitê Católico contra a Fome e pelo Desenvolvimento (CCFD), de 1961; o triunfo da revolução argelina, em 1962; e a associação francesa *Frères des Hommes*, criada em 1965. Esse livro prenhe de ironia é um libelo contra o terceiro-mundismo – considerado pelo autor em tela um “delírio de um pequeno grupo” que se transformou na “verdade de uma multidão”⁷⁸⁵ (BRUCKNER, 1983, p.16). Certamente, o livro em tela não operou como um “gatilho” no desenrolar de uma crise na sociedade francesa. Ele, de fato, servia como suporte de posturas intelectuais adversárias ao terceiro-mundismo.

Este livro, ao qual os antiterceiro-mundistas deram tanta importância, é a prova de que são sobretudo os argumentos sentimentais os mais utilizados na ofensiva ideológica contra o terceiro-mundismo; mas prova também que essas preocupações sentimentais não tem muita coisa a ver com o destino dos povos do terceiro mundo. Aliás, Pascal Bruckner não é especialista neste tipo de problema; seu livro anterior discorria sobre um tema bem diferente, mas também muito ideológico e bastante em moda: *A nova desordem amorosa* (LACOSTE, 1991 [1985], p.56).

O geógrafo não poupou críticas ao livro de Bruckner. *Le sanglot de l’homme blanc* entremeava argumentos morais e referências psicanalíticas dando pouco destaque à economia política. Considerando que Pascal Bruckner não era um grande conhecedor do terceiro mundo, sua análise não era efetivamente metódica acerca dos problemas desse conjunto geopolítico, e sim um panfleto contra as críticas da esquerda ao imperialismo. Em vez de masoquismo, o terceiro mundo foi na França uma forma de acusar o sistema capitalista. Havia ainda um contrassenso fundamental em *Le sanglot de l’homme blanc*:

Mencionando as afirmações que ele considera como expressões do “ódio por si mesmo” ou do sentimento “cristão” de “culpabilidade” para com os pobres, ele não percebe que se trata, de fato, de uma acusação aos adversários. No essencial, o discurso terceiro-mundista na Europa, e em particular na França, baseia-se no princípio da luta de classes. É um discurso que revela a oposição de diversos grupos sociais da sociedade francesa e, mais ainda, a rivalidade entre diversas tendências culturais da intelectualidade parisiense (LACOSTE, 1991 [1985], p.59).

O raciocínio do geógrafo é cristalino. Da maneira como Pascal Bruckner põe os termos da questão fica parecendo que terceiro-mundistas franceses estavam grávidos de “culpabilidade” e “ódio de si”. De fato, intelectuais tais quais René Dumont e Jean Ziegler não culpabilizavam ou odiavam a si próprios. Eles denunciavam efetivamente o capitalismo, a direita internacional. Numa palavra, o imperialismo.

⁷⁸⁵ L’intéressant, c’est de savoir en effet comment le jargon ou le délire d’un petit groupe ont pu devenir la vérité d’une multitude.

Nesse interim, Rony Brauman junta-se então à Claude Malhuret – que havia sido presidente da MSF entre 1978 e 1980. Eles convencem a maioria dos médicos sem fronteiras de criar outro organismo, cuja tarefa era dupla: avaliar os contextos de intervenção humanitária e verificar sua inscrição num quadro com potencial democrático. Nasce em 10 de janeiro de 1985 a organização *Libertés sans Frontiers* (LSF), cuja conferência inaugural tinha como título “*Tiers-monde, prêt-à-porter idéologique*” (DOSSE, 2018).

Entre 23 e 24 de janeiro de 1985, a LSF promoveu um colóquio em Paris, no Senado, intitulado: “O terceiro-mundismo em questão” (SZCZEPANSKI-HUILLERY, 2005). Entre os partícipes, nomes como Jean-François Revel, Cornelius Castoriadis, Pascal Bruckner, Gérard Chaliand e Alfred Sauvy. Yves Lacoste foi convidado porque havia escrito os livros *Les pays sous-développés* e *Unité et diversité du tiers-monde*. Em razão disso, foi rotulado de modo simplista enquanto um “terceiro-mundista”⁷⁸⁶ – embora considerasse o terceiro mundo uma representação geopolítica utilizada seja por movimentos políticos, seja por Estados – em maior ou menor grau de rivalidade.

A revista *Paris-Match*, “com uma tiragem de um milhão de exemplares” (LACOSTE, 1985 [1991], p.7), cobriu os debates e na edição de fevereiro de 1985 publicou na primeira página um artigo intitulado “As imposturas do terceiro-mundismo”. Yves Lacoste data dessa época o início de uma grande campanha liderada por intelectuais reacionários. O geógrafo então tomou a decisão de escrever *Contre les anti-tiers-mondistes et contre certains tiers-mondistes*. Entre os anti-terceiro-mundistas, o mais notório era Bruckner. Já no campo terceiro-mundista, destaca-se René Dumont e Jean Ziegler.

Rememorando que o subdesenvolvimento aparece no discurso de Truman em 1949, Lacoste argumenta que o início da política de ajuda aos países ditos subdesenvolvidos funcionava como álibi na luta neoimperialista contra os movimentos revolucionários. O título do livro se explica na tentativa feita pelo geógrafo de não transformar a contenda num discurso de “Bem contra o Mal”. Daí porque, como veremos, embora se posicione contra certos terceiro-mundistas, Lacoste é bastante crítico dos seus adversários – que são considerados portadores de teses simplistas, egoístas e xenófobas.

Efetivamente, observamos no livro lacosteano uma retomada de argumentos já expostos na sua *thèse d'État*: questiona o mito prometeico do terceiro mundo, bem como a pretensa solidariedade existente entre ambos – ilustra com os conflitos que já conhecemos: China *versus* Vietnã, Irã contra Iraque. Quando aborda as medidas de coletivização e estatização na China e

⁷⁸⁶ Isso pode explicar a ausência da intervenção de Lacoste na obra publicada por Brauman e resultante do citado colóquio: *Le tiers-mondisme en question*.

no Vietnã, ele grafa que foram medidas “aplicadas por partidos únicos totalitários” (LACOSTE, 1985 [1991], p.14). Ao lançar mão da categoria totalitarismo – forjada para equivaler comunismo e nazismo – se o geógrafo não faz o jogo da extrema-direita, termina por fazer o jogo liberal que aparece como um caminho sensato entre dois extremos supostamente iguais. Observe-se ainda que a rivalidade sino-vietnamita não é acentuada por aquilo efetivamente real, ou seja, os *nacionalismos* chinês e do Vietnã, mas por esses estados serem governados por comunistas que lutam encarniçadamente pelo poder.

O grande argumento dos anti-terceiro-mundistas era denunciar a ilusão, ou no mínimo a mentira, da unidade do terceiro mundo (LACOSTE, 2018a). Todavia, por essa via o próprio geógrafo seria um anti-terceiro-mundista posto que, tal qual resta demonstrado na análise da sua *thèse d'État*, ele de certa maneira contesta aquela unidade. De fato, se intelectuais como Bruckner enxergavam a unidade ilusória, Yves Lacoste acentuava a diversidade desse conjunto geopolítico não-postulando a unidade política do mesmo. Na avaliação do filósofo e economista Serge Latouche:

A questão é a da pertinência da apreensão como entidade única no contexto histórico contemporâneo da centena de países da zona “Sul”. Aqueles que, como o geógrafo Yves Lacoste, sempre insistiram na diversidade do Terceiro Mundo, enquanto muitos dos atuais anti-terceiro-mundistas afirmavam então muito alto a unidade fetichizada desse novo Prometeu estão entre os últimos a defender a pertinência de uma certa comunidade desta “nebulosa”⁷⁸⁷ (LATOUCHE, 1987, p.442).

Essa diferença é fundamental pois ela prepara o caminho, ao mesmo tempo em que é resultado, de uma perspectiva política centrista. O terceiro mundo para o geógrafo era uma representação. Aqui é relevante fazer uma observação. Representação – no sentido lacosteano do termo – é um constructo, uma abstração observável e, por vezes, mensurável (PIB, endividamento, etc.). Tal qual ensinou o filósofo György Lukács (1885-1971): “é preciso usar o termo representação com a necessária cautela, uma vez que, depois de formado, o mundo conceitual retroage sobre a intuição e sobre a representação” (LUKÁCS, 2013 [1969], p.65). Dessa forma, terceiro mundo é uma *abstração concreta* porque extraída da realidade material dos países que se inter-relacionam e que por essa razão são engendradas contraditoriamente unidade, diversidade e solidariedade – embora não livre de conflitos, o que interromperia o próprio movimento categorial e da realidade em si.

⁷⁸⁷ La question est celle de la *pertinence* de l'appréhension comme *entité unique* dans le contexte historique contemporain de la centaine de pays de la zone « Sud ». Ceux qui, comme le géographe Yves Lacoste, ont toujours insisté sur la *diversité* du Tiers Monde, alors que beaucoup des actuels anti-tiersmondistes affirmaient alors très haut l'unité fétichisée de ce nouveau prométhée sont parmi les derniers à défendre la pertinence d'une certaine *communauté* de cette « nébuleuse ».

O objetivo do livro do geógrafo era “deslindar ideias que já se tornaram muito confusas e esclarecer debates que vão ficando virulentos e degeneram em reações passionais e acusações injustas e tendenciosas” (LACOSTE, 1991 [1985], p.23). Então ele define terceiro-mundismo enquanto ideologia pois trata-se de uma “visão de mundo que, no essencial, considera como fundamental e injusto o enorme contraste econômico entre dois grandes grupos de países: os países ricos, que são dominantes, e os países pobres, que são dominados” (LACOSTE, 1991 [1985], p.24).

Em seguida, para limpar ainda mais o terreno, distingue dois tipos de terceiro-mundismo que podemos nomear da seguinte forma: um estrangeiro e outro autóctone. No primeiro caso, são intelectuais e militantes europeus e americanos que consideram necessário ajudar os países do terceiro mundo a se desenvolverem e libertarem-se da dominação dos países desenvolvidos. Dirigem-se principalmente à opinião pública pátria, no duplo intuito de conscientizá-la da pobreza do terceiro mundo e denunciando o papel desempenhado pelas grandes potências naquele imenso conjunto geopolítico. A ênfase aqui recai na dimensão externa da luta e o terceiro mundo é visto no seu conjunto. O que nos impede de colocar Yves Lacoste nessa primeira categoria é que – pelo menos desde *Les pays sous-développés* – ele permanece atento às características de cada país.

No segundo caso, que nomeamos de terceiro-mundismo autóctone, os agentes que vocalizam as demandas são intelectuais, militantes e políticos dos países do terceiro-mundo. Pensemos em Frantz Fanon, Aimé Césaire, Sukarno, Nehru, Nasser, Chu En-Lai, Fidel Castro, Che Guevara, Kwame Nkrumah, Sélassié. A principal característica desse tipo de terceiro mundismo é a solidariedade (política). Através desta, buscam o desenvolvimento (econômico), resistem às pressões das grandes potências ao mesmo tempo em que buscam obter delas “ajuda” e ações que atenuem a troca desigual. Em larga medida, são filhos de Bandung – conferência que serviu de amparo às ideias de solidariedade, cooperação e, mormente, independência.

Como resta claro, embora o geógrafo não conteste a existência de um terceiro mundo, enxerga a solidariedade política mais ou menos como um *flatus vocis*. Isso porque as rivalidades entre os Estados desse conjunto geopolítico seria um obstáculo e o interesse nacional falaria mais alto. Sem dúvida, o nacionalismo pode efetivamente ser uma barreira para a integração econômica e solidariedade política (os conflitos entre Camboja, Vietnã e China não nos deixa mentir). No entanto, essa própria forma de Yves Lacoste posicionar-se desvela o caráter não-dialético do seu método. O geógrafo, deixemos claro, não é antidialético. Nesse caso do terceiro mundo ele opera de modo não-dialético, próximo de uma lógica formal. Aqui é pertinente atentarmos para uma lição de método dialético marxiano presente na *Miséria da filosofia*. Como

escreveu Karl Marx (2008 [1847], p.137): “O que constitui o movimento dialético é a coexistência de dois lados contraditórios, sua luta e sua fusão em uma categoria nova”. Ora, terceiro mundo é uma categoria nova porque captura a coexistência da contradição – num primeiro momento, acentuadas as cizânias com as potências coloniais. As rivalidades intestinas e internacionais na corrente política terceiro-mundista não podem ser lançadas fora como “um lado mau”. Isso, como nos ensina Marx, interrompe o movimento dialético. O terceiro mundo – enquanto abstração concreta, representação⁷⁸⁸ – é um ser em processo cujo dínamo são as contradições intrínsecas.

Acima escrevemos que Yves Lacoste via a solidariedade política como mais ou menos um *flatus vocis*. Isso quer dizer que no longo prazo ela não estava revogada da mente do geógrafo. Ele mesmo grafa que o problema foi considerá-la como “automática”. Todavia, por definição, se a solidariedade política fosse automática, por qual motivo, razão ou circunstância organizar-se-ia uma conferência tal qual Bandung? Ou ainda fundar a OSPAA? Essas conferências, organizações, eram a prova viva de que a solidariedade terceiro-mundista era algo a ser construído conscientemente, de maneira voluntária e refletida, pois o germe dessa relação foi plantado, paradoxalmente, pelo fenômeno colonial. Uma solidariedade em ato só é possível porque existe em potência.

O geógrafo considera falsa a tese que os países desenvolvidos são ricos porque pilham os recursos dos países pobres. A seu ver, a riqueza dos países desenvolvidos era originária do poderio industrial e científico, bem como do setor terciário em relação ao mercado interno. Também quando observa que, no caso da soja, os EUA respondem por 60% da produção mundial e exportam 40% desta. Entretanto, esse é um caso específico e o geógrafo deixa de ver a floresta para visualizar a árvore. Nesse sentido, o mais curioso é que Yves Lacoste não usa o termo pilhagem de modo ingênuo. Ele conhece a obra *Le Pillage du Tiers Monde* (1965), de Pierre Jalée (1909-1991). Esse livro é extremamente rico em dados estatísticos que atestam a pilhagem. A título de ilustração: entre 1948 e 1969, a participação do terceiro mundo nas exportações mundiais passou de 31% para 19%. 80% dos produtos vendidos pelos países industrializados ao terceiro mundo são manufaturados. A deterioração dos termos da troca é clarividente:

Em definitivo e de uma forma mais simplificada, em 1969 e relativamente a 1953, o Terceiro Mundo pagou as suas importações a preços 10% mais elevados, enquanto as suas exportações se desvalorizavam em 4%. Daí resultou uma “deterioração dos termos da troca” entre essas duas datas da ordem dos 14%. Isso significa

⁷⁸⁸ Por nós, sempre entendida na acepção lukacsiana do termo.

concretamente que, a fim de se abastecer de uma determinada quantidade de certos produtos provenientes dos países capitalistas desenvolvidos, o Terceiro Mundo tinha de exportar em 1953 uma quantidade 100 de certos artigos que produzia, enquanto em 1969, para obter a mesma quantidade de produtos, já não tinha de exportar uma quantidade 100, mas sim uma quantidade 114, dos seus produtos (JALÉE, 1980 [1973], p.69-70).

Essa perspectiva de negar a pilhagem não é inocente: revela uma *posição concreta* diante de uma questão fulcral. A própria forma como Yves Lacoste a expõe é sugestiva. Ele parece não ver relação entre colonialismo e revolução industrial. Os terceiro-mundistas “recordam que o ‘pacto colonial’ impediu o desenvolvimento industrial do terceiro mundo. Porém a expansão colonial europeia começou dois séculos antes da Revolução Industrial” (LACOSTE, 1991 [1985], p.36). O colonialismo, assim como a escravidão, é base da industrialização que ocorrerá nos países desenvolvidos. Daí porque no primeiro capítulo dessa tese insistimos forte e enfaticamente no papel desempenhado pela moderna colonização e do escravismo. São essas instâncias que universalizam o comércio e a grande indústria. Contudo, esses fatos estão relativamente fora do campo de visão lacosteano. Não que o geógrafo os desconheça, mas sim porque não são *categorias* que efetivamente organizam seu pensamento e argumentação. Ele prefere reeditar a alegação de que o desenvolvimento do capitalismo na Europa é produto da burguesia. Além disso, enfatiza o papel das elites dirigentes que constituíram laços com os europeus conquistadores e buscaram lucrar com a colonização – açambarcando as terras, por exemplo. Yves Lacoste é sabedor dos horrores do sistema colonial, exemplificado no tráfico de escravos em África. É verdade que africanos escravizaram outros africanos e comerciavam com os europeus. *Nolo contendere*. Esse processo é uma determinação, um traço constitutivo da colonização. Inobstante isso, o acento colocado pelo geógrafo nas questões internas – e somos testemunha disso desde, no mínimo, *Géographie du sous-développement* – acaba amainando os fatores externos que se entrelaçam no processo inerente ao escravismo-colonialismo. Em todo caso, Lacoste também acentua esses traços interiores para demonstrar a existência de relações de classe dentro de cada Estado – ele prefere, inclusive, utilizar esse termo em detrimento daquele de *país*. País se presta muito facilmente às metáforas, além de soar como vago e ambíguo. Ele está evitando o geografismo.

É possível afirmar que no livro ora analisado, seu autor expressa uma posição política de centro ou, se quisermos, de centro-esquerda. O jornalista, conselheiro de direção e editorialista do *Le Monde*, Pierre Drouin (1921-2010) considerou o livro de Yves Lacoste corajoso por ofertar um “outro olhar para o Sul”. Em sua visão, com a recrudescência do combate ideológico acerca do terceiro-mundismo, o geógrafo havia colocado as coisas em

ordem e as pessoas em seu lugar sem se preocupar em ser recuperado por qualquer um dos lados em disputa. E assim ele celebra o centrismo de Lacoste: “soube desenredar-se das ideologias de direita e de esquerda⁷⁸⁹” (DROUIN, 1986, p.2)

Efetivamente, ele é refratário aos anti-terceiro-mundistas (a “direita”) mas também à certos terceiro-mundistas (a “esquerda”). O geógrafo rejeita o racismo, a xenofobia, ao mesmo tempo em que critica as representações apocalípticas do terceiro mundo. Sendo um intelectual honesto, Yves Lacoste tenta caminhar, digamos, “na trilha do purgatório” – para utilizar uma expressão do geógrafo Antonio Carlos Robert Moraes. O terceiro mundo existe? Sim. Ele forma uma unidade? Politicamente, não – pois trata-se de um conjunto bastante diverso. O capitalismo é o principal artífice dos problemas sociais enfrentados pelo terceiro mundo? Não, pois na verdade é a discrepância entre crescimento das necessidades e crescimento dos recursos econômicos – esse continua a ser o critério insuperável dos países subdesenvolvidos, da unidade do terceiro mundo. A colonização foi decisiva para o devir histórico desse conjunto geopolítico? Sim, da mesma forma que é preciso ressaltar o papel das minorias privilegiadas, as classes dirigentes nativas que se aliaram aos dominadores alienígenas. Essa é a principal razão pela qual os problemas dos países subdesenvolvidos, do terceiro mundo, são vislumbrados por Lacoste enquanto dramas internos.

As estruturas pré-coloniais bloqueiam o desenvolvimento das forças produtivas. Essa é a explicação do geógrafo para o fato de não ter ocorrido uma revolução industrial na Ásia. Ora, mas como vimos no capítulo inaugural desta tese, os dados estatísticos coligidos por Deepak Nayyar não autorizam esse tipo de interpretação. Pelo contrário: demonstram com clareza a superioridade – em termos de renda – da Ásia, África e América Latina. É o imperialismo de livre-comércio, nos termos de Arrighi, que engendra a industrialização europeia, a Grande Especialização – tal como batizou Nayyar – e a *Grande Espacialização*, conceito pelo qual capturamos esse processo dialético que envolve uma imensa conversão territorial em áreas, sobretudo, primário-produtivas.

Por um lado, Yves Lacoste não crê numa unidade política do terceiro mundo. Por outro, considera útil e necessário colocar o problema numa ótica de conjunto. E aqui temos mais um indício que ele está caminhando para uma perspectiva política centrista: não se tratava mais de questionar o sistema capitalista. O papel dos terceiro-mundistas é democrático, ou seja, explicar aos concidadãos os problemas desse gigantesco conjunto geopolítico e encorajar os governos do primeiro mundo a assegurar a ajuda aos Estados do terceiro mundo.

⁷⁸⁹ [...] qui a su se désempêtre des idéologies de droite et de gauche.

Se Yves Lacoste não era mais um comunista, tampouco era partidário do *laissez-faire*. Em sua visão, o liberalismo defendido pelos anti-terceiro-mundistas conduziria à catástrofe: do reaparecimento das fomes-hecatombes até a possibilidade de uma “terceira guerra mundial” (LACOSTE, 1991 [1985], p.142). Daí a intenção do geógrafo em desmistificar o terceiro mundo *pari passu* seu desejo de tornar a política de ajuda mais eficaz. A ajuda seria o “freio de emergência”. E infelizmente, como notou o historiador e cientista político Hervé Coutau-Bégarie (1956-2012), o livro é finalizado e o conteúdo da política de ajuda não é precisado (COUTAU-BÉGARIE, 1985).

Serge Latouche (1987), embora considere a obra estimulante e sólida, não deixou de indicar os limites da análise de Lacoste: sua filiação ao economicismo e aos mitos do desenvolvimento. Não deixa de ser curioso Latouche vincular o geógrafo ao economicismo, dado que esse é um dos maiores esforços que ele busca evitar nas análises empreendidas. Entretanto, isso é explicável: na visão do economista e filósofo francês, Yves Lacoste pouco critica os teóricos da exploração internacional – a exemplo de Samir Amin e Arghiri Emmanuel. Isso é parcialmente verdadeiro, pois o geógrafo via com ressalvas o modelo centro-periferia e os mecanismos da troca desigual. Para Serge Latouche, o geógrafo aderiu à uma visão universalista e progressista do desenvolvimento. Desenvolvimento seria um “modelo” para Lacoste, ao passo que para o economista e filósofo francês é uma relação de poder. Essa afirmação é bastante questionável uma vez que Yves Lacoste mostrou-se crítico, além do já citado modelo Centro-Periferia, o próprio modelo marxista (dominante nas ciências humanas), os métodos quantitativos e até mesmo o modelo de *Sierra Maestra* – enquanto arquétipo de estratégia revolucionária. O geógrafo está muito mais próximo de uma perspectiva do inventário das diferenças que de um objetivo generalizável.

A crítica mais virulenta veio do professor do *Institut d'études du développement économique et social*, Université Paris I-Panthéon-Sorbonne, Yves Goussault (1923-2003). De acordo com o professor, Yves Lacoste havia participado de um colóquio terceiro-mundista em novembro de 1985 e o livro decepcionaria uma vez mais aqueles que ficaram desapontados com o geógrafo quando do colóquio (GOUSSAULT, 1986). Na sua avaliação, Lacoste reduziu o terceiro mundo a critérios descritivos e morfológicos – o que revogaria cientificidade da obra; além disso as evidências seriam irrelevantes e com o intuito de neutralizar o confronto político e mascarar o antagonismo ideológico.

Então, Yves Goussault enumera três observações: (1) Yves Lacoste clama por uma conciliação terminando por fazer o jogo da *Liberté sans frontières* – emanação ideológica da organização reacionária *Médecins sans frontières*; (2) o geógrafo confirma a vulnerabilidade

do terceiro-mundismo francês que ignora, ou busca ignorar, as lutas de classes em escala internacional. Além disso, ele situa deliberadamente a solidariedade fora da perspectiva anti-imperialista. Finalmente, (3) Lacoste era a prova de que o terceiro-mundismo reformista era afrontado por causa dos cinco anos de governo socialista. Alguns exemplos: o atlantismo e o antissovietismo, venda de armas, abstenção da ONU, relações com a África do Sul.

De todas essas observações podemos grafar que a questão central é o *imperialismo* – tal qual estamos insistindo nessa tese. Como conciliar com *Liberté sans frontières*, bem como com a política atlantista e antissoviética? A revogação da categoria imperialismo conduz justamente a isso. Com essa categoria revogada, resta o velho critério do crescimento demográfico enquanto denominador comum do terceiro mundo. A diminuição do peso e da responsabilidade do imperialismo é diretamente proporcional àquela do colonialismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos capítulos precedentes pudemos analisar as determinações que constituem o complexo temático Geografia-subdesenvolvimento-terceiro mundo em parte da obra de Yves Lacoste. Buscamos mostrar sobretudo o que pode ser extraído de seus textos e reflexões, bem como das afinidades intelectuais engendradas por ele. Remetemos suas intervenções ao contexto de sua época, mas também considerando as querelas que atravessam o geógrafo e sua disciplina. À medida em que avançamos de uma maior abstração para uma maior concretude do objeto em tela, julgamos ter capturado que suas posições se realizam de modo historicamente e geograficamente determinado. Elas são fruto de um pensamento e ação que se encontram na encruzilhada de tradições e situações sociopolíticas que se temporalizam e espacializam de uma forma *concreta*.

Argumentamos que para a devida captura das posições de Yves Lacoste no que tange ao complexo temático Geografia-subdesenvolvimento-terceiro mundo, devíamos remetê-las às redes de sociabilidade intelectual bem como às realidades concretas que lhe defrontaram. Nas considerações iniciais já havíamos salientado que o geógrafo em tela travou experiências intelectuais em países de extrema relevância para a história do século XX: Argélia, Cuba, França e Vietnã. Essa nossa insistência em tal procedimento é tributária de uma compreensão simultaneamente dialética e materialista do pensamento.

Tanto nas considerações iniciais quanto nos capítulos anteriores, nós visualizamos os contextos que lhe servem de lastro histórico-geográfico, assim como os agentes intelectuais e institucionais que funcionam como contraponto às suas posições. Podemos dizer, por um lado, que toda obra de lacosteana por nós analisada está hipotecada às discussões acerca da descolonização, do subdesenvolvimento e do terceiro mundo. Por outro, essa mesma obra é atravessada pelas querelas no seio da Geografia – direções epistemológicas, escolhas teóricas e metodológicas.

Ao operarmos com um arsenal de autores que destacavam o aspecto territorial na origem do mundo moderno, buscamos um suporte consistente para compreendermos os escritos lacosteanos como sendo *posições* diante não apenas dos eventos históricos imediatos – um bombardeamento de diques, por exemplo – ou ainda das conjunturas de décadas – a guerra fria, a título de ilustração. Isso tudo é verdadeiro, é preciso dizer. Mas, só agora, a partir dos delineamentos e das peculiaridades que apresentamos nos capítulos anteriores, podemos dizer – no espírito de Braudel (1958, p.727) – que a obra de Yves Lacoste é também uma *posição*

frente à “amplitude secular⁷⁹⁰”, à “história de longa e mesmo longuíssima duração⁷⁹¹” do que ousamos nomear de *Grande Espacialização*.

O geógrafo em tela não é um intelectual que se posiciona diante da longuíssima duração do mundo moderno-colonial, bem como acerca da história da Geografia, de forma desamparada. As características desse período histórico e os traços que constituem a Geografia, ambos por ele destacados, são concretos. Não nos furtamos em criticar o realce, por exemplo, que ele dá ao crescimento demográfico enquanto uma categoria que organiza seu raciocínio sobre a situação de subdesenvolvimento e mesmo do terceiro mundo. Ou ainda quando ele dispara críticas à Paul Vidal de La Blache.

Nesse último caso, é preciso dizer, atentemos para quando o geógrafo franco-marroquino realiza sua autocrítica frente à Vidal. Ele conhecia a obra de Paul Claval *Essai sur l'évolution de la géographie humaine* em que *La France de l'Est* é mencionada. Isso não o impede, como vimos, de se retificar e fazer justiça ao mestre francês. Sem embargo, esse duplo desconhecimento – da obra vidaliana e do que se escrevia sobre os livros de Lacoste – são uma camada de sedimentos que operam também a favor da construção e do reconhecimento de Élisée Reclus como “pai fundador” da moderna Geografia, e mesmo de Heródoto – se quisermos – na “longuíssima duração”. A forma de contar uma história – nesse caso, da Geografia – já denota uma *posição*.

Esses realces fazem parte da própria forma lacosteana de entender essas questões e de contar a história igualmente. Por exemplo, a temática do imperialismo, extremamente relevante para a *Grande Espacialização*, percebe-se ser também de importância considerável para Yves Lacoste. Contudo, esta categoria é por vezes *suspensa* em sua análise pois, diante da sua *oposição* aos comunistas, esse critério é praticamente revogado para dar espaço ao famigerado crescimento populacional que ultrapassa o crescimento econômico – um dos vetores da situação de subdesenvolvimento.

Assim, essa categoria não adentra de forma decisiva no seu relato histórico. Os traços mais brutais do mundo moderno – a *escravização de espaços*, a *acumulação de escravos*, a *sangria territorial* – são *relativamente* esquivados. Mas só relativamente, porque Lacoste não cancela o papel da escravidão e do colonialismo. Fica mais claro agora porque os “técnicos da colonização”, a exemplo de Lyautey, são vistos com bons olhos. Ou ainda porque o geógrafo em foco acentua o papel das “minorias privilegiadas” na explicação do subdesenvolvimento. E se quisermos, porque ele atribui à existência de uma burguesia na Europa a raiz fundante da

⁷⁹⁰ [...] ampleur séculaire

⁷⁹¹ [...] l'histoire de longue, même de très longue durée.

Revolução Industrial – pondo em maior ou menor medida entre parêntesis a subjugação dos continentes africano e americano, bem como da China e da Índia.

Dito isto, e já que iniciamos essas considerações finais sublinhando questões relativas ao subdesenvolvimento e terceiro mundo, é importante notar que Yves Lacoste contribuiu sobremaneira para avançar essas discussões no campo da Geografia. Fez isso ao conferir determinações que as tornam mais concretas. Esse movimento de internalização em sua disciplina permitiu a construção de toda uma área de discussões. Reiteramos: Lacoste não foi o único nessa seara – Pierre George, Milton Santos, Manoel Correia de Andrade, Josué de Castro, Bernard Kayser, são bons exemplos. Inobstante isso, suas elucidações, vistas a partir da Geografia, tornaram-lhe uma referência interna – por vezes externa – nesses debates.

Nós vimos, *verbi gratia*, como a palavra geopolítica se transforma gradativamente numa categoria no pensamento lacosteano. A negatividade dessa palavra converte-se numa lente pela qual ele captura as rivalidades de poderes nos territórios. Com a expressão jornalística terceiro mundo, Yves Lacoste efetiva algo parecido. Não que o terceiro mundo, tal qual foi definido, não existisse objetivamente. Ele existe independentemente da vontade do geógrafo (e ele é sabedor disso). A questão aqui posta são as determinações ofertadas por Lacoste sobre essa realidade efetiva: (1) conjunto de países cuja amplidão do crescimento demográfico é iminente ou já efetiva há um tempo mais ou menos longo; (2) campo de manobras e afrontamentos das grandes potências; (3) representação que reúne países pobres com características comuns e que formam um conjunto de dimensão planetária; (4) gigantesco conjunto geopolítico. Dizer que o terceiro mundo é um conjunto não significa cancelar sua diversidade num bloco homogêneo e amorfo. Enfim, todas essas determinações fazem avançar uma “geografia do terceiro mundo” em que os aspectos políticos e demográficos estão no primeiro plano. E dessa forma, o geógrafo em tela não contribui somente para seu saber, mas também para as ciências sociais.

Essa contribuição repousa, primeiramente, no fato de Yves Lacoste ter considerado o complexo temático subdesenvolvimento-terceiro mundo como um objeto geográfico – portanto, cartografável. Ora, mas esse novo objeto de investigação da Geografia está profundamente entranhado na história particular de Lacoste. E podemos mesmo dizer que de 1959 a 1968 o tema do subdesenvolvimento estará no primeiro plano de suas preocupações. As datas aqui não foram compreendidas de modo estanque, ou mesmo como se houvesse um *corte* em que os avanços e recuos nessa temática estivessem interditados. O tema terceiro mundo atravessa a obra lacosteano na forma de um movimento oscilatório de importância. Exemplificando: desde *Ibn Khaldun* percebe-se um crescendo dessa discussão em suas reflexões. E essas estão profundamente entrelaçadas com as discussões geopolíticas. É por essa

razão que consideramos essa obra como um *ponto de chegada* – do colonialismo ao desenvolvimento – e um *ponto de partida* – do desenvolvimento à geopolítica.

Os novos objetos geográficos de investigação (subdesenvolvimento e terceiro mundo) fincam-se na história particular de Yves Lacoste. Aliás, a história particular, embora seja insuficiente, nos auxilia a compreender determinadas opções feitas pelo geógrafo em tela. A própria escolha pela Geografia é tributária da influência de seu pai e de Jean Dresch. A preferência pelo trabalho de campo em detrimento do laboratório, a Segunda Guerra Mundial e mesmo a influência de Pierre George também confluem para essa escolha. E até mesmo as viagens e os “soldadinhos de chumbo” tem sua influência. De fato, são múltiplas determinações com pesos distintos.

Esse laço entre particularidade e momento histórico atinge outro nível no *Institut de Géographie*. Ali vemos o peso dos professores renomados intelectualmente – Cholley, Sorre, Tricart – junto com as lições de geologia apreendidas com o pai, bem como o prestígio que a geomorfologia dispõe internamente ao curso, praticamente “empurrarem” Lacoste para o estudo das formas do relevo. Cabe destacar que essa escolha pela geomorfologia é também explicada pela forte influência exercida pelo vidaliano e professor da *Sorbonne* Emmanuel de Martonne

É também o momento de crescimento das suas “afinidades eletivas” – nos termos de Sousa Neto (2021): lá está Camille Dujardin, antropóloga e esposa que o ajudará a melhor decifrar os cabilas; Bernard Kayser, geógrafo e amigo que será membro do PCF junto com Yves Lacoste; há ainda Raymond Dugrand que fora membro da Resistência durante a Segunda Guerra Mundial e que auxiliará Lacoste quando do *DES*. Certamente, podemos batizar esses intelectuais de “geógrafos da geração de 1920” – inspirando-nos em Bataillon (2006; 2009). Contudo, se François Dosse (2006 [2003], p.47) estiver certo ao grafar que o conceito de geração não é redutível “à sua simples definição biológica⁷⁹²”, mas deve ser “considerado como o resultante numa idade juvenil de acontecimentos traumáticos⁷⁹³”, é melhor chamar o conjunto intelectual formado por Guglielmo, Prenant, Rochefort, Dugrand, Kayser e Lacoste de “geógrafos geração Segunda Guerra Mundial”. Guglielmo, o mais velho deles, tem 22 anos de idade quando a guerra termina. E é perceptível em Lacoste, com 16 anos ao findar do conflito bélico, como esse acontecimento está impregnado em sua história. Em ambos, do mais velho ao mais novo, o evento catalisa o despertar político. Isso explica, em parte, a adesão ao PCF.

⁷⁹² [...] no reducible a su simple definición biológica.

⁷⁹³ [...] sino considerado como el resultante de la travesía en una edad juvenil de acontecimientos traumáticos.

Todos esses geógrafos, incluindo seus mestres George e Dresch, formam uma *rede de relações intelectuais*.

Acima nós grafamos que o livro *Ibn Khaldun* é ponto de chegada e ponto de partida. Indubitavelmente, é depois do *DES*, da *agrégation* e no seio de sua experiência de docência em Argel, que a predileção geomorfológica é *subsumida* gradativamente pelo interesse nos problemas econômico-políticos do terceiro mundo ao descobrir a obra do historiador magrebino. A descoberta é fruto da ampliação da *rede de relações intelectuais* lacosteana que agora incorpora um antigo membro do PCA, Sadek Hadjeres. É a partir da obra khalduniana que ele se posiciona contra a interpretação de Gautier sobre o declínio do Magrebe estar vinculado à islamização e arabização dessa região. Khaldun será também uma importante referência por ter oferecido um modelo de explicação do declínio dos impérios magrebins baseando-se nas causas internas que sustam a evolução econômica do mundo árabe. Lacoste se apropria desse modelo de explicação enquanto alternativa àqueles marxistas baseados no colonialismo.

Sintomático do desvio geomorfológico em direção aos problemas econômicos é o cargo de assistente de geografia humana junto à Pierre George. Ali, Yves Lacoste direciona-se para o estudo da indústria do cimento e, posteriormente, da construção civil. Esses movimentos o levam, com o incentivo de George, ao estudo do subdesenvolvimento. Nesse interim, percebe o desprezo dos estudantes de sociologia pela geografia ao mesmo tempo em que se desilude com o PCF acerca da situação na Argélia. O rompimento com o PCF é, de certa forma, um “rompimento” com o marxismo. Escrevemos “de certa forma” (1) porque Lacoste não tinha um conhecimento substancial da obra de Marx; (2) o critério demográfico se mostra muito mais importante em seu raciocínio – traço neomalthusiano; (3) ele ainda vai tentar combinar marxismo, referências liberais e a geografia praticada à época em França. *Les pays sous-développés* e *Géographie du sous-développement* são representativas.

A rede de relações intelectuais se expande com Jean Bruhat e, principalmente, François Châtelet – seus futuros colegas em Vincennes. Mas antes do “Centro Experimental” houve o que ousamos chamar de “querela entre modernos e modernos”, o embate entre *géographie appliquée* e *géographie active*, pois ambas as correntes se constituíam na oposição entre elas e no enfrentamento à “antiga” Escola Francesa de Geografia – de cariz vidaliano. Métodos diferentes, epistemologias distintas: tudo desaguando num maior engajamento dos geógrafos e conseqüente “aplicabilidade” da sua ciência. Seguramente, Yves Lacoste não cerrou fileiras com a geografia aplicada, ao passo que entendeu a geografia ativa como respondendo uma pergunta: para que serve a Geografia? Seu capítulo em *La Géographie active* era uma

importante contribuição sobre as tarefas, os trabalhos, assim como a perspectiva da geografia ativa nos países subdesenvolvidos.

Com essa perspectiva em mente, ele efetiva diversas pesquisas de campo nos países subdesenvolvidos: Afeganistão, Burkina Faso, Cuba e Vietnã. Nesse momento de transição, vemos Yves Lacoste tributário da *démarche* da Escola Francesa de Geografia ao descrever as condições naturais e sociais quando estuda a antiga República do Alto Volta e o país dos afegãos. Isso tudo combinado com o modelo khalduniano. O fato dele articular tradições distintas daquela vidaliana – referenciais marxistas, liberais e Ibn Khaldun – indicava seu incômodo para com a tradição na qual fora formado. A insatisfação com o conceito de gênero de vida e com o nível de análise da região aflora pouco a pouco. Frente a isso, propõe que subdesenvolvimento possa ser um conceito geográfico e ressalta a importância de ser articular os diferentes níveis de análise. Nesse último caso, entendemos que mais que uma ruptura, Lacoste se esforça em subsumir a abordagem regional junto aos outros níveis da *démarche*.

É possível dizer que com suas pesquisas e publicações, o geógrafo em tela foi angariando sucessivamente reconhecimento intelectual, seja internamente à Geografia, seja do ponto de vista externo à essa disciplina. Um bom exemplo disso é sua participação no Congresso Cultural de Havana. Esse Congresso também é decisivo por ampliar a rede de relações intelectuais de Yves Lacoste. Lá ele conhece Juan Perez de la Riva, fundamental em sua pesquisa na pátria de Fidel Castro.

É na sequência do maio de 68 em Paris que ele recebe Béatrice Giblin na “moderna” Vincennes – por oposição à “tradicional” Sorbonne. Ir para Vincennes era, numa certa dimensão, fazer uma geografia nova, mais ou menos livre da formação recebida em Sorbonne. Aceitar ir para o “Centro experimental” era desafiar, por exemplo, o antigo mestre George. Vincennes, com seus intelectuais revolucionários, institucionalizava a rebeldia. Não só isso: é o lugar de compartilhar a atividade docente com Châtelet, bem como o departamento de Geografia com Guglielmo e Josué de Castro. Vincennes, agora podemos dizer, é o embrião de uma Escola Francesa de Geopolítica.

Sem embargo, de todos os acontecimentos experienciados por Yves Lacoste em sua trajetória intelectual são os bombardeamentos dos diques no Vietnã o de maior inflexão. Ao escutar Dresch, participar da comissão internacional de inquérito sobre os crimes de guerra estadunidenses, assim como desvendar a estratégia da República Imperial, Lacoste acumula e conquista uma relevância intelectual internacional que se espalhará para além das fronteiras científicas da Geografia. Pudemos observar como a subsunção da geomorfologia opera a seu favor, da mesma forma que ele se apropria da obra do geógrafo Pierre Gourou.

Um exemplo dessa relevância intelectual internacional é seu segundo engajamento em Cuba. Ao pesquisar a estratégia do foco, ele termina por criticar o *geografismo* empreendido por Régis Debray. *Geografismo* é um importante conceito na obra de Yves Lacoste pois através dele o geógrafo denuncia a transformação de relações de classe em entidades geográficas. Por exemplo, a “luta” entre montanha e planície. Diga-se a propósito: as experiências de Lacoste interagem. Essa contraposição planície *versus* montanha será também considerada quando ele estuda o caso argelino em sua *thèse d'État*, da mesma forma que seu conhecimento sobre o rio Sebou – no Marrocos – o permite melhor entender a dinâmica hidrográfica do *Fleuve Rouge* no Vietnã.

Essa relevância intelectual é atestada pela sua participação na monumental *História da Filosofia*, de François Châtelet. Ele assina o capítulo *A Geografia* no último volume da obra de Châtelet: *A Filosofia das Ciências Sociais*. O ineditismo de um livro de filosofia incorporar um capítulo sobre a Geografia é característico. Inspirado em Althusser e Bachelard, ele se eleva contra os cortes e obstáculos epistemológicos no âmago da Geografia. Logramos constatar o que chamamos de *duplo incômodo intelectual*: um *interno*, com a Escola Francesa de Geografia e sua carência epistemológica; e o outro *externo*, com os filósofos e seu desinteresse pela Geografia. Esse capítulo também aparece rico em conceitos extraídos da realidade pelo geógrafo em tela. É o caso de *geografia dos professores*, *geografia dos mass-media*, *guerra ecológica*, *guerra geográfica*, *espaços distintos de conceitualização* e *espacialidade diferencial*. Além disso, ele revisita a querela com a *géographie appliquée* e Paul Vidal de la Blache. Esse capítulo pode ser lido como um balanço necessário, mas insuficiente, da Escola Francesa de Geografia e seus desafios desde, praticamente, o fim da Guerra Franco-Prussiana. Foi necessário divergirmos acerca do “silêncio” de Marx sobre o espaço ao mesmo tempo em que notamos nas páginas daquele capítulo o programa de *Hérodote* em germe.

Esses são os momentos do movimento intelectual lacosteano que desaguam na publicação de *La Géographie* e da revista *Hérodote*. Sua *magnum opus* será um sucesso editorial e incomodará profundamente a corporação. André-Louis Sanguin (1983, p.467) dirá que “o revolucionário se torna clássico com o tempo⁷⁹⁴”. Escrito à “marteladas”, é um daqueles livros da Geografia que fez efetivamente história. De cariz iconoclasta, serviu de pilar para a disseminação dos ideais de renovação da Geografia ao afirmar a unidade de um compromisso tripartite: acadêmico, político e social. Nele, o paroxismo da política transforma-se numa perspectiva de encarar a utilidade desse saber tão desvalorizado na hierarquia do conhecimento.

⁷⁹⁴ révolutionnaire devient classique avec le temps.

Lacoste, é sempre importante destacar, não foi o primeiro a pensar as relações entre geografia e política. Ancel, Brunhes, Demangeon, Gottmann, Mackinder, Mahan, Ratzel, Vallaux e os “pais fundadores” heréticos e canônicos – Reclus e Vidal – estão todos nessa seara.

Não obstante, é preciso dizer, não será essa obra a maior contribuição intelectual de Yves Lacoste. Será *Hérodote*. Em nosso estudo, salientamos a importância de considerar – ou de no mínimo ter como horizonte – a totalidade da obra lacosteana. Embora tenhamos nos debruçado somente sobre a primeira década da *revue de géographie et géopolitique*, podemos afirmar sua importância na conquista de uma legitimidade intelectual da geopolítica na França. Isso não é pouca coisa, haja vista, por exemplo, a agressividade expressada por Brunet ao aproximar geopolítica e nazismo. Essa legitimidade intelectual é seu maior triunfo ao mesmo tempo em que apresenta determinadas vulnerabilidades. O papel diminuto dado pela Escola Francesa de Geografia à dimensão política, combinado com o descontentamento com o assim chamado marxismo economicista, faz a revista acentuar a dimensão política dos eventos e acontecimentos (em detrimento daquela eminentemente econômica).

Hoje, com a revista perto de comemorar meio século de existência, podemos dizer que ela se transformou numa *instituição*. Quando ela havia completado uma década, ainda havia um advérbio: era *quase* uma instituição. Sob a tutela de Yves Lacoste, e com seu braço direito Béatrice Giblin, é criado em 1989 o *Centre de recherches et d'analyses géopolitiques* (CRAG) e, em 2002, o *Institut français de géopolitique* (IFG). Esse processo de institucionalização corrobora a perspectiva de incontornabilidade de Lacoste/*Hérodote* na história da geografia e da geopolítica. *Hérodote* e *La Géographie* portam, logo, uma dupla posição: frente ao contexto histórico e frente às querelas da Geografia. Isso explica os embates, avanços, recuos, críticas, autocríticas, com o fito de influenciar o debate quando Lacoste e sua revista se dirigem aos colegas da corporação, mas também ao público mais amplo.

Nesse diapasão, podemos alegar que Yves Lacoste favoreceu eminentemente o desenvolvimento dos debates sobre geopolítica na Geografia. A centralidade do terceiro mundo é o ponto de apoio no qual uma palavra execrada transmuta-se numa categoria de análise. Mais uma vez, estamos diante de uma dupla posição. Mostramos também, ao analisarmos *Unité et diversité du tiers monde*, a inspiração tricartiana da *démarche* lacosteana. É com essa obra, originariamente sua *thèse d'État*, que julgamos constatar um Yves Lacoste consolidado: objeto, *démarche* e caráter ontológico.

Se, como ensinou o professor Wanderley Messias da Costa, um clássico da Geografia Política e da Geopolítica é aquele responsável por dar contorno à um objeto de reflexão, bem como por produzir uma Geografia universal, é possível afirmar que Yves Lacoste – sobretudo

através de *Hérodote* – efetivou um verdadeiro *inventário da geopolítica universal*. O que está presente na *revue de géographie et géopolitique* estava já anunciado em *Unité et diversité du tiers monde* dado que Lacoste se esforça em descortinar a extrema diversidade desse conjunto geopolítico.

Paulatinamente, a consolidação de *Hérodote* – em larga medida uma reverberação daquela de seu fundador – revela um posicionamento político que não busca questionar o modo de produção capitalista, mas sim esforça-se por defender uma concepção cidadã e democrática da Geografia e da geopolítica. É o distanciamento do “marxismo” que abre o caminho para tal. Assim, não é de se estranhar – argumentamos – que o posicionamento concreto de Yves Lacoste em *Contre les anti-tiers-mondistes et contre certains tiers-mondistes* apareça tributário de uma *perspectiva política centrista*. Identificamos isso não somente pelas categorias que ele efetivamente emprega, mas também pela própria forma de contar a história.

Nossa tese é apenas um registro de algumas etapas passíveis de serem identificadas na formação do pensamento geográfico de Yves Lacoste. A estruturação de uma vasta literatura (livros, revistas, jornais, etc.) permitiu-nos alegar, *inter alia*, que essa parcela da obra lacostiana demonstra uma salutar *ampliação da geograficidade* da Escola Francesa. É sempre bom ressaltar que ele não está sozinho nessa tarefa. Em todo caso, não deixa de chamar atenção que foi justamente tomando uma *posição* frente ao rico legado vidaliano que o geógrafo franco-marroquino pode contribuir para o alargamento dos horizontes de investigação do saber geográfico. Esse é um lado. O outro é a atenção dada às crises, aos dramas, particularmente às guerras e conflitos, que ensejam uma posição frente aos eventos, conjunturas e à longa duração.

REFERÊNCIAS

- 1492: A CONQUISTA DO PARAÍSO.** Direção: Ridley Scott. Produção de Alain Goldman e Ridley Scott. Estados Unidos/Inglaterra/França/Espanha. Estados Unidos: Paramount Pictures/Reino Unido: Pathé, 1992, 1 DVD (148 min).
- AGNEW, John; CORBRIDGE, Stuart. **Mastering space:** hegemony, territory and international political economy. London/New York: Routledge, 2003 [1995].
- AGNEW, John. **Geopolitics:** re-visioning world politics. London/New York, 2003 [1998].
- ALTHUSSER, Louis. **A favor de Marx.** 2ªedição. Tradução de Dirceu Lindoso. Revisão técnica de Paulo de Melo Jorge Filho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979 [1965].
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado** (Notas para uma investigação). Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença, 1970.
- AMIN, Samir. **La acumulación a escala mundial:** crítica de la teoría del subdesarrollo. Traducción de Rosalía Cortés. 3ªedición. México, DF: Siglo Veintiuno Editores, 1977 [1970].
- AMIN, Samir. **O desenvolvimento desigual:** ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Tradução de Francisco Rego Chaves Fernandes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976 [1973].
- AMIN, Samir. **L'Éveil du Sud :** L'Ère de Bandoung (1955 – 1980). Panorama politique et personnel de l'époque. Paris: Le temps des cerises, 2008.
- ANDRADE, Everaldo de Oliveira. **A Revolução Boliviana.** São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Espaço, polarização e desenvolvimento:** a teoria dos pólos de desenvolvimento e a realidade nordestina. Prefácio de Fernando de Oliveira Mota. São Paulo: Brasiliense, 1970 [1967].
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia, região e desenvolvimento** (introdução ao estudo do “aménagement du territoire”). 3ªedição. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Imprensa Universitária, 1977 [1967].
- ANDRADE, Manuel Correia de. Atualidade do pensamento de Élisée Reclus. In: ANDRADE, M.C (org.). **Élisée Reclus.** São Paulo: Editora Ática, 1985, p.7-36.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Imperialismo e fragmentação do espaço.** 5ªed. São Paulo: Contexto, 1999 [1988].
- ANDRADE, Manuel Correia. **Geografia:** ciência da sociedade. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.
- ANJOS, Victor Daltoé dos. **Yves Lacoste:** linhagens do Terceiro Mundo como representação geopolítica. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de

Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política, Florianópolis, 2022.

ARAÚJO, Richard Max de. **Ibn Khaldun: a ideia e decadência dos Estados**. São Paulo: Humanitas Editorial; Fapesp, 2007.

AROUND THE WORLD IN 80 DAYS. Direção: Michael Anderson. Produção de Michael Todd. Estados Unidos: Warner Bros, 1984 [1956], 1 DVD (174 min).

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Tradução de Vera Ribeiro. 10, reimp. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016 [1994].

ATKINSON, David. Geopolitical imaginations in modern Italy. In: DODDS, Klaus e ATKINSON, David (org.). **Geopolitical traditions**. London and New York: Routledge, 2000, p.93-117.

AUBRAC, Raymond. Mes rencontres avec Hô Chi Minh et le Vietnam (1946- 1982). In: **Revue française d'histoire d'outre-mer**, tome 72, n°268, 3e trimestre 1985. La péninsule indochinoise et les Européens de la seconde moitié du XVIIIe siècle à 1954 (2e Partie), p.349-356.

AUBRAC, Raymond. **Où la mémoire s'attarde**. Paris : Odile Jacob, 1996.

AYERBE, Luis Fernando. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001 [1938].

BADUEL, Pierre-Robert. L'ethnologue Camille Lacoste-Dujardin est morte à 86 ans. **Le Monde**, Paris, mardi 9 février 2016.

BAILLY, Antoine S. La géographie appliquée. In : BAILLY, Antoine et al. **Les concepts de la géographie humaine**. 2^e édition. Paris : Masson, 1991 [1984], p.227-231.

BARAN, Paul Alexander. **A economia política do desenvolvimento**. Apresentação de Tamás Szmrecsányi; tradução de S. Ferreira da Cunha. 2ªed. São Paulo: Nova Cultural, 1986 [1957].

BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. **A revolução mexicana**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

BASTOS, Carlos Pinkusfeld; BRITTO, Gustavo. Introdução. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Org.). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010 [1958], p.7-41.

BATAILLON, Claude. **Pour la géographie**. Paris : Flammarion, 1999.

BATAILLON, Claude. Six géographes en quête d'engagement : du communisme à l'aménagement du territoire. Essai sur une génération. **Cybergeog** : European Journal of

Geography [En ligne], Epistémologie, Histoire de la Géographie, Didactique, document 341, mis en ligne le 27 juin 2006, consulté le 23 mars 2020. URL: <http://journals.openedition.org/cybergeog/1739>

BATAILLON, Claude. **Géographes génération 1930**. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2009.

BEAUFILS, Thomas. El colonialismo en las Indias Holandesas. In: FERRO, Marc. **El libro negro del colonialismo**. Siglos XVI al XXI: del exterminio al arrepentimiento. Traducción de Cario Caranci. Madrid : La Esfera de los Libros, 2005 [2003], p.277-313.

BEHAR, A. Relatório sintético sobre bombardeios de objetivos civis no Vietnã do Norte. In: RUSSELL, Bertrand; SARTRE, Jean-Paul; DEDIJER, Vladimir. **Os Estados Unidos no Banco dos Réus**. Tradução e organização de Maria Helena Kunher. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970, p.48-52.

BEGUIN, Hubert. Yves Lacoste, Géographie du sous-développement. In : **Tiers-Monde**, tome 7, n°25, 1966, p.202-203.

BENHEDDI, Zemri. Algérie : origines et aspects géopolitiques de la crise actuelle. **Hérodote** : revue de géographie et de géopolitique. N° 65/66. Juillet-septembre 1992, p.50-62.

BÉNOT, Yves. La descolonización del África francesa (1943-1962). In: FERRO, Marc. **El libro negro del colonialismo**. Siglos XVI al XXI: del exterminio al arrepentimiento. Traducción de Cario Caranci. Madrid: La Esfera de los Libros, 2005a [2003], p.661-673.

BÉNOT, Yves. La destrucción de los indios del área Caribe. In: FERRO, Marc. **El libro negro del colonialismo**. Siglos XVI al XXI: del exterminio al arrepentimiento. Traducción de Cario Caranci. Madrid: La Esfera de los Libros, 2005a [2003], p.51-64.

BERDOULAY, Vincent. **A escola francesa de geografia: uma abordagem contextual**. Tradução de Oswaldo Bueno Amorim Filho. São Paulo: Perspectiva, 2017 [1981; 1995].

BERG, Eugène. Yves Lacoste. Unité et diversité du Tiers Monde. In : **Politique étrangère**, n°2 - 1981 - 46^eannée. pp. 487-488

BERNAND, Carmen. Imperialismos ibéricos. In: FERRO, Marc. **El libro negro del colonialismo**. Siglos XVI al XXI: del exterminio al arrepentimiento. Traducción de Cario Caranci. Madrid: La Esfera de los Libros, 2005 [2003], p.165-213.

BERNARD, Olivier. Notes sur le parcours d'Hérodote dans une république déchue, 1976-1981. **Hérodote** n° 23, 4e trimestre, 1981, p. 152-159.

BERNARD, Olivier. Dix brèves notations pour quarante ans d'*Hérodote*. **Hérodote**, n° 160-161, La Découverte, 1^{er} trimestre 2016, p.41-59.

- BERTALANFFY, Ludwig von. **General System Theory: Foundations, Development, Applications**. New York: George Braziller, 1968.
- BETTELHEIM, Charles. **Planificação e crescimento acelerado**. Tradução de Dirceu Lindoso. Revisão técnica de Fausto Guimarães Cupertino. 2ªed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976 [1965].
- BEVINS, Vincent. **The Jakarta method: Washington's anticommunist crusade and the mass murder program that shaped our world**. New York: PublicAffairs, 2020.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – uma resenha [1998]. In: BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Tradução de Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Record: 2000, p.13-68.
- BIGARELLA, João José; MOUSINHO, Maria Regina; SILVA, Jorge Xavier. Pediplanos, Pedimentos e seus Depósitos Correlativos no Brasil. **Espaço Aberto**, PPGG - UFRJ, V. 6, N.2, p. 165-196, 2016.
- BISSIO, Beatriz. **O mundo falava árabe: a civilização árabe-islâmica clássica através da obra de Ibn Khaldun e Ibn Battuta**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- BONENTE, Bianca Aires Imbiriba Di Maio. **Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista**. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal Fluminense, 2011. 148f.
- BOQUET, Yves. **Géographes et géographies : de la connaissance de la terre à la compréhension des territoires**. Dijon : Éditions universitaires de Dijon, 2018.
- BOWD, Gavin P; CLAYTON, Daniel W. Geographical Warfare in the Tropics: Yves Lacoste and the Vietnam War, **Annals of the Association of American Geographers**, 103:3, 2013, p. 627-646.
- BOWD, Gavin; CLAYTON, Daniel. **Impure and Worldly Geography**. Pierre Gourou and Tropicality. London and New York, Routledge, 2019.
- BOYER, Jean-Claude. Hérodote : dix ans, l'âge de raison. In : **Espace géographique**, tome 15, n°4, 1986, p. 297-301.
- BRAUDEL, Fernand. Para uma economia histórica [1950]. In: BRAUDEL, F. **Escritos sobre a História**. Tradução de J. Guinburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. 2ª reimpr. da 2ª. Edição de 1992. São Paulo: Perspectiva, 2007, p.115-124.
- BRAUDEL, Fernand. Histoire et Sciences sociales : La longue durée. In : **Annales**. Economies, sociétés, civilisations. 13^e année, N. 4, 1958. pp. 725-753
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII**, vol. II. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

- BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII**, vol. III. São Paulo, Martins Fontes, 1996.
- BRÉELLE, Dany. **The Regional Discourse of French Geography in the Context of Indochina**: The Theses of Charles Robequain and Pierre Gourou. Geography. Flinders University, 2003.
- BRÉELLE, Dany. Les géographes et la pensée coloniale française : l'Indochine à travers les thèses de Charles Robequain et Pierre Gourou. **Cybergeo** : European Journal of Geography [*En ligne*], Epistémologie, Histoire de la Géographie, Didactique, document 442, mis en ligne le 19 mars 2009, consulté le 06 novembre 2021. URL: <http://journals.openedition.org/cybergeo/22043>.
- BROC, Numa. L'établissement de la géographie en France ; diffusion, institutions, projets (1870- 1890). In : **Annales de Géographie**, t. 83, n°459, 1974, p.545-568.
- BROC, Numa. « Hérodote » à la sauce tartare. **Annales de Géographie**, t. 85, n°470, 1976, p.503-506.
- BROC, Numa. HÉRODOTE à l'eau de rose. **Annales de Géographie**, t. 92, n°514, 1983, p. 708.
- BROCHEUX, Pierre. El colonialismo francés en Indochina. In: FERRO, Marc. **El libro negro del colonialismo**. Siglos XVI al XXI: del exterminio al arrepentimiento. Traducción de Cario Caranci. Madrid: La Esfera de los Libros, 2005 [2003], p.413-441.
- BRUCKNER, Pascal. **Le Sanglot de l'homme blanc**. *Tiers Monde, culpabilité, haine de soi*. Paris : Seuil, 1983.
- BRUNEAU, Michel. Cambodge. In: LACOSTE, Yves (dir.). **Dictionnaire géopolitique des Etats**. Paris : Flammarion, 1996, p.111-114.
- BUKHARIN, Nikolai Ivanovitch. **A economia mundial e o imperialismo**: esboço econômico. Tradução de Raul de Carvalho. 3ªed. São Paulo: Nova Cultural, 1988 [1915].
- BULL, Hedley. **A sociedade anárquica**. Um estudo da ordem na política mundial. Prefácio de Williams Gonçalves. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.
- BURCHETT, Wilfred G. **Vietnã Norte**. Tradução de Affonso Blacheyre. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967 [1966].
- BUTTIN, Maurice. Imperialismos, sionismo e Palestina. In: PERRAULT, Gilles (org.). **O livro negro do capitalismo**. Tradução de Ana Maria Duarte... [et al]. 3ªed. Rio de Janeiro: Record, 2000 [1995], p.133-139.

- CABANNE, Claude (sous la direction de). **Lexique de géographie humaine et économique**. Paris, Dalloz: 1984.
- CAILLEUX, André ; TRICART, Jean. Le problème de la classification des faits géomorphologiques. In : **Annales de Géographie**, t. 65, n°349, 1956, p.162-186.
- CAPEL, Horacio. **Filosofía y ciencia en la geografía contemporánea**. Tercera edición. Barcelona: Editorial Barcanova, 1988 [1981].
- CARDOSO, Fernanda. **Nove clássicos do desenvolvimento econômico**. Jundiaí, SP: Paco, 2018.
- CARDOSO, Fernando Henrique. A originalidade da cópia: A CEPAL e a ideia de desenvolvimento (1977). In: CARDOSO, F. H. **As ideias e seu lugar: ensaios sobre as Teorias do Desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1980, p.17-56.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. 9ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010 [1969].
- CARVALHO, Carlos Miguel Delgado de. **África**. Geografia social, econômica e política. Rio de Janeiro: Edição da Divisão cultural, 1963.
- CARVALHO, Carlos Miguel Delgado de. **Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Distribuidora Record, 1971.
- CASTRO, Fidel. De Martí a Marx. In: LÖWY, Michael. **O Marxismo na América Latina**. Tradutores: Claudia Schilling e Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999, p.265-274.
- CASTRO, Fidel. La imposición de la Enmienda Platt como apéndice de la Constitución neocolonial cubana de 1901. In: CASTRO, Fidel. **Reflexiones de Fidel**. Tomo 3. Habana: Oficina de Publicaciones del Consejo de Estado, 14 de agosto del 2007, p.33-42.
- CASTRO, Josué de. **Geopolítica da Fome**. Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo. Prefácios de Pearl S. Buck; Lorde John Boyd Orr; e Max Sorre. 2 volumes. 5ª edição revista e aumentada. São Paulo: Brasiliense, 1959 [1951]
- CASTRO, Josué de. Crise social e desenvolvimento econômico do mundo [1955]. In: CASTRO, Josué de. **Ensaio de Biologia Social**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957. p.161-171.
- CASTRO, Josué de. **O livro negro da fome**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1960 [1957].
- CASTRO, Josué de. De Bandung a Nova Déli: a grande crise do Terceiro Mundo [1968]. Tradução de Luísa Ducla Soares In: CASTRO, Josué de. **Fome: um tema proibido – últimos escritos de Josué de Castro**. Anna Maria de Castro (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.163-181.

- CEPAL. Estudo econômico da América Latina [1949]. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Tradução de Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Record: 2000, p.137-178.
- CÉSAIRE, Aimé. *Entretien avec Aimé Césaire*. **Hérodote**. Paris, n.37-38, avril-septembre 1985, p.90-94.
- CHARNAY, Jean-Paul. Lacoste Yves, Ibn Khaldoun Naissance de l'histoire, passé du Tiers-Monde. In: **Archives de sociologie des religions**, n°22, 1966, p.197-198.
- CHÂTELET, François. **La naissance de l'Histoire 1**. Paris : Les éditions minuit, 1962.
- CHAUMET, Michel. Lacoste (Yves). — *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre et Hérodote*. In: **Norois**, n°93, Janvier-Mars 1977, p.119-120.
- CHINH, Truong. A resistência vencerá [1947]. In: NOVACULTURA.INFO (org.). **História da revolução na Indochina**. João Carvalho (editor). Edições NOVA CULTURA, 2021, p.29-83.
- CHOLLEY, André. **La Géographie**. *Guide de l'Étudiant*. Paris : Presses Universitaires de France, 1951 [1942].
- CHRISTOFOLETTI, Antonio. As características da nova geografia. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL,1982, p.71-101.
- CLARK, Steve; FELDMAN, Fred. **Revolução e reação no Camboja**. O regime de Pol Pot: era um Estado operário? Tradução por Elisabeth Marie. In: MANDEL, Ernest; MORENO, Nahuel. **China x Vietnã**. São Paulo: Editora Versus, 1979, p.113-132.
- CLAUSEWITZ, Carl von. **Da guerra**. Tradução de Maria Teresa Ramos. São Paulo: Martins Fontes, 1996 [1832].
- CLAVAL, Paul. **Essai sur l'évolution de la géographie humaine**. Paris : Les Belles Lettres, 1964.
- CLAVAL, Paul. Une géographie du sous-développement, d'après Yves Lacoste. In : **Cahiers d'outre-mer**. N° 76 - 19e année, Octobre-décembre 1966, p.399-402.
- CLAVAL, Paul. L'histoire de la Géographie comme discipline fondamentale. In : CLAVAl, P ; NARDY, Jean-Pierre. **Pour le cinquantenaire de la mort de Paul Vidal de la Blache**. Paris : Les Belles Lettres, 1964, p.11-33.
- CLAVAL, Paul. Une science qui sert à faire la guerre ? **Le Monde**, Paris, 06 août 1976. Disponível nos arquivos do jornal *Le Monde* da *Bibliothèque publique d'information do Centre national d'art et de culture Georges-Pompidou*.

- CLAVAL, Paul. Nouveau regard sur l'inégal développement. **Le Monde**, Paris, 29 avril 1977. Disponível nos arquivos do jornal *Le Monde* da *Bibliothèque publique d'information do Centre national d'art et de culture Georges-Pompidou*.
- CLAVAL, Paul. France. In: JOHNSTON, R. J; CLAVAL, P. **Geography since the Second World War**. London & Sydney: Croom Helm; Totowa, New Jersey: Barnes & Noble, 1984, p.15-41.
- CLAVAL, Paul. *Hérodote* and the French left. In: DODDS, Klaus e ATKINSON, David (org.). **Geopolitical traditions**. London and New York: Routledge, 2000, p.239-267.
- CLAVAL, Paul. **História da geografia**. Tradução de José Braga Costa. Lisboa: Edições 70, 2006.
- CLAVAL, Paul. **Epistemologia da Geografia**. Tradução de Margareth de Castro Afeche Pimenta, Joana Afeche Pimenta. 2ªed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.
- CLOZIER, René. **História da Geografia**. Tradução de N. C. e de Ana Rabaça. 3ª edição. Lisboa: Publicações Europa-América, s.d. [1942].
- COQUERY, Michel ; GUGLIELMO, Raymond ; LACOSTE, Yves ; OZOUF, Marianne. **Géographie. Classes terminales**. Paris : Fernand Nathan, 1965.
- COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. Evolución demográfica del África colonial. In: FERRO, Marc. **El libro negro del colonialismo**. Siglos XVI al XXI: del exterminio al arrepentimiento. Traducción de Cario Caranci. Madrid: La Esfera de los Libros, 2005a [2003], p.661-673.
- COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. La colonización árabe de Zanzíbar. In: FERRO, Marc. **El libro negro del colonialismo**. Siglos XVI al XXI: del exterminio al arrepentimiento. Traducción de Cario Caranci. Madrid: La Esfera de los Libros, 2005 [2003], p.533-551.
- CORI, Berardo. Italy. In: JOHNSTON, R. J; CLAVAL, P. **Geography since the Second World War**. London & Sydney: Croom Helm; Totowa, New Jersey: Barnes & Noble, 1984, p.42-63.
- CORNUEL, Pascal. Guayana Francesa: del "paraíso" al infierno del penal. In: FERRO, Marc. **El libro negro del colonialismo**. Siglos XVI al XXI: del exterminio al arrepentimiento. Traducción de Cario Caranci. Madrid: La Esfera de los Libros, 2005 [2003], p.247-260.
- COSENZA, Apoena Canuto. Apresentação: Ho Chi Minh – o nome de uma revolução. In: **Ho Chi Minh. Escritos 1919-1969**. São Paulo: Ciências Revolucionárias, 2019, p.11-20.
- COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder**. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

- CÔTE, Marc. Lacoste Yves — Géographie du sous-développement. In: **Population**, 21^e année, n^o3, 1966, p.591-592.
- CÔTE, Marc. Lacoste Yves — Ibn Khaldoun. Naissance de l'Histoire, passé du Tiers Monde. In: **Population**, 23^e année, n^o1, 1968. p. 193.
- COUTAU-BEGARIE, Hervé. Yves Lacoste. Contre les anti-tiers-mondistes et contre certains tiers-mondistes. In : **Politique étrangère**, n^o4 - 1985 - 50^eannée. p. 1048.
- DAMIANI, Amélia. **População e geografia**. 10^aed. 2^areimp. São Paulo: Contexto, 2014 [1992].
- DAVIDSON, Alastair. Una raza condenada: la colonización y los aborígenes de Australia. In: FERRO, Marc. **El libro negro del colonialismo**. Siglos XVI al XXI: del exterminio al arrepentimiento. Traducción de Cario Caranci. Madrid: La Esfera de los Libros, 2005 [2003], p.85-121.
- DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais**. Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997 [1967].
- DEBRAY, Régis. **Revolução na revolução**. Tradução de Olinto Beckerman. São Paulo: Centro Editorial Latino Americano, s.d. [1967].
- DEBRAY, Régis. **A crítica das armas**. Lisboa: Seara Nova, 1977 [1974]
- DEBRAY, Régis. **Maio de 68, uma contrarrevolução conseguida**. Tradução de Miguel Freitas da Costa. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 2018 [2008]
- DEFFONTAINES, Pierre. Mediterrâneo Americano e Mediterrâneo Europeu. **Boletim Paulista de Geografia**. N^o 21. 1955, p.28-41.
- DÉJEUX, Jean. Bandit d'honneur. **Encyclopédie berbère** [En ligne], 9 | 1991, document B24, mis en ligne le 01 décembre 2012, consulté le 24 septembre 2020.
- DENEUX, Jean-François. **Histoire de la pensée géographique**. Paris : Belin, 2006.
- DOSMAN, Edgar J. **Raúl Prebisch (1901-1986): a construção da América Latina e do terceiro mundo**. Tradução por Teresa Dias Carneiro e César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011.
- DOSSE, François. **História do estruturalismo, v1: o campo do signo, 1945-1966**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994 [1993].
- DOSSE, François. **História do estruturalismo, v2: o canto do cisne de 1967 aos nossos dias**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994 [1993].

- DOSSE, François. **La marcha de las ideas**. Historia de los intelectuales, historia intelectual. Traducción Rafael F. Tomás. Valencia: Publicacions de la Universitat de València, 2006 [2003].
- DOSSE, François. **História e ciências sociais**. Tradução de Fernanda Abreu. Bauru, SP: Edusc, 2004.
- DOSSE, François. **La saga des intellectuels français, II : L'avenir en miettes (1968-1989)**. Paris : Gallimard, 2018.
- DOWBOR, Ladislau. **A formação do Terceiro Mundo**. 4ªed. São Paulo: Brasiliense, 1984 [1982].
- DRESCH, Jean. Géographie et sous-développement. In : **Annales de Géographie**. t. 76, n°418, 1967, p. 641-643.
- DRESCH, Jean. **Um géographe au déclin des empires**. Paris: François Maspero, 1979.
- DRESCH, Jean. Jean Poncet (1912-1980). In: **Annales de Géographie**, t. 90, n°502, 1981, p. 732-733.
- DRESCH, Jean. « Il n'y a pas de géographie sans drame ». *Entretien avec Jean Dresch*. **Hérodote**. Paris, n.33/34, avril-septembre 1984, p.33-49.
- DROIT, Roger-Pol. “Hérodote” et Foucault. **Le Monde**, Paris, 23 janvier 1976. Disponível nos arquivos do jornal *Le Monde* da *Bibliothèque publique d'information do Centre national d'art et de culture Georges-Pompidou*.
- DROUIN, Pierre. Um autre regard vers le Sud. **Le Monde**, Paris, 1^{er} janvier 1986. Disponível nos arquivos do jornal *Le Monde* da *Bibliothèque publique d'information do Centre national d'art et de culture Georges-Pompidou*.
- DUARTE, Luís Vítor; SADKI, Driss. Geologia de Marrocos (II), **Revista de Ciência Elementar**, V9 (2): 039. 2021.
- DUMOULIN, Olivier. Annie Kriegel. In: JULLIARD, Jacques; WINOCK, Michel (orgs.). **Dictionnaire des intellectuels français. Les personnes. Les lieux. Les moments**. Paris: Éditions du Seuil, 2002 [1996], p.789.
- DUPON, Jean-François. Y. Lacoste, *Une nouvelle géographie du sous-développement*. In: **Méditerranée**, deuxième série, tome 31, 4-1977, p.76-78.
- DURAND, Pierre. Contra-revolução e intervenções estrangeiras na Rússia (1917-1921). In: PERRAULT, Gilles (org.). **O livro negro do capitalismo**. Tradução de Ana Maria Duarte... [et al]. 3ªed. Rio de Janeiro: Record, 2000a [1995], p.91-96.
- ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. 26ªed. São Paulo: Perspectiva, 2016 [1977].

- EMMANUEL, Arghiri. **A troca desigual**. Volume 1. Tradução de Fátima Martins Pereira. Lisboa: Editorial Estampa, 1973 [1972].
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010 [1884].
- ENGELS, Friedrich. Introdução à edição de 1895 de *As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850*. In: MARX, Karl. **A Revolução antes da Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p.37-62.
- ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo: Construcción y deconstrucción del desarrollo**. Traducción de Diana Ochoa. Caracas, Venezuela: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007 [1995].
- EVANS, Peter. **A Tríplice Aliança: As Multinacionais, as Estatais e o Capital Nacional no Desenvolvimento Dependente Brasileiro**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- FANON, Frantz. El calvario de un pueblo [1958a]. In: FANON, Frantz. **Escritos políticos**. Traducción de Leandro Sánchez Marín. Medellín: ennegativo ediciones, 2020, p.133-140.
- FANON, Frantz. La estrategia de un ejército contra la pared [1958b]. In: FANON, Frantz. **Escritos políticos**. Traducción de Leandro Sánchez Marín. Medellín: ennegativo ediciones, 2020, p.95-100.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Prefácio de Jean Paul Sartre. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968 [1961].
- FANON, Frantz. **A morte de Lumumba: podíamos ter agido de outro modo?** [1961]. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/fanon/1969/defesa/28.htm>. Acesso em 20 de maio de 2020.
- FAUSTINO, Deivison Mendes. **Frantz Fanon: um revolucionário, particularmente negro**. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2018.
- FEBVRE, Lucien. **La tierra y la evolucion humana: Introducción geográfica a la historia**. Traducción y prólogo de la edición española por el Dr. Luis Pericot Garcia. México: Unión Tipográfica Editorial Hispano-Americana, 1955 [1922].
- FERNANDES, Florestan. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
- FERNANDES, Luís. **A revolução bipolar: a gênese e derrocada do socialismo soviético**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Anita Garibaldi, 2017.
- FERRO, Marc. **História das colonizações: das conquistas às independências, séculos XIII a XX**. Tradução por Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 [1994].

- FERRO, Marc. Introdução: el colonialismo, reverso de la colonización. In: FERRO, Marc. **El libro negro del colonialismo**. Siglos XVI al XXI: del exterminio al arrepentimiento. Traducción de Cario Caranci. Madrid: La Esfera de los Libros, 2005a [2003], p.11-47.
- FERRO, Marc. Sobre la trata y la esclavitud. In: FERRO, Marc. **El libro negro del colonialismo**. Siglos XVI al XXI: del exterminio al arrepentimiento. Traducción de Cario Caranci. Madrid: La Esfera de los Libros, 2005b [2003], p.125-145.
- FERRO, Marc. La conquista de Argelia. In: FERRO, Marc. **El libro negro del colonialismo**. Siglos XVI al XXI: del exterminio al arrepentimiento. Traducción de Cario Caranci. Madrid: La Esfera de los Libros, 2005c [2003], p.577-595.
- FIORI, José Luís. **História, Desenvolvimento e Capitalismo**. São Paulo, Boitempo, 2014.
- FLAMANT, Maurice. George (Pierre), Guglielmo (Raymond), Kayser (Bernard), Lacoste (Yves) - La géographie active. In : **Revue économique**, volume 18, n°4, 1967. pp. 691-692.
- FLÉCHARD, Jean-Pierre. A Grande Guerra: 11.500 mortos e 13.000 feridos por dia ao longo de três anos e meio. In: PERRAULT, Gilles (org.). **O livro negro do capitalismo**. Tradução de Ana Maria Duarte... [et al]. 3ªed. Rio de Janeiro: Record, 2000 [1995], p.67-90.
- FONDS VINCENNES, caixa V23 **Listes de personnels enseignants et administratifs**, 1970-1971.
- FONDS VINCENNES, caixa V55 **programmes 1968-1973**, octobre 1969.
- FONDS VINCENNES, caixa V136 **Témoignages sur Vincennes**, janvier 1984, testemunho de Jean Cabot.
- FORBES, Dean K. **Uma visão crítica da geografia do subdesenvolvimento**. Tradução de João Alves dos Santos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,1989 [1984].
- FOURCADE, Marie. Los británicos en la India (1858-1947) o el reinado de lo “cínicamente correcto”. In: FERRO, Marc. **El libro negro del colonialismo**. Siglos XVI al XXI: del exterminio al arrepentimiento. Traducción de Cario Caranci. Madrid: La Esfera de los Libros, 2005 [2003], p.357-412.
- FOUCHER, Michel ; GIBLIN, Béatrice ; LACOSTE, Yves. *Hérodote* a dix ans. **Hérodote**, n°40, janvier-mars 1986, p.3
- FRANK, Andre Gunder. O desenvolvimento do subdesenvolvimento. **Monthly Review**, vol. 18, n° 4, setembro de 1966. Disponível em: http://benweb.com.br/resources/Teorias_e_experi%C3%A7%C3%A3o_de_desenvolvimento/7%20Andr%C3%A9%20Gunder%20Frank%20O%20desenvolvimento%20do%20subdesenvolvimento.pdf. Acesso em 23 de junho de 2020.

- FREEMAN, T. W. **A hundred years of geography**. London: Gerald Duckworth & Co. Ltd., 1961.
- FROMENT, Roland. [Compte-rendu de] LACOSTE, Yves. Les Pays sous-développés, 1959. Collection « Que sais-je ? », n° 853. In : **Cahiers d'outremer**. N° 50 - 13e année, Avril-juin 1960. pp. 259-261.
- FURIATI, Claudia. **Fidel Castro, Uma Biografia Consentida**. Tomo II: Do Subversivo ao Estadista. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- FURTADO, Celso. Formação de capital e desenvolvimento econômico [1954]. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Org.). **A economia do subdesenvolvimento**. Tradução de M. C. W. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010 [1958], p.329-354.
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009 [1961].
- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, Celso. **Pequena Introdução ao Desenvolvimento**: enfoque interdisciplinar. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.
- FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. Apresentação de José Sérgio Rocha de Castro Gonçalves. 2ªed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeano de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009 [1976].
- GALLOIS, Lucien. Paul Vidal de la Blache (1845-1918). In: **Annales de Géographie**, t. 27, n°147, 1918. pp. 161-173.
- GAMA, Antônio. Resenha de Yves Lacoste – *A Geografia serve antes de mais para fazer a Guerra* – Iniciativas Editoriais, Lisboa 1977 – Trad. De: *La Géographie, ça sert d'abord à faire la guerre* – Maspero, Paris 1976. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, junho de 1978, p.110-114.
- GANDHI**. Direção: Richard Attenborough. Produção de Richard Attenborough. Estados Unidos/Índia/Reino Unido. Estados Unidos : Columbia Pictures, 1982, 1 DVD (191 min).
- GAUTHIER, Robert. Les pays sous-développés, d'Yves Lacoste. **Le Monde**, Paris, 20 août 1962. Disponível nos arquivos do jornal *Le Monde* da *Bibliothèque publique d'information do Centre national d'art et de culture Georges-Pompidou*.
- GAUTIER, Émile-Félix. **L'Islamisation de l'Afrique du Nord. Les siècles obscurs du Maghreb**. Paris: Payot, 1927.

- GEORGE, Pierre. **A economia da URSS**. Tradução de Antonio Pescada. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1970 [1945].
- GEORGE, Pierre. Les pays sous-développés. In : **Annales de Géographie**, t. 69, n°371, 1960, p. 72-73.
- GEORGE, Pierre. Existe-t-il une géographie appliquée ? **Annales de Géographie**. N°380 – LXX^e année. Paris : Librairie Armand Colin, juillet-Août 1961, p.337-346.
- GEORGE, Pierre. **Geografia da URSS**. Tradução de Maria Elisa Mascarenhas. São Paulo: DIFEL, 1970 [1963].
- GEORGE, Pierre. Problemas, doutrina e método. In: GEORGE, Pierre et al. **A geografia ativa**. 4^aed. Tradução de Gil Toledo et al. São Paulo: DIFEL, 1975 [1964], p.9-40;
- GEORGE, Pierre. Crescimento de População e Desenvolvimento Econômico (1968). Tradução de Henrique Azevedo Sant'Anna. In: GEORGE, P. **Conferências no Brasil**. 2^a tiragem. Tradução de Olga Buarque de Lima e Henrique Azevedo Sant'Anna. Rio de Janeiro: IBGE, 1975, p.21-34.
- GEORGE, P. **A ação do homem**. Tradução de Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.
- GEORGE, Pierre. **Dicionário Akal de Geografia**. 3^aed. Traductores: Concha Bosch, Elisa García Soto, Carlos Bravo Balmori. Bajo la dirección de José Estébanez. Madrid: Ediciones Akal, 2007 [1970].
- GEORGE, Pierre. **Dictionnaire de la Géographie**. 3^aed. Paris : Presses Universitaires de France, 1970.
- GEORGE, Pierre. L'illusion quantitative en géographie. In : **La pensée géographique française contemporaine**. *Mélanges offerts à André Meynier*. Saint-Brieuc : Presses Universitaires de Bretagne, 1972, p.121-131.
- GEORGE, P. **Conferências no Brasil**. 2^a tiragem. Tradução de Olga Buarque de Lima e Henrique Azevedo Sant'Anna. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.
- GEORGE, Pierre. A propos de la « géographie active », réflexions sur les responsabilités des géographes. **Hérodote** : revue de géographie et de géopolitique. N°33-34. Paris : Éditions La Découverte, avril-septembre 1984, p.213-221.
- GEORGE, Pierre; GUGLIELMO, Raymond. Temas de estudo de Geografia ativa nos países industrializados. In: GEORGE, Pierre et al. **A geografia ativa**. 4^aed. Tradução de Gil Toledo et al. São Paulo: DIFEL, 1975 [1964], p.157-275.
- GIAP, Vo Nguyen. **Armamento das massas revolucionárias**: edificação do exército do povo. 2^aed. Edições Nova Cultura, 2020 [1974].

- GIAP, Vo Nguyen. **Guerra do povo, exército do povo**. Edições Nova Cultura, 2020 [1961].
- GIBLIN, Béatrice. « La géographie, discipline asservie » ou l’histoire d’un combat perdu pour la géographie. **Hérodote**. Paris, n.20, janvier-février 1981, p.56-68.
- GIBLIN, Béatrice. Hérodote, une géographie géopolitique. **Cahiers de géographie du Québec**. Vol. 29, n°77, septembre 1985, p.283–294.
- GIBLIN, Béatrice. Hérodote et l’école française de géopolitique. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Política e Geopolítica, 2014. p.51-61.
- GIBLIN, Beatrice. La naissance d’Hérodote : une création audacieuse. **Bulletin de l’association de géographes français** [En ligne], 92-1 | 2015a, mis en ligne le 22 janvier 2018, consulté le 02 mai 2019. URL : <http://journals.openedition.org/bagf/413> ; DOI : 10.4000/bagf.413.
- GIBLIN, Béatrice. Avant propos. **Hérodote**, n° 157, La Découverte, 2e trimestre 2015b, p.3-5.
- GIBLIN, Béatrice. Avant-propos. **Hérodote**, n° 160-161, La Découverte, 1er trimestre 2016a, p.3-4.
- GIBLIN, Béatrice. Éditorial. **Hérodote**, n°160-161, La Découverte, 1er trimestre 2016b, p.5-8.
- GIBLIN, Béatrice. Vincennes, 50 ans déjà... Ce qu’*Hérodote* doit à Vincennes. **Hérodote**, n° 168, La Découverte, 1er trimestre 2018, p.151-156
- GIBLIN, Béatrice. **Entrevista** concedida à José Arnaldo dos Santos Ribeiro Junior. Transcrição de Priscila Junglos. Paris, 23 de abril de 2022.
- GIBLIN-DELVALLET, Béatrice. Nouvelle-Calédonie. In: LACOSTE, Yves (dir.). **Dictionnaire de géopolitique**. Paris : Flammarion, 1993, p.1135-1138.
- GINSBURGUER, Nicolas. **Jean Dresch**. Disponível em: <https://www.hypergeo.eu/spip.php?article697>. Acesso em 09 de ago. 2021.
- GLUCKSMANN, André; GLUCKSMANN, Raphaël. **Mai de 68 explicado a Nicolas Sarkozy**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- GONZÁLEZ, Horácio. **O que é subdesenvolvimento**. 15ª edição. 2ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 1998 [1980].
- GOTT, Richard. **Cuba**: una nueva historia. Traducción de Juan María López de Sá y de Madariaga. Ediciones Akal, S.A., 2007 [2004].
- GOUROU, Pierre. La Géographie comme « divertissement » ? *Entretiens de Pierre Gourou avec Jean Malaurie, Paul Pélissier, Gilles Sautter, Yves Lacoste*. **Hérodote**. Paris, n.33/34, avril-septembre 1984, p.50-72.

- GOUSSAULT, Yves. Yves Lacoste : Contre les anti-tiers-mondistes et contre certains tiers-mondistes. Ed. La Découverte, Paris 1985. In : **Recherches Internationales**, n°19, 1986, p.105-109.
- GREGORY, Derek. **The colonial present**. Oxford, UK: Blackwell Publishing, 2004.
- GREGORY, James S; SHAVE, Donald W. **La URSS: geografia económica y regional**. Traducción del inglés por Jose Ruiz Ubirico. Barcelona: Ediciones Omega, 1952.
- GRENET, Yves. O capitalismo assalta a Ásia. In: PERRAULT, Gilles (org.). **O livro negro do capitalismo**. Tradução de Ana Maria Duarte... [et al]. 3ªed. Rio de Janeiro: Record, 2000 [1995], p.393-413.
- GUEVARA, Ernesto “Che”. Prólogo à edição cubana “Guerra del Pueblo, Ejército del Pueblo” [1964]. In: GIAP, Vo Nguyen. **Guerra do povo, exército do povo**. Edições Nova Cultura, 2020 [1961], p.189-196.
- GUEVARA, Ernesto “Che”. La guerra de guerrillas. In: GUEVARA, Ernesto “Che”. **Obras Escogidas**. Santiago de Chile: Resma, 2004 [1972], p. 7-83.
- GUEVARA, Ernesto “Che”. Mensaje a los pueblos del mundo a través de la Tricontinental. In: GUEVARA, Ernesto “Che”. **Obras Escogidas**. Santiago de Chile: Resma, 2004 [1967], p.425-435.
- GUGLIELMO, Raymond ; LACOSTE, Yves ; OZOUF, Marianne. **Géographie. Classe de première**. Paris : Fernand Nathan, 1964.
- HADJERES, Sadek. **Repères biographiques et politiques** (1ère partie de 1928 à 1966). Posto online em 03 de setembro de 2010. Disponível em : https://www.socialgerie.net/IMG/pdf/2010_09_03_266_2003_12_17_Biographie_en_chantier_SH_1928-1966.pdf. Acesso em 09 de ago. 2021.
- HARDY, Georges. **Géographie et colonisation**. Préface par Pierre Deffontaines. Paris : Librairie Gallimard, 1933.
- HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. **Confins** [Online], 5, posto online em 24 de abril 2009.
- HARVEY, David. A geopolítica do capitalismo [1981]. **A produção capitalista do espaço**. 2ªed. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2006 [2001].
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 19ªed. São Paulo: Edições Loyola, 2010 [1989].
- HEPPLE, Leslie. Géopolitiques de Gauche: Yves Lacoste, Hérodote and French radical geopolitics. In: DODDS, Klaus e ATKINSON, David (org.). **Geopolitical traditions**. London and New York: Routledge, 2000, p.268-301

- HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. 4.ed. São Paulo: Selo Negro, 2008 [2005].
- HÉRODOTE. Le spectre du scientisme. **Hérodote**, Paris, n.3, juillet-septembre 1976a, p.155-159.
- HÉRODOTE. Éditorial. **Hérodote**, Paris, n.4, octobre-décembre 1976b, p.3-8.
- HÉRODOTE. Éditorial. **Hérodote**, Paris, n.9, janvier-mars 1978a, p.3-5.
- HÉRODOTE. Éditorial. **Hérodote**, Paris, n.10, avril-juin 1978b, p.3-7.
- HÉRODOTE. Éditorial. **Hérodote**, Paris, n.14-15, avril-septembre/1979, p.3-5.
- HÉRODOTE. Éditorial. **Hérodote**, Paris, n.17, janvier-mars 1980, p.3-5.
- HO, Ho Jong; HUI, Kang Sok; HO, Pak Thae. **Os imperialistas dos Estados Unidos iniciaram a Guerra da Coreia**. Edições Nova Cultura, 2020.
- HOBBSWAM, Eric. **A era dos impérios 1875-1914**. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002 [1988].
- HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos: O breve século XX: 1914-1991**. Tradução de Marcos Santarrita. Revisão técnica de Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 [1994].
- HO CHI MINH. A Grande Revolução de Outubro abriu a via para a libertação dos povos. In: HO CHI MINH. **Textos escolhidos**. Edições Nova Cultura, 2019, p.175-186.
- HO CHI MINH. A Revolução Chinesa e a Revolução Vietnamita [1961]. In: **Ho Chi Minh. Escritos 1919-1969**. São Paulo: Ciências Revolucionárias, 2019, p.171-174.
- JABBOUR, Elias. **China: Socialismo e Desenvolvimento – sete décadas depois**. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2019.
- JALDÚN, Ibn. **Introducción a la historia universal** (Al-Muqaddimah). Traducción de Juan Feres. Estudio Preliminar, revisión y apéndices de Elías Trabulse. México: FCE, 2011 [1977].
- JALÉE, Pierre. **A Pilhagem do Terceiro do Mundo**. Tradução de Ângela Sarmiento. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980 [1973].
- JURQUET, Jacques. Genocídio anticomunista na Indonésia. In: PERRAULT, Gilles (org.). **O livro negro do capitalismo**. Tradução de Ana Maria Duarte... [et al]. 3ªed. Rio de Janeiro: Record, 2000a [1995], p.175-188.
- JURQUET, Jacques. Anexação fascista de Timor-Leste. In: PERRAULT, Gilles (org.). **O livro negro do capitalismo**. Tradução de Ana Maria Duarte... [et al]. 3ªed. Rio de Janeiro: Record, 2000b [1995], p.191-205.

- KAUTSKY, Karl. Ultra-Imperialismo. **Die Neue Zeit**. 1914. Tradução de Giovanni B. Freitas. Disponível em: < <https://www.marxists.org/portugues/kautsky/1914/09/11-1.htm>>. Acesso em 27 de mar. 2021.
- KAYSER, B. Yves Lacoste, Les pays sous-développés. In : **Revue géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest**, tome 31, fascicule 1, 1960, p. 105-106.
- KAYSER, Bernard. Yves Lacoste, Unité et diversité du Tiers Monde. In : **Tiers-Monde**, tome 22, n°87, 1981. pp. 667-669 ;
- KAYSER, Bernard; GEORGE, Pierre. Geografia ativa da região. In: GEORGE, Pierre et al. **A geografia ativa**. 4ªed. Tradução de Gil Toledo et al. São Paulo: DIFEL, 1975 [1964], p.279-354.
- KEEGAN, John. **Uma História da Guerra**. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- KELLY, Philip. **Classical geopolitics: a new analytical model**. Stanford, California: Stanford University Press, 2016.
- KENNEDY, Paul. **Auge y caída de las grandes potencias**. Traducción de J. Ferrer Aleu. Barcelona: DeBolsillo, 2004 [1987].
- KIERNAN, Victor Gordon. **Estados Unidos: o novo imperialismo**. Tradução de Ricardo Doninelli-Mendes. Rio de Janeiro: Record, 2009 [2005].
- KISSINGER, Henry. **Sobre a China** [recurso eletrônico]. Tradução de Cássio de Arantes Leite. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- KISSINGER, Henry. **Ordem mundial** [recurso eletrônico]. Tradução de Cláudio Figueiredo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.
- KLEINEN, John. Tropicality and topicality: Pierre Gourou and the genealogy of french colonial scholarship on rural Vietnam. **Singapore Journal of Tropical Geography**, 26(3), 2005, p.339-358.
- KONNICK, Rodolphe de. La géographie critique. In : BAILLY, Antoine et al. **Les concepts de la géographie humaine**. 2^e édition. Paris : Masson, 1991 [1984], p.141-151.
- KOOP, Kirsten. La géographie du développement a perdu le Nord, et alors ! Plaidoyer pour une géographie des transitions sociétales. In : CLÉMENT, Vincent ; STOCK, Mathis ; VOLVEY, Anne (sous la direction). **Mouvements de géographie**. Une science sociale aux tournants. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2021, p.319-330.
- KRUGMAN, Paul. The Fall and Rise of Development Economics. In: KRUGMAN, Paul. **Development, Geography and Economic Theory**. Fourth printing. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1998 [1995], p.1-29.

KÜHNER, Maria Helena. Introdução à Edição Brasileira. In: RUSSELL, Bertrand; SARTRE, Jean-Paul; DEDIJER, Vladimir. **Os Estados Unidos no Banco dos Réus**. Tradução e organização de Maria Helena Kunher. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970, p.11-15.

LABASSE, Jean. **L'organistaion de l'espace**. Élements de géographie volontaire. Paris: Hermann, 1966.

LACOSTE, Yves. Les Prolégomènes d'Ibn Khaldoun. **Progrès – Revue Culturelle Algérienne**. Hommage à Staline. N°2 : 1° Année Avril-Mai 1953a, p.28-39.

LACOSTE, Yves. Les Prolégomènes d'Ibn Khaldoun (II). **Progrès**. N°3 Juin-juillet 1953b, p.16-22. Disponível em :

https://www.socialgerie.net/IMG/pdf/1953_04_01_Progres_Prolegomenes_d_Ibn_Khaldoun_2006.12.10_411_.pdf. Acesso em 16 de abril de 2021.

LACOSTE, Yves. La grande œuvre d'Ibn Khaldoun. **La Pensée – revue du rationalisme moderne**. Nouvelle série n°69, septembre-octobre 1956, p.10-33.

LACOSTE, Yves. L'industrie du ciment. In : **Annales de Géographie**, t. 66, n°357, 1957a, p. 411-435.

LACOSTE, Yves. **L'Afrique du Nord** (Tunisie – Algérie – Maroc). EDSCO Documents. N°61. Juin-Juillet 1957b (1re Partie : Histoire).

LACOSTE, Yves. **L'Afrique du Nord** (Tunisie – Algérie – Maroc). EDSCO Documents N°62. Novembre 1957c (2e Partie : Le Sahara).

LACOSTE, Yves. Aspects géographiques généraux des industries de la construction. In: **Annales de Géographie**, t. 68, n°366, 1959, p.121-153.

LACOSTE, Yves. **Os países subdesenvolvidos**. Tradução de Diva Benevides Pinho. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961 [1959].

LACOSTE, Yves. Les Etapes Historiques de la Constitution de l'Algérie. In : LACOSTE, Yves ; NOUSCHI, André ; PRENANT, André. **L'Algérie, passé et présent**. Préface de Jean Dresch. Paris : Éditions Sociales, 1960, p.61-136.

LACOSTE, Yves. Le sous-développement : quelques ouvrages significatifs parus depuis dix ans. In : **Annales de Géographie**, t.71, n°386, 1962a, p. 247-278.

LACOSTE, Yves. Le sous-développement : quelques ouvrages significatifs parus depuis dix ans. In : **Annales de Géographie**, t.71, n°386, 1962b, p. 387-414.

LACOSTE, Yves. Un problème complexe et débattu : les grands ensembles. In : **Bulletin de l'Association de géographes français**, N°318-319, 40e année, Novembre-décembre 1963, p. 37-46.

LACOSTE, Yves. Perspectivas da Geografia ativa em país subdesenvolvido. In: GEORGE, Pierre et al. **A geografia ativa**. 4ªed. Tradução de Gil Toledo et al. São Paulo: DIFEL, 1975 [1964], p.43-153.

LACOSTE, Yves. **Geografia do Subdesenvolvimento**. Introdução de Pierre George. Tradução de T. Santos. 2ªed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968 [1965].

LACOSTE, Yves. **Ibn Khaldun**: Nascimento da História/Passado do Terceiro Mundo. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editora Ática, 1991 [1966].

LACOSTE, Yves. Remarques pour l'établissement d'une typologie générale de l'inégal développement. **Cahiers de Sociologie économique**, mai 1966a, p. 122-134.

LACOSTE Yves. Problèmes de développement agricole dans la région de Ouagadougou (Haute-Volta). In : **Bulletin de l'Association de géographes français**, N°346-347, 43e année, Juillet-août 1966b, p. 4-18.

LACOSTE Yves. Kaboul et quelques problèmes de l'Afghanistan. In : **Bulletin de l'Association de géographes français**, N°355-356, 44e année, Juin-septembre 1967a, p. 32-50.

LACOSTE, Yves. Le concept de sous-développement et la Géographie. In : **Annales de Géographie**, t. 76, n°418, 1967b, p.644-670.

LACOSTE, Yves. La notion de sous-développement : recherche d'une définition objective. In : **Raison présente**, n°6, Avril – Mai – Juin 1968a, p. 39-51.

LACOSTE, Yves. **Réflexion sur l'originalité historique de la situation de sous-développement**. 1968b. Congres Culturel de la Havane. Culture et Independance Nationale. Pasta: 10197.007.023. Fundação Mário Soares / Arquivo Mário Pinto de Andrade.

LACOSTE, Yves. Relatório sobre a Destruição de Diques no Vietnã do Norte Provocados por Bombardeios da Aviação Americana. In: RUSSELL, Bertrand; SARTRE, Jean-Paul; DEDIJER, Vladimir. **Os Estados Unidos no Banco dos Réus**. Tradução e organização de Maria Helena Kunher. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970, p. 67.

LACOSTE, Yves. L'aviation américaine peut provoquer une catastrophe sans toucher directement les digues nord-vietnamiennes. **Le Monde**, Paris, 08 jun. 1972a. Disponível em: <https://www.lemonde.fr/archives/article/1972/06/08/l-aviation-americaine-peut-provoquer-une-catastrophe-sans-toucher-directement-les-digues-nord-vietnamiennes_2392262_1819218.html>.

LACOSTE, Yves. Les bombardements de digues sont délibérés. **Le Monde**, Paris, 16 ago. 1972b. Disponível em: <https://www.lemonde.fr/archives/article/1972/08/16/les-bombardements-de-digues-sont-deliberes_2398364_1819218.html>.

LACOSTE, Yves. A Geografia. In: CHÂTELET, François. **História da Filosofia** – Idéias, Doutrinas. Volume 7: A Filosofia das Ciências Sociais (De 1860 aos nossos dias). Tradução de Hilton Ferreira Japiassú. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974 [1973], p.221-274.

LACOSTE, Yves. *Brisant l'« autarcie » des coopératives*. Hanoï se lance dans la « grande agriculture socialiste ». **Le Monde**, Paris, 04 janvier 1975. Disponível nos arquivos do jornal *Le Monde* da *Bibliothèque publique d'information do Centre national d'art et de culture Georges-Pompidou*.

LACOSTE, Yves. Pourquoi Hérodote ? Crise de la géographie et géographie de la crise. **Hérodote**, Paris, n.1, janvier-mars/1976a, p.8-69.

LACOSTE, Yves. Enquête sur le bombardement des digues du fleuve Rouge (Vietnam, été 1972). *Méthode d'analyse et réflexions d'ensemble*. **Hérodote**, Paris, n.1, janvier-mars/1976b, p.86-117.

LACOSTE, Yves. A propos de Clausewitz et d'une géographie. **Hérodote**, Paris, n.3, juillet-septembre/1976c, p.65-75.

LACOSTE, Yves. Brader la géographie... brader l'idée nationale ? **Hérodote**, Paris, n.4, octobre-décembre/1976d, p.9-66.

LACOSTE, Yves. **A geografia** – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 13ªed. Tradução de Maria Cecília França. Apresentação de José William Vesentini. Campinas, SP: Papirus, 2007 [1976].

LACOSTE, Yves. **La Géographie, ça sert, d'bord, à faire la guerre**. Paris : François Maspero, 1976e

LACOSTE, Yves. **Géographie du sous-développement** : géopolitique d'une crise. Préface de Pierre George. 3ªed. Paris : Presses Universitaires de France, 1976 [1965].

LACOSTE, Yves. Self-critical reflections and critique of A geography of underdevelopment, **Antipode**, vol. 9, n° 3, 1977a.

LACOSTE, Yves. Cuba: Juan Perez De La Riva. 1913-1976. **Hérodote**, Paris, n.5, janvier-mars 1977b, p.138-143.

LACOSTE, Yves. Fidel Castro et la Sierra Maestra. Un théâtre d'opérations volontairement choisi ? **Hérodote**, Paris, n.5, janvier-mars 1977c, p.7-33.

LACOSTE, Yves. Para que serve a paisagem? O que é uma bela paisagem? Tradução de Luis Antonio Bittar Venturi, **BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA**, São Paulo, n. 79, p. 115-150, 2003 [1977].

LACOSTE, Yves. L'enquête et le terrain : un problème politique pour les chercheurs, les étudiants et les citoyens. **Hérodote**. Paris, n.8, octobre-décembre 1977d, p.3-20.

- LACOSTE, Yves. Un géographe anticolonialiste. **Hérodote**. Paris, n.11, juillet-septembre 1978, p.3-9.
- LACOSTE, Yves. A bas Vidal... Viva Vidal ! **Hérodote**. Paris, n.16, octobre-décembre 1979, p.68-81.
- LACOSTE, Y. **Unité et diversité du tiers monde**. Tome I : Des représentations planétaires aux stratégies sur le terrain. Paris : François Maspero, 1980a.
- LACOSTE, Y. **Unité et diversité du tiers monde**. Tome II : Vallées désertes – Deltas surpeuplés Afrique & Asie tropicales. Paris : François Maspero, 1980b.
- LACOSTE, Y. **Unité et diversité du tiers monde**. Tome III : Foyers révolutionnaires dans les montagnes (Amérique latine – Afrique du Nord). Paris : François Maspero, 1980c.
- LACOSTE, Yves. Les différents niveaux d'analyse du raisonnement géographique et stratégique. **Hérodote**. Paris, n.18, avril-juin 1980d, p.3-15.
- LACOSTE, Yves. Éditorial : Le colloque de Vincennes. **Hérodote**. Paris, n.19, septembre-octobre 1980e, p.3-12.
- LACOSTE, Yves. Les objets géographiques. In : **Cartes et figures de la Terre**. Exposition réalisée par le Centre de Création Industrielle, en collaboration avec la Bibliothèque Publique d'Information, le Musée national d'art moderne, le Service audiovisuel, et présentée au Centre Georges Pompidou du 24 mai au 17 novembre 1980. Paris : L'Édition Artistique, 1980f, p.16-23
- LACOSTE, Yves. Éditorial. **Hérodote**. Paris, n.20, janvier-février 1981a, p.3-6.
- LACOSTE, Yves. Éditorial : Mer de Chine ou mer de l'Asie du Sud-Est ? **Hérodote**. Paris, n.21, avril-juin 1981b, p.3-13.
- LACOSTE, Yves. Ho Chi Minh-Ville et les problèmes nouveaux du Vietnam. **Hérodote**. Paris, n.21, avril-juin 1981c, p.31-67.
- LACOSTE, Yves. Éditorial. **Hérodote**. Paris, n.22, avril-juin 1981d, p.3-5.
- LACOSTE, Yves. Géographicit  et géopolitique : Elisée Reclus. **Hérodote**. Paris, n.22, avril-juin 1981e, p.14-55.
- LACOSTE, Yves. *Hérodote* a lu : Paul Claval, Espace et pouvoir ; Claude Raffestin, Pour une géographie du pouvoir. **Hérodote**. Paris, n.22, avril-juin 1981f, p.154-157.
- LACOSTE, Yves. Éditorial. **Hérodote**. Paris, n.23, octobre-décembre 1981g, p.3-7.
- LACOSTE, Yves. Editorial. Les querelles des géographes et l'unité de la géographie. **Hérodote**. Paris, n.24, janvier-avril 1982a, p.3-11.
- LACOSTE, Yves. Editorial. D'autres géopolitiques. **Hérodote**. Paris, n.25, mai-juillet 1982b, p.3-9.

LACOSTE, Yves. Editorial. Les écologistes, les géographes et les « écolos ». **Hérodote**. Paris, n.26, août-octobre 1982c, p.3-22.

LACOSTE, Yves. Editorial. Les deux Méditerranées. **Hérodote**. Paris, n.27, novembre-décembre 1982d, p.3-15.

LACOSTE, Yves. Editorial. **Hérodote**. Paris, n.28, janvier-mars 1983a, p.3-15.

LACOSTE, Yves. L'Allemagne et le problème des euromissiles. **Hérodote**. Paris, n.28, janvier-mars 1983b, p.6-22.

LACOSTE, Yves. Editorial. Le droit des peuples dans des situations géopolitiques très compliquées. **Hérodote**. Paris, n.29-30, avril-septembre 1983c, p.3-16.

LACOSTE, Yves. Editorial. L'implosion urbaine. **Hérodote**. Paris, n.31, octobre-décembre 1983d, p.3-8.

LACOSTE, Yves. *Yves Lacoste penseur de l'espace*. **Entrevista** concedida à Christian Descamps. **Le Monde**, Paris, 25 juillet 1983. Disponível nos arquivos do jornal *Le Monde* da *Bibliothèque publique d'information do Centre national d'art et de culture Georges-Pompidou*.

LACOSTE, Yves. *Ensinar A Geografia*. In: LACOSTE, Y. **A geografia** – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 13ªed. Tradução de Maria Cecília França. Apresentação de José William Vesentini. Campinas, SP: Papirus, 2007 [1984], p.245-256.

LACOSTE, Yves. En guise d'éditorial. La mer : quatre grands changements géopolitiques. **Hérodote**. Paris, n.32, janvier-mars 1984a, p.3-41.

LACOSTE, Yves. *En guise d'éditorial*. Les géographes, l'action et le politique. **Hérodote**. Paris, n.33/34, avril-septembre 1984b, p.3-32.

LACOSTE, Yves. Editorial. Géopolitique des islams. **Hérodote**. Paris, n.35, octobre-décembre 1984c, p.3-18.

LACOSTE, Yves. Et la géographie ? **Le Monde**, Paris, 19 janvier 1984d. Disponível nos arquivos do jornal *Le Monde* da *Bibliothèque publique d'information do Centre national d'art et de culture Georges-Pompidou*.

LACOSTE, Yves. Descartes ? ... des cartes. **Le Monde**, Paris, 2-3 septembre 1984e. Disponível nos arquivos do jornal *Le Monde* da *Bibliothèque publique d'information do Centre national d'art et de culture Georges-Pompidou*.

LACOSTE, Yves. Geography and Foreign Policy. Translated by Steven Kennedy. **SAIS Review**, Volume 4, Number 2, Summer-Fall 1984f, pp. 213-227.

LACOSTE, Yves. En guise d'éditorial. Les embrouillements géopolitiques des centres de l'Islam. **Hérodote**. Paris, n.36, janvier-mars 1985a, p.3-48.

- LACOSTE, Yves. Editorial. Ces îles où l'on parle français. **Hérodote**. Paris, n.37-38, avril-septembre 1985b, p.3-30.
- LACOSTE, Yves. Des famines qui ne tombent pas du ciel. **Hérodote**. Paris, n.39, octobre-décembre 1985c, p.3-5.
- LACOSTE, Yves. Géopolitique en manœuvres. **Le Monde**, Paris, 28-29 juillet 1985d. Disponível nos arquivos do jornal *Le Monde* da *Bibliothèque publique d'information do Centre national d'art et de culture Georges-Pompidou*.
- LACOSTE, Y. **Contra os anti-terceiro-mundistas e contra certos terceiro mundistas**. Tradução de Márcia Nogueira de Albuquerque. São Paulo: Editora Ática, 1991 [1985].
- LACOSTE, Yves. Géographie et géopolitique. In : AURIAC, Franck ; BRUNET, Roger. **Espaces, jeux et enjeux**. Paris : Fondation Diderot/Librairie Arthème Fayard, 1986, p.285-294.
- LACOSTE, Yves. Braudel géographe. In: LACOSTE, Yves. **Ler Braudel**. Tradução de Beatriz Sidou. Campinas, SP: Papirus, 1989, p.175-225.
- LACOSTE, Yves. Présentation de La France de l'Est. In : VIDAL DE LA BLACHE, Paul. **La France de l'Est** (Lorraine-Alsace). Paris, Éditions La Découverte, 1994 [1917], p.v-xxxviii.
- LACOSTE, Yves. Sahraoui. In: LACOSTE, Yves (dir.). **Dictionnaire de géopolitique**. Paris : Flammarion, 1993, p.1342-1345.
- LACOSTE, Yves. Géographie coloniale et géographie académique : approche épistémologique. In : BRUNEAU, Michel ; DORY, D. **Géographies des colonisations : XV^e – XX^e siècles**. Paris : L'Harmattan, 1994, p.343-348.
- LACOSTE, Yves. Afghanistan. In: LACOSTE, Yves (dir.). **Dictionnaire géopolitique des Etats**. Paris : Flammarion, 1995, p.13-18.
- LACOSTE, Yves. Les vingt ans d'Hérodote. **Hérodote**. Paris : Editions la Découverte, 1996, p.5-20.
- LACOSTE, Yves. *Hérodote* a vingt-cinq ans : Écologie et géopolitique en France. **Hérodote**. N°100, La Découverte, 1^e trimestre 2001, p.3-12.
- LACOSTE, Yves. *Hérodote* et Reclus. **Hérodote**, n° 117, La Découverte, 2^e trimestre 2005a, p.5-9.
- LACOSTE, Yves. Élisée Reclus, une très large conception de la géographicit  et une bienveillante géopolitique. **Hérodote**, n° 117, La Découverte, 2^e trimestre 2005b, p.29-52.
- LACOSTE, Yves. **A geopolítica do Mediterrâneo**. Trad cao por Pedro El i Duarte. Revis o por Pedro Bernardo. Lisboa: Edi oes 70, 2006a.
- LACOSTE, Yves. *Hérodote* et un delta, il y a trente ans. **Hérodote**, n  121, La Découverte, 2e trimestre 2006b, p.3-5.

LACOSTE, Yves. Enjeux politiques et géopolitiques de la langue française en Algérie : contradictions coloniales et postcoloniales. **Hérodote**, Paris, n° 126, La Découverte, 3e trimestre 2007, p.17-34.

LACOSTE, Yves. Éditorial : le Golfe et ses Émirats. **Hérodote**, Paris, n°133, La Découverte, 2e trimestre 2009, p.03-31.

LACOSTE, Yves. **La géopolitique et le géographe** : entretiens avec Pascal Lorot. Paris : Choiseul, 2010a.

LACOSTE, Yves. **La question postcoloniale** : une analyse géopolitique. Paris : Fayard, 2010b.

LACOSTE, Yves. Del razonamiento geográfico, táctico y estratégico al razonamiento geopolítico: los comienzos de *Hérodote*. **Geopolítica(s). Revista de estudios sobre espacio y poder**, vol. 2, núm. 2, 2011, p.339-342.

LACOSTE, Yves. **La Géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre**. Édition augmentée. Paris : La découverte, 2014

LACOSTE, Yves. **Aventures d'un géographe**. Paris : Équateurs, 2018a.

LACOSTE, Yves. Vincennes et le département de géographie. **Hérodote**, n° 168, La Découverte, 1er trimestre 2018b, p.157-163.

LACOSTE, Yves. **Entretien avec Yves Lacoste** – Une géopolitique virile ! Disponible em : <<https://www.revueconflits.com/geopolitique-etat-nation-europe/>>. Acesso em 07 de julho de 2020.

LACOSTE, Yves. **Entrevista** concedida à José Arnaldo dos Santos Ribeiro Junior. Transcrição de Priscila Junglos. Paris, 19 de abril de 2022.

LACOSTE, Yves. **Entrevista** concedida à José Arnaldo dos Santos Ribeiro Junior. Transcrição de Priscila Junglos. Paris, 27 de abril de 2022.

LACOSTE, Yves. **Entrevista** concedida à José Arnaldo dos Santos Ribeiro Junior. Transcrição de Priscila Junglos. Paris, 21 de julho de 2022.

LACOSTE-DUJARDIN, Camille. Démocratie kabyle. Les Kabyles : une chance pour la démocratie algérienne ? **Hérodote**, Paris, n° 65-66, La Découverte, 2° e 3° trimestre 1992, p.63-74.

LACOSTE-DUJARDIN, C; LACOSTE, Y (orgs.). **L'État du Maghreb**. Paris : Éditions La Découverte, 1991.

LACOSTE, Yves ; GIBLIN, Béatrice. *Hérodote* a trente ans. **Hérodote**, n° 120, La Découverte, 1er trimestre 2006, p.3-4.

LACOSTE, Yves ; OZOUF, Marianne. **Géographie. Classe de 3^e**. Paris : Fernand Nathan, 1963.

LACOSTE, Yves ; PRENANT, André. Quelques données du problème algérien. **La Pensée**. N°67, mai-juin 1956, p.15-42.

LATOUCHE, Serge. Réflexions sur le livre de Yves Lacoste : contre les anti-tiers-mondistes et contre certains tiers-mondistes. In : **Tiers-Monde**, tome 28, n°110, 1987, p. 441-446.

LEBRET, Louis-Joseph. **Suicídio ou sobrevivência do ocidente?** Problemas fundamentais de nossa civilização. Tradução de Benevenuto de Santa Cruz. 2ªedição revista. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1961 [1958].

LEIBENSTEIN, Harvey. **Economic backwardness and economic growth**: studies in the theory of economic development. Third printing. New York/London: John Wiley & Sons, 1962 [1957].

LE LANNOU, Maurice. Un petit livre bleu. **Le Monde**, Paris, 19 avril 1976. Disponível nos arquivos do jornal *Le Monde* da *Bibliothèque publique d'information do Centre national d'art et de culture Georges-Pompidou*.

LE MONDE. La bataille de Quang-Tri entre dans son second mois. **Le Monde**, 01 de agosto de 1972. Disponível nos arquivos do jornal *Le Monde* da *Bibliothèque publique d'information do Centre national d'art et de culture Georges-Pompidou*.

LE MONDE. *La commission américaine des affaires étrangères de la Chambre des représentants vote un amendement en faveur de la cessation du conflit*. **Le Monde**, 27 de julho de 1972. Disponível nos arquivos do jornal *Le Monde* da *Bibliothèque publique d'information do Centre national d'art et de culture Georges-Pompidou*.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. Tradução de Olinto Beckerman. 4ªed. São Paulo: Global, 1987 [1917].

LÊNIN, Vladimir Ilich. Kommunismus. Traduzido por Julius Katzer. **Journal of the Communist International for the Countries of South-Eastern Europe (in German)**, Vienna, No. 1-2 (February 1, 1920) To No. 18 (May 8, 1920). Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1920/jun/12.htm>.

LESTERPT, Catherine. Les géographes dans la cité. **Hérodote**, Paris, n° 50-51, La Découverte, 3° e 4° trimestre 1988, p.232-246.

LE TOURNEAU, Roger. Deux livres sur l'Algérie. **Le Monde**, Paris, 16 mars 1961. Disponível nos arquivos do jornal *Le Monde* da *Bibliothèque publique d'information do Centre national d'art et de culture Georges-Pompidou*.

LE TOURNEAU, Roger. Yves Lacoste, Ibn Khaldoun. Naissance de l'histoire. Passé du tiers-monde. In : **Revue de l'Occident musulman et de la Méditerranée**, n°2, 1966, p. 253-256.

LÉVY, Jacques. Héro-anti-dote ? **EspacesTemps**, 4, 1976a, p. 52-57.

- LÉVY, Jacques. La géographie est un château hanté. **Hérodote**, Paris, n.4, octobre-décembre 1976b, p.151-156.
- LÉVY, Jacques. Roger Brunet. In: JULLIARD, Jacques; WINOCK, Michel (orgs.). **Dictionnaire des intellectuels français. Les personnes. Les lieux. Les moments.** Paris: Éditions du Seuil, 2002 [1996], p.226-228.
- LÉVY, Jacques. In : ALLEMAND, Sylvain (dir.). **Comment je suis devenu géographe.** Paris: Le Cavalier Bleu, 2007, p.137-154.
- LEWIS, William Arthur. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra [1954]. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Org.). **A economia do subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2010 [1958], p. 413-462.
- LEWIS, William Arthur. **A teoria do desenvolvimento econômico.** Tradução de Alfredo Moutinho dos Reis e Olavo Miranda. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1960 [1955].
- LOUIS, Florian. **Les grands théoriciens de la géopolitique.** De quoi la géopolitique est-elle le nom ? 3^e édition. Paris : Éditions Belin/Humensis, 2018 [2014].
- LOSURDO, Domenico. Guerra preventiva, americanismo e antiamericanismo (2003). Tradução de Bernardo Joffily. In: LOSURDO, Domenico. **Liberalismo. Entre civilização e barbárie.** João Quartim de Moraes, José Carlos Ruy, Augusto César Buonicore (orgs.). Tradução por Bernardo Joffily e Soraya Barbosa da Silva. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006, p.131-155.
- LOSURDO, Domenico. As Raízes Norte-Americanas do Nazismo. In: **Enfoques alternativos**, nº 27, outubro-novembro de 2004. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/losurdo/2004/11/nazismo.htm>. Acesso em 07 de jan. 2021.
- LOSURDO, Domenico. **Contra-história do liberalismo.** Tradução por Giovanni Semeraro. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.
- LOSURDO, Domenico. **O pecado original do século XX.** Tradução de Diego Silveira Coelho Ferreira e Ana Maria Chiarini. Apresentação de João Quartim de Moraes. São Paulo: Anita Garibaldi: Fundação Maurício Grabois, 2013.
- LOSURDO, Domenico. **O marxismo ocidental: como nasceu, como morreu, como pode renascer.** Tradução de Ana Maria Chiarini, Diego Silveira Coelho Ferreira. São Paulo: Boitempo, 2018.
- LOSURDO, Domenico. O sionismo e a tragédia do povo Palestino (2001). Tradução do italiano de Modesto Florenzano. In: LOSURDO, Domenico. **Colonialismo e luta anticolonial: desafios da revolução no século XXI.** Organização de Jones Manoel. Tradução de Diego Silveira et al. São Paulo: Boitempo, 2020, p.31-42.

- LOSURDO, Domenico. Por que é urgente lutar contra a OTAN e redescobrir o sentido da ação política (2015). Tradução de Diego Silveira. In: LOSURDO, Domenico. **Colonialismo e luta anticolonial**: desafios da revolução no século XXI. Organização de Jones Manoel. Tradução de Diego Silveira et al. São Paulo: Boitempo, 2020, p.69-73.
- LOSURDO, Domenico. Os Estados Unidos e as raízes político-culturais do nazismo (2019). Tradução do italiano por Diego Silveira. In: LOSURDO, Domenico. **Colonialismo e luta anticolonial**: desafios da revolução no século XXI. Organização de Jones Manoel. Tradução de Diego Silveira et al. São Paulo: Boitempo, 2020, p.95-127.
- LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe**: estudos sobre a dialética marxista. Tradução Rodnei Nascimento; Revisão da Tradução Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1923].
- LUKÁCS, Georg. **Para uma ontologia do ser social II**. Tradução Nélcio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013 [1969].
- LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo; Anticrítica; apresentação de Paul Singer. Traduções de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas. 2ªed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 [1913].
- MACCAGLIA, Fabrizio ; MORELLE, Marie. Pour une géographie du droit : un chantier urbain. **Géocarrefour** [Online], Call for papers, Online since 16 April 2013, connection on 25 October 2021. URL : <http://journals.openedition.org/geocarrefour/8722>
- MAGDOFF, Harry. **Imperialismo**: da Era Colonial ao presente. Tradução de Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979 [1978].
- MALTHUS, Thomas Robert. **Ensaio Sobre a População**. Tradução de Antonio Alves Cury. 2ªed. São Paulo: Nova Cultural, 1986 [1798].
- MAMADOUH, Virginie. Geography and War, Geographers and Peace. In: FLINT, Colin (ed.). **The geography of war and peace**: from death camps to diplomats. New York: Oxford University Press, 2005, p.26-60
- MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Polis/Rio de Janeiro: Vozes, 1984.
- MAMIGONIAN, Armen. A Escola Francesa de Geografia e o papel de A. Cholley. **Cadernos Geográficos**, Florianópolis, N° 6, 44p. Maio de 2003
- MAMIGONIAN, Armen. A China e o marxismo: Li Dazhao, Mao e Deng. In: DEL ROIO, Marcos (org.). **Marxismo e oriente**: quando as periferias tornam-se centros. São Paulo: Ícone; Marília, SP: Oficina Universitária da FFC – Unesp Marília, 2008, p.145-200.

- MANDEL, Ernest. Divergências sobre o conflito militar no Sudeste Asiático. Tradução por Elisabeth Marie. In: MANDEL, Ernest; MORENO, Nahuel. **China x Vietnã**. São Paulo: Editora Versus, 1979, p.133-173.
- MANDELBAUM, Daniel. Ecocide. In: II. Environmental Warfare. **Bulletin of Peace Proposals**. Vol. 4, No. 1 (1973), pp. 33-44 (12 pages). Published By: Sage Publications, Inc. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/44480203>>. Acesso em 05 de abril de 2022.
- MANIGAT, Leslie. Haiti: de la hegemonía francesa al imperialismo estadounidense. In: FERRO, Marc. **El libro negro del colonialismo**. Siglos XVI al XXI: del exterminio al arrepentimiento. Traducción de Cario Caranci. Madrid: La Esfera de los Libros, 2005 [2003], p.261-274.
- MARCONIS, Robert. **Introduction à la Géographie**. Paris : Armand Colin, 1996.
- MARIE, Elisabeth; BUCCHIONI, Enio. China x Vietnã. In: MANDEL, Ernest; MORENO, Nahuel. **China x Vietnã**. São Paulo: Editora Versus, 1979, p.87-112.
- MARTENS, Ludo. **Stalin, um novo olhar**. Tradução de por Pedro Castro e Pedro Castilho. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- MARTIN, Camille. Review of Les pays sous-développés (Collection Que sais-je?), par Yves Lacoste. Paris: Presses Universitaires de France, 1959. In: **L'Actualité économique**, 36 (1), 1960, p.172–173.
- MARX, Karl. **Miséria da Filosofia**. Tradução Torrieri Guimarães. Prefácio e notas de Jean Kessler. 2ªed. São Paulo: Martin Claret, 2008 [1847].
- MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro**. 2ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2010 [1849].
- MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução de Mario Duayer, Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2011 [1858].
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 27ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2010 [1867].
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política, livro primeiro: o processo de produção do capital, volume II; Trad. Reginaldo SANT'ANNA. 25ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2011 [1867].
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro II. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2000 [1885].

- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política, livro terceiro: o processo global de produção capitalista, volume VI; Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2008 [1894].
- MARX, Karl. **Formaciones Económicas Precapitalistas**. Edición Eugenia Huerta. Séptima reimpresión. México, D.F: Siglo XXI Editores, 2009 [1971].
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução de Pietro Nasseti. 2ª ed. 1ª reimp. São Paulo: Martin Claret, 2008 [1848].
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Feuerbach - A Oposição entre as Cosmologias Materialista e Idealista. Tradução de Frank Müller. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- MARX, Karl ; ENGELS, Friedrich. **Critique de Malthus**. Introduction, traduction et notes de Roger Dangeville. Paris: François Maspero, 1978.
- MATHIEU, Nicole ; CARTIER, Stéphane. Mai 68 : ruptures à l'institut de Géographie. **Strates** [En ligne], Hors-série | 2002, mis en ligne le 18 mai 2005, consulté le 08 septembre 2020. URL : <http://journals.openedition.org/strates/572> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/strates.572>
- M'BOKOLO, Elikia. Las prácticas del apartheid. In: FERRO, Marc. **El libro negro del colonialismo**. Siglos XVI al XXI: del exterminio al arrepentimiento. Traducción de Cario Caranci. Madrid: La Esfera de los Libros, 2005 [2003], p.553-575.
- MEGALE, Januário Francisco. **Introdução**: a geografia torna-se uma ciência social. In: SORRE, Max. **Geografia**. Januário Francisco Megale (org.). Tradução por Januário Francisco Megale, Maria Cecília França e Moacyr Marques. São Paulo: Ática, 1984.
- MERLE, Marcel. El anticolonialismo. In: FERRO, Marc. **El libro negro del colonialismo**. Siglos XVI al XXI: del exterminio al arrepentimiento. Traducción de Cario Caranci. Madrid: La Esfera de los Libros, 2005 [2003], p.727-769.
- MEYNIER, André. **Histoire de la pensée géographique en France**. Paris : Presses Universitaires de France, 1969.
- MILANI, Martinho Camargo. **Estado Livre do Congo**: Imperialismo, a Roedura Geopolítica (1885-1908). Dissertação de Mestrado. 212 fls. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- MINASSIAN, Gaïdz. La révolution géographique inachevée. **Le Monde**, Paris, 02 août 2010.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Formação do império americano**: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **De Martí a Fidel**: a Revolução Cubana e a América Latina [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

- MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge R. **Desenvolvimento em (des)construção**. Narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. 2006. 438 f. Tese (Doutorado em Geografia) — Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. A antropogeografia de Ratzel: indicações. In: MORAES, A. C. R (org.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990, p.7-30.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia**: pequena história crítica. 20ªed. São Paulo: Annablume, 2005b.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia histórica do Brasil**: capitalismo, território e periferia. São Paulo: Annablume, 2011.
- MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias. **Geografia Crítica**: a valorização do espaço. 4ªed. São Paulo: Hucitec, 1999 [1984].
- MORAES, João Quartim de. O movimento nacional palestino perante a “solução final” sionista. In: DEL ROIO, Marcos (org.). **Marxismo e oriente**: quando as periferias tornam-se centros. São Paulo: Ícone; Marília, SP: Oficina Universitária da FFC – Unesp Marília, 2008, p.201-240.
- MORAES, Reginaldo C. Corrêa. **Celso Furtado** – o subdesenvolvimento e as ideias da Cepal. São Paulo: Ática, 1995.
- MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro**: as matrizes da renovação. São Paulo: Contexto, 2009.
- MOREJÓN SEIJAS, Blanca. Un elogio para Juan Pérez de la Riva Pons (1913-1976). **Revista Cubana de Salud Pública**, vol. 34, núm. 1, enero-marzo, 2008. Disponível em:
- MORGENTHAU, Hans. J. **A política entre as nações**: A luta pelo poder e pela paz. Traduzida por Oswaldo Biato da edição revisada por Kenneth W. Thompson. Prefácio: Ronaldo M. Sardenberg. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.
- MORRIS, Brett S. Nixon e o Genocídio no Camboja. Tradução por Andrey Santiago. **Traduagindo**, 13 de outubro de 2017. Disponível em: <<https://traduagindo.com/2017/10/13/nixon-e-o-genocidio-no-camboja/#:~:text=Em%201969%2C%20a%20guerra%20a%C3%A9rea,for%C3%A7as%20dos%20EUA%20estacionadas%20%C3%A1>>. Acesso em 28 de julho de 2021.

- MOURADIAN, Claire. Los rusos em el Cáucaso. In: FERRO, Marc. **El libro negro del colonialismo**. Siglos XVI al XXI: del exterminio al arrepentimiento. Traducción de Cario Caranci. Madrid: La Esfera de los Libros, 2005 [2003], p.461-478.
- MOUSSA, Pierre. **As nações proletárias**. Tradução de Emília Vassalo. Lisboa: Livraria Morais Editora, 1966 [1959].
- MUSSET, Alain. De Lênin a Lacoste. Os arquétipos espaciais do subdesenvolvimento. In: RIBEIRO, MTF., and MILANI, CRS., orgs. **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea**: o território como categoria de diálogo interdisciplinar [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, p.87-113.
- MYRDAL, Gunnar. **Perspectivas de uma economia internacional**. Tradução de J. Régis. Rio de Janeiro: Saga, 1967 [1966].
- MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Tradução de N. Palhano. 3ªed. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1972.
- NACIRI, Mohamed. Les formes d'habitat « sous-intégré ». **Hérodote**. Paris, n.19, septembre-octobre 1980, p.13-70.
- NAYYAR, Deepak. **A Corrida Pelo Crescimento**: Países em Desenvolvimento na Economia Mundial. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- NDIAYE, Pap. El exterminio de los índios de América del Norte. In: FERRO, Marc. **El libro negro del colonialismo**. Siglos XVI al XXI: del exterminio al arrepentimiento. Traducción de Cario Caranci. Madrid: La Esfera de los Libros, 2005a [2003], p.65-84.
- NDIAYE, Pap. Los esclavos del sur de los Estados Unidos. In: FERRO, Marc. **El libro negro del colonialismo**. Siglos XVI al XXI: del exterminio al arrepentimiento. Traducción de Cario Caranci. Madrid: La Esfera de los Libros, 2005b [2003], p.147-160.
- NERY, Tiago. **A economia do desenvolvimento na América Latina**: o pensamento da CEPAL nos anos 1950 e 1990. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2011.
- NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2012 [2006].
- NIKEL, Séverine. Boat People. In: JULLIARD, Jacques; WINOCK, Michel (orgs.). **Dictionnaire des intellectuels français**. *Les personnes. Les lieux. Les moments*. Paris: Éditions du Seuil, 2002 [1996], p.191-192.

- NOGUEIRA, Isabela. Acumulação, Distribuição e Estratégia sob Mao: Legados do maoísmo para o desenvolvimento da China. *Rev. Carta Inter.*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, 2019, p. 27-51.
- NOUSCHI, André. L'échec du royaume arabe et l'essor de la colonisation (1860-1881). In : LACOSTE, Yves ; NOUSCHI, André ; PRENANT, André. **L'Algérie, passé et présent**. Préface de Jean Dresch. Paris : Éditions Sociales, 1960, p.365-382.
- NOVACULTURA.INFO (org.). **História da revolução coreana**. Edições NOVA CULTURA, 2019a.
- NOVACULTURA.INFO (org.). **História da revolução cubana**. Edições NOVA CULTURA, 2019b.
- NURKSE, Ragnar. **Problemas de formación de capital en los países insuficientemente desarrollados**. Tradução de Martha Chávez. México: Fondo de Cultura Económica, 1955 [1953].
- NURKSE, R. Alguns aspectos internacionais do desenvolvimento econômico [1953]. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Org.). **A economia do subdesenvolvimento**. Tradução de M. C. W. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010 [1958], p.277-291.
- OUERDANE, Amar. La « crise berbériste » de 1949, un conflit à plusieurs faces. In : **Revue de l'Occident musulman et de la Méditerranée**. Berbères, une identité en construction. N°44, 1987, p.35-47.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Espaço e tempo: compreensão materialista dialética. In: SANTOS, Milton (org.) **Novos rumos da geografia brasileira**. 2ªed. São Paulo: Hucitec, 1988, p.66-110.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.
- ORAIN, Olivier. **De plain-pied dans le monde** : écriture et réalisme dans la géographie française au XX^e siècle. Paris : L'Harmattan, 2009.
- PAC, Robert. O genocídio dos índios. In: PERRAULT, Gilles (org.). **O livro negro do capitalismo**. Tradução de Ana Maria Duarte... [et al]. 3ªed. Rio de Janeiro: Record, 2000 [1995], p.383-389.
- PALSKY, Gilles. Emmanuel de Martonne and the ethnographical cartography of central Europe (1917-1920). **Imago Mundi**, 54: 1, 2002, p.111-119.
- PAQUOT, Thierry. Frantz Fanon. In: JULLIARD, Jacques; WINOCK, Michel (orgs.). **Dictionnaire des intellectuels français. Les personnes. Les lieux. Les moments**. Paris: Éditions du Seuil, 2002 [1996], p.557-558.

- PARAIRE, Philippe. Economia servil e capitalismo: um balanço quantificável. In: PERRAULT, Gilles (org.). **O livro negro do capitalismo**. Tradução de Ana Maria Duarte... [et al]. 3ªed. Rio de Janeiro: Record, 2000 [1995], p.47-58.
- PEDROSA, Breno Viotto. **Entre as ruínas do muro**: a história da geografia crítica sob a ótica da ideia de estrutura. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, 2013. 361f.
- PEET, Richard. **Unholy Trinity**: the IMF, World Bank and WTO. New York: Zed Books, 2009 [2003].
- PEÑA, Paco. As intervenções norte-americanas na América Latina. In: PERRAULT, Gilles (org.). **O livro negro do capitalismo**. Tradução de Ana Maria Duarte... [et al]. 3ªed. Rio de Janeiro: Record, 2000 [1995], p.293-331.
- PERROUX, François. **La coexistência pacífica**. Traducción de Francisco González Aramburo. México: Fondo de Cultura Económica, 1960 [1958]
- PERROUX, François. **L'économie du XX^e siècle**. Deuxième édition augmentée. Paris : Presses Universitaires de France, 1964 [1961].
- PERROUX, François. **A economia das nações jovens**. Tradução de Aurora Murteira. Revisão de Mário Murteira. Lisboa: Livraria Morais Editora, 1964.
- PINCHEMEL, Philippe. La Géographie devant le thème du sous-développement. In: **Annales de Géographie**, t. 76, n°418, 1967, p. 671-680.
- PITTE, Jean-Robert. *Hérodote* : quatre décennies de lecture pragmatique du monde. **Hérodote**, n° 160-161, La Découverte, 1er trimestre 2016, p.9-21.
- PHILIP, Jacqueline. Juan Pérez de la Riva (1913-1976): itinéraire et travaux d'un Cubain « afrancesado ». In: CERDAN, Francis. **Hommage à Robert Jammes**. Toulouse: Presses universitaires du Midi, 1994, p. 939-948.
- PHLIPPONNEAU, Michel. **Géographie et action**. Introduction à la géographie appliquée. Paris : Librairie Armand Colin, 1960.
- PHLIPPONNEAU, Michel. La commission de géographie appliquée et le développement des applications de la géographie. In : ROBIC, Marie-Claire ; BRIEND, Anne-Marie ; RÖSSLER, Mechtild. **Géographes face au monde**. L'Union Géographique Internationale et les congrès internationaux de géographie. Paris : L'Harmattan, 1996, p.271-282.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Tradução de Fanny Wrabel. 2ªed. Rio de Janeiro: Campus, 2000 [1944].
- POMAR, Wladimir. **A revolução chinesa**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

- PONCELET, Maurice. Review of *Géographie du sous-développement*, by Y. Lacoste. **Canadian Journal of Political Science / Revue canadienne de science politique**. Vol. 10, No. 3, Sep., 1977, p.634-637.
- PONCET, Jean. La géographie et la lutte contre le sous-développement: Mezzogiorno et Tunisie. In: **Annales de Géographie**, t. 77, n°419, 1968, p.64-80.
- PONS, Silvio. **A revolução global: história do comunismo internacional (1917-1991)**. Tradução por Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2014.
- POTTER, Robert B; CONWAY, Dennis. Development. In: AGNEW, John A; LIVINGSTONE, David N (editors). **The SAGE Handbook of Geographical Knowledge**. London, UK: SAGE Publications, 2011, p.595-609.
- PRADO JUNIOR, Caio. **História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro**. Prefácio de Florestan Fernandes. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.
- PRASHAD, Vijay. **The darker nations: a people's history of the third world**. New York: The New Press, 2007.
- PRASHAD, Vijay. **Estrela Vermelha sobre o Terceiro Mundo**. Tradução de Dafne Melo. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- PRASHAD, Vijay. **Balas de Washington: uma história da CIA, golpes e assassinatos**. Tradução de Rafael Tatemoto. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais [1949]. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2000a, p.69-136.
- PREBISCH, Raúl. Estudo econômico da América Latina [1949]. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Tradução de Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Record: 2000b, p.137-178.
- PRENANT, André. Argélia 1830-1998: dos primórdios do capitalismo colonial à empresa monopolista de recolonização “globalizada”. In: PERRAULT, Gilles (org.). **O livro negro do capitalismo**. Tradução de Ana Maria Duarte... [et al]. 3ªed. Rio de Janeiro: Record, 2000 [1995], p.241-273.
- PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira; VERDI, Elisa Favaro. Jean Dresch, a atualidade de um geógrafo anti-colonialista. **Finisterra**, LII, 105, 2017, p. 135-138.

- QIAOMU, Hu. Trinta anos do Partido Comunista da China (1951). In: **História da revolução chinesa**. 2ªed. Edições Nova Cultura, 2018, p.17-125.
- REYNAUD, Alain. La géographie entre le mythe et la science. Essai d'épistémologie. In: **Travaux de l'Institut Géographique de Reims**, n°18-19, 1974.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo, Ática, 2011 [1980].
- RAFFESTIN, Claude ; LOPRENO, Dario ; PASTEUR, Yvan. **Géopolitique et histoire**. Lausanne : Éditions Payot, 1995.
- REVOLUTIONARY INTERNATIONALIST MOVEMENT – RIM. O que deu errado no regime de Pol Pot [1999]. In: NOVACULTURA.INFO (org.). **História da revolução na Indochina**. João Carvalho (editor). Edições NOVA CULTURA, 2021, p.181-282.
- RIBEIRO JUNIOR, José Arnaldo dos Santos. **O desenvolvimento geográfico desigual da Suzano Papel e Celulose no Maranhão**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia Humana. São Paulo, 2014. 221 f.
- RIBEIRO JUNIOR, J. A. S. O drama do subdesenvolvimento: a geografia de Yves Lacoste. **Anais do VI Seminário de Pesquisa em Geografia (SEPEGE)**. São Paulo: USP/FFLCH/PPGH, 28 de agosto a 01 de setembro de 2017a, p.179-190.
- RIBEIRO JUNIOR, J. A. S. O conceito de Subdesenvolvimento na Geografia de Yves Lacoste. **Anais do XII Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ENANPEGE)**. Porto Alegre, 12 a 15 de outubro de 2017b, p. 5466-5477.
- RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988 [1817].
- RIEFFEL, Rémy. François Châtelet. In: JULLIARD, Jacques; WINOCK, Michel (orgs.). **Dictionnaire des intellectuels français. Les personnes. Les lieux. Les moments**. Paris: Éditions du Seuil, 2002 [1996], p.299-300.
- RIVIÈRE, Dominique. Michel Rochefort et l'aménagement. In : **Strates**, Hors-série | « Parcours dans la recherche urbaine, Michel Rochefort, un géographe engagé », 2002, p.214-218.
- ROBIC, Marie-Claire [coordinatrice]. **Couvrir le monde**. Un grand XX^e siècle de géographie française. Paris : Ministère des Affaires Étrangères, 2006.
- ROCHETTE, René. La géographie active, d'après P. George, R. Guglielmo, B. Kaiser et Y. Lacoste. In : **Revue de géographie alpine**, tome 53, n°3, 1965. pp. 491-497.

- RODRIGUEZ, Octavio. **Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.
- RODRIGUEZ, Octavio. **O estruturalismo latino-americano**. Tradução por Maria Alzira Brum Lemos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009 [2006].
- ROSENSTEIN-RODAN, Paul Narczyk. Problemas de industrialização da Europa do Leste e do Sudeste [1943]. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Org.). **A economia do subdesenvolvimento**. Tradução de Maria Celina Whately. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010 [1958], p.265-275.
- ROSIÈRE, Stéphane. Tendências contemporâneas da geografia política e da geopolítica. In: RÜCKERT, A. A; SILVA, A.C.P da; SILVA, G. de V (Orgs.). **Geografia política, geopolítica e gestão do território: integração sul-americana e regiões periféricas**. Porto Alegre: Editora Letra1, 2018, p.87-95.
- ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico** (um manifesto não-comunista). Tradução de Octavio Alves Velho e Sergio Goes de Paula. Revisão de Cassio Fonseca. 5ªed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974 [1961].
- ROUBICEK, Rafael. **Ho Chi Minh: um poeta no apocalipse**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- RUSCIO, Alain. En Vietnam: un siglo de luchas nacionales. In: FERRO, Marc. **El libro negro del colonialismo**. Siglos XVI al XXI: del exterminio al arrepentimiento. Traducción de Cario Caranci. Madrid: La Esfera de los Libros, 2005 [2003], p.443-460.
- SALHI, Mohammed Brahim. L'insurrection de 1871. In : BOUCHENE : Abderrahmane ; PEYROULOU, Jean-Pierre ; TENGOUR, Ouanassa Siari ; et THENAULT, Sylvie. **Histoire de l'Algérie à l'époque coloniale** (1930-1962), Paris : La Découverte, 2014.
- SANGUIN, A.-L. À propos de la seconde édition de « La géographie, ça sert, d'abord à faire la guerre ». **Cahiers de géographie du Québec**, 27(72), 1983, p.467-474.
- SANKARA, Thomas. Discurso de orientação política [1983]. In: SANKARA, Thomas. **Discursos de Burkina Faso**. Edições Nova Cultura, 2019, p.17-49.
- SANTAMARIA, Yves. Jean Bruhat. In: JULLIARD, Jacques; WINOCK, Michel (orgs.). **Dictionnaire des intellectuels français. Les personnes. Les lieux. Les moments**. Paris: Éditions du Seuil, 2002 [1996], p.225-226.
- SANTOS, Milton. Sous-développement et pôles de croissance économique et sociale. In: **Tiers-Monde**, tome 15, n°58, 1974, p.271-286.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002 [1978].

- SAUVY, Alfred. Trois Mondes, Une Planète. **L'Observateur**, 14 août 1952, n°118, page 14. Acesso em 12 set. 2012.
- SAUVY, Alfred. **Teoria General de la Poblacion**. Tradução de Anselmo Calleja e Fernando Bajón Pérez. Madrid: Aguilar, 1957.
- SAUVY, Alfred. LACOSTE, Yves. Les pays sous-développés. In: **Population**, 15^e année, n°5, 1960. p. 904.
- SAYED, Hani. The Humanization of the Third World. In: ESLAVA, Luis; FAKHRI, Michael; NESIAH, Vasuki (eds.) **Bandung, global history, and international law: critical pasts and pending futures**. Foreword by Georges Abi-Saab; epilogue by Partha Chatterjee. New York: Cambridge University Press, 2017, p.431-449.
- SCARMELOTO, Klaus. **A atualidade de Stalin**. Organização e tradução de Klaus Scarmeloto. São Paulo: Editora Raízes da América, 2021.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**. Tradução de Maria Silvia Possa. 2ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 [1911].
- SCHUMPETER, Joseph Alois. Contribution à une sociologie des impérialismes [1919]. In : **Impérialisme et classes sociales**. Tradução de Suzanne de Segonzac e Pierre Bresson. Revisão e apresentação de Jean-Claude Passeron. Paris: Flammarion, 1984.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Introdução de Joseph E. Stiglitz. Tradução de Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora da Unesp, 2017 [1943].
- SEABRA, Raphael Lana (org.). **Dependência e marxismo** – contribuições ao debate crítico latino-americano. 3^aed. Florianópolis: Insular, 2017.
- SERAFIM, J. Laginha. **Ibn Khâldun. Historiador e humanista**. Lisboa: Editorial Inquérito, 1984
- SIEYÈS, Emmanuel Joseph. **¿Qué es el Tercer Estado? & Ensayo sobre los privilegios**. Tradução de Marta Lorente Sariñena & Lidia Vázquez. ePubLibre, 2019 [1789].
- SILVA, Armando Corrêa. O espaço como ser: uma auto-avaliação crítica. In: MOREIRA, Ruy (org.). **Geografia: teoria e crítica. O saber posto em questão**. Petrópolis: Vozes, 1982, p.75-92.
- SILVA, José Borzacchiello da. **França e escola brasileira de geografia: verso e reverso**. Fortaleza: Edições UFC, 2012.
- SINGARAVÉLOU, Pierre. Introduction II. Géographie et colonisation : approches historiographiques. In : SINGARAVÉLOU, Pierre (dir.). **L'empire des géographes : géographie, exploration et colonisation (XIX^e-XX^e siècle)**. Paris: Belin, 2008, p.45-57.
- SISON, Jose Maria. **Filipinas: Sociedade e Revolução**. 2^aed. Edições Nova Cultura, 2018.

- SPYKMAN, Nicholas John. **America's strategy in world politics**. New York: Harcourt, Brace and Company, 1942.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à Geografia** (geografia e ideologia). 3ªed. Petrópolis: Vozes, 1982 [1976].
- SOUSA NETO, Manoel Fernandes. **Aula de Geografia e algumas crônicas**. 2ªed. Campina Grande: Bagagem, 2008.
- SOUSA NETO, M. F. Afinidades eletivas ou crítica a uma história da geografia sem classe(s). **Geosp**, v. 25, n. 1, p. 1-6, e-173953, 2021.
- SOUYRI, Pierre-Francois. La colonización japonesa: un colonialismo moderno pero no occidental. In: FERRO, Marc. **El libro negro del colonialismo**. Siglos XVI al XXI: del exterminio al arrepentimiento. Traducción de Cario Caranci. Madrid: La Esfera de los Libros, 2005 [2003], p.357-412.
- SURET-CANALE, Jean. Géographe, marxiste. In : **Espaces Temps**, 18-20, 1981. Une géographie à visage humain ? Espace/Marxisme. Traces, empreintes, pistes. pp. 9-18 ;
- SURET-CANALE, Jean. As origens do capitalismo (séculos XV a XIX). In: PERRAULT, Gilles (org.). **O livro negro do capitalismo**. Tradução de Ana Maria Duarte... [et al]. 3ªed. Rio de Janeiro: Record, 2000 [1995], p.23-45.
- STALIN, J. V. A Revolução de Outubro e o Problema Nacional. In: STALIN, J. V. **O marxismo e a questão nacional**. Edições Nova Cultura, 2019 [1918].
- STONE, Oliver; KUZNICK, Peter. **A história não contada dos Estados Unidos**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Faro Editorial, 2015.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. Introdução: a importância de Malthus na História do pensamento econômico [1979]. In: MALTHUS, Thomas Robert. **Economia**. Tamás Szmrecsányi (org.). Tradução de Tamás Szmrecsányi e M. Irene de Q. F. Szmrecsányi. São Paulo: Ática, 1982, p.7-48.
- SUNKEL, Osvaldo; PAZ, Pedro. **Os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Tradução de João Maia. Rio de Janeiro: Fórum Editora, 1974.
- SZCZEPANSKI-HUILLERY, Maxime. « L'idéologie tiers-mondiste ». Constructions et usages d'une catégorie intellectuelle en « crise ». **Raisons politiques**. N°18, 2005/2, p.27-48.
- TOMICCH, Dale. **Pelo Prisma da Escravidão: Trabalho, Capital e Economia Mundial**. São Paulo: Edusp, 2011.
- TRICART, Jean. **Principes et méthodes de la géomorphologie**. Paris: Masson et c^{ie} éditeurs, 1965.

- TROTSKY, Leon. **A História da Revolução Russa**. Tradução de E. Huggins. 3ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978 [1930].
- TUATHAIL, Gearóid Ó. **Critical Geopolitics: The Politics of Writing Global Space**. London: Routledge, 1996.
- VERDI, Elisa Favaro. **Produção geográfica e ruptura crítica: a geografia uspiana entre 1964 e 1985**. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- VERDI, Elisa Favaro. Yves Lacoste, a geografia do subdesenvolvimento e a reconstrução da geopolítica. **Terra Brasilis** (Nova Série) [online], 9 | 2017, posto online no dia 29 dezembro 2017, consultado 14 novembro 2019.
- VERNE, Júlio. **A volta ao mundo em 80 dias**. Tradução e notas de Maria José Rodrigues. São Paulo: Martin Claret, 2012.
- VEYRET Paul. Lacoste (Y.). — Géographie du sous-développement. In : **Revue de géographie alpine**, tome 54, n°2, 1966, p. 365.
- VIAU, Bernard (1978). Compte rendu de [Lacoste, Yves (1976) *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre*. Paris, Maspero, 187 pages. Petite coll. Maspero no. 165.] **Cahiers de géographie du Québec**, 22 (55), 1978, p.98–99. <https://doi.org/10.7202/021378ar>
- VIDAL DE LA BLACHE, Paul. I. Geografia Geral. Os Gêneros de Vida na Geografia Humana. **Annales de Geographia** no 111, ano XX, tomo XX, 15 de maio de 1911. Tradução: Maria Regina Sader e Simone Batista. Revisão: Rogério Haesbaert.
- VIDAL DE LA BLACHE, Paul. As características próprias da geografia (1913). Tradução de Odete Sandrini Mayer. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982, p.37-47.
- VIDAL DE LA BLACHE, Paul. **La France de l'Est** (Lorraine-Alsace). Paris, Éditions La Découverte, 1994 [1917].
- VIERS, Georges. La géographie active : P. George, R. Guglielmo, B. Kayser et Y. Lacoste, La Géographie active. In : **Revue géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest**, tome 37, fascicule 1, 1966. pp. 88-91.
- VIERS, Georges. Yves Lacoste redéfinit le sous-développement. « Unité et diversité du tiers monde ». **Le Monde**, Paris, 01 août 1981. Disponível nos arquivos do jornal *Le Monde* da *Bibliothèque publique d'information do Centre national d'art et de culture Georges-Pompidou*.
- VISENTINI, Paulo Fagundes. **A revolução vietnamita: da libertação nacional ao socialismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As revoluções africanas**: Angola, Moçambique e Etiópia. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

VISENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **Manual do candidato**: história mundial contemporânea (1776-1991): da independência dos Estados Unidos ao colapso da União Soviética. Apresentação do Embaixador Georges Lamazière. – 3. ed. rev. atual. – Brasília: FUNAG, 2012.

VISENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz; MELCHIONNA, Helena Hoppen. **A Revolução Coreana**: o desconhecido socialismo Zuche. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Capitalist World-Economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

WINOCK, Michel. **Le siècle des intellectuels**. Paris: Éditions du Seuil, 1997.

WINOCK, Michel. **Le XXe siècle idéologique et politique**. Paris: Éditions Perrin, 2009.

WOLF, Eric R. **Peasant Wars of the Twentieth Century**. Nova York: Harper Torchbooks, 1973.

WRIGLEY, Edward Anthony. Changes in the Philosophy Geography. In: CHORLEY, Richard John; HAGGETT, Peter. **Frontiers in Geographical Teaching**. London: Methuen & Co Ltd, 1970 [1965], p.3-20.

YAZBEK, Mustafa. **A revolução argelina**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010 [2008].

ZANOTELLI, Cláudio Luiz. **Yves Lacoste**: entrevistas. Transcrição de Florence Baltz Zanotelli. São Paulo: Annablume, 2005.

APÊNDICE: Traduções

O SUBDESENVOLVIMENTO: ALGUMAS OBRAS SIGNIFICATIVAS PUBLICADAS HÁ DEZ ANOS

Tradução por José Arnaldo dos Santos Ribeiro Junior

O problema essencial do nosso tempo, também o mais dramático, é o do subdesenvolvimento. Foi colocado há pouco mais de 15 anos, após a Segunda Guerra Mundial. Neste período relativamente curto, foi publicado um número considerável de livros e artigos, tanto sobre os fenômenos de subdesenvolvimento em geral e os seus aspectos particulares como sobre os meios de os resolver. Sobre este assunto escreveram economistas, financeiros, sociólogos, mas também políticos, eclesiásticos, sindicalistas, demógrafos e militares, etnólogos, juristas, geógrafos, médicos, agrônomos e filósofos, geólogos, naturalistas e jornalistas, etc. Não sem condescendência, alguns falaram de “moda”, de “inflação”.

No entanto, o subdesenvolvimento não é apenas um fato econômico. Ele afeta muitos aspectos da vida humana. Assim, todas as disciplinas têm um papel a desempenhar na investigação e devem colaborar na procura de soluções. A bibliografia relativa ao subdesenvolvimento é, pois, com razão, particularmente variada e complexa.

Desta abundância de livros e de artigos emergem obras significativas: elas abordam os problemas fundamentais do subdesenvolvimento e, ultrapassando largamente a especialidade dos seus autores, têm um alcance profundo. Seu impacto é (ou deveria ser) grande, em qualquer pessoa interessada em países subdesenvolvidos. Muitos destes escritos são também significativos de orientação intelectual, de tendências filosóficas ou políticas. Com efeito, o subdesenvolvimento, que marca o destino de três quartos da humanidade e indiretamente o da totalidade do gênero humano, é mais frequentemente abordado através das doutrinas e das ideologias. As teorias do desenvolvimento, destinadas a guiar os homens para novas formas de organização econômica e social, traduzem, abertamente ou não, inegáveis preocupações normativas.

O presente artigo é concebido como a apresentação e o exame comparativo de um certo número destas obras significativas, através das quais se procurará evocar os problemas teóricos e as características gerais do subdesenvolvimento.

Os economistas foram os primeiros a abordar o estudo deste fenômeno. Todavia, o subdesenvolvimento não é apenas um problema econômico, mas um facto global que marca todos os domínios da atividade humana. Assim, após um período de «economicismo» esquemático e abstrato, as investigações relativas aos países subdesenvolvidos alargaram-se

consideravelmente, pondo em prática outras disciplinas e, em primeiro lugar, a sociologia, a etnologia e a demografia. Ao mesmo tempo, por seu próprio movimento, as disciplinas econômicas ultrapassavam o quadro estrito da Economia. “A tendência a reintegrar a ciência econômica num quadro sociológico é sem dúvida o traço mais característico do pensamento (econômico) francês atual” (A. Marchal). A investigação em matéria de subdesenvolvimento pretende-se, pois, atualmente, interdisciplinar, mas os economistas conservam, não sem razão, a primazia neste domínio.

A geografia, de fato, participa muito fracamente no movimento de pesquisas interdisciplinares sobre o subdesenvolvimento. No entanto, os trabalhos geográficos relativos aos países subdesenvolvidos são muito numerosos: com a etnologia e a medicina, a geografia é a ciência que primeiro realizou [*porté*] o maior número de investigações fora das regiões de economia desenvolvida. Contudo, essas pesquisas, interessantes e úteis, não abordam (ou excepcionalmente) o estudo do subdesenvolvimento, por si só, como um problema fundamental.

Isso é grave para a geografia, e prejudicial ao conhecimento do subdesenvolvimento. Para o geógrafo coloca-se o problema da inserção da sua disciplina no conjunto das outras ciências e da sua posição em relação à vida nacional e internacional. Parece desejável que a geografia contribua muito mais fortemente para o estudo do subdesenvolvimento, que pesa fortemente sobre o destino da Humanidade.

Também é necessário que se estabeleça e se multipliquem os contatos intelectuais entre os geógrafos e os outros especialistas, no quadro das investigações sobre o subdesenvolvimento. Ora, o diálogo pressupõe sempre uma certa sobreposição de conhecimentos e uma comunidade de linguagem e de preocupações. Portanto, pareceu útil apresentar aqui um panorama dos trabalhos relativos [*relevant*] a outras disciplinas que não a geografia.

Um pequeno número desses livros já foi objeto de resenhas [*comptes rendus*] nessa revista (referências mencionadas em nota de rodapé). Estas obras só serão evocadas rapidamente ou somente consideradas para os capítulos que consagram aos problemas de subdesenvolvimento. Em contrapartida, as publicações propriamente geográficas, tratando dessas questões, não são abordadas neste artigo.

A grande diversidade de nível, de objeto e de valor das numerosas publicações relativas ao subdesenvolvimento obriga [*constraint*] a um necessário esforço de seleção, que comporta evidentemente uma parte arbitrária, para reter somente as obras que aportaram uma contribuição efetiva ao conhecimento do fenômeno estudado. Por conseguinte [*Aussi*], esse artigo não pretende nem pode pretender ser exaustivo.

Embora os problemas do subdesenvolvimento se coloquem num grande número de países, os principais trabalhos significativos são principalmente redigidos em inglês e em francês: a responsabilidade de uma política mundial, o interesse demonstrado em particular à América Latina, favoreceram, nos Estados Unidos, o crescimento precoce e a multiplicidade das investigações relativas ao subdesenvolvimento. Os economistas americanos estavam um pouco preparados para isso por seu trabalho sobre a Grande Crise e a política do *New Deal*. Um grande passado colonial, a presença no seio da *Commonwealth* de numerosos países insuficientemente desenvolvidos, explica igualmente a frequência dos trabalhos relativos [*portant*] ao subdesenvolvimento na Grã-Bretanha, berço da economia política. Numerosos economistas indianos, cuja contribuição para o conhecimento do subdesenvolvimento não é insignificante, também escrevem em inglês.

Em França, antiga potência colonial, ainda mergulhada nas dificuldades resultantes da “descolonização”, acumulou-se uma importante literatura tratando do subdesenvolvimento. Apesar de seu incontestável interesse, ela não tem a audiência das publicações de língua inglesa: a bibliografia de A. Hazlewood, uma das menos sumárias, cita apenas oito autores franceses de um total de 1027 títulos, omitindo, por exemplo, a obra de F. Perroux, contribuição, contudo, capital à compreensão dos mecanismos do subdesenvolvimento. Os problemas levantados em Itália pelo Mezzogiorno, o esforço empreendido para os resolver, contribuíram para a eclosão neste país de uma literatura não negligenciável.

Em contrapartida, a contribuição dos outros países ao estudo do subdesenvolvimento é ainda bastante limitada: os estudos alemães só tardiamente abordaram essas questões e elas parecem essencialmente orientadas para os problemas das relações comerciais com os países subdesenvolvidos e aquele dos investimentos estrangeiros. As obras russas tratando do subdesenvolvimento são, até agora, bastante raras e um tanto decepcionantes. Com efeito, essa questão não parece ter sido colocada, em si mesma, aos autores soviéticos, o subdesenvolvimento estando reduzido apenas ao fato colonial, as teorias do desenvolvimento, que se calcaram até os últimos anos no único modelo de crescimento econômico da URSS. Todavia, desde há três ou quatro anos, uma nova orientação parece desenhar-se na literatura soviética: a evolução do *Conselho de Assistência Económica Mútua (Comecon)*, a política soviética em relação aos países subdesenvolvidos implica a aparição de estudos um pouco mais positivos. Em razão do que se passa em seu país, os chineses são objeto de grande interesse. Mas é preciso constatar o quase desaparecimento das publicações de alcance teórico, desde, ao que parece, o início [*la mise en route*] do movimento dos “Comunas”.

As etapas da evolução da literatura do subdesenvolvimento. – Na abundância dos trabalhos, principalmente de língua inglesa e francesa, publicados desde o fim da Segunda Guerra Mundial e sobretudo desde há uma dezena de anos, é possível distinguir uma evolução em várias etapas: As primeiras publicações relacionadas [*ayant rapport*] com o subdesenvolvimento parecem ter substituído [*pris le relais*] aquelas que se multiplicaram principalmente nos Estados Unidos, quando da crise e da experiência Roosevelt, e das que fizeram o balanço das destruições da guerra. A literatura econômica que, até então, estava classicamente centrada [*axée*] nos problemas de repartição dos lucros, concentrou-se então no estudo do desemprego, da não-produção e, em seguida, da reconstrução das regiões devastadas. Do mesmo modo, como pensa Josué de Castro, foram os relatos [*ce sont les relations*] sobre o horror dos campos hitleristas que contribuíram para fazer cair o “tabu da Fome”, que até então impedia que se tomasse consciência desse flagelo e da sua extensão sobre uma grande parte do globo. Finalmente, a tomada de consciência dos problemas do subdesenvolvimento pelos autores ocidentais foi estimulada pela adesão [*accession*] de novos Estados à independência. A partir de 1947, os problemas da Índia, por exemplo, apareceram à luz do dia.

Após essas preliminares, uma primeira etapa aparece na evolução da literatura consagrada ao subdesenvolvimento: aquela da *denúnciação* da miséria e da fome que reinam nessas regiões que se começa a chamar “subdesenvolvidas”. É também o período das *ilusões*: o subdesenvolvimento aparece então como um simples atraso, de natureza essencialmente econômica. Este problema foi inicialmente apreendido no quadro da economia clássica, ciência absoluta cujas conclusões se pretendem independentes de todas as condições de tempo e de lugar. Os mecanismos de crescimento, que tinham assegurado o crescimento das grandes potências industriais no século XIX ou o relançamento da sua economia afetada pelas crises de superprodução, foram considerados como aplicáveis aos países subdesenvolvidos. A injeção de capitais estrangeiros apareceu então como a panaceia. Desde então, tivemos que nos desencantar.

Uma segunda etapa começou há cerca de dez anos: é a partir dos anos 1950-51, de fato, que surgiram as primeiras críticas de fundo dessas concepções simplistas do subdesenvolvimento e do crescimento. A partir de 1953-54 aparecem um certo número de grandes obras que marcam a evolução do conhecimento dos problemas. Os dados sociológicos do subdesenvolvimento são progressivamente trazidos à luz e depois sublinhados enquanto fatores essenciais. As economias subdesenvolvidas cessam de aparecer como economias “normais” (para os ocidentais), a quem faltam somente os capitais e alguns bons conselhos. A simples diferença de grau entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos dá lugar à noção de diferença de

natureza e de especificidade dos problemas do subdesenvolvimento. As teorias do desenvolvimento tendem a diferenciar-se cada vez mais das receitas dos Clássicos e Neoclássicos, para progressivamente se adaptarem aos verdadeiros dados do problema, que elas se propõem resolver.

Contudo, essa evolução para uma melhor compreensão do fenômeno do subdesenvolvimento não é regularmente progressiva. Um certo número de obras muito recentes são, de fato, recuos, retornos a concepções ultrapassadas. À medida que a noção objetiva de subdesenvolvimento se torna mais precisa, multiplicam-se os propósitos que querem ver apenas relativismo e subjetividade. Tudo isso causa confusão. Essas tergiversações procedem muitas vezes de sentimentos louváveis (o termo “subdesenvolvimento” seria pejorativo), ainda que a ideologia, se não a ação política no sentido mais restrito do termo, transpareçam em algumas delas.

Seja como for, esta etapa iniciada com os anos 50 caracteriza-se, na evolução histórica da literatura sobre o subdesenvolvimento, pelo reconhecimento do fenômeno na sua especificidade e complexidade (mas não na sua diversidade geográfica), e pelo aprofundamento dos conhecimentos. O subdesenvolvimento é agora compreendido nas suas estruturas essenciais e nitidamente diferenciado dos problemas que as economias desenvolvidas colocam. Na última década foram formuladas *teorias* do desenvolvimento que parecem válidas, pelo menos em suas grandes linhas. Se não é possível afirmar que se conhece atualmente quais são as *políticas* de desenvolvimento susceptíveis de resolver o problema, parece que se sabe agora, à luz do raciocínio e da observação das experiências, o que não pode ser, e não devem ser essas políticas. Esta etapa, resumindo, frutuosa no domínio teórico, está chegando ao fim. Um novo período em matéria de conhecimentos dos problemas do subdesenvolvimento parece desenhar-se desde 1959-60 através de numerosos artigos arrastados [*entraînés*] no fluxo da atualidade política.

Com efeito, é agora possível fazer um balanço, sem dúvida provisório, das diversas políticas de desenvolvimento que foram empreendidas desde uma dezena de anos nos países subdesenvolvidos. Se os fracassos totais são raros, muitos [*nombre*] sucessos parciais parecem [*prennent figure*] falências em relação aos enormes progressos que eram e permanecem necessários. Em contrapartida, outras políticas parecem ter obtido sucessos reais e consideráveis. A comparação desses resultados muito desiguais, cujos contrastes são ainda acentuados pelas propagandas, coloca graves problemas de escolha às populações, como testemunham numerosas publicações. Seu principal tema: quais são os sistemas econômicos e sociais em que a política teórica do desenvolvimento, conhecida nas suas grandes linhas, é suscetível de ser posta em prática de forma mais eficaz?

Por isso [Aussi], as publicações relativas ao subdesenvolvimento são agora cada vez menos acadêmicas e contemplativas, se é que alguma vez o foram. Elas não podem isolar-se completamente do barulho das lutas revolucionárias, do dobre [glas] dos fracassos e das experiências abortadas. Elas observam os progressos das influências soviéticas e chinesas sobre o “Terceiro Mundo” e comparam a eficácia dos diferentes métodos de desenvolvimento. Sinal de um progresso muito nítido na tomada de consciência da diversidade das situações de subdesenvolvimento e da necessidade de adaptar estreitamente os “modelos” de desenvolvimento às características próprias de cada país, muitos artigos e livros tratam da “via” africana do desenvolvimento, da “via” cubana, do “destino” econômico do Islã, etc... Outra questão importante: as diversas políticas de desenvolvimento, se forem bem-sucedidas, conduzirão a uma uniformização da humanidade futura?

Pareceu preferível não abordar aqui esta orientação que se inicia atualmente, e ater-se à segunda etapa. Para esta, é possível arriscar um balanço e traçar algumas linhas diretrizes, porque dispomos do recuo de tempo necessário; ela é marcada por obras de grande alcance, que ainda só abordam problemas de natureza essencialmente econômica e social, sem dar já lugar às reflexões políticas. Certamente, não existe uma demarcação clara entre estas duas etapas da evolução desta literatura. Evidentemente, nos próximos anos, serão ainda publicadas obras sobre o estudo econômico e social do subdesenvolvimento, e os problemas políticos não foram ignorados nas publicações dos anos anteriores. Mas os termos do problema político ainda não estavam tão nitidamente claros como hoje. Seria prematuro, no quadro desta revista, querer ir além das obras que se fixaram como objetivo o reconhecimento do fenômeno de subdesenvolvimento, a análise das suas estruturas, a descrição dos seus aspectos, ou a elaboração de uma teoria geral e de uma política econômica e social do desenvolvimento.

Algumas orientações práticas

A massa de publicações relativas ao subdesenvolvimento é enorme. Existem coleções bibliográficas⁷⁹⁵, mas todas elas são muito incompletas. Na realidade, trata-se apenas de

⁷⁹⁵ Bibliographies : A. Hazlewood, “*The economics of under-developed areas*”, 2e edit., Oxford University Press, 1959, 156 p. – R. Tarr, *Bibliographie commentée sur les problèmes du sous-développement. Problèmes de l’Europe 1960*, n°8 et 9, p. 228-242, p. 258-274. – F. N. Trager, *A selected and annotated bibliography on economic development 1953-1957 (Economie development and cultural change*, juillet 1958, p. 258-329). – Bremer Ausschuss für Wirtschaftsforschung. *Bibliographie der Entwicklungspläne*, 7 vol. déjà parus, le dernier 1960, 52 p. – G. Balandier, *Conséquences sociales du progrès technique dans les pays sous-développés*, vol. III : *La sociologie contemporaine*, 1954-55, UNESCO, n°1, p. 75. – O.N.U., *Bibliographie des ouvrages relatifs aux méthodes et aux problèmes de l’industrialisation dans les pays sous-développés*, 1956, 216 p.

seleções, umas baseadas na notoriedade das publicações, outras orientadas em função de um problema parcial e, na maioria dos casos, caracterizadas pelo desconhecimento das obras estrangeiras, e das disciplinas que não são economia ou sociologia.

Não é possível, no âmbito do presente trabalho, levar em consideração a multidão dos artigos das diversas revistas: a maior parte deles são apenas os precursores de obras mais importantes publicadas um pouco mais tarde, dos comentários destas últimas ou de trabalhos de segunda mão, frequentemente de valor medíocre. Contudo, a matéria de alguns artigos interessantes, principalmente de carácter metodológico, por vezes não é retomada nas obras mais importantes. Por conseguinte, pode encontrar-se uma referência a essas publicações. Aliás, desde algum tempo, a tendência é a edição de *livros de leituras*⁷⁹⁶, de series de *Artigos e Documentos*⁷⁹⁷, como os denominam os Anglo-Saxões: estes livros são constituídos pela reunião de artigos interessantes, publicados anteriormente em diversas revistas. Podemos aproximar a esse tipo as obras coletivas⁷⁹⁸.

A maioria das revistas econômicas e sociais, ou de outras disciplinas, publicou numerosos artigos sobre o subdesenvolvimento e os seus problemas. Algumas delas consagraram-lhe números especiais. Mas, desde alguns anos, apareceram revistas especializadas no estudo dos países subdesenvolvidos e das políticas de desenvolvimento. Estas revistas emanam, na maior parte dos casos, de organismos, institutos, gabinetes de investigação, associações, frequentemente interdisciplinares, centrados sobre os problemas do subdesenvolvimento.

Limitando-se às revistas de língua francesa mais notáveis, citemos:

– a revista *Tiers Monde*, publicada desde 1960 pelo Instituto de Estudo do Desenvolvimento Económico e Social, da Universidade de Paris; este instituto interdisciplinar também publica a coleção *Tiers Monde* (são frequentemente os cursos ministrados nesse instituto pelos professores franceses e estrangeiros) e os *Cahiers Tiers Monde* que agrupam, por conjunto geográfico ou por grandes temas, os artigos, as resenhas de colóquios, os relatórios de peritos;

⁷⁹⁶ No original: *books of readings* (N.T).

⁷⁹⁷ No original: *Articles and Papers* (N.T).

⁷⁹⁸ Ouvrages collectifs : B. Hoselitz, *The progress of under developed areas*, Chicago University Press, 1952, 296 p. – G. Leduc, *Le sous-développement et ses problèmes*. Travaux du Congrès des économistes de langue française, Domat-Monchrestien, 1952. – *Atti del Congresso internazionale di studio sul problema delle aree arretrate*, Milan, 1954, vol. I : 994 p., vol. II 938 p. ; vol. III : 774 p. – Teoria e politica della sviluppo economico, Milan, Dott. A. Guiffre éditeur, 1954, 567 p. – Congrès mondial de la Population, Rome, 1954 : *Aspects démographiques du développement économique et social* : vol. V, 1 115 p. — H. F. Williamson et J.-A. Buttrich, *Economie development; principles and Patterns*, New York, Prentice Hall, 1954, 576 p. – G. Balandier, *Le Tiers Monde, sous-développement et développement*, P.U.F., 1956, 1961, 2e éd., 393 p. – L.-W. Shannon, *Underdeveloped areas*, New York, Harper, 1957, 496 p. – A.-N. Agarwala et S.-P. SINGH, *The economics of underdevelopment*, Oxford, 1958, 510 p. – *La montée des peuples dans la communauté humaine* : 46^e semaine sociale de France, Angers, 1959. Chronique sociale de France, 1959, 362 p.

- a revista *Desenvolvimento e civilização* é publicada desde 1960, publicada pelo Centro de Formação e Investigação para o Desenvolvimento Harmonizado⁷⁹⁹ (IRFED). Animada principalmente pela equipe de economia e de humanismo, essa revista comporta uma bibliografia abundante de livros e de artigos e uma crônica útil “à escuta do mundo” que agrupa os eventos que interessam aos países subdesenvolvidos;
- o boletim de *Informação* do Gabinete Internacional de Investigação sobre as Implicações Sociais do Progresso Técnico (BIRISPT⁸⁰⁰), organismo dependente da UNESCO. É essencialmente um boletim bibliográfico e de informação, mas são por vezes publicados estudos interessantes;
- os *Cadernos do Instituto de Ciência Económica Aplicada* (ISEA⁸⁰¹) comportam uma série F consagrada aos “níveis de desenvolvimento e políticas de crescimento”; trata-se sobretudo de artigos econômicos;
- a revista *Civilizações*, publicada na Bélgica pelo Instituto Internacional das Civilizações Diferentes (INCIDI⁸⁰²), apresenta-se como uma revista de economia e de sociologia comparadas e agrupa em seus números artigos tratando do mesmo tema em países diferentes;
- a revista *Planificação e Desenvolvimento* é publicada pela Secção VI da Escola Prática dos Altos Estudos (Centro de estudo dos problemas de planificação e de desenvolvimento⁸⁰³);
- a revista *Os Cadernos de Ultramar*, publicada pelo Instituto de Geografia da Universidade de Bordéus, merece ser classificada entre as revistas consagradas aos problemas do subdesenvolvimento. A tabela, agrupando metodicamente os artigos publicados de 1948 a 1957, demonstra muito bem a utilidade dessa revista sob o ângulo do estudo regional dos problemas dos países subdesenvolvidos.

É indispensável assinalar, pelo menos entre as revistas estrangeiras, a muito interessante revista: *Desenvolvimento econômico e mudança cultural* que publica, desde 1951, o Centro de pesquisa em desenvolvimento econômico e mudança cultural de Chicago.

Orientado para o exame de obras tratando dos problemas gerais do subdesenvolvimento e das teorias do desenvolvimento, esse artigo deixa voluntariamente de lado os estudos regionais, particulares à um país ou a um grupo de países subdesenvolvidos. Todavia, algumas delas, pela

⁷⁹⁹ A sigla original em francês: Centre de formation et de recherche en vue du développement harmonisé (N.T.)

⁸⁰⁰ A sigla original em francês: bulletin d'Information du Bureau international de recherches sur les implications sociales du progrès technique (N.T.)

⁸⁰¹ A sigla original em francês: Cahiers de l'Institut de Science économique appliquée (N.T.)

⁸⁰² A sigla original em francês: Institut international des civilisations diferentes (N.T.)

⁸⁰³ A sigla original em francês: École Pratique des Hautes Études (Centre d'étude des problèmes de planification et de développement) (N.T.)

amplitude de suas concepções e a profundidade de suas visões, têm de facto um alcance geral e merecem figurar ao lado de obras gerais.

O geógrafo está frequentemente embaraçado em captar [*saisir*] em todos os seus aspectos (sociais, econômicos, políticos, etc.) o conhecimento regional dos problemas do subdesenvolvimento. Dois instrumentos de trabalho podem facilitar a sua tarefa:

– a *Revista francesa de Ciência política*⁸⁰⁴ (publicada desde 1951), que publica frequentemente artigos importantes denominados “Estado dos Trabalhos”. Cada um deles apresenta e comenta a bibliografia econômica e sobretudo social e política para um país. A maior parte destes artigos refere-se a países subdesenvolvidos;

– do ponto de vista econômico, principalmente, os cinco relatórios⁸⁰⁵ publicados pelo Secretariado Econômico da ONU são um bom instrumento de trabalho. Cada um deles trata da evolução econômica de uma parte do mundo e, além disso, cada número anual trata especialmente de um tema econômico de interesse atual no seu quadro regional. Várias organizações internacionais publicam anualmente um relatório: FAO (Organização para a Alimentação e a Agricultura) e OMS (Organização Mundial da Saúde), em particular.

A constatação da existência do fenômeno de subdesenvolvimento procede, por uma parte, da comparação das características econômicas e sociais dos diferentes países. Esse procedimento [*démarche*] é facilitado pelos diversos anuários publicados pela Organização das Nações Unidas.

O livro de W. S. e E. S. Woytinsky: *World population and productions*⁸⁰⁶ é um estudo interessante da conjuntura mundial em 1950. Embora consagrado em grande parte aos Estados Unidos e aos outros países desenvolvidos, esse livro fornece indicações comparativas úteis sobre os dados demográficos, as necessidades e os recursos, as diversas atividades econômicas dos países subdesenvolvidos.

A última edição do livro de Colin Clark: *Les conditions du progrès économique*⁸⁰⁷ comporta abundantes dados numéricos sobre os países subdesenvolvidos; 185 quadros e 38 diagramas permitem interessantes comparações no espaço e no tempo, quanto às populações ativas e à sua

⁸⁰⁴ *Revue française de Science politique* : articles « État des travaux » : Afrique du Nord (mai 59), Malaisie (mars 61), Inde (sept. 60), Chine (juin 58), Japon (oct.-déc. 57), Yougoslavie (avril-juin 56), Portugal (juillet-sept. 57), Espagne (avril-juin 57, avril 55), Union sud-africaine (mars 57), Mexique (mars 58), Indonésie (déc. 58), Hongrie (sept. 58).

⁸⁰⁵ Rapports annuels des secrétariats économiques de l'O.N.U. : *Étude sur la situation économique de l'Europe*, *Economie Survey of Latin America*, – *Étude sur la situation économique de l'Asie et de l'Extrême-Orient*, – *Étude sur la situation économique de l'Afrique*, – *Évolution économique du Moyen-Orient*, – *Étude sur l'économie mondiale*.

⁸⁰⁶ W. S. et E. S. Woytinsky, *World population and productions*, Twentieth Century Fund, 1953, 1268 p.

⁸⁰⁷ C. Clark, *Les conditions du progrès économique*, P.U.F., 1960, 3^e édition, 505p.

composição, às estruturas do consumo, por exemplo. C. Clark insiste sobre a importância dos fatores imateriais do progresso técnico e isso interessa muito diretamente aos países subdesenvolvidos.

André Piatier, no volume XI da *Encyclopédia francesa (A vida internacional)*, faz, sob a forma de diagramas, uma apresentação sugestiva das “desigualdades demográficas e econômicas mundiais”⁸⁰⁸.

O Relatório sobre a situação social no mundo publicado pela ONU contém numerosos quadros estatísticos sobre a evolução demográfica, as condições sanitárias, a alimentação, a educação, as condições de trabalho e o emprego. A segunda parte da obra trata dos problemas da urbanização nas regiões economicamente subdesenvolvidas.

Por fim, assinalemos o interessante *Atlas de Desenvolvimento Econômico*⁸⁰⁹ de Norton Ginsburg, que reúne uma documentação variada e comentada.

I. – A noção de subdesenvolvimento

Uma literatura quase pletórica trata do subdesenvolvimento. Ora, esse termo é considerado ambíguo e seu significado varia muito segundo os autores. Aliás, não é raro que, no seio da mesma obra, o significado desta expressão apresente variações sensíveis.

Muitos autores preferem utilizar outras fórmulas ao “subdesenvolvimento” ou utilizam-nas simultaneamente. Eles parecem ver ali apenas sinônimos, quando muitas vezes se trata de termos cujos significados profundos são muito diferentes.

Esses pseudo-sinônimos e termos concorrentes da expressão “subdesenvolvimento” são muito variados: uns eram já empregados outrora: “países atrasados”, “países pobres”, “países de baixa renda”, diz-se hoje; outros foram forjados recentemente: “nações proletárias” (P. Moussa), “economia assimétrica” (R. Dumoulin), “Terceiro Mundo” (A. Sauvy); certos termos demarcam mais ou menos de perto a expressão clássica: “países insuficientemente desenvolvidos”, “países em curso, em vias de desenvolvimento”, outras expressões tomam, claramente ou não, como base de referência, a evolução histórica das grandes potências industriais: “países não evoluídos” (J. Marchal), “sociedade tradicional” (W. Rostow),

⁸⁰⁸ A. Piatier, *Les inégalités démographiques et économiques mondiales (Encyclopédie française, t. XI : La vie internationale)*.

⁸⁰⁹ Norton Ginsburg, *Atlas of Economic Development*, The University of Chicago Press, 1961, 119 p., 48 cartes.

“sociedade pré-industrial”. Apesar da variedade, nenhuma dessas expressões parece ser verdadeiramente preferível à de “subdesenvolvimento”. Eis a razão:

Expressões como “países insuficientemente desenvolvidos” para designar os países subdesenvolvidos sugerem que a França ou os Estados Unidos, por exemplo, já seriam bastante desenvolvidos. Do mesmo modo, a fórmula “países em vias de desenvolvimento” deve ser rejeitada, pois leva a crer que as grandes potências não se desenvolvem mais atualmente, enquanto no seu território se efetuam os crescimentos mais rápidos. As expressões que se definem em função da evolução histórica que conheceram os países atualmente desenvolvidos não são desejáveis, pois determinam confusões cujas consequências são graves. Elas postulam, com efeito, uma semelhança entre as condições econômicas e sociais que os países subdesenvolvidos conhecem atualmente, e as que caracterizavam antes da revolução industrial os países hoje desenvolvidos. Em um artigo muito importante⁸¹⁰, S. Kuznets sublinhou as diferenças fundamentais que opõem o presente dos países subdesenvolvidos e o passado pré-industrial dos países agora desenvolvidos. Essa diferenciação aparece como o elemento crucial de todos os raciocínios sobre as questões de desenvolvimento e de subdesenvolvimento; a maior parte dos contrassensos e dos mal-entendidos provêm de tais confusões. Em um artigo de clarificação muito útil⁸¹¹, G. Destanne de Bernis mostrou que entre uma economia subdesenvolvida e uma economia desenvolvida não havia somente uma diferença de grau, uma desigualdade quantitativa, ou uma lacuna [*décalage*] numa mesma evolução, mas uma *diferença de natureza*, uma oposição qualitativa. Assim, parece necessário eliminar as expressões como “sociedade tradicional”, “país atrasado”, “país não evoluído”, “economia pré-industrial” para designar os países subdesenvolvidos.

Numerosos autores empregam simultaneamente o termo subdesenvolvimento e o de “país pobre”, ou preferem o segundo ao primeiro. Disso resulta indiretamente uma primeira consequência infeliz [*fâcheuse*]: a utilização do adjetivo “subdesenvolvido” para designar tudo o que é pobre (“bairros subdesenvolvidos” em Paris; o proletariado, “classe subdesenvolvida”; o “Cristo era um subdesenvolvido” [*sic*] escreve um autor reputado), sem outra justificativa que seguir um termo “na moda”. Uma tal confusão repousa sobre uma concepção simplista, parcial do subdesenvolvimento e sobre a ideia que toda a miséria, toda pobreza significa subdesenvolvimento. Se, atualmente, tal identificação é relativamente justificada,

⁸¹⁰ S. Kuznets, *Underdeveloped countries and the preindustrial phase in the advanced countries: an attempt at comparison*, Congrès mondial de la population, Rome, 1954, t. V, p. 947-970.

⁸¹¹ G. Destanne de Bernis, Introduction au cahier *Niveaux de développement et politique de croissance*, Cahiers de l'I.S.E.A., mai 1958.

historicamente essa confusão é muito lamentável [*fâcheuse*]. Para numerosos autores, o subdesenvolvimento seria uma realidade cuja origem se perderia na noite dos tempos. A. Piatier⁸¹² distingue, ainda de forma confusa, “um primeiro subdesenvolvimento” que teria terminado perto da revolução industrial e “um segundo subdesenvolvimento, aquele que conhecemos atualmente fora dos países desenvolvidos”: o autor escreve: “O subdesenvolvimento existe há milênios; ele somente mudou de continente” (p. 34). Se é milenar, por que o subdesenvolvimento teria mudado de continente? Seria, no mínimo, preferível dizer que ele não existe mais nos países atualmente desenvolvidos, admitindo que ele existiu (o que não é o caso). O caso destes dois subdesenvolvimentos migratórios é, no mínimo, obscuro.

Essas assimilações abusivas repousam sobre o esquecimento de uma das características fundamentais do fenômeno de subdesenvolvimento: “a explosão demográfica” recente. Não se trata de um fator novo que viria acrescentar-se ao subdesenvolvimento que seria uma realidade milenar, mas sim de um dos dois elementos constitutivos fundamentais do subdesenvolvimento. É também um ponto de viragem na história humana, porque o equilíbrio milenar pelo qual todo crescimento demográfico estava ajustado à um crescimento econômico encontra-se hoje destruído. O fato novo é o *desajustamento* entre um crescimento econômico limitado e um crescimento demográfico considerável, e isso é o subdesenvolvimento. A fome, a miséria e a pobreza são flagelos milenares. Em contrapartida, o subdesenvolvimento é muito recente e constitui para a humanidade uma situação absolutamente original.

P. Moussa⁸¹³ denomina os países subdesenvolvidos as “nações proletárias”; ele retoma a ideia formulada por A. J. Toynbee de “um proletariado exterior do Ocidente”. Esta fórmula tem um certo sucesso, porque ela seduz pelo seu aspecto [*allure*] marxisante. Seu uso é muito questionável [*sujet à caution*], porque implica a existência entre os países de *relação de produção* que existe entre as classes sociais dos países desenvolvidos. Isso não é demonstrado. Além disso, a expressão “nação proletária” implica o fornecimento pelos países subdesenvolvidos de materiais destinados aos países desenvolvidos, que detêm os capitais. Um tal esquema de tipo colonial existe efetivamente há muito tempo; mas alguns autores sublinham a “libertação” das grandes potências industriais que fazem cada vez menos apelo aos países subdesenvolvidos. Por fim, a expressão “nações proletárias” é bastante inadequada para designar esses países subdesenvolvidos, dos quais [*dont*] uma das características essenciais é

⁸¹² A. Piatier, *Éléments du diagnostic en matière de sous-développement*, publication de l'I.E.D.E.S., 1958, 36 p. + 4 op. ronéotées.

⁸¹³ P. Moussa, *Les nations prolétaires*, P.U.F., 1959, 201 p. (C. R. *Annales de Géographie*, juillet-août 1959).

justamente que a massa da sua população não chega (ao contrário do que aconteceu nos países atualmente desenvolvidos) a integrar-se num verdadeiro “proletariado”, cujos efeitos permanecem muito reduzidos.

Muito frágil é a expressão “economia assimétrica” que R. Dumoulin⁸¹⁴ propõe, não para a substituir aquela de subdesenvolvimento, mas para designar uma situação intermediária entre aquela dos países desenvolvidos e a dos países subdesenvolvidos. A economia argelina, descrita por R. Dumoulin, é incontestavelmente subdesenvolvida, mas o autor parte de uma definição errônea do subdesenvolvimento, donde sua preocupação de forjar uma outra expressão. O mesmo acontece com as outras tentativas de definir categorias intermediárias entre o estado de economia desenvolvida e o subdesenvolvimento: “economia semi-desenvolvida”. Um dos únicos países do mundo que não pode ser verdadeiramente classificado, nem no grupo dos países desenvolvidos, nem naquele dos países subdesenvolvidos, é o Japão. Para os outros países, os assim chamados “semi-desenvolvidos”, suas estruturas fundamentais são de fato aquelas do subdesenvolvimento, mas o setor econômico moderno é particularmente importante. Assim, parece que as expressões propostas até agora para substituir “subdesenvolvimento” não são satisfatórias. Talvez essa seja uma das razões pelas quais a expressão subdesenvolvimento se impôs em quase todas as línguas (*underdevelopment*, *sottosviluppo*, *subdesenvolvimiento*, *unterentwicklung*). Apesar do seu sucesso, mas talvez também por causa dele, a fórmula ainda não é objeto de uma definição clara e única, admitida por todos. R. Gendarme⁸¹⁵ pode identificar 21 definições diferentes do subdesenvolvimento. Um grande número delas consiste em definir o termo por um dos pseudo-sinônimos enumerados anteriormente. Por conseguinte, o resultado não é satisfatório.

Alguns autores contentam-se com uma definição puramente empírica: seria “subdesenvolvido” qualquer país cuja renda nacional média por habitante é inferior a 500 dólares dizem uns, a 100 dólares dizem outros, um quarto do rendimento nacional médio dos Estados Unidos propõem alguns... É dar uma importância muito grande a essas rendas nacionais médias, que são em grande parte função do grau de comercialização da economia. Além disso, como muito bem demonstrou F. Perroux, a renda nacional calculada sobre uma base global não tem grande significado nos países subdesenvolvidos, onde a economia está desarticulada em dois setores que mantêm apenas relações muito fracas. A Venezuela é objetivamente subdesenvolvida, a despeito de ter uma renda média nacional superior àquela de alguns países desenvolvidos.

⁸¹⁴ R. Dumoulin, *Structure asymétrique de l'économie algérienne*, Genin, 1959 (C. R. *Annales de Géographie*, mars-avril 1962).

⁸¹⁵ R. Gendarme, *L'Économie de l'Algérie*, A. Colin, 1959.

Definição ainda mais empírica, seriam subdesenvolvidos os países onde se coloca um problema de desenvolvimento, onde o governo põe em prática uma política de desenvolvimento. Assim se confundem abusivamente os países subdesenvolvidos e as regiões pioneiras, que ainda não são verdadeiramente valorizadas, mesmo no seio de grandes países desenvolvidos.

P. Moussa⁸¹⁶ resume claramente o problema tal como é habitualmente colocado: “O que é um país subdesenvolvido? A palavra é um comparativo; indica que o país atingiu um nível de desenvolvimento inferior, mas inferior a quê? ao possível? ao necessário? aos outros? sigamos estas três vias” (p.1).

1º Subdesenvolvimento = *inferior ao possível*: vários autores fornecem apreciações que se resumem à essa identidade. Para Furth⁸¹⁷ “um país é subdesenvolvido se não utilizar seus recursos em riquezas naturais segundo os métodos mais econômicos da tecnologia contemporânea”. Se aceitarmos esse tipo de definição, temos de concluir que praticamente todos os países do globo seriam subdesenvolvidos.

2º Subdesenvolvimento = *inferior ao necessário*: para E. Staley⁸¹⁸ “um país subdesenvolvido é caracterizado pela pobreza crônica das massas”. Para F. Perroux⁸¹⁹ é “uma economia onde os custos do Homem não são cobertos”: custos que o impedem de morrer, que lhe proporcionam uma vida física e mental mínima, um mínimo de lazer”. Todavia, a noção do necessário é extremamente relativa. Além disso, todas as categorias sociais dos países desenvolvidos dispõem verdadeiramente do necessário?

3º Subdesenvolvimento = *inferior aos outros países*: para Bauer e Yamey⁸²⁰ “o subdesenvolvimento refere-se simplesmente a um baixo nível de realização (*achievement*) econômica e técnica” (p.5). Para Buchanan e Ellis⁸²¹, um país subdesenvolvido é “um país que, em média, oferece aos seus habitantes bens de consumo e um conforto material sensivelmente inferior àqueles fornecidos nos países desenvolvidos”. Mas tais apreciações não podem, em caso algum, servir de verdadeiras definições. Com efeito, sobre quais bases apreciar as inferioridades relativas?

Brian J. L. Berry⁸²² tentou uma abordagem matemática extremamente complexa de 31 “índices” (transporte/energia/rendimentos agrícolas/quocientes de consumo/renda

⁸¹⁶ P. Moussa, *Les nations prolétaires*, ouvr. cité.

⁸¹⁷ J.-H. Furth, *Notes sur quelques problèmes du développement économique*, Cahiers I.S.E.A., série F, juin 1956.

⁸¹⁸ E. Staley, *The future of Underdeveloped Countries*, New York, 1954, 410 p.

⁸¹⁹ F. Perroux, *La coexistence pacifique*, P.U.F., 1958, 666 p. (C. R. *Annales de géographie*, sept.-oct. 1959, p. 445).

⁸²⁰ P. T. Bauer et B. S. Yamey, *The economics of under-developed countries*, Nisbet et Cambridge, 1957, 271 p.

⁸²¹ N. S. Buchanan et H. S. Ellis, *Approaches to economic development*, New York, 1955, 494 p.

⁸²² B. J. L. Berry, An introductive approach to the regionalization of economic development (in *Geography and Economic development*, Chicago, 1960, 173 p.).

nacional/comércio/demografia/ “outros”) para 95 Estados. Os resultados deste trabalho (apenas um matemático estaria apto para julgar o rigor do método) certamente não são sem interesse: os Estados são classificados uns em relação aos outros. Mas, como o autor indica, existem várias classificações possíveis e cada uma delas repousa sobre a combinação de índices estatisticamente questionáveis e arbitrariamente escolhidos.

Além disso, tal concepção puramente relativista do subdesenvolvimento leva a esvaziar esta noção de todo o conteúdo: assim, a França não parece subdesenvolvida em relação à Grã-Bretanha? Não seria a Espanha um país desenvolvido em relação à Grécia? O mesmo não acontece com a Indonésia em relação à Índia? Etc... Na realidade, o subdesenvolvimento corresponde às estruturas, à uma situação demográfica e econômica particulares que o opõem muito nitidamente às características dos países desenvolvidos.

É neste sentido que vários autores procuraram definir *critérios* de subdesenvolvimento, tanto no domínio econômico como no da sociologia, da demografia em particular. A primeira tentativa desse gênero é a de A. Sauvy, que escolheu 10 *testes* do subdesenvolvimento. C. Lévy⁸²³, retomando essa escolha e completando-a, propõe 11 critérios: “Elevada mortalidade, fecundidade fisiológica, higiene rudimentar, subalimentação, baixo consumo de energia, elevado analfabetismo, elevada proporção de agricultores, condições inferiores das mulheres, trabalho infantil, debilidade das classes médias, escala das sociedades”. Todavia, esses critérios, em si mesmos muito válidos, não são suficientes para definir verdadeiramente o subdesenvolvimento, pois também podem se aplicar à um número muito grande de países durante períodos muito longos anteriores ao aparecimento do fenômeno do subdesenvolvimento.

H. Leibenstein⁸²⁴ propõe 35 características das regiões subdesenvolvidas repartidas em 5 categorias (características econômicas gerais, características agrícolas, aspectos demográficos, culturais e políticos, tecnológicos e diversos...). Mas, por mais judiciosas que sejam, essas características não definem somente os atuais países subdesenvolvidos, mas também todos os países, quer antes do início da revolução industrial, quer antes do aparecimento do fenômeno do subdesenvolvimento. Y. Lacoste⁸²⁵, retomando e reagrupando, em parte, os critérios de Sauvy e de Leibenstein, acrescenta 4 critérios cuja presença conjunta é, segundo ele, absolutamente específica do subdesenvolvimento: presença de estruturas sociais relativamente atrasadas (em relação às que existem atualmente nos países desenvolvidos), situação de

⁸²³ In Balandier, *Le Tiers Monde*, ouvr. cité.

⁸²⁴ H. Leibenstein, *Economic backwardness and economic growth*, New York, 1957, 295 p.

⁸²⁵ Y. Lacoste, *Les pays sous-développés*, P.U.F., 1959, 128 p.

subordinação econômica, importância do subemprego, tomada de consciência das populações, ou seja, no total, 15 caracteres constitutivos do subdesenvolvimento.

Todavia, essas enumerações de critérios mais ou menos aptos a favorecer a abordagem do subdesenvolvimento, enquanto fenômeno específico e recente, não podem substituir [*tenir lieu*] uma verdadeira definição, que deve ser genética. Muito justamente G. Destanne de Bernis⁸²⁶ sublinha que estas listas de critérios “não fornecem outra coisa senão uma descrição sinalética... não constituem de modo algum uma análise”.

Além disso, o subdesenvolvimento não corresponde a uma situação estática, definida de uma vez por todas por estes critérios. Os caracteres descritivos do subdesenvolvimento estão, na realidade, em plena evolução: assim, já não é possível encontrar, na atual China, várias características fundamentais do subdesenvolvimento, enumeradas acima. No entanto, a China continua a ser, por enquanto, um país subdesenvolvido. O subdesenvolvimento aparece como um processo evolutivo, caracterizado essencialmente por esse desajuste fundamental e totalmente novo entre o crescimento demográfico e a relativa estagnação dos recursos, e caracterizada, secundariamente, por epifenômenos não permanentes.

B. Higgins⁸²⁷ propõe uma definição de carácter histórico, definição de expectativa, de certa forma, que é bastante satisfatória, pois permite ao raciocínio desenvolver-se ulteriormente sem ser entravado ou falseado por premissas erradas. “Um país subdesenvolvido é aquele onde o processo de desenvolvimento não teve lugar durante os dois últimos séculos e onde, conseqüentemente, os rendimentos per capita são ainda muito baixos”.

As acepções de subdesenvolvimento que foram mencionadas até agora são principalmente de economistas e autores de disciplinas variadas, com exceção dos *sociólogos*. Com efeito, a posição deles em relação ao conceito de subdesenvolvimento é muito particular. No essencial, esta caracteriza-se por uma ofensiva regular [*en règle*], conduzida com armas diferentes. A maioria dos sociólogos só consente em utilizar este termo “ambíguo”, “absurdo”, “inaceitável”, devido ao seu uso generalizado e por falta de outra fórmula preferível.

As posições dos sociólogos são variadas, mas quase todas procedem do princípio da “originalidade das culturas” e do seu valor intrínseco. Muitos sociólogos e etnólogos ficaram chocados com o juízo de valor que a noção de subdesenvolvimento implicaria: ela revelaria as populações subdesenvolvidas como inferiores àquelas dos países desenvolvidos, fortes apenas em seus ativos [*atouts*] econômicos. É evidente que tal crítica é perfeitamente justificada, e que em nenhum caso a noção de subdesenvolvimento deve implicar a desigualdade cultural dos

⁸²⁶ G. Destanne de Bernis, *ouvr. cité*.

⁸²⁷ B. Higgins, *Economic development*, N-Y, Norton, 1959, 803 p.

povos. Todavia, deve-se notar que, à exceção de algumas teorias racistas muito raras sobre as origens do desenvolvimento, a grande maioria dos autores que usam o termo subdesenvolvimento não lhe dão, de forma alguma, o sentido de uma desigualdade cultural.

Para um certo número de sociólogos, a comparação de diversas situações econômicas e sociais é impossível, pois estas seriam fundamentalmente de *natureza* diferente. “O Oeste é o Oeste, o Leste é o Leste, e nunca se encontrarão”, dizia R. Kipling. Para C.A.O. Van Nieuwenhuyze⁸²⁸, o termo subdesenvolvimento é inaceitável para um não-ocidental, pois implica apenas uma concepção ocidental do progresso. Todavia, se o problema do progresso sob o ângulo cultural pode ser legitimamente colocado, é lícito pensar que Oriental e Ocidental podem se entender sobre uma concepção simples do progresso: deve suprimir a fome, a doença e a ignorância.

Para H. Janne⁸²⁹ “o erro de base da procura dos critérios característicos do ‘subdesenvolvimento’ consiste em considerá-lo como um estado objetivo, próprio de certas sociedades”. Na verdade, o julgamento desse autor procede de uma falsa concepção do subdesenvolvimento, segundo a qual este seria eterno. Pelo contrário, há que sublinhar que esse fenômeno afeta, desde um período relativamente recente, países que frequentemente conheceram um considerável avanço cultural e econômico. O raciocínio de H. Janne atinge a maior confusão quando afirma, sem dar um exemplo, que as sociedades desenvolvidas apresentariam sinais manifestos de subdesenvolvimento e que as sociedades ditas subdesenvolvidas seriam caracterizadas por aspectos “desenvolvidos”. Tais considerações, misturando dados objetivos e subjetivos, valores culturais e forças de produção, apenas conduzem ao obscurecimento total de toda a investigação.

Todavia, a participação dos sociólogos na investigação em matéria de subdesenvolvimento está longe de ser sempre tão negativa. É a eles, e em particular a G. Balandier⁸³⁰, que se deve uma análise sociológica dos países subdesenvolvidos, que apresenta um interesse muito grande. G. Balandier sublinha o *caráter relacional* da noção de subdesenvolvimento. Procede da relação [*mise en rapport*] de sociedades diferentes: uma sociedade dotada de um forte avanço tecnológico, organizada numa escala global, dotada de forças cumulativas, entra em contato com uma sociedade dotada de fracos meios tecnológicos, organizada numa escala restrita (aldeia, tribo), cujas forças estão mal ligadas, mal combinadas umas com as outras. Daí resultam efeitos de dominação em benefício da sociedade global, um deslocamento das estruturas da sociedade dominada. Do ponto de vista sociológico, um país subdesenvolvido é caracterizado

⁸²⁸ In Ph. Ruopp, *Approaches to Community Development*, La Haye, Van Hoeve, 1953, 352p.

⁸²⁹ In Birispt, *Changements techniques économiques et sociaux*, U.N.E.S.C.O., 1958, 355 p.

⁸³⁰ 3. G. Balandier, *Le Tiers Monde*, ouvr. cité.

por seu *dualismo*, pela adoção de apenas uma fração dos componentes técnicos e sociais da sociedade global. A rápida redução da taxa de mortalidade sob o efeito da aplicação nas sociedades “tradicionalistas” de técnicas médicas ultra-modernas é um dos aspectos desse fenômeno relacional. Assim, *o problema do subdesenvolvimento nasceu essencialmente do encontro de sistemas sociais diferentes*.

A evocação desse fenômeno relacional é extremamente útil quando se trata de investigar as causas do aparecimento do subdesenvolvimento; mas ela não pode constituir uma definição suficiente. Com efeito, a “interação de sociedades situadas a níveis técnicos diferentes” ocorreu em numerosas ocasiões na história, sem desencadear um processo de subdesenvolvimento. Na época contemporânea, a colonização provocou, mais ou menos precocemente (a partir dos séculos XVII-XV), essa “relação de sociedades diferentes”, mas o subdesenvolvimento só apareceu muito mais tarde: nos primórdios do século XX e em algumas regiões há apenas 10 ou 15 anos.

Na sua quase totalidade, essas definições de subdesenvolvimento aparecem insuficientes: algumas consideram apenas uma parte do fenômeno ou não dão conta da sua novidade histórica nem da sua especificidade; outros conduzem o raciocínio à impasses ou a caminhos falsos; alguns são perfeitamente estéreis e contribuem sobretudo para o obscurecimento do problema. A própria expressão do subdesenvolvimento é, como vimos, essencialmente comparativa. A primeira questão deveria ter sido a de saber entre quais termos deveria se efetuar esta comparação, para que a noção de subdesenvolvimento apresente um sentido *objetivo*. Ora, a maior parte dos autores parece ter admitido que ela só poderia ter um sentido relativo; alguns até a carregaram com o máximo de subjetividade; outros contentaram-se com um significado simplista ou arbitrário.

A maioria dessas definições baseia-se na comparação de dois termos *exteriores* entre si. Para retomar a conveniente formulação de P. Moussa, o conceito de inferioridade em relação ao “possível” como aquele de inferioridade em relação ao “necessário” corresponde à comparação entre uma realidade concreta, a atividade econômica de um país e uma abstração subjetiva: o “necessário”, ou um complexo potencial muito mal conhecido: o “possível”. O conceito de inferioridade em relação a outros países repousa claramente na comparação de dois termos exteriores entre si. Essas comparações são, por um lado, muito difíceis de compreender concretamente, de precisar, de medir; por outro lado, elas não têm em si mesmas qualquer significado material para o país subdesenvolvido. A desigualdade econômica é um fato muito antigo entre os países, como é antiga a inferioridade em relação ao possível ou ao necessário. Ora, o processo de subdesenvolvimento só apareceu recentemente. Além disso, essas

definições, pelo fato que elas são baseadas em comparações externas, não têm significado concreto, permanecem subjetivas ou apresentam um caráter de extrema relatividade que as esvaziam de todo conteúdo.

Ao contrário, parece possível estabelecer uma definição do subdesenvolvimento, enquanto estado objetivo, e situação concreta, estabelecendo a comparação entre dois *termos concretos, internos a cada país considerado*: a situação econômica e o crescimento demográfico. O subdesenvolvimento pode ser definido como *a distorção duradoura, num determinado país, entre o crescimento demográfico e uma economia estagnada ou em fraco crescimento*⁸³¹, como a distorção duradoura entre o crescimento demográfico e a estagnação ou o fraco aumento dos recursos de que dispõe efetivamente a população.

Tal definição de subdesenvolvimento parece ter várias vantagens: a situação de subdesenvolvimento pode ser objetivamente constatada num dado país, sem recorrer à comparação com outras economias muitas vezes longínquas e sem qualquer relação com o caso estudado. Considerado fundamentalmente como um *desequilíbrio interno*, o subdesenvolvimento apresenta uma realidade concreta no quadro do país estudado, qualquer que seja o seu grau de pobreza. Esta definição permite revelar o subdesenvolvimento na sua especificidade, dinamismo e grande originalidade histórica.

O simples [*seul*] fato da estagnação econômica, estudada em si mesma pela maior parte dos economistas, não é historicamente próprio do subdesenvolvimento. Ela caracteriza também períodos antigos extremamente longos do passado de todos os países. É, pois, o *desajustamento* entre o crescimento demográfico e o marasmo da produção que determina a plena originalidade histórica do subdesenvolvimento. Trata-se de um fenômeno inteiramente novo. De fato, embora este desequilíbrio possa ter se realizado em alguns períodos históricos, ele só pôde ser extremamente temporário: uma onda de mortalidade logo restabeleceu o equilíbrio em função do nível da produção. Hoje, escreve Raymond Aron⁸³², que deu uma das abordagens mais válidas ao subdesenvolvimento: “pela primeira vez, o número de homens já não é *naturalmente* limitado pelo volume dos recursos. É possível dar vida a seres humanos aos quais não se podem dar condições humanas de existência... Por isso mesmo o Terceiro Mundo coloca... questões, algumas das quais foram demasiado discutidas e outras quase ignoradas”.

II. – Problema demográficos

⁸³¹ Y. Lacoste, *ouvr. cité*.

⁸³² R. Aron, *Colloques de Rheinfelden*, Galmann-Lévy, 1960, 326 p.

Os problemas demográficos revestem-se [*revêtent*] de uma importância considerável nos estudos relativos ao subdesenvolvimento.

R. Blanc, no seu *Manual de pesquisas demográficas em países subdesenvolvidos*⁸³³, depois de ter recordado as noções de demografia geral ilustradas por exemplos tomados em países subdesenvolvidos (sobretudo africanos), analisa as múltiplas dificuldades com que se depara a investigação. Mostra a necessidade de recorrer a métodos de abordagem adequados às condições dos países subdesenvolvidos.

Os senhores Marcel Reinhard e Andre Armengaud, em *História geral da população mundial*⁸³⁴, abordam questões da maior importância para a compreensão do subdesenvolvimento. Contudo, a verdadeira natureza desse fenômeno, a sua grande novidade, parece ter-lhes escapado um pouco (“Em todos os tempos houve países subdesenvolvidos”, p. 404) e estava de fato fora do seu propósito. Eles só dedicam 70 páginas em 600.

Na obra coletiva *Terceiro Mundo*⁸³⁵, L. Henry e R. Pressat, depois de terem abordado as características dos países subdesenvolvidos quanto à natalidade, nupcialidade, fecundidade e mortalidade, esboçam interessantes perspectivas de crescimento da população nessas regiões (p.149-213), partindo de 4 tipos de evolução possível da fecundidade. Eles sublinham que a “expansão nos próximos anos depende mais da situação demográfica atual do que da evolução da fecundidade das populações” (p. 203).

A. J. Coale e E. M. Hoover em *Population growth and economic development in low income countries*⁸³⁶ mostram, com base em exemplos precisos (Índia em particular), que as previsões de crescimento demográfico subestimam a importância futura e imediata [*prochaine*] do fenômeno. Além disso, eles consideram que um quarto da população agrícola da Índia é inútil em razão da sua subnutrição.

J. Hertzler em *The crisis in world population; a sociological examination with special reference to underdeveloped areas*⁸³⁷ investiga as causas da “explosão demográfica”, distinguindo três grupos de países subdesenvolvidos com características demográficas diferentes. As reflexões criteriosas sobre o fenômeno de urbanização em países subdesenvolvidos precedem o exame das “migrações como solução possível”. O autor, mostrando que elas são atualmente muito

⁸³³ R. Blanc, *Manuel de recherches démographiques en pays sous-développés*, C.C.T.A., 1959, 151 p.

⁸³⁴ M. Reinhard et A. Armengaud, *Histoire générale de la population mondiale*, Domat-Monchrestien, 1961, 600 p. (C. R. dans ce numéro, p. 313).

⁸³⁵ Balandier, ouvr. cité.

⁸³⁶ A. J. Goale et E. M. Hoover, *Population growth and economic development in low income countries*, Princeton, 1958, 223 p.

⁸³⁷ J. Hertzler, *The crises in world population: a sociological examination with special reference to underdeveloped areas*, 1956, 279 p.

mais centrípetas que centrífugas, conclui pela sua inutilidade. Ele considera a limitação dos nascimentos como a única solução possível, mas dedica-se a uma interessante análise dos obstáculos sociais que a impedem: interesse mercantil, ideia de poder nacional, motivos religiosos, etc...

No livro *Trends and differentials in mortality*⁸³⁸, cuja primeira parte é consagrada aos países subdesenvolvidos, J. Bourgeois-Pichat estuda a recente redução da mortalidade e vê nela um fenômeno sem precedentes. Stolnitz compara a situação demográfica dos países subdesenvolvidos com a dos países desenvolvidos no século precedente e conclui sobre a importância das diferenças. Este último problema é objeto de comunicações muito interessantes no *The six International Conference on Planned Parenthood*⁸³⁹.

Diante do problema do futuro dos países subdesenvolvidos, a maioria dos autores coloca-se em dois campos: aquele dos partidários da limitação dos nascimentos; aquele dos adversários desta fórmula que não lhes parece eficaz. O nome de Malthus é, evidentemente, citado com frequência. Mas sua obra é mais frequentemente invocada ou combatida do que verdadeiramente aprofundada. A esta última tarefa J. Stassart dedicou um importante livro *Malthus et la population*⁸⁴⁰. A *Revue internationale du Travail* nos anos 1953 e 1954 foi o teatro de uma controvérsia célebre entre o economista Colin Clark que tomou posição contra a limitação dos nascimentos e T. Healey, e S. Chandrasekar partidários desta solução, A. Levett e S. de Lestapis vêm depois em socorro do primeiro. O pai de Lestapis também retomou os seus argumentos contra o controle de natalidade [*birth control*] no livro *La limitation des naissances*⁸⁴¹. A. Sauvy acaba de fazer o balanço de todas [*le point de l'ensemble*] essas questões em *La prévention des naissances*⁸⁴².

Embora não trate especialmente dos problemas do subdesenvolvimento, a *Théorie générale de la population*⁸⁴³ de A. Sauvy é certamente uma das obras que mais contribuem para a compreensão do subdesenvolvimento. No tomo I (cap., XVIII), A. Sauvy coloca o problema dos países subdesenvolvidos nos termos sugestivos que lhe são próprios: “Marx ou Malthus?” questiona-se. Depois de ter examinado as diversas soluções possíveis (partilha de terras, partilha de rendas, tributação de serviços públicos [*fiscalité d'utilité publique*]), A. Sauvy considera que a solução marxista apresenta vantagens evidentes. Como o investimento das classes dominantes

⁸³⁸ *Trends and differentials in mortality*, Milbank Memorial Fund, 1956, 165 p.

⁸³⁹ *The six International Conference on Planned Parenthood*, Londres, 1959, 374 p.

⁸⁴⁰ J. Stassart, *Malthus et la population*, Liège, 1957, 343 p.

⁸⁴¹ S. de Lestapis, *La limitation des naissances*, S.P.E.S., 1959, 315 p.

⁸⁴² A. Sauvy, *La Prévention des naissances*, P.U.F., 1962, 128 p.

⁸⁴³ A. Sauvy, *Théorie générale de la population* : t. I : Économie et Population ; t. II : Biologie sociale, P.U.F., 1952, 1954, 370 p., 389 p.

[*L'investissement par les dominants*], solução conservadora, sendo apenas muito parcial, o investimento realizado pela e para a coletividade constitui a solução mais eficaz. Ora, a ação é tanto mais urgente quanto, na sua opinião, o sucesso de uma política de prevenção dos nascimentos exige um desenvolvimento econômico e cultural prévio: “Marx em primeiro lugar, depois veremos Malthus!” ele exclama. É também neste tomo I que se encontram dois capítulos de grande utilidade para a compreensão dos problemas do subdesenvolvimento: no capítulo XV, A. Sauvy introduz a noção fundamental, retomada por todos desde então, de *progresso processivo* [*processif*] e de *progresso recessivo*, o primeiro que reabsorve a superpopulação, pois o aumento de produtividade cresce ao mesmo tempo que o número de trabalhadores; o segundo tipo de progresso faz crescer a produtividade em detrimento do efetivo empregado. Tal noção é da maior importância no estabelecimento das políticas de desenvolvimento.

No capítulo XXIII, A. Sauvy faz o balanço [*fait le point*] do trabalho em matéria de avaliação do “custo de formação do homem”. A noção de custo de formação relativo do indivíduo introduz um elemento explicativo de grande valor no estudo das causas da desigualdade das taxas de natalidade. Esta só pode baixar-se em função da elevação do custo de formação relativo do indivíduo, resultado de uma verdadeira promoção do Homem.

O volume II da obra é talvez ainda mais rico do que o primeiro para o estudo do subdesenvolvimento: depois de ter estudado os fatores sociais da mortalidade e da fecundidade, A. Sauvy consagra um capítulo sugestivo às diferentes formas de malthusianismo. O problema dos países subdesenvolvidos é abordado diretamente sob o ângulo das suas relações com o da superpopulação. A. Sauvy sublinha a importância da “abertura do ciclo pela diminuição da mortalidade”, esse ciclo que ajustava até então o crescimento numérico das populações com técnicas estacionárias aos dados da produção. O autor passa, portanto, perto de uma definição objetiva do subdesenvolvimento, mas ela aborta [*tout court*]. Nas páginas 231-232, resume em 12 pontos a sua opinião e o seu julgamento relativamente às políticas de desenvolvimento: um verdadeiro formulário para os “peritos” da ajuda técnica.

Mais recentemente A. Sauvy reuniu e desenvolveu seu pensamento a propósito do subdesenvolvimento em *De Malthus à Mao Tse Toung*⁸⁴⁴. Ele dá uma contribuição importante da história do aparecimento do subdesenvolvimento mostrando “essas mudanças discretas que provocaram uma formidável onda demográfica”, cuja amplitude vai se tornar enorme. “Salvar custa menos do que sustentar [*faire vivre*]” poderia ser o lema do subdesenvolvimento. A. Sauvy demonstra que a continuação do processo é impossível e analisa as possíveis soluções.

⁸⁴⁴ A. Sauvy, *De Malthus à Mao Tse Toung*, Denoël, 1958, 303 p. (C. R. *Annales de Géographie*, sept.-oct. 1959).

Duas delas parecem ser as únicas possíveis e necessárias: a solução econômica e a solução demográfica. “A humanidade não tem que escolher entre as duas soluções: está condenada a fazer uma e outra”. O pensamento do autor, portanto, evoluiu sensivelmente desde a publicação da *Théorie générale de la population*.

III. – A fome, a doença, a ignorância...

A tomada de consciência pelas populações dos países subdesenvolvidos do caráter anormal e injusto da sua fome, e a denúncia desse flagelo, constituem etapas fundamentais na constituição do complexo de paixão, de ódio, de humildade, de medo, de esperança, que é a ideia de subdesenvolvimento.

J. de Castro, com a *Géopolitique de la faim*⁸⁴⁵, foi um dos primeiros a denunciar o “tabu da fome” e mostrar a extensão mundial deste flagelo. Ele desloca “o espantalho malthusiano”, refuta a tese do “mundo levado pelas águas [*monde emporté par les eaux*]” desenvolvida por W. Vogt em *La faim du monde*⁸⁴⁶. Castro demonstra que a fome é um flagelo criado pelo homem e argumenta que ela mesma seria a causa fisiológica da natalidade muito forte: “a mesa do pobre é magra, mas a cama da miséria é fecunda”. Se a fome e a persistência de elevadas taxas de natalidade estão indubitavelmente relacionadas, elas são complexas e, contrariamente ao que Castro pensa, não parecem estar ligadas por uma simples relação fisiológica de causa e efeito. O autor, de forma muito concreta, mostra as nuances da fome e a retrata em sua variedade segundo os países. Ele conclui elaborando [*en dressant*] os planos da batalha contra a fome. Recentemente, J. de Castro publicou *Le livre noir de la faim*⁸⁴⁷. Após ter retomado uma parte da matéria do livro precedente, considerada à luz dos dados políticos recentes, o autor dedica-se a descrever as novas possibilidades de luta contra a fome e, em particular, a experiência chinesa: “a fome que as grandes potências ocidentais tinham mantido na China como uma aliada que matava todos os anos milhões de chineses tornou-se bruscamente seu mais terrível inimigo” (p. 33). Castro repete, com razão, que a fome não é fatal e enumera as condições indispensáveis à uma verdadeira luta. Ele sublinha a possibilidade limitada dos organismos internacionais e dá prioridade ao esforço interno dos países.

⁸⁴⁵ J. de Castro, *Géopolitique de la faim*, Éditions ouvrières, 1952, 331 p.

⁸⁴⁶ W. Vogt, *La faim du monde*, Hachette, 1950, 356 p.

⁸⁴⁷ J. de Castro, *Le livre noir de la faim*, Éditions ouvrières, 1961, 124 p.

A mesma denúncia apaixonada e útil em *La faim des loups*⁸⁴⁸, de Ch.-H. Favrod, excelente jornalista especializado nos problemas dos países subdesenvolvidos. Põe a tônica não somente sobre a descrição da miséria e o apelo à solidariedade, mas na reivindicação dos “lobos”.

*La faim*⁸⁴⁹, obra que concretiza as discussões dos *Rencontres internationales de Genève 1960*, agrupa cinco conferências (de L. Maire, R. Debré, I. Ehrenbourg, R. Dumont, T. Mende) tratando a fome em escala mundial, do seu efeito sobre as crianças, de sua solução no quadro de uma política de desarmamento, da responsabilidade dos homens na existência desse flagelo. Dessas observações, muitas vezes discursivas, emergem alguns grandes temas: o envio de socorro aos famintos não resolve a questão. “São curativos num enorme corpo doente”; denúncia dos desvios da caridade que persistirão enquanto não forem realizadas reformas políticas essenciais. Uma nota de esperança: a humanidade não tem problemas que não seja capaz de resolver.

No mesmo gênero, a obra coletiva *L’Alimentation et la Faim*⁸⁵⁰, publicada sob a direção de J. de Castro, reúne vários estudos sobre os problemas biológicos, econômicos e sociais da fome. Th. Roemer preconiza a organização de compensações entre territórios superavitários [*excédentaires*] e deficitários; lord Boyd Orr evoca as grandes possibilidades da ciência moderna, enquanto especialistas russos sublinham o interesse dos processos de fotossíntese na produção de recursos alimentares. Os médicos chamam a atenção para certas consequências médicas da subalimentação, cujas causas originais o Sr. Cépède esclarece. F. E. Bear recorda a importância dos problemas pedológicos, enquanto R. Dumont trata das técnicas agrícolas e J. M. Gatheron das estruturas agrárias em relação ao problema da fome.

*L’économie alimentaire du globe*⁸⁵¹, do Sr. Cépède e do Sr. Lengellé, é a obra de base em língua francesa para o estudo dos problemas gerais da desnutrição [*sous-alimentation*]. Contudo, baseia-se em grande parte na primeira das investigações (1946) da FAO e dos números do pré-guerra. Todavia, o seu interesse permanece muito grande: na introdução, uma sugestiva história das fomes; em seguida, o exame da análise científica da economia alimentar e um interessante desenvolvimento sobre a importância social e política dos problemas alimentares. Os autores fazem então uma geografia quantitativa e qualitativa da alimentação, seguida por uma geografia das deficiências. As outras três partes da obra tratam da alimentação e da saúde, da alimentação e da economia, da conjuntura e das políticas alimentares (planos, ajuda internacional).

⁸⁴⁸ Ch.-H. Favrod, *La faim des loups*, Éd. La Baconnière, 1961, 148 p.

⁸⁴⁹ *Rencontres internationales de Genève : La faim*, Éd. La Baconnière, 1960, 351 p.

⁸⁵⁰ J. de Castro, *L’Alimentation et la Faim*, Science et Humanité, F.M.T.S., 131 p.

⁸⁵¹ M. Cépède et M. Lengellé : *L’économie alimentaire du globe*, Lib. de Médecins, 1953, 649 p. (C. R. Annales de géographie, janv.-févr. 1958).

Outras obras têm como tema principal o estudo das possibilidades de luta contra a fome e do problema do aumento da produção de gêneros alimentícios necessário pelo grande crescimento demográfico. Os relatórios anuais da FAO são particularmente úteis.

*La guerre contre la faim*⁸⁵², de R. Brittain, é uma enciclopédia otimista dos meios de produção de gêneros alimentícios: os homens podem fazer reinar a abundância, diz o autor, porque, apesar da “grande invasão”, “eles possuirão a terra”, tal é o título da primeira parte (culturas polares, explorações tropicais, conquista dos mares, terras subcultivadas) e “eles colherão com alegria [*moissonneront dans la joie*]” (controle dos rios, vitória sobre o vento, guerra contra as doenças, os laboratórios da abundância). Em conclusão: “uma porta se abre”, “nossa geração deve cumprir uma grande tarefa, mas ela pode ter confiança no futuro”. Um tal optimismo é simpático, mas deixa de lado os verdadeiros problemas: os freios econômicos e sociais ao desenvolvimento da agricultura.

Pelo contrário, A. Guerrin, em *Humanité et subsistances*⁸⁵³, obra muito documentada, é muito pessimista. Ele considera os fatores progressivos da agricultura, mas sublinha a força e o número de fatores limitativos. Guerrin avalia o crescimento das produções alimentares realizáveis num século: situa-se entre 65% e 95% do nível atual e o autor detém-se numa taxa de crescimento médio anual para a agricultura alimentar [*vivrière*] mundial de 0,67%. Este é, portanto, um ritmo muito inferior àquele do atual crescimento demográfico médio (1,8%). Mas isso pode significar considerar o desenvolvimento agrícola no único quadro inibitório de suas estruturas atuais.

Do ponto de vista da situação sanitária, a documentação básica é publicada pela Organização Mundial de Saúde. Note-se o interessante trabalho de C.E.A. Winslow: *Coût de la maladie-Prix de la Santé*⁸⁵⁴.

Ch. Richet, em *Pathologie de la misère*⁸⁵⁵, sublinha os seus efeitos irreversíveis tanto do ponto de vista físico como mental. Demonstra também a importância da ação a favor das crianças. *L'action médico-sociale dans les pays en voie de développement*⁸⁵⁶, de E. Fournier, reúne em numerosos quadros estatísticos uma documentação muito interessante sobre estas questões. O autor trata das possibilidades de ação médica sobre a evolução demográfica e da adaptação dos serviços de saúde às condições econômicas e sociais desses países. Uma tabela de doenças endêmicas e epidêmicas faz o balanço [*balance*] da questão. De forma muito útil, é feita uma

⁸⁵² R. Brittain, *La guerre contre la faim*, 1957, 260 p.

⁸⁵³ A. Guerrin, *Humanité et subsistances*, Éd. du Griffon, 1957, 485 p.

⁸⁵⁴ C. E. A. Winslow, *Coût de la maladie. Prix de la santé* (O.M.S.), Genève, 1952, 119 p.

⁸⁵⁵ Ch. Richet, *Pathologie de la misère*, 1957, 123 p.

⁸⁵⁶ E. Fournier, *L'action médico-sociale dans les pays en voie de développement*, Baillière, 1961, 305 p.

nítida diferenciação entre os problemas sanitários e a ação médica nas zonas rurais [*campagnes*] e as características dos meios urbanos.

A UNESCO consagrou uma publicação muito importante ao *Analphabetisme dans le monde*⁸⁵⁷. A revista *Tiers Monde* publicou o relatório do colóquio realizado em Paris em 1959 sobre: *Le développement planifié de l'éducation : facteurs économiques et sociaux*⁸⁵⁸. Essa constitui, atualmente, o melhor balanço das concepções e dos problemas, nesse domínio fundamental, condicionando qualquer tentativa de desenvolvimento.

Uma secção da obra⁸⁵⁹ dirigida por F. Perroux trata do conjunto desses problemas: *La satisfaction des besoins fondamentaux et la couverture des coûts de l'homme*: “Alimentar os homens” pelo Sr. Cépède, “Curar os homens” por J. Parisot, “Instruir os homens” por G. de Lacharrière, “Libertar os homens” de E. Minkowski e G. Friedmann.

IV – As causas do subdesenvolvimento

A investigação das causas originais do subdesenvolvimento não aparece, na literatura consagrada a esse problema, como uma abordagem acadêmica de pura especulação intelectual. Pelo contrário, a determinação dos fatores de subdesenvolvimento constitui frequentemente a base lógica das teorias e das políticas de desenvolvimento.

Uma primeira categoria de explicações da existência do subdesenvolvimento em certos países se resume à evocação de aspectos da mentalidade das populações que entravariam ou teriam entravado o desenvolvimento econômico. Para J. Austruy, por exemplo, que analisa o problema do *Islam face au développement économique*⁸⁶⁰, o subdesenvolvimento procederá dos traços específicos da mentalidade muçulmana e dos obstáculos que ela colocaria ao livre desenvolvimento da personalidade. Assim, no Egito, o capitalismo não poderia se desenvolver e assegurar o crescimento do país. Segundo J. Austruy, o capitalismo não é um sistema para o Oriente; é incompatível com as preocupações da alma muçulmana e sem dúvida com a estrutura do “espírito oriental”. Três objecções podem ser formuladas à esta tese. Por um lado, é o próprio Austruy que descreve o funcionamento nas zonas rurais [*campagnes*] egípcias de um capitalismo que ele qualifica de “rigoroso”. A assim chamada recusa do capitalismo não é, portanto, total. Por outro lado, ele só menciona os aspectos contemporâneos da mentalidade

⁸⁵⁷ UNESCO, *L'Analphabetisme dans le monde au milieu du XXe siècle*, 1957, 215 p.

⁸⁵⁸ Colloque sur le développement planifié de l'éducation, facteurs économiques et sociaux (*Tiers Monde*, janv.-juin 1960, p. 17-250).

⁸⁵⁹ *L'encyclopédie Française*, t. 9 : *L'univers économique et social*, section F, Paris, 1960.

⁸⁶⁰ J. Austruy, *L'Islam face au développement économique*, Editions ouvrières, 1961, 140 p.

muçulmana. Isto significa ignorar os aspectos extremamente dinâmicos do Islã na Idade Média e deixar na sombra as causas históricas da ancilose progressiva e do aparecimento, em última análise, do subdesenvolvimento. Por fim, a identificação do Desenvolvimento e do Capitalismo, a explicação do subdesenvolvimento pela ausência desta forma de relações sociais levanta numerosas objecções.

Ao contrário, certo número de autores consideram uma das principais causas do aparecimento do subdesenvolvimento, na intrusão do sistema capitalista no seio de sociedades caracterizadas por estruturas sociais menos evoluídas. Para P. A. Baran, em *The political economy of growth*⁸⁶¹, o sistema capitalista, outrora poderoso instrumento de desenvolvimento econômico nos países atualmente desenvolvidos, transformou-se em um obstáculo não menos poderoso ao progresso dos países subdesenvolvidos.

A argumentação de J. H. Boeke, em *Economics and Economy Policy of dual a society*⁸⁶², baseia-se no estudo de um exemplo: a Índia. Esta obra é uma daquelas que deram grande ressonância à tese do dualismo sociológico dos países subdesenvolvidos. Boeke estuda o conflito (*clashing*) que existe entre o sistema social importado e a sociedade autóctone. Ele vê o choque entre duas culturas totalmente inconciliáveis e, conseqüentemente, a desintegração da sociedade tradicional. Sua teoria, portanto, baseia-se [*emprunte*] muito no preceito da originalidade das culturas e da impossibilidade dos intercâmbios interculturais. Para Boeke, as teorias econômicas ocidentais não são aplicáveis em países subdesenvolvidos e sobre este ponto muitos autores expressam as mesmas opiniões. Mas eles não seguem mais quando Boeke considera que só há uma coisa a fazer: deixar em paz, entregues a si mesmas, as populações “orientais”. Que haja conflito, dualismo e deterioração da sociedade tradicional, é evidente, mas Boeke atribui às diferenças da natureza humana, o que pode ser explicado, em grande parte, pela antiguidade do fato colonial. Assim, a recusa ao trabalho, que as populações por vezes manifestam, não é prova da ausência de desejo, como pensa Boeke e outros, mas muitas vezes consequência do desgaste, que frustra automaticamente o trabalhador com o benefício de seu esforço.

Os artigos de R. Prebisch: *The role of commercial policies in underdeveloped countries*⁸⁶³ e de H. Singer: *The distribution of gains between investing and borrowing countries*⁸⁶⁴ são

⁸⁶¹ P. A. Baran, *The political economy of growth* (Monthly Review Press, 1957, 308 p.)

⁸⁶² J. H. Boeke, *Economics and Economy Policy of a dual society*, New York, 1953, 524 p.

⁸⁶³ R. Prebisch, *The role of commercial policy in underdeveloped countries* (*American Economic Review, Papers and proceedings*, mai 1959).

⁸⁶⁴ H. Singer, *The distribution of gains between investing and borrowing countries* (*American Economic Review, Papers and proceedings*, mai 1950).

particularmente significativos de uma interessante teoria de explicação do subdesenvolvimento pela evolução dos *termos de troca* num sentido desfavorável aos países exportadores de matérias-primas e de produtos agrícolas. Prebisch, que estudou particularmente a evolução das relações comerciais da América Latina, considera que a deterioração dos termos de troca inibiu o desenvolvimento econômico dessas regiões. Tendo os progressos tecnológicos sido mais importantes no setor das atividades secundárias do que naquele das produções primárias, normalmente deveria ter resultado numa diminuição relativa dos preços dos produtos fabricados e, por conseguinte, num aumento das matérias-primas rentáveis para os países subdesenvolvidos. Na verdade, mostra Prebisch, foi o oposto que aconteceu. Ele se refere à um estudo da ONU (Departamento de Assuntos Econômicos): *Relative Prices of exports, and imports of underdeveloped countries*⁸⁶⁵ que destaca a tendência geral para a queda do preço das matérias-primas vendidas pelos países subdesenvolvidos obrigados a pagar cada vez mais as suas importações de produtos manufaturados. Para Prebisch, como para outros, o aumento do preço dos objetos manufaturados, apesar do progresso da produtividade, seria devido à ação dos sindicatos dos países desenvolvidos. Uma argumentação semelhante é apresentada por H. Singer, que sublinha os efeitos muito prejudiciais para as economias subdesenvolvidas, das violentas variações dos preços das matérias-primas. Isto resulta numa sucessão contínua de fases de inflação, que anula os efeitos favoráveis dos preços elevados e de períodos de recessão brutal. A especialização muito avançada na produção de uma ou duas matérias exportáveis agrava o efeito destas flutuações. No interior da economia subdesenvolvida, Singer distingue dois setores de evolução diferentes: o setor que produz as matérias de exportação, criado na maior parte dos casos por capitais estrangeiros, beneficia-se dos efeitos de uma maior produtividade; e o setor tradicional de produção de alimentos, penalizado pela persistência de uma organização de tipo pré-capitalista e de um nível tecnológico pouco elevado.

Gunnar Myrdal, em *Théorie économique et pays sous-développés*⁸⁶⁶, se coloca as seguintes questões: como e por que as desigualdades entre as nações surgiram? Por que elas persistem? Por que elas se agravam? Ele procede uma crítica minuciosa [*poussée*] das teorias dos economistas clássicos que acreditam que o comércio internacional tende a equalizar os dados econômicos entre os países. Myrdal explica o mecanismo da desigualdade crescente pelo efeito da “causação circular e cumulativa”. Ele toma como exemplo, em primeiro lugar, a situação dos negros nos Estados Unidos para ilustrar o processo de agravamento da desigualdade no interior de um mesmo país. No quadro internacional, o encadeamento circular das causas de

⁸⁶⁵ O.N.U., *Relative prices of exports and imports of underdeveloped countries*, dec. 1949.

⁸⁶⁶ G. Myrdal, *Théorie économique et pays sous-développés (Présence africaine, 1959, 190 p.)*.

desigualdade desenvolve-se ainda mais amplamente, pois não existe autoridade capaz de limitar os desequilíbrios, como o Estado tenta fazer num quadro nacional. Para Myrdal, os acidentes históricos deram vantagem à alguns países e atrasaram os outros. Desde então desenvolvem-se todas as consequências desta diferenciação, inicialmente muito limitada. “Os mecanismos do comércio internacional, as forças do mercado atuam no sentido de um agravamento das desigualdades”. “Àquele que tem será dado e conhecerá a abundância; mas àquele que não tem, tirar-se-á também o que tem” (São Mateus, XXV-29). Myrdal sublinha os efeitos da colonização: “os países eram abandonados indefesos ao jogo das forças do mercado, elas próprias reorientadas apenas segundo os interesses da potência estrangeira”.

Se o encadeamento cumulativo dos fatores de regressão parece dar conta da evolução contemporânea, parece inexato, pelo menos no plano geral, ver na origem do processo apenas um “acidente histórico”. É negligenciar o longo período de estagnação e de ancilose que, sucedendo a épocas de civilização muito brilhante, precedeu o momento do contato dos países hoje subdesenvolvidos com o Ocidente. As causas históricas desta ancilose parecem estar ligadas à ausência ou à fraqueza de classe social dinâmica capaz de organizar a sociedade e de tornar cumulativas as suas forças. Os atuais países subdesenvolvidos são historicamente regiões sem burguesia; as organizações “feudais” ali se estabeleceram sobre bases muito diferentes daquelas que na Europa ocidental permitiram indiretamente o surgimento [*essor*] de uma burguesia onde se recrutaram os promotores da revolução industrial⁸⁶⁷. As fraquezas que os países atualmente subdesenvolvidos demonstraram no seu contacto com o Ocidente foram as consequências de uma velha evolução histórica, que, sob esse ângulo, é bastante mal conhecida. Ainda hoje a ausência histórica de uma burguesia determina a penúria de “empresários” que afeta os países subdesenvolvidos. Esta carência é particularmente grave nas tentativas de desenvolvimento conduzidas em imitação do “modelo” ocidental em que o empresário é o elemento motor do sistema de livre iniciativa. As causas do subdesenvolvimento parecem, portanto, muito variadas: aquelas que são historicamente mais antigas foram substituídas pelos fatores mais recentes, os quais se combinam e se acumulam na época recente.

Essa sucessão histórica e essa combinação de causas antigas resultam no emaranhado das causas presentes, que se combinam para constituir um conjunto de círculos viciosos. Ragnar Nurske, numa obra muito importante que será analisada mais adiante, *Problems of capital formation in underdeveloped countries*⁸⁶⁸, foi o primeiro a descrever tão claramente o desenrolar do “círculo vicioso da pobreza”. Por exemplo: um homem pobre, não come o

⁸⁶⁷ Voir Y. Lacoste, ouvr. cité.

⁸⁶⁸ R. Nurske, *Problems of capital formation in underdeveloped countries*, Oxford, 1953, 163 p.

suficiente, subnutrido ele é, portanto, fraco e trabalha pouco, por isso ele ganha pouco e, portanto, permanece pobre... Um dos círculos viciosos mais importantes é aquele que afeta a acumulação de capital: num país de baixos rendimentos, as possibilidades de poupança são reduzidas, os investimentos são limitados, a produção é baixa, os rendimentos são, portanto, baixos... Um país subdesenvolvido se caracteriza pelo número de círculos viciosos que se combinam entre si. O círculo vicioso da pobreza é “uma constelação circular de forças que tendem a agir e a reagir umas sobre as outras de modo a manter um país pobre na pobreza” (p.4); “um país permanece pobre, porque é pobre”.

F. Perroux, em várias publicações, principalmente em *La coexistence pacifique*, efetuou a análise do funcionamento de uma economia subdesenvolvida. Assim, ele lançou luz sobre as causas atuais do subdesenvolvimento. Tal como os sociólogos que veem em países subdesenvolvidos uma sociedade dualista, F. Perroux vê aí uma *economia dualista*. Ela é constituída pela justaposição de dois setores econômicos diferentes: um setor tradicional, dito “pré-capitalista” e um setor de economia moderna, capitalista. Outros autores (Singer, por exemplo) já tinham constatado esta dualidade. A contribuição de F. Perroux diz respeito [*porte*] ao funcionamento desta economia dualista: o seu caráter maior é a *inarticulação* dos dois setores, “vício intrínseco [*foncier*] de qualquer economia subdesenvolvida”. O crescimento do setor moderno depende dos *polos de desenvolvimento* dos grandes países desenvolvidos. M. Byé⁸⁶⁹ mostrou o papel do Trust, da *Grande Unidade Interterritorial* (conjunto organizado de meios sujeitos a um centro de decisão único, capaz de autonomia em relação ao mercado), na ligação que existe entre os polos de desenvolvimento e os setores modernos das economias subdesenvolvidas. Segundo F. Perroux, os efeitos do crescimento destes últimos não se propagam em todo o país, no setor tradicional, mas são de fato transmitidos para os polos dos países desenvolvidos. Essas economias subdesenvolvidas caracterizam-se pela sua dependência e pela ausência de transferência entre os dois setores desarticulados. Como resultado [*Aussi*], elas estão continuamente expostas a “bloqueios” de crescimento. A noção de economia inarticulada concebida por F. Perroux constitui um instrumento fundamental para abordar o estudo crítico dos rendimentos nacionais médios por habitante. Com efeito, o quociente do rendimento nacional global pelo efetivo total da população não corresponde a nenhuma realidade concreta. É indispensável distinguir, por um lado, o rendimento do setor moderno, da “Grande unidade interterritorial” e, por outro, o rendimento do setor tradicional, que por si só

⁸⁶⁹ M. Byé, *La grande unité interterritoriale*, Cahiers de l'I.S.E.A., série F, n° 2.

tem significado para a massa da população. Um dos problemas fundamentais que o desenvolvimento deve resolver é realizar a integração dos dois setores da economia.

V. – Crescimento ou desenvolvimento

A literatura econômica utiliza os termos *crescimento* e *desenvolvimento* (*growth* e *développement*, *Wachstum* e *Entwicklung*, *crecenza* e *sviluppo*, *crecimiento* e *desarrollo*, etc...). Alguns autores empregam esses dois termos, praticamente como sinônimos. Outros, pelo contrário, fazem uma distinção fundamental. Essas duas atitudes diferentes traduzem duas concepções, no fundo radicalmente diferentes do subdesenvolvimento e dos meios para remediar.

Os primeiros, que confundem crescimento e desenvolvimento, consideram que os países subdesenvolvidos estão numa situação, mais ou menos, análoga à que conheciam, antes da revolução industrial, os países atualmente desenvolvidos. Esses autores pensam que, no essencial, os métodos que asseguraram o crescimento [*essor*] desses últimos podem também resolver o problema do subdesenvolvimento, que, no fundo, seria somente um simples atraso econômico. Eles estão ligados à tradição clássico-liberal.

Os segundos, que distinguem o crescimento do desenvolvimento, consideram que os países subdesenvolvidos se encontram numa situação absolutamente diferente daquela que precedeu a revolução industrial nos países hoje desenvolvidos. Esses autores demonstram que os métodos do sistema capitalista, que asseguraram o crescimento [*essor*] econômico da Europa Ocidental e da América do Norte, não podem resolver o problema do subdesenvolvimento. Este exige meios adaptados ao seu carácter específico. Esses autores consideram que as teorias econômicas clássicas são não somente ineficazes, mas muito perigosas: “os modelos de crescimento elaborados pelos Ocidentais, se fossem aceitos mesmo na sua inspiração mais geral pelos países subdesenvolvidos, gerariam nestes últimos desastres ou servidões” (F. Perroux).

A distinção efetuada entre o fenômeno do crescimento e aquele do desenvolvimento tem como base lógica o reconhecimento do carácter dualista da economia subdesenvolvida e a constatação de que esta economia é entravada por diversos *freios*. O crescimento pode ser definido: 1º como aumento do produto global, sem que seja efetuada a distinção entre os dois setores; 2º como o crescimento do produto global da economia, sem as transformações estruturais tenham sido operadas; 3º como o crescimento do único setor da economia moderna.

O desenvolvimento caracteriza-se essencialmente por importantes transformações estruturais e pelo crescimento [essor] do conjunto da economia assim transformada. É o resultado de uma transformação não espontânea, de um complexo de medidas impostas e planificadas.

Para C. Zarka, cujo artigo⁸⁷⁰ contribui utilmente para a *distinção entre crescimento e desenvolvimento na literatura consagrada aos países subdesenvolvidos*, “o conceito de desenvolvimento será empregado quando o crescimento ou os crescimentos identificados forem acompanhados de mudanças de sistemas ou (e) mudanças estruturais”.

Se nos referirmos ao dualismo da economia subdesenvolvida, verifica-se que o setor moderno pode registrar progressos sensíveis devido a um fenômeno de crescimento (crescimento induzido e dependente do estrangeiro), sem que o conjunto do país se beneficie deste crescimento. É o paradoxo “de um crescimento na estagnação, ou de uma estagnação no crescimento” que explica I. Guelfat no seu livro *Doctrines économiques et pays en voie de développement*⁸⁷¹. Este autor escreve: “o desenvolvimento econômico e social dos países subdesenvolvidos é em grande parte a transformação de um sistema de produção e de relações sociais em outro” (p. 68). Para F. Perroux “o crescimento no longo período (ou seja, o equivalente para o autor do desenvolvimento) não é somente o crescimento da unidade estudada... é também a passagem de um sistema para outro”.

O crescimento do setor tradicional, o fim da desarticulação, a integração dos dois setores da economia só pode se realizar no quadro de uma política de desenvolvimento tal como foi definida acima.

Examinemos algumas publicações, consagradas de fato não ao desenvolvimento, mas ao *crescimento*: algumas delas consideram globalmente este crescimento tanto nos países desenvolvidos como nos países subdesenvolvidos, que não são, portanto, tratados por si mesmos:

H. d’Hérouville consagrou a maior parte da sua obra sobre *O crescimento*⁸⁷² a países que não são subdesenvolvidos ou a problemas que praticamente não se colocam no quadro do subdesenvolvimento. As diferenças estruturais fundamentais não são levadas em consideração e o raciocínio sobre os problemas de crescimento desenvolve-se igualmente no caso dos Estados Unidos, da URSS ou da China.

⁸⁷⁰ C. Zarka, *Cahiers de l’I.S.E.A.*, série F, n° 12, novembre 1959.

⁸⁷¹ I. Guelfat, *Doctrines économiques et pays en voie de développement*, P.U.F., 1961, 131 p.

⁸⁷² H. d’Hérouville, *La croissance (Études et conjoncture)*, n° 11, nov. 1958, 115 p.).

L. Tabah⁸⁷³ publicou um interessante estudo, frequentemente tomado como referência, sobre *o problema população-investimento-nível de vida nos países subdesenvolvidos*. Ele coloca duas questões fundamentais: “1º Em que medida é útil sacrificar o consumo presente para aumentar o consumo futuro? 2º Que massa global de investimentos deve ser realizada durante um determinado período para atingir um determinado objetivo?” Tabah aborda o problema da eficácia do capital ou taxa de juro nacional (se num determinado país o investimento de 1 bilhão aumenta o rendimento nacional em 100 milhões: a taxa de juro nacional é então de 10%). As estimativas segundo os Estados e os setores econômicos quanto à importância dessa taxa de juro nacional variam muito sensivelmente. Tabah, em seguida, considera 16 perspectivas de evolução demográfica e calcula, tendo escolhido 4 hipóteses de taxa de juro nacional, o montante dos capitais necessários para atingir um crescimento anual do consumo per capita de 2% para o conjunto dos países subdesenvolvidos (definidos por uma renda nacional per capita inferior a US\$ 100). Segundo as suas conclusões, seria necessário dobrar seu nível de vida em 35 anos dos investimentos que aumentariam [*gonfleraient*] de 38 para 60 mil bilhões de dólares no início para atingir 210 a 296 bilhões de dólares, 35 anos mais tarde.

Esses números são enormes. Os países “ricos” (renda superior a 400 dólares), se quisessem contribuir para o esforço de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, deveriam dar-lhes aproximadamente uma massa de capitais equivalente àquela de que precisam para si mesmos. Portanto, o seu esforço de poupança deveria dobrar. Vários autores criticaram o método utilizado por Tabah, que negligencia totalmente os aspectos estruturais do problema. Ele aplica a mesma e baixa taxa de juro nacional desde o início até o final do período estudado. É possível que as transformações de sistema ou de estrutura possam aumentar consideravelmente a taxa de juros nacional e, por consequência, reduzir a massa enorme dos capitais necessários.

W. Rostow publicou recentemente uma obra que causou muito barulho e que foi apresentada como a resposta ocidental às teorias de evolução histórica concebidas por Marx: *The stages of economic growth*⁸⁷⁴. Rostow considera que todas as sociedades “caminham sobre a mesma rota” histórica e que elas percorrem sucessivamente cinco etapas, diferentes tanto do ponto de vista social como econômico: 1º “a sociedade tradicional”; 2º “a sociedade da fase transitória” marcada pela preparação do fenômeno de “decolagem” (*take-off*); 3º “decolagem”; 4º “encaminhamento para a maturidade”; 5º período de “grande consumo das massas”. Apenas as etapas 1, 2 e 3 podem se referir aos problemas de subdesenvolvimento. As noções de preparação da “decolagem”, do esforço brutal de “descolagem”, que é seguido por uma fase menos dura

⁸⁷³ In G. Balandier, *Le Tiers Monde*, ouvr. cité, p. 227-288.

⁸⁷⁴ W. Rostow, *The stages of economic growth*, Cambridge, 1960, 178 p. (Trad. Le Seuil, 1962, 200 p.)

de crescimento sustentado (*sustained growth*), onde a massa dos investimentos realizados começa a fazer sentir seu efeito, são de um grande interesse para o estudo do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos.

Contudo, grande parte da obra de Rostow baseia-se na identificação arbitrária das condições atuais de subdesenvolvimento com aquelas que precederam a revolução industrial na Europa. Rostow vê a “sociedade tradicional” tanto na Idade Média europeia, como atualmente em África ou em Ásia. As “pré-condições da decolagem” seriam encontradas tanto no século XVIII europeu como em certos países subdesenvolvidos atuais. Portanto, a especificidade dos problemas do subdesenvolvimento absolutamente não aparece. Finalmente, para Rostow, os fatores que permitem a passagem de uma fase para outra são, no essencial, os que se desenrolaram [*ont joué*] na Europa Ocidental. Seriam essencialmente as “propensões” (para desenvolver as ciências, aplicá-las à fins econômicos, aceitar as inovações, procurar o progresso material, consumir) de que as populações dariam provas. Voltamos assim à frágil hipótese da existência de mentalidades mais ou menos favoráveis ao desenvolvimento.

O livro de P. T. Bauer e B. S. Yamey, *The economics of underdeveloped countries*⁸⁷⁵, é particularmente significativo do espírito no qual os defensores do liberalismo clássico ou do conservadorismo abordam o problema dos países subdesenvolvidos. Esses autores insistem, em primeiro lugar, sobre a diversidade que essas regiões [*contrées*] apresentam e consideram que tal variedade torna muito contestável o conceito de subdesenvolvimento. No entanto, a primeira parte da obra é consagrada à uma descrição analítica de um certo número de rubricas econômicas, consideradas sem ligação entre si. Os agrupamentos de fatos são excepcionais, a síntese quase inexistente.

Enquanto a quase totalidade dos autores, que abordam o problema da validade das teorias econômicas clássicas em matéria de subdesenvolvimento, concluem pela negativa, e que o maior número das obras se abstém de colocar esta questão, Bauer e Yamey preconizam a retomada (*resumption*) das teorias econômicas antigas que consideram inteiramente válidas. O subdesenvolvimento não lhes parece um problema específico, pois postulam que “todas as regiões [*contrées*] começaram sendo subdesenvolvidas”. Segundo eles, o crescimento dos países avançados é apenas recente e os países ditos subdesenvolvidos também se desenvolverão “espontaneamente” segundo os métodos do “laissez-faire”. “É uma questão de paciência”. A ideia da urgência dramática do problema lhes é totalmente estranha. Segundo esses autores, os países subdesenvolvidos sofreriam apenas da inaptidão do seu governo.

⁸⁷⁵ P. T. Bauer et B. S. Yamey, ouvr. cité.

A segunda parte da obra é consagrada à crítica das concepções segundo as quais o Estado teria um papel importante a desempenhar no desenvolvimento. Note-se que essas concepções são agora aceitas pela quase totalidade dos autores competentes em matéria de subdesenvolvimento. Bauer e Yamey, comprometidos com sua ideia de desenvolvimento espontâneo, esforçam-se por demonstrar, segundo as receitas “comprovadas” da livre empresa, a ineficácia da ação estatal, da nocividade do planeamento e a justificar o seu ceticismo em relação aos movimentos cooperativos. Eles se insurgem contra a mística da industrialização, pois essa atividade não lhes parece mais eficaz do que qualquer outra. Por outro lado, não escondem as suas esperanças quanto à “influência feliz que teriam os estrangeiros e o contato com a economia monetária” para provocar “reações apropriadas da parte dos membros adaptáveis, enérgicos e ambiciosos das sociedades autóctones”. Bauer e Yamey defendem a construção de uma economia capitalista liberal de tipo colonial ou semicolonial. O livro deles, que é um caso quase único na literatura recente sobre o subdesenvolvimento, é o retorno às teorias de cinquenta anos atrás. As obras que colocam o problema do desenvolvimento em simples termos de crescimento e mascaram a especificidade do fenômeno de subdesenvolvimento têm, de fato, um alcance muito limitado.

(Continua).

Yves Lacoste.

O SUBDESENVOLVIMENTO:
ALGUMAS OBRAS SIGNIFICATIVAS
PUBLICADAS HÁ DEZ ANOS

(continuação e fim)

VI. – O custo social do progresso

O exame desta questão através da literatura consagrada ao subdesenvolvimento faz aparecer a vaidade das teorias do simples crescimento e mostra a necessidade de distinguir entre “crescimento” e “desenvolvimento”.

O livro de S. H. Frankel, *The economic impact on underdeveloped societies*⁸⁷⁶, aparece como uma obra fundamental. O autor foi um dos primeiros a mostrar que “desenvolver um povo ou território era algo bastante diferente de investir para obter um aumento da renda”. Inscrevendo-se implicitamente contra a realização de um fenômeno de crescimento (sem transformação estrutural), ele escreve “as transformações estruturais e sociais são pré-requisitos necessários para a redução da miséria. O custo da mudança é elevado”. Por custo social da mudança, Frankel entende vários tipos de transformações necessárias: 1º transformações psicológicas; 2º Transferências de mão de obra de um setor para outro, de uma região para outra; 3º solução de problemas que o fenômeno da urbanização põe; 4º a necessidade dos privilegiados de renunciar a uma grande parte de suas vantagens particulares. “Não pode haver desenvolvimento econômico a menos que as elites de todos os níveis não queiram o progresso econômico de seus países e estejam dispostas a pagar o preço, que é a criação de uma sociedade cujos privilégios econômicos, políticos e sociais foram eliminados”. Este ponto é fundamental e põe nitidamente em relevo a exigência de transformações não apenas de estrutura mas de sistema, para assegurar um desenvolvimento verdadeiro. “Qualquer desenvolvimento econômico implica um processo de desagregação das formas anteriores de coesão econômica ... e posterior reintegração dos fatores de produção em combinações novas e melhores”. Apoiando-se em numerosos exemplos africanos, Frankel faz em seguida o julgamento do crescimento do setor da economia moderna. As pretendidas modernizações causaram um deslocamento da sociedade indígena, praticamente destruindo a economia rural, sem permitir no entanto a *reintegração*, a constituição de novas

⁸⁷⁶ Sir H. Frankel, *The economic impact on underdeveloped societies*, Oxford, 1953, 179p.

estruturas. Frankel elabora uma longa lista de ajustes sociais que são necessários para que uma mudança técnica seja realmente adotada pelas populações, que encaram dolorosamente as mudanças aceleradas, mal integradas, incontroladas. Alguns queriam ver, nesta posição, a marca de um pessimismo territorial quanto às possibilidades de progresso das populações subdesenvolvidas, ou a manifestação de uma crença na profunda incompatibilidade de culturas. Na realidade, Frankel não parece hostil às transformações realizadas apenas no âmbito de um crescimento do setor moderno. Ele identifica ademais, com respeito à África, o crescimento à colonização, e esta última “às relações desiguais entre sociedades econômicas desiguais”. Esta assimilação confundiu ou chocou muitos comentadores. Ela é de fato perfeitamente lógica, na medida em que damos à noção de crescimento um significado muito diferente da de desenvolvimento. Neste último caso, no entanto, Frankel parece seguro de uma possibilidade de mudança social positiva e progresso econômico relativamente rápido e importante. Ele introduz, nesse quadro, um sentido novo do custo social da mudança: o suplemento de capital que convém aportar para reduzir ao mínimo os problemas resultantes do desenvolvimento. “Quando há uma transição de um tipo de organização econômica e social à outra, e de um modo de vida à outro, os indivíduos podem precisar de “apoio” [*concours*] especial para prover as suas necessidades durante o período de transição durante o qual eles estão adquirindo a sua nova estrutura social. Esse “apoio” pode ser considerado como um investimento de capital, assim como as máquinas, edifícios da fábrica, etc”. “Para desenvolver uma economia atrasada, sem transtorná-la, há que investir, além dos capitais necessários para o desenvolvimento econômico propriamente dito, o suplemento de capital que permitiria economizar misérias e perturbações que acompanham a industrialização”.

Vários autores tem abordado o problema do custo social do progresso. Alguns deles, citando por vezes uma fração do pensamento de Frankel, tem insistido menos sobre a necessidade de mudanças estruturais, de abandono de privilégios, que sobre a noção de custo social como inconveniente social, perturbação, miséria nova. Assim, para H. Janne⁸⁷⁷, em *Notice relative aux concepts de coût social, etc.*, “os custos sociais podem encontrar sua origem: em uma escolha político-econômica contestável, em uma carência (falta de higiene), em uma decisão necessária (renovação de ferramentas), ou em uma situação nascida da força das coisas e impossíveis de reformar por uma simples decisão política (estruturas sociais viciosas)”. Observemos que Frankel não considerava essas estruturas sociais impossíveis de reformar e que fazia, pelo contrário, da sua transformação a condição essencial do desenvolvimento.

⁸⁷⁷ In BIRISPT, *Changements techniques économiques et sociaux*, UNESCO, 1958, 335p.

Os efeitos catastróficos da industrialização (favelas), as perturbações provocadas nos campos, são denunciados em numerosos artigos e obras. Vários sociólogos se perguntam se diante de tais traumatismos sociais, é finalmente desejável transformar a economia do país. Contudo, esses fenômenos patológicos são considerados como a consequência do *progresso técnico* (cf. o próprio nome da organização UNESCO: *Bureau international de recherche sur les implications sociales du progrès technique*, BIRISPT). Essa noção é muito abstrata e o progresso técnico pode se manifestar em condições econômicas e sociais muito diferentes. Seu significado humano no quadro de um crescimento de tipo colonial é muito diferente do que ele pode ter em uma política de verdadeiro desenvolvimento. Muitos sociólogos são, no entanto, inconscientemente prisioneiros do seguinte silogismo: o desenvolvimento tem como base a industrialização; a industrialização é acompanhada de consequências detestáveis, portanto o desenvolvimento tem consequências detestáveis.

Ou a industrialização ela mesma, o progresso técnico como tal, extraídos de seu contexto social, não significam grande coisa. O exemplo das zonas industriais sul-africanas ou congolenses [*katangaises*], que acompanha o deslocamento social e as favelas, deve ser essencialmente considerado como a prova da nocividade do crescimento exclusivo [*seul*] do setor moderno. Uma política de desenvolvimento verdadeiro pode realizar uma industrialização sem, no entanto, provocar tais danos humanos, e ela se dá justamente para objetivar [*but*] a reabsorção das desordens sociais provocadas pelo subdesenvolvimento. Para A. Sauvy⁸⁷⁸ “a questão não é saber se convém favorecer ou atrasar o desenvolvimento, mas saber em que condições ele se produzirá e esforçar-se para obter a melhor evolução possível”.

Seja como for a noção de custo social desenvolvida pelos sociólogos⁸⁷⁹ apresenta uma inegável utilidade e ela deve permitir a orientação das pesquisas no sentido de [*vers*] “métodos de desenvolvimento para reduzir custos”, ou seja, provocando o mínimo de inconvenientes sociais. Esse objetivo parece extremamente difícil de alcançar, pelo menos em uma economia liberal. Com efeito, a senhora M. Negrepointi-Delivanis, em seu estudo sobre a *Influence du développement sur la répartition du revenu national*⁸⁸⁰, mostrou que em um país que inicia um esforço de desenvolvimento, as desigualdades sociais, longe de atenuarem-se, encontravam-se consideravelmente reforçadas. “A deterioração das condições de vida dos trabalhadores é inevitável durante o período de lançamento”, escreveu a autora. Não somente as desigualdades

⁸⁷⁸ A. Sauvy, *Théorie générale de la population*, p.209.

⁸⁷⁹ G. Balandier, *Les pays en voie de développement, analyse sociologique et politique*, Les cours de droit, 1960, 312p.

⁸⁸⁰ M. Negrepointi-Delivanis. *Influence du développement économique sur la répartition du revenu national*, Sédès, 1960, 492p.

já muito graves em sociedades subdesenvolvidas se encontram acentuadas, mas elas criam novas, que a senhora M. Negrepointi-Delivanis estudou com cuidado. Ela mostra que uma melhor repartição da renda nacional entre as diferentes camadas da sociedade só pode ser obtida depois de um aumento considerável da produção e de muitos progressos importantes.

Se a autora procede ao estudo da evolução da repartição da renda nacional dentro de várias etapas de desenvolvimento (fases inspiradas nas concepções de W. Rostow: “Etapas do desenvolvimento econômico”), ela não mostra como foi possível passar de uma etapa à outra. Muito pelo contrário, cada um de seus estudos da repartição da renda nacional destas diferentes etapas conduz a pensar que a passagem à etapa seguinte é impossível: o processo de desenvolvimento econômico, no quadro de um regime liberal, precisa necessariamente de um mercado interno; então, a deterioração das condições de vida da população, causada por esse sistema de crescimento, reduz justamente esse mercado, e freia na mesma proporção [*d'autant*] a passagem à uma etapa superior. Contudo, a autora observa (demasiado sucintamente para o nosso gosto) que este agravamento das desigualdades pode ser impedido pela implementação de “fatores sociológicos compensadores”, que são de fato uma limitação muito séria dos mecanismos da economia capitalista. Assim, o estudo do custo social do progresso não responde apenas a uma exigência humanitária, mas condiciona o sucesso de uma política de desenvolvimento ao sentido estritamente econômico.

Louis-Joseph Lebret definiu sua concepção de desenvolvimento autêntico como “a passagem de uma fase menos humana à uma fase mais humana”. No início (p.75-83) de sua obra *Dynamique concrète du développement*⁸⁸¹, ele enumera os caracteres deste desenvolvimento autêntico: a “finalização” (a obtenção de valores menores deve ser subordinada à realização dos valores superiores), a “homogeneidade” (o desenvolvimento deve ter em conta o que existia anteriormente), a “coerência” (todos os aspectos do desenvolvimento, econômicos, políticos, culturais, biológicos, etc... devem ser coerentes). O desenvolvimento autêntico é igualmente “indivisível” (ele deve assegurar “o bem comum em todos os níveis” que são interdependentes) e “autopropulsivo” [*auto-propulsif*] (ele deve emanar do dinamismo interno das populações).

VII. – Teorias gerais do desenvolvimento

As teorias do desenvolvimento podem ser muito esquematicamente divididas em duas categorias: umas, sublinhando a necessidade de transformações estruturais internas, veem na

⁸⁸¹ Louis-Joseph Lebret, *Dynamique concrète du développement*, Les Éditions ouvrières, 1961, 550p.

ação dos países desenvolvidos o fato essencial do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos: “os países desenvolvidos devem ser os países que desenvolvem” disse A. Piatier; outras, sem minimizar o interesse da ajuda externa, consideram que o desenvolvimento é essencialmente um processo interno.

O pensamento de dois autores franceses, Louis-Joseph Lebret e François Perroux, é significativo da primeira tendência.

*Suicide ou survie de l'Occident*⁸⁸² de P. Lebret é, para uma primeira parte (p.23-156), uma interessante exposição do problema do subdesenvolvimento, nos seus diversos aspectos. O autor procede, em uma segunda parte intitulada “os países privilegiados não compreendem a situação do mundo” (p.157-250), à uma crítica vigorosa de um certo número de concepções e de teorias relativas ao subdesenvolvimento, em particular a política americana de ajuda aos países subdesenvolvidos, “doutrina do colonialismo disfarçado maquiado que só pode resultar em fracasso” (p.175). Louis-Joseph Lebret sublinha que “a lógica interna do capitalismo entregue a si mesma não pode permitir que ele se preocupe com o desenvolvimento harmonizado. O regime capitalista sob suas formas antigas e sob sua forma atual não permite a valorização racional do conjunto do mundo” (p.186). O autor apresenta em seguida em um sugestivo atalho o tema do “crescimento contra o desenvolvimento” (p.191) inspirando-se no livro de Mamadou Dia⁸⁸³. Finalmente, Louis-Joseph Lebret sublinha um outro aspecto da impotência do capitalismo: “Os capitais privados não estão mais interessados nos países subdesenvolvidos e a ajuda pública global é completamente insuficiente”.

É em uma terceira parte (251-372), intitulada “Exigências de uma nova civilização”, que Louis-Joseph Lebret expõe sua teoria do desenvolvimento: ele considera que a “aptidão dos povos subdesenvolvidos para resolver seus problemas de desenvolvimento ainda é geralmente muito insuficiente” (p.277). Note-se que a demonstração do autor não é convincente sobre este ponto essencial. A consequência de sua estimativa é a necessidade de um recurso a forças externas de desenvolvimento. Então, as teses formuladas atualmente pelos americanos parecem, segundo o autor, falta de maturidade. Ele considera o “marxismo como uma solução ilusória”, menos sob o ângulo “técnico de desenvolvimento” que sob aquele do “humanismo”. Lebret considera, em seguida, as possibilidades de ação de “uma terceira força” (o Terceiro Mundo) para concluir pela [à la] necessidade e a possibilidade de uma “quarta força: a força cristã” (p.352).

⁸⁸² Louis-Joseph Lebret, *Suicide ou survie de l'Occident*, Les Éditions ouvrières, 1958, 402p. (C. R. *Annales de géographie*, nov-déc. 1960).

⁸⁸³ M. Dia, *Réflexions sur l'économie de l'Afrique noire*, Éditions africaines, 1953.

A partir deste ponto, o autor deixa de lado o exame objetivo dos fatos concretos o qual ele procedeu na primeira parte do livro para considerar que a miséria dos países subdesenvolvidos é uma consequência do “vício tradicionalmente conhecido como avareza”. “Pelo mandamento do amor, a mensagem cristã é o máximo que se pode civilizar. Que um grupo humano o tenha compreendido, este grupo se torna uma comunidade fraternal. Que os povos que se reivindicam da civilização cristã coloquem-no em prática, e o mundo imediatamente se recupera” (p.356). “O maior mal do mundo não é a pobreza dos desprovidos, mas a inconsciência dos ricos” (p.364).

Louis-Joseph Lebret considera que não devemos ver isso como “utopia” e pensa que o problema do subdesenvolvimento pode ser resolvido por esse espírito de caridade que, na superfície do globo, permitirá transformar “as potencialidades em possibilidades depois em realidades ao ritmo do possível, por uma séria ininterrupta de pequenos avanços”. Este único ponto permite já duvidar, porque a urgência e a amplitude dos problemas são muito grandes.

F. Perroux é, como vimos, o autor de uma análise extremamente interessante do funcionamento de uma economia subdesenvolvida. Qual é sua teoria do desenvolvimento? Embora ela seja formulada em conceitos econômicos, seus traços essenciais são muito próximos da doutrina do padre Lebret. No fundo [*au fond comme celui-ci*], F. Perroux considera que os povos dos países subdesenvolvidos não são verdadeiramente aptos a promover seu próprio desenvolvimento: as nações e seus Estados possuem muito desigualmente a faculdade de criar as unidades motrizes ou os polos de desenvolvimento” que, segundo o autor, são as únicas forças de desenvolvimento. “A desigualdade entre as estruturas econômicas é resistente; ela fornece argumentos poderosos contra as revoluções aparentes, as rebeliões efêmeras” que são “reações das economias dependentes”. “Esses ‘nacionalismos’ são desprovidos de meios de ordem econômica” (*La Coexistence Pacifique*, p.236-237).

Como “a única maneira radical de atenuar as desigualdades entre as economias nacionais seria, segundo F. Perroux, fazê-los se beneficiar tanto quanto possível, os polos de desenvolvimento que não estão em seu território e deixá-los toda margem [*latitude*] para organizar entre eles a cooperação dos polos dos quais dispõem...” (p.367). F. Perroux propõe, portanto, o “acoplamento” dos países subdesenvolvidos e dos países desenvolvidos, e o estabelecimento entre eles de um “desenvolvimento recíproco”, o país “mais velho” conduz “a economia afiliada”. Esta deve abster-se de construir uma economia nacional: “Tudo que é nacional não é nosso” (p.300) diz F. Perroux. “O grande crime [*criminel*] da guerra não declarada, mas dirigida contra o homem, é a economia nacional” (t.III, p.426). Esta luta contra a ideia nacional deve, segundo F. Perroux, permitir mais solidariedade entre *nações* desenvolvidas e *países*

subdesenvolvidos e preparar a “aparição de poderes mundiais” que poderão realizar uma “economia generalizada” (p.618). No entanto, na sua análise do subdesenvolvimento, F. Perroux havia mostrado vigorosamente que o setor moderno não pode conduzir o setor tradicional, em razão mesmo da desarticulação da economia. Então, nesta teoria do desenvolvimento, os dados fundamentais permanecem os mesmos. Por que o efeito de “propagação” e de “acionamento” poderia efetuar-se melhor que antes já que sempre se trata de um “crescimento induzido” e dependente dos países desenvolvidos detentores do polo de desenvolvimento? O declínio esperado e reclamado da “economia nacional” será suficiente para permitir o processo de propagação que se choca com tantos obstáculos identificado pelo próprio Perroux? Notemos de passagem, que este espírito “nacional” é bastante próximo ao espírito de avareza do padre Le Bret: “a economia nacional... se reduz sempre ao esforço de reter para o benefício de um grupo social determinado os recursos naturais ou as vantagens adquiridas por ignorar as necessidades e aspirações dos outros grupos sociais” escreve F. Perroux (p.426). Mas a “grande unidade interterritorial” estudada pelo Sr. Byé e François Perroux não é já livre das limitações impostas pela “economia nacional”? O desenvolvimento não ocorreu, por isso [*pour autant*], nos países subdesenvolvidos onde esta grande unidade interterritorial induziu um crescimento. F. Perroux considera que o desenvolvimento por acoplamento dos pontos onde se concentram os impulsos do setor moderno poderá se realizar se existir um *meio de propagação* (p.474). Ele é constituído, segundo o autor, pelas “zonas de progresso” onde se realiza um “programa de educação de base, de formação geral e cívica das massas e das elites”. “As massas serão levadas a uma tomada de consciência, a demonstrar iniciativa e constituiriam uma sociedade economicamente progressiva”. Assim, este “desenvolvimento recíproco estabelecido entre os capitalismo que começaram tão mal converte-se em socialização, e as economias sonolentas há muito tempo” seria essencialmente um fenômeno de “inter-relação humana” e de cooperação entre as elites dos “países mais velhos” e aquelas dos países subdesenvolvidos. Sem pensar de maneira nenhuma em subestimar o interesse e o alcance da educação de base⁸⁸⁴, é lícito perguntar se esta teoria de desenvolvimento pode resolver os problemas dos países subdesenvolvidos. Pois ela baseia-se no final sobre a criação de bases essencialmente psicológicas: espírito de solidariedade dos países “em desenvolvimento” e a promoção intelectual dos países subdesenvolvidos (outra semelhança com o pensamento de Louis-Joseph Le Bret) enquanto que os dados do funcionamento econômico que é justamente a base do subdesenvolvimento não são objetos de uma mudança radical. F. Perroux evoca a necessidade

⁸⁸⁴ Voir à ce propos Danilo Dolci, *Encadrement et spontanéité dans le développement de base*, colloque UNESCO, Centre de recherches coopératives, École Pratique des Hautes Études, 1961, 44 p.

de mudanças estruturais, mas não as específica. Será que não há necessidade de pensar a necessidade de mudanças de *sistema*?

Perroux elude essa questão fundamental, não sem habilidade. Enquanto o problema essencial que agora se coloca aos países subdesenvolvidos é aquela da escolha entre o desenvolvimento em sistema capitalista ou do desenvolvimento em sistema socialista, F. Perroux mostra que a “estratégias dos dois campos”, o ocidental e o soviético, é idêntica. Um como o outro constituem dois polos de desenvolvimento que atuam sobre e no país em vias de desenvolvimento [*à développer*]. F. Perroux se esforça, pois, por demonstrar que esta escolha entre dois sistemas é um falso problema e que o desenvolvimento deve ser concebido “para além dos sistemas” (p.396).

Não obstante, é importante observar três fatos: 1º Desde que a URSS proceda segundo os métodos descritos por F. Perroux, não é certo que eles sejam eficazes em todos países subdesenvolvidos. O modelo soviético é apenas um dos modelos de sistema socialista. 2º A constatação que o crescimento de duas economias de sistemas diferentes procede de polos de desenvolvimento, não é suficiente para demonstrar que essas duas economias têm uma estratégia idêntica a respeito [*à l'égard*] dos países subdesenvolvidos. O polo de desenvolvimento é a forma de organização das economias industriais poderosas, qualquer que seja seu sistema. 3º Admitindo que a respeito [*à l'égard*] do Terceiro Mundo, as “estratégias” da URSS e dos Ocidentais apresentam similitudes, restam o problema da eficácia da ação externa, venha de onde vier, para realizar o desenvolvimento nos países subdesenvolvidos.

Finalmente, esta luta que F. Perroux defende, contra a ideia nacional, contra a “economia nacional”, corre o risco de ter no país subdesenvolvido as consequências mais infelizes. O sentimento nacional é um elemento constitutivo fundamental desta “tomada de consciência” das populações subdesenvolvidas. É também a mola essencial de sua vontade de ação, um dos nervos de todo esforço de desenvolvimento.

Em certa medida estas teorias do desenvolvimento que se baseiam essencialmente sobre a ação dos países desenvolvidos parecem, finalmente, bastante próximas das teorias de crescimento, já que elas deixam relativamente em segundo plano, as transformações de estrutura ou de sistema, indispensáveis para o início de uma política de desenvolvimento verdadeira. Pelo contrário, as teorias essencialmente centradas sobre o esforço interno dão toda sua importância às mudanças de estrutura.

A obra de Ragnar Nurske, *Problems of capital formation in underdeveloped countries*⁸⁸⁵ é uma das mais importantes. É um estudo fundamental em matéria de subdesenvolvimento, notável pela sua clareza e autoridade. Nurske mostra, como vimos [*on l'a vu*], que os países subdesenvolvidos estão presos em um círculo vicioso de pobreza, que se compõe de vários emaranhados que não podem ser separados de forma arbitrária. Um destes círculos viciosos afetam as oportunidades de poupança: um país pobre poupa pouco, pois investe pouco, pois a produção resta reduzida, e ele continua pobre. Então, como mostrou Nurske, existem capitais em países subdesenvolvidos, mas eles servem inutilmente para comprar imóveis, eles são entesourados ou investidos no exterior. Com efeito, a *propensão a investir* é limitada pela dimensão muito reduzida do mercado: o poder aquisitivo é muito fraco e as necessidades solventes são muito limitadas. Ao ser reduzido o mercado, não há investimento, por conseguinte o efetivo operário é reduzido, então o desemprego é elevado e o poder de compra continua a ser muito fraco.

Para sair desse círculo vicioso, diz Nurske, é necessário criar um mercado e para isso realizar uma aplicação de capital mais ou menos sincronizada para uma ampla gama de indústrias diferentes e complementares. De fato, a criação de fábricas isoladas está condenada ao fracasso. Pelo contrário, várias indústrias complementares vendem uma à outra e elas empregam um pessoal importante, alargando assim o mercado. Mas para poder realizar esse “ataque frontal”, ou encontrar os capitais? A melhoria dos termos de troca não é suficiente para formar um capital importante, não mais que o estabelecimento de uma tarifa aduaneira elevada. Os investimentos privados estrangeiros são cada vez mais limitados; eles são investidos, ademais, essencialmente nos setores de exportação para transformar [*tourner*] o pequeno mercado interno. Os países subdesenvolvidos, considera Nurske, podem esperar das potências somente um socorro tão incerto como ineficaz. Eles devem contar sobretudo com seu próprio esforço, único que pode tornar a ajuda estrangeira eficaz. A via que permite sair da situação miserável na qual se encontram os países subdesenvolvidos não é fácil de encontrar e em todos os casos é uma via árdua. É necessário, de fato, obter uma poupança importante, enquanto a renda nacional é baixa e o consumo das massas já é muito reduzido. Reduzir uma vez mais o consumo parece uma solução impossível. O problema é insolúvel. O mérito de Nurske é ter mostrado como ele poderia ser transformado [*tourné*].

Existe, de fato, nos países subdesenvolvidos uma poupança virtual: muitas vezes “um certo volume de trabalho empregado na agricultura poderia ser desviado sem que isso faça a menor

⁸⁸⁵ R. Nurske, obra citada.

diferença no que diz respeito ao volume global de produção” (p.33). De fato, esta produção poderia ser obtida por um efetivo menor de trabalhadores, porque a produtividade marginal do trabalho de um bom número de produtores empregados na agricultura é igual a zero ou pode ser mesmo negativo, quando os agricultores são muitos e prejudicam uns aos outros. Esses trabalhadores, possíveis de serem retirados da cultura sem reduzir a produção, constituem a massa do *desemprego disfarçado*. Ele representa uma *poupança disfarçada*. De fato, para que se realize uma poupança, bastaria que os camponeses “não-produtivos” sejam empregados nos trabalhos que não exigem importantes investimentos financeiros, mas aumentam consideravelmente a produção agrícola (sistema de irrigação, melhoramento das terras). Para que haja poupança, é necessário, evidentemente, que o consumo aumente, nem que seja pelo crescimento demográfico, o aumento da produção assim obtida não compensa e, ademais, pode manifestar-se somente com um certo atraso. Nem compense o aumento da produção assim obtida e que ademais pode manifestar-se somente com um certo atraso. Além disso, é possível encontrar, uma outra fonte de poupança, significativamente menos forte que a precedente, reduzindo o consumo e os lucros dos grupos sociais privilegiados.

Mesmo em uma economia, diz Nurkse, que quer permanecer dirigida pelas empresas privadas, a escolha entre o consumo e a poupança torna-se uma decisão de estado. Tendo em conta a prova [*la preuve étant faite*] da ineficiência em países subdesenvolvidos das políticas de “laissez faire”, o controle reforçado do Estado sobre a economia é uma necessidade. Nurkse considera um certo número de medidas destinadas a aumentar a poupança (taxação, empréstimo forçado [*emprunt forcé*], inflação controlada). O estado deve tomar medidas para evitar os efeitos nefastos sobre a formação de poupança a partir de uma comparação entre a baixa renda de seus cidadãos e dos outros países mais favorecidos. Finalmente, na ótica de uma “maximização” da poupança, Nurkse sublinha o interesse de uma coletivização da agricultura: “uma fazenda coletiva não é somente uma forma de organização coletiva; é antes de tudo um instrumento de percepção” (p.43).

Os investimentos tornados [*rendus*] possíveis pela poupança feita sobre o crescimento da produção devem ser convenientemente orientados. Sem dúvida, escreve Nurkse, o Estado pode, em certa medida, confiar na iniciativa privada e ajudá-la, mas ele deve controlar e coordenar as decisões individuais. Ele deve orientar as massas de mão-de-obra que provêm da reabsorção do desemprego disfarçado para os setores economicamente mais rentáveis. “De fato, o desenvolvimento econômico está em relação estreita com as qualidades humanas, as atitudes sociais, as condições políticas, os acidentes históricos. O capital é uma condição necessária, mas não suficiente do progresso técnico” (p.1). Nurkse insiste, para concluir, sobre a

necessidade do esforço interior e sobre o fato que “o progresso das economias subdesenvolvidas é muito mais que um problema econômico” (p.157).

Se trata, de certo modo, de organizar a evolução forçada de um país que, se “estiver abandonado à espontaneidade do mercado, não apenas estaria longe de receber um impulso automático para o progresso mas, pelo jogo de forças que operam dentro do sistema, seria mantido em um equilíbrio de subdesenvolvimento”.

“A ação interior é uma condição essencial da utilização eficaz dos aportes estrangeiros. Não há solução para o problema (do subdesenvolvimento) sem um esforço constante e persistente sobre a frente interna. *Capital is made at home*”.

O elemento principal da obra de Nurkse é, evidentemente, a descoberta da noção de desemprego disfarçado, gerador potencial de poupança. Isto constitui uma virada capital nas concepções relativas ao desenvolvimento. A teoria de Nurkse está na origem da nova orientação das políticas de desenvolvimento, porque foi ele, ao que parece, o primeiro a verdadeiramente enfrentar o verdadeiro problema do subdesenvolvimento, apreendido como um fato interno como um todo e em sua especificidade. Esta teoria está, de fato, estreitamente adaptada à contradição mesma que define o subdesenvolvimento: estagnação econômica-crescimento demográfico. A solução para o subdesenvolvimento, encontrada no emprego de massas humanas até então desempregadas, fez [*fait*] da mesma causa de mal-estar [*malaise*] o instrumento de supressão: a abundância da população trabalhadora liquidou as causas econômicas da superpopulação. Nurkse efetuou, de certo modo, uma verdadeira reviravolta do problema. Mas a sua teoria pode ser aplicada em países subdesenvolvidos mediocrementemente povoados? Nurkse considera este caso e estima que é necessário, então, pôr em prática os meios que aumentariam consideravelmente a produtividade dos agricultores para poder libertar efetivos importantes.

VIII. – Políticas de desenvolvimento

Resta agora abordar várias obras, das que consideramos, não sem arbitrariedade, que o conteúdo original se referia a temas menos gerais. Elas iluminam utilmente certos elementos do problemas, mas abordam muito parcialmente a teoria geral do desenvolvimento.

H. Leibenstein⁸⁸⁶ considera que uma economia atrasada é essencialmente um sistema em equilíbrio. Se este equilíbrio é perturbado por inovações (industrialização, por exemplo) os

⁸⁸⁶ H. Leibenstein, obra citada.

fatores que tendem a aumentar a renda nacional colocam em ação os elementos motores do equilíbrio antigo, que tendem a desempenhar o papel de freios. Existe, por conseguinte, segundo Leibenstein, um limiar, um “mínimo crítico” de esforço inicial para romper estes freios.

P. – N. Rosenstein-Rodan, em suas *Notes on the theory of the “big push”*⁸⁸⁷ expõe igualmente esta ideia que de pequenos esforços graduais de nada servem e que é necessário um esforço brutal, um *big push*, para assegurar a “decolagem”.

O autor evoca o exemplo do esforço que é necessário exercer para sair da situação difícil, um carro que está atolado. Ele mostra que faz falta, para fazer funcionar uma única fábrica, como varias, mais ou menos os mesmos investimentos de base (produção de energia, transporte, etc.). O seu fardo é particularmente pesado se existe apenas um número muito pequeno de instalações industriais. Além disso, uma fábrica não pode funcionar sozinha. Ela necessita cercar-se de produtores complementares. Estas “indivisibilidades” determinam a necessidade de um desenvolvimento global.

A. Hirschmann em sua *Strategy of economic development*⁸⁸⁸ concebe as coisas de um modo diferente. Ele rejeita a teoria de um “crescimento equilibrado” baseado na criação de uma gama de indústrias variadas ou complementares umas às outras, para organizar o desenvolvimento como uma “cadeira de desequilíbrios criadores”. Ele recupera a ideia do *big push*, mas propõem um crescimento deliberadamente desequilibrado: a princípio investir somente em alguns setores industriais “estratégicos”. O estado pode efetuar estes investimentos. Considerando que ele existe em países subdesenvolvidos de recursos importantes e latentes, que se trata de mobilizar, Hirschmann considera que haverá em seguida investimentos complementares destinados justamente a contrabalançar os desequilíbrios voluntariamente criados. Com relação ao setor onde o investimento desequilibrador [*déséquilibrer*] se efetuou a princípio (uma aciaria, por exemplo), investimentos complementares levarão a montante (mina de carvão, coqueria, altos-fornos) ou (e) a jusante (fábricas de construção mecânica). Durante toda sua tese do desequilíbrio criador, Hirschmann considera que a explosão demográfica é um fato salutar, um choque que obriga os países subdesenvolvidos a sair de sua estagnação e “arrancar” [*mettre en route*].

Um grupo de experts da O.N.U publicou uma obra: *Mesures à prendre pour le développement économique des pays insuffisamment développés*⁸⁸⁹. Eles sublinham em primeiro lugar as

⁸⁸⁷ P. – N. Rosenstein-Rodan, *Notes on the theory of the “big push”*, M.I.T., CIS, mars 1957.

⁸⁸⁸ A. Hirschmann, *The strategy of economic development*, Yale University Press, 1958, 217p.

⁸⁸⁹ O.N.U. *Mesures à prendre pour le développement économique des pays insuffisamment développés*, 1951, 112p.

diferenças fundamentais que existem entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos: “A concentração de poder nas mãos de uma classe pouco numerosa essencialmente interessada em preservar sua riqueza e seus privilégios exclui a perspectiva de um desenvolvimento econômico importante até que uma revolução social traga uma mudança na repartição da renda e do poder... Alguns países são dirigidos por camarilhas corrompidas e reacionárias que correriam o perigo de ser derrubadas se não houvesse ajuda estrangeira”. Seu poder é “em contrapartida, reforçado pelo fato que eles dispõem destas doações estrangeiras”. Outro elemento fundamental a levar em consideração: o subemprego. O estudo em questão distingue desemprego cíclico, sazonal, tecnológico e desemprego oculto (disfarçado), o mais importante. Este estudo da ONU considera, contrariamente ao que pensa L. Tabah⁸⁹⁰, que a “taxa de interesse nacional” pode ser muito elevada: os experts também argumentam que a soma anualmente necessária pra promover em 35 anos a duplicação do nível de vida das populações dos países subdesenvolvidos (menos de US\$ 100 de renda nacional média) seria da ordem de vinte bilhões dólares, ou seja, uma soma muito inferior àquela avaliada por L. Tabah. A poupança local dos países subdesenvolvidos é considerada capaz de cobrir um quarto desses investimentos, o resto provém da ajuda exterior. O modelo previsto supõe que a cada ano 1% da população agrícola ativa seja transferida no setor industrial, o que permitiria um aumento anual de 10% da indústria.

A ONU igualmente publicou *Méthodes et problèmes de l'industrialisation des pays sous-développés*⁸⁹¹. Os obstáculos à industrialização são primeiramente estudados (quadro econômico geral, estrutura social, limitações decorrentes de doações internacionais). Em seguida são propostas medidas que devem ser tomadas sobre o plano nacional, depois sobre o plano internacional para realizar a industrialização. Finalmente, são abordados os efeitos do processo de industrialização sobre a estrutura da economia e do comércio exterior, sobre a sociedade que é sensivelmente transformada (numerosos quadros estatísticos).

R. Barre em seu curso, *Le Développement économique*⁸⁹², esboça uma tipologia do desenvolvimento recorrendo principalmente a exemplos escolhidos na história econômica dos países desenvolvidos: ele distingue a esse respeito o crescimento planejado (U.R.S.S) ou espontâneo, fechado (Japão) ou aberto. Ele sublinha a importância da interação das estruturas econômica e das “estruturas de gestão” (estruturas social, política, mental), que podem ser compatíveis ou incompatíveis, o que provoca então o bloqueio. Em seguida, R. Barre considera

⁸⁹⁰ In G. Balandier, *Le Tiers-Monde*.

⁸⁹¹ O.N.U., *Méthodes et problèmes de l'industrialisation des pays sous-développés*, 1955, 177p.

⁸⁹² R. Barre, *Le Développement économique*, Cahiers de l'ISEA, série F, n°11, 1958, 82p.

os agentes do crescimento (capitalistas privados, Estado, suas relações), os instrumentos e o quadro de desenvolvimento, seus objetivos internos e externos.

Um dos problemas que muitos autores consideram como fundamental e que é, de fato, frequentemente abordado, diz respeito às relações entre agricultura e indústria, a escolha que seria feita entre esses dois setores, bem como entre indústria pesada e indústria leve. G. Bladorne⁸⁹³ reagrupou, em algumas páginas, os diversos problemas que essas escolhas colocam, e sua conclusão é muito matizada [*nuancée*].

Estas questões são evidentemente importantes, mas a aspereza [*âpreté*] das controvérsias traduz as preocupações ideológicas subjacentes. A prioridade concedida à indústria pesada no desenvolvimento econômico da URSS fez dessa atividade uma espécie de símbolo, um dogma, que se aceita ou recusa-se frequentemente por razões bastante distantes dos estreitos problemas econômicos. A visão geral da literatura consagrada ao subdesenvolvimento mostra uma evolução muito sensível das ideias sobre esta questão e o problema parece ser bastante ultrapassado, pelo menos enquanto escolha exclusiva de uma das soluções. A evolução das relações entre a URSS e as Democracias populares no seio do Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON), a experiência chinesa, entre outras, faz que não seja [*font qu'il n'est*] mais possível considerar hoje a indústria pesada como uma panaceia exclusiva e como a única característica do desenvolvimento em sistema socialista. A necessidade de um desenvolvimento global, abrangendo tanto a agricultura quanto a indústria, é agora reconhecido. O grande interesse [*intérêt*] que oferece a utilização do “desemprego disfarçado” agrícola e a importância que pode tomar o “investimento-trabalho” nos campos devolvem [*redonnent*] aos problemas agrícolas um lugar de escolha, quando se inicia o esforço de desenvolvimento.

O livro de G. Ardant, *Le monde em friche*⁸⁹⁴ é significativo desta nova tendência. O autor denunciou, em primeiro lugar, as “ilusões” mantidas por muito tempo, que colapsaram diante das realidades do subdesenvolvimento. Ele demonstra que a imitação da experiência ocidental é impossível e que o recurso único a ajuda estrangeira é ilusória. A solução verdadeira repousa, como mostrou Nurkse, sobre a aplicação das riquezas inexploradas, a principal sendo a existência de massas humanas desempregadas tanto muscularmente quanto intelectualmente. G. Ardant procede, em seguida, a um estudo muito delicado das diversas formas de subemprego, e mostra o que o diferencia do desemprego. Após ter esboçado uma “geografia do

⁸⁹³ G. Bladorne, *La politique de la croissance équilibrée et harmonisée, dans le cadre national: pays sous-développé...*, p.936-1 à 18 (in *L'univers économique et social*, t.9 de l'*Encyclopédie Française*, 1960).

⁸⁹⁴ G. Ardant, *Le monde em friche*, P.U.F., 1959, 307p.

subemprego”, ele revela as múltiplas e graves consequências: desperdício de recursos, improdutividade, regressão social, instabilidade política. Duas consequências lógicas: o pleno emprego é o pré-requisito do progresso; a utilização racional das massas desempregadas é o motor do desenvolvimento. Este “investimento-trabalho” é realizado da melhor forma na execução de um grande volume de pequenos trabalhos simples e produtivos. G. Ardant mostra a necessidade de uma “planificação informada e ativa”, depois insiste sobre um fator muito negligenciado do progresso: o “investimento intelectual” (escolarização, formação dos adultos), e sobre o interesse econômico dos melhoramentos sanitários. Finalmente o autor considera que todo este progresso está no trabalho generalizado não poder efetuar-se no quadro de estruturas sociais inibidoras : “As estruturas ditas tradicionais são menos, do que muitas vezes se diz, o impacto da religião e da cultura, ou a expressão da “alma de um povo” e muito mais do que se pensa, a consequência das intervenções do Estado ou da ausência de fatores essenciais do desenvolvimento econômico, a consequência do subemprego, da insuficiência da indústria e as lacunas da formação” (p.269). G. Ardant termina seu livro sobre “uma proposta para um mundo equilibrado”: organizar o armazenamento das matérias-primas afim de regularizar os preços [*les cours*], suas variações sendo muito prejudiciais às economias subdesenvolvidas. Estes estoques poderiam servir de cobertura a uma moeda e esse Fundo de regularização dos preços poderá ser utilizado para facilitar e amplificar a ajuda aos países subdesenvolvidos.

O interesse que se dá [*l'on porte*] depois de alguns anos aos problemas agrícolas e as possibilidades de investimento-trabalho, conduz de novo aos estudos relativos às reformas agrárias. Parece cada vez mais que o sucesso global de uma política de desenvolvimento depende em primeiro lugar da execução da reforma agrária e da finalidade desejada neste domínio.

A O.N.U. publicou: *La reforme agraire; défauts de la structure agraire qui entravent le développement économique*⁸⁹⁵: depois de um quadro das estruturas agrárias nos países subdesenvolvidos (fragmentação das explorações, parcerias, grandes áreas, posse comunitária, endividamento dos agricultores), a obra trata das reformas que se referem a extensão das explorações e as condições da concessão. Finalmente, são evocadas as relações entre a reforma agrária e o processo de desenvolvimento econômico (numerosos quadros estatísticos) A ONU igualmente publicou dois relatórios sobre o *Progrès de la reforme agraire*⁸⁹⁶ que trata cada um de uma parte das políticas gerais destas reformas, por outra parte das diversas medidas de

⁸⁹⁵ O.N.U. *La reforme agraire; défauts de la structure agraire qui entravent le développement économique*, 1951, 109p.

⁸⁹⁶ O.N.U., *Progrès de la reforme agraire et le développement agricole*, 1955, 69p.

reformas: colonização agrícola, condição de locação das terras, emprego, terras coletivas, criação de explorações rentáveis, crédito, incentivo de cooperativas (numerosos quadros estatísticos).

F.A.O. publicou um estudo de E. H. Jacoby, *La réforme agraire et le développement agricole*⁸⁹⁷ onde são consideradas o conjunto das ações destinadas a melhorar os regimes fundiários existentes. Um estudo comparativo dos regimes fundiários é realizado de acordo com seus efeitos econômicos e tecnológicos. Os diferentes tipos de reforma são enumerados e evocados os efeitos econômicos que poderá obter [*l'on est en droit d'attendre*] de cada um deles. Ainda à propósito das reformas agrárias, salientamos [*signalons*] o interessante número especial da *Revue du droit contemporain*⁸⁹⁸: P. George apresentou a universalidade e a diversidade da reforma agrária, depois 15 artigos, cada um consagrado a um país, se divide em duas grandes partes: 1º reformas agrárias em economia liberal; 2º revoluções agrárias em economias socialistas.

*Terres vivantes*⁸⁹⁹ de R. Dumont é atualmente o quadro mais concreto e mais pungente da situação dos campos dos países subdesenvolvidos. Seguindo um método baseado sobre a descrição de exemplos muito localizados de situações rurais, R. Dumont dá um quadro, de estilo “impressionista”, pintado a pequenos toques precisos, singularmente mais impressionante e denunciador que muitos estudos gerais e abstratos sobre a agricultura. Essa “viagem de um agrônomo ao redor do mundo” nos conduz essencialmente às regiões [*contrées*] subdesenvolvidas. R. Dumont analisa as opressões de natureza variada que pesam sobre seus campos: poder exorbitante dos grandes proprietários, servidão por dívida, ou aplicações para [*aux*] consequências lamentáveis das regras do lucro capitalista. O autor mostra também que [*quelles*] fraudes podem ser certas reformas agrárias, certas “enfermidades infantis da independência”, e a “galeria de monstros” que poderiam constituir certas cooperativas. Diante de uma Ásia sufocada pela usura e pelo arrendamento [*métayage*], uma América Latina limitada pelo absenteísmo do latifundiário que explora sem investir, R. Dumont evoca as possibilidades de desenvolvimento da agricultura: a revolução forrageira, a dos fertilizantes, do trator, a do controle generalizado da água. Mas tudo isso exige também a rejeição de estruturas sociais paralisantes, como certas ilusões cômodas: o socialismo não soluciona tudo por sua mera [*pas tout par as seule*] proclamação; as reformas “sociais” não devem conduzir “os trabalhadores da terra a esquecer de trabalhar”; é preciso “aprender a merecer seus tratores” e “a rendas sem

⁸⁹⁷ F.A.O., E. H. Jacoby, *La réforme agraire et le développement agricole*, 1955, 69p.

⁸⁹⁸ *Revue du droit contemporain*, décembre 1959, Bruxelles: *La réforme agraire*, 272p.

⁸⁹⁹ R. Dumont, *Terres vivantes*, Plon, 1961, 334p (C. R. *Annales de géographie*, janv – févr. 1962).

trabalho não criam uma economia nacional”. Tais são as lições impostas pela descrição de exemplos africanos, indianos [*indiens*], latino-americanos ou europeus.

R. Dumont insiste sobre “o aterrorizante crescimento demográfico sem precedentes na história, que deveria ser a preocupação primeira dos governos” porque o teto da subsistência equivale a duas vezes e meia a produção atual. A maré demográfica o alcançará dentro de sessenta anos. “Tal situação obriga moralmente ao agrônomo que tome uma posição revolucionária”. O crescimento de 6% ao ano da produção agrícola exige um plano mundial, uma eficaz cooperação internacional e uma renovação do socialismo.

“Com a vontade e as estruturas adaptadas, uma geração seria suficiente para liberar da servidão, da fome e da ignorância todos os povos decididos aos esforços suficientes”. E R. Dumont sublinha a amplitude e a dureza dos esforços necessários, tanto físicos como intelectuais. O sucesso é condicionado pela mobilização geral da população em cada país subdesenvolvido, de modo a poder realizar o máximo de investimento-trabalho. “Prometer o desenvolvimento sem esforço é uma mentira mortal”. O mundo ainda tem o meio de escolher entre dois destinos: “guerra à fome ou guerra dos famintos”.

Os países desenvolvidos não devem assistir passivos a este esforço que condiciona o futuro da Humanidade inteira. Sua ajuda não é condição suficiente do sucesso, mas ela é certamente necessária. Este problema é abordado por numerosas obras e algumas de suas posições já foram evocadas acima. A maioria evoca a desproporção que existe entre as gigantescas despesas de armamento e a modicidade da ajuda que recebem efetivamente os países subdesenvolvidos.

O apoio mais eficaz que os países desenvolvidos poderiam aportar seria, como pensam vários autores, a regularização dos preços das matérias-primas. H. F. Wilkinson, em um *Étude des initiatives internationales en vue de la stabilisation des marches des produits de base*⁹⁰⁰, analisa diferentes fórmulas de acordos internacionais. Ele sublinha a ineficácia dos acordos contratuais (sobre o trigo) ou de quotas (sobre o açúcar) e o alcance que teria um acordo internacional criando um certo número de estoques reguladores nacionais e independentes. A revista *Kyklos*⁹⁰¹ publicou dois interessantes números especiais sobre esses problemas.

P. Moussa aborda esta mesma questão na primeira parte das *Nations prolétaires*⁹⁰². A pauperização do Terceiro Mundo, a impressão justificada que ele tenha sido espoliado poderia ser em grande parte atenuada por uma política “*joséphienne*” (cf. José da Bíblia que estocou

⁹⁰⁰ H. F. Wilkinson, *Études des initiatives internationales en vue de la stabilisation des marches des produits de base*, Minard, 1959, 162p.

⁹⁰¹ *Kyklos* 1958: fasc. 2 Symposium: *The quest for a stabilization and development of primary producing countries*, 237p.

⁹⁰² P. Moussa, *Les Nations prolétaires*, ouvr. cité.

em previsão dos períodos de vacas magras). P. Moussa ecoa o antagonismo que existe entre os interesses do mundo camponês dos países subdesenvolvidos e aquele do mundo operário ocidental. No entanto, existem entre estes “mundos” os intermediários, cujo autor dificilmente fala, embora eles embolsem o essencial dos lucros tirados da espoliação de que são vítimas os povos dos países subdesenvolvidos. Preconizando a máxima “Ajuda-te que o céu te ajudará”, P. Moussa sublinha a necessidade de uma ajuda financeira em seu favor. Diante da carência da ajuda pública, ele se mostra partidário de um esforço de investimento privado na produção de matérias-primas. Este esforço deveria ser favorecido pelas nações que recebem os capitais, as quais deveriam ganhar uma garantia internacional. Contrariamente ao parecer do autor, não parece que tal método possa resolver o problema do subdesenvolvimento: é apenas a continuação de práticas coloniais ou neocoloniais que estão em uma boa medida na origem do subdesenvolvimento. Não obstante, P. Moussa termina seu livro com um apelo à “uma conjuração universal” para estabelecer “uma justiça internacional”.

Desde que tomaram conhecimento da noção de subdesenvolvimento, os países desenvolvidos não estão conseguindo propor [*ne se son pas fait faute de proposer*] (senão impor) [*sinon d'imposer*] sua ajuda. Numerosas obras exprimiram essas tendências, mas outra têm sublinhado que esta ajuda estava longe de ter apenas aspectos positivos. O problema que se põe agora aos pesquisadores dos países desenvolvidos [e saber quais são os apoios eficazes e honestos que se pode aportar aos países subdesenvolvidos. É um terreno onde o pensamento prospectivo é particularmente desejável.

Também o *Centre international de Prospective* publicou um trabalho muito interessante sobre os *Rapports de l'Occident avec le reste du monde*⁹⁰³. Depois de haver mostrado quais eram os dados do problema, J. Darcet analisa as “aventuras da intervenção ocidental”: as consequências da intervenção médica e as dificuldades encontradas pelas diversas formas de ajuda (monetária, em espécie, técnica). Ele sublinha que a ajuda internacional deixou as questões fundamentais sem solução e resulta em graves falhas. Também a abordagem do problema deve ser global e deve ter em conta os limites impostos pelos fatos aos objetivos da ajuda internacional: “Nada pode ser feito sem a cooperação dos interessados”. “O problema do desenvolvimento volta, portanto, finalmente a preparar um quadro político e uma organização da sociedade que elimina os freios ou pelo menos diminui sua importância e coloca no lugar os elementos necessários para os novos modos de funcionamento que são considerados” (p.61). Quais são os deveres do Ocidente? Em primeiro lugar reconhecer a dignidade dos povos economicamente

⁹⁰³ Centre international de Prospective, *Rapports de l'Occident avec le reste du monde* (Prospective, nº3, P.U.F., 1959, 100p.)

subdesenvolvidos (e seria necessário acrescentar: reconhecer sua dignidade, é considera-los como capazes de se desenvolver eles mesmos, de assumir seu próprio destino). Em seguida colocar à sua disposição não apenas os técnicos, mas também os professores e investigadores. N. Drogat em *Pays sous-développés et coopération technique*⁹⁰⁴ expõe uma solução comparável: a ajuda técnica pode revestir a forma de pesquisas científicas realizadas em benefício do país requerente. Além disso, ele expõe os erros cometidos, frequentemente de boa-fé, por muitos especialistas.

IX. – Balanço de uma etapa

Entre a concepção que se tinha do subdesenvolvimento nos anos 1948-1950, e aquela que se traduz hoje nas obras recentes, há distância de uma etapa considerável. As ilusões, as assimilações esquemáticas, as crenças em certas panaceias deram lugar à um conhecimento muito mais profundo dos problemas. Eles estão, evidentemente, ainda longe de serem resolvidos. Este momento alcançado na evolução da literatura do subdesenvolvimento se traduz pela aparição de obras de aperfeiçoamento [*mise au point*] e por largas sínteses.

*Economic Development*⁹⁰⁵ de B. Higgins é uma boa ferramenta para especialistas de todas disciplinas, um livro útil em razão principalmente de suas qualidades didáticas. Entretanto, sua contribuição permite sobretudo avaliar o caminho percorrido e iluminar o pesquisador não-economista sobre as teorias gerais da ciência econômica em sua relação com as questões do subdesenvolvimento. Com efeito, o autor parece ter negligenciado um pouco as orientações mais recentes, e parece mais frutífero [*et semble-t-il les plus fructueuses*], os conhecimentos em matéria de desenvolvimento. Assim, o “investimento trabalho”, noção que transtorna os dados do problema, praticamente não é evocada. Além disso, as teorias consideradas por Higgins são exclusivamente as que tem sido expressas em inglês (uma única exceção: referências aos *Pays tropicaux* de P. Gourou). Higgins examina em primeiro lugar as teorias gerais do crescimento (Clássicos, Marx, Schumpeter, Harrod, Hansen) e conclui que parecem incapazes de dar conta do subdesenvolvimento. Depois, Higgins reagrupa com justeza os elementos que diferenciam a situação atual dos países subdesenvolvidos, as condições pré-industriais dos países atualmente desenvolvidos. Ele evoca em seguida um certo número de teorias explicativas do subdesenvolvimento, e critica todas elas, aliás, de modo justificado. A última parte da obra (p.432-701) trata essencialmente das políticas financeiras do desenvolvimento. É o aporte

⁹⁰⁴ N. Drogat, *Pays sous-développés et coopération technique*, S. P. E. S, 1959, 193p.

⁹⁰⁵ B. Higgins, *Economic development*, New York, Norton, 1959, 803p.

teórico pessoal do autor. O livro termina com a análise das experiências de desenvolvimento de seis países escolhidos como exemplo, e descritos no início do livro: Líbia, Índia, Indonésia, Filipinas, México, Itália. Considerar cada estudo desses [*Envisagée chacune em elle-même l'étude de ces*] exemplos concretos é interessante, mas eles estão longe de cobrir todos os tipos de países subdesenvolvidos (nenhum exemplo da África negra) e o autor utiliza para diferenciá-los das noções arbitrárias e um pouco simplistas.

Outra obra de aperfeiçoamento [*mise au point*], recente e muito útil, aquela de Elias Gannagé, *Économie du développement*⁹⁰⁶. O conteúdo é sensivelmente mais vasto que o título parece indicar. Com efeito, uma primeira parte é consagrada à descrição do fenômeno do subdesenvolvimento, à sua delimitação, à pesquisa de seus tratos distintivos. O autor analisa um certo número de critérios qualitativos, depois se esforça para dar uma medida estatística do subdesenvolvimento, passando em revista os principais indicadores quantificados [*chiffres*]. Umhas trinta páginas consagradas às estruturas reagrupam de forma muito útil as noções capitais de dualismo territorial, dualismo funcional e de dualismo social. O exame dos problemas do dualismo territorial (disparidade regional do desenvolvimento) é, em particular, de um grande interesse para o geógrafo.

A segunda parte da obra é o estudo dos diferentes “círculos viciosos”. E. Gannagé é um dos raros autores que abordam tão [*aussi*] francamente o problema fundamental da distorção existente entre crescimento demográfico e crescimento econômico. Para ele, essa “armadilha malthusiana” [*guêpier malthusien*] é um dos maiores círculos viciosos. Mas há outros: círculo vicioso do capital e da poupança, círculo vicioso da repartição das rendas, círculo vicioso do comércio internacional. Lemos com grande interesse uma passagem muito boa de aperfeiçoamento [*mise au point*] sobre a questão do desemprego disfarçado e seus diferentes aspectos (p.116-129).

A descrição destas diversas contradições que são estes círculos viciosos sublinha a natureza específica da operação de desenvolvimento. O autor, na terceira parte da obra, trata do desenvolvimento, identificando as forças positivas que seriam suscetíveis de contrabalançar os obstáculos existentes e que poderiam mobilizar maior quantidade de fatores disponíveis, que restam até então inutilizadas. E. Gannagé, apresentando e reagrupando o aporte teórico de diferentes autores (não somente anglo-saxões, mas igualmente franceses), estuda as condições sem as quais as decisões de investir são bloqueadas; ele enumera os critérios de escolha dos investimentos e sua prioridade, finalmente, as condições de sua eficiência. Mas os “freios”

⁹⁰⁶ E. Gannagé, *Économie du développement*, P. U. F., 1962, 352p.

desaparecerão exclusivamente através da implementação destes fatores econômicos de desenvolvimento? O autor parece esperar. Mas podemos também duvidar de sua eficácia, enquanto uma transformação radical das condições políticas (revolução agrária) não erradicar a raiz desses freios.

O livro de Gunnar Myrdal, *Une économie internationale*⁹⁰⁷, na minha opinião, o maior livro sobre os problemas do subdesenvolvimento: maior, não pelo tamanho, mas pela amplitude de pensamento, a dignidade da atitude, o rigor da análise, a amarga recusa das ilusões cômodas. G. Myrdal não propõe uma nova teoria do desenvolvimento, ou outra explicação do subdesenvolvimento. Ele se recusa a fechar seu pensamento nas curvas matemáticas sábias, que muitas vezes são lugar de raciocínio de outros economistas. Seu livro é a soma dos aportes mais positivos da economia, sociologia, ciência política, combinados racionalmente e harmoniosamente em um pensamento lúcido e benevolente. Para este grande burguês escandinavo, para este alto funcionário das organizações internacionais, a Ética não é para invocar o que deveria ser, a caridade cristã que deveria existir, a solidariedade internacional que poderia se desenvolver, a ideologia que deveria se manifestar, mas compreender e justificar a revolta, denunciar as teorias falaciosas, ainda que [*dût-il*] seja levado a duvidar do possível sucesso dos valores aos quais ele está ligado.

G. Myrdal afirma, em primeiro lugar que seu ideal é uma “economia internacional” onde todas as pessoas seriam verdadeiramente integradas e participariam no progresso. Ele mostra que o fenômeno atual é, pelo contrário, a desintegração do mundo, sua evolução para uma desigualdade constantemente mais acentuada. O autor procede à uma crítica radical do pensamento econômico tradicional que vê nas relações econômicas internacionais um fator de equilíbrio. Estas teorias, entrincheiradas atrás da “espessa bruma de uma oportuna ignorância”, de evidentes “predileções conservadoras”, são apenas “a racionalização dos interesses dominantes dos países industrializados”. G. Myrdal denuncia a ilusão ou a fraude do desenvolvimento apenas por meio de investimentos privados, criadores de “enclaves” econômicos, e sublinha a fraqueza da ajuda internacional. Uma das causas graves da desintegração mundial é a Guerra Fria; as despesas de armamento prejudicam [*obèrent*] não apenas os orçamentos das grandes potências, mas também e muito pesadamente, dos países subdesenvolvidos.

“A ideia de que estes países poderiam se desenvolver segundo um processo de transformação praticamente paralelo àquele dos países hoje avançados, uma tal ideia é superficial e

⁹⁰⁷ G. Myrdal, *Une économie internationale*, P. U. F., 1958, 506p.

radicalmente errada” e G. Myrdal demonstra o porquê. Os países desenvolvidos podem se desinteressar da sorte dos países pobres? O autor considera que é inútil evocar a moral ou nosso interesse: “uma coisa é certa, os países pobres elevarão a voz cada vez mais alto... eles não reconhecem nosso direito de permanecer a parte” ... “Quando aqueles que têm motivo para se queixar reunirem seu poder, começa o tempo então, onde os ideais e a consciência social podem se tornar eficazes” (p.87). “Não deveria nos surpreender ver os países pobres utilizarem este elemento de real potência política que constitui sua capacidade de prejudicar de alguma forma, ou para representar uma ameaça...” “Sua pobreza os dispensa de ter em conta outras considerações internacionais, que aquelas que jogam também em seu próprio interesse. Os países ricos não fazem, tampouco, tantos sacrifícios reais” (p.83). O mundo está em revolução e entre todos os povos subdesenvolvidos se produziu o “Grande despertar”. “Eles exigem seu desenvolvimento”. “Toda esta evolução não é nada mais que a expansão vitoriosa dos ideais ocidentais. Nós estamos finalmente conquistando o mundo espiritualmente... é por isso que nós não somos capazes de lutar contra esta evolução”.

G. Myrdal evoca a absurdidade de nosso mundo atual: “Muito trigo, mas nenhum pão” (cf. a palavra tão justa de A. Sauvy: “Os países subdesenvolvidos não carecem de pão, mas de ganhá-lo”), mas ele quer limitar o quadro de suas reflexões à parte do mundo “não-soviético”: “O mundo soviético, declara entretanto, apresenta um tipo completamente diferente de organização econômica: ele se apresenta sob seu aspecto fundamental como um sistema para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos” (p.202)... “seus métodos são rudes mas eficazes”. No resto de seu livro, G. Myrdal não voltará mais a este ponto, mas sentimos que esta preocupação permanece continuamente no pano de fundo [*l’arrière-plan*] de seu raciocínio. Donde a significação trágica para o autor, de algumas de suas demonstrações que levam [*débouchent*] finalmente sobre a quase certeza do fracasso da tentativa ocidental. *Une économie internationale* é no fundo um livro trágico, onde o autor mascara sua ruptura [*déchirement*], sob a calma pudica de uma demonstração científica. Há ali uma grandeza, que não são encontradas em pessoas que são astuciosas [*ruses*] e evitam este problema crucial.

Os obstáculos que devem afrontar os países subdesenvolvidos são consideráveis: “Está aquém da verdade afirmar que a tarefa que eles vão empreender difere de todas aquelas que nossos países jamais enfrentaram e que ela se revela incomparavelmente mais difícil”. O problema essencial é obter [*prélever*] uma poupança considerável sobre uma população muito pobre e que deve melhorar o nível de vida para permitir um desenvolvimento econômico rápido a fim de poder alcançar a vaga demográfica. G. Myrdal considera que a situação é sem saída, a menos que exista um “atalho” ... à dificuldade da tarefa acrescenta-se a presença de freios que são

essencialmente de ordem social: “É neste contexto de graves desvantagens sociais e políticas que os países subdesenvolvidos devem iniciar seu esforço”. “Os obstáculos iniciais à mudança social contra os quais se chocam as populações subdesenvolvidas são muito mais fortes que aqueles que existiam outrora nos países hoje desenvolvidos”. “Não vai ser sem luta” (p.257) que as populações realizarão a reforma agrária que é na realidade uma revolução. Por outra parte, “os homens no poder são geralmente favoráveis à uma política de desenvolvimento econômico no sentido estrito do termo, mas na condição que elas não levem a alterações na estrutura social dentro da qual eles gozam de uma situação privilegiada” (p.237). “Donde sua inclinação a considerar o desenvolvimento econômico em termos de barragens e de equipamentos industriais”. G. Myrdal mostra por diversos exemplos que “para preparar a via ao desenvolvimento, estes países precisam de reformas iniciais massivas em sua estrutura social”.

Entretanto, “a aspiração ao desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos não é em absoluto uma vã quimera de economista em falta de planos [*em mal de plan*]: é uma força política de uma potência enorme, irresistível” (p.243). “O fato que elementos emocionais muito fortes relacionam o esforço de desenvolvimento econômico à luta pela independência política nacional é de uma importância muito grande, no que ele distingue este esforço de desenvolvimento do processo histórico da industrialização tal qual eles se desenrolaram nos países avançados” (p.225). No entanto, G. Myrdal considera “que a dificuldade mais grave para superar e cujas incidências por toda parte retardadoras podem mesmo em alguns países impedir a evolução, é sem dúvida alguma a amplitude das desigualdades sociais e econômicas no interior desses países” (p.449).

“A cortina vai levantar-se sobre um grande drama humano, escreve G. Myrdal. Seria bem difícil escapar da conclusão que, em toda objetividade, a saída mais provável para os países subdesenvolvidos é o fracasso e, conseqüentemente, a desintegração social e as perturbações políticas” (p.330). “A menos que haja um certo número [*A moins d'un certain nombre*] de quase-milagres, poucos países subdesenvolvidos conseguirão atingir seus objetivos essenciais” (p.443). G. Myrdal termina este livro sobre a visão de “um mundo à deriva, ao sabor da maré [*au fil de l'eau*], para um destino que não terá escolhido”.

X. – Perspectivas de pesquisa

Se a parte dos problemas políticos parece tornar-se cada vez maior em reflexões consagradas aos problemas do desenvolvimento, no entanto, é necessário que o conhecimento dos dados do

subdesenvolvimento seja satisfatório. Muitas questões permanecem e uma série de problemas não são sequer verdadeiramente formulados. Várias publicações recentes elaboram utilmente a lista das pesquisas necessárias. Observaremos o relatório [*On relèvera le compte rendu*] do colóquio Dakar-Abidjan, organizado pela Associação de estudos para expansão da Pesquisa científica sobre o tema: *A pesquisa científica e técnica e o desenvolvimento econômico e social dos países africanos*⁹⁰⁸. O documento mais interessante, mesmo que apenas por sua natureza interdisciplinar, é a pesquisa, efetuada pelo I.E.D.E.S: *Para um plano internacional de pesquisas prioritárias concernente aos países desenvolvidos*⁹⁰⁹.

Há que lamentar a indiferença quase total dos historiadores com respeito aos problemas do subdesenvolvimento. Certamente a história da colonização se desenvolve regularmente desde algumas décadas, mas ela é muitas vezes orientada de modo tal que sua contribuição ao conhecimento do subdesenvolvimento se encontra amplamente reduzida. Contudo, a participação do historiador é indispensável para precisar, no quadro das diversas partes do globo, as diferenças que existem entre a situação atual de subdesenvolvimento e a situação que a precedeu (situação “colonial” de tipo antigo, ou situação “tradicional”), entre o passado econômico e social dos países subdesenvolvidos e a situação que existe nos países hoje desenvolvidos, antes da revolução industrial. É possível compreender verdadeiramente uma situação de subdesenvolvimento após a análise histórica das condições nas quais os diferentes “freios” econômicos e sociais foram estabelecidos. Alguns deles são muito antigos (em alguns casos, eles remontam ao fim da Antiguidade ou a Idade Média); outros são muito mais recentes. Se os traços essenciais do fenômeno geral de subdesenvolvimento começam a ser convenientemente conhecidos e hierarquizados em relação aos outros, falta muito [*il s'em faut de beaucoup*] para que os países subdesenvolvidos sejam convenientemente considerados de um ponto de vista diferencial. Concebe-se o subdesenvolvimento em sua generalidade, por referência à situação muito diferente que existe nos países desenvolvidos. Importa agora estabelecer uma classificação dos diferentes tipos de países subdesenvolvidos e apreender [*saisir*] a especificidade das diversas situações de subdesenvolvimento em relação às outras. O subdesenvolvimento é, num quadro espacial determinado, uma combinação de múltiplos fatores de natureza muito variada que intervém de acordo com as proporções específicas. Na superfície do globo, estas combinações são muito diferentes umas das outras. Comparado aos países desenvolvidos, todos situados na zona temperada, povoada de Europeus, e relativamente

⁹⁰⁸ *La recherche scientifique et technique et le développement économique et sociale*, Colloque Dakar-Abidjan. Les cahiers de la République. Janvier 1961, 427p.

⁹⁰⁹ *Tiers-Monde*, janv. – mars, 1961, p.41-103.

uniformizada no quadro de uma civilização industrial comum, os países subdesenvolvidos aparecem infinitamente mais diferenciados tanto em razão da variedade de suas condições naturais quanto pela diversidade de seus dados étnicos. A isto se adiciona o fato que a situação presente desses países resulta da combinação de empresas estrangeiras variadas à sociedades “tradicionalistas” mais ou menos originais [*originalisées*].

É absolutamente indispensável ter em conta a diversidade das situações de subdesenvolvimento no momento da escolha das modalidades de uma política de desenvolvimento e de sua aplicação. Um “modelo de crescimento” que se projetaria indiferentemente sobre o Congo e sobre a Argélia seria apenas utopia e engano.

No entanto, seria abusivo ver nas múltiplas falhas registradas durante quinze anos nos países subdesenvolvidos apenas o simples resultado de uma má adaptação da política de desenvolvimento às condições particulares do país [*contrée*] onde ela era empreendida. Estas falhas são devidas, em primeiro lugar, à persistência dos freios, dos fatores anuladores [*dirimants*], mantidos por razões políticas. Estes obstáculos, em muitos casos, eram tais que a tentativa de desenvolvimento abortou antes mesmo de enfrentar os traços específicos mais secundários desta situação de subdesenvolvimento que ela pretendia resolver. O sociólogo, o etnólogo, o agrônomo, o geógrafo, devem tomar cuidado para não apoiar uma operação que visa deixar na sombra as causas primeiras das falências (as cobranças [*prélèvements*] exorbitantes realizadas pelas minorias privilegiadas) graças à uma denúncia cômoda dos aspectos do projeto de desenvolvimento que não teriam sido adaptados às particularidades locais.

Em contrapartida, o conhecimento das realidades do meio geográfico no qual deve se desenrolar o esforço de desenvolvimento é, uma vez os fatores anuladores [*dirimants*] afastados, uma garantia de sucesso, que é essencial não negligenciar. O legado a recolher e valorizar [*mettre em valeur*] está numa natureza concreta muitas vezes hostil, que deu forma, num contexto técnico, social e político particular, a maneiras de ser e de produzir que se tornaram, por sua vez, os dados do meio elaborado, os elementos do legado. Por outra parte, a implementação das possibilidades de um país é condicionada, em grande medida, pela satisfação de uma série de necessidades específicas. Assim, o aumento da produtividade agrícola passa, por exemplo, pelo melhoramento do regime alimentar e desenvolvimento da instrução. A tarefa é particularmente complexa dado que trata-se de avaliar, em um quadro especial determinado, tanto as potencialidades e as necessidades.

O livro de L. – J. Lebret, *Dynamique concrète du développement*⁹¹⁰, constitui, neste domínio, uma contribuição interessante e útil. O autor, que se apoia sobre um conhecimento concreto de vários países subdesenvolvidos, quis colocar o problema do desenvolvimento em todas suas dimensões e estabelecer baseado nesta “abordagem global” um método empírico suscetível de orientar um trabalho de equipe. Esta poderia, ao fim de dois anos, segundo o autor, fornecer conclusões práticas que permitiriam a um governo formular um plano indicador de desenvolvimento. Depois de uma primeira parte consagrada à noção de desenvolvimento, L. – J. Lebret prende-se [*s’attache*] ao estudo da “tensão” entre necessidades de um lado e possibilidades de outro. Recorrendo à microanálise para o estudo dos níveis de vida individuais e coletivos, o autor utiliza a macroanálise para as atividades criadoras de bens e serviços. As necessidades são avaliadas com base em normas mínimas, tanto no domínio biológico e nutricional, quanto no nível doméstico, residencial, escolar, social, cívico e espiritual. Trata-se de uma problemática, apoiada por numerosos exemplos concretos, acompanhados de cartas, de croquis e de diagramas sintéticos. Páginas de um grande interesse tratam do crescimento das necessidades sob o efeito do crescimento demográfico, do aumento do nível de vida. Em um crescimento muitas vezes desordenado das necessidades onde as necessidades primordiais são sacrificadas elegantemente [*à la monde*], para efeito de “demonstração”, L. – J. Lebret opõe a possibilidade de um “crescimento ordenado das necessidades” realizado com base em certas “mutações” provocadas, de uma ativação das necessidades positivas e da frenagem de desejos negativos.

A estimativa das possibilidades (existentes) e das potencialidades é baseada [*repose sur*] em padrões de inventário de recursos naturais, as infraestruturas fundamentais, os equipamentos e estruturas (polos de vida coletiva, força de trabalho, capacidade financeira, fatores “extra-econômicos”). Novamente, os exemplos concretos, as cartas, os diagramas são numerosos.

A terceira parte da obra é consagrada ao estudo das “arbitragens” que devem resultar da confrontação, da tensão entre necessidades e possibilidades. Estas arbitragens baseiam-se [*reposit sur*] no estado de desenvolvimento do país, avaliado com base em quadros e diagramas sintéticos particularmente complexos e pela delimitação de unidades territoriais. Esta última abordagem permite, em particular, elaborar as “cartas de intervenção” cujo exemplo particularmente sugestivo é dado na página 381 do livro. As “arbitragens” são de diversas naturezas: “arbitragens de finalidade” entre certas regiões de um mesmo Estado, entre camadas sociais; arbitragens econômicas entre o consumo, a poupança e o investimento, entre a produção

⁹¹⁰ L. – J. Lebret, *ouvr. cité*.

destinada ao consumo interno e aquela que é destinada à exportação, etc. As diversas arbitragens parciais devem ser reagrupadas na planificação global.

A obra termina com dados eminentemente práticos: resumo das operações do desenvolvimento ordenado; composição de uma missão preparando o conjunto do estudo prévio à elaboração do plano; composição de um organismo nacional de planificação.

Este livro aparece, portanto, particularmente rico, principalmente no domínio metodológico e prático. Ele interessará especialmente aos geógrafos, porque o método de L. – J. Lebreton é, em muitos pontos, muito próximo da abordagem geográfica. Ademais, o autor confere na organização de sua equipe ideal, um lugar notável ao geógrafo que intervém em primeiro lugar. Podemos lamentar que a participação do geógrafo seja um pouco acantonada às fases iniciais da investigação e que seu papel seja muitas vezes confundido com o do cartógrafo. Porém, é mais justo se tomar à indiferença frequente dos geógrafos comparado [*en regard*] com os problemas do subdesenvolvimento que as concepções do Padre Lebreton. É, na realidade, o primeiro especialista em matéria de desenvolvimento que concedeu um lugar notável à intervenção dos geógrafos.

Contudo, a amplitude do campo de investigações, a minúcia do método proposto, a diversidade dos fenômenos considerados revelam ainda mais surpreendentes as duas lacunas maiores que caracterizam esta obra. A primeira diz respeito à reforma agrária. É, no entanto, um problema que se põe, ou que é posto apenas recentemente, quase em todos os países subdesenvolvidos. Sua importância é essencial, porque remove [*lève*] o obstáculo sobre o qual tropeçaram numerosas tentativas de desenvolvimento. A reforma agrária não é uma operação simples e cômoda e ela pode ser empreendida de diversas maneiras. Por conseguinte, seria útil dispor de um estudo metodológico preciso sobre esta questão. No entanto, L. – J. Lebreton, que tem entretanto a experiência de países onde a situação agrária é particularmente grave, consagra apenas algumas linhas singularmente vagas à este problema (três linhas, p.362). Embora o problema agrário resulte essencialmente da dominação de uma classe social sobre outras, a reforma agrária não é evocada na parte do livro consagrada à “arbitragem entre classes sociais” (p. 336-337). Nenhuma menção da situação agrária, nem da necessidade de uma reforma nas páginas 310-315 onde são enumeradas em detalhe os “fatores retardadores que freiam ou perturbam o desenvolvimento”. Estas são desagradáveis omissões.

A segunda grande lacuna desta *Dynamique concrète du développement* refere-se aos métodos de “investimento-trabalho” pela mobilização das massas subempregadas. Nurkse mostrou teoricamente a relevância [*intérêt*] desta forma de desenvolvimento, a experiência chinesa demonstrou concretamente a eficácia, com um impacto considerável nos países

subdesenvolvidos. No entanto, L. – J. Lebret não faz nenhuma menção desta teoria de Nurkse, embora a obra em questão trate em um longo anexo da “evolução das ideias e das teorias econômicas em matéria de desenvolvimento”. Em duas passagens consagradas “à força de trabalho” (p. 268-272) e à “orientação do emprego” (p.354-356), passagens que contrastam com o resto da obra pela relativa imprecisão e seu caráter sumário, não é feita menção desta política de “investimento-trabalho”, se não para condená-la sem nomeá-la: “a inserção no trabalho [*la mise au travail*] da integralidade da população pode provocar uma série de desagregações familiares, sociais e culturais cujas consequências à longo prazo serão temíveis enquanto não forem encontrados ou tornados aplicáveis os processos de evolução que respeitem os direitos humanos fundamentais” (p.356). Esta crítica parece exagerada na medida em que ela considera a inserção no trabalho [*mise au travail*] da *integralidade* da população, o que é propriamente impossível. A política de investimento-trabalho tem por princípio apenas que a mobilização da fração de população em condições de trabalhar que se encontra situada nas condições de desemprego ou de subemprego. Ademais, esta noção de subemprego, considerada agora como fundamental nos países subdesenvolvidos, está muito sumariamente e mediocrementemente evocada na obra do Padre Lebret.

Portanto, é muito lamentável que estas duas omissões maiores venham truncar o alcance prático de uma obra, que oferece um interesse metodológico muito grande. Resta desejar que o método aperfeiçoado [*mise au point*] por L. – J. Lebret para outras questões seja aplicado aos problemas que colocam a realização efetiva da reforma agrária e a utilização positiva do subemprego.

É certo que as dificuldades econômicas e as perturbações sociais têm sido causadas pela implementação [*mise em oeuvre*] de políticas de desenvolvimento baseadas no investimento-trabalho. As dificuldades não parecem ser a consequência automática deste método de desenvolvimento, mas o resultado de uma superestimação do efetivo subempregado que poderia ser mobilizado.

De fato [*en effet*], o cálculo do subemprego é ainda extremamente impreciso. Nurkse coloca [*pose*] que o desemprego disfarçado é a massa de trabalhadores que seria possível de retirar da cultura sem, por isso [*pour autant*], diminuir a produção. É uma definição bem vaga. As diversas estimativas levantadas por G. Ardant⁹¹¹ da porcentagem da população rural subempregada nos diferentes países parecem proceder de sondagens aproximativas efetuadas durante o período de entressafra agrícola [*lors de la morte-saison agricole*]. Na realidade, o subemprego, o desemprego disfarçado, apresentam formas muito complexas, variáveis no

⁹¹¹ *Le monde en friche*, ouvr. cité.

tempo e no espaço. A obtenção [*prélèvement*], para a realização de trabalhos geradores de um crescimento de produção, de um contingente de mão de obra abusivamente considerado como subempregado, pode provocar graves dificuldades, senão desastres.

Um conhecimento satisfatório do subemprego, tanto do ponto de vista qualitativo como quantitativo, na sua diversidade espacial como nas suas variações sazonais, é a condição do sucesso das políticas de desenvolvimento. Este estudo do subemprego passa pelo estudo do trabalho. De fato, nos países subdesenvolvidos, as duas noções dificilmente desprendem-se [*se dégagent*] uma da outra. Por outro lado [*D'autre part*], a produtividade dos trabalhadores é tão baixa, que a produção agrícola necessita em certos momentos de uma mão de obra considerável. A mobilização de contingentes realmente disponíveis que possam atingir uma certa importância é condicionada pela transformação das condições do trabalho agrícola, único [*seule*] que pode liberar os efetivos notáveis. Esta transformação pode ser tentada apenas com base em um bom conhecimento das modalidades de trabalho rural.

Os problemas relativos ao trabalho são os problemas cruciais dos países subdesenvolvidos, porque se o subemprego é o pântano em que são tragadas [*engluent*] todas as tentativas de desenvolvimento, é também a força oculta cuja utilização, no quadro de investimento-trabalho, parece a única [*seule*] capaz de assegurar a “decolagem” dessas economias amarradas por um conjunto de círculos viciosos.

No entanto, a orientação das pesquisas para estes problemas é ainda excepcional, no quadro dos países subdesenvolvidos. Um dos raros trabalhos de envergadura, neste domínio, é o notável livro de Renée Rochefort, *Le travail en Sicile*⁹¹². Se assinalai, no início deste artigo, que as obras geográficas não seriam consideradas e se lamentei repetidas vezes a indiferença aparente dos geógrafos em relação [*à l'égard*] aos problemas do subdesenvolvimento, sou feliz de ser agora obrigado a contradizer-me.

“Diante da letargia da história, face à inércia das coisas e das pessoas, face à ociosidade pretendida [*voulue*] ou forçada, o trabalho me pareceu tomar um significado outro que nas condições em que estamos habituados [*dont nous avons l'habitude*]”, escreveu R. Rochefort (p.1), que sublinha este caráter “patológico” do trabalho em países subdesenvolvidos. “Eu tentei, disse ela, apreender a realidade siciliana por este reagente preciso que é o trabalho” (p.2). Ela foi perfeitamente bem sucedida e seu livro é ao mesmo tempo [*à la fois*] um dos mais *concretos* e um dos mais *eficazes* que foram até agora publicados sobre um país

⁹¹² R. Rochefort, *Le travail en Sicile*, P. U. F., 1961, 363p.

subdesenvolvido. Este estudo do trabalho permite apreender os diversos aspectos do subdesenvolvimento na sua globalidade.

R. Rochefort aborda em primeiro lugar “o problema dos determinismos”, questão fundamental em países subdesenvolvidos. Ela sublinha as “ambiguidades do espaço siciliano” comparado [*en regard*] com o trabalho e com as técnicas. Outro determinismo, aquele do “Tempo” da História. E essa geógrafa brilhantemente integrou a abordagem histórica nas pesquisas das causas que criaram [*mis en place*] as condições atuais do subdesenvolvimento. Ela sublinha este fenômeno de estagnação histórica, de regressão relativamente recente, de “involução histórica”, ela diz, que marca as estruturas sicilianas, como aquelas de outros países subdesenvolvidos.

R. Rochefort sublinha a indeterminação, a ambiguidade da noção de trabalho em economia subdesenvolvida, e ela põe [*met*] em paralelo a muito interessante noção de não-trabalho. Lançando as bases de uma problemática do trabalho em países subdesenvolvidos, a autora analisa “o ciclo patológico do trabalho”: ele se caracteriza pelo *desperdício* de tempo, terra, produtos e seres humanos. R. Rochefort esboça uma patologia dos ritmos de trabalho: “a vida laboral em Sicília, como em outros países subdesenvolvidos, é na realidade uma longa espera, recortada [*couppé*] de esforços intermitentes por vezes desgastantes (p.321). Ao contrário de certos autores que silenciam pudicamente estes fatos ou os denunciam com uma violência sentimental que não tem mais nada de científico, R. Rochefort desarticula a muito complexa patologia das relações de trabalho (relações de dependência, favoritismo, parasitismo, extorsão [*rackett*], pressão da Máfia). Finalmente, a autora aborda a patologia dos equilíbrios do trabalho (desarmonia das relações cidade-campo, perdas provocadas pela emigração, distorção da evolução econômica Sicília-Itália). Esta análise das formas de trabalho e não trabalho é realizada tanto no quadro da sociedade rural quanto naquele das cidades, das indústrias antigas ou modernas e das atividades do setor terciário.

O livro de Renée Rochefort responde no essencial ao questionário elaborado [*dressé*] por L. – J. Lebret em a *Dynamique concrète du développement*, e, além disso, apresenta a incontestável superioridade de não eludir [*éluder*] o exame dos problemas políticos e o das suas consequências econômicas muito importantes. R. Rochefort procede a um estudo preciso da reforma agrária, de seus efeitos e das dificuldades que ela encontra. Este estudo de geografia social sobre *Le travail en Sicile* fornece um balanço dos problemas do subdesenvolvimento desta ilha. A partir deste balanço, seria possível formular um plano de desenvolvimento eficaz, porque *todos* os obstáculos e os freios são designados e as forças positivas claramente indicadas.

O livro de Renée Rochefort demonstra a eficácia da análise e da síntese geográfica, no quadro de estudos relativos aos problemas do subdesenvolvimento. Neste domínio, as perspectivas do trabalho geográfico aparecem muito grandes. Mas se os geógrafos têm ali um lugar a assumir [*place à prendre*] e uma posição a manter [*rang à tenir*], eles não lhe são reservados. Na verdade, pelo fato mesmo que todo estudo do subdesenvolvimento coloca necessariamente problemas de essência geográfica, uma pesquisa válida não pode negligenciá-los. Também muitos [*nombre*] economistas e sociólogos os abordam, frequentemente sem perceber [*réaliser*] que seu raciocínio depende [*relève*] desta ciência.

Mas o pensamento geográfico elabora-se menos espontaneamente que a prosa de M. Jourdain e os especialistas não-geógrafos que consideram apenas um número muito limitado de elementos do problema geográfico. As teorias econômicas “espaciais” não podem tomar lugar do conhecimento geográfico. O trabalho dos geógrafos é atualmente parcialmente efetuado pelos especialistas de outras disciplinas, com uma felicidade maior ou menor. As consequências materiais desta situação podem ser extremamente prejudiciais à abrangência [*rayonnement*] da geografia e aos interesses materiais dos geógrafos. Elas podem ser graves para os países subdesenvolvidos: as políticas viáveis de desenvolvimento podem ser comprometidas, por falta de um estudo geográfico conveniente dos problemas.

Finalmente a pesquisa em matéria de subdesenvolvimento é suscetível de ser muito proveitosa à Geografia. Várias ciências já têm tirado [*ont déjà tiré*] sua orientação para os problemas do subdesenvolvimento, uma nova flexibilidade, um alargamento das perspectivas, métodos de abordagem originais, um contato ampliado com outras disciplinas. A Geografia pode, sem dúvida alguma, conhecer tais enriquecimentos.

Yves Lacoste.

Observações para o estabelecimento de uma tipologia geral do desenvolvimento desigual

Tradução de José Arnaldo dos Santos Ribeiro Junior

Um conjunto de objetos e de práticas, formas de consumo, técnicas que simbolizam a “civilização moderna” são hoje difundidas por todo o globo, a partir dos grandes países industriais. Encontramos, sobretudo nas grandes cidades, na América Latina, em África e na Ásia, aproximadamente os mesmos automóveis, as mesmas formas de construções modernas, as mesmas marcas comerciais, as mesmas formas de publicidade que na Europa e nos Estados Unidos. Hoje em dia, é banal constatar o desaparecimento, em muitos países, dos aspectos que provocavam a mudança de cenário do viajante, amante do exotismo. Na maioria dos casos, é apenas um exotismo adulterado que se oferece aos aparelhos fotográficos dos turistas ianques ou europeus. No entanto, esta uniformização, que traduz a intensificação das trocas internacionais e o reforço dos fenômenos relacionais à escala planetária, é acompanhada por uma acentuação dos contrastes e das diferenças, não só entre os diferentes países, mas também dentro de cada território.

Com efeito, há cerca de 150 anos que se desenvolve sobre o conjunto do globo um processo de diferenciação cujas consequências são cada vez mais importantes. É certo que o mundo no final do século XVIII era formado por regiões [*contrées*] cujas populações ofereciam uma grande variedade de trajes, hábitos [*moeurs*], costumes e de crenças cujos vestígios mais ou menos conservados fazem a alegria dos etnólogos. Mas esta diversidade de aspectos, aquela mesma que hoje desaparece sob o uniforme da “vida moderna”, cobria outrora estruturas econômicas e sociais fundamentais que eram relativamente próximas umas das outras. Em quase todos os países do mundo, o grosso da população era constituída por agricultores que viviam no quadro de consumos aldeões ou tribais. Cada uma dessas populações estava organizada, no essencial, no quadro de uma economia de autossubsistência. As trocas que incidiam [*portaient*] apenas sobre quantidades limitadas de produtos pouco perecíveis, efetuavam-se entre cidades cujo papel era relativamente modesto. As principais formas de diferenciação do ecúmeno correspondiam outrora aos limites dos diferentes meios naturais e às áreas de extensão de alguns grandes gêneros de vida.

Desde há um século e meio, a extensão progressiva ao conjunto do globo de uma economia de troca que incide [*portant*] sobre quantidades crescentes de produtos cada vez mais numerosos provocou uma diversificação sem precedentes das características geográficas. A aplicação de técnicas de produção infinitamente mais eficazes do que as do passado revelou a

distribuição desigual e a diversidade das potencialidades naturais. A especialização econômica, que pode ser levada até a monoprodução, provoca distinções radicais entre territórios que outrora não pareciam muito diferentes. Em contrapartida, um número crescente de atividades cada vez mais diferenciadas aglutinam-se em certos locais, cada uma delas se beneficiando do progresso das outras. Os complexos industriais que correspondem a grandes aglomerações urbanas contrastam com as extensões onde o número de homens tende a diminuir e a gama de funções a restringir-se.

É necessário constatar que a geografia, tal como a entendemos hoje, se desenvolveu à medida que se manifestavam os efeitos desse processo de diferenciação que se iniciou há menos de dois séculos: à uma variedade de condições naturais que correspondia, na maior parte dos continentes, aos grandes traços de uma distinção zonal mais ou menos matizada pelos contrastes do relevo, veio juntar-se uma diversificação humana e econômica cujos efeitos tendem a tornar-se preponderantes. As combinações de caracteres e heranças [*hérités*] e de fatores dinâmicos que o geógrafo pode distinguir, tanto a nível planetário quanto à escala das descrições regionais, estão se tornando cada vez mais numerosas e cada vez mais diferentes.

Mas a esta diferenciação qualitativa sobrepõem-se os efeitos de crescimentos econômicos quantitativamente muito desiguais: determinam níveis de vida e condições de existência extremamente diferentes.

Durante algum tempo, alguns estimaram que os territórios onde as populações eram mais pobres correspondiam às regiões mais tardiamente atingidas pela expansão da “civilização moderna” e que, com o tempo, as desigualdades tenderiam a diminuir [*s'estomper*]. Com efeito, estas continuam a aumentar. Se em algumas regiões o aparecimento de novas condições de existência coincidiu com um enriquecimento, que, aliás, está desigualmente distribuído, noutros países, de longe [*de beaucoup*] os mais numerosos, as mudanças “modernas”, não menos importantes, não foram seguidas de apreciáveis melhorias. Muitas vezes levaram à uma deterioração das condições de vida. Se os termos “moderno”, “modernização”, implicam de alguma forma [*quelque part*] progresso, isso só é verdade nas partes do mundo que registaram positivamente os efeitos das grandes mudanças econômicas e sociais ocorridas há 150 anos.

Nos países que, de fato, reúnem a maior parte da humanidade e que, por vezes, participam há muito tempo no comércio internacional, também se produziram grandes mudanças; mas, no essencial, os seus efeitos não foram positivos.

Nos últimos 150 anos, os níveis de vida médios segundo os países diferenciaram-se extraordinariamente: em alguns países, os progressos econômicos são cumulativos e superam [*emporent*] cada vez mais o ritmo de crescimento da população. Em contrapartida, na maioria

dos países, o crescimento demográfico acelerado pela “revolução sanitária” (uma consequência importante dos fenômenos relacionais internacionais) é mais rápido que o aumento dos recursos cuja população efetivamente dispõe. As diferenças de rendimento que existiam outrora de uma região para outra, na época em que a maior parte das populações vivia no quadro de pequenas coletividades fechadas sobre si mesmas, parecem-nos hoje muito pequenas [*bien minimes*], em relação aos extraordinários contrastes que existem entre a riqueza crescente de alguns países e a miséria que gradualmente se agrava nos outros. O camponês europeu do século XVIII não vivia muito melhor do que o agricultor africano ou asiático. Ambos sofriam periodicamente de escassez. Hoje em dia, um operário da América do Norte ganha muitas vezes em um dia de trabalho o equivalente aos recursos de um ano de um camponês sul-americano.

O número de homens que vivem efetivamente no quadro da autossuficiência da aldeia está diminuindo a cada dia. As trocas internacionais multiplicam-se, as atividades de um número crescente de territórios estão cada vez mais função de mercados muito mais vastos. Os grupos humanos nunca estiveram tão em contato uns com os outros; mas nunca à escala mundial os contrastes foram tão grandes, nunca a desigualdade aumentou tão rapidamente.

O reconhecimento destas disparidades foi tardio. De fato, teve de esperar pela época da descolonização, porque os países mais pobres sendo [*étant*] frequentemente colocados num estado de dependência colonial, a constatação da miséria corria o risco de aparecer como o processo da colonização... A tomada de consciência desta enorme desigualdade a nível planetário é contemporânea da descoberta do que hoje se chama o “Terceiro Mundo”.

Contudo, se a constatação dessas diferenças internacionais de nível de vida e de condições de existência é primordial, ela não é suficiente, porque a realidade é mais complexa. Com efeito, em cada Estado, produziu-se não somente uma diversificação qualitativa dos espaços geográficos, mas também uma diferenciação quantitativa. Certamente, entre as regiões de um mesmo país, os contrastes de nível de vida estão longe de ser tão fortes como os que existem entre os Estados mais ricos e os mais pobres. Nos países onde a miséria é geral, é difícil apreciar objetivamente diferentes graus de miséria: nas grandes aglomerações urbanas, as favelas sórdidas aparecem, à primeira vista, como os lugares onde se amontoam as populações mais desfavorecidas; mas uma análise menos superficial permite se dar conta [*rendre compte*] do fato que, na maioria das vezes, a sorte dos habitantes das zonas rurais é, na realidade, ainda pior. Por outro lado, é delicado medir a superioridade que oferecem as condições de existência das populações que ainda vivem numa quase autossuficiência, em relação às populações que há muito participam de produções principalmente orientadas para a exportação. Não é fácil medir o nível de vida das populações que são ainda pouco tocadas pela economia monetária e daquelas

que se encontram [*sont placées*], durante uma grande parte do ano, em situação de subemprego ou de desemprego. A aparente superioridade do nível de vida médio das grandes cidades deve-se em grande parte ao fato de elas reunirem cada vez mais os membros de uma minoria privilegiada, numericamente muito restrita, mas que dispõe de rendimentos consideráveis. Assim, entre as diversas partes do território dos países com um nível de vida muito baixo, as diferenças parecem mais qualitativas do que quantitativas.

Em contrapartida, nos países em que o nível de vida médio aumentou fortemente desde há um século, sensíveis diferenças quantitativas surgiram entre os níveis de vida médios e as condições de existência das diversas regiões. Com efeito, os benefícios do desenvolvimento econômico não se repartiram igualmente. Esta desigualdade favoreceu não só relativamente certas classes sociais, certas categorias socioprofissionais, certos setores econômicos, mas também certos espaços geográficos mais do que outros. Algumas regiões registaram, se é que se pode dizer, positivamente as transformações econômicas e sociais que se produziram há um século, enquanto noutras o efeito dessas mudanças aparece, sob certos ângulos, relativamente negativo: os progressos ali foram mais lentos. Atualmente, é patente que, nos países economicamente desenvolvidos, o nível de vida médio das populações de certas partes do território nacional é superior ao dos habitantes de regiões que aparecem desfavorecidas em relação às primeiras.

Muito conscientes há muito tempo das diferentes transformações qualitativas que vieram reforçar a diferenciação das diversas partes do território, os geógrafos são sensíveis apenas há uma ou duas décadas ao aspecto quantitativo dessas diferenças regionais. Essa discrepância [*décalage*] resulta de várias razões:

Por um lado, a desigualdade dos níveis de vida regionais parece ter sido, nos primeiros tempos da Revolução Industrial, muito menos forte que hoje; se, atualmente, a população da maior parte das grandes aglomerações urbanas dos países industrializados tem rendimentos médios nitidamente superiores aos dos habitantes das zonas rurais, o mesmo não acontecia há um século. Naquela época, muitas dessas cidades caracterizavam-se por um desemprego muito grave e por condições de existência desastrosas, que eram objetivamente piores que aquelas existentes em certas regiões rurais, onde a sobrecarga demográfica começava a diminuir. Ora, os progressos da produtividade na agricultura foram, desde então, muito inferiores àqueles que foram realizados na indústria e no setor terciário, principalmente aquele das cidades, foi capaz de controlar uma parte crescente do rendimento nacional. Foi nas grandes aglomerações urbanas e industriais que os trabalhadores conseguiram obter uma distribuição menos injusta

dos benefícios do desenvolvimento econômico. Menos organizados, a população rural não conseguiu, na maioria das vezes, alcançar os mesmos resultados.

Por outro lado, essa tomada de consciência por parte dos geógrafos das diferenças quantitativas regionais, resulta também do fato de a medição dessas desigualdades implica a aplicação de métodos que são próprios dos economistas. Estes só puderam fazer progredir as suas análises desde a elaboração, bastante recente [*somme toute récente*], de um aparelho estatístico muito complexo. Este aparelho resulta, em grande parte, do papel crescente que o Estado desempenha no domínio econômico e social.

Assim, por um lado, a acentuação das desigualdades regionais aparece, nos países de alto nível de vida, como um fenômeno que não é muito antigo e, por outro lado, a medida (muitas vezes ainda imprecisa) desses fenômenos só pôde ser feita nas últimas duas ou três décadas, por falta de um instrumento adequado.

Ora, a constatação do desigual desenvolvimento regional no interior de cada país industrializado ocorreu aproximadamente no momento em que as transformações políticas mundiais provocaram a tomada de consciência das desigualdades infinitamente mais graves que existiam a nível planetário entre os países de alto nível de vida e aqueles do Terceiro Mundo. O fato de que o destino dos “países subdesenvolvidos” tenha aparecido, pouco a pouco, como um dos maiores problemas do nosso tempo, levou muitos economistas, sociólogos, geógrafos e, na sua esteira [*leur suite*], muitos administradores e políticos a usar a expressão “subdesenvolvimento”, que teve o sucesso conhecido de designar situações econômicas e sociais resultantes de uma desigualdade relativa, seja esta apreendida a nível planetário ou somente no quadro de um único Estado. Tende-se a chamar “subdesenvolvidos” o termo inferior de qualquer comparação quantitativa, seja ela qual for.

Assim, em França, a Aquitânia, a Bretanha e outras zonas rurais são qualificadas de “regiões subdesenvolvidas”. Alguns autores designam da mesma forma o conjunto das localidades mineiras de Pas-de-Calais, de Decazeville, ou certos centros de construção naval e outros conjuntos industriais que atravessam atualmente uma fase de recessão e de crise. Que os habitantes dessas regiões e dessas cidades disponham de rendimentos médios e de condições de existência inferiores àquelas das regiões em expansão é agora conhecido e comprovado. Mas o fato é [*il n'en reste pas moins*] que essas populações, embora desfavorecidas em relação à média nacional, são colocadas numa situação incontestavelmente muito mais favorável que aquelas que vivem no conjunto dos países do Terceiro Mundo. Basta comparar as rações alimentares, as taxas de mortalidade infantil ou de analfabetismo, a produtividade dos trabalhadores agrícolas, os direitos políticos efetivos; basta evocar a difusão ou a ausência total

de algumas grandes endemias, para dar conta de que se trata de situações tão diferentes que é falso e até escandaloso designá-las pelo mesmo termo. A melhoria do destino do camponês bretão ou do mineiro despedido de Decazeville implica, é claro, a aplicação de medidas complexas; a transferência dos trabalhadores das zonas em recessão ou em estagnação econômica para as regiões onde a expansão provoca grandes necessidades de mão-de-obra necessita, para que seja rentável, um conjunto de condições que não são todas realizáveis a curto prazo. Mas, num lapso de tempo mais longo, a melhoria das condições de vida dessas populações atualmente desfavorecidas não se depara com obstáculos de maiores. É realizável mesmo no quadro dos regimes existentes, em razão da expansão econômica nacional. Muitos exemplos o provam.

Em contrapartida, na África, na Ásia, na América Latina, as dificuldades não afetam apenas algumas partes do território, mas o conjunto do Estado: as regiões menos pobres, elas próprias enredadas [*empêtrées*] em dificuldades terríveis, não dispõem de um dinamismo suficiente para envolver [*entraîner*] as partes mais desfavorecidas do país. Uma política de ordenamento do território parece irrisória em relação a esses problemas gerais, que são extremamente graves. Sua solução esbarra em círculos viciosos e num emaranhado de terríveis dificuldades. Algumas delas constituem obstáculos formidáveis [*dirimants*] no quadro dos regimes econômicos e sociais existentes.

Apesar dessas diferenças radicais, numerosos autores continuam a chamar de “subdesenvolvimento”, quer a situação global própria dos países de África, da Ásia e da América Latina, quer a que caracteriza as regiões menos ricas dos países com um elevado nível de vida. Entre esses dois tipos de situações designadas erradamente pelo mesmo vocábulo, existem não somente diferenças quantitativas consideráveis (no que diz respeito aos níveis de vida, aos rendimentos maiores, à produtividade, etc...), mas também diferenças qualitativas muito importantes. Chamar subdesenvolvido a tudo o que é menos rico, menor, menos equipado do que outra coisa, é esvaziar o conceito de subdesenvolvimento de qualquer substância, é abrir a porta ao confucionismo, para empregar indiscriminadamente um termo da moda.

É verdade que a maioria dos especialistas que escreveram sobre o subdesenvolvimento geralmente não procurou dar uma definição precisa, nem muito menos chegar a um acordo entre eles sobre o significado que atribuíam a esse termo. Ele abrange cerca de vinte acepções diferentes⁹¹³.

⁹¹³ Ver: *Géographie du sous-développement*, p.174-182, Presses Universitaires de France.

Apreciar o subdesenvolvimento de um país, tomando como referência o nível de vida e as características econômicas e sociais de outro, distante, sem contato direto com o primeiro, não tem grande significado concreto. Alguns escrevem que a França aparece “subdesenvolvida” (sic) em relação aos Estados Unidos. Mas esse assim chamado subdesenvolvimento traduz-se concretamente numa situação que não é assim tão má e que melhora. Em contrapartida, o subdesenvolvimento nos países do Terceiro Mundo corresponde seja à persistência de uma situação desastrosa, seja ao agravamento regular de condições de vida já muito miseráveis.

O subdesenvolvimento não é, em primeiro lugar, um fosso [*écart*] entre países estrangeiros. Esta diferença [*écart*] é apenas uma consequência dos seus *dinamismos internos*, que são muito diferentes. Durante séculos, em todas as partes do mundo, o crescimento econômico e o crescimento demográfico estiveram estreitamente ajustados. Num pequeno número de países que hoje formam cerca de um quarto da humanidade, o crescimento econômico é, há cerca de um século, muito mais rápido do que o crescimento demográfico. Esta distorção, nova na história, traduz-se na melhoria das condições de existência e na possibilidade de progressos cada vez mais consideráveis: é esta situação de desenvolvimento que permite caracterizar objetivamente os países desenvolvidos apesar da desigualdade das suas características quantitativas.

Em contrapartida, no resto do mundo, desde algumas décadas, o ajustamento do crescimento dos recursos e do número de homens deu lugar a um desajustamento inverso daquele que caracteriza os países desenvolvidos: o crescimento econômico entravado por um conjunto de fatores negativos (mais econômicos e sociais do que naturais) é menos rápido do que o crescimento demográfico que a revolução sanitária, realizada à escala planetária, veio formidavelmente acelerar. A situação de subdesenvolvimento, historicamente muito nova, é um desequilíbrio interno que tende a agravar-se: é caracterizada por uma distorção duradoura (ou uma tendência à distorção) entre um crescimento demográfico relativamente forte e um aumento relativamente fraco dos recursos de que dispõe efetivamente a população.

A pobreza, a fome e a doença são, infelizmente, muito antigas companheiras da humanidade. Mas, outrora, o número dos miseráveis aumentava muito lentamente. Ele aumenta hoje em dia em progressão geométrica. A miséria tornou-se cumulativa.

A situação de desenvolvimento e a situação de subdesenvolvimento são caracterizadas por desequilíbrios internos radicalmente opostos: um é gerador de progresso; o outro conduz à catástrofe. Entre a combinação de fatores que determinaram o primeiro, a combinação que gera o segundo, há diferenças qualitativas primordiais.

Definido como um desequilíbrio interno entre um crescimento demográfico mais rápido do que o crescimento dos recursos de que dispõe efetivamente a população, o termo subdesenvolvimento não pode absolutamente aplicar-se à maioria das regiões desfavorecidas dos países que conhecem uma situação de desenvolvimento. Com efeito, essas regiões são, para muitas delas, são regiões [*contrées*] rurais que registraram, desde uma época mais ou menos antiga, uma diminuição muito apreciável (por vezes considerável) de sua população e onde foram realizados alguns progressos econômicos. Para alguns territórios, o despovoamento foi tão forte que resultou numa sensível decadência econômica.

Por isso, alguns autores (B. Kayser em particular) propõem que sejam denominadas “regiões deprimidas”. Os habitantes dessas regiões têm evidentemente um nível de vida inferior àquele das regiões que conheceram uma maior expansão, mas não deixaram de se beneficiar de uma incontestável melhoria, tanto em razão dos progressos da produtividade, quanto pelo encargo [*prise en charge*] do Estado de uma série de realizações que permitem melhores condições de existência. É certo que esses progressos são menos rápidos do que os realizados nas regiões mais dinâmicas, mas não deixam de existir, embora a diferença [*écart*] entre os níveis de vida das diferentes regiões tenda a acentuar-se.

Em contrapartida, nos países caracterizados por uma verdadeira situação de subdesenvolvimento, o nível de vida das populações permanece muito baixo e tende frequentemente a baixar ainda mais. O êxodo da população rural para as cidades, que é uma solução a longo prazo relativamente eficaz nos países desenvolvidos, não é nos países subdesenvolvidos. Com efeito, por um lado, a produtividade dos agricultores permanece muito baixa e a redução do seu número torna muito difícil o abastecimento das populações urbanas. Por outro lado, uma grande proporção dos camponeses que partem para as cidades não consegue encontrar trabalho, porque a expansão das atividades industriais é limitada pela fraqueza do poder de compra do conjunto da população.

Num certo número de países desenvolvidos, nem todas as partes relativamente desfavorecidas do território correspondem a zonas rurais. Certas regiões industriais conhecem também dificuldades sensíveis e o nível de vida dos seus habitantes progride muito lentamente. Sofre mesmo uma regressão, sobretudo quando o desemprego se instala cronicamente. Trata-se, na maioria dos casos, de antigas implantações industriais cujas estruturas e especializações são atualmente inadaptables às características do mercado.

As regiões carboníferas, sobretudo quando as atividades se mantiveram essencialmente mineiras, sofrem os efeitos da concorrência vitoriosa dos hidrocarbonetos. As regiões têxteis que gozaram durante algum tempo de primazia mundial devem restringir as suas atividades,

desde que disponham apenas de mercados restritos devido ao aparecimento de novos produtores. Muitos estaleiros navais fecham suas portas quando alguns navios enormes substituem frotas de pequenas unidades. Essas regiões industriais em dificuldade colocam problemas complexos e específicos. Mas, a longo prazo, a sua reconversão, a adaptação do potencial de produção de que dispõem em função dos novos aspectos do mercado, são tanto mais realizáveis se forem integradas [*qu'elles sont intégrées*] num conjunto econômico em expansão, que pode fornecer os meios de renovação e absorver sem dificuldades consideráveis a mão-de-obra [*effectifs*] em excesso.

O problema é muito diferente nos países subdesenvolvidos quando cessa a atividade em zonas mineiras ou em regiões de especulação agrícola em razão do esgotamento das jazidas ou dos solos, do aparecimento, noutras regiões, de produtores mais favorecidos ou de mudanças ocorridas no mercado mundial. A mão-de-obra, por vezes muito abundante, que foi atraída para estas regiões na época da sua expansão, encontra-se então colocada em condições catastróficas, e as possibilidades de reconversão destes destroços são muito limitadas devido ao marasmo que afeta a economia de todo o país.

Se é impossível de assimilar à a uma situação de subdesenvolvimento o destino das populações que vivem nas regiões menos favorecidas de um país desenvolvido, do mesmo modo, não é possível confundir com uma situação de desenvolvimento, tal como foi definida acima, o caso das partes do território de um país subdesenvolvido, onde se encontram localizados equipamentos relativamente importantes e atividades especulativas mais ou menos dinâmicas. É certo que, em muitos países do Terceiro Mundo, as grandes aglomerações urbanas apresentam certos aspectos que podem iludir: bairros luxuosos, frenesi de construção, febre das especulações comerciais e financeiras. Mas essas características são apenas parciais e testemunham sobretudo a riqueza de uma minoria privilegiada e a amplitude dos impostos [*prélèvements*] que ela é capaz de realizar. A massa da população dessas grandes cidades, aquela que habita as zonas de favelas ou de cidades, não consegue encontrar emprego estável apesar da implantação de algumas indústrias. Com efeito, o seu crescimento é em breve retardado pela estreiteza do mercado interno e os efeitos da concorrência internacional. Enquanto nas regiões em expansão dos países desenvolvidos se manifesta permanentemente, nos nossos dias, uma sensível penúria de mão-de-obra, nas grandes aglomerações urbanas dos países subdesenvolvidos onde o excedente natural (frequentemente mais forte que nas zonas rurais [*campagnes*] menos afetadas pelas transformações sanitárias) acrescenta-se aos efeitos da imigração, a população aumenta mais rapidamente do que o número de empregos a preencher e, como nas zonas rurais, o número de desempregados não cessa de aumentar.

Nos países desenvolvidos, as regiões onde as populações dispõem dos rendimentos médios mais elevados correspondem, na sua maioria, a polos de desenvolvimento que desempenham um papel essencial na expansão da economia nacional. Certamente, esses polos tendem a concentrar atividades cada vez mais numerosas e importantes em razão das vantagens evidentes que tiram dos seus estabelecimentos próximos e à utilização de uma infraestrutura poderosa e diversificada. Como o demonstraram muitos economistas, esse processo cumulativo tende a provocar nas partes economicamente menos ativas do território nacional “efeitos de estagnação [*stoppage*]” que acentuam ainda mais as desigualdades regionais. Mas não deixa de ser verdade que esses “polos” determinam o desenvolvimento da economia nacional e que eles podem exercer sobre as diversas regiões do país de muito favoráveis “efeitos de arrastamento [*entraînement*]”.

Em contrapartida, nos países subdesenvolvidos, as grandes aglomerações em torno das quais se concentra uma parte importante da vida econômica têm um papel muito diferente; elas exercem sobre as outras partes do país consideráveis efeitos regressivos, e efeitos de arrastamento muito limitados: com efeito, os lucros obtidos com a exportação das matérias-primas ou dos produtos agrícolas são apenas parcialmente investidos no país, tanto devido à “baixa propensão para investir” que resulta da estreiteza do mercado interno, quanto da extravasão, da orientação para o estrangeiro da maior parte dos circuitos econômicos. Esses pontos onde se concentram os países subdesenvolvidos, com as suas atividades especulativas, não podem, portanto, ser assimilados a autênticos “polos de desenvolvimento”. Em países desenvolvidos, os efeitos de estagnação são em parte compensados pela intervenção do Estado, que se esforça por corrigir em diversos domínios, as manifestações mais chocantes das desigualdades regionais. Nos países subdesenvolvidos, tais intervenções são muito raras, porque as possibilidades de ação dos governos são muito mais restritas e porque, na realidade, na maioria dos casos, representam apenas os interesses da minoria privilegiada.

Assim, entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, existem não só diferenças quantitativas importantes, mas também diferenças qualitativas consideráveis. Suas estruturas econômicas e sociais fundamentais não podem ser confundidas. As situações de desenvolvimento e de subdesenvolvimento que correspondem, cada uma delas, a uma combinação de caracteres muito diferentes, só podem ser validamente apreendidas de uma forma global e à escala de todo o país.

Nem todos os países desenvolvidos se encontram numa situação idêntica. Existem diferentes situações de desenvolvimento. As características de cada uma delas procedem não somente da herança do passado, da dimensão do Estado, da maior ou menor importância das

potencialidades naturais, mas também da importância da diferença [*décalage*] que existe a longo prazo entre o ritmo do crescimento econômico e aquele do crescimento demográfico. A amplitude maior ou menor do aumento da produção em relação ao aumento da população determina diferentes níveis de vida e diferentes possibilidades de progresso ulterior.

O mesmo se aplica para os países subdesenvolvidos: existem diferentes tipos de situação de subdesenvolvimento, cada uma delas caracterizada por um atraso mais ou menos antigo e mais ou menos grave do crescimento econômico em relação ao crescimento da população.

Em cada país desenvolvido, como em cada país subdesenvolvido, existe uma desigualdade entre o rendimento médio dos habitantes segundo as diversas partes do território. Mas as causas dessas disparidades regionais são muito diferentes daquelas que determinam a situação global de desenvolvimento ou de subdesenvolvimento do país. Existe uma diferença qualitativa considerável entre as causas que determinam a existência de uma situação de desenvolvimento (ou de subdesenvolvimento) a nível nacional e os fatores que favorecem mais particularmente esta ou aquela parte do território nacional. Em razão das suas estruturas fundamentais, e de uma evolução histórica muito longa, a Grã-Bretanha encontra-se desde o século XIX numa situação de desenvolvimento. Em contrapartida, uma grande parte das regiões britânicas que constituíram o berço da revolução industrial e que foram polos de desenvolvimento no século passado, tornaram-se hoje regiões em crise. As disparidades entre as regiões de um mesmo Estado são susceptíveis de registar transformações muito sensíveis num lapso de tempo relativamente curto: assim, a Lorena, considerada não sem razão como região de grande futuro, foi bruscamente colocada numa situação bastante precária. Em contrapartida, a situação de desenvolvimento que é fruto de uma evolução histórica muito longa e muito complexa parece estar definitivamente implantada em todos os países com um alto nível de vida; só os diferentes ritmos do crescimento econômico são susceptíveis de variar.

As diferentes situações de desenvolvimento ou de subdesenvolvimento determinam a existência ou a ausência de certos meios, de certas forças econômicas e sociais. A desigualdade regional resulta apenas da distribuição espacial do que existe ou do que está disponível.

Não é possível confundir as tarefas do ordenamento do território e aquelas que constituem a implementação de uma verdadeira política de desenvolvimento num país subdesenvolvido.

O ordenamento regional consiste em distribuir mais racionalmente num dado território meios de produção, equipamentos e serviços. A política de desenvolvimento consiste em realizar alterações estruturais fundamentais, em fazer nascer o que não existe e em suprimir os freios de toda a natureza.

As causas da desigualdade regional são principalmente fatores de localização. Os fatores do desenvolvimento ou do subdesenvolvimento, situações globais, são infinitamente mais complexos.

Situação de subdesenvolvimento e situação de desenvolvimento são conceitos que só são válidos a nível da análise à escala nacional. A passagem ao exame das realidades à escala regional provoca o aparecimento de novos problemas e de novos fatores, enquanto não são tomadas diretamente em consideração as causalidades que eram consideradas essenciais a nível da análise global à escala nacional. A combinação de fatores levados em consideração pelo geógrafo é muito diferente, conforme [*selon*] ele considere as realidades à escala planetária, nacional, regional ou local. Por conseguinte [*Aussi*], parece necessário que o estudo do desenvolvimento desigual possa apoiar-se numa terminologia precisa. Esta deve revelar, por um lado, a distinção qualitativa primordial entre as diversas situações de desenvolvimento e as diferentes situações de subdesenvolvimento e, por outro, as distinções entre os diferentes níveis da análise.

Yves Lacoste

O conceito de subdesenvolvimento e a Geografia

Yves Lacoste

Tradução por: José Arnaldo dos Santos Ribeiro Junior

Resumo

O conceito de subdesenvolvimento em geografia.

O conceito de subdesenvolvimento em geografia (Resumo). – O conceito de subdesenvolvimento muitas vezes faz com que os geógrafos sejam reticentes, e é também objeto de opiniões conflitantes. Ao usar critérios estritamente geográficos é possível dar uma definição objetiva: – Subdesenvolvimento é um desequilíbrio interno entre o crescimento da população e a insuficiência do aumento dos recursos que a população tem à sua disposição. Este crescimento econômico insuficiente é o resultado de um fracasso na utilização do potencial natural ao máximo. Este balanço negativo entre povos e recursos naturais é subscreve-se completamente na teoria do “Possibilismo” de Vidal de La Blache. Obviamente, essa teoria não exclui o determinismo geográfico cujo papel parece ser maior quando os fatos são estudados em maior escala (circunstâncias locais e regionais). O estudo do subdesenvolvimento de acordo com os métodos geográficos regionais continua obviamente essencial. Mas também parece cada vez mais necessário realizar estudos comparativos entre as várias partes das áreas subdesenvolvidas e examinar as circunstâncias do subdesenvolvimento em seu contexto mundial. Isso se enquadra nos métodos de geografia geral que podem ser transformados utilmente pela adoção do conceito de subdesenvolvimento como uma noção geográfica fundamental.

I. INTRODUÇÃO

O termo subdesenvolvimento apareceu, há cerca de vinte anos, sob a pena dos economistas. Apesar das ambiguidades que o cercam, e talvez mesmo por causa dessas ambiguidades, ele teve o sucesso que se sabe. “Subdesenvolvimento” tornou-se uma expressão da moda. Porque ele abrange um conjunto de problemas cuja amplitude e gravidade aos poucos se descobriu, a palavra subdesenvolvimento é muitas vezes utilizada para dar peso a declarações que tratam de questões mais ou menos secundárias. Por uma espécie de mania de mania inflacionista, veio a ser chamado subdesenvolvimento qualquer insuficiência ou inadaptação.

Contudo, no que diz respeito aos economistas, a aparição do termo subdesenvolvimento no entanto marcou incontestavelmente o início de uma grande guinada. Começando a inclinar-se, há 20 anos, sobre os problemas dos “países subdesenvolvidos”, os economistas tem progressivamente descoberto as realidades que não podiam encontrar lugar nos esquemas teóricos da “economia clássica”. Graças aos progressos de suas reflexões sobre o subdesenvolvimento, os economistas estão pouco a pouco percebendo que suas teorias se aplicavam de fato somente à uma fração da humanidade e que os mecanismos fundamentais e benéficos que uma “economia clássica” voluntariamente míope considerava como universais eram realidade somente em seus países ricos [*n’etaient en réalité que le fait des seuls pays riches*]. Constatando que a sorte do resto do mundo, longe de melhorar tendia a agravar-se, apesar ou até mesmo por causa da propagação das trocas e da “civilização moderna” [*en dépit sinon même à cause de la propagation des échanges et de la “civilisation moderne”*], os economistas abriram novos domínios de pesquisa. Descobrimo pouco a pouco, a propósito do subdesenvolvimento, as realidades concretas da África, da Ásia e da América Latina, os economistas ampliaram e aprofundaram suas concepções. Tornadas nitidamente menos parciais e abstratas, elas se aproximaram do ponto de vista das ciências humanas, e em particular da geografia.

As numerosas reticências; as oposições radicais

No entanto, o termo subdesenvolvimento não provoca uma adesão unânime. Se a quase-totalidade dos economistas o adotou, as reticências, de outro modo [*sinon*], as oposições radicais são numerosas, e particularmente entre os etnólogos e geógrafos. Eles não esperaram o dia seguinte à Segunda Guerra Mundial para inclinarem-se sobre as realidades dos países de além-mar e eles conhecem de longa data uma parte dos problemas concretos que os economistas têm pouco a pouco descoberto nestes últimos anos, por ocasião de suas pesquisas sobre o subdesenvolvimento. O geógrafo e o etnólogo percebem a palavra [*trouvent le propos*] do economista, muitas vezes [*encore bien souvent*], terrivelmente abstrata, esquemática e parcial e eles têm uma maior propensão [*n’en ont que plus tendance*] a rejeitar o conceito de subdesenvolvimento que ele utiliza sem haver definido rigorosamente.

Assim, é a economia, malgrado sua orientação relativamente muito recente para os problemas de países de além-mar, que forjou e propagou esse conceito de subdesenvolvimento e é no seio das disciplinas que são fadadas de longa data (no todo ou em parte) ao estudo desses países e

de sua população que esse conceito não consegue assentar-se [*ne parvient pas à prendre pied*]. Ele é utilizado amplamente por um bom número de economistas que têm somente um conhecimento muito teórico dos “países subdesenvolvidos”. Em contrapartida, entre os geógrafos, que recusam mais nitidamente este conceito, muitos são aqueles cuja experiência nos países da África, da Ásia ou da América Latina é particularmente grande.

É possível dizer, para resolver simplesmente este problema, que o subdesenvolvimento é um conceito que foi criado pelos economistas, que tem interesse somente no seio das ciências econômicas e que ele não tem praticamente nenhum valor para as ciências humanas? Muitos geógrafos e etnólogos pensam assim.

Um debate que não pode ser eludido

Contudo, esse forma expeditivo de fechar o debate é cada vez mais discutível. De fato, por uma parte, os economistas apercebem-se, à medida que progredem no conhecimento do subdesenvolvimento, que se trata na realidade de um **problema global** e não exclusivamente econômico.

“Os verdadeiros problemas fundamentais do desenvolvimento econômico são extra-econômicos⁹¹⁴” – “o fenômeno do subdesenvolvimento pode ser analisado validamente apenas graças à cooperação de toras a as ciências sociais: economia, sociologia, demografia, antropologia, geografia econômica e humana, psicologia, etc.⁹¹⁵” É em grande medida graças ao estudo dos problemas do subdesenvolvimento que as concepções dos economistas se aproxima dos pontos de vista do sociólogo e do geógrafo.

Por outra parte, as transformações econômicas que se produziram e que se amplificaram em África, Ásia, América, Oceania, fazem que o etnólogo, como o geógrafo, não tenham mais que estudar como antes os grupos humanos que vivem na autossuficiência e levam um gênero de vida mais ou menos coerente, mas as populações caracterizadas pelos fenômenos de aculturação e englobadas em toda uma rede de contatos e de relações que se estabelecem tanto ao nível regional e nacional como a escala planetária. Este contato resulta hoje em consequências consideráveis, o crescimento demográfico em primeiro lugar, e não podem ser negligenciadas. No entanto [*or*], o conceito de subdesenvolvimento recobre o conjunto desses fenômenos relacionais e o geógrafo ou etnólogo, voluntária ou involuntariamente [*bom gré, mal gré*] bom

⁹¹⁴ N. S. Buchanan et H. S. Ellis, *Approaches to Economic development*, New York, 1955, 494 p.

⁹¹⁵ J. Freyssinet, *Le concept de sous-développement*, Paris, Mouton, 1966, 368 p.

grado são levados inelutavelmente a ter cada vez mais em conta as reflexões e os trabalhos dos economistas.

Para a geografia, este debate é importante porque põe o controvertido problema das fronteiras desta disciplina e aquele não menor de sua unidade. Para certos geógrafos, os caracteres epistemológicos da geografia são tais que sua adesão ao conceito de subdesenvolvimento seria uma verdadeira “alienação”, se não mesmo um “suicídio”.

A geografia abdicaria o que é sua razão de ser para copiar, sem proveito, as ciências econômicas e sociais. Para outros, ao contrário, a geografia, em razão de seus caracteres específicos fundamentais, tem um papel positivo e eminente a jogar no estudo dos problemas do subdesenvolvimento e renunciar a isso a priori seria uma inaceitável atrofia.

Recusar a priori e definitivamente este conceito e reprimi-lo na esfera de influência [*dans la mouvance*] do economista, exprime uma certa concepção de geografia. Procurar transformar este conceito para integrá-lo fertilmente na reflexão geográfica, traduz outra concepção dessa disciplina. O debate sobre a validade do conceito de subdesenvolvimento toca nos fundamentos da geografia.

II. CONDIÇÃO PRÉVIA INDISPENSÁVEL: UMA DEFINIÇÃO PRECISA E OBJETIVA

As definições numerosas, estabelecidas “a priori”

Durante longos anos, as reticências dos geógrafos a respeito do termo subdesenvolvimento têm sido justificadas pelo fato que ele cobria sentidos ao mesmo tempo muito diferentes e confusos. A expressão subdesenvolvimento implica uma inferioridade. Inferioridade de quê com relação a quê? Essa é a questão primordial. Enquanto isso não é claramente respondido, o termo subdesenvolvimento é utilizado nos sentidos mais diversos e mais contestáveis. É justamente essa ambiguidade que fez o sucesso deste termo nos meios mais diversos. Esse sucesso é perigoso, porque é causa de numerosos mal-entendidos. Subdesenvolvimento tornou-se a expressão da moda para designar o termo inferior de qualquer relação [*rappor*t], o menor elemento de toda comparação, ou mesmo uma evolução histórica deslocada em relação a uma sucessão de fatos tomados mais ou menos arbitrariamente como referência. Chegamos a uma verdadeira logomaquia. Essa não poupa as discussões científicas, que são quase de casa [*qui en sont presque le foyer*]. Durante muitos anos após a Segunda Guerra mundial, a expressão subdesenvolvimento foi utilizada nas acepções mais banais mas também as mais variadas, nas hipóteses mais simplistas e as mais diversas ou para exprimir uma grande diversidade de

causalidades elementares. É por dezenas que se contam os sentidos que foram dados à expressão “subdesenvolvimento” e ao adjetivo “subdesenvolvido”. Há alguns anos, foi possível contar na literatura econômica cerca de vintes definições diferentes do subdesenvolvimento⁹¹⁶. Essa deficiência dos economistas em estabelecer uma definição que lhes seja comum e que seja objetiva traduz uma causa fundamental: *porque o subdesenvolvimento é um fenômeno global e não um fato estritamente econômico, ele não pode ser definido unicamente pelos critérios específicos do economista.*

Diante de tais “definições” que são estabelecidas a priori entre os termos relativamente abstratos e que fazem do subdesenvolvimento um termo passe-partout essencialmente comparativo, as reticências de um grande número de geógrafos são pois perfeitamente compreensíveis. Preocupados que são em descrever e explicar com o máximo de precisão a diversidade de paisagens e as situações concretas que existem na superfície do globo, eles experimentam mais que o desconforto a respeito de um vocábulo que pode igualmente designar os problemas do Congo e aqueles da Aquitânia que lhe parecem radicalmente diferentes. Compreendemos que a maior parte dos geógrafos recusam um conceito que lhes é apresentado em termos vagos e abstratos para designar qualquer deficiência, qualquer inferioridade, quer ela seja constatada em escala planetária entre diversos países ou à escala nacional entre regiões de um mesmo Estado. É lógico que para exprimir os caracteres fundamentais de tal país ou de tal parte do mundo, os geógrafos se recusam a utilizar um conceito que parece ter por fundamento a distância que existe entre o nível de vida dos habitantes dessas regiões [*contrées*] e aqueles dos povos mais ricos. Se toda desigualdade pode ser denominada subdesenvolvimento e se não é possível extrair o conceito do domínio da relatividade para lhe dar um sentido preciso e concreto, seria necessário admitir que ele está muito mais no lugar do arsenal conceitual do filósofo que naquele do geógrafo que não tem nada que ver com isto [*il faudrait alors admettre qu'il est bien plus à sa place dans l'arsenal conceptuel du philosophe que dans celui du géographe qui n'en a que faire*].

O ensino dos fracassos

Se os economistas são muito decepcionantes quando tratam do subdesenvolvimento em geral, seus propósitos tomam um interesse considerável e uma significação concreta indiscutível quando tratam dos obstáculos contra os quais se chocaram em Ásia, África, América Latina, as

⁹¹⁶ Elas foram examinadas em *Géographie du sous-développement*, Paris, P.U.F., 1965, p. 174-182.

políticas econômica que provaram sua eficácia em Europa, ou na América do Norte. Certos mecanismos econômicos essenciais que funcionam convenientemente nos países de alto nível de vida não existem no resto do mundo ou se eles existem as consequências que resulta são inoperantes, quando não são negativas. Essa é realmente uma prova, entre outras, que entre “países desenvolvidos” e “países subdesenvolvidos”, a diferença não é relativa ou subjetiva mas que ela é qualitativa e existe muito concretamente. Os economistas descobriram empiricamente que o subdesenvolvimento não era um fenômeno exclusivamente econômico, mas uma situação global, uma combinação de fatores cujas naturezas são diferentes.

A experiência prática dos economistas, a descoberta dos obstáculos que fizeram fracassar as políticas que *teoricamente* deviam ter êxito, finalmente, e sobretudo, a observação das realidades concretas que oferece o mundo atual, provam quem o subdesenvolvimento não é uma palavra vã, uma expressão comparativa vazia de sentido, mas uma realidade objetiva e complexa. É importante definir e delimitar sua extensão na superfície do globo. Nesta empresa o papel do geógrafo é essencial.

O método geográfico pode conduzir à uma definição objetiva

Com efeito, não se trata mais de definir a priori um conceito teórico, essa abordagem [*démarche*] conduz ao impasse, mas de identificar a partir da observação das realidades concretas, nos diferentes países do globo, quais são os traços fundamentais que permitem distinguir nitidamente um conjunto de países objetivamente subdesenvolvidos de um grupo de países que não apresentam os caracteres do subdesenvolvimento. Identificar esses caracteres do subdesenvolvimento não é uma tarefa cômoda, já que se trata de encontrar quais são os traços comuns à um grande número de países cuja variedade é evidente: sua diversidade é devida aos contrastes de seus dados naturais – eles se estendem desde a zona tropical até aos climas temperados com inverno frio (Coréia, Manchúria) –, às desigualdades de sua densidade populacional, às dessemelhanças de seu passado e de sua civilização “tradicional”, às desigualdades de sua inserção na economia mundial, às desproporções do tamanho dos Estados, etc. Essa diversidade é tal que compreendemos melhor a preocupação que tiveram os economistas de estabelecer a priori uma definição teórica do subdesenvolvimento: eles não estão armados para este trabalho de generalização progressiva. Em contrapartida, esta tarefa é, indubitavelmente, da competência [*relève*] da abordagem do geógrafo cuja reflexão combina os resultados de observações efetuadas em escalas muito diferentes, desde a análise realizada ao nível local até a amplitude das considerações planetárias.

Porque o geógrafo é rompido [*est rompu*] neste delicado trabalho de ajustamento de estudos efetuados em diferentes escalas e de generalizações metódicas, porque a razão de ser da disciplina é a descrição e explicação das interações de fatores de natureza diversa e de sua extensão espacial, a descrição dessa combinação complexa que é o subdesenvolvimento depende [*relève*] em grande parte da geografia. Ela pode contribuir de forma decisiva à definição de subdesenvolvimento como situação objetiva, estendendo-se sobre uma parte do globo.

Os caracteres comuns fundamentais

Apesar de sua grande diversidade, esses países, que são considerados empiricamente como “subdesenvolvidos” apresentam um certo número de caracteres comuns que são fundamentais. A consideração desses diversos caracteres não conduz à uma enumeração heteróclita, mas revela [*fait apparaître*] uma combinação de fatores cujas interações são múltiplas e complexas. Essa combinação é radicalmente diferente daquela não menos completa que é realizada nos países com elevados níveis de vida que formam o grupo dos “países desenvolvidos”.

Os caracteres fundamentais dos países subdesenvolvidos foram analisados em outro lugar⁹¹⁷. Recordemo-los somente pela memória: 1) insuficiência alimentar tanto quantitativa quanto qualitativa; 2) graves deficiências das populações: analfabetismo, doenças de massas devido às carências alimentares e à ausência de higiene; 3) subexploração de recursos naturais e subutilização de meios de produção, malgrado a amplitude das necessidades; 4) forte proporção de agricultores de baixa produtividade; 5) processo de interação [*mise en contact*] com a economia moderna e o mercado mundial; fenômeno de “industrialização” incompleto, incoerente e não cumulativo; 6) hipertrofia e parasitismo de um setor terciário que determina uma “extraversão” dos circuitos econômicos; 7) situação de subordinação econômica com respeito aos países desenvolvidos que organizam o mercado mundial; 8) violência das desigualdades sociais: presença de uma minoria privilegiada cujos poderes exorbitantes procedem de uma combinação de estruturas do sistema capitalista moderno e de formas de dominação que em Europa desapareceram há séculos; 9) sobrevivência de estruturas “tradicionais” mais ou menos deslocadas; relativa fraqueza das estruturas que permitam realizar a integração da população ao seio de um mesmo conjunto econômica, social, político e cultural;

⁹¹⁷ Ver *Géographie du sous-développement*: primeira parte.

10) inarticulação dos diferentes setores da economia; o progresso dos setores dinâmicos, os que são orientados para exportação, não se propaga; 11) amplitude do desemprego e do subemprego, mas participação importante das crianças em diversas formas de atividade econômica; 12) aparição mais ou menos recente de um processo de crescimento demográfico acelerado, em razão da redução muito significativa da mortalidade, a natalidade conserva taxas elevadas; 13) com relação ao rápido aumento das populações, os recursos que elas dispõem efetivamente progredem lentamente; enquanto que nos países desenvolvidos os níveis de vida registram um desigual mas indiscutível aumento, nos países subdesenvolvidos os níveis de vida restam muito baixos e até tendem a regredir.

Deve-se notar que, em um pequeno número de países subdesenvolvidos, as mudanças radicais tem sido operadas há alguns anos nas estruturas sociais e políticas. Conseqüentemente, a combinação de fatores encontra-se profundamente transformada e resulta em conseqüências que devem parecer consideráveis para o futuro. Contudo, esses países apresentavam, ainda há pouco tempo, todos os caracteres gerais que acabam de ser enumerados.

Certamente, em cada país subdesenvolvido encontram-se outros caracteres, outros fatores que vem tornar [*rendre*] a combinação ainda mais complexa e diversificada. Mas, esses fatores que não são comuns a todos países subdesenvolvidos não são fundamentais. Eles são ou dados secundários ou são os aspectos particulares de um fator geral.

Uma combinação global que sobrepõe os limites zonais

Os geógrafos podem estar surpresos em constatar que essa enumeração dos caracteres comuns ao conjunto dos países subdesenvolvidos não há grande lugar ao papel dos dados naturais [*ne fait pas grand place au rôle des donnés naturelles*]. Mas a situação de subdesenvolvimento transborda vários limites zonais: ela se estende sobre uma parte da zona temperada (a China do Norte, a Coréia). Certamente a grande maioria dos países tropicais são subdesenvolvidos, mas a Austrália é uma exceção notável à qual seria necessário juntar-se a Flórida. O exemplo da tão próspera Califórnia mostra que todas as regiões mediterrâneas não são colocadas numa situação de subdesenvolvimento. Por essas razões não é legítimo incluir um fator zonal na lista dos caracteres comuns à todos países subdesenvolvidos examinados em escala planetária.

Mas, uma das especificidades fundamentais da geografia é estudar as interações que existem entre os fatores físicos e os fatos humanos. Para que os geógrafos aceitem o conceito de subdesenvolvimento e utilizem-no como noção geográfica fundamental, é necessário que ele desemboque [*dèbouche*] nesta articulação de dados naturais e fenômenos humanos, articulação

sem a qual a geografia perde sua razão de ser. O problema do papel dos dados naturais na situação de subdesenvolvimento é, então, essencial para os geógrafos e não é uma questão de se eludir. Contudo, antes de abordar diretamente, é importante dispor de uma definição objetiva do subdesenvolvimento.

A enumeração dessa dúzia de caracteres fundamentais, sumariamente evocadas aqui, permite descrever nas suas linhas fundamentais a combinação global que é o subdesenvolvimento. Mas, essa enumeração fornece apenas os materiais de uma definição. É importante hierarquizar esses caracteres fundamentais, articular uns aos outros para dar ao conceito de subdesenvolvimento uma significação objetiva e um alcance indiscutível.

Um conjunto de freios

O maior número dos caracteres fundamentais do subdesenvolvimento, que acabam de ser enumerados, se articulam nitidamente em um conjunto coerente. Eles são ao mesmo tempo causas e consequências das dificuldades do desenvolvimento econômico, mas podem ser considerados como freios que entram a valorização [*mise en valeur*] dos recursos disponíveis. A insuficiência alimentar e a gravidade das deficiências das populações determinam a baixa produtividade dos trabalhadores agrícolas. O caráter incompleto, incoerente, do processo de industrialização, o parasitismo do setor terciário, a situação de subordinação econômica são todos fatores econômicos negativos. A importância das cobranças [*prélèvement*] realizadas pela minoria privilegiada, a monopolização da terra, a inarticulação dos diversos setores econômicos, a importância do desemprego e do subemprego restringem consideravelmente as possibilidades de compra do mercado interno e limitam conseqüentemente as produções que lhe são destinadas.

Essas desvantagens econômicas e seus efeitos são muito antigos para alguns, de aparecimento tardio para outros, mas, não obstante, anteriores ao século XX. Ao considerar esses caracteres somente, o subdesenvolvimento aparece como uma situação de estagnação, uma combinação relativamente estável de freios que entram diretamente ou indiretamente a valorização dos recursos naturais existentes. Habitualmente, a descrição que é dada do subdesenvolvimento se limita a essa enumeração de desvantagens. No entanto, e isso é essencial, à esse conjunto coerente de fatores paralisantes relativamente antigos veio sobrepor-se há alguns decênios um fator que não é essencialmente uma inibição suplementar, mas um fenômeno cujo dinamismo considerável tende a se acentuar progressivamente, o crescimento demográfico. Esse caractere

essencial transforma radicalmente a combinação. O equilíbrio de relativa estagnação torna-se uma contradição fundamental.

Um outro jogo de forças: o crescimento demográfico

Certamente, todos os países subdesenvolvidos não conhecem, por ora as taxas recordes de alguns países da América Latina, que foram os primeiros afetados pelo processo da revolução demográfica. Mas nada permite pensar que as primeiras transformações que iniciam nos raros países da África e da Ásia onde a população aumenta ainda muito lentamente, não será logo seguida por uma aceleração do crescimento demográfico, como essa que se produziu nos últimos decênios nos outros países do Terceiro Mundo.

Esse rápido aumento da população que está se tornando o fato de todos os países do Terceiro-Mundo é uma das características primordiais da situação de subdesenvolvimento. Com efeito, esse crescimento demográfico não é o simples resultado da utilização de técnicas sanitárias modernas. Ele exprime um jogo complexo de fatores cuja importância é considerável; a implementação de poderosos meios sanitários resulta não somente da interação dos países subdesenvolvidos com os países desenvolvidos, mas também da penetração de certos elementos da vida econômica moderna nas regiões cada vez mais extensas. Essa redução espetacular da mortalidade traduz as mudanças econômicas e sociais complexas: urbanização, aumento do comércio, tomada de consciência política. As ações sanitárias são também a consequência da preocupação das minorias privilegiadas de se proteger contra as epidemias. Além disso, essa diminuição da mortalidade que aparece como um processo inelutável não é o único fator demográfico a tomar em consideração. Ela não determina um aumento tão forte dos efetivos humanos em razão [*qu'en*] da manutenção de altas taxas de natalidade. Essas resultam de um conjunto de fatores econômicos e sociais (trabalho das crianças, baixo “custo de formação” do indivíduo).

O subdesenvolvimento, distorção interna

A situação de subdesenvolvimento corresponde, pois, a dois jogos de forças demográficas, econômicas, sociais, políticas, que são contraditórias: um freia o aumento das produções destinadas à massa da população, outro determina um aumento cada vez mais rápido dos

efetivos populacionais. A característica primordial da situação de subdesenvolvimento é uma distorção interna provocada pelo insuficiente crescimento dos recursos que [dont] dispõem efetivamente a massa da população em relação à um crescimento demográfico que tende a se acelerar⁹¹⁸.

Em contrapartida, a situação de desenvolvimento pode ser fundamentalmente caracterizada por um crescimento econômico que é mais rápido, à longo prazo, que o crescimento demográfico. Se essa situação de desenvolvimento se instaurou sobre uma fração do globo no século XIX, na sequencia dessa grande “decolagem” que foi a revolução industrial, a situação de subdesenvolvimento apareceu mais tardiamente. Ela remonta, parece, ao primeiro terço do século XX nos países onde ela se manifestou muito precocemente. Ela data apenas de alguns decênios num certo número de países africanos por exemplo, e apenas começa a esboçar-se em alguns países, o Gabão, o Afeganistão, por exemplo. Historicamente, o subdesenvolvimento é o resultado [fait suite] de uma situação de miséria “equilibrada” caracterizada pelo estreito ajustamento do crescimento econômico e do crescimento demográfico.

A situação de desenvolvimento e aquela de subdesenvolvimento correspondem à processos primordiais radicalmente diferentes, mesmo inversos, que exprimem cada um dos jogo de forças completamente diferentes. O contraste entre desenvolvimento e subdesenvolvimento não é apenas quantitativo; é, em primeiro lugar *qualitativo*, as estruturas fundamentais que determinam as duas situações não são absolutamente as mesmas. Por essas razões, o termo subdesenvolvimento não deve ser utilizado para designar as diferenças que, essencialmente não são quantitativas, quer se trate [qu'il s'agisse] das desigualdades entre os Estados cujas estruturas econômicas e sociais de base são comparáveis, quer se trate das disparidades econômicas que existem entre as regiões de um mesmo Estado.

Toda desigualdade não é subdesenvolvimento

O conceito de subdesenvolvimento não recobre a totalidade das formas de disparidades econômicas⁹¹⁹ que se pode observar na superfície do globo. Os limites deste artigo não permitem desenvolver aqui essas observações. Permite, contudo, entrever o alcance classificatório de uma definição objetiva do subdesenvolvimento, considerado como distorção

⁹¹⁸ Trata-se somente de uma definição descritiva. A pesquisa das causas profundas e de uma definição genética foram abordadas em *Geografia do subdesenvolvimento*.

⁹¹⁹ Cf. Y. Lacoste, *Remarques pour l'établissement d'une typologie générale de l'inégal développement (Cahiers de Sociologie économique, mai 1966, p. 122-134.)*

interna. Para ser claro e frutífero, esse conceito deve ser objeto de utilização restritiva em relação ao uso imoderado que se faz atualmente desse termo: em particular, não parece legítimo utilizar para designar a situação das regiões que, no quadro de um país desenvolvido, tem um nível de vida e um ritmo de crescimento econômico inferior à média nacional. Essas regiões, economicamente deprimidas, se caracterizam, com efeito, mais frequentemente, por uma emigração para as partes do território nacional cujo crescimento é mais rápido e onde as rendas são mais elevadas, e essa diminuição da população impede a aparição da distorção característica do subdesenvolvimento. Em país desenvolvido, salvo casos relativamente excepcionais (Itália do Sul por exemplo), as partes do território onde as rendas médias são inferiores à média nacional não apresentam, no que se refere ao essencial [*pour ce qui est l'essentiel*] de suas estruturas econômicas e sociais, diferenças quantitativas com aquelas regiões ricas. Não poder ser questão nesse caso de utilizar o conceito de subdesenvolvimento.

III. A geografia pode aceitar o conceito de subdesenvolvimento

É agora necessário examinar em qual medida o conceito preciso de subdesenvolvimento, distorção interna entre crescimento demográfico e o crescimento menos rápido dos recursos que dispõem efetivamente as populações, pode fazer parte, a título de elemento essencial, da ferramenta conceitual do geógrafo. Não era possível abordar o problema antes que seja estabelecida uma definição rigorosa que proceda não de apreciações relativas formuladas a priori, mas uma generalização metódica dos fatos observados.

Certamente, esse conceito foi forjado numa abordagem [*démarche*] que salienta [*relève*] uma grande parte do método geográfico. Contudo, ele não apresenta a primeira vista os mesmos componentes que as noções fundamentais que utilizam os geógrafos e essa diferença explica uma boa parte de suas reticências.

Com efeito, a maior parte dos fatores que constituem essa combinação global que é a situação de subdesenvolvimento são de natureza social, política e sobretudo econômica e demográfica. É esta relação entre duas curvas de crescimento desigual, uma econômica, outra demográfica, que fornece a característica fundamental do processo de subdesenvolvimento.

A geografia, interface entre as ciências do homem e as ciências da natureza

Então, a especificidade epistemológica fundamental da geografia é realizar a articulação dos fatos e combinações estudados pelas ciências humanas (economia, sociologia, demografia, etc.)

e aqueles que são da competência [*relèvent*] as ciências da natureza. Essas diversas disciplinas, que aos olhos do geógrafo parecem mais ou menos analíticas, tem cada vez mais preocupações sintéticas. Mas essas sínteses são parciais em relação aquelas que a geografia se esforça por descrever e explicar. Sua razão de ser é o estudo das combinações que existem na superfície da Terra, entre os diversos fatores humanos e dados naturais.

Parece, então, legítimo que os geógrafos à primeira vista considerem que o conceito de subdesenvolvimento é exterior à suas preocupações específicas fundamentais. Mesmo quando eles admitem seu interesse e seu valor objetivo, eles preferem deixa-lo nas mãos dos economistas, dos sociólogos e dos demógrafos, já que ele não parece poder exprimir essa articulação dos fatos humanos e dos dados naturais, que é o coração da reflexão geográfica. Se os geógrafos aceitarem pelo rigor de levar em consideração [*à la rigueur de le prendre en considération*], o conceito de subdesenvolvimento não será à seus olhos somente um dos muitos numerosos elementos recolhidos junto [*auprès*] das diversas ciências humanas e naturais à ser integrado na síntese geográfica. Parece fora de questão fazê-lo critério de uma divisão geográfica fundamental na superfície do globo.

Esse julgamento se apoia, certamente, sobre argumentos sólidos, mas ele repousa, em boa medida, sobre uma consideração incompleta dos caracteres fundamentais comuns ao conjunto dos países subdesenvolvidos do Terceiro Mundo, caracteres que se combinam para constituir a situação de subdesenvolvimento.

O papel dos dados naturais

Entre a lista desses treze caracteres comuns aos países do Terceiro Mundo, que foram enumerados precedentemente, pelo menos dois são envolvidos na combinação dos dados naturais. Por um lado, a baixa produtividade da grande massa de agricultores: essa baixa produtividade resulta, certamente, da insuficiência de ferramentas [*outillage*] e das péssimas condições físicas dos trabalhadores, mas também de um certo número de fatores naturais, dificuldades pedológicas e climáticas essencialmente cujo peso é mais elevado, já que os homens o enfrentam com um equipamento rudimentar e insuficiente. Por outro lado, e sobretudo, o caráter fundamental comum ao conjunto dos países subdesenvolvidos: a existência de recursos naturais consideráveis que são inexplorados ou insuficientemente utilizados por causas complexas (ao mesmo tempo de ordem humana e física). Esses recursos são indissociáveis dos dados naturais mais ou menos modificados pelos esforços humanos.

O fato de em largas regiões as terras permanecem incultas [*friches*], que os recursos sejam dilapidados enquanto o número de habitantes, já bem miseráveis, aumenta cada vez mais rápido, traduz uma das formas possíveis de relações entre os fatos humanos e os dados naturais. O fato de que não são os obstáculos físicos que explicam em primeira instância esta inutilização ou este desperdício não permite concluir pela ausência de relação entre os fenômenos humanos e os dados naturais. A relação parece mais complexa: entre as necessidades crescentes dos homens e as possibilidades que oferece a natureza para satisfazê-las, intercala-se um jogo de fatores humanos e físicos que determinam a existência de uma *relação negativa* enquanto que poderia e deveria ser positiva.

O determinismo e os níveis de análise

Alguns não vão deixar de dizer que a inserção desse jogo de forças complexo (forças humanas para uma grande parte) entre os dois termos da relação, o número crescente de homens por um lado, os dados naturais por outro, desagrega e modifica a relação Natureza-Homem que o geógrafo tem como tarefa examinar. A geografia, diz-se, não pode existir sem o determinismo. Mas o que chamamos determinismo? “Entende-se... por determinismo geográfico a manifestação indiscutível da influência de um ou mais fatos de ordem natural, sol, relevo, clima... sobre os grupamentos humanos e suas atividades, essa influência tem [*ayant*] um valor de causa explicativo do fato humano considerado⁹²⁰.”

Certamente, para apreciar o caráter *indiscutível* da influência dos fatos naturais sobre os grupamentos humanos e tê-la por causa explicativa, há que considerar mais os “fenômenos geográficos visíveis” que as “atividades humanas... que dependem do comportamento humano coletivo... e as estruturas política se sociais”. Mas para debater o determinismo e seu valor explicativo, não há que somente examinar sobre qual categoria de fatos humanos os dados naturais exercem uma influência mais ou menos grande, mas também precisar à qual escala os fatos humanos são considerados.

Com efeito, o geógrafo apreende a realidade à escalas muito diferentes, desde a escala “local” até a que permite englobar o conjunto do planeta. Não somente o geógrafo analisa os aspectos do globo à escalas diferentes, mas uma das características específicas essenciais do método geográfico é combinar as observações efetuadas à escalas muito diferentes para melhor compreender um mesmo fato ou um mesmo conjunto de fatos. O olho do geógrafo evoca esses

⁹²⁰ Philippe Pinchemel, *Géographie et déterminisme* (*Bull. de la Société Belge d'études géographiques*, XXVI, 1957.)

aparelhos fotográficos com objetivos intercambiáveis que permitem passar da visão ampliada mas espacialmente restrita da lente [*téléobjectif*] àquela muito mais larga mas bem menos detalhada do “grande angular”. É uma das forças do método geográfico combinar fatos observados em grande escala e outros em pequena escala.

As combinações observáveis em grande escala não são aquelas que se descobrem em pequena escala

Então [*or*], à cada uma dessas diferentes escalas corresponde um nível de análise e à cada um desses níveis corresponde uma visão diferente e complementar da realidade. Para descrever e explicar tal pequena região, que é apreendida em grande escala, o geógrafo leva em consideração certos tipos de fatos e fatores. Ele deverá descrever outros fatos e pesquisar outros fatores cuja natureza e dimensão são diferentes, se ele quiser alargar amplamente o campo de seu estudo e estudar em uma escala muito menor um território muito mais extenso. Uma monografia local, o estudo de uma região, a descrição de um Estado, revelam os fatos e fatores diferentes tanto por sua dimensão quanto por sua natureza.

Essas reflexões permitem clarificar em grande medida o debate antigo, mas confusos, sobre o determinismo. Com efeito, parece que, na maioria dos casos, os protagonistas utilizam como argumentos observações que correspondem à níveis de análise muito diferentes e à escalas muito desiguais. Os que acusam alguns de minimizar demasiadamente a influência dos dados naturais estão principalmente preocupados com estudos regionais em grande escala, enquanto que as reflexões que criticam salientam as análises efetuadas em escala muito menor.

É, com efeito, quando as combinações geográficas são observadas e cartografadas em grande escala, quando elas cobrem os espaços relativamente restritos, que suas especificidades aparecem indubitavelmente determinadas, em uma grande medida, pelos fatos naturais e, por vezes mesmo, por um deles principalmente. Em um quadro espacialmente limitado, a articulação é estreita entre as combinações naturais e o fatos que são possíveis de apreender convenientemente em grande escala. Em contrapartida, se alarga-se muito o campo de observação e, conseqüentemente, se trabalha-se em uma escala muito menor, os laços entre os dados naturais e as combinações humanas tornam-se menos simples e as causalidades físicas aparecem nitidamente mais parciais. Por um lado, num quadro mais vasto, os traços físicos apresentam uma diversidade maior (salvo nas regiões assaz uniformes) e conseqüentemente sua generalização em menor escala faz-lhes perder em precisão concreta o que eles ganham em extensão espacial. Por outro lado, os fatos humanos tornam-se muito mais complexos: aqueles

que eram traços essenciais da realidade geográfica quando eram examinados em grande escala, são frequentemente os traços mais “visíveis” da paisagem, perdendo, muitas vezes, sua primazia quando são abordados em pequena escala. Ademais, e este é um fato essencial, os fatos humanos que dificilmente eram analisáveis no estudo de um espaço limitado aparecem como fatores muito importantes desde que se trata de estudar as combinações que se estendem sobre espaços maiores. Por essas razões, as relações diretas de causa e efeito entre os fatores físicos e os aspectos humanos tornam-se menos evidentes que no estudo em grande escala; essas relações não são mais suficientes para explicar uma combinação geográfica que ocupe um espaço maior e que resulta conseqüentemente de um número maior de fatores complexos.

Cada uma dessas considerações ganharia, evidentemente, ao ser associada ao exame de exemplos concretos. Por preocupação de concisão, somente um será sumariamente evocado para ilustrar as transformações que provocam a mudança de escala na abordagem geográfica que se propõe analisar as relações entre os dados naturais e os caracteres humanos. Se a península da Flórida, nos Estados- Unidos, é estudada em grande escala no quadro de uma monografia regional, um número muito grande de seus aspectos vai aparecer como consequência evidente dos dados naturais, plataforma cárstica, pântanos, cordões litorâneos e sobretudo clima subtropical. Esta articulação de dados físicos e fatos humanos será ainda mais estreita que a análise realizada em grande escala. Se o campo de observação se alar e engloba espaços mais vastos, o Sudeste dos Estados Unidos, por exemplo, uma característica essencial da Flórida vai aparecer: é um território subtropical onde as populações em rápido aumento (graças à imigração) dispõem de um nível de vida muito alto, isso contrasta com a mediocridade das condições de existência e o fenômeno da emigração que caracterizam as regiões vizinhas do “Velho Sul” que são, contudo, também subtropicais. A originalidade da Flórida vai aparecer ainda maior se ela é comparada às regiões tropicais ainda mais pobres. Seus traços geográficos essenciais resultam da combinação de um meio natural subtropical e de certas estruturas econômicas, sociais e políticas que não existem no “Velho Sul”. Entre essas duas regiões vizinhas e diferentes, os fatores da diferenciação têm um papel menos direto nos dados naturais que nos contrastes históricos. A demarcação entre esses dois territórios é consequência indireta de um dado climático: numa grande parte da Flórida, a colheita do algodão não é possível em razão das chuvas abundantes que ocorrem antes da maturidade das cápsulas e que as deterioram. Também as estruturas da grande plantação escravagista cujas múltiplas sequelas prejudicam o “Velho Sul” não se implantaram em Flórida, que evoluiu como um país novo às estruturas modernas e eficazes.

Determinismo e possibilismo

O método comparativo, traço principal na abordagem geográfica, mostra que a parte dos fatores humanos na diferenciação geográfica e seu papel nas combinações são ainda maiores que as realidades apreendidas nas escalas menores. Essa constatação não provoca a diminuição de um dos caracteres epistemológicos fundamentais da geografia, esta ligação dos dados naturais e dos fatos humanos. Se, em grande escala, é um laço estreito e frequentemente evidente que aparece entre os fatores físicos e os traços humanos observáveis nesse nível de análise, em pequena escala a ligação é mais complexa: ela não se faz mais por relação direta de causa e efeito mas por um jogo de fatores múltiplos e de ligações [*relais*] históricas. Contudo, a ligação existe: os dados naturais cuja generalização é função da escala utilizada, existem sempre em uma extremidade da cadeia de causalidade. É ao nível de análise que corresponde ao exame em pequena escala das realidades que se situam as concepções fecundas do *possibilismo* cujo pai é Vidal de La Blache. Os dados naturais muito comparáveis tiveram e tem ainda, para diferentes grupos humanos, *significações* muito diferentes, segundo as características econômicas e sociais desses grupos. Alguns dentre eles superam diversos obstáculos físicos e tiram partido dos potenciais naturais de modo tal que seu nível de vida já elevado melhora progressivamente. Outros grupos, em contrapartida, que devem suportar várias desvantagens naturais, não dispõem de meios de atenuar as dificuldades físicas e sobretudo não chegam, malgrado a rápida multiplicação de bocas para alimentar, a utilizar os recursos naturais que são, no entanto, consideráveis. O crescimento demográfico dos países do Terceiro Mundo, os três quartos da humanidade, dá à tese do “possibilismo” uma amplitude e um sentido trágico que Vidal de La Blache, vivendo em uma época passada, não havia previsto.

Possibilismo e determinismo não se excluem. Eles aparecem, ao contrário, estreitamente associados, à condição de ter em conta as diferenças que existem entre as análises realizadas em escalas diferentes. Mesmo ao nível do estudo efetuado num quadro local, certos aspectos dos fenômenos humanos resultam de fatores físicos que poderiam ter outras consequências, se as condições econômicas e sociais fossem diferentes. Contudo, a observação dos fenômenos humanos em pequena escala reduz a parte do determinismo para reforçar aquela do possibilismo: nos países subdesenvolvidos, os recursos que poderiam ser explorados, tendo em conta os meios técnicos disponíveis restam incultos por falta de mercado solvente, enquanto a população cresce mais rapidamente que as produções alimentares. O conceito objetivo de subdesenvolvimento, processo de distorção interna, é utilizável pelas diversas ciências

econômicas e humanas. Mas, a importância que reveste, na combinação dos fatores que caracterizam os países subdesenvolvidos, esse fenômeno de subutilização das potencialidades naturais, dá ao conceito de subdesenvolvimento as características fundamentais do conceito geográfico.

É uma tentação frequente para os geógrafos tentar fazer coincidir a situação de subdesenvolvimento com um certo meio natural e acantonar o Terceiro Mundo à zona tropical, o determinismo prevalece então sobre o possibilismo. Mas as realidades são ali gritantes [*massives*] e teimosas [*têtues*]. A situação de subdesenvolvimento sobrepõe os limites zonais e essa observação geográfica fundamental transfere nas análises à maior escala a importância do determinismo e assegura a primazia do possibilismo ao nível planetário. As paisagens naturais muito comparáveis, onde vivem efetivos demográficos idêntico, em África e em Austrália por exemplo, podem corresponder à combinações de fatos humanos radicalmente diferentes.

A comparação de múltiplos exemplos repartidos à superfície do globo demonstra que as diferenças consideráveis que existem entre a sorte dos homens dessas diversas regiões procedem menos de dados naturais que de fatores econômicos e sociais. A respeito dos fenômenos humanos, as linhas de clivagem primordiais são aquelas que circunscrevem os espaços caracterizados pela situação de desenvolvimento. Existe duas grandes áreas *que sobrepõem as zonas climáticas* onde a significação humana dos dados naturais, os graus e as modalidades de sua valorização não apresentam todos os mesmos aspectos. Essa diferenciação radical, que é baseada sobre a primazia dos contrastes que existem entre duas combinações de fatores humanos, se situa ao nível de análise planetária. El não implica uma minimização do papel dos dados naturais em um estudo diferencial realizado em uma escala menor.

A extrema diversidade do Terceiro Mundo

A descrição do subdesenvolvimento em escala planetária considera apenas os traços comuns ao conjunto dos países subdesenvolvido e os exprime em termos gerais e esquemáticos que resultam de uma generalização acentuada. Mas o geógrafo não pode se contentar com uma descrição também geral. A diversidade dos países subdesenvolvidos é muito grande e, na análise dessa diversidade, o geógrafo pode utilizar com proveito o conceito de subdesenvolvimento, dado que [*dès lors*] este foi objeto de um definição rigorosa: a distorção interna entre o crescimento demográfico e aquele dos recursos que a população efetivamente dispõe é mais ou menos grande e antiga segundo os países. Em certos casos, ela começa a esboçar-se; em outros, ela data de muitos decênios e se agrava rapidamente quando o

crescimento demográfico tornou-se extremamente rápido. A diferenciação dos países do Terceiro Mundo resulta também do fato que em alguns Estados as mudanças sociais e políticas radicais afrouxaram os freios que entravavam a valorização dos recursos naturais. Esses países ainda não liquidaram a distorção entre crescimento demográfico e crescimento econômico, mas o jogo de forças que os paralisa é suficientemente modificado para que seja possível os considerar objetivamente como países *em vias de desenvolvimento*. Os países do Terceiro Mundo onde os impostos [*prélèvements*] das minorias ainda reduzem o poder de compra das populações ao ponto de fazer reinar perante as necessidades solváveis uma verdadeira situação de superprodução que entrava a valorização dos recursos e a utilização dos meios de produção existentes, esses países podem ser considerados como em vias de subdesenvolvimento. A título prospectivo, essa distinção é capital, mas ela apenas pode ser evocada no quadro deste artigo. À essas formas de diferenciação que são diferentes aspectos (quantitativos e qualitativos) do processo de subdesenvolvimento, acrescentam-se outros dados que bem mais fortemente diferenciar uns de outros os países do Terceiro Mundo: densidades de população desiguais, variedade das orientações comerciais e das estruturas sociais, unidade ou pluralismo étnico, desigualdade do nível tecnológico das massas rurais, diversidade das formas de valorização agrícolas e diferenças das combinações naturais, essas últimas são um dos mais poderosos fatores de diferenciação⁹²¹.

Para abordar o estudo dessa enorme diversidade, é necessário distinguir aqui novamente diferentes níveis de análise que correspondem às escalas desiguais. A cada um desses níveis corresponde um conjunto de situações. É cômodo considera-las como superpostas umas as outras: na base a multitude das situações locais, acima as situações regionais, os caracteres de cada uma dentre elas que resultantes da síntese dos caracteres comuns à situações englobadas na região. Deduções feitas dos aspectos específicos de cada uma delas, as diversas situações regionais fornecem os traços da situação de nível nacional. É possível reagrupar vários países que apresentam suficientemente os traços comuns em “família” (família dos países da América Latina, famílias dos países da África Negra, etc.).

Quanto mais a situação considerada cobre um espaço restrito, mais os termos utilizados para descrevê-la são concretos e específicos, menos elas são generalizadas. Quanto mais as realidades são apreendidas em grande escala, maior é a parte dos dados naturais na combinação de fatores que caracterizam cada situação.

⁹²¹ Um esboço de estudo diferencial do Terceiro Mundo foi dado em a *Geografia ativa*, p.71-126.

A valorização dos recursos naturais

A atenção que é indispensável dirigir às combinações de fatores físicos não resulta somente da descrição dos fatos em grande escala, mas de uma preocupação essencial para todos aqueles que se interessam pelos problemas dos países do Terceiro Mundo. O subdesenvolvimento não é apenas uma situação que é importante descrever e compreender, nos diferentes níveis de análise, mas é também um processo catastrófico que é necessário jugular. O estudo do subdesenvolvimento conduz [*débouche*] aos problemas colocados pela elaboração e a implementação de políticas de desenvolvimento. Mas, estas não podem fazer abstração dos caracteres específicos das potencialidades naturais dos quais importa tirar partido uma vez levantados os primeiros freios econômicos e sociais. Se a análise das causas do subdesenvolvimento mostra que a insuficiência do crescimento econômico resulta menos de desvantagens naturais que de freios econômicos, sociais e políticos, então não se trata mais da descrição do subdesenvolvimento mas da estratégia do desenvolvimento, se torna indispensável fazer o balanço das potencialidades naturais e das desvantagens físicas. Aqui, novamente, é necessário distinguir diferentes níveis de análise e de ação. Se, à escala do conjunto do Terceiro Mundos, é possível identificar as grandes linhas de diversas políticas de crescimento e de políticas de desenvolvimento (elas parecem desde já muito desigualmente eficazes) e se suas prescrições formuladas em termos gerais e esquemáticos tem muito pouco em conta os dados naturais, esses últimos, em contrapartida, devem ser objeto de uma atenção maior na medida em que os programas de desenvolvimento são elaborados para extensões mais precisas e mais restritas.

As diversas políticas de desenvolvimento concedem um lugar fundamental aos esforços que devem tornar possível um aumento das produções agrícolas alimentícias. Esses esforços, que são inspirados por motivações muito comparáveis, apenas podem ser concretamente e ao nível local muito diferentes, em razão da diversidade dos meios naturais onde eles são empreendidos. A política de desenvolvimento agrícola para a África do Norte não pode ser semelhante àquela que corre o risco de ser eficaz nos países equatoriais. Também, no quadro de análise regional norte-africano, o progresso agrícola nas estepes de Constantina salienta modalidades diferentes das que possibilitariam uma melhora da situação nas montanhas da Cabília. Essas observações sublinham o importante papel que podem ter os geógrafos na elaboração de programas de desenvolvimento⁹²².

⁹²² Uma descrição muito sumária desse papel na *Geografia ativa*, p.127-168.

Complementaridade de preocupações geográficas diferentes

O conjunto dessas observações mostra que um geógrafo pode tratar dos países subdesenvolvidos de maneiras extremamente diferentes segundo o nível de análise e o valor da escala de observação que ele escolhe. O estudo da situação de subdesenvolvimento, ao nível planetário, identifica [*dégage*] os caracteres que tem em comum os diferentes países do Terceiro Mundo e dá legitimamente a prioridade à análise dos fatores econômicos, sociais e políticos que paralisam a valorização dos recursos naturais. Certamente, esses não são idênticos nos diferentes países e sua importância é desigual. Mas essas diferenças, quando são consideradas em pequena escala, aparecem apenas enquanto essas potencialidades são relativamente utilizadas. A produtividade do cultivador africano sobre os solos pobres é tão débil como era [*aussi faible que l'était*] aquela dos chineses sobre os ricos solos de loess.

Em contrapartida, o estudo de uma situação de subdesenvolvimento ao nível local e regional revelará os traços particulares que tomam nessas regiões os fatores gerais e aqueles que lhe conferem [*font son*] originalidade e concederá uma importância considerável ao exame dos dados naturais. Esse interesse para as potencialidades e as dificuldades do meio físico é ainda maior quando o estudo geográfico tem como objetivo esboçar o que poderiam ser as modalidades concretas de uma política de desenvolvimento ao nível regional ou local, quando certos freios sociais e políticos puderem ser afrouxados⁹²³.

Os ensinamentos dos estudos em pequena escala são guias indispensáveis para as pesquisas em grande escala. Essas últimas formam a base necessária das observações gerais. Diferentes pelo nível de análise, o grau de generalização e a importância da escala, esses estudos são ambos [*relèvent les unes comme les autres*] da geografia.

IV. A situação de subdesenvolvimento, conceito geográfico fundamental

Apesar da continuidade de uma abordagem cujos caracteres aparecem como nitidamente geográficos e que conduz por generalizações progressivas das análises locais à grande escala ao exame da situação do terceiro mundo considerado como um conjunto específico, muitos geógrafos consideram ainda que o estudo do subdesenvolvimento em pequena escala, ao nível planetário, não é da competência de sua disciplina.

⁹²³ Ver por exemplo *Problèmes de développement agricole dans la région de Ouagadougou (Haute-Volta)* (*Bulletin de l'Association des géographes français*, juillet-août 1966, p.4-18).

Preponderância da geografia regional

O geógrafo, dizem alguns, não tem que se ocupar do subdesenvolvimento em geral, pode, quanto muito, [*peut à la rigueur*] descrever os diferentes aspectos dos países que são subdesenvolvidos.

Essa recusa de se levar em consideração os problemas do subdesenvolvimento ao nível geral e planetário traduz frequentemente a preocupação de limitar a geografia ao exame das relações de causalidade simples entre fatos humanos e fatos naturais, ao estudo das relações onde se manifesta nitidamente o determinismo geográfico. Privilegiar esse tipo de causalidade conduz a consideração das realidades somente à escalas relativamente grandes e a se acantonar nas análises de nível local e regional.

Essa predileção dos geógrafos pelos estudos efetuados num quadro regional e essa desconfiança em relação ao estudo dos fenômenos humanos em menor escala são, em uma grande medida, consequências das particularidades da evolução da geografia a partir da obra de Vidal de La Blache. Sob seu impulso, é na análise aprofundada das combinações regionais dos países da Europa ocidental que a geografia realiza uma grande parte de seu progresso metodológico e refinou seus procedimentos de análise e de síntese. Em contrapartida, se o estudo das combinações formadas pelos fatores naturais tenha sido conduzido com controle da observação em grande escala até à análise planetária, o exame das combinações humanas em pequena escala choca-se com diversas dificuldades e neste ramo da geografia o progresso tem sido menor. Ainda hoje, os métodos da geografia física geral são solidamente estabelecidos enquanto aqueles da geografia humana geral ainda são hesitantes e controversos.

Dificuldades da análise regional em países subdesenvolvidos

Mas aparece cada vez mais que se somente os métodos da análise regional tenham sido e ainda sejam plenamente eficazes na Europa ocidental e América do Norte, não é completamente do mesmo modo nos países do Terceiro Mundo. Se, nos países desenvolvidos, a abordagem regional permite apreender as combinações humanas na sua globalidade, nos países subdesenvolvidos ela permite reunir somente uma parte dos fatos humanos. Com efeito, no país desenvolvido, a região é integrada funcionalmente numa economia global (mercado nacional essencialmente) e essa integração permite ao geógrafo apreender no quadro regional os fatores que lhe são exteriores. Pelo contrário, no país subdesenvolvido, a palavra “região” recobre uma

realidade muito diferente: em razão do fenômeno de inarticulação dos diversos setores econômicos, essa fração de território está longe de ser também integrada às realidades nacionais; ela é por vezes ligada diretamente sobre os mercados distantes ou parece ainda viver à parte (frequentemente uma ilusão). Por essas razões, o geógrafo tem grande dificuldade em compreender num espaço limitado que o jogo dos fatores complexos que se exercem do exterior não é uma unidade funcionalmente integrada.

Por outro lado, se nos países desenvolvidos a abordagem regional é tão eficaz, é que ela pode se referir, pelo menos implicitamente, a todo um contexto econômico e social que é bem conhecido pelo menos na suas grandes linhas: ela faz constantemente referência à uma evolução que iniciou há mais de um século (a Revolução industrial por exemplo) e cujas características são compreendidas cada vez melhor. Nos países subdesenvolvidos, a análise regional somente pode referir a um contexto global muito dificilmente: com efeito, a evolução econômica e social dos diversos países da África, da Ásia e mesmo da América Latina tem sido relativamente pouco estudada, mas sobretudo o processo de subdesenvolvimento apareceu há relativamente pouco tempo, somente há apenas algumas décadas em certos países. Não só o fenômeno é recente e muito mal conhecido nas particularidades que apresenta segundo os países, mas também determina uma evolução que e ao mesmo tempo muito complexa, rápida e radicalmente diferente daquela que se desenrola nos países desenvolvidos. As consequências do crescimento demográfico são por si só extremamente graves e desconcertantes. As estruturas sociais estão em evolução rápida e elas assumem formas inesperadas na medida em que se combinam por exemplo em certos países as formas de organização tribal com os mecanismos do capitalismo moderno. A diversidade dos “socialismos” não cessa de aumentar. Os fatores políticos, que são em uma boa parte de origem estrangeira, jogam um papel essencial nos países do Terceiro Mundo, muito maiores que nos países desenvolvidos. A combinação de fatores que é o subdesenvolvimento está em transformação rápida, desarmoniosa e caótica; por outro lado, seus aspectos tendem a se diferenciar cada vez mais segundo os países.

Evolução muito rápida dos elementos da combinação global

A complexidade e a rapidez com as quais evolui o contexto global são tais que um bom número de geógrafos julga mais sábio ou mais cômodo fazer abstração e se refugiar na análise dos dados estáticos ou daqueles que lhes parecem estáveis mas que já estão em via de desaparecimento. Consequentemente, seu estudo de um espaço limitado comporta apenas uma fração dos fatos e ele negligencia os fenômenos que embora recentes são, contudo, essenciais. O mais importante

dentre eles é, sem dúvida alguma, o rápido aumento populacional e isso tanto pelas causas quanto pelas consequências desse fenômeno: como sublinhado precedentemente, a diminuição das taxas de mortalidade não resultam somente do emprego dos meios sanitários modernos, mas também das causas econômicas, sociais e políticas que tornaram esse emprego desejável e necessário: é evidente que essa penetração e as mudanças não tem somente consequências demográficas. Por outro lado, os efeitos do crescimento demográfico são consideráveis: as estruturas econômicas e sociais “tradicionais” ou de origem colonial são perturbadas e desqualificadas. Os sistemas de cultura que eram viáveis até então, as queimadas por exemplo, se desmoronam tanto mais aumenta as necessidades de viveres somadas àquelas culturas destinadas à exportação que fornecem alguns rendimentos monetários tornados indispensáveis. A eficácia da abordagem geográfica nos países do Terceiro Mundo é condicionada pela abordagem global dos problemas dos países subdesenvolvidos. Essa abordagem global implica levar em consideração numerosos elementos que deveriam ser normalmente fornecidos pelos especialistas de outras disciplinas, mas que o geógrafo necessita frequentemente estudar ele mesmo porque o economista, o sociólogo, o especialista de ciência política, etc., nem sempre passam [*ne sont pas toujours*] previamente na região. Além disso, suas investigações não são realizadas em escalas que as tornam diretamente utilizáveis na análise regional. Em país subdesenvolvido, o geógrafo é muito frequentemente entregue a si mesmo e ele deve, se quer compreender certos fatos, assegurar sozinho uma pesquisa que deveria ser interdisciplinar.

Necessidade de um estudo comparativo dos países subdesenvolvidos

Nessas condições, é particularmente útil, senão indispensável, examinar as transformações que são produzidas nos outros países do Terceiro Mundo. A análise regional, para ser eficaz, necessita portanto uma abordagem dos problemas do subdesenvolvimento em menor escala. Mas a abordagem comparativa, que é uma das principais vantagens do método geográfico, apenas pode dar frutos se são claramente percebidos os processos e os caracteres fundamentais que são comuns à situações particulares que se compara: o geógrafo deve pois estudar os problemas do subdesenvolvimento ao nível mais geral e à escala planetária. Isso é ainda mais necessário tanto ao nível do Terceiro Mundo, considerado em seu conjunto, como ao nível de cada uma das situações espacialmente mais limitadas que ele engloba, porque as mudanças são rápidas e importantes. Além disso, as já grandes diferenças que existem entre os países subdesenvolvidos tendem ainda a acentuar-se.

Essas mudanças e o aumento da diversificação tornam ainda mais indispensável uma comparação atenta: esta não pode evidentemente se efetuar sem o crescimento dos estudos regionais que devem legitimamente continuar a formar a maior parte da produção geográfica. Mas, reciprocamente, as monografias regionais só podem assumir o significado amplo que elas merecem apenas em função dos progressos realizados no estudo comparativo das diferentes situações de subdesenvolvimento. O geógrafo aparece, sem dúvida alguma, como o especialista desse estudo diferencial do Terceiro Mundo. Como os países subdesenvolvidos cobrem mais de dois terços da superfície do globo e contam perto de três quartos da população mundial, esse estudo comparativo depende [*relève*] de fato da geografia geral e coloca os problemas fundamentais.

As dificuldades da geografia geral humana

A propósito dessa predileção cujos numerosos geógrafos testemunham a respeito dos estudos monográficos regionais, foi evocado precedentemente a defasagem que existe entre a geografia geral física e a geografia geral humana. É importante retornar a isso. A primeira descreve, analisa e explica em escala planetária as combinações de fatores físicos e é com proveito que ela estabeleceu, principalmente sobre uma base zonal, uma classificação coerente dos grandes tipos de combinações naturais. Como os fatos humanos são mais móveis, mais complexos, mais difíceis de generalizar, não ocorre o mesmo [*il n'en est pas encore*] na geografia geral humana: sua abordagem é, por um lado, mais analítica que sintética e, por outro, muito menos classificatória que aquela da geografia física.

A geografia geral humana estuda menos ao nível planetário as combinações de fatores que a extensão à superfície do globo de certos fenômenos ou certas categorias de fatos, considerados de um modo relativamente analítico⁹²⁴: os fatos de população, os fatos agrícolas, os fatos urbanos, os fenômenos de circulação. Certamente, o estudo de cada uma dessas categorias de fatos necessita o recurso à uma grande diversidade de fatores. Mas não são *combinações* de fatos de natureza diferente que são apreendidos. Assim, a geografia humana é dividida em frações analíticas (geografia da população, geografia urbana, etc.). O papel dos dados naturais é mais frequentemente considerado sobre tal ou qual fenômeno humano parcial e não sobre as combinações humanas globais, que quase nunca são estudadas.

⁹²⁴ Cf. Max DERRUAU, *Précis de géographie humaine*, Paris, Armand Colin, p. 27 – André CHOLLEY, *Guide de l'étudiant en géographie*, Paris, P. U.F., p. 21.

Fundada em grande parte sobre o conceito zonal que é sintético e classificatório, a abordagem da geografia geral física está, portanto, muito mais conforme às regras fundamentais do método geográfico que aquela da geografia geral humana.

Os gêneros de vida

Forjando a noção de *gênero de vida*, Vidal de La Blache deu à geografia humana, nos últimos anos do século XIX, a ferramenta que parecia tornar possível os progressos metodológicos comparáveis àqueles que efetuará a geografia física. De fato, o conceito de gênero de vida é por excelência um conceito geográfico: permite apreender como combinação coerente a totalidade das características de um grupo humano, explicá-lo em função e na atividade produtiva que provê todas [*en fonction et de l'activité productive qui pourvoit à l'ensemble*] as suas necessidades e os traços específicos do meio natural. Porque o gênero de vida é realizado em sua totalidade no interior de um grupo vivo em quase autossustentação e, conseqüentemente, ocupa um espaço relativamente restrito, o estudo dos gêneros de vida permite analisar as relações diretas de causa e efeito entre a totalidade dos fatos humanos e os dados naturais e isso com a precisão e a formulação concreta que são possíveis em grande escala. Outra vantagem: essa monografia local pode ser generalizada sem perder sua concretude ou precisão. Com efeito, ela pode ser considerada como um tipo concreto de combinação geográfica que é representativa de uma coleção de casos comparáveis; sua extensão espacial corresponde ao território coberto pela justaposição de pequenos grupos, cujo gênero de vida de cada um não difere muito daquele que era estudado a título monográfico.

O conceito de gênero de vida permitiu assim à época de Vidal de La Blache apreender sinteticamente em grande escala os fatos humanos e suas relações com o meio natural e esboçar uma classificação válida em escala planetária baseada simultaneamente sobre a diferenciação das atividades produtivas e sobre aquela das diversas zonas naturais. Assim, as grandes categorias sintéticas da geografia humana poderiam então aparecer articuladas àquelas não menos sintéticas da geografia física.

O conceito de gênero de vida perdeu sua eficácia

Infelizmente, a evolução do mundo fez que esta noção de gênero de vida perdesse uma enorme parte de sua eficácia. Já, no espírito mesmo de Vidal de La Blache, essa noção não poderia explicar os caracteres das regiões onde se desenvolviam a civilização moderna e suas trocas

múltiplas. O conceito de gênero de se aplicava com sua plena eficácia apenas aos grupos humanos que viviam ainda em verdadeira autossustentação. O progresso das trocas desde o fim do século XIX, a propagação sobre o conjunto do globo da civilização moderna fez com que o conceito não permitisse mais apreender hoje a *totalidade das características presentes* dos grupos humanos. Em razão da irrupção, na célula viva de autossustentação, de potentes fatores exteriores que emanam frequentemente de impulsos distantes, os fatos humanos não podem mais ser compreendidos em sua globalidade levando em consideração unicamente [*seuls*] os fatores que são observáveis ao nível da análise regional em grande escala. O conceito de gênero de vida certamente não perdeu seu interesse para os geógrafos, mas eles devem lhe conceder um valor essencialmente histórico: o gênero de vida corresponde à antiga situação equilibrada da autossustentação que foi perturbada há mais ou menos tempo pela difusão da economia moderna e a multiplicação de suas consequências (revolução demográfica entre outras). O gênero de vida não exprime mais hoje a totalidade do presente: mas em um bom número de casos, sua importância ainda é grande e não é possível fazer abstração se quer-se compreender as combinações geográficas atuais. Na maior parte do mundo, um dos temas principais de pesquisa do geógrafo e do etnólogo deveria ser o deslocamento dos antigos gêneros de vida sobre o impacto da economia moderna (esse deslocamento é típico da situação de subdesenvolvimento) e a combinação de seus elementos com os fatores modernos de origem exterior que exercem há vários decênios seus efeitos sobre vastos territórios.

Uma abordagem muito analítica e muito uniformizante

O fato que o conceito de gênero de vida não possa mais ser utilizado como ferramenta principal de pesquisa no estudo das combinações geográficas atuais, explica em grande medida a incerteza da geografia geral humana e sua defasagem em relação à geografia física. Para descrever e explicar os fatos humanos considerados em escala planetária, alguns fazem, de fato, abstração das transformações recentes, apesar de sua potência e se interessam principalmente pelos antigos gêneros de vida. Outros, em contrapartida, minimizam a herança dessas formas de organização autárquica hoje deslocadas e desnaturadas, para considerar, segundo uma abordagem principalmente analítica, os diferentes elementos constitutivos da “civilização moderna”. Eles consideram, frequentemente, como um processo de uniformização que propagaria na superfície do globo as técnicas e as formas de organização econômica e social tipicamente europeias ou norte-americanas. Mas, as consequências dessa propagação da economia moderna, seus mecanismos e suas estruturas não são absolutamente idênticas nas

diversas partes do mundo estas, malgrado sua inserção nas trocas internacionais e a difusão de técnicas bastante comparáveis, tendem muito mais à se diferenciar que uniformizar. Essa diferenciação, acrescida das combinações geográficas na superfície do globo, não pode ser convenientemente apreendida por uma abordagem que analisa sucessivamente os diferentes elementos da civilização moderna considerados erradamente como um todo homogêneo.

Conseqüentemente, os fenômenos que são, entretanto, muito importantes no Terceiro Mundo raramente são estudados, como testemunha, por exemplo, a pobreza da terminologia que os designa: assim, persistimos em denominar “favelas”, termo muito particular, os aspectos muito diversos que assumem em volta das cidades as formas de *crescimento urbano espontâneo* que são, entretanto, específicos dos países subdesenvolvidos. Do mesmo modo são muito frequentemente ignoradas ao nível da geografia geral as diferenças essenciais que existem entre as estruturas econômicas e sociais dos países subdesenvolvidos e aquelas dos países desenvolvidos. Estes últimos são considerados erradamente como universais.

Essas duas abordagens da geografia geral humana, aquela que aparenta-se ao estudo dos gêneros de vida e aquela que voltada para a análise dos diferentes aspectos da civilização moderna, essas duas abordagens que podem ser justapostas uma à outra no corpo de uma mesma obra, parecem ambas insuficientes. A primeira, além do fato de não ser utilizável para o estudo dos países industriais, não permite descrever os vestígios de um passado mais ou menos antigo. A segunda é, por um lado, essencialmente analítica, e por outro abusivamente uniformizante, uma dupla distorção à abordagem específica do geógrafo. Portanto, não é surpreendente que apesar de seus limites, o método baseado sobre o conceito de gênero de vida seja ainda muito utilizado para descrever as combinações geográficas em escala planetária.

A condição de uma abordagem sintética e diferencial

Porque recobre uma combinação de fatores complexos e implica certos tipos de relação entre grupos humanos e os dados naturais, o conceito de subdesenvolvimento pode tornar-se para os geógrafos uma ferramenta de pesquisa e reflexão geral eficaz que, em épocas passadas, foi o conceito de gênero de vida. Este corresponde à um nível preciso de análise, à observação das realidades em grande escala, ótica conveniente para os grupos que vivem em autarquia. Como estão submetidos hoje à diversas influências exteriores de desigual envergadura espacial, esses grupos podem ser estudados em sua totalidade apenas em referência a outros níveis de análise: é o que permite o conceito de subdesenvolvimento que pode ser utilizado no quadro local e regional como em escala nacional e internacional.

O conceito de gênero de vida era utilizável apenas nas regiões que não estavam ainda integradas na economia moderna. Consequentemente, o geógrafo restava um pouco desarmado para o estudo do resto do mundo. Em contrapartida, a individualização da situação de subdesenvolvimento que se estende sobre uma grande parte do mundo ocasiona aquela situação de desenvolvimento que ocupa o resto do globo. Tanto uma como a outra corresponde uma combinação global e específica de elementos e de fatores cujas naturezas são extremamente diferentes. Em vez de limitar-se à examinar a extensão planetária de cada um deles, é possível ultrapassar essa abordagem muito analítica para apreendê-los sinteticamente em suas interações recíprocas, o que está muito mais conforme ao método geográfico.

Assim, o conceito de subdesenvolvimento, à condição de ser rigorosamente definido e considerado como uma combinação global, aparece não somente como uma noção aceitável para os geógrafos, mas como um conceito geográfico primordial. Ele apresenta para a geografia geral humana as mesmas vantagens que o conceito zonal para a geografia física: eles permitem apreender as combinações de fatores e estudar sua repartição na superfície do globo.

A unidade da geografia

Finalmente, porque implica aos diferentes níveis de análise, o estudo da forma como os grupos humanos tiram partido dos meios físicos e porque conduz à elaboração de políticas que visam à uma melhor utilização dos recursos naturais, o conceito de subdesenvolvimento, longe de ameaçar a unidade da geografia, pode, pelo contrário, ser um potente fator de sua consolidação. A manutenção desta unidade, interface [*charnière*] das ciências humanas e das ciências naturais, é relativamente mais importante, aliás, aos geógrafos “humanos” que aos geógrafos “físicos”. O estudo das realidades humanas implica, com efeito, levar em consideração necessariamente os dados naturais, a título de fatores mais ou menos determinantes. Em contrapartida, o morfólogo ou climatólogo não têm que procurar nos fatos humanos uma parte tão grande de causalidade.

Seja como for, o estudo dos países subdesenvolvidos, cujo problema essencial é aquele de reunir as condições de uma melhor valorização dos meios naturais, necessita absolutamente da unidade da geografia. O conceito de subdesenvolvimento pode ser um dos cimentos.

O CONCEITO DE SUBDESENVOLVIMENTO EM GEOGRAFIA (Resumo). – O conceito de subdesenvolvimento muitas vezes faz com que os geógrafos sejam reticentes, e é também objeto de opiniões conflitantes. Ao usar critérios estritamente geográficos é possível dar uma

definição objetiva: – Subdesenvolvimento é um desequilíbrio interno entre o crescimento da população e a insuficiência do aumento dos recursos que a população tem à sua disposição. Este crescimento econômico insuficiente é o resultado de um fracasso na utilização do potencial natural ao máximo. Este balanço negativo entre povos e recursos naturais é subscreve-se completamente na teoria do “Possibilismo” de Vidal de La Blache. Obviamente, essa teoria não exclui o determinismo geográfico cujo papel parece ser maior quando os fatos são estudados em maior escala (circunstâncias locais e regionais). O estudo do subdesenvolvimento de acordo com os métodos geográficos regionais continua obviamente essencial. Mas também parece cada vez mais necessário realizar estudos comparativos entre as várias partes das áreas subdesenvolvidas e examinar as circunstâncias do subdesenvolvimento em seu contexto mundial. Isso se enquadra nos métodos de geografia geral que podem ser transformados utilmente pela adoção do conceito de subdesenvolvimento como uma noção geográfica fundamental.

A noção de subdesenvolvimento: busca de uma definição objetiva⁹²⁵.

Yves Lacoste

Tradução de José Arnaldo dos Santos Ribeiro Junior

O termo subdesenvolvimento apareceu há cerca de vinte anos sob a pena de economistas, e em particular economistas anglo-saxões. Foi visto florescer em textos extremamente variados que tratavam de realidades muito diferentes. Este termo se tornou uma das encruzilhadas de nosso tempo.

Quando se examina a literatura muito abundante sobre o subdesenvolvimento, percebe-se que ela se baseia fundamentalmente, mas muitas vezes implicitamente, na consideração de dois dados primordiais. Esses dois dados primordiais são, de um lado, a quantidade de recursos que dispõe efetivamente a população e, de outro, o efetivo dessa população. E se passarmos dessas realidades abordadas de forma estática para realidades dinâmicas, é importante ver como têm evoluído, uma em relação à outra, por um lado, o crescimento dos recursos que dispõem efetivamente essas populações e, por outro lado, como tem aumentado esses efetivos populacionais. Ou seja, temos duas realidades internas, concretas, que se pode medir com alguma precaução.

A ANTIGA SITUAÇÃO DE AJUSTE

Se, além disso, tomarmos uma perspectiva histórica para examinar como esses dois dados primordiais tem evoluído um em relação um ao outro, perceberemos duas modificações fundamentais que vão permitir revelar um subdesenvolvimento e outra situação que têm relações complexas, mas também que resultam de todo um conjunto de fatores em grande parte internos.

Se representarmos ao longo do tempo o crescimento demográfico, seja do conjunto das populações que ocupam tal ou qual continente, seja de um país, ou de uma região, constatamos, durante muito tempo, um crescimento demográfico extremamente baixo e, em certos momentos, períodos de crescimento um pouco mais lentos. Ao mesmo tempo, observa-se um crescimento dos recursos disponíveis para essas populações, recursos eles próprios

⁹²⁵ Texto extraído do registro de uma conferência dada em 12 de dezembro de 1967 na Sorbonne, sob os auspícios da Union Rationaliste.

extremamente baixos. Eu esquematizo, é claro, de uma forma ultrajante. Pensando em séculos, senão em milênios, o fenômeno geral é o ajuste desses dois dados. Em numerosas ocasiões, o crescimento demográfico estava tentando ganhar velocidade, por exemplo, durante certos períodos climáticos – os famosos anos de vacas gordas – e depois vieram os anos de vacas magras e houve, como dizem os demógrafos, um fenômeno de planejamento, a palavra diz bem o que significa – ou seja, que a curva de crescimento demográfico foi reduzida abaixo desse nível, desse teto imposto pela quantidade de recursos que efetivamente dispunha a massa da população. E esse ajuste se traduz em uma estabilidade relativa dos níveis de vida das populações.

O que é a decolagem [*décollage*]?

A partir do século XIX, grosso modo, essa situação fundamental de ajuste modificou-se sobre uma fração da superfície do globo, ou seja, nos países que, hoje, são considerados como países desenvolvidos. Vemos o crescimento demográfico tomar o seu impulso, esse mesmo que inquietava tanto Malthus e, ao mesmo tempo, vemos um pouco antes ou um pouco depois, dependendo do país, um boom [*essor*] econômico considerável que, certamente, se o considerarmos a curto prazo, apresenta toda uma série de oscilações, crises, etc., mas que, consideradas no longo prazo, se apresenta como um fenômeno de desajustamento entre essas duas curvas que, até então, tinham sido estreitamente ajustadas uma à outra. Os economistas chamam esse fenômeno de decolagem – e relacionarmos esse fenômeno da decolagem à curva demográfica, podemos dizer que as duas curvas se descolaram [*décollées*], efetivamente, uma da outra.

Qual é o resultado? O resultado é um crescimento das possibilidades econômicas, um crescimento da poupança, um crescimento dos reinvestimentos e também, de forma desigual, levando em consideração as estruturas sociais ou políticas, uma situação de desenvolvimento, ou seja, – uma situação caracterizada pelo fato de que o crescimento dos recursos que dispõe a população é mais rápido, muito mais rápido do que o crescimento demográfico. Isso atualmente caracteriza cerca de um quarto da humanidade.

Durante o século XIX, no que se refere à África, à Ásia, à América Latina, assistiu-se à manutenção da situação de ajustamento. Isso não quer dizer que as estruturas econômicas, sociais ou políticas não tenham sido alteradas. Estou simplesmente tomando essas duas curvas de referência. Manutenção da situação de ajustamento, embora toda uma série de mudanças cujo alcance vai parecer considerável posteriormente; seria, por exemplo, apenas o

estabelecimento de estruturas coloniais, a penetração da economia moderna em países que permaneceram em níveis tecnológicos e culturais muito diferentes.

DISTORÇÃO INTERNA E SUBDESENVOLVIMENTO

Mas, a partir do século XX, mudanças muito importantes apareceram em momentos um pouco diferentes, segundo os países. Vemos – tomemos o caso menos desfavorável – um crescimento econômico que aumenta de uma forma às vezes apreciável, mas vemos também um crescimento demográfico cada vez mais rápido que ganha velocidade [*prend de vitesse*] com o crescimento econômico. Isto é, para certos países, em particular os da América Latina, cujos crescimentos demográficos se tornaram consideráveis, excetuando alguns casos que ainda um estão um pouco atrasados, produz-se um fenômeno de distorção extremamente grave. Esta situação absolutamente nova na história da humanidade, proponho chamá-la de situação de subdesenvolvimento. Não estou dando uma definição, porque uma definição implicaria a consideração das causas. Mas constato que há um fenômeno de distorção e proponho que se chame situação de subdesenvolvimento uma situação em que o crescimento dos recursos de que dispõe efetivamente a massa da população é menos rápido do que o crescimento dos efetivos dessa população. Se nos limitarmos a examinar as taxas de crescimento tal como as podemos registrar, considerando as rendas nacionais, teremos frequentemente uma situação muito mais tranquilizadora. Com efeito, à primeira vista, parece que o crescimento econômico é mais rápido. Na realidade, isso resulta de uma espécie de artifício estatístico e que se traduz, para a massa da população, em um fenômeno negativo.

Esta situação de subdesenvolvimento assim caracterizada aparece fundamentalmente como um desequilíbrio interno. E se a distância entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos está crescendo, isso resulta em grande medida do facto de alguns, desde um século ou um século e meio, conhecerem esta situação de desenvolvimento, portanto, de desajustamento positivo, enquanto os outros que partiam de um nível de vida bastante baixo, muito baixo em certos casos, conhecem desde há dez, vinte, trinta ou cinquenta anos um fenômeno de desajustamento negativo. Se aceitarmos essas características, parece que a situação de subdesenvolvimento é uma realidade moderna. O subdesenvolvimento não é a persistência em 1967 das formas de estrutura social e econômica da miséria, tal como existiam no passado. O subdesenvolvimento é, de certa forma, o aspecto negativo da modernidade. Estamos habituados a colocar uma equação dizendo: Moderno = Progresso = Positivo; aqui, eu acho que temos o aspecto negativo dessa modernidade. Isso se traduz, por exemplo, no fato de que as estruturas econômicas,

sociais, políticas e demográficas de um país verdadeiramente subdesenvolvido são muito diferentes, em muitos aspectos, da situação que o precedeu. E podemos mesmo arriscar essa observação que, entre a situação de desenvolvimento e a situação que a precedeu na Europa Ocidental, há uma diferença talvez quase tão grande quanto aquela que existe entre a situação de subdesenvolvimento tal como se manifestou desde algumas décadas e a situação que a precedeu e que chamarei por conveniência de “tradicional”.

Esta situação de subdesenvolvimento, realidade moderna, caracteriza-se por um desequilíbrio crescente. Ou seja, o subdesenvolvimento não é uma estagnação, não é o facto de as pessoas estarem na miséria em 1967, mas é também que esta miséria se agrava não somente por causa dessa distorção, mas também por causa de outros fatores que veremos, essa distorção interna não pode ser duradoura. A situação de desenvolvimento pode continuar durante um tempo indeterminado, dado que a satisfação de certas necessidades faz nascer outras necessidades e assim por diante; por consequência, é possível que esse fenómeno de desenvolvimento se perpetue. Por outro lado, a situação de subdesenvolvimento conduz a dificuldades crescentes, a verdadeiras catástrofes. E se examinarmos as taxas de crescimento demográfico dos países subdesenvolvidos, apercebemo-nos que, quando falamos de catástrofes, não se manipula, perigos imaginários. Atualmente temos uma humanidade de 3 bilhões de homens (havia 3 bilhões de homens em 1960) e, desses 3 bilhões de homens, cerca de três quartos vivem nos países do terceiro mundo. Embora tenha levado várias centenas de milhares de anos para constituir-se nessa terra, esse estoque de 3 bilhões de pessoas, levará cerca de trinta anos para que se adicionem outros três bilhões a esse efetivo e a humanidade de 1985-1990 será, muito provavelmente, – a menos que ocorra uma catástrofe planetária – uma humanidade de 6 a 7 bilhões e a proporção das populações do Terceiro Mundo será ainda maior do que a que existe atualmente. Portanto, temos uma situação cada vez mais formidável.

A VERDADEIRA IMAGEM DO SUBDESENVOLVIMENTO

Essa situação de subdesenvolvimento que caracterizei por esses dois dados fundamentais, importa agora compreendê-la. Não se trata simplesmente de constatá-la, é importante ver quais são as causas que determinam essa distorção. Se olharmos para esse fenómeno de desajustamento, *parece* à primeira vista que a causa fundamental do subdesenvolvimento é esse crescimento demográfico excessivo. E muitos autores se contentam em dizer que se trata de um fenómeno de excesso demográfico. Em contrapartida, se eu considerar a curva de recursos que

dispõe efetivamente essa população, parece que é um fenômeno de insuficiente crescimento econômico.

Veremos, assim, muito rapidamente quais são as causas desse excesso de crescimento demográfico e, por outro lado, quais são as causas desse insuficiente crescimento dos recursos que dispõe efetivamente a população.

Forte crescimento demográfico, eu disse. Há que ver aqui o fenômeno de forma relativa. Muitos autores evocam o perigo que constituiria em si mesmo, simplesmente, o excesso do crescimento demográfico ou o fato de que a humanidade atingirá 6 bilhões de pessoas em cerca de trinta anos. Na realidade, o perigo não está aqui. Jamais devemos esquecer o fenômeno da relação entre as duas curvas. O perigo não é que sejamos 6 ou 7 bilhões de homens em trinta anos, porque os recursos que dispõe o globo – se fossem convenientemente utilizados sem proezas tecnológicas extraordinárias – permitiriam viver, segundo os especialistas mais pessimistas, muito melhor do que vivem atualmente, cerca de 10 bilhões de pessoas. Portanto, não é um problema de pobreza natural, é um problema de não desenvolvimento de recursos. E se recorrermos a uma imagem de Epinal, para figurar o subdesenvolvimento, muitas vezes representamos uma massa de gente que se multiplica diante de uma despensa quase vazia; parece uma imagem lógica. Na realidade, a verdadeira imagem do subdesenvolvimento é a de uma massa que cresce rapidamente diante de uma despensa bem abastecida, mas cuja porta está fechada por duas voltas.

POR QUE O CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO?

Quais são as causas desse crescimento demográfico cada vez mais rápido? Elas resultam essencialmente de dois fatores. Por um lado, o que se poderia chamar de fenômeno relacional que leva a uma redução sensível, por vezes mesmo considerável, das taxas de mortalidade e, por outro lado, todo um conjunto de fatores econômicos, sociais e políticos que mantêm e, por vezes, até provocam o aumento sensível das taxas de natalidade. As taxas de mortalidade diminuíram, na maior parte dos países subdesenvolvidos, em proporções consideráveis. E invoca-se facilmente a utilização dos métodos terapêuticos modernos, os antibióticos, os inseticidas, etc. Mas é importante ver bem quais são as razões econômicas, sociais e políticas que levaram à implementação massiva desses meios médicos, muito eficazes e relativamente baratos, que permitem reduzir as taxas de mortalidade das populações. Aqui, creio eu, apreendemos um dos aspectos dessa contradição fundamental que é o subdesenvolvimento. A propagação da economia moderna não pode ser feita sem modificações sanitárias consideráveis,

por um lado. Por outro lado, colocar em contato países desenvolvidos e subdesenvolvidos implica [*entraîne*], mesmo que seja somente para proteger sanitariamente as populações dos países desenvolvidos da propagação de um certo número de grandes epidemias, uma ação sanitária nos países subdesenvolvidos.

Em terceiro lugar, e voltaremos a isso, nos países subdesenvolvidos, não há apenas pessoas pobres, pessoas miseráveis. Há uma minoria privilegiada, composta de elementos autóctones ou estrangeiros, que querem ser protegidos de um certo número de flagelos sanitários. É evidente que, se quisermos evitar que numa grande cidade, os mosquitos da malária piquem as pessoas em bairros nobres [*beaux quartiers*], há que suprimir a malária no conjunto da aglomeração. Consequentemente, você tem um fenômeno muito complexo, mas inelutável; certamente, há fatores filantrópicos, eles não deveriam ser minimizados, mas também há fenômenos que não podem ser impedidos se houver uma propagação da economia moderna, se houver a constituição de um uma minoria privilegiada cada vez mais rica, haverá obrigatoriamente ação sanitária. Além disso, nos últimos vinte anos, modificações políticas consideráveis tiveram lugar em todo o mundo, que foram chamadas de fenômenos de descolonização; um certo número de Estados descolonizados apareceram nas organizações internacionais e reivindicaram, justificadamente [*à juste titre*], uma ajuda, ajuda que, moralmente, é a menos contestável, que é a mais eficaz e frequentemente a menos onerosa, é a ajuda sanitária. Consequentemente, todo um jogo de forças está em jogo para levar essa redução das taxas de mortalidade. O que não significa que as pessoas sejam saudáveis. Se é possível reduzir facilmente as doenças infecciosas e as doenças contagiosas, é, em contrapartida, mais difícil reduzir todos os efeitos das doenças de carência, da subalimentação, favelas, ausência de água potável, de esgotos, etc.

Em contrapartida, as taxas de natalidade mantêm-se; enquanto no passado havia uma alta natalidade, mas também uma alta mortalidade (o que gerava um excedente demográfico muito restrito), hoje a diferença entre as duas curvas aumentou e isso dá excedentes muito importantes da ordem de 2,5% ao ano para a maior parte dos países do Terceiro Mundo; alguns ainda estão um pouco abaixo, mas nada permite dizer que em cinco anos, em dez anos, eles não terão atingido essa taxa de 2,5%; muitos países subdesenvolvidos estão em vias de crescer mais de 3% ao ano, ou seja, o que implica uma duplicação dos efetivos na ordem de vinte a vinte e cinco anos.

A significação econômica da criança

As taxas de natalidade não diminuem e até tendem, em alguns países, a aumentar. A que isso pode ser devido? Invoca-se muita facilmente o peso das tradições, o peso de certos comportamentos primitivos, etc. Na realidade, os dados, se quisermos examiná-los de uma forma objetiva, são muito mais simples, mas também muito mais ligados à situação econômica. Se olharmos o que se passou na Europa Ocidental durante o século XIX, vemos que, sem o recurso à propaganda anticoncepcional, as taxas de natalidade diminuíram espontaneamente. Por quê? claro, por todo um conjunto de forças, todo um conjunto de fatores. Mas, principalmente, penso que isso resulta da modificação radical da significação econômica da criança no seio de sua família. O que isso significa?

Na Europa Ocidental

As realidades são muito simples. Até meados do século XIX, pode-se dizer que na Europa Ocidental a criança trabalha desde uma idade extremamente precoce. Não somente no campo, onde participa nos trabalhos, onde por vezes é um auxiliar indispensável, mas também na cidade; pois não devemos esquecer que, nos primeiros tempos da revolução industrial, as crianças constituíam uma parte importante da mão-de-obra; elas se encontravam nas usinas têxteis, nas minas e isso, por vezes, com apenas 5 ou 6 anos de idade. Por consequência, essas crianças não são um encargo para os pais, pelo contrário, são um complemento [*appoint*], são auxiliares e, muitas vezes, até nas cidades, são elas que mais frequentemente trazem algum dinheiro, tendo em conta a extrema anarquia do mercado de trabalho nos primeiros tempos da revolução industrial na Europa.

O que está provocando a mudança que determinou a transformação do comportamento demográfico das populações? a mudança decorre, em primeiro lugar, do fato de que toda uma série de medidas legislativas interdita o trabalho infantil assalariado em um em setores cada vez mais numerosos das atividades industriais e comerciais; mas, sobretudo, a educação primária obrigatória retira a criança da produção de uma forma mais ou menos radical, por um período mais ou menos longo segundo as categorias sociais, e isso resulta um encargo muito considerável para os pais. A criança é retirada da produção; sua significação econômica muda e, tendo em conta as modificações do papel da igreja, da urbanização, etc., vemos a atitude dos pais modificar-se consideravelmente. A criança cessa de ser uma vantagem e a taxa de natalidade diminui.

No Terceiro Mundo

Nos países subdesenvolvidos, à luz dessas constatações históricas, pode-se explicar essa manutenção das taxas de natalidade em um nível muito elevado. Na maioria dos países subdesenvolvidos, as crianças trabalham muito cedo, embora exista um número considerável de desempregados ou subempregadas. Mas, no campo, tendo em conta a baixa produtividade do trabalhador agrícola, a criança é um auxiliar indispensável em certos sistemas de cultivo onde é necessário realizar muito rapidamente, com ferramentas muito rudimentares, uma série de trabalhos essenciais considerando os dados climáticos muito restritivos; nas cidades, você tem uma anarquia das formas de emprego tal que, muitas vezes, um empregador achará mais econômico recorrer ao trabalho de duas ou três crianças do que empregar um adulto a quem, finalmente, seria necessário dar um pouco mais. É o trabalho infantil que atinge você logo que se entra em contato com uma cidade dos países do terceiro mundo: os pequenos engraxates, os pequenos carregadores de cestos, de berços, os pequenos mendigos, etc. No campo a criança trabalha muito cedo, não trabalha o tempo todo, claro, mas é um ajudante fundamental.

Qual é, dirão, é a solução para essa redução nos nascimentos? Seria, evidentemente, escolarizar essa população infantil. É claro que, à primeira vista, não podemos estar de acordo, uma vez que essa escolarização vai permitir resolver um certo número de problemas e aumentar a produtividade do trabalho. Mas atenção! Na Europa Ocidental, a escolarização massiva das crianças não veio imediatamente após a revolução industrial. Houve uma primeira fase de desenvolvimento que teve efeitos extremamente complexos, que se traduziu, em particular no campo, num aumento significativo da produtividade dos camponeses. E esse aumento de produtividade tornou possível, não sem sacrifício, não sem constrangimento, muitas vezes, passar sem a ajuda das crianças; e não foi fácil, muitas vezes, em certas áreas rurais, colocar as crianças na escola.

Nos países do Terceiro Mundo, tem havido um certo número de experiências e tentativas muito localizadas de escolarizar totalmente, massivamente, a população infantil de alguns cantões. Os resultados foram muitas vezes desastrosos em muitos casos – não em todos – o que se traduziu em maiores dificuldades agrícolas e, muitas vezes, até mesmo numa redução da produtividade. Portanto, não podemos – ao que parece – retirar a população infantil da produção que, previamente, aumentou a produtividade do trabalhador agrícola. Deixo de lado o custo considerável para os países do terceiro mundo de uma política de escolarização massiva e sustentável; porque se queremos tirar a criança da produção, não é colocando-a na escola a meio período ou alguns meses por ano que ela permanece disponível para os pais.

Enquanto que, à primeira vista, era o crescimento demográfico e seus excessos que podiam parecer os responsáveis pela distorção entre o aumento da população e o aumento dos recursos, finalmente vemos que é a insuficiência do crescimento econômico no momento em que o crescimento demográfico ainda não era forte, que provocou o fenômeno atual, ou seja, a grande dificuldade em desacelerar o crescimento demográfico. Se olharmos para o que aconteceu na Europa Ocidental, na Alemanha, na Inglaterra – deixo de lado o caso da França que é muito especial – o crescimento demográfico não foi fraco nos primeiros tempos da Revolução Industrial, na primeira metade do século XIX. Mas o crescimento econômico foi ainda mais rápido e, conseqüentemente, foi possível iniciar começar os processos espontâneos que levaram à redução dos nascimentos.

Em contrapartida, nos países do Terceiro Mundo, quando o crescimento demográfico ainda não era muito forte, o crescimento econômico, portanto, não era suficiente e, assim, a implementação desses processos espontâneos de limitação dos nascimentos, as condições econômicas e sociais que determinam a mudança da significação econômica da criança no seio da sua família, não puderam se realizar. Tanto que, na minha opinião, as causas fundamentais do subdesenvolvimento não são o excesso de crescimento demográfico, mas a insuficiência de crescimento dos recursos de que dispõe efetivamente a população.

Além disso, ao contrário de certos autores que, não tendo em conta esses fatos que acabo de relatar, defendem a limitação dos nascimentos como solução para o problema, há que salientar que, mesmo que com um toque [*coup*] de varinha mágica, fosse possível provocar o colapso das taxas de natalidade em um país como a Índia, só depois de trinta anos o crescimento demográfico da Índia poderia ser interrompido. Atualmente, a Índia tem 500 milhões de habitantes; se o crescimento demográfico continuar como hoje, a Índia terá 1 bilhão de homens em trinta anos; se as taxas de natalidade da Índia pudessem ser reduzidas por meios externos para atingir os níveis atuais das taxas de natalidade europeias, a Índia teria nada menos que 750 milhões de homens em trinta anos. Conseqüentemente, mesmo acreditando possível – o que não penso no estado atual das coisas – uma redução massiva e imediata das taxas de natalidade, é necessário fazer face ao excedente demográfico que vai, de qualquer forma, ocorrerá nos próximos trinta anos.

RECURSOS NÃO UTILIZADOS

Mas agora, voltemos ao crescimento dos recursos que dispõe efetivamente a população. Se eu utilizo esta perífrase: crescimento dos recursos de que dispõe efetivamente a população, é para

distinguir bem o fenômeno do crescimento econômico que expresso em termos monetários, que figura nas estatísticas internacionais e a realidade concreta tal qual se apresenta nos países subdesenvolvidos. Por que esse crescimento econômico é fraco? A primeira ideia – e Deus sabe ela é veiculada – é dizer: os países subdesenvolvidos não têm recursos. Já fiz alusão a essa teoria; é – salvo em casos muito marginais e limitados – absolutamente falso; o terceiro mundo é caracterizado pela importância dos recursos subutilizados, desperdiçados e inexplorados. Claro, isso não significa de forma alguma que não haja algumas dificuldades tecnológicas a ultrapassar. Certamente, mas no geral, vemos que o que seria possível fazer é muito considerável. E, por exemplo, para a América Latina, a proporção das terras efetivamente cultivadas sem proezas tecnológicas extraordinárias em relação às terras cultiváveis é muito pequena. Nos países tropicais, há, certamente, dificuldades naturais; os solos tropicais, na maioria dos casos, são mais frágeis, mais pobres que os da zona temperada. Mas há, também, potencialidades pedológicas importantes; por exemplo, em uma grande parte da África tropical, encontram-se vales que contêm solos menos pobres e menos frágeis, que têm água, etc., e que não são valorizados por toda uma série de razões sanitárias, sociais, históricas, etc.

Portanto, há potencialidades. Além disso, nos dizem que os países subdesenvolvidos não têm equipamentos, nem ferramentas, o que explicaria a não valorização dos recursos naturais. Aqui temos de ter muito cuidado. Apercebemo-nos que a explicação do subdesenvolvimento simplesmente pela comparação com a realidade dos países desenvolvidos, conduz a um certo número de compressões. De fato, se você tomar um país do terceiro mundo de 50 milhões de habitantes, se você comparar com o equipamento, com as ferramentas que dispõe a França, outro país de 50 milhões de habitantes, você vai concluir imediatamente concluir que o país subdesenvolvido não tem equipamentos, não tem ferramentas, não tem técnicos. Por outro lado, se você olhar o que existe verdadeiramente no país subdesenvolvido, vai perceber que, na maior parte dos casos, que ainda há algum equipamento, que há meios de transporte, que há existem técnicos. Mas esse equipamento, essas ferramentas são totalmente subutilizadas, também. Há, por exemplo, uma estatística que é muito interessante de fazer, que é a de comparar a capacidade das centrais elétricas dos países subdesenvolvidos com a quantidade de eletricidade que elas produzem efetivamente. Mesmo no caso de países muito atrasados como o Afeganistão, a relação é, muitas vezes, a metade. Poderíamos produzir, frequentemente, duas, três vezes mais eletricidade do que produzimos tendo em conta as ferramentas existentes.

Um equipamento subempregado

Diz-se, por exemplo: os países subdesenvolvidos não têm ferrovias. Deixo de lado o caso das ferrovias que servem, para exportação, aos grandes centros mineiros. Se tomarmos uma via férrea comum, de interesse geral, descobriremos que seu tráfego é absolutamente irrisório em relação à uma via férrea de interesse secundário na Europa Ocidental; há vagões, locomotivas, não há muitas, mas o pouco que há é totalmente subutilizado. Diz-se: os países subdesenvolvidos não têm energia, não têm meios energéticos. Bem, aqui novamente, basta olhar o que se passa nos países do Oriente Médio para perceber que dia e noite, estão sendo queimados milhões e milhões de metros cúbicos de gás natural cuja utilização é muito simples, e novamente [*là encore*] há desperdício. Dizem: os países subdesenvolvidos não têm técnicos. Certamente, se você comparar o número de técnicos formados a cada ano ou os que existem em relação aos que se poderiam encontrar em um país desenvolvido, isso parece irrisório. Mas se você olhar as realidades internas do país subdesenvolvido, vai descobrir que há técnicos. Mas eles estão desempregados, na maioria das vezes. Há falta de médicos, mas há médicos desempregados. Há falta de capatazes, engenheiros, etc., mas muitas vezes eles não encontram no local possibilidades de se empregarem.

Diz-se também – e aqui as grandes palavras são descartadas – que os países subdesenvolvidos não têm capital. Evidentemente, se você considerar essa distorção interna entre recurso e população, você pode pensar que não há excedente. Há, no entanto, capital nos países subdesenvolvidos, resultante de impostos [*prélèvements*] sobre a massa da população. Em certos países exportadores de petróleo, há um capital muito abundante (50% dos lucros). Mas esse capital também é inutilizado. Em vez de ser usado da forma mais produtiva, parece que as pessoas que possuem o capital, procuram os setores improdutivos, as construções sumptuárias, construções imobiliárias, etc. Além disso, e isso foi trazido à luz pelos economistas, esses países subdesenvolvidos, que se diz não disporem de capital, caracterizam-se por um fenômeno de exportação de capitais. Os países do terceiro mundo exportam capital, e isso é resultado de dois fatores: por um lado, um fenômeno já antigo e bem conhecido, é o repatriamento dos lucros realizados pelas grandes firmas internacionais; mas, por outro lado, o fenômeno de exportação de capitais resulta das decisões tomadas por nacionais, brasileiros, africanos, indianos, etc., que preferem investir seus capitais nos países desenvolvidos, nos bancos ingleses, suíços, americanos etc.

Temos, portanto, realidades que são bem diferentes daquelas que habitualmente imaginamos. Não há ausência de recursos naturais nem ausência de meios de produção; existe um potencial produtivo, mas ele é subutilizado na maior parte dos casos. E se compararmos – como alguns economistas fizeram recentemente – o potencial técnico de que dispunham os países da Europa

Ocidental nos primeiros tempos da revolução industrial, percebemos, finalmente, que era sensivelmente inferior ao que atualmente dispõem um bom número de países subdesenvolvidos. Por consequência, não temos um fenômeno de ausência de meios de produção tanto em termos de dados naturais quanto em termos de dados técnicos.

DE ONDE VEM A FRENAGEM ECONÔMICA?

No sistema econômico no seio do qual vive a maior parte dos países subdesenvolvidos, que é o sistema capitalista, não se deve esquecer que se produz essencialmente para vender e para vender com lucro. No entanto, houve, e há ainda em países subdesenvolvidos, numerosas tentativas de industrialização que abortaram porque uma vez que você instalou uma fábrica – digamos uma fábrica de calçados num país onde se anda descalços – não se trata simplesmente de produzir calçados, mas também de vendê-los.

As pessoas querem ter sapatos, mas não podem comprá-los. Por consequência, temos uma situação econômica que, por mais paradoxal que possa parecer à primeira vista, se assemelha muito mais a uma situação de superprodução, no que diz respeito às potencialidades e capacidades solventes do mercado interno, do que de subprodução. Esse fenômeno de não valorização dos recursos naturais, esse fenômeno de solos facilmente cultiváveis que permanecem em pousio pode, portanto, ser explicado. É evidente que o grande proprietário sul-americano sabe muito bem como cultivar essa terra; mas de que serviria realizar investimentos suplementares para efetuar essa valorização quando sabe que nem todas as quantidades de cereais colocadas no mercado encontram comprador [*preneur*]. Quando se diz: há fome na Índia – Deus sabe se falamos da Índia nos últimos meses –, não devemos acreditar que é um fenômeno de ausência de grãos na maior parte dos casos; há celeiros que estão cheios de cereais. E como disse, por exemplo, Alfred Sauvy, numa das suas famosas, mas muito significativas piadas: “Nos países subdesenvolvidos, não é pão que falta, é o ganha-pão”. A maioria da população não vive mais em uma economia de autossustentação. Ela está mergulhada numa economia monetária, sem ter os meios financeiros para satisfazer às necessidades elementares. Cria-se, por consequência, um bloqueio das forças de produção.

A causa fundamental da frenagem econômica da economia, pelo menos tal como nos parece nesta etapa do raciocínio, é o insuficiente poder de compra do mercado interno. Assim, não é de estranhar que os únicos setores econômicos dinâmicos nos países subdesenvolvidos sejam justamente aqueles que estão ligados aos mercados exteriores, aos mercados constituídos pelos países desenvolvidos, porque aí, evidentemente, encontramos oportunidades [*débouchés*]. É

necessário ter em conta o papel criativo desempenhado pelas grandes empresas internacionais. Mas, em grande medida, a frenagem econômica se traduz muito mais por uma insuficiência do poder de compra do mercado interno que por um fenômeno de incapacidade para produzir.

AS CAUSAS DA POBREZA

Quais são as causas profundas desta pobreza? Há causas que são frequentemente evocadas, como a baixa produtividade. Baixa produtividade é bastante normal quando populações subalimentadas, não alfabetizadas, dispo de ferramentas muitas vezes rudimentares, são confrontadas com certos obstáculos naturais que não são, certamente, insuperáveis, mas que são ainda mais temíveis quando confrontados com ferramentas irrisórias com uma ferramenta irrisória. Além disso, uma grande parte desta população não está em condições de trabalhar durante vários meses do ano, seja porque, no estado atual das técnicas e das condições naturais não há como fazer qualquer coisa – quando o tempo está muito seco, quando o solo está muito duro, – seja porque as formas de cultivo da terra, por exemplo em grandes plantações, limitam à algumas semanas o trabalho necessário, o resto do tempo, as pessoas não teriam nada para fazer, enquanto que, no entanto, teriam que trabalhar, para poder pagar um certo número de despesas exigidas deles, os impostos, um certo número de compras indispensáveis uma vez que a economia de autossustentação se encontra deslocada. Mas há nos países subdesenvolvidos outra causa fundamental da pobreza: a já reduzida produção camponesa, uma parte importante é monopolizada por membros de uma minoria privilegiada: muitas vezes, metade da colheita. E aqui nós encontramos verdadeiramente um fator primordial. Esses camponeses do Terceiro Mundo, submetidos a relações sociais que é possível qualificar de exorbitantes. Por que esse termo? Porque, na minha opinião, as minorias privilegiadas dispõem nos países subdesenvolvidos de uma combinação de poderes que nunca existiram assim combinados na Europa Ocidental. O proprietário de terras nos países subdesenvolvidos dispõe, ao mesmo tempo, dos poderes que resultam do sistema capitalista e de poderes que podem ser qualificados de feudais. Enquanto na Europa Ocidental o sistema feudal se desintegrou [*disloqué*] à medida que se propagava o sistema capitalista, nos países subdesenvolvidos, graças à dominação colonial, a penetração do sistema capitalista fez-se sem que se desintegrasse os poderes tradicionais das minorias privilegiadas. Pelo contrário, houve uma combinação de poderes para o maior benefício da minoria privilegiada e em maior detrimento das populações rurais ou da massa popular. Do século 17 ao 19, os europeus propagaram o sistema capitalista combinando-o com a escravidão. Essas minorias privilegiadas estão hoje em condições, na maior parte dos

países do Terceiro Mundo, de capturar [*s'emparer*] uma fração muito importante da produção. Assim, por exemplo, pode-se dizer que uma boa parte do campesinato indiano deve dar mais da metade, senão dois terços da colheita aos grandes latifundiários. Não só existem contratos de parceria que podem ser qualificados de abusivos, mas que são “normais” tendo em conta a situação de subdesenvolvimento, mas há a incidência da usura em um país onde a taxa legal de juros é de 10% ao mês.

Na América Latina, subsiste um fenômeno de cobrança [*prélèvement*] que se apresenta sob uma forma diferente: é o número de dias de trabalho que o camponês deve em troca da posse precária de um pedaço de terra, ou o número de dias de trabalho que ele deve efetuar na exploração do grande proprietário fundiário. Existem, dependendo dos países do Terceiro Mundo, formas de combinação de poderes diferentes cujos efeitos são mais ou menos paralisantes. Essas minorias privilegiadas resultam de uma evolução histórica complexa; Ou seja, por um lado, havia minorias privilegiadas antes do contato com a economia moderna, antes da colonização. A propagação do fenômeno colonial, longe de fazer desaparecer as minorias privilegiadas autóctones, acrescentou-lhes [*leur ont ajouté*] poderes suplementares e às vezes fundamentais, como a posse de terras em países onde a propriedade privada da terra não existia e produz uma verdadeira colusão de uma minoria privilegiada autóctone com uma minoria privilegiada de origem estrangeira, a dos colonizadores. A descolonização, na maioria dos casos, não se traduziu numa modificação desses dados, mas o poder deixado pelos colonizadores – salvo em casos muito excepcionais – foi transmitido, foi entregue à minoria privilegiada autóctone.

O FÊNOMENO DO IMPERIALISMO

Essas minorias privilegiadas autóctones e as grandes firmas internacionais se mantêm no poder, a despeito das tensões sociais cada vez mais [*de plus em plus*] graves, graças ao apoio consciente ou inconsciente dos países desenvolvidos. Este é um dos aspectos fundamentais do imperialismo. Creio que o fenômeno do imperialismo é um dado primordial do subdesenvolvimento; foi o imperialismo que determinou a instauração da situação de subdesenvolvimento e é o imperialismo que provoca o seu agravamento e impede que seja remediado. É preciso ver como ele se implanta, como joga na realidade interna do país subdesenvolvido. O imperialismo joga por intermédio da minoria privilegiada que está no poder na maioria dos casos ou que está muito próximo do poder.

O papel das grandes firmas internacionais é muito importante porque permite, tendo em conta a sua influência sobre os governos dos países desenvolvidos, orientar as políticas desses Estados

em função, finalmente, dos interesses desta minoria privilegiada que oprime a população dos países subdesenvolvidos. Por outro lado, intervém o papel da ajuda concedida pelos países desenvolvidos, seja ela dada de forma interessada ou de forma desinteressada. Porque na maioria dos países subdesenvolvidos, onde a minoria privilegiada está no poder, deve-se perceber que é essa minoria privilegiada que recebe ajuda e que, na maioria das vezes, a confisca em seu benefício ou a utiliza em função dos seus interesses. Não quero dizer que qualquer política de ajuda seja nociva. Creio que a questão fundamental é saber quem é o verdadeiro destinatário, nas mãos de quem se coloca essa ajuda; é a minoria privilegiada que recebe os capitais quando, já agora, não está em condições de utilizar os capitais existentes no país? Estão recebendo essas somas para que comprem material de guerra suplementar que será utilizado contra os movimentos populares? É dado os meios que lhe permitirão aumentar o seu poder, ou esta ajuda é dada de uma tal forma que não seja confiscada por esta minoria privilegiada, mas, pelo contrário, que ajude a população a resolver um certo número de problemas? Vemos surgir toda uma série de questões que vou deixar com algumas reticências, porque não podemos abordar tudo esta noite.

DOIS CONJUNTOS DE FORÇAS CONTRADITÓRIAS

A situação de subdesenvolvimento parece, portanto, como uma contradição fundamental. Com efeito, intervêm hoje dois conjuntos de forças contraditórias. Por um lado, aquelas que estimulam o crescimento demográfico e que só podem ser resolvidas se, previamente, realizar-se um boom econômico e as modificações sociais suficientes e, por outro lado, o jogo de forças sociais e políticas que freiam o crescimento econômico. Entre esses dois conjuntos de forças, se institui uma relação extremamente complexa. Enquanto, no passado, funcionava um jogo de forças que inibia o crescimento demográfico e o crescimento econômico, uma situação de equilíbrio na pobreza levaria hoje à uma contradição interna fundamental que corre o risco de conduzir à catástrofe.

Estamos, portanto, em presença de um fenómeno planetário de contradição interna que pode ser medido tanto a nível do conjunto do Terceiro Mundo como ao nível de uma parte desse vasto conjunto, a América Latina, a África, a nível de um Estado ou de uma região.

Esta noite, apenas fiz uma descrição do esboço das características fundamentais do subdesenvolvimento: sem abordar os meios de resolver esta contradição, mas creio que é essencial sublinhar que, sem mudanças sociais radicais. e, mais precisamente, sem a redução, senão a liquidação dos poderes da minoria privilegiada, tanto indígena como estrangeira, não é

possível atingir um aumento real dos recursos efetivamente disponíveis para a população enquanto houver excedentes de produção. gradualmente e cada vez mais confiscado pelas minorias indígenas privilegiadas e pelas grandes empresas imperialistas.

Apenas fiz, esta noite, uma descrição do esboço das características fundamentais do subdesenvolvimento: sem abordar os meios de resolver esta contradição, mas creio que é indispensável sublinhar que, sem modificações sociais radicais e, mais precisamente, sem a redução, senão a liquidação dos poderes da minoria privilegiada, tanto autóctone como estrangeira, não é possível realizar um aumento real dos recursos que dispõe efetivamente a população enquanto os excedentes de produção se encontram progressivamente e cada vez mais confiscados pelas minorias privilegiadas autóctones e pelas grandes firmas imperialistas.

REFLEXÕES AUTOCRÍTICAS E CRÍTICA DE “GEOGRAFIA DO SUBDESENVOLVIMENTO”

Yves Lacoste

Traduzido do francês por Linda Burrows.

Tradução do inglês por José Arnaldo dos Santos Ribeiro Junior.

INTRODUÇÃO

Em 1965 eu publiquei uma “Geografia do Subdesenvolvimento”. Uma década já se passou e está esgotado há vários anos, pois, apesar da pressão dos editores, solicitei que o trabalho não fosse reimpresso em sua forma original, e permiti que passasse bastante tempo antes de produzir um novo manuscrito; não por negligência, mas porque percebi o quão importante é prestar muita atenção ao que se escreve, quando se trata da questão do “subdesenvolvimento”. Embora certos textos pareçam bastante aceitáveis, no contexto acadêmico, já não são mais apropriados quando considerados em termos de suas consequências políticas, além dos muros da universidade.

Durante os últimos dez anos, muitos eventos ocorreram no mundo, e especialmente no “Terceiro Mundo”, que eles mesmos explicam as mudanças que eu considere essenciais para incluir em minha análise. Mas essa não é a única razão – eu penso que é útil, como contribuição para um debate que deve ser aberto a uma consideração mais ampla, chamar a atenção para as razões pelas quais já não estou de acordo com o que escrevi há dez anos, tanto em termos geográficos, quanto na análise do “subdesenvolvimento” e suas causas.

Várias visitas, ao longo dos últimos dez anos, a vários países da África, Ásia, Vietnã e Cuba, encontrando com alguns de seus líderes, juntamente com minhas próprias observações da evolução da situação mundial, com a ênfase em fatos que não “encaixaram” em minha análise, além de discussões com “meus” estudantes da Universidade de Paris VIII-Vincennes (estudantes que são, na sua maioria, do Terceiro Mundo), confirmaram, indubitavelmente, várias de minhas alegações [*contentions*], mas também expuseram as lacunas, ambiguidades e até erros contidos em minha análise inicial.

Estou bem ciente de que algumas das minhas declarações daquela época podem ter ajudado a perpetuar certos equívocos, e até parecem apoiar posições políticas com as quais eu estava então, e ainda hoje, em total desacordo.

Talvez seja por isso que procuro aqui não apenas apresentar um novo texto, mas também criticar o que publiquei antes.

A luta não é apenas por Justiça e Liberdade; a luta também é realizada por homens e mulheres na África, Ásia e América Latina, com ideias como “Terceiro Mundo”, “industrialização”, “modo de produção”, “Imperialismo”, “Feudalismo”, “Desenvolvimento”, “Subdesenvolvimento”; é deles [*theirs*] um risco total de esforço, ideais e muitas vezes vida e liberdade. Vistas nessa perspectiva, as proposições dos “especialistas”, ou dos acadêmicos, parecem vergonhosamente ridículas; e, no entanto, têm ecos maiores do que a equidade ou o senso comum desejariam, pois suas palavras e suas teorias também são as ferramentas, úteis ou defeituosas, eficientes ou mistificadoras, usadas para apreender as realidades que os envolvidos na luta procuram transformar: “O problema das palavras é uma questão vital”, disse Régis Debray neste contexto.

Isso nos leva de volta ao problema das relações entre pensamento e ação, teoria e prática. É um tema frequentemente evocado por um bom número de acadêmicos, em particular aqueles que se consideram marxistas comprometidos; no entanto, levam a cabo o tema em termos de questionar pessoalmente o que escreveram. Como veremos, esse problema deve ser apresentado de maneira muito insistente aos geógrafos, qualquer que seja seu campo de pesquisa.

Gradualmente, reconheci minha responsabilidade política no contexto de minha própria pesquisa, através da experiência de fazer “traduções piratas” e de entrevistas com militantes do Terceiro Mundo e certas personalidades proeminentes. Mas, acima de tudo, percebi possibilidades de ação como geógrafo e, portanto, minha responsabilidade nas lutas políticas, depois de minha missão no Vietnã do Norte durante os bombardeios do verão de 1972, quando pude mostrar, pelo uso de uma técnica geográfica (sem que o Pentágono pudesse refutar meu relatório)⁹²⁶, que, apesar das negações do Presidente Nixon, a Força Aérea dos EUA estava realizando, sistematicamente, a destruição dos diques no rio Vermelho, preparando assim o genocídio. A princípio, pode parecer que há pouca relação entre uma análise geral do “subdesenvolvimento” e uma análise específica do bombardeio do sistema de diques. Contudo, de fato, o método de análise espacial que hoje uso é o mesmo para os dois casos, e é uma função das exigências de uma prática política e militar que demonstre sua eficácia. Por outro lado, pode-se dizer que era principalmente o Vietnã, em particular as áreas específicas obliteradas pelas bombas, incluindo o delta do rio Vermelho, onde as mais violentas contradições do

⁹²⁶ Relatório à Comissão Nacional de inquérito sobre crimes de guerra (Estocolmo) também em **Antipode** 1973; **Herodote** 1976.

“subdesenvolvimento” estavam concentradas e polarizadas, que agora vejo fundamentalmente como a forma dominante da crise dialética se desenvolvendo em nível global.

Sei que ainda é incomum, especialmente no que diz respeito às obras geográficas, traçar a evolução intelectual que levou à posição assumida pela obra em questão. No entanto, seria, em todos os casos, muito útil e interessante para o leitor conhecer as motivações dessa evolução. Entre os sociólogos, essa tarefa de informar o leitor foi elevada ao status de regra epistemológica – por que não também para geógrafos?

QUEM É O OPRESSOR E QUEM É O OPRIMIDO?

Penso que, em relação a um problema como “subdesenvolvimento”, e às condições de miséria, opressão e luta que lhe correspondem, é impossível para qualquer um que escreva sobre ele não tome posição. No entanto, a escolha dos lados é, de fato, complexa e contraditória, dada a complexidade do tabuleiro de jogo no qual a luta deve ser disputada. A distinção que precisa ser feita entre opressor e oprimido não é tão simples: por exemplo, é uma questão de dominação de um país por outro, “países dominantes” ou imperialistas e “países dominados” ou países do “Terceiro Mundo”? (Você pode notar o uso ambíguo do termo geográfico “país” nessas expressões usadas com frequência). É uma questão de uma classe dominando outras classes? Isso não é a mesma coisa. É suficiente que um país seja declarado “socialista” por seus líderes, ou mesmo que possa objetivamente ser considerado socialista com base em suas relações de produção, para que não haja mais problema de dominação, interna ou externamente?

A oposição entre dominante e dominado só pode ser vista como radical, se não maniqueísta, ao nível de uma discussão sobre a história da humanidade, ou no nível das lutas mais concretas, onde é impossível evitar escolher lados. Em vez de disfarçar a própria [one's] posição, como frequentemente é o caso com análises que apresentam apenas argumentos técnicos e reivindicam objetividade científica, acho preferível, e esmagadoramente mais “objetivo”, descrever a própria [one's] maneira de ver as coisas. Minha maior preocupação não é mostrar a validade, mas sim a supremacia, de tal teoria; nem é procurar parecer um marxista mais genuíno, mas tentar levar em conta, da melhor maneira possível, as transformações mais complexas e contraditórias que estão ocorrendo no vasto conjunto do Terceiro Mundo; e isso de modo a colocar à disposição dos que ali lutam contra a opressão, informações que possam ser úteis para eles.

Correndo o risco de provar ser inútil ou perigoso para aqueles a quem procuro ajudar, sou obrigado a tomar nota dos fatos e desenvolvimentos que parecem enfraquecer aquilo em que

normalmente seria levado a acreditar. Daí surge o desejo de adotar uma abordagem empírica, considerando a teoria apenas como a ferramenta indispensável para apreender a realidade; uma ferramenta sem interesse próprio, exceto na medida em que situações concretas que se desenvolvam de maneira rápida e contraditória sejam explicitamente levadas em consideração; pois são essas situações, em seu processo de transformação, que exigem que a teoria seja modificada e completa para permanecer uma ferramenta eficaz em termos dos requisitos de uma prática política e militar. A elaboração de um corpo de ensino teórico, em alto nível de abstração, que busque levar em consideração todo o movimento histórico do modo capitalista de produção, não é suficiente para aqueles que enfrentam o duro confronto de suas lutas em situações muito concretas. Para poder atuar de forma útil e desenvolver estratégias e táticas eficazes, dado o local e o momento em que sua ação ocorre, é necessário ter acesso a um conjunto de postulados teóricos, elaborados no nível mais baixo possível de abstração, que se prestam menos à generalização em termos de tempo e espaço. Eles precisam mostrar especificamente em que sentido e onde as situações passam por transformação, mais especialmente se a teoria usada como guia e como ferramenta de investigação vem de uma forma que não permite a possibilidade de mudança

Entre aquelas pessoas que reivindicam uma preocupação com a “Praxis” e que teorizam sobre os problemas de Imperialismo e Subdesenvolvimento, baseadas no trabalho de Marx, Lenin ou Rosa Luxemburgo, o empirismo é mal recebido; particularmente, talvez, quando se expressa em termos de teoria. Pena para as referências, por mais famosas que fossem; o que é importante são situações reais.

Essa abordagem, que se condena a revisões sucessivas à medida que as coisas mudam, fortalecendo ou enfraquecendo suas hipóteses, deve ter como regra o reconhecimento de seus erros e de suas causas. É claramente mais difícil para aqueles que falam em nome de uma das tendências marxistas rivais, cuja posição foi reconhecida, do que para alguém que assume [*brings to bear*] apenas sua própria responsabilidade e que, portanto, apenas se coloca em questão.

Não cabe a mim dizer o que deve ser feito, nem definir os objetivos e estratégias. (Já há muitos prontos para dar conselhos, ou prescrições entre os especialistas em desenvolvimento). Este é o trabalho daqueles que lideram estados, partidos e organizações políticas. O papel da geografia é construir as ferramentas de poder que efetivamente representam o mundo e os mapas espaciais onde as forças atuais entram em confronto.

Partindo do plano bastante confuso da primeira edição de “Geografia do Subdesenvolvimento”, cheguei a considerar que o objetivo principal de uma nova edição é tentar construir e explicar um mapa que represente a extensão geográfica dos conjuntos formados pelo que são chamados de países subdesenvolvidos – isto é, se essa expressão repetida *ad nauseam* pode transcender as distorções do clichê.

À primeira vista, essa abordagem da geografia, e esse projeto de mapa, certamente devem parecer bastante medíocres e até ridículos. O que pode haver que já não esteja incluído em todos os pequenos mapas que mostram a classificação de diferentes estados, com escalas de valores de sua produção doméstica *per capita* bruta, o número de calorias diárias consumidas na dieta média, a percentagem da população rural em relação ao total, etc.? Mas, para estabelecer o mapa dos “países subdesenvolvidos”, nenhum desses mapas é adequado, sobretudo [*not least*] devido o problema de imposição de critérios estatísticos de valor questionável, selecionados na base mais arbitrária; isso resulta em uma visão muito parcial de um fenômeno que qualquer um pode ver, mais ou menos, é global, cujos sintomas econômicos, sociais, políticos e demográficos são mistos. Sobrepondo ou justapondo esses mapas diferentes, não se obtém uma imagem mais sintética: desenvolvimentos recentes apenas acentuam sua incongruência, e as mudanças nos mercados de bens primários e petróleo podem mais ou menos apagar, para um grande número de países, o significado relativo que o valor do seu produto interno bruto tem: vários países do Terceiro Mundo já possuem um produto interno elevado, enquanto as condições de vida da maioria de sua população permanecem muito pobres, se não se deterioraram de fato.

Esses problemas, a dificuldade em representar o subdesenvolvimento de uma forma espacial, são a prova certa [*sure*], para alguns, de que a palavra não significa nada, e de que é apenas a expressão de um plano confuso, procurando disfarçar a exploração dos países dominados pelos países imperialistas. Isto é, em grande extensão, verdade. Mas não é suficiente criticar a ambiguidade generalizada do conceito “subdesenvolvimento” (que não só foi perpetuado pelos meios de comunicação de massa, mas que na verdade foi “lançado” por eles) e, depois passar a usá-lo, com ou sem aspas, ou encontrar um sinônimo menos desgastado, sem procurar entender as causas subjacentes dessa ambiguidade; nem todos representam uma tentativa consciente de mistificação, mas muitos trabalhos de pesquisa, incluindo aqueles que desejam contribuir para a denúncia do imperialismo, continuam a flutuar [*remain floundering*] (como os meus de dez anos atrás) na confusão.

ONDE ESTÁ A PERIFERIA?

A maioria dos que, com razão, denunciam a natureza mistificadora da ideia de “subdesenvolvimento”, preferiu considerar que os “assim chamados países subdesenvolvidos” são, dentro do sistema capitalista mundial, a “periferia” explorada, explorada e dominada por um “centro” imperialista. Essas teses, ilustradas principalmente pelo trabalho de Samir Amin (1971, 1973), tiveram rápido sucesso, e não apenas entre os grupos marxistas. Mas dentro dessa representação do mundo, os contornos espaciais da “periferia” ainda são tão vagos e ambíguos, no mapa, quanto aqueles que podem ser atribuídos ao grupo de países “subdesenvolvidos”; e com razão, já que com diferentes conotações, essas duas formulações são usadas de forma intercambiável nos escritos de Samir Amin, e naqueles que adotam a alegoria espacial que ele projetou.

Minha intenção, no entanto, não é questionar a contribuição da análise de Amin para o conceito de “subdesenvolvimento”: ele é um dos primeiros a abordar esse problema, não apenas em termos de uma problemática marxista, mas também com o uso quase exclusivo do método conceitual marxista.

Pelo contrário [*Rather*], a pergunta que vim fazer, no meu papel de geógrafo, também é fundamental para a prática política: onde está a periferia? A questão é fundamental para o grau em que a luta política, para ser eficaz, deve ter diferentes estratégias e táticas, dependendo se elas ocorrem em países “centrais” ou “periféricos”.

Não basta para aqueles que lutam contra as causas do “subdesenvolvimento” e contra o Imperialismo, simplesmente usar o aparato teórico que torna possível compreender a evolução das relações de dominação entre o “centro” e a “periferia”; mas eles também precisam saber onde eles estão, no “centro” ou na “periferia” e em qual “formação” social, dentro de qual jogo de poder, sua atividade ocorre. O problema é menos simples do que parece a princípio: a República da África do Sul é parte do “centro”, como sugere Samir Amin (com um argumento bastante rápido), ou é parte da “periferia”; é um país “subdesenvolvido”, como se [*one might*] poderia acreditar ao pensar na miséria dos africanos que compõem três quartos da população? Essa questão surgirá para cada vez mais países, seja por causa do crescimento vigoroso de seu produto nacional (como no caso dos países produtores de petróleo), seja por causa dos avanços na industrialização. A questão surge também para países como Portugal, Grécia, Argentina, Espanha, que são frequentemente catalogados em uma seção intermediária, pois diferem muito, em características importantes, dos países que passaram a ser vistos como representativos do “Terceiro Mundo”. Além disso, que extensão geopolítica deve-se designar para o “Terceiro

Mundo” (que é, contudo [yet], outra maneira de descrever em muitas línguas um agrupamento denominado “periférico” ou “subdesenvolvido”)?

Embora os estudos “Terceiro Mundistas” [*Third Worldist*] muitas vezes permaneçam ambíguos e indefinidos, em termos de características estruturais e espaciais, ao mesmo tempo as referências aos “países socialistas” são mais rigorosamente expressas. Isso coloca o problema de onde incluir esses países socialistas, tão diferentes em muitos aspectos, alguns no “centro”, outros na “periferia”, ou colocá-los de lado em ambas as categorias, apesar das várias características relacionais comuns que existem entre esses estados não-capitalistas e os outros grupos geopolíticos. Enquanto alguns teóricos marxistas rejeitaram veementemente a ideia de que os estados socialistas podem ser considerados parte do “Terceiro Mundo”. (Esse foi o caso, por exemplo, de Pierre Jalee em sua famosa obra “A pilhagem do Terceiro Mundo”). No entanto, nada menos que os próprios líderes desses países, afirmam vigorosamente sua participação no vasto conjunto do “Terceiro Mundo”.

Um rápido resumo [*run-down*] das perguntas que se deve fazer, mas que permanecem sem resposta ou que são objeto de respostas contraditórias, mostra que não é supérfluo nem simples estabelecer um mapa que permita representar a extensão espacial dos diferentes conceitos em que se baseia, na tentativa de levar em conta as realidades geopolíticas e entender sua evolução. É significativo que, embora a maioria desses conceitos seja constantemente usada com conotações espaciais fortes, se não explícitas, “países subdesenvolvidos”, “países capitalistas”, “países imperialistas” etc., ainda é extremamente difícil fornecer uma representação espacial que é ao mesmo tempo relativamente preciso, coerente e não muito arbitrária. Tal nebulosidade e incoerência levam a pensar que esses conceitos usados tão frequentemente não são construídos com rigor suficiente para serem ferramentas pelas quais realidades concretas podem ser efetivamente entendidas e vistas com mais clareza à medida que passam rapidamente por sua evolução confusa e complexa.

ESPAÇO GEOGRÁFICO E SUBDESENVOLVIMENTO

Parece então que a criação de um projeto geográfico pode dar uma contribuição importante para a re-organização desse quadro conceitual, que é inadequado, incoerente e sobrecarregado com sinônimos aparentes (país subdesenvolvido – Terceiro Mundo – periferia?). Embora hoje seja ridículo tentar qualquer análise dos problemas do subdesenvolvimento sem fazer referência à História, ou que não tenha notado a diversidade das circunstâncias atuais devido às mudanças e evoluções percebidas em termos de Tempo, ainda é bastante comum, se não automático,

definir [*set out*] análises rigorosas sem se dar ao trabalho de estabelecer a situação em relação ao espaço com alguma precisão. O que equivale a uma indiferença quase universal a considerações espaciais em pesquisas relacionadas aos problemas de “desenvolvimento” parece mais surpreendente, particularmente quando se percebe o significado poderoso de conotações espaciais, e referências semelhantes, que estão estreitamente ligadas aos conceitos econômico-social e político que são constantemente utilizados. Trata-se, portanto, menos de uma questão de indiferença, do que uma espécie de negligência: embora a dimensão histórica seja referida com relativa precisão, há uma vontade de se contentar em fazer numerosas referências à dimensão espacial, sem qualquer preocupação com coerência ou precisão.

Podemos também nos perguntar se a dependência de um quadro conceitual particular, aquele do Marxismo especialmente – já que o Marxismo hoje exerce uma influência significativa em várias formas de análise do “subdesenvolvimento” – não tende a excluir considerações espaciais, ao mesmo tempo em que enfatiza as considerações temporais. Quem mais do que os geógrafos devem se preocupar com a análise espacial? No entanto, aqueles que estão interessados na questão do subdesenvolvimento, visto a nível global, estão envolvidos, sem estarem cientes disso, em uma abordagem que os leva a evitar os aspectos espaciais do problema. A maior prova disso é dada no texto inicial de “Geografia do Subdesenvolvimento”. A tentativa de construir e explicar um mapa representando a extensão superficial do conjunto chamado “países subdesenvolvidos” não era meu plano inicial: esse foi antes o resultado final de um questionamento progressivo e de uma série de reflexões epistemológicas e políticas.

Hoje, o texto da primeira edição me parece refletir a incerteza em que me encontrei em relação à razão de ser da geografia, poderíamos dizer seu status epistemológico e uma visão pouco clara da contribuição que um geógrafo poderia trazer para uma melhor compreensão dos problemas sociais, econômicos e políticos em geral, e da análise do “subdesenvolvimento” em particular. De fato, apesar de seu título, essa “Geografia do Subdesenvolvimento” não era realmente uma geografia, na medida em que os problemas nele considerados mal são apresentados em termos de Espaço. Eu estava até um pouco ciente disso, e minha intenção era chamá-lo de “Introdução a uma Geografia do Subdesenvolvimento”.

Naquela época, apenas vislumbrei parcialmente as profundas razões ideológicas que explicavam a abstenção da maioria dos geógrafos da enorme e dramática questão do subdesenvolvimento. Como muitos outros geógrafos da época, eu era culpado de uma acentuada falta de conhecimento das questões teóricas e epistemológicas que deveríamos ter considerado em relação à geografia; assim, minha própria análise daquele tempo parece mais próxima das ciências sociais do que da geografia. Esse deslizar em direção à economia,

sociologia e história entre os estudiosos de geografia, que trabalham, em grande extensão, em problemas políticos, está rapidamente se tornando um fenômeno clássico. A parte irritante sobre isso é que parece excluir a possibilidade de uma específica contribuição geográfica para toda uma gama de questões. Obviamente, não se trata de promover a geografia enquanto tal em detrimento das ciências sociais, como a história. O conhecimento dessas disciplinas é claramente indispensável para os geógrafos, mas não é suficiente: eles devem enfrentar os problemas relativos à análise do Espaço e as representações espaciais que se encontram em relação a toda uma série de fenômenos. Cabe aos geógrafos estabelecer as bases teóricas dessa análise e assumir a responsabilidade por uma crítica sistemática das alegorias espaciais que os especialistas em ciências sociais recorrem cada vez mais. De fato, os conceitos de espaço a que se referem não são sem sentido. Há um problema muito sério na raiz dele, que raramente recebe muita atenção: ou seja, para localizar o mesmo fenômeno, as referências que podem ser feitas com relação ao espaço são muitas, correspondem a diversas configurações, suportam áreas restritas ou estão espalhadas por todo o planeta. Mas, da mesma maneira que um evento ou situação histórica pode ser recontado de maneiras muito diferentes, até contraditórias, conforme se olhe a longo ou a curto prazo, assim também a mesma análise geográfica será bem diferente, e trará à luz causalidades bastante diferentes, de acordo com a escala de representação espacial usada, seja grande ou pequena, ou de diferentes configurações espaciais. De acordo com o uso de escalas globais, nacionais, regionais ou locais, alguns aspectos podem estar ocultos ou distorcidos, enquanto outros podem parecer dominantes. Portanto, é importante escolher representações espaciais com o máximo cuidado, pois se algumas são esclarecedoras, outras são mistificadoras e isso pode ter importantes consequências políticas.

IMPERIALISMO E SUBDESENVOLVIMENTO

Essa observação sobre epistemologia também tem como contrapartida uma grande crítica política, que devo fazer do texto da primeira edição. Trata-se de uma subestimação do papel do que é chamado Imperialismo no estágio atual de evolução das áreas “subdesenvolvidas”.

No texto inicial, enfatizei, como um dos principais temas da obra, que a causa primordial do bloqueio econômico dos países subdesenvolvidos são os impostos onerosos e os poderes exorbitantes da minoria privilegiada (composta por estrangeiros e habitantes locais). Eu mostrei que essas minorias ricas emergem de relações de produção do tipo capitalista, estabelecidas dentro da estrutura do sistema colonial. Mas hoje, percebo que não enfatizei suficientemente o papel real do processo de dominação que é o Imperialismo. Isso foi criticado e deplorado, não

sem razão por aqueles que basearam suas ideias no famoso folheto [*tracto*] de Lenin. Sua análise das mudanças estruturais dentro do capitalismo por volta do final do século XIX é essencialmente baseada no “centro” (o nome então em voga) e permanece na maior parte vaga sobre o que é a “periferia”. Também devemos acrescentar que o texto de Lênin tem pouco a dizer sobre o processo de colonização que ocorreu bem antes do século XIX, e que envolveu grande parte do Terceiro Mundo (Índia, Indonésia, América Latina, etc.)

Foi assim que, cerca de quinze anos atrás, numa época em que as análises marxistas do subdesenvolvimento ainda eram raras, procurei estudar esses fenômenos antigos da colonização, que precederam o Imperialismo, definido por Lenin. O fato de trazer à luz o papel essencial das minorias locais privilegiadas, não apenas como cúmplices, mas como atores necessários no processo de transição, e na manutenção de um estado de dependência, levou-me a dar proporcionalmente maior importância a esta análise relativamente nova e em larga escala das relações de classe internas, que caracterizam cada país “subdesenvolvido” no quadro do sistema colonial e neocolonial; e uma importância correspondentemente menor para, até então, análises clássicas em pequena escala, dos mecanismos externos de dominação. Relações de classe “internas” e dominação estrangeira estão, de fato, muito intimamente ligadas; um não pode ser entendido sem o outro.

É importante ressaltar que o efeito das teorias que favorecem a perspectiva das relações externas definidas em termos de relações de dominação entre um país e outro, e que afirmam que essas são relações de classe sob a capa [*under cover*] de referências ao marxismo, disfarçam as relações de classe existentes em cada um desses países.

Meu texto inicial foi escrito depois da Guerra da Argélia, mas antes do início da massiva intervenção dos EUA no Vietnã. A Guerra da Argélia foi então considerada uma das últimas tentativas de manter, pela força, as relações coloniais clássicas entre uma metrópole imperialista e um país colonizado. Durante o período em que a maioria dos países coloniais estava reivindicando sua independência, não parecia muito estranho imaginar que, devido às tremendas barganhas [*bargaining cards*] das grandes potências (econômica, tecnológica e financeira), o neocolonialismo passaria a funcionar doravante em benefício das grandes corporações, usando principalmente métodos econômicos e financeiros, ou seja, métodos “pacíficos”, enquanto as formas violentas de dominação política e militar pareciam agora pertencer ao passado, ao período de dominação colonial. Além disso, a política de “coexistência pacífica” entre as duas superpotências parecia limitar a possibilidade de intervenção armada pelo imperialismo. Afinal, o papel desempenhado pela URSS em 1963 não levou os EUA a tolerar a passagem de Cuba ao socialismo, gostando ou não? Não é verdade que as minorias

locais privilegiadas, descendentes dos colonizadores, que exercem o poder em um grande número de Estados do Terceiro Mundo, conseguem [*derive*] para si grandes vantagens da dependência das economias de seus países nas grandes corporações internacionais? De fato, mais e mais análises, especialmente aquelas que adotam uma abordagem marxista, vêm reforçar a tese de um neo-imperialismo, operando principalmente com base em trocas desiguais no âmbito do comércio internacional⁹²⁷; deterioração dos termos de troca devido aos baixos preços dos bens primários, aos níveis desiguais de salários entre países economicamente dominantes e países dominados, etc.

É claro que, desde a “crise do petróleo” no final de 1973 e o aumento significativo nos preços do petróleo alcançado em grande parte através da instigação dos EUA, obtendo enormes lucros para os estados petrolíferos e as grandes empresas petrolíferas estadunidenses, essas análises precisam ser revisadas. O imperialismo não exige necessariamente que os bens primários sejam vendidos a um preço baixo.

Mas a guerra no Vietnã, desde a o momento da entrada de uma grande parte do aparato de guerra dos EUA, requer alguma modificação das ideias que se poderia ter mantido em relação à evolução do imperialismo. A guerra na Indochina é indiscutivelmente um dos fenômenos mais graves que ocorreram no “Terceiro Mundo” e o que tem o mais grave significado para o futuro. Esse conflito, que superou a Segunda Guerra Mundial, tanto na duração quanto no volume dos meios de destruição empregados, bem como no grau de sofisticação tecnológica, é prova de que o Imperialismo, ou neo-Imperialismo, apesar de toda a “descolonização” "os esforços realizados, não podem ser descritos simplesmente como um agrupamento de mecanismos econômicos (deterioração dos termos de troca, “troca desigual”), e que existe hoje, mais do que nunca, uma estratégia econômica, política e militar global.

Dessa forma, a política de ajuda aos países subdesenvolvidos, que emergem dessa estratégia global, não deve ser vista apenas em termos de acordos comerciais, empréstimos, maquinário, investimento, situação monetária ou mesmo em termos de cooperação técnica e cultural, mas também do ponto de vista militar. As fontes de equipamentos e técnicos e, dada a necessidade, como no caso do Vietnã, de maciço apoio militar não apenas ao “país”, mas para a minoria privilegiada que o governa e explora.

A enorme intervenção americana no Vietnã não teve como objetivo proteger as vantagens comerciais do capital americano. Havia muito pouco disso para falar. A intervenção dos EUA

⁹²⁷ Sobre a questão da troca Desigual, o clássico é Arghiri Emmanuel, cujo livro (1969) está traduzido para o inglês. Ver também Pierre Jalée (1970), *Samir* Amin (1971). Um debate das ideias de Emmanuel é encontrado em A. Emmanuel, E. Somaini, L. Boggio, M. Salvati, 1975.

não pode ser explicada em termos de relações de um país para outro, mas apenas em termos de lutas de classes no Vietnã do Sul. No início, os EUA intervieram em um país onde não tinham interesse econômico (a descoberta de petróleo submarino foi feita oito a dez anos depois), para apoiar um grupo minoritário de grandes proprietários de terras, contra os quais estavam combatendo camponeses que não tinham condições de pagar as rendas em atraso acumuladas durante a Primeira Guerra da Indochina.

A intervenção dos Estados Unidos visou inicialmente manter o regime no poder e as relações de produção que permitiam a exploração de camponeses vietnamitas pela burguesia vietnamita. Embora os EUA não tenham lucrado diretamente com essa exploração, era importante para eles que o regime permanecesse no controle, para evitar a vitória do povo vietnamita, liderada pelos comunistas – tudo isso parece indicar que tal revolução era possível, e encoraja outros povos em países onde os interesses estadunidenses são mais consideráveis para tentar o mesmo.

Os círculos governantes da política imperialista aprenderam algo com o movimento da Revolução Cubana em direção ao socialismo entre 1959 e 1963. Desde então, as intervenções americanas se multiplicaram; massivas na Indochina; curta, discreta e, no entanto, terrivelmente eficaz em um grande número de países do Terceiro Mundo, esmagando movimentos revolucionários. Mas a possibilidade de uma transição progressiva para o socialismo por um processo democrático provocou a participação ativa do governo dos EUA, a preparação do golpe de Estado fascista em 1973 e todas as abominações que se seguiram.

A estratégia global do Imperialismo visa manter dentro de diferentes países, as relações de classe e as minorias privilegiadas que possibilitam a exploração pelas grandes corporações transnacionais, que combinam isso com sua estratégia externa no mercado mundial.

Por isso, é essencial entender as relações de forças pelo menos em dois níveis; no nível internacional e no nível doméstico de cada estado, e veremos que isso leva particularmente a uma análise do tipo geográfico.

SUBDESENVOLVIMENTO, CAPITALISMO E SOCIALISMO

A segunda crítica que devo fazer ao texto inicial de “Geografia do Subdesenvolvimento”, traz à luz a amplitude da diferenciação que pode ser encontrada dentro do que chamamos de Terceiro Mundo, entre países socialistas e países cujas economias operam em sua maioria operam numa base capitalista. Esta questão é muito importante, não apenas em termos políticos, mas também para a análise da situação global. No texto de 1965, depois de ter condensado em catorze pontos (pp.155-156), as diferenças que eu considerava “radicais” entre países “desenvolvidos” e

“subdesenvolvidos” (em catorze pontos, essa oposição agora me parece ser extremamente simplista e metafísica), eu escrevi: “a maior clivagem que divide a humanidade é entre socialismo e capitalismo ou entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos? Os países capitalistas desenvolvidos são caracterizados por uma situação radicalmente diferente da dos países subdesenvolvidos, que também são capitalistas...”

Entre os estados socialistas, o contraste entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos é talvez menos total... Por outro lado, no coração do Terceiro Mundo, entre os países capitalistas e socialistas, por mais significativas que sejam as diferenças, elas ainda não são tão precisas... O contraste entre socialismo e capitalismo é, no momento, muito menos perceptível”.

Escrevi isso em 1964, antes de ter qualquer contato pessoal com a situação nos países socialistas do Terceiro Mundo. Hoje minha perspectiva é bem diferente e o progresso em minha análise deve-se às observações que fiz em Cuba e no Vietnã do Norte.

Em vez de uma categoria única, que agruparia todos os países da África, Ásia e América Latina, penso necessário considerar pelo menos duas categorias principais de situações, e que devemos abandonar nossas concepções dualistas do mundo, sejam elas oriundas das chamadas teorias “burguesas” ou de uma discussão marxista.

Penso que é inútil dizer que essa mudança em minhas idéias, após períodos de pesquisa em primeira mão em dois países socialistas, é apenas um reflexo de uma atitude “duvidosa de Tomé [*doubting Thomas*]”, para alguém que já não acreditava mais em milagres. Claro que, antes de fazer essas viagens, eu estava ciente de que a derrubada de um regime capitalista e a criação de um regime socialista eram uma mudança estrutural de primeira ordem; mas pensei que, dadas as enormes dificuldades e desvantagens acumuladas durante décadas, e às vezes até séculos, de dominação colonial, acentuadamente exacerbadas pela decolagem do crescimento demográfico, os efeitos dessa grande mudança, no que dizia respeito ao futuro, só poderia ser gradual e que não era possível realmente mudar as condições econômicas e sociais da noite para o dia.

É claro que, sem ter tido a oportunidade de vê-los em primeira mão, como tantos outros, fiquei bastante impressionado com as mudanças espetaculares na economia chinesa. Mas quanto deve ser atribuído às novas estruturas sociais, e quanto à excepcional capacidade técnica e organizacional do povo chinês e ao potencial desse enorme país?

Minhas visitas a Cuba e ao Vietnã do Norte, países e sociedades bastante diferentes de várias maneiras, permitiram-me ver até que ponto as novas estruturas sociais haviam transformado radicalmente a situação no nível concreto, em termos de apagar os sintomas pelos quais se pode reconhecer o subdesenvolvimento em muitos outros países.

Mas fiquei especialmente surpreso ao ver em Cuba, em particular, que essas mudanças rapidamente se tornaram tão radicais, que a inverso dos problemas enfrentados pelos países subdesenvolvidos teve de ser resolvido: não apenas o desemprego desapareceu, mas uma séria escassez de mão-de-obra tinha aparecido em seu lugar (são inúmeras as tarefas a serem realizadas) e não parece provável que seja resolvido a médio prazo.

Pelo que sei, a possibilidade de uma reviravolta no emprego, que traz consigo uma série de consequências, algumas negativas, outras bastante positivas, não foi prevista, e apesar do fato de terem passado anos desde que ocorreu, aqueles que teorizam “no mais alto nível de abstração”, mal lhe deram uma menção. Foram os funcionários políticos locais e regionais, responsáveis por resolver essas dificuldades, que chamaram minha atenção, pelo seu consistente senso de propósito em relação a esse novo problema. Isso é da maior importância para a análise teórica.

Tal investigação teórica, por si só essencial, nunca poderia ser deduzida dos textos mais eminentes, nem de modelos previamente elaborados. Deve basear-se em observações empíricas de transformações concretas e na práxis daqueles que têm de enfrentar o desafio que representam.

Da mesma forma, nos países que ainda trabalham no sistema capitalista, é o passo empírico que traz a transformação (como a industrialização pelo aparelho estatal e as grandes corporações), e deve levar a novos desenvolvimentos teóricos. Devemos considerar a situação do “subdesenvolvimento” não apenas em termos de dimensão histórica, com sua origem no estabelecimento de uma dominação imperialista que ainda se perpetua, mas em termos de um processo de crises dialéticas cujas contradições se multiplicam e se tornam mais agudas de uma maneira acelerada. Essa nova fase não deve ser separada, na periferia, das mudanças ocorridas nos países do “centro”, devido ao seu desenvolvimento econômico e científico. Depois de trinta anos de crescimento formidável, cheio de contradições, o que está por vir no “centro” e na “periferia”, quando uma grande crise econômica (embora, sem dúvida, bastante diferente da de 1929) parece estar começando?

Bibliografia

AMIN, Samir. **L'Accumulation a l'Echelle Mondiale**. Editions Anthropos, Paris, 1971.

AMIN, Samir. **Le Developpement Inegal**. Editions de Minuit, Paris, 1973.

BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean-Claude. **Le Metier de Sociologue**. Mouton, Paris, 1965.

- DEBRAY, Régis. **La Critique des Armes**. Paris, 1974.
- EMMANUEL, Arghiri. **L'Echange Inégal**. Maspero, Paris, 1969.
- EMMANUEL, A ; SOMAINI, E ; BOGGIO, L ; SALVATI, M. **Un débat sur l'échange inégal: salaires, sous-développement, impérialisme**. Maspero, Paris, 1975 (first published: Giulio Einaudi Editore, Turin, 1973).
- JALÉE, Pierre. **Le Pillage du Tiers Monde**. Maspero, Paris, 1970.
- LACOSTE, Yves. **Les Pays Sous-Développés**. P.U.F., Paris, 1959.
- LACOSTE, Yves. **Géographie du Sous-Développement**. P.U.F., Paris, 1965.
- LACOSTE, Yves. An Illustration of Geographical Warfare: Bombing of the Dikes on the Red River, Vietnam. **Antipode**, 1973.
- LACOSTE, Yves. Enquête sur le bombardement des digues du fleuve Rouge. **Herodote**, No. 1, jan-mars, 1976.

Os geógrafos e o Terceiro Mundo

no XXV congresso da União Geográfica Internacional (Paris 1984)

Yves LACOSTE

Professor na Universidade de Paris VIII

Tradução de José Arnaldo dos Santos Ribeiro Junior

Sabe-se que no quadro do XXV Congresso da União Geográfica Internacional, as comunicações e discussões foram organizadas segundo cinco grandes seções: 1. Meio natural; 2. Natureza e sociedade; 3. Espaço e sociedade; 4. Desenvolvimento, ordenamento, planificação; 5. Educação, formação, profissionalização, e três simpósios gerais: Os problemas de montanha, Geografia e ambiente, Cartografia, Geografia e teledetecção, essas grandes seções e esses simpósios sendo subdivididos em 30 temas.

Deve-se felicitar o fato de os *Annales de Géographie* darem conta das orientações gerais desse congresso, sob a forma de artigos mais sintéticos e, notadamente, por um artigo intitulado “Os geógrafos e o Terceiro Mundo”.

É certo que a seção III “Espaço e sociedade” incluiu o tema nº 7 intitulado *Transformações recentes da economia agrícola e das sociedades rurais nos países em desenvolvimento* e o tema nº 8, intitulado *Urbanização nos países em desenvolvimento*. Mas as comunicações que foram inscritas em função desses dois temas formam apenas uma parte do que deve ser levado em conta para responder ao título deste artigo, mesmo que apenas pelo fato de os problemas do meio natural, abordado na seção I (Meio natural) e na seção II (Natureza e sociedade), colocam-se de forma muito urgente às populações dos Estados do Terceiro Mundo e que a seção IV (Desenvolvimento, ordenamento, planificação) diz respeito, principalmente, aos dirigentes desses Estados de África, Ásia e América latina. Além disso, os temas dos três simpósios gerais dizem respeito aos países do que é comumente chamado de Terceiro Mundo.

No entanto, antes de identificar as orientações gerais dessas múltiplas comunicações, é importante examinar a lista de participantes deste congresso em função de suas nacionalidades e sua pertença a esse imenso conjunto de “países em vias de desenvolvimento”, que formam um total de mais dois terços da força de trabalho da humanidade.

Um Terceiro Mundo fraco e muito desigualmente representado

A primeira constatação é que dos cerca de 2.200 participantes deste XXV Congresso da União Geográfica Internacional, somente 308 pertencem [*relèvent*] à centena de Estados que são comumente considerados como fazendo parte do Terceiro Mundo. Essa proporção muito pequena explica-se por diversas razões: umas são evidentes, mas outras são menos.

Os Estados do Terceiro Mundo caracterizam-se, entre outras coisas, pela proporção muito baixa de sua população que realiza [*mène*] estudos superiores. No entanto, a maioria dos geógrafos que vieram a este congresso da U.G.I são universitários ou pertencem [*relèvent*] a organizações científicas. Além disso, a maior parte dos Estados do Terceiro Mundo tem poucos meios financeiros, sobretudo nesse período de crise econômica mundial. Além disso, um bom número de geógrafos que teriam, sem dúvida, desejado participar neste congresso de Paris tiveram que renunciar, porque não podiam [*faute de pouvoir se faire*] pagar o preço da viagem. Certamente, eles tinham teoricamente a possibilidade, sem vir a Paris, de fazer comunicações escritas, mas as taxas de inscrição no congresso não eram negligenciáveis, sobretudo para universitários e pesquisadores cujos salários são muito limitados. Certamente, os organizadores do congresso deram provas de uma grande indulgência [*mansuétude*] em relação às comunicações escritas que não tinham sido precedidas pelo pagamento das taxas de inscrição, mas, como em todos os congressos internacionais, houve um efeito de dissuasão. Também devem ser levados em consideração, para cada comitê nacional, os efeitos da hierarquia acadêmica. Em suma, um número muito pequeno de geógrafos originários de países do Terceiro Mundo teve a possibilidade de vir a Paris.

Dito isto, é interessante examinar sua distribuição segundo as diferentes nacionalidades, tendo em conta o afastamento, as áreas linguísticas e o valor do PNB *per capita* dos diferentes Estados, sendo esse valor, em grande medida, indicativo de seus efetivos universitários.

Dos 308 participantes no congresso que são originários de um Estado do Terceiro Mundo, a maior delegação – e isso é muito surpreendente à primeira vista – é a de Taiwan (República da China), com 59 membros! A importância desse contingente explica-se, sem dúvida, pela eficácia de uma missão que André Journaux, Presidente do Comitê de Organização do XXV Congresso da UGI, tinha feito a Taiwan pouco tempo antes, mas também, e sobretudo, pela vontade do governo desse Estado contestado de marcar sua presença nos congressos internacionais, contra as delegações da República Popular da China. Esta última foi representada por três pessoas no Congresso de Paris da UGI.

Depois da de Taiwan, as mais importantes delegações originárias de Estados do Terceiro Mundo foram as da União Indiana (42 membros) e do Brasil (26 membros), o que traduz o

dinamismo das “escolas geográficas” desses dois países. O número relativamente elevado de participantes iranianos nesse congresso (14 pessoas) explica-se, sem dúvida, pelo número de investigadores desse país que encontraram refúgio na França e na Europa. A delegação da Nigéria era relativamente grande – 10 membros – observando que o presidente de 1980 a 1984 da U.G.I. é um nigeriano, Mabogunje. O tamanho da delegação sul-africana – 11 membros – também deve ser sublinhado, pois seja o que for o que se pense dela [*quoiqu'on en pense*], a África do Sul deve ser considerada como fazendo parte do Terceiro Mundo, mesmo que apenas por causa das características econômicas e sociais da grande maioria de sua população. O governo da África do Sul, cada vez mais contestado por sua política de *apartheid*, sem dúvida também queria marcar sua presença nesse congresso da UGI.

Tendo em conta o fato de esse congresso ter sido realizado em Paris, é importante sublinhar a relativa fraqueza das delegações de países onde a língua francesa é amplamente falada: se contássemos 10 malgaxes, 5 camaroneses, 5 congolezes, 5 marfinenses, 4 togoleses, havia apenas dois senegaleses. Mas é sobretudo o pequeno número de geógrafos magrebinos que constitui o problema. É certo que 14 geógrafos tunisinos participaram do congresso, o que é revelador do dinamismo da escola de geografia tunisina. Mas o fato de somente 5 argelinos e 3 marroquinos terem participado do congresso é um sintoma particularmente preocupante, se levarmos em conta as relações estreitas de seus países com a França. Por outro lado, com 7 participantes, o Egito formou a maior parte das delegações árabes do maxerreque.

Embora as delegações vindas de diversos países da América latina tenham sido relativamente importantes, tendo em conta o afastamento da França e as dificuldades financeiras que esses países conhecem, 6 mexicanos, 5 chilenos, 4 venezuelanos, 4 argentinos, 4 panamenhos, 2 peruanos que se juntam à imponente delegação brasileira, permanece o fato de que o XXV Congresso da União Geográfica Internacional reuniu apenas um número muito pequeno de geógrafos do Terceiro Mundo. A baixa participação, com exceção da Tunísia, de geógrafos francófonos norte-africanos resulta, sem dúvida, de causas complexas, mas deve atrair a atenção dos geógrafos franceses e, em primeiro lugar, de seu Comitê Nacional.

Devido à pequena proporção de geógrafos originários da África, da Ásia e da América Latina entre os participantes do Congresso, resulta daí que entre as comunicações que lhe foram dirigidas, as que tratam de problemas que preocupam particularmente os países do Terceiro Mundo, emanam, em grande medida de geógrafos europeus, norte-americanos, mas também japoneses.

Relevância [Intérêt] das comunicações sobre os meios naturais (seções I e II)

É importante sublinhar que um grande número de comunicações da seção I, “Meio natural”, notadamente do tema I, *Processo e medição da erosão* e do tema 2, *O Homem, agente de evolução do meio físico*, são de grande interesse para a análise de problemas do Terceiro Mundo. Com efeito, sabe-se que os países da África, da Ásia e da América Latina se confrontam com problemas muito graves de degradação dos solos, o que, tendo em conta o rápido crescimento demográfico desses países, constituem uma séria ameaça para o futuro.

Das 83 comunicações pertencentes ao tema I, *Processo e medição da erosão*, 22 dizem respeito diretamente a países do Terceiro Mundo ou a áreas climáticas de tipo semiáridos ou tropicais. Essas comunicações apresentam, portanto, um grande interesse para a implementação de programas de ordenamento destinados a combater a degradação das potencialidades pedológicas.

Quase metade (9) dessas comunicações são de geomorfólogos franceses, mas é preciso notar as de dois geógrafos indianos, dois egípcios, dois taiwaneses, um estadunidense, um soviético, um marroquino, um chinês e um vietnamita. Das 54 comunicações relacionadas ao tema 2, *O Homem, agente de evolução do meio físico*, 27 referem-se diretamente a países do Terceiro Mundo ou a áreas climáticas semiáridas ou tropicais, e também são de grande interesse para a implementação de programas de ordenamento racional. Dessas 27 comunicações, 6 foram feitas por geógrafos franceses, 4 por geógrafos indianos, 3 estadunidenses, 3 soviéticos, 2 nigerianos; Austrália, Itália, Argélia, República Federal da Alemanha, Taiwan, Países-Baixos, Polônia, Jamaica, Tunísia, Japão, cada um contando uma comunicação. As 42 comunicações relativas ao tema 3, *Evolução recente dos climas*, dizem respeito também, em parte, aos países do Terceiro Mundo, uma vez que uma série de anos agrícolas ruins fazem temer [*craindre*] uma evolução preocupante a longo prazo das condições climáticas. Sete comunicações tratam das características climáticas dos países do Mediterrâneo, 6 sobre a evolução climática dos países tropicais, 5 têm um alcance teórico geral de grande interesse para os países do Terceiro Mundo. Essas comunicações emanam de climatólogos franceses (4), soviéticos (3), espanhóis (3); Portugal, África do Sul, Venezuela, Taiwan, Japão, EUA, Egito, Coreia do Sul, intervirem cada um com uma comunicação.

Para o tema 4, *Exploração dos oceanos*, na seção II, “Natureza e sociedade”, 5 das 13 comunicações referem-se a países do Terceiro Mundo e a qualidade das duas comunicações vietnamitas são, particularmente, notáveis.

O tema 5, *Utilização e conservação das florestas*, também se refere aos países do Terceiro Mundo, onde o crescimento demográfico leva à extensão do desmatamento e, por conseguinte,

à extensão de áreas onde a degradação dos solos se torna perigosa. Das 21 comunicações, 8 referem-se a países do Terceiro Mundo, notadamente 3 sobre a Índia, uma sobre o Peru, uma sobre o Vietnã, uma sobre a África do Sul e provêm de geógrafos desses diferentes países. Uma comunicação estadunidense aborda o problema global do desmatamento no conjunto do Terceiro Mundo.

As 18 comunicações do tema 6, *Águas continentais e indústria*, dificilmente são orientadas para países do Terceiro Mundo, uma diz respeito à Argélia, uma ao Brasil e uma à Taiwan.

O crescimento demográfico, um fenômeno capital, dificilmente é considerado

Na Seção III, “Espaço e sociedade”, o tema 7, *Transformações recentes da economia agrícola e das sociedades rurais nos países em desenvolvimento*, especificamente diz respeito, evidentemente, aos países do Terceiro Mundo, embora aí figurem algumas comunicações relativas à Espanha, Polônia, Finlândia ou o Estado de Israel. Dedução feita desses países que não pertencem ao Terceiro Mundo, esse tema agrupa 42 comunicações. Sete deles emanam de geógrafos franceses, 6 de geógrafos poloneses, 5 de geógrafos indianos, 4 de geógrafos estadunidenses, 4 de geógrafos japoneses, o restante repartido entre Israel, Itália, Grã-Bretanha, Canadá, Irã, Nigéria, URSS e Taiwan.

Dessas comunicações, 12 dizem respeito à África Ocidental e 9 à União Indiana; entre eles, destacamos as contribuições dos geógrafos japoneses. Seguem-se as contribuições relativas aos países da América Latina (7). Note-se o pequeno número de contribuições referentes aos países do Oriente Médio (3) e ainda mais o fato de apenas uma contribuição estar relacionada ao norte da África (Tunísia). Seis documentos cobrem o conjunto do Terceiro Mundo e buscam, notadamente, determinar [*cerner*] as conseqüências da extensão das culturas de exportação e o papel das empresas multinacionais que controlam grande parte do mercado dessas produções. É importante sublinhar que, embora o conjunto dessas comunicações se concentre na transformação das estruturas agrárias, nos fenômenos da modernização, no aumento das culturas comerciais, no declínio ou no desenvolvimento das culturas alimentares (especialmente na Costa do Marfim), aos sucessos ou fracassos das reformas agrárias, às migrações populacionais, em contrapartida, essas comunicações fazem muito indiretamente alusão a um fenômeno geográfico que, no entanto, é fundamental nos países do Terceiro Mundo: o poder do crescimento demográfico.

Paul Pélissier que, durante o congresso, foi relator das comunicações relativas ao tema nº7, conclui, aliás, seu relatório publicado em 1985 nas Atas do Congresso com as seguintes frases

“Se a explosão demográfica figura em segundo plano [*em fond de tableau*] em todos os nossos estudos sobre as transformações do mundo rural, em nenhum lugar esse fenômeno está no centro do problema da mudança. Será que não percebemos suficientemente a brutalidade verdadeiramente histórica dela? Será que não estamos preparados para medir, muito menos para prever, as implicações revolucionárias desse maremoto? Talvez fosse bom que os geógrafos não tardassem a esclarecer as coisas nesse domínio [*ne tardent pas à mettre em ce domaine, leurs pendules à l’heure*] e não fossem os últimos a recordar [*rappeler*], notadamente, que à escala da história humana, o fim das terras vazias está próximo”.

O tema nº8, *urbanização nos países em desenvolvimento* também se refere muito especificamente aos países do Terceiro Mundo. Foi objeto de 44 comunicações, mas oito delas se referem a países que não pertencem ao Terceiro Mundo (Polônia, URSS, Itália, Espanha, Canadá). Feitas essas deduções, restam 36 comunicações que dizem respeito diretamente a problemas urbanos nos países da África, Ásia e América Latina.

Essas comunicações emanam principalmente de geógrafos indianos (7). A parcela de geógrafos franceses (4) é muito modesta, tendo em conta seu número entre os participantes deste congresso de Paris. Vêm em seguida 3 comunicações polonesas, 3 estadunidenses, as outras dispersas por unidade entre Líbano, Taiwan, Itália, Brasil (2), Nigéria, Canadá, URSS, Egito, África do Sul, México, RFA, Checoslováquia, México.

Em cerca de um terço, essas comunicações incidem sobre os problemas urbanos da Índia e sobre as cidades indianas (10 comunicações), seguidas de comunicações sobre a América Latina (7) e sobre o Oriente Próximo (5). Os problemas urbanos do Extremo Oriente (Taiwan, Coreia, China, Sudeste Asiático) são objeto de 6 comunicações. Por outro lado, a África Ocidental aparece apenas em três comunicações e o Norte da África em apenas uma. Três comunicações têm um tema geral relacionado à urbanização do Terceiro Mundo.

Evidentemente, o crescimento demográfico é muito mais evocado nessas comunicações que dizem respeito a problemas urbanos do que naquelas que, no tema precedente, tratam das transformações rurais. Mas mesmo neste tema consagrado à urbanização nos países em vias de desenvolvimento, a explosão demográfica não é objeto de um interesse capital. É mencionado sobretudo nas comunicações que tratam das grandes aglomerações, São Paulo, México, Cairo, Argel, Calcutá, que vão se tornar gigantescas dentro de quinze anos. Mas as numerosas comunicações que tratam das estruturas espaciais consideradas no quadro de diferentes Estados interessam-se mais pela distribuição dos pólos urbanos entre si, do que pelo crescimento muito rápido de cada um deles. Em outras palavras, os problemas mais dramáticos colocados por essa

formidável explosão urbana nos países do Terceiro Mundo são, em grande medida, deixados de lado. Os geógrafos preferem entregar aos urbanistas?

O Terceiro Mundo dificilmente é considerado

A propósito do ... “desenvolvimento”

Se os temas 9, 10 e 11 da seção III, “Espaço e sociedade”, dizem respeito mais especificamente a países economicamente desenvolvidos, os da seção IV, “Desenvolvimento, ordenamento e planificação” deveriam ter focado, em grande parte, nos países do Terceiro Mundo, uma vez que o tema 12 trata sobre *Os recursos naturais e seu ordenamento*, o tema 13 sobre *Quadros e atores administrativos e políticos na organização do espaço* e o tema 14 sobre *As disparidades regionais*, todos esses problemas dizem respeito, em primeiro lugar, aos estados da África, Ásia e América Latina, ainda mais do que os países anteriormente desenvolvidos. Devemos constatar que as comunicações que pertencem a esta seção IV referem-se apenas muito parcialmente aos países do Terceiro Mundo.

Das 41 comunicações do tema 12, *Os recursos naturais e seu ordenamento*, 18 referem-se a países do Terceiro Mundo, 4 referem-se à Índia, 7 referem-se à América Latina, 3 referem-se ao Sudeste Asiático, 2 referem-se a Oriente Próximo e 2 sobre problemas gerais do mundo tropical. Três delas emanam de geógrafos indianos, dois deles de geógrafos franceses, dois deles ainda de geógrafos vietnamitas, os outros se dividem por unidade entre os Estados Unidos, Canadá, Cuba, Irã, Itália e Singapura.

Essas comunicações formam um conjunto bastante heteróclito onde se invocam os problemas de energia, rodovias, hidráulicos pedológicos, considerados mais sob um ângulo técnico que segundo uma abordagem verdadeiramente geográfica.

Das 50 comunicações sobre o tema 13, *Quadros e atores administrativos e políticas na organização do espaço*, somente 9 dizem respeito aos países da África, Ásia e América Latina, o que é muito pouco, se tivermos em conta a importância do papel dos aparelhos de Estado na organização do espaço de cada país do Terceiro Mundo. É possível que o caráter muito político desse tema tenha dissuadido um bom número de geógrafos que podem estar preocupados, com razão, pelas opiniões que possam ter emitido.

É particularmente interessante constatar que dessas nove comunicações, 4 referem-se ao Estado de Israel e 2 referem-se à África do Sul, os geógrafos israelenses aparecem como verdadeiros especialistas desse tema, uma vez que são os autores de 5 das 9 comunicações.

Das 42 comunicações que pertencem ao tema 14, *Disparidades regionais*, somente 13 se referem a países do Terceiro Mundo, onde são, no entanto, particularmente marcantes; essas comunicações dizem respeito principalmente à Índia (5), muito menos à China (2) e à África Ocidental (2), uma de Israel, uma da África do Sul e uma da Costa Rica. Notamos a importância e o interesse da contribuição dos geógrafos indianos.

Entre as 71 comunicações apresentadas no simpósio geral, “Os problemas da montanha”, somente 15 se referem a cadeias de montanhosas situadas em um país do Terceiro Mundo; 6 deles dizem respeito ao Himalaia, 3 às montanhas e planaltos da América Latina, uma à Etiópia e uma às montanhas da África do Sul. Dessas 15 comunicações, três emanam de geógrafos indianos.

Este artigo, evidentemente, não pretende fornecer uma análise das principais tendências científicas expressas por todas essas comunicações. Apenas parafrasearia os relatórios recentemente publicados que geógrafos particularmente competentes prepararam para cada um dos temas. Este artigo visa apenas passar em revista, de acordo com as diversas “escolas” nacionais ou nacionalidades dos pesquisadores, as múltiplas comunicações que dizem respeito aos diferentes países do Terceiro Mundo. Mostra que cada tema é considerado de maneira bastante desigual segundo esta ou aquela grande parte do Terceiro Mundo.

No final deste artigo, é importante sublinhar que, no XXV Congresso da União Geográfica Internacional, a proporção das comunicações referentes aos países do Terceiro Mundo não era muito grande. É certo que, tendo em conta a pequena proporção de participantes originários de países da África, Ásia e América latina, o interesse pelos problemas dos países em desenvolvimento não é de forma alguma negligenciável e pudemos mostrar o lugar que ocupam, nesta investigação, os geógrafos franceses, europeus, estadunidenses e japoneses. O número e a qualidade das contribuições dos geógrafos indianos e brasileiros foram mencionados.

A distribuição dos participantes neste congresso internacional é, sem dúvida, apenas muito indiretamente significativa da importância respectiva e do dinamismo das diversas “escolas geográficas” nacionais. Evidentemente, é necessário ter em conta as distâncias e as áreas linguísticas. Dito isto, a participação relativamente fraca de geógrafos francófonos magrebinos – com exceção da importante delegação tunisina – deveria alertar particularmente os geógrafos franceses e seu Comitê Nacional.

Resumo. – Os Geógrafos e o Terceiro Mundo. – O estudo do Terceiro Mundo no XXV Congresso de Geografia apresenta quatro traços principais: os geógrafos provenientes dos países do Terceiro Mundo estavam fracos e desigualmente representados; as comunicações

relativas à geografia física têm grande interesse para a análise dos problemas do Terceiro Mundo, o crescimento demográfico dificilmente é considerado, as questões de desenvolvimento são pouco abordadas. No total, a proporção das comunicações relativas ao Terceiro Mundo foi limitada.

Palavras-chave: Países em vias de desenvolvimento, Terceiro Mundo.